TD

O “25 de Abril” na Madeira
Tensões sociais e políticas em 1974-75, à luz da imprensa regional

TESE DE DOUTORAMENTO

Lino Bernardo Calaça Martins

DOUTORAMENTO EM ILHAS ATLÂNTICAS:
HISTÓRIA, PATRIMÓNIO E QUADRO JURÍDICO INSTITUCIONAL

UNIVERSIDADE da MADEIRA
A Nossa Universidade
www.uma.pt

Agosto | 2022

O “25 de Abril” na Madeira
Tensões sociais e políticas em 1974-75, à luz da imprensa regional

TESE DE DOUTORAMENTO

Lino Bernardo Calaça Martins
DOUTORAMENTO EM ILHAS ATLÂNTICAS:
HISTÓRIA, PATRIMÓNIO E QUADRO JURÍDICO INSTITUCIONAL

ORIENTAÇÃO
João Nelson Veríssimo

UNIVERSIDADE DA MADEIRA

Faculdade de Artes e Humanidades

Lino Bernardo Calaça Martins

O "25 DE ABRIL" NA MADEIRA: TENSÕES SOCIAIS E POLÍTICAS EM 1974-75, À LUZ DA IMPRENSA REGIONAL

Tese para a obtenção do grau de Doutor

em Ilhas Atlânticas: História, Património e Quadro Jurídico Institucional

Orientador:

Prof. Doutor João Nelson Veríssimo

Funchal, Agosto 2022

Este texto foi redigido de acordo com a norma anterior ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990.

Dedicatória

Ao Povo da Madeira e do Porto Santo

Aos meus pais, Maria Calaça e José Martins, e irmãos, João Manuel Martins e Pedro Miguel Calaça Martins (*in memoriam*).

Aos meus irmãos, José Martins Júnior, Filomena Maria Calaça Martins, António José Calaça Martins e Luís Evangelista Calaça Martins.

Ao meu filho, João Bernardo Caldeira Pires Calaça Martins.

À minha mulher, Teresa Maria Caldeira Pires.

Porque
todos me ajudaram a construir como pessoa e cidadão,
todos contribuíram para a existência desta tese de doutoramento.

Agradecimentos

A todos os que colaboraram na concretização deste projecto, nomeadamente

ao Prof. Doutor João Nelson Veríssimo,

à Dr.ª Maria Benvinda Ladeira Franco,

ao João Bernardo Caldeira Pires Calaça Martins

e à Teresa Maria Caldeira Pires.

Resumo

A presente tese de Doutoramento em Ilhas Atlânticas: História, Património e Quadro Jurídico Institucional, analisa a "Revolução dos Cravos" na Madeira, nomeadamente as tensões sociais e políticas, registadas entre o "25 de Abril de 1974" e o "25 de Novembro de 1975", interpretado como o período mais intenso da implementação da democracia em Portugal, após o derrube do "Estado Novo".

São abordadas as causas, as movimentações e as consequências do "25 de Abril" neste arquipélago, perpassando diversas áreas da realidade insular, designadamente a situação nas vésperas da Revolução, a vivência nos primeiros dias da liberdade e as alterações ocorridas nos sectores primário, secundário e terciário.

Outrossim, analisámos o papel das associações, movimentos e partidos políticos, as mudanças verificadas nas instituições político-administrativas, assim como os pólos simultâneos e conflituantes da autonomia e do separatismo.

O estudo abrange, ainda, a acção da Igreja Católica e da comunicação social madeirenses, a par da compreensão da consciência política da sua população e do impacto do "25 de Abril", na Madeira e no Porto Santo.

Tendo como fonte histórica preferencial a imprensa madeirense, pelo valor científico do seu acervo, enquanto expressão da realidade desta época revolucionária, esta investigação permite-nos concluir que a "Revolução dos Cravos" teve uma influência decisiva na transformação socioeconómica e político-cultural da Madeira.

Palavras-chave: "25 de Abril"; "Revolução dos Cravos"; "25 de Novembro"; Tensões sociais e políticas; Autonomia; Madeira.

Abstract

This present PhD thesis on Atlantic Islands: History, Heritage and Institutional Legal Frame analyses the "Revolution of the Carnations" in Madeira, specifically the social and political tensions, which occurred between “25 April 1974” and “25 November 1975", interpreted as the most intense period of the implementation of democracy in Portugal, after the "New State" overthrow.

The “25 April” in Madeira, its causes, movements and consequences, crossing different areas of the island reality are considered, with special attention to the time leading up to the revolution, life in the first days of freedom and the changes in primary, secondary and tertiary sectors.

Furthermore, the role of associations, movements and political parties, and the changes occurred in political-administrative institutions, as well as the simultaneous and competing forces for both autonomy and separatism, are also analysed.

The study also addresses the role of the Madeiran Catholic Church and the media, along with the political awareness and understanding of the local population and the impact of the “25 April” on Madeira and Porto Santo.

The main historical source for this study was the local press due to the scientific value of its coverage as it spanned the effective period of the revolution. Therefore, we may conclude that the” Carnation Revolution” was definitely decisive in the socio-economic and political-cultural transformation in Madeira.

Key words: “25 April”; “Carnation Revolution”; “25 November”; Social and Political tensions; Autonomy; Madeira.

Índice

Dedicatória V
Agradecimentos VII
Resumo X
Abstract XI
Chave das principais siglas, abreviaturas e acrónimos XXI
Introdução 1
1. A Madeira e o Porto Santo nas vésperas do “25 de Abril” 5
1.1. O panorama nacional 5
1.2. O contexto madeirense 11
1.2.1. O quadro demográfico 12
1.2.2. A configuração económica 13
1.2.2.1. O sector primário 13
1.2.2.2. O sector secundário 18
1.2.2.3. O sector terciário 21
1.2.3. A conjuntura social 24
1.2.3.1. Os trabalhadores e o papel dos sindicatos 25
1.2.3.2. A situação da mulher 29
1.2.3.3. A emigração 30
1.2.3.4. Os movimentos católicos 35
1.2.4. O ensino 40
1.2.5. A cultura 42
1.2.6. A comunicação social 45
1.2.6.1. O quadro da informação regional 45
1.2.6.2. O *Comércio do Funchal* 46
1.2.7. O poder político 49
1.2.7.1. Os meios de repressão 53
1.2.7.1.1. A censura 53
1.2.7.1.2. A PIDE/DGS 56
1.2.7.2. As revoltas na Madeira, durante o “Estado Novo” 56
1.2.7.2.1. A revolta das águas (1962) 57
1.2.7.3. A oposição na Madeira 59

1.2.7.3.1. A “Carta a um Governador” 61
1.2.7.3.2. A participação política da população 63
2. Os primeiros dias da liberdade 65
2.1. As movimentações revolucionárias no Continente e na Madeira 66
2.2. A adesão à Revolução 76
2.3. A prisão de Américo Tomás e Marcello Caetano na Madeira 84
2.3.1. A escolha da ilha e o tratamento dos prisioneiros 87
2.3.2. A agitação política e o exílio para o Brasil 91
2.4. O “1.º de Maio” na Madeira 98
2.4.1. O feriado municipal e nacional 98
2.4.2. Os objectivos e a organização da manifestação 99
2.4.3. O desfile e o comício 101
2.4.4. A participação popular em ambiente de civismo 103
2.4.5. A resistência de entidades oficiais e políticas 107
2.4.6. A Importância do “1.º de Maio” 109
2.4.7. O “1.º de Maio” em Machico 112
2.5. O fim dos instrumentos de repressão 113
2.5.1. A censura 113
2.5.2. A PIDE/DGS 115
3. Alterações no sector primário 129
3.1. Colonia 129
3.1.1. “A terra a quem a trabalha” 130
3.1.2. O plenário e a manifestação dos caseiros da ilha 137
3.1.3. As acções governamentais, as iniciativas legislativas e as reacções 139
3.1.4. Conflitos senhorios-caseiros 143
3.1.5. Propostas dos caseiros para a abolição da colonia 144
3.1.6. As alterações legislativas 149
3.2. Produtores de cana-de-açúcar 150
3.2.1. As entidades oficiais, os produtores e o caderno reivindicativo 150
3.2.2. Manifestação de 31 de Março de 1975 e ocupação do engenho do Hinton 154
3.2.3. Manifestação de 9 de Abril de 1975 157
3.2.4. Negociações entre o Governo e os produtores 160
3.2.5. Retoma da actividade laboral do engenho 161

3.2.6. Posições dos movimentos e partidos políticos 164
3.3. Produtores de leite 167
3.4. Trabalhadores rurais 172
4. Tensões laborais nos sectores secundário e terciário 177
4.1. Operários da construção civil 177
4.2. Profissionais de bordados e tapeçarias 188
4.3. Operários da obra de vimes 196
4.4. Empregados e operários da panificação 201
4.5. Metalúrgicos 203
4.6. Químicos 204
4.7. Gráficos 206
4.8. Trabalhadores das conservas 207
4.9. Baleeiros 208
4.10. Operárias da Portex 209
4.11. Profissionais da hotelaria 213
4.12. Empregados de escritório e caixeiros 224
4.13. Cabeleireiros e barbeiros 233
4.14. Profissionais de armazéns 235
4.15. Motoristas 236
4.16. Carregadores e descarregadores de terra 240
4.17. Professores 241
4.18. Funcionários públicos 260
4.19. Enfermeiros 270
4.20. Médicos 272
4.21. As mudanças nos sindicatos 273
4.22. Comemoração do “1.º de Maio” de 1975 278
5. Movimentos, associações e partidos políticos 281
5.1. Movimento Democrático da Madeira (MDM) 283
5.2. União do Povo da Madeira (UPM) 296
5.3. Frente Popular Democrática da Madeira (FPDM) 308
5.4. Centro de Informação Popular de Machico (CIPM) 312
5.5. Frente Centrista da Madeira (FCM) 315
5.6. Movimento Democrático de Mulheres Portuguesas (MDMP) 317

5.7. Liga de Unidade e Acção Revolucionária (LUAR)..... 318
5.8. Movimento Social Independente da Madeira (MSIM) 318
5.9. Partido Agrário (PA) 319
5.10. Grupo de Acção Anti-Fascista (GAAF) 320
5.11. Partido Popular Democrático (PPD)..... 321
5.12. Partido Socialista (PS) 336
5.13. Partido Comunista Português (PCP)..... 347
5.14. Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral (MDP/CDE) 359
5.15. Centro Democrático Social (CDS)..... 361
5.16. Frente Eleitoral de Comunistas (Marxistas-Leninistas) (FEC-ML) 362
5.17. Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP)..... 364
5.18. Movimento de Autonomia das Ilhas Atlânticas (MAIA)..... 364
5.19. Partido Mutualista Democrático (PMD) 366
5.20. Movimento de Trabalhadores Rurais e Marítimos (RUMA)..... 367
6. Instituições político-administrativas..... 369
6.1. Governos civil e militar 370
6.1.1. De Abril a Agosto de 1974: Carlos de Azeredo, delegado da JSN, encarregado do Governo do Distrito, governador civil e governador militar 370
6.1.1.1. O poder político no dia 25 de Abril de 1974 370
6.1.1.2. A demissão do governador civil e a continuação do governador militar 371
6.1.1.3. O mandato de Carlos de Azeredo..... 373
6.1.1.4. Gabinete de Informação da JSN..... 380
6.1.1.5. Saída de Carlos de Azeredo da Madeira 382
6.1.2. De Agosto de 1974 a Março de 1975: Fernando Rebelo, governador civil e Carlos de Azeredo, governador militar..... 383
6.1.2.1. Movimentações a favor da nomeação de Fernando Rebelo para governador civil..... 383
6.1.2.2. Posse de Fernando Rebelo..... 385
6.1.2.3. A acção de Fernando Rebelo..... 388
6.1.2.4. A contestação a Fernando Rebelo..... 394
6.1.2.5. Carlos de Azeredo: governador militar (de Dezembro de 1974 a Março de 1975)..... 398

6.1.3. De Março a Novembro de 1975: Junta de Planeamento da Madeira e Carlos de Azeredo 401
6.1.3.1. Junta de Planeamento da Madeira (de Março a Setembro de 1975) 401
6.1.3.1.1. Missão e constituição da JPM 401
6.1.3.1.2. A acção da JPM 404
6.1.3.1.3. A apreciação crítica da actuação da JPM 409
6.1.3.1.4. Demissão da JPM 413
6.1.3.2. Processo da formação da JGM (de Setembro a Novembro de 1975) 418
6.2. Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal (JGDAF) 428
6.2.1. A continuidade de Rui Vieira 428
6.2.2. O mandato de António Loja 432
6.2.3. A tutela da JPM sobre a JGDAF 436
6.3. Poder autárquico 437
6.3.1. A situação regional e os novos ventos 437
6.3.2. As alterações municipais 443
6.3.2.1. Ribeira Brava 444
6.3.2.2. Santa Cruz 445
6.3.2.3. S. Vicente 446
6.3.2.4. Santana 448
6.3.2.5. Porto Santo 450
6.3.2.6. Porto Moniz 451
6.3.2.7. Funchal 453
6.3.2.8. Calheta 459
6.3.2.9. Câmara de Lobos 462
6.3.2.10. Ponta do Sol 466
6.3.2.11. Machico 470
7. Autonomia, separatismo e independência 475
7.1. O pensamento de personalidades regionais 476
7.2. Opiniões de personalidades nacionais 481
7.3. Posições de periódicos 484
7.4. Opiniões de titulares de cargos políticos na Madeira 486
7.5. Posições dos movimentos e partidos políticos 492

7.6. Movimentos separatistas e independentistas 502
7.7. Acções a favor da autonomia 507
7.8. Manifestações interpretadas como actos favoráveis ao separatismo e à independência 510
8. Igreja Católica 545
8.1. A chegada de Francisco Santana 545
8.2. A organização para a defesa da Diocese 547
8.3. Conflitos paroquiais 553
8.3.1. Discórdias no Porto Moniz 553
8.3.2. O conflito com o Centro de Informação Popular de Machico e a retirada da paróquia da Ribeira Seca ao Pe. Martins Júnior 556
8.4. Confronto entre Agostinho Jardim Gonçalves e o prelado 561
8.5. A ocupação do Seminário do Funchal 565
8.6. A relação do bispo com a comunicação social 581
8.7. Polémicas da Diocese com cidadãos, movimentos e partidos políticos 583
9. Comunicação social 591
9.1. *Diário de Notícias* 593
9.2. *Jornal da Madeira* 599
9.3. *Comércio do Funchal* 610
9.4. *Diário da Madeira* 622
9.5. *Voz da Madeira* 627
9.6. *Eco do Funchal* 632
9.7. *Re-nhau-nhau* 633
9.8. *Radiotelevisão Portuguesa* 635
9.9. *Emissora Nacional* 640
9.10. *Estação Rádio Madeira* 645
9.11. *Posto Emissor do Funchal* 648
10. Consciência política da população e impacto do “25 de Abril” 653
10.1. A consciência política da população 653
10.2. O impacto do “25 de Abril” 664
Considerações finais 669
Fontes e Bibliografia 675
Fontes 675

Documentação oficial 675
Panfletos 676
Manifesto 676
Publicações Periódicas 676
Centros de Documentação 676
Legislação 677
Bibliografia 678
Filmografia 688
Webgrafia 688
Anexo 691
Notas biográficas 691

Chave das principais siglas, abreviaturas e acrónimos

AAVV – Autores Vários
ABM – Arquivo e Biblioteca da Madeira
AC – Assembleia Constituinte
ACF – Associação Comercial do Funchal
ACO – Acção Católica Operária
ACT – Acordo Colectivo de Trabalho
ADM – Associação Democrática Madeirense de Mutualistas
AGA – Administração do Açúcar e do Álcool
AMBAM – Academia de Música e Belas Artes da Madeira
AN – Assembleia Nacional
ANP – Acção Nacional Popular
ASSICOM – Associação de Industriais de Construção Civil da Madeira
BII 19 – Batalhão Independente de Infantaria n.º 19
BIP – Banco Intercontinental Português
BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
BRIMA – Brigadas Revolucionárias para a Independência da Madeira
BVM – Bombeiros Voluntários Madeirenses
CA – Comissão Administrativa
CAF – Centro Académico do Funchal
CAgF – Cooperativa Agrícola do Funchal
CCO – Centro de Cultura Operária
CCT – Contrato Colectivo de Trabalho
CD25A – Centro de Documentação 25 de Abril
CDA – Comissão Distrital de Assistência
CDE – Comissão Democrática Eleitoral
CDS – Centro Democrático Social
CE – Conselho de Estado
CEE – Comunidade Económica Europeia

CEMGFA – Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas

CEMFA – Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas

CF – Comércio do Funchal

CIA – Central Intelligence Agency (EUA)

CIP / C. I. P. – Centro de Informação Popular [de Machico]

CIPM – Centro de Informação Popular de Machico

CIP/M – Centro de Informação Popular de Machico

CMC – Câmara Municipal da Calheta

CMCL – Câmara Municipal de Câmara de Lobos

CMF – Câmara Municipal do Funchal

CMM – Câmara Municipal de Machico

CMPM – Câmara Municipal do Porto Moniz

CMPSol – Câmara Municipal da Ponta do Sol

CMPS – Câmara Municipal do Porto Santo

CMRB – Câmara Municipal da Ribeira Brava

CMS – Câmara Municipal de Santana

CMSC – Câmara Municipal de Santa Cruz

CMSV – Câmara Municipal de São Vicente

CNE – Comissão Nacional de Eleições

COBOR – Cooperativa de Bordadeiras da Ribeira Brava

COCAN – Cooperativa Operária e Camponesa

COOLIVRE – Cooperativa Liberdade

COOPOSMAR – Cooperativa Popular de S. Martinho

COOSOL – Cooperativa da Ponta do Sol

COOTERÇAS – Cooperativa das Terças da Ponta do Sol

COPCON – Comando Operacional do Continente

COPMAD – Comando Operacional da Madeira

CP – Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses

CPU – Cooperativa Povo Unido

CR – Conselho da Revolução

CRFP – Comissão de Reintegração da Função Pública

CRP – Constituição da República Portuguesa

CT – Comissão de Trabalhadores

CT's – Comissões de Trabalhadores

CTIM – Comando Territorial Independente da Madeira

CTT – Correios, Telégrafos e Telefones

DGS – Direcção Geral de Segurança

DL – Diário de Lisboa

D.L. – Decreto-Lei

DM – Diário da Madeira

DN – Diário de Notícias (Funchal)

DORIA – Direcção da Organização Regional das Ilhas Adjacentes

DP – Diário Popular (Lisboa)

DR – Diário da República

DTM – Delegação de Turismo da Madeira

ECM – Empresa de Cervejas da Madeira

EEM – Empresa de Electricidade da Madeira

EF – Eco do Funchal

EICF – Escola Industrial e Comercial do Funchal

ELAM – Exército de Libertação do Arquipélago da Madeira

EMGFA – Estado-Maior General das Forças Armadas

EN – Emissora Nacional

ERM – Estação Rádio Madeira

FA – Forças Armadas

FAP – Força Aérea Portuguesa

FCM – Frente Centrista da Madeira

FD – Fundo de Desemprego

FEC (M-L) – Frente Eleitoral de Comunistas (Marxista-Leninista)

FIMOC – Federação Internacional dos Movimentos Operários Cristãos

FLA – Frente de Libertação dos Açores

FLAMA – Frente de Libertação do Arquipélago da Madeira

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNAT – Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho

FP – Função Pública

FPDM – Frente Democrática Popular da Madeira

GAAF – Grupo de Acção Anti-Fascista

GAG 2 – Grupo de Artilharia de Guarnição n.º 2

GAPC-PP – Grupo Amizade Povo das Colónias-Povo Português

GDAF – Governo do Distrito Autónomo do Funchal

GF – Guarda Fiscal

GI-JSN – Gabinete de Informação da Junta de Salvação Nacional (Madeira)

GNR – Guarda Nacional Republicana

GP – Governo Provisório

IANT – Instituto de Assistência Nacional aos Tuberculosos

IARN – Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais

IFAS – Instituto de Família e Assistência Social

IGC – Instituto Geográfico e Cadastral

ILMA – Indústria de Lacticínios da Madeira

INE – Instituto Nacional de Estatística

INTP – Instituto Nacional do Trabalho e Previdência

JAC – Juventude Agrária Católica

JAG – José António Gonçalves

JAPAM – Junta Autónoma dos Portos do Arquipélago da Madeira

JCM – Jovens Cristãos da Madeira

JEC – Juventude Escolar Católica

JGDAF – Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal

JGM – Junta Governativa da Madeira

JM – Jornal da Madeira

*JN – Jornal de Notícia*s (Porto)

JOC – Juventude Operária Católica

JOCF – Juventude Operária Católica Feminina

JOCI – Juventude Operária Católica Internacional

JPM – Junta de Planeamento da Madeira

JS – Juventude Socialista

JSD – Juventude Social Democrática

JSN – Junta de Salvação Nacional

JR – Junta Regional (Junta Administrativa e de Desenvolvimento Regional)

LAG – Liga de Antigos Graduados

LNF – Liceu Nacional do Funchal

LOC – Liga Operária Católica

LOCF – Liga Operária Católica Feminina

LP – Legião Portuguesa

LUAR – Liga de Unidade e Acção Revolucionária

MAI – Ministério da Administração Interna

MAIA – Movimento de Autonomia das Ilhas Atlânticas

MAPA – Movimento para a Autodeterminação do Povo Açoriano

MDJM – Movimento Democrático Juvenil da Madeira

MDM – Movimento Democrático da Madeira

MDMP – Movimento Democrático de Mulheres Portuguesas

MDP – Movimento Democrático Português

MDP/CDE – Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral

MEC - Ministério da Educação e Cultura

MECM – Movimento dos Estudantes Católicos Madeirenses

MEIC – Ministério da Educação e Investigação Científica

MES – Movimento de Esquerda Socialista

MFA – Movimento das Forças Armadas

MLM – Movimento de Libertação da Madeira

MLAM – Movimento de Libertação do Arquipélago da Madeira

MMTC – Movimento Mundial dos Trabalhadores Cristãos

MP – Mocidade Portuguesa

MPF – Mocidade Portuguesa Feminina

MPLAM – Movimento Popular de Libertação do Arquipélago da Madeira

MRPP – Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado

MSIM – Movimento Social Independente da Madeira

NIJRM – Núcleo de Informação da Junta Revolucionária da Madeira

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

PA – Partido Agrário

PAIGC – Partido Africano da Independência da Guiné-Bissau

PCP – Partido Comunista Português

PDC – Partido da Democracia Cristã

PEF – Posto Emissor do Funchal

PIB – Produto Interno Bruto

PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado (antes PVDE)

PIDE/DGS – Polícia Internacional e de Defesa do Estado/Direcção-Geral de Segurança

PM – Primeiro-ministro

PMt – Polícia Militar

PMD – Partido Mutualista Democrático

PPD – Partido Popular Democrático

PR – Presidente da República

PREC – Processo Revolucionário em Curso

PRP/BR – Partido Revolucionário do Proletariado/Brigadas Revolucionárias

PS – Partido Socialista

PSP – Polícia de Segurança Pública

PVDE – Polícia de Vigilância e Defesa do Estado

RALIS – Regimento de Artilharia Ligeira de Lisboa

RTP – Rádio Clube Português

RNN – Re-nhau-nhau

RTP / R. T. P. – Radiotelevisão Portuguesa

RUMA – Movimento de Trabalhadores Rurais e Marítimos

SMN – Salário Mínimo Nacional

TAP – Transportes Aéreos Portugueses

TEF – Teatro Experimental do Funchal

UBM – União das Bordadeiras de Machico

UCALPLIM – União das Cooperativas Agrícolas de Lacticínios e de Produtores de Leite da Ilha da Madeira

UCDC – União do Centro e Democracia Cristã

UJCP – União da Juventude Comunista Portuguesa

UDP – União Democrática Popular

UEC – União dos Estudantes Comunistas

UJCP – União da Juventude Comunista Portuguesa

UN – União Nacional

UNI-ARMA – União dos Independentistas do Arquipélago da Madeira

UPM – União do Povo da Madeira

UTM – União dos Trabalhadores da Madeira

VM – Voz da Madeira

Introdução

As tensões políticas e sociais constituem a raiz, a chama e o corolário de qualquer revolução, como a que sucedeu, em Portugal, consensualmente denominada de “25 de Abril” ou de “Revolução dos Cravos”

A presente tese de doutoramento visa analisar os factores, os processos e os resultados das alterações decorrentes do mencionado movimento revolucionário, ocorridas na Madeira e no Porto Santo, designadamente, nos campos social e político.

O espaço temporal desta abordagem situa-se entre o “25 de Abril de 1974” e o “25 de Novembro de 1975”, considerado como a fase mais agitada e polémica da Revolução, o período entre a Revolução e a Contra-revolução, ou ainda o tempo do poder popular e da viragem para a democracia parlamentar.

A temática desta tese articula-se, de modo relacional e coerente, com o trabalho produzido pelo autor na sua dissertação de mestrado, então, analisando o “25 de Abril”, no concelho de Machico, ilha da Madeira, tendo por base a acção desempenhada, na mesma fase, pelo Centro de Informação Popular de Machico, iniciativa que originou o livro *O 25 de Abril em Machico: Centro de Informação Popular 1974-75*, editado pela Câmara Municipal de Machico, em 2017.

O presente estudo aborda um vasto leque de temas que geraram ebulição sociopolítica, como a situação anterior ao golpe revolucionário, a fase inicial da Revolução e as mudanças nos sectores primário, secundário e terciário. Igualmente, foram estudadas as acções dos movimentos, associações e partidos políticos e das instituições político-administrativas, bem como os fenómenos autonomista, separatista e independentista insulares. Idêntico foco mereceram a Igreja Católica e a comunicação social madeirenses, a par da compreensão da consciência dos habitantes locais e da repercussão da Revolução, neste período.

Por consequência, se entendeu – e assumimos, propositadamente, como basilar – a necessidade de uma alargada explanação de acontecimentos, enquanto elemento fundamental e decisivo para uma análise mais global, fiel e aprofundada dos 19 meses de maior vigor revolucionário da história contemporânea mais recente da Madeira e de Portugal.

O objectivo primordial desta investigação prendeu-se com a seguinte questão essencial: que conflitos políticos e sociais estiveram associados à revolução do “25 de Abril”, no arquipélago madeirense? Complementarmente, que explicações existiram para a génese, o percurso e o efeito dessas tensões?

De forma mais específica e adicional, importou analisar as seguintes questões:

- Como se caracterizavam a Madeira e o Porto Santo, no quadro nacional, relativamente aos aspectos demográfico, económico, social, político e cultural, nas vésperas da “Revolução dos Cravos”?

- Que ambiente se viveu, no arquipélago, quando ocorreu a conquista da liberdade? Como foi a sua adesão ao movimento revolucionário? Quais os acontecimentos mais marcantes deste período?

- Que modificações significativas foram sentidas nos sectores primário, secundário e terciário, tanto a nível económico, como a nível social? Quais as mais importantes movimentações populares? Que segmentos profissionais mais se distinguiram?

- Num ambiente de liberdade, que associações, movimentos e partidos políticos apareceram na sociedade madeirense? Quais as suas linhas de orientação e actividades?

- Que alterações ocorreram nas instituições político-administrativas insulares, quer governamentais, quer autárquicas?

- Como evoluíram as antigas aspirações autonomistas perante as novas pretensões separatistas, neste período histórico?

- Como reagiu a Igreja Católica madeirense, face aos novos ventos revolucionários? Quais as polémicas registadas com esta instituição, nos patamares paroquial e político?

- Que tipo de comunicação social existia, por ocasião do “25 de Abril”? Como se posicionou perante o processo revolucionário? Que papel e intervenção tiveram os órgãos informativos?

- Qual a consciência política da população madeirense, nesta fase revolucionária? Que impacto teve o “25 de Abril” na sua vida?

Perpassando estas questões de investigação, consideramos que o período estudado integra-se no conceito de revolução, enquanto processo de profundas alterações nos campos político, económico, social e cultural, que

foram registadas a partir de 25 de Abril de 1974, e produziram uma dinâmica de mudanças estruturais, na Madeira e em todo o país, aspecto teórico melhor abordado no capítulo referente aos Primeiros dias da liberdade e comprovado na prática, a nível insular e nacional, conforme atesta a presente investigação.

Na elaboração desta tese, recorremos a diversas fontes, nomeadamente, documentação oficial, legislação, panfletos, a par da bibliografia, da filmografia e da webgrafia. Mas o recurso principal foi a imprensa madeirense. Estas foram as bases para o enquadramento histórico e a explicação científica da temática proposta para análise.

O uso privilegiado das publicações periódicas justificou-se por várias razões, designadamente por constituir o repositório natural e abundante dos acontecimentos da época estudada, por dar expressão aos factos revolucionários mais importantes, por ser o relato imediato e contemporâneo do quotidiano madeirense, por ser o veículo de difusão de projectos e reivindicações de associações, grupos de cidadãos e partidos políticos e por constituir um construtor activo da opinião pública local.

Sublinhe-se que este acervo de notícias plasma a realidade de então, e deixou para a posteridade a garantia da possiblidade de compreensão do período revolucionário, sobretudo quando muitos outros documentos (comunicados, panfletos, ofícios) se perderam ou dificilmente se encontrarão para esta missão de investigação histórica.

Assim, a par da função informativa, formativa, crítica, difusora e até transformadora dos periódicos madeirenses – aspectos que serão melhor abordados, no capítulo da Comunicação Social – entendemos o seu precioso papel como fonte histórica fundamental da Revolução na Madeira.

Permitam-nos sublinhar, como elemento introdutório, que, pela investigação desenvolvida, este estudo se apresenta como a primeira monografia sobre a “Revolução dos Cravos” neste arquipélago, numa óptica global e sistemática e com enquadramento científico.

Existem, é certo, algumas publicações, como Calisto (1995), Gouveia (2002) e Varela e Pereira (2017), que tratam alguns pontos que integram a nossa investigação e contribuem, sem dúvida, para o conhecimento do “25 de Abril”. No entanto, são abordagens sem uma dedicação exclusiva e alargada ao objecto do nosso estudo e sem uma incidência específica sobre a época em questão.

Ademais, a nível metodológico, na nossa perspectiva, registam-se várias insuficiências na pesquisa documental e algumas lacunas na análise histórica e no campo científico.

Por outro lado, consideramos que o nosso estudo fornece resposta adequada às perguntas formuladas à partida, isto é, às questões de pesquisa e, concomitantemente, aos objectivos da investigação.

Destacamos, ainda, a sua pertinência e utilidade, para a análise científica deste período, por constituir uma abordagem mais completa, comparativamente a outros trabalhos, e tendo em conta a escassez de estudos relativos à Madeira, no concernente a esta relevante página da História de Portugal

1. A Madeira e o Porto Santo nas vésperas do "25 de Abril"

1.1. O panorama nacional

Para a compreensão da temática da tese, é fundamental conhecermos a situação anterior à "Revolução dos Cravos"[1], mormente as suas vésperas, de modo a interpretarmos o seu papel propulsor na alteração do país e do arquipélago da Madeira.

O período definido como vésperas do "25 de Abril" compreende a década de 60 do séc. XX a 1974. Esta opção fundamenta-se no facto de esta época ser o epílogo de um contexto alargado, que foi marcado por um conjunto de acontecimentos que se assumiram como uma ruptura e um sinal promissor de transformações em Portugal.

Nesta fase, a realidade nacional, extensiva ao arquipélago da Madeira, estava marcada, a nível económico, por uma nação mais rural que industrial, assente num modelo caracterizado pelo corporativismo e pelo proteccionismo, com uma forte intervenção do Estado, registando-se o atraso económico do país em relação aos países mais desenvolvidos da Europa[2].

No âmbito político, Portugal guiava-se por um regime antidemocrático que remonta ao golpe militar de 28 de Maio de 1926[3]., que pôs fim à Primeira República.

Nesta lógica autoritária, foram rejeitados os direitos elementares do cidadão, como a expressão de pensamento e a liberdade de imprensa, abolidos os direitos de associação e à greve, eliminados os sindicatos livres, reinando a censura, a repressão aos opositores, nomeadamente através da polícia política

[1] "Revolução dos Cravos": "Nome por que ficou mundialmente conhecida a Revolução do 25 de Abril. É um caso de um símbolo surgido espontaneamente, por criação popular, quando, em resposta a um apelo para que fossem oferecidas flores aos militares, alguém ofereceu um cravo vermelho a um soldado, que o colocou no cano da espingarda. Estava encontrado o símbolo da Revolução. Também conhecida por Revolução dos Capitães e por Revolução de 25 de Abril de 1974". CD25A, 2012, *Glossário 25 de Abril.*

[2] MARQUES, 1993, *História de Portugal Contemporâneo: economia e sociedade*, pp. 297-309; MEDINA, 1994, *História de Portugal Contemporâneo: político e institucional,* pp. 226-227; ROSAS, 1994, "O Estado Novo (1926-1974)", pp. 431-450.

[3] MARQUES, 1993, pp. 327-330; MEDINA, 1994, pp. 223-227; ROSAS, 1994, pp. 197-206.

e a existência de organizações de doutrinação obrigatória e militarizada da juventude (MP e LP)[4].

Também, os partidos políticos foram proibidos, existindo, no entanto, a organização denominada UN, que, em 1970, já com Marcello Caetano[5], passou a se chamar ANP, na perspectiva de transformar a "anterior organização de quadros, que era a UN [numa] organização popular e de massas"[6].

Nalguns actos eleitorais do ""Estado Novo""[7], houve a permissão, com fortes limitações, de candidaturas oposicionistas – sob a forma de comissões eleitorais – nomeadamente durante a "primavera marcelista"[8], mas "a repressão, a intimidação e a fraude eleitoral não deixaram o regime evoluir de forma democrática"[9].

Neste período, denominado "Estado Social", sob o comando de Marcello Caetano (1968-1974), continuavam a se afirmar as marcas do "Estado Novo" de Oliveira Salazar, consubstanciadas no lema salazarista "Deus, Pátria, Família", no autoritarismo tradicionalista e no domínio colonial[10].

Socialmente, o país definia-se por um Estado social e corporativo, tendo a família como célula básica, depois a freguesia, o município, numa perspectiva de união da sociedade portuguesa, sujeita ao poder regulador do Estado, alinhando por uma concepção hierarquizante e de colaboração das classes sociais[11].

O corporativismo era a alternativa apresentada a outros dois modelos, o liberalismo e o socialismo, cabendo ao Estado o papel nacionalista e autoritário de controlar as diferenças e as contestações no tecido social. O "Estado Novo" procurou um triplo equilíbrio social, assente na repressão do movimento operário, na conjugação dos interesses contraditórios da classe dominante da

---

[4] MEDINA, 1994, pp. 223-227; ROSAS, 1994, pp. 268-283.
[5] Ver anexo.
[6] CRUZ, 1996, "Acção Nacional Popular (ANP)", p. 14.
[7] "Estado Novo": denominação do regime instituído, em Portugal, pela Constituição de 1933, e em vigor até ao 25 de Abril de 1974. Embora marcado por vários períodos, globalmente correspondeu a um "longo ciclo autoritário e antiliberal". O exercício do poder autoritário, antiparlamentar e antidemocrático assentava em diversos primados como a "ordem", o corporativismo, a autoridade do chefe, a repressão, o partido único, o nacionalismo e o colonialismo. ROSAS, 1996, "Estado Novo", pp. 315-319.
[8] GOUVEIA, 2002, *Madeira: tradições autonomistas e Revolução dos Cravos*, p. 141; QUINTAS, 1996, "Eleições para a Assembleia Nacional", pp. 288-291.
[9] CD25A, 2012, *Glossário 25 de Abril.*
[10] MARQUES, 1993, pp. 333-335; MEDINA, 1994, pp. 216-222;
[11] MARQUES, 1993, pp. 335-337; MEDINA, 1994, pp. 226-227; ROSAS, 1994, pp. 268-283.

agricultura e os do comércio internacional e colonial, e na articulação dos grandes e dos pequenos interesses da agricultura e da indústria[12].

A agricultura rudimentar e de subsistência e o fomento da industrialização levaram ao êxodo rural para as cidades, aumentando a concentração urbana e o operariado, embora em condições desfavoráveis (crescimento de bolsas de pobreza nas cidades). De um interior resistente à mudança, passámos a ter um litoral mais dinâmico, com progressos na escolarização e um ligeiro aumento da esperança de vida[13].

No campo educativo-cultural, com o peso do Estado e da Igreja, a par das restrições de liberdade, tínhamos um pensamento fundamentalmente ruralista, com uma grande taxa de analfabetismo, embora decrescendo de 61,8%, em 1930, para 30,3%, em 1960, um reduzido acesso ao ensino superior e um subdesenvolvimento tecnológico e científico, comparativamente a outros países europeus[14].

De forma sintética, podemos considerar que, nesta fase terminal do regime, em vigor desde 1926, a economia conheceu uma crescente industrialização e uma maior integração na economia do mundo capitalista, ganhando peso novos sectores, como a construção civil, as obras públicas, a eletricidade, a água e o gás, a par de uma agricultura que se mantinha tradicional e atrasada[15].

Assistiu-se, na altura, à promoção de passos importantes para o fim de uma marginalização económica internacional, como a adesão, em 1960, à EFTA (Associação Económica do Comércio Livre, em português), a feitura de acordos com o BIRD e o FMI e a ligação com o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), em 1962[16].

No entanto, o quadro económico era caracterizado por um atraso, reflexo da conjuntura internacional e de bloqueios internos e externos, como a guerra colonial (agravando os gastos financeiros), a baixa do poder de compra da

[12] MARQUES, 1993, pp. 327-330; MEDINA, 1994, pp. 226-227; ROSAS, 1994, pp. 268-283.
[13] MARQUES, 1993, pp. 341-347; MEDINA, 1994, pp. 226-227; ROSAS, 1994, pp. 419-430.
[14] MARQUES, 1993, pp. 342-346; MEDINA, 1994, pp. 226-227; ROSAS, 1994, pp. 419-430.
[15] FERREIRA, 1994, “Portugal em Transe (1974-1985)”, pp. 17-21; MARQUES, 1993, pp. 304-309; MEDINA, 1994, pp. 226-227; ROSAS, 1994, pp. 466-471.
[16] MARQUES, 1993, pp. 304-309; RODRIGUES, 1996, *História de Portugal em Datas*, pp. 360 e 364; ROSAS, 1994, pp. 471-478 e 495-501.

população, a insuficiência de recursos humanos qualificados e o peso da burocracia estatal[17].

No panorama social, apesar de persistirem as marcas de uma sociedade tradicionalista e de pendor rural, uma classe média de raiz industrial e mercantil ia sucedendo a uma classe média agrária, no comando da política. A distribuição populacional nas actividades profissionais, em 1960, cifrava-se em 40% na agricultura e cerca de 29% no sector secundário (indústrias extractoras e transformadoras, gás e electricidade), divergindo do quadro de 1950, que apresentava 50% e 24%, respectivamente. Tínhamos uma assimetria muito evidente entre os mais ricos e os mais pobres, crescendo a miséria[18].

Por via das dificuldades económicas do país, por motivos políticos de descontentamento com o regime antidemocrático, e para fugir à mobilização para a guerra colonial, verificou-se um forte aumento da emigração[19].

Na área política, a continuação do regime autoritário, mesmo com a substituição de Salazar por Caetano (1968), da qual se esperava trazer uma mudança liberal, passou por momentos difíceis[20].

Eclodiu a guerra colonial (1961), sendo esta uma situação decisiva na governação de então, constituindo um problema fundamental do sistema ditatorial, o maior impedimento à eternização deste modelo e também um factor determinante para a queda do regime[21].

O conflito com os movimentos de libertação dos territórios ultramarinos originou vários desenvolvimentos, como a mobilização de milhares de jovens para a guerra, provocando muitos mortos e feridos, a reabertura do campo de concentração do Tarrafal (Cabo Verde, 1966), para reforçar a repressão sobre os militantes desses movimentos de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde, a condenação da política colonialista, por parte da ONU (1960), a par da recepção dos dirigentes africanos dos agrupamentos de libertação, na Santa Sé,

---

[17] FERREIRA, 1994, pp. 17-21; MARQUES, 1993, pp. 304-309; MEDINA, 1994, pp. 226-227; ROSAS, 1994, pp. 495-501.

[18] FERREIRA, 1994, pp. 17-21; MARQUES, 1993, pp. 341-347; ROSAS, 1994, pp. 419-431.

[19] FERREIRA, 1994, pp. 17-21; MARQUES, 1993, pp. 341-347; MEDINA, 1994, pp. 226-227; ROSAS, 1994, pp. 420-423; ROSAS, 2004, *Pensamento e Acção Política Portugal Século XX (1890-1976*), pp. 115-124.

[20] MEDINA, 1994, pp. 226-227; ROSAS, 2004, pp. 115-124.

[21] FERREIRA, 1994, pp. 17-21; MEDINA, 1994, pp. 226-227; ROSAS, 1994, pp. 545-558; RODRIGUES, 1996, pp. 361-363; ROSAS, 2004, pp. 115-124.

pelo Papa Paulo VI (1970) e da condenação pela OIT (1972) da política racial e colonial portuguesa[22].

Neste contexto, registou-se a intensificação dos protestos anticoloniais (1971), a ocupação da Capela do Rato (Lisboa, 1972), o assassinato do líder do PAIGC, Amílcar Cabral (1973), sob a responsabilidade da PIDE/DGS[23], e a declaração unilateral da independência da Guiné-Bissau (1973), acto que foi reconhecido pela ONU[24].

Por outro lado, tornava-se crescente o papel da oposição, promovendo, entre outras acções, o assalto, dirigido por Henrique Galvão, ao paquete Santa Maria, em 1961, como forma de denunciar a política ditatorial, bem como a tomada de um avião, que proporcionou o lançamento de panfletos contra o regime, sobre o território nacional e ainda o assalto à delegação na Figueira da Foz do Banco de Portugal, pela LUAR (1967) [25].

Igualmente, aconteceu o II Congresso Republicano (Aveiro, 1969), o abandono da AN (1973), pelos deputados considerados como a "ala liberal", Sá Carneiro[26] e Miller Guerra, por entenderem que o regime não aceitava mudanças, apesar da expectativa criada com a entrada de Marcello Caetano, e ainda o 3.º Congresso da Oposição Democrática (Aveiro, 1973), defendendo o fim da guerra colonial e a instauração das liberdades democráticas[27].

---

[22] FERREIRA, 1994, pp. 17-21*;* RODRIGUES, 1996, pp. 361-363, 359-360, 369, 374-377; ROSAS, 1994, pp. 545-558; ROSAS, 2004, pp. 115-124.

[23] PIDE/DGS: "Dupla sigla, representando uma mesma organização. A Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) foi criada em 1945 como polícia política e internacional, sucedendo à Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), por sua vez criada em 1933, em substituição de outras organizações anteriores, constituídas depois do 28 de Maio de 1926. Após a subida de Marcello Caetano ao cargo de Presidente do Conselho de Ministros em 1969, a PIDE sofreria uma "cosmética", passando a chamar-se Direcção Geral de Segurança, mas o anterior nome estava tão arreigado na mente dos portugueses que se manteve, dando origem à sigla PIDE/DGS. Embora com um quadro relativamente limitado de agentes, a PIDE/DGS foi um longo, implacável e eficaz sustentáculo do regime, baseando os seus métodos de vigilância e controlo dos cidadãos na delação e intimidação, recorrendo frequentemente à violência, à tortura e mesmo ao assassinato. A PIDE/DGS levava a cabo as investigações e dispunha de prisões próprias, o que lhe permitia perfeita impunidade nos seus métodos de instrução de processos. Foi extinta nos termos do Programa do Movimento das Forças Armadas, apesar da intenção inicial de transformar a sua organização no Ultramar em Polícia de Informação Militar". CD25A, 2012, *Glossário 25 de Abril.*

[24] FERREIRA, 1994, pp. 17-21*;* RODRIGUES, 1996, pp. 375-381; ROSAS, 1994, pp. 545-558; ROSAS, 2004, pp. 115-124.

[25] MEDINA, 1994, pp. 226-227; RODRIGUES, 1996, pp. 361 e 370; ROSAS, 1994, pp. 529-543 e 545-558; ROSAS, 2004, pp. 115-124.

[26] Ver anexo.

[27] RODRIGUES, 1996, pp. 372 e 379; ROSAS, 1994, pp. 545-558.

Entretanto, subira a contestação do movimento operário, através de várias greves, acompanhada pela intensificação das acções de protesto estudantil, destacando-se as crises académicas de 1962 e 1969, designadamente em Lisboa, Coimbra e Porto, em que se registaram manifestações, encerramento de instalações universitárias, greves e prisões[28].

Nesta conjuntura, o marcelismo representava o fim do regime autoritário, embora o seu mentor, Marcello Caetano (1968-1974), tivesse tomado algumas medidas para suavizá-lo, como mudar a designação de "Estado Novo" para "Estado Social", bem como de UN para ANP[29].

Entre outros factores favoráveis à progressiva queda do sistema político português, integraram-se o fracasso da política colonial, o isolamento internacional do país, o movimento em torno de Humberto Delgado (cuja candidatura presidencial, em 1958, esteve envolta em polémica, tendo sido alegada a existência de fraude eleitoral para a sua derrota, sendo este militar assassinado, em 1965, acção atribuída à PIDE), o acentuado protesto operário e estudantil (1973-1974), o aumento da violência policial, a recusa da oposição democrática em participar na eleição da AN, por considerá-la uma farsa (1973) e o gradual descontentamento no seio dos militares portugueses, cansados da guerra colonial[30].

Houve algumas tentativas de golpes militares, visando a alteração política reinante, como a liderada por Botelho Moniz, em 1961, que pretendia derrubar Salazar e "modernizar" o regime (nomeando Marcello Caetano) e resolver o conflito colonial pela via negocial, e a iniciativa malograda de Humberto Delgado, no final do mesmo ano, a partir de Beja, bem como ainda a acção fracassada de um sector militar afecto a António de Spínola[31], em Março de 1974, tendo por base o regimento das Caldas da Rainha[32].

---

[28] FERREIRA, 1994, pp. 17-21*;* RODRIGUES, 1996, pp. 363-365 e 372-373; ROSAS, 1994, pp. 529-543 e 545-558; ROSAS, 2004, pp. 115-124.

[29] RODRIGUES, 1996, pp. 305-306 e 374; ROSAS, 1994, pp. 529-543 e 545-558.

[30] FERREIRA, 1994, pp. 17-21*;* RODRIGUES, 1996, pp. 356-357, 367 e 381-382; ROSAS, 1994, pp. 545-558; ROSAS, 2004, pp. 130-134.

[31] Ver anexo.

[32] Tentativa de golpe de Estado das Caldas da Rainha, 16 de Março de 1974: uma acção militar que visava o derrube do regime do "Estado Novo", mas a ele apenas aderiu o Regimento de Infantaria 5 das Caldas da Rainha, que marchou até Lisboa. No entanto, este acto não obteve sucesso, tendo sido presos aproximadamente 200 militares. CD25A, 2012, *Cronologia*; FERREIRA, 1994, pp. 17-21*;* RODRIGUES, 1996, pp. 362-363 e 382; ROSAS, 1994, pp. 529-543 e 545-558.

No entanto, o êxito foi alcançado pelo MFA[33], em 25 de Abril de 1974. Para a efectivação deste vitorioso acto, concorreram, de forma mais decisiva, a oposição dos oficiais do quadro permanente, provenientes da Academia Militar, à medida do Governo que permitia a passagem dos oficiais milicianos aos quadros permanentes, mediante um curso de dois semestres – como modo de combater a falta de quadros militares intermédios necessários para a continuação da guerra militar (1973) – as reuniões clandestinas de oficiais contestatários das FA, tanto no Continente, como nas colónias e a eleição da Comissão Coordenadora do "Movimento os Capitães", depois designado MFA (1973), a publicação do livro *Portugal e o Futuro*, de António de Spínola, defendendo o fim da guerra colonial, a liberalização do regime e a adesão de Portugal à CEE, a demissão de António de Spínola e Costa Gomes[34] dos cargos de chefe e vice-chefe do EMGFA (1974). Foi todo este contexto que explicou, motivou e fez emergir o "25 de Abril"[35].

1.2. O contexto madeirense

Compreendidos, de modo sumário, o espaço e o tempo nacionais, anteriores à "Revolução dos Cravos", nomeadamente o período desde o início da década de 60, naturalmente com implicações no arquipélago madeirense, importa, agora, avaliar as suas diferentes áreas, designadamente a económica, a social e a política, efectuando uma relação mais estreita com a situação da Madeira e do Porto Santo. Ou seja, como eram estas ilhas adjacentes nas vésperas do "25 de Abril"?

[33] MFA: "Sigla por que ficou conhecido o Movimento das Forças Armadas. Este "Movimento", nunca verdadeiramente instituído, corresponde à organização dos oficiais, na sua maioria capitães, que planearam e executaram o golpe militar que culminaria na Revolução de 25 de Abril. Foi sob este nome que surgiram os primeiros comunicados na rádio, e posteriormente, na TV, o programa político da Revolução (o Programa do MFA), que foi instituído como Lei Fundamental do País até à promulgação da Constituição de 1976. Após a consolidação da Revolução, o MFA tendeu a confundir-se com as próprias Forças Armadas, tornando-se o garante do novo enquadramento político, ficando por isso como uma referência histórica, política e cultural". CD25A, 2012, *Glossário 25 de Abril;*

[34] Ver anexo.

[35] FERREIRA, 1994, pp. 17-24*;* RODRIGUES, 1996, pp. 378-383; ROSAS, 2004, pp. 115-138.

1.2.1. O quadro demográfico

Segundo o censo do INE, em 1960, Portugal tinha 8 889 392 habitantes, como população residente. Deste cômputo nacional, os Açores possuíam 327 480 e a Madeira 268 937[36].

Entretanto, na década de 70 do mesmo século, houve uma ligeira diminuição populacional, em todo o território português, em virtude da guerra colonial e do grande surto emigratório legal e clandestino, por razões económicas (dificuldades de vida) e políticas (fuga ao regime político e à guerra colonial). Por consequência, em 1970, Portugal. no seu todo, possuía 8 663 252 habitantes, tendo os Açores 286 989 e a Madeira 252 953[37].

Na correlação da demografia com a população activa e o tipo de emprego, no Continente, se no início do séc. XX, mais de 62% da população activa trabalhava no sector primário e só um terço nos serviços, já na década de 60, pela primeira vez, o sector secundário suplantava o volume da mão-de-obra activa do sector primário. Depois, em 1970, em Aveiro, Braga, Porto e Setúbal, a população activa no sector secundário alcançava 40% e, em Lisboa, 60% estavam afectos ao sector terciário[38].

Mas, na Madeira, a maior parte da população activa dedicava-se à agricultura, sendo o sector industrial diminuto, com pouca tecnologia e organização empresarial e, a partir de 1960, havia um modelo evolutivo diferente do continental, pois, neste arquipélago, deu-se uma passagem do primário quase exclusivamente para o terciário, porque a indústria nunca teve um impacto significativo[39].

Ligando a distribuição por género a este capítulo do emprego, segundo o censo de 1960, a população madeirense activa dos seus 268 937 habitantes era de 30,6% (82 270), maioritariamente masculina (71 666), correspondendo a 87,1% e tendo 12,9% mulheres (10 604)[40].

Por seu turno, o sector primário ocupava 52,8%, continuando a ser masculina a maioria da mão-de-obra. No censo de 1970, a população activa dos

[36] VIEIRA e FREITAS, 2008, “A economia da Madeira no período pré-autonómico”, p. 127.
[37] VIEIRA e FREITAS, 2008, pp. 127-131.
[38] VIEIRA e FREITAS, 2008, pp. 129-131.
[39] VIEIRA e FREITAS, 2008, pp. 130-131.
[40] FREITAS, 2015, *A Madeira nos tempos de Salazar*, pp.160-165.

252 953 habitantes, era de 35,2% (89 070), sendo, desta taxa, 65,3% homens e 34,7% mulheres, assinalando-se aqui uma maior subida do sector feminino na população activa[41].

Entretanto, o principal sector continuava a ser o primário, com 35,9% (31 990), mantendo-se o maior peso masculino. Realce-se que, neste período, decresceu a ocupação no sector primário, comparativamente a censos anteriores e aumentou sobretudo no terciário, com cerca de 31% (27 610), sendo superior à taxa do secundário[42].

Assinale-se, ainda, que, no censo de 1970, realizado em tempo de guerra colonial, a Madeira tinha 3525 jovens a cumprir serviço militar e as domésticas atingiram um número muito elevado, 56 760 pessoas[43].

1.2.2. A configuração económica

1.2.2.1. O sector primário

O sector primário teve um peso esmagador na economia do arquipélago e um forte impacto na vida difícil da população madeirense, sobretudo a rural[44].

Nas décadas de 60 e 70 do século XX, a agricultura ocupava a maior parte da população activa. As culturas mais importantes eram a cana-de-açúcar, os cereais, a vinha, o vime e a banana, que marcavam, fortemente, a paisagem da Madeira, designadamente, através dos terrenos, das levadas, dos muros de suporte e do habitat disperso[45].

Em 1960, verificou-se uma situação crónica, que já era recorrente, devido à fraca qualidade das culturas principais e à falta de competitividade destes produtos regionais no mercado externo. Influenciavam esta situação as difíceis condições do exercício da actividade agrícola, motivadas pela agreste orografia do arquipélago (65,4% do terreno com um declive superior a 25%) e

[41] FREITAS, 2015, pp.160-165.
[42] FREITAS, 2015, pp.160-165.
[43] FREITAS, 2015, pp.160-165.
[44] VIEIRA e FREITAS, 2008, p. 151.
[45] VIEIRA e FREITAS, 2008, pp. 151-153.

pelo clima, que – embora, bastante favorável em termos de temperatura – tinha períodos alargados de seca no Verão[46].

A situação era colmatada pela extensa rede de levadas, pelos solos de boa aptidão agrícola, mas a sua variedade de produções contrastava com a escassez de quantidade, devido à orografia do terreno e contava, também, o facto da superfície mais ocupada com a agricultura corresponder a 52,9% da superfície total (ou seja, praticava-se a agricultura abaixo dos 700m), ficando muita área por cultivar, porque em grande altitude[47].

Outras razões contribuíam para o insucesso da agricultura, como o baixo nível de motomecanização, por via da difícil orografia do terreno e da pequenez das explorações agrícolas, resultando isto num fraco investimento em capital e num aumento da mão-de-obra humana. Penalizava, ainda, a estrutura agrária, a falta de acessos adequados (estradas, caminhos), prejudicando o escoamento dos produtos vegetais, animais e florestais e exigindo maiores esforços humanos. Acresciam as debilidades e mesmo a falta de circuitos de comercialização[48].

Saliente-se, também, que os solos da Madeira eram de má qualidade (falta de cálcio e potássio, insuficientes em ferro e fósforo e pobres em húmus), os seus declives prejudicavam a agricultura, situação agravada pelo não uso de máquinas agrícolas, devido ao acidentado dos terrenos[49].

Um elemento decisivo na estrutura agrária era a enorme fragmentação da propriedade, pois havia a pequenez das explorações (em 1965, 95% das explorações tinham uma área inferior a 1 ha) e um grande número de explorações agrícolas imperfeitas (mais de 75%), acarretando o microfúndio agrícola a custos de produção elevados[50].

O sector primário e, de algum modo, todo o contexto económico e mesmo o social do arquipélago, foram influenciados por um regime específico, o da colonia.

Nas vésperas do “25 de Abril”, esta situação de colonia manifestava-se sobretudo nos concelhos do Funchal, Câmara de Lobos e Machico, não existindo

[46] VIEIRA e FREITAS, 2008, p. 153.
[47] VIEIRA e FREITAS, 2008, pp. 153-154.
[48] VIEIRA e FREITAS, 2008, pp. 154-157.
[49] RIBEIRO, 1985, *A ilha da Madeira até meados do século XX – Estudo geográfico*, pp. 59-61.
[50] VIEIRA e FREITAS, 2008, pp. 155-156.

semelhanças deste sistema noutros espaços de Portugal e da Europa do séc. XX[51].

Este regime secular de exploração socioeconómica reflectia uma relação de parceria entre o proprietário da terra, também denominado senhorio e quem a lavrara, isto é, o colono ou caseiro.

Sinteticamente, este modelo teve as suas raízes nos finais do séc. XVI, época em que a substituição da produção açucareira da Madeira pela vinha trouxe maiores investimentos em mão-de-obra e instrumentos agrícolas, o que provocou um crescente abandono da exploração directa por parte dos proprietários de terra, nobres e fidalgos, que se tornaram absentistas e passaram a viver no espaço urbano. Em alternativa, surgiu o sistema de aforamentos e contratos de arrendamento de parceria, nascendo os meeiros, ou seja, trabalhavam, a meias, por um certo prazo, terras que não lhes pertenciam. Esta nova situação possibilitava o rendimento aos proprietários e os anteriores assalariados ganhavam o estatuto de lavradores[52].

Este género de contratos a meias proporcionou a instituição do regime de colonia, no séc. XVIII, o qual se configurava por uma série de deveres do colono em relação ao senhorio, pela falta de uma duração limitada do contrato com o dono da terra e, por vezes, pela valorização das benfeitorias, de modo a impedir a denúncia do contrato. Neste contexto, o senhorio podia terminar o acordo com o colono, mas tinha de lhe pagar as benfeitorias, à excepção de casos de desobediência e comisso[53].

Fazia parte desta relação o colono conceder uma parte da produção ao senhorio, que, em regra geral, correspondia a metade, podendo este despejar aquele, se lhe pagasse uma indemnização pelas benfeitorias promovidas[54].

Para além desta entrega da “metade limpa” ao senhorio, o caseiro ainda poderia pagar, nalguns casos, uma renda, a que se juntava uma outra situação, o senhorio impedir a melhoria ou o aumento da sua habitação, geralmente em condições precárias e superlotada[55].

---

[51] LIZARDO, 2008, “A situação da colonia à data do 25 de Abril de 1974”, pp. 191-195.
[52] VERÍSSIMO, 2000, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, pp. 72-75.
[53] VERÍSSIMO, 2000, pp. 72-75.
[54] LIZARDO, 2008, p. 192.
[55] *DN*, 24 de Outubro de 1974, “Fim do regime de colonia-Centro de Informação Popular de Machico”, p. 8.

A colonia representava uma “vida inteira de escravidão”, sob a exploração abusiva dos senhorios[56], que tinham como seus representantes os feitores, que, muitas vezes, “ainda eram mais tiranos que os amos”[57].

O regime de colonia agravava a situação agrícola, registando-se que, em meados do séc. XX, este sistema incidia em cerca de 30% das explorações agrícolas[58].

No século passado, em termos de legislação, em 15 de Setembro de 1967, o Governo Central, via D.L. n.º 47 939, proibiu, finalmente, a celebração escrita para o futuro, desses contratos de colonia, mas manteve os realizados no passado e após o “25 de Abril”, o D.L. n.º 580, de 11 de Novembro de 1974, suspendeu as acções de despejo dos colonos[59].

A colonia foi extinta, legalmente, pela Assembleia Regional, em 1977, mas ainda subsistem alguns casos por resolver[60].

Apesar dos condicionalismos evocados, houve exportação de produtos derivados da terra, como a banana, as flores, o vinho e o vime[61].

Em 1969, a banana e a cana-de-açúcar sofreram a elevada concorrência das produções africanas (colónias portuguesas), sendo estas de preço muito mais baixo, pelo que as regionais decresceram.[62].

Entre 1970 e 1974, a agricultura madeirense foi prejudicada por diversos factores, como a falta de mão-de-obra – por via da emigração legal e clandestina e também por absorver homens para a guerra colonial – a falta de competitividade da banana madeirense no mercado do Continente, face à banana de qualidade e melhor preço da provinda de Angola, os problemas nos transportes marítimos e na acomodação da banana, a falta de investimento nesta área, por parte dos exportadores, que não souberam acompanhar as novas exigências[63].

---

[56] CRUZ, 2008, “Os movimentos da Acção Católica Operária e a Autonomia”, p. 266.
[57] PEREIRA, 2017, *Caminhando pela Vida*, pp.154-156.
[58] VIEIRA e FREITAS, 2008, pp. 123-187.
[59] NEPOMUCENO, 2006, *A conquista da autonomia da Madeira: os conflitos dos séculos XIX e XX*, p. 78.
[60] VIEIRA e FREITAS, 2008, p. 155.
[61] VIEIRA e FREITAS, 2008, p. 158.
[62] FREITAS, 2015, pp.129-133.
[63] FREITAS, 2015, pp.129-133.

Sintetizando o contexto agrícola anterior ao “25 de Abril”, podemos concluir que foi dominante uma agricultura de subsistência, configurando um quadro rural, que provocou crises de subsistência e protestos na Madeira[64].

Face a esta situação, impunham-se diversas medidas, tendo sido reclamadas, então, a abolição do regime de colonia, a necessidade da preparação técnica do trabalhador agrícola, a garantia de colocação no mercado dos produtos agrícolas, sob a responsabilidade de um organismo oficial próprio e a criação de cooperativas agrícolas[65].

Apesar da enorme área marítima da Madeira, a actividade piscatória teve uma importância relativa no sector primário, contribuindo com cerca de 1% do PIB distrital, sendo as espécies mais relevantes o atum, o peixe-espada, o chicharro e a cavala. Os principais centros piscatórios eram Câmara de Lobos, Machico e Caniçal[66].

A pesca ajudou o sector secundário, pois foram criadas algumas empresas de conservas e enlatamento de peixe (sobretudo o atum), para exportação[67]. O atum foi importante para o consumo local e para suportar a indústria de conservas, tido, igualmente, interesse o peixe-espada ou espada preta[68].

Em 1960, a proletarização social também era evidente nas pescas, porquanto, a nível comparativo, a percentagem de trabalhadores por conta de outrem, na Madeira, era de 91,9%, enquanto a média, no Continente, era de 85,3%[69].

Esta pesca, fundamentalmente, artesanal e de subsistência provocou a saída de muitos madeirenses para a faina piscatória no Cabo, Panamá e Angola[70].

[64] VIEIRA e FREITAS, 2008, pp. 157-158.
[65] LOJA, 2008, “A “carta a um governador””, pp. 289-290.
[66] VIEIRA e FREITAS, 2008, pp. 163-164.
[67] VIEIRA e FREITAS, 2008, p. 164.
[68] FREITAS, 2015, pp.13 e 109.
[69] FREITAS, 2015, pp.13 e 109.
[70] CRUZ, 2008, p. 266.

1.2.2.2. O sector secundário

Esta área apresentava-se frágil e desorganizada, no período pré-autonómico (anos 60-70). A indústria estava voltada para o mercado regional[71].

O bordado, a tapeçaria, o vime, a manteiga e o vinho foram preponderantes entre 1960 e 1974 e tiveram um impacto nas exportações, sobretudo nos mercados do Continente e dos EUA[72].

A produção do leite ocorria em toda a ilha, sendo uma fonte de rendimento de muitas famílias, destinado ao consumo directo e à indústria e, por isso, era uma actividade de grande importância social e económica[73].

Em 1966, havia 25 fábricas de lacticínios, com dimensões muito variadas, encontrando-se em curso, nesse momento, o processo de concentração da produção numa única entidade, a ILMA, através da construção dessa fábrica centralizadora[74].

Com efeito, houve várias reorganizações deste sector, tendo o Governo Central, através do D.L. n.º 48 593, de 26-09-1968, feito uma reestruturação autoritária da indústria dos lacticínios, acabando os estabelecimentos existentes e concentrando-os numa única fábrica[75].

Essa sociedade foi repartida entre 49% para o grupo de empresas industriais de produção de lacticínios existentes na ilha e 49% para a lavoura afecta à produção e industrialização do leite – representada pelo Grémio da Lavoura do Funchal, pela UCALPLIM e pelas cooperativas agrícolas de lacticínios – e cabendo 2% à JGDAF. Assim, nascia a ILMA, ficando a firma Martins & Rebelo a deter 67% da quota dos industriais (ou seja, 67% dos primeiros 49%)[76].

Já, em 1960, houve um decreto com a mesma ideia, mas só veio a vingar em 1968, e isto, porque, neste período, as cooperativas contestaram o projecto, defendendo a existência de duas fábricas, uma para os industriais e outra para as cooperativas, pelo que foi suspenso o decreto de 1960. A solução de 1968

[71] VIEIRA e FREITAS, 2008, pp. 149-150.
[72] FREITAS, 2015, pp.12 e 131.
[73] VIEIRA e FREITAS, 2008, p. 143.
[74] FREITAS, 2015, p. 125.
[75] VIEIRA e FREITAS, 2008, pp. 143-145.
[76] VIEIRA e FREITAS, 2008, pp. 144-145.

não resolveu a situação grave dos lacticínios, antes a piorou, prejudicando sobretudo os agricultores e os pequenos industriais deste sector[77].

Por outro lado, a ILMA nunca conseguiu ter as condições de viabilidade económica. Em 1960, produziam-se 22 milhões de leite/ano (7 para consumo interno e 15 para a indústria de lacticínios), mas quando houve esta reorganização de 1968, a mesma já era tardia e estava em quebra de produção e de diminuição das vacas leiteiras, ou seja, já se vivia uma época de crise neste sector[78].

Era uma crise que se estendia a outras culturas principais, como a banana, o vinho, o vime e a cana-de-açúcar, por falta de qualidade e competitividade do arquipélago e por consequente perda de quota de mercado. Para além das razões de mercado, havia motivos empresariais, pois, na sua maioria, as firmas da Madeira estavam descapitalizadas e endividadas, porque nasciam sem o capital adequado e com pouco *know-how* técnico e de gestão[79].

O bordado teve um papel importante ao longo da história da economia madeirense – sendo o trabalho mais importante realizado no domicílio, como um complemento da actividade agrícola ou das tarefas domésticas, funcionando como um rendimento suplementar[80] – registando-se, em 1964, 89 casas de bordado em exercício e agremiadas[81].

Havia duas classes de bordadeiras, a rural, existente por toda a Madeira e o Porto Santo, e a profissional, residente, sobretudo, no concelho do Funchal (principalmente, nas freguesias de S. Gonçalo e Santa Maria Maior), ganhando esta muito mais do que a primeira, resultado de muitas horas de trabalho e da consequente perfeição dos produtos, tendo algumas mulheres deste segundo lote padecido de tuberculose, por via do excesso de trabalho e de uma alimentação insuficiente[82].

"Não existia uma casa madeirense que não tivesse uma bordadeira", sendo um trabalho feito no domicílio, sem quaisquer direitos e sem regulamentação[83].

---

[77] VIEIRA e FREITAS, 2008, pp. 144-145.
[78] VIEIRA e FREITAS, 2008, p. 145.
[79] VIEIRA e FREITAS, 2008, pp. 145-146.
[80] RIBEIRO, 1985, pp. 108-109.
[81] KLUT, 2017, *Casa de Bordados*, pp. 132-133.
[82] KLUT, 2017, p. 44.
[83] VIEIRA, 2010, *Memórias de uma missão cumprida,* p. 39.

O trabalho da bordadeira de casa era pago por tarefa, dependendo o seu salário diário da quantidade de mão-de-obra produzida[84]. O interesse económico da bordadeira obrigava-a a ficar na soleira da porta, sozinha ou em grupo, entoando cânticos e histórias, usando a luz solar para bordar e de noite (à luz do candeeiro de petróleo), porque o bordado era um complemento para a débil economia da família[85].

Era a própria bordadeira de casa quem pagava as linhas com que fazia a peça bordada, mas, com o "25 de Abril", foi possível acabar "um dos laços feudais que ainda restava na relação de trabalho entre as empresas e as bordadeiras"[86].

A actividade das bordadeiras do campo configurava uma situação que "nem era questionada, mas aceite quase com naturalidade e com uma resignação completa a um destino que, parec[ia], estava desde sempre traçado"[87].

Por seu turno, as fábricas de bordados na cidade do Funchal (as chamadas casas de bordados) acolhiam uma mão-de-obra feminina, em condições de trabalho deprimentes, deixando os seus filhos em casa, sozinhos ou com vizinhos, todo o dia, só regressando à noite[88].

Sobre a vida da bordadeira, Ricardo Veloza considerou-a uma

> "história de dor, sofrimento e até em alguns casos de pura exploração que desde sempre envolveu a vida dessas mulheres que, depois de longos e árduos trabalhos no campo, em grupo ou na solidão do "terreiro" das mais humildes casas, davam vida a essas verdadeiras obras de arte e rara beleza e fina técnica"[89].

Em síntese, apesar das condições do exercício da actividade, o bordado tinha grande impacto económico na Madeira, e na década de 70 do século XX, este sector equivalia a mais de 20% do PIB distrital e o de maior exportação[90].

A exemplo do que aconteceu com a agricultura, entre 1970 e 1974, de um modo geral, a acção industrial foi penalizada, devido à inexistência de mão-de-obra (muitos homens emigraram ou foram mobilizados para a guerra colonial)

[84] KLUT, 2017, p. 67.
[85] KLUT, 2017, p. 103.
[86] VIEIRA, 2010, pp. 129-131.
[87] CRUZ, 2008, p. 267.
[88] CRUZ, 2008, p. 266.
[89] KLUT, 2017, p. 9.
[90] VIEIRA, 2010, pp. 39-40.

e, assim, o açúcar para o consumo na Madeira era considerado, pela agência do Funchal do Banco de Portugal, como o mais caro do mundo[91].

Entretanto, na época pré-autonómica, havia um tecido empresarial débil e financeiramente desestruturado, com elevados índices de crédito malparado, espelhando uma classe empresarial mal preparada, o que era comum ao padrão nacional, como resultado de uma economia excepcionalmente protegida pelo Estado[92].

Para além destes factores que caracterizavam a fragilidade industrial madeirense, outros motivos eram significativos, como a não existência de minérios com interesse, a indústria extractiva limitava-se à exploração de pedreiras para a construção de casas e o empedramento de estradas e havia falta de combustível. Também, as condições económicas da ilha não favoreciam o progresso industrial, com um poder de compra limitado, não proporcionando uma grande absorção de uma produção local[93].

Por outro lado, as verdadeiras fábricas eram raras, havendo sobretudo um artesanato ligado à vida rural, sendo numerosas as pequenas oficinas e de carácter familiar, espalhadas pela ilha. Estas actividades ocupavam uma pequena parte populacional, destacando-se as produções industriais do açúcar, do vinho licoroso, da tanoaria, do fabrico de manteiga e dos bordados[94].

Perante este quadro do sector secundário, foram reivindicadas algumas iniciativas, como a necessidade de modernizar ou substituir as indústrias tradicionais, o açúcar, os bordados e os vimes, bem como a melhoria dos transportes marítimos e das condições da circulação comercial[95].

1.2.2.3. O sector terciário

No período pré-autonómico (anos 60-70), o sector terciário era baseado sobretudo nos serviços e no pequeno comércio muito dividido, sem adequada

[91] FREITAS, 2015, pp. 12 e 131.
[92] FREITAS, 2015, p. 168; VIEIRA e FREITAS, 2008, p. 150.
[93] RIBEIRO, 1985, p. 108.
[94] RIBEIRO, 1985, p. 108.
[95] LOJA, 2008, pp. 290-291.

dimensão económica, sendo significativo o facto da economia ter sido cada vez mais de monocultura, ou seja, baseada no turismo[96].

A Madeira sempre esteve aberta ao exterior, mas com uma dependência externa no abastecimento de bens e a sua balança comercial era desequilibrada. Isto é, a Madeira importava quase tudo o que consumia, como cereais, fruta, carne, bacalhau, medicamentos, papel, plástico, automóveis, máquinas, aparelhos eléctricos, cimento, sabão, adubos, bebidas, combustíveis, ferro, aço, tintas e bebidas[97].

Conclui-se que o espaço insular dependia do abastecimento externo de produtos para o consumo da população e do turismo, de matéria-prima para a transformação nas suas unidades fabris e ainda da aquisição de equipamento doméstico e industrial e de material de transporte[98].

Em contrapartida, exportava um número pequeno de produtos e de fraco valor acrescentado e cada vez com mais concorrência e competitividade de mercados estrangeiros e nacional, sendo poucas as exportações, no caso, o vinho Madeira, a banana, os bordados, as obras de vime, as flores e as conservas de peixe[99].

Apenas a cana sacarina era indirectamente exportada, em pequena parte, através do álcool usado no tratamento do vinho Madeira, pois o açúcar, a aguardente e o mel (produtos derivados da cana) eram consumidos sobretudo a nível local[100].

Esta larga dependência do exterior no abastecimento do arquipélago tornou desfavorável a sua balança comercial: em 1960, a taxa de cobertura era de 50,8% e em 1970, 47,8%[101].

Realce-se que o comércio foi beneficiado com o incremento do turismo, entre 1960 e 1974, e o funcionamento dos dois aeroportos[102].

O tráfego marítimo de passageiros e mercadorias, desde meados do século passado, vinha assumindo um papel relevante, tendo o porto do Funchal sido o mais importante para o comércio externo e o movimento de passageiros,

[96] VIEIRA e FREITAS, 2008, pp. 150.
[97] FREITAS, 2015, p. 116; VIEIRA e FREITAS, 2008, pp. 133-134 e 166-167.
[98] FREITAS, 2015, p. 116.
[99] FREITAS, 2015, p. 116.
[100] FREITAS, 2015, p. 116.
[101] FREITAS, 2015, p. 137; VIEIRA e FREITAS, 2008, p. 134.
[102] FREITAS, 2015, p. 116.

o centro de exportação (banana, vimes, bordado, vinho) e ainda o pólo dinamizador da uma burguesia cosmopolita[103].

Neste capítulo, reclamou-se a adopção de acções mais positivas, com destaque para uma maior valorização dos transportes marítimos e do porto do Funchal, eliminando os constrangimentos à actividade económica (regulamentos, instalações e equipamentos antiquados) e a exigência secular de um porto franco e (ou) de zonas francas comerciais, para a dinamização comercial insular[104].

Os transportes marítimos, com importância ao longo de cinco séculos, cederam o seu lugar ao movimento aéreo, com a abertura dos aeroportos do Porto Santo (1960) e da Madeira (1964), registando um crescente movimento aéreo, que passou de 1011, em 1966 para 1532, em 1970[105]. Por seu turno, a construção destes aeroportos constituiu o marco essencial para a economia regional, permitindo a circulação de pessoas, bens e serviços[106].

Ao nível das comunicações, em 1972, houve a construção da Estação de Cabos Submarinos do Porto Novo (com 20 circuitos telefónicos, cada um desdobrável em 24 circuitos telegráficos) e a inauguração do Centro Regional da Televisão Portuguesa na Madeira[107].

Fruto de determinados condicionalismos favoráveis, como o bom clima, a flora e a fauna, a geologia e a geomorfologia e a beleza natural, a Madeira, desde cedo, se transformou numa estância turística, passando de um turismo terapêutico, no século XIX, para um turismo de lazer, no século seguinte[108].

O grande incremento turístico ocorreu nos finais da década de 60 do séc. XX, associado à inauguração dos aeroportos do Porto Santo e da Madeira. Este aumento extraordinário trouxe, como consequências, um novo parque hoteleiro, o aumento de receitas, mais postos de trabalho e o efeito positivo noutras áreas, como o comércio e os serviços. Assim, a capacidade de alojamento dos hotéis cresceu de 1960 (1350 camas) para 1974 (8971), o número de dormidas subiu de 97 785 (1960) para 1 197 335 (1974) [109].

[103] RIBEIRO, 1985, pp. 125-129.
[104] LOJA, 2008, pp. 290-291.
[105] VIEIRA e FREITAS, 2008, pp. 177-178.
[106] FREITAS, 2015, p. 107.
[107] VIEIRA e FREITAS, 2008, p. 182.
[108] VIEIRA e FREITAS, 2008, pp. 167-169.
[109] VIEIRA e FREITAS, 2008, pp. 169-172.

Com efeito, a taxa de ocupação/cama do espaço insular foi sempre superior à continental: em 1965, 42,4%, na Madeira e 27,7%, no Continente; em 1974, 37,7%, na Madeira e 32,7%, no Continente[110].

Registou-se uma evolução do emprego directo/número de estabelecimentos criados pelo turismo na Madeira, sendo o pessoal ao serviço de 1238 pessoas (com 43 estabelecimentos), em 1966, e depois, 3376 (com 92 estabelecimentos), em 1973[111].

Simultaneamente, o crescimento do número de turistas na Madeira alterou-se de 36 000, em 1965, para 109 957, em 1972, segundo o Relatório da Delegação do Funchal do Banco de Portugal deste último ano[112].

Nas proximidades do "25 de Abril", a economia da Madeira estava em profunda crise estrutural, com um nível de vida mais baixo do que o do país. No contexto europeu, pior que o estado crítico de Portugal só o da Grécia[113].

O turismo madeirense, por ocasião do "25 de Abril", era importante, mas não conhecia uma boa conjuntura. Nesta época, a taxa média de ocupação da hotelaria desceu para cerca de 36%, em 1974, e a taxa nos hotéis de gama alta caiu para 30%, em 1975[114].

Apesar do sector da hotelaria e do turismo concentrar, entre 1970 e 1974, maior atenção e investimento[115], a verdade é que esta área carecia de medidas favoráveis, nomeadamente, quanto ao planeamento de zonas de progresso turístico e ao desenvolvimento do transporte aéreo, tendo em conta o seu valor como elemento central do progresso económico da Madeira[116].

1.2.3. A conjuntura social

Antes da "Revolução dos Cravos", a sociedade madeirense estava marcada por grandes assimetrias. O PIB per capita na Madeira, em 1976, era de 22,6 contos/ano, em média, para a Madeira e o Porto Santo, sendo maior no

[110] VIEIRA e FREITAS, 2008, pp. 172-173.
[111] VIEIRA e FREITAS, 2008, pp. 174-175.
[112] FREITAS, 2015, p. 134.
[113] FREITAS, 2015, p. 135.
[114] FREITAS, 2015, p. 135; VIEIRA e FREITAS, 2008,pp. 146.
[115] FREITAS, 2015, p. 134.
[116] LOJA, 2008, pp. 290-291.

Continente, 51 contos/ano. Deste modo, nesta altura, o rendimento por habitante da Madeira era relativamente baixo e representava menos de metade da média nacional[117].

Com esta baixa capitação madeirense, a vida da população era difícil, sendo ilustrada por várias situações. A alimentação era pobre e pouco diversificada[118], e a nível habitacional, existiam bairros no Funchal (Ribeira de João Gomes) e em Câmara de Lobos (Ilhéu, Casa do Porrão e Casa da Corujeira), em que as casas não possuíam condições de higiene e privacidade, assemelhando-se a "favelas em miniatura"[119].

O arquipélago acolhia uma sociedade muito estratificada, com uma maioria populacional que vivia abaixo do limiar da pobreza. Uma pequena minoria detinha grande poder de compra e ostentação social, por via de uma enorme concentração dos meios de produção e de distribuição. Um núcleo de famílias, sediado no Funchal, dominava a economia, embora na base de empresas, financeiramente, pouco estruturadas[120].

Surge, assim, o "25 de Abril", como resposta a esta assimetria e fazendo um "acerto de contas", através de uma agitação reivindicativa e contestatária, entendida como "anarquizante"[121].

1.2.3.1. Os trabalhadores e o papel dos sindicatos

No período anterior ao "25 de Abril", a vida dos trabalhadores era difícil, tanto a nível de condições do exercício da profissão, como no respeitante a salários e outros benefícios sociais, assistindo-se a um baixo poder de compra.

Por sua vez, os recursos para obviar esta situação eram limitados, quer pela abolição dos sindicatos livres, quer pela eliminação do direito à greve. Assim, quem trabalhava por conta de outrem estava duplamente penalizado, ou seja, pela sua precariedade laboral e económica, como pela redução de

[117] VIEIRA e FREITAS, 2008, pp. 133 e 149.
[118] VIEIRA e FREITAS, 2008, pp. 141-142.
[119] PEREIRA, 2017, pp. 49 e 88-89.
[120] VIEIRA e FREITAS, 2008, p. 150.
[121] VIEIRA e FREITAS, 2008, p. 146.

instrumentos de combate à mesma situação. Este arquipélago comungava das características nacionais, podendo-se elucidar este contexto com os casos específicos que se seguem.

Os operários da serração estavam sujeitos a salários baixos, com falta de segurança, ausência de higiene, desrespeito pela legislação, nomeadamente no que se relacionava com férias (só sete dias no Natal, quando a empresa fechava neste período). Acrescia o receio de falar sobre os seus problemas, bem como a falta de intervenção do respectivo sindicato para a defesa dos seus direitos[122].

As empregadas domésticas e as bordadeiras de casa da Madeira "não tinham quaisquer direitos, não eram consideradas profissionais", assim como não estavam sindicalizadas. As empregadas domésticas trabalhavam 10-12 horas por dia, sem direito a abono de família, sem horário ou dia de descanso, humilhadas pelos patrões, e sem qualquer organismo de defesa dos seus interesses[123].

O sector dos bordados era muito forte, representando 25% do valor bruto das indústrias transformadoras da Madeira e empregava um grande número de mulheres, tendo alguns homens, mas em número menor[124].

As operárias de fábrica, genericamente, auferiam salários insuficientes e diferentes entre si e o ordenado médio mensal dos empregados especializados rondava os 2500$00, variando as férias das operárias entre o mínimo de 8 dias e o máximo de 18, tendo os empregados um mínimo de 12 e um máximo de 26[125].

O Sindicato dos Bordados, existente desde 1937, com dirigentes afectos ao regime, possuía um serviço de fiscalização, mas limitava-se a controlar segundo os dados fornecidos pela entidade patronal, sendo a inspecção nas empresas realizada pela Delegação do Trabalho[126].

Registava-se a falta de actuação do sindicato, chegando ao ponto de atender mal a operária e informar o patrão da sua deslocação àquele organismo, existindo ainda alguns dirigentes do Sindicato dos Bordados que eram sócios-

[122] PEREIRA, 2017, pp. 75-78.
[123] PEREIRA, 2017, pp. 138-140.
[124] PEREIRA, 2017, pp. 68-74.
[125] PEREIRA, 2017, pp. 68-74.
[126] PEREIRA, 2017, pp. 68-74; VIEIRA, 2010, pp. 29-40.

gerentes de empresas de bordados e defendiam os seus interesses e não os dos trabalhadores[127].

O interesse pela vida do sindicato era reduzido, pois na assembleia geral não aparecia nenhuma operária, e, quanto a empregados, compareciam apenas meia dúzia, sendo praticamente nula a participação feminina nos órgãos sindicais[128].

O Sindicato Nacional dos Empregados e Operários da Indústria de Bordados, em 1970, era formado por todas as pessoas que trabalhavam nas fábricas, excluindo as bordadeiras de campo e as domésticas (cerca de 70 000), pois não podiam se inscrever no sindicato, porque não eram consideradas trabalhadoras, apesar de ser certo que, sem estas, não haveria a indústria do bordado madeirense[129].

Então, estavam inscritas 2100 operárias, havendo cerca de 350 empregados, ou seja, do universo de quem trabalhava no sector, os sindicalizados constituíam uma minoria, sendo a direcção do sindicato composta, apenas, por empregados de escritório, não podendo participar as operárias[130].

Assim que fizessem 18 anos, as pessoas que laboravam nas fábricas eram obrigadas, pela legislação em vigor, a se inscrever no sindicato, passando a pagar a "jóia" e quando o trabalhador recebia o seu cartão de sócio, este não ficava na sua posse, mas sim era entregue à entidade patronal[131].

Por outro lado, os sócios efectivos não participavam nas assembleias, nem nas actividades sindicais e os seus problemas não eram discutidos pelos sócios, ficando os aumentos salariais determinados pelo Grémio (patrões), não tendo o sindicato voz activa, submetendo-se ao imposto, bem como havia falta de interesse ou inconsciência para a falta de participação dos associados na vida sindical[132].

[127] PEREIRA, 2017, pp. 68-74.
[128] PEREIRA, 2017, pp. 68-74.
[129] PEREIRA, 2017, pp. 68-74; VIEIRA, 2010, pp. 29-40.
[130] PEREIRA, 2017, pp. 68-74; VIEIRA, 2010, pp. 29-40.
[131] PEREIRA, 2017, pp. 68-74; VIEIRA, 2010, pp. 29-40.
[132] PEREIRA, 2017, pp. 68-74; VIEIRA, 2010, pp. 29-40.

Os empregados de escritório e caixeiros possuíam a sua associação sindical, sendo apenas sócio efectivo, com direito a ser eleito e a eleger, o indivíduo que estivesse sindicalizado há mais de seis meses[133].

Refira-se que todos os trabalhadores do privado, obrigatoriamente, estavam sindicalizados e pagavam quota sindical, que era descontada no salário, mas os trabalhadores do público não se podiam sindicalizar[134].

Em 1971, os trabalhadores deste sector estavam descontentes com a sua situação e, assim, apesar das pressões e dos boicotes, o grupo oposicionista à gestão sindical, apresentou a sua candidatura, nas eleições realizadas no ano seguinte. O resultado eleitoral determinou a vitória da Lista A (da oposição), com 538 votos, alcançando a Lista B (direcção cessante), 35 votos[135].

Isto constituiu uma alteração importante, pois o Sindicato de Empregados de Escritório e Caixeiros foi o "único sindicato regional que saiu da alçada do poder antes do 25 de Abril de 1974"[136].

No anterior regime, o Ministério da Corporações era quem detinha o poder de homologar as direcções sindicais eleitas e, se não o fizesse, nomearia um curador para dirigir o sindicato, mas, neste caso dos empregados de escritório, respeitou a decisão eleitoral[137].

No dia da tomada de posse, houve cartazes com vivas à liberdade e à democracia, tendo os novos dirigentes sido apelidados de "vermelhos" pelo Delegado do Ministério das Corporações e a PIDE esteve próxima da sua actividade[138].

O "1.º de Maio", "Dia do Trabalhador", no tempo do "Estado Novo", estava proibido de ser comemorado. Ainda assim, os movimentos da Acção Católica davam um cunho religioso a esta efeméride, mas não deixavam de celebrá-la[139].

[133] PEREIRA, 2017, pp. 106-110.
[134] PEREIRA, 2017, pp. 106-110.
[135] PEREIRA, 2017, pp. 106-110.
[136] PEREIRA, 2017, pp. 106-110.
[137] PEREIRA, 2017, pp. 106-110.
[138] PEREIRA, 2017, pp. 106-110.
[139] PEREIRA, 2017, p. 79.

1.2.3.2. A situação da mulher

No período anterior à "Revolução dos Cravos", a mulher era menorizada e limitada nos seus direitos, como ser humano e cidadã.

A maioria das mulheres trabalhava em casa e uma minoria laborava fora[140].

Então, frequentavam a escola, até à quarta classe, mas depois ficavam em casa a ajudar nas lides domésticas, a bordar e noutras tarefas que "na altura estavam destinadas às raparigas", porquanto o objectivo não era trabalharem fora[141]. Nos anos 50 e 60 do século XX, a mulher era, sobretudo, educada para ser doméstica[142].

As crianças de tenra idade (8-9 anos) já trabalhavam em casa, para ajudar a família, depois da escola, situação que, na actualidade, configurar-se-ia como "trabalho infantil"[143]. Esta obrigação derivava das precárias condições económico-sociais, pois deviam "ajudar a dar de comer aos […] irmãos mais novos"[144].

Enquanto no Funchal, a maioria dos homens laborava, designadamente nas áreas da construção civil, em oficinas, escritórios e comércio, as poucas mulheres que trabalhavam fora eram, maioritariamente, na indústria de bordados, algumas na FP, docência, escritórios, comércio e ainda outras a dias, em casas particulares, mas sem direitos e também algumas mulheres, que viviam junto da ribeira, lavavam, à mão, a roupa, dias inteiros[145].

Uma das áreas mais importantes desta minoria era a das que trabalhavam nas fábricas de bordados, em condições difíceis, devido ao uso de produtos tóxicos, como petróleo, lixívia, sal de azedas, que prejudicavam a saúde[146].

Não eram consideradas trabalhadoras, mas sim "as mulheres dos bordados", sendo a operária de fábrica a mulher pobre, "gasta", mal vestida, com

[140] VIEIRA, 2010, p. 17.
[141] BACANHIM, 2013, "História de Vida: Assunção Bacanhim", p. 50.
[142] POMBO, 2013, "História de Vida: Gabriela Pombo", p. 77.
[143] VIEIRA, 2010, pp. 17-18.
[144] VIEIRA, 2013, "História de Vida: Teresa Vieira", p. 62.
[145] PEREIRA, 2017, pp. 63-64.
[146] VIEIRA, 2010, pp. 17, 55-56.

as varizes nas pernas, com uma bolsa barata de almoço e com cheiro a petróleo". Este odor apresentava-se como "a identificação da profissão"[147].

Na verdade, as operárias eram menosprezadas, socialmente, por terem sido as primeiras mulheres da Madeira a trabalhar fora das suas casas, ainda por cima desempenhando profissões que eram consideradas "menores", como lavadeira, engomadeira e recortadeira. Por estes motivos, as operárias de bordados tinham "muito má fama, como se fossem todas umas "perdidas" e umas prostitutas"[148]. Por outro lado, existia muito machismo, havendo quem considerasse que "as mulheres eram menos capazes que os homens"[149].

Outros aspectos condicionantes no comportamento da mulher, neste período, eram, entre outros, o preconceito de que a menina tinha limites nos seus tipos de brincadeiras, pois, caso contrário, era chamada de "rapaz macho", e também "não se podia falar nem namorar, era só olhar"[150], tendo as raparigas muitas dificuldades para sair de casa, em particular à noite, pois tal não era permitido pelos pais[151].

Assim, a mulher vivia "congelada, entre umas paredes duma casa, uma ribeira, e trabalho […] [sem] liberdade de ir a lado nenhum"[152], ocorrendo a violência doméstica, logo após o casamento[153].

1.2.3.3. A emigração

O fenómeno emigratório constituiu uma realidade com um grande impacto na Madeira, designadamente no séc. XX[154].

Os quantitativos foram variáveis no tempo, mas com importância demográfica, económica e social. Até 1967, a percentagem média da emigração anual apresentou os seguintes valores: entre 1960 e 1966, 1,49% (3650 emigrantes, no ano de 1966, ficando a Madeira em 15.º lugar, entre os 22

147 VIEIRA, 2010, pp. 17, 55-56.
148 VIEIRA, 2010, pp. 17, 5-56.
149 PEREIRA, 2017, pp. 96-97.
150 VIEIRA, 2013, "História de Vida: Odete Vieira", pp. 8-10.
151 BACANHIM, 2013, p. 51; MELIM, 2013, "História de Vida: Josefina Melim", p. 99.
152 MELIM, 2013, p. 100.
153 VIEIRA, 2013, p. 63.
154 RIBEIRO, 1985, pp. 115-116.

distritos do Continente; em 1967, o arquipélago passou para o 14.º lugar, com 3188 emigrantes)[155].

Quanto aos países de destino, verificou-se que a emigração continental tinha como destino a Europa, enquanto a madeirense se virou mais para uma linha transoceânica[156].

Nestes termos, a Venezuela figurava em primeiro lugar, absorvendo, em 1966, 80% da emigração madeirense, a qual representou 174% em relação ao contingente português para esse país e, em 1967, a percentagem dos emigrantes madeirenses para este destino era de 76% e do total de 4188 emigrantes portugueses, 2440 eram madeirenses, isto é, 67% em 1967[157].

Seguia-se o Brasil, que recebeu, em 1966, 201 emigrantes da Madeira, num total de 2607 a nível nacional, subindo para 379, em 1967[158].

A emigração madeirense para a África do Sul, em 1966, cifrava-se em 240 madeirenses, num total de 4721 emigrantes portugueses, ocupando o 2.º lugar da emigração do arquipélago. Mas em 1967, decaiu para o 3.º lugar, com 142, subindo o Brasil para o 2.º lugar, com 379. Existiam, ainda, outros espaços de acolhimento dos madeirenses, como os Estados Unidos da América e o Canadá[159].

Como resultado deste movimento emigratório, notou-se um decréscimo populacional nalgumas localidades da Madeira, pois o impacto da emigração foi maior que o excedente de vidas (natalidade e habitantes que ficaram), destacando-se os altos saldos negativos registados, em 1967, nos concelhos da Calheta (-5,7%), de Santa Cruz (-2,7%), da Ponta do Sol (-1,6%), do Porto Moniz (-1,5%) e da Ribeira Brava (-1%)[160].

Relativamente às condições de trabalho do emigrante madeirense, genericamente, eram muito difíceis, tendo sido classificada como “uma vida desgraçada”[161].

[155] CARDOSO, 1968, *O fenómeno económico-social da emigração madeirense,* p. 9-12.
[156] CARDOSO, 1968, pp. 13-16.
[157] CARDOSO, 1968, pp. 13-16.
[158] CARDOSO, 1968, pp. 13-16.
[159] CARDOSO, 1968, pp. 13-16.
[160] CARDOSO, 1968, pp. 18-34.
[161] PEREIRA, 2017, p. 115.

Mas a sua adaptação e o seu bom desempenho no estrangeiro eram valorizados, porque estava habituado ao trabalho duro e a uma vida sóbria[162].

O acto emigratório carecia de uma "carta de chamada", sem a qual não se poderia sair para o estrangeiro, documento que era feito a favor de um vizinho, compadre ou amigo[163].

As motivações dos fluxos emigratórios do arquipélago eram diversas, sendo os mesmos o "remédio ideal" para o mal-estar social da pobreza, a que se juntava o espírito de aventura[164].

Neste entendimento, de 1966 a 1974 – período em que o regime controlava tudo, sustentando uma minoria com privilégios, face a uma maioria sem futuro – restava a esta o caminho da emigração, sobretudo para a África do Sul e a Venezuela, assim como uma pesca artesanal e de subsistência provocava a saída para a faina piscatória no Cabo, Panamá e Angola[165].

Agostinho Cardoso[166] considerou que a emigração da Madeira tinha razões comuns às do Continente Português, ou seja, o "insuficiente desenvolvimento sócio-económico, e pressão demográfica não equilibrada por uma suficiente industrialização, suficiente emprego e suficiente estruturação da agricultura"[167].

O referido parlamentar adicionava, como factores da emigração madeirense, o contacto secular com estrangeiros e turistas, as notícias de triunfo na vida dos que emigravam, a fama de riqueza dos que regressavam, a chamada dos familiares para uma vida melhor, pelos que estavam no estrangeiro, e ainda as condições difíceis do trabalho manual agrícola, através de métodos primitivos, numa acidentada orografia[168].

Na sua perspectiva, havia graves consequências do surto emigratório, designadamente o *"brain drain*" da Madeira, uma partida dos elementos de valor intelectual e técnico, prejudicando a cultura, a liderança e o futuro do arquipélago, porquanto grande parte dos estudantes nas universidades

[162] RIBEIRO, 1985, pp. 115-116.
[163] PEREIRA, 2017, p. 45.
[164] RIBEIRO, 1985, pp. 115-116.
[165] CRUZ, 2008, pp. 265-266.
[166] Ver anexo.
[167] CARDOSO, 1968, p. 5.
[168] CARDOSO, 1968, pp. 5-6.

portuguesas não regressava à ilha, ficando pela capital e outros centros do Continente, com maior qualidade profissional e salarial[169].

Desta sorte, na visão do deputado em questão, o "antídoto" para a emigração seria "a melhoria do nível de vida e a promoção social", sugerindo, entre outras propostas, a aposta no maior desenvolvimento do turismo, dos sectores agrícola e educacional, porque a estrutura industrial e comercial da ilha era frágil, a necessidade de centros de formação profissional (eram poucos os operários especializados e semiespecializados), a promoção de cursos de formação acelerados para adultos e a descentralização dos ensinos médio e universitário, alargando-os às ilhas[170].

Apontava o mesmo parlamentar o dever de melhorar a agricultura (feita a braços, com uma propriedade fragmentada e uma orografia difícil), estudando a sua mecanização e o emparcelamento agrícola, a existência de uma pecuária modernizada e a expansão turística na zona litoral sul (de Machico à Ribeira Brava), com comércio, floricultura, produção agrícola especializada, maior volume dos serviços e centro dos transportes turísticos, marítimos e aéreos. Deste modo, a fixação nesta zona litoral, com as referidas actividades, aumentaria o emprego e substituiria a emigração madeirense[171].

Assim, para Agostinho Cardoso[172], "o homem madeirense […] se ir[ia] libertando, pouco a pouco, de escravo da terra para se transformar em operário agrícola ou elemento do sector secundário e terciário", possibilitando estas sugestões o objectivo de fixar o homem madeirense à sua terra[173].

Outra razão fundamental para a emigração foi a guerra colonial portuguesa, sobretudo em Angola, Moçambique e Guiné, entre 1961 e 1974[174].

Por um lado, devido à obrigatória mobilização dos jovens para o Ultramar, não podiam sair do país, a partir dos 14 anos, e então, antes dessa idade, houve famílias que levaram os seus filhos adolescentes, quase ainda crianças, para o Brasil ou a Venezuela[175].

[169] CARDOSO, 1968, pp. 35-36.
[170] CARDOSO, 1968, pp. 39-43.
[171] CARDOSO, 1968, pp. 36-38.
[172] Ver anexo.
[173] CARDOSO, 1968, p. 37.
[174] PEREIRA, 2013, "História de Vida: Conceição Pereira", p. 21; PEREIRA, 2017, pp. 94 e 113.
[175] PEREIRA, 2017, pp. 94 e 113.

Depois, os que ficavam em Portugal, uns fugiam ao serviço militar (refractários) e outros saíam da tropa (desertores), sendo essas saídas clandestinas, obrigando-os a passar ilegalmente a fronteira portuguesa[176].

Este específico surto emigratório originou uma rede de traficantes, que tratava da documentação, para livrar jovens da ida para o Ultramar[177].

Segundo Agostinho Cardoso, a emigração clandestina madeirense não teve a mesma expressão da continental, "talvez porque o carácter insular do distrito torn[ava] mais fácil a sua profilaxia e repressão"[178].

Assinale-se, ainda, a existência de uma emigração temporária (sazonal), sobretudo para a Inglaterra – já, a partir de 1952 – ocupando-se nos hotéis de Nova Jersey. Com efeito, no período de menor actividade turística na Madeira, o Verão, os profissionais madeirenses iam até Inglaterra, onde trabalhavam e faziam um aperfeiçoamento profissional e da língua inglesa, benefícios usados no retorno à Madeira, registando-se, em 1966, a emissão de 404 passaportes para a Inglaterra e, em 1967, o quantitativo aumentou para 505[179].

As remessas financeiras enviadas pelos emigrantes desempenhavam um papel importante na economia e na sociedade madeirenses. Embora não se conhecesse uma estimativa do valor das divisas provenientes da emigração entradas no arquipélago, apontava-se que a mesma fosse volumosa, supondo-se a entrada de 300 milhões de contos por ano, na década de 60[180].

Desse recebimento monetário, havia diversas vantagens para os locais, como a sua distribuição por milhares de famílias da cidade e do campo, o incremento de construção de pequenas habitações, um maior movimento comercial, o aumento do consumo familiar, a melhoria do vestuário e da alimentação de muitos madeirenses, o auxílio nos estudos dos filhos, e, assim, era atenuada a situação precária de muitos agregados familiares[181].

Mas se é verdade que a economia arquipelágica dependia muito das remessas dos emigrantes, que chegavam através dos bancos, sobretudo da África do Sul e da Venezuela, todavia, muito desse dinheiro era guardado em

[176] PEREIRA, 2013, p. 21; PEREIRA, 2017, pp. 94 e 113.
[177] CRUZ, 2008, p. 266.
[178] CARDOSO, 1968, p. 13.
[179] CARDOSO, 1968, p. 16.
[180] CARDOSO, 1968, p. 17.
[181] CARDOSO, 1968, p. 17; PEREIRA, 2017, p. 45; RIBEIRO, 1985, pp. 115-116.

casa, nas zonas rurais, sem aplicação na economia, quando estes capitais poderiam ter sido usados no turismo, gerando emprego, criando riqueza e evitando vagas de emigração[182].

Contudo, esta entrada de divisas da emigração ia diminuindo, à medida que era proibida a saída de dólares, rands e libras dos países onde estavam os madeirenses[183].

Por outro lado, a permissão de entrada apenas a famílias completas ou a parentes próximos dos que estavam fora, a partir de 1963, fez aumentar o número de mulheres emigradas em relação aos homens, verificando-se que, em 1966, saíram 2237 mulheres, comparativamente a 1413 homens, e, igualmente, se assistiu à fixação dos filhos no estrangeiro, adquirindo um melhor nível de vida[184].

1.2.3.4. Os movimentos católicos

O contexto socioeconómico, político e cultural, designadamente do arquipélago da Madeira, nos anos 60 e 70 (mais precisamente de 1966 a 1974), genericamente, era marcado, entre outras características, por um regime ditatorial, a guerra colonial, a emigração, a colonia, a ocupação feminina no campo e no bordado e pelo acesso limitado ao ensino.

Neste contexto, segundo João da Cruz[185],

> "a dependência económica, social e cultural, o sentimento de impotência, a marca da escravidão, constituíam como que um estigma inerente à natureza das pessoas […] E toda esta situação era cinicamente gerida por um poder político que procurava e encontrava um apoio imprescindível por parte do poder religioso. Era um conluio e promiscuidade escandalosos!"[186].

O objectivo do trabalho dos movimentos católicos (alguns padres e leigos da ACO) foi responder a esta situação de degradação de valores, de subdesenvolvimento social, religioso e cultural. Neste ambiente de sofrimento e conformismo, a religião e a Igreja eram o recurso, o porto de abrigo e a

[182] LOJA, 2008, p. 289.
[183] CARDOSO, 1968, pp. 17 e 38.
[184] CARDOSO, 1968, pp. 17.
[185] Ver anexo.
[186] CRUZ, 2008, p. 267.

consolação das pessoas e, por isso, a tarefa destes movimentos teria de partir de dentro da própria Igreja, e à sombra da mesma, pois tinha a confiança do poder político[187].

O intuito era consciencializar, individual e colectivamente, para uma "transformação social profunda e constante", através de uma organização assente em equipas de reflexão e acção para modificar as estruturas sociais. Foi um trabalho lento e moroso de consciencialização e de sensibilização, partindo da realidade dos trabalhadores, com uma reflexão à luz do evangelho, em ordem à sua libertação e emancipação[188].

Havia condições favoráveis à influência dos movimentos católicos, pois neste período de 1966 a 1974, ocorreram movimentações sociais, políticas e educacionais, tanto internacionais, como nacionais, que ajudaram a acção católica operária.

Nesta fase, a Igreja estava em ebulição, com João XXIII, "o papa dos pobres", abrindo a instituição ao mundo, na esperança de justiça, paz e libertação dos povos e acontecia, em França, o Maio de 68. Também, nasciam os movimentos de libertação em África e na Améria Latina, vivia-se a guerra do Vietname e, em Portugal, havia a contestação à política colonial e as revoltas estudantis de 1972, nas universidades. Entretanto, chegavam ecos dos movimentos revolucionários da América Latina e da Teologia da Libertação e, apesar da censura, sabiam-se das notícias nacionais e estrangeiras, via rádio e imprensa internacionais *(Le Monde, Informations Catholiques Internationales*, rádio *Voz da Liberdade* de Argel)[189].

Seguia-se o papel dos bispos D. Hélder da Câmara e D. Óscar Fragoso, no Brasil, onde se vivia uma ditadura e igual foco se verificava noutros clérigos latino-americanos (D. Óscar Romero em S. Salvador, Ivan Illich no México e Camilo Torres na Colômbia). Conheciam-se as novidades políticas do Chile, Cuba, Nicarágua, Argentina e Uruguai (neste caso, o movimento dos Tupamaros) e identificava-se a acção dos padres operários em França[190].

[187] CRUZ, 2008, p. 268.
[188] CRUZ, 2008, p. 268.
[189] CRUZ, 2008, pp. 270-272.
[190] CRUZ, 2008, pp. 270-272.

Por outro, havia contactos directos dos movimentos portugueses e madeirenses com a JOCI e o MMTC, os dois com sede em Bruxelas, promoviam-se leituras e audição de discos de cantores, como Luís Cília e Zeca Afonso, Adriano Correia de Oliveira e Manuel Freire, fomentando a consciencialização política e social dos membros da ACO[191].

A propósito da ligação da JOC e da LOC, a nível internacional, designadamente a sua participação e contactos com a FIMOC e as Conversações Internacionais da ACO, releve-se a eleição do sacerdote madeirense Agostinho Jardim Gonçalves[192], assistente nacional da LOC, para assistente europeu do MMTC, entre 1967 e 1970, e a sua nomeação, pela Santa Sé, como primeiro assistente geral deste movimento internacional, entre 1968 e 1970[193].

Nesta conjuntura, os padres do Pombal foram uma referência com impacto regional. Esta comunidade constituída por três padres, assistentes da Acção Católica, tinha residência na Rua do Pombal, cidade do Funchal, sendo um lugar de encontro e reflexão sobre assuntos teológicos, eclesiásticos e sociais, com a intenção de criar uma pastoral inovadora e adequada aos novos tempos, visando uma dinamização pastoral voltada para as diversas áreas sociais[194].

Foram organizados alguns programas de rádio, passando a mensagem cristã dos envolvidos neste movimento católico, os quais eram transcritos no *JM*, sob a direcção de Paquete de Oliveira[195], sendo esta actividade, obviamente, marginal à organização oficial da pastoral diocesana, o que motivou suspeitas das entidades civis, como a DGS[196].

No quadro dos agrupamentos católicos, existiam movimentos de jovens, como a JOC, e de adultos, como a LOC, organizados em equipas diocesanas, paroquiais, profissionais e de estudantes da EICF, realizando-se reuniões semanais e, anualmente, cursos e conselhos diocesanos e nacionais, em que alguns militantes iam a encontros internacionais[197].

---

191 CRUZ, 2008, pp. 271-272.
192 Ver anexo.
193 GONÇALVES, 2002, “Relações internacionais”, pp. 215-219.
194 CRUZ, 2008, pp. 268-269.
195 Ver anexo.
196 CRUZ, 2008, p. 269.
197 CRUZ, 2008, pp. 272-275.

O método era o de revisão de vida, com base em três pressupostos: ver, julgar e agir. A interpretação e o julgamento eram alicerçados na fé e no evangelho, pretendendo-se a "transformação das estruturas sociais que condicionavam a construção duma sociedade mais justa, mais livre e mais solidária", em ordem a uma autonomia pessoal e social[198].

Na JOC, com sede na Rua do Bispo, Funchal, discutiam-se problemas que as pessoas sentiam, tomando consciência dos mesmos, e promoviam-se actividades de voluntariado, como visitar doentes ao Sanatório (actual Hospital Dr. João de Almada) e ao Hospital dos Marmeleiros[199].

Nas reuniões da LOCF, após a "revisão de vida", estabeleciam-se conclusões e compromissos para implementar na vida diária, tendo por base os problemas das pessoas (as condições das operárias de bordados, a alimentação dos pobres)[200].

Também existia a JEC, responsável pelo CAF, que era a sede dos movimentos católicos de jovens estudantes[201].

Na sequência de movimentações das eleições legislativas de 1969, neste espaço, funcionou um curso nocturno de preparação para os exames do 2.º ano do Liceu, apoiado por um grupo de professores voluntários, de forma gratuita, em horário pós-laboral, pois, a seguir à 4.ª classe, era difícil os trabalhadores terem acesso ao ensino secundário, necessitando os mesmos de se preparar por sua conta e se autoproporem a exame. Houve algumas actividades culturais do CAF que foram seguidas pela vigilância policial[202].

Nesta actividade dos movimentos católicos, há que destacar o CCO, existente a nível nacional, e que, no Funchal, tinha sede na Rua do Pombal. Foi criado para aprofundar a formação pessoal e de consciência operária de todos os trabalhadores, cristãos ou não, juntando os elementos mais comprometidos com o mundo laboral[203].

A criação deste organismo tinha por missão "levar a […] ação a outras pessoas que não se interessavam por organismos religiosos"[204]. No tempo da

[198] CRUZ, 2008, pp. 272-273.
[199] BACANHIM, 2013, pp. 50–52.
[200] PEREIRA, 2017, pp. 64-67.
[201] CRUZ, 2008, pp. 273-276.
[202] CRUZ, 2008, pp. 273-277.
[203] CRUZ, 2008, pp. 273-280.
[204] PEREIRA, 2013, p. 20.

ditadura, era um modo de proporcionar "conhecimentos aos trabalhadores que lhes eram vedados pelo regime"[205].

Passaram a integrar este CCO os movimentos da Acção Católica Agrária e alguns grupos de estudantes. Com a abertura do CCO, começou a funcionar o curso nocturno de preparação para os exames do 2.º ano do liceu, que existia anteriormente no CAF, e também foi aberto um curso de alfabetização para a realização do exame da 4.ª classe de adultos, segundo o método do brasileiro Paulo Freire[206].

Os professores eram militantes da Acção Católica que colaboravam graciosamente e, tanto estes como os alunos, ainda pagavam uma quota mensal de 20 escudos para a renda da casa e outras actividades (palestras e convívios)[207].

Havia peças de teatro, tendo por base a vida dos trabalhadores, bem como a audição de música de carácter social, visando a libertação dos oprimidos[208]. Realizavam-se reuniões, passeios e audições de canções proibidas (Tino Flores, Francisco Fanhais)[209].

Procurava-se criar uma "escola de pensamento", para que cada pessoa tomasse conta de si e se libertasse dos medos ancestrais, tornando-se num cidadão activo. Estas actividades estavam sob o olhar das autoridades civis, designadamente da polícia política[210].

Com o "25 de Abril" de 1974, o CCO e o *CF* eram os pontos de encontro e debate dos defensores da liberdade e da justiça social. No CCO, ocorreram as primeiras reuniões em liberdade e que fizeram aparecer os movimentos de cidadania e políticos[211].

Em reacção ao CCO e à nova situação política portuguesa, a FLAMA espalhou o terror, através de atentados bombistas, tendo um deles destruído a casa da Rua do Pombal, em Novembro de 1974, e outro o carro do padre João da Cruz, actos apontados a organizações independentistas. Os militantes do

[205] PEREIRA, 2013, p. 20.
[206] CRUZ, 2008, pp. 273-279.
[207] PEREIRA, 2013, pp. 19–20.
[208] CRUZ, 2008, p. 277.
[209] BACANHIM, 2013, pp. 52–53.
[210] CRUZ, 2008, p. 276.
[211] CRUZ, 2008, pp. 279-280.

CCO foram-se dispersando e integrando os movimentos e os partidos de esquerda, criados com o "25 de Abril"[212].

No conjunto das acções de índole católica, o grupo do Pombal fez uma carta aberta aos candidatos das eleições à AN de 1969, "condenando a falta de condições para umas eleições livres e democráticas" – tendo a mesma sido divulgada dentro e fora do país[213] – e, no mesmo ano, também alguns sacerdotes e leigos assinaram a "Carta a um Governador" [214].

Relativamente à participação de católicos nas eleições legislativas de 1969, os deputados eleitos, os do regime, fizeram queixa ao bispo do Funchal, D. António Saraiva. alegando que os dirigentes da JOC e JOCF, da LOC e da LOCF tinham apoiado a oposição[215].

Foram chamados ao prelado, que reprovou o envolvimento da Acção Católica na campanha eleitoral, tendo ele próprio dito que não tinha ido votar, porque não se deveria meter em política. Do lado contrário, a resposta do Pe. João da Cruz foi: "O Senhor Bispo tomou essa posição, nós tomámos outra, mas é tudo política". De igual modo, Maria Conceição Pereira afirmou: *"*Olhe, Senhor Bispo, eu fiz política porque é um direito meu e não vim para a Acção Católica para perder os meus direitos políticos"[216].

1.2.4. O ensino

Nas vésperas do "25 de Abril", o índice de analfabetismo na Madeira era elevado, sendo de 34,6 %, em 1960, e com carácter maioritário no sexo feminino, embora tal representasse uma diminuição relativamente à taxa de 1950, que se situava nos 48,9%, cifrando-se a taxa de analfabetos na Madeira, em 1970, no valor de 30,2 %[217].

[212] CRUZ, 2008, pp. 279-281.
[213] PEREIRA, 2017, pp. 95-96.
[214] CRUZ, 2008, p. 270.
[215] PEREIRA, 2017, pp. 95-96.
[216] PEREIRA, 2017, pp. 95-96.
[217] DREM, 1981, *Censos 1981*, Volume IX.

Contrariamente ao que se passa hoje, não havia creches, nem jardins de infância, ficando as crianças em casa, algumas com fome e aos cuidados da família[218].

O ensino primário era o único acessível aos pobres[219]. Mas nem todas as crianças frequentavam a escola, pois "umas ficavam em casa a tomar conta dos irmãos mais pequenos, outros iam trabalhar na fazenda e cuidar dos animais"[220].

Por outro lado, havia uma escola masculina e uma feminina, não sendo permitida a junção de rapazes e raparigas na mesma sala de aulas[221].

Existia, ainda, o recurso aos castigos corporais, com régua, vergasta e vime[222]. Vivia-se uma "situação de repressão", sendo esta uma marca da "educação do Estado Novo"[223].

Depois da ida à escola, muitas crianças não tinham tempo para estudar, porque deviam "fazer a vida de casa" e, nas férias escolares, algumas meninas bordavam "de manhã até à noite, por causa de ajudar no sustento da casa"[224].

O ensino liceal e técnico era reservado aos estratos mais favorecidos ou aos que viviam na cidade, que frequentavam os poucos estabelecimentos como o LNF, a EICF e alguns colégios particulares, sendo o seminário da Diocese o recurso alternativo para uma minoria[225].

Na época marcelista, algumas pessoas já se tinham organizado para abrir um colégio particular na Ribeira Brava e outro em Machico e depois foi criado também um em S. Vicente, mas os estudantes que os frequentavam pagavam mensalidades e transportes. Na Ponta do Sol, com o apoio do Pe. Marques, foi lançado um colégio (informal), em que os alunos se preparavam para ir a exames nos estabelecimentos de ensino oficial, no Funchal[226].

Antes do "25 de Abril", "já era um grande feito uma rapariga tirar a quarta classe, sobretudo as raparigas pobres", chegando a ser entendido como "um

[218] PEREIRA, 2017, pp. 49-50.
[219] CRUZ, 2008, p. 267.
[220] PEREIRA, 2017, p.16.
[221] PEREIRA, 2017, p.16; POMBO, 2013, p. 76.
[222] PEREIRA, 2017, p. 16; POMBO, 2013, p. 77.
[223] POMBO, 2013, pp. 76–77.
[224] MELIM, 2013, p. 98.
[225] CRUZ, 2008, p. 267.
[226] PEREIRA, 2017, p. 91.

desperdício manter uma mulher na escola depois da 4.ª classe"[227]. Muitas vezes, funcionava não apenas a razão financeira, mas o preconceito relativamente à mulher e que marcava a mentalidade da época[228].

Para além do analfabetismo ser muito alto, a educação confinava-se à família e à catequese, num clima de medo e intolerância, "sempre à espera que os mais importantes, os detentores do poder se dignassem olhar para os mais pobres e desfavorecidos."[229].

O baixo nível de escolaridade, ao lado de uma inexistente estratégia de progresso, explica o estado de subdesenvolvimento da Madeira e do Porto Santo, no fim da ditadura, em 1974[230].

Por isso, os opositores ao regime político entendiam, como fortes preocupações, o elevado analfabetismo e a instrução primária insuficiente, pelo que defendiam a criação de novas escolas, bolsas de estudo e formação profissional generalizada[231].

1.2.5. A cultura

Num arquipélago de elevado índice de analfabetismo e de limitado acesso ao ensino, designadamente ao universitário, o panorama cultural sofrera as suas consequências. Deste contexto anterior ao "25 de Abril", destacamos duas áreas, o teatro e a música.

Como importante veículo cultural, o teatro na Madeira entroncava-se com o ideário político de diferentes épocas, e era desenvolvido por grupos locais e companhias nacionais, que, na ida para as colónicas africanas, faziam temporadas de três meses nesta ilha. Nos anos 50 e 60 do século XX, com origem no Cine-Clube do Funchal – do qual fizeram parte Herberto Hélder e João Pestana – surgiu o TEF, que se extinguiu, por ser considerado "subversivo" pelo

[227] VIEIRA, 2010, p. 18.
[228] VIEIRA, 2010, p. 24.
[229] CRUZ, 2008, p. 267.
[230] FREITAS, 2015, p. 167.
[231] LOJA, 2008, p. 291.

"Estado Novo" e devido ao contexto político da época, designadamente pela acção da censura prévia[232].

Saliente-se, ainda, que antes do "25 de Abril", alguns padres do grupo do Pombal utilizavam o adro paroquial para "récitas" codificadas e também havia o canto de baladas de Zeca Afonso, Adriano Correia de Oliveira e Francisco Fanhais, tendo o padre Rufino da Silva sido um interveniente activo neste processo[233].

A "Alegria no Trabalho e Recreio Popular" eram os lemas da FNAT – tendo a sua sede na Madeira, na Rua dos Ferreiros, 158, Funchal – que promovia actividades recreativas, culturais e desportivas. Então, realizavam-se saraus de música e teatro, envolvendo grupos de amadores, apresentando as casas do povo e os sindicatos as suas produções artísticas, ao gosto popular, tendo, destes palcos amadores, surgido muitos actores, músicos e locutores da comunicação social[234].

Entretanto, em 1957, surgiu a AMBAM e, em 1964, a Orquestra de Câmara da Madeira[235].

Nos anos 60 do século XX, o ensino formal da música não se resumia à AMBAM, pois havia outras formas, como as bandas filarmónicas ("o conservatório do povo") nos vários concelhos, a Banda Militar e a Banda da PSP (em actividade até 1973). As bandas, na sua maioria, tinham maestros militares e estes aliciavam os melhores das localidades para a Banda Militar, como forma de fugirem da ida à guerra colonial, nos anos 60 e também isso proporcionava um emprego de futuro[236].

O ensino musical também era feito por tunas e orquestras de palheta ao estilo italiano, como o Recreio Musical, a Tuna da Camacha e a 20 de Maio[237].

Havia, ainda, música no meio estudantil, tendo o LNF, a EICF e a Escola das Artes e Ofícios sido centros de dinamização musical. Desenvolveram-se coros, a banda juvenil (nos Salesianos) e sobretudo conjuntos académicos, com nomes consagrados, a nível regional e nacional, como Gabriel Cardoso, Sérgio

[232] BERNARDES, 2008, "Breve viagem pelo teatro da Madeira", pp. 50-57.
[233] BERNARDES, 2008, pp. 56-57.
[234] SARDINHA, 2008, "Um olhar sobre as práticas musicais madeirenses do século XX", pp. 97-99.
[235] SARDINHA, 2008, pp. 99-101.
[236] SARDINHA, 2008, pp. 102-105.
[237] SARDINHA, 2008, p. 102.

Borges (vencedor do Festival da Canção da *RTP*, em 1970), Luís Jardim e o Conjunto Demónios Negros, Conjunto Académico João Paulo (os seus membros foram isentos de prestar serviço militar obrigatório, dado o seu grau de estrelas, tendo o mesmo sido substituído por espectáculos para as tropas colocadas nas colónias africanas)[238].

Com a queda de Salazar e a "primavera marcelista", nascia a esperança de um Portugal novo, ocorrendo récitas e serões em recintos fechados, patrocinados por escolas, MP, FNAT, onde surgiram muitos talentos na música, no teatro, na dança, na declamação, na locução e na apresentação de espectáculos. Aos fins-de-semana, havia espectáculos com artistas madeirenses, continentais e até espanhóis no Cine Parque, no Cine Jardim e no Teatro Municipal[239].

Também, aconteciam concertos ao ar livre, como, por exemplo, no Jardim Municipal, com os *Mud Revolution* e *Comuna Singular*, manifestando ideias de liberdade. De forma clandestina, em rodas de amigos e convívios fechados, ouviam-se as canções de protesto de José Afonso, Adriano Correia de Oliveira e Jacques Brel[240].

O mercado artístico-musical tinha o Funchal como a sua área privilegiada, onde se desenvolvia o turismo. A inauguração do aeroporto da Madeira em 1964 provocou o alargamento do turismo até Machico, com a Matur e Hotel Holyday In, levando à expansão dos profissionais da música até aquele concelho (grupos de folclore, de dança e música erudita). As cadeias Sheraton, Hilton e Holyday In instalaram-se na Madeira e contrataram orquestras, bailarinos, disco jóqueis e fadistas[241].

A valorização da música tradicional e o contributo dos instrumentos de corda usados nas músicas populares aconteceram ainda antes do "25 de Abril", salientando-se a acção dos musicólogos António Aragão e Artur Andrade, que recolhiam pela Madeira e Porto Santo, nos anos 70, o cantar e o tocar do povo, registando-os[242].

[238] SARDINHA, 2008, pp. 103-105.
[239] SARDINHA, 2008, p. 104.
[240] SARDINHA, 2008, pp. 104-105.
[241] SARDINHA, 2008, pp. 105-108.
[242] SARDINHA, 2008, p. 111.

Este trabalho veio comparar e repor a verdade, face ao "folclore" inventado a partir da cidade e que se destinava apenas a apresentar nos hotéis[243].

A imagem da música e dos músicos madeirenses, até ao "25 de Abril", assentava no "folclore" e nas "danças e cantares" que significavam grupos de folclore organizados, com invenção de coreografias e músicas, sem fundamento histórico e consciência cultural, sendo a grande excepção o Grupo Folclórico da Casa do Povo da Camacha. Durante os anos 60, a aliança folclore-turismo massificada destruiu o trabalho dos poucos folcloristas, como Carlos Santos[244].

Até ao "25 de Abril", muitos artistas madeirenses estiveram na linha da frente nacional, como Edmundo Bettencourt, Max, Tony Amaral, Sérgio Borges, Victor Costa e Gabriel Cardoso[245].

1.2.6. A comunicação social

1.2.6.1. O quadro da informação regional

Às portas do "25 de Abril", os órgãos de comunicação social existentes na Madeira eram a *RTP*, a *EN,* o *PEF,* a *ERM*, dois jornais diários, o *DN* e o *JM* e cinco periódicos, de frequência, geralmente, semanal, o *EF,* o *DM,* a *VM,* o *CF* e o *RNN*[246].

Embora não possuíssem o carácter ideológico e político que tinha o *CF*, para Paquete de Oliveira, os restantes jornais madeirenses tiveram um papel reivindicativo, abordando temas sociais e colocando-se a favor de causas arquipelágicas, nos anos 60[247].

Incluem-se, neste rol, a *VM*, o *DM*, o *JM*, o *DN*, o *EF* e o *RNN*, que tiveram uma acção importante na imprensa insular e até nacional. O *DN*

[243] SARDINHA, 2008, p. 111.
[244] SARDINHA, 2008, pp. 114-115.
[245] SARDINHA, 2008, p. 115.
[246] GOUVEIA, 2002, p. 135; OLIVEIRA, 2008, "A comunicação social madeirense e a autonomia da região", pp. 27-33.
[247] OLIVEIRA, 2008, pp. 27-34.

pertencia à família inglesa Blandy, com uma cultura democrática, e era um jornal de base regional, defensora dos interesses do arquipélago. O *JM,* propriedade da Diocese do Funchal, nos anos 60, manifestava interesse pelos problemas regionais, tendo havido tentativas de modernização deste periódico, mas o mesmo dava espaço a textos de dois históricos jornalistas do regime, Barradas de Oliveira e Dutra Faria. A *VM*, dirigido por Agostinho Cardoso, deputado à AN, era um órgão oficioso da UN e o mais representativo da política do regime na Madeira. Os semanários *EF, RNN* e o *DM* tinham um cunho muito regionalista[248].

Este último jornal, dirigido por António de Castro Jorge[249], no "Estado Novo", foi uma "plataforma de ataques ao salazarismo, e aos interesses instalados na ilha, especialmente na coluna de Cesário [Nunes], Giz na parede"[250].

1.2.6.2. O *Comércio do Funchal*

Este periódico foi fundado em 1910, com um carácter comercial, propriedade de João Carlos Veiga Pestana. Um grupo de jovens convenceu o seu proprietário a transformá-lo num projecto cultural e político[251]. Assim, a partir de 31 de Dezembro de 1966, o jornal passou a ter outra função, sendo um título alugado ao seu dono, por ser impossível editar um título novo, mais apropriado e menos "comercial"[252].

Destacando-se pela sua função interventiva no período do regime anterior político[253], o *CF* teve como principais figuras Vicente Jorge Silva[254], José Manuel Barroso[255], Luís Angélica e Milton Morais Sarmento[256], a quem se

[248] OLIVEIRA, 2008, pp. 27-39.
[249] Ver anexo.
[250] OLIVEIRA, 2016, "Madeira: do 25 de Abril ao 25 de Novembro – 40 anos depois. Uma Caminhada para a Autonomia da Região", p. 11.
[251] OLIVEIRA, 2008, pp. 30–31.
[252] SILVA, 2008, "O "*Comércio do Funchal*" e a Autonomia", pp. 236-237.
[253] OLIVEIRA, 2008, pp. 30–31.
[254] Ver anexo.
[255] Ver anexo.
[256] Ver anexo.

juntaram outros fundadores, como Artur Andrade, Vítor Rosado, António Aragão, Ricardo França Jardim, José Manuel Coelho e Duarte Sales Caldeira[257].

Ficou conhecido como o *"jornal cor-de-rosa"*, "pela cor do papel em que era impresso, mas também, simbolicamente, pelo tom rosa que constituía no meio do grande cinzentismo da generalidade da imprensa nacional"[258], uma ideia de José Luís Louro, professor do LNF, rompendo também com o cinzentismo gráfico da imprensa madeirense[259].

O *CF* dedicava-se "à informação e denúncia dos males sociais e políticos da época", publicando reportagens e artigos sobre assuntos sociais[260] .

Os temas da Madeira eram tratados, de forma crítica, sem esquecer os temas nacionais (mais problemática essa abordagem, por via da censura) e internacionais (a apreciação da guerra do Vietname fazia discorrer para a guerra colonial portuguesa). Na perspectiva de participação regional, ajudando uma melhor consciencialização cívica e política, o *CF* promoveu dois inquéritos, um sobre o turismo e outro sobre a cultura[261].

Um dos traços mais característicos deste periódico foi o desejo de autonomia, não só política e administrativa perante a centralização salazarista, mas também o querer uma autonomia das próprias pessoas, como forma de dignidade humana[262].

O objectivo da autonomia deste semanário era comungado por um conjunto de pessoas de diferentes estratos sociais e políticos, incluindo figuras da UN, como Agostinho Cardoso e Rui Vieira[263]. Juntava esta gente

> "a oposição à ditadura salazarista e o desejo muito forte de fazer uma coisa nova, que rompesse com a modorra do jornalismo madeirense e tornasse possível a existência de uma voz livre na Madeira (pelo menos tão livre quanto possível, dentro do regime de censura prévia, que nesse tempo vigorava)"[264].

O jornal esteve suspenso entre Maio e o Outono de 1968, até Marcello Caetano substituir Salazar no comando do Governo, sendo este o período mais difícil na relação com o regime político. Esta suspensão foi devida à decisão de

[257] OLIVEIRA, 2008, pp. 30-31; SILVA, 2008, p. 234.
[258] OLIVEIRA, 2008, p. 30.
[259] SILVA, 2008, p. 236.
[260] PEREIRA, 2017, p. 68.
[261] SILVA, 2008, pp. 236-237.
[262] SILVA, 2008, p. 237.
[263] Ver anexo.
[264] SILVA, 2008, pp. 234-235.

que o *CF* deveria passar a ser censurado em Lisboa e não na Madeira, como era prática, após uma publicação sobre o Maio de 1968 em França, que fora validada pela censura insular[265].

O semanário desobedeceu a esta ordem, argumentando que o referido texto tinha sido aprovado pelo exame prévio regional e que a Madeira gozava de um estatuto autonómico, embora formal, tendo intercedido junto dos deputados regionais no parlamento nacional[266].

O periódico retomou a sua publicação, quando Marcello Caetano substituiu Salazar, num momento de "ilusória primavera politica"[267].

Houve dois factos que estiveram associados ao *jornal cor-de-rosa*. Com efeito, a partir deste, foi lançada a chamada "Carta a um Governador" (1969) e daí nasceu a organização da lista da oposição às eleições legislativas do mesmos ano[268].

Depois da queda de Salazar, substituído por Caetano, o *CF* continuou a abordar temas regionais, mas passou a ser um espaço de debate ideológico da esquerda, particularmente do esquerdismo universitário, momento de grande agitação política que prenunciava a queda do regime[269].

Constituiu um título "quase mítico" a nível nacional, obtendo uma expansão entre a juventude universitária e os militares milicianos destacados nas colónias, e depois da sua suspensão aumentou a sua projecção, chegando a vender 15 000 exemplares e tornou-se o órgão mais divulgado da imprensa regional[270].

Teve, ainda, uma grande expansão no estrangeiro, junto de comunidades portuguesas, assumindo-se como uma "arma" de um grupo de jovens para combater as ideias e valores proibidos pelo regime político e na sociedade portuguesa, e, por isso, um periódico revolucionário para o seu tempo[271], sendo um jornal anti-fascista[272].

---

[265] SILVA, 2008, p. 245.
[266] SILVA, 2008, pp. 245-246.
[267] SILVA, 2008, p. 246.
[268] SILVA, 2008, pp. 247-248.
[269] SILVA, 2008, pp. 246-247.
[270] SILVA, 2008, p. 246.
[271] OLIVEIRA, 2008, p. 31.
[272] PEREIRA, 2017, p. 67.

Na proximidade do “25 de Abril”, o *CF* “constituía o núcleo central da oposição visível à ditadura na Madeira”[273].

1.2.7. O poder político

Neste capítulo de caracterização política antes do “25 de Abril”, importa abordar a vivência de então, tendo em atenção a natureza do sistema político em vigor, como também a articulando, necessariamente, a outros aspectos a ela associados, como a insularidade, o centralismo e a autonomia.

A ideia de autogoverno pode remontar até antes do século XVIII, mas “a formulação concreta dum conceito de autonomia é uma conquista típica do liberalismo e uma análise que se desenvolve ao longo dos séc. XIX e XX”[274].

O protesto autonómico, com raízes até ao século XIX, tem evoluções e regressões e conhecerá uma grande euforia, mormente na década de 20 do século passado, altura em que há uma forte expressão das reivindicações autonomistas. Mas também haverá ocasiões de “silêncio forçado”, como sucedeu durante uma parte do “Estado Novo”[275].

Apesar disso, a pretensão autonomista, não politica, mas administrativa e financeira, na década de 60 estava no horizonte, sendo concretizada com o “25 de Abril de 1974”[276].

Neste contexto histórico, é de realçar que o decreto de 8 de Agosto de 1901, estabeleceu a autonomia administrativa do Distrito do Funchal, criando uma Junta Geral e mesmo após o derrube da monarquia, em 1910, os governos da República mantiveram, sem grandes alterações, este modelo, o qual só foi alterado após a “Revolução dos Cravos”[277].

Deste modo, muita fundamentação teórica da autonomia teve raízes antes do “25 de Abril”, realçando-se a riqueza e a profundidade das teses

[273] SILVA, 2008, p. 247.
[274] LEITE, 1989, “A autonomia das ilhas atlânticas. Os Açores e a Madeira. A experiência açoriana do século XIX”, p. 388.
[275] *DN*, 15 de Novembro de 2018, “Autonomia é uma das maiores conquistas da democracia”, Fernando Tavares Pimenta, p. 25.
[276] *DN*, 15 de Novembro de 2018, “Autonomia é uma das maiores conquistas da democracia”, Fernando Tavares Pimenta, p. 25.
[277] NEPOMUCENO, 2006, pp. 103-104.

autonómicas defendidas pelos madeirenses na década de 1920. Obviamente, as favoráveis condições geradas pela conquista da democracia, em 1974, possibilitaram a sua materialização[278].

Ao longo dos tempos, o poder nacional configurou um carácter centralista[279] e os problemas da Madeira não preocupavam muito o Governo Central, a menos que houvesse alguma movimentação popular em situações de crise, como sucedeu na década de 30-40, ou então quando um governador civil mais sensível alertava os governantes do Estado, pedindo a resolução de assuntos críticos[280].

Mas a tendência maioritária era os governadores optarem pelo silêncio, pois a sua função era de representantes do Governo Central, não sabendo exercer o papel de intermediários entre este e os interesses locais, sendo mesmo um travão nesse processo[281].

Nas vésperas do "25 de Abril", a Madeira tinha um estatuto designado autonómico, mas era apenas uma pseudoautonomia. O "Estado Novo" criara o Distrito Autónomo do Funchal, querendo mostrar este distrito insular como sendo diferente dos do Continente Português e dando a entender que a Madeira tinha um maior grau de decisão[282].

Mas tal era um engano, pois a JGDAF detinha uma pequeníssima margem de autonomia, porquanto os planos e orçamentos anuais necessitavam de ser aprovados pelo Governo Central, e o seu trabalho era condicionado pelas verbas fixadas pelo orçamento de Estado, consoante a sua vontade, dependência essa que também sucedia com as câmaras municipais[283].

Com efeito, o Terreiro do Paço realizava uma política centralizadora, com "humilhantes dependências" para a Madeira. A realização de um pequeno troço de estrada, pela JGDAF, exigia a assinatura de um ministro, secretário de Estado ou director-geral. Registava-se o abandono e o desprezo do Estado pelos madeirenses[284].

[278] NEPOMUCENO, 2006, pp. 116-117.
[279] GOUVEIA, 2002, p. 50.
[280] FREITAS, 2015, pp. 13-14.
[281] FREITAS, 2015, pp. 13-14.
[282] LOJA, 2008, pp. 285-287.
[283] LOJA, 2008, pp. 286-287.
[284] SILVA, 2008, pp. 238-239.

Desta época autocrática, importa salientar, sumariamente, que, durante 48 anos (de 28 de Maio de 1926 a 25 de Abril de 1974), foi imposta uma estabilidade política, mas com limitações à liberdade, e o atraso económico e social do país, incluindo a Madeira. A partir de 1969, Marcello Caetano substitui António Salazar, e no plano da autonomia, manteve-se o modelo de distrito, sob a centralização do "poder de Lisboa".

O órgão de administração era a Junta Geral, com atribuições na coordenação económica, obras públicas, vias de comunicação, administração de bens, educação, cultura e polícia, sendo o presidente da Junta Geral nomeado pelo governador civil. Mas este, que era o representante do Governo Central, podia suspender as deliberações da Junta Geral, além de poder criar regulamentos, como o policial[285].

Assim, esse modelo provava a ficção da autonomia, na medida em que os cidadãos não escolhiam os governos regionais e autárquicos, acabando estes por serem "paus mandados" do poder central[286].

A ditadura, baseada num regime corporativista, de influência fascista, era inimiga da autonomia política dos arquipélagos, comandando o "Estado Novo" a Madeira, de forma centralista, férrea e até colonialista[287].

O Estatuto de 1940, elaborado por Marcello Caetano, impunha uma autonomia administrativa limitada à gestão corrente, com uma disciplina forte do regime[288].

No mandato de Marcello Caetano, tal modelo mereceu, inclusivamente, reparos de alguns responsáveis locais da ANP, considerando-o uma "limitada autonomia […] desnecessária, em face da redução do isolamento das Ilhas Adjacentes, pelo progresso das comunicações aéreas"[289].

Como expressão do menosprezo do governo do "Estado Novo", relativamente a este território insular, assinale-se que Salazar nunca veio à Madeira, enquanto governante, mas apenas em Abril de 1925, para proferir duas conferências, como professor da Universidade de Coimbra, nas quais

[285] GOUVEIA, 2002, pp. 44-49.
[286] GOUVEIA, 2002, pp. 44-49.
[287] NEPOMUCENO, 2006, pp. 120-123.
[288] NEPOMUCENO, 2006, pp. 123-124.
[289] VERÍSSIMO, 1991, "Autonomia Insular: o debate na primavera marcelista", p. 5.

apresentou o seu pensamento sobre temas como o Estado e a religião, a liberdade religiosa e de ensino, o laicismo e o bolchevismo[290].

Subiu ao poder Marcello Caetano, que representava uma posição considerada mais aberta, mas, apesar disso, pouco ou nada se alterou, porque as suas funções eram as mesmas, tendo muitos salazaristas considerado que Caetano estaria a destruir o país. De qualquer modo, este político teve uma postura diferente, pois visitou a Madeira, em 1969, tendo sido alvo de recepções na CMF e no Palácio de S. Lourenço[291].

Na contestação ao regime, com o intuito de alcançar a liberdade e a autonomia da Madeira, destacaram-se os oposicionistas, à volta do *CF*, que advogavam uma "autêntica autonomia"[292] e aproveitaram a 1.ª Semana de Estudos sobre os Problemas Sociais e Económicos do Desenvolvimento, realizada pela JGDAF, em 13 de Janeiro de 1968, para, em conjunto com outros democratas, reclamarem a revisão da estrutura administrativa do arquipélago[293]. Declarava, então, o *CF* que o desenvolvimento regional não podia se dissociar da autonomia[294].

Em 22 de Abril de 1969, surgiu a "Carta a um Governador", na qual se criticava a situação vigente e se reivindicava a autonomia política[295].

Para além destes protestos, pouco mais se alcançou, à excepção da livre circulação de mercadorias nacionais entre o Continente e as Ilhas Adjacentes (anteriormente, essas mercadorias vindas do Continente pagavam taxa alfandegária, matéria que suscitou o descontentamento de deputados do regime), consagrada em 1970[296].

---

[290] Oliveira Salazar, a convite da Comissão Diocesana do Funchal da Juventude Católica Portuguesa, abordou os temas Laicismo e Liberdade e o Bolchevismo e a Congregação, em 5 e 13 de Abril de 1925, respectivamente, no Museu Diocesano. *DN,* 3 de Abril de 1925, "Série de Conferências", p. 1; *DN*, 5 de Abril de 1925, "A conferência de hoje pelo sr. Dr. Oliveira Salazar", p. 1; *DN*, 8 de Abril de 1925, "No Museu Diocesano", p. 1 ; *DN*, 12 de Abril de 1925, "A conferência de amanhã do sr. Prof. Dr. Oliveira Salazar", p. 1; *JM*, 4 de Abril de 1925, "Na Madeira, Drs. O. Salazar e M. Figueiredo", p. 1; *JM*, 5 de Abril de 1925, "Conferências promovidas pela Comissão Diocesana da J.C.F.", p. 1; *JM*, 7 de Abril de 1925, "Conferências promovidas pela Comissão Diocesana das J.C.F.", p. 1; *JM*, 12 de Abril de 1925, "A conferência de amanhã do sr. Prof. dr. Oliveira Salazar", p. 1.

[291] PEREIRA, 2017, pp. 98-99.

[292] VERÍSSIMO, 1991, p. 10.

[293] VERÍSSIMO, 1991, p. 8.

[294] VERÍSSIMO, 1991, p. 8.

[295] VERÍSSIMO, 1991, p. 10.

[296] VERÍSSIMO, 1991, pp. 11-12.

Com Marcello Caetano, pouco ou nada se modificou, tendo o deputado Agostinho Cardoso defendido que a lei que regulava a autonomia se deveria transformar num "autêntico estatuto de região em desenvolvimento"[297].

Como rejeição do centralismo lisboeta, o "25 de Abril" foi uma libertação, pois estavam criadas as condições para a institucionalização da autonomia política[298].

A insatisfação geral que existia, sobretudo no final da ditadura, assentava na ideia de que sem um maior poder de decisão das autoridades regionais, não se ultrapassaria o subdesenvolvimento local[299].

A "Revolução dos Cravos" proporcionou a instituição do regime democrático em Portugal e consagrou uma das grandes conquistas da democracia portuguesa, a autonomia da Madeira e dos Açores. Esta transformação plasmou uma ligação intrínseca e muito importante entre autonomia e democracia, pois "sem democracia não há autonomia"[300].

1.2.7.1. Os meios de repressão

1.2.7.1.1. A censura

Instituída como meio de proibir o livre pensamento, nos jornais, livros, música, teatro e espectáculos, a censura também funcionava na Madeira, e, às portas do "25 de Abril", exerciam as funções locais de censores, o tenente coronel Eleutério Valeriano Melim e o capitão Caetano José Soares [301].

Os últimos anos do salazarismo e do marcelismo foram os mais duros relativamente à censura prévia sobre a comunicação social. Os motivos da sua intensificação, sobretudo no Continente, relacionaram-se com o surgimento das lutas académicas e o eclodir da guerra colonial, nos anos 60[302].

---

[297] VERÍSSIMO, 1991, p. 12.
[298] NEPOMUCENO, 2006, pp. 124-127.
[299] LOJA, 2008, p. 287.
[300] *DN*, 15 de Novembro de 2018, "Autonomia é uma das maiores conquistas da democracia", Fernando Tavares Pimenta, p. 25.
[301] *CF*, 1 de Maio de 1974, edição especial, "A censura e o regime", p. 3; NÓBREGA, 2014, "A censura ainda funcionou no dia 25 de Abril na Madeira".
[302] OLIVEIRA, 2008, p. 34.

Para o *CF,* a censura foi "o instrumento mais torturante da vida dos jornalistas portugueses dos últimos anos", vivendo de um "rudimentar grau de cultura da maior parte dos executores dessa incumbência", registando-se diversos danos, como a mutilação na verdade dos acontecimentos, a destruição de textos, os atrasos de publicação e o silêncio a que estavam sujeitos, sem poderem explicar as razões dos cortes nos artigos[303].

Relativamente ao *CF*, houve a sua perseguição aberta ou velada a este jornal, através dos censores regionais, a mando do governador Braamcamp Sobral[304].

O *jornal cor-de-rosa* acrescentava que

> "nos últimos meses, a delegação no Funchal do chamado "exame prévio" enviava semanalmente para Lisboa a fim de serem submetidos à apreciação da sede grande número de artigos particularmente sobre problemas do país – que chegaram por vezes a totalizar 80 a 90% do material composto na tipografia – provocando a impossibilidade de planificarmos coerentemente o jornal e obrigando-nos a publicar os textos autorizados (e raros eram os que escapavam a cortes parciais) com atrasos de, pelo menos, uma semana, o que afectava sistematicamente a sua actualidade"[305].

Comparativamente ao Continente, no espaço madeirense, esta censura não era tão férrea, por diversos factores, como a personalidade dos censores (não eram tão zelosos e controladores do sistema), o facto de gostarem de ir dormir mais cedo que a hora de fecho de um jornal regional e o contexto madeirense, que proporcionava uma relação mais próxima, o que atenuava o comportamento dos censores[306].

Efectivamente, o comportamento da censura na Madeira, em particular, no que se refere ao *CF*, era diferente do contexto nacional, com um ambiente menos crispado. As razões para esse quadro menos hostil quanto a este semanário foram o isolamento ilhéu, a quietude social e política, o contacto pessoal de Vicente Jorge Silva com o censor, em que era possível discutir os assuntos e persuadi-lo a deixar publicar os textos[307].

Mas esta situação não foi duradoura, pois o jornal foi suspenso, em virtude de não respeitar a ordem nacional para ser censurado em Lisboa, e não

[303] *CF*, 1 de Maio de 1974, edição especial, "A censura e o regime", p. 3.
[304] *CF*, 1 de Maio de 1974, edição especial, "A censura e o regime", p. 3.
[305] *CF*, 9 a 15 de Maio de 1974, "Este artigo foi proibido pela censura", p. 13.
[306] OLIVEIRA, 2008, pp. 34-35.
[307] SILVA, 2008, pp. 244-245.

na Madeira, tendo por base uma sua publicação sobre o Maio de 1968 em França, assunto atrás já abordado"[308].

Segundo Vicente Jorge Silva, relativamente ao *CF*, tentava-se contornar a censura dando uma atenção especial aos assuntos da actualidade internacional, proporcionando isso uma "abertura de horizontes que se conjugava com alguma afabilidade paroquial nas relações entre jornalistas da oposição e certas figuras locais da chamada "situação" (bem mais inofensivas, na verdade, do que as suas congéneres continentais)"[309].

Mas a censura prévia não se fez sentir, apenas, na comunicação social. Ouras áreas, como o teatro, o cinema, a música e os livros, foram alvos dessa política de limitação da liberdade[310].

Por se encontrar distante dos centros de decisão nacionais, a mesma era fraca, medíocre, beneficiando este facto da própria ignorância e da relação próxima do censor com o pequeno meio social[311].

No entanto, os CTT do Funchal faziam, todos os dias, uma rigorosa análise dos livros entrados na ilha[312].

A regulamentação e a fiscalização artísticas, até 1974, eram feitas pela Inspecção dos Espectáculos, sob a tutela do Secretariado Nacional de Informação Cultura Popular e Turismo[313].

Com algum jeito e cautela, muitas vezes, foi contornado o papel fiscalizador do pensamento único. O reportório musical necessitava de autorização oficial, sendo os seus autores alvos de leitura e cortes, estando a censura sempre presente, mas o cantar em inglês permitia ludibriar os fiscais do poder, que, na maior parte dos casos, não percebiam as letras[314].

Os discos censurados em Portugal vinham de Inglaterra e França, através de amigos e familiares emigrados, "para ouvir baixinho"[315].

---

[308] SILVA, 2008, p. 245.
[309] SILVA, 2014, "O 25 de Abril e a Madeira".
[310] BERNARDES, 2008, p. 56.
[311] BERNARDES, 2008, p. 56.
[312] BERNARDES, 2008, p. 56.
[313] SARDINHA, 2008, p. 108.
[314] SARDINHA, 2008, pp. 108-110.
[315] SARDINHA, 2008, p. 105.

1.2.7.1.2. A PIDE/DGS

Conhecida por esta dupla sigla, foi a polícia política do "Estado Novo", que tinha como função perseguir, prender e executar opositores ao regime, no Continente, Ultramar e arquipélagos.

As suas origens remontam à criação de anteriores organizações criadas depois do golpe de Estado de 28 de Maio de 1926. Iniciou-se com a PVDE, instituída em 1933, sucedendo-a a PIDE, em 1945. Quando Marcello Caetano assumiu a presidência do Conselho de Ministros, em 1969, pelo D.L. n.º 49 401, de 24 de Novembro, devido à sua conotação negativa ser tão forte, a PIDE passou a se chamar DGS, mas a anterior designação continuava tão arreigada na mente dos portugueses que se manteve, dando origem à sigla PIDE/DGS[316].

Esta polícia – que tinha investigações autónomas e prisões próprias – foi um eficiente e duro sustentáculo do regime, recorrendo à delação, à intimidação, à violência, à tortura e mesmo ao assassinato, para vigiar e controlar os cidadãos[317].

A delegação madeirense desta organização estava sediada na Rua da Carreira, n.º 155, no Funchal, e à data da sua extinção, com a "Revolução dos Cravos", a PIDE/DGS era dirigida pelo inspetor Mário Anatólio Correia[318].

1.2.7.2. As revoltas na Madeira, durante o "Estado Novo"

Antes do "25 de Abril", a Madeira viveu várias crises de subsistência, por via das suas produções (cereais, cana-de-açúcar, vinho, vime, banana, leite, manteiga) e também se registaram crises por factores externos, como as guerras mundiais (especialmente, a 2.ª, entre 1939 e 1945), a desorganização e o mau funcionamento das redes de abastecimento, da responsabilidade do Governo Central[319].

---

316 CD25A, 2012, *Glossário 25 de Abril;* GOUVEIA, 2002, p. 136.
317 CD25A, 2012, *Glossário 25 de Abril;* GOUVEIA, 2002, p. 136.
318 ALMEIDA, 2017, "Serviço de estrangeiros e fronteiras"; MAI, SECRETARIADO TÉCNICO DOS ASSUNTOS POLÍTICOS, 1975, *Relação dos agentes, pessoal administrativo e auxiliar da ex-PIDE/DGS.*
319 VIEIRA e FREITAS, 2008, p. 157.

É neste contexto que ocorreram as revoltas da farinha (a que se associa a revolta da Madeira), do leite e das águas na Ponta do Sol, como manifestações de contestação ao "Estado Novo"[320].

1.2.7.2.1. A revolta das águas (1962)

Em Janeiro de 1928, o Governo da República comprou, à empresa António Giorgi & Cia, Lda., as 10 000 parcelas de terrenos e as águas correspondentes, trabalhadas por mais de 800 colonos, ficando estes sujeitos às condições do anterior senhorio. Esta aquisição foi feita pela via da expropriação, invocando a sua utilidade pública. Por insistência dos caseiros, a partir de Fevereiro de 1936, o Estado passou a vender-lhes estes terrenos, incluindo o direito das respectivas águas de rega[321].

Por iniciativa da Comissão Administrativa dos Aproveitamentos Hidráulicos da Madeira, em 1943, iniciou-se a construção de uma rede de levadas na ilha. Quando começaram os trabalhos da Levada das Rabaças, houve desconfiança da população da Lombada e do Lugar de Baixo, na freguesia da Ponta do Sol, pois estas nascentes (integrantes do sítio da Lombada e que abasteciam a Levada do Moinho), por sentença do Tribunal da Comarca da Ponta do Sol, pertenciam aos heréus ou co-proprietários locais[322].

No âmbito da referida rede de canais de irrigação, em 1958, começou a obra da Levada Nova, a cerca de 500 metros acima da Levada do Moinho, a "levada do povo", provocando a inquietação dos seus proprietários, sobretudo pela razão oficial invocada de que esse novo canal seria para aproveitar as "escorralhas" da Levada do Moinho, porquanto se fosse para tal a nova construção deveria acontecer abaixo desta[323].

[320] Na abordagem destas revoltas, destacam-se as seguintes obras: BRAZÃO e ABREU, 2008, *A Revolta da Madeira – 1931*, FREITAS, 2011, *A Revolta do Leite, Madeira, 1936,* REIS, 1990, *A Revolta da Madeira e Açores (1931)* e SOARES, 1979, *A Revolta da Madeira: Documentos*.
[321] RELVA, 2012, "A Revolta das Águas na Lombada da Ponta do Sol".
[322] RELVA, 2012.
[323] RELVA, 2012.

Concluída a edificação, em 5 de Maio de 1962, por ordem da JGDAF, as águas da ribeira que, até então, eram canalizadas para a Levada do Moinho, passaram para a Levada Nova[324].

No dia seguinte, os populares da Lombada recusaram submeter-se às ameaças do presidente da CMPSol, Joaquim Sequeira Cabrita, no sentido de cederem à vontade oficial e dirigiram-se ao Cabo da Levada (onde as águas eram encabeçadas), tendo voltado a ligar as águas à Levada do Moinho[325].

Desde 6 de Maio a 21 de Agosto de 1962, os heréus da Lombada e do Lugar de Baixo passaram a guardar, dia e noite, as suas águas. Mulheres, crianças e homens revezavam-se no Cabo da Levada, impedindo que os levadeiros desviassem a água da Levada do Moinho[326].

Durante os três meses de resistência, a JGDAF usou vários métodos de intimidação e repressão, como "visitas" das forças policiais ao local, espancamentos, lançamento de granadas, tiros, o que originou dezenas de prisões no Funchal e muitos feridos[327].

Este ambiente desembocou num grande massacre, no dia 21 de Agosto. Centenas de agentes da PSP do Funchal, reforçados por elementos da corporação da Ponta do Sol, executaram a operação "Lua Cheia", consistindo num cerco ao Cabo da Levada[328].

Impediram que a população se deslocasse para o mencionado lugar e os que estavam a pernoitar neste sítio ficaram completamente manietados. Com o recurso a coronhadas, pontapés, granadas, bombas e tiros para o ar e para as pessoas, dominaram os resistentes. Quase 30 pessoas foram presas, durante três meses, incluindo os feridos, após a sua ida ao hospital. Uma jovem estudante, Belmira da Conceição Gonçalves, conhecida por Sãozinha, de 17 anos, que conseguiu entrar no Cabo da Levada, no meio dos tiros e espancamentos, foi alvejada, tendo sido morta de imediato[329].

[324] GANANÇA, 2013, "História de Vida: Maria Ganança", pp. 39-40; POMBO, 2013, pp. 79-80; RELVA, 2012.
[325] GANANÇA, 2013, pp. 39-40; POMBO, 2013, pp. 79–80; RELVA, 2012.
[326] GANANÇA, 2013, pp. 39–40; POMBO, 2013, pp. 79–80; RELVA, 2012.
[327] GANANÇA, 2013, pp. 39–40; POMBO, 2013, pp. 79–80; RELVA, 2012.
[328] GANANÇA, 2013, pp. 39–40; POMBO, 2013, pp. 79–80; RELVA, 2012.
[329] GANANÇA, 2013, pp. 39–40; POMBO, 2013, pp. 79–80; RELVA, 2012.

Após estes trágicos acontecimentos, o Tribunal da Ponta do Sol, em 1968, deu razão aos donos das terras e por inerência das águas[330].

Mas a JGDAF continuou a desrespeitar essa decisão, mantendo o "roubo" das águas da "levada do povo" [331].

A Comissão da Levada dos Moinhos continuou a sua actividade, chegando a resolução satisfatória com o "25 de Abril". Após a visita do governador Carlos de Azeredo[332], ao Cabo da Levada, em Novembro de 1974, foi assinado, no tribunal do concelho, um acordo entre a referida Comissão e a JGDAF, presidida por António Loja[333]. Então, foi declarado que os legítimos proprietários das águas eram os heréus, ficando com a competência da sua administração[334].

A partir desse ano, e até à actualidade, as águas são administradas pela Associação de Regantes da Levada do Moinho da Lombada e do Lugar de Baixo[335].

1.2.7.3. A oposição na Madeira

A PIDE era uma entidade relativamente discreta na Madeira, comparativamente ao Continente, apesar de, nos anos 50, ter destruído uma célula do PCP[336].

Depois deste facto, a oposição reduziu-se à acção individual de algumas pessoas, sobretudo nos momentos de campanha eleitoral, tendo algumas sido perseguidas e até presas. Destacaram-se os nomes de João Brito Câmara, António França Jardim (o maior mecenas do *CF*), Aníbal Trindade, Aires Albuquerque, Paulo Sá Brás e António Sales Caldeira[337].

Em 1969, com Marcello Caetano a governar, houve eleições para a AN, vencidas pelo partido do regime em vigor. Foi permitida a candidatura da

[330] GANANÇA, 2013, pp. 39–40; POMBO, 2013, pp. 79–80; RELVA, 2012.
[331] GANANÇA, 2013, pp. 39–40; POMBO, 2013, pp. 79–80; RELVA, 2012.
[332] Ver anexo.
[333] Ver anexo.
[334] GANANÇA, 2013, pp. 39–40; POMBO, 2013, pp. 79–80; RELVA, 2012.
[335] GANANÇA, 2013, pp. 39–40; POMBO, 2013, pp. 79–80; RELVA, 2012.
[336] SILVA, 2008, p. 244.
[337] SILVA, 2008, p. 244.

oposição, que, na Madeira, apresentou uma lista, com os nomes de Fernando Rebelo[338], António Loja e José Manuel Barroso[339].

Para a formalização desta candidatura, muitas pessoas não assinaram, com medo, como funcionários públicos e bancários. Houve diversas reuniões, como por exemplo, na *Fotografia Vicente´s* (por iniciativa de Vicente Jorge Silva) e na Rua D. Carlos I, Funchal. Só duas mulheres da Acção Católica (Fernanda Pereira e Maria Conceição Pereira) participaram nas reuniões que aconteceram, mas outras, poucas, intervinham, como Natália Pais, porquanto "as mulheres participavam pouco na política e nas organizações sociais"[340].

Quem sabia ler e escrever podia inscrever-se nos cadernos eleitorais para votar. No período da campanha eleitoral de 1969, a maioria das pessoas tinha medo de votar na oposição, mas, ainda assim, alguns jovens distribuíram panfletos da oposição[341].

Os boletins de voto nestas eleições eram diferentes: um tipo para o partido do governo (UN), outro boletim para a lista da oposição. Um tinha a cor branca e o outro a cor branco sujo. Quando os cidadãos iam votar já levavam consigo o boletim de voto, para colocá-lo na urna. Enquanto, por exemplo, o presidente da CMF distribuía os votos do partido do regime aos seus funcionários, os boletins da oposição eram entregues na caixa de correio das respectivas moradas. As pessoas ficavam com medo de ser identificadas na entrega do boletim de voto da oposição[342].

Na época do "Estado Novo", na Madeira, havia momentos de reunião e convívio de pessoas contrárias ao sistema. Neste âmbito, na Ponta do Sol, Gabriela Pombo[343] e as suas irmãs, nomeadamente a Mercês, tiveram contactos com pessoas da oposição, ainda antes do "25 de Abril", como Vicente Jorge Silva, António Aragão, Francisco Liberato[344] e Clarisse Fernandes. Na sua casa, havia convívios e discutiam-se problemas, tendo sucedido um episódio, num arraial da Lombada, na referida freguesia, em que um jovem militar algarvio

[338] Ver anexo.
[339] PEREIRA, 2013, p. 20; PEREIRA, 2017, p. 93.
[340] PEREIRA, 2013, p. 20; PEREIRA, 2017, pp. 91-93.
[341] PEREIRA, 2017, pp. 93-95.
[342] PEREIRA, 2013, pp. 20; PEREIRA, 2017, pp. 91-93.
[343] Ver anexo.
[344] Ver anexo.

cantou no palco “o soldadinho não volta do outro lado mar”, tendo a PIDE registado esse episódio[345].

Também, é de assinalar que, a convite do Eng.º António Maria Jardim, vieram à Madeira José Afonso e Adriano Correia de Oliveira, para actuarem na “Festa do Pau de Fileira” (momento em que uma obra chegava ao alto) de um dos hotéis da empresa Batifer, de modo a cantarem aos seus trabalhadores[346].

Chegados os artistas ao Funchal, foi requerida, à CMF, a autorização para um espectáculo no Teatro Municipal, tendo a edilidade autorizado, mas, no dia seguinte, o Governo Civil indeferiu-a[347].

Neste capítulo, o grande núcleo contestatário, a nível do arquipélago, era constituído pelo grupo do *CF*, os oposicionistas que fizeram a “Carta a um Governador”, os padres do Pombal e os sindicalistas escondidos nos sindicatos dos bordados, da hotelaria e da construção civil[348]..

1.2.7.3.1. A “Carta a um Governador”

Em 1969, quando aconteceu a “primavera marcelista”, Braamcamp Sobral foi nomeado governador da Madeira, e no seu acto de posse, declarou contar com a indispensável “colaboração franca e leal de todas as pessoas interessadas no desenvolvimento económico e social da Madeira, e de todos os Madeirenses”[349].

Aproveitando esta declaração, um grupo de 39 madeirenses, de várias origens sociais, profissionais e religiosas, no dia 22 de Abril de 1969, assinaram uma carta, a qual fora entregue, em mão, no mês seguinte, ao referido representante do regime. Na redacção do texto, estiveram envolvidas pessoas oriundas de dois grupos diferentes – o do *CF* (não confessional) e o do Pombal (católico) – que se conheciam e escreviam neste periódico[350].

[345] POMBO, 2013, pp. 83-84.
[346] PEREIRA, 2017, pp. 87-88.
[347] PEREIRA, 2017, pp. 87-88 e 154-156.
[348] OLIVEIRA, 2016, p. 7.
[349] LOJA, 2008, pp. 292-294.
[350] LOJA, 2008, pp. 292-295.

Neste documento, os signatários estabeleceram uma relação entre a situação regional e a nacional, nos seus múltiplos aspectos, enquadrando-os nas condicionantes do regime e pondo em causa a situação política vigente. Na missiva, estava vertido o pensamento dos seus autores, relativamente aos vários domínios da vida regional, nomeadamente, sobre a agricultura, a indústria, o comércio, o turismo, a emigração, a educação, a cultura, a habitação e a saúde[351].

Neste âmbito, a carta sublinhava situações específicas, como o registo de um alheamento dos cidadãos, relativamente à vida pública, por culpa da deseducação cívica e da censura provocadas pelo poder, o estado de ruína da nação, o empobrecimento dos cidadãos, a falta de uma saída para esta situação crítica, a extensão da miséria, a ignorância, a emigração e o autoritarismo que criava a insegurança, o sofrimento e as crises[352].

Por outro lado, a carta apontava diversas propostas, como a necessidade de aumentar os salários baixos, o dever de ampliar o número de estudantes dos sectores sociais mais desfavorecidos, o reforço da industrialização, a nível nacional e regional, a reforma da estrutura agrária, a implementação de justiça social e de uma sociedade democrática moderna, a necessidade de diálogo, com a livre discussão dos assuntos do país, sem a censura e o medo da polícia, o debate dos problemas do país, incluindo o do Ultramar e da guerra colonial[353].

Entendiam os seus subscritores que o ambiente político e social de então só podia ser quebrado em contexto de autonomia e democracia e sobre o estatuto de autonomia da Madeira, consideraram que a autonomia era "quase meramente formal […] sob o olhar benevolente do poder central"[354].

Foi relevante o papel de António Loja neste processo, tendo esta carta reivindicado "o reconhecimento de uma emancipação da Madeira, uma região esquecida e maltratada pelo poder centralista de Lisboa"[355].

Na sequência da "Carta a um Governador", houve dois gestos importantes, a saber: o pedido dos cadernos eleitorais existentes e a candidatura

[351] LOJA, 2008, pp. 288-291.
[352] LOJA, 2008, pp. 292-296.
[353] LOJA, 2008, pp. 288-295.
[354] LOJA, 2008, p. 296.
[355] OLIVEIRA, 2016, p. 9.

de uma lista oposicionista ao regime às eleições de 1969. Estes dois actos tiveram como objectivo fazer com que "o marcelismo mostrasse que a sua imagem recauchutada era igual à sua matriz salazarista" [356].

Relativamente à primeira atitude, em 15 de Maio de 1969, foi entregue um requerimento ao governador civil da Madeira, assinado por António Loja, José Manuel Barroso e Maria Emília Sales Caldeira, solicitando os cadernos eleitorais existentes, mas tal pedido foi recusado[357].

A segunda acção foi a apresentação, em 1969, de uma lista de candidatos da Oposição Democrática à eleição da AN. Constituída por José Manuel Barroso, António Loja e Fernando Rebelo, foi derrotada, a exemplo do que sucedeu a nível nacional, tendo legitimada a UN[358].

Como consequências deste processo contestatário da política em vigor, designadamente da "Carta a um Governador", é possível inferir que "antes de existirem os políticos que hoje se apresentam como "pais" da Autonomia, a ideia já fazia parte do imaginário regional"[359].

Concretizada em 1976, fruto do "25 de Abril", "o ideal da Autonomia é bem anterior a 1974"[360]. Com efeito, a autonomia apresenta-se como "o produto evidente de reivindicações e combates que, a diversos níveis, se travaram ao longo de décadas, pois já antes desta "Carta ao Governador", outros e mesmo alguns dos signatários já se tinham empenhado nas lutas pela Autonomia"[361].

1.2.7.3.2. A participação política da população

Sob um regime ditatorial, o interesse e a intervenção das pessoas na vida da comunidade eram muito fracos. Esta situação ficou retratada num "panfleto dactilografado" que constava dos arquivos da polícia política e era constituído pelas respostas dos participantes num curso de formação de

[356] LOJA, 2008, p. 296.
[357] LOJA, 2008, pp. 296 e 298.
[358] LOJA, 2008, pp. 296-298.
[359] LOJA, 2008, pp. 288-289.
[360] LOJA, 2008, p. 297.
[361] LOJA, 2008, p. 301.

operários, em que se reflectiu sobre a não participação cívica e política por parte das populações (Confidencial n.º 8/71 – C.I. (1) de 28 de Janeiro de 1971):

> "A população não tem coragem suficiente para assumir o seu papel […] O Povo só participa pagando contribuição, décimas, impostos. As pessoas ignoram completamente os problemas da vida nacional. Resignam-se passivamente com a situação, esteja bem ou mal. […] A população não tem vontade; não é capaz de dar opinião e abana a cabeça afirmativamente a tudo, embora, interiormente, não concorde. O povo vive inconsciente e pensa que não tem nada a ver com a vida política. […] vai inconscientemente às urnas. Em geral, desconhece o significado e o fim do voto […] resigna-se com a situação […] é levada a não arriscar […] não ouvem noticiários nem tão pouco têm acesso aos Jornais […] O povo não gosta de ter preocupação […] não estão educados cívica e politicamente [… Não têm capacidade de escolha, por terem uma educação unilateral"[362].

Em jeito de síntese, podemos concluir que foi o aglutinar de um conjunto de situações negativas de índole variada, quer no país, quer na Madeira, conforme fora ilustrado neste capítulo, que provocou o "25 de Abril".

Uma economia rural, incapaz de afirmação interna e externa, uma sociedade atrasada e marcada por graves desigualdades, um regime autoritário – caracterizado pela falta de liberdade e o recurso a instrumentos de repressão – uma população muito limitada no acesso à cultura, carregando as consequências de determinados fenómenos, como o peso da guerra colonial e, na Madeira, a canga da colonia, foram os grandes factores determinativos da "Revolução dos Cravos".

[362] CRUZ, 2008, pp. 277-279.

2. Os primeiros dias da liberdade

Na fase inicial da Revolução – denominada, por nós, como Primeiros dias da liberdade, ou seja, sensivelmente, entre 25 de Abril e o fim de Maio de 1974 – ocorreram várias alterações, em diversos patamares socias e políticos, como nas instituições administrativas (governos civil e militar e organismos municipais), no poder religioso, no mundo do trabalho rural e urbano, nos sindicatos e na comunicação social, as quais merecem a sua integração numa abordagem mais específica e desenvolvida em capítulos próprios desta tese.

Estas mudanças que tiveram continuidade e ampliação, ao longo do processo político madeirense e nacional, suscitaram e continuam a suscitar a reflexão académica e social sobre os conceitos de golpe de Estado e de Revolução e a respectiva materialização.

Sendo o golpe de Estado conhecido, comummente, como a substituição de uma elite governativa por outra, através de meios violentos, sem o envolvimento da população e sem alterações profundas nos valores e nas estruturas de uma sociedade, a "Revolução dos Cravos" não pode incorporar, de forma simplista, tal definição.

Com efeito, por ter motivado uma mudança geral e marcante, a nível político, social, económico e cultural, com o grande apoio e a activa intervenção da população, o "25 de Abril", no nosso entendimento, deve ser qualificado como uma Revolução.

No âmbito deste debate, há defensores de que houve um golpe de Estado, por um grupo de militares, movido, inicialmente, por razões corporativas, seguindo-se, apenas depois, um processo revolucionário, que aplicou, entre outras pretensões, a democratização e a descolonização.

Nesta perspectiva, enquadram-se diversos historiadores, como Oliveira (1993), ao considerar que a "irrupção das massas populares, na rua, transformaram, em 25 de Abril de 1974, o que podeia ter sido apenas um golpe militar numa revolução"[363] e Rosas (2022), sublinhando que "o golpe militar dá lugar à Revolução Portuguesa de 1974-1975"[364].

[363] OLIVEIRA, 1993, *Os Anos decisivos, Portugal 1962-1985, Um testemunho*, p. 166.
[364] ROSAS, 2022, *Revolução Portuguesa 1974-1975*, p. 41.

Mas há quem advogue que a Revolução em Portugal compreende o próprio movimento militar do dia 25 de Abril de 1974, que derrubou o anterior regime – classificando-o, assim, como acto ou golpe revolucionário – porque tinha, desde o início, objectivos revolucionários, sendo o programa do MFA, em si mesmo, um programa revolucionário, destacando-se os 3 D´s (democratização, descolonização e desenvolvimento), e que visava plasmar e, efectivamente, cumpriu fortes alterações políticas, económicas, sociais e culturais no nosso país.

Diversos autores pronunciaram-se neste último sentido, cujo pensamento podemos sintetizar na apreciação de Freitas do Amaral (1995):

> "É verdade que o 25 de Abril começou por ser, fisicamente, um golpe militar: mas do ponto de vista político-jurídico, o 25 de Abril foi, desde o início, uma Revolução – quer na intenção dos que o fizeram, quer no programa político que anunciaram ao país. Porque a *Revolução* caracteriza-se por não ser apenas uma substituição do pessoal dirigente (como o *golpe de Estado*), mas uma profunda transformação de carácter político, económico e social: ora o programa do MFA apontava claramente neste sentido, por deliberada intenção dos "capitães de Abril", depois ratificada pelos generais e oficiais superiores designados para a Junta de Salvação Nacional"[365].

Independentemente deste debate académico – matéria que não foi objecto do nosso estudo – e que, naturalmente, permanecerá em aberto, torna-se óbvio que as mudanças lançadas logo após o dia 25 de Abril de 1974 foram o foco propulsor de um conjunto de transformações, de carácter revolucionário, nas sociedades portuguesa e madeirense.

2.1. As movimentações revolucionárias no Continente e na Madeira

O movimento revolucionário concretizado em 25 de Abril de 1974 foi, de imediato, conhecido na Madeira, mas, nos primeiros dias, patenteou um grande contraste com os acontecimentos registados no Continente Português, como adiante se constatará.

Para além da adesão local à "Revolução dos Cravos", neste período, foram marcantes a prisão de Américo Tomás[366] e Marcello Caetano na Madeira,

[365] AMARAL, Diogo Freitas do, 1995, *O Antigo Regime e a Revolução, Memórias políticas (1941-1975),* pp. 156-157.
[366] Ver anexo.

a celebração do "1.º de Maio" e a extinção dos instrumentos de repressão no arquipélago.

De acordo com o projectado pelo MFA, na madrugada de 25 de Abril de 1974, assistiu-se a um conjunto de movimentações militares e populares, de Norte a Sul do Continente, convergindo, fundamentalmente, na capital portuguesa.

Depois do aviso feito pela transmissão, nos *Emissores Associados Portugueses*, da canção "E depois do Adeus", de Paulo de Carvalho, pelas 22h25 de 24 de Abril de 1974, foi divulgada, na *Rádio Renascença*, pelas 00h30 do dia seguinte, a senha para o início da queda do regime, a canção de Zeca Afonso, "Grândola Vila Morena"[367].

A partir daí, seguiram-se diversas operações militares, designadamente em Santarém, Mafra, Tomar, Figueira da Foz, Lamego, Estremoz, Vendas Novas, Porto, Viseu, sendo Lisboa o palco principal, por ser o centro político do país. Nos dias 25 e 26 deste mês, vários pontos e serviços da capital foram ocupados e dominados pelos revoltosos, como o *RCP*, a *RTP*, a *EN* e a Rádio Marconi, o aeroporto de Lisboa, o Banco de Portugal, a LP, a GNR, a PSP, a PIDE/DGS e as prisões de Caxias e Peniche (seguindo-se a libertação dos presos políticos e a detenção dos agentes da polícia politica)[368].

Entretanto, assistiu-se ao cerco e à rendição dos proeminentes representantes do regime deposto, Marcello Caetano e Américo Tomás, bem como à prisão de ex-governantes (alguns enviados para a Madeira), a par da proclamação do MFA, via TV, pela JSN[369], presidida por António de Spínola[370].

Acompanhando estas operações militares, registou-se uma crescente adesão popular nas ruas de Lisboa, com uma expressiva alegria e entusiasmo, saudando e incentivando os revoltosos, apesar dos repetidos apelos do MFA, no

[367] MEDINA, 1985, "Portugal de Abril, do 25 de Abril aos nossos dias", pp. 7-52; PRAÇA *et al.*, 1974, 25 de Abril, pp. 7-35 e 49-62.

[368] MEDINA, 1985, pp. 7-52; PRAÇA *et al.*, 1974, pp 7-35 e 49-62.

[369] A JSN foi criada no próprio 25 de Abril de 1974, existindo até 14 de Março de 1975, momento em que foi instituído o CR, ficando este com os poderes daquele órgão e do CE. Pertenceram à JSN, os seguintes militares: António Sebastião Ribeiro de Spínola (na qualidade de presidente), Francisco da Costa Gomes, Jaime Silvério Marques (Exército), Diogo Neto (ausente em Moçambique), Carlos Galvão de Melo (Força Aérea), Pinheiro de Azevedo e António Rosa Coutinho (Marinha). REPOSITÓRIO DIGITAL DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, s. d., *Junta de Salvação Nacional*.

[370] MEDINA, 1985, pp. 7-52; PRAÇA *et al.*, 1974, pp 7-35 e 49-62.

sentido da população de Lisboa manter a serenidade e não sair das suas casas[371].

Enquanto a Revolução acontecia em Lisboa e se estendia, no próprio dia 25 de Abril, ao território continental, com os militares a tomarem conta do poder e os populares festejando nas ruas, a Madeira e o Porto Santo, nos primeiros dias, viviam uma situação de plena continuidade do seu quotidiano.

O dia 25 de Abril foi muito calmo, não tendo havido qualquer movimentação militar nas ilhas[372]. Por um lado, as forças militares e militarizadas da ilha não colocaram especiais problemas ao MFA[373] e, por outro, "nenhum movimento anormal se verificava nas ruas do Funchal ou outras povoações e a velha ordem parecia manter-se imperturbável"[374].

Estes primeiros dias da liberdade, a nível regional, foram marcados por factos comuns do quotidiano madeirense, alheios à Revolução. Pela imprensa madeirense, víamos a azáfama relativamente à eleição da Miss Madeira, agendada para o dia 27 de Abril[375], a divulgação de informações sobre a guerra colonial, dando conta da morte de soldados madeirenses em Angola[376] e de mais um enterro, no Funchal, no dia 26, de um furriel madeirense (Rui Horácio Gomes, falecido na Guiné)[377], a realização de provas desportivas no Estádio Prof. Marcello Caetano e do campeonato corporativo de voleibol[378] e a promoção da Festa da Flor[379].

---

371 MEDINA, 1985, pp. 11, 19, 26, 47-49; PRAÇA *et al.*, 1974, pp. 12, 22, 24, 29, 32.

372 CALISTO, 1995, *Achas na autonomia*, p. 19; SILVA, 2014; VARELA e PEREIRA, 2017, *História do Povo da Madeira no 25 de Abril*, pp. 80-81 e 84.

373 CARITA, 2017, "Junta de Planeamento 1975".

374 SILVA, 2014, "O 25 de Abril e a Madeira".

375 *DN*, 26 de Abril de 1974, "Esgotada a lotação do "Galáxia" para a noite de eleição de "Miss Madeira"", p. 2; *DN*, 27 de Abril de 1974, "Realiza-se hoje a eleição de "misses" Madeira, Jovem e Informação durante uma festa de gala no "Savoy"", p. 6; *DN*, 28 de Abril de 1974, "Ana Maria Gama eleita ontem "Miss" Madeira-74", pp. 3-4; *EF*, 29 de Abril de 1974, "Eleição da Miss Madeira 1974", pp. 3 e 12; *RNN*, 30 de Abril de 1974, "Eleição de Miss Madeira 74", p. 3.

376 *CF*, 25 de Abril de 1974 a 1 de Maio de 1974, "Comunicados", p. 3; *DN*, 26 de Abril de 1974, "Imagens do Ultramar", p. 6.

377 *DN*, 26 de Abril de 1974, "Funeral dum militar", p. 3; *DN*, 26 de Abril de 1974, "Participação – Rui Horácio Gomes Franco (furriel miliciano)", p. 5; *JM*, 26 de Abril de 1974, "Funeral dum militar ferido em campanha", p. 3.

378 *DN*, 27 de Abril de 1974, "Campeonato Corporativo de Voleibol – Santa Maria no comando ao fim da primeira volta", p. 8; *DN*, 27 de Abril de 1974, "Desporto Escolar - Hoje no Estádio Prof. Marcello Caetano campeonatos distritais de atletismo", p. 8; *EF*, 29 de Abril de 1974, "Voleibol corporativo – adiada a questão do título", p. 7.

379 *DN*, 29 de Abril de 1974, "Entrega de prémios aos primeiros classificados da "Festa da Flor" - certame do Ateneu Comercial do Funchal", p. 3; *EF*, 29 de Abril de 1974, "A "XIX Festa da Flor" - Parte de encerramento no Ateneu Comercial", p. 12; *JM*, 29 de Abril de 1974, "Baile de

Podemos dizer que as novidades destes primeiros momentos depois do golpe revolucionário, foram as notícias relacionadas com a ordenação episcopal, em Lisboa, no dia 21 de Abril, de Francisco Santana[380], novo bispo do Funchal[381] e a chegada, no dia 29 de Abril, do novo navio Pirata Azul, para ligar, em menos tempo e de forma mais cómoda, a Madeira ao Porto Santo[382].

A comunicação social da Madeira começou por reagir, de forma lenta, tímida e cautelosa, face aos acontecimentos nacionais. Enquanto, no Continente, desde a madrugada do dia 25 de Abril, os órgãos de informação audiovisual difundiam diversos comunicados à população, bem como marchas militares e canções proibidas de cantores nacionais[383], no arquipélago madeirense, a *EN* e a *RTP,* no mesmo dia, não deram uma única palavra sobre o movimento revolucionário, não transmitindo os seus habituais noticiários, nem qualquer justificação para tal e mesmo depois da *EN* e da *RTP* em Lisboa estarem nas mãos da JSN, os emissores madeirenses desses órgãos continuaram silenciosos e não estabeleceram qualquer ligação com os estações nacionais[384].

Só a partir do dia 27 – e depois do *DN* e do *JM* darem conta do movimento militar – é que as delegações regionais da *EN* e da *RTP* passaram a dar informações aos madeirenses[385].

Também, o jornalismo escrito local, inicialmente, teve idêntico percurso. Se no Continente, houve jornais, como *A Capital*, o *DL*, o *DN*, o *DP*, o *JN* e o *República*, que, no próprio dia 25 de Abril, fizeram eco imediato, e com grande destaque, do que vinha sucedendo desde essa madrugada, através de edições normais, especiais ou novas tiragens[386], os matutinos da ilha, nesse dia,

---

encerramento da "XIX Festa da Flor"", p. 3; *RNN*, 30 de Abril de 1974, "A XIX Festa da Flor", pp. 3-4.

[380] Ver anexo.

[381] *CF*, 25 de Abril de 1974 a 1 de Maio de 1974, "Comunicados", p. 3; *EF*, 15 de Abril de 1974, "Na Sé de Lisboa – Consagração de D. Francisco Santana Bispo Eleito do Funchal", p. 1*; EF*, 22 de Abril de 1974, "Na Sé Patriarcal de Lisboa – Ordenação do novo Bispo do Funchal D. Francisco Antunes Santana, no 2.º domingo de Páscoa", pp. 1-2; *VM*, 24 de Abril de 1974, p. 1.

[382] *DN*, 30 de Abril de 1974, "Chegou ontem ao Funchal o "Pirata Azul" moderno e rápido navio destinado às ligações Madeira – Porto Santo", p. 3; *JM*, 30 de Abril de 1974, "O "Pirata Azul" chegou ontem de Lisboa e estabelecerá ligações Madeira – Porto Santo", p. 1.

[383] MEDINA, 1985, pp. 10-12; PRAÇA *et al.*, 1974, pp 8-14.

[384] *CF*, 1 de Maio de 1974, edição especial, "O oportunismo e o comportamento cúmplice da "informação" madeirense", p. 7.

[385] NÓBREGA, 2014, "A censura ainda funcionou no dia 25 de Abril na Madeira".

[386] CD25A, 2012, *Arquivo electrónico – Primeiras páginas de alguns Diários Nacionais*.

cumpriam as suas edições normais, não figurando qualquer alusão ao acto das FA[387].

O *DN* e o *JM*, nas suas primeiras páginas, nesse dia 25, davam conta da sessão do dia anterior da AN e das eleições presidenciais francesas, então em curso[388], o que era normal, pois os jornais, geralmente, eram elaborados na véspera da sua publicação, por causa da sua impressão.

No arquipélago, somente, no dia seguinte foram estampadas as primeiras informações sobre o "25 de Abril", titulando o *DN* que "Num movimento iniciado na madrugada de ontem, as Forças Armadas confiaram o Governo da Nação a uma Junta Militar", dando conta da constituição da JSN, do 1.º comunicado do MFA e da calma que se vivia na cidade de Lisboa[389], enquanto o *JM* referia "Um momento histórico na vida da Nação – O Governo rendeu-se ao movimento das Forças Armadas" e divulgava a "Proclamação da Junta presidida pelo General António de Spínola", bem como "Um comunicado do Movimento das Forças Armadas"[390].

Entretanto, em 27 de Abril, estes periódicos já concederam maior expressão aos acontecimentos nacionais, com o *DN* a divulgar o programa do MFA, no qual se contemplavam, entre outras medidas, a destituição dos presidentes da República, do Governo, da AN e dos governadores das ilhas, a extinção da DGS, a abolição da censura e do exame prévio e proclamando a liberdade de expressão, pensamento, reunião e associação[391]. Por sua vez, *o JM* fornecia algumas informações sobre o momento político nacional, designadamente a mensagem de António de Spínola às FA e o programa do MFA[392].

---

[387] *CF*, 1 de Maio de 1974, edição especial, "O oportunismo e o comportamento cúmplice da "informação" madeirense", p. 7.

[388] *JM*, 25 de Abril de 1974, p. 1; *DN*, 25 de Abril de 1974, p. 1.

[389] *DN*, 26 de Abril de 1974, "Num movimento iniciado na madrugada de ontem, as forças Armadas confiaram o Governo da Nação a uma Junta Militar", pp. 1 e 4; *DN*, 26 de Abril de 1974, "O primeiro comunicado do Movimento das Forças Armadas", p. 1; *DN*, 26 de Abril de1974, "Últimas notícias – Reina a calma em Lisboa", p. 1.

[390] *JM*, 26 de Abril de 1974, "Proclamação da Junta presidida pelo General António de Spínola", pp. 1 e 12; *JM*, 26 de Abril de 1974, "Um comunicado do Movimento das Forças Armadas", p. 12; *JM*, 26 de Abril de 1974, "Um momento histórico na vida da Nação – O Governo rendeu-se ao movimento das Forças Armadas", pp. 1 e 12.

[391] *DN*, 27 de Abril de 1974, "O Movimento das Forças Armadas define o seu programa", p. 1 e 3.

[392] *JM*, 27 de Abril de 1974, "Definida em programa a proclamação da Junta em "Garantir a sobrevivência da nação como pátria soberana no seu todo pluricontinental"", pp. 1-2; *JM*, 27 de Abril de 1974, "O General Spínola dirigiu uma mensagem às Forças Armadas", p. 1.

Por seu turno, no dia 25 de Abril, o *CF* publicava a sua edição semanal, ainda com a apreciação da censura.

A quase normalidade dos primeiros dias da revolução estendia-se também ao poder político-militar do arquipélago. Apesar do governador civil do Distrito Autónomo do Funchal, Daniel Farrajota[393], ter sido demitido, de imediato, pela JSN, a verdade é que, na Madeira, o substituto do governador, João Gouveia, temporariamente, ainda assumiu o cargo[394], sendo apenas trocado em 30 de Abril[395], pelo secretário do Governo Civil, Quirino Spencer Salomão[396].

Manteve-se o governador militar da Madeira, Lopes da Eira[397], "um oficial da estrita confiança do regime deposto"[398], que, no entanto, declarou ter o apoio da JSN[399]. Mas, no dia 30 de Abril de 1974, foi exonerado[400].

Como seu substituto, foi nomeado Carlos de Azeredo – chegado ao arquipélago, em 2 de Maio de 1974 – que assumiria as responsabilidades de delegado da JSN, governador civil do Distrito Autónomo do Funchal, governador militar da Madeira e comandante das FA no arquipélago[401].

---

393 Ver anexo. O ex-governador civil da Madeira, Daniel Farrajota, regressou a Lisboa no dia 29 de Abril de 1974. *DN*, 1 de Maio de 1974, "Comunicados do Gabinete de Informação – Quinto" p. 1; *JM*, 30 de Abril de 1974, "Deixou ontem a Madeira o Comandante Daniel Rocheta", p. 4; *JM*, 1 de Maio de 1974, "Quinto comunicado do Gabinete de Informação", p. 1.

394 *DM*, 4 de Maio de 1974, "Comunicados do Gabinete de Informação – N.º 1", p. 7; *DN*, 28 de Abril de 1974, "Governo do Distrito", p. 1; *DN*, 28 de Abril de 1974, "Primeiro comunicado do Gabinete de Informação do Funchal", p. 1; *JM*, 28 de Abril de 1974, "Primeiro comunicado do Gabinete de Informação do Funchal", p. 1.

395 Este atraso na execução da demissão do governador substituto foi justificado pelo Comando local da JSN por demoras na recepção de determinações da JSN provenientes de Lisboa. *CF*, 1 de Maio de 1974, edição especial, "A Madeira depois do 25 de Abril", p. 6.

396 *DM*, 4 de Maio de 1974, "Comunicados do Gabinete de Informação – N.º 4", p. 6; *DN*, 30 de Abril de 1974, "Os três primeiros decretos-lei da Junta de Salvação Nacional", pp. 1 e 6; *DN*, 30 de Abril de 1974, "Quarto comunicado do Gabinete de Informação", p. 1; *JM*, 30 de Abril de 1974, "Primeiros decretos-leis da Junta de Salvação Nacional", pp. 1 e 4; *JM*, 30 de Abril de 1974, "Quarto comunicado do Gabinete de Informação", p. 1.

397 Ver anexo.

398 SILVA, 2014.

399 *DN*, 30 de Abril de 1974, "Uma conferência de imprensa no Governo Militar da Madeira e um Comunicado do Gabinete de Informação", p. 1; *EF*, 29 de Abril de 1974, "No Palácio de S. Lourenço – O Governador Militar da Madeira reuniu-se com os O. de Informação", p. 2; *JM*, 30 de Abril de 1974, "Reunião do Governador Militar com os Órgãos de Informação", pp. 1 e 12; *VM*, 1 de Maio de 1974, "Conferência de Imprensa", p. 1.

400 *DM*, 4 de Maio de 1974, "Comunicados do Gabinete de Informação – N.º 5", p. 7; *DN*, 1 de Maio de 1974, "Comunicados do Gabinete de Informação – Quinto", p. 1; *JM*, 1 de Maio de 1974, "Quinto comunicado do Gabinete de Informação", p. 1.

401 *DM*, 4 de Maio de 1974, "Comunicados do Gabinete de Informação – N.º 5", p. 7; *DM*, 4 de Maio de 1974, "Nono comunicado do Gabinete de Informação", p. 5; *DN*, 1 de Maio de 1974, "Comunicados do Gabinete de Informação – Quinto", p. 1; *DN*, 3 de Maio de 1974, "Comunicados do Gabinete de Informação da Junta de Salvação Nacional – Oitavo", pp. 1 e 3; *DN*, 3 de Maio de 1974, "Comandante Militar da Madeira", p. 1; *JM*, 3 de Maio de 1974, "Nono comunicado do Gabinete de Informação", p. 1.

Entretanto, a monotonia insular que se vinha vivendo, nestes dias de Abril, foi-se quebrando, com o surgimento de novos acontecimentos, que viriam a ter um grande impacto no ambiente político local. Falamos da chegada à Madeira, no dia 26, na condição de detidos no Palácio de São Lourenço, dos principais ex-dirigentes do regime derrubado, Américo Tomás e Marcello Caetano, respectivamente, antigos PR e presidente do Conselho.

Também, foi constituído um GI-JSN na Madeira, no dia 27 de Abril, a partir desta data, que teve um papel informativo e cívico muito relevante, cuja acção melhor será entendida no capítulo das instituições políticas.

Pelo exposto, infere-se que o aportar dos ventos do MFA, ao arquipélago madeirense, aconteceu de forma vagarosa e calma, comparativamente à agitação vivida no continente e nas antigas colónias portuguesas de África[402], explicada, fundamentalmente, por cinco factores, sobretudo de cunho político.

Desde logo, não havia um núcleo regional do MFA, pelo que se entende a própria inexistência de movimentações militares específicas na Madeira e no Porto Santo. Com efeito, e apesar de alguns militares madeirenses saberem ou estarem ligados à intenção da revolução, como Gil Nunes (oficial do BII 19 do Funchal, e que estivera na primeira reunião conspirativa da Guiné, em 1973, onde se encontrava também Otelo Saraiva de Carvalho[403]) e o major Ramiro Morna do Nascimento (que considerava que a política ultramarina teria de mudar e, antes do "25 de Abril", costumava trazer do Continente comunicados do "Movimento dos Capitães", distribuindo-os a alguns amigos civis e ao chefe de Estado-Maior, Faria Leal)[404], a verdade era que, então, não se constituíra um grupo organizado do movimento revolucionário no arquipélago.

Em segundo lugar, "não havia nessa altura na Madeira qualquer força de oposição organizada, mesmo na clandestinidade"[405] que pudesse imprimir outro ritmo ao processo de mudança. Na realidade, então, "o único núcleo de resistência informal à ditadura" estava à volta do semanário *CF,* que, desde 1967, tinha ganhado expressão nacional, nomeadamente junto da juventude universitária e dos oficiais milicianos nas colónias[406].

---

[402] CARITA, 2017.
[403] Ver anexo.
[404] Ver anexo; CALISTO, 1995, pp. 19-20.
[405] SILVA, 2014.
[406] SILVA, 2014.

Acrescia a lentidão na substituição das autoridades locais comprometidas com o regime deposto, bem como o seu comportamento, neste novo período histórico. Assim, Lopes da Eira continuava como governador militar, ignorando as directivas da JSN, num quadro em que as FA insulares prescindiram de assinalar a mudança, assistindo-se à manutenção das entidades nos seus postos, à excepção da demissão automática do governador civil, tal como acontecera nos outros distritos do país[407].

Com efeito, segundo Vicente Jorge Silva, *"*as autoridades locais fingiam comportar-se como se nada se tivesse passado, apesar de Américo Thomaz e Marcello Caetano terem sido enviados sob prisão para o Funchal"[408].

Em quarto lugar, registava-se uma grande apreensão dos democratas e opositores madeirenses do regime derrubado, perante uma série de situações que presenciavam nestes primeiros dias da Revolução.

Por exemplo, alguns desconfiavam que este movimento viesse a falhar, como o golpe de Estado de 16 de Março desse ano, nas Caldas da Rainha[409].

Depois, causava-lhes estranheza o facto de o governador militar continuar no exercício da sua função, bem como a substituição do governador civil, não pelo secretário do Governo Civil, mas pelo governador substituto, contrariando o decretado pela JSN.

Este incómodo agravava-se pela circunstância de algumas personalidades, de forma silenciosa, manifestarem resistência ao desenrolar dos acontecimentos nacionais[410].

Juntava-se o discurso de Lopes da Eira, na conferência de imprensa do dia 29 de Abril de 1974 – a primeira de entidades oficiais, sobre o "Movimento dos Capitães", e a única do referido governador militar – segundo o qual, estava empenhado "para que a transformação política que se registou no País não afectasse a vida da Madeira", ideia esta que, na versão do mesmo interlocutor, teria sido bem acolhida pela JSN[411].

---

[407] NÓBREGA, 2014; SILVA, 2014.
[408] NÓBREGA, 2014.
[409] CALISTO, 1995, p. 18.
[410] NÓBREGA, 2014.
[411] *DN*, 30 de Abril de 1974, "Uma conferência de imprensa no Governo Militar da Madeira e um Comunicado do Gabinete de Informação", p. 1; *EF*, 29 de Abril de 1974, "No Palácio de S. Lourenço – O Governador Militar da Madeira reuniu-se com os O. de Informação", p. 2; *JM*, 30 de Abril de 1974, "Reunião do Governador Militar com os Órgãos de Informação", pp. 1 e 12; NÓBREGA, 2014.

Igualmente, fazia confusão a escolha da Madeira para prisão dos ex-governantes, gozando de uma enorme tranquilidade coberta pelas autoridades insulares[412].

Acrescente-se que a comissão de censura continuava a funcionar, tendo o *CF* submetido os seus textos ao "exame prévio", no próprio dia 25 de Abril[413].

Também era motivo de receio dos democratas o facto de, durante os primeiros dias depois da Revolução, os agentes da PIDE, alguns deles armados, passearem, tranquilamente, pelas ruas do Funchal e até, nalguns estabelecimentos comercias, declararem, em voz alta, que nunca tinham feito mal a ninguém, além de ainda continuarem abertas as instalações da PIDE, bem como as da LP[414].

O ambiente era de semilegalidade, tendo inclusivamente o jornalista Tolentino de Nóbrega[415] sido dificultado pela Marconi – receosa de represálias – quando, encarregado pelos activistas do *jornal cor-de-rosa*, pretendia enviar um telegrama à JSN, comunicando o impasse que a revolução registava no arquipélago e até as pinturas a convocar a manifestação do "1.º de Maio" foram realizadas com medo da PIDE[416].

Havia um outro foco de preocupação, a tentativa do governador militar proibir a citada manifestação, o que motivou o protesto dos seus promotores junto do comando operacional do MFA, na Cova da Moura, do qual resultou, em 30 de Abril, o afastamento de Lopes da Eira, passando à reserva, e à desactivação dos *pides*, com a tomada das instalações da polícia política, na Rua da Carreira[417].

Por fim, em quinto lugar, a chegada mais tardia da Revolução ao arquipélago, também se justifica pela "distância dos acontecimentos que se

[412] *CF*, 1 de Maio de 1974, edição especial, "A Madeira depois do 25 de Abril", p. 6;
[413] NÓBREGA, 2014. Pertenciam à comissão de censura o tenente-coronel Eleutério Valeriano Melim e o capitão Caetano José Soares.
[414] NÓBREGA, 2014. No dia 3 de Maio, partiu da Madeira, para Lisboa, um avião fretado da TAP, com 17 elementos da ex-DGS, sob escolta, onde permaneceram detidos na mesma situação que os outros polícias políticos do Continente. *DN*, 5 de Maio de 1974, "Comunicado do Gabinete de Informação da Madeira da Junta de Salvação Nacional – Décimo", datado de 4.Maio.1974, p. 3.
[415] Ver anexo.
[416] CALISTO, 1995, pp. 24-25; VARELA e PEREIRA, 2017, p. 82.
[417] NÓBREGA, 2014.

desenrolavam em Portugal continental"[418], ou seja, pelo "isolamento da sua insularidade", designadamente do conhecimento dos acontecimentos em Lisboa, facto que afectou a tomada de iniciativas do movimento militar, a nível local, que marcassem uma transformação com o derrube do regime anterior[419].

Para este impedimento, contribuiu, como já referido, a fraca e tímida prestação da comunicação social madeirense, nomeadamente os emissores regionais da *EN* e da *RTP* que, todo o dia 25, ficaram em silêncio, nomeadamente não transmitindo os noticiários nacionais[420].

Podemos concluir que o "Movimento dos Capitães" teve uma chegada tardia, em comparação com outros espaços nacionais, entendendo-se, perfeitamente, a expressão do sindicalista Leonel Nunes, referindo que "o 25 de Abril veio de barco, não veio de avião. Demorou um bocado"[421].

Consequentemente, a implantação do "25 de Abril", de forma diferente no arquipélago, foi vista como a concessão de uma dádiva, particularmente aos madeirenses, a exemplo do que interpretou José Maria da Silva (advogado, presidente da Casa da Cultura), considerando a liberdade alcançada como "um presente do Pai Natal"[422], e o arquiteto paisagista Fernando Pessoa entendeu-a como uma "realidade que acaba[va] de nos ser entregue, para nós a vivermos integralmente"[423].

Por todas as razões apresentadas, e como adiante melhor será compreendido, na prática, o "25 de Abril" chegou à Madeira a 1 de Maio, com a adesão popular ao movimento militar, apoio de que os representantes locais do MFA precisavam para concretizar as necessárias mudanças[424].

---

[418] OLIVEIRA, 2016, "Madeira: do 25 de Abril ao 25 de Novembro – 40 anos depois. Uma caminhada para a Autonomia da Região", p. 6.
[419] *CF*, 1 de Maio de 1974, edição especial, "A Madeira depois do 25 de Abril", p. 6; NÓBREGA, 2014.
[420] *CF*, 1 de Maio de 1974, edição especial, "A Madeira depois do 25 de Abril", p. 6; NÓBREGA, 2014.
[421] VARELA e PEREIRA, 2017, p. 80.
[422] *CF*, 6 de Junho de 1974, edição regional, "O oportunismo some e segue", p. 2; *DN*, 29 de Maio de 1974, "O momento político – Depoimento do Dr. José Maria da Silva", pp. 1, 4 e 7.
[423] *DN*, 21 de Maio de 1974, "O momento político – Depoimento do Eng. Fernando Pessoa", pp. 1 e 5.
[424] NÓBREGA, 2014.

Ainda assim, o despertar mais tardio da Madeira para a Revolução não nos pode fazer crer que o arquipélago "viveu indiferentemente o 25 de Abril de 1974"[425].

2.2. A adesão à Revolução

Ao longo da História, quando ocorre uma mudança de regime político, os seus partidários expressam, imediatamente, de forma pública, e designadamente aos seus autores e dirigentes, a sua satisfação pelo feito alcançado.

Paralelamente, há aqueles que, embora tivessem defendido acerrimamente o governo deposto, rapidamente rejubilam com a alteração registada, sendo, muitas vezes, e até com maior exuberância, os principais prosélitos da nova administração politica, os quais são, comummente, denominados vira-casacas e oportunistas.

Ao invés, existem outros que, por coerência com o seu passado de defesa do anterior regime, opõem-se à mudança, e caso não possam fazê-lo, no mínimo, demitem-se de cargos que vinham exercendo, cedendo o seu lugar aos vencedores.

Assim, aconteceu, na Madeira, logo após o "25 de Abril", através de mensagens, declarações, comunicados e telegramas endereçados ao MFA, à JSN, ao novo PR, António de Spínola[426], ao GP e ao novo PM, Palma Carlos[427].

Um numeroso contingente manifestou, de modo explícito e sucinto, o seu apoio às forças promotoras da transformação política, sendo um dos primeiros um grupo de democratas madeirenses, "desde sempre em oposição fascismo derrubado"[428].

[425] OLIVEIRA, 2016, p. 6.
[426] Tomou posse em 15 de Maio de 1974.
[427] Ver anexo. Tomada de posse em 16 de Maio de 1974.
[428] Integravam este grupo João Sebastião Ferreira, Abel Nunes, Aires Albuquerque, António Loja, António Salles Caldeira, César Pestana, Fernando Rebelo, Rui Nepomuceno e Simeão Mendes. *DN*, 29 de Abril de 1974, "Um telegrama dos democratas madeirenses dirigido ao Sr. Presidente de Junta de Salvação Nacional", p. 1; *EF*, 29 de Abril de 1974, "Um telegrama dos democratas madeirenses", p. 8.

Neste conjunto, incluíram-se muitos sindicatos do Distrito do Funchal, como os dos Carregadores e Descarregadores de Terra do Porto[429], dos Empregados de Escritório e Caixeiros[430], dos Empregados da Indústria Hoteleira e Profissões Anexas[431], dos Empregados e Operários da Indústria de Panificação[432], dos Regentes Agrícolas[433], dos Estivadores, Carregadores e Descarregadores Marítimos[434], dos Operários da Construção Civil e Ofícios Correlativos[435], dos Electricistas[436], dos Profissionais de Armazéns[437] e dos Motoristas e Ofícios Correlativos[438].

De vários grupos profissionais e sociais locais, não organizados a nível sindical ou institucional, igualmente, surgiram declarações de adesão ao novo regime, como os da saúde (pessoal administrativo, técnico e auxiliar e "esmagadora maioria" do pessoal médico e pessoal de enfermagem do Hospital Distrital do Funchal[439] e funcionários do Hospital da Santa Casa da Misericórdia

[429] *DN*, 30 de Abril de 1974, "Telegramas ao Presidente da Junta de Salvação Nacional – Do Sindicato Nacional dos Carregadores e Descarregadores de Terra do Porto e Distrito do Funchal", p. 3; *DN*, 17 de Maio de 1974, "Telegramas dirigidos ao General António de Spínola, enviados à Junta de Salvação Nacional", p. 8*; JM*, 30 de Abril de 1974, "Sindicato Nacional dos Carregadores e Descarregadores de Terra do Porto e Distrito do Funchal", p. 7; *JM*, 17 de Maio de 1974, "Telegramas – Do Sindicato dos Carregadores e Descarregadores de Terra do Porto do Funchal", p. 7.

[430] *DN*, 4 de Maio de 1974, "Telegramas à Junta de Salvação Nacional, p. 5; *JM*, 4 de Maio de 1974, Telegrama à Junta de Salvação Nacional", p. 2.

[431] *DN,* 1 de Maio de 1974, "Um telegrama do Sindicato Nacional dos Empregados da Indústria Hoteleira", p. 4; *JM*, 1 de Maio de 1974, "Telegrama do Sindicato Nacional dos Empregados da Indústria Hoteleira e Profissões Anexas do Distrito do Funchal", p. 7.

[432] *DN*, 5 de Maio de 1974, "Telegramas dirigidos ao Presidente da Junta de Salvação Nacional", p. 5.

[433] *DN*, 12 de Maio de 1974, "Os regentes agrícolas em serviço na Madeira elaboraram um programa de trabalho visando os interesses da classe", p. 3; *DN*, 12 de Maio de 1974, "Telegramas enviados à Junta de Salvação Nacional", p. 3; *JM*, 12 de Maio de 1974, "Reunião dos Regentes Agrícolas", p. 4; *JM*, 12 de Maio de 1974, "Telegramas – Dos Regentes Agrícolas", p. 2.

[434] *DN*, 10 de Maio de 1974, "Telegramas de apoio à Junta de Salvação Nacional - Sindicato dos Estivadores, Carregadores e Descarregadores de Mar do Funchal", p. 3; *JM*, 10 de Maio de 1974, "Telegramas – Do Sindicato dos Estivadores Marítimos", p. 4.

[435] *DN*, 11 de Maio de 1974, "Envio de telegramas à Junta de Salvação Nacional", p. 6; *JM*, 11 de Maio de 1974, "Telegramas enviados à Junta de Salvação Nacional – Sindicato Operários Construção Civil", p. 12.

[436] *DN*, 11 de Maio de 1974, "Envio de telegramas à Junta de Salvação Nacional", p. 6; *JM*, 11 de Maio de 1974, "Telegramas enviados à Junta de Salvação Nacional – Do Sindicato dos Electricistas", p. 12.

[437] *DN*, 13 de Maio de 1974, "Telegramas enviados à Junta de Salvação Nacional", p. 5.

[438] *DN*, 16 de Maio de 1974, "Telegramas enviados à Junta de Salvação Nacional", p. 8; *JM*, 16 de Maio de 1974, "Telegramas – Do Sindicato Nacional dos Motoristas", p. 4.

[439] *DN*, 5 de Maio de 1974, "Telegramas dirigidos ao Presidente da Junta de Salvação Nacional", p. 5; *JM*, 5 de Maio de 1974, "Telegramas – do Hospital Distrital do Funchal", p. 12.

do Funchal[440]), do ensino (alunos da EICF[441], pessoal menor do LNF[442], professores e pessoal administrativo e auxiliar da EICF[443], professores do ensino primário[444] e docentes do ensino preparatório[445]), da FP (funcionários da JGDAF[446], da JAPAM[447], dos Serviços Florestais[448] e da Missão da Madeira do IGC[449]) e de outras áreas (grupo de bancários[450], funcionários dos CTT[451], gráficos[452], operárias da Electrónica Madeira Enginnering[453], operários da firma João Silvério Caires, trabalhadores do Grémio dos Industrias de Bordado da Madeira e barbeiros e cabeleireiros do Funchal[454]).

---

[440] *DN*, 6 de Maio de 1974, "Telegrama dos funcionários do Hospital da Santa Casa da Misericórdia do Funchal à J.S.N.", p. 1; *JM*, 4 de Maio de 1974, "Telegrama Funcionários da Santa Casa da Misericórdia do Funchal", p. 2.

[441] *DN*, 8 de Maio de 1974, "Telegramas enviados à Junta de Salvação Nacional", p. 4; *JM*, 8 de Maio de 1974, "Telegramas – Alunos da Escola Industrial", p. 12.

[442] *DN*, 10 de Maio de 1974, "Reunião do pessoal menor do Liceu Nacional do Funchal", p. 6; *JM*, 10 de Maio de 1974, "Propósitos do pessoal menor do Liceu Nacional do Funchal", p. 2.

[443] *DN*, 12 de Maio de 1974, "Grupo de professores da Escola Industrial e Comercial do Funchal reportam-se ao actual momento político", p. 3; *JM*, 12 de Maio de 1974, "Uma declaração dum grupo de professores da Escola Industrial", p. 12.

[444] *DN*, 5 de Maio de 1974, "Telegramas dirigidos ao Presidente da Junta de Salvação Nacional", p. 5; *DN*, 7 de Maio de 1974, "Telegramas enviados à Junta de Salvação Nacional – De um grupo de professores primários", p. 3; *DN*, 7 de Maio de 1974, "Telegramas enviados à Junta de Salvação Nacional – De outro grupo de professores primários", p. 3; *JM*, 5 de Maio de 1974, "Telegramas – dos professores primários madeirenses", p. 12; *JM*, 7 de Maio de 1974, "Telegramas à Junta de Salvação Nacional – Professores do Campanário", p. 7; *JM*, 7 de Maio de 1974, "Telegramas à Junta de Salvação Nacional – Um grupo de professores", p. 7.

[445] *DN*, 8 de Maio de 1974, "Um grupo de professores do ensino preparatório define a sua posição perante problemas do ensino", p. 4; *JM*, 8 de Maio de 1974, "Texto subscrito por um grupo de professores do Ciclo Preparatório da Madeira", p. 4

[446] *DN*, 7 de Maio de 1974, "Telegramas enviados à Junta de Salvação Nacional – Dos funcionários da Junta Geral", p. 3; *JM*, 7 de Maio de 1974, "Telegramas à Junta de Salvação Nacional – Dos funcionários da Junta Geral", p. 7

[447] *DN*, 8 de Maio de 1974, "Telegramas enviados à Junta de Salvação Nacional", p. 4; *JM*, 8 de Maio de 1974, "Telegramas – Funcionários da J.A.P.A.M.", p. 12.

[448] *DM*,11 de Maio de 1974, "Ventos ilhéus – Telegramas de apoio à Junta de Salvação Nacional", pp. 1 e 3*; DN*, 8 de Maio de 1974, "Telegramas enviados à Junta de Salvação Nacional", p. 4; *EF*, 13 de Maio de 1974, "Telegramas enviados à Junta de Salvação Nacional", p. 4; *JM*, 8 de Maio de 1974, "Telegramas – Funcionários dos Florestais", p. 12.

[449] *DN*, 12 de Maio de 1974, "Telegramas enviados à Junta de Salvação Nacional", p. 3; *JM*, 12 de Maio de 1974, "Telegramas – Do Instituto Cadastral", p. 2.

[450] O telegrama foi remetido, através da Comissão de Delegação do sindicato, sendo assinado por Henrique Freitas Morna, Jorge Mateus Pinto, José Rodrigues, José João Freitas, Consuelo Rodrigues e Carlos Luz. *DN,* 1 de Maio de 1974, "Telegrama de apoio dos bancários madeirenses à Junta de Salvação Nacional", p. 3; *JM*, 1 de Maio de 1974, "Telegrama dos bancários da Madeira", p. 7.

[451] *DN*, 14 de Maio de 1974, "Telegramas enviados à Junta de Salvação Nacional", p. 3.

[452] *DN*, 24 de Maio de 1974, "Telegrama enviado pelos gráficos madeirenses ao Presidente da República", p. 7; *JM*, 24 de Maio de 1974, "Gráficos madeirenses dirigem telegrama ao General Spínola", p. 3.

[453] *DN*, 16 de Maio de 1974, "Telegramas enviados à Junta de Salvação Nacional", p. 8.

[454] *DN*, 18 de Maio de 1974, "Telegramas ao Presidente da República", p. 5.

Acrescentaram-se, ainda, telegramas de saudação ao novo PR, da parte de um grupo de habitantes do Porto da Cruz, manifestando a sua esperança num futuro melhor, sob a presidência de António de Spínola, cujos antepassados viveram naquela freguesia do concelho de Machico[455] e de um grupo de madeirenses residentes na Horta, Açores[456]. Juntou-se um telegrama remetido à JSN, referindo "O povo de Santa Cruz está com a J.S.N. e as Forças militares", uma iniciativa de uma assembleia popular de Santa Cruz, em Maio de 1974[457].

Esta concordância com o novo movimento nacional, outrossim, foi expressa por associações, como a Banda Distrital do Funchal[458], o Grémio da Lavoura do Funchal[459], o Grémio Regional dos Industriais de Construção Civil e Obras Públicas da Madeira[460] e o Ateneu Comercial do Funchal, que decidiu pôr as suas salas à disposição de todos os portugueses, "de toda e qualquer ideologia"[461].

Também, houve manifestações de apoio, a título individual, como os de António Duarte Silveira, advogado da Ponta do Ponta do Sol[462], Armando Moniz, chefe de tráfego aposentado da Alfândega do Funchal[463], Álvaro Fernandes Faria e Manuel de Ornelas[464] e até de um monárquico, Manuel José Favila Vieira, que saudou o novo PR, António de Spínola e o novo PM, Palma Carlos[465].

---

[455] *JM*, 17 de Maio de 1974, "Telegramas – Dos habitantes do Porto da Cruz", p. 7.

[456] Os subscritores desta mensagem foram João J. Gonçalves Nunes, Herménio Silva, Manuel Rodrigues Freitas, Claudino de França Câmara e Francisco Leandro Rodrigues. *DM*,18 de Maio de 1974, "Ventos ilhéus – Telegramas de madeirenses", p. 23.

[457] *DN*, 14 de Maio de 1974, "Em Santa Cruz o povo tratou dos seus problemas em assembleia", p. 3; *JM*, 10 de Maio de 1974, "Domingo – Manifestação de apoio à J.S.N. dos agricultores de St.ª Cruz", p. 12; *JM*, 13 de Maio de 1974, "Manifestação em St.ª Cruz", p. 12*; RNN*, 20 de Maio de 1974, "Jornal de Parede, Noticiário do país e arredores… – "Meeting" público em Santa Cruz", p. 4.

[458] *DN*, 14 de Maio de 1974, "Telegramas enviados à Junta de Salvação Nacional", p. 3.

[459] *DM*,11 de Maio de 1974, "Ventos ilhéus – Telegramas de apoio à Junta de Salvação Nacional", pp. 1 e 3; *DN*, 9 de Maio de 1974, "Telegramas enviados à J.S.N.", pp. 1 e 5; *JM*, 9 de Maio de 1974, "Telegramas – do Grémio da Lavoura à JSN", p. 10.

[460] *DN*, 15 de Maio de 1974, "Telegramas enviados à Junta de Salvação Nacional", p. 4; *JM*, 15 de Maio de 1974, "Telegramas - Grémio Regional dos Industriais de Construção Civil e Obras Públicas da Madeira", p. 4.

[461] *DN*, 30 de Abril de 1974, "Telegramas ao Presidente da Junta de Salvação Nacional – Do Ateneu Comercial", p. 3; *JM*, 30 de Abril de 1974, "Deliberações do Ateneu Comercial do Funchal", p. 4.

[462] *DN*, 4 de Maio de 1974, "Telegramas à Junta de Salvação Nacional", p. 5.

[463] *DN*, 11 de Maio de 1974, "Envio de telegramas à Junta de Salvação Nacional", p. 6.

[464] *JM*, 18 de Maio de 1974, "Telegramas – dos Trabalhadores do Grémio dos Bordados", p. 5.

[465] Manuel José Favila Vieira, sem abdicar dos seus princípios monárquicos, saudou Spínola, em ordem a um "Portugal rejuvenescido moralizado" e recordou a amizade do seu pai com o novo PM, fazendo votos para o seu sucesso governativo, a favor de um "Portugal cada vez mais lusitano" e esperando uma "futura única lusitana bandeira venha ser tricolor: verde rubro negra". *JM*, 16 de Maio de 1974, "Telegramas – De um monárquico madeirense", p. 4; *JM*, 21

Além da simples saudação a quem realizou o movimento revolucionário e assumiu os comandos do país, alguns organismos e grupos profissionais aproveitaram o ensejo para fazer pedidos e exigências.

Uma das principais reivindicações foi a criação de sindicatos livres no funcionalismo público, exigida por diversos profissionais deste sector[466].

Outra solicitação foi a substituição legal e imediata do Grémio dos Industriais de Panificação do Funchal por uma associação livre de classe[467].

Por outro lado, a ACF esperava que a formação do novo governo pudesse tratar de problemas de interesse para este organismo[468].

Por seu turno, os estabelecimentos do ensino particular da ilha (Apresentação de Maria, Escola de Artes e Ofícios, Colégio Infante Dom Henrique, Colégio Missionário, Colégio de Santa Teresinha, Bom Jesus e Nuno Álvares) pediram a igualdade de tratamento com os alunos do ensino oficial[469].

---

de Maio de 1974, "Relembrar o passado para viver e forjar um presente e futuro dignos de um Portugal da era de 500", p. 12.

[466] Apoiaram esta pretensão empregados da Caixa de Previdência, funcionários do Serviço Nacional de Emprego-Divisão Regional do Funchal, Serviços Sociais da CMF, delegados eleitos pelos trabalhadores de Estado das repartições e serviços da Madeira, como Alfândega do Funchal, Circunscrição Florestal da Madeira, Circunscrição da Urbanização da Madeira, DTM, Direcção de Finanças do Distrito do Funchal, Delegação na Madeira do INE, GDAF, JAPAM, JGDAF, Junta Nacional das Frutas-Delegação na Madeira, Junta Nacional do Vinho (Delegação na Madeira), Missão da Madeira do IGC, Repartições de Finanças do Distrito do Funchal, Serviço Meteorológico Nacional e Serviço Nacional de Emprego, pessoal da subdelegação do IANT, do Quadro de Pessoal Civil do Ministério da Marinha em serviço na Capitania do Porto do Funchal, da Delegação do INTP e do Tribunal do Trabalho do Funchal. *DM*,11 de Maio de 1974, "Ventos ilhéus – Telegramas de apoio à Junta de Salvação Nacional", pp. 1 e 3*; DN*, 4 de Maio de 1974, "Telegramas à Junta de Salvação Nacional", p. 5; *DN*, 5 de Maio de 1974, "Telegramas dirigidos ao Presidente da Junta de Salvação Nacional", p. 5; *DN*, 8 de Maio de 1974, "Telegramas enviados à Junta de Salvação Nacional", p. 4; *DN*, 14 de Maio de 1974, "Comunicado de um grupo de trabalhadores de Estado das Repartições e Serviços da Ilha da Madeira", p. 3; *DN*, 15 de Maio de 1974, "Telegramas enviados à Junta de Salvação Nacional", p. 4; *EF*, 13 de Maio de 1974, "Telegramas enviados à Junta de Salvação Nacional", p. 4; *JM*, 4 de Maio de 1974, "Telegrama dos funcionários da Caixa de Previdência fazendo sugestões à Junta", p. 2; *JM*, 5 de Maio de 1974, "Telegramas – dos funcionários do S. N. E.", p. 12; *JM*, 8 de Maio de 1974, "Telegramas – Serviços Sociais da C.M.F.", p. 12; *JM*, 14 de Maio de 1974, "A atitude dos trabalhadores de Estado dos Serviços da Madeira", p. 7; *JM*, 15 de Maio de 1974, "Telegramas – Do I.A.N.T., Dos funcionários da Delegação do I:N:P:PT.", p. 4.

[467] *DN*, 9 de Maio de 1974, "Telegramas enviados à J.S.N.", pp. 1 e 5; *JM*, 9 de Maio de 1974, "Telegramas Grémio dos Industriais de Panificação do Funchal", p. 10.

[468] *DN*, 7 de Maio de 1974, "A Associação Comercial do Funchal enviou um telegrama ao delegado da Junta de Salvação Nacional junto do Ministério da Marinha", p. 3; *JM*, 7 de Maio de 1974, "Telegramas à Junta de Salvação Nacional – Da Associação Comercial do Funchal", p. 7.

[469] *DN*, 12 de Maio de 1974, "Telegramas enviados à Junta de Salvação Nacional", p. 3; *JM*, 12 de Maio de 1974, "Telegramas – De Colégios Madeirenses", p. 2.

Um telegrama de apoio à JSN, dos funcionários da EEM exigiu, adicionalmente, a suspensão dos presidentes do Conselho do Conselho Geral e da Administração da EEM, bem como do seu chefe de secretaria, Rui Gualberto Santos, até à apreciação de uma exposição subscrita por 226 funcionários[470].

Igualmente, foi enviado um telegrama à JSN, por um grupo de advogados madeirenses, congratulando-se com as suas medidas a assegurar a independência e dignificação do poder judicial, a extinção de tribunais especiais e a amnistia de crimes políticas, actos favoráveis à criação de um Estado de direito[471].

Neste capítulo das saudações aos vencedores da Revolução, entraram os grupos desportivos, primeiro o Clube Desportivo Nacional (esperando mudanças no desporto português)[472] e depois o Club Sport Marítimo (solicitando à JSN que o desporto da Madeira estivesse mais presente nas provas nacionais, com melhores condições de participação)[473].

Ao contrário dos dois anteriores conjuntos, houve pessoas que serviram o regime de Salazar e Caetano, mas, para não perderem o comboio, fizeram proclamações de adesão ao "25 de Abril", os chamados oportunistas, segundo Vicente Jorge Silva[474].

Por seu turno, o *DM* criticava aqueles que se ofereceram para colaborar com a JSN, de "alma e coração", apenas com o intuito de "continuarem nos

---

[470] Esta pretensão dos trabalhadores da EEM mereceu a resposta de Rui Gualberto Santos, alegando que estava a ser alvo de uma "campanha insidiosa" e que não deveria ser aceite a suspensão pelas entidades superiores, pois tal mancharia 29 anos de serviço prestado com dedicação. *DN*, 16 de Maio de 1974, "Telegramas enviados à Junta de Salvação Nacional", p. 8; *DN*, 21 de Maio de 1974, "Pedido de publicação", p. 8; *JM*, 16 de Maio de 1974, "Telegramas – Dos Funcionários da Empresa de Electricidade da Madeira", p. 4; *JM*, 17 de Maio de 1974, "Telegramas – Rui Gualberto Santos", p. 7.

[471] Foram seus subscritores Fernando Rebelo, António Manuel Sales Caldeira, Natividade Gonçalves Freias, Eduardo Paiva Jardim, Luís Semião Mendes, Jorge Figueira da Silva, Emanuel Jardim Fernandes, Consuelo Figueira, Luís Vicente Castro, António Joaquim Freitas, Óscar Fernandes, Emanuel Rodrigues, Fernando Couto, José Ferreira Prada, Rui Nepomuceno, João Sebastião Ferreira, Tomaz Pita Silva, Alcino Barreto, Carlos Vasconcelos, Henrique Pontes Leça, Rui Lima, Sílvio Carvalho, Manuel Rodrigues Gouveia, Leonel Silva, Henrique Freitas, David Sousa Freitas, Manuel Figueira Andrade, Acácio Matias, José Maria Silva, Ernesto Clemente Santos e Alfredo Fonseca Duarte. *DM*, 27 de Abril de 1974, "Advogados madeirenses (face ao Movimento)", p. 1 e 7; *EF*, 6 de Maio de 1974, "Advogados madeirenses enviaram telegrama à Junta N. de Salvação", p. 12.

[472] *DN*, 7 de Maio de 1974, "Telegrama do Clube Desportivo Nacional", p. 6; *JM*, 7 de Maio de 1974, "Telegramas à Junta de Salvação Nacional – Do Clube Desportivo Nacional", p. 7.

[473] *DN*, 9 de Maio de 1974, "Telegramas enviados à J.S.N.", pp. 1 e 5; *JM*, 9 de Maio de 1974, "Telegramas – Club Sport Marítimo", p. 10.

[474] *DN*, 19 de Maio de 1974, "O momento político – Vicente Jorge Silva", pp. 1 e 5.

"postos de comando" das instituições que ajudaram a corromper", quando deveriam ter-se retirado, ressalvando, no entanto, o caso de Manuel Rufino d´Almeida Teixeira[475].

Entretanto, o *CF* apontava que alguns "mudaram de casaca à última hora" e declaravam-se "democratas de há longa data", mas, segundo o jornal, haveria um movimento popular, ou seja, "de baixo para cima", a nível local, que discutia a substituição de directores de serviços e titulares de cargos públicos[476].

Neste contexto, houve o caso flagrante da CMC, presidida por José Manuel Brás[477], que deliberou, no dia seguinte ao golpe revolucionário, conceder o nome de António de Spínola à artéria principal do concelho – assunto melhor abordado no capítulo das instituições políticas – configurando uma decisão de oportunismo político e de radical mudança ideológica.

Outra figura polémica, por via da ocupação de cargos no anterior regime, foi Rui Vieira, que vinha exercendo, desde antes do "25 de Abril", a função de presidente da JGDAF e que, imediatamente ao êxito "Movimento dos Capitães", manifestara que se predispunha a cooperar com o novo regime.[478]. Esta controvérsia merece o devido tratamento no capítulo das instituições políticas.

A propósito desta celeuma, o *CF* considerou, ainda, que o envio de muitos telegramas à JSN, logo após o "25 de Abril", "na sua quase totalidade, não passa[va]m de simples elogios, de "apoio incondicional" ao programa da JSN[479], sendo alguns deles de "pessoas e entidades que durante o regime

---

[475] Manuel Rufino d´Almeida Teixeira exerceu o cargo desde 1970 e pediu a demissão em 2 de Maio de 1974, mas só foi lavrado o alvará de exoneração em 15 de Junho de 1974. ABM, Secretaria CMM, *Ofício n.º 2262 do Governo do Distrito do Funchal*, 15 de Junho de 1974; *DM*, 11 de Maio de 1974, "Giz na parede – Nem de alma nem de coração", pp. 1 e 4; *DN*, 3 de Maio de 1974, "No "*Diário de Notícias*" Manuel Rufino Teixeira", p. 3; *DN*, 16 de Junho de 1974, "Exonerado o Presidente da Câmara Municipal de Machico", p. 10; *JM*, 3 de Maio de 1974, "No "*Jornal da Madeira*", Manuel Rufino Teixeira", p. 3; MARTINS, 2017, *O 25 de Abril em Machico: Centro de Informação Popular 1974-75,* pp. 47-48.

[476] *CF*, 11 de Maio de 1974, edição regional, "O peso da tradição fascista", p. 2.

[477] Ver anexo. *CF*, 11 de Maio de 1974, edição regional, "O peso da tradição fascista", p. 2; *DN*, 17 de Maio de 1974, "Exonerado do cargo o presidente da CMC", p. 1.

[478] *DN*, 9 de Maio de 1974, "Um esclarecimento da Junta Geral do Distrito", p. 4; *JM*, 9 de Maio de 1974, "Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal – Esclarecimento", p. 12.

[479] O Programa das FA foi um projecto político, criado pelo MFA, anunciado publicamente na madrugada do dia 26 de Abril, tendo resultado de um acordo final entre António de Spínola e o MFA, "para dar ao povo português o sentido e a razão de ser da Revolução", tendo constituído a "Lei Fundamental do País, até à promulgação da Constituição de 1976". CD25A, 2012, *Glossário 25 de Abril.*

deposto não se cansavam também de elogiar a acção governativa de então e de repetir com uma frequência considerável que tudo corria às mil maravilhas"[480].

Por isso, relativamente ao telegrama do grupo de democratas madeirenses, saudando a JSN, o *CF* entendia que este acto era "profundamente revelador do tipo de interesses que certos "senhores" efectivamente defend[iam]", excepcionando, no entanto, os democratas António Loja, Fernando Rebelo e Rui Nepomuceno[481], pessoas a quem o semanário manifestava consideração[482].

Relativamente à mudança repentina de simpatia política pelo novo regime, da parte de anteriores titulares da ditadura, como Fernando Couto, Rui Vieira e Alberto Figueira Gomes[483], apontava o mesmo *CF*: *"*despem-se e vestem-se casacas com uma tal rapidez e aparente perfeição que chegamos a pensar que a salvação da Madeira não está mais no turismo mas no negócio de alfaiataria"[484].

Como ilustração desta controvérsia, o *RNN* publicou uma caricatura alusiva ao movimento de vira-casacas, ocorrido com o "25 de Abril", cuja legenda apresentava um diálogo entre um alfaiate e um oportunista:

> "– O alfaiate: Vossa Excelência tem aqui a última novidade em casacas. Como vê não tem forro, tem duas cores e pode-se mudar consonante as conveniências.
> – O oportunista: Vou-me contentar com essa, embora duas cores seja pouco para mim. Eu queria era uma casaca electrónica, que me transformasse num camaleão"[485].

Contrastando este ambiente de sincera ou falsa exaltação do "25 de Abril", houve figuras – ao que sabemos, poucas – que se mantiveram coerentes com o seu percurso anterior, tendo renunciado às funções que se desempenhavam, como foi o caso de Manuel Rufino d´Almeida Teixeira, que solicitou a demissão do cargo de presidente da CMM, no dia 2 de Maio de 1974[486].

---

480 *CF*, 11 de Maio de 1974, edição regional, "Os telegramas e o resto", p. 4.
481 Ver anexo.
482 *CF*, 1 de Maio de 1974, edição especial, "A Madeira depois do 25 de Abril", p. 6; *DN*, 29 de Abril de 1974, "Um telegrama dos democratas madeirenses dirigido ao Sr. Presidente de Junta de Salvação Nacional", p. 1; *EF*, 29 de Abril de 1974, "Um telegrama dos democratas madeirenses", p. 8.
483 Ver anexo.
484 *CF*, 18 de Maio de 1974, edição regional, ""Vítimas" da PIDE", p. 4.
485 *RNN*, 10 de Maio de 1974, "Casacas para democratas instantâneos…", p. 1.
486 ABM, Secretaria CMM, *Ofício n.º 2262 do Governo do Distrito do Funchal*, 15 de Junho de 1974; *DN*, 3 de Maio de 1974, "No "*Diário de Notícias*" Manuel Rufino Teixeira", p. 3; *DN*, 16 de Junho de 1974, "Exonerado o Presidente da Câmara Municipal de Machico", p. 10; *JM*, 3

Por ser uma postura quase inédita, o *DM*, na sua crítica aos que se disponibilizaram imediatamente para colaborar com a JSN, de "alma e coração", excepcionou o exemplo do referido autarca, sublinhando que "só o presidente do Município de Machico teve a atitude digna de demitir-se"[487].

2.3. A prisão de Américo Tomás e Marcello Caetano na Madeira[488]

A história da "Revolução dos Cravos", na Madeira, ficará, para sempre, marcada pela chegada à ilha, no dia imediato à Revolução, pelas 9h[489], e na condição de detidos, dos ex-titulares do "Estado Novo", Américo Tomás, Marcello Caetano, Silva Cunha[490] e Moreira Baptista[491], respectivamente, antigos PR, presidente do Conselho, ministro da Defesa e ministro do Interior, na companhia de Carlos Benvindo dos Reis da Fonseca, ajudante de campo do chefe do Estado[492].

Marcello Caetano narrou que, nessa madrugada de 26 de Abril, foi levado, sozinho, num automóvel militar do quartel da Pontinha para o Aeroporto da Base 1 da FAP, em Lisboa, e no avião militar, ele e os já referidos governantes foram acompanhados por vários paraquedistas "todos armados e equipados e sem largarem as espingardas em nenhum momento da viagem"[493].

---

de Maio de 1974, "No "*Jornal da Madeira*", Manuel Rufino Teixeira", p. 3; MARTINS, 2017, pp. 47-48.

[487] *DM*,11 de Maio de 1974, "Giz na parede – Nem de alma nem de coração", pp. 1 e 4.

[488] Este subcapítulo, embora com ligeiras alterações, no essencial, integra o artigo elaborado pelo autor da tese e publicado sob o título "A Prisão de Américo Tomás e Marcello Caetano e o 1.º de Maio de 1974 na Madeira", na revista *Arquivo Histórico da Madeira,* Nova Série, 2020, n.º 2, pp. 673-710.

[489] O *JM* referiu que a chegada era esperada no dia 25, à noite, mas tal não viera a suceder, tendo inclusivamente este órgão de informação se deslocado ao aeroporto, para o efeito, onde também estiveram diversas entidades oficias. *JM*, 26 de Abril de 1974, "Era esperada a vinda para a Madeira do Prof. Dr. Marcello Caetano", p. 1. A entrega foi realizada pelo comandante do avião militar que transportou os prisioneiros, tenente-coronel Baptista Pereira, e pelo primeiro-sargento paraquedista Picanço Gonçalves, chefe da escolta militar. SANTOS, 2016, *Uma História de Autonomia: Revolução Adiada*.

[490] Ver anexo.

[491] Ver anexo.

[492] *DM*, 27 de Abril de 1974, "Movimento de libertação: As Forças Armadas derrubaram o Governo do Almirante Américo Thomaz e Prof. Marcello Caetano – Comunicado", p. 1; *DM*, 4 de Maio de 1974, "Ventos ilhéus – Aeroporto", p. 4; *DN*, 27 de Abril de 1974, "Encontram-se na Madeira os Srs. Almirante Américo Thomaz, Professor Marcello Caetano e os antigos ministros da Defesa e do Interior", p. 1; *JM*, 27 de Abril de 1974, "Estão na Madeira o Almirante Américo Thomás, o Prof. Dr. Marcelo Caetano e antigos membros do Governo", p. 1; *JM*, 28 de Abril de 1974, "A presença na Madeira do Almirante Américo Thomás, do Prof. Marcello Caetano e de ex-membros do Governo", p. 3.

[493] CAETANO, 1975, *Depoimento*, p. 205.

Lamentou-se o ex-presidente do Conselho de Ministros pelo facto de o comando desta escolta ter sido entregue a um 1.º sargento para-quedista, e considerou que estes pormenores sublinhavam "quão pouco se considera[va]m os vencidos no nosso País e como nele t[inham] nula valia o esforço, a dedicação, o sacrifício para o servir"[494].

Foram recebidos, no aeroporto da Madeira, pelas mais altas autoridades do Distrito[495] e, sob custódia militar, seguiram em cortejo automóvel até ao Palácio de São Lourenço, no Funchal[496], onde ficaram alojados durante toda a sua estada na Madeira[497].

---

[494] CAETANO, 1975, pp. 205-206.

[495] Na recepção aos ex-governantes, estiveram Faria Leal, chefe de Estado-Maior do CTIM, Daniel Farrajota, governador civil, Lopes da Eira, governador militar, João Gouveia, substituto do governador civil, Spencer Salomão, chefe de secretaria do Governo Civil e João Borges, da DTM. *JM*, 26 de Abril de 1974, "Estão na Madeira o Almirante Américo Thomás, o Prof. Dr. Marcelo Caetano e antigos membros do Governo", p. 1; *JM*, 28 de Abril de 1974, "A presença na Madeira do Almirante Américo Thomás, do Prof. Dr. Marcelo Caetano e de ex-membros do Governo", p. 3.

[496] Segundo o *DM*, "constava particularmente que lhes tinha sido fixada residência na Casa da Queimada de Santana". *DM*, 27 de Abril de 1974, "Movimento de libertação: As Forças Armadas derrubaram o Governo do Almirante Américo Thomaz e Prof. Marcello Caetano – Comunicado", p. 1. Segundo CALISTO, 1995, pp. 20-21, estava previsto o alojamento dos prisioneiros em hotéis de luxo, Reid's (Américo Tomás e Marcello Caetano) e Madeira Palácio (Moreira Baptista e Silva Cunha), mas esta decisão foi anulada na hora da recepção dos ex-governantes, ainda no aeroporto do Funchal. Rui Carita menciona que chegaram a ser feitas reservas em vários hotéis. CARITA, 2009, *30 Anos de Autonomia: 1976-2006*, p. 45. Faria Leal, na altura chefe de Estado-Maior, anos mais tarde, referiu que, no dia 25 de Abril de 1974, foi informado do movimento revolucionário, primeiro, pela sua esposa – que estava a viver em Caxias – e depois, por contacto telefónico com Vítor Alves e Sanches Osório, do comando da Revolução, na Pontinha, em Lisboa, tendo sido avisado de que os ex-líderes do regime deposto iriam ser enviados para a Madeira e que o mesmo tratasse de os receber, informação esta que Faria Leal deu conhecimento ao governador militar, Lopes da Eira. Numa reunião com este e com o governador civil, Daniel Farrajota, na tarde de 25 de Abril, foi sugerida a hospedagem dos prisioneiros em hotéis. Faria Leal opôs-se, dizendo que os ex-governantes teriam de ficar no Palácio de São Lourenço e que, se houvesse falta de espaço, deveria ser o governador civil a ir para um hotel. SANTOS, 2016, *Uma História de Autonomia: Revolução Adiada*.

[497] Segundo o *DM*, os ex-ministros Silva Cunha e Moreira Baptista "foram vistos nas ruas do Funchal livres passeando como dois turistas". *DM*, 4 de Maio de 1974, "Ventos ilhéus – Aeroporto", p. 4. Também CALISTO, 1995, pp. 21-22, menciona que, no dia 26 de Abril de 1974, os citados ex-ministros teriam ido a uma farmácia e ao café Funchal. VARELA e PEREIRA, 2017, p. 81, apontam os nomes de Américo Tomás e Marcello Caetano, em vez dos ex-ministros, nesta saída do Palácio de São Lourenço, os quais teriam sido cumprimentados por populares, por falta de informação sobre a Revolução. Rui Carita refere que os antigos ministros da Defesa e do Interior chegaram a "passear-se pelo Funchal, embora junto à fortaleza, mas demonstrando a inexistência de especiais problemas de segurança". CARITA, 2009, p. 45. Alberto João Jardim testemunha que os ex-governantes "foram saudados à entrada de São Lourenço" – reforçando com a expressão "eu vi" – e tinham passeado na cidade. JARDIM, 2017, *Relatório de Combate,* p. 27. Faria Leal, chefe de Estado-Maior, anos mais tarde esclareceu que, no dia 26 de Abril de 1974, foram os dois ex-ministros que, devidamente autorizados, estiveram fora do palácio, durante cerca de 20 minutos, acompanhados por uma escolta, deslocando-se a uma loja nas imediações, para comprar produtos de higiene. Nesta saída, que teria sido a única, não se registou qualquer

Segundo uma fonte divulgada no jornal *A Capital*, estes seriam os únicos ex-governantes que se encontravam presos[498], porque não estava no espírito da JSN perseguir quem quer que fosse[499].

Também, um porta-voz do Serviço de Informação Pública das Forças Armadas declarou que a JSN não andava a prender todos os ex-titulares políticos, porquanto foram, apenas, destituídos dos seus cargos e "a maioria pod[ia] seguir a sua vida normal", sendo a excepção a prisão dos detidos na Madeira, por "simples precaução, porque as reacções populares peca[vam], por vezes, por um pouco de precipitação"[500].

Juntaram-se a estes, em 29 de Abril, a esposa e a filha do ex-PR, respectivamente, Gertrudes Rodrigues Tomás e Natália Rodrigues Tomás, e ainda Ana Maria Alves Caetano, filha do ex-presidente do Conselho[501].

incidente, mas a situação foi aproveitada para criticar a actuação dos responsáveis militares. SANTOS, 2016, *Uma História de Autonomia: Revolução Adiada*.

498 Refira-se que, além destes detidos na Madeira, houve outros ex-governantes presos, como o general Alberto Andrade e Silva e o coronel Viana de Lemos, respectivamente ex-ministro e ex-subsecretário de Estado do Exército, tendo-se juntado a estes, no dia 23 de Maio de 1974, na cadeia da Trafaria, os ex-ministros Silva Cunha e Moreira Baptista, idos da Madeira. *DM*, 25 de Maio de 1974, "Décimo Quinto Comunicado do Gabinete de Informação", p. 4; *DN*, 24 de Maio de 1974, "Os ex-ministros do Interior e da Defesa Moreira Baptista e Silva Cunha seguiram ontem para Lisboa e encontram-se detidos no presídio da Trafaria", pp. 1 e 8; *DN*, 25 de Maio de 1974, "Na casa de reclusão da Trafaria estão detidas diversas individualidades do antigo regime", p. 6; *JM*, 24 de Maio de 1974, "Décimo quinto comunicado do Gabinete de Informação", p. 1.

499 *JM*, 29 de Abril de 1974, "Os membros do antigo governo estão todos em liberdade", p. 2.

500 *JM*, 30 de Abril de 1974, "A Junta não anda a prender todos os elementos do governo deposto", p. 7; *JM*, 30 de Abril de 1974, "Protecção às individualidades do regime deposto", p. 7.

501 Gertrudes Rodrigues Tomás, Natália Rodrigues Tomás e Ana Maria Alves Caetano teriam manifestado o desejo de visitar a ilha, mas a intenção foi-lhes recusada. CALISTO, 1995, pp. 20-21; *DM*, 4 de Maio de 1974, "Comunicados do Gabinete de Informação – N.º 5", p. 7; *DN*, 30 de Abril de 1974, "Chegaram ontem à Madeira a esposa e filha do Almirante Américo Thomáz e a filha do Prof. Marcello Caetano", p. 1; *DN*, 1 de Maio de 1974, "Comunicados do Gabinete de Informação – Quinto", p. 1; *JM*, 29 de Abril de 1974, "Familiares das personalidades exiladas na Madeira", p. 11; *JM*, 30 de Abril de 1974, "Estão no Funchal familiares do Almirante Américo Thomáz e do Professor Marcello Caetano", p. 4; *JM*, 1 de Maio de 1974, "Quinto comunicado do Gabinete de Informação", p. 1. Na "Declaração de entrega dos ex-membros do governo", datada de 26 de Abril de 1974, e assinada pelo governador militar, brigadeiro Lopes da Eira, figurou a indicação de fazer regressar, ao Continente, o capitão de fragata Carlos Benvindo dos Reis Fonseca, ajudante de campo do ex-chefe de Estado, quando a esposa e a filha do almirante Américo Tomás chegassem à Madeira. SANTOS, 2016, *Uma História de Autonomia: Revolução Adiada*.

2.3.1. A escolha da ilha e o tratamento dos prisioneiros

A opção pela Madeira como prisão dos derrotados obedeceu a algumas razões de protecção pessoal e índole política. Em primeiro lugar, Otelo Saraiva de Carvalho pretendia fazer cumprir o desejo de Vítor Alves[502], aquando do arranque para a Revolução: "em caso de vitória, tratar os vencidos com dignidade"[503].

Para isso, segundo um porta-voz do Serviço de Informação Pública das Forças Armadas, por cautela, era preciso garantir a integridade dos destituídos, face a uma eventual precipitação de reacções populares[504].

Aqui, surgiu o segundo grande motivo, isto é, essa segurança não seria fácil no Continente, pelo que a Madeira oferecia esse requisito, pois era "um espaço extravagante […] marginal […] onde supostamente não se passava nada e os costumes seriam de uma brandura a toda a prova"[505].

Adicionava-se um terceiro argumento, o facto de Faria Leal – "um militar de Abril de todas as horas", segundo Vasco Lourenço[506] – encontrar-se na ilha, como chefe de Estado-Maior local, o que seria favorável, como pensava, então, Vítor Alves[507].

Na chegada dos detidos, a Madeira ainda estava sob o comando militar de Lopes da Eira e, desde logo, foram "recebidos correcta e atenciosamente […] conforme directivas da Junta de Salvação Nacional"[508].

Na sua primeira conferência de imprensa, em 29 de Abril de 1974, o governador militar referiu que os detidos no Palácio de São Lourenço encontravam-se bem, com ordens da JSN para que "fossem recebidos com cordialidade e ficassem instalados nas melhores condições de hospitalidade", sendo alojados nas dependências que o Governo do Distrito reservava para os seus hóspedes mais ilustres, ficando Américo Tomás nos mesmos aposentos que ocupou quando visitou a Madeira, como chefe de Estado, em Setembro de

[502] Ver anexo. GAIÃO, 2011, "Vítor Alves foi o homem principal do 25 de abril". Ver anexo.
[503] CALISTO, 1995, pp. 20-21.
[504] *DN*, 30 de Abril de 1974, "Prematuro prever a data da constituição do Governo Provisório", p. 3.
[505] SILVA, 2014; VARELA e PEREIRA, 2017, pp. 80-81.
[506] Ver anexo.
[507] CALISTO, 1995, pp. 20-21.
[508] *DN*, 28 de Abril de 1974, "Primeiro Comunicado do Gabinete de Informação", p. 1.

1973 (aquando da inauguração do Hospital Cruz de Carvalho, no Funchal), dando-se assim uma "prova de maturidade política"[509].

Os prisioneiros tinham residência fixa e sob vigilância, podendo circular livremente no interior do palácio, não estando privados de contactos com quem quer que fosse, mas não podiam ser entrevistados ou fotografados, não por imposição superior, mas por vontade expressa dos próprios[510].

Depois, o tenente-coronel de cavalaria Carlos de Azeredo, chegado à ilha, em 2 de Maio de 1974 – cuja "principal função era […] zelar pela segurança dos "exilados territoriais", até à decisão final em relação ao seu destino"[511] –, manteve idêntico comportamento perante os detidos, tendo reunido de imediato com os mesmos. Comunicou-lhes o estatuto de prisioneiros – não de guerra, pois esta tinha terminado – mas do Exército e às ordens da JSN[512].

Esta condição era uma medida de segurança dos próprios. Ocupavam não os salões e demais dependências de luxo do palácio, mas pequenos apartamentos normais, sem luxo e esplendores, não sendo, no entanto, e de modo algum, as enxovias da ex-PIDE/DGS e, inclusivamente, Marcello teve um gabinete de trabalho à sua disposição[513].

Aliás, foi aqui que o ex-presidente do Conselho de Ministros, aproveitando "as horas de ócio forçado", iniciou a redacção do seu livro

---

509 CALISTO, 1995, pp. 21-22; *DN*, 30 de Abril de 1974, "Uma conferência de imprensa no Governo Militar da Madeira e um Comunicado do Gabinete de Informação", p. 1; *EF*, 29 de Abril de 1974, "No Palácio de S. Lourenço – O Governador Militar da Madeira reuniu-se com os O. de Informação", p. 2; *JM*, 30 de Abril de 1974, "Reunião do Governador Militar com os Órgãos de Informação", pp. 1 e 12.

510 CALISTO, 1995, pp. 21-22; *DN*, 30 de Abril de 1974, "Uma conferência de imprensa no Governo Militar da Madeira e um Comunicado do Gabinete de Informação", p. 1; *EF*, 29 de Abril de 1974, "No Palácio de S. Lourenço – O Governador Militar da Madeira reuniu-se com os O. de Informação", p. 2; *JM*, 30 de Abril de 1974, "Reunião do Governador Militar com os Órgãos de Informação", pp. 1 e 12.

511 CARITA, 2009, p. 47.

512 AZEREDO, 2004, *Trabalhos e Dias de um Soldado do Império*, pp. 168-172; *DN*, 4 de Maio de 1974, "No Governo Militar da Madeira o Comandante Militar teve ontem a sua primeira reunião com os representantes dos órgãos de informação locais", pp. 1, 3 e 7; *EF*, 6 de Maio de 1974, "A trágica experiência do passado só deve ser recordada como um mau sonho", p. 12; *JM*, 4 de Maio de 1974, "Não é na violência que vamos construir o Portugal que desejamos" – afirmou o Comandante Militar da Madeira, Ten.-Coronel Carlos de Azeredo, na conferência de imprensa no Palácio de S. Lourenço", pp. 1 e 12.

513 AZEREDO, 2004, pp. 168-172; *DN*, 4 de Maio de 1974, "No Governo Militar da Madeira o Comandante Militar teve ontem a sua primeira reunião com os representantes dos órgãos de informação locais", pp. 1, 3 e 7; *EF*, 6 de Maio de 1974, "A trágica experiência do passado só deve ser recordada como um mau sonho", p. 12; *JM*, 4 de Maio de 1974, "Não é na violência que vamos construir o Portugal que desejamos" – afirmou o Comandante Militar da Madeira, Ten.-Coronel Carlos de Azeredo, na conferência de imprensa no Palácio de S. Lourenço", pp. 1 e 12.

Depoimento – concluído dois meses depois, já no Brasil – sobre "os sacrificados cinco anos e meio em que [teve] sobre os ombros o encargo do governo português"[514].

Não podiam os prisioneiros sair, pois poderiam ser mal recebidos na rua, até porque havia forças políticas a pedir o seu julgamento, sendo permitido, no entanto, aos seus familiares entrar e sair livremente do palácio, aliás, como o fizeram, indo ao cabeleireiro e às compras. Os presos puderam telefonar e escrever livremente a quem quiseram, sem censura ou escutas[515].

Não podiam prestar declarações ou serem entrevistados, nem eram autorizadas filmagens do Palácio de São Lourenço, por não ser uma prisão segura[516]. No entanto, o *DN* publicou imagens de Américo Tomás e Moreira Baptista, na referida fortaleza[517].

Segundo Carlos de Azeredo, nunca houve qualquer contacto telefónico entre António de Spínola e os quatro prisioneiros políticos, nem a JSN precisou de falar com eles, e – de acordo com o mesmo interlocutor – foi falsa a hipotética vinda à Madeira de Spínola para uma conversa com Marcello Caetano[518].

O delegado da JSN, no momento inicial das suas funções, não esclareceu o tempo de permanência na Madeira dos políticos depostos, sendo a sua continuação ou não na ilha um "segredo dos deuses"[519].

---

514 CAETANO, 1975, p. 7.

515 AZEREDO, 2004, pp. 168-172; *DN*, 4 de Maio de 1974, "No Governo Militar da Madeira o Comandante Militar teve ontem a sua primeira reunião com os representantes dos órgãos de informação locais", pp. 1, 3 e 7; *EF*, 6 de Maio de 1974, "A trágica experiência do passado só deve ser recordada como um mau sonho", p. 12; *JM*, 4 de Maio de 1974, "Não é na violência que vamos construir o Portugal que desejamos" – afirmou o Comandante Militar da Madeira, Ten.-Coronel Carlos de Azeredo, na conferência de imprensa no Palácio de S. Lourenço", pp. 1 e 12.

516 O *DN* publicou imagens de Américo Tomás e Moreira Baptista, no Palácio de S. Lourenço, então prisioneiros. *DN*, 18 de Maio de 1974, "A objectiva do "*DN*" documenta ex-membros do governo em exílio na ilha da Madeira", p. 1.

517 *DN*, 18 de Maio de 1974, "A objectiva do "*DN*" documenta ex-membros do governo em exílio na ilha da Madeira", p. 1.

518 AZEREDO, 2004, pp. 168-172; *DN*, 4 de Maio de 1974, "No Governo Militar da Madeira o Comandante Militar teve ontem a sua primeira reunião com os representantes dos órgãos de informação locais", pp. 1, 3 e 7; *EF*, 6 de Maio de 1974, "A trágica experiência do passado só deve ser recordada como um mau sonho", p. 12; *JM*, 4 de Maio de 1974, ""Não é na violência que vamos construir o Portugal que desejamos" – afirmou o Comandante Militar da Madeira, Ten.-Coronel Carlos de Azeredo, na conferência de imprensa no Palácio de S. Lourenço", pp. 1 e 12.

519 AZEREDO, 2004, pp. 168-172; *DN*, 4 de Maio de 1974, "No Governo Militar da Madeira o Comandante Militar teve ontem a sua primeira reunião com os representantes dos órgãos de informação locais", pp. 1, 3 e 7; *EF*, 6 de Maio de 1974, "A trágica experiência do passado só deve ser recordada como um mau sonho", p. 12; *JM*, 4 de Maio de 1974, ""Não é na violência que vamos construir o Portugal que desejamos" – afirmou o Comandante Militar da Madeira,

Carlos de Azeredo – que teve várias conversas "agradáveis" com Américo Tomás e Marcello Caetano, em separado, no período de prisão no palácio, chegando a ter "pena" do primeiro – fundamentava a sua extrema protecção aos ex-governantes nos princípios de que "para estar preso, não [era] preciso estar em condições desumanas"[520] e de que "os [s]eus prisioneiros, "pretos ou brancos" eram sagrados"[521].

Confirmando a atenção e o respeito que os detidos mereceram, Ana Maria Caetano – filha de Marcello Caetano e que estivera, também, na ilha, a acompanhá-lo –, anos mais tarde, veio, publicamente, declarar que os mesmos "estavam bem tratados"[522].

Por estas razões, Vicente Jorge Silva interpretou, então, que os prisioneiros viviam numa "gaiola dourada"[523].

Em todo este processo, houve a atenção de fazer a divulgação pública dos acontecimentos em curso, nomeadamente sobre o tratamento e as instalações dos prisioneiros políticos no Palácio de São Lourenço, fornecendo informações aos órgãos de comunicação social regionais, nacionais e até estrangeiros que tinham vindo à ilha[524].

Sobre a deslocação dos ex-titulares da governação para a Madeira e o seu bom tratamento, houve muita polémica, designadamente por parte da imprensa regional.

Das vozes públicas discordantes, salientamos o *CF*, que, na sua edição especial do 1 de Maio de 1974, publicou uma caricatura alusiva à prisão de Marcello Caetano e Américo Tomás na Madeira, com o seguinte texto: "Cartaz turístico… à sombra amena da bananeira"[525].

Ten.-Coronel Carlos de Azeredo, na conferência de imprensa no Palácio de S. Lourenço", pp. 1 e 12.

[520] *DN*, 4 de Maio de 1974, "No Governo Militar da Madeira o Comandante Militar teve ontem a sua primeira reunião com os representantes dos órgãos de informação locais", pp. 1, 3 e 7.

[521] AZEREDO, 2004, p. 169; CALISTO, 1995, p. 25.

[522] CAPELO, 2018, "Os anos de poder de Marcello Caetano contados pelos filhos".

[523] CASTANHEIRA, 2010, "A "prisão dourada" de Tomás e Caetano na ilha da Madeira".

[524] *DM*, 4 de Maio de 1974, "Comunicados do Gabinete de Informação – N.º 3", p. 6; *DN*, 30 de Abril de 1974, "Uma conferência de imprensa no Governo Militar da Madeira e um Comunicado do Gabinete de Informação", p. 1; *EF*, 29 de Abril de 1974, "Terceiro comunicado do Gabinete de Informação", p. 1; *JM*, 30 de Abril de 1974, "Terceiro comunicado do Gabinete de Informação", p. 1; *VM*, 1 de Maio de 1974, "Terceiro comunicado do Gabinete de Informação", p. 1.

[525] *CF*, 1 de Maio de 1974, edição especial, "Cartaz turístico … à sombra da bananeira", p. 1.

Também o *DM*, na edição do dia 4 do mesmo mês, considerou que a chegada dos derrotados "desagradou ao povo madeirense" e questionou:

> "Se o Movimento Militar tivesse a infelicidade de fracassar os seus chefes e familiares teriam sido tratados com a mesma correcção e tolerância? Claro que não. O Governo salazarista, nos seus 48 anos de despotismo, não conhecia esses actos de civismo e cavalheirismo com os seus adversários políticos. Lançava-os nas prisões, fosse qual fosse a sua posição social ou a sua personalidade política. Na Madeira, o "palácio" para os presos políticos do antigo regime era o Lazareto. Mas não vale a pena a justiça de Talião. Temos de lhes mostrar que somos melhores que eles. Em tudo!"[526].

Ao invés, o jornal *VM* enalteceu "a dignidade com que por ordem expressa pela Junta de Salvação Nacional foram recebidos e acolhidos pelas autoridades locais, os ex-governantes que foram enviados para a Madeira"[527].

2.3.2. A agitação política e o exílio para o Brasil

A estada dos representantes da ditadura no Funchal despertou o ambiente político da ilha e constituiu um dos principais motivos da promoção do "1.º de Maio" insular[528].

Com efeito, a manifestação do "1.º de Maio" foi um privilegiado palco para a forte contestação à presença de Américo Tomás e Marcello Caetano[529].

Então, o grupo do *CF* entendeu que a estada dos ex-líderes do regime deposto era insultuosa, porque, na opinião de Vicente Jorge Silva, era tratar a Madeira como uma "coiseca qualquer […] uma terreola, onde as pessoas não se mex[ia]m para nada […] na Madeira não acontecia nada"[530].

Simbólico foi o aparecimento, nesse desfile, de um cartaz a colocar em causa a presença no Funchal dos ex-governantes, declarando que os madeirenses não eram caixote de lixo[531].

---

[526] *DM*, 4 de Maio de 1974, "Ventos ilhéus – Aeroporto", p. 4.
[527] *VM*, 1 de Maio de 1974, "Conferência de Imprensa", p. 1.
[528] VARELA e PEREIRA, 2017, p. 80.
[529] CALISTO, 1995, p. 22.
[530] SANTOS, 2016, *Uma História de Autonomia: Revolução Adiada*.
[531] CARITA, 2017.

É por essa razão – e como adiante se verá – o "25 de Abril" chegou à Madeira a 1 de Maio[532].

Depois da tomada de posse de António de Spínola, como PR, e também do GP, chefiado por Palma Carlos, respectivamente em 15 e 16 de Maio, foi posta em prática a decisão da JSN de enviar os ex-governantes para o exílio[533].

Face ao protesto registado contra a sua presença na Madeira, designadamente no "Dia do Trabalhador", e juntando-se a vontade dos prisioneiros em se exilarem no Brasil, no dia 20 de Maio de 1974, Américo Tomás e suas esposa e filha, respectivamente Gertrudes e Natália, bem como Marcello Caetano saíram da Madeira para o Porto Santo, seguindo depois para aquele país[534].

Esta saída teve lugar "no seguimento das conversações estabelecidas entre o Dr. Alexandre Carvalho Neto e Francisco Correia de Campos, antigos secretários de Marcello Caetano, com os generais Spínola e Galvão de Melo"[535].

Foi o próprio Ministério da Comunicação Social, dirigido por Raul Rego, a confirmar que os ex-governantes já tinham manifestado interesse em sair para o Brasil, tendo as autoridades deste território concordado, desde que os mesmos não tivessem qualquer intervenção política naquele país[536].

Algumas semanas depois de estar na Madeira, Carlos de Azeredo recebeu um telefonema de António de Spínola, determinando a emissão de passaportes, para os prisioneiros, tendo em vista a sua saída para o Brasil. A filha de Marcello Caetano recusou a proposta, optando por ficar em Portugal[537].

A partida foi aprazada para 20 de Maio. Suspeitando de uma manifestação "humilhante" para os detidos, Carlos de Azeredo resolveu "poupar aos vencidos a caminho do exílio tal humilhação", mesmo sabendo que estava a mentir e que a sua popularidade seria afectada[538]. Quis "salvá-los desse final amargo"[539].

---

[532] NÓBREGA, 2014.
[533] CARITA, 2009, p. 51; SANTOS, 2016, *Uma História de Autonomia: Ventos de Liberdade*.
[534] SERRÃO, 1985, *Marcello Caetano: confidências no exílio*, p. 83.
[535] SERRÃO, 1985, p. 83.
[536] *DM*, 25 de Maio de 1974, "Décimo Quarto Comunicado do Gabinete de Informação", p. 3; *DN*, 21 de Maio de 1974, "Últimas notícias", pp. 1 e 4; *DN*, 22 de Maio de 1974, "O Governo Provisório declina a responsabilidade da ida para o Brasil de Caetano e Tomás", pp. 1 e 4; *JM*, 21 de Maio de 1974, "Comunicado do Ministério da Comunicação Social", p. 3.
[537] AZEREDO, 2004, p. 169; CALISTO, 1995, pp. 171 e 176.
[538] AZEREDO, 2004, p. 169; CALISTO, 1995, p. 175.
[539] SANTOS, 2016, *Uma História de Autonomia: Ventos de Liberdade*.

Então, na véspera, Carlos de Azeredo anunciou, publicamente, a jornalistas e activistas políticos, que a partida seria às 11h do dia seguinte[540].

Mas a operação foi antecipada para as 6h-6h30, e lá partiram, pelas 7h, para o Porto Santo, no navio Pirata Azul, saído do Molhe da Pontinha – "tudo em calma e sossego"[541] – e tendo chegado pelas 10h. O mar estava picado, atrasando a atracagem ao cais da Ilha Dourada, que teve de ser interditado aos populares, que acorreram em grande número. Depois, a partida para o Brasil aconteceu pelas 11h15, num avião da FAP, comandado pelo capitão piloto-aviador Aguiar e Silva[542].

Pelas 11h, no Funchal, junto ao Palácio de São Lourenço, manifestantes acusaram Azeredo de enganar e trair a população[543].

Este militar reconheceu que os mesmos, mimoseando-o com "insultos de fascista, reaccionário […] tinham uma certa razão, porque os tinha enganado, mas o certo é que os desgraçados que iam para o exílio foram sossegados em paz"[544].

A chegada ao Brasil aconteceu pelas 21h de Lisboa, ainda no mesmo dia 20, no aeroporto Viracopos, Campinas, tendo os ex-governantes sido encaminhados para a cidade de São Paulo[545].

O exílio dos ex-presidentes da República e do Conselho de Ministros ocasionou diferentes atitudes, da parte de dirigentes políticos, estruturas partidárias, membros do GP e órgãos de comunicação social, a nível regional, nacional e internacional, tendo as posições se repartido entre a abstenção de comentário, a surpresa e a condenação.

---

[540] AZEREDO, 2004, p. 169; CALISTO, 1995, p. 175.

[541] SANTOS, 2016, *Uma História de Autonomia: Ventos de Liberdade*.

[542] AZEREDO, 2004, p. 169; CALISTO, 1995, pp. 175-177; *DM*, 25 de Maio de 1974, "Décimo Quarto Comunicado do Gabinete de Informação", p. 3; *DN*, 21 de Maio de 1974, "O almirante Américo Thomaz e o Prof. Marcelo Caetano exilados no Brasil – os ex-governantes saíram ontem para aquele país", p. 1; *DN*, 21 de Maio de 1974, "Décimo quarto comunicado do Gabinete de Informação", p. 3; *DN*, 25 de Maio de 1974, "Viagem para o exílio relatada pelo Comandante do "Boeing" da Força Aérea", p. 4; *EF*, 20 de Maio de 1974, "Seguiram para o exílio o Almirante Américo Thomaz e o Prof. Marcello Caetano", p. 2; *JM*, 21 de Maio de 1974, "Décimo quarto comunicado do Gabinete de Informação", p. 1; *JM*, 21 de Maio de 1974, "O almirante Américo Thomaz e o Prof. Marcelo Caetano ex-presidentes do governo deposto deixaram ontem a Madeira rumo ao Brasil", pp. 1, 3 e 11; *JM*, 21 de Maio de 1974, "O Brasil confirma asilo político aos ex-governantes", p. 11; *JM*, 24 de Maio de 1974, "O Prof. Marcelo Caetano e o Almirante Américo Thomaz no Brasil", p. 5.

[543] AZEREDO, 2004, p. 169; CALISTO, 1995, pp. 27-28 e 175-177.

[544] SANTOS, 2016, *Uma História de Autonomia: Ventos de Liberdade*.

[545] *DN*, 21 de Maio de 1974, "Últimas notícias", pp. 1 e 4.

A notícia do exílio causou espanto entre a população, questionando-se se tal significaria o não apuramento das suas responsabilidades políticas[546], tendo respondido o Ministério da Comunicação Social que não ficaria prejudicado esse apuramento e o congelamento dos seus bens, se a tal houvesse lugar[547].

Mário Soares[548] teve diferentes posturas nesta matéria. Ainda recém-chegado do exílio, no comício do "1.º de Maio" de 1974, ocorrido em Lisboa, este político declarou:

> "É um escândalo, camaradas, que esse velho e sinistro almirante Tomás […] esse hipócrita Caetano estejam a gozar as suas férias na Madeira. Esses são responsáveis, esses têm que ser julgados, não por um tribunal plenário – nós não somos desses – têm de ser julgados por um tribunal comum e com todas as garantias de defesa"[549].

Depois, já como ministro dos Negócios Estrangeiros, frisou que esta medida fora tomada pela JSN, mesmo antes da constituição do 1.º GP, e só não fora executada mais cedo por "dificuldades técnicas"[550].

Mas o PS, a que pertencia Mário Soares, manifestou-se surpreendido e não entendeu a saída de Américo Tomás e Marcello Caetano para o Brasil, tendo defendido que, apesar do acto consumado, os políticos em causa deveriam ser extraditados, caso houvesse motivo para tal. Entretanto, depois, o partido acabou por discordar da referida decisão e pediu a extradição dos ex-políticos portugueses[551].

Sá Carneiro, então, ministro sem pasta do GP e membro do PPD, nada declarou sobre o assunto. Mas, entretanto, o seu partido emitiu um comunicado, referindo que a medida foi tomada pela JSN e não pelo GP, manifestando a sua apreensão pelo facto, sendo certo que, no seu entendimento, tal não aconteceria

---

546 *DN*, 22 de Maio de 1974, "O Governo Provisório declina a responsabilidade da ida para o Brasil de Caetano e Tomás", pp. 1 e 4.

547 *DM*, 25 de Maio de 1974, "Décimo Quarto Comunicado do Gabinete de Informação", p. 3; *DN*, 21 de Maio de 1974, "Últimas notícias", pp. 1 e 4; *DN*, 22 de Maio de 1974, "O Governo Provisório declina a responsabilidade da ida para o Brasil de Caetano e Tomás", pp. 1 e 4; *JM*, 21 de Maio de 1974, "Comunicado do Ministério da Comunicação Social", p. 3.

548 Ver anexo.

549 SANTOS, 2016, *Uma História de Autonomia: Ventos de Liberdade*.

550 *DN*, 21 de Maio de 1974, "Últimas notícias", pp. 1 e 4; *DN*, 22 de Maio de 1974, "O Governo Provisório declina a responsabilidade da ida para o Brasil de Caetano e Tomás", pp. 1 e 4; *JM*, 22 de Maio de 1974, "O ministro Mário Soares abstém-se de comentários", p. 3.

551 *DN*, 21 de Maio de 1974, "Últimas notícias", pp. 1 e 4; *DN*, 22 de Maio de 1974, "O Governo Provisório declina a responsabilidade da ida para o Brasil de Caetano e Tomás", pp. 1 e 4.

com o regime fascista deposto. Esperava o PPD que tal medida não impedisse o apuramento das responsabilidades dos ex-governantes[552].

Álvaro Cunhal[553], na altura, ministro sem pasta do GP e secretário-geral do PCP, declarou nada ter a comentar, mas o seu partido disse que não era "partidário de uma política de vindicta", defendendo, no entanto, o apuramento das responsabilidades dos ex-governantes e que a sua saída chocava profundamente todos os que lutaram contra a ditadura[554].

Relativamente a esta postura de estranheza de alguns agentes políticos, nomeadamente de ministros, Mário Soares declarou: "Ninguém no Governo Provisório foi surpreendido pela decisão da Junta de Salvação Nacional"[555].

O MES exprimiu que a JSN não devia libertar Marcello Caetano e Américo Tomás sem haver julgamento das suas responsabilidades[556].

Por seu turno, o MDP manifestou estranheza e preocupação com o sucedido, informando orientar-se por sentimentos de justiça, e não de vingança[557].

Além das reacções de carácter nacional, também na Madeira se registaram declarações sobre esta saída para o estrangeiro dos ex-detidos. O MDM lamentou a decisão da JSN em enviar Américo Tomás e Marcello Caetano para o exílio no Brasil, sem o apuramento de responsabilidades, solicitando um esclarecimento público sobre o sucedido[558].

---

[552] *DN*, 22 de Maio de 1974, "O Governo Provisório declina a responsabilidade da ida para o Brasil de Caetano e Tomás", pp. 1 e 4; *DN*, 23 de Maio de 1974, "O Partido Popular Democrático também se sente apreensivo coma ida para o Brasil de Tomás e Caetano", pp. 1 e 7.

[553] Ver anexo.

[554] *DN*, 22 de Maio de 1974, "O Governo Provisório declina a responsabilidade da ida para o Brasil de Caetano e Tomás", pp. 1 e 4; *JM*, 22 de Maio de 1974, "O Prof. Dr. Marcelo Caetano e Almirante Américo Thomaz devem fixar-se no Rio de Janeiro", pp. 1 e 3.

[555] *DN*, 23 de Maio de 1974, "Ninguém no Governo Provisório foi surpreendido pela decisão da J.S.N.", p. 4.

[556] *DN*, 22 de Maio de 1974, "O Governo Provisório declina a responsabilidade da ida para o Brasil de Caetano e Tomás", pp. 1 e 4; *JM*, 22 de Maio de 1974, "O Prof. Dr. Marcelo Caetano e Almirante Américo Thomaz devem fixar-se no Rio de Janeiro", pp. 1 e 3; *JM*, 23 de Maio de 1974, "O Almirante Américo Thomaz fixa-se no Rio de Janeiro, enquanto o Prof. Marcello continua em São Paulo", p. 2.

[557] *DN*, 22 de Maio de 1974, "O Governo Provisório declina a responsabilidade da ida para o Brasil de Caetano e Tomás", pp. 1 e 4; *JM*, 22 de Maio de 1974, "O Prof. Dr. Marcelo Caetano e Almirante Américo Thomaz devem fixar-se no Rio de Janeiro", pp. 1 e 3.

[558] *DM*, 25 de Maio de 1974, "Movimento Democrático da Madeira – A partida dos ex-presidentes Thomaz e Caetano", p. 3; *DN*, 23 de Maio de 1974, "O M.D.M. e a partida dos ex-presidentes Thomaz e Caetano", p. 3; *JM*, 23 de Maio de 1974, "O Movimento Democrático da Madeira e a partida dos presidentes do regime deposto", p. 12.

Entretanto, o *CF* contestou as posições de Mário Soares e Álvaro Cunhal, nomeadamente pelo seu silêncio inicial, não aceitando que, enquanto os "esbirros" da ex-PIDE aguardavam o seu julgamento na prisão de Caxias, Américo Tomás e Marcello Caetano fossem "mandados em paz para o Brasil, as suas responsabilidades como lideres do fascismo [fossem] apenas "eventuais" e o congelamento dos seus bens [era] deixado ao sabor da indeterminação"[559].

O *jornal cor-de-rosa* comparava a "brandura" de comportamento dos referidos políticos com o que se passou na 1.ª República face à reacção monárquica, situação que mereceu uma atitude diferente dos responsáveis pelo golpe militar de 28 de Maio – que abriu caminho à ditadura – em relação aos defensores do regime da 1.ª República[560].

O *DM* criticou a saída dos ex-governantes para o Brasil, "sem primeiramente prestar contas ao País e aos portugueses dos crimes políticos" que lhes eram imputados, responsabilizando Américo Tomás e Marcello Caetano pelos "atropelos cometidos contra o povo", sublinhando que não os queria na Madeira. Acrescentava os seguintes juízos:

> "Américo Tomás e os seus sicários governamentais têm de responder por isso. As vítimas do salazarismo têm direito a essa satisfação nacional […] No Brasil ou onde quer que estejam a sombra dos seus crimes terá de persegui-los, mesmo que vivam em liberdade. Portugal tem de mostrá-los ao mundo como abjectos réprobos que são […] viverão como proscritos, como renegados. A maior desonra a que o País os pode votar. […] Mesmo que não sejam condenados, dessa pena ninguém os livra"[561].

Entretanto, e sobre este exílio, o mesmo diário sublinhava que a JSN, ao permitir a sua saída para o Brasil, "veio esclarecer a Nação, quanto às qualidades dos dois presidentes, mas não os isentou das culpas que ter[iam] ao serem julgados e castigados, ainda que à revelia", concluindo, também, que "se os dois culpados desta situação foram postos em liberdade no Brasil, todos os outros [tinham] o mesmo direito", referindo-se aos ministros e outros servidores do "Estado Novo", porquanto os dois ex-presidentes eram os responsáveis principais do regime deposto[562].

---

[559] *CF*, 23 a 29 de Maio de 1974, ""Sem prejuízo das eventuais responsabilidade…", p. 4.
[560] *CF*, 23 a 29 de Maio de 1974, ""Sem prejuízo das eventuais responsabilidade…", p. 4.
[561] *DM*, 25 de Maio de 1974, "Giz na parede – Sem prestar contas", pp. 1 e 12.
[562] *DM*, 1 de Junho de 1974, "Como vejo o Almirante Américo Tomás e o Prof. Marcelo Caetano", pp. 1 e 4.

Por sua vez, o *RNN* publicou uma caricatura, na qual foram retratados Marcello Caetano e Américo Tomás, numa alusão ao seu exílio no Brasil, via Porto Santo, usando o Pirata Azul, recentemente chegado para a ligação inter-ilhas. A legenda constante da caricatura foi a seguinte: "Depois da inauguração, corte de fita simbólico, das rápidas ligações marítimas entre a Madeira e o Porto Santo, no Pirata Azul, abrem-se novas e aliciantes perspectivas para a pesca desportiva de "corrico""[563].

Enquanto se assistia a esta polémica, no país e na Madeira, do estrangeiro surgia um acto de louvor a este processo, vindo do jornal francês *L'Aurore*, considerando que a decisão portuguesa de enviar Marcello Caetano e Américo Tomás para o exílio no Brasil mostrava que "um regime mudou, mas não se deu oportunidade a gestos de vingança", constituindo um "exemplo para a Europa e […] a França"[564].

Ao contrário dos ex-presidentes da República e do Conselho de Ministros, que foram exilados para o Brasil, no dia 20 de Maio, três dias depois, ou seja, em 23 de Maio de 1974, os ex-ministros do Interior, Moreira Baptista, e da Defesa, Silva Cunha, partiram para Lisboa. A ordem foi da JSN, sendo a viagem feita num avião da FAP, na companhia de seis agentes da ex-PIDE/DGS que estavam ao serviço na Madeira[565].

Chegados a Lisboa, por volta das 13h50, de seguida, sob escolta da PMt, foram encaminhados para a cadeia da Trafaria, onde aguardariam julgamento nas mesmas condições de Andrade e Silva e Viana de Lemos, respectivamente ex-ministro e ex-subsecretário de Estado do Exército, e ainda de Henrique Tenreiro e Casal Ribeiro[566].

---

[563] *RNN*, 20 de Maio de 1974, "Pescaria de "corrico"", p. 1.

[564] *DN*, 22 de Maio de 1974, "Últimas notícias", p. 6.

[565] *DM*, 25 de Maio de 1974, "Décimo Quinto Comunicado do Gabinete de Informação", p. 4; *DN*, 24 de Maio de 1974, "Os ex-ministros do Interior e da Defesa, Moreira Baptista e Silva Cunha seguiram ontem para Lisboa e encontram-se detidos no presídio da Trafaria", pp. 1 e 8; *DN*, 25 de Maio de 1974, "Na casa de reclusão da Trafaria estão detidas diversas individualidades do antigo regime", p. 6; *JM*, 24 de Maio de 1974, "Décimo quinto comunicado do Gabinete de Informação", p. 1.

[566] Fátima Moreira Baptista, filha do ex-ministro do Interior, Moreira Baptista, contou que o seu pai, após a estada na Madeira, esteve preso, na cadeia militar da Trafaria, de 23 de Maio de 1974 a Setembro do mesmo ano, voltando a sê-lo, em 28 deste último mês, e durante cerca de dois anos, primeiro na prisão de Caxias e depois na de Peniche, tendo sido libertado nos inícios de 1976. Também, na mesma data, saiu da prisão o ex-ministro da Defesa, Silva Cunha. CAETANO, 2014, *Prisioneiros de Caxias*, pp. 150; *DM*, 25 de Maio de 1974, "Décimo Quinto Comunicado do Gabinete de Informação", p. 4; *DN*, 24 de Maio de 1974, "Os ex-ministros do Interior e da Defesa Moreira Baptista e Silva Cunha seguiram ontem para Lisboa

2.4. O "1.º de Maio" na Madeira[567]

2.4.1. O feriado municipal e nacional

O dia 1 de Maio, em Portugal, antes do "25 de Abril", nunca fora feriado nacional, nem celebrado, legalmente, como "Dia do Trabalhador". No arquipélago, esta data era feriado municipal do Funchal, comemorando-se o Dia de São Tiago Menor, padroeiro da cidade[568].

As actividades alusivas a esta efeméride, em 1974, foram a tradicional missa do voto do município do Funchal, em honra do santo padroeiro, passeios e piqueniques no Montado do Barreiro, um concerto da Banda Municipal do Funchal e um recital de violino no Teatro Municipal[569].

Através do D.L. n.º 175/74, de 27 de Abril, a JSN decretou a instituição do "1.º de Maio" como feriado obrigatório nacional, considerado o "Dia do Trabalhador"[570].

Então, na cidade do Funchal, comemorou-se, simultaneamente, e pela primeira vez, nesse ano de 1974, os feriados municipal e nacional. Em paralelo com as já aludidas actividades tradicionais, houve a manifestação do "1.º de

---

e encontram-se detidos no presídio da Trafaria", pp. 1 e 8; *DN*, 25 de Maio de 1974, "Na casa de reclusão da Trafaria estão detidas diversas individualidades do antigo regime", p. 6; *JM*, 24 de Maio de 1974, "Décimo quinto comunicado do Gabinete de Informação", p. 1.

567 Este subcapítulo, embora com ligeiras alterações, no essencial, integra o artigo elaborado pelo autor da tese e publicado sob o título "A Prisão de Américo Tomás e Marcello Caetano e o 1.º de Maio de 1974 na Madeira", na revista *Arquivo Histórico da Madeira,* Nova Série, 2020, n.º 2, pp. 673-710.

568 A homenagem a São Tiago Menor remonta a 1521, data em que grassou um surto de peste e fome na cidade do Funchal. A sua edilidade recorreu à protecção divina e, por sorteio, foi instituído este santo como patrono do Funchal. Foi construído um templo dedicado a São Tiago Menor e assumido o voto de, para sempre, ser realizada uma procissão no primeiro de Maio de cada ano, acto que ainda se cumpre na actualidade. Presentemente, o feriado municipal do Funchal é celebrado no dia 21 de Agosto, data da elevação a cidade, em 1508, por carta régia de D. Manuel I. VERÍSSIMO, 2022, "Peste, castigo e misericórdia no Funchal quinhentista: São Tiago Menor, padroeiro e rogador a Deus pelo povo da cidade", pp. 49-60.

569 *DN,* 30 de Abril de 1974, "Comemoração do 1.º de Maio no Funchal", p. 3; *DN*, 3 de Maio de 1974, "Decorreram com entusiasmo e na mais absoluta ordem as comemorações do dia 1.º de Maio, que se realizaram anteontem em todo o país – na Madeira muitos milhares de pessoas incorporaram-se numa grandiosa manifestação", pp. 1 e 3; *JM*, 30 de Abril de 1974, "1.º de Maio – Programa festivo do município do Funchal", p. 3; *JM*, 1 de Maio de 1974, "Programa festivo do município do Funchal para hoje", p. 3.

570 CD25A, 2012, *O "Dia do Trabalhador": Dec.-Lei 175/74 de 27 de Abril*; *DN*, 30 de Abril de 1974, "1.º de Maio, feriado obrigatório", p. 1.

Maio", assinalando o "derrube do regime fascista", a qual contou com o apoio do MFA[571].

2.4.2. Os objectivos e a organização da manifestação

Os fundamentos principais deste evento foram o apoio à Revolução e o protesto contra a presença na Madeira dos dignitários do regime deposto[572], tendo concorrido para a sua existência a situação vivida de "normalidade anormal ou anormalidade normal", o que levou "um pequeno grupo de madeirenses opostos à ditadura a um gesto de inconformismo e a programar uma manifestação popular no 1.º de Maio"[573].

Na verdade, o motivo mais forte deste acontecimento foi o mal-estar que a presença dos ex-líderes do "Estado Novo" provocou, designadamente a ideia de que os detidos levavam uma vida de luxo e de conforto, gerando uma crescente indignação, pois – segundo Vicente Jorge Silva – não houve a "decência mínima" de colocar os representantes do regime deposto num "sítio reservado", mas sim num palácio com o mar em frente, a "passar umas férias". E "esse mal-estar, em parte, explica a adesão à manifestação do 1.º de Maio"[574].

Mas, na perspectiva do mesmo jornalista do *CF*, essa não foi a única razão do protesto, pois os seus organizadores não estavam satisfeitos só com a instauração de um regime democrático, dado que

> "[…] exigíamos um regime que […] fosse mais longe, que desse ao povo condições de vida diferentes […] não era só a possibilidade de as pessoas não serem presas. Era uma exigência maior […] Não nos bastava só a liberdade […] devia haver uma democracia social e que não podíamos viver numa sociedade com as injustiças que existiam"[575].

Outra motivação agregada ao "1.º de Maio" foi a reivindicação da autonomia insular, porquanto – na perspectiva de Rui Nepomuceno – aquele não foi só um dia de liberdade, mas também de libertação, pois

---

[571] *DN,* 1 de Maio de 1974, "Manifestação popular", p. 1; *JM*, 1 de Maio de 1974, "Momento histórico que a Nação vive", p. 7; *CF*, 9 a 15 de Maio de 1974", p. 1.
[572] GOUVEIA, 2002, *Madeira: tradições autonomistas e Revolução dos Cravos*, p. 120; NÓBREGA, 2014.
[573] SILVA, 2014.
[574] SANTOS, 2016, *Uma História de Autonomia: Ventos de Liberdade*.
[575] SANTOS, 2016, *Uma História de Autonomia: Ventos de Liberdade*.

> "além de termos as penalidades que tinha o Continente do regime anterior, do Estado Novo, ainda tínhamos um grande centralismo e os anseios de uma autonomia eram muitos grandes […] a libertação, porque estava aberto o caminho para conseguirmos a nossa autonomia"[576].

Em suma, umas mais fortes do que outras, eram diversas as causas para a realização da manifestação do "Dia do Trabalhador", a que se juntaram, ainda, as exigências do fim da guerra colonial, da independência das colónias e do saneamento dos responsáveis políticos e autárquicos[577].

A manifestação foi planeada dois ou três dias antes, por jornalistas e colaboradores do *CF*, com sede à Rua do Carmo, no Funchal, por elementos dos movimentos católicos progressistas e intelectuais de esquerda, adicionando-se o grupo de padres do Pombal[578], que tiveram encontros preparatórios na redação do *CF*[579].

A preparação e convocação deste encontro decorreu entre

> "apreensões […] por verem ainda em funções o antigo governador militar, brigadeiro Lopes da Eira, "empenhado em que a transformação política que se registou no país não afect[asse] a vida da Madeira" […] e receios porque, passados alguns dias sobre o golpe militar, os agentes da PIDE passeavam calmamente, alguns deles armados, pelas ruas do Funchal"[580].

Neste contexto – recordou Rui Nepomuceno – "Lisboa esqueceu-se de nós", com a manutenção de Lopes da Eira no Governo Militar e "os *pides* ainda na rua"[581].

Viveu-se um ambiente de semilegalidade, na organização deste evento e até as pinturas a convocar a manifestação do "1.º de Maio" foram realizadas ainda com medo da ex-PIDE[582].

Sem dúvida, o *CF* teve um papel muito importante neste processo, tendo o mesmo publicado – na edição especial de 1 de Maio de 1974 – um curto texto de apelo à comemoração do "Dia do Trabalhador", expressando, assim, o seu

---

576 SANTOS, 2016, *Uma História de Autonomia: Ventos de Liberdade*.
577 SANTOS, 2016, *Uma História de Autonomia: Ventos de Liberdade*.
578 CARITA, 2009, p. 46.
579 *CF*, 18 de Maio de 1974, edição regional, "A propósito de um esclarecimento do Gabinete de Informação", p. 12; *JM*, 3 de Maio de 1974, 1.º de Maio, "Dia do Trabalhador", uma dia inesquecível para o povo de Portugal – na Madeira as manifestações de regozijo prolongaram-se pelo dia adiante", pp. 1 e 12; NÓBREGA, 2014; SILVA, 2014.
580 NÓBREGA, 2014.
581 SANTOS, 2016, *Uma História de Autonomia: Ventos de Liberdade*.
582 CALISTO, 1995, pp. 24-25; VARELA e PEREIRA, 2017, p. 82.

envolvimento nesta actividade: “Saudamos a manifestação anti-fascista do 1.º de Maio”[583].

Entretanto, também o Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito do Funchal apelou à participação dos seus associados e demais trabalhadores na manifestação do “1.º de Maio”, de modo a apoiar as FA[584].

2.4.3. O desfile e o comício

Num percurso acordado com as autoridades militares, segundo Vicente Jorge Silva[585] e Faria Leal[586], houve a concentração de milhares de pessoas na Praça do Município / Largo do Colégio, pelas 10h, seguindo em manifestação pelas ruas do Funchal, com passagem pela Avenida do Mar e parando junto ao Palácio de São Lourenço (onde estavam Américo Tomás e Marcello Caetano). Aqui, os manifestantes colocaram-se em frente da fortaleza, exigindo a saída da ilha dos ex-governantes do regime deposto e gritando apoio às FA e à JSN[587].

Depois, aconteceu o regresso ao Largo do Colégio. Relata-nos Rui Nepomuceno que os manifestantes quiseram entrar no edifício da CMF, para falar da sua varanda, mas como “não nos abriram a porta, então nós invadimos a câmara”[588]. Alguns populares e oradores assomaram à varanda com bandeiras

583 *CF*, 1 de Maio de 1974, edição especial, “Saudamos a manifestação anti-fascista do 1.º de Maio”, pp. 10 e 12.

584 *DN,* 1 de Maio de 1974, “Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito do Funchal – Comunicado”, p. 5.

585 SANTOS, 2016, *Uma História de Autonomia: Ventos de Liberdade*.

586 Faria Leal: “Foi fundamentalmente com ele [Vicente Jorge Silva, do *Comércio do Funchal*] que planeei o trajecto e outros pormenores da manifestação”. CASTANHEIRA, 2010.

587 *DN*, 3 de Maio de 1974, “Decorreram com entusiasmo e na mais absoluta ordem as comemorações do dia 1.º de Maio, que se realizaram anteontem em todo o país – Na Madeira muitos milhares de pessoas incorporaram-se numa grandiosa manifestação”, pp. 1 e 3; *EF*, 6 de Maio de 1974, “Festa do 1.º de Maio: “explosão” de um povo oprimido há quase meio século”, p. 1; *EF*, 6 de Maio de 1974, “1.º de Maio: Dia do Trabalhador”, pp. 1-2; *JM*, 3 de Maio de 1974, “1.º de Maio, “Dia do Trabalhador”, uma dia inesquecível para o povo de Portugal – na Madeira as manifestações de regozijo prolongaram-se pelo dia adiante”, pp. 1 e 12..

588 SANTOS, 2016, *Uma História de Autonomia: Ventos de Liberdade*.

e dísticos, o que constituiu um motivo de entusiasmo para os milhares que estavam no exterior[589].

Entretanto, do alto do edifício municipal, foi atirado o medalhão com a efígie de Salazar, simbolizando a queda do regime[590].

Durante o desfile, foram reivindicados direitos, até então recusados, recorrendo-se a cartazes, palavras de ordem e vivas à JSN e a António de Spínola. Dos cartazes, sobressaíam slogans como "Marcelo, Tomás & Cia Fora da Madeira. Não somos caixote de lixo" (cartaz "duro, irreverente, mas compreensível"[591]), "O Povo unido jamais será vencido", "Fim da guerra colonial – regresso dos soldados", "Viva Portugal – abaixo o capitalismo, viva a liberdade", "Primavera volta sempre Fascismo nunca mais" e "Abaixo o imperialismo". As palavras de ordem davam expressão aos dísticos, sendo um dos principais "Não somos caixote do lixo", juntando-se outras mensagens, como "Liberdade" e "Vitória"[592].

Depois do desfile, houve diversas intervenções, feitas da varanda da CMF. Usaram da palavra Vicente Jorge Silva e Liberato Fernandes[593] (redactores do *CF*), Rui Sousa (estudante de Economia), Rui Teives (ex-preso político, saído da cadeia de Peniche, libertado pela JSN)[594], José Almada (empregado comercial), José de Sousa (agricultor da Ponta do Sol), Emanuel Gimes[595], Carlos Melon e ainda uma anciã de 87 anos, em lágrimas e sem

[589] *DN*, 3 de Maio de 1974, "Decorreram com entusiasmo e na mais absoluta ordem as comemorações do dia 1.º de Maio, que se realizaram anteontem em todo o país – Na Madeira muitos milhares de pessoas incorporaram-se numa grandiosa manifestação", pp. 1 e 3; *EF*, 6 de Maio de 1974, "1.º de Maio: Dia do Trabalhador", pp. 1-2; *EF*, 6 de Maio de 1974, "Festa do 1.º de Maio: "explosão" de um povo oprimido há quase meio século", p. 1; *JM*, 3 de Maio de 1974, "1.º de Maio, "Dia do Trabalhador", uma dia inesquecível para o povo de Portugal – na Madeira as manifestações de regozijo prolongaram-se pelo dia adiante", pp. 1 e 12.

[590] Este acto foi promovido por Artur Semedo (actor português, então a gravar os acontecimentos, por conta da *RTP*), conforme narração de Vicente Jorge Silva e Liberato Fernandes. SANTOS, 2016, *Uma História de Autonomia: Ventos de Liberdade*.

[591] *DM*, 4 de Maio de 1974, "Ventos ilhéus – 1.º de Maio", p. 4.

[592] *DM*, 4 de Maio de 1974, "Ventos ilhéus – 1.º de Maio", p. 4; *DN*, 3 de Maio de 1974, "Decorreram com entusiasmo e na mais absoluta ordem as comemorações do dia 1.º de Maio, que se realizaram anteontem em todo o país – Na Madeira muitos milhares de pessoas incorporaram-se numa grandiosa manifestação", pp. 1 e 3; *JM*, 3 de Maio de 1974, "1.º de Maio, "Dia do Trabalhador", uma dia inesquecível para o povo de Portugal – na Madeira as manifestações de regozijo prolongaram-se pelo dia adiante", pp. 1 e 12; SILVA, 2014.

[593] Ver anexo.

[594] Ver anexo.

[595] Ver anexo.

palavras (que esteve presa pela PIDE, durante três meses). A seguir aos discursos, a multidão dispersou, ordeiramente[596]

2.4.4. A participação popular em ambiente de civismo

O feriado municipal do Funchal, neste dia 1 de Maio, em 1974, a partir de então consagrado, legalmente, como feriado nacional, teve um especial significado, por exprimir a adesão dos madeirenses ao programa da JSN.

Participaram milhares de pessoas de todas as categorias sociais e de todos os sectores da vida local, trabalhadores sindicalizados ou não, sem distinção de profissões ou idades, com grande destaque para os jovens[597].

Comungada por uma "população ainda não dividida pelas siglas partidárias"[598], este acto constituiu uma jornada de entusiasmo e alegria por se comemorar livremente o "Dia do Trabalhador"[599] e foi como "destapar uma panela de pressão que estava em lume brando há quase meio século"[600], sendo – na opinião de Paulo Martins[601] – "uma expressão clara da revolta popular que existia na Madeira, contida pelo anterior regime mas que estava latente"[602].

Sobre a igualdade e a verdade de sentimento dos participantes, Vicente Jorge Silva considerou que, no "1.º de Maio" de 1974, se misturaram "gregos e

---

[596] *DM*,11 de Maio de 1974, "Na próxima segunda-feira, os desempregados e trabalhadores irão manifestar-se nas ruas do Funchal", Emanuel Gimes, p. 5; *DN*, 3 de Maio de 1974, "Decorreram com grande entusiasmo e na mais absoluta ordem as comemorações do 1.º de Maio que se realizaram anteontem em todo o país – Na Madeira, muitos milhares de pessoas incorporaram-se numa grandiosa manifestação", pp. 1 e 3; *EF*, 6 de Maio de 1974, "1.º de Maio: Dia do Trabalhador", pp. 1-2; *EF*, 6 de Maio de 1974, "Festa do 1.º de Maio: "explosão" de um povo oprimido há quase meio século", p. 1; *JM*, 3 de Maio de 1974, "1.º de Maio, "Dia do Trabalhador", uma dia inesquecível para o povo de Portugal – na Madeira as manifestações de regozijo prolongaram-se pelo dia adiante", pp. 1 e 12.

[597] *CF*, 18 de Maio de 1974, edição regional, "A propósito de um esclarecimento do Gabinete de Informação", p. 12; *CF*, 13 a 19 de Junho de 1974, edição regional, "A TV e a censura interna: Uma comunicação que não foi transmitida", pp. 10-11; *DN*, 3 de Maio de 1974, "Decorreram com grande entusiasmo e na mais absoluta ordem as comemorações do 1.º de Maio que se realizaram anteontem em todo o país – Na Madeira, muitos milhares de pessoas incorporaram-se numa grandiosa manifestação", pp. 1 e 3; GOUVEIA, 2002, pp. 119-120; *JM*, 3 de Maio de 1974, "1.º de Maio, "Dia do Trabalhador", uma dia inesquecível para o povo de Portugal – na Madeira as manifestações de regozijo prolongaram-se pelo dia adiante", pp. 1 e 12; *RNN*, 10 de Maio de 1974, "As comemorações do 1.º de Maio", p. 3; SILVA, 2014.

[598] CARITA, 2009, p. 46.

[599] *RNN*, 10 de Maio de 1974, "As comemorações do 1.º de Maio", p. 3.

[600] GOUVEIA, 2002, p. 120.

[601] Ver anexo.

[602] VIEIRA e MARTINS, 2019, *Dedicado a ti*, pp. 21-35 e 52.

troianos, uns partilhando sinceramente a alegria do acontecimento e outros, vira-casacas e recém-convertidos de ocasião, querendo apenas se mostrar em sintonia com os novos tempos"[603].

Independentemente do espírito genuíno ou não na participação, este evento reuniu a "maior multidão saída à rua no pós 25 de Abril"[604], afirmando-se como uma manifestação "colossal"[605] e a mais participada dos arquipélagos portugueses, Madeira e Açores[606].

Havia alguma preocupação com o que poderia acontecer nesta realização, pois os militares – de acordo com Vicente Jorge Silva – "estavam com receio que entrássemos pelo Palácio de S. Lourenço adentro e linchássemos o Américo Tomás e o Caetano" e, por isso, o trajecto da manifestação foi estabelecido em conjunto com aqueles[607].

Paulo Martins, em entrevista concedida em 2013, revelou ter havido um sector – embalado com a "vitória de aparente democracia e sem exigir responsabilidades dos dignitários fundamentais do anterior regime" – que fez um pacto de entendimento com oficiais das FA, "para não perturbarem os senhores fascistas que estavam no Palácio de São Lourenço na altura", tendo existido uma reunião onde foi combinado que "a manifestação passava junto ao palácio, mas que não iria perturbar suas excelências que estavam no palácio"[608].

Também Rui Nepomuceno contou que, quando o governador militar Lopes da Eira soube da organização da manifestação do "Dia do Trabalhador", escolheu-o para "pedir que não [fizessem] grandes movimentações de massas, porque não tinha meios para se defender e estava o Marcello Caetano e o Américo Tomás no Palácio de S. Lourenço", tendo respondido ao seu intermediário, capitão Rui Carita, que "o "1.º de Maio" ia se realizar"[609].

Segundo Milton Morais Sarmento, "a força da população extravasava completamente as filiações partidárias ou qualquer organização" e o curso da manifestação escapou ao controlo dos promotores, funcionando

[603] SILVA, 2008, "O *Comércio do Funchal* e a Autonomia", p. 249.
[604] OLIVEIRA, 2016, p. 7.
[605] CALISTO, 1995, pp. 20-21.
[606] SANTOS, 2016, *Uma História de Autonomia: Ventos de Liberdade*.
[607] SANTOS, 2016, *Uma História de Autonomia: Ventos de Liberdade*.
[608] VIEIRA e MARTINS, 2019, p. 57.
[609] SANTOS, 2016, *Uma História de Autonomia: Ventos de Liberdade*.

"autonomamente de forma espontânea", mas Rui Nepomuceno confidenciou que, na passagem do cortejo frente ao palácio, "nós íamos sempre a segurar"[610].

Nessa parte do trajecto, e de uma janela da fortaleza, Faria Leal dirigiu umas palavras aos manifestantes e "aquilo tudo acalmou, tudo foi-se embora", e segundo este, os próprios prisoneiros viram passar a manifestação e não houve qualquer problema ou comentário[611].

A imprensa madeirense registou o comportamento dos populares na manifestação do "1.º de Maio". Segundo o *RNN,* a mesma decorreu com a "maior ordem e civismo"[612], acrescentando o *DN* que se viveu um "ambiente […] de absoluta calma, sem que se registasse o mínimo incidente [e que] o povo deu, realmente, prova dum espírito ordeiro"[613] e concluindo o *JM* que o "civismo exemplar dos manifestantes [era] prova inequívoca da sua maturidade política"[614].

Já, o *DM* salientou que, ao invés do que diziam os dirigentes do regime salazarista – segundo os quais, "o povo português não estava preparado para usufruir a liberdade de todos os seus direitos cívicos e políticos" –, a prova contrária da conduta desse "povo bruto, terrível e incivilizado" foi a manifestada no "1.º de Maio", em que foi expresso o seu "exemplo de civismo com […] ardor patriótico e ordeiro"[615].

Por sua vez, o GI-JSN congratulou-se, pubicamente, pelo elevado grau de "fé patriótica e esfusiante civismo demonstrado por todo o povo madeirense, durante a simbólica data do 1.º de Maio"[616].

---

[610] SANTOS, 2016, *Uma História de Autonomia: Ventos de Liberdade*.

[611] Faria Leal, "na paragem diante do palácio, através de um megafone [falou] aos manifestantes, "para pedir "calma" e prometer "justiça"". CASTANHEIRA, 2010; SANTOS, 2016, *Uma História de Autonomia: Ventos de Liberdade*.

[612] *RNN*, 10 de Maio de 1974, "As comemorações do 1.º de Maio", p. 3.

[613] *DN*, 3 de Maio de 1974, "Decorreram com grande entusiasmo e na mais absoluta ordem as comemorações do 1.º de Maio que se realizaram anteontem em todo o país – Na Madeira, muitos milhares de pessoas incorporaram-se numa grandiosa manifestação", pp. 1 e 3.

[614] *JM*, 3 de Maio de 1974, "1.º de Maio, "Dia do Trabalhador", uma dia inesquecível para o povo de Portugal – na Madeira as manifestações de regozijo prolongaram-se pelo dia adiante", pp. 1 e 12.

[615] *DM*, 4 de Maio de 1974, "Ventos ilhéus – 1.º de Maio", p. 4.

[616] *DM*, 4 de Maio de 1974, "Comunicados do Gabinete de Informação – N.º 8", p. 7; *DN*, 3 de Maio de 1974, "Comunicados do Gabinete de Informação da Junta de Salvação Nacional – Oitavo", p. 1; *JM*, 3 de Maio de 1974, "Oitavo comunicado do Gabinete de Informação", p. 1.

Até Carlos de Azeredo – chegado à Madeira em 2 de Maio – exaltou o impressionante civismo do povo nas manifestações do "1.º de Maio", contrariando a ideia, muitas vezes afirmada, de que não o possuía[617].

No mesmo sentido, se referiu Agostinho Jardim Gonçalves, entendendo o "1.º de Maio" como um momento alto que contrariou a ideia da desordem de um povo[618].

Entretanto, Alberto João Jardim[619], na *VM*, referiu-se ao "civismo demonstrado pela generalidade da população"[620].

Anos mais tarde, o mesmo articulista declarou-se um "entusiasta da revolução" entre os dias 25 e 30 de Abril de 1974, porque "o programa do MFA parecia aquilo que o país necessitava"[621].

Mas quando, no "1.º de Maio" de Lisboa, viu soldados e marinheiros fardados em manifestações, com "slogans absolutamente fracturantes da sociedade portuguesa", para o citado interlocutor foi o "acender da luz vermelha", pois "aquilo já não tinha nada a ver com o programa do MFA", e então, a partir desse dia, ficou apreensivo e percebeu que "o rumo da revolução não ia ser o rumo democrático até à Constituição"[622].

Relativamente à manifestação do "Dia do Trabalhador" ocorrida na Madeira, Alberto João Jardim disse que nem ligou, pois foi composta por "pessoas que, coerentemente, eram adversárias do regime deposto e depois uma série de tipos que queriam mostrar que eram democratas, quando, se calhar, a 24 [de Abril] não o eram"[623].

---

617 *JM*, 4 de Maio de 1974, ""Não é na violência que vamos construir o Portugal que desejamos" – afirmou o Comandante Militar da Madeira, Ten.-Coronel Carlos de Azeredo, na conferência de imprensa no Palácio de S. Lourenço", pp. 1 e 12.

618 *DN*, 26 de Maio de 1974, "O actual momento político poderá ser para a Igreja em Portugal a última oportunidade determinante da sua sobrevivência ou do seu fracasso total – afirmou o Pe. Jardim Gonçalves, assistente internacional do M.M.T.C.", pp. 1 e 4.

619 Ver anexo.

620 *VM*, 8 de Maio de 1974, "Viver a Democracia, Alberto João", pp. 1-2.

621 SANTOS, 2016, *Uma História de Autonomia: Ventos de Liberdade*.

622 SANTOS, 2016, *Uma História de Autonomia: Ventos de Liberdade*.

623 SANTOS, 2016, *Uma História de Autonomia: Ventos de Liberdade*.

2.4.5. A resistência de entidades oficiais e políticas

A manifestação do "1.º de Maio" contou com a colaboração das FA locais, designadamente na parte logística, com a cedência e a instalação de equipamento sonoro, nos Paços do Concelho do Funchal[624], e no seu enquadramento com viaturas militares[625], colaboração que, por um lado, foi vista como positiva, mas, por outro, foi alvo de críticas, nomeadamente do *CF*.

Em 29 de Abril, o GI-JSN e o governador militar da Madeira, Lopes da Eira, apelaram para que as manifestações do "1.º de Maio" decorressem dentro da legalidade e do civismo, apoiando o programa da JSN[626].

No dia seguinte, o mesmo GI-JSN pediu, aos participantes na manifestação do "1.º de Maio", para que não entendessem "como provocação, mas, antes como solidariedade", a comparência de elementos das FA e da PSP, nas ruas do Funchal[627].

A presença das FA aconteceu, efectivamente, pois na frente do cortejo, que percorreu as ruas do Funchal, ia um aspirante do Exército, com megafone, a comandar a manifestação[628].

Este apoio dos militares suscitou alguns reparos da parte do *CF*, que relatou a sua actuação relativamente à preparação e à intervenção na manifestação do "1.º de Maio", no Funchal. Assim, o semanário referiu que, na véspera do aludido dia, houve uma reunião de emergência dos capitães de unidade do BII 19, por decisão do comandante deste batalhão. Foram fornecidas

---

624 *JM*, 3 de Maio de 1974, "1.º de Maio, "Dia do Trabalhador", uma dia inesquecível para o povo de Portugal – na Madeira as manifestações de regozijo prolongaram-se pelo dia adiante", pp. 1 e 12; SILVA, 2008, p. 249; VARELA e PEREIRA, 2017, p. 88.

625 CARITA, 2009, *30 Anos de Autonomia, 1976-2006*, p. 46.

626 *DM*, 4 de Maio de 1974, "Comunicados do Gabinete de Informação – N.º 3", p. 6; *DN*, 30 de Abril de 1974, "Uma conferência de imprensa no Governo Militar da Madeira e um Comunicado do Gabinete de Informação", p. 1; *EF*, 29 de Abril de 1974, "No Palácio de S. Lourenço – O Governador Militar da Madeira reuniu-se com os O. de Informação", p. 2*; EF*, 29 de Abril de 1974, "Terceiro comunicado do Gabinete de Informação", p. 1; *JM*, 30 de Abril de 1974, "Reunião do Governador Militar com os Órgãos de Informação", pp. 1 e 12; *JM*, 30 de Abril de 1974, "Terceiro comunicado do Gabinete de Informação", p. 1; *VM*, 1 de Maio de 1974, "Terceiro comunicado do Gabinete de Informação", p. 1.

627 *DM*, 4 de Maio de 1974, "Comunicados do Gabinete de Informação – N.º 6", p. 7; *DN*, 1 de Maio de 1974, "Comunicados do Gabinete de Informação – Sexto", p. 1; *JM*, 1 de Maio de 1974, "Sexto comunicado do Gabinete de Informação", pp. 1-2.

628 *JM*, 3 de Maio de 1974, "1.º de Maio, "Dia do Trabalhador", uma dia inesquecível para o povo de Portugal – na Madeira as manifestações de regozijo prolongaram-se pelo dia adiante", pp. 1 e 12.

instruções aos comandantes de companhia para que as transmitissem aos seus subordinados, sobre a forma de comportar-se na mencionada manifestação. Um dos comandantes, o capitão Renato, proibiu a sua companhia de tomar parte activa no evento, só autorizando os militares a assistir passivamente e avisou que não perdoaria a quem desobedecesse[629].

Mas, nas outras companhias, não houve este tipo de decisão, tendo sido mesmo militar a viatura que abriu a manifestação e na qual seguiram alguns oficiais superiores da unidade[630].

Na mesma reunião de emergência, foi determinado que nenhum militar podia trajar civilmente, tendo sido cortadas todas as dispensas que os militares tinham metido para esse efeito, contrariamente ao que se passara no GAG 2, onde os militares não só foram autorizados a trajar como quisessem, como também foram convidados a integrar activamente a manifestação[631].

O GI-JSN veio a público esclarecer a notícia do *CF*, mencionando que a reunião de 30 de Abril, no BII 19, teve por objectivo informar os militares das directivas da JSN, através do Comando Militar, designadamente dar a conhecer como deveriam se comportar na manifestação do "1.º de Maio" no Funchal[632].

Interpretando o comportamento de Lopes da Eira como um acto de boicote, porquanto – no entendimento de Vicente Jorge Silva – "tentou proibir a manifestação" do "1.º de Maio", os seus organizadores reclamaram junto do comando operacional do MFA, na Cova da Moura, em Lisboa, dando informações sobre o ambiente que se vivia na ilha. Esta acção provocou o afastamento do governador militar, ainda na véspera do "1.º de Maio", passando

---

629 *CF*, 11 de Maio de 1974, edição regional, "Os militares e a manifestação do 1.º de Maio", p. 3.

630 *CF*, 11 de Maio de 1974, edição regional, "Os militares e a manifestação do 1.º de Maio", p. 3.

631 *CF*, 11 de Maio de 1974, edição regional, "Os militares e a manifestação do 1.º de Maio", p. 3.

632 *DM*,18 de Maio de 1974, "Esclarecimento do Gabinete de Informação acerca de um artigo publicado no n.º 2248 de 11 de Maio do "*Comércio do Funchal*"", p. 21; *DN*, 12 de Maio de 1974, "Esclarecimento do Gabinete de Informação acerca de um artigo publicado no n.º 2248 de 11 de Maio do "*Comércio do Funchal*"", pp. 1 e 10; *EF*, 13 de Maio de 1974, "Esclarecimento do Gabinete de Informação acerca de um artigo publicado no n.º 2248 de 11 de Maio do "*Comércio do Funchal*", p. 1; *JM*, 12 de Maio de 1974, "Esclarecimento do Gabinete de Informação acerca de um artigo publicado no n.º 2248 de 11 de Maio do "*Comércio do Funchal*"", p. 12.

à reserva, bem como a desactivação da PIDE, com a tomada das suas instalações, na Rua da Carreira[633].

Lopes da Eira foi exonerado do cargo de governador militar, pela JSN, sendo nomeado seu substituto Carlos de Azeredo, que só chegou à ilha no dia 2 de Maio, tendo, nesse intervalo, sido assumida a função, interinamente, pelo major Faria Leal.

Para além das queixas contra o governador militar demitido, relativamente à preparação da manifestação do "1.º de Maio" no Funchal, Vicente Jorge Silva referiu alguns gestos de intimidação.

Assim, houve pessoas que meteram medo a outras, aconselhando-as a ficarem em casa, nesse dia, bem como proprietários de transportes públicos não disponibilizaram autocarros suficientes para possibilitar a ida dos interessados à manifestação. O mesmo jornalista também criticava o silêncio e o receio daqueles que se proclamavam democratas e amigos do povo, mas para quem o "1.º de Maio" – uma manifestação em que estiveram, não apenas estudantes, mas também "a grande massa" –, pouco significava[634].

O mencionado redactor do *CF* criticou, fortemente, o MDM, considerando que este ignorou grandes manifestações populares, tendo mesmo alguns elementos desse agrupamento tentado boicotar o "1.º de Maio", no Funchal, pois receavam ser ultrapassados pela mobilização popular, tendo o citado periódico concluído que uma das razões para o apressar da formação daquele agrupamento político (em 9 de Maio de1974) foi um incómodo advindo daquela manifestação[635].

2.4.6. A Importância do "1.º de Maio"

Esta jornada popular teve uma enorme relevância na história nacional e regional, com grandes reflexos posteriores no tecido sociopolítico, tendo

633 NÓBREGA, 2014; SILVA, 2014.
634 *CF*, 13 a 19 de Junho de 1974, edição regional, "A TV e a censura interna: Uma comunicação que não foi transmitida", pp. 10-11.
635 *CF*, 11 de Maio de 1974, edição regional, ""Democracias" há muitas…", pp. 1 e 4; *DN*, 19 de Maio de 1974, "O momento político – Vicente Jorge Silva", pp. 1 e 5.

merecido, desde então, uma enorme atenção, por parte de diversas entidades, personalidades e órgãos de comunicação social.

O GI-JSN definiu este evento como um "baptismo de liberdade"[636].

O *CF* qualificou-o como "a maior expressão de mobilização popular que a Madeira conheceu nas últimas décadas"[637].

Por sua vez, o *EF* considerou que se escrevera "uma das mais belas páginas da História de Portugal! […] a hora da libertação, da alegria esfusiante", exaltando José Abel Caldeira o "autêntico sentido patriótico no dia 1.º de Maio"[638].

Também o *RNN* destacou a "grandiosa jornada de fé e patriotismo", que falava "eloquentemente contra a tão apregoada imaturidade política do nosso Povo"[639].

A *VM* divulgou um texto da autoria de Alberto João Jardim, para sublinhar que Portugal tinha vivido "pela primeira vez com autenticidade, o Dia do Trabalhador", e o civismo expresso realçava que "o Povo est[ava] preparado para uma vida política livre"[640].

Uma das consequências deste dia 1 de Maio foi a adesão e o apoio da população à acção do MFA e um estímulo para os representantes do movimento militar na Madeira iniciarem diversas mudanças[641], testemunhando-se que a JSN podia contar com o povo madeirense[642].

Igualmente, o "1.º de Maio" provocou novas iniciativas populares, como a manifestação contra a política do FD, no Funchal, no dia 13 de Maio[643].

---

[636] *DM*, 4 de Maio de 1974, "Comunicados do Gabinete de Informação – N.º 8", p. 7; *DN*, 3 de Maio de 1974, "Comunicados do Gabinete de Informação da Junta de Salvação Nacional – Oitavo", p. 1; *JM*, 3 de Maio de 1974, "Oitavo comunicado do Gabinete de Informação", p. 1.

[637] *CF*, 18 de Maio de 1974, edição regional, "A propósito de um esclarecimento do Gabinete de Informação", p. 12.

[638] *EF*, 6 de Maio de 1974, "1.º de Maio: Dia do Trabalhador", pp. 1-2; *EF*, 6 de Maio de 1974, "Festa do 1.º de Maio: "explosão" de um povo oprimido há quase meio século", p. 1; *EF*, 6 de Maio de 1974, "Manifestação pessoal, José Abel Caldeira", p. 2.

[639] *RNN*, 10 de Maio de 1974, "As comemorações do 1.º de Maio", p. 3.

[640] *VM*, 8 de Maio de 1974, "Viver a Democracia, Alberto João", pp. 1-2.

[641] NÓBREGA, 2014.

[642] *JM*, 3 de Maio de 1974, "1.º de Maio, "Dia do Trabalhador", uma dia inesquecível para o povo de Portugal – na Madeira as manifestações de regozijo prolongaram-se pelo dia adiante", pp. 1 e 12.

[643] *DN*, 13 de Maio de 1974, "Manifestação contra o Fundo de Desemprego", p. 3, *DN*, 14 de Maio de 1974, "Expressiva manifestação contra o Fundo de Desemprego", pp. 1 e 6; *DN*, 14 de Maio de 1974, "O que é (deveria ser) o Fundo de Desemprego", p. 1.

Esta manifestação teve reflexos no campo jornalístico-político, pois o "1.º de Maio", "para alguns dos seus promotores, seria sol de pouca dura, antecedendo o desaparecimento do *CF*"[644], assistindo-se aos primeiros indícios de divisão na esquerda madeirense, com Vicente Jorge Silva e outros redactores do *CF*, sob a ideia de "A Madeira não é caixote do lixo", e outros, como Paulo Martins, Liberato Fernandes e Luís Teives a irem mais adiante, defendendo o "Julgamento e prisão" dos ditadores[645].

Segundo Paulo Martins, o "1.º de Maio" de 1974 "marc[ou] a existência de duas correntes fundamentais que iriam […] determinar os acontecimentos dos anos quentes 74 e 75", sendo uma conciliatória, que defendia "Américo e Tomás aqui não mandam mais", e outra mais radical, pugnando por "Américo e Tomás presos e julgados", ganhando esta última parte importante da manifestação; como tal, esta situação constituiu uma "linha demarcatória que atravessou a manifestação do 1.º de Maio"[646].

Um dos protagonistas do "1.º de Maio", Vicente Jorge Silva, destacou este acontecimento como um dos mais importantes da movimentação política, desde o "25 de Abril", a par da manifestação contra o FD e o 1.º Comício dos Sindicatos[647], referindo que não se podia esquecer a lição do "1.º de Maio", expressa no seu seguinte depoimento:

> "O primeiro de Maio, dia do trabalhador, foi a maior manifestação das massas populares, a maior festa popular jamais vivida em Portugal. A alegria e o entusiasmo do povo desceram à rua. Cidades, vilas e aldeias foram inundadas pelo povo. Em toda a parte, as multidões fizeram ouvir livremente a sua voz. Em toda a parte o povo gritou a força do seu poder. O povo mostrou que será capaz de construir o Portugal revolucionário do futuro, em que o poder estará nas mãos dos trabalhadores, dos operários, dos camponeses, dos estudantes, dos soldados e dos marinheiros identificados com o povo. É preciso começar o Portugal dos Trabalhadores […] Portugal foi libertado do fascismo, é preciso libertá-lo agora do capitalismo [… do] colonialismo […] pelo Portugal socialista do futuro […] democrático e popular […] nesse dia ["1.º de Maio"] começamos a construir uma Madeira nova"[648].

Como síntese do valor deste facto histórico, podemos recorrer ao mesmo jornalista do *CF*, quando acentuou que, "na prática, o 25 de Abril chegou à Madeira a 1 de Maio"[649].

---

644 SILVA, 2014.
645 CALISTO, 1995, p. 25.
646 VIEIRA e MARTINS, 2019, pp. 52-53.
647 *DN*, 19 de Maio de 1974, "O momento político – Vicente Jorge Silva", pp. 1 e 5.
648 *CF*, 13 a 19 de Junho de 1974, edição regional, "A TV e a censura interna: Uma comunicação que não foi transmitida", pp. 10-11.
649 NÓBREGA, 2014.

Porquanto, segundo Paulo Santos[650], o "Dia do Trabalhador" simbolizou "o despertar de uma nova esperança, o viver de um sonho. A Revolução chegava, finalmente!"[651].

Na óptica de Rui Carita, *"a*s grandes alterações na Madeira processaram-se a partir das comemorações do 1.º de Maio, que se revestiram de um indubitável cariz político"[652]*.*

2.4.7. O "1.º de Maio" em Machico

Para além do Funchal, no ano de 1974, só em Machico se festejou o "Dia do Trabalhador". Um grupo de populares – entoando canções, acompanhadas pelo acordeão de Martins Júnior[653] – percorreu as ruas e passou à frente de vários edifícios (Câmara Municipal, Igreja Matriz, Companhia dos Engenhos, Mercado Velho, Hotel Dom Pedro, Matur), gritando "Machico é nosso", como forma de sublinhar a "consciência da Terra que lhe pertenc[ia] […] e da responsabilidade inalienável que lhe assist[ia] na condução dos destinos da terra que chama[va] sua"[654].

Surgiram boatos da parte de "saudosistas", acusando os manifestantes de terem causado distúrbios (vidros partidos, carros danificados, escolas invadidas e até a repartição de finanças assaltada), acusações desmentidas por um grupo de populares, alegando que o desfile efectuado tinha decorrido de modo calmo e cívico[655].

A evocação do "1.º de Maio", em Machico, logo no ano da Revolução, foi considerada uma "maravilhosa oferta da Junta de Salvação Nacional ao povo

[650] Paulo Santos, jornalista da *RTP-Madeira*, autor do programa *Uma História de Autonomia (*12 episódios), produzido em 2016.
[651] SANTOS, 2016, *Uma História de Autonomia: Revolução Adiada*.
[652] CARITA, 2009, p. 46*.*
[653] Ver anexo.
[654] MARTINS, 2017, pp. 177-179; S.A., *Machico em hora de festa e de reflexão*, Maio (?) de 1974 (?).
[655] *DN*, 8 de Maio de 1974, "1.º de Maio em Machico – Esclarecimento", p. 4; *JM*, 8 de Maio de 1974, "O 1.º de Maio em Machico", p. 2. MARTINS, 2017, p. 179.

português, especialmente ao homem trabalhador" e constituiu um estímulo futuro, ao anunciar-se que "O 1.º de Maio não foi o fim – foi o princípio"[656].

2.5. O fim dos instrumentos de repressão

Com a "Revolução dos Cravos", foi posto fim aos instrumentos de repressão do "Estado Novo", designadamente a censura e a PIDE/DGS, tendo a sua extinção sido alargada ao arquipélago da Madeira.

2.5.1. A censura

Na manhã do "25 de Abril", os textos do *CF*, pela mão de Vicente Jorge Silva, foram levados aos censores – "como se a liberdade de expressão já não tivesse sido restituída aos portugueses"[657] – sendo o n.º 2247 deste semanário (de 25 de Abril a 1 de Maio de 1974), publicado ainda sob o visto da censura[658].

No dia 25 de Abril, foi abolida a censura e o visto prévio, conforme determinava a alínea g) do n.º 2 das Medidas Imediatas do Programa do MFA, divulgadas nas primeiras horas de 26 de Abril. Também, as alíneas c) e d) do n.º 5 das Medidas a Curto Prazo do aludido programa inscreviam a "liberdade de expressão e pensamento sob qualquer forma" e a promulgação de uma nova lei de imprensa, rádio, televisão, teatro e cinema[659].

Assim, no dia 1 de Maio de 1974, a JSN da Madeira consagrou o direito de todos os movimentos de opinião terem acesso à rádio e à televisão públicas[660].

Por esta razão, logo após o movimento revolucionário, alguns órgãos de comunicação social da ilha, designadamente o *CF*, começaram a divulgar textos proibidos pela censura. Assim, o *jornal cor-de-rosa*, em sucessivas edições,

---

[656] MARTINS, 2017, pp. 177 e 179; S.A., *Machico em hora de festa e de reflexão*, Maio (?) de 1974 (?); VARELA e PEREIRA, 2017, p. 86.

[657] NÓBREGA, 2014.

[658] *CF*, 25 de Abril de 1974 a 1 de Maio de 1974; NÓBREGA, 2014.

[659] CD25A, 2012, *Programa do Movimento das Forças Armadas Portuguesas*; *DN*, 27 de Abril de 1974, "O Movimento das Forças Armadas define o seu programa", p. 1 e 3. GOUVEIA, 2002, p. 135.

[660] *DM*, 4 de Maio de 1974, "Esclarecimento acerca da utilização dos órgãos de informação na Madeira", p. 3; *DN*, 3 de Maio de 1974, "Esclarecimento acerca da utilização dos órgãos de informação na Madeira", p. 3; *JM*, 3 de Maio de 1974, "Esclarecimento acerca da utilização dos órgãos de informação na Madeira", p. 1.

publicou artigos e reportagens sobre diversas temáticas, como a situação da agricultura, da indústria e do turismo da Madeira, as condições laborais das operárias da Electrónica, o novo hospital da Madeira (inaugurado, em 1973), a situação dos trabalhadores da Empresa Madeirense de Tabacos e a vida dos vendedores ambulantes[661].

Por seu turno, o *DM* iniciou a publicação de um conjunto de processos relativos à falta de liberdade imprensa, por força da censura, antes do "25 de Abril", chamando-se essa resenha histórica "Para a História da Censura à Imprensa na Madeira, nos anos 30", sob a responsabilidade de A. F. de Olim Marote[662].

Entretanto, por força legal do Programa do MFA e da Lei n.º 199/74, de 14 de Maio, foi extinta a censura a espectáculos, pondo fim às Comissões de Exame e Classificação dos Espectáculos, de Recurso e de Literatura e Espectáculos para Menores, a que se referia o D.L. n.º 263/71, de 18 de Junho[663].

Devido a esta mudança, foi livremente projectado, no Teatro Municipal do Funchal, em 21 de Maio – apresentando-se como estreia em Portugal – o filme "proibido pela censura" antes da Revolução, "As ligações amorosas" (*Le Mort.Saison des amours*), de Piere Kast. A propósito desta película, o *JM* publicou um comentário, da autoria de JAG, considerando que era um filme "delicado, rico de linguagem, mas anormal, destruindo todos os princípios por que se rege a pessoa humana"[664].

---

[661] *CF*, 1 de Maio de 1974, edição especial, "Madeira: a nossa denúncia", pp. 4-6; *CF*, 1 de Maio de 1974, edição especial, "Um exemplo do que a censura fascista não nos deixou publicar", pp. 11-12; *CF*, 11 de Maio de 1974, edição regional, "Artigos cortados pela censura – O novo hospital e o problema da saúde na Madeira", pp. 6-7; *CF*, 11 de Maio de 1974, edição regional, "Operários da Empresa Madeirense de Tabacos", pp. 8-9; *CF*, 18 de Maio de 1974, edição regional, "Artigos cortados pela censura – O caso dos vendedores ambulantes", pp. 8-9.

[662] *DM*, 11 de Maio de 1974, "Para a História da Censura à Imprensa na Madeira, nos anos 30", por A. F. de Olim Marote, pp. 1 e 6; *DM*, 25 de Maio de 1974, "Para a História da Censura à Imprensa na Madeira, nos anos 30, II", por A. F. de Olim Marote, pp. 1 e 6.

[663] CD25A, 2012, *Extinção da censura a espectáculos – Decreto-Lei n.º 199/74, de 14 de Maio.*

[664] *DN*, 19 de Maio de 1974, "Estreia em Portugal", p. 2; *DN*, 21 de Maio de 1974, "Estreia em Portugal", p. 2; *JM*, 23 de Maio de 1974, "Comentário de cinema – "As Ligações amorosas", de Pierre Kast", JAG, p. 9.

2.5.2. A PIDE/DGS

A DGS foi extinta, no dia 25 de Abril de 1974, em obediência ao Programa do MFA e ao D.L. n.º 171/74, de 25 de Abril, e, nas províncias ultramarinas, ficaria esta organização, depois de saneada, apenas com as funções de Polícia de Informação Militar, enquanto as operações militares portuguesas o exigissem[665].

Foi determinado que a investigação criminal contra a segurança interna e externa passava para a Polícia Judiciária, cabendo à GF a missão da vigilância das fronteiras terrestres, marítimas e aéreas e às FA a guarda do equipamento da DGS (mobiliário, arquivos, armamento)[666].

Apesar desta extinção, na Madeira, no dia 25 de Abril e nos seguintes, alguns elementos da PIDE/DGS, armados, passeavam, calmamente, pelas ruas do Funchal e surgiam nos cafés do centro da cidade (Apolo e Golden Gate*),* dizendo, em voz alta, que "nunca fizeram mal a ninguém*"* e as suas instalações continuavam imperturbáveis, estando os respectivos membros junto à porta, assim como as da LP[667].

Comparativamente ao que se passava no Continente, na Madeira, a DGS continuou armada, embora se tivesse colocado à disposição da JSN[668].

Entretanto, o GI-JSN, no seu primeiro comunicado, anunciou que a subdelegação da extinta DGS ficava a funcionar para controlo do porto e do aeroporto da Madeira e que fora realizado o domínio total das suas instalações e materiais (armamento, arquivo), ficando à guarda das autoridades militares[669].

---

665 CD25A, 2012, *Extinção da D.G.S., L.P. e M.P. – Decreto-Lei n.º 171/74, de 25 de Abril;* CD25A, 2012, *Programa do Movimento das Forças Armadas Portuguesas; DN*, 27 de Abril de 1974, "O Movimento das Forças Armadas define o seu programa", p. 1 e 3.

666 CD25A, 2012, *Extinção da D.G.S., L.P. e M.P. – Decreto-Lei n.º 171/74, de 25 de Abril;* CD25A, 2012, *Programa do Movimento das Forças Armadas Portuguesas; DN*, 27 de Abril de 1974, "O Movimento das Forças Armadas define o seu programa", p. 1 e 3.

667 NÓBREGA, 2014.

668 *CF*, 1 de Maio de 1974, edição especial, "A Madeira depois do 25 de Abril", p. 6.

669 *DM*, 4 de Maio de 1974, "Comunicados do Gabinete de Informação – N.º 1", p. 7; *DM*, 4 de Maio de 1974, "Comunicados do Gabinete de Informação – N.º 2", p. 6; *DN*, 28 de Abril de 1974, "Primeiro comunicado do Gabinete de Informação do Funchal", p. 1; *DN*, 29 de Abril de 1974, "Segundo comunicado do Gabinete de Informação do Funchal", p. 1; *EF*, 29 de Abril de 1974, "Segundo comunicado do Gabinete de Informação", p. 1; *JM*, 28 de Abril de 1974, "Primeiro comunicado do Gabinete de Informação do Funchal", p. 1; *JM*, 29 de Abril de 1974, "Segundo comunicado do Gabinete de Informação do Funchal", p. 1; *VM*, 1 de Maio de 1974, "Conferência de Imprensa", p. 1.

Indo ao encontro da declaração – produzida por um porta-voz do serviço de informação pública das FA – de que seriam julgados os membros da ex-PIDE/DGS que tivessem cometido delitos de tipo comum[670], Carlos de Azeredo, delegado da JSN, em 3 de Maio de 1974, informou que os ex-PIDE/DGS da ilha estavam detidos ou presos, numa unidade militar local, como meio de protecção e segurança das suas vidas, pois não aceitava que *"*a justiça [fosse] feita na rua", dispondo o país de "tribunais, juízes, acusações, defesas e leis"[671].

O novo governador referiu que os informadores (colaboradores indirectos da DGS) seriam localizados, mas defendeu que "aqueles que eram verdadeiramente responsáveis, os elementos da PIDE, para esses […] detidos, [funcionariam] os tribunais. Para os outros, [era] melhor esquecer como um sonho mau aquilo que passou"[672].

Depois, em Julho de 1974, Carlos de Azeredo confessaria que a questão dos informadores da PIDE era um assunto *"*muito difícil e de difícil solução", sendo um "mal inerente a quarenta anos de despolitização, de esmagamento da consciência e da liberdade humana, que [teríamos] de aceitar", pelo que era complicado actuar legalmente neste problema nacional[673].

---

[670] *JM*, 30 de Abril de 1974, "A Junta não anda a prender todos os elementos do governo deposto", p. 7; *JM*, 30 de Abril de 1974, "Protecção às individualidades do regime deposto", p. 7.

[671] *DN*, 4 de Maio de 1974, "No Governo Militar da Madeira o Comandante Militar teve ontem a sua primeira reunião com os representantes dos órgãos de informação locais", pp. 1, 3 e 7; *EF*, 6 de Maio de 1974, "A trágica experiência do passado só deve ser recordada como um mau sonho", p. 12; *JM*, 4 de Maio de 1974, "Não é na violência que vamos construir o Portugal que desejamos" - afirmou o Comandante Militar da Madeira, Ten-Coronel Carlos de Azeredo, na conferência de imprensa no Palácio de S. Lourenço", pp. 1 e 12; *VM*, 8 de Maio de 1974, "Estamos na mais longa Guerra da História", pp. 1-2.

[672] *DN*, 4 de Maio de 1974, "No Governo Militar da Madeira o Comandante Militar teve ontem a sua primeira reunião com os representantes dos órgãos de informação locais", pp. 1, 3 e 7; *EF*, 6 de Maio de 1974, "A trágica experiência do passado só deve ser recordada como um mau sonho", p. 12; *JM*, 4 de Maio de 1974, "Não é na violência que vamos construir o Portugal que desejamos" - afirmou o Comandante Militar da Madeira, Ten.-Coronel Carlos de Azeredo, na conferência de imprensa no Palácio de S. Lourenço", pp. 1 e 12; *VM*, 8 de Maio de 1974, "Estamos na mais longa Guerra da História", pp. 1-2.

[673] *DM*, 27 de Julho de 1974, "Tenente-coronel Carlos de Azeredo", pp. 1 e 5; *DN*, 24 de Julho de 1974, "Conferência de Imprensa", p. 8; *DN*, 25 de Julho de 1974, "Problemas da Madeira e da actualidade política nacional em análise na reunião de Imprensa com o Encarregado do Governo do Distrito", pp. 1, 3 e 6; *EF*, 29 de Julho de 1974, "A conferência de imprensa dada na passada 4.ª feira pelo Encarregado do Governo do Distrito –Temas debatidos: A situação ultramarina e solução de prementes problemas locais", pp. 1-2; *JM*, 25 de Julho de 1974, "A situação ultramarina e a solução de importantes problemas locais foram tema da conferência de imprensa dada ontem pelo encarregado do Governo do Distrito, tenente-coronel Carlos de Azeredo", pp. 1 e 3.

Entretanto, no referido dia 3 de Maio, partiram da Madeira, para Lisboa, em avião fretado da TAP, 17 elementos da ex-PIDE/DGS, sob escolta, onde permaneceriam na mesma situação que os outros polícias políticos do Continente[674].

A propósito desta prisão, o *DM* defendia que os agentes sem responsabilidades nos maus tratos e torturas aplicadas aos presos políticos deveriam regressar às suas famílias e recordava que as últimas prisões efectuadas pela PIDE tinham sido em 1948[675].

Por seu turno, o *CF* criticou a forma como foram tratados os ex-*pides* presos na Madeira, mais precisamente num sector da enfermaria do BII 19, em quartos destinados a oficiais, quando deveriam ter ficado numa prisão, à semelhança do que acontecia em Lisboa, ficando na fortaleza de Caxias. Também foi censurado o facto do major Rapoula – ex-n.º 2 e então, neste período do 25 Abril, comandante do BII 19 – ter pedido desculpa aos detidos por não ter arranjado melhores instalações, porque "foi tudo tão à pressa!", tendo permitido que fizessem contactos quando e com quem quiseram, tendo-lhes disponibilizado um telefone para o efeito, assim como não era aceitável a permissão de confraternização destes detidos com os sargentes, concedendo-lhes sandes, cervejas e até serem autorizados a irem comer à messe dos sargentos[676].

Face a estes factos, o *CF* questionava se estes comportamentos se coadunavam com o programa da JSN e não estariam a ser comprometidas e desvirtuadas as conquistas das FA. Além disso, estas atitudes do novo comandante do BII 19 obrigavam a reflectir, pois o mesmo tinha sido o "executante directo das ordens do reaccionário Ten. Cor. Sampaio e Castro". Sublinhava o semanário que, por estas razões, era necessário haver vigilância[677].

---

[674] *DM*,11 de Maio de 1974, "Décimo Comunicado do Gabinete de Informação", p. 3; *DN*, 5 de Maio de 1974, "Comunicado do Gabinete de Informação da Madeira da Junta de Salvação Nacional – Décimo", p. 3; *JM*, 5 de Maio de 1974, "Décimo Comunicado do Gabinete de Informação", p. 1.

[675] *DM*,11 de Maio de 1974, "Giz na parede – Dois extremos", pp. 1, 4 e 10.

[676] *CF*, 11 de Maio de 1974, edição regional, "Os militares e a manifestação do 1.º de Maio", p. 3.

[677] *CF*, 11 de Maio de 1974, edição regional, "Os militares e a manifestação do 1.º de Maio", p. 3.

Esta posição do *CF* mereceu um esclarecimento público do GI-JSN, referindo que os elementos da PIDE/DGS da Madeira estiveram detidos numa enfermaria do BII 19, por ser o local que dava mais garantias de segurança e isolamento, enquanto aguardavam transporte para irem para o Continente, e que os contactos destes prisioneiros eram controlados, como telefonemas a familiares e à recepção de artigos de uso pessoal, antes da partida para Lisboa[678].

Entretanto, a JSN apelava a que os agentes e funcionários da ex-DGS se entregassem nos quartéis generais das regiões militares, até 18 de Maio, sob pena de erem divulgados os seus nomes e respectivas fotografias, na comunicação social, para que a população colaborasse na sua detenção[679].

Mais tarde, no dia 23 de Maio de 1974, seis agentes da ex-PIDE/DGS, que estavam ao serviço na Madeira, seguiram no mesmo avião da FAP que conduziu, para Lisboa, por ordem da JSN, os ex-ministros do Interior, Moreira Baptista e da Defesa, Silva Cunha, até então detidos na ilha[680].

Relativamente aos arquivos da ex-polícia política, contendo, por exemplo, as listas dos seus informadores secretos, Carlos de Azeredo, em 3 de Maio de 1974, comunicou que tinham sido começados a ser destruídos, de modo a que não fossem usados por alguém e não se levantasse um "novo regime de vinganças", pois não deveria ser repetida a "trágica experiência do passado, que só dev[ia] ser recordada como um mau sonho"[681].

---

[678] *DM*,18 de Maio de 1974, "Esclarecimento do Gabinete de Informação acerca de um artigo publicado no n.º 2248 de 11 de Maio do *Comércio do Funchal*", p. 21; *DN*, 12 de Maio de 1974, "Esclarecimento do Gabinete de Informação acerca de um artigo publicado no n.º 2248 de 11 de Maio do "*Comércio do Funchal*"", pp. 1 e 10; *EF*, 13 de Maio de 1974, "Esclarecimento do Gabinete de Informação acerca de um artigo publicado no n.º 2248 de 11 de Maio do "Comércio do Funchal"", p. 1; *JM*, 12 de Maio de 1974, "Esclarecimento do Gabinete de Informação acerca de um artigo publicado no n.º 2248 de 11 de Maio do *Comércio do Funchal*", p. 12.

[679] *JM*,15 de Maio de 1974, "Agentes da extinta D.G.S. têm prazo marcado de apresentação voluntária", p. 4.

[680] *DM*, 25 de Maio de 1974, "Décimo Quinto Comunicado do Gabinete de Informação", p. 4; *DN*, 24 de Maio de 1974, "Os ex-ministros do Interior e da Defesa Moreira Baptista e Silva Cunha seguiram ontem para Lisboa e encontram-se detidos no presídio da Trafaria", pp. 1 e 8; ; *DN*, 25 de Maio de 1974, "Na casa de reclusão da Trafaria estão detidas diversas individualidades do antigo regime", p. 6; *JM*, 24 de Maio de 1974, "Décimo quinto comunicado do Gabinete de Informação", p. 1.

[681] *DN*, 4 de Maio de 1974, "No Governo Militar da Madeira o Comandante Militar teve ontem a sua primeira reunião com os representantes dos órgãos de informação locais", pp. 1, 3 e 7; *EF*, 6 de Maio de 1974, "A trágica experiência do passado só deve ser recordada como um mau sonho", p. 12; *JM*, 4 de Maio de 1974, "Não é na violência que vamos construir o Portugal que desejamos" - afirmou o Comandante Militar da Madeira, Ten.-Coronel Carlos de Azeredo,

Anos mais tarde, o mesmo interlocutor contou que os ficheiros da PIDE estavam para ser queimados por ele, para evitar perseguições, mas esta intenção foi travada pelo presidente da JSN, António de Spínola, que ordenou o seu envio para Lisboa, para efeitos de estudo e história[682].

Ao invés do sucedido com o arquivo da PIDE, Carlos de Azeredo mandou queimar um ficheiro, organizado pelo anterior governador civil, António Braancamp Sobral, com os nomes dos membros da UN, dos deputados madeirenses na AN e partes dos seus discursos, considerando que "se poupou aos madeirenses inimizades, perseguições e até conflitos pessoais"[683].

Neste ambiente local, surgiram pedidos públicos de divulgação dos nomes da ex-PIDE/DGS, bem como o seu julgamento. Por exemplo, José Augusto de Freitas, nas páginas do *DM,* solicitou à JSN a publicação dos nomes dos informadores da ex-polícia política com funções nesta ilha e junto de todos os organismos do Estado, que prejudicaram muitos que defendiam tendências democráticas[684]. Aires Albuquerque – resistente anti-fascista, preso do anterior regime e "democrata de sempre" – numa assembleia do MDM, em 14 de Maio de 1974, exigiu o julgamento, não só dos agentes, como também dos bufos da ex-DGS[685].

Nesta altura, surgiram muitas pessoas a denunciar que tinham sido perseguidas pela ex-polícia política, havendo alguns casos caricatos. Por exemplo, Alberto Figueira Gomes recordou, em Maio de 1974, na *VM*, que no ano de 1949, tinha sido notificado para se apresentar na sede da ex-PIDE, na Rua da Carreira, Funchal, tendo comparecido também, entre outros, António Marques da Silva, M. Lourenço de Gouveia e Rui de Ornelas Gonçalves[686].

Foram acusados do crime de estudarem a língua esperantista, inventada no princípio do século XX, na Rússia e Polónia, por Zamenhof, sendo – na opinião, dos acusadores – um veículo de "larga difusão de ideias subversivas", ficando avisados de que ficariam sob a observação dos polícias do regime e de

---

na conferência de imprensa no Palácio de S. Lourenço", pp. 1 e 12; *VM*, 8 de Maio de 1974, "Estamos na mais longa Guerra da História", pp. 1-2.

682 AZEREDO, 2004, pp. 174-175.

683 AZEREDO, 2004, p. 175.

684 *DM*,11 de Maio de 1974, "Correio do Madeira", p. 5.

685 *JM*, 17 de Maio de 1974, "Movimento Democrático da Madeira", p. 4.

686 *VM*, 15 de Maio de 1974, "As nossas fichas na PIDE", Alberto F. Gomes, pp. 1 e 4.

que deveriam entregar todos os documentos que possuíssem, para ver se constituíam um "perigo para a sobrevivência do governo"[687].

Responderam os acusados ao interrogatório do agente Pais, dizendo que o esperanto era usado em todos os países civilizados e que não tinha nada a ver com ideologias religiosas ou políticas[688].

Não foram enclausurados, mas ainda foram à Rua da Carreia (sede da ex-PIDE), mais duas ou três vezes, para entregar livros que tinham na sua posse. Alberto Figueira Gomes concluía que "um regime que usava tais processos ter[ia] que ser recordado, forçosamente, sem saudade, mesmo que [tivesse] realizado algumas obras apreciáveis"[689].

O *CF* comentou, de forma irónica, esta denúncia, expressando "Pobre senhor Gomes", não ficando o periódico admirado se, provavelmente, outros elementos afectos ao "Estado Novo" tivessem, também eles, a sua ficha na ex-PIDE/DGS[690].

A actividade deste organismo, após a Revolução, foi alvo da curiosidade de muitos, porquanto era do desconhecimento maioritário da população nacional e insular.

A par da sua divulgação pela imprensa nacional, replicada por órgãos regionais, como sucedeu com o *DM*, que transcreveu do *DL* um conjunto de relatos sobre o funcionamento da ex-PIDE/DGS[691], também, na Madeira, aconteceu a abertura das respectivas instalações, na Rua da Carreira, n.º 155, no Funchal.

Esta visita foi promovida pela JSN, no dia 29 de Maio de 1974, e facultou, à comunicação social local, durante aproximadamente duas horas, uma informação alargada da acção desta organização[692]. Esta deslocação foi acompanhada pelo major Faria Leal, chefe do Estado Maior do CITM e pelos capitães Rui Alexandre Carita, Jorge Reboredo Coutinho Viana e Silvestre. Na

[687] *VM*, 15 de Maio de 1974, "As nossas fichas na PIDE", Alberto F. Gomes, pp. 1 e 4.
[688] *VM*, 15 de Maio de 1974, "As nossas fichas na PIDE", Alberto F. Gomes, pp. 1 e 4.
[689] *VM*, 15 de Maio de 1974, "As nossas fichas na PIDE", Alberto F. Gomes, pp. 1 e 4.
[690] *CF*, 18 de Maio de 1974, edição regional, ""Vítimas" da PIDE", p. 4.
[691] *DM*,18 de Maio de 1974, "Quadros escuros da primeira visita livre à PIDE/DGS", pp. 7-8.
[692] Esta acção deu azo ao desaparecimento de documentos do arquivo da PIDE.

entrada da porta da ex-polícia política, havia uma nova tabuleta, com a seguinte inscrição: GF-Serviços de Fronteira-Emigração[693].

Nesta visita guiada, foram mostrados documentos de vária índole, como numerosos envelopes azuis, apresentando endereços escritos à máquina (apreendidos, antes de chegarem aos seus destinatários), contendo boletins de voto da lista B da oposição (constituída por António Loja, Fernando Rebelo e José Manuel Barroso), bem como cartas de emigrantes para os seus familiares e outras ainda, algumas de amor[694].

No arquivo de emigrantes (os legais e os clandestinos), foram encontradas inúmeras pastas com processos de emigração clandestina (fotos, informações, fichas de identidade), juntando-se o registo de barcos nacionais e estrangeiros, pessoal entrado a bordo, embarque e desembarque de passageiros e ainda um relatório sobre a passagem na Madeira do navio russo "General Kravtson"[695].

Figuravam, igualmente, no repositório desta instituição, um livro de registo de processos secretos de nacionais e estrangeiros, figurando 11 792 nomes[696], assim como milhares de processos com a exposição da vida e das actividades de jornalistas, políticos, militares, intelectuais, dirigentes de estabelecimentos públicos e organismos oficiais e culturais (processo n.º 171-SR, Serviços Reservados, relativo ao Cine-Fórum, contendo diversos recortes de jornais), sacerdotes, freiras, frequentadores dos cursos de cristandade, gente do povo e até vadios, estando a ex-polícia política a par dos seus movimentos.

---

693 *DM*, 8 de Junho de 1974, "A P.I.D.E./D.G.S. visitada pelos órgãos de informação", E. Gimes, pp. 4-5; *DN*, 30 de Maio de 1974, "Do arquivo da D.G.S.", p. 1; *DN*, 30 de Maio de 1974, "Rescaldo da extinta PIDE-D.G.S.", p. 5; *EF*, 3 de Junho de 1974, "Na Madeira a P.I.D.E.-D.G.S. agora desmascarada publicamente graças à Junta de Salvação Nacional", pp. 1 e 3; *JM*, 30 de Maio de 1974, "As portas da extinta PIDE/DGS foram ontem abertas aos órgãos de informação locais", pp. 1 e 7.

694 *DM*, 8 de Junho de 1974, "A P.I.D.E./D.G.S. visitada pelos órgãos de informação", E. Gimes, pp. 4-5; *DN*, 30 de Maio de 1974, "Do arquivo da D.G.S.", p. 1; *DN*, 30 de Maio de 1974, "Rescaldo da extinta PIDE-D.G.S.", p. 5; *EF*, 3 de Junho de 1974, "Na Madeira a P.I.D.E.-D.G.S. agora desmascarada publicamente graças à Junta de Salvação Nacional", pp. 1 e 3; *JM*, 30 de Maio de 1974, "As portas da extinta PIDE/DGS foram ontem abertas aos órgãos de informação locais", pp. 1 e 7.

695 *DM*, 8 de Junho de 1974, "A P.I.D.E./D.G.S. visitada pelos órgãos de informação", E. Gimes, pp. 4-5; *DN*, 30 de Maio de 1974, "Do arquivo da D.G.S.", p. 1; *DN*, 30 de Maio de 1974, "Rescaldo da extinta PIDE-D.G.S.", p. 5; *EF*, 3 de Junho de 1974, "Na Madeira a P.I.D.E.-D.G.S. agora desmascarada publicamente graças à Junta de Salvação Nacional", pp. 1 e 3; *JM*, 30 de Maio de 1974, "As portas da extinta PIDE/DGS foram ontem abertas aos órgãos de informação locais", pp. 1 e 7.

696 O termo de abertura deste livro estava datado de 25 de Fevereiro de 1943 e assinado pelo delegado interino da P.V.D.E., Fernando Rebelo de Andrade.

Para este efeito, havia um registo com fichas de todos os automóveis que circulavam na Madeira, anotando-se os nomes dos seus proprietários ou condutores[697].

Também, lá se viram muitos processos relativos a oposicionistas, como Hermínio da Palma Inácio e a escritora Maria Lamas (sendo assinaladas as suas ligações na Madeira com António Trindade, Maria Mendonça, César Pestana), adicionando-se fotos de "suspeitos" ou "perigosos" (como a de Álvaro Cunhal com Humberto Delgado) e até uma fotografia de uma borracha de apagar lápis, que tinha inscrito "União, Liberdade, Força, Sindicato", que se encontrava no Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Funchal[698].

Para além de um volumoso índice de revistas e livros proibidos e apreendidos no país, constavam vários dossiers sobre a comunicação social, com uma lista de jornalistas e repórteres fotográficos, nomeadamente do *CF* e estrangeiros, que se encontravam sob vigilância da polícia política, bem como centenas de recortes da imprensa, anúncios, reportagens, peças censuradas, detendo a ex-PIDE/DGS um posto de rádio (recepção e transmissão) no último andar do edifício[699].

Foi exibida uma curiosa pasta, com a inscrição "Vigilância-doença do presidente Salazar", que continha uma planta de quatro ruas do centro do Funchal (Rua das Pretas, Rua Câmara Pestana, Rua da Carreira e Avenida Zarco), submetidas a vigilância, durante o período de doença de Salazar, a cargo

---

[697] *DM*, 8 de Junho de 1974, "A P.I.D.E./D.G.S. visitada pelos órgãos de informação", E. Gimes, pp. 4-5; *DN*, 30 de Maio de 1974, "Do arquivo da D.G.S.", p. 1; *DN*, 30 de Maio de 1974, "Rescaldo da extinta PIDE-D.G.S.", p. 5; *EF*, 3 de Junho de 1974, "Na Madeira a P.I.D.E.-D.G.S. agora desmascarada publicamente graças à Junta de Salvação Nacional" pp. 1 e 3; *JM*, 30 de Maio de 1974, "As portas da extinta PIDE/DGS foram ontem abertas aos órgãos de informação locais", pp. 1 e 7.

[698] *DM*, 8 de Junho de 1974, "A P.I.D.E./D.G.S. visitada pelos órgãos de informação", E. Gimes, pp. 4-5; *DN*, 30 de Maio de 1974, "Do arquivo da D.G.S.", p. 1; *DN*, 30 de Maio de 1974, "Rescaldo da extinta PIDE-D.G.S.", p. 5; *EF*, 3 de Junho de 1974, "Na Madeira a P.I.D.E.-D.G.S. agora desmascarada publicamente graças à Junta de Salvação Nacional", pp. 1 e 3; *JM*, 30 de Maio de 1974, "As portas da extinta PIDE/DGS foram ontem abertas aos órgãos de informação locais", pp. 1 e 7.

[699] *DM*, 8 de Junho de 1974, "A P.I.D.E./D.G.S. visitada pelos órgãos de informação", E. Gimes, pp. 4-5; *DN*, 30 de Maio de 1974, "Do arquivo da D.G.S.", p. 1; *DN*, 30 de Maio de 1974, "Rescaldo da extinta PIDE-D.G.S.", p. 5; *EF*, 3 de Junho de 1974, "Na Madeira a P.I.D.E.-D.G.S. agora desmascarada publicamente graças à Junta de Salvação Nacional", pp. 1 e 3; *JM*, 30 de Maio de 1974, "As portas da extinta PIDE/DGS foram ontem abertas aos órgãos de informação locais", pp. 1 e 7.

dos agentes Meira Trindade, Palhão Rodrigues, Castro, Fontinha, Pereira e funcionário Afonso[700].

Esta subdelegação agia sob a direcção de Anatólio Correia que, no seu gabinete, tinha quadros na parede com fotos de Marcello Caetano e Américo Tomás e, em cima da sua mesa, estava um volume do romance *A Morgadinha dos Canaviais* que servia de coldre a uma pistola de calibre 6,35, para defesa pessoal do referido inspector. No seu arquivo, existia uma lista de fichas dos próprios agentes da PIDE, bem como a descrição das respectivas despesas, com combustíveis e vencimentos[701].

As prisões efectuadas pela ex-polícia política, nos últimos anos próximos da "Revolução dos Cravos", apresentavam um decréscimo, de acordo com o livro de registo (iniciado em 1949): 1969, 120 prisões; 1970, 13; 1971, 3; 1972, 2; 1973, nenhum; 1974, 3[702].

Relativamente à tortura praticada, não foram encontradas celas prisionais ou câmaras subterrâneas, mas havia aparelhos de tortura, para reprimendas físicas (palmatória, bengala, cassetete de madeira e bomba de insuflar ar). Aquando da apresentação desses objectos, o capitão Rui Carita

[700] *DM*, 8 de Junho de 1974, "A P.I.D.E./D.G.S. visitada pelos órgãos de informação", E. Gimes, pp. 4-5; *DN*, 30 de Maio de 1974, "Do arquivo da D.G.S.", p. 1; *DN*, 30 de Maio de 1974, "Rescaldo da extinta PIDE-D.G.S.", p. 5; *EF*, 3 de Junho de 1974, "Na Madeira a P.I.D.E.-D.G.S. agora desmascarada publicamente graças à Junta de Salvação Nacional", pp. 1 e 3; *JM*, 30 de Maio de 1974, "As portas da extinta PIDE/DGS foram ontem abertas aos órgãos de informação locais", pp. 1 e 7.

[701] Figurava uma lista de despesas com gasolina, curiosamente com a data de 31 de Abril de 1974 (!), por parte de elementos da PIDE (inspector Anatólio, chefe de brigada Castro; Gregório Chícharo; Rui Afonso; José Figueira; A. Neves Dente), com gastos, nesse mês de Abril, de cerca de 700 litros de gasolina num total de 6.400$00, apesar da extinta polícia possuir apenas uma viatura. Na folha de vencimentos (salário, gratificação, subsídio de alimentação) dos 18 funcionários (agentes e pessoal de secretaria), exceptuando o inspector, registava-se em Abril de 1974, os seguintes valores: 91.755$00; ordenados: chefe de brigada, 7.570$00; agente de primeira, 6.130$00; agente de 2.ª, 5.365$00. *DM*, 8 de Junho de 1974, "A P.I.D.E./D.G.S. visitada pelos órgãos de informação", E. Gimes, pp. 4-5; *DN*, 30 de Maio de 1974, "Do arquivo da D.G.S.", p. 1; *DN*, 30 de Maio de 1974, "Rescaldo da extinta PIDE-D.G.S.", p. 5; *EF*, 3 de Junho de 1974, "Na Madeira a P.I.D.E.-D.G.S. agora desmascarada publicamente graças à Junta de Salvação Nacional", pp. 1 e 3; *JM*, 30 de Maio de 1974, "As portas da extinta PIDE/DGS foram ontem abertas aos órgãos de informação locais", pp. 1 e 7.

[702] *DM*, 8 de Junho de 1974, "A P.I.D.E./D.G.S. visitada pelos órgãos de informação", E. Gimes, pp. 4-5; *DN*, 30 de Maio de 1974, "Do arquivo da D.G.S.", p. 1; *DN*, 30 de Maio de 1974, "Rescaldo da extinta PIDE-D.G.S.", p. 5; *EF*, 3 de Junho de 1974, "Na Madeira a P.I.D.E.-D.G.S. agora desmascarada publicamente graças à Junta de Salvação Nacional", pp. 1 e 3; *JM*, 30 de Maio de 1974, "As portas da extinta PIDE/DGS foram ontem abertas aos órgãos de informação locais", pp. 1 e 7.

sublinhou que “duvid[ava] que as bengalas servissem para bater, mas não há[via] dúvida que estavam mexidas”[703].

Desta visita à sede da ex-PIDE/DGS, foram expressas diversas conclusões, repartindo-se entre as semelhanças do comportamento da organização na Madeira face ao Continente, a intensidade da sua acção e o enfoque das suas funções.

Para um dos orientadores da visita, o capitão Rui Carita, “foram 15 dias mal empregues a ver isto”, referindo que havia “uma ideia de certos indivíduos que diz[iam] ter estado presos no jardim desta casa […] mas o certo é que não encontrámos vestígios disso”. Acrescentou que o processo da revolta das águas da Ponta do Sol já tinha sido enviado para Lisboa para averiguação, bem como outros que ajudariam à organização dos processos dos agentes detidos[704].

Por seu turno, JAG considerava que, pelo número de prisões acima referido, “a actuação da delegação da PIDE/DGS foi limitada a partir de 69 e […] toda esta actividade de caça, era movida aos emigrantes clandestinos, a quem foram instaurados processos-crimes", tendo acrescentado:

> “Arrepiados pelos horrores propalados por quantos estiveram nas garras da PIDE/DGS, foi com satisfação que saímos daquela ex-misteriosa casa, por vermos que ali não existiam vestígios de horrores desse jaez […] embora em certos casos não seja descabido conjecturar que os males físicos também aconteceram. Não fosse isso, e não estariam lá os objectos que encontrámos”[705].

Para o *EF*, ficou a certeza de que, embora em escala reduzida, os métodos da extinta PIDE aplicados na Madeira eram “fielmente cumpridos à imagem e semelhança dos métodos aplicados na Rua António Maria Cardoso, em Lisboa”[706].

Segundo Emanuel Gimes, do *DM*, a delegação local “não se comparava em absolutamente nada às PIDES que conhecêramos, por variadas circunstâncias, tanto no seu interior, como até nos seus métodos”, embora

---

[703] *DM*, 8 de Junho de 1974, “A P.I.D.E./D.G.S. visitada pelos órgãos de informação”, E. Gimes, pp. 4-5; *DN*, 30 de Maio de 1974, “Do arquivo da D.G.S.”, p. 1; *DN*, 30 de Maio de 1974, “Rescaldo da extinta PIDE-D.G.S.”, p. 5; *EF*, 3 de Junho de 1974, “Na Madeira a P.I.D.E.-D.G.S. agora desmascarada publicamente graças à Junta de Salvação Nacional”, pp. 1 e 3; *JM*, 30 de Maio de 1974, “As portas da extinta PIDE/DGS foram ontem abertas aos órgãos de informação locais”, pp. 1 e 7.

[704] *JM*, 30 de Maio de 1974, “As portas da extinta PIDE/DGS foram ontem abertas aos órgãos de informação locais”, pp. 1 e 7.

[705] *JM*, 30 de Maio de 1974, “As portas da extinta PIDE/DGS foram ontem abertas aos órgãos de informação locais”, pp. 1 e 7.

[706] *EF*, 3 de Junho de 1974, “Na Madeira a P.I.D.E.-D.G.S. agora desmascarada publicamente graças à Junta de Salvação Nacional”, pp. 1 e 3.

estivesse “muito bem montada e estruturada”[707]. O articulista, que participou na referida visita, desabafou o seguinte:

> “Acabou a PIDE/DGS, encerrando-se muitos mistérios que se registaram à sua volta. Tudo estava perfeitamente controlado […] Serviço bem “montado” […] que durante anos amedrontou um povo, que fez prevalecer a sua força dominadora, torturando, magoando, matando e sabe-se lá que mais… Acabaram-se os “pesadelos”, finalizou-se o “poderio”[708].

A propósito desta abertura à comunicação social da sede da ex-PIDE na Madeira, o *CF* abordou, exaustivamente, o comportamento da polícia política, na época da ditadura, e a postura dos diferentes órgãos de informação local relativamente à mesma[709].

Segundo este periódico, os primeiros 30 anos de acção da PIDE madeirense foram tenebrosos, causando muitas vítimas entre os militantes políticos das ilhas, mas os seus últimos anos “se situavam no plano da anedota, comparando com o que se passava em Lisboa ou no Porto”, pois os agentes locais entretinham-se muitas vezes com ridículas bisbilhotices, “procurando, com instinto canino, farejar “subversão” por todo o lado” e, por isso, “muito pacato e inocente burguês [teria] também a sua “fichazinha” pidesca, lá porque não mostrasse aquele entusiasmo servil pelo fascismo que os “pides*”* julgavam necessário para passarem atestado de bom comportamento”[710].

Segundo o mesmo semanário, durante esta visita de 28 de Maio de 1974, *“*colheu-se a impressão de que a actividade pidesca nos últimos anos teria sido aparentemente descurada, talvez devido aos “afazeres” comerciais e turísticos do sub-inspector Mário Anatólio Correia”, indiciando essa desorganização e desactualização dos ficheiros – embora, alguns tivessem sido desparecidos – que os serviços locais não primavam pela “eficiência”[711].

Seguiu-se uma apreciação, da parte do *CF,* quanto ao papel da imprensa insular, perante a ex-PIDE/DGS.

Quanto ao *DM*, o *jornal cor-de-rosa* acusava este diário – que, embora, depois do “25 de Abril”, se mostrasse tão corajoso contra a PIDE – de ter sido

[707] *DM*, 8 de Junho de 1974, “A P.I.D.E./D.G.S. visitada pelos órgãos de informação”, E. Gimes, pp. 4-5.
[708] *DM*, 8 de Junho de 1974, “A P.I.D.E./D.G.S. visitada pelos órgãos de informação”, E. Gimes, pp. 4-5.
[709] *CF*, 30 de Maio de 1974, edição regional, “A imprensa local e a PIDE”, p. 4.
[710] *CF*, 30 de Maio de 1974, edição regional, “A imprensa local e a PIDE”, p. 4.
[711] *CF*, 30 de Maio de 1974, edição regional, “A imprensa local e a PIDE”, p. 4.

anteriormente bem visto por aquela polícia política, pois os seus director e redactor principal, respectivamente, António de Castro Jorge e Cesário Nunes, tinham um atestado de fidelidade da parte da PIDE, e recordava também que o mesmo periódico dedicava boas notas a Anatólio Correia e ao seu antecessor, António Lopes[712].

Por outro lado, no entendimento do *CF*, o *JM* estava na lista dos fiéis da PIDE, excepcionando-se dois elementos. No *DN*, uma conversa entre o seu director e três elementos da redacção (Helena Marques, Rui Camacho e António Jorge Pestana), que se manifestaram contra a guerra colonial, levou o director a transmitir tudo à PIDE, pelo que o terceiro elemento mencionado passasse a ser considerado suspeito pela polícia política[713].

Ao contrário destas situações, o *jornal cor-de-rosa* era atentamente seguido pela PIDE, desde a redacção até à sua situação financeira, sendo um dos polícias perseguidores o pianista Rui Afonso. Alguns dos seus redactores tinham ficha desde a adolescência[714].

Nos últimos tempos do regime, este periódico era a grande dor de cabeça da PIDE local, havendo mesmo uma cooperação entre esta e a censura, tendo um dos ex-censores, Damião Spínola, sido afastado, por suspeitas de benevolência de critérios com o *CF*. Também o mesmo censor teria sido denunciado à PIDE, pelo director do *Madeira Popular*, Amândio Rodrigues, por haver cortado artigos deste jornal[715].

Relativamente à conduta da PIDE, o *RNN,* em Agosto de 1974, divulgou uma caricatura do seguinte teor: "TORTURAS? Credo, que loucura!... Coitados dos Pides! Que calúnia, Santo Deus! Eram tão *anjinhos* que lhes mudei de nome. Passaram de anjos a *serafins*!"[716].

Resumindo, a "Revolução dos Cravos", que eclodiu em 25 de Abril de 1974, sob o comando do MFA, teve um grande impacto no arquipélago da Madeira, apesar de conhecer um lento desenvolvimento inicial.

Esta terra, logo após a "Revolução dos Capitães", acolheu dois grandes acontecimentos históricos, com enorme interligação, a estada dos ex-dirigentes

[712] *CF*, 30 de Maio de 1974, edição regional, "A imprensa local e a PIDE", p. 4.
[713] *CF*, 30 de Maio de 1974, edição regional, "A imprensa local e a PIDE", p. 4.
[714] *CF*, 30 de Maio de 1974, edição regional, "A imprensa local e a PIDE", p. 4.
[715] *CF*, 30 de Maio de 1974, edição regional, "A imprensa local e a PIDE", p. 4.
[716] *RNN*, 30 de Agosto de 1974, "Torturas? Credo, que loucura!...", p. 1.

da ditadura portuguesa, na qualidade de prisioneiros, e a comemoração livre do "1.º de Maio".

A vinda para a Madeira dos ex-líderes do "Estado Novo" deveu-se à necessidade de protegê-los, no período revolucionário, afastando-os do seu epicentro, o Continente Português, tendo a ilha oferecido as condições de normalidade e acalmia política para o efeito.

Os detidos no Palácio de São Lourenço, que mereceram um correcto tratamento, provocaram uma ebulição política local, que desembocou na enorme manifestação do "Dia do Trabalhador", em 1 de Maio de 1974. Por consequência, em 20 de Maio de 1974, Américo Tomás e Marcello Caetano tiveram de abandonar a Madeira, exilando-se no Brasil.

A comemoração do "1.º de Maio", nesse ano, na ilha, esteve intimamente associada à exigência dessa saída, expressa num célebre cartaz da manifestação: "Não somos caixote de lixo".

Este evento teve também outros objectivos, como apoiar a Revolução, o MFA e a JSN, defender a implantação da liberdade e da democracia, pugnar pela mudança socioeconómica, reclamar a autonomia da Madeira, exigir o fim da guerra colonial e a independência das colónias portuguesas, bem como o saneamento dos dirigentes do regime deposto.

Com uma enorme participação popular, num clima de civismo, a manifestação do "Dia do Trabalhador", organizada à volta do *CF*, marcou o início da Revolução na Madeira, sendo comummente aceite que, no arquipélago, o "25 de Abril" arrancou no "1.º de Maio" de 1974.

A partir deste acontecimento, registou-se a implementação dos ideais do "25 de Abril" e o intensificar das mudanças político-sociais na Madeira. Em suma, a prisão dos ex-governantes do "Estado Novo" e a acção do "1.º de Maio" de 1974 – *per si* e na sua correlação estreita – constituíram dois marcos assinaláveis na História do "25 de Abril", a nível nacional e, igualmente, regional.

Associado a esta nova página histórica, também, no solo madeirense, ocorreu a extinção dos instrumentos de opressão física e intelectual do regime autoritário, a censura e a polícia política, tendo sido uma oportunidade para conhecer e avaliar a sua intervenção repressiva no arquipélago, conquanto menor que no Continente.

3. Alterações no sector primário

3.1. Colonia

Com o "25 de Abril", o tema da colonia passou a fazer parte da agenda social e política dos madeirenses, sendo abertamente discutido pelos próprios interessados, os colonos, e também pela parte oponente, os senhorios, bem como por algumas personalidades da sociedade regional e nacional, associações cívicas, movimentos e partidos políticos.

A imprensa desempenhou um papel importante, dando espaço a esse candente debate, e paralelamente divulgava ela própria os cambiantes dessa realidade secular, com textos alusivos à sua história e caracterização, assim como reportagens e análises críticas[717]. Estávamos, então, numa situação de plena liberdade, diferente da que sucedia no anterior regime, um período de censura, em que, por exemplo, no *JM*, Paquete de Oliveira foi proibido de escrever sobre o regime de colonia, na medida em que a proprietária do matutino, a Diocese do Funchal, também era senhoria[718].

Como repositório documental e explicativo de toda esta temática da colonia, quer desta fase revolucionária, quer do subsequente processo de extinção legal deste regime, assim como porta-voz dos interesses dos colonos, teve um papel preponderante o periódico *O Caseiro*, órgão oficial da União dos Caseiros da Madeira, cuja actividade se iniciou em 28 de Março de 1976[719].

[717] *CF*, 19 de Setembro de 1974, edição regional, "O regime de colonia", p. 2; *EF*, 18 de Novembro de 1974, "Colonia", pp. 2 e 9.
[718] *DN*, 11 de Maio de 1974, "Em Carta Aberta aos Trabalhadores do "*Jornal da Madeira*" Esclarecimento e Denúncia", p. 3; *JM*, 11 de Maio de 1974, "Esclarecimento e Denúncia", p. 7.
[719] *O Caseiro*, 1976-1980.

3.1.1. “A terra a quem a trabalha”

A reivindicação suprema foi a extinção do sistema de colonia, expressa na célebre bandeira político-social: “A terra a quem a trabalha”.

Neste sentido, aconteceram diversas iniciativas, como a “jornada de inequívoca solidariedade”, na Camacha, em 19 de Maio de 1974, onde se clamou “Abaixo o senhorio” e “O fruto do trabalho para quem trabalha”[720].

Também, um grupo de trabalhadores rurais e agrícolas da paróquia do Carmo, freguesia de Câmara de Lobos, em 30 de Maio de 1974, exigiu a sua abolição e a “entrega aos caseiros da posse absoluta das terras”[721].

Igualmente, uma assembleia de populares no Arco de São Jorge, concelho de Santana, em 9 de Junho de 1974, definiu a colonia como o problema principal, um “regime feudal” que deveria ser extinto, protestando-se contra a injustiça de o senhorio dar apenas “metade dos tratos para a vinha”, recebendo em troca ¾ da produção e o agricultor somente ¼, e, por isso, foi exigido: “as terras sejam entregues a quem trabalha”[722].

De idêntico modo, na mesma data, a Comissão da Comunidade da Lombada, Jangão e Lugar de Baixo, freguesia da Ponta do Sol, reclamou a “entrega aos caseiros da posse absoluta das terras”[723].

De igual maneira, no mesmo mês de Junho de 1974, uma assembleia de populares no Jardim do Mar, concelho da Calheta – entendendo que era a hora da libertação do regime da colonia, situação de servilismo e terror – pediu a “extinção imediata do regime de colonia e a entrega das terras aos caseiros e a todos os que, indevidamente e por represália, delas foram espoliadas”[724].

---

[720] *CF*, 25 de Maio de 1974, edição regional, “Manifestação na Camacha”, p. 3; *DN*, 22 de Maio de 1974, “O Povo da Camacha pronunciou-se sobre os problemas mais prementes daquela vila”, p. 8; *JM*, 18 de Maio de 1974, “Notícias da Camacha – Jornada de esclarecimento para estimular a consciência política da população local”, p. 5.

[721] *DN*, 7 de Junho de 1974, “Trabalhadores rurais e agrícolas de Câmara de Lobos afirmam estar a agricultura madeirense votada a um abandono e esquecimento totais”, p. 3; *JM*, 7 de Junho de 1974, “Um grupo de trabalhadores rurais e agrícolas faz voz da sua situação”, p. 2; *RNN*, 10 de Junho de 1974, “Pontos de vista comuns”, p. 4.

[722] *CF*, 13 de Junho de 1974, edição regional, “Arco de S. Jorge”, p. 9; *DN*, 16 de Junho de 1974, “Assembleia popular no Arco de São Jorge”, p. 4.

[723] *CF*, 13 de Junho de 1974, edição regional, “Lombada, Jangão e Lugar de Baixo (Ponta do Sol)”, p. 9; *DN*, 13 de Junho de 1974, “O Povo da Lombada, Jangão e Lugar de Baixo (Ponta do Sol) tenta estudar e resolver os seus problemas”, p. 3.

[724] *JM*, 23 de Junho de 1974, “Pela Ilha – Em assembleia o povo do Jardim do Mar pôs a nu os seus problemas”, p. 2.

Entretanto, um grupo de colonos e outras pessoas da paróquia de São Tiago, freguesia do Estreito de Câmara de Lobos, em Junho de 1974, *e*xigiu a entrega incondicional dos terrenos aos seus "verdadeiros donos, os caseiros" e a anulação de um título de posse que era "um resto de escravatura"[725].

Semelhantes actos foram realizados noutras partes da Madeira. Foi o caso de uma assembleia de trabalhadores de S. Martinho, no Funchal, em 7 de Julho de 1974, que defendeu: "A terra deve ser para quem a trabalha, e não para o senhorio"[726].

Assim, também, residentes do Porto da Cruz manifestaram a sua adesão à extinção da colonia e pediram que os senhorios deixassem de ameaçar os caseiros com o despedimento das suas terras, por aderirem a movimentos favoráveis a esta pretensão[727].

No mesmo sentido, o "povo da paróquia da Ilha", pertencente à freguesia de São Jorge, concelho de Santana, em Julho de 1974, apontava a imediata extinção da colonia[728].

Outrossim, os caseiros do Curral das Freiras, em Novembro de 1974, decidiram defender "a terra para quem trabalha, sem mais pagamentos nem rendas"[729].

Esta movimentação contra a colonia estendeu-se aos colonos de S. Roque, Funchal, que advogaram que "a terra e a água [fossem] dadas a quem trabalha[va]", considerando que foram os caseiros a cultivar a terra, "enquanto o senhorio nada fez, ajudou ou pagou"[730].

Por sua vez, os caseiros do Palheiro Ferreiro, Funchal, em Dezembro de 1974, afirmaram a necessidade do fim da "exploração" da colonia[731].

---

[725] *DN*, 27 de Junho de 1974, "A população de São Tiago e o problema da "colonia"", p. 4; *JM*, 27 de Junho de 1974, "Pela Ilha – Problemas de colonia em Câmara de Lobos", p. 4.
[726] *DN*, 7 de Julho de 1974, "Assembleia Popular em S. Martinho", p. 11; *DN*, 10 de Julho de 1974, "Assembleia Popular em S. Martinho", p. 8; *DN*, 14 de Julho de 1974, "Assembleia Popular S. Martinho", p. 10.
[727] *DN*, 27 de Julho de 1974, "Porto da Cruz – Exposição ao Governo sobre colonia e vimes", p. 3; *JM*, 27 de Julho de 1974, "Problemas de colonia e produção de vimes no Porto da Cruz", p. 10
[728] *DN*, 3 de Agosto de 1974, "Paróquia da Ilha: reivindicações do povo", p. 8; *JM*, 3 de Agosto de 1974, "Caderno de reivindicações do povo da Paróquia da Ilha, São Jorge", p. 2.
[729] *DN*, 9 de Novembro de 1974, "Comunicados – Exposição dos caseiros do Curral das Freiras ao secretário de Estado da Agricultura", p. 6.
[730] *DN*, 15 de Novembro de 1974, "Comunicados – Dos caseiros de S. Roque", p. 5.
[731] *DN*, 29 de Novembro de 1974, "Assembleia popular de caseiros, no Palheiro Ferreiro", p. 7.

Este tipo de manifestações pelo fim do regime de colonia replicou-se, ao longo deste período, em muitas outras localidades do arquipélago, como Santana, Faial, S. Vicente, Funchal (S. António, Coração de Jesus, Boa Nova Santa Maria Maior) e Machico[732].

Abordando a necessidade da extinção da colonia, também, muitos cidadãos emitiram opinião, através da imprensa, como Luís Rodrigues que defendeu "a entrega imediata das terras, sem outro pagamento que não [fosse] o facto de as ter trabalhado durante tantas gerações, quase gratuitamente!"[733].

Igualmente, algumas figuras nacionais, em visita à Madeira, exprimiram-se a favor do fim deste regime agrícola, como Octávio Pato, dirigente do PCP[734], e Mário Soares, secretário-geral do PS, que apelidou-o de "regime feudal de propriedade", anunciando, em Novembro de 1975, que o ministro da Agricultura, o socialista Lopes Cardoso, estava a estudar o projecto legal da sua extinção[735].

Para além da disponibilização da comunicação social madeirense, para a publicação de informações sobre as origens e o desenvolvimento da colonia, a sua configuração socioeconómica e a sua estruturação insular, designadamente, com o veicular de reportagens, entrevistas, debates e comunicados, como fizeram, nomeadamente, o *CF*, o *DN*, o *JM*, o *EF* e a *EN*[736]*,*

---

[732] *CF*, 28 de Novembro de 1974, "Mesa redonda com os responsáveis do Centro de Informação Popular de Machico", p. 4; *DN*, 12 de Junho de 1974, "Muitas centenas de pessoas na manifestação em Santana", p. 3; *DN*, 22 de Junho de 1974, "Assembleia Popular no Faial", p. 6; *DN*, 21 de Agosto de 1974, "Assembleia popular no sítio da Igreja, Paróquia do Coração de Jesus", p. 5; *DN*, 7 de Setembro de 1974, "Reunião de colonos", p. 1; *DN*, 10 de Setembro de 1974, "A população de S. Vicente expôs às autoridades competentes as suas principais reivindicações", pp. 8-9; *DN*, 11 de Setembro de 1974, "Exposição às autoridades superiores do problema de caseiros do Bom Sucesso", p. 9; *DN*, 3 de Outubro de 1974, "Caseiros de Santo António informam", p. 8.

[733] *DN*, 19 de Junho de 1974, "A palavra do leitor – Cabe aos madeirenses a solução dos seus problemas", Arlindo Oliveira, p. 4; *DN*, 4 de Agosto de 1974, "Notícias da Ilha – A colonia na Camacha, o Valparaíso terra danada", Luís Rodrigues, p. 8; *DN*, 22 de Agosto de 1974, "Se pretendemos construir um Portugal novo impõe-se travar uma luta em três frentes" – depoimento a "*D.N.*" do técnico do Ministério da Economia, dr. João Abel de Freitas", pp. 1 e 3; *JM*, 21 de Fevereiro de 1975, "A colonia na Madeira", p. 3.

[734] *DN*, 14 de Dezembro de 1974, "Opõem-se à nossa acção dois tipos de forças", pp. 3 e 8.

[735] *DN*, 16 de Fevereiro de 1975, "Chegou ontem à Madeira o Dr. Mário Soares, secretário-geral do Partido Socialista que presidiu a comícios em Machico e Camacha", pp. 1 e 3; *DN*, 4 de Novembro de 1975, "Mário Soares e deputados socialistas encontraram-se com jornalistas madeirenses", pp. 3 e 6; *JM*, 16 de Fevereiro de 1975, "O Dr. Mário Soares chegou ontem à Madeira", pp. 1 e 5; *JM*, 4 de Novembro de 1975, "A caravana socialista deixou a Madeira – Conferência de imprensa", pp. 1, e 12.

[736] *CF*, 19 de Setembro de 1974, edição regional, "Então de quem é a terra?", pp. 2-3; *CF*, 19 de Setembro de 1974, edição regional, "O regime de colonia", p. 2; *DN*, 29 de Setembro de 1974, "Colonia, amordaçada terra do povo – As reivindicações populares", pp. 4 e 11; *DN*, 12 de Novembro de 1974, "Nova programação do Emissor Regional da *E.N.*", p. 2; *EF*, 18 de

houve órgãos de imprensa que tomaram partido neste processo de discussão da extinção da colonia.

Assim, o *CF* considerava que os colonos tinham razão de exigir "a terra a quem a trabalha", sem pagar qualquer indemnização aos senhorios, porquanto na Madeira "esta propriedade começou ilegítima" e, como tal, "todas as heranças e transações daí derivadas [eram] ilegítimas"[737].

Ao invés, a *VM*, entendia que o problema da colonia deveria ser solucionado com "serenidade e justiça social, sem demagogia", devendo olhar-se para os "dois co-proprietários", referindo, ainda, que havia "senhorios pobres e senhorios ricos", como também sucedia com os caseiros e acentuava a necessidade de uma solução "sem o assalto à propriedade privada e aos direitos legítimos dos seus possuidores"[738].

Neste processo de eliminação do regime da colonia, intervieram associações, movimentos e partidos políticos. O MDM contestou a colonia, por ser "uma autêntica escravidão da pessoa humana dos rurais, situação essa em tudo contrária aos princípios democráticos e à Declaração Universal dos Direitos do Homem"[739].

Assim, pronunciou-se, em 24 de Maio de 1974, pela extinção da colonia e pelos direitos dos agricultores madeirenses. Em concreto, pediu ao GP prioridade na promoção dos rurais madeirenses, designadamente no ensino, na cultura, na previdência e na saúde, bem como o direito a uma vida digna. O agrupamento defendia, então, que ao caseiro fosse "de imediato, concedido, paralelamente ao do senhorio, o direito de poder obrigar este à venda do terreno, quando o pretend[esse] adquirir", tendo "a possibilidade de solicitar ao Estado o empréstimo de que necessita[va]"[740].

Novembro de 1974, "Colonia", pp. 2 e 9; *JM*, 29 de Setembro de 1974, "Problemas de colonia", p. 2.

[737] *CF,* separata regional, 21 de Novembro de 1974, "Pela emancipação dos camponeses – A terra a quem a trabalha", p. 5.

[738] *VM*, 2 de Outubro de 1974, "Colonia…", p. 4.

[739] *DM*,25 de Maio de 1974, "Movimento Democrático da Madeira – Promoção dos rurais e o regime de colonia", p. 3; *DN*, 24 de Maio de 1974, "O MDM – a promoção dos rurais e o regímen de colonia", p. 3; *JM*, 24 de Maio de 1974, "M.D.M. e a promoção dos rurais e o regímen de colonia", p. 3; *RNN*, 30 de Maio de 1974, "Movimento Democrático da Madeira – A promoção dos rurais e o regímen de colonia," p. 6.

[740] *DM*,25 de Maio de 1974, "Movimento Democrático da Madeira – Promoção dos rurais e o regime de colonia", p. 3; *DN*, 24 de Maio de 1974, "O MDM – a promoção dos rurais e o regímen de colonia", p. 3; *JM*, 24 de Maio de 1974, "M.D.M. e a promoção dos rurais e o

O *CF* criticou esta posição do MDM, entendendo que, em vez de defender a extinção da colonia, com a entrega das terras aos caseiros, este movimento político encostava-se à legislação ainda em vigor do regime anterior, não concordando o semanário com esta "caridadezinha "democrática"", pois não percebia a concessão deste direito, paralelo ao direito do senhorio[741].

A UPM defendeu a "extinção imediata do regime de colonia – sem qualquer indemnização para os senhorios – e de todas as formas de exploração do trabalho do campesinato pelas classes parasitárias", com um novo regime justo de distribuição das terras libertas da colonia[742].

A FPDM advogou a abolição deste regime, por ser um "sistema de exploração do trabalhador rural", que impedia a valorização dos terrenos e a produção agrícola, devendo acontecer a "entrega aos caseiros da posse absoluta das terras"[743].

O CIPM entendeu que a colonia "relega[va] a Madeira para os escombros de uma história medieval e faz[ia] viver grande parte dos seus habitantes em condições infra-humanas"[744].

Os diferentes partidos com candidaturas às eleições da AC, apresentaram um fio de entendimento muito próximo, quanto ao futuro a dar à colonia. O PS defendeu a "extinção do regime de colonia"[745], definindo-o como um sistema de "escravatura", próprio da "idade média"[746].

Por sua vez, o PPD pronunciou-se por um "emparcelamento […] cooperativo", visando a "resolução do problema da colonia (cerca de 30% das explorações agrícolas"[747].

---

regímen de colonia", p. 3; *RNN*, 30 de Maio de 1974, "Movimento Democrático da Madeira – A promoção dos rurais e o regímen de colonia", p. 6.

[741] *CF*, 30 de Maio de 1974, edição regional, ""Democracia" no Ateneu", pp. 3-4.

[742] *CF*, 1 de Julho de 1974, edição regional, "Programa de acção imediata do UPM", pp. 6-7; *DN*, 2 de Julho de 1974, "UPM – programa de acção imediata", p. 2; *EF*, 1 de Julho de 1974, "A Madeira e a política", José Manuel Silva, pp. 7 e 12; *JM*, 30 de Junho de 1974, "UPM – União do Povo da Madeira, Programa de acção imediata", p. 2.

[743] *DN*, 1 de Agosto de 1974, "Frente Popular Democrática da Madeira, Comunicado – Sede", p. 7; *DN*, 27 de Outubro de 1974, "Assembleia da F.P.D.M. no Caniço", p. 8; *JM*, 1 de Agosto de 1974, "Comunicado da F.P.D.M. sobre a abolição do regime de colonia", p. 4.

[744] *DN*, 24 de Outubro de 1974, "Fim do regime de colonia – Centro de Informação Popular de Machico", p. 8.

[745] *JM*, 6 de Abril de 1975, "Campanha eleitoral – Partido Socialista Português – Autonomia do Arquipélago da Madeira (II)", pp. 9-10.

[746] *DN*, 20 de Outubro de 1974, "Partido Socialista – Comunicado", p. 10; *JM*, 20 de Outubro de 1974, "Vida política – Partido Socialista, Comunicado", p. 2.

[747] *JM*, 9 de Abril de 1975, "Campanha eleitoral – Partido Popular Democrático, Política do P.P.D. para a Madeira (II)", p. 5.

Também, o CDS pretendia "a correcção imediata da estrutura agrária da Madeira, propondo que se procur[asse] com urgência uma solução para os problemas da colonia"[748].

O MDP/CDE considerou a colonia uma "herança dum processo sócio-económico da Idade Média […] uma das injustiças mais gritantes do sistema fascista", configurando "um regime de colonia feudal, autêntica forma de escravidão do […] povo", pelo que este sistema "injusto" deveria acabar[749].

O PCP apoiava a acção dos caseiros pela abolição da colonia, no âmbito do capítulo do seu programa "Realizar a Reforma Agrária e entregando a terra a quem a trabalha"[750].

A FEC (M-L) defendeu a "abolição das rendas […] a expropriação sem indemnização dos grandes proprietários absentistas e entrega aos caseiros que as trabalha[va]m"[751].

Outras organizações políticas juntaram-se a esta pretensão de pôr fim à colonia, como o MAIA que apelou à extinção do aludido regime[752], tendo, também, o PMD clamado a abolição da colonia rural[753].

Com base no princípio comum de acabar a colonia – e em paralelo com as movimentações dos próprios caseiros – multiplicaram-se as acções das associações, movimentos e partidos políticos. O MDM realizou várias reuniões com agricultores, designadamente na Ponta do Sol, Faial e Calheta[754].

---

[748] *JM*, 6 de Abril de 1975, "Campanha eleitoral – Centro Democrático Social", p. 2.

[749] *JM*, 17 de Abril de 1975, "Campanha eleitoral – Movimento Democrático Português, Comunicado à população", p. 4; *JM*, 18 de Abril de 1975, "Campanha eleitoral – Movimento Democrático Português, A intervenção do candidato Arlindo Oliveira", pp. 2 e 4; *JM*, 22 de Abril de 1975, "Campanha eleitoral – Movimento Democrático Português", pp. 2 e 4.

[750] *DN*, 17 de Novembro de 1974, "Comunicados – Do Partido Comunista Português", p. 7.

[751] *JM*, 6 de Abril de 1975, "Campanha eleitoral – Frente Eleitoral de Comunistas", pp. 2 e 6.

[752] *DN*, 5 de Janeiro de 1975, "MAIA – Movimento de Autonomia das Ilhas Atlânticas", pp. 5 e 10; *JM*, 5 de Janeiro de 1975, "MAIA – Movimento de Autonomia das Ilhas Atlânticas", pp. 1, 3-4.

[753] *DN*, 31 de Janeiro de 1975, "Comunicados – Do Partido Mutualista Democrático", p. 7; *DN*, 2 de Fevereiro de 1975, "Comunicados – Do Partido Mutualista Democrático", p. 4; *JM*, 31 de Janeiro de 1975, "Partido Mutualista Democrático", p. 8.

[754] *DN*, 21 de Maio de 1974, "Movimento Democrático da Madeira", p. 3; *DN*, 25 de Maio de 1974, "Reunião dos agricultores da Ponta do Sol", p. 2; *DN*, 26 de Maio de 1974, "Reunião dos agricultores da Ponta do Sol", p. 3; *DN*, 27 de Maio de 1974, "Reunião de agricultores da Ponta do Sol – participação de cerca de mil pessoas", pp. 1 e 3; *DN*, 28 de Maio de 1974, "Agricultores da Ponta do Sol debateram problemas da lavoura em reunião promovida pelo Movimento Democrático da Madeira", pp. 1 e 3; *DN, 28* de Junho de 1974, "Movimento Democrático da Madeira – Reuniões no Faial e Calheta", p. 4; *DN, 29* de Junho de 1974, "Actividade do MDM – Reuniões no Faial e na Calheta", p. 4; *DN,* 4 de Julho de 1974, "Movimento Democrático da Madeira – Calheta", p. 3; *DN,* 6 de Julho de 1974, "Faial – Reunião de trabalhadores", p. 2; *JM*, 21 de Maio de 1974, "Movimento Democrático da Madeira", p. 10*; JM*, 25 de Maio de 1974, "Reunião dos agricultores da Ponta do Sol", p. 7;

Por seu turno, o PS promoveu um debate público, visando o "estudo profundo" deste problema[755].

A UPM fez comícios, como por exemplo no Funchal e em Machico, nos quais abordou a extinção da colonia[756].

Entretanto, a FPDM – para além de ter apelado à participação dos colonos na reunião com o secretário de Estado da Agricultura, em 23 de Outubro de 1974[757] – organizou assembleias de caseiros, no Funchal (Santo António, S. Martinho e Bom Sucesso), no Caniço e no Faial[758].

Tal, também, sucedeu com o PMD, em Câmara de Lobos e no Estreito de Câmara de Lobos[759], e o RUMA, nesta última freguesia[760].

Além de reuniões com caseiros, o CIPM elaborou um "estudo da colonia" e produziu um relatório, no qual advogou que o Ministério da Agricultura deveria "empenhar-se urgentemente em resolver esta situação degradante, tendo em conta o contributo de rendas e "metades" pagas há dez, vinte, quarenta, setenta e mais anos"[761], registando-se que "o C.I.P. contribuiu para a união dos caseiros"[762].

JM, 26 de Maio de 1974, "Reunião dos agricultores da Ponta do Sol", p. 2; *JM*, 28 de Junho de 1974, "Movimento Democrático da Madeira – Reuniões no Faial e Calheta", p. 2; *JM*, 4 de Julho de 1974, "Movimento Democrático da Madeira – Calheta", p. 11; *JM*, 5 de Julho de 1974, "Faial – Reunião de trabalhadores", p. 11.

[755] *DN*, 9 de Novembro de 1974, "Comunicados – Do Partido Socialista, Problema da colonia", p. 6.

[756] *DN*, 2 de Julho de 1974, "UPM – programa de acção imediata", p. 2; *DN*, 21 de Dezembro de 1974, "Comunicados – Comício do U.P.M.", p. 4.

[757] *DN*, 23 de Outubro de 1974, "Aos caseiros e trabalhadores do campo", p. 3.

[758] *DN*, 1 de Agosto de 1974, "Frente Popular Democrática da Madeira, Comunicado – Sede", p. 7; *DN*, 11 de Agosto de 1974, "Assembleias populares – Em Santo António", p. 1; *DN*, 24 de Agosto de 1974, "Assembleia popular em S. Martinho", p. 1; *DN*, 15 de Setembro de 1974, "Assembleia popular em S. Martinho", p. 9; *DN*, 27 de Outubro de 1974, "Assembleia da F.P.D.M. no Caniço", p. 8; *DN*, 1 de Novembro de 1974, "Aos caseiros do Faial", p. 4; *DN*, 12 de Novembro de 1974, "Assembleias, comícios, reuniões – Reunião para caseiros no Bom Sucesso", p. 2; *JM*, 1 de Agosto de 1974, "Comunicado da F.P.D.M. sobre a abolição do regime de colonia", p. 4; *JM*, 22 de Outubro de 1974, "Assembleia para caseiros", p. 3.

[759] *DN*, 31 de Janeiro de 1975, "Comunicados – Do Partido Mutualista Democrático", p. 7; *DN*, 2 de Fevereiro de 1975, "Comunicados – Do Partido Mutualista Democrático", p. 4; *DN*, 9 de Fevereiro de 1975, "Comunicados – Do PMD-Partido Mutualista Democrático", p. 7; *DN*, 14 de Fevereiro de 1975, "Comunicados – Do PMD-Partido Mutualista Democrático", p. 6; *DN*, 16 de Fevereiro de 1975, "Assembleias, comícios, reuniões – Reunião do P.M.D.", p. 7; *JM*, 31 de Janeiro de 1975, "Partido Mutualista Democrático", p. 8.

[760] *JM*, 23 de Novembro de 1974, "Reuniões de esclarecimento da Ruma", p. 5.

[761] *CF*, 28 de Novembro de 1974, "Mesa redonda com os responsáveis do Centro de Informação Popular de Machico", p. 4; *DN*, 24 de Outubro de 1974, "Fim do regime de colonia – Centro de Informação Popular de Machico", p. 8; *DN*, 1 de Novembro de 1974, "Comunicados – Do Centro de Informação Popular de Machico", p. 5.

[762] *CF*, 28 de Novembro de 1974, "Mesa redonda com os responsáveis do Centro de Informação Popular de Machico", p. 4.

3.1.2. O plenário e a manifestação dos caseiros da ilha

No conjunto dos debates sobre esta temática, destacou-se o plenário em que esteve o secretário de Estado da Agricultura do GP, Alfredo Gonzalez Esteves Belo, no dia 23 de Outubro de 1974, na CAgF, com agricultores e entidades ligadas à agricultura madeirense[763].

Nesta reunião "absolutamente democrática", com "centenas de caseiros e colonos", houve diversas intervenções, tendo assistido o governador civil, Fernando Rebelo e os directores dos serviços da Pecuária, Agricultura e Florestais[764].

Neste encontro, Esteves Belo informou que o Governo Nacional tinha aprovado a legislação que ponha fim ao regime de colonia – encontrando-se em fase de livre discussão – havendo duas opções: o caseiro passaria a rendeiro, pagando ao senhorio uma determinada quantia, ou remia a terra, ficando com a sua propriedade total, através de um pagamento fixado por uma comissão (um juiz, representantes da Secretaria de Estado da Agricultura, dos colonos e dos senhorios), disponibilizando o Estado um empréstimo financeiro aos colonos que o quisessem[765].

Deveras marcante deste período, foi a manifestação dos caseiros de vários lugares da ilha da Madeira, nas ruas do Funchal, culminando num comício no Jardim Municipal, no dia 17 de Novembro de 1974. Juntaram-se para

[763] *DN*, 20 de Outubro de 1974, "O Secretário de Estado da Agricultura visita a Madeira e recebe agricultores", p. 1; *DN*, 22 de Outubro de 1974, "Cooperativa Agrícola do Funchal – União de Cooperativas Agrícolas de Lacticínios e de Produtores de Leite da Madeira", p. 2; *DN*, 23 de Outubro de 1974, "Aos caseiros e trabalhadores do campo", p. 3; *DN*, 23 de Outubro de 1974, "Cooperativa Agrícola do Funchal – União de Cooperativas Agrícolas de Lacticínios e de Produtores de Leite da Madeira", p. 6; *DN*, 23 de Outubro de 1974, "O Secretário de Estado da Agricultura é esperado hoje na Madeira", p. 1; *JM*, 20 de Outubro de 1974, "Governo do Distrito Autónomo do Funchal – Nota informativa aos agricultores e entidades ligadas ao sector agrícola da Madeira", p. 3; *JM*, 22 de Outubro de 1974, "A visita à Madeira do Secretário de Estado da Agricultura", p. 1.

[764] *DN*, 24 de Outubro de 1974, "Fim do regime de colonia anunciado pelo Secretário de Estado da Agricultura", pp. 1 e 8; *JM*, 24 de Outubro de 1974, "O Secretário de Estado da Agricultura reuniu com os agricultores e falou da abolição do sistema de colonia", pp. 1 e 3.

[765] *DN*, 24 de Outubro de 1974, "Fim do regime de colonia anunciado pelo Secretário de Estado da Agricultura", pp. 1 e 8; *JM*, 24 de Outubro de 1974, "O Secretário de Estado da Agricultura reuniu com os agricultores e falou da abolição do sistema de colonia", pp. 1 e 3.

"protestar contra os senhorios e exigirem a terra e a água para quem trabalha[va]"[766].

A apoiar esta iniciativa, estiveram as comissões locais de caseiros, a FPDM, o PCP, a UPM, o CIPM e o Sindicato dos Operários de Obra de Vimes do Distrito do Funchal[767].

À manifestação "assistiram algumas centenas de pessoas, caseiros, senhorios, trabalhadores rurais, militantes dalguns partidos e dalgumas associações cívicas, e público em geral", tendo as FA montado um "sistema eficaz, discreto e meramente preventivo"[768], contabilizando o *CF* a participação de cerca de 5000 manifestantes[769].

Surgiram diversos cartazes, como "A terra a trabalha", "O povo trabalhava, os senhorios comiam", "Abaixo a exploração dos senhorios", "Viva a reforma agrária / abaixo o regime de colonia" e, também, as pessoas gritaram "Rebelo desanda, o povo é quem manda" e "O governador é inimigo do povo, fora com ele".

Durante o comício, discursaram colonos das diferentes freguesias da Madeira (Machico, Camacha, S. Martinho, Jardim do Mar e Caniço), tendo sido aprovado, por aclamação, um telegrama para o secretário de Estado da Agricultura, com o seguinte texto: "Milhares de caseiros reunidos no Funchal exigem a entrega imediata da terra e água a quem trabalha"[770].

Num balanço desta acção dos colonos madeirenses, o *CF* interpretou-a como uma "importante vitória para os camponeses"[771], tendo a UPM integrado a mesma manifestação no "despertar do campo" na luta contra o regime de colonia, estando os caseiros a tentar libertar-se da "escravidão"[772].

---

[766] *DN*, 7 de Novembro de 1974, "Assembleias, comícios, reuniões – Comício de caseiros", p. 6; *DN*, 12 de Novembro de 1974, "Assembleias, comícios, reuniões – Manifestação dos caseiros de toda a Ilha", p. 2; *JM*, 12 de Novembro de 1974, "Comunicados – Manifestação dos caseiros de toda a ilha", p. 2.

[767] *DN*, 15 de Novembro de 1974, "Assembleias, comícios, reuniões – Sindicato dos Operários de Obra de Vimes do Distrito do Funchal", p. 6; *DN*, 16 de Novembro de 1974, "Comunicados – O U.P.M. apoia os caseiros", p. 5.

[768] *JM*, 19 de Novembro de 1974, "Caseiros em busca duma vida melhor", p. 1.

[769] *CF,* separata regional, 21 de Novembro de 1974, "Camponeses pobres exigem a terra para quem a trabalha", p. 7.

[770] *DN*, 19 de Novembro de 1974, "Manifestação-comício dos caseiros da Madeira", pp. 1 e 3.

[771] *CF,* separata regional, 21 de Novembro de 1974, "Camponeses pobres exigem a terra para quem a trabalha", p. 7.

[772] *CF*, 16 de Janeiro de 1975, separata regional, "Madeira-74 – A luta de classes agudiza-se", p. 5; *DN*, 16 de Novembro de 1974, "Comunicados – O U.P.M. apoia os caseiros", p. 5.

3.1.3. As acções governamentais, as iniciativas legislativas e as reacções

Por força do novo contexto político, por pressão dos caseiros e das organizações cívicas e partidárias que os apoiavam, as entidades oficiais regionais e nacionais viram-se obrigadas a assumir posições públicas sobre esta matéria social e a tomar decisões, nomeadamente no capítulo regulamentar e legislativo.

O Conselho de Ministros do Governo da República, em 17 de Junho de 1974, aprovou um despacho constituindo uma comissão tendo em vista a "urgente necessidade de liquidação do regime de colonia existente na ilha da Madeira", sendo formada por representantes dos Ministérios da Coordenação Económica e da Administração Interna [773].

A *VM*, na sua edição de 10 de Julho de 1974, saudou esta deliberação governamental, como uma "agradável notícia", dedicando um "bem haja" ao Governo por encarar de frente o problema da colonia[774].

No entanto, este periódico apontou alguns "óbices e condicionalismos" à sua resolução, dos quais destacamos a variedade de tipos e situações de colonia, a necessidade de "estudo individual de cada caso", o envolvimento de créditos e financiamentos, a "avaliação justa, com arbitragem e recurso judicial" na resolução dos casos e o problema "difícil de execução delicada e relativamente lenta para ser equilibrada e justa"[775].

Entretanto, foi promulgado, em 23 de Outubro de 1974, pelo PR, Costa Gomes – e publicado no DR de 5 de Novembro de 1974 – o D.L. n.º 580/74, que estipulou que "não poder[iam] ser interpostas acções com vista à resolução do contrato de colonia e fica[va]m suspensas todas as acções em curso sobre esta matéria"[776].

---

[773] *DN*, 7 de Julho de 1974, "Comunicados do Encarregado do Governo do Distrito – Regime de colonia", p. 1; *EF*, 8 de Julho de 1974, "Comunicado do Encarregado do Governo do Distrito – Regime de colonia", p. 3; *JM*, 7 de Julho de 1974, "Dois comunicados do Governo do Distrito Autónomo do Funchal – Comissão para estudar o regime de colonia", p. 1.

[774] *VM*, 10 de Julho de 1974, "Síntese – Colonia", p. 4.

[775] *VM*, 10 de Julho de 1974, "Síntese – Colonia", p. 4.

[776] *DN*, 24 de Outubro de 1974, "Suspensas as acções de despejo baseadas no contrato de colonia", p. 1; *DN*, 9 de Novembro de 1974, "Nota informativa do Governo do Distrito", p. 1.

Foi relevante esta decisão de suspender as acções de despejo dos colonos, tendo em conta que, nessa altura, havia vários processos judiciais pretendendo o despejo de colonos, da autoria de diversos senhorios, entre os quais a Diocese funchalense[777].

De imediato, foi divulgado, pelo Governo do Distrito, o "articulado do decreto para a nova regulamentação do contrato de colonia", estabelecendo, entre outras regras, a "total extinção do regime de colonia, outorgando-se ao colono o direito de remir a colonia", a definição do preço da remissão caberia a uma comissão arbitral, a concessão de empréstimos financeiros do Estado ao colono para tal pagamento, o reconhecimento ao colono do direito de alterar, melhorar e modificar as benfeitorias urbanas, e se o senhorio não o autorizasse, a comissão arbitral poderia fazê-lo, fixando-se as despesas da cultivação e também a repartição dos produtos da terra de uma parte para o senhorio e duas para o colono, ficando, ainda, suspensas todas as acções de despejo para resolução do contrato de colonia e obtenção de despejo, conforme sugestão do governador do Distrito[778].

O aludido secretário de Estado apelou à participação dos caseiros, no sentido de opinarem se o diploma, "satisf[azia] ou não os seus desejos", porque eram "livres" e não podiam "recear a ameaça da prisão e da tortura", acrescentando: "a ditadura acabou"[779].

Neste sentido, o PS convocou os colonos da Madeira para se organizarem em comissões de freguesia, tendo em vista discutirem o projecto de decreto sobre a colonia, que estaria em discussão, em Maio de 1975, apresentando sugestões de alteração do diploma[780].

---

[777] *DN*, 4 de Junho de 1974, "Tribunal Judicial do Funchal, 2.º Juízo, 2.ª Secção – Anúncio para citação", p. 7; *JM*, 9 de Maio de 1974, "Tribunal Judicial do Funchal, 2.º Juízo, 2.ª Secção – Anúncio para citação", p. 8; *JM*, 9 de Maio de 1974, "Tribunal Judicial do Funchal, 2.º Juízo, 2.ª Secção – Anúncio para citação", p. 11; *JM*, 2 de Julho de 1974, "Tribunal Judicial do Funchal, 2.º Juízo, 2.ª Secção – Anúncio para citação", p. 9.

[778] *DN*, 23 de Outubro de 1974, "Governo do Distrito Autónomo do Funchal – Nota informativa sobre colonia", p. 3; *JM*, 23 de Outubro de 1974, "Colonia: nota informativa do Governo do Distrito Autónomo do Funchal", p. 3.

[779] *DN*, 24 de Outubro de 1974, "Fim do regime de colonia anunciado pelo Secretário de Estado da Agricultura", pp. 1 e 8*; JM*, 24 de Outubro de 1974, "O Secretário de Estado da Agricultura reuniu com os agricultores e falou da abolição do sistema de colonia", pp. 1 e 3.

[780] *DN*, 4 de Maio de 1975, "Posição regional do P.S. sobre os incidentes em Lisboa – Sobre a colonia", p. 3.

Assim, correspondendo a estes apelos, surgiram diversas posições sobre a mencionada proposta de D.L., da parte de caseiros, senhorios e organizações políticas.

Um grupo de advogados madeirenses apresentou algumas ideias, como o reconhecimento do direito do colono em adquirir todo ou parte do prédio onde possuía benfeitorias urbanas ou rústicas, a possibilidade da denúncia do contrato de colonia, por uma das partes, com aviso antecipado, a adjudicação dos terrenos e das benfeitorias a uma das partes que ficaria dependente do respectivo pagamento pelo valor real e não havendo acordo, tal preço seria fixado por uma comissão arbitral, proporcionando o Estado o apoio financeiro a qualquer uma das partes que dele necessitasse[781].

Os colonos do Caniço, do Faial, da Camacha, S. Gonçalo e S. Tiago (Jardim da Serra) rejeitaram o projecto de lei do Governo sobre esta questão, dado que o mesmo não alterava a situação a que estavam sujeitos, e exigiram o "direito de posse da terra", através de uma lei em que a terra "pura e simplesmente" pertencesse aos colonos[782].

Com o mesmo sentido, a UPM considerou que o projecto de lei em discussão, naquela altura, era "manifestamente injusto, pois visa[va] manter a situação de exploração, se bem que um pouco atenuada [era] preciso salvar as aparências!. Pretend[ia]-se que o caseiro indemniz[asse] o senhorio se fica[sse] de posse da terra", não aceitando a UPM este princípio[783].

No quadro desta contestação ao referido diploma, mereceu significativo realce a já mencionada manifestação dos caseiros da Madeira, em 17 de Novembro de 1974, na qual, foi reclamada uma melhor distribuição da produção – três partes para o colono e uma para o proprietário da terra – e, até mesmo, a entrega dos terrenos àquele, sem qualquer encargo financeiro.

---

[781] *DN*, 15 de Janeiro de 1975, "O regime colonia na Madeira – Estudo apresentado por um grupo de advogados", pp. 3 e 6.

[782] *DN*, 31 de Outubro de 1974, "Comunicados – Da Comissão de Colonia da Camacha e S. Gonçalo", p. 10; *DN*, 5 de Novembro de 1974, "Comunicados – Da F.P.D.M., Assembleia no Caniço", p. 6; *DN*, 16 de Novembro de 1974, "Comunicados – Dos caseiros da freguesia do Faial", p. 5; *DN*, 19 de Novembro de 1974, "Comunicados – Dos colonos da Paróquia de São Tiago", p. 12; *JM*, 19 de Novembro de 1974, "Vida política – Colonos da Paróquia de São Tiago dirigem exposição ao Primeiro Ministro", p. 12.

[783] *DN*, 16 de Novembro de 1974, "Comunicados – O U.P.M. apoia os caseiros", p. 5.

Pelo contrário, aos senhorios locais, não lhes agradavam estas últimas soluções, podendo a opinião de Carlos Bettencourt – intitulando-se "senhorio da ilha da Madeira" – sintetizar o pensamento deste sector agrícola[784].

Acusando os caseiros de estarem a ser instigados, com base no argumento de que o caseiro era "escravizado pelo senhorio", declarava que "entregar aos caseiros […] terras [seria] como no-las roubassem", sendo tal atitude uma "espécie de ditadura" não consentânea com o ideal do MFA e do "25 de Abril". Concordava com os princípios do projecto legislativo (o caseiro compraria a terra ao senhorio ou este as benfeitorias daquele), questionando: "De que iria viver um senhorio que apenas conta[va] com o rendimento das suas propriedades?"[785].

Face a esta pressão social, as autoridades locais lidavam com o peso e a agitação deste problema regional, efectuando intervenções, quer a nível da comunicação social, quer em contactos com o Governo Nacional, de modo a que fosse extinto o regime de colonia, havendo reflexos políticos nas instituições insulares.

A par das diligências realizadas e já referidas, junto da administração de Lisboa, por Fernando Rebelo, governador civil, também Carlos de Azeredo, presidente da JPM, interviera neste processo.

Por exemplo, em entrevista ao jornal *República*, em 8 de Abril de 1975, este militar enunciava a colonia como um dos problemas que mais prejudicava a Madeira[786]. Dias depois, em conferência de imprensa da JPM, foi a anunciada a deslocação à Madeira de uma equipa para ultimar a saída do decreto da extinção da colonia[787].

---

[784] *DN*, 22 de Novembro de 1974, "A palavra do leitor – O problema da colonia por parte dos senhorios", Carlos Bettencourt, p. 3.

[785] *DN*, 22 de Novembro de 1974, "A palavra do leitor – O problema da colonia por parte dos senhorios", Carlos Bettencourt, p. 3.

[786] *DN*, 9 de Abril de 1975, "A autonomia administrativa da Madeira possibilita a solução de muitos problemas regionais – declarou o Governador do Funchal ao jornal "*República*"", p. 8; *JM*, 9 de Abril de 1975, "A autonomia administrativa da Madeira possibilita a solução de muitos problemas regionais – declarou à "*República*" o governador do Funchal, brigadeiro Carlos Azeredo", pp. 1 e 12.

[787] *DN*, 1 de Maio de 1975, "Aspectos da situação sócio-económica da Madeira abordados pela Junta de Planeamento numa reunião com os jornalistas", pp. 1-2; *JM*, 1 de Maio de 1975, "Ontem conferência de imprensa da J.P.M.", pp. 1, 6-7; *JM*, 3 de Maio de 1975, "A conferência de imprensa da Junta de Planeamento da Madeira", pp. 6-7; *JM*, 4 de Maio de 1975, "O problema das indústrias e dos vimes abordado pela Junta de Planeamento da Madeira na sua conferência de imprensa (3)", pp. 6-7; *JM*, 8 de Maio de 1975, "O turismo em discussão na conferência de imprensa da Junta de Planeamento da Madeira (4)", pp. 6-7 e 10.

Mas a verdade é que esta questão da colonia permanecia sem uma resolução legal definitiva, por parte das entidades nacionais, tendo sido um dos principais factores para a demissão da JPM, em 9 de Agosto de 1975, conforme sublinharam o PS-Madeira e Faria Leal, num balanço da actividade da JPM[788].

Mais tarde, em Outubro de 1975, na abordagem da criação da futura JGM ou JR – substituta da JPM – Carlos de Azeredo acentuou que a resolução da colonia era uma urgência[789].

3.1.4. Conflitos senhorios-caseiros

Enquanto não existia um desfecho legal para a problemática da colonia, registava-se uma ebulição sociopolítica, fruto do novo ambiente resultante do "25 de Abril" e do desejo de extinção do regime agrícola ainda em vigor.

Assim, em Outubro de 1975, na Vila de Machico, João Juvenal Moreira Frade (filho do caseiro Manuel Moreira Frade), residente ao sítio do Poço do Gil, Machico, foi agredido pelo senhorio Francisco Paulo Rodrigues Gouveia, na loja de ferragens deste, no centro da Vila, tendo agarrado o pescoço do colono e ameaçado que deitaria a sua "barraca abaixo"[790].

O móbil da discussão, na óptica do caseiro foi a recusa, por quatro vezes, do senhorio em autorizar a construção duma "casinha" no seu terreno. Surgiu uma outra versão, em defesa do senhorio, alegando que a casa já construída, há mais de dois meses, era "clandestina" e o indivíduo em causa não era caseiro, mas sim o pai, tendo sido o filho que foi à loja do senhorio e começou

[788] *DN*, 8 de Agosto de 1975, "Comunicados – Do Partido Socialista", p. 6; *DN*, 10 de Agosto de 1975, "Membros da Junta de Planeamento da Madeira expõem ao Governo e à população razões da sua demissão", pp. 1 e 10; *DN*, 2 de Outubro de 1975, "O panorama económico continua a agravar-se e não bastam verbas especiais para a sua resolução – declarou a *DN* o major Faria Leal, sobre a situação da Madeira", pp. 1 e 3; *JM*, 10 de Agosto de 1975, "Exposição da Junta de Planeamento da Madeira onde justifica o seu pedido de demissão", pp. 1 e 5.

[789] *JM*, 26 de Outubro de 1975, "A formação da Junta só por si nada resolve. Sem o concurso e a adesão da população e a necessária ajuda do governo, nada de válido será feito" - afirmou o brigadeiro Carlos de Azeredo a "*Jornal da Madeira*"", pp. 1-2.

[790] *JM*, 16 de Outubro de 1975, "Senhorio agrediu caseiro", p. 4; *JM*, 17 de Outubro de 1975, "Ocorrências – Agressão tem nova versão", p. 5.

a agressão, situação que levou à apresentação de queixa na PSP, por ambas as partes[791].

Por outro lado, a Comissão de Assuntos Rurais de Machico (formada no período em que Martins Júnior foi presidente da CA da CMM) denunciou o caso de um caseiro, Francisco de Góis Pinto, do Poço do Gil, Machico, que "foi chamado a tribunal pelo senhorio, "por fazer um quartinho junto à sua casa de palha a fim de poder abrigar decentemente a sua família"" (constituída por nove filhos)[792].

Declarou a mesma comissão municipal, numa interpretação política, que nunca acontecera isto, quando a edilidade machiquense era presidida por Martins Júnior e durante o exercício de outros governos nacionais, mas que, fora a partir do VI Governo e da acção de Carlos de Azeredo contra as comissões de trabalho da CMM, que "os senhorios levantar[a]m cabeça"[793].

Ainda, no concelho de Machico, a mesma Comissão de Assuntos Rurais da CMM manifestou o seu "pesar" e também "revolta" pelo rebentamento de uma bomba de dinamite, na porta de uma moradia na Fajã das Vacas, Santo António da Serra, concelho de Machico, pertencente a José de Gouveia e Carolina Moniz, na noite de 31 de Outubro de 1975. Segundo aquela comissão, a autoria do acto teria pertencido àqueles que "não queriam ver o povo trabalhador, neste caso os colonos ou caseiros, a marcar a sua presença na Câmara, isto é, no poder"[794].

3.1.5. Propostas dos caseiros para a abolição da colonia

Durante este período – além de revolucionário e de indefinição legal, quanto à extinção da colonia – surgiu uma diversidade de propostas para a sua

[791] *JM*, 16 de Outubro de 1975, "Senhorio agrediu caseiro", p. 4; *JM*, 17 de Outubro de 1975, "Ocorrências – Agressão tem nova versão", p. 5.
[792] *DN*, 26 de Novembro de 1975, "Problema de colonia", p. 6.
[793] *DN*, 26 de Novembro de 1975, "Problema de colonia", p. 6.
[794] *DN*, 3 de Novembro de 1975, "No Santo da Serra – Carga de dinamite causa prejuízos numa casa de residência", p. 3; *DN*, 4 de Novembro de 1975, "Comunicado da Comissão de Assuntos Rurais da Câmara Municipal de Machico", p. 8.

resolução, nomeadamente, de carácter prático, quer relativamente à forma de distribuição dos rendimentos da terra, quer em relação à posse da propriedade.

Essas propostas, provindas sobretudo dos caseiros, traçariam o rumo a seguir, até haver uma determinação jurídica clara sobre o assunto, e, em grande parte, acabaram por se impôr como situações de facto, no futuro de muitos agricultores.

Contrariando a ideia do projecto governamental de D.L. de Outubro de 1974 – segundo a qual as despesas do cultivo agrícola e a repartição dos produtos da terra deveriam seguir o modelo de duas partes para o caseiro e uma para o senhorio[795] – um grupo de caseiros de Ponta Delgada, concelho de S. Vicente, decidiu mudar as regras de divisão, passando a ser três por um, de maneira que caberiam três barris para o caseiro e um para o senhorio, devendo o senhorio vir buscar as uvas e o vinho ao terreno, cessando a prática de ir levá-los, pois deixaram de ser "escravos dos senhorios"[796].

De igual modo, 41 caseiros de Santana comunicaram à JPM que, relativamente à repartição das uvas com o senhorio, tomaram a decisão de que a mesma passaria a ser feita em cima da terra, em três por um, ou seja, três partes para o caseiro e uma para o senhorio, e caso este não aceitasse as condições definidas, toda a produção ficaria para o caseiro[797].

Nesta mesma linha, uma assembleia em Santo António foi favorável à distribuição dos lucros na colonia, em três partes para o caseiro e uma para o senhorio, depois de feitas as contas das despesas do caseiro na manutenção dos terrenos[798].

Por sua vez, os caseiros do Faial decidiram, em 1975, entregar ao senhorio apenas um terço da produção, ao contrário da metade pretendida por este, tendo tal resolução sido assinalada como "uma vitória sobre o medo […] e um passo em frente na sua luta pela conquista da terra em que trabalha[va]m há tantos anos"[799].

---

[795] *DN*, 23 de Outubro de 1974, "Governo do Distrito Autónomo do Funchal – Nota informativa sobre colonia", p. 3; *JM*, 23 de Outubro de 1974, "Colonia: nota informativa do Governo do Distrito Autónomo do Funchal", p. 3.

[796] *DN*, 14 de Agosto de 1975, "Colonos de Ponta Delgada querem outra forma de "partir" o vinho", p. 1.

[797] *DN*, 16 de Setembro de 1975, "Os colonos da freguesia de Santana e a produção de uvas", p. 5; *JM*, 16 de Setembro de 1975, "Comunicados", p. 2.

[798] *DN*, 13 de Agosto de 1974, "Assembleia popular em Santo António", p. 10.

[799] *DM*, 20 de Setembro de 1975, "Camponeses do Faial em luta contra os senhorios", p. 4.

Se os colonos referidos admitiam dividir a produção em duas ou três partes por uma, havendo ainda quem, como os caseiros da paróquia de São Tiago, freguesia do Estreito de Câmara de Lobos, decidissem "não partir a colheita com o senhorio a não ser o lucro após a despesa coberta"[800], muitos outros resolveram mesmo não repartir mais nada com os senhorios, como sucedeu com os da Camacha[801].

No mesmo sentido, se posicionaram os caseiros de S. Martinho, concelho do Funchal, decretando que não entregariam mais a metade da produção ao senhorio, por entenderem tal uma "exploração do trabalho e enquanto não fo[sse] publicada legislação" que acabasse o contrato de colonia em vigor[802].

Assim, concordaram os caseiros de S. António em "não entregar mais nada ao senhorio, sem que a "lei" em vigor [fosse] pelo Governo modificada", considerando que "a terra ao longo dos anos de exploração, feita pelos senhorios, já [fora] sobejamente paga pelos caseiros"[803].

De igual forma, 60 colonos do senhorio Júlio Paulo da Cunha Santos, da Nazaré, Funchal, resolveram que, a partir daquela data, "não entregariam mais nada ao senhorio"[804].

Na mesma perspectiva, um grupo de caseiros da Camacha, Santo da Serra, Caniço e Valparaíso decidiu não dividir os vimes, nem pagar as águas, considerando-as pertencentes à população[805]. Outrossim, uma assembleia popular da paróquia do Coração de Jesus deliberou "não partir nada com o senhorio, isto é, vinho, banana, hortaliças e outras frutas, justificando esta atitude, devido ao facto de há muito tempo o senhorio explorá-los"[806].

---

[800] *DN*, 27 de Junho de 1974, "A população de São Tiago e o problema da "colonia"", p. 4; *JM*, 27 de Junho de 1974, "Pela Ilha – Problemas de colonia em Câmara de Lobos", p. 4.

[801] *DN*, 29 de Setembro de 1974, "Colonia, amordaçada terra do povo – As reivindicações populares", pp. 4 e 11; *JM*, 29 de Setembro de 1974, "Problemas de colonia", p. 2.

[802] *DN*, 7 de Julho de 1974, "Assembleia Popular em S. Martinho", p. 11; *DN*, 10 de Julho de 1974, "Assembleia Popular em S. Martinho", p. 8; *DN*, 14 de Julho de 1974, "Assembleia Popular S. Martinho", p. 10; *DN*, 19 de Setembro de 1974, "Caseiros de S. Martinho tomam posição", p. 8.

[803] *DN*, 3 de Outubro de 1974, "Caseiros de Santo António informam", p. 8.

[804] *CF*, separata regional,12 de Dezembro de 1974, "Comunicado dos caseiros de Júlio Paulo da Cunha Santos – Nazaré", p. 7; *EF*, 16 de Dezembro de 1974, "Comunicado dos caseiros de Júlio Paulo da Cunha Santos – Nazaré", p. 3.

[805] *DN*, 28 de Janeiro de 1975, "Comunicados – De um grupo de caseiros da Camacha", p. 2.

[806] *DN*, 21 de Agosto de 1974, "Assembleia popular no sítio da Igreja, Paróquia do Coração de Jesus", p. 5.

Pela mesma orientação, os caseiros dos sítios do Faial, Bom Sucesso e Lombo da Boa Vista, freguesia de Santa Maria Maior, concelho do Funchal, decidiram que, a partir de Setembro de 1974, "deixa[vam] de entregar metade dos produtos ao senhorio, por considerarem esta apropriação um roubo legal"[807].

Quanto à compra da propriedade pelo caseiro, prevista pelo projecto de D.L. de Outubro de 1974[808], os representantes de grupos de trabalho de todas as paróquias do concelho de S. Vicente apontaram a "entrega imediata das terras aos colonos, mediante indemnização (efectuada com base na matriz) dos senhorios por parte daqueles", devendo o Estado conceder, para o efeito, um empréstimo no valor total da indemnização[809].

Mas muitos outros mostraram-se contrários, como a Comissão de Colonia da Camacha e S. Gonçalo, defendendo a "entrega imediata e sem qualquer indemnização das terras e das águas também em seu tempo roubadas ao povo", por considerarem que as mesmas "já foram pagas aos senhorios através dum trabalho sacrificado de sucessivas gerações"[810].

Igualmente, os caseiros da paróquia de São Tiago entenderam que era justa a entrega incondicional dos terrenos aos seus "verdadeiros donos, os caseiros", tendo em conta que os senhorios já tinham recebido receitas dos caseiros, ao longo dos tempos[811], advogando, então, o "direito de posse da terra", devendo esta "pura e simplesmente" ser-lhes entregue[812].

Por seu turno, os colonos do senhorio Júlio Paulo da Cunha Santos, da Nazaré, Funchal, pronunciaram-se pela justeza da "terra e água para quem trabalha[va]"", denunciando, ainda, que havia caseiros a viver "amontoados em

[807] *DN*, 11 de Setembro de 1974, "Exposição às autoridades superiores do problema de caseiros do Bom Sucesso", p. 9.
[808] *DN*, 23 de Outubro de 1974, "Governo do Distrito Autónomo do Funchal – Nota informativa sobre colonia", p. 3; *JM*, 23 de Outubro de 1974, "Colonia: nota informativa do Governo do Distrito Autónomo do Funchal", p. 3.
[809] *DN*, 10 de Setembro de 1974, "A população de S. Vicente expôs às autoridades competentes as suas principais reivindicações", pp. 8-9.
[810] *DN*, 31 de Outubro de 1974, "Comunicados – Da Comissão de Colonia da Camacha e S. Gonçalo", p. 10.
[811] *DN*, 27 de Junho de 1974, "A população de São Tiago e o problema da "colonia"", p. 4; *JM*, 27 de Junho de 1974, "Pela Ilha – Problemas de colonia em Câmara de Lobos", p. 4.
[812] *DN*, 19 de Novembro de 1974, "Comunicados – Dos colonos da Paróquia de São Tiago", p. 12; *JM*, 19 de Novembro de 1974, "Vida política – Colonos da Paróquia de São Tiago dirigem exposição ao Primeiro Ministro", p. 12.

casas miseráveis e pequenas […] apesar de terem andado a mendigar há dezenas de anos ao carrasco do senhorio"[813].

Outros agricultores madeirenses corroboraram esta posição. Por exemplo, os colonos de S. Martinho, Funchal, exigiram que "a terra dev[ia] ser para quem a trabalha[va], e não para o senhorio, que não a trabalhando nem contribuindo com quaisquer despesas (guano, sulfato, enxofre, para sua mão d' obra, etc.) e leva[va]m […] para os seus cofres metade da produção", sendo esta decisão fundamentada no facto "dos senhorios terem já recebido através da exploração dos caseiros, valores superiores em dezenas de vezes ao valor da terra"[814].

No Caniço, foi assumida "a entrega imediata dos terrenos, juntamente com as águas que […] pertenciam – e que foram desviadas – aos caseiros que há longos e duros anos [vinham] dando o melhor das suas vidas – o trabalho – a um contrato injusto e humilhante"[815].

Na freguesia do Faial, exigiu-se "a entrega imediata das terra a quem trabalha[va], conjuntamente [com] as águas que lhes pertenciam"[816].

Com base nestes princípios, os antigos caseiros de João Figueira de Freitas, no Bom Sucesso, no sítio do Faial – que tinham sido "compulsivamente expropriados das suas benfeitorias por uma avaliação considerada facciosa sem qualquer possibilidade de defesa perante uma legislação fascista" – pediram que os que foram expropriados das suas casas e já tivessem casa fossem indemnizados pelo senhorio, sendo ressarcidos da diferença entre o que receberam, então, e o justo preço que deveriam ter auferido, e quem não tivesse ainda casa própria, o Estado deveria arranjar solução habitacional, bem como defenderam que as terras do referido senhorio fossem expropriadas e entregues a quem as quisesse trabalhar[817].

---

[813] *CF*, separata regional,12 de Dezembro de 1974, "Comunicado dos caseiros de Júlio Paulo da Cunha Santos – Nazaré", p. 7; *EF*, 16 de Dezembro de 1974, "Comunicado dos caseiros de Júlio Paulo da Cunha Santos – Nazaré", p. 3.

[814] *DN*, 7 de Julho de 1974, "Assembleia Popular em S. Martinho", p. 11; *DN*, 10 de Julho de 1974, "Assembleia Popular em S. Martinho", p. 8; *DN*, 14 de Julho de 1974, "Assembleia Popular S. Martinho", p. 10.

[815] *DN*, 5 de Novembro de 1974, "Comunicados – Da F.P.D.M., Assembleia no Caniço", p. 6.

[816] *DN*, 16 de Novembro de 1974, "Comunicados – Dos caseiros da freguesia do Faial", p. 5.

[817] *DN*, 4 de Agosto de 1974, "Assembleia no Bom Sucesso – Reunião de caseiros", p. 9.

Seguindo o mesmo pensamento, os colonos dos terrenos do senhorio João Figueira Araújo, no Pico do Funcho, em S. Martinho, Funchal, recusaram-se a pagar a compra dos mesmos[818].

A estas deliberações dos colonos, juntou-se a ocupação de terras, como ocorreu com os caseiros de José Ângelo Pestana de Barros, que reocuparam as terras de onde tinham sido expulsos pelo senhorio, antes do "25 de Abril", no sítio do Covão, Estreito de Câmara de Lobos[819].

Também, foi ocupado um terreno com cerca de 58 000 m2, no sítio do Valparaíso, freguesia da Camacha, por um grupo de caseiros, com o intuito de criar uma associação de caseiros e meeiros e uma cooperativa de consumo, tendo esta acção – "na sua luta contra o senhorio explorador" – merecido o apoio da LUAR, considerando que era "tempo de a reforma agrária ser implantada na Madeira"[820].

3.1.6. As alterações legislativas

A nível legislativo, a CRP, aprovada em 2 de Abril de 1976, consagrou o seguinte artigo: "Serão extintos os regimes de aforamento e colonia e criadas condições aos cultivadores para a efectiva abolição da parceria agrícola" (art.º 101º, n.º 2, conforme versão original)[821].

Só mais tarde, em 1977, foi aprovada a Lei n.º 77/77, de 29 de Setembro (Bases da Reforma Agrária), na qual foi estipulado, no seu art.º 55.º, que eram "extintos os contratos de colonia existentes na Região Autónoma da Madeira, passando as situações daí decorrentes a reger-se pelas disposições do arrendamento rural e por legislação estabelecida em decreto da Assembleia Regional" e o Governo Nacional apoiaria as medidas dos órgãos de governo da

[818] *CF*, 13 de Fevereiro de 1975, separata regional, "Caseiros – a luta continua", p. 7.
[819] *CF*, 12 de Junho de 1975, "A situação no campo – Caseiros ocupam terras", p. 3.
[820] *DN*, 8 de Julho de 1975, "Caseiros associam-se e ocupam terreno", p.3; *DN*, 23 de Julho de 1975, "Trabalhadores organizam-se", p. 8.
[821] *JM*, 22 de Novembro de 1975, "A Assembleia Constituinte aprovou a abolição do regime de colonia", pp. 1 e 8.

Madeira, “integradas nos princípios norteadores da Reforma Agrária, para a resolução das situações decorrentes da extinção da colonia”[822].

Consequentemente, e apenas em 1977, pelo Decreto Regional n.º 13/77/M, de 18 de Outubro, a Assembleia Regional da Madeira – na sua sessão plenária de 27 de Julho de 1977 – determinou, no essencial, a “extinção dos contratos de colonia, com a sua conversão, transitoriamente, em contratos de arrendamento rural” e estipulou que era concedido ao colono-rendeiro o “direito de remir a propriedade do solo onde possu[í]a benfeitorias”, proporcionando-lhe a possibilidade de “ascender à propriedade plena da terra e, de acordo com o princípio constitucional sobre o direito à propriedade privada, mediante uma indemnização ao senhorio estabelecida de acordo com as partes ou correspondente ao valor actual do solo” que fosse “considerado para fins agrícolas e por desbravar”[823]

3.2. Produtores de cana-de-açúcar

3.2.1. As entidades oficiais, os produtores e o caderno reivindicativo

No momento em que ocorreu a “Revolução dos Cravos”, a agricultura madeirense debatia-se com vários problemas, nos quais se incluía a produção sacarina, pois não era rendível, nem mesmo com a ideia de aproveitamento dos seus derivados (melaços, aguardentes, álcool), devido à concorrência externa[824], encontrando-se a cultura da cana sacarina em piores condições que a da banana[825].

---

[822] DR, 1977, n.º 226/1977, I Série, *Lei n.º 77/77, de 29 de Setembro (Bases gerais da Reforma Agrária)*.

[823] DR n.º 241/1977, I Série, *Decreto Regional n.º 13/77M, de 18 de Outubro (Extinção do regime de colonia)*.

[824] *CF*, 25 de Abril de 1974 a 1 de Maio de 1974, “Madeira: a agricultura em questão”, pp. 17-19.

[825] *DN*, 7 de Junho de 1974, “Trabalhadores rurais e agrícolas de Câmara de Lobos afirmam estar a agricultura madeirense votada a um abandono e esquecimento totais”, p. 3; *JM*, 7 de Junho de 1974, “Um grupo de trabalhadores rurais e agrícolas faz voz da sua situação”, p. 2; *RNN,* 10 de Junho de 1974, “Pontos de vista comuns”, p. 4.

Em finais de 1973 e inícios de 1974, foram anunciadas medidas tendentes a debelar a crise agrícola, como a reconversão da cultura da cana-de-açúcar, para dar lugar a vinhedos, pomares e flores[826].

Neste entendimento, impunha-se a realização de um estudo sério sobre as possibilidades da agricultura madeirense e um planeamento agrícola para toda a ilha, como sugeriram um grupo de trabalhadores rurais e agrícolas da paróquia do Carmo, freguesia de Câmara de Lobos e a Comissão da Comunidade da Lombada, Jangão e Lugar de Baixo, da Ponta do Sol[827].

Correspondendo a estas preocupações, as entidades oficiais prestaram atenção ao sector, tendo, em Julho de 1974, o delegado da JSN na Madeira e encarregado do Governo, Carlos de Azeredo, pedido ao 1.º GP a formação de uma comissão técnica que se deslocasse à Madeira, para estudar os problemas do arquipélago, e entre eles a cana sacarina[828].

Depois, em Outubro de 1974, o secretário de Estado da Agricultura, Alfredo Gonzalez Esteves Belo, em deslocação ao arquipélago, defendeu a reconversão da cultura sacarina[829].

Mais tarde, em Março de 1975, a JGDAF, presidida por António Loja, elaborou um projecto de reconversão da cultura daquela produção[830].

---

826 *CF*, 25 de Abril de 1974 a 1 de Maio de 1974, "Madeira: a agricultura em questão", pp. 17-19.

827 *CF*, 13 de Junho de 1974, edição regional, "Lombada, Jangão e Lugar de Baixo (Ponta do Sol)", p. 9; *DN*, 7 de Junho de 1974, "Trabalhadores rurais e agrícolas de Câmara de Lobos afirmam estar a agricultura madeirense votada a um abandono e esquecimento totais", p. 3; *DN*, 13 de Junho de 1974, "O Povo da Lombada, Jangão e Lugar de Baixo (Ponta do Sol) tenta estudar e resolver os seus problemas", p. 3; *JM*, 7 de Junho de 1974, "Um grupo de trabalhadores rurais e agrícolas faz voz da sua situação", p. 2; *RNN*, 10 de Junho de 1974, "Pontos de vista comuns", p. 4.

828 *DM*, 27 de Julho de 1974, "Tenente-coronel Carlos Azeredo", pp. 1 e 5; *DN*, 24 de Julho de 1974, "Conferência de Imprensa", p. 8; *DN*, 25 de Julho de 1974, "Problemas da Madeira e da actualidade política nacional em análise na reunião de Imprensa com o Encarregado do Governo do Distrito", pp. 1, 3 e 6; *EF*, 29 de Julho de 1974, "A conferência de imprensa dada na passada 4.ª feira pelo Encarregado do Governo do Distrito –Temas debatidos: A situação ultramarina e solução de prementes problemas locais", pp. 1-2; *JM*, 25 de Julho de 1974, "A situação ultramarina e a solução de importantes problemas locais foram tema da conferência de imprensa dada ontem pelo encarregado do Governo do Distrito, tenente-coronel Carlos de Azeredo", pp. 1 e 3.

829 *DN*, 26 de Outubro de 1974, ""É ouvindo as populações que se resolvem os problemas nacionais" - declarou o Secretário de Estado da Agricultura à sua chegada a Lisboa, Dr. Esteves Belo", pp. 1 e 4; *JM*, 25 de Outubro de 1974, ""Na Madeira Há que reconverter as culturas da vinha e da cana-de-açúcar" - afirmou o Secretário de Estado da Agricultura à sua chegada a Lisboa", pp. 1 e 5.

830 *DN*, 28 de Março de 1975, "Projecto de reconversão da cultura de cana sacarina elaborado pela Junta Geral", p. 3.

Enquanto as autoridades se ocupavam em estudar a implementação de medidas em prol do sector açucareiro, os produtores de cana mobilizavam-se, através de iniciativas da autoria dos próprios agricultores e algumas outras com o apoio de movimentos e partidos políticos[831].

Os produtores da Lombada da Ponta do Sol pretendiam a reactivação do engenho de cana-de-açúcar, existente no concelho da Ponta do Sol[832], bem como os do Livramento, do mesmo concelho, defendiam a formação de uma associação de agricultores local para constituir uma fábrica de transformação das garapas provenientes da cana-de-açúcar em aguardente e mel, de modo a se libertaram do monopólio da Fábrica Hinton (com grandes custos para levar a cana para este engenho, no Funchal)[833].

Por outro lado, surgiu a reivindicação de criar novos engenhos, a instalar, por exemplo, no Faial, como advogavam os produtores desta freguesia, para evitar deslocações a Machico e ao Funchal, pois tal aumentava os encargos do caseiro[834], e outro, entre a Ponta do Sol e a Serra de Água, conforme sugestão de Agostinho Câncio Gonçalves[835].

Também, foi reclamado o aumento do preço da cana, por Kg, vendido pelo agricultor ao engenho. O valor que vinha a ser praticado, há vários anos, era de $66[836].

Uns propunham o valor mínimo de 1$50, como os produtores da Lombada, Jangão e Lugar de Baixo da Ponta do Sol, Arco da Calheta, Calheta,

---

831 *DN*, 21 de Maio de 1974, "Movimento Democrático da Madeira", p. 3; *JM*, 21 de Maio de 1974, "Movimento Democrático da Madeira", p. 10.

832 *CF*, 25 de Maio de 1974, edição regional, "Fala o povo da Lombada da Ponta do Sol: "A água é nossa e vai ser"", pp. 5-6; *CF*, 25 de Maio de 1974, edição regional, "Problemas da Lombada, hoje", p. 6;

833 *DN*, 21 de Maio de 1974, "Movimento Democrático da Madeira", p. 3; *DN*, 25 de Maio de 1974, "Reunião dos agricultores da Ponta do Sol", p. 2; *DN*, 26 de Maio de 1974, "Reunião dos agricultores da Ponta do Sol", p. 3; *DN*, 27 de Maio de 1974, "Reunião de agricultores da Ponta do Sol – participação de cerca de mil pessoas", pp. 1 e 3; *DN*, 28 de Maio de 1974, "Agricultores da Ponta do Sol debateram problemas da lavoura em reunião promovida pelo Movimento Democrático da Madeira", pp. 1 e 3; *JM*, 21 de Maio de 1974, "Movimento Democrático da Madeira", p. 10*; JM*, 25 de Maio de 1974, "Reunião dos agricultores da Ponta do Sol", p. 7; *JM*, 26 de Maio de 1974, "Reunião dos agricultores da Ponta do Sol", p. 2.

834 *DN*, 22 de Junho de 1974, "Assembleia Popular no Faial", p. 6.

835 *DN*, 21 de Junho de 1974, "A propósito do Grémio da Lavoura, Agostinho Câncio Gonçalves", p. 7.

836 *DN*, 8 de Abril de 1975, "Comunicados – Dos camponeses que ocupam o engenho", p. 8; *DN*, 9 de Abril de 1975, "Comunicados – A manifestação dos camponeses produtores de cana", p. 2; *DN*, 9 de Abril de 1975, "Comunicados – da Comissão de produtores de cana", p. 2.

Faial, S. Jorge e Gaula[837]. Outros agricultores, como os de Santa Cruz apontavam o preço de 2$00[838]. No essencial, a questão prendia-se – como referia a Comissão da Comunidade da Lombada, Jangão e Lugar de Baixo, do concelho da Ponta do Sol – com o facto de que "já [era] tempo do produtor pôr preço ao fruto do seu suor"[839].

Estas movimentações, em Março de 1975, desembocaram na elaboração de um caderno reivindicativo, enviado aos proprietários de engenhos da Madeira e às entidades oficiais, pelas comissões de produtores de cana sacarina das freguesias da Calheta, Ponta do Sol, Ribeira Brava e Machico[840].

Neste documento, exigiam, entre outros aspectos, o preço único de 2$50 por Kg de produto bruto, o transporte das canas por conta do engenho, o não aumento dos derivados da cana e, nos casos de colonia, a cana deveria ser paga ao colono e não ao senhorio, tendo sido concedido um prazo de oito dias para a satisfação do pedido[841].

---

[837] *CF*, 6 de Junho de 1974, edição regional, "Arco da Calheta", p. 12; *CF*, 6 de Junho de 1974, edição regional, "Operários e camponeses organizam-se – Lombada-Ponta do Sol", p. 12; *CF*, 13 de Junho de 1974, edição regional, "Lombada, Jangão e Lugar de Baixo (Ponta do Sol)", p. 9; *CF*, 11 de Julho de 1974, edição regional, "Assembleias populares – Calheta", p. 8; *CF*, 11 de Julho de 1974, edição regional, "Assembleias populares – Gaula", p. 8; *DN*, 13 de Junho de 1974, "O Povo da Lombada, Jangão e Lugar de Baixo (Ponta do Sol) tenta estudar e resolver os seus problemas", p. 3; *DN*, 22 de Junho de 1974, "Assembleia Popular no Faial", p. 6; *DN*, 5 de Julho de 1974, "Agricultores da Calheta fazem exposição ao governo", p. 8; *DN*, 7 de Julho de 1974, "O povo de S. Jorge manifesta as suas aspirações", p. 7; *DN*, 10 de Julho de 1974, "Os agricultores da freguesia de Gaula analisaram em assembleia os problemas que mais os preocupam", pp. 4 e 7; *JM*, 3 de Julho de 1974, "Domingo em Gaula: comício de agricultores", p. 4; *JM*, 4 de Julho de 1974, "Problemas que afectam a vida rural da Calheta", p. 11*; JM*, 7 de Julho de 1974, "Caderno de reivindicações do Povo de S. Jorge", p. 2; *JM*,10 de Julho de 1974, "Pela Ilha – Em Gaula: o povo reuniu-se num comício e discutiu os seus problemas", pp. 1-2.

[838] *DN*, 15 de Junho de 1974, "Assembleia Popular em Santa Cruz – As reivindicações do povo", pp. 3 e 9.

[839] *DN*, 13 de Junho de 1974, "O Povo da Lombada, Jangão e Lugar de Baixo (Ponta do Sol) tenta estudar e resolver os seus problemas", p. 3.

[840] *DN*, 7 de Março de 1974, "Produtores de cana sacarina dão conhecimento a entidades empresariais e governamentais de justas pretensões", p. 6.

[841] *DN*, 7 de Março de 1974, "Produtores de cana sacarina dão conhecimento a entidades empresariais e governamentais de justas pretensões", p. 6.

3.2.2. Manifestação de 31 de Março de 1975 e ocupação do engenho do Hinton

Por não haver satisfação das suas pretensões, os produtores da cana sacarina, no dia 31 de Março de 1975, no Funchal, realizaram uma manifestação, decididos a "acabar com os exploradores da cana, tanto faz o senhorio, o dono do engenho, o agente do engenho ou o homem da balança". Um dos pontos mais relevantes desta acção foi o reforço da reclamação por um preço justo de 2$50, em vez de 1$10[842].

Este último valor foi fixado por despacho do secretário de Estado de Abastecimento e Preços, em 7 de Março de 1975, considerando que a cultura da cana da cana-de-açúcar não tinha viabilidade económica, mas devia ser feito o seu aproveitamento, nesta época, pelo que se aplicaria 1$10 como o preço de venda da cana, por quilograma, à porta da fábrica, na campanha 1975-1976[843].

Nesta manifestação-comício, no Jardim Municipal, as intervenções reafirmaram as exigências essenciais do caderno reivindicativo, a que se juntava o pedido da presença de representantes dos produtores na pesagem da cana[844], bem como o fim da colonia, com a entrega da terra a quem a trabalhava[845].

Expressaram apoio e/ou integraram esta manifestação dos produtores da cana sacarina, no dia 31 de Março de 1975, diversas organizações populares, movimentos e partidos políticos, como as comissões de produtores de cana de Santa Cruz, Calheta, Ponta do Sol e Machico, camponeses de S. Tiago, Estreito de Câmara de Lobos, a COCAN, o CIPM, a FPDM, a FEC (M-L), o PCP e o PS[846].

---

[842] *DN*, 28 de Março de 1975, "Comunicados – Dos produtores de cana sacarina da ilha da Madeira", p. 6; *DN*, 30 de Março de 1975, "Comunicados – Da Comissão Organizadora do Comício e Manifestação dos Produtores de cana da Madeira", p. 12.

[843] *JM*, 2 de Abril de 1975, "O problema da cana sacarina – Secretaria de Estado do Abastecimento e Preços", Despacho, pp. 1 e 4.

[844] *DN*, 1 de Abril de 1975, "Agricultores ocuparam a fábrica do Hinton – exigido o aumento do preço da cana de açúcar", pp. 1 e 5, p. 6.

[845] *DN*, 28 de Março de 1975, "Comunicados – Dos produtores de cana sacarina da ilha da Madeira", p. 6; *DN*, 30 de Março de 1975, "Comunicados – Da Comissão Organizadora do Comício e Manifestação dos Produtores de cana da Madeira", p. 12.

[846] *DN*, 28 de Março de 1975, "Comunicados – Das comissões de produtores de cana", p. 6; *DN*, 30 de Março de 1975, "Comunicados – Da comissão de produtores de cana de açúcar do concelho de Machico", p.12; *DN*, 30 de Março de 1975, "Comunicados – Da Cooperativa Operária e Camponesa (COCAN)", p. 12; *DN*, 30 de Março de 1975, "Comunicados – Da F.E.C. (M-L)", p. 12; *DN*, 30 de Março de 1975, "Comunicados – Da Frente Popular Democrática da Madeira", p. 12; *DN*, 30 de Março de 1975, "Comunicados – Do Centro de

Logo após este comício, os manifestantes dirigiram-se à Fábrica do Hinton ou do Torreão, pretendendo uma "plataforma de entendimento" entre representantes dos agricultores e do engenho, mas como esse acordo não aconteceu, ocuparam a fábrica, na Rua 31 de Janeiro, bem como a AGA, na Rua 5 de Outubro, criando piquetes de vigilância e ocupação[847].

Apoiaram esta ocupação – apelando à presença no local, integração nos piquetes e fornecimento de bens aos ocupantes – bem como a sua luta reivindicativa, vários movimentos, partidos políticos, organizações populares e organismos populares, como a COCAN, a Comissão de produtores de cana, os trabalhadores da ERG, o Sindicato Livre dos Empregados e Operárias de Bordados e Tapeçarias, o Grupo Cultural dos alunos nocturnos dos Cursos Complementares de Contabilidade e Administração, Secretariado e Relações Públicas, e Construção Civil (referindo que 1$10 era um "preço de fome", devendo ser de 2$50, um "preço justo"), o Sindicato dos Operários da Construção Civil, os trabalhadores da Fábrica do Açúcar do Hinton, os camponeses de São Tiago (Estreito de Câmara de Lobos), o CIPM, a FPDM, a UPM e a FEC (M-L)[848].

Perante esta ocupação, a JPM, presidida por Carlos de Azeredo, após reuniões com os representantes dos produtores da cana sacarina, apresentou a proposta de que o preço seria controlado pela comissão de produtores, podendo estes receber as importâncias devidas directamente no engenho, sendo posto fim aos 2% de desconto no pagamento durante os dois primeiros meses e, ainda, o preço da cana seria estudado por uma comissão, com representantes dos

---

Informação Popular de Machico, p. 12; *DN*, 30 de Março de 1975, Comunicados – Do Partido Comunista Português – Nota da Comissão Concelhia sobre o problema da cana", p. 12; *DN*, 30 de Março de 1975, "Comunicados – Dos camponeses de S. Tiago", p.12; *JM*, 2 de Abril de 1975, "Partido Socialista – A luta dos produtores de cana", p. 10.

847 *DN*, 1 de Abril de 1975, "Agricultores ocuparam a fábrica do Hinton – exigido o aumento do preço da cana de açúcar", pp. 1 e 5, p. 6.

848 *DN*, 1 de Abril de 1975, "Agricultores ocuparam a fábrica do Hinton – exigido o aumento do preço da cana de açúcar", pp. 1 e 5, p. 6; *DN*, 1 de Abril de 1975, "Comunicados de apoio", p. 5; Funchal, 1 de Abril de 1975, "Comunicados – Do Sindicato Livre dos Empregados e Operárias da Indústria de Bordados e Tapeçarias da Madeira", p. 6; *DN*, 1 de Abril de 1975, "Comunicados – Do Sindicato Nacional dos Operários da Construção Civil", p. 6; *DN*, 1 de Abril de 1975, "Comunicados – Dos produtores de cana, A nossa luta continua", p. 6; *DN*, 1 de Abril de 1975, "Comunicados – Dos trabalhadores da ERG, Lda.", p. 6; *DN*, 1 de Abril de 1975, "Comunicados – Dos trabalhadores da Fábrica do açúcar do "Hinton"", p. 6; *DN*, 6 de Abril de 1975, "Comunicados – De apoio aos produtores de cana", p. 10; *DN*, 6 de Abril de 1975, "Comunicados – Do Centro de Informação Popular de Machico", p. 12; *DN*, 8 de Abril de 1975, "Comunicados – Dos camponeses de São Tiago", p. 8.

produtores e técnicos do Estado, durante um mês, ficando assim suspenso o preço a pagar[849].

Neste contexto, a Comissão de Produtores de Cana manteve a ocupação do Hinton e da AGA, em virtude de ainda não ter sido satisfeito o seu caderno reivindicativo, apresentado há cerca de 30 dias. Tinha havido uma reunião com Carlos de Azeredo, em 1 de Abril, tendo a referida comissão rejeitado a proposta para que "os operários começassem na lubrificação das máquinas, enquanto o caso se ia estudando" e acusado o governador de "estar ao lado do capitalista e não do lado de quem trabalha[va] a terra"[850].

A mesma comissão decidira não fornecer álcool aos hospitais e casas de saúde, salientando que esta era uma das formas de alcançar os seus objetivos, mas, entretanto, em 4 de Abril, resolveu fornecê-lo "ao Hospital, nesta parte apenas pelos doentes, que [eram] quase todos gente do povo"[851].

Deste processo reivindicativo, os produtores de cana, em 6 de Abril de 1975, atingiram vários benefícios, como a entrega da pesagem a uma comissão de confiança dos produtores, a concessão de um subsídio de transporte para os pequenos produtores e o compromisso de um inquérito às fábricas de cana. Mas faltava o aumento do preço, não sendo aceite a proposta apresentada pelo Governo, para que a cana fosse paga a 1$20 por Kg[852].

Entretanto, a comissão de ocupação do Hinton promoveu, no dia 6 de Abril de 1975, várias reuniões de esclarecimento com os produtores, em diferentes concelhos e, no dia seguinte, nesta fábrica, um encontro com sindicatos e organizações de trabalhadores[853].

---

[849] *DN*, 2 de Abril de 1975, "O problema da cana sacarina", p. 3; *JM*, 2 de Abril de 1975, "O problema da cana sacarina – Junta de Planeamento suspende o preço a pagar à lavoura", pp. 1 e 4.

[850] *JM*, 2 de Abril de 1975, "A nossa luta continua", p. 10.

[851] *DN*, 4 de Abril de 1975, "Comunicados – Da Comissão de Ocupação do Engenho do Hinton", p. 8; *JM*, 5 de Abril de 1975, "Comunicados – Ao povo madeirense", p. 5.

[852] *DN*, 6 de Abril de 1975, "Os produtores de cana continuam a sua luta por um preço mais justo", pp. 1 e 4.

[853] *DN*, 6 de Abril de 1975, "Os produtores de cana continuam a sua luta por um preço mais justo", pp. 1 e 4; *JM*, 6 de Abril de 1975, "Comunicados – Da Comissão de Produtores de Cana", p. 3.

3.2.3. Manifestação de 9 de Abril de 1975

Como meio de pressão para conseguir os seus objectivos, nomeadamente a reivindicação central, a do preço, seguiu-se uma nova manifestação dos agricultores, em 9 de Abril, desde a fábrica ocupada, na Rua 31 de Janeiro, até ao Palácio de São Lourenço[854].

Esta acção era "contra a atitude do governo que se recus[va] a satisfazer as […] reivindicações" dos produtores de cana, ocupantes do Hinton, referindo a comissão de produtores que a cana era paga, já há 19 anos, ao valor de $66 e mantinha a sua determinação em não aceitar a proposta governamental de aumentá-lo para 1$20[855].

Assim, os produtores de cana clamaram, nesta manifestação, que 1$10 – o quantitativo definido por portaria governamental – era um preço de fome, devendo ser de "2$50, preço justo"[856].

Solidarizaram-se com esta manifestação de 9 de Abril, diversas organizações, como a FEC (M-L), o CIPM, o Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros, a Delegação do Funchal do Sindicato dos Profissionais de Seguros de Lisboa, a CT da Electrónica, a Associação de Estudantes do Liceu do Funchal, os operários da construção civil da ERG, o Sindicato dos Metalúrgicos e o Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros[857].

---

854 *DN*, 8 de Abril de 1975, "Comunicados – Dos camponeses que ocupam o engenho", p. 8; *DN*, 9 de Abril de 1975, "Comunicados – A manifestação dos camponeses produtores de cana", p. 2; *DN*, 9 de Abril de 1975, "Comunicados – da Comissão de produtores de cana", p. 2.

855 *DN*, 8 de Abril de 1975, "Comunicados – Dos camponeses que ocupam o engenho", p. 8; *DN*, 9 de Abril de 1975, "Comunicados – A manifestação dos camponeses produtores de cana", p. 2; *DN*, 9 de Abril de 1975, "Comunicados – da Comissão de produtores de cana", p. 2.

856 *DN*, 10 de Abril de 1975, "Produtores de cana apresentaram seu protesto à Junta de Planeamento ela não alteração do preço do produto", pp. 1 e 8; *JM*, 10 de Abril de 1975, pp. 1 e 12.

857 *DN*, 8 de Abril de 1975, "Campanha eleitoral – Frente Eleitoral de Comunistas (Marxistas-leninistas) (F.E.C.), A manifestação dos produtores de cana", p. 4; *DN*, 8 de Abril de 1975, "Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito do Funchal – Comunicado", p. 7; *DN*, 9 de Abril de 1975, "Comunicados – Aos operários da construção civil da E.R.G., Lda.", p. 2; *DN*, 9 de Abril de 1975, "Comunicados – Associação dos Estudantes do Liceu", p. 2; *DN*, 9 de Abril de 1975, "Comunicados – Da Comissão de Trabalhadores da Electrónica", p. 2; *DN*, 9 de Abril de 1975, "Comunicados – Do Centro de Informação Popular de Machico", p. 2; *DN*, 9 de Abril de 1975, "Comunicados – Do Sindicato dos Profissionais de Seguros de Lisboa", p. 2; *DN*, 9 de Abril de 1975, "Comunicados – Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito do Funchal", p. 6; *DN*, 9 de Abril de 1975, "Comunicados – Sindicato Nacional dos Metalúrgicos e Ofícios Correlativos do Distrito do Funchal", p. 2.

Neste dia 9, o Governo do Distrito viu-se obrigado a se pronunciar sobre a problemática da cana sacarina, explicando, entre outras considerações, que a Madeira tinha cerca de 9000 produtores, a produção de cana não era rentável, o preço de 1$10 por Kg não fora fixado pela JPM, mas pelo Ministério da Economia, que a mesma Junta já tinha proposto a constituição de uma comissão, para, no prazo de um mês, serem estabelecidos os preços, tendo sido, também, a JPM que sugerira a realização de um inquérito a todo o processo (produção, transformação e comercialização de derivados da cana)[858].

Acrescentou o Governo que a cana deveria ser substituída por outras culturas agrícolas, com o apoio financeiro do Governo, que, neste processo, vinha a fazer o "papel de bombeiro", podendo as revindicações dos produtores parecerem justas, mas à custa de uma "despesa exagerada" e, como tal, faltaria dinheiro[859].

A entidade governamental salientou ainda que a acção dos produtores de cana e a greve dos empregados de escritório, naquele momento, provocavam uma "instabilidade política e social" na Madeira, em especial no concelho do Funchal, o que levou a uma corrida a mercearias e supermercados, esgotando os produtos de primeira necessidade, pelo que o Governo do Distrito pedia calma à população, comprometendo-se a garantir o abastecimento regional[860].

No decurso deste protesto, junto do Palácio de São Lourenço, reagiu Carlos de Azeredo, dizendo, de viva voz aos manifestantes, que estava em estudo técnico o assunto, por parte da Secretaria de Estado de Abastecimentos e Preços do GP, pelo que não poderia dar uma resposta definitiva naquele momento e que chegariam, em breve, entidades para resolver a questão. Os manifestantes não abandonaram o local, exigindo uma resposta imediata, tendo sido impedida a entrada de uma viatura militar no palácio, pelo que foram lançados tiros para o ar e gases lacrimogéneos, provocando a dispersão dos manifestantes[861].

[858] *DN*, 9 de Abril de 1975, "Comunicado do Governo do Distrito", pp. 1 e 3.
[859] *DN*, 9 de Abril de 1975, "Comunicado do Governo do Distrito", pp. 1 e 3.
[860] *DN*, 9 de Abril de 1975, "Comunicado do Governo do Distrito", pp. 1 e 3.
[861] *DN*, 10 de Abril de 1975, "Produtores de cana apresentaram seu protesto à Junta de Planeamento ela não alteração do preço do produto", pp. 1 e 8; *JM*, 10 de Abril de 1975, pp. 1 e 12.

Sobre estes incidentes, o governador militar da Madeira – declarando que as FA não estavam contra o povo e os produtores de cana – esclareceu que tinha informado os presentes que a JPM não podia decidir sobre preços, estando prestes a chegar à ilha um técnico da mencionada Secretaria[862].

Salientou que houve uma "tentativa de invasão do quartel general do C.T.I.M.", e que um militar fora agredido, tendo, então, sido recorrido à colocação de uma viatura na porta e "ter sido ouvido um tiro de pistola, provavelmente de calibre 6,35, partido dos manifestantes", pelo que houve necessidade de lançar gases lacrimogéneos e tiros para o ar. Cerca das 23h30 a multidão tinha sido dispersa pela PSP e militares, alguns destes agredidos à pedrada[863].

Lamentou o presidente da JPM que "um reduzido grupo de irresponsáveis ti[vesse] arrastado os produtores de cana do açúcar para atitudes que só serv[iam], ainda que inconscientemente, a reacção", acusando alguns de nem pertencerem à classe dos produtores e reafirmando o Governo Militar a "sua firme decisão de manter a disciplina cívica que permitir[ia] a segura conclusão da Revolução do 25 de Abril!!!"[864].

Por seu turno, o PCP condenou os incidentes entre os manifestantes e as forças militares e PSP, que "a coberto da luta dos produtores de cana, mais não serviram senão para caluniar as Forças Armadas e o seu papel de vanguarda do processo revolucionário e enxovalhar publicamente alguns dos seus elementos". Este partido apoiava todas as "lutas justas", mas alertava os trabalhadores para aquelas que eram "demagógicas" e serviam "os interesses da reacção"[865].

Sobre os mesmos acontecimentos, a FEC (M-L) repudiou a acção dos militares e da PSP, responsabilizando Carlos de Azeredo pelo sucedido e

[862] *DN*, 10 de Abril de 1975, "Comunicado do Governador Militar da Madeira", pp. 1 e 8; *JM*, 11 de Abril de 1975, "O brigadeiro Carlos de Azeredo reuniu com os representantes dos partidos políticos e dos órgãos de informação", pp. 1 e 9.
[863] *DN*, 10 de Abril de 1975, "Comunicado do Governador Militar da Madeira", pp. 1 e 8; *JM*, 11 de Abril de 1975, "O brigadeiro Carlos de Azeredo reuniu com os representantes dos partidos políticos e dos órgãos de informação", pp. 1 e 9.
[864] *DN*, 10 de Abril de 1975, "Comunicado do Governador Militar da Madeira", pp. 1 e 8; *JM*, 11 de Abril de 1975, "O brigadeiro Carlos de Azeredo reuniu com os representantes dos partidos políticos e dos órgãos de informação", pp. 1 e 9.
[865] *DN*, 11 de Abril de 1975, "Comunicados – Do Partido Comunista Português", p. 6.

clarificou que não estava contra o MFA, apenas tinha posições críticas, e declarou apoiar as FA progressistas, pertencessem ou não ao MFA[866].

Por causa dos incidentes de 9 de Abril, o presidente da JPM, Carlos de Azeredo, no dia seguinte, reuniu com os representantes dos partidos políticos e da comunicação social, pedindo-lhes para "evitar o promoverem-se, directa ou indirectamente, manifestações que [pudessem] levar a situações" como a dos produtores de cana sacarina, frente ao Palácio de São Lourenço[867].

3.2.4. Negociações entre o Governo e os produtores

No dia a seguir a esta manifestação, iniciaram-se as negociações entre o técnico da Secretaria de Estado de Abastecimentos e Preços do GP, Eng. Lourenço, chegado à Madeira nesse dia, e a comissão de produtores de cana[868].

A Comissão de Produtores de Cana de Açúcar reuniu, na tarde de 10 de Abril de 1975, no refeitório do Hinton, com a comunicação social, de modo informal, para dar conta do impasse da situação e das negociações[869].

Assinalou que o preço da cana, desde 1968, era de $66, tendo a Comissão de Produtores apresentado no seu primeiro caderno reivindicativo (há 35 dias) o valor de 2$50 e agora, depois da ocupação, desde 31 de Março (e que vinha a decorrer há 12 dias), propusera ao técnico da Secretaria de Estado de Abastecimento e Preços, o valor entre 2$30 (até 10 toneladas de cana, ou seja, os pequenos produtores) e 1$00 (mais de 40 toneladas)[870].

Este técnico sugeriu uma contraproposta, sendo entre 1$50 (até 10 toneladas) e $90 (mais de 25 toneladas), não tendo sido aceite esta ideia por

---

866 *DN*, 11 de Abril de 1975, "Comunicados – Da Comissão Distrital da Frente Eleitoral de Comunistas", p. 6.

867 *DN*, 11 de Abril de 1975, "O governador do Funchal reúne com os representantes dos partidos políticos e dos órgãos de comunicação social", p. 1.

868 *DN*, 11 de Abril de 1975, "As conversações entre o Governo e os produtores da cana sacarina", p. 1.

869 *DN*, 11 de Abril de 1975, "Preço da cana sacarina – A Comissão de Produtores reúne-se com representantes dos órgãos de informação", p. 8; *JM*, 11 de Abril de 1975, "Reunião de imprensa promovia pela Comissão de Produtores de cana-de-açúcar", p. 12.

870 *DN*, 11 de Abril de 1975, "Preço da cana sacarina – A Comissão de Produtores reúne-se com representantes dos órgãos de informação", p. 8; *JM*, 11 de Abril de 1975, "Reunião de imprensa promovia pela Comissão de Produtores de cana-de-açúcar", p. 12.

parte da comissão de produtores, pois já diminuíra o valor inicial defendido, ou seja, os 2$50[871].

No dia 14 de Abril de 1975 – e ao fim de duas semanas de ocupação do Hinton – foi acordado o preço de 1$40 por Kg de cana, à porta da fábrica, na campanha 1975/76, o qual viria a ser plasmado em despacho do secretário de Estado de Abastecimento e Preços[872].

Entre a comissão de produtores e o representante do GP, Eng. Simões, foram acertados outros pontos, como o controlo do peso da cana na balança pelos produtores, no dia seguinte ao da sua entrada no engenho, o pagamento feito ao caseiro e não ao senhorio, nos casos de colonia, e um inquérito às contas da fábrica, para saber se havia possibilidades de disponibilidade financeira para aumentar o preço da cana[873].

Considerava a referida comissão que esta foi uma "vitória" não só dos camponeses, como também de todos os que os apoiaram, como sindicatos e organizações progressistas[874].

3.2.5. Retoma da actividade laboral do engenho

Entretanto, a comissão continuou a ocupar os escritórios, até ao início do inquérito, de maneira a não deixar sair qualquer documentação[875]. Perante esta decisão, os trabalhadores de William Hinton & Sons, Lda., proprietária do engenho do Torreão, declararam não retornar aos seus postos de trabalho, sem

[871] *DN*, 11 de Abril de 1975, "Preço da cana sacarina – A Comissão de Produtores reúne-se com representantes dos órgãos de informação", p. 8; *JM*, 11 de Abril de 1975, "Reunião de imprensa promovia pela Comissão de Produtores de cana-de-açúcar", p. 12.

[872] *JM*, 31 de Maio de 1975, "Preço de venda da cana-de-açúcar", p. 12.

[873] *DN*, 15 de Abril de 1975, "Acordado entre o representante do Governo e a Comissão de produtores de Cana: 1$40 preço único", p. 1; *JM*, 15 de Abril de 1975, "Comunicado da Comissão de Produtores de Cana", p. 3.

[874] *DN*, 15 de Abril de 1975, "Acordado entre o representante do Governo e a Comissão de produtores de Cana: 1$40 preço único", p. 1; *JM*, 15 de Abril de 1975, "Comunicado da Comissão de Produtores de Cana", p. 3.

[875] *DN*, 15 de Abril de 1975, "Acordado entre o representante do Governo e a Comissão de produtores de Cana: 1$40 preço único", p. 1; *JM*, 15 de Abril de 1975, "Comunicado da Comissão de Produtores de Cana", p. 3.

a desocupação total da firma, incluindo os escritórios, não havendo qualquer razão para desconfiar de desvio de documentos da empresa[876].

A Comissão de Produtores respondeu a estes trabalhadores, acusando-os de defenderem os patrões do engenho, pois a desocupação dos escritórios já poderia teria sido feita se o Governo já tivesse nomeado a comissão de inquérito (prometida desde 7 de Abril) e se os donos da fábrica do Hinton e alguns funcionários do escritório não se tivessem recusado a entregar a documentação às FA, como sugeriu a comissão. Segundo apurara a comissão, a chegada do grupo de inquérito aconteceria no dia 17 de Abril[877].

Reagiram os proprietários do Hinton, declarando serem falsas as acusações da comissão de produtores, pelo que seria efetuado um processo judicial, e que as FA poderiam consultar sempre a documentação da fábrica e esperavam o inquérito para desmentir as falsidades apontadas[878].

Por sua vez, os funcionários do Hinton também negaram as acusações da comissão de produtores, pois as FA deslocaram-se ao escritório, mas desistiram de levar a documentação, face ao volume de pastas, pelo que foi sugerido um piquete de vigilância do escritório, tendo este assunto sido comunicado à comissão de ocupantes[879].

Entretanto, o ministro do Planeamento e da Economia formou um grupo de trabalho (representantes da JPM, da Direcção Geral de Preços, da Administração-Geral do Álcool e do Açúcar e dos produtores de cana), para averiguar as acusações da comissão de produtores, relativamente à pesagem na balança, a descontos no pagamento e não justificação de subsídios pagos pelo Estado à fábrica do Hinton e tomar medidas para este sector. O representante da JPM foi António Jorge M. Trindade e os dos produtores, Américo Clemente Pereira e Maria Gabriela Relva Gonçalves[880].

---

[876] *DN*, 16 de Abril de 1975, "Trabalhadores do "Hinton" decidem: Retorno à actividade depois da desocupação", p. 8.
[877] *DN*, 16 de Abril de 1975, "Trabalhadores do "Hinton" decidem: Retorno à actividade depois da desocupação", p. 8.
[878] *DN*, 18 de Abril de 1975, "O "Hinton" em questão – Comunicado da Firma", p. 3.
[879] *DN*, 18 de Abril de 1975, "O "Hinton" em questão – Posição dos funcionários", p. 3.
[880] Ver anexo; *DN*, 19 de Abril de 1975, "O problema da cana sacarina – comunicado da Junta de Planeamento", p. 3.

Neste processo de retoma da actividade dos engenhos, a Fábrica do Torreão teve o cuidado de cumprir e publicitar o acordado com os produtores de cana.

Por exemplo, em 29 de Abril de 1975, a empresa pediu aos agricultores para se reunirem, tendo em vista "elegerem democraticamente" a pessoa que pretendiam para desempenhar as "funções de agente de cana", devendo os eleitos apresentarem-se nos escritórios, no dia 2 de Maio, de modo a receberem instruções sobre o desempenho a exercer[881].

Depois, em 13 de Maio de 1975, a mesma empresa solicitou que os produtores de cana se dirigissem aos escritórios da fábrica, para fazerem o manifesto das suas canas e a respectiva marcação, relembrando que, segundo determinação da JPM, o preço da cana ao Kg seria de 1$40[882].

Os agricultores corresponderam a estas recomendações, tendo, por exemplo, a assembleia de produtores de cana sacarina de S. Martinho, em reunião no dia 14 de Maio de 1975, escolhido uma "comissão agente do engenho", incumbida de fazer a distribuição de arcos aos produtores[883].

Igualmente, em 21 de Maio de 1975, a Fábrica do Torreão informou os produtores de cana que o pagamento estava a ser feito cinco dias após a entrada da cana no engenho[884].

Apesar destas garantias, o *CF*, em Junho, denunciou que os trabalhadores indicados para a fiscalização da pesagem da cana sacarina não estavam a ser remunerados, nem pelo engenho, nem pela JPM, bem como não estava a ser feito o pagamento, na totalidade, aos caseiros, contrariando o acordado entre a comissão dos produtores de cana e a fábrica[885].

Entretanto, em 23 de Maio de 1975, a JPM informou que estava a ser feito um estudo da reconversão da cana sacarina, sendo certo que, pelo menos metade da área cultivada com esta produção, seria substituída por outras, pois

[881] *DN*, 29 de Abril de 1975, "Fábrica do Torreão – Laboração de 1975", p. 8.
[882] *DN*, 13 de Maio de 1975, "Fábrica do Torreão – Laboração de 1975, Aviso aos senhores agricultores", p. 2.
[883] *DN*, 14 de Maio de 1975, "Assembleias, comícios, reuniões – Produtores de cana de S. Martinho", p. 4; *JM*, 14 de Maio de 1975, "Comunicados – Aos produtores de cana de S. Martinho", p. 8.
[884] *DN*, 22 de Maio de 1975, "Fábrica do Torreão – Laboração de 1975", p. 6.
[885] *CF*, 12 de Junho de 1975, "A situação no campo – Sobre a luta dos camponeses produtores de cana", p. 3.

a continuação daquela produção "acarretaria ao país um pesado custo sócio-económico e pequenos benefícios ao produtor"[886].

Assim, a JPM recebeu do Governo Central a directiva de que "não ser[ia] recolhida a cana plantada no ano em curso, ou seja, os proprietários não auferir[iam] rendimento derivado da cana nas áreas recém-cultivadas", pondo-se mesmo a "hipótese de inutilizar a fábrica de açúcar "Hinton" após a safra" de 1975[887].

Mais tarde, em 24 de Julho de 1975, numa conferência de imprensa da JPM, presidida por Faria Leal, foram abordados diversos problemas locais e apresentadas algumas medidas, designadamente no sector agrícola, nas quais se incluía a reconversão da cana sacarina[888].

3.2.6. Posições dos movimentos e partidos políticos

Nesta problemática do sector açucareiro, foram vários os movimentos e partidos políticos que tomaram posição, designadamente quanto à situação do sector e às reivindicações dos seus produtores.

O MDM teve um papel importante na discussão da temática da cana-de-açúcar, não só no seio da própria organização política, como também em várias localidades da ilha, nomeadamente, realizando e apoiando reuniões de agricultores, na Ponta do Sol, no Faial e na Calheta[889].

---

[886] *DN*, 24 de Maio de 1975, "Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, Junta de Planeamento da Madeira – O problema da cana sacarina", p. 5.

[887] *DN*, 24 de Maio de 1975, "Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, Junta de Planeamento da Madeira – O problema da cana sacarina", p. 5.

[888] *DN*, 24 de Julho de 1975, "Conferência de imprensa da Junta de Planeamento", p. 7; *DN*, 25 de Julho de 1975, "A Junta de Planeamento em conferência de imprensa", pp. 1 e 4; *JM*, 25 de Julho de 1975, "Junta de Planeamento da Madeira dá conferência de imprensa na Junta Geral", pp. 1, 6-7.

[889] *DN*, 21 de Maio de 1974, "Movimento Democrático da Madeira", p. 3; *DN*, 25 de Maio de 1974, "Reunião dos agricultores da Ponta do Sol", p. 2; *DN*, 26 de Maio de 1974, "Reunião dos agricultores da Ponta do Sol", p. 3; *DN*, 27 de Maio de 1974, "Reunião de agricultores da Ponta do Sol – participação de cerca de mil pessoas", pp. 1 e 3; *DN*, 28 de Maio de 1974, "Agricultores da Ponta do Sol debateram problemas da lavoura em reunião promovida pelo Movimento Democrático da Madeira", pp. 1 e 3; *DN, 28* de Junho de 1974, "Movimento Democrático da Madeira – Reuniões no Faial e Calheta", p. 4; *DN, 29* de Junho de 1974, "Actividade do MDM – Reuniões no Faial e na Calheta", p. 4; *DN,* 4 de Julho de 1974, "Movimento Democrático da Madeira – Calheta", p. 3; *JM*, 21 de Maio de 1974, "Movimento Democrático da Madeira", p. 10*; JM*, 25 de Maio de 1974, "Reunião dos agricultores da Ponta do Sol", p. 7; *JM*, 26 de Maio de 1974, "Reunião dos agricultores da Ponta do Sol", p. 2; *JM*,

O CIPM solidarizou-se, incondicionalmente, com a movimentação dos produtores de cana, designadamente a reivindicação do pagamento de 2$50 por Kg de cana, tendo, inclusivamente, apoiado e promovido reuniões de produtores de cana em Machico[890].

Entendia esta associação que este processo de luta interessava "desenvolver como padrão para o nascimento da Democracia Popular" em Portugal[891]. Neste sentido, o CIPM salientou que o seu apoio se baseava no argumento da "classe camponesa continua[r] a ser vítima da feroz exploração feita pelos "senhores das terras" […] e, por isso, justificava-se que a fábrica do Hinton ficasse "ao serviço do Povo trabalhador"[892].

A FPDM apoiou a "justa luta" dos produtores de cana, enquadrando-a na acção "contra a exploração capitalista, por melhores condições de vida", sendo favorável à "nacionalização dos engenhos"[893].

O PS-Funchal, logo em Fevereiro de 1975, divulgou um estudo promovido pela sua comissão de agricultura, tendo-o enviado a diversos ministérios e departamentos do GP. Neste extenso trabalho, focou o quadro deficitário desta área agrícola, a mão-de-obra mal remunerada, o elevado custo do produto, devido à falta de mecanização agrícola, à grande divisão da propriedade, à incapacidade financeira e técnica e à existência de fábricas ultrapassadas[894].

Em face deste panorama, o PS propôs a nacionalização das fábricas e a sua entrega a cooperativas, financiadas pelo Estado, o aumento do preço da cana por quilograma para 2$00 e a nomeação de um grupo de trabalho para análise do sector[895].

---

28 de Junho de 1974, "Movimento Democrático da Madeira – Reuniões no Faial e Calheta", p. 2; *JM*, 29 de Junho de 1974, "Faial – Reunião de trabalhadores", p. 5; *JM*, 29 de Junho de 1974, "M.D.M. – Reunião na Calheta", p. 10; *JM*, 4 de Julho de 1974, "Movimento Democrático da Madeira – Calheta", p. 11.

890 *DN*, 15 de Março de 1975, "Assembleias, comícios, reuniões – Do C.I.P. de Machico", p. 4; *DN*, 30 de Março de 1975, "Comunicados – Do Centro de Informação Popular de Machico", p. 12.

891 *DN*, 6 de Abril de 1975, "Comunicados – Do Centro de Informação Popular de Machico", p. 12.

892 *DN*, 30 de Março de 1975, "Comunicados – Do Centro de Informação Popular de Machico", p. 12.

893 *DN*, 30 de Março de 1975, "Comunicados – Da Frente Popular Democrática da Madeira", p. 12.

894 *DN*, 5 de Fevereiro de 1975, "A actual situação da cana sacarina na Madeira", p. 3.

895 *DN*, 5 de Fevereiro de 1975, "A actual situação da cana sacarina na Madeira", p. 3.

Por não ter obtido resposta a este estudo, a referida comissão do PS enviou um telegrama ao PM, Vasco Gonçalves[896], lamentando tal facto, atendendo à proximidade do início da colheita da cana-de-açúcar, em Abril, e não haver, pois, alteração do preço da cana ao Kg, colocando-se o PS ao lado dos agricultores[897].

Entretanto, este partido voltou a reafirmar as suas preocupações e o seu apoio à melhoria dos produtores de cana, nomeadamente quanto ao preço do produto, aumentando-o para 2$00, a regionalização das fabricas madeirenses e a sua transformação em cooperativas[898].

Para promover o debate sobre esta matéria e divulgar as suas posições, o PS levou a efeito vários comícios, como em Fevereiro de 1975, em Câmara de Lobos, Ribeira Brava e Calheta, com a participação do secretário de Estado da Emigração, Pedro Coelho[899].

Por seu lado, o PCP apoiou as reivindicações dos produtores de cana, a nacionalização do monopólio do Hinton, o pagamento ao agricultor de imediato (e não 2 meses depois) e o aumento do preço a pagar ao agricultor pelo quilograma de cana[900].

Aquando da nacionalização de empresas de cimento, celulose e tabaco (entre elas, a Empresa Madeirense de Tabacos) aprovada pelo Conselho de Ministros, em 13 de Maio de 1975, a comissão distrital do Funchal do PCP considerou "urgente" a nacionalização de algumas empresas regionais, como a Fábrica de Açúcar Hinton[901].

Abordando o problema da cana sacarina, o PPD – embora não exprimisse apoio à manifestação dos produtores, em 31 de Março de 1975 – defendeu a criação de um grupo de trabalho para o efeito, considerando que a JPM tinha possibilidades de conceder apoio financeiro ao sector, bem como a

---

[896] Ver anexo.

[897] *DN*, 9 de Março de 1975, "Comunicados – Do Partido Socialista", p. 10.

[898] *DN*, 27 de Fevereiro de 1975, "Comunicados – Do Partido Socialista", p. 7*; DN*, 16 de Março de 1975, "Comunicados – Do Partido Socialista", p. 7*; DN*, 23 de Março de 1975, "Comunicados – Do Partido Socialista, A Administração do Geral do Álcool e do Açúcar e o preço da cana sacarina", p. 6.

[899] *DN*, 8 de Fevereiro de 1975, "Assembleias, comícios, reuniões – Partido Socialista", p. 7.

[900] *JM*, 30 de Março de 1975, "Vida política – Nota da Comissão Concelhia do P.C.P. sobre o problema da cana sacarina", p. 5.

[901] *DN*, 15 de Maio de 1975, "Conselho de Ministros restrito: Nacionalizadas as empresas de tabaco cimentos e celulose", pp. 1 e 4; *DN*, 16 de Maio de 1975, "Colocar a economia ao serviço do povo e g ganhar a batalha da produção", p. 5.

simplificação de sistema de pesagem e um preço da cana baseado na justiça social. Este partido declarou apoiar "todas as reivindicações dos produtores de cana sacarina"[902].

Também, o CDS advogou um "valor justo" a pagar pela cana, devendo ser definido por uma comissão mista (lavradores, Ministério da Agricultura e JGDAF) e delineada uma comissão técnica para analisar o projecto de reconversão da cana sacarina[903].

Por seu turno, a FEC (M-L) apoiou incondicionalmente os produtores de cana, considerando que a cana podia ser paga a 2$50[904].

O MDP/CDE mostrou-se "solidário com os camponeses pobres", mas não apoiava "movimentações que viessem criar a confusão no POVO e lançar o POVO contra as FORÇAS ARMADAS", referindo-se aos incidentes da manifestação dos produtores de cana, em 9 de Abril de 1975. Inclusivamente, acusou que os mesmos foram provocados por "esquerdistas" e "aventureiros", conjuntamente com "personalidades reaccionárias com o aval de caciques locais e dos grandes produtores de cana da Madeira", estando, assim, "a reacção e o esquerdismo de mãos dadas", insinuando a ligação do PPD a tais movimentações[905].

3.3. Produtores de leite

Com o "Movimento dos Capitães", o desejo de mudança mobilizou os produtores de leite do arquipélago, na perspectiva de alcançar um pagamento mais justo ao agricultor, na venda do leite. Essa movimentação incluiu várias

[902] *DN*, 30 de Março de 1975, "Comunicados – Do P.P.D. – Posição sobre o problema da cana sacarina", p. 12; *JM*, 30 de Março de 1975, "Vida política – Partido Popular Democrático, Comunicado – Posição perante o problema da cana sacarina", p. 12; *JM*, 1 de Abril de 1975, "Vida política – Partido Popular Democrático", p. 2.

[903] *DN*, 2 de Abril de 1975, "Comunicados – Do Centro Democrático Social, A problemática da cultura da cana sacarina na Madeira", p. 4.

[904] *JM*, 8 de Abril de 1975, "Campanha eleitoral – Frente Eleitoral de Comunistas, Programa", pp. 2 e 4.

[905] *JM*, 12 de Abril de 1975, "Campanha eleitoral – Movimento Democrático Português, Comunicado", p. 4.

localidades, como o Livramento (Ponta do Sol), Seixal (Porto Moniz), Ribeira Brava, Santa Cruz, Santana e S. Roque do Faial[906].

No Faial, avançou-se mesmo para a exigência do preço ao produtor ser de 4$00 (e não o praticado de 1$40), bem como o pagamento imediato (então, esperavam dois meses)[907].

Em Santana, foi reivindicada a realização de inquérito à gestão da Junta de Lacticínios e à União das Cooperativas, bem como requeridos novos preços para o leite a levar para a máquina (2$50) e o destinado ao consumo público (5$00)[908].

O Governo do Distrito fixara os preços de compra do leite ao produtor, em três níveis, a vigorar no período de Julho a Novembro de 1974: 5$30, 4$10 e 2$00[909].

Das actividades populares que exprimiram desagrado com os preços estabelecidos, merece destaque a "greve" dos produtores de leite de S. Vicente[910], que, a partir de 1 de Julho de 1974, decidiram "secar os postos", ou seja, deixaram de fornecer leite para a desnatadeira, até que houvesse aumento do preço do leite, a favor do agricultor[911].

Nesta fase, agricultores da Calheta reclamaram que o leite que chegasse sem as condições sanitárias aceitáveis pelos responsáveis deveria ser devolvido

---

[906] *DN*, 25 de Maio de 1974, "Reunião dos agricultores da Ponta do Sol", p. 2; *DN*, 26 de Maio de 1974, "Reunião dos agricultores da Ponta do Sol", p. 3; *DN*, 27 de Maio de 1974, "Reunião de agricultores da Ponta do Sol – participação de cerca de mil pessoas", pp. 1 e 3; *DN*, 29 de Maio de 1974, "Na freguesia do Seixal – Reunião de produtores agrícolas e trabalhadores rurais para discussão de problemas da lavoura", p. 3; *DN*, 12 de Junho de 1974, "Muitas centenas de pessoas na manifestação em Santana", p.3; *DN*, 15 de Junho de 1974, "Assembleia Popular em Santa Cruz – As reivindicações do povo", pp. 3 e 9; *DN*, 13 de Novembro de 1974, "Caderno reivindicativo da população de S. Roque do Faial", p. 6; *DN*, 25 de Maio de 1975, "Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, Junta de Planeamento da Madeira – Problema dos leiteiros", p. 2; *JM*, 25 de Maio de 1974, "Reunião dos agricultores da Ponta do Sol", p. 7; *JM*, 26 de Maio de 1974, "Reunião dos agricultores da Ponta do Sol", p. 2; *JM*, 29 de Maio de 1974, "Assembleia de agricultores na freguesia do Seixal", p. 2; *JM*, 12 de Novembro de 1974, "Vida política – Caderno reivindicativo da população de S. Roque do Faial", p. 2.

[907] *DN*, 22 de Junho de 1974, Assembleia Popular no Faial, p. 6.

[908] *DN*, 7 de Julho de 1974, "O povo de S. Jorge manifesta as suas aspirações", p. 7; *JM*, 7 de Julho de 1974, "Caderno de reivindicações do Povo de S. Jorge", p. 2.

[909] *DN*, 11 de Setembro de 1974, "Governo do Distrito Autónomo do Funchal – Preços do leite", p. 4.

[910] *CF*, 20 de Julho de 1974, edição regional, "A "greve" do leite em S. Vicente", pp. 1, 3-5.

[911] *DN*, 2 de Julho de 1974, "S. Vicente – Um grupo de produtores de leite nega-se a fornecer aquele produto", p. 2; *JM*, 2 de Julho de 1974, "O leite e seus produtores", p. 10.

ao agricultor[912] e em Gaula, defendeu-se a revisão do preço de venda do leite, como medida para estimular a criação de gado vacum[913].

A acção dos produtores de leite, de S. Vicente – que se estendeu durante alguns dias de Julho de 1974 – consistiu na recusa em vender o leite à cooperativa local, tendo estes sofrido ameaças por parte de "caciques locais, integrados na Cooperativa"[914].

Com efeito, a direcção da Cooperativa de Lacticínios do Norte, com sede em S. Vicente, em 9 de Julho de 1974 – face à recusa de alguns associados desta agremiação, da mesma freguesia de S. Vicente, em entregar o leite nos postos de recepção sob a administração da União de Cooperativas – manifestou a sua incompreensão por esta atitude, pois os únicos prejudicados com a mesma seriam esses agricultores grevistas, por não alcançarem o rendimento da venda do leite[915].

Também, a mesma cooperativa não aceitava que outras atitudes fossem tomadas para além das feitas pelas associações representativas, como a União das Cooperativas, que enviou uma exposição ao delegado da JSN na Madeira e das acções a favor da extensão da recolha do leite inteiro, trazendo melhor pagamento aos produtores[916].

Lamentava, ainda, a sua direcção a intervenção, neste processo, de pessoas, "algumas com grandes responsabilidades morais, que não sendo produtoras de leite, mas vivendo à custa dos mesmos", perturbavam e prejudicavam os verdadeiros produtores. Igualmente, foram condenados actos de sabotagem na maquinaria dos postos de recepção do leite, para fomentar uma "greve" que não serviria os agricultores[917].

---

[912] *CF*, 11 de Julho de 1974, edição regional, "Assembleias populares – Calheta", p. 8; *DN*, 5 de Julho de 1974, "Agricultores da Calheta fazem exposição ao governo", p. 8; *JM*, 4 de Julho de 1974, "Problemas que afectam a vida rural da Calheta", p. 11.

[913] *CF*, 11 de Julho de 1974, edição regional, "Assembleias populares – Gaula", p. 8; *DN*, 10 de Julho de 1974, "Os agricultores da freguesia de Gaula analisaram em assembleia os problemas que mais os preocupam", pp. 4 e 7; *JM*, 3 de Julho de 1974, "Domingo em Gaula: comício de agricultores", p. 4; *JM*,10 de Julho de 1974, "Pela Ilha – Em Gaula: o povo reuniu-se num comício e discutiu os seus problemas", pp. 1-2.

[914] *CF*, 11 de Julho de 1974, edição regional, "A luta dos produtores de leite de S. Vicente", p. 2.

[915] *DN*, 10 de Julho de 1974, "Cooperativa de Lacticínios do Norte – Direcção, Comunicado", p. 8; *JM*, 10 de Julho de 1974, "Cooperativa Lacticínios do Norte –Comunicado", p. 5.

[916] *DN*, 10 de Julho de 1974, "Cooperativa de Lacticínios do Norte – Direcção, Comunicado", p. 8; *JM*, 10 de Julho de 1974, "Cooperativa Lacticínios do Norte –Comunicado", p. 5.

[917] *DN*, 10 de Julho de 1974, "Cooperativa de Lacticínios do Norte – Direcção, Comunicado", p. 8; *JM*, 10 de Julho de 1974, "Cooperativa Lacticínios do Norte – Comunicado", p. 5.

No final de Agosto e inícios de Setembro de 1974, surgiu uma nova acção de protesto dos produtores de leite da zona norte da Madeira, negando-se a entregar o produto nos postos de recolha, numa espécie de "greve", exigindo melhores preços[918].

As freguesias aderentes a esta luta foram S. Vicente (no sítio do Lanço), S. Jorge, Santana e Faial. Por consequência, os produtores deixaram de distribuir leite ao domicílio, nomeadamente na cidade do Funchal, sendo as principais reivindicações a exigência de 4$00 por litro de leite que fosse a desnatar no posto e 6$00 pelo que não fosse a essa operação preliminar (o leite completo, destinado ao consumo público), estando-se perante uma acção espontânea destes produtores, sem enquadramento numa organização específica[919]. Houve 1500 litros que não foram vendidos à população citadina, tendo sido distribuídos aos vizinhos e aos porcos[920].

Entretanto, os produtores de leite da Lombada, Ponta do Sol, manifestaram o seu apoio às revindicações apresentadas[921], bem como os criadores de gado leiteiro das freguesias de Serra de Água, Tabua e Ribeira Brava – solidários com as reivindicações dos produtores do norte da ilha, como os de Santana e Faial – decidiram que, a partir deste dia 9 de Setembro de 1974, não entregariam o leite à União das Cooperativas (ILMA)[922].

Por seu turno, os produtores de leite da Ponta do Sol (Livramento, Terças, Adegas, Lombo de S. João e Pomar de D. João) associaram-se às reivindicações dos congéneres da Lombada da Ponta do Sol e de outras freguesias da Madeira[923].

A situação era diferente na Cooperativa Agrícola dos Canhas, que reclamava um preço único médio do leite, abolindo as classificações existentes[924].

---

[918] *DN*, 3 de Setembro de 1974, "No Norte da Ilha produtores de leite não efectuaram entregas", pp. 1, 3 e 7.
[919] *DN*, 3 de Setembro de 1974, "No Norte da Ilha produtores de leite não efectuaram entregas", pp. 1, 3 e 7.
[920] *JM*, 3 de Setembro de 1974, "Greve do leite em Santana e Faial", pp. 1-2.
[921] *DN*, 4 de Setembro de 1974, "A greve dos produtores de leite – Comunicado", p. 3.
[922] *DN*, 8 de Setembro de 1974, "Os criadores de gado do concelho da Ribeira Brava também se recusam à entrega do leite", p. 3.
[923] *DN*, 13 de Setembro de 1974, "Produtores de leite da Ponta do Sol – Comunicado", p. 2.
[924] *DN*, 3 de Setembro de 1974, "No Norte da Ilha produtores de leite não efectuaram entregas", pp. 1, 3 e 7.

Neste processo, a UCALPLIM, em Setembro de 1974, discordava da emissão do despacho do Governo Nacional (datado de 6 de Setembro), que estipulou novos preços de venda e compra do leite para o território português, pelo facto de, na fixação dos preços nacionais, não atender à especificidade da Madeira, não aceitando uma equiparação com o Continente[925].

O movimento reivindicativo obteve o apoio de alguns agrupamentos políticos, como o MDM, na Ponta do Sol[926] e da FPDM, em assembleias populares com produtores de leite, em Santana, Serra de Água e Tabua[927].

A nível da imprensa, o *CF* concedeu a sua solidariedade a esta onda de reivindicações, nomeadamente, publicando extensas reportagens de apoio às "greves" dos produtores de leite, de S. Vicente, em Julho e Setembro de 1974[928].

Por sua vez, o *DM*, em Setembro de 1974, considerou que o preço mínimo a pagar aos produtores de leite na Madeira seria 10$00 por litro[929].

Perante acusações de intromissão de "pessoas absolutamente estranhas à Lavoura e com propósitos nítidos de obtenção de efeitos exclusivamente políticos", nos movimentos de agitação dos produtores de leite[930] – provindas da UCALPLIM – a FPDM reagiu, sublinhando não aceitar essa condenação, referindo esta organização política que se limitava a apoiar as reivindicações dos agricultores[931].

Este movimento questionou a formação da própria UCALPLIM, antes do "25 de Abril", a forma como foram eleitos os seus dirigentes, a sua representatividade e a idoneidade para representar os produtores de leite,

---

925 *DN*, 12 de Setembro de 1974, "União das Cooperativas Agrícolas de Lacticínios e de Produtores de Leite da Ilha da Madeira – Exposição apresentada ao governador do distrito", p. 7; *JM*, 12 de Setembro de 1974, "Problemas de lacticínios da Madeira tratados pela União das Cooperativas", p. 3.

926 *DN*, 21 de Maio de 1974, "Movimento Democrático da Madeira", p. 3; *DN*, 28 de Maio de 1974, "Agricultores da Ponta do Sol debateram problemas da lavoura em reunião promovida pelo Movimento Democrático da Madeira", pp. 1 e 3; *JM*, 21 de Maio de 1974, "Movimento Democrático da Madeira", p. 10.

927 *DN*, 29 de Agosto de 1974, "Comunicado da F.P.D.M. sobre o problema do leite", pp. 3 e 8.

928 *CF*, 20 de Julho de 1974, edição regional, "A "greve" do leite em S. Vicente", pp. 1, 3-5; *CF*, 13 de Setembro de 1974, edição regional, "A greve do leite", pp. 1, 3-5.

929 *DM*, 21 de Setembro de 1974, "Leite", pp. 1 e 5.

930 *DN*, 12 de Setembro de 1974, "União das Cooperativas Agrícolas de Lacticínios e de Produtores de Leite da Ilha da Madeira – Exposição apresentada ao governador do distrito", p. 7; *JM*, 12 de Setembro de 1974, "Problemas de lacticínios da Madeira tratados pela União das Cooperativas", p. 3.

931 *DN*, 14 de Setembro de 1974, "A F.P.D.M. responde num comunicado à União das Cooperativas", p. 3; *JM*, 14 de Setembro de 1974, "A exposição da União das Cooperativas origina um comunicado da F.P.D.M.", p. 2.

acusando-os de terem servido o anterior regime e não apoiado os agricultores. No entendimento da FPDM, foram os pequenos produtores que se juntaram, sem o apoio da UCALPLIM, para fazerem as suas reivindicações imediatas, já comunicadas ao Governo e à Comissão Interministerial[932].

Igualmente, os "representantes dos grupos que aderiram à não entrega do leite" não concordaram com a mencionada alusão política da UCALPLIM[933].

Relativamente a este sector económico do arquipélago, a Comissão Concelhia do Funchal do PCP, em Maio de 1975 pediu a nacionalização de empresas da Madeira, como a ILMA e a União de Cooperativas de Lacticínios[934].

Em Maio de 1975, foi publicada uma portaria da Secretaria de Estado do Abastecimento e Preços, relativa ao regime do leite na Madeira (classificação, preços, montantes, etc.), indo ao encontro das pretensões dos produtores[935].

3.4. Trabalhadores rurais

Os trabalhadores agrícolas ou assalariados rurais (lenhadores, jardineiros, cavadores, tratadores de gado, maquinistas agrícolas e levadeiros), na altura do "25 de Abril", não tinham ordenado fixo, horário de trabalho e assistência médica, constituindo "os mais explorados da agricultura"[936].

Do seu movimento reivindicativo, destacou-se a greve de zelo a 50%, em Janeiro de 1975, dos trabalhadores agrícolas da Quinta do Palheiro Ferreiro, propriedade de Adam Blandy, em virtude de não terem sido satisfeitas as reivindicações de salário mensal de 3300$00 para os trabalhadores com mais de 20 anos e de 2500$00 para os menores, bem como de duas semanas de descanso anual[937]. Esta paralisação foi apoiada por vários organismos, como o

---

[932] *DN*, 14 de Setembro de 1974, "A F.P.D.M. responde num comunicado à União das Cooperativas", p. 3; *JM*, 14 de Setembro de 1974, "A exposição da União das Cooperativas origina um comunicado da F.P.D.M.", p. 2.

[933] *DN*, 15 de Setembro de 1974, "Comunicado dos produtores de leite", p. 12.

[934] *JM*, 3 de Junho de 1975, "Vida política – Partido Comunista, Comunicado", p. 4.

[935] *JM*, 15 de Maio de 1975, "Regime do leite para a Madeira", p. 2.

[936] *DN*, 19 de Abril de 1975, "Assembleias, comícios reuniões – Aos trabalhadores rurais de Santo António", p. 8*; DN*, 17 de Junho de 1975, "Em criação o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas", p. 3.

[937] *CF*, 9 de Janeiro de 1975, separata regional, "Reportagem – Os trabalhadores rurais da Quinta do Palheiro lutam por aumento de salários", pp. 5-6; *DN*, 4 de Janeiro de 1975, "Comunicados

Sindicato dos Empregados de Escritório e o Sindicato dos Operários da Construção Civil[938].

A criação do sindicato deste sector foi uma novidade, após a "Revolução dos Cravos", num processo iniciado em Agosto de 1974, na freguesia de Santo António, Funchal, numa assembleia popular, organizada pela FPDM[939], seguindo-se um leque alargado de reuniões, noutras localidades, como S. Martinho, e Imaculado Coração de Maria, no concelho do Funchal[940].

No quadro das suas pretensões, em Junho de 1975, um grupo de sindicatos madeirenses, reclamou "a integração imediata [dos] trabalhadores agrícolas no Regime Geral de Previdência"[941].

Esta movimentação dos assalariados rurais sofreu algumas tentativas de boicotes das entidades empregadoras patronais, de forma a evitar a formação do respetivo sindicato, e por isso surgiram diversos apelos à união dos trabalhadores[942].

Como consequência da acção da Comissão Pró-Sindicato dos Trabalhadores Assalariados Agrícolas do Distrito do Funchal, em 29 de Outubro de 1975, foi ocupado um prédio da Rua do Castanheiro, com o n.º 31, Funchal –

– Caderno reivindicativo de um grupo de trabalhadores agrícolas", p. 5; *DN*, 9 de Janeiro de 1975, "Comunicados – Dos trabalhadores agrícolas da quinta do Palheiro Ferreiro", p. 6.

938 *DN*, 11 de Janeiro de 1975, "Comunicados – Do Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Funchal", p. 4; *DN*, 17 de Janeiro de 1975, "Comunicados – Do Sindicato Livre dos Operários da Construção Civil e Ofícios Correlativos do Distrito do Funchal, Aos operários e camponeses em luta", p. 6.

939 *DN*, 11 de Agosto de 1974, "Assembleias populares – Em Santo António", p. 1; *DN*, 13 de Agosto de 1974, "Assembleia popular em Santo António", p. 10.

940 *DN*, 18 de Agosto de 1974, "Assembleia popular em Santo António", p. 5; *DN*, 19 de Abril de 1975, Assembleias, comícios reuniões – Aos trabalhadores rurais de Santo António, p. 8*; DN*, 20 de Abril de 1975, "Assembleias, comícios reuniões – Trabalhadores rurais de Santo António", p. 8*; DN*, 17 de Maio de 1975, "Assembleias, comícios reuniões – Trabalhadores agrícolas de S. Martinho", p. 4*; DN*, 6 de Junho de 1975, "Assembleias, comícios reuniões – Trabalhadores agrícolas de Santo António", p. 5*; DN*, 17 de Junho de 1975, "Em criação o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas", p. 3*; DN*, 18 de Junho de 1975, "Assembleias, comícios reuniões – Jardineiros do Funchal", p. 5*; DN*, 14 de Agosto de 1975, "Reunião promovida pela Comissão Provisória Pró-Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito do Funchal", p. 7.

941 *DN*, 25 de Junho de 1975, "A socialização da saúde é obra dos trabalhadores – considera uma moção apresentada por sindicatos", p. 3.

942 *CF*, 12 de Junho de 1975, "Assalariados rurais lutam por um sindicato", pp. 9-10; *JM*, 2 de Julho de 1975, "Comunicados – Aos trabalhadores agrícolas do Distrito do Funchal", p. 2.

um espaço repartido entre este sindicato e o das conserveiras[943] – tendo esta sede sindical iniciado o seu funcionamento, em 3 de Novembro de 1975[944].

Este sector social, através de grupos autónomos e comissões pró-sindicais, interveio nalguns episódios políticos, como a oposição à manifestação do PPD, no dia 27 de Julho de 1975[945], e o apoio à acção "anti-fascista, anti-imperialista e contra a independência da Madeira", contra a FLAMA e de "solidariedade à justa luta do povo de Machico", em 18 de Setembro de 1975[946].

No final deste capítulo, podemos concluir que a questão da colonia esteve prioritariamente na ordem do dia, logo que surgiu a "Revolução dos Cravos". Foi marcante a máxima "A terra a quem a trabalha", que concitou o envolvimento activo de vários intervenientes (caseiros, associações cívicas, movimentos e partidos políticos, entidades oficiais e comunicação social).

Na movimentação dos colonos, visando a abolição do regime da propriedade agrícola em vigor, destacaram-se, por um lado, a reunião, em 23 de Outubro de 1974, com a participação do secretário de Estado da Agricultura, a qual veio legitimar o desejo de mudança pretendida pelos que trabalhavam a terra, trazendo-lhes apoio e confiança, perante os senhorios, e por outro, a manifestação dos caseiros da ilha, em 17 de Novembro de 1974.

Os organismos governamentais foram solicitados a acompanhar esta necessidade de alteração, tendo a proposta de D.L. para a extinção da colonia merecido a contestação dos caseiros, que, na ausência de uma legislação específica e determinativa, nesta matéria, propuseram e mesmo ensaiaram medidas inovadoras, quer na repartição das colheitas, quer no direito de posse da propriedade, tendo grande impacto a recusa de dividir os produtos com o

[943] *DN*, 30 de Outubro de 1975, "Ocupado um prédio à Rua do Castanheiro", p. 8; *DN*, 1 de Novembro de 1975, "Prédio ocupado à Rua do Castanheiro", p. 8; *JM*, 11 de Setembro de 1975, "Comunicados", p. 5*; JM*, 4 de Outubro de 1975, "Comunicados", p. 2.

[944] *DN*, 2 de Novembro de 1975, "Assembleias, comícios, reuniões – Trabalhadores assalariados agrícolas", p. 7.

[945] *DN*, 26 de Julho de 1975, "A manifestação de amanhã", p. 4; *DN*, 27 de Julho de 1975, "A manifestação marcada para hoje", p. 4.

[946] *DN*, 16 de Setembro de 1975, "Manifestação contra a independência da Madeira", p. 8; *DN*, 17 de Setembro de 1975, "Hoje, pelas 17.30 h – Manifestação anti-fascista contra a independência da Madeira", p. 8; *DN*, 17 de Setembro de 1975, "Manifestação anti-fascista contra a independência da Madeira", p. 6; *JM*, 18 de Setembro de 1975, "Manifestação popular anti-fascista contra a independência da Madeira – Comunicados recebidos", p. 5.

senhorio ou então, apenas conceder-lhes uma parte, em vez de meia, e a decisão de ficar com a terra, sem nada pagar ao proprietário e ainda a concretização de ocupação dos seus terrenos.

Este foi um período de alteração do regime de propriedade e de relação social entre o caseiro e o senhorio, a hora de libertação dos colonos e de ruptura com o modelo secular da colonia.

A abolição da colonia, suportada em muitas das reivindicações dos colonos nesta fase, veio a ser plasmada, legalmente, um pouco depois, ou seja, na CRP, em 1976, na Lei de Bases Gerais da Reforma Agrária e no Decreto Regional da Extinção da Colonia, aprovada pela Assembleia Regional da Madeira, ambos em 1977.

A nível da produção sacarina, de forma resumida, verificamos que nas vésperas do "25 de Abril", se vivia uma situação débil, exigindo a intervenção dos organismos oficiais, numa perspectiva de reconversão da cultura da cana-de-açúcar. Aproveitando a nova onda revolucionária, os produtores agrícolas empreenderam algumas movimentações, que contaram com o apoio de associações cívicas, movimentos e partidos políticos.

Em Março de 1975, surge um caderno reivindicativo que, entre outras pretensões, figurava o aumento do preço da cana por Kg, para 2$50, tendo a mobilização dos produtores levado à manifestação de 31 de Março de 1975, seguida de ocupação do engenho do Hinton, durante duas semanas, processo em que funcionou a pressão exercida pela manifestação de 9 de Abril.

A partir desta data, intensificaram-se as negociações entre as partes, resultando num acordo, que, entre outros aspectos, consagrava o valor de 1$40 para o preço de venda da cana à fábrica.

Foi retomada a laboração da Fábrica do Torreão, tendo os agricultores alcançado alguns outros benefícios, para lá do preço fixado, num processo reivindicativo em que foi reconhecida a importância social dos produtores de cana, a nível regional.

Relativamente ao sector da produção leiteira, assinalamos, sumariamente, que o "25 de Abril" possibilitou a expressão de descontentamento dos agricultores, face à situação em que viviam no anterior regime, enfrentando, inclusivamente, os dirigentes das entidades cooperativas e governamentais, tendo sido alcançada a melhoria da sua condição profissional e social.

A exemplo de outros protagonistas sociais do sector primário, sinteticamente, concluímos que os trabalhadores rurais se bateram por melhores proveitos sociais, acção sustentada pela sua organização sindical e com o apoio das forças políticas partidárias.

4. Tensões laborais nos sectores secundário e terciário

A par das tensões e mudanças ocorridas no meio rural madeirense, intimamente associado ao sector primário da economia – do qual já fizemos a abordagem das suas principais áreas – por via do "25 de Abril", registaram-se movimentações e alterações nos sectores secundário e terciário, relativamente às quais faremos uma análise por áreas profissionais. Predominantemente urbanas, estas actividades económicas também se estenderam a outras localidades de fora do Funchal, a única cidade de então.

Na abordagem do mundo laboral nestes dois últimos sectores, além das referências às acções empreendidas e alcançadas em termos reivindicativos, avaliaremos o envolvimento dos profissionais das diferentes áreas e dos respectivos sindicatos nos eventos laborais, sociais e políticos da época revolucionária, procurando, no entanto, evitar a sua repetição neste espaço, quando já estiver expresso noutros capítulos.

Também, procederemos à análise das modificações sofridas no campo sindical, tanto no pensamento, como na organização, e ainda na estratégia e na implementação, derivadas da mudança política, então ocorrida.

Se "antes do 25 de Abril, estávamos praticamente proibidos de falar, de escrever, de nos reunirmos em partidos ou sindicatos livres, de fazermos greves" – como contextualizou Vicente Jorge Silva[947] – agora, nascia uma nova era, em que se podia exigir melhores condições de vida, fruto da "Revolução dos Cravos" e das subsequentes movimentações sindicais e profissionais, então ocorridas.

4.1. Operários da construção civil

No sector secundário da estrutura económica, a acção dos profissionais da construção civil teve um grande impacto, na Madeira, após a Revolução.

[947] *DN*, 19 de Maio de 1974, "O momento político – Vicente Jorge Silva", pp. 1 e 5.

Face ao agravamento de despedimentos, por parte de várias empresas madeirenses, logo após a vitória do "Movimento dos Capitães", como sucedeu na Leacock & C.ª e nos Armazéns Oliveira, o Sindicato dos Operários da Construção, conjuntamente com outros organismos congéneres, com sede no Distrito do Funchal – empregados de escritório e caixeiros, electricistas, metalúrgicos, profissionais de alfaiataria, operários da indústria de panificação, trabalhadores de armazéns, da indústria de bordados e bancários – manifestaram, ao presidente da JSN, a sua apreensão perante esta situação negativa para os trabalhadores e solicitaram medidas para travar esta leva de desemprego[948].

Mas o protesto não se ficou por esta formalidade, tendo surgido várias greves de trabalhadores, exigindo a reintegração de colegas despedidos, sem justa causa, como aconteceu na Batifer e na ERG, ambas em Setembro de 1974, na Sociedade de Serragens da Madeira, em Fevereiro de 1975, e na firma João Augusto de Sousa (Filhos), em Setembro deste ano, tendo resultado, em todas estas acções, a readmissão dos despedidos[949].

Na sequência da deslocação de uma comissão interministerial à Madeira, foi fixado, legalmente, o SMN, a aplicar no arquipélago, no montante de 3300$00 (estabelecido pelo D.L. n.º 217, de 27 de Maio de 1974), abrangendo todo o pessoal representado pelo Sindicato dos Operários da Construção Civil, sendo esse valor devido desde 27 de Maio (data da publicação do decreto). Por consequência, esta associação alertou as entidades patronais para este seu

[948] *DN*, 5 de Junho de 1974, "Vaga de despedimentos – Vários sindicatos do Funchal assumem posição de protesto", p. 3; *JM*, 5 de Junho de 1974, "Sindicato Nacional dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito do Funchal – Telegrama enviado ao Presidente da Junta Salvação Nacional", p. 4.

[949] *CF*, 12 de Setembro de 1974, edição regional, "Comunicado dos operários em greve da ERG", p. 7; *CF*, 12 de Setembro de 1974, edição regional, "Exemplo de unidade – Batifer, empresa de construção civil", p. 6; *CF*, 13 de Fevereiro de 1975, separata regional, "Operários da Sociedade de Serragens lutam contra os despedimentos", p. 5; *DM*, 14 de Setembro de 1974, "Ventos ilhéus – ERG", p. 4; *DN*, 12 de Setembro de 1974, "Voltaram ao trabalho os operários da "ERG"", p. 3; *DN*, 11 de Fevereiro de 1975, "Operários em greve na Sociedade de Serragens da Madeira", p. 3; *DN*, 13 de Fevereiro de 1975, "Terminou a greve na Sociedade de Serragens da Madeira", p. 3; *DN*, 22 de Outubro de 1975, "Trabalhadores repudiam despedimentos", pp. 7-8; *JM*, 11 de Setembro de 1974, "150 operários em greve nas obras do Casino da Madeira", p. 2; *JM*, 12 de Setembro de 1974, "Terminou a greve de solidariedade dos trabalhadores das obras do Casino da Madeira", pp. 1-2.

dever, bem como os trabalhadores para denunciarem ao sindicato o seu incumprimento[950].

A nível remuneratório, em Julho de 1974, e reafirmado em Setembro seguinte, os trabalhadores da construção civil apresentaram, junto da Associação dos Industriais da Construção Civil do Funchal (ex-Grémio), algumas reivindicações – idênticas às já alcançadas e em prática no Continente – consubstanciadas em aumentos salariais, a par da pretensão do horário de 45 horas semanais (nove horas x cinco dias), o direito ao 13.º mês[951] e a um mês de férias e respectivo subsídio a 100%[952].

Na perspectiva de atingir a satisfação destas reivindicações, bem como a melhoria de condições laborais, como a segurança nas obras e o pagamento de ordenados em atraso, os operários de diversas empresas empreenderam paralisações de trabalho, ao longo do período em estudo, registando uma similitude entre elas, no processo reivindicativo, que assentava, basicamente, na greve parcial a 50% na primeira semana, caso as pretensões não fossem aceites, e a redução da produção em 25%, na semana seguinte, se a posição patronal se mantivesse.

Assim, aconteceu com os trabalhadores das firmas Dias & Companhia, Sociedade de Construções ERG, Lda., Madeira Sol-Sociedade Comercial Industrial de Construção Civil, TURICASA-Construções Turísticas Lda., Grão-Pará, S.A.R.L., Batifer-Sociedade de Estudos, Construções e Empreendimentos, Lda., Molaflex-Molas Flexíveis, Lda., Ricardo Gouveia & C.ª, Sérgio Tito da Silva, José Porfírio de Freitas, David de Andrade e Lourenço Simões & Reis Lda., tendo os mesmos atingido, na sua generalidade, as suas pretensões[953].

---

[950] *DN*, 8 de Agosto de 1974, "Sindicato dos Livre dos Operários da Construção Civil e Ofícios Correlativos do Distrito do Funchal", p. 7.

[951] O 13.º mês foi inicialmente designado por "suplemento eventual de ordenado ou pensão", atribuído no mês de Dezembro, a partir de 1972, aos "servidores do Estado, civis e militares, na efectividade de serviço, na reserva, aposentados ou reformados, bem como aos pensionistas a cargo do Ministério das Finanças ou do Montepio dos Servidores do Estado", tendo sido criado pelo governo de Marcello Caetano, através do D.L. n.º 457/72, de 15 de Novembro. Após o "25 de Abril", foi alargado à generalidade dos trabalhadores dos sectores público e privado. *DR*, 1972, D. L. n.º 457/72, de 15 de Novembro.

[952] *CF*, 12 de Setembro de 1974, edição regional, "Movimentação na construção civil", p. 6; *CF*, 19 de Setembro de 1974, edição regional, "Construção civil: as reivindicações", p. 7; *DN*, 7 de Julho de 1974, "O Sindicato dos Operários da Construção Civil bate-se pelos assuntos salariais", p. 10; *JM*, 7 de Julho de 1974, "Sindicato Nacional dos Operários da Construção Civil e Ofícios Correlativos do Distrito do Funchal – Nota oficiosa", p. 4.

[953] *CF,* separata regional, 5 de Dezembro de 1974, "Grão-Pará Matur – A greve continua", p. 2*; CF,* separata regional, 5 de Dezembro de 1974, "Pela emancipação dos trabalhadores – ERG,

Neste contexto de reivindicações, foram alcançados alguns objectivos dos trabalhadores, por sua pressão, e também por negociação com as entidades patronais, como aconteceu com a redução do horário de trabalho semanal dos operários da construção civil, passando de 48 para 45 horas, distribuídas de segunda a sexta-feira[954].

Foi particularmente relevante a forma como os operários da Batifer, em Abril de 1975, entraram em greve e prometeram boicotar as actividades das firmas turísticas Dorisol/Apartisol, ocupando-as, por estas terem dívidas com a Batifer[955]. Entretanto, os trabalhadores da indústria hoteleira ao serviço dos empreendimentos Lido-Sol, Mimosa e Buganvília, com o apoio do respectivo sindicato, decidiram entrar em greve, em solidariedade com os operários da Batifer, tendo então sido suspensa a paralisação, em virtude de "se ter sido conseguido o dinheiro para o pagamento de todos os salários em atraso"[956].

Para além da greve, houve outros métodos de pressão para conseguir as reivindicações reclamadas, como aconteceu com os trabalhadores da Grão-

os operários falam da sua greve", pp. 4-5; *DN*, 1 de Novembro de 1974, "Construção Civil – Operários da firma Dias & C.ª (mais conhecida por Dia & Ramos) em greve parcial", p. 4; *DN*, 7 de Novembro de 1974, "Comunicados – Operários da Construção Civil apresentam reivindicações", p. 6; *DN*, 8 de Novembro de 1974, "Comunicados – Operários da Construção Civil, Vitória da nossa unidade", p. 6; *DN*, 9 de Novembro de 1974, "Comunicados – Dos operários da firma Molaflex-Molas Flexíveis, Lda.", p. 6; *DN*, 10 de Novembro de 1974, "Comunicados – Operários da firma Turicasa", p. 7; *DN*, 12 de Novembro de 1974, "Comunicados – Da construção civil", p. 8; *DN*, 13 de Novembro de 1974, "Comunicados – Da construção civil", p. 5; *DN*, 16 de Novembro de 1974, "Comunicados – Dos trabalhadores da Batifer", p. 5; *DN*, 19 de Novembro de 1974, "Comunicados – Dos operários da firma "Ricardo Gouveia & C.ª"", p. 12; *DN*, 22 de Novembro de 1974, "Trabalhadores da construção civil em greve de zelo", p. 10; *DN*, 3 de Dezembro de 1974, "Comunicados – Aos operários da construção civil", p. 8*; DN*, 10 de Dezembro de 1974, "Reivindicações de operários de construção civil", p. 5*; DN*, 17 de Dezembro de 1974, "Comunicados – Dos operários da firma Tito Silva", p. 5; *DN*, 18 de Fevereiro de 1975, "Comunicados – Dos operários da firma José Porfírio Freitas", p. 10; *DN*, 23 de Fevereiro de 1975, "Trabalhadores da firma José Porfírio de Freitas retomam a sua actividade", p. 3; *DN*, 5 de Março de 1975, "David de Andrade – Caderno reivindicativo", p. 7; *DN*, 10 de Abril de 1975, "Comunicados – Dos operários da firma Lourenço, Simões Reis Lda.", p. 8; *DN*, 4 de Junho de 1975, "Trabalhadores da construção civil da Camacha agradecem resolução dos seus problemas", p. 8*; JM*, 23 de Novembro de 1974, "As obras do novo casino, Os trabalhadores desencadearam greve de zelo – agravasse a problemática do sector", p. 7.

954 *DN*, 19 de Abril de 1975, "Sindicato Livre dos Operários da Construção Civil e Ofícios Correlativos do Distrito do Funchal – Aos operários da construção civil", p. 6*.*

955 *DN*, 6 de Abril de 1975, "Comunicados – Da comissão de trabalhadores da firma Batifer", p. 12; *DN*, 8 de Abril de 1975, "Comunicados – Da comissão de trabalhadores da Hotelaria da Dorisol e Apartisol", p. 8.

956 *DN*, 9 de Abril de 1975, "Comunicados – Dos trabalhadores da Apartisol, Batifer e Dorizol", p. 2; *DN*, 11 de Abril de 1975, "Comunicados – Do Sindicato Livre dos Operários da Construção Civil", p. 6.

Pará e Matur, em Água de Pena, que, após paralisações sem sucesso, durante quase dois meses, ocuparam os locais de trabalho[957].

De igual modo, os trabalhadores de construção civil das empresas Eusébio Pereira e José Gomes Perneta ocuparam o complexo turístico Inter-Atlas (em construção), no Garajau, freguesia do Caniço, exigindo que esta firma estrangeira pagasse às referidas empresas – que se queixavam de não terem recebido daquela – de modo a poderem regularizar os ordenados aos seus trabalhadores[958].

Outros processos de intervenção foram usados, como aconteceu com os operários da empresa Estilo, em Junho de 1975, que iniciaram uma paralisação laboral, com "controle absoluto sobre as entradas e saídas em material e em numerário"[959].

Por seu turno, os trabalhadores de Freitas & Gouveia, em Junho de 1975, decidiram tomar conta da gerência da firma, elegendo, por voto secreto, uma comissão para o efeito[960].

Perante a recusa das entidades patronais em satisfazerem os interesses dos operários e face às suas extremas dificuldades, houve o recurso ao pedido de acção das instituições públicas, como ocorreu, em Novembro de 1974, com o Sindicato da Construção Civil e as CT's das empresas Satrel e Manuel Encarnação, a solicitarem a intervenção do Estado, em virtude de, na primeira firma, haver salários em atraso e, na segunda, "o desaparecimento súbito da entidade patronal"[961]. Por sua vez, os operários da Grão-Pará e Matur, em Fevereiro de 1975, após quase dois meses em greve e ocupação, clamaram pela nacionalização da empresa e o congelamento das contas bancárias e dos bens dos administradores da firma[962].

Num outro nível, agora, mais político, os trabalhadores da firma João Silvério Caires, em 30 de Outubro de 1974, "entraram decididamente na luta anti-

---

[957] *CF,* separata regional, 5 de Dezembro de 1974, "Grão-Pará Matur – A greve continua", p. 2; *DN*, 13 de Novembro de 1974, "Comunicados – Da construção civil", p. 5; *DN*, 23 de Novembro de 1974, "Comunicados – Dos operários da imobiliária construtora Grão-Pará", p. 5; *DN*, 24 de Novembro de 1974, "Comunicados – Dos operários da imobiliária Grão-Pará", p. 9; *DN*, 19 de Fevereiro de 1975, "Pedida da nacionalização da Grão-Pará", p. 3.

[958] *CF*, 12 de Junho de 1975, "Operários ocupam a multinacional Inter-Atlas", p. 4.

[959] *DN*, 26 de Junho de 1975, "Operários de Estilo em paralisação de trabalho", p. 8.

[960] *DN*, 21 de Junho de 1975, "A Comissão de Trabalhadores da firma "Freitas & Gouveia", p. 8.

[961] *DN*, 28 de Novembro de 1974, "Trabalhadores da Construção Civil pretendem intervenção do Estado em empresas de gestão defeituosa", p. 10.

[962] *DN*, 19 de Fevereiro de 1975, "Pedida da nacionalização da Grão-Pará", p. 3.

fascista, pelo saneamento dos reaccionários", tendo procedido à entrega do guarda-livros da empresa, Ludgero Anastácio (que "se intitulava ex-informador da tenebrosa PIDE/DGS, e tinha sido 2.º comandante da famigerada Legião Portuguesa"), às autoridades militares, exigindo que nunca mais voltasse à firma, por ser acusado de fornecer elementos e documentos a pessoas duvidosas da Delegação do Trabalho[963].

No seu percurso, o Sindicato dos Operários da Construção Civil não só apoiou ou censurou manifestações de outras organizações sindicais, populares, políticas e partidárias, como ele próprio organizou iniciativas congéneres, das quais salientamos as manifestações de 21 de Outubro de 1974 e de 19 de Março de 1975.

A primeira, teve como finalidade "protestar contra a alta do custo de vida […] o desemprego […] a exploração capitalista e […] a acção do governador do Distrito que nada [fez] em benefício daquela classe", tendo apelado a que os trabalhadores levassem "vestido o seu fato de trabalho, acompanhado com uma peça de ferramenta" com que trabalhavam, tendo merecido o apoio de algumas agremiações como a UPM[964].

A este propósito, o Governo do Distrito denunciou que a "manifestação, desfile e o comício em referência não [estavam] em condições de serem realizados", porque não tinham sido cumpridos os requisitos legais estipulados no D.L. n.º 407/74, de 29 de Agosto, nomeadamente porque não foi feito o aviso prévio ao Governo do Distrito, com pelo menos dois dias úteis[965].

Apesar de proibida pelas autoridades civis e militares, na manifestação dos operários da construção civil, em 21 de Outubro de 1974, com cerca de 7000 pessoas, foram "salvaguardados o civismo e a ordem", onde "o povo falou", com

963 *DN*, 6 de Novembro de 1974, "Comunicados – Do Sindicato Livre dos Operários da Construção Civil e Ofícios Correlativos do Distrito do Funchal – Saneamento da firma João Silvério Caires", p. 6.

964 *DN*, 19 de Outubro de 1974, "Manifestação e comício promovidos pelo Sindicato dos Operários da Construção Civil do Funchal", p. 8; *DN*, 19 de Outubro de 1974, "O UPM e a manifestação dos operários da Construção Civil", p. 8; *DN*, 20 de Outubro de 1974, "Sindicato Livre dos Operários da Construção Civil e Ofícios Correlativos do Distrito do Funchal", p. 7.

965 *DN*, 20 de Outubro de 1974, "O Governo do Distrito lembra as disposições legais para a realização de manifestações e comícios", p. 1; *JM*, 20 de Outubro de 1974, "A anunciada manifestação dos trabalhadores de Construção Civil – Comunicados, Governo do Distrito Autónomo do Funchal", pp. 1 e 4.

intervenções de dirigentes sindicais no comício realizado no Jardim Municipal, pedindo-se o saneamento de Fernando Rebelo e o combate ao custo de vida[966].

O Sindicato Livre dos Operários da Construção Civil considerou esta manifestação-comício uma "vitória para a classe operária", tendo manifestado o seu "repúdio pelo fascismo, pelo capitalismo e pela burguesia" e os trabalhadores "mostraram bem que não deseja[vam] o Fernando Rebelo" como governador, porque "esta[va] feito com a burguesia"[967].

Entretanto, o *CF* considerou esta manifestação "uma autêntica demonstração da força e da unidade da classe operária", exigindo a saída de Fernando Rebelo e o fim dos despedimentos[968]. Por seu turno, o *DM* considerou que, "mesmo ilegal, a manifestação veio demonstrar que a força est[ava] no povo"[969].

Já a manifestação de 19 de Março de 1975 – sem dísticos partidários ou de associações políticas – promovida igualmente pelo Sindicato da Construção Civil, no Funchal, reclamou que o ordenado mínimo de 3300$00 era um "salário da fome", condenando os despedimentos e clamando pela "morte ao fascismo e ao capitalismo"[970].

Expressaram apoio a esta manifestação diversas organizações, como o Sindicato dos Empregados e Operárias dos Bordados, a Comissão Instaladora do Sindicato dos Operários das Obras de Vimes e Profissões Anexas do Distrito do Funchal, um grupo de bordadeiras de Santa Cruz, um grupo de taxistas, a UPM, a FEC(M-L), a FPDM, o CIPM, o MAIA, a ADM-PMD e o PRP/BR[971].

---

966 *DN*, 22 de Outubro de 1974, "A manifestação e comício promovidos pelo Sindicato dos Operários da Construção Civil, p. 10; *JM*, 22 de Outubro de 1974, p. 1.

967 *DN*, 23 de Outubro de 1974, Comunicado do Sindicato Livre dos Operários da Construção Civil e Ofícios Correlativos do Distrito do Funchal", p. 6.

968 *CF,* separata regional, 21 de Novembro de 1974, "Manifestação dos operários da construção civil", p. 7.

969 *DM*, 26 de Outubro de 1974, "Os operários da construção civil manifestaram-se pela cidade", p. 5.

970 *DN*, 18 de Março de 1975, "Comunicados – Do Sindicato Livre dos Operários da Construção Civil e Ofícios Correlativos do Distrito do Funchal", p. 2; *DN*, 19 de Março de 1975, "Comunicados – Do Sindicato Livre dos Operários da Construção Civil e Ofícios Correlativos do Distrito do Funchal", p. 8.

971 *DN*, 18 de Março de 1975, "Comunicados – Da F.E.C. à classe operária e aos trabalhadores", p. 2; *DN*, 18 de Março de 1975, "Comunicados – Do Sindicato Livre dos Empregados e Operárias da Indústria de Bordados e Tapeçarias da Madeira, Todos à grande manifestação", p. 2; *DN*, 18 de Março de 1975, "Comunicados – Do U.P.M. (União do Povo da Madeira)", p. 2; *DN*, 19 de Março de 1975, "Comunicados – Da Associação Democrática Madeirense de Mutualistas", p. 8; *DN*, 19 de Março de 1975, "Comunicados – Da Comissão Instaladora do Sindicato dos Operários das Obras de Vimes e Profissões Anexas do Distrito do Funchal", p. 8; *DN*, 19 de Março de 1975, "Comunicados – Da Frente Popular Democrática da Madeira",

Foi uma "grandiosa manifestação", tendo havido diversas intervenções abordando os despedimentos, a situação das bordadeiras, a unidade das classes trabalhadoras e do MFA para impedir a tentativa de golpe de Estado do "11 de Março"[972], o saneamento do presidente da CA da CMM, José Alexandre Teixeira, a aliança operária-camponesa e a denúncia da acção do Exército de Libertação da Madeira[973].

Por coincidência, no decorrer desta manifestação de 19 de Março, "quando milhares de manifestantes, em frente do Palácio de São Lourenço, pediam o saneamento do chefe do Distrito", Fernando Rebelo, a sua exoneração foi comunicada aos populares, por Carlos de Azeredo, governador militar[974], tendo a mesma já sido apresentada, ao ministro da Administração Interna[975].

Os operários da construção civil, mobilizados pelo seu sindicato, viram-se, também, envolvidos noutros acontecimentos relevantes da época, como foi a desocupação violenta do Posto Emissor da *EN*, na Rua do Netos, no Funchal, em 7 de Outubro de 1975[976], cuja abordagem detalhada tem lugar no capítulo da

---

p. 8; *DN*, 19 de Março de 1975, "Comunicados – Da União do Povo da Madeira", p. 8; *DN*, 19 de Março de 1975, "Comunicados – De um Grupo de Bordadeiras de Santa Cruz", p. 8; *DN*, 19 de Março de 1975, "Comunicados – De um Grupo de Taxistas", p. 8; *DN*, 19 de Março de 1975, "Comunicados – De "MAIA" - Movimento Autonomia Ilhas Atlânticas Madeira-Porto Santo", p. 8; *DN*, 19 de Março de 1975, "Comunicados – Do Centro de Informação Popular de Machico", p. 8; *DN*, 19 de Março de 1975, "Comunicados – Do P.R.P-B.R.", p. 8.

[972] Depois da renúncia de António de Spínola do cargo de PR, em 30 de Setembro de 1974, este e os seus apaniguados da direita ensaiaram uma revolta contra a situação política vigente, em 11 de Março de 1975, tendo o RALIS (então considerada unidade revolucionária) sido atacado a partir da Base de Tancos. O MFA conseguiu derrotar a tentativa de golpe de Estado, tendo os derrotados fugido para Espanha. Consequentemente, a ala spinolistas e de direita foi afastada, reforçando-se o poder da esquerda, designadamente do PCP, tendo surgido o CR (substituindo a JSN e o CE) e procedeu-se a alterações significativas, como as nacionalizações (banca, seguros e transportes) e a reforma agrária. Nesta fase, foi apontado o socialismo como a meta da Revolução portuguesa, baseado no "poder popular" e no "poder dos trabalhadores". MOREIRA, 1998, "A instituição da democracia. A Assembleia Constituinte e a Constituição de 1976, Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976)", pp. 193-209; SÁNCHEZ CERVELLÓ, 1993, "A Revolução portuguesa – o 11 de Março", pp. 81-86.

[973] *DN*, 20 de Março de 1975, "Convocada pelo Sindicato Livre da Construção Civil – Grandiosa manifestação percorreu as ruas do Funchal", pp. 1 e 8.

[974] *DN*, 20 de Março de 1975, "Convocada pelo Sindicato Livre da Construção Civil – Grandiosa manifestação percorreu as ruas do Funchal", pp. 1 e 8; *JM*, 20 de Março de 1975, "O Dr. Fernando Rebelo deixa o cargo de governador do Distrito", pp. 1 e 10.

[975] *DN*, 20 de Março de 1975, "O dr. Fernando Rebelo pediu a exoneração do cargo de Governador do Distrito", p. 1.

[976] *DN*, 8 de Outubro de 1975, "O Comando Militar Independente da Madeira e os acontecimentos na *Emissora Nacional* – Comunicado", p. 8; *DN*, 8 de Outubro de 1975, "Os acontecimentos na versão oficial do C.T.I.M.", p. 1; *DN*, 8 de Outubro de 1975, "Tarde de forte tensão em toda a cidade – Ocupado o Emissor Regional da Madeira, Comércio e cafés encerrados, Recontros provocam 70 feridos", pp. 1 e 8; *DN*, 8 de Outubro de 1975, "70 feridos ligeiros – segundo um comunicado oficial", p. 8; *JM*, 8 de Outubro de 1975, "Funchal à mercê da desordem e da

autonomia e do separatismo, tendo sido atribuída a responsabilidade pelos incidentes aos "adeptos da FLAMA e do PPD", "servindo-se dos retornados como capa"[977].

Igualmente, os profissionais deste sector corresponderam, activamente, ao Dia de Trabalho Nacional, um domingo, 6 de Outubro de 1974, por apelo do PM, Vasco Gonçalves, como forma de comemorar a "vitória do MFA e das forças democráticas", relativamente aos acontecimentos do "28 de Setembro"[978], iniciativa que recolheu o apoio de diversas entidades, nomeadamente sindicais, tanto no país, como na Madeira[979].

Este sindicato tomou posição sobre diversos acontecimentos nacionais. Assim, considerou que a conspiração do "28 de Setembro de 1974" fora "uma vitória do Povo trabalhador português" sobre os "fascistas", fruto de uma "vigilância apertada sobre todos os carros (veículos) que entravam ou saíam das principais cidades" no Continente, acção que, na opinião do sindicato, deveria ser seguida na Madeira, havendo necessidade de "desmascarar os fascistas"[980].

Do mesmo modo, de trabalhadores da construção civil madeirense surgiu o apoio às medidas tomadas pelo CR, no dia 15 de Abril de 1975, designadamente as nacionalizações de empresas de transportes (CP, TAP), produção, transporte e distribuição de energia eléctrica[981].

No quadro das suas iniciativas, os delegados e CT's do Sindicato dos Operários da Construção Civil, no dia 26 de Agosto de 1975, ocuparam o edifício da ex-LP, na Rua dos Ferreiros, no Funchal, depois de – na versão da CT da

---

indisciplina – Populares tomaram o Emissor Regional da *E.N.*, hastearam a bandeira nacional e exigiram saneamentos", pp. 1, 6-7.

977 *JM*, 11 de Outubro de 1975, "Trabalhadores da construção civil apresentam a sua versão na ocupação da *E.N.*", p. 2.

978 António de Spínola, PR, empreendeu uma acção visando aumentar o seu peso político-institucional, na perspectiva de sobrepor-se ao MFA e aos partidos políticos, designadamente no processo da descolonização portuguesa. Para o efeito, pretendia uma manifestação da "maioria silenciosa", em Lisboa, no dia 28 de Setembro de 1974, ocasião que proporcionaria um confronto entre os seus apoiantes conservadores e as forças de esquerda, o que lhe possibilitaria declarar o estado de sítio e assumir, então, as rédeas do poder nacional. Este projecto foi rejeitado pelos partidos de esquerda, nomeadamente pelo PS, PCP e MDP/CDE e pela mobilização popular, não tendo colhido a aceitação do MFA, da JSN e do Conselho de Estado. Por consequência, derrotado, António de Spínola demitiu-se do cargo, em 30 de Setembro de 1974, sendo o seu sucessor, no cargo de PR, Costa Gomes. SÁNCHEZ CERVELLÓ, 1993, "A Revolução portuguesa – o 28 de Setembro", pp. 74-80.

979 *DN*, 2 de Outubro de 1974, "Domingo: Dia de Trabalho", pp. 1 e 6.

980 *DN*, 1 de Outubro de 1974, "Sindicato Livre dos Operários da Construção Civil e Ofícios Correlativos do Distrito do Funchal", p. 6.

981 *DN*, 17 de Abril de 1975, "Trabalhadores madeirenses enviaram telegramas ao Conselho da Revolução", p. 8.

Grão-Pará, Água de Pena – há cerca de três meses, o organismo sindical ter negociado, sem sucesso, a sua utilização com o proprietário do prédio e a JPM[982].

Tendo em conta a participação activa deste sindicato madeirense, na vida política regional, houve algumas outras tensões, que tiveram por alvos dirigentes principais da agremiação dos operários da construção civil.

Assim, perante uma "onda de boatos" acerca do presidente, Diamantino Alturas[983], e do consultor jurídico do sindicato, Milton Morais Sarmento, bem como sobre "militantes operários progressistas" – "arma dos fascistas", para procurar neutralizar a sua acção e "desmobilizar os trabalhadores e para os dividir" – o referido sindicato deu um "aviso a todos os fascistas", no sentido de reagir a "qualquer ataque", prometendo, designadamente que na "manhã seguinte, nenhuma das casas dos fascistas […] amanhecer[i]a de pé"[984].

Depois, na madrugada de 22 de Setembro de 1975, foram hospitalizados o empreiteiro José Cardoso e o presidente do Sindicato dos Operários da Construção Civil, Diamantino Alturas, após uma "desordem no exterior de um hotel-apartamento", segundo o *DN*[985].

Seguiu-se uma reunião dos operários da construção civil, no dia seguinte, tendo por base o facto de "o presidente do Sindicato ter sido atacado à traição e barbaramente agredido pelo empreiteiro José Cardoso". Após a concentração junto à sede sindical, houve uma manifestação de centenas de operários, até ao Palácio de São Lourenço, em solidariedade com o seu presidente, contra as actividades separatistas e por "justiça popular", tendo uma sua delegação sido recebida por Carlos de Azeredo, o qual informou que seria feita justiça, com "civismo, disciplina e com firmeza" [986].

---

[982] *DN*, 27 de Agosto de 1975, "Sindicato da Construção Civil ocupa prédio da ex-Legião Portuguesa", p. 8; *DN*, 3 de Setembro de 1975, "Trabalhadores da Grão-Pará apoiam decisão do Sindicato", p. 3.

[983] Ver anexo.

[984] *DN*, 1 de Agosto de 1975, "Trabalhadores da construção civil ameaçam reagir fortemente contra atentados fascistas", p. 7; *JM*, 1 de Agosto de 1975, "Sindicato Livre dos Operários da Construção Civil e Ofícios Correlativos do Distrito do Funchal – Comunicado do Plenário das Comissões de Trabalhadores", p. 8.

[985] *DN*, 23 de Setembro de 1975, "2 indivíduos hospitalizados devido a ferimentos consequentes a uma desordem", p. 8.

[986] *DN*, 23 de Setembro de 1975, "Sindicato Livre dos Operários da Construção Civil e Ofícios Correlativos dos Distrito do Funchal – Comunicado", p. 7; *DN*, 24 de Setembro de 1975, "Operários da Construção Civil solidários com o presidente do Sindicato", p. 8; *DN*, 24 de

O comandante do COPMAD prometeu que os militares fariam a segurança, no hospital, de Diamantino Alturas e que seria aberto um processo, "pois na origem dos acontecimentos poder[iam] estar razões políticas". Entretanto, no aludido plenário sindical, foi decidido que todas as empresas do sector deveriam pagar o dia, por inteiro, deste 23 de Setembro (em que se realizou esta assembleia sindical), "em sinal de protesto ao ocorrido ao presidente da Direcção do Sindicato" e se tal não acontecesse, os operários fariam uma "paralisação geral"[987]. Também, a referida manifestação exigiu a nacionalização da empresa de José Cardoso, bem como a garantia de segurança de Diamantino Alturas, tendo os mesmos gritado "justiça popular" e "armas para o povo"[988].

Conforme se verificou, o Sindicato da Construção Civil do Funchal, no período em estudo, teve um papel bastante importante no tecido socioeconómico e político.

Segundo o *DN*, existia "pouca dinamização das direcções dos sindicatos e das secções sindicais dos partidos políticos", sentindo-se os trabalhadores "abandonados" e vivia-se uma "apatia" na Madeira, "refúgio de um reaccionarismo primário que continua[va] através dos seus caciques a dominar a quase totalidade da população", concluindo que "a legalidade revolucionária não parec[ia] ter cá chegado". Exceptuava-se o Sindicato da Construção Civil, "praticamente o único que desenvolvi[a] uma verdadeira luta de classes"[989].

Setembro de 1975, "Sindicato Livre dos Operários da Construção Civil e Ofícios Correlativos dos Distrito do Funchal", p. 6.

[987] *DN*, 23 de Setembro de 1975, "Sindicato Livre dos Operários da Construção Civil e Ofícios Correlativos dos Distrito do Funchal – Comunicado", p. 7; *DN*, 24 de Setembro de 1975, "Operários da Construção Civil solidários com o presidente do Sindicato", p. 8; *DN*, 24 de Setembro de 1975, "Sindicato Livre dos Operários da Construção Civil e Ofícios Correlativos dos Distrito do Funchal", p. 6.

[988] *JM*, 24 de Setembro de 1975, "Manifestação dos trabalhadores da construção civil", p. 8.

[989] *DN*, 1 de Janeiro de 1975, "*DN* 1974 – Sindicalismo, Em Portugal após o 25 de Abril," Arnaldo Rodrigues Freitas Capelo, pp. 4 e 9.

4.2. Profissionais de bordados e tapeçarias

Na indústria de bordados e tapeçarias, houve, também, várias tensões, em grande parte, devido às reivindicações apresentadas, logo após o "25 de Abril".

Em Maio de 1974, as trabalhadoras ao serviço das fábricas deste sector elaboraram uma lista de reivindicações, como a actualização de ordenados (salário mínimo de 3500$00 e remuneração mensal), a fixação do horário de trabalho em 40 h semanais, 30 dias de férias ao fim de um ano de serviço, a reforma aos 55 anos, refeitórios condignos para o pessoal, dois períodos de 10 minutos para o lanche (um de manhã, outro de tarde), um mínimo de condições sanitárias e melhores condições de trabalho[990].

O sindicato destes profissionais contestou a vaga de despedimentos, designadamente de operárias da Madeira Supérbia e da firma Aníbal Fernando

[990] *CF*, 30 de Maio de 1974, edição regional, "Operárias de bordados: a união faz a força", pp. 11-12; *DN*, 25 de Maio de 1974, "Sindicato Nacional dos Empregados e Operárias da Indústria de Bordados da Madeira", p. 7; *DN*, 26 de Maio de 1974, "Sindicato Nacional dos Empregados e Operárias da Indústria de Bordados da Madeira", p. 2; *DN*, 27 de Maio de 1974, "Sindicato Nacional dos Empregados e Operárias da Indústria de Bordados da Madeira", p. 2; *DN*, 28 de Maio de 1974, "Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Bordados e Tapeçarias da Madeira – Assembleia geral extraordinária", p. 2; *DN*, 28 de Maio de 1974, "Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Bordados e Tapeçarias da Madeira – Aviso", p. 2; *DN*, 29 de Maio de 1974, "Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Bordados e Tapeçarias da Madeira – Assembleia geral extraordinária", p. 2; *DN*, 29 de Maio de 1974, "Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Bordados e Tapeçarias da Madeira – Aviso", p. 2; *DN*, 30 de Maio de 1974, "Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Bordados e Tapeçarias da Madeira – Assembleia geral extraordinária", p. 7; *DN*, 30 de Maio de 1974, "Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Bordados e Tapeçarias da Madeira – Aviso", p. 7; *DN*, 31 de Maio de 1974, "Trabalhadores da Indústria de Bordados da Madeira analisam problemas da classe", p. 6; *JM*, 25 de Maio de 1974, "Sindicato Nacional dos Empregados e Operárias da Indústria de Bordados da Madeira", p. 11*; JM*, 26 de Maio de 1974, "Sindicato Nacional dos Empregados e Operárias da Indústria de Bordados da Madeira", p. 5; *JM*, 28 de Maio de 1974, "Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Bordados e Tapeçarias da Madeira – Assembleia geral extraordinária", p. 11; *JM*, 29 de Maio de 1974, "Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Bordados e Tapeçarias da Madeira – Assembleia geral extraordinária", p. 11; *JM*, 30 de Maio de 1974, "Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Bordados e Tapeçarias da Madeira – Assembleia geral extraordinária", p. 11; *JM*, 31 de Maio de 1974, "Trabalhadores da Indústria de Bordados da Madeira analisam problemas da classe", p. 11.

Trindade[991], chegando a organizar uma campanha de recolha de fundos, como meio de solidariedade com dezenas de despedidas no sector[992].

Para a obtenção das suas pretensões, houve greves em algumas empresas, como na fábrica de tapeçarias e bordados Madeira Supérbia, Lda., em 5 de Novembro de 1974[993].

Esta paralisação teve como principal reivindicação a solidariedade com as seis colegas já despedidas pela entidade patronal, com a previsão de se registarem 19 novos despedimentos, queixando-se, também, as trabalhadoras de que eram pagas por dias de trabalho, não auferiam o SMN e não esperavam receber o subsídio de Natal[994].

Foram várias as organizações de âmbito regional, que prestaram a sua solidariedade a esta greve, como os Sindicatos dos Empregados e Operárias de Bordados, dos Empregados de Escritório, dos Operários da Construção Civil, dos Empregados Bancários, dos Profissionais da Indústria Hoteleira, de um grupo de trabalhadores do Bazar do Povo, da UPM, do PPD e do PS[995]. Diversos

---

991 *DN*, 8 de Outubro de 1974, "Sindicato Livre dos Empregados e Operárias da Indústria de Bordados e Tapeçarias da Madeira – Comunicado", p. 5; *DN*, 10 de Outubro de 1974, "Comunicado do Sindicato Nacional dos Empregados e Operárias da Indústria de Bordados da Madeira", p. 7.

992 *DN*, 14 de Dezembro de 1974, "Sindicato Livre dos Empregados e Operárias da Indústria de Bordados da Madeira – Comunicado, Campanha de solidariedade às despedidas", p. 2.

993 *DN*, 23 de Agosto de 1974, "Sindicato Nacional dos Empregados e Operárias da Indústria de Bordados da Madeira – Convocação", p. 2; *DN*, 25 de Agosto de 1974, "Sindicato Nacional dos Empregados e Operárias da Indústria de Bordados da Madeira – Convocação", p. 11; *DN*, 27 de Agosto de 1974, "Sindicato Nacional dos Empregados e Operárias da Indústria de Bordados da Madeira – Convocação", p. 2; *DN*, 28 de Agosto de 1974, "Sindicato Nacional dos Empregados e Operárias da Indústria de Bordados da Madeira – Convocação", p. 2.

994 *DN*, 6 de Novembro de 1974, "Despedimentos na Madeira Supérbia provocam paralisação do trabalho", p. 3; *DN*, 7 de Novembro de 1974, "A greve continua na fábrica "Madeira Supérbia"", p. 1; *JM*, 6 de Novembro de 1974, "As operárias da Madeira Supérbia em greve dizem não aos despedimentos", pp. 1, 7 e 10*; JM*, 8 de Novembro de 1974, "Na Madeira Supérbia a greve continua", p. 2.

995 *DN*, 6 de Novembro de 1974, "Comunicados – Do Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Funchal", p. 6; *DN*, 6 de Novembro de 1974, "Comunicados – Do U.P.M.", p. 6; *DN*, 6 de Novembro de 1974, "Comunicados – Sindicato Livre dos Empregados e Operárias da Indústria de Bordados da Madeira, As operárias da Madeira Supérbia em greve", p. 6; *DN*, 7 de Novembro de 1974, "Comunicados – Da Delegação do Sindicato dos Empregados Bancários do Distrito de Lisboa no Funchal", p. 6; *DN*, 7 de Novembro de 1974, "Comunicados – Do Partido Socialista, N.º 3", p. 6; *DN*, 7 de Novembro de 1974, "Comunicados – Do Sindicato Livre dos Operários da Construção Civil e Ofícios Correlativos do Distrito do Funchal", p. 6; *DN*, 8 de Novembro de 1974, "Comunicados – Do Sindicato da Hotelaria", p. 6; *DN*, 10 de Novembro de 1974, "Comunicados – De Profissionais do Bazar do Povo", p. 7; *JM*, 6 de Novembro de 1974, "As operárias da Madeira Supérbia em greve", p. 7; *JM*, 6 de Novembro de 1974, "Partido Popular Democrático, Núcleo Regional do Funchal – Comunicado", p. 8; *JM*, 6 de Novembro de 1974, "Viva a luta da Madeira Supérbia! Fim aos despedimentos", p. 10.

grupos profissionais colaboraram com apoio financeiro às grevistas, como os empregados dos empreendimentos hoteleiros Madeira Palácio, Savoy, Buganvília e Matur[996].

Como resultado desta greve na Madeira Supérbia, das 28 operárias despedidas, foram readmitidas 22, em 9 de Novembro de 1974, sendo, depois, em 17 de Março de 1975, reintegradas as restantes seis[997]. O Sindicato dos Empregados e Operárias da Indústria de Bordados exaltou esta greve como um "marco da luta […] contra os despedimentos […] um exemplo para todas as trabalhadoras"[998], tendo o *CF* considerado que "a luta unida da classe operária [era] invencível"[999].

Os trabalhadores da Madeira Supérbia, em Setembro de 1975, voltaram à acção reivindicativa, ocupando a fábrica e impedindo a saída dos patrões, sem que lhes pagassem os ordenados em dívida, mantendo-se a ocupação ainda nos primeiros de Outubro, com o apoio do Sindicato dos Empregados e Operárias dos Bordados[1000].

No quadro das actividades reivindicativas, em Janeiro de 1975, entraram em greve as operárias e os empregados da firma Madeira House, porque "o patrão há quatro semanas que não pagava o salário"[1001].

Solidarizaram-se com esta paralisação o Sindicato dos Carregadores e Descarregadores de Terra do Porto, a CT da firma Electrónica, o Sindicato dos Empregados de Escritório, o Sindicato dos Operários da Construção Civil e um grupo de trabalhadores do Bazar do Povo[1002].

---

[996] *DN*, 8 de Novembro de 1974, "Gesto de solidariedade do pessoal do "Hotel Madeira Palácio"", p. 4; *DN*, 15 de Novembro de 1974, "Profissionais de hotelaria solidários com as operárias da "Madeira Supérbia"", p. 5; *DN*, 21 de Novembro de 1974, "Trabalhadores da Matur apoiam operárias da "Madeira Supérbia"", p. 8.

[997] *DN*, 10 de Novembro de 1974, "Comunicados – Readmissão das Operárias da Madeira Supérbia", p. 7; *DN*, 16 de Março de 1975, "Sindicato Livre dos Empregados e Operárias da Indústria de Bordados e Tapeçarias da Madeira – Comunicação", p. 2.

[998] *DN*, 10 de Novembro de 1974, "Comunicados – Readmissão das Operárias da Madeira Supérbia", p. 7.

[999] *CF,* separata regional, 21 de Novembro de 1974, "Operárias de bordados, uma vitória", p. 6.

[1000] *DN*, 1 de Outubro de 1975, "Trabalhadores de bordados pedem nacionalização da indústria", p. 5; *DN*, 7 de Outubro de 1975, "A situação na "Madeira Supérbia"", p. 8.

[1001] *DN*, 11 de Janeiro de 1975, "Comunicados – Do Sindicato Livre dos Empregados e Operárias da Indústria de Bordados da Madeira", p. 4; *DN*, 15 de Janeiro de 1975, "Comunicados – Do Sindicato Livre dos Empregados e Operárias da Indústria de Bordados da Madeira", p. 5; *JM*, 11 de Janeiro de 1975, "Comunicado das operárias da Madeira House", p. 4.

[1002] *DN*, 16 de Janeiro de 1975, "Comunicados – Do Sindicato dos Carregadores e Descarregadores de Terra do Porto e Distrito do Funchal", p. 4; *DN*, 17 de Janeiro de 1975, "Comunicados – Das trabalhadoras da Electrónica", p. 7; *DN*, 17 de Janeiro de 1975, "Comunicados – Do Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito do

Após sete semanas de greve, mais precisamente no dia 28 de Fevereiro de 1975, foi "alcançada a vitória" das operárias e dos empregados da Madeira House, sendo entendida também como uma vitória comum dos trabalhadores que os apoiaram[1003].

Entretanto, em Abril de 1975, as bordadeiras da firma J. C. Silva ameaçaram entrar em greve, no dia 2 de Maio de 1975, caso não fosse satisfeito o seu caderno reivindicativo, apresentado à entidade patronal, no qual eram reclamados aumentos salariais, um mês de férias e respectivo subsídio, melhoria de condições de trabalho na fábrica e horário semanal de 40 horas[1004].

Importa salientar que, no âmbito de novas regalias obtidas pelas operárias de bordados e tapeçarias, figuraram um aumento salarial às bordadeiras, a partir de 1 de Agosto de 1974[1005], e oito horas de trabalho diário para as operárias de bordados, em Março de 1975[1006].

Neste campo reivindicativo do sector dos bordados, a UPM tomou uma posição programática, em Junho de 1974, reconhecendo o papel do bordado na economia regional e na libertação da mulher e advogando a criação de associações autónomas de bordadeiras em cooperação directa com o sindicato livre das operárias de bordados e a existência de comissões eleitas pelas associações e sindicato, para estudo do futuro do bordado[1007].

Entretanto, surgiu a formação de cooperativas nesta indústria, como forma de contornar a crise em que vivia. Assim, em Maio de 1975, as operárias da firma Aníbal Fernando da Trindade Lda. – considerando "a situação precária

---

Funchal", p. 7; *DN*, 17 de Janeiro de 1975, "Comunicados – Do Sindicato Livre dos Operários da Construção Civil e Ofícios Correlativos do Distrito do Funchal, Aos operários e camponeses em luta", p. 6; *DN*, 23 de Janeiro de 1975, "Movimentação de trabalhadores – Na "Madeira House"", p. 3; *DN*, 25 de Janeiro de 1975, "Comunicados –Dos trabalhadores do Bazar do Povo", p. 5.

[1003] *DN*, 1 de Março de 1975, "Terminou a greve na Madeira House", p. 8; *DN*, 4 de Março de 1975, "Comunicados – Madeira House: uma vitória de todos os trabalhadores", p. 2.

[1004] *DN*, 15 de Abril de 1975, "Bordadeiras ameaçam greve", pp. 1 e 3.

[1005] *DN*, 8 de Agosto de 1974, "Sindicato Nacional dos Empregados e Operárias da Indústria de Bordados da Madeira – Comunicado", p. 7; *DN*, 9 de Agosto de 1974, "Sindicato Nacional dos Empregados e Operárias da Indústria de Bordados da Madeira – Comunicado", p. 7; *DN*, 10 de Agosto de 1974, "Sindicato Nacional dos Empregados e Operárias da Indústria de Bordados da Madeira – Comunicado", p. 4.

[1006] *DN*, 18 de Março de 1975, "Assinados no Ministério do Trabalho novos acordos para trabalhadores dos Sindicatos de Construção Civil e dos Bordados da Madeira", p. 1.

[1007] *CF*, 1 de Julho de 1974, edição regional, "Programa de acção imediata do UPM", pp. 6-7; *DN*, 2 de Julho de 1974, "UPM – programa de acção imediata", p. 2; *EF*, 1 de Julho de 1974, "A Madeira e a política", José Manuel Silva, pp. 7 e 12; *JM*, 30 de Junho de 1974, "UPM – União do Povo da Madeira, Programa de acção imediata", p. 2.

da firma", e passando uma "certidão de óbito" ao sistema capitalista, pois a luta reivindicativa era uma "perda de tempo" – decidiram formar uma cooperativa, que fora a primeira cooperativa de produção de bordados na Madeira[1008].

Depois, em Julho de 1975, os trabalhadores da firma The Madeira House Lda. decidiram constituir uma "cooperativa operária de produção", denominada Madeira House Cooperativa de Bordados, S.C.A.R.L.[1009].

Por seu turno, um grupo de bordadeiras de Machico, em 21 de Junho de 1975, ocupou um prédio, pertencente ao Grémio dos Bordados – contando com o apoio do CIPM, da UPM e do Sindicato dos Empregados e Operárias de Bordados – tendo surgido uma cooperativa neste sector económico[1010]. Em particular, o CIPM, apoiante da ocupação em causa, saudou esta acção, por ser favorável à "emancipação" das trabalhadoras[1011].

Como forma de minorar os efeitos da crise do sector dos bordados, o Sindicato dos Empregados e Operárias da Indústria de Bordados pediu, ao secretário de Estado de Trabalho, a "nacionalização da indústria de bordados e a expropriação da propriedade privada das entidades patronais"[1012],

Também, por ocasião da ocupação da fábrica da Madeira Supérbia, em Setembro de 1975, os seus trabalhadores solicitaram ao Governo Nacional a nacionalização da indústria dos bordados madeirense, bem como a expropriação dos respectivos bens privados[1013].

No campo sindical, a eleição do Sindicato dos Bordadeiras, segundo o *CF*, marcou a viragem de um ""sindicalismo" amorfo e paralisado" para um "sindicalismo de classe"[1014].

[1008] *DN*, 24 de Abril de 1975, "A situação do bordado da Madeira", p. 4; *DN*, 4 de Maio de 1975, "Cooperativa operária de produção de bordados da Madeira iniciou sua actividade no Funchal", p. 10; *JM*, 30 de Abril de 1975, "Comissão de trabalhadores da firma Aníbal Trindade, Lda. formam cooperativa operária", p. 6.

[1009] *DN*, 23 de Julho de 1974, "Trabalhadores organizam-se", p. 8; *DN*, 24 de Outubro de 1975, "Madeira House-Cooperativa de Produção de Bordados", p. 6.

[1010] *DN*, 25 de Junho de 1975, "Ocupação de casas em Machico e no Funchal", p. 3; *DN*, 28 de Junho de 1975, "Sindicato Livre dos Empregados e Operárias da Indústria de Bordados e Tapeçarias da Madeira – Comunicado das bordadeiras de Machico, a ocupação é justa", p. 4.

[1011] *CF*, 28 de Junho de 1975, "União das Bordadeiras de Machico", p. 3; *DN*, 25 de Junho de 1975, "Ocupação de casas em Machico e no Funchal", p. 3; *JM*, 24 de Junho de 1975, "Vida Política, Comunicados Recebidos", p. 11.

[1012] *DN*, 5 de Junho de 1975, "A nacionalização da Indústria dos bordados pedida pelos trabalhadores deste sector", p. 8.

[1013] *DN*, 1 de Outubro de 1975, "Trabalhadores de bordados pedem nacionalização da indústria", p. 5; *DN*, 7 de Outubro de 1975, "A situação na "Madeira Supérbia"", p. 8.

[1014] *CF*, edição regional, 10 de Outubro de 1974, "Bordados", p. 2.

A par do processo reivindicativo das operárias de fábrica, as bordadeiras de casa movimentaram-se, através de reuniões, umas, por sua iniciativa, outras, promovidas por organizações políticas, como a FPDM, designadamente em S. Martinho, Funchal[1015].

Nos plenários das bordadeiras domésticas – que ocorram em vários lugares da ilha, como S. Martinho, paróquia do Coração de Jesus e Caniço – foram reclamadas as condições da sua actividade (trabalho de dia e noite, pouco pagamento, falta de recibo e não usufruto da Caixa de Previdência)[1016], encontrando-se "em pé de desigualdade" com as que trabalhavam nas casas de bordados[1017].

Acresciam situações de "ordenados miseráveis, dos seus horários de trabalho que não [eram] horários […] das férias que não exist[ia]m", o facto de a bordadeira ter de tirar parte do seu ganho para as linhas (sendo este um seu encargo), para o FD e a Caixa de Previdência, bem como a falta de apoio médico e medicamentoso da Caixa, exigindo que "as bordadeiras deviam ter os seus direitos" (abono de família, Caixa de Previdência e horário de trabalho de oito horas/dia)[1018]. Foram apontadas, ainda, a necessidade de igualdade de salário das bordadeiras de casa às que trabalhavam fora – porque se estas trabalhavam das 9 às 18h30, aquelas começavam a bordar às 6h e acabavam altas horas da noite – e a disparidade entre o ganho da bordadeira que auferia 400$00 e o preço de venda desse bordado, no Funchal, 5000$00[1019].

Também, um grupo de bordadeiras domésticas do Campanário espelhou a sua precária situação, com muitas horas de trabalho e pouco proveito financeiro, considerando que se estivessem sindicalizadas teriam melhores

[1015] *DN*, 24 de Agosto de 1974, "Assembleia popular em S. Martinho", p. 1; *DN*, 15 de Setembro de 1974, "Assembleia popular em S. Martinho", p. 9; *DN*, 1 de Novembro de 1974, "Aos caseiros e às bordadeiras de S. Martinho", p. 4.

[1016] *DN*, 21 de Agosto de 1974, "Assembleia popular no sítio da Igreja, Paróquia do Coração de Jesus," p. 5.

[1017] *DN*, 14 de Março de 1975, "Bordadeiras domésticas em luta", p. 7.

[1018] *CF*, 30 de Maio de 1974, edição regional, "Falam bordadeiras de S. Martinho: 13 horas de trabalho por dia – para poder ganhar 30$00, Aos assinantes", pp. 5-6.

[1019] *DN*, 7 de Julho de 1974, "Assembleia Popular em S. Martinho", p. 11; *DN*, 10 de Julho de 1974, "Assembleia Popular em S. Martinho", p. 8; *DN*, 14 de Julho de 1974, "Assembleia Popular S. Martinho", p. 10.

condições, como sucedia com as operárias de fábrica, questionando por que não tinham os mesmos direitos que estas[1020].

As greves das trabalhadoras de fábrica suscitaram alguns conflitos, provindos de grupos de bordadeiras de casa. Face à ameaça de greve das operárias da firma J. C. Silva, com tendência para ser mais alargada – com início previsto para 2 de Maio de 1975 – um grupo de bordadeiras domésticas de S. Martinho pediu, ao Sindicato dos Empregados e Operárias de Bordados, que lhe fosse concedido um subsídio de greve, no valor de 15$00 por dia, durante o período de greve das operárias de fábrica[1021].

Outro grupo de bordadeiras domésticas de Santa Cruz, igualmente, se manifestou contra a realização de uma greve das operárias de fábrica – considerando que o sector do bordado englobava 20 000 bordadeiras domésticas, 1800 de fábrica e 200 empregados, havendo, assim, estes dois últimos (cerca de 2000) a ter ordenado fixo – entendendo ser uma injustiça, pois trabalhavam demasiadas horas e ganhavam pouco, ainda não tendo conseguido melhorias para as de casa. Deste modo, referiram que as 2000 grevistas iam "deixar 20 000 bordadeiras domésticas no desemprego", pelo que exigiram ao Sindicato dos Empregados e Operárias de Bordados, que lhes fosse concedido um subsídio de greve no valor de 15$00 por dia[1022].

Outrossim, um grupo de bordadeiras domésticas de Câmara de Lobos manifestou-se contra a possível greve das operárias de bordados, alegando que a mesma "deixaria à fome cerca de 20 000 bordadeiras não sindicalizadas", e que estavam "satisfeitas com o preço […] do bordado que [lhes] pagavam, visto que […] borda[vam] um negalho de linhas e ganha[vam] em média 35$00 a 45$00 por negalho". Se a greve avançasse, exigiriam ao sindicato 15$00 por dia, durante o período de greve das operárias de fábrica[1023].

Mas, também, surgiram posições contrárias a este pensamento, como a de um grupo de bordadeiras de S. Martinho, no Funchal, considerando-o

[1020] *DN*, 8 de Maio de 1975, "Bordadeiras do Campanário denunciam a precária situação da sua classe", p. 5; *DN*, 17 de Maio de 1975, "Bordadeiras do Campanário: "Somos igualmente seres humanos"", p. 6.

[1021] *DN*, 16 de Abril de 1975, "Bordadeiras domésticas pretendem salvaguardar-se contra possível greve dos sindicalizados", p. 8.

[1022] *DN*, 18 de Abril de 1975, "Bordadeiras domésticas de Santa Cruz contra uma possível greve", p. 3.

[1023] *DN*, 23 de Abril de 1975, "Bordadeiras domésticas mostram-se apreensivas", p. 3.

divisionista para as bordadeiras e que apenas servia os patrões, e como tal saudou a acção das operárias de fábrica e do seu sindicato, favoravelmente a uma greve[1024].

Entretanto, a greve das operárias da indústria de bordados, que estava prevista começar no dia 2 de Maio, foi suspensa, pois, perante o impasse das negociações entre o sindicato e as entidades patronais – entre 29 e 31 de Abril – o Ministério do Trabalho determinou o pagamento do SMN, que o ordenado fosse pago mensalmente, o direito a seis dias de trabalho semanal, ficando outros pontos para análise em futuras conversações, situação que foi considerada, pelo sindicato do sector, como uma "pequena vitória". A Associação dos Industriais de Bordados (em fase de organização, com uma comissão instaladora, sucessora do Grémio) declinou quaisquer responsabilidades nas consequências que resultassem destas novas medidas, pois as mesmas poderiam levar à falência de muitas empresas e a uma onda de despedimentos[1025].

Neste ambiente de confronto, entre as bordadeiras domésticas e as trabalhadoras de fábrica, o Sindicato dos Empregados e Operárias de Bordados e Tapeçarias, em Junho de 1975, solicitou ao ministro dos Assuntos Sociais que os direitos das operárias de fábrica fossem alargados às bordadeiras de casa, na área da previdência social, como o abono de família, os subsídios de doença e de maternidade, pois tratava-se de uma população de cerca de 20 000 pessoas[1026].

No mesmo mês, um grupo de sindicatos madeirenses reclamou diversas medidas, designadamente, "a integração imediata de todas as bordadeiras domésticas e trabalhadores agrícolas no Regime Geral de Previdência"[1027].

[1024] *DN*, 19 de Abril de 1975, "A comissão de bordadeiras de São Martinho denunciam manobras divisionistas", p. 3.

[1025] *DN*, 1 de Maio de 1975, "Iminente uma greve na indústria de bordados", p. 5; *DN*, 3 de Maio de 1975, "Anulada a greve das bordados", pp. 1 e 4; *DN*, 3 de Maio de 1975, "Greve nos bordados – Associação dos Industriais de Bordados e Tapeçarias da Madeira (em organização), Imposição do salário mínimo", p. 6; *DN*, 3 de Maio de 1975, "Sindicato dos Empregados e Operárias da Indústria de Bordados da Madeira – Comunicação", p. 2.

[1026] *DN*, 14 de Maio de 1975, "O alargamento às trabalhadoras de bordados de casa de todos os direitos de que já gozam neste momento as operárias de bordados de fábricas", p. 4.

[1027] *DN*, 25 de Junho de 1975, "A socialização da saúde é obra dos trabalhadores – considera uma moção apresentada por sindicatos", p. 3.

Outras actividades desenvolvidas pelo referido sindicato foram a realização de plenários, visando a sindicalização das bordadeiras[1028] e a promoção de aulas de alfabetização, pois "saber ler e escrever poder[ia] ser uma arma na luta contra os patrões exploradores"[1029].

A par da sua acção reivindicativa, o Sindicato da Indústria dos Bordados teve uma intervenção político, testemunhada noutros capítulos deste trabalho. Acrescente-se a sua solidariedade à greve dos trabalhadores da empresa Electrónica-Blandy Brothers (Edifício Girassol)[1030], a sua adesão ao Dia Nacional de Trabalho, em 6 de Outubro de 1974 – tendo recebido diversos donativos, no valor de 10 000$00, numa "jornada de união e solidariedade para com as operárias despedidas"[1031], no sector dos bordados[1032].

4.3. Operários da obra de vimes

A actividade industrial da obra de vimes, na Madeira, existiu em diversas localidades, como S. Vicente, Boaventura, Faial, Porto da Cruz, Santo da Serra, Machico, Caniçal e nos arredores do Funchal (Santo António, São Gonçalo e São Martinho), mas foi a Camacha que, neste período de estudo, teve maior destaque, designadamente na imprensa regional, quanto à sua situação económico-social, bem como no concernente às suas revindicações[1033].

Os cestos de vime eram um produto de luxo para os importadores estrangeiros, mas não para os trabalhadores da Camacha, que tinham uma vida

[1028] *DN*, 17 de Abril de 1975, "A sindicalização das bordadeiras – Esclarecimento em Machico", p. 2; *JM*, 19 de Abril de 1975, "A sindicalização das bordadeiras – Esclarecimento em Água de Pena, Santo da Serra e Caniçal", p. 9.

[1029] *DN*, 1 de Novembro de 1974, "Sindicato Livre dos Empregados e Operárias da Indústria de Bordados da Madeira", p. 6; *DN*, 8 de Abril de 1975, "Sindicato Livre dos Empregados e Operárias da Indústria de Bordados", p. 7.

[1030] *DN*, 5 de Junho de 1975, "Sindicato Livre dos Empregados e Operárias da Indústria de Bordados e Tapeçarias da Madeira – Comunicado, Apoiemos a justa luta das operárias da Electrónica", p. 6.

[1031] *DN*, 29 de Outubro de 1974, "Sindicato dos Empregados e Operárias da Indústria de Bordados da Madeira", p. 10.

[1032] *DN*, 1 de Maio de 1975, "Manifestação no Funchal", pp. 1 e 9.

[1033] *JM*, 12 de Maio de 1974, "A situação dos trabalhadores da obra de vimes, na Camacha", p. 2; *JM*, 29 de Junho de 1974, "Pela Ilha – A situação dos trabalhadores de vime em São Vicente", p. 11.

difícil e ganhavam pouco, constituindo uma base de sobrevivência da freguesia, a "principal fonte de receita"[1034].

Acresciam outras condições de vida e de trabalho, nesta localidade, onde muitos laboravam desde os nove anos de idade, com 15 horas por dia, sem férias ou outras regalias sociais[1035].

No processo reivindicativo, realizaram-se várias iniciativas, da parte de produtores e operários, como reuniões, manifestações, estudos, abaixo-assinados e encontros com entidades governamentais, provindos sobretudo da Camacha.

Em 19 de Maio de 1974, o Movimento Democrático da Camacha promoveu uma "jornada de esclarecimento […] para estimular a consciência política do povo da Camacha"[1036], também classificada como uma "jornada de inequívoca solidariedade", onde foram discutidos os problemas locais, como a situação do operariado dos vimes, por estarem sujeitos à exploração de exportadores e intermediários[1037].

Depois, no dia 27 de Maio de 1974, realizou-se um encontro dos operários da obra de vimes da Camacha, tendo sido apresentado um conjunto de reivindicações, como a criação de uma associação para a defesa dos operários, a ideia de os vimes serem comprados pelos trabalhadores e não pelos intermediários, a elaboração de um registo para as novas peças de vimes que fossem desenhadas e criadas pelos próprios operários, o preço estável para os vimes que eram comprados, especialmente no norte, ficando os agricultores dos vimes integrados na associação de produtores, a regra de que a exportação de vimes para Lisboa só deveria acontecer quando houvesse excesso de produção, tendo, para o efeito, sido eleita uma comissão de estudo deste sector[1038].

[1034] *DN*, 6 de Julho de 1974, "A palavra do leitor – A Camacha, os vimes e a situação dum povo trabalhador, "os americanos e os ingleses não compram cestos para matarem a fome!"", p. 3.

[1035] *CF*, 30 de Maio de 1974, edição regional, "Fala o povo da Camacha: "Somos oprimidos de toda a maneira"", pp. 7-8.

[1036] *JM*, 15 de Maio de 1974, "Comunicado do Movimento Democrático da Camacha", p. 2.

[1037] *CF*, 25 de Maio de 1974, edição regional, "Manifestação na Camacha", p. 3; *CF*, 30 de Maio de 1974, edição regional, "Fala o povo da Camacha: "Somos oprimidos de toda a maneira"", pp. 7-8; *DN*, 22 de Maio de 1974, "O Povo da Camacha pronunciou-se sobre os problemas mais prementes daquela vila", p. 8; *JM*, 18 de Maio de 1974, "Notícias da Camacha – Jornada de esclarecimento para estimular a consciência política da população local", p. 5.

[1038] *JM*, 26 de Maio de 1974, "Notícias da Camacha – Reunião para os operários de obras de vimes", p. 7; *JM*, 29 de Maio de 1974, "Notícias da Camacha – A reunião dos operários de obras de vimes decorreu com o maior entusiasmo e civismo", Flipe Mota, p. 7.

A Comissão de Estudo dos Vimes da Camacha entregou, em 31 de Maio de 1974, ao delegado da JSN na Madeira, uma exposição, pedindo ao Governo a urgente criação dum "organismo a nível distrital representativo da lavoura (produtores de vimes) e do operariado para controlo da produção, venda e exportação do vime em bruto, a fim de se evitarem os efeitos sempre perniciosos dos intermediários", bem como uma justa remuneração à lavoura e boas condições para o operariado do sector e ainda que "a compra do vime deve[sse] ser livre, mas [seria] preciso salvaguardar a indústria local"[1039].

Na mesma exposição, foi preconizada "a criação de um organismo estatal que compr[asse] toda a produção de vimes em bruto, o qual fixaria o seu preço, bem como o contingente que poderia ser exportado, sem prejuízo para a indústria local", a instituição de um organismo que defendesse os produtores de vimes e os operários e que "eliminaria os intermediários, açambarcadores e especuladores", que compravam os vimes a um preço baixo no norte da ilha para vendê-los a um preço elevado aos fabricantes e operários da obras de vimes[1040].

Entretanto, em 6 de Junho de 1974, um grupo representativo dos operários da obra de vimes da Camacha reuniu com o delegado da JSN, Carlos de Azeredo, a quem foi pedida a criação urgente de um organismo estatal e a nível distrital da lavoura e do operariado para controlo da produção, venda e exportação do vime em bruto, evitando os prejuízos dos intermediários, salvaguardando uma remuneração justa e fiscalizando a acção das firmas exportadoras, de modo a impedir manobras de congelamento das exportações, paralisando intencionalmente a produção dos cestos de vime e que conduziriam ao desemprego[1041].

Numa reunião dos operários e industriais-caseiros ("homens e mulheres") da obra de vimes da Madeira, em 16 de Junho do mesmo ano, com a presença de elementos da Comissão de Estudo dos Vimes e do Grupo de Informação, foram expostas outras reivindicações, como trabalho igual, salário igual, com incidência especial no sector feminino, a criação de uma "cantina"

[1039] *JM*, 26 de Junho de 1974, "Pela Ilha – Notícias da Camacha, A indústria de vimes em crise?", p. 2.
[1040] *JM*, 26 de Junho de 1974, "Pela Ilha – Notícias da Camacha, A indústria de vimes em crise?", p. 2.
[1041] *CF*, 13 de Junho de 1974, edição regional, "Camacha", p. 9; *DN*, 12 de Junho de 1974, "Operários de obra de vimes da Camacha apresentam reivindicações à J.S.N.", p. 2; *JM*, 12 de Junho de 1974, "A situação dos operários de obra de vimes da Camacha", p. 5.

para os sócios do futuro sindicato do sector poderem abastecer-se com alimentos, calçado e vestuário, a fixação do preço do vime, de forma a proteger o agricultor e o operário, e que as raparigas deveriam dar maior ajuda nos trabalhos para um melhor futuro da classe[1042].

Depois, em 30 de Julho de 1974, foram divulgadas as conclusões de um estudo produzido por uma comissão eleita pelos operários de vimes da Camacha, nas reuniões de 22 de Maio e 16 de Junho de 1974, sobre a situação do sector, tendo apurado, entre outras conclusões, a necessidade de liquidação dos intermediários, pois estes faziam encarecer o preço do vime, devendo ser substituídos por uma comissão estatal com representantes dos produtores de vime e do operariado, para "controlo da produção, venda e exportação do vime em bruto, que exced[esse] o consumo local", a criação do Sindicato dos Operários de Vimes do Distrito do Funchal, o estabelecimento do horário semanal de 48 horas semanais, a fixação do SMN de 3300$00, para homens e mulheres, e ainda a promoção e a divulgação da indústria no estrangeiro, por conta do Estado[1043].

Já, em Março de 1975, os trabalhadores da FOVIME apresentaram um caderno reivindicativo, à entidade patronal, exigindo o pagamento do 13.º mês relativo a 1974 (ainda não cumprido), o direito a 30 dias de férias em 1975, com subsídio de férias a 100%, o salário mínimo de 4500$00 e 42,30 horas de trabalho semanal, com descanso ao sábado[1044].

Entretanto, em Junho do mesmo ano, foi aprovado um caderno reivindicativo dos trabalhadores da obra de vimes, na Camacha, reclamando melhorias salariais, o horário de 48 horas por semana e a regulação dos períodos de férias[1045].

Esta problemática da obra de vimes concitou a atenção de governantes nacionais e insulares, como sucedeu com o ministro do Trabalho, na sua

---

[1042] *DN*, 15 de Junho de 1974, "Reunião para todos os operários da Obra de Vimes da Camacha", p. 8*; JM*, 18 de Junho de 1974, "Notícias da Camacha – Reunião dos operários de obra de vimes", correspondente Filipe Mota, p. 2.

[1043] *DN*, 30 de Julho de 1974, "Na Camacha estudam-se problemas que afectam a "obra de vimes" - Resultados a que chegou uma comissão de trabalho", p. 7; *JM*, 30 de Julho de 1974, "Notícias da Camacha – A situação actual da indústria da obra de vimes na Camacha e conclusões da Comissão de Estudo dos Vimes", p. 2.

[1044] *DN*, 8 de Março de 1975, "Comunicados – À firma FOVIME-Cooperativa dos Fabricantes de Obras de Verga e Vimes, S.C.R.L., Caderno reivindicativo", p. 10.

[1045] *DN*, 24 de Junho de 1975, "Notícias da Camacha – Obras de vimes – Caderno reivindicativo aprovado por unanimidade", p. 6.

deslocação à Camacha, uma oportunidade para ouvir os problemas das obras de vimes[1046].

Para além destes encontros profissionais, nos vários sítios daquela freguesia[1047], registaram-se movimentações noutras localidades do arquipélago, relacionadas com operários e industriais-caseiros das obras de vimes. No concelho de Santana, o Movimento Democrático do Faial, em Junho de 1974, bateu-se pela importância dos produtores de vimes do norte da ilha, que deveriam estar atentos à sua situação, em ordem a uma melhor rentabilização do sector, considerando – em consonância com os produtores da Camacha – que o preço do vime deveria ser definido pelos próprios e não por estranhos[1048].

Também, no Faial, no mesmo mês, uma assembleia popular manifestou-se contra os monopólios dos intermediários e a favor de um aumento do preço de compra do vime ao produtor[1049].

Um grupo de trabalhadores de São Vicente, em Junho de 1974, defendeu que a exploração que existia no sector dos vimes deveria acabar[1050].

Neste percurso, assistiu-se à formação de cooperativas, como a Vimescope-Cooperativa Operária de Produção e Exportação de Obras de Vimes[1051].

Uma aspiração dos trabalhadores deste segmento industrial era a criação de um organismo sindical. Na sequência de uma série de actividades, uma delegação do Grupo de Informação da Camacha e da Comissão Instaladora do Sindicato dos Operários da Obra de Vimes e Profissões Anexas do Distrito do Funchal entregou ao governador, Fernando Rebelo, em 27 de Setembro de

---

[1046] *DN*, 8 de Maio de 1975, "Contactos do ministro com as populações – das cooperativas ao fim da colonia", p. 1; *JM*, 8 de Maio de 1975, "A visita à Madeira do ministro Costa Martins", p. 1, 6-7.

[1047] *DN*, 18 de Agosto de 1974, "Na Camacha reuniões de trabalho", p. 5; *DN*, 23 de Agosto de 1974, "Reuniões de trabalho para operários e industriais-caseiros das obras de vimes da Camacha", p. 1; *DN*, 31 de Agosto de 1974, "Reuniões de trabalho na Camacha", p. 8; *DN*, 1 de Setembro de 1974, "Reuniões de trabalho na Camacha", p. 1; *DN*, 4 de Setembro de 1974, "Reuniões de trabalho para operários e industriais-caseiros da obra de vimes da Camacha", p. 2; *DN*, 14 de Setembro de 1974, "Assembleias populares na Camacha de esclarecimento", p. 4; *DN*, 20 de Setembro de 1974, "Reuniões de esclarecimento para operários de obra de vimes da Camacha", p. 3.

[1048] *JM*, 20 de Junho de 1974, "Pela Ilha – Faial, o problema dos vimes", p. 2.

[1049] *DN*, 22 de Junho de 1974, "Assembleia Popular no Faial", p. 6.

[1050] *JM*, 29 de Junho de 1974, "Pela Ilha – A situação dos trabalhadores de vime em São Vicente", p. 11.

[1051] *DN*, 2 de Setembro de 1975, "VIMESCOPE-Cooperativa Operária de Produção e Exportação de Obras de Vimes", p. 6.

1974, os estatutos desta organização, sendo os mesmos remetidos ao ministro do Trabalho, para o respectivo reconhecimento oficial[1052].

A aprovação/legalização do sindicato aconteceu em 26 de Março de 1975, em Lisboa, tendo sido publicado o seu primeiro comunicado, em 15 de Abril de 1975, convidando os operários do sector a se inscreverem nesta agremiação e a participarem nas suas actividades[1053].

Esta pretensão mereceu o apoio de Mário Soares, por ocasião da sua visita à Madeira, em Fevereiro de 1975, na sua deslocação à Camacha, defendendo a constituição deste sindicato[1054].

A inauguração da sede do Sindicato dos Operários da Obra de Vimes e Profissões Anexas do Distrito do Funchal ocorreu no dia 26 de Maio de 1975, na freguesia da Camacha, com uma festa popular, sublinhando-se que este foi "o primeiro sindicato madeirense a ser aprovado depois do 25 de Abril"[1055].

4.4. Empregados e operários da panificação

Numa assembleia geral do sindicato deste sector, foi aprovada uma comissão "ad-hoc" para, junto do respectivo grémio e das entidades competentes, negociar um conjunto de reivindicações, visando acabar o trabalho nocturno genérico, transitando-o para o dia, com início às 6h da manhã. Na altura, os padeiros entravam ao serviço entre as 22h e as 24h e saíam oito horas depois, com uma hora de descanso (gozando-a de uma só vez ou em quatro

[1052] *DN*, 29 de Setembro de 1974, "Os estatutos do Sindicato dos Operários da Obra de Vimes e Profissões Anexas do Distrito do Funchal foram entregues ao governador do Distrito", p. 1; *JM*, 29 de Setembro de 1974, "Estatutos do Sindicato dos Operários da Obra de Vimes do Distrito do Funchal", p. 2.

[1053] *DN*, 15 de Abril de 1975, "Comunicados – Do Sindicato dos Operários das Obras de Vimes e Profissões Anexas do Distrito do Funchal", p. 8.

[1054] *DN*, 16 de Fevereiro de 1975, "Chegou ontem à Madeira o Dr. Mário Soares, secretário-geral do Partido Socialista que presidiu a comícios em Machico e Camacha", pp. 1 e 3; *JM*, 16 de Fevereiro de 1975, "O Dr. Mário Soares chegou ontem à Madeira", pp. 1 e 6.

[1055] *DN*, 24 de Maio de 1975, "Operários da obra de vimes inauguram sindicato", p. 5; *DN*, 4 de Junho de 1975, "Notícias do concelho de Santa Cruz", p. 2; *JM*, 25 de Maio de 1975, "Sindicato dos Operários das Obras de Vimes e Profissões Anexas do Distrito do Funchal", p. 5.

períodos de 15 minutos), perfazendo, obrigatoriamente, 48 horas por semana[1056].

Em 23 de Maio de 1974, houve uma proposta de novos horários, para entrar em vigor em 3 de Junho de 1974, da autoria da comissão "ad-hoc" dos trabalhadores da panificação, segundo a qual, nos dias de laboração normal, os diferentes profissionais não teriam que trabalhar durante a noite, laborando entre as 6 e as 19h, com uma hora de descanso. Nos dias com dois períodos de laboração (sábados e vésperas de feriados), aí já haveria um turno de trabalho diurno e outro nocturno. Mas fora afastado o boato lançado de que os profissionais madeirenses iriam fazer greve, como acontecera em Lisboa[1057].

No entanto, esteve prevista a hipótese de haver paralisação do sector da panificação na Madeira, em Agosto de 1974, na perspectiva de ser aplicado o SMN, no valor de 3300$00, mas, entretanto, registou-se o compromisso verbal dos empresários em praticar o SMN, mas se tal falhasse, a ideia da greve seria colocada[1058].

Então, o sindicato alertou que era obrigatório o pagamento do SMN de 3300$00 (estabelecido no D.L. n.º 217, de 27 de Maio de 1974), a todo o pessoal, não havendo qualquer disposição que dispensasse a sua aplicação no arquipélago da Madeira[1059], tendo pedido aos trabalhadores que ainda não estivessem a receber o SMN para denunciar este facto[1060].

No quadro dos seus objectivos, em Novembro de 1974, revindicaram o direito ao pagamento justo de melhores salários, até porque tinha sido

---

[1056] *DN*, 2 de Junho de 1974, "A Portaria n.º 345, de 28 de Junho de 1971", p. 3; *DN*, 2 de Junho de 1974, "Os padeiros madeirenses não pretendem entrar em greve, Padeiros madeirenses querem dormir de noite", pp. 1, 3 e 6.

[1057] *DN*, 2 de Junho de 1974, "A Portaria n.º 345, de 28 de Junho de 1971", p. 3; *DN*, 2 de Junho de 1974, "Os padeiros madeirenses não pretendem entrar em greve, Padeiros madeirenses querem dormir de noite", pp. 1, 3 e 6.

[1058] *DN*, 15 de Agosto de 1974, "Vamos ficar sem pão? Ameaça de greve por parte dos empregados e operários da panificação", p. 1.

[1059] *DN*, 15 de Agosto de 1974, "Sindicato Nacional dos Empregados e Operários da Indústria da Panificação do Distrito do Funchal – Comunicado", p. 4; *DN*, 17 de Agosto de 1974, "Sindicato Nacional dos Empregados e Operários da Indústria da Panificação do Distrito do Funchal – Comunicado", p. 6; *DN*, 18 de Agosto de 1974, "Sindicato Nacional dos Empregados e Operários da Indústria da Panificação do Distrito do Funchal – Comunicado", p. 4.

[1060] *DN*, 28 de Agosto de 1974, "Sindicato Nacional dos Empregados e Operários da Indústria da Panificação do Distrito do Funchal – Nota informativa", p. 5; *DN*, 30 de Agosto de 1974, "Sindicato Nacional dos Empregados e Operários da Indústria da Panificação do Distrito do Funchal – Nota informativa", p. 4; *DN*, 1 de Setembro de 1974, "Sindicato Nacional dos Empregados e Operários da Indústria da Panificação do Distrito do Funchal – Nota informativa", p. 7.

aumentado o preço do pão, exactamente com o fim dos patrões pagarem melhores ordenados[1061].

A paralisação dos trabalhadores da panificação, prevista para se iniciar em 16 de Maio de 1975, foi suspensa, em virtude das entidades patronais terem aceitado a obrigatoriedade de pagar os dias de trabalho em feriados (que vinham a se recusar a fazê-lo, desde já há alguns anos), considerando, então, o sindicato do sector que tinha havido uma "grande vitória"[1062].

Novamente, foi agendada uma greve para 29 de Junho de 1975, pelos profissionais de panificação da Madeira, com o intuito de reclamarem melhores salários e também igualdade de direitos com os seus colegas do Continente, nomeadamente o do 13.º mês, ainda não praticado no arquipélago. Mas esta paralisação fora cancelada, até 2 de Julho de 1975, por ter havido informações oficiais, que consagrariam grande parte das suas reivindicações, e posteriormente, de novo, foi suspensa até 7 de Julho de 1975[1063].

Em Outubro de 1975, os trabalhadores deste sector reivindicaram o fim do trabalho nocturno, pretendendo efectuar, apenas, o regime diurno – objectivo já conseguido pelos seus colegas no Continente – ideia que fora advogada pelo sindicato regional do sector[1064].

4.5. Metalúrgicos

Em Julho de 1974, foram produzidas alterações ao CCT dos metalúrgicos e metalo-mecânicos da Madeira, fixando-se, entre outros aspectos,

[1061] *DN*, 15 de Novembro de 1974, "Sindicato dos Empregados e Operários da Indústria de Panificação do Distrito do Funchal", p. 7.

[1062] *DN*, 17 de Maio de 1975, "Os trabalhadores da panificação conquistam legítimos direitos", p. 6.

[1063] *DN*, 24 de Junho de 1975, "Sindicato Nacional dos Empregados e Operários da Indústria de Panificação do Distrito do Funchal – Comunicado", p. 6; *DN*, 24 de Junho de 1975, "Vão entrar em greve os trabalhadores da panificação", p. 8; *DN*, 29 de Junho de 1975, "Sindicato Nacional dos Empregados e Operários da Indústria de Panificação do Distrito do Funchal – Comunicado", p. 6; *DN*, 4 de Julho de 1975, "Sindicato Nacional dos Empregados e Operários da Indústria de Panificação do Distrito do Funchal – Comunicado", p. 7.

[1064] *DN*, 29 de Outubro de 1975, "Horário diurno pedem os trabalhadores madeirenses da panificação", p. 8.

o horário semanal máximo de 45 h, o direito ao subsídio de Natal, férias de quatro semanas e montantes salarias mínimos, por categoria[1065].

Os trabalhadores da Oficina da Madeira Impex-Electro Madeira, Lda. e da Tecniauto da Madeira, Lda. solidarizaram-se com três colegas despedidos sem justa causa e iniciaram uma greve no dia 16 de Janeiro de 1975, perante a falta de readmissão dos mesmos, por parte da entidade patronal[1066]. Esta acção contou com a solidariedade do Sindicato dos Operários da Construção Civil e do Sindicato dos Empregados de Escritório, considerando este que "a greve com a ocupação dos locais de trabalho [era] a melhor arma" para os trabalhadores alcançarem os seus direitos[1067].

Entretanto, em Abril de 1975, na firma Rui Manuel da Costa, do ramo metalúrgico, uma CT assumiu a gestão da oficina bate-chapas[1068].

Nesta perspectiva de obtenção de direitos, os metalúrgicos do arquipélago aderiram a uma paralisação geral, decretada a nível nacional, em 24 de Setembro de 1975, como "forma de luta pelas justas reivindicações" que clamavam[1069].

4.6. Químicos

No sector dos químicos, no período em estudo, decorreram várias intervenções. Desde logo, em Maio de 1974, um jantar dos "funcionários

[1065] *DN*, 16 de Julho de 1974, "Ministério do Trabalho, Delegado no Funchal – Comunicado", p. 7; *DN*, 19 de Julho de 1974, "Alterações ao contrato colectivo de trabalho para os profissionais metalúrgicos e metalo-mecânicos do distrito do Funchal", p. 4.

[1066] *DN*, 14 de Janeiro de 1975, "Comunicados – Dos trabalhadores da Oficina da Madeira Impex e Tecniauto", p. 8; *DN*, 16 de Janeiro de 1975, "Comunicados – Dos trabalhadores de Madeira Impex", p. 4; *DN*, 16 de Janeiro de 1975, "Comunicados – Rectificação", p. 5; *JM*, 14 de Janeiro de 1975, "Comunicação", p. 12; *JM*, 16 de Janeiro de 1975, "Comunicado dos trabalhadores da Madeira Impex", p. 5; *JM*, 18 de Janeiro de 1975, "Trabalhadores em greve", p. 9.

[1067] *DN*, 17 de Janeiro de 1975, "Comunicados – Do Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito do Funchal", p. 7; *DN*, 17 de Janeiro de 1975, "Comunicados – Do Sindicato Livre dos Operários da Construção Civil e Ofícios Correlativos do Distrito do Funchal, Aos operários e camponeses em luta", p. 6.

[1068] *DN*, 17 de Abril de 1975, "Sindicato Nacional dos Metalúrgicos e Ofícios Correlativos do Distrito do Funchal – Comunicado", p. 2.

[1069] *DN*, 24 de Setembro de 1975, "Sindicato dos Metalúrgicos e Ofícios Correlativos dos Distrito do Funchal – Comunicado", p. 6.

despedidos sem justa causa ou coagidos a se despedirem" da firma Leacock & C.ª Ld.ª (Casa Leacock)[1070].

Depois, ocorreram greves, das quais destacamos a dos trabalhadores da citada firma Leacock – iniciada em 19 de Agosto de 1974 – com a ocupação das suas instalações, por se queixarem dos baixos vencimentos e reivindicarem a aplicação na empresa do SMN (3300$00), decretado já em 27 de Maio de 1974[1071].

Invocavam estes profissionais que, noutra empresa da mesma entidade patronal (Fábrica Rosa, em S. Pedro de Sintra), estavam a ser praticados salários no valor de 5100$00 e melhores condições laborais, considerando o *JM* que a pretensão dos trabalhadores "mais do que justa [era] humana"[1072].

Os grevistas da firma Leacock, apesar de ameaçados, recusaram entregar a chave da viatura de mercadorias da empresa, bem como não cederam na revindicação do SMN e mantiveram a paralisação[1073].

Depois de negociações entre o patronato e a CT, com o apoio do Sindicato dos Químicos (Lisboa), terminou a greve dos trabalhadores da firma Leacock, no dia 4 de Setembro de 1974, tendo ficado acordado, entre outros pontos, que a entidade patronal pagaria aos trabalhadores os dias de greve, bem como seriam aumentados, a partir de 1 de Setembro, os valores dos vencimentos, sendo de 2800$00 para os homens e 2100$00 para as mulheres, acrescidos dos prémios de produtividade[1074].

Também, fizeram greve os operários da firma Viegas Martins e Freitas, do sector de conserto de pneus, a partir de 18 de Fevereiro de 1975, para a obtenção de várias reivindicações, designadamente, o pagamento de salários

[1070] A iniciativa deste jantar foi de Luís Alberto da Silva. *DN*, 28 de Maio de 1974, "Convite", p. 2.
[1071] *DN*, 20 de Agosto de 1974, "Desde ontem, em greve a fábrica de borracha "Leacock"", pp. 1 e 5; *JM*, 20 de Agosto de 1974, "Os operários da "Fábrica de Borracha Leacock, Lda." entraram ontem em greve de zelo", pp. 1 e 9.
[1072] *DN*, 22 de Agosto de 1974, "Continuam os empregados da fábrica de borracha "Leacock"", p. 8; *JM*, 21 de Agosto de 1974, "Continua a greve de zelo na Fábrica de Borracha Leacock", p. 8.
[1073] *DM*, 24 de Agosto de 1974, "Ventos ilhéus – Greves", p. 5; *JM*, 22 de Agosto de 1974, "Os trabalhadores da Fábrica de Borracha Leacock enviam-nos comunicado: "Continuamos em greve de zelo"", p. 3; *JM*, 24 de Agosto de 1974, "Não sofreu alteração a greve de zelo da Fábrica de Borracha", p. 4.
[1074] *DN*, 4 de Setembro de 1974, "Terminou a greve na "Fábrica de borracha Leacock"", p. 1; *JM*, 4 de Setembro de 1974, "Terminou a greve de zelo dos operários da Fábrica de Borracha Leacock", pp. 1-2.

em atraso, a existência de um refeitório na empresa, melhores balneários e o saneamento de algumas pessoas[1075].

Entretanto, em Abril de 1975, os operários da Fábrica de Borracha Leacock, Lda., efectuaram piquetes de vigilância, dia e noite, às instalações da empresa, para não deixarem sair documentação, máquinas e mercadoria, arrastando a sua luta desde Agosto de 1974, que passava pela melhoria salarial, pela realização de um inquérito à firma e pela sua nacionalização[1076].

Então, a JPM decidiu criar uma comissão de inquérito à gestão da Fábrica de Borracha Leacock, Lda., "perante fortes indícios de desinteresse na gestão" da empresa, apurando responsabilidades e perspectivar o futuro da mesma[1077].

4.7. Gráficos

Os gráficos da Madeira, em Maio de 1974, tiveram as suas primeiras movimentações, com a eleição de uma comissão provisória, assumindo-se como representante da Secção Regional da Madeira do Sindicato Nacional dos Profissionais de Artes Gráficas, a par da discussão de uma série de pretensões, como a anulação da tabela B, defendendo a passagem dos gráficos insulares para a tabela A, a regularização das carteiras profissionais, a redução do horário de trabalho para as 44 horas semanais, a fixação do salário mínimo e a obtenção de instalações para a sede sindical[1078]. Com efeito, este sector tinha um delegado na Madeira do sindicato de Lisboa, mas sem qualquer

[1075] *CF*, 20 de Fevereiro de 1975, separata regional, "Operários da firma Viegas Martins e Freitas, em luta pelo saneamento e por melhores condições de trabalho", pp. 5-6.
[1076] *DN*, 6 de Abril de 1975, "Comunicados – Dos operários de Borracha, Piquetes de vigilância", p. 10.
[1077] *DN*, 10 de Abril de 1975, "Nomeada uma comissão de inquérito à Fábrica de Borracha Leacock Lda.", p. 1.
[1078] A comissão dos gráfios foi integrada por José Ludgero de Freitas, Mário dos Reis Vieira G. Martins, Manuel Raimundo Nicolau, Manuel de Sousa Marques e José da Silva Gomes. *DM*, 25 de Maio de 1974, "Trabalhadores madeirenses manifestam as sua reivindicações – Trabalhadores de artes gráficas disseram presente aos seus direitos re revindicações", coordenação de Emanuel Gimes, p. 11; *DN*, 18 de Maio de 1974, "Reunião dos gráficos da Madeira", p. 8; *DN*, 19 de Maio de 1974, "Profissionais de artes gráficas tratam dos seus problemas", p. 10; *JM*, 18 de Maio de 1974, "Profissionais das Artes Gráficas da Madeira", p. 12; *JM*, 19 de Maio de 1974, "Profissionais de Artes Gráficas da Madeira", p. 12.

representatividade e em que a sua voz não era ouvida, pretendendo os tipógrafos madeirenses a sua autonomia sindical[1079].

Já no ano seguinte, no dia 6 de Maio, solidários com as reivindicações dos colegas nacionais, os gráficos da Madeira (*DN*, *JM*, *DM* e *CF*) aderiram a este protesto, paralisando a sua actividade (enquanto decorria uma manifestação em Lisboa), num processo de negociações entre o sindicato e as entidades patronais, mas que tardavam em conclusões favoráveis aos trabalhadores[1080].

Em Setembro de 1975, os gráficos da Madeira ocuparam um prédio (frente ao Ateneu Comercial do Funchal, na esquina na Rua dos Netos com a Rua dos Ferreiros), para as instalações do seu sindicato, pretendendo instalar nesse edifício uma biblioteca profissional, uma cooperativa (GRAFUNIDOS) e um refeitório para os operários[1081].

4.8. Trabalhadores das conservas

Existiam diversas fábricas de conservas, na Madeira, designadamente em Machico, no Porto Novo e em S. Martinho.

Na busca dos seus direitos, os trabalhadores deste sector desenvolveram algumas greves, como a das operárias da Fábrica de Conservas de Machico, em 20 de Maio de 1975, exigindo a "saída imediata do encarregado de serviço [António Dias] grande opressor dos trabalhadores", tendo a entidade patronal aceitado o seu saneamento[1082]. Nesta linha reivindicativa, voltou a

[1079] *CF*, 25 de Maio de 1974, edição regional, "Os tipógrafos organizam-se", p. 4.

[1080] *DM*, 10 de Maio de 1975, "Discussão do caderno reivindicativo do pessoal gráficos", p. 1; *DN*, 7 de Maio de 1975, "Gráficos reclamam urgência nas negociações do caderno reivindicativo", p. 8; *DN*, 7 de Maio de 1975, "Tipografia do "*D.N.*" solidária", p. 8; *JM*, 6 de Maio de 1975, "Sindicato Nacional das Artes Gráficas do Distrito de Lisboa, Delegação do Funchal – Comunicado", p. 12; *JM*, 7 de Maio de 1975, "Solidariedade dos gráficos de "Jornal da Madeira"", p. 12.

[1081] *DN*,13 de Setembro de 1975, "A Secção Regional dos Trabalhadores Gráficos do Sul e Ilhas ocupa instalações para a sua sede", p. 4; *JM*,13 de Setembro de 1975, "Comunicados", p. 10; *JM*,14 de Setembro de 1975, "Comunicados", p. 2.

[1082] *CF*, 21 de Junho de 1975, "Viva a luta das operárias conserveiras", pp. 5 e 10; *DN*, 27 de Maio de 1975, "Comunicados – Trabalhadores das Conservas de Machico exigem saída do encarregado de serviço", p. 5.

ocorrer uma paralisação, em Outubro de 1975, da qual resultou um aumento salarial[1083].

Os trabalhadores da Congelação do Porto Novo, também, entraram em greve, tendo contado com o apoio dos trabalhadores da mencionada fábrica de Machico[1084].

Uma novidade que o "25 de Abril" permitiu foi o nascimento do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Peixe da Madeira, na sequência de várias reuniões das conserveiras do arquipélago[1085].

Depois, em 29 de Outubro de 1975, as conserveiras – conjuntamente com trabalhadores agrícolas – ocuparam um prédio da Rua do Castanheiro, com o n.º 31, no Funchal, passando este espaço a servir como sedes dos respectivos sindicatos, tendo este acto ocorrido após a falta de sucesso nas negociações com os seus proprietários, pelo que a ocupação tratou-se uma forma de pressionar o seu arrendamento[1086].

4.9. Baleeiros

Os trabalhadores da Empresa Baleeira do Arquipélago da Madeira entraram em greve, pelo facto da entidade patronal não pagar o SMN[1087], contando com o apoio do PS, das trabalhadores da Fábrica de Conservas de Machico[1088] e do CIPM[1089]. Esta acção, que decorria desde o dia 20 de Junho de 1975, terminou em 12 de Julho, tendo os seus 40 trabalhadores alcançado aumentos salariais como pretendiam[1090].

[1083] *DN*, 9 de Outubro de 1975, "Fim da greve na Fábrica de Conservas de Machico", p. 8.
[1084] *DN*, 27 de Junho de 1975, "Trabalhadores de Conserva de Machico apoiam greves", p. 6.
[1085] *DN*, 22 de Agosto de 1975, "Assembleias, comícios, reuniões – Das conserveiras da fábrica de S. Martinho", p. 5; *DN*, 2 de Outubro de 1975, "Convocação", p. 7; *DN*, 28 de Outubro de 1975, "Assembleias, comícios, reuniões – Trabalhadores de conserveiras de peixe da Madeira", p. 2.
[1086] *DN*, 30 de Outubro de 1975, "Ocupado um prédio à Rua do Castanheiro", p. 8; *DN*, 1 de Novembro de 1975, "Prédio ocupado à Rua do Castanheiro", p. 8.
[1087] *DN*, 21 de Junho de 1975, "Trabalhadores de Empresa Baleeira em greve", p. 8; *DN*, 27 de Junho de 1975, "Trabalhadores de Conserva de Machico apoiam greves", p. 6; *JM*, 21 de Junho de 1975, "Comunicados", p. 2.
[1088] *DN*, 27 de Junho de 1975, "Trabalhadores de Conserva de Machico apoiam greves", p. 6; *JM*, 21 de Junho de 1975, "Comunicados", p. 2.
[1089] *CF*, 28 de Junho de 1975, "Operários das Baleeiras em greve", p. 3.
[1090] *DN*, 13 de Julho de 1975, "Terminou a greve dos trabalhadores da Empresa Baleeira do Arquipélago da Madeira", p. 3.

4.10. Operárias da Portex

No capítulo reivindicativo, assumiu um grande impacto a greve das trabalhadoras da Portex, em 23 de Maio de 1974, sendo a empresa propriedade da *Blandy Brothers and Company Limited, Secções Electrónicas*, com sede na Rua Fernão de Ornelas, no Funchal.

Este facto teve um conjunto de antecedentes, relacionado com as difíceis condições de trabalho das funcionárias desta empresa e a sua integração na manifestação contra o FD, realizada em 13 de Maio de 1974.

Relativamente às condições laborais, registavam-se salários baixos (o chefe ganhava 12 000 escudos, enquanto as funcionárias beneficiavam de uma média de 1500 escudos por mês), exigindo os responsáveis da fábrica o aumento da produção, mas com o mesmo vencimento, aconteciam atrasos nos pagamentos dos ordenados (sendo estes, nalguns casos, feitos em selos dos CTT que sobravam do serviço de expediente, alegando não haver trocos), eram descontadas no ordenado as idas ao médico ou os atrasos na entrada ao serviço, havia problemas de saúde devido à manobra de máquinas pesadas e à falta de ar condicionado na fábrica (provocando o desmaio de muitas trabalhadoras durante a laboração), as condições da cantina eram más, existiam faltas de respeito com as trabalhadoras e a ausência de inscrição de trabalhadoras na Caixa de Previdência, apesar de efectuarem os respectivos descontos[1091].

Estas limitações salariais e funcionais na actividade das pessoas que trabalhavam na Portex levaram-nas a preparar, já em 11 de Maio de 1974, uma acção própria e específica, a qual teve lugar no mesmo dia da manifestação contra o FD, 13 de Maio. Apesar das tentativas do superior hierárquico da empresa, Hélder Santos Costa, para desmobilizar as funcionárias, estas, com o apoio e acompanhadas pelo chefe-adjunto da produção, Carlos Moura, na tarde

[1091] *CF*, 25 de Maio de 1974, edição regional, "Portex: "estamos em greve para reclamar os nossos direitos"", p. 2; *CF*, 30 de Maio de 1974, edição regional, "Portex: "queremos os nossos direitos"", p. 9; *DM*, 25 de Maio de 1974, "Trabalhadores madeirenses manifestam as sua reivindicações: Portex – Serviço de material cirúrgico – fascismo e ditadura descarada", coordenação de Emanuel Gimes, p. 11.

desse 13, picaram o ponto, mas foram a seguir para o referido protesto contra o FD[1092].

Foi então que – segundo conta o *CF* – mesmo antes de se iniciar o desfile contra o FD e de participar nesta manifestação principal, o pessoal da Electrónica (da firma Madeira Engineering Ca., Ltd.) e o dos produtos cirúrgicos da Portex protestaram contra a situação em que trabalhavam, exibindo cartazes de saudação a António de Spínola e às FA e expressando as suas pretensões ("Portex pede sindicato"; "Electrónicas: queremos um sindicato livre"; "Portex: aumento de salários"; "Portex pede 13.º mês"). Depois, já terminada a manifestação, houve um pequeno comício, no qual foram denunciadas as ameaças patronais, visando impedir a participação de mais trabalhadores, como sucedeu na Electrónica (desconto de meio dia, despedimento e possibilidade de a fábrica poderia sair para outro país, obtendo mão-de-obra mais barata)[1093].

Desde a tarde do dia da manifestação contra o FD, o chefe Hélder Santos Costa dizia que as trabalhadoras da Portex nela não deviam ter participado e que iria ser cortado meio dia por esse facto, o que não foi do agrado das funcionárias[1094].

Entretanto, no dia seguinte, Carlos Moura contou às funcionárias que o mencionado chefe não tinha gostado da sua participação na manifestação, ao lado das trabalhadoras[1095].

Carlos Moura (eleito democraticamente para uma comissão que visava legalizar sindicalmente as operárias) era defensor das reivindicações sociais das operárias, como o aumento de salários (o mínimo de acréscimo deveria ser 70$00), devendo passar a existir vencimento mensal (até então, o pagamento era por hora e a média era de 46$00 por dia), o horário semanal de 45 horas, a atribuição do 13.º mês e a criação de um posto de socorro interno com assistência médica. As pretensões baseavam-se no facto da produção da operária madeirense ser de longe superior à conseguida em outros países[1096].

[1092] *JM*, 24 de Maio de 1974, "O caso das "Electrónicas"", pp. 1, 7 e 12.
[1093] *CF*, 18 de Maio de 1974, edição regional, "Trabalhadores manifestam-se no Funchal", p. 2.
[1094] *CF*, 25 de Maio de 1974, edição regional, "Portex: "estamos em greve para reclamar os nossos direitos"", p. 2.
[1095] *JM*, 24 de Maio de 1974, "O caso das "Electrónicas"", pp. 1, 7 e 12.
[1096] *DN*, 24 de Maio de 1974, "Operárias da Portex suspenderam ontem a sua actividade e reivindicaram melhoria nas condições de trabalho", pp. 1 e 8.

Este subordinado de Hélder Santos Costa demitiu-se por discordar do comportamento do seu superior hierárquico, designadamente da pressão que este exercia sobre as mulheres operárias[1097], justificando Carlos Moura que pedira a sua demissão, pela falta de respeito com as trabalhadoras e por não haver um aumento justo de ordenado (sendo inaceitável o acréscimo de 25% oferecido pela entidade patronal), em virtude de existir um fosso entre o lucro aos patrões e os ordenados das funcionárias, bem como entre os vencimentos destas e o do chefe, garantindo o referido chefe-adjunto que, se estes pontos fossem resolvidos, não deixaria a fábrica[1098]. Esta saída acontecia, também, por estarem contra si, tanto o mesmo responsável máximo, como outros chefes da empresa[1099].

Por todas estas razões, pelas 8h30 do dia 23 de Maio de 1974, as trabalhadoras da Portex entraram em greve, em solidariedade com a demissão de Carlos Moura, declarando que não iriam começar a laborar sem este chegar à fábrica[1100].

Aí, Hélder Santos Costa, com berros e ofensas, deu ordem para que voltassem ao trabalho, ameaçando despedir quem não retomasse o serviço, no prazo de 15 minutos. Mas o pessoal recusou-se, acabando aquele por determinar que saíssem da empresa. Seguiram-se empurrões às trabalhadoras, por parte de Hélder Santos Costa, expulsando-as da fábrica. Houve uma funcionária que foi agredida, agarrada pelos cabelos. Instalou-se um "ambiente de emoção e de terror", com pânico (gritos, choros, desmaios)[1101].

[1097] *DN*, 24 de Maio de 1974, "Operárias da Portex suspenderam ontem a sua actividade e reivindicaram melhoria nas condições de trabalho", pp. 1 e 8.

[1098] *CF*, 25 de Maio de 1974, edição regional, "Portex: "estamos em greve para reclamar os nossos direitos"", p. 2; *CF*, 30 de Maio de 1974, edição regional, "Portex: "queremos os nossos direitos"", p. 9; *DM*, 25 de Maio de 1974, "Trabalhadores madeirenses manifestam as sua reivindicações: Portex – Serviço de material cirúrgico – fascismo e ditadura descarada", coordenação de Emanuel Gimes, p. 11.

[1099] *JM*, 24 de Maio de 1974, "O caso das "Electrónicas"", pp. 1, 7 e 12.

[1100] *CF*, 25 de Maio de 1974, edição regional, "Portex: "estamos em greve para reclamar os nossos direitos"", p. 2*; CF*, 30 de Maio de 1974, edição regional, "Portex: "queremos os nossos direitos"", p. 9; *DM*, 25 de Maio de 1974, "Trabalhadores madeirenses manifestam as sua reivindicações: Portex – Serviço de material cirúrgico – fascismo e ditadura descarada", coordenação de Emanuel Gimes, p. 11; *JM*, 24 de Maio de 1974, "O caso das "Electrónicas"", pp. 1, 7 e 12.

[1101] *CF*, 25 de Maio de 1974, edição regional, "Portex: "estamos em greve para reclamar os nossos direitos"", p. 2; *DM*, 25 de Maio de 1974, "Trabalhadores madeirenses manifestam as sua reivindicações: Portex – Serviço de material cirúrgico – fascismo e ditadura descarada", coordenação de Emanuel Gimes, p. 11; *JM*, 24 de Maio de 1974, "O caso das "Electrónicas"", pp. 1, 7 e 12.

Como consequência, foram chamadas ambulâncias e táxis para o socorro, sendo assistidas doze pessoas em estabelecimentos de saúde, havendo uma funcionária, grávida de quatro meses, que foi transportada para os serviços médicos da Caixa de Previdência, pois estaria quase a abortar, em resultado de um susto apanhado na Portex, tendo uma outra empregada sido internada por horas no Manicómio, devido ao ambiente vivido e algumas funcionárias receberam tratamento no Hospital, na Caixa de Previdência e na Cruz Vermelha. Efectivamente, na rua Fernão de Ornelas, assistiu-se a um "alvoroço insólito", juntando multidão e ambulâncias[1102].

Na sequência de conversações entre representantes da empresa, dos trabalhadores e do Comando Militar, as operárias regressaram ao trabalho, no dia seguinte, 24 de Maio[1103].

A propósito, registe-se a intervenção do delegado da JSN na Madeira, Carlos de Azeredo, como mediador entre as partes em confronto nesta greve, reunindo com funcionárias, Carlos Moura, Hélder Santos Costa e o patrão Adam Blandy[1104].

Esta greve foi um marco no mundo laboral da Madeira, tendo sido favorável aos trabalhadores, pois trouxe conquistas importantes, como o aumento do ordenado (a partir de Junho de 1974), passando o seu pagamento a ser mensal, a concessão do subsídio de férias e do 13.º mês, o fim do trabalho ao sábado, a promessa de melhoramentos no funcionamento da cantina e da criação de um posto de socorros na empresa, bem como o afastamento de Hélder Santos Costa da fábrica, tendo Carlos Moura continuado no seu cargo[1105].

[1102] *CF*, 25 de Maio de 1974, edição regional, "Portex: "estamos em greve para reclamar os nossos direitos"", p. 2; *DM*, 25 de Maio de 1974, "Trabalhadores madeirenses manifestam as sua reivindicações: Portex – Serviço de material cirúrgico – fascismo e ditadura descarada", coordenação de Emanuel Gimes, p. 11; *JM*, 24 de Maio de 1974, "O caso das "Electrónicas"", pp. 1, 7 e 12.

[1103] *DN*, 24 de Maio de 1974, "Operárias da Portex suspenderam ontem a sua actividade e reivindicaram melhoria nas condições de trabalho", pp. 1 e 8.

[1104] *DN*, 24 de Maio de 1974, "Operárias da Portex suspenderam ontem a sua actividade e reivindicaram melhoria nas condições de trabalho", pp. 1 e 8; *JM*, 24 de Maio de 1974, "O caso das "Electrónicas"", pp. 1, 7 e 12; *JM*, 25 de Maio de 1974, "O caso da "Portex"", p. 7.

[1105] *CF*, 30 de Maio de 1974, edição regional, "Portex: "queremos os nossos direitos"", p. 9; *JM*, 25 de Maio de 1974, "O caso da "Portex"", p. 7.

4.11. Profissionais da hotelaria

Na indústria hoteleira – um sector bastante relevante no campo terciário da economia madeirense – ocorreram diversas tensões, que opuseram os seus trabalhadores às respectivas entidades patronais.

Logo no início do período revolucionário, foi marcante a manifestação-comício, no Funchal, em 13 de Maio de 1974, organizada por um grupo de profissionais da hotelaria, contra "a incoerência, a injustiça e a incorrecção dos procedimentos" do FD[1106]. Tratou-se de uma iniciativa de um "grupo de patriotas madeirenses, na sua maioria desempregados e trabalhadores de vários ramos" e que tinham por intuito "reivindicarem os seus direitos quanto ao desemprego e às circunstâncias de vários terem sido despedidos […] sem posições financeiras, com dificuldades de colocação", pois, quando trabalhavam, descontavam para um FD, mas, na situação de desempregados, ninguém se preocupava com os seus problemas, não beneficiando de qualquer subsídio da mesma instituição[1107].

Registou-se, assim, a oposição a um imposto criado a favor do organismo estatal, apelando-se a que a referida taxa tivesse melhor aplicação. O imposto em questão era de 1,5%, extraído do vencimento dos trabalhadores e 1% a cargo da entidade patronal. Este montante deveria ser investido em obras públicas, para proporcionar trabalho aos desempregados. Na totalidade nacional, a receita era de 3 milhões de escudos e na Madeira, era de 30 000 contos, com aplicação noutros fins que não beneficiavam os desempregados. Para além disso, o valor arrecadado na Madeira era enviado para Lisboa, sendo rateado com critérios duvidosos[1108].

[1106] *DN*, 11 de Maio de 1974, "Manifestação contra o Fundo de Desemprego", p. 1; *DN*, 13 de Maio de 1974, "Manifestação contra o Fundo de Desemprego", p. 3; *JM*, 11 de Maio de 1974, "Manifestação contra o Fundo de Desemprego", p. 10.

[1107] *DM*,11 de Maio de 1974, "Na próxima segunda-feira, os desempregados e trabalhadores irão manifestar-se nas ruas do Funchal", Emanuel Gimes, p. 5.

[1108] *DN*, 14 de Maio de 1974, "Expressiva manifestação contra o Fundo de Desemprego", pp. 1 e 6; *DN*, 14 de Maio de 1974, "O que é (deveria ser) o Fundo de Desemprego", p. 1; *JM*, 14 de Maio de 1974, p. 1; *JM*, 16 de Maio de 1974, "*Jornal da Madeira*" - "Fundo de Desemprego", p. 7; *RNN*, 20 de Maio de 1974, "Jornal de Parede, Noticiário do país e arredores… – Manifestação contra o Fundo de Desemprego", p. 4.

Durante a manifestação contra o FD, questionou-se: "Quem beneficia com o F. D.?"; "F. D: isso o que é?". Também, gritou-se "Queremos dinheiro do Fundo de Desemprego"[1109].

Foi uma "expressiva" manifestação – na esteira da realizada em 1 de Maio de 1974 – que teve um carácter político, pois foi aproveitada para contestar, novamente, a presença na Madeira de Américo Tomás e Marcello Caetano, prisioneiros no Palácio de São Lourenço, tendo sido exibidos cartazes, saudando o MFA e a JSN, bem como denunciado os "fascistas depostos" e gritado "Marcello e Tomás aqui não mandam mais"[1110].

Na opinião de Vicente Jorge Silva, a manifestação contra o FD tornou-se um dos momentos mais significativos nestes primeiros dias da liberdade na Madeira, a par do "1.º de Maio" e do 1.º Comício dos Sindicatos da Madeira[1111].

Foram muitas as reivindicações dos profissionais desta área, coordenadas, na sua maioria, pelo Sindicato Nacional dos Empregados da Indústria Hoteleira e Profissões Anexas do Distrito do Funchal, designadamente a nova tabela de remunerações para os profissionais da hotelaria madeirense – assunto que conhecia já algum atraso – tendo a mesma sido homologada, em 8 Maio de 1974 e publicada em 8 de Junho, ficando estabelecido que as entidades patronais deveriam fazer o seu pagamento com a reposição de valores à data da entrada em vigor, isto é, 1 de Março do mesmo ano[1112].

[1109] *CF*, 18 de Maio de 1974, edição regional, "Trabalhadores manifestam-se no Funchal", p. 2.

[1110] *CF*, 18 de Maio de 1974, edição regional, "Trabalhadores manifestam-se no Funchal", p. 2; *DN*, 14 de Maio de 1974, "Expressiva manifestação contra o Fundo de Desemprego", pp. 1 e 6.

[1111] *DN*, 19 de Maio de 1974, "O momento político – Vicente Jorge Silva", pp. Exonerado do cargo o presidente da CMC 1 e 5.

[1112] *DN*, 4 de Maio de 1974, "Sindicato Nacional dos Empregados da Indústria Hoteleira e Profissões Anexas do Distrito do Funchal – Comunicado", p. 5; *DN*, 10 de Maio de 1974, "Homologação de nova tabela de remunerações para os profissionais dos hotéis, pensões e estabelecimentos afins", pp. 1 e 6; *DN*, 24 de Maio de 1974, "Sindicato Nacional dos Empregados na Indústria Hoteleira e Profissões Anexas do Distrito do Funchal - Comunicado, Alteração do Acordo Colectivo de Trabalho para os Profissionais dos Hotéis, Pensões e estabelecimentos afins", p. 7; *DN*, 22 de Junho de 1974, "Sindicato dos Empregados na Indústria Hoteleira e Profissões Anexas do Distrito do Funchal – Nova tabela de remunerações para os profissionais da Indústria Hoteleira e Estabelecimentos Afins – Comunicado", p. 7; *DN*, 2 de Julho de 1974, "Ministério do Trabalho – Delegação no Funchal – Comunicado", p. 8; *JM*, 4 de Maio de 1974, "Sindicato Nacional dos Empregados da Indústria Hoteleira e Profissões Anexas do Distrito do Funchal – Comunicado", p. 7; *JM*, 10 de Maio de 1974, "Homologação de nova tabela de remunerações para os profissionais dos hotéis, pensões e estabelecimentos afins", p. 7; *JM*, 24 de Maio de 1974, "Sindicato Nacional dos Empregados na Indústria Hoteleira e Profissões Anexas do Distrito do Funchal - Comunicado, Alteração do Acordo Colectivo de Trabalho para os Profissionais dos Hotéis, Pensões e estabelecimentos afins", p. 8; *JM*, 22 de Junho de 1974, "Sindicato dos

Em Junho de 1974, os Sindicatos da Indústria Hoteleira do Funchal, Faro, Coimbra, Lisboa, Porto, Viana do Castelo e Viseu enviaram uma exposição ao ministro do Trabalho, manifestando a sua preocupação, face à expectativa de haver muitos despedimentos, como reacção à recente fixação do SMN e de algumas empresas fecharem hotéis, transferindo-se para outros países, o que provocaria desemprego e penalização ao turismo nacional[1113].

Assim, solicitaram ao Governo um conjunto de medidas, como a proibição de despedimentos sem justa causa, no sector hoteleiro, durante um prazo de seis meses, o apoio às empresas que manifestassem dificuldades, a proibição do lock-out, com a permissão da autogestão, nos casos em que isso ocorresse e o reforço das penalidades às empresas que despedissem abusivamente[1114].

De facto, registou-se uma vaga de despedimentos em diversos estabelecimentos turísticos, como nos hotéis Madeira Palácio e Savoy, e nas residenciais Colombo e Flamenga, situação que mereceu a oposição do Sindicato da Hotelaria[1115].

Durante os meses de Maio e Junho de 1974, surgiu um conjunto de reivindicações, como a redução do horário de trabalho para 44 h semanais, o período único de férias de 30 dias, a obrigatoriedade do 13.º mês e do subsídio de férias a 100%, o subsídio de 30% para o pessoal de serviço nocturno, a existência de alimentação e refeitório único, bem como de uma sala de convívio nos locais de trabalho, a instituição de remuneração mínima nacional, a estabilidade de emprego, a abolição dos despedimentos sem justa causa, a limitação de estrangeiros nos quadros para a "defesa da mão de obra nacional", a aposentação aos 60 anos dos trabalhadores da hotelaria, o fim da legislação

Empregados na Indústria Hoteleira e Profissões Anexas do Distrito do Funchal – Nova tabela de remunerações para os profissionais da Indústria Hoteleira e Estabelecimentos Afins", p. 8.

[1113] *DN*, 18 de Junho de 1974, "Sindicato Nacional dos Empregados da Indústria Hoteleira e Profissões Anexas do Distrito do Funchal – Medidas contra o desemprego", p. 10.

[1114] *DN*, 18 de Junho de 1974, "Sindicato Nacional dos Empregados da Indústria Hoteleira e Profissões Anexas do Distrito do Funchal – Medidas contra o desemprego", p. 10.

[1115] *CF*, 30 de Maio de 1974, edição regional, "Turismo: um caso", p. 2; *DN*, 28 de Junho de 1974, "O Sindicato dos E.I.H. P.A.F. dá um sinal de alarme", p. 4; *DN*, 9 de Julho de 1974, "Sindicato dos Profissionais da Indústria Hoteleira do Distrito do Funchal", p. 2; *JM*, 28 de Junho de 1974, "O Sindicato da Indústria Hoteleira reage a despedimentos de trabalhadores", p. 3; *JM*, 9 de Julho de 1974, "Sindicato dos Profissionais na Indústria Hoteleira do Distrito do Funchal – Convocação", p. 11.

que impedia a acção sindical livre e o reconhecimento das comissões sindicais[1116].

Relativamente à reivindicação de uma remuneração mínima nacional, o Sindicato da Hotelaria divulgou que – em reunião da direcção deste organismo com a Comissão Interministerial que se deslocou à Madeira, em Junho de 1974 – foi por esta definido o SMN de 3300$00 (estabelecido no D.L. n.º 217, de 27 de Maio de 1974), abrangendo todo o pessoal representado pelo sindicato em questão, sendo esse valor devido desde 27 de Maio (data da publicação do decreto) e, por consequência, alertou as entidades desta sua obrigação, bem como os trabalhadores para denunciarem ao sindicato o seu incumprimento[1117].

À luz das reivindicações apresentadas e perante as dificuldades encontradas, os profissionais da hotelaria desenvolveram diversas acções, visando a obtenção de melhores condições de trabalho.

Assim, sucedeu, em Junho de 1974, com o Sindicato da Indústria Hoteleira do Funchal a pedir a intervenção do ministro do Trabalho, face à notícia de despedimentos de cerca de 100 trabalhadores neste sector, nomeadamente no Hotel Savoy – em virtude da fixação do SMN – considerando esta situação deplorável, com possibilidades de alastrar-se a outras empresas[1118], facto que suscitou movimentações de trabalhadores desta unidade turística[1119].

[1116] *DN*, 11 de Maio de 1974, "Sindicato Nacional dos Empregados da Indústria Hoteleira e Profissões Anexas do Distrito do Funchal", p. 5; *DN*, 15 de Maio de 1974, "Reivindicações dos profissionais da indústria hoteleira postas em assembleia magna da classe", pp. 3 e 6; *DN*, 16 de Junho de 1974, "Reivindicações do pessoal dos hotéis, pensões e afins", p. 10*; DN*, 26 de Junho de 1974, "Reivindicações do pessoal dos restaurantes, cafés, bares, tabernas, pastelarias e estabelecimentos similares do Distrito do Funchal", p. 6; *JM*, 11 de Maio de 1974, "Sindicato Nacional dos Empregados na Indústria Hoteleira e Profissões Anexas do Distrito do Funchal", p. 5; *JM*, 12 de Maio de 1974, p. 1; *JM*, 15 de Maio de 1974, "A Assembleia Geral do Sindicato da Hoteleira discutiu o futuro dos seus filiados", p. 4; *JM*, 18 de Junho de 1974, "Sindicato Nacional dos Empregados da Indústria Hoteleira e Profissões Anexas do Distrito do Funchal", p. 8; *JM*, 26 de Junho de 1974, "Reivindicações do pessoal dos restaurantes, cafés, bares, tabernas, pastelarias e estabelecimentos similares do Distrito do Funchal", p. 4.

[1117] *DM*, 29 de Junho de 1974, "Ventos ilhéus – Salários mínimos", p. 4; *DN*, 28 de Junho de 1974, "Chegou Comissão Inter-ministerial para estudo de problemas locais", p. 4; *DN*, 6 de Agosto de 1974, "Sindicato dos Profissionais na Indústria Hoteleira do Distrito do Funchal, Comunicado – salário mínimo nacional", p. 5; *DN*, 17 de Agosto de 1974, "Sindicato dos Profissionais da Indústria Hoteleira do Distrito do Funchal", p. 7; *JM*, 6 de Agosto de 1974, "Sindicato dos Profissionais na Indústria Hoteleira do Distrito do Funchal, Comunicado – salário mínimo nacional", p. 4.

[1118] *DN*, 28 de Junho de 1974, "O Sindicato dos E.I.H. P.A.F. dá um sinal de alarme", p. 4; *JM*, 28 de Junho de 1974, "O Sindicato da Indústria Hoteleira reage a despedimentos de trabalhadores", p. 3.

[1119] *DN*, 7 de Julho de 1974, "Sindicato dos Profissionais na Indústria Hoteleira do Distrito do Funchal – Comunicado", p. 2; *JM*, 30 de Junho de 1974, "Sindicato dos Profissionais da

Entretanto, chegou-se a um acordo entre a entidade sindical e a administração do Hotel Savoy, relativamente ao despedimento efectuado no dia 30 de Junho de 1974, tendo ficado acertada a readmissão imediata dos profissionais representados pelo sindicato, respeitando os seus direitos (antiguidade e pagamento dos dias em que não trabalharam), como se não tivessem sido despedidos, bem como a submissão deste assunto à Comissão Interministerial e da reestruturação do Hotel Savoy, comprometendo-se ambas as partes a acatar as decisões da referida comissão[1120].

Já, em 16 de Outubro de 1974, os trabalhadores de restaurante do Hotel Savoy recusaram-se a servir as refeições aos seus clientes (cerca de 230), sendo estes obrigados a ir comer a outros hotéis, com senhas, tendo esta paralisação sido motivada pela revindicação de aumentos salariais. Entretanto, chegaram ao hotel o presidente do Sindicato da Hotelaria e o delegado do INTP, após o que o pessoal voltou ao trabalho[1121].

Embora consciente de evidentes prejuízos para o turismo madeirense, garantindo, no entanto, que não pretendia destruir o sector[1122], em Agosto de 1974, o sindicato ameaçou efectuar uma greve geral na indústria hoteleira regional (que empregava cerca de 4000 pessoas), caso as entidades patronais não aceitassem as pretensões sindicais, em reunião a ocorrer, no dia 21 do aludido mês[1123].

A situação era caracterizada pela recusa do pagamento do SMN (3300$00) – bem como os retroactivos desde 27 de Maio de 1974, data da publicação do D.L. – tendo o sindicato desafiado as empresas que se queixavam de dificuldades em fazê-lo, a provar tal impossibilidade, bem como pela negação

Indústria Hoteleira do Distrito do Funchal – Convocação", p. 4; *JM*, 7 de Julho de 1974, "Sindicato dos Profissionais na Indústria Hoteleira do Distrito do Funchal – Comunicado", p. 4.

[1120] *DN*, 7 de Julho de 1974, "Sindicato dos Profissionais na Indústria Hoteleira do Distrito do Funchal – Comunicado", p. 2; *EF*, 15 de Julho de 1974, "Sindicato Hoteleiro do Funchal: Não ao despedimento!", p. 3; *EF*, 15 de Julho de 1974, "Sindicato dos Profissionais da Indústria Hoteleira do Distrito do Funchal – Comunicado", p. 3; *JM*, 7 de Julho de 1974, "Sindicato dos Profissionais na Indústria Hoteleira do Distrito do Funchal – Comunicado", p. 4.

[1121] *DN*, 18 de Outubro de 1974, "Pessoal de restaurante do "Savoy" suspendeu sua actividade durante 1 hora", p. 1.

[1122] *DN*, 20 de Agosto de 1974, "Sindicato confirma greve na hotelaria, no caso de malogro das negociações de amanhã com as entidades patronais", pp. 1 e 3; *JM*, 21 de Agosto de 1974, "Trabalhadores e Sindicato da Hotelaria exigem o salário mínimo nacional", pp. 1, 4-5.

[1123] *DN*, 18 de Agosto de 1974, "Se não forem satisfeitas reivindicações… Greve geral na hotelaria madeirense e similares dentro de dias", pp. 1 e 5.

do patronato em conceder o 13.º mês ainda neste ano de 1974, e ainda pela não concessão do subsídio de férias no valor de 100% do vencimento, encontrando-se estas questões num impasse, apesar de várias reuniões do sindicato com os patrões, a Comissão Interministerial que tinha vindo à Madeira, a JGDAF e o governador civil[1124].

Chegados a 21 de Agosto de 1974, as posições das duas partes em confronto estavam extremadas. O sindicato defendia um quadro de pretensões, como o direito ao pagamento do 13.º mês, até ao dia 20 de Dezembro de cada ano, a par da atribuição de 30 dias de férias ao pessoal com mais de um ano de serviço e respectivo subsídio de férias para todos, o horário semanal de 44 horas, a não permissão de despedimentos sem justa causa – e quando esta fosse invocada deveria haver inquérito pela comissão sindical da empresa – a melhoria das refeições oferecidas pelas firmas aos seus trabalhadores, em refeitório próprio, onde não houvesse separação de profissionais, o pagamento do trabalho nocturno, boas instalações sanitárias e sala de convívio para o pessoal[1125].

Somavam-se, ainda, a exigência do reconhecimento e apoio, da parte das empresas, ao trabalho das comissões sindicais e a concessão de trabalho a estrangeiros só poderia acontecer desde que não houvesse mão-de-obra regional e sob consulta obrigatória ao sindicato, devendo estes saber falar, de forma rudimentar, o português e a sua permanência numa empresa não podia ultrapassar seis meses[1126].

Por seu turno, os empresários não concordavam em cometer discriminações com pessoal estrangeiro, nem com a proposta referente ao trabalho nocturno, devendo os subsídios de Natal e férias ser negociados aquando da revisão do ACT, mas aceitaram a reivindicação dos 30 dias de férias, o horário semanal – podendo os turnos ser rotativos – o apoio à comissões sindicais de empresa, necessitando de regulamentação, e haveria o

[1124] *DN*, 18 de Agosto de 1974, "Se não forem satisfeitas reivindicações… Greve geral na hotelaria madeirense e similares dentro de dias", pp. 1 e 5.
[1125] *DN*, 21 de Agosto de 1974, "O caderno de reivindicações apresentado pelo Sindicato da Hotelaria e as respostas das entidades patronais", pp. 5 e 7.
[1126] *DN*, 21 de Agosto de 1974, "O caderno de reivindicações apresentado pelo Sindicato da Hotelaria e as respostas das entidades patronais", pp. 5 e 7.

melhoramento das instalações sanitárias, bem como seria recomendada a sala de convívio nos projectos das unidades em construção[1127].

À uma hora da madrugada do dia 22 de Agosto de 1974, e após muitas horas de negociações com os representantes das entidades patronais, o Sindicato da Hotelaria abdicou de fazer a greve prevista, ao ver satisfeitas as suas mais importantes reivindicações (pagamento do SMN, 13.º mês já nesse ano, subsídio de férias a 100% em 1975 e suplemento de 20% de acréscimo para o trabalho nocturno)[1128].

Entretanto, não foi possível concluir a acta do acordo, em virtude de os trabalhos terem sido perturbados por uma manifestação de profissionais da hotelaria e de pessoas consideradas estranhas ao sector, junto do local das negociações, o edifício do INTP, registando-se agressões físicas e insultos, tendo sido chamadas as FA e a PSP[1129].

Também, a ocupação da sede do sindicato, nesse dia 22, por cerca de 100 pessoas ligadas aos referidos grupos, comprometeu a conclusão do mesmo processo de entendimento[1130].

Depois de um conjunto de diligências, de ambas as partes em litígio, no dia 9 de Setembro de 1974, foi assinada a acta de conciliação das negociações entre o Sindicato da Indústria Hoteleira e as entidades patronais[1131].

Relativamente a alguns objectivos dos trabalhadores, em 30 de Agosto de 1974, o presidente do sindicato, José Ernesto Vieira Gomes, divulgou que o Ministério do Trabalho não tinha aceitado a pretensão das 44 horas semanais para a hotelaria da Madeira, pois tal regalia não era usufruída pelos profissionais do sector no Continente e que, quanto ao recebimento do subsídio de refeição,

---

[1127] *DN*, 21 de Agosto de 1974, "O caderno de reivindicações apresentado pelo Sindicato da Hotelaria e as respostas das entidades patronais", pp. 5 e 7.

[1128] *DM*, 24 de Agosto de 1974, "Ventos ilhéus – Greves", p. 5; *DN*, 22 de Agosto de 1974, "À primeira hora de hoje: Sindicato da Indústria Hoteleira abdica da greve (após 8 horas de negociações com os representantes)", pp. 1 e 3; *JM*, 22 de Agosto de 1974, "A greve não se faz – O Sindicato da Indústria Hoteleira e as entidades patronais chegaram a acordo nos pontos fundamentais", pp. 1 e 9.

[1129] *DN*, 23 de Agosto de 1974, ""Referendo" na hotelaria para assinatura ou não do acordo?", pp. 1 e 8; *JM*, 23 de Agosto de 1974, "Manifestantes amotinados impediram a assinatura do acordo entre o sindicato e os hoteleiros da Madeira", pp. 1 e 8.

[1130] *DN*, 23 de Agosto de 1974, ""Referendo" na hotelaria para assinatura ou não do acordo?", pp. 1 e 8; *JM*, 23 de Agosto de 1974, "Manifestantes amotinados impediram a assinatura do acordo entre o sindicato e os hoteleiros da Madeira", pp. 1 e 8.

[1131] *DN*, 10 de Setembro de 1974, "Reivindicações dos profissionais da indústria hoteleira do Funchal (hotéis, pensões e afins)", p. 1; *JM*, 10 de Setembro de 1974, "Reivindicações dos profissionais da indústria hoteleira do Funchal (hotéis, pensões e afins)", p. 12.

previsto descontar no SMN, o dirigente sindical tinha indicações de que tal não sucederia, ficando, assim, o trabalhador a receber o SMN e o subsídio de alimentação ou, em alternativa a este último, teria direito à refeição dada pelo estabelecimento hoteleiro ou restaurante, não alterando os 3300$00[1132].

Já, em Julho de 1975, foi assinado um novo acordo entre o Sindicato da Hotelaria e as entidades patronais, alcançando os profissionais dos hotéis e similares melhores salários e um novo horário de trabalho semanal (45, em vez de 48 horas), passando os trabalhadores das unidades hoteleiras a usufruir de alimentação gratuita, sem descontar no seu ordenado mensal[1133].

Mais tarde, foi consagrada a redução do horário laboral semanal, no sector da hotelaria, passando a ser de 45 h para os hotéis e estabelecimentos afins, a partir de 1 de Outubro de 1975[1134].

Este movimento reivindicativo estendeu-se ao Hotel Buganvília, no Funchal, cujas empregadas da secção de quartos decidiram entrar em greve, a partir de 13 de Março de 1975, se a administração não satisfizesse um conjunto de pretensões, como o cumprimento das oito horas de trabalho diário, ordenado compatível, um refeitório condigno e o comprovativo de vencimentos e dias de feriados em atraso[1135].

Face à notícia de que, em 31 de Março de 1975, o Aparthotel América, em Santo Amaro, na freguesia de S. Martinho (que começara a funcionar em Junho de 1974), iria fechar as portas, com o consequente despedimento dos seus cerca de 50 profissionais[1136], a comissão representativa dos trabalhadores solicitou a intervenção do PM, do Ministério do Trabalho, do COPCON e do governador militar da Madeira, por se encontrarem em situação "aflitiva", pelo que pediram "socorro"[1137].

[1132] *JM*, 30 de Agosto de 1974, "Ministério do Trabalho diz não ás 44 horas de trabalho semanal para a indústria hoteleira", pp. 1-2.

[1133] *DN*, 23 de Julho de 1975, "Sindicato de Profissionais de Hotelaria e Similares conclui negociações com as entidades patronais e consegue novas regalias para seus associados", p. 8.

[1134] *DN*, 1 de Outubro de 1975, "Sindicato dos Profissionais da Indústria Hoteleira e Similares – 45 horas semanais", p. 2; *DN*, 3 de Outubro de 1975, "Sindicato dos Profissionais da Indústria Hoteleira e Similares – Redução do horário de trabalho para 45 horas semanais", p. 5.

[1135] *JM*, 11 de Março de 1975, "Comunicado", p. 2.

[1136] *JM*, 28 de Janeiro de 1975, "Crise no turismo madeirense –O caso do "Aparthotel América"", pp. 1 e 10.

[1137] *JM*, 19 de Março de 1975, "Trabalhadores do Aparthotel América pedem socorro ao Governo", p. 12.

Em Lisboa, no mês de Abril, numa reunião do secretário de Estado do Emprego com dirigentes do Sindicato da Indústria Hoteleira e representantes dos proprietários do Hotel-Apartamentos América, ficou garantida a continuidade do funcionamento desta unidade hoteleira e o não despedimento do respectivo pessoal[1138].

O Hotel Madeira Sheraton, em 1975, também foi palco de alguns actos reivindicativos, como a paralisação dos seus trabalhadores, em 31 de Março, com excepção dos serviços mínimos, tendo em vista a obtenção de melhores salários para os que auferiam ordenados mais baixos, exigindo o mínimo de 4000$00. E nesse mesmo dia, foi aceite a suspensão de três chefes de serviço do hotel e o início de conversações, pelo que, no dia 1 de Abril, o trabalho voltou à normalidade[1139].

Registou-se acordo no pagamento, dentro de 15 dias, do valor diferencial entre o que ganhavam naquele momento e o que fosse oportunamente acordado no novo ACT, e não haveria greves, neste período, no Hotel Sheraton[1140].

Manifestaram solidariedade a esta acção dos trabalhadores do Hotel Sheraton o Sindicato dos Operários da Construção Civil, a FEC (M-L) e a UPM[1141], tendo já, em Março de 1975, ou seja, ainda antes de haver esta greve, a ADM-PMD expressado o seu apoio a algumas das suas pretensões, como o fundo social, o refeitório único e a readmissão de despedidos[1142].

Posteriormente, em Maio de 1975, ocorreu a suspensão da actividade da mesma unidade hoteleira, pela "acção desencadeada por um grupo de trabalhadores, estranhos à comissão de trabalhadores constituída", com reivindicações comuns à da CT, acrescentando o saneamento do director e do

---

[1138] *DN*, 17 de Abril de 1975, "Sindicato dos Profissionais da Indústria Hoteleira e Profissões Anexas do Distrito do Funchal – Esclarecimento", p. 6*; DN*, 19 de Abril de 1975, "Sindicato dos Profissionais da Indústria Hoteleira e Profissões Anexas do Distrito do Funchal", p. 2.

[1139] *DN*, 1 de Abril de 1975, "Cedência de posição por 48 horas para abertura de negociações", pp. 1 e 3; *DN*, 1 de Abril de 1975, "Trabalhadores do Sheraton lutam por melhores salários para os mais desfavorecidos", pp. 1 e 3; *JM*, 1 de Abril de 1975, "Greve geral no Madeira Sheraton", p. 3.

[1140] *DN*, 2 de Abril de 1975, "Acordo entre os trabalhadores do Madeira Sheraton e delegações do Trabalho e Sindical", p. 8.

[1141] *DN*, 1 de Abril de 1975, "Comunicados – Da F.E.C. (M-L), Frente Eleitoral de Comunistas (Marxistas-leninistas)", p. 6; *DN*, 1 de Abril de 1975, "Comunicados – Do Sindicato Livre dos Operários da Construção Civil", p. 6; *DN*, 1 de Abril de 1975, "Comunicados – Do U.P.M.", p. 6.

[1142] *JM*, 14 de Março de 1975, "A.D.M. - Associação Democrática Madeirense de Mutualistas – Grupo Autónomo do P.M.D. na Madeira (Partido Mutualista Democrático)", p. 9.

chefe de pessoal. Houve um plenário do pessoal do hotel – com a participação do delegado do Ministério do Trabalho na Madeira e de um representante das FA – tendo disso decidido afastar o director e ficando as restantes reivindicações para uma ocasião posterior[1143].

Para além de greves, houve o recurso a outras medidas, como a substituição das gerências existentes nas empresas, por comissões constituídas e eleitas por trabalhadores, alegando erros de gestão, como sucedeu no Hotel Santa Isabel[1144], no Hotel Miramar[1145], ambos no Funchal, e no Restaurante Boieiro (Caniço)[1146].

Por seu turno, os trabalhadores da Pensão Universal, no Funchal, em Março de 1975, decidiram afastar da gestão um dos seus proprietários, substituindo-o, na direcção, por João Baptista F. O. Martins[1147].

Também, os profissionais do Hotel Monte Carlo, no Funchal, em Fevereiro de1975, ocuparam as suas instalações, passando a ser geridas pelos próprios trabalhadores, tendo como justificação o não pagamento dos seus vencimentos há seis meses, isto é, desde Agosto de 1974 e alegando ainda haver má administração da unidade hoteleira[1148].

Conseguiram, com o apoio do Sindicato da Indústria Hoteleira, manter-se em pleno funcionamento, pôr fim aos salários em atraso, pagar o SMN, atingindo uma boa ocupação hoteleira, saldos positivos, tendo esta acção registado o apoio, desde o início da ocupação, da parte da CMF e das FA[1149].

Na vila de Machico, em 19 de Julho de 1975, os trabalhadores do Mercado Velho, entraram em greve, exigindo a aplicação do SMN, melhores condições de trabalho e o saneamento do sócio e encarregado José Fernandes de Nóbrega, devido aos seus maus tratos e insultos em relação ao pessoal. Esta

[1143] *DN*, 21 de Maio de 1975, "Trabalhadores do "Sheraton" suspenderam actividade", p. 1.
[1144] *DN*, 6 de Março de 1975, "Comunicado do Sindicato da Indústria Hoteleira", p. 7.
[1145] *DN*, 15 de Março de 1975, "Hotel Miramar gerido por comissão de trabalhadores", p. 8.
[1146] *DN*, 28 de Março de 1975, "Restaurante gerido por comissão de trabalhadores", p. 3.
[1147] *DN*, 1 de Abril de 1975, "Assembleias, comícios, reuniões – Reunião dos Trabalhadores da "Pensão Universal", com a presença de um dos proprietários e de dirigentes do Sindicato dos Profissionais da Indústria Hoteleira", p. 5.
[1148] *DN*, 13 de Fevereiro de 1975, "O Hotel Monte Carlo passou a ser gerido pelos trabalhadores que ocuparam as instalações", p. 5.
[1149] *DN*, 1 de Maio de 1975, "Uma experiência positiva de gestão hoteleira credencia a Comissão Executiva de Trabalhadores do "Hotel Monte Carlo"", p. 3.

acção contou com o apoio do CIPM, tendo as trabalhadoras acusado o Sindicato da Hotelaria de estar "ao serviço dos patrões exploradores"[1150].

As trabalhadoras do Mercado Velho tomaram conta do café-restaurante, em virtude de não ter havido acordo destas e do Sindicato da Hotelaria com a entidade patronal, para regularizar os salários[1151].

Nesta caminhada por soluções para a actividade turística, foi levantada a bandeira da nacionalização, como ocorreu com o pedido dos trabalhadores da Matur e da Grão-Pará[1152], tendo ainda sido constituída a COOPHOTEL-Cooperativa Hoteleira do Funchal, em Agosto de 1975[1153].

Na acção sindical e de outros organismos laborais do sector da indústria hoteleira, houve gestos de solidariedade com outras áreas profissionais e de associação com eventos sociopolíticos.

Deste modo, e a propósito da tentativa de golpe de Estado, em 11 de Março de 1975, o Sindicato dos Empregados na Indústria Hoteleira apelou à calma e à vigilância dos seus associados, nos locais de trabalho[1154], tendo exprimido apoio às medidas tomadas pelo CR, no dia 15 de Abril de 1975, designadamente as nacionalizações de empresas de transportes (CP, TAP), produção, transporte e distribuição de energia eléctrica[1155].

Em 1975, profissionais do Hotel Monte Carlo apoiaram o discurso ao país de Vasco Gonçalves, em 20 de Fevereiro[1156], tendo os mesmos, a par das CT's do Hotel Santa Maria e do complexo Matur, apoiado a convocação de uma concentração popular, junto à CMF, em 8 de Maio de 1975, na qual participou o ministro do Trabalho, em visita à Madeira[1157].

[1150] *DN*, 22 de Julho de 1975, "Trabalhadoras do "Mercado Velho" em greve", p. 6; *JM*, 20 de Julho de 1975, "Restaurante e Casa de Cá "Mercado Velho" de Machico – Comunicado", p. 9.

[1151] *DN*, 7 de Agosto de 1975, "Sindicato dos Profissionais da Indústria Hoteleira e Similares do Distrito do Funchal", p. 7.

[1152] *DN*, 7 de Fevereiro de 1975, "Comunicados – Dos trabalhadores da Grão-Pará", p. 7; *JM*, 7 de Janeiro de 1975, "Inquérito à Matur", p. 16.

[1153] *DN*, 18 de Setembro de 1975, "COOPHOTEL-Cooperativa Hoteleira do Funchal, Sociedade Cooperativa Anónima de responsabilidade limitada", p. 6.

[1154] *DN*, 12 de Março de 1975, "Comunicados – Do Sindicato dos Empregados na Indústria Hoteleira e Profissões Anexas do Distrito do Funchal", p. 4.

[1155] *DN*, 18 de Abril de 1975, "Sindicato da Hotelaria apoia nacionalizações", p. 3.

[1156] *JM*, 22 de Fevereiro de 1975, "Telegramas enviados ao primeiro ministro Vasco Gonçalves", p. 2.

[1157] *DN*, 8 de Maio de 1975, "Convite", p. 7; *DN*, 8 de Maio de 1975, "O ministro do Trabalho nos Paços do Concelho", p. 1; *DN*, 8 de Maio de 1975, "Saudação do ministro à população do Funchal", p. 8; *DN*, 9 de Maio de 1975, "É preciso que as pessoas passem a dispor e a utilizar

4.12. Empregados de escritório e caixeiros

O sector dos empregados de escritório e caixeiros – que abrangia, ainda, telefonistas, pracistas, contínuos, paquetes, cobradores e empregados de balcão – teve um papel importante no movimento reivindicativo pós-"25 de Abril".

O Sindicato Nacional dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito do Funchal destacou-se, logo, no lançamento do 1.º Comício dos Sindicatos Livres[1158], realizado em 15 de Maio de 1974 tendo congregado outros 10 organismos sindicais[1159].

Neste encontro, foram abordados o sindicalismo em Portugal e no mundo, a legislação laboral e sindical, o desemprego, a estabilidade de emprego, os salários, o custo de vida, a criação de novos sindicatos, a liberdade sindical, o direito à greve e a previdência social[1160].

a liberdade que lhes foi conferida – afirmou o ministro Costa Martins nos Paços do Concelho do Funchal", pp. 1 e 3.

[1158] *DN*, 15 de Maio de 1974, "I Comício dos Sindicatos Livres – Com esta assembleia pretendemos elucidar as pessoas quanto a um sistema que vigorou até há pouco tempo – afirmou-nos um dirigente sindical", p. 3; *EF*, 20 de Maio de 1974, "No Largo do Jardim Municipal teve lugar o I Comício dos Sindicatos Livres", p. 3.

[1159] Aderiram a este evento o Sindicato Nacional dos Electricistas-Secção Regional da Madeira, o Sindicato Nacional dos Metalúrgicos e Ofícios Correlativos do Distrito do Funchal, o Sindicato Nacional dos Profissionais de Alfaiataria e Costura do Distrito do Funchal, o Sindicato Nacional dos Empregados e Operários da Indústria de Panificação do Distrito do Funchal, o Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Armazéns e Ofícios Correlativos do Distrito do Funchal, o Sindicato Nacional dos Empregados Bancários-Delegação Distrital do Funchal, o Sindicato Nacional dos Estivadores, Carregadores e Descarregadores Marítimos do Distrito do Funchal, o Sindicato Nacional dos Empregados e Operários da Indústria de Bordados da Madeira, o Sindicato Nacional dos Operários da Construção Civil e Ofícios Correlativos do Distrito do Funchal e o Sindicato Nacional das Artes Gráficas. *DN*, 10 de Maio de 1974, "Comunicado – O I comício de sindicatos livres", p. 3; *DN*, 11 de Maio de 1974, "Comunicado – O I comício de sindicatos livres", p. 4; *EF*, 13 de Maio de 1974, "Comunicado dos sindicatos madeirenses", p. 1; *JM*, 10 de Maio de 1974, "Comunicado", p. 10*; JM*, 11 de Maio de 1974, "Comunicado", p. 11.

[1160] *DN*, 10 de Maio de 1974, "Comunicado – O I comício de sindicatos livres", p. 3; *DN*, 11 de Maio de 1974, "Comunicado – O I comício de sindicatos livres", p. 4; *DN*, 12 de Maio de 1974, "Comunicado dos sindicatos madeirenses", p. 10; *DN*, 15 de Maio de 1974, "O I Comício dos Sindicatos Livres realiza-se hoje no Jardim Municipal a partir das 19.30 h", pp. 1 e 3; *EF*, 13 de Maio de 1974, "Comunicado dos sindicatos madeirenses", p. 1; *JM*, 10 de Maio de 1974, "Comunicado", p. 10*; JM*, 11 de Maio de 1974, "Comunicado", p. 11*; JM*, 12 de Maio de 1974, "Os Sindicatos madeirenses informam", p. 12; *JM*, 13 de Maio de 1974, "Os Sindicatos madeirenses informam", p. 2; *JM*, 14 de Maio de 1974, "Os Sindicatos madeirenses informam", p. 2; *JM*, 15 de Maio de 1974, "Hoje, no Jardim Municipal Comício Sindical", p. 10; *JM*, 15 de Maio de 1974, "Os Sindicatos madeirenses informam", p. 2.

Aberta a todos os trabalhadores, e depois de uma concentração, no Largo do Colégio, seguiu-se um desfile até ao Jardim Municipal, onde decorreu o comício[1161].

Neste evento, foram exibidos cartazes, onde estavam inscritas diversas reivindicações, como o direito à greve, o aumento de salários, a saída das direcções sindicais em exercício, as 40 horas semanais de trabalho, a liberdade sindical e a oposição ao INTP. Também figuravam louvores e vivas à JSN, às FA e a António de Spínola[1162].

O desfile-comício sindical decorreu *"*na melhor ordem e sob o maior civismo"[1163].

Este acontecimento teve uma grande relevância regional, merecendo a apreciação positiva de vários órgãos da comunicação social. Pelo *DN*, foi qualificado como uma "jornada emocionante"[1164], com uma "missão nobre de informar convenientemente a massa trabalhadora, esclarecendo-a sobre a função primordial dum verdadeiro Sindicato Livre, alertando-a sobre o verdadeiro significado da greve", segundo o *EF*[1165].

Por sua vez, o *RNN* relatou-o como um "grandioso desfile de massas trabalhadoras […] memorável manifestação"[1166].

Entretanto, o *CF* referia que o comício sindical fora importante, mas o modo como foi organizado levantava algumas questões, a par do "comportamento anti-democrático e sectário dos elementos da "mesa", limitando arbitrariamente o uso da palavra". No parecer deste semanário, impunha-se, não

---

[1161] *DN*, 10 de Maio de 1974, "Comunicado – O I comício de sindicatos livres", p. 3; *DN*, 11 de Maio de 1974, "Comunicado – O I comício de sindicatos livres", p. 4; *DN*, 12 de Maio de 1974, "Comunicado dos sindicatos madeirenses", p. 10; *DN*, 15 de Maio de 1974, "O I Comício dos Sindicatos Livres realiza-se hoje no Jardim Municipal a partir das 19.30 h", pp. 1 e 3; *EF*, 13 de Maio de 1974, "Comunicado dos sindicatos madeirenses", p. 1; *JM*, 10 de Maio de 1974, "Comunicado", p. 10*; JM*, 11 de Maio de 1974, "Comunicado", p. 11*; JM*, 12 de Maio de 1974, "Os Sindicatos madeirenses informam", p. 12; *JM*, 13 de Maio de 1974, "Os Sindicatos madeirenses informam", p. 2; *JM*, 14 de Maio de 1974, "Os Sindicatos madeirenses informam", p. 2; *JM*, 15 de Maio de 1974, "Os Sindicatos madeirenses informam", p. 2; *JM*, 15 de Maio de 1974, "Hoje, no Jardim Municipal Comício Sindical", p. 10.

[1162] *DN*, 16 de Maio de 1974, "Milhares de pessoas assistiram ontem no Jardim Municipal ao I Comício dos Sindicatos Livres", pp. 1 e 5; *JM*, 16 de Maio de 1974, "Comício Sindical no Jardim Municipal", p. 7.

[1163] *DM*,18 de Maio de 1974, "Ventos ilhéus – Jardim Municipal", p. 23.

[1164] *DN*, 16 de Maio de 1974, "Milhares de pessoas assistiram ontem no Jardim Municipal ao I Comício dos Sindicatos Livres", pp. 1 e 5.

[1165] *EF*, 20 de Maio de 1974, "No Largo do Jardim Municipal teve lugar o I Comício dos Sindicatos Livres", p. 3.

[1166] *RNN*, 20 de Maio de 1974, "Jornal de Parede, Noticiário do país e arredores… – I Comício dos Sindicatos Livres", p. 4.

apenas a denúncia das condições dos trabalhadores, mas também a sua organização e mobilização, devendo o povo conquistar "a sua autonomia sem esperar por dádivas e favores". Por isso, os trabalhadores não deveriam ser "claque" dos dirigentes sindicais, correndo o risco de se perder a democracia sindical, pois "a emancipação dos trabalhadores ter[ia] de ser obra dos próprios trabalhadores"[1167].

Vicente Jorge Silva sublinhou que o 1.º Comício dos Sindicatos da Madeira foi um dos mais marcantes eventos políticos que tiveram lugar na ilha, no período inicial da Revolução, a par do "1.º de Maio" e da manifestação contra o FD[1168].

Entretanto, apesar de aprazado para o dia 22 de Maio de 1974, não se realizou o II Comício dos Sindicatos Livres, no Funchal, por "motivos de força maior"[1169].

Foram alcançados novos ACT, através de negociações entre o sindicato e as entidades empresariais, com a respectiva homologação ministerial, para os diferentes profissionais deste sector, trazendo benefícios como novas tabelas salariais, período e subsídio de férias, diuturnidades, promoções e dias feriados[1170].

Quanto ao SMN, o organismo sindical desta área, em Julho de 1974, chamou à atenção das entidades patronais, que não vinham a pagá-lo, no valor

---

[1167] *CF*, 18 de Maio de 1974, edição regional, "As palavras e a acção", p. 1.

[1168] *DN*, 19 de Maio de 1974, "O momento político – Vicente Jorge Silva", pp.1 e 5.

[1169] *DN*, 22 de Maio de 1974, "II Comício dos Sindicatos Livres", p. 6.

[1170] *DN*, 11 de Maio de 1974, "Sindicato Nacional dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito do Funchal – Nota informativa", p. 5; *DN*, 18 de Maio de 1974, "Foi ontem homologado o acordo colectivo de trabalho dos profissionais caixeiros de balcão", pp. 1 e 7; *DN*, 18 de Maio de 1974, "Sindicato Livre dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Funchal – Comunicado", p. 6; *DN*, 22 de Maio de 1974, "Sindicato Nacional dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito do Funchal – Nota informativa", p. 6; *DN*, 23 de Maio de 1974, "Sindicato Nacional dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito do Funchal – Nota informativa", p. 4; *DN*,19 de Junho de 1974, "Associação Comercial do Funchal – Informação", p. 8; *DN*, 2 de Julho de 1974, "Ministério do Trabalho – Delegação no Funchal – Comunicado", p. 8; *EF*, 27 de Maio de 1974, "Tema em foco: Na actual conjunta política do País, o Sindicalismo é uma força viva na Prom. Do Povo – Entrevista com o sr. Orlando Fernandes membro do Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros do D. do Funchal", p. 5; *JM*, 11 de Maio de 1974, "Sindicato Nacional dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito do Funchal – Nota informativa", p. 11; *JM*, 17 de Maio de 1974, "Directores do Sindicato dos Empregados de Escritório e do Funchal serão recebidos pelo Ministro do Trabalho", p. 11*; JM*, 18 de Maio de 1974, "Comunicado do Sindicato Livre dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Funchal", p. 10*; JM*, 22 de Maio de 1974, "Sindicato Livre dos Empregados de Escritório e Caixeiros – Nota informativa", p. 11; *JM*, 23 de Maio de 1974, "Sindicato Livre dos Empregados de Escritório e Caixeiros – Nota informativa", p. 4; *JM*,19 de Junho de 1974, "Associação Comercial do Funchal - Informação", p. 5.

de 3300$00, salientando não existir qualquer disposição legal que determinasse a suspensão ou a não aplicação de tal salário no arquipélago da Madeira, pelo que também alertou os trabalhadores para denunciarem ao sindicato o seu incumprimento[1171].

Relativamente ao horário semanal de trabalho, em Maio de 1974, foi estabelecido, para todos os estabelecimentos comerciais, o de 44 h/semana, sendo cinco dias (segunda a sexta feiras) a oito horas e, no sábado, quatro horas, na sequência de ACT, conseguido pelo Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito do Funchal[1172], tendo, em Abril de 1975, entrado em vigor um novo horário para os empregados de escritório, agora, de 39 horas semanais, distribuídas de segunda a sexta-feira, com descanso integral ao sábado[1173].

Muitas das conquistas obtidas passaram por actos de paralisação, quer em algumas empresas, individualmente, quer num âmbito mais alargado do sector.

Assim, nos Armazéns Oliveira, no Funchal, registaram-se incidentes entre trabalhadores e entidade patronal, em 16 de Julho de 1974, que se manteve encerrado durante todo o dia (impedindo os grevistas as entradas e saídas), na sequência de um litígio que vinha a acontecer já há algum tempo, provocado por despedimentos injustificados, o que originou a intervenção das FA e depois da PSP[1174].

Esta acção teve subjacente um conjunto de reclamações e pretensões, como o repúdio contra o despedimento de trabalhadores sem justa causa, a

---

[1171] *DN*, 10 de Julho de 1974, "Sindicato Nacional dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito do Funchal – Comunicado", p. 8; *DN*, 11 de Julho de 1974, "Sindicato Nacional dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito do Funchal – Comunicado", p. 2; *DN*, 9 de Agosto de 1974, "Sindicato Nacional dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito do Funchal – Comunicado", p. 7; *DN*, 10 de Agosto de 1974, "Sindicato Nacional dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito do Funchal – Comunicado", p. 2; *JM*, 10 de Julho de 1974, "Sindicato Nacional dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito do Funchal – Comunicado", p. 10; *JM*, 11 de Agosto de 1974, "Sindicato Nacional dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito do Funchal – Comunicado", p. 5.

[1172] *DN*, 24 de Maio de 1974, "Sindicato Livre dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito do Funchal – Comunicado", p. 7; *JM*, 24 de Maio de 1974, "Sindicato Livre dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito do Funchal – Comunicado", p. 5.

[1173] *DN*, 29 de Abril de 1975, "Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito do Funchal – Comunicado", p. 2.

[1174] *DN*, 16 de Julho de 1974, "Incidentes entre patronato e trabalhadores na firma "Armazéns Oliveira"", p. 5; *JM*, 16 de Julho de 1974, "… E os trabalhadores dos "Armazéns Oliveira" disseram não ao patrão", pp. 1, 10-11.

pretensão da eleição de uma comissão da firma – para evitar os despedimentos, controlar o movimento comercial da empresa, averiguar irregularidades e combater a opressão patronal – a realização de uma auditoria à empresa, por pessoas escolhidas pelos trabalhadores e sancionadas pelo delegado da JSN, a readmissão imediata dos funcionários despedidos, e caso não fossem aceites as suas reivindicações, recorreriam à intervenção das FA, para concretizar a pretendida reintegração[1175].

A greve prolongou-se por alguns dias, em virtude da recusa da entidade patronal, José Nunes Oliveira, em aceitar as exigências do pessoal ao seu serviço[1176].

No dia 24 de Julho de 1974, foi lavrada uma acta das negociações finais entre o Sindicato Nacional dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Funchal e a firma José Nunes Oliveira (Armazéns Oliveira), tendo em vista terminar o diferendo que, então, existia entre estas duas partes.

Deste acordo resultou que, neste dia 24, seriam reabertos, com normalidade, todos os estabelecimentos da firma, com a reentrada de todos os funcionários cujos contratos de trabalho não tinham sido suspensos ou cessado até à data do encerramento da empresa, isto é, 15 de Julho de 1974, a manutenção de todas as regalias, como se não tivesse havido interrupção da actividade, a realização de uma auditoria contabilística à empresa, para apurar a sua capacidade financeira – sendo a comissão formada por representantes da entidade patronal e dos trabalhadores – e se houvesse essa capacidade, haveria readmissão dos despedidos, através de provas de conhecimento e testes psicológicos, para averiguar a sua experiência profissional, bem como a constituição de uma CT para a fiscalização das relações entre o patronato e os funcionários e destes entre si, a qual deveria ser ouvida em situações de despedimentos, não tendo esta estrutura qualquer competência em matéria de gestão comercial da empresa, que ficaria a cargo do patrão e sua esposa[1177].

[1175] *DN*, 16 de Julho de 1974, "Incidentes entre patronato e trabalhadores na firma "Armazéns Oliveira"", p. 5; *JM*, 16 de Julho de 1974, "… E os trabalhadores dos "Armazéns Oliveira" disseram não ao patrão", pp. 1, 10-11.

[1176] *JM*, 17 de Julho de 1974, "Os "Armazéns Oliveira" continuam fechados por conta do patrão", p. 12.

[1177] *DM*, 10 de Agosto de 1974, "Armazéns Oliveira", pp. 2 e 7; *DN*, 25 de Julho de 1974, "Armazéns Oliveira – normalizada a situação resultante do diferendo entre a entidade patronal e os trabalhadores", p. 4; *JM*, 25 de Julho de 1974, "Praticamente resolvido o caso dos "Armazéns Oliveira" que hoje abrem ao público", p. 12.

Por não estar a ser cumprido o ACT e o SMN, numa acção apoiada pelo Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros, em Outubro de 1974, os trabalhadores do supermercado Greco, no Funchal, fizeram a sua ocupação, tendo a mesma cessado, após a entidade patronal feito saber que pagaria o atrasado no dia 23 desse mês[1178].

Por idênticas razões, os trabalhadores da firma M. F. Silva Coelho entraram em greve, em Junho de 1975[1179].

Entretanto, num âmbito mais geral, em 7 de Abril de 1975, cerca de 2000 empregados de escritório, telefonistas, pracistas, contínuos, paquetes e cobradores (não incluindo os caixeiros) entraram em greve, devido ao impasse nas negociações com as entidades patronais, quanto às suas pretensões, que eram a recusa de despedimentos sem justa causa e a melhoria da tabela salarial, sendo constituídos piquetes de vigilância, impedindo a entrada de pessoas nas empresas[1180].

Esta paralisação dos empregados de escritório teve um significativo apoio de diversas organizações, como a comissão de delegados do Distrito do Funchal do Sindicato dos Empregados Bancários de Lisboa, os funcionários da secretaria do Sindicato da Indústria Hoteleira, o Sindicato dos Carregadores e Descarregadores de Terra, o Sindicato dos Empregados e Operárias da Indústria de Bordados, o Sindicato dos Profissionais da Indústria Hoteleira, a delegação do Funchal do Sindicato dos Profissionais de Seguros de Lisboa, o sector administrativo da delegação da Madeira da *RTP*, empregados de escritório da Matur, metalúrgicos da Madeira Engineering e caixeiros e empregados da Madeira filiados no Sindicato dos Serviços Administrativos da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pescas (Sector das Pescas)[1181].

[1178] *DN*, 12 de Outubro de 1974, "Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Funchal – Esclarecimento", p. 4.

[1179] *DN*, 4 de Junho de 1975, "Comunicado", p. 7.

[1180] *DN*, 6 de Abril de 1975, "Decidido em assembleia geral do Sindicato dos Empregados de Escritório: greve a partir de amanhã", p. 13; *DN*, 6 de Abril de 1975, "Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito do Funchal – 2.º comunicado", p. 7*; DN*, 8 de Abril de 1975, "Em greve desde ontem 2 mil trabalhadores de escritório", pp. 1 e 10.

[1181] *DN*, 8 de Abril de 1975, "Comunicados – Do Sindicato dos Carregadores e Descarregadores de Terra do Porto e Distrito do Funchal", p. 8; *DN*, 8 de Abril de 1975, "Comunicados – Do Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito do Funchal"; *DN*, 8 de Abril de 1975, "Comunicados – Do Sindicato Livre dos Empregados e Operárias da Indústria de Bordados da Madeira", p. 8; *DN*, 8 de Abril de 1975, "Comunicados – Do Sindicato dos Profissionais da Indústria Hoteleira e Profissões Anexas do Distrito do Funchal", p. 8; *DN*, 8 de Abril de 1975, "Comunicados – Dos funcionários da secretaria do Sindicatos dos

Entretanto, foi suspensa a greve dos empregados de escritório, no dia 9 de Abril de 1975, regressando ao trabalho, a partir das 14h30 deste dia, por ter havido a "satisfação dos principais pontos controvertidos do Caderno Reivindicativo" (abolição dos despedimentos sem justa causa e aprovada a remuneração do 3.º escriturário, como base para a negociação dos salários das restantes categorias) e sido retomadas as negociações neste mesmo dia[1182].

Depois, em 19 de Agosto de 1975, os empregados de escritório decidiram fazer uma nova greve, no prazo de 48 horas, caso o Ministério do Trabalho não garantisse a extensão insular do ACT, assinado para esta classe profissional, havia já alguns meses e que tinha sido solicitado pelo Sindicato dos Empregados de Escritório do Funchal[1183].

Mas a mesma foi suspensa, em virtude do Ministério do Trabalho ter garantido, por escrito – via seu delegado na Madeira, e membro da JPM, Paquete de Oliveira – que estava aprovado o alargamento à Madeira do ACT, previsto para este grupo profissional e que fora enviado para publicação[1184].

Os caixeiros, outro segmento específico deste sector, decidiram entrar em greve, no dia 4 de Julho de 1975, caso se mantivesse o impasse nas negociações com as entidades patronais – estando prevista a criação de piquetes de vigilância, ficando os "fura-greves" com os direitos sindicais

Profissionais da Indústria Hoteleira do Distrito do Funchal", p. 8; *DN*, 8 de Abril de 1975, "Comunicados – Dos Trabalhadores metalúrgicos da Madeira Engineering", p. 8; *DN*, 8 de Abril de 1975, "Em greve desde ontem 2 mil trabalhadores de escritório – Solidariedade da comissão de delegados do distrito do Funchal dos Empregados Bancários", pp. 1 e 8; *DN*, 9 de Abril de 1975, "Comunicados – De apoio à greve dos Empregados de Escritório", p. 10; *DN*, 9 de Abril de 1975, "Comunicados – Do Sector administrativo da delegação da Madeira da *RTP*", p. 2; *DN*, 9 de Abril de 1975, "Comunicados – Do Sindicato dos Profissionais de Seguros de Lisboa", p. 2; *DN*, 9 de Abril de 1975, "Comunicados – Dos Empregados de Escritório da Matur", p. 2.

[1182] *DN*, 9 de Abril de 1975, "Associação Comercial – Comunicado", p. 3; *DN*, 9 de Abril de 1975, "Suspensão imediata da greve", pp. 1 e 3; *DN*, 9 de Abril de 1975, "Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito do Funchal – Comunicado", p. 3.

[1183] *DN*, 19 de Agosto de 1975, "Empregados de escritório ameaçam greve dentro de 48 horas", p. 8; *DN*, 20 de Agosto de 1975, "Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito do Funchal – Ao público em geral", p. 4.

[1184] *DN*, 21 de Agosto de 1975, "A Junta de Planeamento e a anunciada greve do S.E.E.C.D.F.", p. 1; *DN*, 21 de Agosto de 1975, "Comunicado do Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito do Funchal", p. 8; *DN*, 21 de Agosto de 1975, "Suspensa greve dos empregados de escritório", pp. 1 e 8; *JM*, 21 de Agosto de 1975, "Por enquanto não há greve dos empregados de escritório", p. 1; *JM*, 29 de Agosto de 1975, "A greve dos empregados de escritório", p. 1.

suspensos por seis meses, podendo ir até ao saneamento – mas a greve foi suspensa até 7 de Julho de 1975[1185].

No dia seguinte, por não ter havido acordo entre as partes, começou a paralisação dos caixeiros, não abrangendo os de mercearias, supermercados e barracas do Mercado, porque estavam a decorrer negociações específicas para estes profissionais[1186].

Manifestaram apoio a esta greve dos caixeiros várias organizações, como a FPDM, o Sindicato dos Empregados e Operárias de Bordados, a CT da Leacock & Cia, o Sindicato dos Barbeiros e Cabeleireiros, o Sindicato dos Empregados e Operários de Panificação e um grupo de metalúrgicos da SAM[1187].

No dia 10 de Julho de 1975, realizou-se uma manifestação de apoio à luta dos caixeiros, nas ruas do Funchal, até ao Jardim Municipal, organizada pelo Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros, com a participação de outros organismos sindicais e organizações políticas. Esta iniciativa teve o apoio explícito de diversas entidades, como o Sindicato dos Empregados e Operárias de Bordados, o Grupo de alunos da EICF, a CT da Electrónica e a UPM[1188].

Os caixeiros dos armazéns de atacado voltaram ao trabalho, em 11 de Julho, porque era necessário fornecer as mercearias, supermercados e barracas do Mercado do Funchal, que não estavam em greve e em virtude de estarem a

[1185] *DN*, 10 de Junho de 1975, "Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito do Funchal-Caixeiros – A luta continua", p. 6; *DN*, 29 de Junho de 1975, "Sindicato Nacional dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito do Funchal – Comunicado", p. 4; *DN*, 3 de Julho de 1975, "Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito do Funchal – Aos caixeiros", p. 6; *DN*, 4 de Julho de 1975, "Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito do Funchal – Comunicado", p. 2; *DN*, 8 de Julho de 1975, "Dos caixeiros à população – Comunicado", p. 6.

[1186] *DN*, 8 de Julho de 1975, "Caixeiros entram em greve", p. 1; *DN*, 8 de Julho de 1975, "Dos caixeiros à população – Comunicado", p. 6.

[1187] *DN*, 9 de Julho de 1975, "Caixeiros em greve", p. 3; *DN*, 10 de Julho de 1975, "Metalúrgicos da SAM", p. 7; *DN*, 10 de Julho de 1975, "Sindicato dos Barbeiros do Funchal", p. 2; *DN*, 10 de Julho de 1975, "Sindicato Nacional dos Empregados e Operários da Indústria de Panificação do Distrito do Funchal", p. 4.

[1188] *DN*, 10 de Julho de 1975, "Assembleias, comícios, reuniões – Convívio cultural", p. 6; *DN*, 10 de Julho de 1975, "Caixeiros – a greve continua", p. 8; *DN*, 10 de Julho de 1975, "Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito do Funchal – Todos à manifestação-comício dos caixeiros", p. 4; *DN*, 10 de Julho de 1975, "Sindicato Livre dos Empregados e Operárias da Indústria de Bordados e Tapeçarias da Madeira", p. 4; *DN*, 11 de Julho de 1975, "A greve dos caixeiros continua", p. 8.

decorrer negociações, à parte, de um caderno reivindicativo para os caixeiros deste sector[1189].

Finalmente, no dia 16 do mesmo mês, terminou esta acção dos caixeiros, por ter havido acordo entre o sindicato e as entidades patronais[1190].

No quadro das suas actividades, o Sindicato Livre dos Empregados de Escritório e Caixeiros queria o alargamento do número de membros da direcção sindical, a formação de secções sindicais e, em Maio de 1974, tinha a intenção de fusão de vários sindicatos madeirenses, com a criação da UTM[1191]. Neste sentido, teve um papel interveniente na formação da Comissão Pró-União dos Sindicatos da Madeira, a partir de Fevereiro de 1975[1192].

A manifestação do "1.º de Maio" de 1974 teve a participação activa deste sindicato[1193], assim como a adesão ao Dia de Trabalho Nacional, em 6 de Outubro de 1974[1194].

Igualmente, o Sindicato dos Empregados de Escritório pronunciou-se contra a "malograda intentona" do "11 de Março", uma "criminosa reacção"[1195], tendo, em Abril de 1975, manifestado apoio às medidas tomadas pelo CR, nomeadamente as nacionalizações de empresas de transportes (CP, TAP), produção, transporte e distribuição de energia eléctrica[1196].

Sobre a matéria de saneamentos políticos, este sindicato – considerando que a Madeira era uma "ilha esquecida pelo Ministério do Trabalho", designadamente quanto à falta de saneamento dos organismos locais deste organismo governamental – defendeu que a sua delegação madeirense

---

[1189] *DN*, 11 de Julho de 1975, "Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito do Funchal – A Comissão de Caixeiros informa", p. 6.

[1190] *DN*, 16 de Julho de 1975, "Comissão de Entidades Patronais Negociadora do A.C.T. para Caixeiros", p. 6; *DN*, 16 de Julho de 1975, "Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito do Funchal – Comunicado", p. 6; *DN*, 16 de Julho de 1975, "Terminou greve dos caixeiros", p. 1; *DN*, 17 de Julho de 1975, "A greve dos caixeiros", p. 1.

[1191] *EF*, 27 de Maio de 1974, "Tema em foco: Na actual conjunta política do País, o Sindicalismo é uma força viva na Prom. Do Povo – Entrevista com o sr. Orlando Fernandes membro do Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros do D. do Funchal", p. 5.

[1192] *DN*, 22 de Fevereiro de 1975, "Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito do Funchal – Comissão Pró-União dos Sindicatos da Madeira, Comunicado", p. 2.

[1193] *DN,* 1 de Maio de 1974, "Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito do Funchal – Comunicado", p. 5.

[1194] *DN*, 2 de Outubro de 1974, "Domingo: Dia de Trabalho", pp. 1 e 6; *DN*, 5 de Outubro de 1974, "Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito do Funchal", p. 7.

[1195] *DN*, 12 de Março de 1975, "Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito do Funchal – Comunicado", p. 7.

[1196] *DN*, 17 de Abril de 1975, "Trabalhadores madeirenses enviaram telegramas ao Conselho da Revolução", p. 8.

se revelava “incapaz e incompetente para resolver os problemas”, a par da ineficácia dos Serviços de Inspeção, situações do conhecimento do ministro desta pasta, a quem também já tinha sido pedido a “substituição do seu Delegado por outro de confiança dos trabalhadores”[1197].

O Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros aderiu ao dia de trabalho normal, em 10 de Junho de 1975, feriado nacional – por sugestão da Intersindical (Central Unitária dos Trabalhadores Portugueses), ao GP – prescindindo, voluntariamente, desse direito ao feriado. Isto aconteceu, pelo facto do Dia de Portugal ter sido transferido, nesse ano, para o feriado do “25 de Abril” e pela necessidade dos trabalhadores contribuírem para a “batalha da produção”, numa perspectiva de ajudar a “recuperação da economia portuguesa, no caminho da sua independência face ao capital estrangeiro, e melhoria das condições de vida das classes trabalhadoras”[1198].

4.13. Cabeleireiros e barbeiros

No quadro das suas reivindicações, o Sindicato dos Barbeiros e Cabeleireiros alertou, em Maio de 1975, os seus associados para não trabalharem mais que oito horas diárias, de segunda a sexta-feira, com duas horas para almoço e, ao sábado, não mais do que quatro horas, sendo estabelecido o horário pela CMF, tendo este sido aceite pelo grémio/associação do sector[1199].

Entretanto, devido ao impasse das negociações com as entidades patronais – que já decorriam desde 7 de Maio de 1975, sobre outros assuntos,

[1197] *DN*, 24 de Dezembro de 1974, “Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito do Funchal – Madeira, ilha esquecida pelo Ministério do Trabalho”, p. 5.

[1198] *DN*, 6 de Junho de 1975, “A Intersindical propõe o 10 de Junho um dia de trabalho”, p. 1; *DN*, 10 de Junho de 1975, “10 de Junho – Uma jornada de trabalho”, p. 8; *DN*, 10 de Junho de 1975, “Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito do Funchal – Comunicado”, p. 2.

[1199] *DN*, 10 de Maio de 1975, “Câmara Municipal do Funchal – Gabinete de Informação Pública”, p. 6; *DN*, 10 de Maio de 1975, “Comissão Coordenadora Distrital do Grémio/Associação dos Cabeleireiros e Barbeiros do Sul”, p. 7; *DN*, 10 de Maio de 1975, “Sindicato dos Barbeiros, Cabeleireiros e Ofícios Correlativos do Distrito do Funchal – Aviso”, p. 6.

como ordenados, 13.º mês e férias – os cabeleireiros e barbeiros entraram em greve, no dia 20 de Junho do mesmo ano[1200].

Na véspera da greve, a assembleia geral deste organismo sindical decidiu aplicar a sanção de um ano e meio de suspensão dos direitos sindicais, aos trabalhadores que não aderissem à sua acção, bem como os barbeiros continuariam a laborar, mas o dinheiro era deles, não o entregando à entidade patronal[1201].

Apesar dos esforços feitos, no dia inicial da paralisação, por Carlos de Azeredo – promovendo uma reunião entre o sindicato e as entidades patronais – o governador militar afastou-se deste processo, pelo facto de o CTIM ter esclarecido que a mesma não tinha respeitado a Lei da Greve, considerando esta acção como "selvagem"[1202].

No entanto, a greve continuou, tendo sido apoiada por diversos sindicatos, como os da Indústria Hoteleira, dos Empregados de Escritório e Caixeiros, dos Empregados e Operárias de Bordados, dos Operários da Construção Civil, dos Profissionais de Armazéns, dos Profissionais de Alfaiataria e Costura, bem como por outros organismos, como as comissões de trabalhadoras da Portex e da Electrónica (Girassol), a Comissão Distrital de Delegados do Sindicato dos Bancários de Lisboa, a Intersindical Nacional, a JS, o PS, a UPM e o PCP[1203].

[1200] *DN*, 19 de Junho de 1975, "Barbeiros e cabeleireiros vão entrar em greve, a partir de sexta-feira", p. 8

[1201] *DN*, 20 de Junho de 1975, "Sindicato dos Cabeleireiros "decidiu rectificar a greve"", p. 8; *DN*, 21 de Junho de 1975, "Reportagem – Cabeleireiras e barbeiros em greve, embora estes últimos trabalhando mas auferindo integralmente as liquidações", pp. 5-6.

[1202] *DN*, 21 de Junho de 1975, "Comunicado", p. 6; *DN*, 22 de Junho de 1975, "Comando Territorial Independente da Madeira – Comunicado", p. 3.

[1203] *DN*, 20 de Junho de 1975, "Comunicado – O Sindicato dos Profissionais da Indústria Hoteleira e Profissões Anexas do Distrito do Funchal", p. 6; *DN*, 20 de Junho de 1975, "Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito do Funchal – Comunicado", p. 7; *DN*, 21 de Junho de 1975, "A Juventude Socialista e a greve dos "cabeleireiros e barbeiros"", p. 6; *DN*, 21 de Junho de 1975, "Comunicado", p. 4; *DN*, 21 de Junho de 1975, "Organizações políticas apoiam a greve", p. 6; *DN*, 21 de Junho de 1975, "Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito do Funchal – Comunicado", p. 4; *DN*, 21 de Junho de 1975, "Sindicato Livre dos Empregados e Operárias da Indústria de Bordados e Tapeçarias da Madeira – Viva a luta das trabalhadoras dos cabeleireiros", p. 2; *DN*, 22 de Junho de 1975, "O P.C.P. apoia a luta dos trabalhadores do Sindicato dos Cabeleireiros e Barbeiros", p. 12; *DN*, 22 de Junho de 1975, "Sindicato Livre dos Operários da Construção Civil e Ofícios Correlativos do Distrito do Funchal – Comunicado", p. 2; *DN*, 22 de Junho de 1975, "Sindicato Nacional dos Profissionais de Alfaiataria e Costura do Distrito do Funchal", p. 11; *DN*, 22 de Junho de 1975, "Sindicato Nacional dos Profissionais dos Armazéns do Distrito do Funchal", p. 4; *DN*, 29 de Junho de 1975, "Sindicato Nacional dos Profissionais dos Armazéns do Distrito do Funchal", p. 2.

No dia 1 de Julho de 1975, houve acordo entre o Sindicato dos Barbeiros e Cabeleireiros e e as entidades patronais, terminando, assim, a greve que durava há 12 dias[1204].

4.14. Profissionais de armazéns

Os profissionais de armazém, também, estiveram integrados no processo geral de reivindicações, logo após o "25 de Abril".

Em Maio de 1974, os armazéns de atacados divulgaram o seu novo horário semanal, sendo de 44 horas (oito horas, de segunda a sexta-feira e quatro horas, no sábado)[1205].

Entretanto, intensificou-se o movimento activista por outros direitos. Os trabalhadores deste sector de A Cristália da Madeira, Lda., dos exportadores de frutas e produtos hortícolas da Madeira, da firma Panagro Agrícola Exportadora da Madeira, Lda. e do Armazém Regulador do Comércio de Banana apresentaram, às entidades patronais, cadernos reivindicativos comuns, como o pagamento do 13.º mês relativo a 1974 (ainda não cumprido), o direito a 30 dias de férias em 1975, com subsídio de férias a 100%, 42,30 horas de trabalho semanal, com descanso ao sábado e aumentos salariais mínimos de 4500$00 (sexo feminino) e 5000$00 (sexo masculino)[1206].

Depois, através de negociações do Sindicato dos Profissionais dos Armazéns com as entidades patronais, foram atingidos alguns benefícios, designadamente o horário de trabalho de 45 h/semana (de segunda a sexta),

[1204] *DN*, 2 de Julho de 1975, "Acabou a greve dos cabeleireiros", p. 1.

[1205] *DN*, 28 de Maio de 1974, "Armazéns de atacados – Novo horário", p. 5; *JM*, 28 de Maio de 1974, "SOCARMA – Sociedade de Armazéns de Mercearia da Madeira, SARL, Armazéns de atacado – Novo horário", p. 5.

[1206] *DN*, 7 de Fevereiro de 1975, "Comunicados – Dos trabalhadores de "A Cristália da Madeira, Lda."", p. 7; *DN*, 9 de Fevereiro de 1975, "Comunicados – Dos trabalhadores de "A Cristália da Madeira, Lda."", p. 7; *DN*, 13 de Fevereiro de 1975, "Comunicados – De trabalhadores da indústria de vidro", p. 5*; DN*, 12 de Março de 1975, "Comunicados Aos exportadores de frutas e produtos hortícolas da ilha da Madeira – Caderno reivindicativo", p. 2*; DN*, 17 de Abril de 1975, "Trabalhadores da Panagro poderão vir a paralisar o seu trabalho", p. 2*; DN*, 19 de Abril de 1975, "Reivindicações dos Trabalhadores dos Armazéns de exportação de frutas", p. 3.

aumentos salariais, 13.º mês, subsídio de férias a 100% e 30 dias de férias (para os que tivessem três anos de serviço) e 21 dias (para os restantes)[1207].

4.15. Motoristas

A actividade dos motoristas, repartida por diversos segmentos, conheceu várias tensões com as entidades patronais, tendo sido alcançadas algumas pretensões, a favor dos seus profissionais.

Os motoristas de táxi ou em viatura ligeira de Letra A, a partir de 1 de Junho de 1974, passaram a ter novas condições de trabalho, como vencimento mensal mínimo nacional de 4500$00, a jornada de oito horas por dia, 30 dias de férias, 100% de subsídio de férias, 13.º mês, ou seja, um mês de subsídio de Natal[1208].

Por seu turno, os motoristas-instrutores de condução automóvel, a partir da mesma data, obtiveram novas regalias, como o vencimento mensal mínimo nacional de 5500$00, o horário de 45 horas, distribuídos por cinco dias, descanso semanal ao sábado e domingo, 30 dias de férias, 100% de subsídio de férias, 13.º mês e exames fora das horas normais remuneradas a 75$00[1209].

Em Junho de 1974, o Sindicato dos Motoristas do Funchal apresentou as suas reivindicações, destacando-se a interrupção do trabalho, por duas vezes, para descanso e refeição, por período global não superior a três horas, a gratificação fixa de 30$00 para motoristas de excursões de qualquer tipo, o aumento salarial (6500$00 para motoristas de carga superior a 3500 Kg, 6000$00 para os de veículos ligeiros de carga inferior a 3500 Kg, de auto ligeiros

[1207] *DN*, 18 de Setembro de 1975, "Sindicato Nacional dos Profissionais dos Armazéns do Distrito do Funchal – Comunicado", p. 7.

[1208] *DN*, 16 de Junho de 1974, "Sindicato Nacional dos Motoristas e Ofícios Correlativos do Distrito do Funchal – Nota informativa, Motoristas de táxis e letra A do Distrito do Funchal, Novas condições de trabalho", p. 5; *JM*, 16 de Junho de 1974, "Sindicato Nacional dos Motoristas e Ofícios Correlativos do Distrito do Funchal – Nota informativa, Motoristas de táxis e letra A do Distrito do Funchal", p. 4.

[1209] *DN*, 21 de Junho de 1974, "Sindicato Nacional dos Motoristas e Ofícios Correlativos do Distrito do Funchal – Nota informativa, Motoristas-Instrutores de condução automóvel – Novas condições de trabalho", p. 5; *JM*, 16 de Junho de 1974, "Sindicato Nacional dos Motoristas e Ofícios Correlativos do Distrito do Funchal – Nota informativa, Motoristas-Instrutores de condução automóvel – Novas condições de trabalho", p. 11.

de passageiros e de carros de aluguer e ligeiros de passageiros), o subsídio de Natal, 18 dias de férias, nos três primeiros anos, e 30, a partir do quarto[1210].

Perante a possibilidade de um "lock-out", por parte das entidades patronais de transporte colectivo, devido à situação crítica no sector, por via da fragilidade económica que se vivia, a aplicação das revindicações apresentadas e o pagamento do SMN só seriam possíveis se houvesse o aumento do tarifário aos utentes dos transportes, no valor de 60%. Considerava-se que as reivindicações dos motoristas, cobradores, metalúrgicos das empresas eram justas, mas algumas elevadas, chegando a aumentos de 90%, esperando-se a visita à Madeira da Comissão Interministerial para o estudo da aplicação do D.L. n,º 217/74 (SMN) e de modo a surgir um entendimento entre as partes[1211].

Por sua vez, os motoristas de autocarros (transportes públicos de passageiros), a partir de 1 de Junho de 1974, passaram a ter novas condições de trabalho, como o vencimento mensal mínimo nacional de 5550$00, a jornada de oito horas por dia, 30 dias de férias com 100% de subsídio de férias, a partir de Janeiro de 1975 e o 13.º mês[1212].

Os motoristas de ligeiros e pesados de carga de aluguer, a partir de 1 de Junho de 1974, também passaram a gozar de melhores condições laborais, como o vencimento mensal mínimo nacional para veículos até 3500 Kg, 5250$00, o vencimento mensal mínimo nacional para veículos superiores a 3500 Kg, 57500$00, 30 dias de férias com 100% de subsídio de férias, a partir de Janeiro de 1975 e 13.º mês pago até 20 de Dezembro de cada ano. Este acordo era extensivo às empresas comerciais e industriais, não sendo permitidos despedimentos sem justa causa e caso houvesse algum, deveria ser dado conhecimento ao sindicato[1213].

A partir das 00.00h de 27 de Julho de 1974, iniciou-se a greve de zelo dos motoristas e cobradores, em busca de reivindicações, como o direito a 30

[1210] *DN*, 28 de Junho de 1974, "Crise nos transportes – Colectivos da Madeira: um "lock-out" à vista?", pp. 1 e 8.

[1211] *DN*, 28 de Junho de 1974, "Crise nos transportes – Colectivos da Madeira: um "lock-out" à vista?", pp. 1 e 8.

[1212] *DN*, 6 de Julho de 1974, "Sindicato Nacional dos Motoristas e Ofícios Correlativos do Distrito do Funchal – Nota informativa, Motoristas de autocarros (transportes públicos de passageiros), novas condições de trabalho", p. 7.

[1213] *DN*, 14 de Julho de 1974, "Sindicato Nacional dos Motoristas e Ofícios Correlativos do Distrito do Funchal – Nota informativa, Motoristas de ligeiros e pesados de carga de aluguer, novas condições de trabalho", p. 10; *JM*, 14 de Julho de 1974, "Sindicato Nacional dos Motoristas e Ofícios Correlativos do Distrito do Funchal – Nota informativa", p. 8.

dias de férias com subsídio a 100%, o 13.º mês e o ordenado de 5750$00 para os motoristas (então, era de 3418$90) e 4000$00 para os "bilheteiros". Tal acto devia-se à demora nas negociações relativas ao melhoramento salarial (há cerca de dois anos, pois o último acréscimo salarial fora em Fevereiro de 1972), aumento que, na versão do Grémio, só poderia acontecer se houvesse subida dos tarifários dos transportes colectivos de passageiros[1214].

Continuava a greve de zelo – um serviço lento, com atrasos e prejuízos não directamente para o utente, que não pagava bilhete, mas para a entidade patronal – fazendo os motoristas o seu horário normal e com a recusa em efectuarem excursões[1215].

Esta situação manteve-se sem solução entre as partes, à espera da intervenção da Comissão Interministerial que chegaria, no dia 30 de Julho, ao Funchal, para resolver este impasse, tendo o sindicato se recusado a suspender a greve até esta chegada[1216].

Foram promovidas reuniões entre as partes em conflito, com a intervenção da Comissão Interministerial, mantendo-se, no entanto, a greve dos motoristas e cobradores, pois não fora apresentada uma contraproposta da parte patronal, relativamente ao caderno reivindicativo dos grevistas, até ao dia 31 de Julho de 1974[1217].

[1214] *DN*, 26 de Julho de 1974, "Greve de zelo em perspectiva nos transportes colectivos?", p. 3; *JM*, 26 de Julho de 1974, "Greve de zelo dos trabalhadores dos transportes públicos a partir das 17 horas de hoje?", pp. 1 e 7; *JM*, 27 de Julho de 1974, "Às zero horas de hoje entraram em greve de zelo os transportes públicos madeirenses", p. 1.

[1215] *DN*, 27 de Julho de 1974, "Iniciou-se às zero horas de hoje uma greve de zelo dos trabalhadores dos transportes colectivos de passageiros", pp. 1 e 3; *DN*, 28 de Julho de 1974, "Continua a greve de zelo nos transportes colectivos – os dois sectores em discussão não abdicam das suas posições esperando-se que a Comissão Interministerial possa ajudar na solução do problema", p. 10; *JM*, 27 de Julho de 1974, "Às zero horas de hoje entraram em greve de zelo os transportes públicos madeirenses", p. 1; *JM*, 28 de Julho de 1974, "Entrou em segundo dia a "greve de zelo" dos motoristas e bilheteiros do Funchal", pp. 1 e 4.

[1216] *DN*, 28 de Julho de 1974, "Continua a greve de zelo nos transportes colectivos – os dois sectores em discussão não abdicam das suas posições esperando-se que a Comissão Interministerial possa ajudar na solução do problema", p. 10; *DN*, 30 de Julho de 1974, "Nada de novo na questão dos transportes colectivos – continua a greve de zelo dos motoristas e cobradores", p. 10; *JM*, 28 de Julho de 1974, "Entrou em segundo dia a "greve de zelo" dos motoristas e bilheteiros do Funchal", pp. 1 e 4; *JM*, 30 de Julho de 1974, "A greve de zelo dos transportes públicos continua", pp. 1 e 3.

[1217] *DM*, 3 de Agosto de 1974, "Ventos ilhéus – Greve de zelo", p. 5; *DN*, 1 de Agosto de 1974, "Greve de trabalhadores madeirenses – Nos transportes colectivos das carreiras de Sto. António cobra-se ¼ de bilhete", p. 3; *JM*, 31 de Julho de 1974, "A "greve de zelo" dos transportes públicos prestes a chegar ao fim?", p. 3; *JM*, 1 de Agosto de 1974, "A greve de zelo dos transportes públicos continua", pp. 1 e 3.

Na Companhia dos Carros de Santo António, os motoristas passaram a cobrar ¼ do preço dos bilhetes (desde o início da greve, era gratuito), para comprar gasóleo, de modo a abastecer as viaturas, em virtude dos patrões das empresas terem encerrado os seus próprios postos de abastecimento e escritórios[1218]. Posteriormente, o impasse continuou, porque o organismo sindical rejeitou uma proposta das entidades patronais[1219].

Terminou esta greve de zelo, no dia 3 de Agosto de 1974 (que durava desde 27 de Julho), após negociações entre as duas partes e a Comissão Interministerial. Foi satisfeita a maioria das reivindicações, a serem suportadas pelas entidades patronais, sem aumento dos preços dos bilhetes, pelo menos, nos meses mais próximos. Consequentemente, foram conquistados novos vencimentos (motoristas, 5000$00, revisores e chefes de praça, 4000$00, cobradores-bilheteiros, 3300$00), com efeitos retroactivos a 1 de Junho de 1974, o 13.º mês ou subsídio de Natal, a ser praticado, já em 1974, e 30 dias de férias, pagos a 100%, a partir de 1 de Janeiro de 1975[1220].

No dia 4 de Agosto de 1974, as empresas concessionárias dos transportes rodoviários publicaram um esclarecimento, informando que aceitaram as condições para acabar a greve, "no pressuposto de que a análise económica do sector ser[ia] efectuada de imediato" [1221]

Os motoristas de táxi ou em viaturas de Letra A, em Dezembro do mesmo ano, conseguiram novas condições de trabalho, reportando-se a partir de 1 de Novembro de 1974, designadamente, o SMN fixo de 3500$00, 30 dias de férias, 100% de subsídio de férias e um mês de subsídio de Natal[1222].

Entretanto, em Janeiro do ano seguinte, foi estabelecida regulamentação nacional, a favor dos motoristas de transporte de carga da Madeira, consagrando os salários mínimos de 4500$00 e 5000$00, 30 dias de

[1218] *DM*, 3 de Agosto de 1974, "Ventos ilhéus – Greve de zelo", p. 5; *DN*, 1 de Agosto de 1974, "Greve de trabalhadores madeirenses – Nos transportes colectivos das carreiras de Sto. António cobra-se ¼ de bilhete", p. 3; *JM*, 1 de Agosto de 1974, "A greve de zelo dos transportes públicos continua", pp. 1 e 3.

[1219] *JM*, 2 de Agosto de 1974, "Continua a greve de zelo dos transportes públicos", p. 8.

[1220] *DN*, 4 de Agosto de 1974, "Terminou a greve de zelo dos transportes colectivos – Satisfeitas quase na totalidade as reivindicações dos trabalhadores", pp. 1 e 12; *EF*, 5 de Agosto de 1974, "Fim das greves regionais", p. 12; *JM*, 4 de Agosto de 1974, "Após oito dias de impasse foi levantada a greve de zelo dos transportes públicos", pp. 1 e 9.

[1221] *DN*, 4 de Agosto de 1974, "Transportes rodoviários – Esclarecimento", p. 6; *JM*, 4 de Agosto de 1974, "Transportes rodoviários – Esclarecimento", p. 3.

[1222] *DN*, 15 de Dezembro de 1974, "Assembleias, comícios, reuniões – P.P.D.", p. 8.

férias, subsídio de férias a 50% se o profissional tivesse até três anos de serviço e 100% se tivesse mais tempo de trabalho[1223].

O Sindicato Nacional dos Motoristas e Ofícios Correlativos do Distrito do Funchal envolveu-se noutras actividades, nomeadamente, no apoio à candidatura do MFA a "Prémio Nobel da Paz" – proposta pelo MDP/CDE, em Janeiro de 1975 – por se aproximar o "aniversário do derrubamento do fascismo" e tendo em conta o seu "papel decisivo no progresso de descolonização"[1224].

A propósito da tentativa de golpe de Estado, em 11 de Março de 1975, o Sindicato dos Motoristas apelou à "vigilância redobrada", por parte dos seus associados e deu o seu apoio ao MFA[1225].

4.16. Carregadores e descarregadores de terra

Tendo em vista conquistar as reivindicações de revisão da tabela salarial, os trabalhadores do Sindicato dos Carregadores e Descarregadores de Terra do Porto do Funchal, durante alguns dias, recusaram-se a laborar fora do horário normal, tendo, inclusivamente, recorrido a uma reunião com o governador civil, Fernando Rebelo, em 18 de Setembro de 1974[1226].

Pediam 80% de aumento, "pondo em questão, também, a diferença salarial existente entre eles e os estivadores que, em Lisboa, usufru[ía]m de igual salário", sendo que os vencimentos deste pessoal provinham da taxa de tráfego paga pelos navios no porto do Funchal, entregando 75% dessas receitas ao sindicato que se responsabilizava de fazer distribuir aos trabalhadores, depois de descontos legais[1227].

[1223] *DN*, 3 de Janeiro de 1974, "Nova regulamentação de trabalho para os motoristas da Madeira", p. 3.

[1224] *DN*, 24 de Fevereiro de 1975, "Aceite a candidatura do M.F.A. ao Prémio Nobel da Paz", pp. 1 e 3*; DN*, 26 de Fevereiro de 1975, "Comunicados – Do Sindicato Nacional dos Motoristas e Ofícios Correlativos do Distrito do Funchal", p. 7; *JM*, 21 de Janeiro de 1975, "M.F.A. candidato ao Prémio Nobel", p. 1 e 5.

[1225] *DN*, 26 de Fevereiro de 1975, "Comunicados – Do Sindicato Nacional dos Motoristas e Ofícios Correlativos do Distrito do Funchal", p. 7; *DN*, 12 de Março de 1975, "Comunicados – Do Sindicato Nacional dos Motoristas e Ofícios Correlativos do Distrito do Funchal", p. 4.

[1226] *DN*, 19 de Setembro de 1974, "Carregadores e Descarregadores de Terra do Porto do Funchal reivindicam revisão da tabela salarial", p. 1.

[1227] *DN*, 19 de Setembro de 1974, "Carregadores e Descarregadores de Terra do Porto do Funchal reivindicam revisão da tabela salarial", p. 1.

Em 16 de Outubro de 1974, foi celebrado o acordo entre o Sindicato dos Carregadores e Descarregadores, o director da JAPAM e o representante do Ministério das Comunicações e do Ambiente, tendo ficado acertado o aumento de 53% dos trabalhadores deste organismo sindical[1228].

Esta organização de trabalhadores teve intervenção noutras áreas político-sindicais, como a sua opção, a favor da liberdade sindical, contra a unicidade sindical[1229] e o apoio à nacionalização da banca e dos seguros[1230].

4.17. Professores

Um dos sectores profissionais mais activos e com maior expressão na comunicação social, no período da revolução em estudo, foi o dos professores dos vários graus e estabelecimentos de ensino.

No âmbito do ensino primário, cerca de 300 professores do Distrito Escolar do Funchal, em 19 de Maio de 1974, elegeram uma comissão "ad hoc" pró-sindical[1231], tendo, em 26 do mesmo mês, decidido pedir a abolição dos exames da 4.ª classe, no ano lectivo de 1973/74[1232].

No mês seguinte, os profissionais deste sector elaboraram um extenso caderno reivindicativo[1233], salientando-se, nos aspectos pedagógicos, a

[1228] *DN*, 17 de Outubro de 1974, "Acordado 53% nos salários dos Carregadores e Descarregadores do Funchal", p. 1.

[1229] *JM*, 18 de Janeiro de 1975, "Vida política – Sindicato dos Carregadores e Descarregadores de Terra do Porto e Distrito do Funchal", p. 9.

[1230] *DN*, 15 de Março de 1975, "Telegrama enviado ao Conselho Revolucionário do M.F.A.", p. 6.

[1231] *DN*, 12 de Maio de 1974, "Reunião de professores primários do Distrito Escolar do Funchal", p. 3; *DN*, 19 de Maio de 1974, "Reunião dos professores primários do Distrito Escolar do Funchal", p. 5; *DN*, 20 de Maio de 1974, "300 professores do ensino primário votaram a sua comissão pró-sindical", p. 3; *JM*, 12 de Maio de 1974, "Reunião dos Professores Primários do Distrito Escolar do Funchal", p. 12; *JM*, 20 de Maio de 1974, "Reunião de professores do ensino primário", p. 2.

[1232] *DN*, 23 de Maio de 1974, "2.ª reunião plenária pró-sindical dos professores do ensino primário", p. 8; *DN*, 25 de Maio de 1974, "2.ª reunião plenária pró-sindical dos professores do ensino primário", p. 6; *DN*, 26 de Maio de 1974, "2.ª reunião plenária pró-sindical dos professores do ensino primário", p. 2; *DN*, 27 de Maio de 1974, "Professores primários madeirenses pedem a abolição dos exames da 4.ª classe", p. 1; *JM*, 23 de Maio de 1974, "2.ª reunião plenária pró-sindical dos professores do ensino primário", p. 7; *JM*, 26 de Maio de 1974, "2.ª reunião plenária pró-sindical dos professores do ensino primário", p. 7.

[1233] O comunicado de divulgação destas revindicações foi assinado por uma comissão, constituída pelos seguintes elementos: Jorge Baltazar da Silva, Maria Teresa Vaz Pinheiro, Antonino Viterbo Gonçalves de Andrade, Maria Clarisse Ferreira de Sousa e Nicolau Gregório de Freitas.

renovação total dos programas, a existência do “Livro do Professor”, como guia indirecto das aulas, o dever de os assuntos do ensino primário serem programados por professores, o fim do ano lectivo em 9 de Junho, como sucedia no ciclo preparatório e no curso liceal, a urgente construção de edifícios escolares e remodelação dos existentes, face às suas precárias condições, com cantinas, recintos desportivos e salas de professores, o apetrechamento com material didáctico adequado, a instalação de escolas pré-primárias, a dotação de professores habilitados para as aulas de educação física, música e religião, a abolição do exame da 4.ª classe, a extinção do uso do caderno colectivo, a existência de uma habitação para o professor, em lugares isolados, a criação de seguro escolar e a abolição do ensino em regime normal[1234].

No capítulo da administração, os docentes do ensino primário propuseram que as escolas fossem independentes das autarquias locais e a eleição, pelos professores, dos directores de escola e delegados escolares[1235].

Acrescentaram as reivindicações da aposentação voluntária aos 35 anos de serviço e obrigatória aos 60 anos, o fim da distinção entre professores agregados e efectivos, no concernente a vencimentos, diuturnidades e tempo de serviço, a não contabilização das faltas justificadas para efeitos de concurso e diuturnidades, a concessão de licença de parto por dois meses, a existência de tolerância de ponto de 10 minutos à chegada à escola, a abolição do sábado como dia lectivo, a criação de lugares de auxiliares de limpeza em todas as escolas e o ingresso facultativo no Montepio Geral dos Servidores de Estado[1236].

No quadro da previdência, sugeriram a inserção da classe nos esquemas gerais da previdência com todos os direitos e regalias, a gratuitidade da assistência médica, medicamentosa e hospitalar, a atribuição do abono de família a todos os filhos de professores, a criação de creches e jardins-escolas, a extensão à Madeira dos benefícios da Caixa de Previdência e da Obra Social

[1234] *DN*, 27 de Junho de 1974, “Ensino primário – Caderno reivindicativo dos Professores do Distrito do Funchal”, p. 4; *JM*, 27 de Junho de 1974, “Caderno reivindicativo dos Professores do Ensino Primário do Distrito do Funchal”, p. 10.

[1235] *DN*, 27 de Junho de 1974, “Ensino primário – Caderno reivindicativo dos Professores do Distrito do Funchal”, p. 4; *JM*, 27 de Junho de 1974, “Caderno reivindicativo dos Professores do Ensino Primário do Distrito do Funchal”, p. 10.

[1236] *DN*, 27 de Junho de 1974, “Ensino primário – Caderno reivindicativo dos Professores do Distrito do Funchal”, p. 4; *JM*, 27 de Junho de 1974, “Caderno reivindicativo dos Professores do Ensino Primário do Distrito do Funchal”, p. 10.

do MEC, a existência de um lar para professores idosos e sem família e a criação de um centro de convívio a nível distrital[1237].

Relativamente a vencimentos e subsídios, defendiam um ordenado compatível com as habilitações e nível de vida, a aplicação do 13.º mês, do subsídio de férias e do subsídio de isolamento nos núcleos mais distantes, a revisão das diuturnidades, um subsídio de transporte, a disponibilização de carros para os professores de lugares onde não havia oferta de autocarros, a igualdade de salário entre o professor agregado e o efectivo, a equiparação das pensões de reforma aos vencimentos dos professores em exercício e a criação de instalações para os delegados escolares[1238].

Por sua vez, as educadoras de infância diplomadas, as auxiliares de educação e as ajudantes de jardim de infância advogaram uma série de exigências, destacando-se o princípio de que o "ensino infantil oficial [deveria] ser um direito de toda a criança" – podendo ser facultativo, a partir dos três anos, e obrigatório, a partir dos cinco – a necessidade de actualização permanente, o direito ao vencimento por inteiro a quem quisesse fazer cursos de especialização, a especialização de todo o pessoal do jardim de infância, a atribuição de turmas com um máximo de 30 crianças, a partir dos quatro anos e de 15, entre os três e os quatro anos, a realização de encontros de pessoal de educação, periodicamente, a nível distrital, a abolição das categorias dentro da mesma classe, a orientação pedagógica dos estabelecimentos de ensino a cargo de educadoras, o usufruto dos mesmos direitos e deveres por parte das educadoras madeirenses, a extinção das categorias de vigilante e ajudante, devendo os respectivos profissionais fazer cursos de formação, de forma a passarem, respectivamente, a ajudante de jardim de infância e a auxiliar de educação[1239].

Nos direitos sociais, estes agentes de ensino exigiam, entre outros, o vencimento mínimo de 6500$00 para as educadoras e de 5000$0 para as

[1237] *DN*, 27 de Junho de 1974, "Ensino primário – Caderno reivindicativo dos Professores do Distrito do Funchal", p. 4; *JM*, 27 de Junho de 1974, "Caderno reivindicativo dos Professores do Ensino Primário do Distrito do Funchal", p. 10.

[1238] *DN*, 27 de Junho de 1974, "Ensino primário – Caderno reivindicativo dos Professores do Distrito do Funchal", p. 4; *JM*, 27 de Junho de 1974, "Caderno reivindicativo dos Professores do Ensino Primário do Distrito do Funchal", p. 10.

[1239] *DN*, 27 de Junho de 1974, "Ensino primário – Caderno reivindicativo dos Professores do Distrito do Funchal", p. 4; *JM*, 27 de Junho de 1974, "Caderno reivindicativo dos Professores do Ensino Primário do Distrito do Funchal", p. 10.

auxiliares de educação, o subsídio de férias em 100% do vencimento, o direito ao 13.º mês, o subsídio de turismo (pelo facto de a Madeira ser zona turística), o direito de três meses de licença por parto, a criação de diuturnidades de cinco em cinco anos, a aposentação voluntária aos 30 anos de serviço e obrigatória aos 65 anos de idade, o horário semanal de 36 h, o pagamento de horas extraordinárias, a permissão de inscrição no sindicato a todos os diplomados do ensino infantil, a proibição de despedimentos sem justa causa e a possibilidade de aquisição de casa própria às educadoras, com a concessão de facilidades de financiamento[1240]

Entretanto, um grupo de professores e educadores de infância especializados, em serviço no Distrito Autónomo do Funchal, do Centro de Educação Especial da Madeira e do Instituto de Surdos, revindicaram, entre outras pretensões, a extensão a todos os funcionários públicos das "regalias conquistadas pelas classes trabalhadoras em geral", a atribuição de 30% a "todos os que trabalha[va]m nas ilhas adjacentes" – em conformidade com o que se verificava com alguns servidores do Estado, para "fazer face ao aumento do custo de vida, resultante dos transportes e do turismo" – a igualdade de oportunidade aos funcionários das ilhas, para participarem em "acções de reciclagem" no país e no estrangeiro, a proibição do exercício de funções de chefia por pessoal que não possuía a respectiva habilitação pedagógica, a criação de centros de observação psico-social-médico-pedagógica, em todos os distritos, a contagem do tempo de serviço para efeitos de diuturnidade do tempo de serviço prestado anteriormente, mesmo em outros organismos do Estado, a concessão de subsídio de residência atribuído já aos professores, a diminuição da idade da reforma, devido ao trabalho esgotante dos profissionais do ensino especial, o direito a três meses de dispensa, por motivo de parto, a criação de infantários e jardins de infância, inclusive para os filhos dos funcionários públicos e a instituição de oficinas de formação prático-pedagógica, em regime de integração[1241].

[1240] *DN*, 27 de Junho de 1974, "Problemas de educação de infância debatidos em assembleia", p. 4; *DN*, 28 de Junho de 1974, "Educação de infância – problemas em debate", p. 4; *DN*, 13 de Julho de 1974, "Caderno Reivindicativo das Educadores de Infância do Distrito do Funchal", p. 8; *JM*, 26 de Junho de 1974, "Reunião Pró-Sindical do pessoal do ensino infantil", p. 2; *JM*, 28 de Junho de 1974, "Reunião Pró-Sindical do pessoal do ensino infantil", p. 10.

[1241] Assinaram este comunicado diversos profissionais, designadamente Dina Teixeira Gomes, Maria da Conceição Neves Reis, Filomena Maria de Andrade Gomes Luís Vieira, Maria Zélia

Ao nível do ensino preparatório, técnico e liceal, e secundário, um grupo de 59 professores e bacharéis do LNF e da EICF, reunido em 18 de Maio de 1974, enviou ao ministro da Educação e Cultura um documento expondo a sua preocupação com a qualidade de ensino praticado e com a dignificação da sua profissão, apresentando, entre outras, as propostas de equiparação aos professores efectivos, em remunerações e situação legal, dos docentes com exame de Estado e alargamento dos quadros docentes, a contagem dos anos lectivos com horário completo em qualquer ramo do ensino oficial para efeitos de diuturnidades, a inclusão no horário do professor de um número de horas fixas para preparação de aulas e pesquisa pedagógica, a criação de possibilidades para a frequência de cursos de aperfeiçoamento e actualização, no país e no estrangeiro, com despesas pagas antes do seu início, a equiparação de salário com outras zonas do país, acrescido de 30% por ser zona de turismo, a revisão do pagamento das horas extraordinárias, nocturnas e da docência nos cursos complementares, a remodelação da estruturação dos estágios pedagógicos e a criação de condições para que os professores sem habilitação adequada a pudessem alcançar, o mais brevemente possível[1242].

Entretanto, os professores provisórios e eventuais do ensino preparatório, técnico e liceal e da telescola, reunidos no LNF, aprovaram uma moção, remetida a diversas entidades, contendo várias reivindicações, como o direito ao salário nos 12 meses do ano, acrescido do subsídio de férias e do 13.º mês, a garantia de colocação nas escolas onde já estavam ou nas mais próximas, através de concurso, o apoio do Estado para a formação académica e pedagógica dos professores, assumindo aquele os respectivos custos (viagens), a equiparação dos professores da telescola aos seus colegas do ensino directo, em salários e regime de faltas, o direito dos professores

de Freitas, Maria Antonieta Madureira, Conceição Vasconcelos da Mota, Maria Clotilde da Conceição Rijo, Cecília Berta F. Pereira e Ângela Maria Quintal. *DN*, 3 de Julho de 1974, "Reunião de todo o pessoal especializado do ensino de deficientes em serviço no Funchal", p. 8; *JM*, 3 de Julho de 1974, "Reunião de todo o pessoal especializado do ensino de deficientes em serviço no Funchal", p. 12.

[1242] *DN*, 26 de Maio de 1974, "A degradação da qualidade do ensino ministrado aos alunos do ensino secundário focada num documento enviado por professores e bacharéis ao ministro da Educação e Cultura", p. 8; *JM*, 26 de Maio de 1974, "Requerimento de professores do Liceu e Escola Industrial ao ministro da Educação e Cultura", p. 11.

provisórios concorrerem ao quadro efectivo, assim que obtivessem as suas habilitações pedagógicas, devendo ser abertos lugares para o efeito[1243].

Indo ao encontro das pretensões dos professores provisórios, o MEC garantiu que as férias seriam pagas aos professores provisórios, o que foi muito importante, num momento em que o país atravessava um difícil período de transição[1244].

Foi marcante, nesta fase revolucionária, a greve dos professores provisórios e eventuais do ciclo preparatório e do ensino secundário da Madeira, iniciada em 26 de Maio de 1975, com ocupação dos edifícios escolares, implicando, no ensino técnico e liceal, a retenção de notas e, no ciclo preparatório, a paralisação das aulas[1245].

Esta decisão, tomada em 22 do mesmo mês, derivara do facto do MEIC ainda não ter respondido a uma proposta dos referidos docentes relativa à sua situação profissional, apresentada no mês de Março de 1975. Cifrando-se em 57,5% da totalidade da classe docente, os professores provisórios e eventuais (ou seja, sem curso superior completo) não tinham a garantia de continuidade de trabalho, nem recebiam ordenado nas férias, nem subsídios, pelo que reivindicavam essa continuidade de trabalho e a possiblidade de completarem o seu curso superior ou adequada preparação para o exercício da sua função[1246].

Os professores da Escola da Ribeira Brava repudiaram esta greve – alegando que fora decidida por, apenas, 50 docentes – sendo "inoportuna, precipitada e ineficaz", considerando a situação político-social do país e que não

[1243] *DN*, 22 de Maio de 1974, "Reunião de professores provisórios e eventuais do ensino preparatório, técnico e liceal e da telescola", p. 4; *DN*, 24 de Maio de 1974, "Convocação dos Professores provisórios e eventuais do ensino preparatório, técnico e liceal e da telescola", p. 7; *DN*, 29 de Maio de 1974, "Assembleia dos professores provisórios e eventuais dos Ensinos Liceal, Técnico e Preparatório, directo e da Tele-Escola da Madeira", p. 6; *JM*, 22 de Maio de 1974, "Convocação dos professores provisórios e eventuais do ensino preparatório, técnico e liceal e da telescola", p. 8.

[1244] *JM*,21 de Junho de 1974, "Férias pagas para professores provisórios", p. 12.

[1245] *DN*, 24 de Maio de 1975, "Professores provisórios e eventuais reclamam o direito ao trabalho – Perspectivas de uma greve", p. 8; *DN*, 25 de Maio de 1975, "Professores eventuais e provisórios do Ciclo e do Ensino Secundário entram amanhã em greve de paralisação", p. 3; *DN*, 27 de Maio de 1975, "Começou ontem, na Madeira – Greve dos professores provisórios e eventuais "em luta contra o desemprego e pela sua profissionalização"", pp. 1 e 3.

[1246] *DN*, 24 de Maio de 1975, "Professores provisórios e eventuais reclamam o direito ao trabalho – Perspectivas de uma greve", p. 8; *DN*, 25 de Maio de 1975, "Professores eventuais e provisórios do Ciclo e do Ensino Secundário entram amanhã em greve de paralisação", p. 3; *DN*, 27 de Maio de 1975, "Começou ontem, na Madeira – Greve dos professores provisórios e eventuais "em luta contra o desemprego e pela sua profissionalização"", pp. 1 e 3.

haveria perspectivas de desemprego para estes professores, dada a expectativa de aumento da população escolar[1247].

Depois, os docentes eventuais e provisórios desta escola acabaram por aderir à greve, a partir de 2 de Junho, dado não ter havido satisfação das reivindicações dos professores da parte do MEIC[1248].

Apoiaram esta greve dos professores provisórios e eventuais do ciclo preparatório e do ensino secundário e diversas organizações, como um grupo de alunos nocturnos da EICF, designados "BB", os alunos do 5.º ano da 1.ª turma do Curso de Aperfeiçoamento de Comércio (Nocturno) da EICF, a Comissão Coordenadora da Associação de Estudantes do LNF, o Sindicato dos Empregados e Operárias de Bordados, o grupo de pais e encarregados da EICF, alunos e Comissão Coordenadora da Associação de Estudantes do LNF, alunos nocturnos e diurnos da EICF e a JS[1249].

A Associação de Pais e Encarregados de Educação do LNF, embora não apoiasse a greve dos professores, considerava justas as revindicações de pagamento do salário no período de férias, a garantia de continuidade da sua profissão e a concessão de facilidades para alcançarem a sua habitação profissional[1250].

Seguiram-se diversas diligências, da parte dos grevistas e das entidades oficiais, visando a resolução deste problema. Por exemplo, o delegado do MEIC e membro da JPM, Paquete de Oliveira, depois de reunir com a comissão de grevistas, no dia 23 de Maio de 1975, colocou, telegraficamente, no dia seguinte, o assunto ao ministério, aguardando informações sobre o processo. Depois, Paquete de Oliveira avistou-se com o ministro, em Lisboa, no dia 27 de Maio,

---

[1247] *DN*, 25 de Maio de 1975, "A Escola da Ribeira Brava diz "NÂO" à greve dos professores", p. 3.

[1248] *DN*, 3 de Junho de 1975, "Os professores da Escola Preparatória da Ribeira Brava aderem à greve", p. 3.

[1249] *DN*, 25 de Maio de 1975, "Os "BB" da Escola apoiam a greve", p. 3; *DN*, 25 de Maio de 1975, "Quintanistas nocturnos também apoiam os professores grevistas", p. 3; *DN*, 27 de Maio de 1975, "Começou ontem, na Madeira – Greve dos professores provisórios e eventuais "em luta contra o desemprego e pela sua profissionalização"", pp. 1 e 3; *DN*, 28 de Maio de 1975, "Professores da Madeira continuam em greve", p. 6; *DN*, 11 de Junho de 1975, "Grupo de pais apoiam revindicações do professorado", p. 4; *DN*, 11 de Junho de 1975, "Informação escolar – Alunos do Liceu apoiam luta de professores", p. 4; *JM*, 29 de Maio de 1975, "Escola Industrial e Comercial do Funchal (Alunos nocturno) – Comunicado", p. 10; *JM*, 3 de Junho de 1975, "Escola Industrial e Comercial do Funchal", p. 9.

[1250] *DN*, 25 de Maio de 1975, "A posição do Conselho Directivo da Associação de Pais do Liceu", p. 3.

tendo este manifestado abertura para apoiar a valorização profissional dos professores[1251].

Por outro lado, dois membros da Comissão de Informação da Greve, Maria Aurora e Luís Ladeira, fizeram o ponto da situação da greve dos professores, tendo abordado a posição dos professores não grevistas da Ribeira Brava e as perspectivas da luta empreendida[1252].

Depois, os citados docentes deslocaram-se a Lisboa, reunindo com diversos departamentos do MEIC e um representante do CR, não tendo obtido resposta positiva às suas reivindicações[1253]

Entretanto, houve uma reunião dos professores grevistas com Paquete de Oliveira, na EICF, no dia 9 de Junho de 1975, para ouvir a posição do MEIC sobre a greve que já vinha desde 26 de Maio[1254].

De seguida, o MEIC tomou um conjunto de medidas, de carácter nacional, relativamente às greves de professores, que existiam a nível nacional, concedendo o prazo até 12 de Junho de 1975, para o recomeço das aulas na Madeira, sob pena de aplicar sanções disciplinares[1255].

Perante este ultimato, os professores grevistas, em 11 de Junho de 1975, no LNF, deliberaram continuar a paralisação, considerando que ainda não tinham sido satisfeitas as suas revindicações por parte do MEIC, efectuar uma manifestação contra o desemprego, com o apoio de outros sindicatos, e pedir o saneamento do MEIC[1256].

Outras movimentações ocorreram, para tomar posição face à greve dos seus colegas provisórios e eventuais, como a dos professores efectivos e

---

[1251] *DN*, 27 de Maio de 1975, "Começou ontem, na Madeira – Greve dos professores provisórios e eventuais "em luta contra o desemprego e pela sua profissionalização"", pp. 1 e 3; *DN*, 28 de Maio de 1975, "Professores da Madeira continuam em greve", p. 6.

[1252] *DN*, 29 de Maio de 1975, "Continuam em greve os professores provisórios", p. 5.

[1253] *DN*, 8 de Junho de 1975, "Greve dos professores", p. 3; *JM*, 1 de Junho de 1975, "A greve dos professores eventuais e provisórios", p. 10.

[1254] *DN*, 10 de Junho de 1975, "A greve dos professores – reunião com o delegado do MEIC", p. 6.

[1255] *DN*, 11 de Junho de 1975, "A greve das escolas – O MEIC dirige um apelo aos professores para retomarem as suas funções dentro de 24 horas e reserva-se o direito de tomar medidas disciplinares", pp. 1 e 4; *DN*, 11 de Junho de 1975, "Em relação à Madeira mais 24 horas de prazo", p. 1.

[1256] *DN*, 11 de Junho de 1975, "Convocação, p. 2; *DN*, 12 de Junho de 1975, "Professores eventuais e provisórios do ensino preparatório e secundário deliberaram continuar em greve", pp. 1 e 5.

extraordinários da EICF[1257], a dos alunos do LNF[1258] e a dos estudantes da EICF, que denunciaram as "atitudes fascizantes do MEIC e da actuação social-fascista da UEC" e apelaram aos alunos que integrassem os piquetes de greve dos professores[1259]

Por seu turno, em 12 de Junho de 1975, Paquete de Oliveira fez a cronologia dos acontecimentos da greve e da intervenção da JPM e do próprio, como delegado do MEIC, a deste ministério e do CR, esperando que os grevistas cedessem, retomando as aulas a partir de 12 de Junho, podendo sofrer consequências pessoais, caso tal não acontecesse, bem como uma possível actuação das entidades militares[1260].

A JPM tomou a decisão de que as aulas deveriam ser recomeçadas, nesse dia 12, devendo os grevistas reafirmar por escrito tal vontade e, também, da mesma forma, os que queriam voltar à normalidade, ficando a responsabilidade da retoma das aulas a cargo dos militares, a se verificarem situações anómalas[1261].

Fizeram-se sentir os efeitos das decisões do MEIC e da JPM. Por exemplo, os professores da Escola Preparatória Tristão Vaz, de Machico, decidiram retomar as aulas no dia seguinte, 12 de Junho, pondo fim à greve[1262].

Por deliberação de todos os professores de todos os estabelecimentos de ensino, do ciclo preparatório e do ensino secundário, em 13 de Junho de 1975, no LNF, foi suspensa a greve, recomeçando as aulas no LNF e na EICF, no dia 18 de Junho de 1975, e já no dia 14 do mesmo mês, os professores foram atribuir notas nos conselhos de turma[1263].

[1257] *DN*, 11 de Junho de 1975, "Convocatória", p. 3.

[1258] *DN*, 12 de Junho de 1975, "Professores eventuais e provisórios do ensino preparatório e secundário deliberaram continuar em greve – Do Liceu do Funchal", p. 1 e 5.

[1259] *DN*, 12 de Junho de 1975, "Professores eventuais e provisórios do ensino preparatório e secundário deliberaram continuar em greve – Dos alunos da E.I.C.F.", p. 1 e 5; *DN*, 13 de Junho de 1975, "Alunos nocturnos acusam o M.E.I.C. de "atitudes fascizantes"", p. 6.

[1260] *DN*, 13 de Junho de 1975, "Numa conferência de imprensa da Junta de Planeamento – O problema da greve dos professores provisórios e eventuais foi ponto fulcral", pp. 1, 6 e 8; *JM*, 13 de Junho de 1975, "Situação escolar explosiva provoca conferência de imprensa da Junta de Planeamento de Madeira", pp. 1, 6-7.

[1261] *DN*, 13 de Junho de 1975, "Comunicado da J.P.M. sobre o recomeço da actividade escolar", p. 1.

[1262] *JM*, 13 de Junho de 1975, "Escola Preparatória Tristão Vaz Teixeira, Machico – Comunicado", p. 8.

[1263] *DN*, 11 de Junho de 1975, "Convocação", p. 2; *DN*, 12 de Junho de 1975, "Os professores discutem posição da classe sobre a greve", p. 6; *DN*, 14 de Junho de 1975, "Aulas recomeçarão na próxima quarta-feira", p. 1; *DN*, 14 de Junho de 1975, "Escola Industrial e Comercial do Funchal – Aviso", p. 2.

Tendo em conta a decisão de suspender a paralisação, as comissões organizadora e informadora da greve dos professores pediram a sua demissão, interpretando que o cancelamento da greve foi devido à "ameaça de repressão que pendia sobre a classe (suspensão para os professores grevistas)". A demissão daquelas duas estruturas da greve sucedeu porque "muitos colegas tinham ido assinar um papel em que se declaravam não grevistas (mais uma atitude repressiva do MEIC), e que algumas escolas já tinham boicotado a greve"[1264].

Face a esta situação, os professores da Escola Preparatória Gonçalves Zarco repudiaram a "atitude repressiva, divisionista e arbitrária assumida pelo M.E.I.C.", pelo seu tom ameaçador aos grevistas[1265], tendo, também, os professores do Anexo da Escola Gil Eanes condenado a acção repressiva e ameaçadora do MEIC e do seu delegado na Madeira, Paquete de Oliveira, assim como a falta de solidariedade dos professores efectivos e também de provisórios não aderentes à greve[1266].

No processo reivindicativo dos docentes madeirenses, um grupo de professores agregados que não tinha obtido colocação profissional e por discordar com orientações de Lisboa, em 15 de Setembro de 1975, ocupou a Direcção Escolar – instalada na JGDAF – tendo, entretanto, havido acordo entre as partes[1267].

Por outro lado, os professores de Educação Física do Distrito do Funchal – em resultado de uma reunião promovida em 18 de Maio de 1974 – enviaram, ao ministro da Educação e Cultura, um comunicado-parecer, propondo, entre outras soluções, a regionalização do ensino, a equiparação da Educação Física às outras disciplinas escolares, a actualização das instalações desportivas dos estabelecimentos de todos os graus de ensino, o apetrechamento gimnodesportivo da Madeira, a construção de parques desportivos, na linha da prática do desporto para toda a vida, a promoção das modalidades de vela, ténis,

---

[1264] *DN*, 15 de Junho de 1975, "Ainda a "greve dos professores"", p. 8.
[1265] *DN*, 15 de Junho de 1975, "Ainda a "greve dos professores" - Posição da "Gil Eanes" e da "Gonçalves Zarco"", p. 8.
[1266] *DN*, 15 de Junho de 1975, "Ainda a "greve dos professores" - Posição da "Gil Eanes" e da "Gonçalves Zarco"", p. 8.
[1267] *JM*, 16 de Setembro de 1975, "A Direcção Geral Escolar foi ocupada por um grupo de professores", p. 12; *JM*, 17 de Setembro de 1975, "Terminou o conflito na Direcção Geral Escolar", p. 12; *JM*, 19 de Setembro de 1975, "O conflito na Direcção Escolar", p. 6.

golfe, campismo, pesca, tiro ao alvo, jogos de mesa, escultura, pintura, miniaturismo, a utilização dos terrenos e quintas do Estado para benefício da população, a promoção de acções de formação dos professores sem habilitação própria, a atribuição de bolsas de estudo para a formação de agentes qualificados, a melhoria da piscina municipal do Lido, a construção de piscinas de aprendizagem de natação e a iluminação dos campos desportivos escolares, para a sua utilização pelos clubes[1268].

Entretanto, os professores (em conjunto com o pessoal administrativo e auxiliar) da EICF deliberaram manifestar a sua adesão ao MFA e à JSN, solicitar à direcção da escola uma explicação para o atraso na tomada de uma posição pública sobre a mudança verificada no país, pedir a demissão dos órgãos directivos de todos os estabelecimentos de ensino e eleição de novos dirigentes e requerer à JSN a realização de inquéritos à gestão administrativa de todas as escolas[1269].

Também, solidariamente, com os alunos deste estabelecimento de ensino, em Junho do mesmo ano, os seus docentes pediram, ao MEC, a dispensa do exame de aptidão profissional com 12 valores[1270].

Os professores da Escola Preparatória Gil Eanes, de Câmara de Lobos, em Junho de 1974, formalizaram, às autoridades governamentais, um caderno de reivindicações, fruto de várias reuniões (23 e 27 de Maio e 3 de Junho de 1974)[1271].

Nesse documento, aprovado pelo Conselho Escolar do referido estabelecimento de ensino, figuravam diversas pretensões, como o direito à remuneração todos os meses, acrescida do 13.º mês e do subsídio de férias, a

[1268] *DN*, 22 de Maio de 1974, "Regionalização do ensino de Educação Física na Madeira e análise das soluções", p. 6; *JM*, 22 de Maio de 1974, "Parecer dos profissionais da Madeira de Educação Física", p. 2.

[1269] O documento divulgado na imprensa foi assinado por Aida Nepomuceno, António Trancoso, Arlindo Oliveira, Celso Quintal, Jaime Jardim, Luís de Sousa Melo, Lília Trancoso, Manuela Vicente, José Sebastião e Virgílio Pereira. *DN*, 12 de Maio de 1974, "Grupo de professores da Escola Industrial e Comercial do Funchal reportam-se ao actual momento político", p. 3; *JM*, 12 de Maio de 1974, "Uma declaração dum grupo de professores da Escola Industrial", p. 12.

[1270] *DN*, 25 de Junho de 1974, "Alunos e professores da Escola Técnica solicitam resposta urgente ao ministro da Educação", p. 3; *JM*, 25 de Junho de 1974, "Alunos e professores aguardam resposta do M. E. C.", p. 8.

[1271] *DN*, 7 de Junho de 1974, "Reivindicações dos professores da Escola Preparatória Gil Eanes", p. 8; *DN*, 8 de Junho de 1974, "Reivindicações dos professores da Escola Preparatória Gil Eanes", pp. 4 e 6.

garantia de colocação dos professores efectivos e provisórios, nos anos lectivos seguintes e o apoio do MEC na formação dos docentes, nomeadamente para a melhoria das habilitações (facilidades nos horários de trabalho e na realização de frequências, a criação de cursos intensivos para a formação de professores, equiparação de habilitações)[1272].

Mais exigiram o saneamento "completo, radical" de todos os quadros directivos, administrativos e pedagógicos – procedendo-se a inquéritos das responsabilidades de má administração e perseguição a elementos da escola – devendo ser substituídos por pessoas não comprometidas com o regime anterior, através de eleições, a instituição de processos disciplinares e a suspensão de professores colaboracionistas com o anterior regime[1273].

Estes docentes da Escola Preparatória Gil Eanes defenderam, ainda, que os professores do ensino primário que estivessem no preparatório poderiam poder ficar neste grau, contando os anos de serviço prestados no anterior, a equiparação de vencimentos entre os do primário e os do preparatório, a reforma aos 55 anos, com pelo menos 20 anos de serviço, devido ao desgaste profissional, a extinção da designação de professores eventuais, a aplicação do horário de quatro horas de aulas, só na parte da manhã ou apenas na parte da tarde, num total de 20 horas semanais, eliminando-se as extraordinárias e as aulas ao sábado, a não acumulação de serviço em escolas diferentes, a igualdade nas remunerações dos professores, acrescidas de subsídio de transporte e de residência, o valor mínimo salarial de base em 10 000$00, o direito de assistência na doença e na maternidade, a criação de cantinas escolares, para alunos, professores e empregados, abrangendo os familiares até ao 1.º grau destes dois últimos grupos profissionais[1274].

Advogaram, ainda, que a permanência dos alunos dentro da sala de aulas deveria ficar reduzida a apenas quatro horas, devendo as restantes ser fora dela, a realização das aulas de Educação Física no final de turno e não

[1272] *DN*, 7 de Junho de 1974, "Reivindicações dos professores da Escola Preparatória Gil Eanes", p. 8; *DN*, 8 de Junho de 1974, "Reivindicações dos professores da Escola Preparatória Gil Eanes", pp. 4 e 6.

[1273] *DN*, 7 de Junho de 1974, "Reivindicações dos professores da Escola Preparatória Gil Eanes", p. 8; *DN*, 8 de Junho de 1974, "Reivindicações dos professores da Escola Preparatória Gil Eanes", pp. 4 e 6.

[1274] *DN*, 7 de Junho de 1974, "Reivindicações dos professores da Escola Preparatória Gil Eanes", p. 8; *DN*, 8 de Junho de 1974, "Reivindicações dos professores da Escola Preparatória Gil Eanes", pp. 4 e 6.

intervaladamente com outras disciplinas, a existência de actividades de substituição (filmes educativos, etc.) nas aulas em que um professor faltasse, a libertação de tarefas burocráticas da parte dos docentes, a criação de instalações e equipamentos para o bom andamento lectivo (exemplo, laboratórios), o recurso aos meios audiovisuais, a instituição do professor "coordenador e dinamizador um companheiro mais esclarecido", a possibilidade de algumas aulas práticas terem 90 minutos, a isenção do ensino de "influências religiosas e político-partidaristas", substituindo-se a disciplina de Religião e Moral por um curso de Educação Moral, Cívica e Higiénica, livre de qualquer doutrinação religiosa, a criação de cursos sobre religiões, de carácter opcional ou facultativo[1275].

Os mesmos docentes defenderam, ainda, a existência de turmas com um máximo de 24 alunos, a organização do Sindicato dos Professores por secções, na escola, por concelho, por distrito, em todo o país, para a defesa dos interesses dos docentes e actividades culturais, o gozo de todos os direitos e deveres dos docentes do público, por parte dos professores do ensino particular, a oficialização de todas as escolas particulares, encerrando as que fizessem do ensino uma indústria lucrativa, a transferência livre do professor do ensino particular para o oficial e do primário para o preparatório ou secundário, ou vice-versa, desde que tivesse habilitações para tal, a possibilidade dos cursos de línguas estrangeiras puderem conceder habilitação própria para o ensino oficial, a classificação anual dos professores, com base em testes (de inteligência, personalidade e cultura), análise de sumários, inspecções às aulas, verificação dos enunciados dos exercícios e inquéritos às opiniões dos alunos[1276].

No âmbito da gestão escolar, os professores da Escola Gil Eanes pugnaram pela criação de um conselho pedagógico e de um conselho administrativo, ambos eleitos, com representantes de professores, pessoal administrativo e alunos e ainda um conselho disciplinar, devendo os docentes com cargos de gestão ter um suplemento financeiro ou uma redução do horário

[1275] *DN*, 7 de Junho de 1974, "Reivindicações dos professores da Escola Preparatória Gil Eanes", p. 8; *DN*, 8 de Junho de 1974, "Reivindicações dos professores da Escola Preparatória Gil Eanes", pp. 4 e 6.

[1276] *DN*, 7 de Junho de 1974, "Reivindicações dos professores da Escola Preparatória Gil Eanes", p. 8; *DN*, 8 de Junho de 1974, "Reivindicações dos professores da Escola Preparatória Gil Eanes", pp. 4 e 6.

e a escola tinha a obrigação de se abrir à comunidade, com actividades cívicas e culturais, devendo influir no município[1277].

Estes docentes da Escola Preparatória Gil Eanes, embora tivessem manifestado a ameaça de greve (entretanto adiada), declararam a sua abstenção de exigir aumento salarial, por compreenderem a situação do país e as medidas que estariam a ser estudadas pelo GP[1278].

Em 20 de Dezembro de 1974, a mencionada Escola Preparatória Gil Eanes foi ocupada pelos professores, "em virtude das anomalias verificadas nas folhas de vencimentos", referentes ao mês em curso, bem como devido a "outras irregularidades de administração, como a má colocação de alguns professores"[1279].

Neste estabelecimento de ensino, e na aludida data, compareceu um representante do governador militar, Carlos de Azeredo, que se inteirou do sucedido, sendo mantida a ocupação, até haver um comprovativo escrito de que seria feito um inquérito sobre este assunto, sendo a acção destes professores "a bem do ensino democrático"[1280].

Em comunicado, datado de 21 de Dezembro de 1974, os professores ocupantes da Escola Preparatória Gil Eanes, de Câmara de Lobos, teriam acedido ao pagamento de alguns colegas, mas tal fora inviabilizado pela presidente da Comissão de Gestão, e concordaram em devolver verbas, desde que devidamente justificadas, mas exigindo responsabilidades a quem preencheu as folhas de vencimento[1281].

Mais informavam que as pautas com as notas dos alunos estavam prontas, só faltando a assinatura da referida presidente da escola e que o governador militar pedira ao MEC um inquérito sobre as irregularidades

---

[1277] *DN*, 7 de Junho de 1974, "Reivindicações dos professores da Escola Preparatória Gil Eanes", p. 8; *DN*, 8 de Junho de 1974, "Reivindicações dos professores da Escola Preparatória Gil Eanes", pp. 4 e 6.

[1278] *DN*, 7 de Junho de 1974, "Reivindicações dos professores da Escola Preparatória Gil Eanes", p. 8; *DN*, 8 de Junho de 1974, "Reivindicações dos professores da Escola Preparatória Gil Eanes", pp. 4 e 6.

[1279] *DN*, 21 de Dezembro de 1974, "Informação escolar – De professores da Escola Preparatória Gil Eanes, Câmara de Lobos", p. 4; *JM*, 22 de Dezembro de 1974, "Jornal escolar – Ocupação da Escola Gil Eanes", p. 16.

[1280] *DN*, 21 de Dezembro de 1974, "Informação escolar – De professores da Escola Preparatória Gil Eanes, Câmara de Lobos", p. 4; *JM*, 22 de Dezembro de 1974, "Jornal escolar – Ocupação da Escola Gil Eanes", p. 16.

[1281] *DN*, 22 de Dezembro de 1974, "Comunicados – Dos professores da Escola Preparatória de Gil Eanes", p. 6.

provocadas pela Comissão de Gestão, esperando assim indicações do MEC, pelo que os professores decidiram encerrar os serviços da secretaria da escola e, também, se até ao dia 23 de Dezembro, não fosse instaurado o inquérito pretendido e destituída a presidente da Comissão de Gestão, seriam tomadas medidas mais duras em reunião geral, nomeadamente não se responsabilizando pela afixação das pautas com as notas[1282].

Por seu turno, a secretaria da Escola Preparatória Gil Eanes esclareceu que esta situação se devia ao facto de "alguns professores se negarem a repor importâncias indevidamente abonadas no mês de Outubro findo", as quais foram processadas por interpretação errada da circular n.º 36 da Direcção Geral da Administração Escolar[1283].

Entretanto, a comissão sindical da Escola Preparatória Gonçalves Zarco manifestou o seu apoio à acção de ocupação da Escola Preparatória Gil Eanes, pelos seus docentes[1284].

Em seguida, os professores ocupantes decidiram "adoptar nova estratégia de luta", considerando destituída a Comissão de Gestão (na parte dos representantes dos professores) até ao apuramento do inquérito solicitado, e em sua substituição elegeriam uma comissão ad-hoc, bem como afixariam as pautas dos alunos, mesmo sem a assinatura da presidente da comissão de gestão e manteriam o funcionamento normal da escola até 15 de Janeiro de 1975. Se até este prazo o MEC não tomasse medidas (destituição da ex-presidente e instauração do inquérito), o conselho escolar decretaria novas acções[1285].

A secretaria da Escola Preparatória Gil Eanes reafirmou que este departamento não tinha qualquer responsabilidade na afixação das pautas dos alunos, atribuindo tal impedimento aos professores ocupantes, que

[1282] *DN*, 22 de Dezembro de 1974, "Comunicados – Dos professores da Escola Preparatória de Gil Eanes", p. 6.
[1283] *DN*, 22 de Dezembro de 1974, "Escola Preparatória de Gil Eanes (Câmara de Lobos)", p. 7; *JM*, 22 de Dezembro de 1974, "Jornal escolar – Ocupação da Escola Gil Eanes", p. 16.
[1284] *DN*, 22 de Dezembro de 1974, "Comunicados – De professores da Escola Preparatória Gonçalves Zarco", p. 6.
[1285] *DN*, 24 de Dezembro de 1974, "Comunicados – Dos professores em ocupação da Escola Preparatória de Gil Eanes", p. 7.

secundarizaram e atrasaram este processo[1286], tendo os professores ocupantes considerado "falsas" e "difamatórias" as afirmações desta secretaria[1287].

Os docentes em ocupação informaram, em 30 de Dezembro de 1974, que teriam a garantia de ser aberto o inquérito pretendido, por comunicação telefónica do secretário de Estado da Administração Escolar[1288], bem como a situação que opunha estes professores à "ala anti-democrática da Escola e ao governador civil" estava em vias de solução, sendo também assegurada a visita de uma delegação daquela Secretaria de Estado, para assistir a novas eleições para a Comissão de Gestão da Escola Gil Eanes, assim como a ex-directora da escola fora avisada para proceder aos pagamentos aos docentes, tendo o mesmo acontecido no dia 31[1289].

Agora, já no âmbito da Escola do Magistério Primário, em Fevereiro de 1975, os docentes do curso intensivo dos regentes escolares, contratados por este estabelecimento de ensino, recusaram-se continuar a exercer a sua formação – a partir das 16h do dia 20 até 28 de Fevereiro, e caso não houvesse resolução, a partir das 9h do dia 1 de Março de 1975 – em virtude da mesma entidade, desde o início do contrato (Novembro de 1974), não lhes pagar o seu ordenado, apesar de repetidas promessas, tendo a greve sido "a última e única solução possível"[1290].

No mês seguinte, a direcção da Escola do Magistério Primário garantiu o pagamento dos vencimentos em atraso de todos os professores do curso intensivo, sendo o valor por hora semanal o de 320$00[1291].

Por sua vez, os docentes da AMBAM tiveram um papel bastante interventivo, ao lado dos estudantes, não só em revindicações favoráveis à classe profissional, mas também em prol de mudanças significativas neste estabelecimento de ensino.

[1286] *DN*, 29 de Dezembro de 1974, "Comunicados – da Secretaria da Escola Gil Eanes", p. 7; *JM*, 29 de Dezembro de 1974, "Comunicado da secretaria da Escola Gil Eanes", p. 10.

[1287] *DN*, 1 de Janeiro de 1974, "Comunicados – Dos professores da Escola Preparatória de Câmara de Lobos, Continuação do texto ontem publicado na sua 1.ª parte", p. 12.

[1288] *DN*, 28 de Dezembro de 1974, "Comunicados – Dos professores da Escola Preparatória de Câmara de Lobos", p. 4.

[1289] *DN*, 1 de Janeiro de 1974, "Comunicados – Em vias de solução definitiva a situação na Escola Preparatória de Gil Eanes", p. 12.

[1290] *DN*, 23 de Fevereiro de 1975, "Informação Escolar – Dos orientadores do curso intensivo dos regentes escolares", p. 12; *DN*, 25 de Fevereiro de 1975, "Comunicados – Dos orientadores do curso intensivo das regentes escolares", p. 2.

[1291] *DN*, 7 de Março de 1975, "Escola do Magistério Primário do Funchal", p. 2.

Da secção de Belas Artes, em reunião de 16 de Maio de 1974, foram feitas algumas exigências, como a abolição dos exames no ano lectivo em curso, 1973/74, passando as cadeiras em que estavam matriculadas, a suspensão das actividades pedagógicas, a constituição de grupos de trabalhos, para funcionarem até ao início do ano lectivo 1974/75, de modo a serem estudados o funcionamento da AMBAM, a oficialização da Escola de Belas-Artes da Madeira, a estruturação-programação dos Cursos de Belas-Artes, a formação de uma comissão "ad hoc", por alunos e professores, de modo a participar na gestão dos cursos de Belas-Artes[1292].

Já, os professores dos cursos de Música, em conjunto com os estudantes, em reunião de 18 de Maio de 1974, tomaram as decisões de exigir que a AMBAM fosse "oficializada", rapidamente e que, até essa oficialização, houvesse uma comissão de alunos e professores, para a gestão da Academia de Música, bem como solicitar um inquérito às actividades da sua CA e um pedido de inquérito à situação do *PEF*, rádio pertencente, em parte, à Sociedade de Concertos da Madeira, aquando do seu início[1293].

Em 29 de Julho de 1974, a Academia das Belas Artes foi ocupada, por um grupo de professores, alunos e "outras pessoas interessadas do meio cultural madeirense", decidindo não reconhecer a autoridade da CA existente, por serem "membros activos do anterior regime fascista", que nunca justificaram os gastos financeiros efectuados pela instituição, por terem despedidos professores e por recusarem satisfazer reivindicações de docentes e alunos[1294].

[1292] Os elementos da comissão foram o escultor Anjos Teixeira (professor), José Tolentino de Nóbrega e Francisco Simões Gomes (alunos). *DN*, 16 de Maio de 1974, "Telegramas enviados à Junta de Salvação Nacional", p. 8; *JM*, 16 de Maio de 1974, "Reunião Geral dos Cursos de Belas Artes da Academia de música e Belas Artes da Madeira", p. 4.

[1293] A mesa desta assembleia, de 18 de Maio de 1974, foi constituída por Augusto Pereira de Gomes, Artur Pestana Andrade e João Arnaldo Rufino da Silva. *DN*, 17 de Maio de 1974, "Reunião de professores e alunos da Academia de Música", p. 3; *DN*, 21 de Maio de 1974, "Professores e alunos pedem a oficialização da Academia de Música e Belas Artes da Madeira", p. 7; *DN*, 26 de Maio de 1974, "A música em debate – Professores e alunos da Academia expõem as suas ideias", p. 6; *JM*, 17 de Maio de 1974, "Reunião na Academia de Música da Madeira", p. 12; *JM*, 21 de Maio de 1974, "Reunião geral dos professores e alunos dos cursos de música da Academia de Música e Belas Artes da Madeira", p. 10.

[1294] *DN*, 30 de Julho de 1974, "Ocupada ontem a Academia de Música e Belas Artes da Madeira", pp. 1 e 10; *EF*, 29 de Julho de 1974, "Academia de Música da Madeira – ocupadas as suas instalações por professores, alunos e interessados no desenvolvimento cultural da Madeira", p. 12; *JM*, 30 de Julho de 1974, "Ocupadas as instalações da Academia de Música e Belas Artes da Madeira", pp. 1 e 3.

Aliás, já em 13 de Junho, tinha sido pedido ao secretário de Estado dos Assuntos Culturais e Investigação a demissão dos corpos gerentes da Sociedade de Concertos da Madeira e que, de entre os nomes signatários da petição apresentada, fosse escolhia uma comissão gestora para esta Sociedade, com poderes para fazer um inquérito à sua actuação[1295].

Entretanto, foram formadas várias comissões para dar um novo rumo à Academia, constituídas por professores e alunos da mesma[1296].

Pretendiam, também, os ocupantes da Academia lançar as bases de um "Centro-coordenador de actividades culturais", tendo-se procedido à eleição de uma comissão gestora deste centro[1297].

Outras razões da ocupação da Academia foram uma carta de despedimento enviado aos professores, pelo que se temeu o fim do estabelecimento de ensino, a negativa actividade da CA, apesar do grande investimento de organismos públicos – considerado não rentável e mal aplicado – a necessidade de uma escola aberta, com a participação de professores e alunos na gestão, uma alegada existência de desvios de dinheiros, por parte da Sociedade de Concertos da Madeira e a defesa da criação de um Centro Cultural do Funchal, aglutinado à AMBAM, gerido por utentes da academia, e igualmente por outras pessoas do meio cultural madeirense[1298].

O *CF*, na sua edição de 3 de Agosto de 1974, interpretou esta academia como o "símbolo do fascismo no campo cultural", que não aceitava qualquer crítica e perseguia os discordantes, um "feudo dos irmãos Clode […] um reino

[1295] *DN*, 30 de Julho de 1974, "Ocupada ontem a Academia de Música e Belas Artes da Madeira", pp. 1 e 10; *EF*, 29 de Julho de 1974, "Academia de Música da Madeira – ocupadas as suas instalações por professores, alunos e interessados no desenvolvimento cultural da Madeira", p. 12; *JM*, 30 de Julho de 1974, "Ocupadas as instalações da Academia de Música e Belas Artes da Madeira", pp. 1 e 3.

[1296] *DN*, 30 de Julho de 1974, "Ocupada ontem a Academia de Música e Belas Artes da Madeira", pp. 1 e 10; *EF*, 29 de Julho de 1974, "Academia de Música da Madeira – ocupadas as suas instalações por professores, alunos e interessados no desenvolvimento cultural da Madeira", p. 12; *JM*, 30 de Julho de 1974, "Ocupadas as instalações da Academia de Música e Belas Artes da Madeira", pp. 1 e 3.

[1297] *DN*, 30 de Julho de 1974, "Ocupada ontem a Academia de Música e Belas Artes da Madeira", pp. 1 e 10; *EF*, 29 de Julho de 1974, "Academia de Música da Madeira – ocupadas as suas instalações por professores, alunos e interessados no desenvolvimento cultural da Madeira", p. 12; *JM*, 30 de Julho de 1974, "Ocupadas as instalações da Academia de Música e Belas Artes da Madeira", pp. 1 e 3.

[1298] *DN*, 1 de Agosto de 1974, "A Academia em questão: da incultura desorganizada à coordenação da cultura", p. 8.

familiar", significando esta ocupação a "liquidação das heranças nefastas e degradantes do fascismo cultural", pelo que o semanário apoiou tal acção[1299].

No ensino particular, os seus professores solidarizaram-se com os alunos e as direções dos estabelecimentos deste sector, apoiando as petições dos colegas continentais, que requeriam igualdade dos estudantes do 5.º ano (actual 9.º) do ensino particular ao oficial, sendo as escolas madeirenses envolvidas as da Apresentação de Maria, Colégio do Infante Dom Henrique, Colégio Missionário, Colégio Bom Jesus, Colégio Nuno Álvares, Escola Salesiana de Artes e Ofícios, Colégio Santa Teresinha e Colégio S. Vicente[1300].

Em 29 de Junho de 1974, no Colégio de Santa Teresinha, Funchal, os directores e professores dos estabelecimentos de ensino particular da Madeira (Colégios da Apresentação, Santa Teresinha, Artes e Ofícios, Bom Jesus, Infante, Nuno Álvares, Externato Lisbonense e Seminário Menor), analisaram as últimas circulares do MEC sobre os exames dos alunos do mesmo tipo de ensino[1301].

Decidiram enviar um telegrama ao MEC, ao PR e ao presidente da JSN, manifestando-se decepcionados pela discriminação feita entre o ensino oficial e o privado, no que respeitava à dispensa de exames e reclamando paridade no tratamento, segundo o ideal democrático. Em caso de resposta negativa, exigiam exame às cadeiras nucleares, tanto para os alunos do oficial como para os do particular[1302].

Também, os docentes do ensino particular rural queixavam-se, publicamente, da sua situação, nomeadamente do facto de não receberem um vencimento fixo e regular, mas um subsídio da JGDAF, bem como não ganhavam férias, nem tinham um subsídio para reparação do material didáctico, não tendo direito à reforma, nem à assistência médica e medicamentosa[1303].

[1299] *CF*, 3 de Agosto de 1974, edição regional, "A ocupação da Academia: o fim de um reinado", p. 6.

[1300] *DM*, 1 de Junho de 1974, "Telegrama enviado ao Ministro da Educação pelos professores e alunos do ensino particular", p. 5; *DN*, 12 de Maio de 1974, "Telegramas enviados à Junta de Salvação Nacional", p. 3; *DN*, 29 de Maio de 1974, "Ensino oficial e particular", p. 2; *JM*, 12 de Maio de 1974, "Telegramas – De Colégios Madeirenses", p. 2; *JM*, 29 de Maio de 1974, "Telegrama de professores e alunos dos colégios da Madeira", p. 4.

[1301] *JM*, 30 de Junho de 1974, "O ensino particular no Funchal está inconformado", pp. 1 e 5.

[1302] *JM*, 30 de Junho de 1974, "O ensino particular no Funchal está inconformado", pp. 1 e 5.

[1303] *DN*, 23 de Agosto de 1974, "A palavra do leitor – A situação dos professores do ensino particular rural", p. 3.

Todo este processo reivindicativo, a nível escolar, decorreu, paralelamente, à formação do Sindicato dos Professores da Madeira, que se instalou na Rua da Conceição, 93, no Funchal, por cedência da CMF[1304], presidida por Virgílio Pereira[1305], na sequência de uma série de reuniões, a constituição de comissões pró-sindicais e a eleição de delegados, por parte de docentes dos mais variados concelhos, estabelecimentos e graus de ensino[1306].

Nesta situação revolucionária, o Sindicato dos Professores da Madeira alertou os directores das escolas oficias para a ocupação de algumas dependências de escolas, "transformando-as em habitações, sem o mínimo de respeito pelos interesses dos alunos", pedindo-lhes que comunicassem tais factos ao sindicato, para posterior informação ao MEC[1307].

Por ocasião do Dia de Trabalho Nacional, em 6 de Outubro de 1974, houve a adesão de alguns estabelecimentos de ensino, como o LNF, que teve a sua secretaria aberta ao público e os professores, alunos e funcionários puderam trabalhar nesse dia[1308], bem como os professores e alunos da EICF, nessa data, reuniram para a planificação das actividades pré-lectivas[1309].

4.18. Funcionários públicos

Com a "Revolução dos Cravos", os funcionários dos organismos públicos puderam dar expressão aos seus desagrados, bem como formular reivindicações, pretendidas há muito tempo.

[1304] *DN*, 11 de Abril de 1975, "Informação escolar – Sindicato dos Professores, Zona da Madeira, Comunicação", p. 8.

[1305] Ver anexo.

[1306] *DN*, 27 de Junho de 1974, "Ensino primário – Comunicado da Comissão Pró-Sindical Madeirense", p. 4; *DN*, 6 de Julho de 1974, "Ensino Primário – Comunicado da Comissão Pró-Sindical", p. 7; *DN*, 9 de Julho de 1974, "Ensino Primário – Comunicado da Comissão Pró-Sindical", p. 7; *DN*, 13 de Julho de 1974, "Ensino Primário – Comunicado da Comissão Pró-Sindical", p. 6; *DN*, 14 de Julho de 1974, "Ensino Primário – Eleição de delegados sindicais concelhios", p. 5; *DN*, 18 de Julho de 1974, "Ensino Primário – Eleição de delegados sindicais concelhios", p. 5; *JM*, 27 de Junho de 1974, "Eleição de Delegados Sindicais Concelhios de professores do Ensino Primário da Madeira", p. 10.

[1307] *DN*, 11 de Abril de 1975, "Informação escolar – Sindicato dos Professores (Sector do Ensino Primário)", p. 8.

[1308] *DN*, 2 de Outubro de 1974, "Domingo: Dia de Trabalho, pp. 1 e 6; *DN*, 5 de Outubro de 1974, Liceu Nacional do Funchal – Informação escolar", p. 4.

[1309] *DN*, 5 de Outubro de 1974, "Escola Industrial –Reunião de professores e alunos", p. 4.

Uma delas, fundamental, era a criação de sindicatos na FP, proibidos, em todo o Portugal, no anterior regime, tendo a JSN posto fim ao § único do art.º 499º do Código Administrativo, que decretava que era "vedado aos funcionários administrativos constituírem-se em sindicatos privativos ou integrar colectivamente em qualquer organismo corporativo ou associação profissional"[1310].

José Sebastião Antunes Luís Vieira considerava a FP uma "abandonada e desprestigiada classe", que necessitava ser ressuscitada[1311].

Assim, logo após o "25 de Abril", trabalhadores de diversos sectores da administração pública reclamaram a sua sindicalização, através de telegramas e petições aos novos titulares políticos locais e nacionais (JSN, FA, PR) e comunicados de imprensa, promovendo plenários e elegendo comissões com a missão de constituir sindicatos nesta área.

Assim aconteceu com os funcionários do Serviço Nacional de Emprego-Divisão Regional do Funchal[1312], da CMF[1313], do pessoal menor do LNF[1314] e da EICF[1315], da Direcção-Geral da Aeronáutica Civil em serviço no Aeroporto do Funchal[1316], da Caixa de Previdência do Funchal[1317], das repartições de finanças do Distrito do Funchal[1318], da subdelegação no Funchal do IANT, do Quadro de

---

[1310] *DM*,11 de Maio de 1974, "Obrigado movimento de salvação nacional! Sindicato dos Funcionários – Um agradecimento e uma reivindicação, por M. Macedo Faria", pp. 5 e 7.

[1311] *DM*,11 de Maio de 1974, "Funcionários públicos madeirenses", p. 5; *EF*, 13 de Maio de 1974, "Funcionários públicos madeirenses", pp. 8 e 12; *JM*, 9 de Maio de 1974, "Funcionários públicos madeirenses", de José Sebastião Antunes Luiz Vieira, p. 10.

[1312] *DN*, 5 de Maio de 1974, "Telegramas dirigidos ao Presidente da Junta de Salvação Nacional", p. 5; *JM*, 5 de Maio de 1974, "Telegramas – dos funcionários do S. N. E.", p. 12.

[1313] *DM*, 1 de Junho de 1974, "Ventos ilhéus – Câmara Municipal do Funchal", p. 7; *DN*, 8 de Maio de 1974, "Telegramas enviados à Junta de Salvação Nacional", p. 4; *DM*,11 de Maio de 1974, "Ventos ilhéus – Telegramas de apoio à Junta de Salvação Nacional", pp. 1 e 3*; DN*, 16 de Maio de 1974, "Reunião magna dos trabalhadores da Câmara Municipal do Funchal", p. 8; *EF*, 13 de Maio de 1974, "Telegramas enviados à Junta de Salvação Nacional", p. 4; *JM*, 8 de Maio de 1974, "Telegramas – Serviços Sociais da C.M.F.", p. 12; *JM*, 16 de Maio de 1974, "Reunião de trabalhadores da Câmara Municipal do Funchal", p. 8.

[1314] *DN*, 10 de Maio de 1974, "Reunião do pessoal menor do Liceu Nacional do Funchal", p. 6; *JM*, 10 de Maio de 1974, "Propósitos do pessoal menor do Liceu Nacional do Funchal", p. 2.

[1315] *DN*, 22 de Maio de 1974, "Reunião do pessoal menor da Escola Industrial e Comercial do Funchal", p. 3; *JM*, 22 de Maio de 1974, "Reunião do pessoal menor da Escola Industrial e Comercial do Funchal", p. 8.

[1316] *DN*, 15 de Maio de 1974, "Comunicado dos trabalhadores da Aeronáutica Civil em serviço no Aeroporto do Funchal", p. 8.

[1317] *DN*, 4 de Maio de 1974, "Telegramas à Junta de Salvação Nacional", p. 5; *JM*, 4 de Maio de 1974, "Telegrama dos funcionários da Caixa de Previdência fazendo sugestões à Junta", p. 2; *JM*, 23 de Junho de 1974, "Caixa de Previdência e Abono de Família do Distrito do Funchal", p. 11.

[1318] *DN*, 31 de Dezembro de 1974, "Comissão Pró-Sindical dos trabalhadores da Função Pública do Distrito do Funchal (Finanças)", p. 2.

Pessoal Civil do Ministério da Marinha em serviço na Capitania do Porto do Funchal, da Delegação do INTP no Funchal e do Tribunal do Trabalho do Funchal[1319], da Alfândega do Funchal, da Circunscrição Florestal da Madeira, da Circunscrição da Urbanização da Madeira, da DTM, da Direcção de Finanças do Distrito do Funchal, da Delegação na Madeira do INE, do GDAF, da JAPAM, da JGDAF, da Junta Nacional das Frutas (Delegação na Madeira), da Junta Nacional do Vinho (Delegação na Madeira), da Missão da Madeira do IGC, das Repartições de Finanças do Distrito do Funchal e do Serviço Meteorológico Nacional e do Serviço Nacional de Emprego[1320].

A par da sindicalização, surgiu uma diversidade de outros objectivos, uns de carácter geral, outros mais específicos. O pessoal menor do LNF reivindicou o subsídio de férias e o 13.º mês como nas empresas privadas, a reforma aos 55 anos, o salário mínimo de 6000 escudos e o pagamento de horas extraordinárias[1321].

Por seu turno, os funcionários da EICF, para além das reivindicações dos colegas do LNF, atrás-referenciadas, exigiram, também, a semana de trabalho de 40 horas, o salário mínimo adequado, a integração em organismo que cobrisse a assistência médica e a previdência, o subsídio de 30% (zona de turismo), o alargamento da reforma às viúvas e filhos menores, a gratificação do chefe de pessoal menor que não deveria ser inferior a 500$00, a existência apenas de contínuos e auxiliares de contínuos (estes para a limpeza "grossa"), a construção de casas económicas, através de empréstimos a longo prazo e com juros baixos, e a admissão dos servidores que não tinham a quarta classe de escolaridade, mas sabiam ler e escrever[1322].

Os trabalhadores da CMF defenderam a melhoria dos salários, o encerramento da câmara aos sábados, a criação de uma cantina para o pessoal, a existência de creches e jardins de infância para as mães empregadas, a

[1319] *DN*, 15 de Maio de 1974, "Telegramas enviados à Junta de Salvação Nacional", p. 4; *JM*, 15 de Maio de 1974, "Telegramas – Do I.A.N.T., Dos funcionários da Delegação do I:N:P:PT.", p. 4.

[1320] *DN*, 14 de Maio de 1974, "Comunicado de um grupo de trabalhadores de Estado das Repartições e Serviços da Ilha da Madeira", p. 3; *JM*, 14 de Maio de 1974, "A atitude dos trabalhadores de Estado dos Serviços da Madeira", p. 7.

[1321] *DN*, 10 de Maio de 1974, "Reunião do pessoal menor do Liceu Nacional do Funchal", p. 6; *JM*, 10 de Maio de 1974, "Propósitos do pessoal menor do Liceu Nacional do Funchal", p. 2.

[1322] *DN*, 22 de Maio de 1974, "Reunião do pessoal menor da Escola Industrial e Comercial do Funchal", p. 3; *JM*, 22 de Maio de 1974, "Reunião do pessoal menor da Escola Industrial e Comercial do Funchal", p. 8.

abolição do livro de ponto, o subsídio para alimentação, a amnistia a todos os castigos impostos anteriormente, a licença ilimitada para qualquer funcionário, sem discriminação e ainda a organização e a integração num sindicato dos funcionários públicos inteiramente livre[1323].

Os funcionários do Tribunal Judicial da Ponta do Sol reclamaram a humanização dos seus vencimentos, a actualização do estatuto judiciário, a criação de um serviço social gratuito para os ascendentes e descendentes dos funcionários, a constituição de um órgão representativo e a concessão imediata do subsídio de zona de turismo (30%) a todos os funcionários na Madeira[1324].

Os trabalhadores do IGC do Funchal expressaram a sua solidariedade com dois colegas despedidos, sem justa causa, e disponibilizaram-se a actuar pela sua imediata readmissão[1325] – merecendo, então, o apoio da secção do Funchal do PS[1326] – acabando os mesmos por serem readmitidos, face à sua acção reivindicativa e solidária[1327].

Também os trabalhadores da JGDAF alcançaram uma "vitória", porque o subsídio de férias passou a ser atribuído a todos os da FP, sem qualquer excepção[1328].

Na FP, uma das marcas deste período foi o processo de saneamentos. A Madeira foi integrada na missão da Comissão Ministerial para o Saneamento e Reclassificação dos funcionários públicos, tendo sido possível, num período de 30 dias, a partir de 28 de Agosto de 1974, todos os interessados apresentarem, por escrito, queixas ou participações de factos anómalos, assinadas e com a indicação da morada, a título individual ou por organismos, endereçando-as àquela comissão, tendo em vista o saneamento e a

[1323] *CF*, 18 de Maio de 1974, edição regional, "Reunião de funcionários da Câmara", p. 3.
[1324] *DN*, 18 de Maio de 1974, "Funcionários do Tribunal Judicial da Ponta do Sol pedem direitos sociais", p. 1.
[1325] *CF*, 9 de Janeiro de 1975, separata regional, "Despedimentos na Cadastral", p. 7; *DN*, 8 de Janeiro de 1975, "Comunicados – Dos trabalhadores da Delegação do Instituto Geográfico e Cadastral", p. 7.
[1326] *DN*, 16 de Janeiro de 1975, "Comunicados – Do Partido Socialista, Despedimentos de funcionários públicos", p. 4.
[1327] *DN*, 19 de Janeiro de 1975, "Comunicados – Dos trabalhadores da Delegação do I.G.C.", p. 6.
[1328] *DN*, 19 de Julho de 1974, "Subsídio de férias para todos os trabalhadores da Função Pública", p. 5.

reclassificação de funcionários e agentes acusados[1329]. Um processo idêntico e específico ocorreu no âmbito do MAI[1330].

Na delegação do Ministério do Trabalho na Madeira, estiveram membros da Comissão Nacional de Saneamento a recolher elementos sobre funcionários deste organismo[1331].

Incluindo, igualmente, o arquipélago, a CRFP, com sede em Lisboa, informou que todos os funcionários públicos que tivessem sido afastados dos seus cargos, por motivos polílicos, antes do "25 de Abril", poderiam requerer o seu reingresso nos mesmos serviços, não sendo prejudicados nas suas promoções, pelo facto de terem estado fora do emprego[1332].

Noutras instituições públicas, aconteceram pedidos de afastamento de alguns dos seus dirigentes, como na EEM, em que foi solicitada a suspensão do presidente do Conselho Geral e Administração, bem como do chefe de secretaria da empresa, até à apreciação de uma exposição subscrita por 226 funcionários, a par da exigência de um inquérito às irregularidades e abusos administrativos praticados[1333].

Também, os funcionários da TAP em serviço no aeroporto do Funchal solidarizaram-se com as reivindicações dos seus colegas de Lisboa, pelo saneamento dos quadros de chefia, que deveriam ser substituídos através de

[1329] *DN*, 3 de Setembro de 1974, "Governo do Distrito Autónomo do Funchal (Saneamento e reclassificação de funcionários e agentes) – Edital", p. 3; *EF*, 2 de Setembro de 1974, "Governo do Distrito Autónomo do Funchal (Saneamento e reclassificação de funcionários e agentes) – Edital", p. 2*; EF*, 9 de Setembro de 1974, "Governo do Distrito Autónomo do Funchal (Saneamento e reclassificação de funcionários e agentes) – Edital", p. 1; *JM*, 3 de Setembro de 1974, "Governo do Distrito Autónomo do Funchal (Saneamento e reclassificação de funcionários e agentes) – Edital", p. 3; *RNN*, 10 de Setembro de 1974, "Governo do Distrito Autónomo do Funchal (Saneamento e reclassificação de funcionários e agentes) – Edital", p. 6.

[1330] *DN*, 13 de Outubro de 1974, "Governo do Distrito Autónomo do Funchal, Edital – Saneamento e reclassificação de funcionários e agentes dependentes do Ministério da Administração Interna", p. 11.

[1331] *DN*, 22 de Abril de 1975, "Membros da comissão de saneamento do Ministério do Trabalho na Madeira", p. 1.

[1332] *DN*, 7 de Setembro de 1974, "Governo do Distrito Autónomo do Funchal (Reintegração dos Serviços da Função Pública) – Edital", p. 3; *JM*, 7 de Setembro de 1974, "Governo do Distrito Autónomo do Funchal (Reintegração dos Serviços da Função Pública) – Edital", p. 2.

[1333] *CF*, 18 de Maio de 1974, edição regional, "Funcionalismo em movimento", p. 2; *DN*, 16 de Maio de 1974, "Telegramas enviados à Junta de Salvação Nacional", p. 8; *JM*, 16 de Maio de 1974, "Telegramas – Dos Funcionários da Empresa de Electricidade da Madeira", p. 4.

eleição, pelos trabalhadores, a par da exigência de não serem permitidos despedimentos sem justa causa[1334].

A propósito de saneamentos de funcionários de câmaras municipais, com funções de chefia, o *CF* apontou que "só em casos especiais, quando o "povo" saiu para a rua (C.ª de Lobos, Calheta e Machico) é que as autoridades face às exigências populares, viram-se na contingência de demiti-los"[1335].

No processo reivindicativo regional, foi registada uma greve de zelo dos trabalhadores dos CTT, em Junho de 1975 – tendo aderido os funcionários da Madeira – não cobrando, aos seus clientes, as novas taxas, recentemente fixadas, enquanto não fossem aceites as suas reivindicações de carácter nacional, referentes a aumentos salariais[1336].

Na Madeira, um dos principais marcos da acção reivindicativa da FP foi a manifestação dos trabalhadores da CMF, em 25 de Maio de 1974, ensaiando uma nova fase na vida deste sector profissional e mesmo na instituição autárquica[1337].

Provavelmente pela acção reivindicativa dos seus funcionários, a CMF tomou diversas medidas, nos dias 16 e 23 de Maio de 1974, visando a reestruturação de diversos serviços municipais (águas e saneamento, obras públicas, urbanização) e a revisão dos salários dos trabalhadores, indo ao encontro do aumento de expediente da autarquia e do bom desempenho da instituição[1338].

Por convocatória de um grupo de trabalhadores da CMF – na qual se apelava à mobilização do pessoal municipal, alegando que "nunca a Câmara Municipal defendeu os interesses dos seus trabalhadores e população, antes pelo contrário esteve do lado dos exploradores do povo" – no dia 25 de Maio,

---

[1334] *DN*, 8 de Maio de 1974, "Telegrama do pessoal da TAP em serviço na Madeira aos seus colegas de Lisboa", p. 4; *JM*, 8 de Maio de 1974, "Telegramas – Funcionários da TAP do aeroporto do Funchal", p. 12.

[1335] *CF*, 12 de Setembro de 1974, edição regional, "Câmara Municipal do Funchal: o saneamento por fazer", p. 2.

[1336] *DN*, 14 de Junho de 1975, "Greve de zelo nos Correios – Trabalhadores dos C.T.T. não cobram as novas taxas postais", p. 3.

[1337] *CF*, 18 de Maio de 1974, edição regional, "Reunião de funcionários da Câmara", p. 3; *DM*, 1 de Junho de 1974, "Ventos ilhéus – Câmara Municipal do Funchal", p. 7; *DN*, 16 de Maio de 1974, "Reunião magna dos trabalhadores da Câmara Municipal do Funchal", p. 8; *JM*, 16 de Maio de 1974, "Reunião de trabalhadores da Câmara Municipal do Funchal", p. 8.

[1338] *DN*, 25 de Maio de 1974, "Estruturação e revisão de quadros técnicos da Câmara Municipal do Funchal", p. 3.

um sábado, houve uma concentração de trabalhadores da CMF, no Jardim Municipal, pelas 10 h, percorrendo, depois, as ruas do Funchal (Avenidas Arriaga, Zarco e do Mar), até ao Largo do Colégio/Praça do Município, onde se realizou um comício, para a apresentação dos seus problemas e reclamações[1339].

Na manifestação, que decorreu com "inegável civismo e de forma ordeira", surgiram cartazes e slogans como "Queremos casas de renda económica", "Precisamos de um vereador eleito pelos trabalhadores", "Não temos carne, deixem criar o gado nas serras do Povo", "O Montado do Pereiro era do Povo, a Câmara tirou. Entreguem", "O pessoal da limpeza limpa a cidade; a C.M.F. limpa as nossas carteiras", "Acabou a escravidão", "Viva Portugal", "Viva o General Spínola", "Acabou a escravidão", "Rua com Fascismo – Rua Perestrelo – Rua" e "Liberdade". Foram expressas diversas reivindicações, como a reforma aos 60 anos de idade ou 30 de serviço, 30 dias de férias para todos, o benefício de diuturnidades, a atribuição do subsídio de aposentação no valor dos salários em vigor, a assistência médico-social-medicamentosa e o saneamento de diversos chefes[1340].

Junto à câmara, mas na varanda da Igreja do Colégio, muitos trabalhadores municipais usaram da palavra, protestando contra as más condições de trabalho, abordando a sua situação profissional e apresentaram

---

[1339] *CF*, 30 de Maio de 1974, edição regional, "C.M.F. a voz dos trabalhadores", p. 3; *DM*, 1 de Junho de 1974, "Trabalhadores da Câmara Municipal do Funchal manifestaram-se pedindo as suas reivindicações – Lição do mais alto patriotismo", coordenação de Emanuel Gimes, p. 3; *DN*, 24 de Maio de 1974, "Manifestação dos trabalhadores da Câmara Municipal do Funchal", p. 3; *DN*, 25 de Maio de 1974, "Estruturação e revisão de quadros técnicos da Câmara Municipal do Funchal", p. 3; *DN*, 26 de Maio de 1974, "Manifestação de trabalhadores da Câmara Municipal do Funchal reunidos em comício no Largo do Colégio", pp. 1 e 9; *JM*, 24 de Maio de 1974, "Convocação dos trabalhadores da Câmara Municipal do Funchal", p. 8; *JM*, 25 de Maio de 1974, "Comunicado da Câmara Municipal do Funchal", p. 2; *JM,* Funchal, 26 de Maio de 1974, "Manifestação e comício dos trabalhadores da Câmara Municipal do Funchal", pp. 1 e 11.

[1340] *CF*, 30 de Maio de 1974, edição regional, "C.M.F. a voz dos trabalhadores", p. 3; *DM*, 1 de Junho de 1974, "Trabalhadores da Câmara Municipal do Funchal manifestaram-se pedindo as suas reivindicações – Lição do mais alto patriotismo", coordenação de Emanuel Gimes, p. 3; *DN*, 24 de Maio de 1974, "Manifestação dos trabalhadores da Câmara Municipal do Funchal", p. 3; *DN*, 25 de Maio de 1974, "Estruturação e revisão de quadros técnicos da Câmara Municipal do Funchal", p. 3; *DN*, 26 de Maio de 1974, "Manifestação de trabalhadores da Câmara Municipal do Funchal reunidos em comício no Largo do Colégio", pp. 1 e 9; *JM*, 24 de Maio de 1974, "Convocação dos trabalhadores da Câmara Municipal do Funchal", p. 8; *JM*, 25 de Maio de 1974, "Comunicado da Câmara Municipal do Funchal", p. 2; *JM,* Funchal, 26 de Maio de 1974, "Manifestação e comício dos trabalhadores da Câmara Municipal do Funchal", pp. 1 e 11.

diversas reivindicações, a vários níveis, como o aumento de salários, o pagamento das horas extraordinárias a dobrar, a regularização dos abonos de família, a remuneração integral na doença, o fornecimento de refeições bem confecionadas e a um preço acessível, a cedência/construção de construção de casas com rendas acessíveis para os funcionários municipais e o fim do mau tratamento por parte dos chefes e encarregados municipais. No final do comício, os manifestantes colocaram cartazes no portão principal da edilidade[1341].

Uma das principais exigências foi o afastamento de alguns chefes de serviço, por via das suas arbitrariedades, como Inoque Rodrigues, Eng. Ribeiro e Arnaldo Perestrelo (1.º oficial, em exercício de funções de chefia de secretaria da CMF), sendo este acusado de ser desumano, com falta de urbanidade – a quem foi atribuída a frase *"*eu não nasci para fazer bem a ninguém" – pedindo-se o respectivo apuramento das irregularidades cometidas[1342].

Como resultado desta pretensão, no dia 29 de Maio de 1974, os trabalhadores desta edilidade, reunidos no salão nobre da CMF – após discussão, ouvindo as várias partes, incluindo o visado – decidiram, por 130 votos a favor e 13 contra, a saída de Arnaldo Perestrelo do cargo interino de chefe de secretaria e a instauração de um processo ao mesmo, a realizar pela JSN[1343].

A verdade é que, segundo o *CF,* os funcionários alvo de queixa e de pedido de saneamento, da parte dos trabalhadores, nomeadamente nesta manifestação de 25 de Maio de 1974, ainda se encontravam a trabalhar, em

---

[1341] *CF*, 30 de Maio de 1974, edição regional, "C.M.F. a voz dos trabalhadores", p. 3; *DM*, 1 de Junho de 1974, "Trabalhadores da Câmara Municipal do Funchal manifestaram-se pedindo as suas reivindicações – Lição do mais alto patriotismo", coordenação de Emanuel Gimes, p. 3; *DN*, 24 de Maio de 1974, "Manifestação dos trabalhadores da Câmara Municipal do Funchal", p. 3; *DN*, 25 de Maio de 1974, "Estruturação e revisão de quadros técnicos da Câmara Municipal do Funchal", p. 3; *DN*, 26 de Maio de 1974, "Manifestação de trabalhadores da Câmara Municipal do Funchal reunidos em comício no Largo do Colégio", pp. 1 e 9; *JM*, 24 de Maio de 1974, "Convocação dos trabalhadores da Câmara Municipal do Funchal", p. 8; *JM*, 25 de Maio de 1974, "Comunicado da Câmara Municipal do Funchal", p. 2; *JM,* Funchal, 26 de Maio de 1974, "Manifestação e comício dos trabalhadores da Câmara Municipal do Funchal", pp. 1 e 11.

[1342] *CF*, 30 de Maio de 1974, edição regional, "C.M.F. a voz dos trabalhadores", p. 3; *DM*, 1 de Junho de 1974, "Trabalhadores da Câmara Municipal do Funchal manifestaram-se pedindo as suas reivindicações – Lição do mais alto patriotismo", coordenação de Emanuel Gimes, p. 3; *EF*, 27 de Maio de 1974, "O 25 de Maio – um mês após o derrube do Regime Fascista, assinalou a primeira manifestação livre dos trabalhadores da Câmara Municipal do Funchal", p. 8.

[1343] *JM*, 30 de Maio de 1974, "Reunião dos Trabalhadores da Câmara Municipal do Funchal", p. 5.

Setembro de 1974, como Arnaldo Perestrelo, Inoque Rodrigues, Vieira (contínuo do presidente da CMF) e Ambrósio[1344].

Registou-se alguma polémica, face ao comportamento dos responsáveis da CMF, perante esta manifestação. Sendo 25 de Maio um sábado – um dia em que, na altura, os serviços costumavam estar em funcionamento – a edilidade decidiu encerrá-los, segundo alguns, para garantir a liberdade de participação dos seus trabalhadores no aludido protesto[1345].

Outra perspectiva teve o *DM*, referindo que a decisão do presidente da CMF, António Agrela Gomes Loja, ter encerrado os serviços, neste dia 25, fora uma "manobra hábil", caraterística da "psicologia do madeirense, a manha", com o intuito "pura e simplesmente de fugir ou não ouvir as reclamações do pessoal menor do município" que se manifestou frente aos Paços do Concelho. Por ter fechado o edifício municipal e lá dentro ninguém os ter ouvido, significava que "a Câmara fez greve à greve do seu pessoal", pois este não trabalhara no sábado – ao contrário do que era obrigatório, nessa altura – para apresentar as suas reivindicações[1346].

Este protesto ou greve, na opinião do *DM,* seria desnecessário, se o presidente da edilidade tivesse dado ouvidos aos trabalhadores, satisfazendo, mais cedo, as suas reclamações, a que o semanário dera eco (umas cortadas pela censura e exame prévio, outras, ditas por meias palavras), como o não cumprimento de aumentos salariais e o não pagamento, nos prazos estipulados, do 13.º mês[1347].

Desta acção dos funcionários da CMF, foram produzidas diversas leituras e balanços, por parte da imprensa regional. O *EF*, pela pena de Manuel João, sublinhou que a ideia inicial da concentração não mereceu a aceitação

---

[1344] *CF*, 12 de Setembro de 1974, edição regional, "Câmara Municipal do Funchal: o saneamento por fazer", p. 2.

[1345] *DN*, 24 de Maio de 1974, "Manifestação dos trabalhadores da Câmara Municipal do Funchal", p. 3; *DN*, 25 de Maio de 1974, "Estruturação e revisão de quadros técnicos da Câmara Municipal do Funchal", p. 3; *DN*, 26 de Maio de 1974; *DN*, 26 de Maio de 1974, "Manifestação de trabalhadores da Câmara Municipal do Funchal reunidos em comício no Largo do Colégio", pp. 1 e 9; *EF*, 27 de Maio de 1974, "O 25 de Maio – um mês após o derrube do Regime Fascista, assinalou a primeira manifestação livre dos trabalhadores da Câmara Municipal do Funchal", p. 8; *JM*, 24 de Maio de 1974, "Convocação dos trabalhadores da Câmara Municipal do Funchal", p. 8; *JM*, 25 de Maio de 1974, "Comunicado da Câmara Municipal do Funchal", p. 2; *JM*, 26 de Maio de 1974, "Manifestação e comício dos trabalhadores da Câmara Municipal do Funchal", pp. 1 e 11.

[1346] *DM*, 1 de Junho de 1974, "Giz na parede – Uma manobra hábil", pp. 1 e 8.

[1347] *DM*, 1 de Junho de 1974, "Giz na parede – Uma manobra hábil", pp. 1 e 8.

geral, tendo em conta “a opressão que durante cerca de meio-século vigorou em Portugal” e a adesão à manifestação poderia trazer graves consequências, pois continuavam os mesmos titulares na CMF e noutros organismos do Distrito[1348].

Referiu, ainda, que a manifestação nasceu da classe menos privilegiada, dado o agravamento das suas condições laborais e o mau tratamento dos seus chefes, os quais não tinham educação e respeito, nem espírito de entreajuda com os seus subordinados e com os chefes de outras repartições. Outro factor da manifestação – como já foi mencionado anteriormente – fora a insatisfação pelo modo como foram eleitos os representantes dos trabalhadores da CMF para o futuro Sindicato do Funcionalismo Público, na reunião do dia 14 de Maio de 1974[1349].

Entretanto, o *CF* salientou que a manifestação fora dirigida e preparada pelo “pessoal menor” (varredores e mulheres de limpeza), mas, no decurso da mesma, funcionários da secretaria e de outras secções passaram a conduzir a marcha, não retirando, no entanto, o cunho popular do trajecto e sublinhou a considerável participação feminina, durante o comício realizado[1350].

Aludia que, também, fazia parte das reivindicações a demissão do presidente da edilidade, mas tal exigência focada na preparação da manifestação não foi expressa no decorrer desta movimentação, questionando o *jornal cor-de-rosa* se tal não teria sido por pressões estranhas[1351].

O *CF* pediu aos trabalhadores para se manterem atentos e unidos, de modo a que os seus chefes não os desunissem, sendo fundamental o saneamento directivo da autarquia, terminando o semanário a dizer que era importante a vitória dos trabalhadores para “o derrube da sociedade actual e a construção de uma nova em que o poder [fosse] exercido pelas classes trabalhadoras”[1352].

[1348] *EF*, 27 de Maio de 1974, “O 25 de Maio – um mês após o derrube do Regime Fascista, assinalou a primeira manifestação livre dos trabalhadores da Câmara Municipal do Funchal”, p. 8.

[1349] *EF*, 27 de Maio de 1974, “O 25 de Maio – um mês após o derrube do Regime Fascista, assinalou a primeira manifestação livre dos trabalhadores da Câmara Municipal do Funchal”, p. 8.

[1350] *CF*, 30 de Maio de 1974, edição regional, “C.M.F. a voz dos trabalhadores”, p. 3.

[1351] *CF*, 30 de Maio de 1974, edição regional, “C.M.F. a voz dos trabalhadores”, p. 3.

[1352] *CF*, 30 de Maio de 1974, edição regional, “C.M.F. a voz dos trabalhadores”, p. 3.

Já, o *DM* registou que, numa "demonstração ordeira e exemplar", os funcionários "unidos e acompanhados de uma fé inabalável, apoiados por uma multidão entusiástica e vibrante, deram a mais alta lição de civismo e patriotismo, fazendo prevalecer a sua força de união". Emanuel Gimes, no final do seu artigo, saudou a iniciativa dos trabalhadores da CMF, "dando uma reviravolta no relógio da "verdade", colocando os ponteiros nas latitudes e nos graus em que por direito desde há muito deveriam estar assentes"[1353].

4.19. Enfermeiros

No sector da saúde, em Maio de 1974, os profissionais auxiliares de enfermagem da Madeira decidiram apoiar o "Movimento de Auxiliares de Enfermagem de Lisboa", a favor da extinção do Curso de Auxiliar de Enfermagem, com a passagem imediata à categoria de enfermeiro(a), fundamentando-se no facto de as auxiliares de enfermagem assegurarem o apoio aos doentes em todos os hospitais e o atrito que provocava a existência de dois cursos, no seio da classe de enfermagem, o que prejudicava o serviço ao doente[1354].

Em Junho de 1974, foi abolido o curso de auxiliares de enfermagem, bem como extinta a sua carreira, por determinação governamental, prevendo-se a sua integração na carreira de enfermeiro[1355].

Neste mesmo mês, o pessoal de enfermagem – em conjunto com os funcionários administrativos e o corpo clínico – da Caixa de Previdência e Abono de Família do Distrito do Funchal participou numa comissão fiscalizadora aos actos da respectiva direcção, com direito a veto, formada por representantes eleitos dos três sectores[1356].

[1353] *DM*, 1 de Junho de 1974, "Trabalhadores da Câmara Municipal do Funchal manifestaram-se pedindo as suas reivindicações – Lição do mais alto patriotismo", coordenação de Emanuel Gimes, p. 3.

[1354] *DN*, 31 de Maio de 1974, "Reivindicações dos auxiliares de enfermagem do Funchal", p. 4.

[1355] *DN*, 19 de Junho de 1974, "Abolido o curso de auxiliares de enfermagem", p. 5.

[1356] Segundo a imprensa, o delegado da JSN, Carlos de Azeredo, teria manifestado concordância com esta iniciativa. *JM*, 10 de Maio de 1974, "Funcionários da Caixa de Previdência do Funchal elegerão "Comissão Fiscalizadora aos actos da Direcção"", p. 12.

Por iniciativa do Sindicato de Enfermagem, várias direcções sindicais reuniram-se, em Julho de 1975, tendo decidido "recorrer a todas as formas de luta" pela "extinção dos quartos particulares" no Hospital Distrital do Funchal, proporcionando-se "melhores condições de assistência a um maior número de utentes, nomeadamente das classes trabalhadoras e não só a privilegiados"[1357].

Perante a "decisão da classe médica de boicotar o Curso de Promoção dos Enfermeiros de 3.ª classe" – como "represália à posição do Secretariado de Enfermagem" a favor da extinção dos quartos particulares – os enfermeiros do Hospital Distrital do Funchal decidiram que, a partir de 1 de Agosto de 1975, seria "cancelada" toda a actividade da classe de enfermagem nos quartos particulares[1358].

Entretanto, a Comissão Ad-hoc para estudar este assunto explicou que "não era solução o imediato encerramento dos quartos particulares", embora reconhecesse ser um "motivo de discriminação social", defendendo, então, uma reestruturação dos serviços hospitalares, para uma melhor utilização dos espaços e dos recursos[1359].

Por outro lado, o Sindicato dos Enfermeiros, no mesmo mês de Julho, envolveu-se na discussão da nacionalização da Escola de Enfermagem de S. José de Cluny, no Funchal[1360].

Também os profissionais de enfermagem do arquipélago participaram no processo de substituição dos responsáveis pela gestão do Hospital da Misericórdia (Hospital dos Marmeleiros) e do Hospital Distrital do Funchal, por duas comissões gestoras provisórias (com dois representantes de cada estrato profissional), eleitas por todos os sectores (médicos, enfermeiros, administrativos, auxiliares), tendo em vista a posterior unificação dos dois hospitais num único centro hospitalar, cuja assembleia geral elegeria a sua comissão gestora[1361].

[1357] *DN*, 10 de Junho de 1975, "Direcções de Sindicatos discutem a extinção de quartos particulares no Hospital Distrital", p. 2.

[1358] *DN*, 20 de Junho de 1975, "Profissionais de enfermagem do Hospital Distrital do Funchal tomam posição quanto aos quartos particulares", p. 7.

[1359] *DN*, 27 de Julho de 1975, "O problema de encerramento de quartos particulares do Hospital Distrital", p. 10.

[1360] *JM*, 11 de Julho de 1975, "Sindicato dos Profissionais de Enfermagem do Distrito do Funchal – Convocação", p. 5.

[1361] *DN*, 5 de Junho de 1974, p. 3; *DN*, 8 de Junho de 1974, "As Assembleias dos dois Hospitais do Funchal elegeram comissões provisórias de gestão", pp. 1 e 5; *JM*, 5 de Junho de 1974,

Estas decisões fundamentavam-se na necessidade de democratização de todas as instituições, incluindo as de saúde, face ao novo momento político nacional, na idêntica orientação já tomada noutros hospitais do país, pela morosidade que se assistia no processo de integração dos dois hospitais madeirenses num único centro hospitalar e tendo em conta a ideia do secretário de Estado da Saúde de então de que "as unidades hospitalares dever[iam] ser governadas por quem nelas trabalha[va]"[1362].

4.20. Médicos

Logo, em Maio de 1974, cerca de 70 médicos madeirenses criaram uma comissão, sendo os representantes provisórios do organismo representativo da classe na Madeira Jaime Jardim Fernandes, Nélio Mendonça, Alivar Cardoso, Inácio da Silva e Sotero Gomes, tendo em vista a promoção dos interesses da classe e a sua participação na política de saúde[1363]

A exemplo do que sucedeu com os profissionais de enfermagem, os médicos estiveram ligados à substituição dos gestores dos hospitais da Misericórdia (Hospital dos Marmeleiros) e do Distrital do Funchal, e na respectiva "unificação"[1364].

A classe médica interveio noutros assuntos, designadamente em defesa de colegas de profissão. Assim aconteceu, em Maio de 1974, ao ser aprovada uma proposta de defesa do médico, Agostinho Canha[1365] – que fora demitido de

"Assembleia Geral dos Hospitais", p. 10; *JM*, 8 de Junho de 1974, "Comunicado da Assembleia Plenária dos dois Hospitais", p. 2.

[1362] *DN*, 5 de Junho de 1974, p. 3; *DN*, 8 de Junho de 1974, "As Assembleias dos dois Hospitais do Funchal elegeram comissões provisórias de gestão", pp. 1 e 5; *JM*, 5 de Junho de 1974, "Assembleia Geral dos Hospitais", p. 10; *JM*, 8 de Junho de 1974, "Comunicado da Assembleia Plenária dos dois Hospitais", p. 2.

[1363] *DN*, 4 de Maio de 1974, "Médicos madeirenses", p. 5; *DN*, 5 de Maio de 1974, "Médicos madeirenses", p. 7; *DN*, 7 de Maio de 1974, "Reunião de médicos madeirenses", pp. 1 e 4; *JM*, 4 de Maio de 1974, "Médicos madeirenses", p. 11; *JM*, 5 de Maio de 1974, "Médicos madeirenses", p. 5; *JM*, 6 de Maio de 1974, "Médicos madeirenses", p. 4*; JM*, 7 de Maio de 1974, "Reunião de médicos madeirenses", p. 12; *VM*, 8 de Maio de 1974, "Reunião da classe médica do Funchal", p. 1.

[1364] *DN*, 5 de Junho de 1974, p. 3; *DN*, 8 de Junho de 1974, "As Assembleia dos dois Hospitais do Funchal elegeram comissões provisórias de gestão", pp. 1 e 5; *JM*, 5 de Junho de 1974, "Assembleia Geral dos Hospitais", p. 10; *JM*, 8 de Junho de 1974, "Comunicado da Assembleia Plenária dos dois Hospitais", p. 2.

[1365] Ver anexo.

presidente da CMPSol, em virtude de pertencer à ANP[1366] – por ter sido "dispensado compulsivamente, por ordem superior dada à Direcção da Caixa", dos seus serviços como médico da Caixa de Previdência na Delegação da Ponta do Sol[1367].

A seu favor, argumentavam que não foram respeitadas determinadas regras da Lei do Contrato de Trabalho (D. L. nº 49 408, de 21 de Novembro de 1969), nomeadamente a audiência prévia do acusado. Assim, os colegas de profissão advogavam a abertura do obrigatório processo disciplinar, durante o qual o médico deveria ser suspenso e não demitido da sua actividade profissional, devendo ser recolhidas as provas de acusação, ter o interessado direito à sua defesa e receber o seu vencimento até á decisão final, conforme estava estatuído legalmente[1368].

4.21. As mudanças nos sindicatos

Com o "25 de Abril", o sindicalismo conheceu novos horizontes, provocados pelo programa do MFA, que, de imediato, proclamou a liberdade de reunião e associação, garantindo a liberdade sindical[1369].

A nova era política proporcionou, na Madeira, a exemplo do que sucedeu a nível nacional, uma enorme e intensa actividade dos sindicatos já existentes[1370], bem como o surgimento de diversas iniciativas de grupos de

[1366] *DN*, 12 de Maio de 1974, "O Presidente da Câmara da Ponta do Sol foi demitido por ser activo da extinta A.N.P.", p. 1.

[1367] *DN*, 19 de Maio de 1974, "Médicos", p. 2 ; *DN*, 21 de Maio de 1974, "Médicos", p. 2; *DN*, 30 de Maio de 1974, "O movimento actual dos movimentos que se processam nas várias instituições de saúde do país tendentes à democratização dos mesmos foi analisado em assembleia de médios madeirenses", pp. 1 e 8; *JM*, 19 de Maio de 1974, "Médicos", p. 6; *JM*, 21 de Maio de 1974, "Médicos", p. 6; *JM*, 30 de Maio de 1974, "O caso do Dr. Agostinho Canha estudado na Assembleia Geral dos médicos madeirenses", p. 2.

[1368] *DN*, 19 de Maio de 1974, Médicos, p. 2; *DN*, 21 de Maio de 1974, "Médicos", p. 2; *DN*, 30 de Maio de 1974, "O movimento actual dos movimentos que se processam nas várias instituições de saúde do país tendentes à democratização dos mesmos foi analisado em assembleia de médios madeirenses", pp. 1 e 8; *JM*, 19 de Maio de 1974, "Médicos", p. 6; *JM*, 21 de Maio de 1974, "Médicos", p. 6; *JM*, 30 de Maio de 1974, "O caso do Dr. Agostinho Canha estudado na Assembleia Geral dos médicos madeirenses", p. 2.

[1369] CD25A, 2012, *Programa do Movimento das Forças Armadas Portuguesas.*

[1370] Segundo Monteiro de Aguiar, dirigente do Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros, existiam 16 sindicatos na Madeira. *DN*, 15 de Maio de 1974, "I Comício dos Sindicatos Livres – Com esta assembleia pretendemos elucidar as pessoas quanto a um sistema que vigorou até há pouco tempo – afirmou-nos um dirigente sindical", p. 3.

cidadãos, ainda não organizados sindicalmente, como os funcionários públicos, proibidos de possuir uma agremiação sindical. Paralelamente, assistimos à realização de inúmeras reuniões profissionais, a alterações directivas, à formação de comissões sindicais e de trabalhadores, à substituição/eleição de delegados, à solicitação de inquéritos às direcções sindicais no activo ou que cessavam funções, à criação de delegações no arquipélago de sindicatos nacionais já existentes. Todo este movimento impulsionou a formulação de reivindicações, resultando na conquista de novos direitos e regalias no mundo laboral.

Para além do estímulo próprio das organizações sindicais e de outros organismos de trabalhadores, impulsionaram este inédito ambiente o pensamento de diversas pessoas e movimentos da área política. Por exemplo, o MDM incentivou a constituição de sindicatos livres e apoiou o movimento intersindical madeirense[1371].

Por sua vez, Fernando Rebelo salientou a mudança que estava a ocorrer nos sindicatos, passando de fascistas a livres, referindo que, na política corporativista do anterior regime, os camponeses, os pescadores e os funcionários públicos não tinham qualquer organização sindical, pelo que se impunha a formação de sindicatos nestes sectores[1372].

Por seu turno, Emanuel Jardim Fernandes (advogado, director e administrador da ECM) defendeu uma actuação conjunta dos sindicatos[1373] e José Maria da Silva advogou um sindicalismo livre e o direito à greve, mas disciplinados[1374].

Uma das notas mais significativas desta página sindical foi a promoção de inúmeros plenários, convocados por sindicatos ou grupos profissionais – cuja ordem de trabalhos era, genericamente, "tratar de assuntos de interesse para a

[1371] *DN*, 9 de Maio de 1974, "Momento político – Movimento Democrático da Madeira", p. 3; *DM*,11 de Maio de 1974, "Ventos ilhéus – O momento político – Movimento Democrático da Madeira", p. 3; *DN*, 16 de Maio de 1974, "Movimento Democrático da Madeira", p. 3; *JM*, 9 de Maio de 1974, "O Momento político – Movimento Democrático da Madeira", p. 4; *JM*, 16 de Maio de 1974, "Movimento Democrático da Madeira", p. 10; *RNN*, 20 de Maio de 1974, "Movimento Democrático da Madeira", p. 6.

[1372] *DN*, 16 de Maio de 1974, "O momento político – depoimento do dr. Fernando Rebelo", pp. 1 e 3.

[1373] *DN*, 22 de Maio de 1974, "O momento político – Depoimento do Dr. Emanuel Jardim Fernandes", pp. 1 e 5.

[1374] *DN*, 29 de Maio de 1974, "O momento político – Depoimento do Dr. José Maria da Silva", pp. 1, 4 e 7.

classe" – revelando esta abundância de reuniões uma "fome" de conversar, discutir e resolver os seus problemas laborais, só explicada pelas proibições de reunião e associação, impostas pelo "Estado Novo"[1375].

Logo, nos primeiros passos da Revolução na Madeira, houve algumas mudanças nos sindicatos, registando-se a destituição de direcções sindicais, com a eleição de novos corpos gerentes, a formação de comissões directivas de acompanhamento para funcionarem paralelamente à direcção, a substituição de delegados sindicais, a eleição de comissões por empresa. Ao invés, também se verificou a manutenção de direcções de alguns sindicatos. Todo este processo decorreu por deliberação das assembleias gerais das entidades sindicais.

Em Maio de 1974, uma assembleia do Sindicato dos Carregadores e Descarregadores de Terra do Distrito do Funchal – chamada a decidir entre a permanência da direcção em funções ou a eleição de uma comissão directiva – optou pela segunda alternativa[1376].

De igual modo, no mesmo mês, mudou de direcção o Sindicato Nacional dos Motoristas e Ofícios Correlativos do Distrito do Funchal[1377].

Também, houve alteração no Sindicato Nacional dos Operários da Construção Civil e Ofícios Correlativos do Distrito do Funchal, no dia 24 de Maio de 1974, em conformidade com a deliberação, por unanimidade, de destituir a anterior direcção por "não ser representativa dos trabalhadores e nunca ter

[1375] *DN*, 5 de Maio de 1974, "Sindicato dos Estivadores, Carregadores e Descarregadores Marítimos do Distrito do Funchal – Assembleia Geral, Convocação", p. 6; *DN*, 31 de Maio de 1974, "Sindicato Nacional dos Profissionais de Alfaiataria e Costura do Distrito do Funchal", p. 5; *JM*, 16 de Maio de 1974, "Secção Regional da Madeira do Sindicato Nacional dos Electricistas", p. 8.

[1376] Esta nova estrutura foi formada pelos sócios Salvador Vieira, Manuel Ângelo da Câmara e José Cupertino Mendes de Assunção. *DN*, 8 de Maio de 1974, "Sindicato dos Carregadores e Descarregadores de Terra do Porto e Distrito do Funchal – Assembleia Geral, Convocação", p. 7; *DN*, 16 de Maio de 1974, "Sindicato Nacional dos Carregadores e Descarregadores de Terra do Porto e Distrito do Funchal – Assembleia Geral, Convocação", p. 2; *JM*, 8 de Maio de 1974, "Sindicato Nacional dos Carregadores e Descarregadores de Terra do Porto e Distrito do Funchal – Convocação", p. 11; *JM*, 16 de Maio de 1974, "Sindicato Nacional dos Carregadores e Descarregadores de Terra do Porto e Distrito do Funchal", p. 8.

[1377] *DN*, 4 de Maio de 1974, "No Governo Militar da Madeira o Comandante Militar teve ontem a sua primeira reunião com os representantes dos órgãos de informação locais", pp. 1, 3 e 7; *DN*, 5 de Maio de 1974, "Convocação do Sindicato dos Motoristas", p. 6; *DN*, 10 de Maio de 1974, "Sindicato Nacional dos Motoristas e Ofícios Correlativos do Distrito do Funchal", p. 5; *JM*, 4 de Maio de 1974, ""Não é na violência que vamos construir o Portugal que desejamos" - afirmou o Comandante Militar da Madeira, Ten.-Coronel Carlos de Azeredo, na conferência de imprensa no Palácio de S. Lourenço", pp. 1 e 12; *JM*, 5 de Maio de 1974, "Convocação do Sindicato dos Motoristas", p. 12; *JM*, 10 de Maio de 1974, "Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Motoristas e Ofícios Correlativos do Distrito do Funchal", p. 11.

defendido os seus interesses". Na mesma reunião, foram eleitas uma Comissão Provisória para a Direcção do Sindicato e uma Comissão Fiscalizadora, tendo ficado o compromisso de serem convocadas eleições para uma nova direcção, no prazo de 30 dias[1378].

Sobre esta decisão dos sócios do Sindicato Nacional dos Operários da Construção Civil e Ofícios Correlativos, o *CF* considerou que foi confirmada a queda de um "sindicato fascista" e a criação de um sindicato operário, opinando que os trabalhadores tinham alcançado uma "vitória importante" e que "só unidos os trabalhadores pod[eriam] conseguir uma vitória sobre o capitalismo […] uma sociedade sem classes"[1379].

Uma outra modalidade de modificação sindical foi a constituição de comissões directivas de acompanhamento, para funcionarem paralelamente à direcção, como sucedeu no Sindicato Nacional dos Profissionais de Enfermagem do Distrito do Funchal, tendo disso nomeada uma comissão para colaborar com o executivo sindical em exercício[1380].

Igualmente, o Sindicato Nacional dos Profissionais de Armazéns do Distrito do Funchal, no dia 13 de Maio de 1974, deliberou criar uma comissão directiva para funcionar "paralelamente à Direcção"[1381].

[1378] A Comissão Provisória para a Direcção do Sindicato era presidida por Manuel Félix de Sousa, tendo como secretários Mário Manuel Fernandes, José Sidónio Mendonça e Gabriel de Sousa. A Comissão Fiscalizadora era composta por José Fernando Gonçalves, António dos Reis Ferreira, Fernando Vieira Caetano, José Manuel Gouveia, José Arlindo Fernandes Figueira, José Jesus Mendes Alves, José Maria Pereira de Oliveira e Diamantino António dos Santos Alturas. *DN*, 22 de Maio de 1974, "Sindicato Nacional dos Operários da Construção Civil e Ofícios Correlativos do Distrito do Funchal – Assembleia Geral Extraordinária, Convocação", p. 2; *DN*, 23 de Maio de 1974, "Sindicato Nacional dos Operários da Construção Civil e Ofícios Correlativos do Distrito do Funchal – Assembleia Geral Extraordinária, Convocação", p. 6; *DN*, 24 de Maio de 1974, "Sindicato Nacional dos Operários da Construção Civil e Ofícios Correlativos do Distrito do Funchal – Assembleia Geral Extraordinária, Convocação", p. 2; *DN*, 25 de Maio de 1974, "Sindicato Nacional dos Operários da Construção Civil e Correlativos do Distrito do Funchal – Comunicado", p. 4; *JM*, 22 de Maio de 1974, "Sindicato Nacional dos Operários da Construção Civil e Ofícios Correlativos do Distrito do Funchal – Assembleia Geral Extraordinária, Convocação", p. 11; *JM*, 23 de Maio de 1974, "Sindicato Nacional dos Operários da Construção Civil e Ofícios Correlativos do Distrito do Funchal – Assembleia Geral Extraordinária, Convocação", p. 11; *JM*, 24 de Maio de 1974, "Sindicato Nacional dos Operários da Construção Civil e Ofícios Correlativos do Distrito do Funchal – Assembleia Geral Extraordinária, Convocação", p. 11; *JM*, 25 de Maio de 1974, "Sindicato Livre dos Operários da Construção Civil e Correlativos do Distrito do Funchal – Comunicado", p. 5; *JM*, 25 de Maio de 1974, "Trabalhadores da Construção Civil contestam e renovam o seu sindicato", p. 5.

[1379] *CF*, 30 de Maio de 1974, edição regional, "Um sindicato fascista caiu", p. 2.

[1380] *DN*, 10 de Maio de 1974, "Sindicato Nacional dos Profissionais de Enfermagem do Distrito do Funchal", p. 5.

[1381] A assembleia geral extraordinária do Sindicato dos Profissionais de Armazéns decorreu no Ateneu Comercial do Funchal, por convocatória, datada de 11 de Maio de 1974, de um grupo

No entanto, e contrariando a tendência gradual da mudança directiva dos sindicatos, houve algumas agremiações que se decidiram por outro caminho, como o Sindicato Nacional dos Profissionais dos Transportes Marítimos e Análogos do Distrito do Funchal, que manteve no activo a mesma direcção e criou comissões dos sectores profissionais a fim de estruturarem os seus interesses[1382].

Por sua vez, o Sindicato dos Estivadores, Carregadores e Descarregadores Marítimos aprovou a não destituição da sua direcção sindical, por vontade de 125 dos 150 associados existentes na Madeira, pelo facto de a direcção em exercício ter defendido sempre os interesses dos trabalhadores[1383].

Na linha de mudanças nos organismos de defesa dos trabalhadores, registou-se a substituição de delegados sindicais, como ocorreu no Sindicato Nacional dos Empregados Bancários do Distrito do Funchal[1384], assim como do delegado do Sindicato Nacional dos Regentes Agrícolas, Duarte Caldeira, por João Francisco Gonçalves Nunes Ferreira[1385].

---

de cinco sócios (Manuel Firmo Figueira da Silva, Orlando José Silva, Manuel Gonçalves, Adriano Augusto Faria e João de Freitas), a fim de optar entre a permanência da direcção em exercício e a eleição, pelos sócios, de uma comissão directiva, para funcionar "paralelamente à Direcção". *DN*, 12 de Maio de 1974, "Sindicato Nacional dos Profissionais de Armazéns do Distrito do Funchal", p. 6; *DN*, 13 de Maio de 1974, "Sindicato Nacional dos Profissionais de Armazéns do Distrito do Funchal", p. 4; *DN*, 15 de Maio de 1974, "Sindicato Nacional dos Profissionais de Armazéns do Distrito do Funchal", p. 7; *JM*, 12 de Maio de 1974, "Sindicato Nacional dos Profissionais de Armazéns do Distrito do Funchal", p. 9; *JM*, 15 de Maio de 1974, "Telegramas - Sindicato Nacional dos Profissionais de Armazéns do Funchal", p. 9.

[1382] *DN*, 17 de Maio de 1974, "Os Profissionais dos Transportes Marítimos do Distrito do Funchal deliberaram criar comissões de sectores em reunião extraordinária", p. 8; *JM*, 17 de Maio de 1974, "Reunião extraordinária do Sindicato dos Transportes Marítimos", p. 12.

[1383] *DN*, 22 de Maio de 1974, "Sindicato dos Estivadores, Carregadores e Descarregadores Marítimos do Distrito do Funchal – Esclarecimento", p. 4; *JM*, 22 de Maio de 1974, "Esclarecimento do Sindicato dos Estivadores, Carregadores e Descarregadores Marítimos do Distrito do Funchal", p. 11.

[1384] *DN*, 17 de Maio de 1974, "Realiza-se hoje uma reunião de bancários madeirenses", p. 8; *DN*, 19 de Maio de 1974, "Deveras activa a assembleia geral dos empregados bancários madeirenses", p. 3.

[1385] Duarte do Carmo Caldeira Ferreira esclareceu, publicamente, que o seu substituto ganhara por um voto, e que este acto tinha sido desencadeado por si próprio, por considerar que o cargo de delegado não deveria ser vitalício, acção que foi a contragosto da direcção sindical de Lisboa. *DN*, 8 de Maio de 1974, "Hoje, no Ateneu, Reunião dos regentes agrícolas", p. 3; *DN*, 12 de Maio de 1974, "Os regentes agrícolas em serviço na Madeira elaboraram um programa de trabalho visando os interesses da classe", p. 3; *DN*, 16 de Maio de 1974, "Esclarecimento a um comunicado do delegado do Sindicato Nacional dos Regentes Agrícolas", p. 8; *JM*, 8 de Maio de 1974, "Reunião dos regentes agrícolas", p. 12; *JM*, 12 de Maio de 1974, "Reunião dos Regentes Agrícolas", p. 4; *JM*, 15 de Maio de 1974, "Esclarecimento a um comunicado do delegado do Sindicato Nacional dos Regentes Agrícolas", p. 10.

Também, houve uma dinâmica de constituição de comissões sindicais nas empresas, através de um processo electivo, como realizou o Sindicato Livre dos Empregados na Indústria Hoteleira e Profissões Anexas, designadamente no Funchal e em Machico[1386].

No capítulo da participação de dirigentes e sindicatos madeirenses em estruturas nacionais, houve a adesão do Sindicato Livre dos Empregados de Escritório e Caixeiros à Intersindical, então representante de cerca de dois milhões de trabalhadores[1387].

Entretanto, concretizou-se a participação de madeirenses no topo directivo das entidades sindicais nacionais, como José Ernesto Vieira Gomes, presidente do Sindicato Nacional dos Empregados da Indústria Hoteleira, que foi eleito para encabeçar a comissão directiva da Federação Regional dos Profissionais na Indústria Hoteleira e Similares do Sul e Ilhas, após a demissão da sua direcção, constituindo a primeira vez que um madeirense supervisionava a actividade dos sindicatos do sector, englobando 60 000 trabalhadores[1388].

4.22. Comemoração do "1.º de Maio" de 1975

O "1.º de Maio" de 1975, na Madeira foi comemorado por uma manifestação promovida pela Pró-União dos Sindicatos, que contou com a

[1386] *DN*, 19 de Maio de 1974, "Sindicato Livre dos Empregados na Indústria Hoteleira e Profissões Anexas do Distrito do Funchal", p. 9; *DN*, 28 de Maio de 1974, "Sindicato dos Empregados da Indústria Hoteleira e Profissões Anexas do Distrito do Funchal", p. 5; *DN*, 30 de Maio de 1974, "Sindicato dos Empregados na Indústria Hoteleira e Profissões Anexas do Distrito do Funchal", p. 7; *JM*, 19 de Maio de 1974, "Sindicato Livre dos Empregados na Indústria Hoteleira e Profissões Anexas do Distrito do Funchal – Convocação", p. 5; *JM*, 28 de Maio de 1974, "Sindicato dos Empregados da Indústria Hoteleira e Profissões Anexas do Distrito do Funchal", p. 8; *JM*, 30 de Maio de 1974, "Sindicato dos Empregados na Indústria Hoteleira e Profissões Anexas do Distrito do Funchal", p. 11.

[1387] *DN*, 18 de Maio de 1974, "Foi ontem homologado o acordo colectivo de trabalho dos profissionais caixeiros de balcão", pp. 1 e 7; *DN*, 18 de Maio de 1974, "Sindicato Livre dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Funchal – Comunicado", p. 6.

[1388] *DN*, 10 de Maio de 1974, "Homologação de nova tabela de remunerações para os profissionais dos hotéis, pensões e estabelecimentos afins", pp. 1 e 6; *JM*, 10 de Maio de 1974, "Homologação de nova tabela de remunerações para os profissionais dos hotéis, pensões e estabelecimentos afins", p. 7.

participação de várias organizações sindicais, como o Sindicato dos Operários da Construção Civil[1389] e o Sindicato da Indústria dos Bordados[1390].

Este evento teve o apoio de movimentos e partidos políticos, como a UPM, a FPDM e a LUAR[1391].

O PS, o PCP e o MDP/CDE tinham previsto realizar uma iniciativa congénere, nesta data, no Campo D. Carlos I, Funchal, mas, após conversações com o Secretariado da Pró-União dos Sindicatos da Madeira, desistiram desta ideia[1392], e aderiram à actividade organizada pelas estruturas sindicais, mas sem usar dísticos de identificação partidária[1393].

Por ocasião do "Dia do Trabalhador", em 1975, o PPD apelou à população madeirense para celebrar o "1.º de Maio", "associando-se a todas as manifestações e festas populares de unidade e apoio ao M.F.A." que ocorressem na Madeira, "sem partidarismos e divisionismos"[1394].

Conforme provou este capítulo, concluímos que o "25 de Abril" produziu uma grande mudança nas condições de vida dos trabalhadores, trouxe uma nova página na sua organização sindical e concretizou uma enorme consciencialização e dignificação dos mais diversos sectores profissionais, adquirindo o mundo laboral da Madeira um melhor estatuto social.

[1389] *DN*, 1 de Maio de 1975, "Manifestação no Funchal", pp. 1 e 9; *DN*, 1 de Maio de 1975, "Sindicato Livre dos Operários da Construção Civil e Ofícios Correlativos do Distrito do Funchal", p. 8.

[1390] *DN*, 1 de Maio de 1975, "Manifestação no Funchal", pp. 1 e 9.

[1391] *DN*, 1 de Maio de 1975, "Manifestação no Funchal", pp. 1 e 9.

[1392] *DN*, 25 de Abril de 1975, "Comunicados – Do P.C.P., P.S. e M.D.P./C.D.E.", p. 9; *DN*, 29 de Abril de 1975, "Comunicados – Do Secretariado da Pró-União dos Sindicatos da Madeira", p. 9; *DN*, 30 de Abril de 1975, "1.º de Maio no Funchal", p. 8; *DN*, 30 de Abril de 1975, "Comunicados – Da Pró-União dos Sindicatos da Madeira e o 1.º de Maio", p. 6; *DN*, 1 de Maio de 1975, "Manifestação no Funchal", pp. 1 e 9.

[1393] *DN*, 25 de Abril de 1975, "Comunicados – Do P.C.P., P.S. e M.D.P./C.D.E.", p. 9; *DN*, 29 de Abril de 1975, "Comunicados – Do Secretariado da Pró-União dos Sindicatos da Madeira", p. 9; *DN*, 30 de Abril de 1975, "1.º de Maio no Funchal", p. 8; *DN*, 30 de Abril de 1975, "Comunicados – Da Pró-União dos Sindicatos da Madeira e o 1.º de Maio", p. 6; *DN*, 1 de Maio de 1975, "Manifestação no Funchal", pp. 1 e 9.

[1394] *DN*, 30 de Abril de 1975, "Comunicados – Do P.P.D., o 1.º de Maio, Dia do trabalhador", p. 6.

5. Movimentos, associações e partidos políticos

Com o "25 de Abril", o programa do MFA consagrou a liberdade de expressão e pensamento, bem como a de reunião e associação, permitindo a "formação de "associações políticas", possíveis embriões de futuros partidos políticos"[1395].

Por esta perspectiva, afinaram diversas vozes públicas, como Carlos de Azeredo, o novo governador, que, na sua primeira conferência de imprensa, em 3 de Maio de 1974, declarou que vinha cumprir o programa da JSN, designadamente assegurar a liberdade de pensamento, expressão e associação[1396].

Por sua vez, Fernando Rebelo defendeu a constituição de associações livres, através de campanhas de formação política[1397].

Também, Vicente Jorge Silva advogou a formação de um grande movimento de união popular, um "movimento democrático popular", para consciencializar e organizar o povo trabalhador madeirense, de forma a impedir que os servidores do regime anterior se mantivessem nos postos administrativos que ainda ocupavam[1398].

Por seu turno, José Maria da Silva considerou necessária a organização legal das associações cívicas e dos partidos políticos[1399] e Emanuel Jardim Fernandes defendeu que, na Madeira, devia haver uma actuação conjunta de

[1395] CD25A, 2012, *Programa do Movimento das Forças Armadas Portuguesas; DN*, 27 de Abril de 1974, "O Movimento das Forças Armadas define o seu programa", p. 1 e 3.

[1396] *DN*, 4 de Maio de 1974, "No Governo Militar da Madeira o Comandante Militar teve ontem a sua primeira reunião com os representantes dos órgãos de informação locais", pp. 1, 3 e 7; *JM*, 4 de Maio de 1974, ""Não é na violência que vamos construir o Portugal que desejamos" - afirmou o Comandante Militar da Madeira, Ten-Coronel Carlos de Azeredo, na conferência de imprensa no Palácio de S. Lourenço", pp. 1 e 12.

[1397] *DN*, 4 de Maio de 1974, "O democrata madeirense Dr. Fernando Rebelo proferiu uma comunicação sobre o actual momento político no Emissor Regional da *R.T.P.*", pp. 1 e 8; *DN*, 16 de Maio de 1974, "O momento político – depoimento do dr. Fernando Rebelo", pp. 1 e 3.

[1398] *DN*, 19 de Maio de 1974, "O momento político – Vicente Jorge Silva", pp. 1 e 5.

[1399] *DN*, 29 de Maio de 1974, "O momento político – Depoimento do Dr. José Maria da Silva", pp. 1, 4 e 7.

partidos dos mais variados sectores socioprofissionais e sindicatos para a formação cívica da população[1400].

Nesta fase inicial da Revolução, em que se apelava à criação de associações cívicas e partidos políticos, levantaram-se outras pessoas mais "cautelosas", como Fernando Pessoa que salientou ser mais importante a educação cívica do que a formação de partidos, constituindo a proliferação destes uma demagogia e irresponsabilidade, face à falta de cultura cívica e política da população[1401].

A propósito da constituição de partidos políticos, na nova situação portuguesa, após o "25 de Abril", Alberto João Jardim considerava que, na Madeira, se deveria aguardar, defendendo que "os madeirenses [tinham] a maturidade cívica suficiente para que, integrados nas formações políticas por que opta[ssem] [pusessem] os interesses da sua terra acima de eventuais estratégias que nada di[ziam] ao Arquipélago"[1402].

Metodologicamente, neste capítulo, analisaremos os movimentos e os partidos políticos surgidos com a Revolução, fundamentalmente, sob o ponto de vista da sua criação, dos seus ideais, projectos e propostas, a respectiva organização e as iniciativas que promoveram ou apoiaram. Igualmente, serão tidas em conta as suas posições públicas sobre os mais variados eventos ou temáticas da época, sendo certo que evitaremos a sua repetição, quando as mesmas já estiverem integradas noutros capítulos deste estudo.

Também, seguiremos a linha de apreciação, em primeiro lugar, dos movimentos políticos e cívicos do período em análise e já extintos, depois dos grandes partidos, que concorreram à eleição da AC, realizada em 1975, e que, na sua maior parte, continuam no activo e, por fim, os agrupamentos mais ligados aos fenómenos da autonomia e do separatismo.

[1400] *DN*, 22 de Maio de 1974, "O momento político – Depoimento do Dr. Emanuel Jardim Fernandes", pp.1 e 5.

[1401] *DN*, 21 de Maio de 1974, "O momento político – Depoimento do Eng. Fernando Pessoa", pp. 1 e 5.

[1402] *VM*, 15 de Maio de 1974, "Partidos políticos", Alberto João, pp. 1 e 4.

5.1. Movimento Democrático da Madeira (MDM)

No dia 2 de Maio de 1974, Fernando Rebelo advogou a unidade dos democratas do arquipélago, em torno de um Movimento Democrático – sem preocupações partidárias de imediato – tal como estava a suceder no Continente, por ainda não existirem partidos constituídos, a nível nacional, e apontava que esse agrupamento permitiria recrutar os substitutos dos quadros administrativos e políticos, bem como criaria grupos de estudo dos problemas da ilha. Estava dado o sinal de que iria surgir, em breve, o MDM[1403].

Com efeito, no dia 9 de Maio, o *DN* e o *JM* divulgaram que fora formado o MDM como grupo político, com os objectivos de apoiar o programa do MFA, defender os direitos do homem, lutar contra os ideais fascistas, promover uma campanha de democratização política da população, estudar os problemas do arquipélago, estimular a formação de sindicatos e associações livres e intervir na vida política e administrativa do Distrito. Neste grupo de democratas madeirenses, para "intervir na vida política activa", não caberiam os "comprometidos com o fascismo"[1404].

Depois, Fernando Rebelo reforçou as linhas orientadores da novel associação, como aglutinar os que não estivessem comprometidos com o fascismo e aceitassem combater os monopólios, formar democratas, sindicatos e associações livres e pelos direitos à educação, cultura e saúde. O citado político reafirmou o apelo à união de todos, pois "só em liberdade [seria] possível a defesa dos interesses próprios", sendo essa uma condição para não haver o retorno ao fascismo, nem permitir também o "aventureirismo político"[1405].

A nível organizativo, o MDM teve a sua comissão provisória, constituída por António Loja, Fernando Rebelo e Manuel Gouveia[1406].

[1403] *DN*, 4 de Maio de 1974, "O democrata madeirense Dr. Fernando Rebelo proferiu uma comunicação sobre o actual momento político no Emissor Regional da *R.T.P.*", pp. 1 e 8; *JM*, 3 de Maio de 1974, "O dr. Fernando Rebelo fez uma comunicação política através da TV regional", p. 12; *RNN*, 10 de Maio de 1974, "Texto integral da comunicação política feita na *Radiotelevisão*, pelo Dr. Fernando Rebelo", pp. 3-4.

[1404] *DN*, 9 de Maio de 1974, "Momento político – Movimento Democrático da Madeira", p. 3; *JM*, 9 de Maio de 1974, "O Momento político – Movimento Democrático da Madeira", p. 4.

[1405] *DN*, 16 de Maio de 1974, "O momento político – depoimento do dr. Fernando Rebelo", pp. 1 e 3.

[1406] *DM*,11 de Maio de 1974, "Ventos ilhéus – O momento político – Movimento Democrático da Madeira", p. 3; *DN*, 9 de Maio de 1974, "Momento político – Movimento Democrático da

Depois, foram formadas outras comissões do MDM, como a de Imprensa e Rádio[1407], a da Promoção[1408], a Comissão de Fundos[1409] e a Comissão Jurídica, esta para receber queixas de cidadãos, que se tinham sentido prejudicados por actos e comportamentos de dirigentes e serviços no período anterior à Revolução do "25 de Abril", ajudando-os a elaborar e a orientar esses documentos, de modo a reencaminhá-los às entidades competentes[1410].

O MDM decidiu a formação de grupos para o estudo dos mais prementes problemas económicos da Madeira – com a participação de elementos da ACF, agricultores, associações voluntárias de empresários e sindicatos – fundamentando esta iniciativa nas graves dificuldades da economia regional, no facto da mesma situação impedir a livre vida democrática, por causar o mal estar social e a urgência de soluções para esta área[1411].

Madeira", p. 3; *JM*, 9 de Maio de 1974, "O Momento político – Movimento Democrático da Madeira", p. 4.

[1407] Constituída por Fernanda Pereira, José Manuel Santana Alves, Joaquim Santos, Ramos Teixeira, Luís Alberto Silva e Sílvio Silva. *DM*, 25 de Maio de 1974, "Movimento Democrático da Madeira – Novas comissões", p. 3; *DN*, 25 de Maio de 1974, "Movimento Democrático da Madeira – Novas comissões", p. 8; *JM*, 25 de Maio de 1974, "Movimento Democrático da Madeira – Novas comissões", p. 2; *RNN*, 30 de Maio de 1974, "Movimento Democrático da Madeira – Novas comissões", p. 4.

[1408] Teve como componentes António Agostinho Teixeira de Freitas, Augusto Rogério Sequeira Baptista, Emílio Gustavo Gonçalves Rodrigues e Pedro Vital da Silva Barbosa. *DM*, 25 de Maio de 1974, "Movimento Democrático da Madeira – Novas comissões", p. 3; *DN*, 25 de Maio de 1974, "Movimento Democrático da Madeira – Novas comissões", p. 8; *JM*, 25 de Maio de 1974, "Movimento Democrático da Madeira – Novas comissões", p. 2; *RNN*, 30 de Maio de 1974, "Movimento Democrático da Madeira – Novas comissões", p. 4.

[1409] No próprio dia da sua constituição, 18 de Junho de 1974, esta comissão recebeu algumas contribuições voluntárias. *DN*, 18 de Junho de 1974, "A próxima Assembleia do M.D.M.", p. 5*; EF*, 24 de Junho de 1974, "Movimento Democrático da Madeira", pp. 1-2; *JM*, 18 de Junho de 1974, "A próxima Assembleia do M.D.M.", p. 2; *JM*, 20 de Junho de 1974, "Movimento Democrático da Madeira", p. 2.

[1410] Este grupo de técnicos de Direito, dando apoio gratuito, viria a ser constituído por Carlos Vasconcelos, David de Sousa e Freitas, José Ferreira Prada, Luís Vicente Castro e Sílvio Carvalho dos Santos. *DN*, 26 de Maio de 1974, "Movimento Democrático da Madeira", p. 12; *DN*, 28 de Maio de 1974, "Movimento Democrático da Madeira", p. 3; *DN*, 30 de Maio de 1974, "A última assembleia do Movimento Democrático da Madeira", p. 3; *DN*, 2 de Junho de 1974, "Comissão Jurídica do Movimento Democrático da Madeira", p. 6; *JM*, 28 de Maio de 1974, "Movimento Democrático da Madeira", p. 10; *JM*, 29 de Maio de 1974, "A última assembleia do Movimento Democrático da Madeira", p. 2; *JM*, 2 de Junho de 1974, "Movimento Democrático da Madeira – Comissão Jurídica do Movimento Democrático da Madeira", p. 2; *RNN*, 30 de Maio de 1974, "A última assembleia do Movimento Democrático da Madeira", p. 4.

[1411] *DN*, 4 de Junho de 1974, "Assembleia do Movimento Democrático da Madeira", p. 3; *DN*, 6 de Junho de 1974, "A última assembleia do Movimento Democrático da Madeira", p. 8; *DN*, 9 de Junho de 1974, "M.D.M. – Grupos de Estudos Económicos", p. 3; *EF*, 10 de Junho de 1974, "Movimento Democrático da Madeira – última assembleia", p. 11; *JM*, 6 de Junho de 1974, "A última assembleia do Movimento Democrático da Madeira", p. 7; *JM*, 9 de Junho de 1974, "Actividades do Movimento Democrático da Madeira – Grupos de Estudos Económicos", p. 11; *RNN*, 10 de Junho de 1974, "M.D.M. – Grupo de Estudos Económicos", p. 3.

Assim, o MDM constituiu a sua Comissão de Estudos Económicos, tendo por missão estudar os problemas económicos do arquipélago e, ainda, se ocupar da análise das "condições e limites, também económicos, do regímen de autonomia da Madeira, para futura definição jurídica desta"[1412]. A ACF indicou um conjunto de nomes, para colaborar com a referida comissão, mas apenas em representação deste organismo comercial[1413].

Entretanto, foram dados passos para a criação do MDJM, a fim de "incentivar o interesse juvenil pela actividade política e pela prática da democracia"[1414].

Já, em 31 de Maio de 1974, a Comissão de Promoção do MDM deliberou que o novo jornal deste agrupamento chamar-se-ia *Madeira Livre*, desenvolvendo diligências para a sua legalização e publicação, em breve[1415].

O MDM teve como sede provisória o edifício da Alfândega Velha, onde procedeu à realização de encontros do movimento, assim como acolheu assembleias de vários sectores socioprofissionais, como os trabalhadores das rádios madeirenses[1416].

[1412] *DN*, 19 de Julho de 1974, "Movimento Democrático da Madeira – Comissão Estudos Económicos", p. 3; *DN*, 20 de Julho de 1974, "M. D. M. – Comissão de Estudos Económicos", p. 2; *JM*, 19 de Julho de 1974, "Movimento Democrático da Madeira – Comissão de Estudos Económicos", p. 2*; JM*, 20 de Julho de 1974, "M.D.M. – Comissão de Estudos Económicos", p. 12.

[1413] As pessoas apontadas pela Associação Comercial do Funchal foram Jorge Gaudêncio Machado, Ricardo Faria Camacho, António Zacarias da Silva, Aníbal Trindade, Francisco Perry Vidal e Jaime de Ornelas Camacho. *DN*, 19 de Julho de 1974, "Movimento Democrático da Madeira – Comissão Estudos Económicos", p. 3; *DN*, 20 de Julho de 1974, "M. D. M. – Comissão de Estudos Económicos", p. 2; *JM*, 19 de Julho de 1974, "Movimento Democrático da Madeira – Comissão de Estudos Económicos", p. 2*; JM*, 20 de Julho de 1974, "M.D.M. – Comissão de Estudos Económicos", p. 12.

[1414] *DN*, 13 de Maio de 1974, "Assembleia do Movimento Democrático da Madeira", p. 6; *DN*, 14 de Maio de 1974, "Movimento Democrático da Madeira", p. 3; *DN*, 18 de Maio de 1974, "Movimento Democrático da Madeira – Movimento Democrático Juvenil", p. 3; *DN*, 25 de Maio de 1974, "Movimento Democrático Juvenil", p. 2; *JM*, 14 de Maio de 1974, "Movimento Democrático da Madeira", p. 7; *JM*, 18 de Maio de 1974, "Movimento Democrático Juvenil", p. 2; *JM*, 25 de Maio de 1974, "Movimento Democrático Juvenil", p. 2.

[1415] *DN*, 2 de Junho de 1974, ""Madeira Livre" – Jornal do Movimento Democrático da Madeira", p. 6; *JM*, 2 de Junho de 1974, ""Madeira Livre" – Jornal do Movimento Democrático da Madeira", p. 2.

[1416] *DN*, 20 de Maio de 1974, "Os trabalhadores da rádio madeirense discutem hoje em assembleia problemas da sua classe", p. 3; *DM*, 25 de Maio de 1974, "Trabalhadores madeirenses manifestam as sua reivindicações – A rádio impôs de maneira sóbria", coordenação de Emanuel Gimes, p. 11; *DN*, 2 de Junho de 1974, "Comissão Jurídica do Movimento Democrático da Madeira", p. 6; *JM*, 22 de Maio de 1974, "Reuniões dos trabalhadores da rádio", p. 8; *JM*, 2 de Junho de 1974, "Movimento Democrático da Madeira – Comissão Jurídica do Movimento Democrático da Madeira", p. 2.

Este movimento tomou posição pública sobre vários acontecimentos e temas da época, tendo-se envolvido nalguns episódios polémicos. Por exemplo, em 28 de Maio de 1974, o MDM exigiu a substituição do nome de Marcello Caetano pela antiga denominação de Estádio dos Barreiros, porquanto o governante em nada contribuíra para a construção deste recinto desportivo, tendo aquela designação sido um acto de bajulação e servilismo de "lambicócoras", bem como pela necessidade de afastar os nomes dos ditadores de 48 anos, em Portugal[1417].

Também, em Maio de 1974, o MDM expôs o seu ponto de vista sobre o problema da habitação no Funchal, tendo aprovado diversas propostas, como a revisão urgente dos condicionalismos e índices de construção, uma política de solos, de modo a possibilitar a criação de espaços para a construção de casas de renda económica e resolúvel, a limitação das rendas de casa, em função dos salários e rendimentos dos inquilinos e o alargamento do crédito bancário[1418].

Relativamente à área da saúde, recorrendo à participação de médicos, enfermeiros, farmacêuticos e funcionários hospitalares[1419], em Junho de 1974, o MDM deliberou criar uma comissão para o estudo do problema médico-sanitário do arquipélago, assim como solicitar a mobilização de pessoal necessário para cobrir as duas ilhas, pedir a unificação dos serviços de saúde, para o aproveitamento dos serviços médicos, recomendar o equipamento do Hospital Distrital do Funchal com o material indispensável, requerer a organização dos

[1417] *DN*, 26 de Maio de 1974, "Movimento Democrático da Madeira", p. 12; *DN*, 28 de Maio de 1974, "Movimento Democrático da Madeira", p. 3; *DN*, 30 de Maio de 1974, "A última assembleia do Movimento Democrático da Madeira", p. 3; *JM*, 28 de Maio de 1974, "Movimento Democrático da Madeira", p. 10; *JM*, 29 de Maio de 1974, "A última assembleia do Movimento Democrático da Madeira", p. 2; *RNN*, 30 de Maio de 1974, "A última assembleia do Movimento Democrático da Madeira", p. 4.

[1418] *DN*, 2 de Junho de 1974, "Movimento Democrático da Madeira – O problema de habitação", pp. 3 e 6; *JM*, 2 de Junho de 1974, "Movimento Democrático da Madeira – O problema da habitação", p. 2.

[1419] *DN*, 9 de Junho de 1974, "Próxima Assembleia do Movimento Democrático da Madeira", p. 3; *DN*, 9 de Junho de 1974, "Aos médicos, enfermeiros, farmacêuticos, funcionários hospitalares e a todos os interessados na Problemática da Saúde no Arquipélago da Madeira", p. 3; *JM*, 9 de Junho de 1974, "Actividades do Movimento Democrático da Madeira – A próxima Assembleia do Movimento Democrático da Madeira", p. 11; *JM*, 9 de Junho de 1974, "Actividades do Movimento Democrático da Madeira – Sobre a problemática da saúde no Arquipélago", p. 11; *RNN*, 10 de Junho de 1974, "Aos médicos, enfermeiros, farmacêuticos, funcionários hospitalares e a todos os interessados na problemática da saúde no arquipélago", p. 3; *RNN*, 10 de Junho de 1974, "Movimento Democrático da Madeira – Próxima assembleia", p. 3.

serviços de transporte para os centros hospitalares e o aumento do número de bolsas para estudantes de medicina e enfermagem[1420].

Quanto ao ensino, em Julho de 1974, com o contributo de pais, alunos e professores[1421], o MDM proporcionou o debate da situação de então e perspectivas de futuro[1422], tendo feito algumas propostas, como a criação de uma universidade na Madeira[1423], a abertura de cursos nocturnos no LNF, a serem frequentados por trabalhadores, a realização na Madeira dos exames "ad hoc" de acesso à universidade, por residentes maiores de 25 anos e que os alunos dos cursos comerciais deveriam poder ingressar nos cursos complementares do Liceu, através de exames[1424].

No âmbito da política nacional, o MDM concordou com o fim da guerra colonial, mas era favorável à auscultação das populações dos territórios ultramarinos[1425].

Esta organização madeirense interveio em diversos momentos de reivindicação socioprofissional.

Na sequência da sua decisão de efectuar encontros ao longo da ilha, com diferentes sectores populacionais[1426], para tratar dos mais variados assuntos da vida madeirense, o MDM destacou-se nalgumas freguesias, como na organização da reunião de agricultores no sítio do Livramento, na Ponta do

---

[1420] *DN*, 16 de Junho de 1974, "Movimento Democrático analisa problemas médico-sanitários", p. 3; *EF*, 17 de Junho de 1974, "Movimento Democrático da Madeira – Análise de problemas médico-sanitários", pp. 11 e 14; *JM*, 16 de Junho de 1974, "M.D.M. – O problema médico-sanitário", p. 2.

[1421] *DN*, 7 de Julho de 1974, "Assembleia do Movimento Democrático da Madeira", p. 3; *DN*, 9 de Julho de 1974, "Actualidade regional – M. D. M. – Educação em Debate", p. 5; *JM*, 2 de Julho de 1974, "Assembleia do M.D.M.", p. 12; *JM*, 7 de Julho de 1974, "Assembleia do Movimento Democrático da Madeira", p. 10; *JM*, 9 de Julho de 1974, "M.D.M. – Educação em debate", p. 12.

[1422] *DN*, 13 de Julho de 1974, "Movimento Democrático da Madeira", p. 2; *JM*, 13 de Julho de 1974, "Movimento Democrático da Madeira", p. 7.

[1423] *DN*, 16 de Julho de 1974, "Assembleia do Movimento Democrático da Madeira", p. 2; *DN*, 21 de Julho de 1974, "Movimento Democrático da Madeira", p. 10; *JM*, 16 de Julho de 1974, "Assembleia Movimento Democrático da Madeira", p. 5; *JM*, 21 de Julho de 1974, "Movimento Democrático Madeira", p. 4.

[1424] *DN*, 23 de Julho de 1974, "Movimento Democrático da Madeira", p. 7; *JM*, 23 de Julho de 1974, "Movimento Democrático Madeira", p. 2.

[1425] *DN*, 26 de Maio de 1974, "Movimento Democrático da Madeira", p. 12; *JM*, 26 de Maio de 1974, "Movimento Democrático da Madeira – Onde cabem todos os democratas", p. 2; *JM*, 27 de Maio de 1974, "Movimento Democrático da Madeira – Onde cabem todos os democratas", p. 2.

[1426] *DN*, 18 de Junho de 1974, "A próxima Assembleia do M.D.M.", p. 5*; EF*, 24 de Junho de 1974, "Movimento Democrático da Madeira", pp. 1-2; *JM*, 18 de Junho de 1974, "A próxima Assembleia do M.D.M.", p. 2; *JM*, 20 de Junho de 1974, "Movimento Democrático da Madeira", p. 2.

Sol, em 26 de Maio de 1974, na qual foram abordadas, entre outras pretensões, a restituição aos camponeses das águas de rega (que já tinham sido compradas e pagas ao Estado), a extinção da colonia e a formação de uma associação de agricultores daquela localidade[1427].

Também, o MDM teve uma acção importante na freguesia do Faial, onde promoveu uma assembleia, em 30 de Junho de 1974, da qual resultou um conjunto de preocupações e reivindicações, como a extinção da colonia, a construção de estradas, escolas e posto sanitário, o fornecimento de energia eléctrica e a necessidade de escolher um representante da freguesia do Faial para integrar a Camara Municipal de Santana[1428].

Igualmente, na Calheta, o MDM reuniu com a população local, em 30 de Junho de 1974, onde foram discutidos assuntos locais, como a votação das pessoas para constituírem a CA, os problemas da cana sacarina, da água de rega e das pastagens, a protecção aos lavradores, a entrada em funcionamento do Hospital da Calheta, filiando-o no Hospital Distrital do Funchal, e a escolha das comissões de apoio ao MDM[1429].

Uma das intervenções mais activas da parte do MDM foi a exigência do saneamento de diversos titulares de cargos políticos. Na suas assembleias de Maio de 1974, foi pedida a demissão dos que ainda desempenhavam cargos

---

[1427] *DN*, 21 de Maio de 1974, "Movimento Democrático da Madeira", p. 3; *DN*, 25 de Maio de 1974, "Reunião dos agricultores da Ponta do Sol", p. 2; *DN*, 26 de Maio de 1974, "Reunião dos agricultores da Ponta do Sol", p. 3; *DN*, 27 de Maio de 1974, "Reunião de agricultores da Ponta do Sol – participação de cerca de mil pessoas", pp. 1 e 3; *DN*, 28 de Maio de 1974, "Agricultores da Ponta do Sol debateram problemas da lavoura em reunião promovida pelo Movimento Democrático da Madeira", pp. 1 e 3; *JM*, 21 de Maio de 1974, "Movimento Democrático da Madeira", p. 10*; JM*, 25 de Maio de 1974, "Reunião dos agricultores da Ponta do Sol", p. 7; *JM*, 26 de Maio de 1974, "Reunião dos agricultores da Ponta do Sol", p. 2.

[1428] *DN, 28* de Junho de 1974, "Movimento Democrático da Madeira – Reuniões no Faial e Calheta", p. 4; *DN, 29* de Junho de 1974, "Actividade do MDM – Reuniões no Faial e na Calheta", p. 4; *DN,* 6 de Julho de 1974, "Faial – Reunião de trabalhadores", p. 2; *JM*, 28 de Junho de 1974, "Movimento Democrático da Madeira – Reuniões no Faial e Calheta", p. 2; *JM*, 29 de Junho de 1974, "Faial – Reunião de trabalhadores", p. 5; *JM*, 5 de Julho de 1974, "Faial – Reunião de trabalhadores", p. 11.

[1429] *DN, 28* de Junho de 1974, "Movimento Democrático da Madeira – Reuniões no Faial e Calheta", p. 4; *DN, 29* de Junho de 1974, "Actividade do MDM – Reuniões no Faial e na Calheta", p. 4; *DN,* 4 de Julho de 1974, "Movimento Democrático da Madeira – Calheta", p. 3; *JM*, 28 de Junho de 1974, "Movimento Democrático da Madeira – Reuniões no Faial e Calheta", p. 2; *JM*, 29 de Junho de 1974, "M.D.M. – Reunião na Calheta", p. 10; *JM*, 4 de Julho de 1974, "Movimento Democrático da Madeira – Calheta", p. 11.

públicos de confiança em organismos estaduais e para-estaduais, nomeados pelo anterior regime[1430].

O MDM aprovou a necessidade de urgente suspensão/demissão dos presidentes da JGDAF, da CMF, do Conselho Administrativo da EEM (antes Comissão de Aproveitamentos Hidráulicos da Madeira), da JAPAM, da Comissão de Assistência e da Comissão de Turismo, bem como advogou a constituição de uma comissão de inquérito à acção destas instituições[1431].

Segundo esta associação cívica, transitoriamente, passariam a desempenhar aquelas funções "delegados da Junta de Salvação Nacional com a colaboração de elementos civis, para chamamento dos quais poder[ia] ser ouvido o Movimento Democrático da Madeira". Os fundamentos desta decisão foram a não concordância com a continuação, em cargos políticos, de pessoas que serviram a "ordem fascista", a contestação e a excitação vividas pela população, por esta situação se manter, e o comprometimento político, expresso ou tácito, de agentes políticos com o regime deposto[1432].

O MDM considerou que os dirigentes das entidades atrás-mencionadas não deveriam ficar sem punição, mas também defendeu que ninguém poderia ser condenado sem o apuramento das responsabilidades, sublinhando, ainda, que a mencionada comissão de inquérito deveria ser formada por representantes dos trabalhadores da repartição pública a inquirir e da Comissão Jurídica do MDM, sendo presidida por um delegado da JSN, sendo convocados todos os cidadãos que soubessem de irregularidades cometidas, abusos de poder e

---

[1430] *DN*, 16 de Maio de 1974, "Movimento Democrático da Madeira", p. 3; *JM*, 16 de Maio de 1974, "Movimento Democrático da Madeira", p. 10; *RNN*, 20 de Maio de 1974, "Movimento Democrático da Madeira", p. 6.

[1431] *DM*, 1 de Junho de 1974, "M.D.M. – Demissão dos cargos políticos", p. 4; *DN*, 26 de Maio de 1974, "Movimento Democrático da Madeira", p. 12; *DN*, 28 de Maio de 1974, "Movimento Democrático da Madeira", p. 3; *DN*, 30 de Maio de 1974, "A última assembleia do Movimento Democrático da Madeira", p. 3; *DN*, 31 de Maio de 1974, "M.D.M. – Demissão de cargos políticos", p. 3; *JM*, 28 de Maio de 1974, "Movimento Democrático da Madeira", p. 10; *JM*, 29 de Maio de 1974, "A última assembleia do Movimento Democrático da Madeira", p. 2; *JM*, 31 de Maio de 1974, "M.D.M. – Demissão de cargos políticos", p. 11; *RNN*, 30 de Maio de 1974, "A última assembleia do Movimento Democrático da Madeira", p. 4.

[1432] *DM*, 1 de Junho de 1974, "M.D.M. – Demissão dos cargos políticos", p. 4; *DN*, 26 de Maio de 1974, "Movimento Democrático da Madeira", p. 12; *DN*, 28 de Maio de 1974, "Movimento Democrático da Madeira", p. 3; *DN*, 30 de Maio de 1974, "A última assembleia do Movimento Democrático da Madeira", p. 3; *DN*, 31 de Maio de 1974, "M.D.M. – Demissão de cargos políticos", p. 3; *JM*, 28 de Maio de 1974, "Movimento Democrático da Madeira", p. 10; *JM*, 29 de Maio de 1974, "A última assembleia do Movimento Democrático da Madeira", p. 2; *JM*, 31 de Maio de 1974, "M.D.M. – Demissão de cargos políticos", p. 11; *RNN*, 30 de Maio de 1974, "A última assembleia do Movimento Democrático da Madeira", p. 4.

aproveitamentos pessoais, de modo a comunicá-los, por escrito ou verbalmente[1433].

A este propósito, L. Castanheira, questionou a formação de comissões para apurar responsabilidades de injustiças cometidas no anterior regime, com a ajuda de "certa comissão jurídica" (referindo-se, provavelmente, à criada pelo MDM)[1434].

Neste contexto, motivado pela aludida intervenção do MDM, o presidente da DTM, Ribeiro de Andrade[1435], em 3 de Junho de 1974, enviou ao secretário de Estado do Comércio Externo e do Turismo, o seu pedido de exoneração do cargo que exercia, desde 1969 e solicitou a realização de uma "urgente e rigorosa sindicância" aos seus actos, designando o seu substituto para desempenhar as suas funções, o secretário António Bettencourt da Câmara[1436].

Esta posição advinha da divulgação pública da existência de várias irregularidades e abusos de poder, atribuídas aos dirigentes de organismos públicos, entre os quais, a DTM, possibilitando-se a sua denúncia – uma iniciativa do MDM – pelo que o visado não poderia aceitar um ambiente de suspeição, instalado então, que viesse pôr em causa o seu nome e as suas funções[1437].

Logo, no mesmo dia 3 de Junho, após terem tomado conhecimento desta solicitação de exoneração, num acto de solidariedade, também o secretário e o tesoureiro da mesma instituição, António Bettencourt Câmara e João Borges[1438], respectivamente, pediram a sua demissão, mantendo-se, no

[1433] *DN*, 1 de Junho de 1974, "M.D.M. – Inquéritos a dirigentes e serviços de repartições públicas", p. 3; *JM*, 1 de Junho de 1974, "M.D.M. – Inquéritos a dirigentes e serviços de repartições públicas", p. 2;

[1434] *JM*, 2 de Junho de 1974, "Por uma liderança responsável", L. Castanheira, p. 3.

[1435] Ver anexo.

[1436] *DN*, 4 de Junho de 1974, "O Eng.º Ribeiro de Andrade presidente da Delegação de Turismo da Madeira pediu a exoneração desse cargo que desempenhava desse 1969", pp. 1 e 10; *JM*, 4 de Junho de 1974, "O presidente da Delegação de Turismo da Madeira pediu a exoneração do seu cargo ao Secretário de Estado do Comércio Externo e do Turismo", p. 3.

[1437] *DN*, 4 de Junho de 1974, "O Eng.º Ribeiro de Andrade presidente da Delegação de Turismo da Madeira pediu a exoneração desse cargo que desempenhava desse 1969", pp. 1 e 10; *JM*, 4 de Junho de 1974, "O presidente da Delegação de Turismo da Madeira pediu a exoneração do seu cargo ao Secretário de Estado do Comércio Externo e do Turismo", p. 3.

[1438] Ver anexo.

entanto, no exercício dos seus cargos, até serem substituídos, de modo a não haver prejuízo para os serviços[1439].

Esta situação gerou contestação pública, registando-se a posição de 716 trabalhadores da indústria hoteleira, que expressaram a sua confiança no presidente da DTM, Ribeiro de Andrade, louvando a sua inteligência e dedicação pelo sector. Manifestaram o seu "total desacordo com a pretensão do Movimento Democrático da Madeira", salientando que o acusado, "embora servindo um regime fascista (…) nunca se escusou ao diálogo, afirmando-se um verdadeiro Democrata"[1440].

Também, Pereira Júnior questionou a saída de Ribeiro de Andrade, a quem reconhecia as qualidades de dinamismo e inteligência, e que quando foi nomeado para o cargo, em 1969, tinha a fama de ser da oposição ao regime fascista. Embora manifestasse o seu apoio ao MDM, Pereira Júnior defendia que este devia contar com "homens válidos" e que primeiro deveriam haver as inspecções aos serviços[1441].

Por seu turno, José Manuel Silva, no *EF*, elogiou a onda de solidariedade com o visado, provinda de hoteleiros, agências de viagens e outros ligados ao sector, tendo enaltecido a atitude digna do director da DTM como um exemplo a seguir, ao pedir a sua demissão. Também, sublinhou o acto de indeferimento da sua exoneração, proferido pelo secretário de Estado do Comércio Externo e Turismo e concluiu que eram "homens desta têmpera [que] gostaria de ver fazer parte numa lista de futuros candidatos ao trono do Palácio de São Lourenço onde se possível não se incluíssem "estrangeiros"", devendo Carlos de Azeredo e a JSN ter em conta Ribeiro de Andrade[1442].

Perante esta polémica, que suscitara um "clima de excitação", o MDM sentiu o dever de esclarecer, publicamente, que as razões da decisão de exigir a destituição de cargos políticos, eram "PURA E SIMPLESMENTE POLÍTICAS",

---

[1439] *DN*, 4 de Junho de 1974, "Demissão solidária dos Secretário e Tesoureiro", pp. 1 e 10.

[1440] *DN*, 6 de Junho de 1974, "Repercussões do pedido de demissão do Presidente da D.T.M. – Trabalhadores da indústria hoteleira depositam confiança no eng.º Ribeiro de Andrade", p. 3; *JM*, 6 de Junho de 1974, "Ainda o pedido de demissão do Presidente da D.T.M. – Telegramas", p. 10.

[1441] *DN*, 8 de Junho de 1974, "A palavra do leitor – Porquê embora?", Pereira Júnior, p. 3.

[1442] *EF*, 10 de Junho de 1974, "Turismo: A resposta certa na altura própria!", José Manuel Silva, pp. 1-2.

e que ninguém deveria ser condenado "SEM UM APURAMENTO CONCRETO DAS SUAS RESPONSABILIDADES" [1443].

Relativamente à insistência do MDM para demitir os titulares da administração pública local, o *CF* interpretou-a como a vontade deste movimento político querer ocupar esses lugares, colaborando na sua escolha[1444].

Verdade é que o MDM foi o agrupamento que, após a Revolução, assumiu as responsabilidades dos principais órgãos políticos da Madeira, o Governo Civil e a JGDAF, assunto abordado no capítulo das instituições do poder político.

Mas estas nomeações políticas, a par das feitas para as comissões administrativas, como a da CMF, provocaram várias críticas – como se constatam nas suas abordagens específicas – tendo, a propósito, o *DM* apresentado o seguinte texto humorístico e caricatural (papagaio ao telefone): "– É do M.D.M.? Ainda há penachos para distribuir ou as vagas já estão todas preenchidas? – Viva a Democracia!"[1445].

Sobre a formação de partidos na Madeira e a qualidade dos seus dirigentes, o MDM – "inicialmente destinado a desaparecer com a constituição dos partidos, por supor estes capazes do trabalho colectivo seguinte ao da iniciação" – considerou a possibilidade de "reformular as suas obrigações e estudar a sua transformação num partido de formação democrática […] destinado ao propósito da definição duma verdadeira região autónoma ou de outra forma política mais radical" [1446].

Relativamente a esta postura do MDM, o PS considerou que este movimento atacava os partidos políticos, ao revelar-se "desiludido" com a sua actuação[1447].

Também, o PPD definiu a aludida posição como uma "confissão do fracasso do M.D.M." e se este queria apresentar-se como "único salvador da

[1443] *DN*, 9 de Junho de 1974, "M.D.M. Esclarecimento relativo ao pedido de demissão de cargos políticos", p.3; *JM*, 9 de Junho de 1974, "Actividades do Movimento Democrático da Madeira – Esclarecimento relativo ao pedido de demissão de cargos políticos", p. 11.
[1444] *CF*, 30 de Maio de 1974, edição regional, ""Democracia" no Ateneu", pp. 3-4.
[1445] *DM*, 19 de Outubro de 1974, "Galeria", p. 5.
[1446] *DN*, 20 de Outubro de 1974, "Movimento Democrático da Madeira – Comunicado", p. 10; *JM*, 20 de Outubro de 1974, "Vida política – Movimento Democrático da Madeira, Comunicado", p. 2.
[1447] *DN*, 23 de Outubro de 1974, "Comunicado do Partido Socialista", p. 6; *JM*, 22 de Outubro de 1974, "Vida política – Partido Socialista, Comunicado", p. 2.

Madeira" que se integrasse na vida política, mas sem se servir dos lugares, por nomeação, que detinha na administração pública[1448].

Sobre esta polémica, António Loja declarou que, tanto ele, como Fernando Rebelo não eram políticos profissionais e, por isso, não queriam montar uma máquina política, através da administração local, e a propósito do MDM – a que estavam associados – referiu que não tinham ligação com o PPD, nem com o PS, considerando que um "partido regionalista seria a opção mais viável para as populações do arquipélago"[1449].

Além da falta de consenso, relativamente à ocupação de cargos políticos por parte do MDM, esta foi interpretada como um afrouxamento da intervenção do movimento político, como sugeriu o *DM*, sublinhando que o MDM não era um movimento de massas, tinha apenas "público" nas suas reuniões e que, depois da nomeação de Fernando Rebelo para governador, deixara de ter actividade[1450].

Igualmente, o *EF* questionou a falta de actividade do MDM, desde que o seu líder, Fernando Rebelo, tinha assumido as funções de governador do Distrito. Era algo estranho, pois o MDM "foi […] o primeiro após o "25 de Abril" e que teve uma actividade espetacular […] e todo esse trabalho esgotante cessou de repente". Assim, interrogou se "teria sido precisamente o atingir o mando no Palácio de S. Lourenço a […] única ambição" do MDM, não querendo o jornal acreditar em tal, pois isso seria mau para um "partido então arvorado em acérrimo defensor de uma democracia que ao fim e ao cabo abandonou"[1451].

O aludido movimento político, de grande exposição mediática, viu-se envolvido em outras polémicas com organizações de carácter político e jornalístico, nomeadamente com o *CF* (embrião da UPM).

Desde logo, em 11 de Maio de 1974, por causa da formação do MDM e da sua assembleia constitutiva, o *jornal cor-de-rosa* abordou criticamente esta reunião, num texto intitulado ""Democracias" há muitas…", censurando a opção atribuída a Fernando Rebelo, entre levantar o braço por parte de quem estivesse

[1448] *DN*, 25 de Outubro de 1974, "Comunicado do Núcleo Regional da Madeira do Partido Popular Democrático", p. 5; *JM*, 25 de Outubro de 1974, "Vida política – Comunicado do Núcleo Regional da Madeira do Partido Popular Democrático", p. 5.
[1449] *JM*, 1 de Janeiro de 1975, "O Dr. António Egídio Fernandes Loja, Presidente da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal em oportuna entrevista ao "*Jornal da Madeira*"", pp. 1, 3-4.
[1450] *DM*, 7 de Setembro de 1974, "Giz na parede – Alarido partidário", pp. 1 e 8.
[1451] *EF*, 2 de Setembro de 1974, "O Movimento Democrático da Madeira está em férias?", p. 1.

a favor da criação do movimento ou sair da sala da parte de quem não concordasse, motivo pelo qual "grande número dos presentes, independentemente das suas diferenças de opinião, preferiram sair a pactuar com a mais descarada violação dos princípios democráticos"[1452].

Este semanário considerou, ainda, que a assembleia constitutiva do MDM tinha características quase secretas, pois não tinha havido qualquer convocatória na comunicação social, nem por outros meios para o efeito, acontecendo isto, propositadamente, para evitar que determinados sectores da população pudessem dominar o rumo das decisões. Sobre a mesma reunião, o *jornal cor-de-rosa* salientava que não tinha havido contactos prévios com outros sectores anti-fascistas locais[1453].

Relativamente aos estratos sociais apoiantes da criação do MDM, o *CF* mencionou que o mesmo era formado por empresários, advogados, comerciantes, funcionários de serviços, empregados, professores do ensino secundário e alguns estudantes, registando-se a "ausência quase total de elementos representativos das classes populares" [1454].

No seu entendimento, a maioria dos participantes na assembleia fundadora do MDM – "movimento dito também "democrático"" – era da classe média funchalense, considerando o jornal que era hora de "separar o trigo do joio", devendo as camadas populares estar "atentas e vigilantes não só contra a reacção fascista, mas também contra todas as manobras dos que pretend[ia]m manejá-las"[1455].

Acrescentou o mesmo periódico que os "democratas" tradicionais do MDM estavam "desligados em absoluto das camadas populares", sendo o seu intuito "controlar e dirigir de cima […] as massas populares", acusando-os de ""democratas" de gabinete"[1456].

O *CF* insistiu que o MDM era a "fina flor da burguesia "democrática" local, um nadinha mais liberal do que os doutos patronos da "democracia" bem instalada"[1457].

[1452] *CF*, 11 de Maio de 1974, edição regional, ""Democracias" há muitas…", pp. 1 e 4.
[1453] *CF*, 11 de Maio de 1974, edição regional, ""Democracias" há muitas…", pp. 1 e 4.
[1454] *CF*, 11 de Maio de 1974, edição regional, ""Democracias" há muitas…", pp. 1 e 4.
[1455] *CF*, 11 de Maio de 1974, edição regional, ""Democracias" há muitas…", pp. 1 e 4.
[1456] *CF*, 11 de Maio de 1974, edição regional, ""Democracias" há muitas…", pp. 1 e 4.
[1457] *CF*, 30 de Maio de 1974, edição regional, ""Democracia" no Ateneu", pp. 3-4.

Para o referido semanário, a pressa em formar o MDM, tinha a ver com três razões: primeira, o incómodo da grande manifestação do "1.º de Maio", no Funchal, em relação à qual houve tentativa de boicote e alheamento da sua organização, por parte de alguns elementos que vieram a formar o MDM; segunda, o conhecimento de que estaria em marcha a formação de um movimento de organização política popular (cremos nós que se referiria à UPM); terceira, o receio destes "democratas" serem ultrapassados pelos acontecimentos a decorrer e de verem desfeitos os seus sonhos de liderança[1458].

De seguida, Vicente Jorge Silva, do *CF*, proferiu críticas muito fortes ao MDM, considerando os seus membros como democratas que pararam no tempo, fazendo reuniões de pessoas da classe média, onde estavam ausentes as classes trabalhadoras, porque não queriam que estas comandassem o MDM, destacando que as grandes manifestações populares foram ignoradas pelo MDM, como sucedeu com a do "1.º de Maio"[1459].

Relativamente ao envolvimento do MDM nas revindicações dos agricultores da Ponta do Sol, nas páginas do *CF,* era denunciado o "maior oportunismo e paternalismo" dos lideres do "movimento burguês", o MDM[1460].

Por via de uma audiência concedida à Comissão Provisória do MDM, pelo bispo do Funchal, Francisco Santana, um novo atrito foi criado com o *CF*. Este periódico criticou a visita deste movimento ao bispo, pois tal mostrava que estava ao lado deste e contra os padres progressistas que denunciaram o oportunismo do *JM*[1461].

Sobre este episódio, também se pronunciou o *DM,* manifestando-se contrário à audiência, argumentando que esta era uma atitude idêntica à de Fernando Couto, presidente da CMF, ao "ajoelhar e beijar, publicamente, a mão de D. David, bispo do Funchal, e mais recentemente o Prof. Marcello Caetano curvar-se e levar aos lábios a mão do elegante e jovem Cardeal D. António, em sinal de submissão", situação que não estranhava, conhecendo-se "a influência

[1458] *CF*, 11 de Maio de 1974, edição regional, ""Democracias" há muitas…", pp. 1 e 4.
[1459] *DN*, 19 de Maio de 1974, "O momento político – Vicente Jorge Silva", pp.1 e 5.
[1460] *CF*, 25 de Maio de 1974, edição regional, "Fala o povo da Lombada da Ponta do Sol: "A água é nossa e vai ser"", pp. 5-6; *CF*, 25 de Maio de 1974, edição regional, "Problemas da Lombada", hoje, p. 6.
[1461] *CF*, 30 de Maio de 1974, edição regional, ""Democracia" no Ateneu", pp. 3-4; *CF*, 30 de Maio de 1974, edição regional, ""Os "líderes" do M.D.M. cumprimentam sua excelência, o bispo da Diocese", p. 1.

e a pressão que a Igreja e o Cardeal Cerejeira exerceram sobre o regime salazarista a partir do "28 de Maio""[1462].

Segundo o mesmo jornal, no período anterior ao "25 de Abril", "os púlpitos eram tribunas políticas e os padres os grandes propagandistas do regime, o entendimento era mútuo entre os dirigentes ditatoriais e o clero", apontando-se que "o que a igreja e o clero combatiam [eram] agora os novos dirigentes democratas e socialistas que [iam] beijar-lhes a mão e pedir-lhes as suas "bênçãos" para os seus partidos" [1463].

Considerou o *DM* que a atitude dos membros da ala democrática de se avistarem com Francisco Santana era "incoerente" e que se "D. Francisco teve a "ilustrar" a sua sagração a presença do almirante Tenreiro – o "rei" do bacalhau – na Sé de Lisboa, na Madeira, te[ve] o Movimento Democrático a prestar-lhe vassalagem e obediência"[1464].

5.2. União do Povo da Madeira (UPM)

Embora apresentado, publicamente, em 29 de Junho de 1974, foi nos primeiros dias da liberdade que se foi germinando a UPM.

Desde logo, em 11 de Maio de 1974, ou seja, dois dias depois de ser divulgada a constituição do MDM, o *CF* noticiava que estava em formação, na Madeira um "verdadeiro movimento democrático de união popular" – tendo sido a manifestação do "1.º de Maio" o "primeiro teste da sua força" – mas que este deveria ser construído junto das populações, com um trabalho democrático de base, o que o diferenciava da ""democracia" dos doutores" do MDM[1465].

Poucos dias depois, Vicente Jorge Silva defendia que deveria ser formado um grande movimento de união popular, um "movimento democrático popular", advogando uma "sociedade nova (…) sem classes (…) sem exploradores, nem explorados, uma sociedade socialista"[1466].

[1462] *DM*, 25 de Maio de 1974, "Giz na parede – O beija mão", pp. 1 e 12
[1463] *DM*, 25 de Maio de 1974, "Giz na parede – O beija mão", pp. 1 e 12.
[1464] *DM*, 25 de Maio de 1974, "Giz na parede – O beija mão", pp. 1 e 12.
[1465] *CF*, 11 de Maio de 1974, edição regional, ""Democracias" há muitas…", pp. 1 e 4.
[1466] *DN*, 19 de Maio de 1974, "O momento político – Vicente Jorge Silva", pp. 1 e 5.

Em 29 de Junho de 1974, houve a assembleia geral, para a apresentação da UPM, no Pavilhão Gimnodesportivo do Funchal, na qual foram divulgados os seus documentos-base (linhas gerais, "situação colonial da Madeira", organização dos trabalhadores), sendo os seus responsáveis políticos, entre outros, Henrique Sampaio[1467], Vicente Jorge Silva e Tolentino de Nóbrega[1468].

Consideravam-se um grupo de militantes que vinha efectuando um trabalho junto do povo, através do *CF* e que, depois do "25 de Abril", contactava com as populações rurais e núcleos sindicais, tendo tomado a iniciativa da manifestação do "1.º de Maio" de 1974. A UPM apresentava-se como um movimento para "estimular a organização autónoma dos trabalhadores para lutarem contra a exploração e opressão existentes"[1469].

Neste encontro, que reuniu cerca de 600 pessoas, com um público trabalhador e juvenil, também foram apresentados o programa de acção imediata e outros documentos sobre a situação das classes mais exploradas, o momento político e o sindicalismo[1470].

Desta assembleia geral, surgiu o programa de acção imediata da UPM, com diversas propostas a nível económico, social e político para a Madeira. Deste extenso documento, salientamos, resumidamente, na luta geral, o "fim da situação de dependência e opressão colonial em que a Madeira se encontra[va] […] por uma autonomia económica e administrativa completa do nosso arquipélago […] pelo desenvolvimento harmonioso da região", bem como "pela

[1467] Ver anexo.

[1468] *DN*, 28 de Junho de 1974, "Ideologias Partidos & Movimentos – UPM, União do Povo da Madeira – um novo movimento político", p. 3; *DN*, 29 de Junho de 1974, "Ideologias Partidos & Movimentos – O U.P.M. apresenta-se hoje ao público madeirense", p. 3; *JM*, 28 de Junho de 1974, "Na Madeira novo partido: U.P.M.", p. 4; *JM*, 29 de Junho de 1974, "UPM apresenta-se hoje", p. 7.

[1469] *DN*, 28 de Junho de 1974, "Ideologias Partidos & Movimentos – UPM, União do Povo da Madeira – um novo movimento político", p. 3; *DN*, 29 de Junho de 1974, "Ideologias Partidos & Movimentos – O U.P.M. apresenta-se hoje ao público madeirense", p. 3; *JM*, 28 de Junho de 1974, "Na Madeira novo partido: U.P.M.", p. 4; *JM*, 29 de Junho de 1974, "UPM apresenta-se hoje", p. 7.

[1470] *CF*, 1 de Julho de 1974, edição regional, "O primeiro comício do UPM", p. 3; *CF*, 1 de Julho de 1974, edição regional, "Tudo sobre o UPM", p. 1; *CF*, 1 de Julho de 1974, edição regional, "UPM: o arranque", p. 2; *JM*, 29 de Junho de 1974, "UPM apresenta-se hoje", p. 7.

organização autónoma dos operários e empregados em sindicatos livres e das associações rurais em associações populares" [1471].

Na luta diária, salientava a UPM o seu empenho contra a carestia de vida e os salários baixos, pela redução do horário laboral, contra os despedimentos, pelo direito à habitação, contra a existência dos bairros de lata, contra a exploração lucrativa da assistência médica e medicamentosa, pela escolarização efectiva e gratuita de toda a população, pelo fim do ensino acrítico, selectivo e discriminativo, pela criação de creches e jardins de infância, "contra o turismo como forma de colonização económica (…) e segregação das populações insulares face aos forasteiros", em prol de um turismo "orientado para uma verdadeira aproximação e intercâmbio cultural entre os povos"[1472].

No campo agrícola, a UPM defendia a extinção do Grémio da Lavoura, a criação de associações populares rurais, dirigidas por camponeses eleitos, o fim da colonia e a entrega à população de baldios abusivamente expropriados, o regime livre de aproveitamento de águas de rega, livre de encargos para os camponeses, a criação de mercados livres, a "abolição das falsas "cooperativas" sujeitas ao domínio dos grandes proprietários, especuladores e caciques rurais e sua reestruturação sob o controlo das associações populares"[1473].

No sector da pesca, propunha-se a criação de cooperativas de pescadores, integrando as existentes "Casas dos Pescadores", a abolição dos intermediários e a "gestão democrática das lotas do peixe"[1474].

Na área dos bordados, foi reconhecido o papel deste produto na economia regional e na libertação da mulher, bem como a UPM advogava a criação de associações autónomas de bordadeiras em cooperação directa com

[1471] *DN*, 2 de Julho de 1974, "UPM – programa de acção imediata", p. 2; *DN*, 15 de Fevereiro de 1975, "Comando Territorial Independente da Madeira – Quartel General", p. 4; *JM*, 30 de Junho de 1974, "UPM – União do Povo da Madeira, Programa de acção imediata", p. 2.

[1472] *DN*, 2 de Julho de 1974, "UPM – programa de acção imediata", p. 2; *DN*, 15 de Fevereiro de 1975, "Comando Territorial Independente da Madeira – Quartel General", p. 4; *JM*, 30 de Junho de 1974, "UPM – União do Povo da Madeira, Programa de acção imediata", p. 2.

[1473] *DN*, 2 de Julho de 1974, "UPM – programa de acção imediata", p. 2; *DN*, 15 de Fevereiro de 1975, "Comando Territorial Independente da Madeira – Quartel General", p. 4; *JM*, 30 de Junho de 1974, "UPM – União do Povo da Madeira, Programa de acção imediata", p. 2.

[1474] *DN*, 2 de Julho de 1974, "UPM – programa de acção imediata", p. 2; *DN*, 15 de Fevereiro de 1975, "Comando Territorial Independente da Madeira – Quartel General", p. 4; *JM*, 30 de Junho de 1974, "UPM – União do Povo da Madeira, Programa de acção imediata", p. 2.

o Sindicato Livre das Operárias de Bordados e a instituição de comissões eleitas pelas associações e sindicato, para estudo do futuro do bordado[1475].

No seu ideário político, os "militantes madeirenses de esquerda" da UPM, numa linha "anti-capitalista e anti-colonialista", declaravam-se "pela tomada do poder pelos trabalhadores" e defensores de uma "sociedade sem classes (sem explorados e exploradores)"[1476].

Um dos grandes pilares da UPM foi o *CF*, que, na sua edição de 1 de Julho de 1974, emitiu um apelo de apoio e inscrição naquela organização, assumindo-se claramente como um porta-voz deste "movimento dos trabalhadores"[1477]. Consequentemente, foram publicados, na íntegra, todos os documentos da apresentação da UPM, constituindo uma edição quase exclusiva sobre este novo movimento, expressando-lhe o apoio claro deste semanário[1478].

Provando esta ligação entre o movimento político e o jornal, houve a partilha de instalações, designadamente na Rua do Seminário, n.º 35-2.º, Funchal, tendo sido criada uma secção de livraria, em colaboração com a UPM[1479].

Depois, a UPM passou a funcionar na Rua do Castanheiro, n.º 25, Funchal, na sequência da ocupação de um imóvel, em 18 de Junho de 1975[1480] – assunto a abordar, mais adiante, neste capítulo – tendo procedido à abertura da Livraria do Povo, na sua sede, no dia 13 de Outubro de 1975[1481].

Este movimento político tomou posição sobre variados problemas regionais e nacionais. A nível laboral, em Julho de 1974, a UPM manifestou-se "contra os despedimentos, contra um sindicalismo ao serviço dos patrões, por um sindicalismo a partir dos locais de trabalho", considerando ainda que "a

[1475] *DN*, 2 de Julho de 1974, "UPM – programa de acção imediata", p. 2; *DN*, 15 de Fevereiro de 1975, "Comando Territorial Independente da Madeira – Quartel General", p. 4; *JM*, 30 de Junho de 1974, "UPM – União do Povo da Madeira, Programa de acção imediata", p. 2.
[1476] *CF*, 1 de Julho de 1974, edição regional, "UPM – princípios gerais do movimento", p. 4.
[1477] *CF*, 1 de Julho de 1974, edição regional, "apoia – inscreve-te UPM", p. 10; *CF*, 11 de Julho de 1974, edição regional, "apoia – inscreve-te UPM", p. 12.
[1478] *CF*, 1 de Julho de 1974, edição regional, "O primeiro comício do UPM", p. 3; *CF*, 1 de Julho de 1974, edição regional, "Tudo sobre o UPM", p. 1; *CF*, 1 de Julho de 1974, edição regional, "UPM: o arranque", p. 2.
[1479] *CF*, edição regional, 12 de Setembro de 1974, "Comunicado", p. 5; *DN*, 8 de Setembro de 1974, "*Comércio do Funchal* – Comunicado", p. 2.
[1480] *DN*, 19 de Junho de 1975, "A U.P.M. ocupa casa para um infantário, circulo cultural, biblioteca e livraria populares", p. 8; *DN*, 20 de Junho de 1975, "Infantário Josina Machel", p. 8; *DN*, 22 de Junho de 1975, "Comunicado da Comissão Instaladora do Infantário Josina Machel", p. 3; *JM*, 20 de Junho de 1975, "U.P.M. ocupou uma casa", p. 1.
[1481] *DN*, 12 de Outubro de 1975, ""Livraria do Povo" – uma iniciativa da U.P.M.", p. 9.

emancipação dos trabalhadores [tinha] de ser obra dos próprios trabalhadores"[1482].

Em Outubro de 1974, esta organização alertou os trabalhadores da construção para o aumento dos despedimentos e o não pagamento do SMN em muitas empresas[1483].

Neste contexto, em 3 de Outubro de 1974, os núcleos sindicais da UPM promoveram um comício – dirigido "sobretudo às operárias da Indústria de Bordados e operários da construção civil"[1484] – alegando que já tinham passado cinco meses do "25 de Abril", mas continuavam a pobreza e a exploração, bem como havia o "perigo do regresso ao fascismo", como sucedeu com a tentativa de golpe de Estado, em 28 de Setembro de 1974[1485].

Este encontro, que contou com o apoio do Sindicato Livre dos Operários da Construção Civil, justificava-se pela circunstância de, naquela altura, surgirem leis que pretendiam "limitar as liberdades conquistadas pelos trabalhadores", designadamente em relação aos direitos à reunião, à greve e à liberdade de imprensa[1486].

A UPM teve um papel decisivo na aplicação do SMN na Madeira. Com efeito, este agrupamento promoveu um comício, no Funchal, em 30 de Julho de 1974, no qual foi exigida tal reivindicação, no valor de 3300$00. A seguir ao comício, houve um desfile até à sede da JGDAF, onde estava reunida uma comissão interministerial, que se encontrava na ilha, para tratar, entre outros, este tema[1487].

[1482] *DN*, 28 de Julho de 1974, "Comício do UPM, 3.ª feira", p. 6; *DN*, 30 de Julho de 1974, "O UPM promove esta noite um comício no Jardim Municipal", p. 2; *DN*, 31 de Julho de 1974, "Comício do UPM", p. 3; *JM*, 30 de Julho de 1974, "Hoje no Jardim Municipal comício dos núcleos sindicais do UPM", p. 12*; JM*, 31 de Julho de 1974, "UPM esclarece trabalhadores", p. 12.

[1483] *DN*, 2 de Outubro de 1974, "Os núcleos sindicais do U.P.M. apoiam a luta dos trabalhadores contra a exploração capitalista", p. 6.

[1484] *JM*, 2 de Outubro de 1974, "Comício do U.P.M.", p. 2; *JM*, 3 de Outubro de 1974, "Vida política – Manifesto da U.P.M.", p. 2.

[1485] *DN*, 3 de Outubro de 1974, "Comunicado do U.P.M.", p. 5.

[1486] *DN*, 3 de Outubro de 1974, "Sindicato Livre dos Operários da Construção Civil e Ofícios Correlativos do Distrito do Funchal", p. 7; *JM*, 2 de Outubro de 1974, "Comício do U.P.M.", p. 2; *JM*, 3 de Outubro de 1974, "Vida política – Manifesto da U.P.M.", p. 2.

[1487] *DN*, 28 de Julho de 1974, "Comício do UPM, 3.ª feira", p. 6; *DN*, 30 de Julho de 1974, "O UPM promove esta noite um comício no Jardim Municipal", p. 2; *DN*, 31 de Julho de 1974, "Comício do UPM", p. 3; *JM*, 30 de Julho de 1974, "Hoje no Jardim Municipal comício dos núcleos sindicais do UPM", p. 12; *JM*, 31 de Julho de 1974, "UPM esclarece trabalhadores", p. 12.

Carlos de Azeredo, no dia 1 de Agosto de 1974, frisou que a aplicação do SMN à Madeira era um motivo de preocupação, devido a esta ser uma "região pobre", o que implicava o estudo da sua viabilização[1488].

O referido militar reprovou a atitude de elementos da UPM, acompanhados por populares, que entraram no gabinete de trabalho da Comissão Interministerial, na JGDAF, gritando "fascistas" aos seus membros, tendo condenado a pressão para haver salários impossíveis e reivindicações irrealistas, perante uma economia "extremamente precária", pois havia diferenças entre salário justo e salário possível num contexto económico[1489].

Carlos de Azeredo esclareceu que um popular agrediu um polícia militar e que não houve agressão de um capitão a qualquer manifestante, dentro do gabinete da JGDAF, ao contrário do que dizia um comunicado da UPM. Por fim, remeteu os jornalistas para a Comissão Interministerial sobre as conclusões relativas à possibilidade de aplicação do SMN na Madeira[1490].

A propósito das declarações de Carlos de Azeredo, a UPM – defendendo a justeza da reivindicação do SMN na Madeira – apresentou a sua versão dos acontecimentos, informando, designadamente, que, na sequência de várias intervenções no seu comício, no dia 30, sobre os despedimentos, a aplicação do SMN e o sindicalismo, um dos intervenientes propôs a deslocação, em cortejo, até à JGDAF, onde se reunia a Comissão Interministerial[1491].

[1488] *DM*, 3 de Agosto de 1974, "Ventos ilhéus – Conferência de imprensa", p. 5; *DN*, 2 de Agosto de 1974, "Conferência de imprensa com o delegado do Governo da Madeira", pp. 1 e 4; *EF*, 5 de Agosto de 1974, "Comunicação aos órgãos de informação", pp. 1 e 3; *JM*, 2 de Agosto de 1974, ""Teremos de preservar neste território a disciplina cívica, a liberdade do trabalho e a paz de todos os portugueses" – palavras do tenente-coronel Carlos de Azeredo, encarregado do Governo do Distrito do Funchal, na vigorosa comunicação feita ontem aos órgãos de informação", pp. 1-2.

[1489] *DM*, 3 de Agosto de 1974, "Ventos ilhéus – Conferência de imprensa", p. 5; *DN*, 2 de Agosto de 1974, "Conferência de imprensa com o delegado do Governo da Madeira", pp. 1 e 4; *EF*, 5 de Agosto de 1974, "Comunicação aos órgãos de informação", pp. 1 e 3; *JM*, 2 de Agosto de 1974, ""Teremos de preservar neste território a disciplina cívica, a liberdade do trabalho e a paz de todos os portugueses" – palavras do tenente-coronel Carlos de Azeredo, encarregado do Governo do Distrito do Funchal, na vigorosa comunicação feita ontem aos órgãos de informação", pp. 1-2.

[1490] *DM*, 3 de Agosto de 1974, "Ventos ilhéus – Conferência de imprensa", p. 5; *DN*, 2 de Agosto de 1974, "Conferência de imprensa com o delegado do Governo da Madeira", pp. 1 e 4; *EF*, 5 de Agosto de 1974, "Comunicação aos órgãos de informação", pp. 1 e 3; *JM*, 2 de Agosto de 1974, ""Teremos de preservar neste território a disciplina cívica, a liberdade do trabalho e a paz de todos os portugueses" – palavras do tenente-coronel Carlos de Azeredo, encarregado do Governo do Distrito do Funchal, na vigorosa comunicação feita ontem aos órgãos de informação", pp. 1-2.

[1491] *CF*, 3 de Agosto de 1974, edição regional, "O UPM perante os incidentes de quarta-feira", p. 5.

Depois, os manifestantes exigiram que a Comissão viesse à porta do edifício para garantir a aplicação do SMN, tendo vindo um elemento da Comissão conceder informações à multidão, mas, segundo a UPM, foram prestadas de forma confusa. Então, pretendendo uma melhor certeza do objectivo, os trabalhadores entraram no edifício e foram até à sala onde estava a mencionada comissão[1492].

Aí, perante a afirmação de um elemento da comissão de que o SMN era de âmbito nacional e do facto do subdelegado de trabalho referir que já se aplicava na Madeira, muitos trabalhadores negaram tal facto e envolveram-se em troca de impressões. Esta conversa foi interrompida pela presença de uma força militar, chefiada pelo capitão Viana, que exigiu a manutenção de apenas três elementos dos manifestantes e não de todos e, face à recusa desta imposição, foi dado ordem de prisão a um dos manifestantes, que, neste ambiente, chamou-lhe "fascista", tendo um dos presentes sido agredido a soco por este capitão e posto fora do edifício, acabando a Comissão Interministerial por se retirar da sala, tendo sido seguida pelos trabalhadores[1493].

Também, o *CF* secundou a visão da UPM, destacando, entre outros aspectos, que houve um ambiente de "segredo" em redor da presença da comissão interministerial na Madeira, desconhecendo-se que entidades iria contactar e que acção iria desenvolver, surgindo um ambiente tenso e de dúvidas, nomeadamente pensando-se que só iriam ser consultadas as entidades patronais, ficando à margem as organizações dos trabalhadores, numa matéria importante que era a adopção do SMN na Madeira[1494].

Para este semanário, o comício da UPM, bem como a subsequente manifestação em frente à JGDAF "integrava[m]-se na movimentação dos trabalhadores" preocupados com a sua não audição e uma eventual não aplicação regional do SMN, representando este valor o mínimo necessário à subsistência dos trabalhadores, que, na Madeira, tinham um custo de vida superior à média nacional[1495].

[1492] *CF*, 3 de Agosto de 1974, edição regional, "O UPM perante os incidentes de quarta-feira", p. 5.
[1493] *CF*, 3 de Agosto de 1974, edição regional, "O UPM perante os incidentes de quarta-feira", p. 5.
[1494] *CF*, 3 de Agosto de 1974, edição regional, "Salário mínimo: sim ou não?", pp. 1-4 e 11.
[1495] *CF*, 3 de Agosto de 1974, edição regional, "Salário mínimo: sim ou não?", pp. 1-4 e 11.

Reconhecia o *CF* que esta medida podia prejudicar muitas empresas frágeis, mas não podiam continuar com salários de fome, havendo necessidade de, a par do SMN, serem tomadas outras medidas, como a modificação da estrutura económica e do sistema de impostos e, por ser a Madeira uma parte nacional, a sua reivindicação do SMN nesta região era justa e indiscutível[1496].

Ainda no campo da defesa dos trabalhadores, a UPM manifestou a sua solidariedade à paralisação dos trabalhadores da empresa Electrónica – Blandy Brothers (Edifício Girassol)[1497], bem como à ocupação da fábrica da Portex[1498] e ainda à greve dos operários da firma João Augusto de Sousa (Filhos), contra o despedimento de quatro colegas, por terem participado na manifestação de apoio ao presidente do Sindicato da Construção Civil, Diamantino Alturas, realizada em 23 de Setembro de 1975, bem como à sua paralisação, para satisfação de outras reivindicações[1499].

Com uma forte ligação aos movimentos desenvolvidos em Machico, a mencionada organização realizou, nesta localidade, actividades públicas, como sucedeu com o comício promovido em 22 de Dezembro de 1974, para "falar dos seus problemas", nomeadamente da Grão-Pará, Matur, da colonia, da pesca, do ensino e da importância do "25 de Abril"[1500].

Fazendo um balanço das acções empreendias em 1974, na Madeira, a UPM destacou as greves dos operários da construção civil por melhores condições de trabalho e salariais, as paralisações deste sector em solidariedade com os trabalhadores da Batifer e da Madeira Supérbia, na sua acção contra os despedimentos, a luta dos operários do Hinton pelo SMN, o "despertar do campo" na luta contra o regime de colonia, assinalando o comício-manifestação dos caseiros em Novembro de 1974 e o afastamento de funcionários nas edilidades de Câmara de Lobos, Calheta e Machico[1501].

[1496] *CF*, 3 de Agosto de 1974, edição regional, "Salário mínimo: sim ou não?", pp. 1-4 e 11.
[1497] *DN*, 6 de Junho de 1975, "Continua a greve na Electrónica", p. 8.
[1498] *DN*, 1 de Agosto de 1975, "Ontem ao fim da tarde – Operárias da "Portex" (montagem de produtos cirúrgicos) ocuparam o local de trabalho", p. 8; *DN*, 2 de Agosto de 1975, "As operárias do Girassol solidarizam-se", p. 8; *JM*, 2 de Agosto de 1975, "Comunicados recebidos", p. 8.
[1499] *DN*, 22 de Outubro de 1975, "Trabalhadores repudiam despedimentos", p. 7-8.
[1500] *DN*, 21 de Dezembro de 1974, "Comunicados – Comício do U.P.M.", p. 4.
[1501] *CF*, 16 de Janeiro de 1975, separata regional, "Madeira-74 – A luta de classes agudiza-se", p. 5.

No campo político, de âmbito nacional, a UPM apoiou as reivindicações independentistas dos movimentos de libertação das colónias portuguesas em África, numa linha "anti-colonialista", solidarizando-se com a "justa luta dos povos africanos de Angola, Moçambique e Guiné-Cabo Verde"[1502].

Assim, em Setembro de 1974, em associação com o GAPC-PP, a UPM promoveu, no Funchal, uma exposição de cartazes e documentos dos movimentos de libertação, assim como um comício, como apoio aos povos das colónias e aos seus movimentos de libertação[1503].

No conjunto das intervenções da UPM, realçamos a "manifestação anti-fascista e anti-capitalista" – convocada por esta organização, em articulação com a FEC(M-L), com o apoio de sindicatos "progressistas" – contra a tentativa de golpe de Estado, no Continente, em 11 de Março de 1975, e de apoio ao MFA, gritando-se palavras de ordem como "O fascismo não passará porque o povo não deixará", "Morte ao fascismo – justiça popular" e "Fora com o governador Rebelo"[1504].

Assinale-se que, no mesmo dia 11 de Março, aconteceu uma outra manifestação, com o apoio do PS, PCP e MDP/CDE, apoiando o MFA, "numa grande vitória sobre a reacção e o fascismo", dirigindo-se para o quartel-general (Palácio de S. Lourenço), onde o governador militar, Carlos de Azeredo, falou aos manifestantes, regozijando-se com esta vitória da "aliança Povo-M.F.A."[1505].

Em 1975, a UPM associou-se a algumas efemérides, agora num país em liberdade, como o Dia Internacional da Mulher, em 8 de Março, efectuando uma sessão de esclarecimento[1506].

[1502] *CF*, 1 de Julho de 1974, edição regional, "UPM – princípios gerais do movimento", p. 4.

[1503] *CF*, edição regional, 12 de Setembro de 1974, "Exposição Anti-Colonial", p. 7; *DN*, 12 de Setembro de 1974, "Pela amizade entre o português e os povos da Guiné e das colónias", p. 3; *DN*, 14 de Setembro de 1974, "UPM apoia movimentos de libertação", p. 3; *DN*, 15 de Setembro de 1974, "Comício de apoio aos movimentos de libertação", p. 9; *JM*, 12 de Setembro de 1974, "Manifesto do UPM – União do Povo da Madeira", p. 2; *JM*, 14 de Setembro de 1974, "Comício do U.P.M.", p. 2.

[1504] *DN*, 12 de Março de 1975, "Manifestações anti-fascistas e de apoio ao M.F.A. no Funchal", p. 3.

[1505] *DN*, 12 de Março de 1975, "Manifestações anti-fascistas e de apoio ao M.F.A. no Funchal", p. 3.

[1506] *DN*, 8 de Março de 1975, "Comunicados – Da União do Povo da Madeira, Pela libertação da mulher trabalhadora", p. 10.

No campo cultural, a UPM promoveu alguns espectáculos, no mês de Outubro de 1974, no centro do Funchal[1507], em S. Martinho (a convite da FPDM)[1508], em Machico (em conjugação com o CIPM)[1509] e na Ponta do Sol (a convite da Comissão Popular da Lombada)[1510], com a participação de Tino Flores, Fausto e Vitorino Salomé.

Depois, em Janeiro de 1975, realizou-se um conjunto de comícios e festas populares da UPM, com a intervenção de cantores, como Tino Flores, na Camacha, Funchal, Caniçal e Calheta[1511].

Também a UPM se solidarizou com ocupações de edifícios, destinados a servir cooperativas de produção e de consumo que, então, surgiram na Madeira. Assim, sucedeu com uma casa, em S. Martinho, para a instalação de uma cooperativa de consumo, depois de não ter dado resultado a conversação com o seu proprietário[1512].

Igualmente, ocorreu o apoio da UPM à ocupação do prédio n.º 10 da Rua do Anadia, no Funchal, promovida pela cooperativa COCAN – nascida de uma reunião da UPM, de modo a que os operários e camponeses se pudessem defender do alto custo de vida – e que, anteriormente, funcionava, há cerca de quatro meses, num espaço cedido pelo *CF*[1513].

No âmbito das ocupações, visando o seu uso para fins habitacionais, a UPM subscreveu o acto promovido numa casa no Funchal, na Travessa da Infância, que se encontrava abandonada há 10 anos[1514].

[1507] *CF,* separata regional, 21 de Novembro de 1974, "Festas populares – A canção como arma", p. 8; *DN*, 26 de Outubro de 1974, "Festa Popular do UPM – "Notícia falsa e injuriosa" provoca manifestação", p. 8.

[1508] *DN*, 25 de Outubro de 1974, "Espectáculo de música popular promovido pelo U.P.M.", p. 8; *DN*, 26 de Outubro de 1974, "Sessão de canto livre em S. Martinho", p. 5; *JM*, 26 de Outubro de 1974, "Fausto e Tino Flores na Madeira", p. 8.

[1509] *DN*, 25 de Outubro de 1974, "Espectáculo de música popular promovido pelo U.P.M.", p. 8;

[1510] *DN*, 23 de Outubro de 1974, "Fausto, José Mário Branco e Tino Flores na Lombada", p. 3; *DN*, 25 de Outubro de 1974, "Espectáculo de música popular promovido pelo U.P.M.", p. 8.

[1511] *DN*, 19 de Janeiro de 1975, "União do Povo da Madeira", p. 2.

[1512] *DN*, 19 de Julho de 1974, "Moradores de S. Martinho ocupam casa para cooperativa", p. 8; *DN*, 23 de Julho de 1974, "Trabalhadores organizam-se", p. 8.

[1513] *DN*, 1 de Abril de 1975, "Comunicados – Do U.P.M. (União do Povo da Madeira) sobre a ocupação feita pela Cooperativa COCAN", p. 6; *DN*, 1 de Maio de 1975, "Uma cooperativa de produção e consumo funciona na Madeira desde há quatro meses", p. 5.

[1514] *DN*, 25 de Junho de 1975, "Ocupação de casas em Machico e no Funchal", p. 3.

Mas a UPM não foi apenas solidária, sendo uma interveniente no capítulo das ocupações. Esta organização funcionava na Rua do Seminário, 35-2.º, Funchal, onde o *CF* tinha a sua sede[1515].

Em 18 de Junho de 1975, a UPM ocupou um edifício – com o n.º 25 da Rua do Castanheiro, no Funchal, pertencente à família de Aragão de Freitas – que estava fechado, há alguns anos, para transformá-lo em "infantário, círculo cultural, biblioteca e livraria populares", numa ideia de seguir o que se passava no Continente, "ocupando casas desocupadas, que os senhorios se nega[va]m a alugar", justificando a UPM que tinha falado com o proprietário e que este só aceitava vender e não arrendar[1516].

O *CF* integrou este acto no "movimento de ocupação de casas vazias [que] constitui[a] uma importante frente de luta contra os senhorios parasitas", bem como na acção de "ocupação de quintas e palacetes abandonados para os pôr ao serviço das classes trabalhadoras, criando creches, jardins e centros culturais"[1517].

Um episódio muito importante, com repercussões nacionais e internacionais, a que esteve ligada a UPM, foi a expulsão da Madeira do iate "Apollo", então considerando o maior iate do mundo, sede da OTC (*Operation and Transport Corporation*) – organização internacional de consultores comerciais e de gestão de empresas – e que se encontrava na ilha, no âmbito de um "vasto programa de intercâmbio cultural entre aquela companhia e o povo português", através da actuação do conjunto musical "Apollo Stars"[1518].

Esta acção aconteceu logo após o comício da UPM, realizado, no Funchal, em 3 de Outubro de 1974, para se manifestar contra o "perigo do regresso ao fascismo"[1519].

[1515] *CF*, edição regional, 12 de Setembro de 1974, "Comunicado", p. 5; *DN*, 8 de Setembro de 1974, "*Comércio do Funchal* – Comunicado", p. 2.

[1516] *DN*, 19 de Junho de 1975, "A U.P.M. ocupa casa para um infantário, circulo cultural, biblioteca e livraria populares", p. 8; *DN*, 20 de Junho de 1975, "Infantário Josina Machel", p. 8; *DN*, 22 de Junho de 1975, "Comunicado da Comissão Instaladora do Infantário Josina Machel", p. 3.

[1517] *CF*, 21 de Junho de 1975, "Em frente contra o capitalismo pela ocupação de casas vazias", p. 2.

[1518] *DM*, 27 de Abril de 1974, "Um presente de Páscoa ao Povo de Almada", p. 3; *DN*, 26 de Abril de 1974, "Os conjuntos "Apollo Stars" e "Especialistas" actuaram no Continente", p. 5.

[1519] *DN*, 2 de Outubro de 1974, "Os núcleos sindicais do U.P.M. apoiam a luta dos trabalhadores contra a exploração capitalista", p. 6; *DN*, 3 de Outubro de 1974, "Comunicado do U.P.M.", p. 5; *JM*, 2 de Outubro de 1974, "Comício do U.P.M.", p. 2; *JM*, 3 de Outubro de 1974, "Vida política – Manifesto da U.P.M.", p. 2.

Então, centenas de populares, no molhe da Pontinha, protestaram contra a presença do iate Apollo no porto e da Cindusta (pertencente à O.T.C.) que tinha sede na Rua do Arcipreste, no Funchal. Em manifestação, os populares digiram-se à Pontinha, apedrejando a embarcação e lançando ao mar dois carros e dez motos, que se encontravam junto à referida embarcação, tendo alguns dos manifestantes entrado na mesma, afastando-se esta de seguida do porto[1520].

Neste local, bem como na sede da Cindusta, compareceram forças militares, para conter a explosão popular. O iate em questão fora apontado como um elemento de ligação com a CIA, com base em informação da comunicação social nacional e estrangeira[1521].

Os dirigentes da UPM e dos representantes dos populares envolvidos nos acontecimentos do dia 3 de Outubro de 1974 esclareceram que os manifestantes se portaram ordeiramente, até ao lançamento dos carros e motos ao mar – que não eram de madeirenses, mas de pessoas do barco – acto que só aconteceu como resposta à atitude dos tripulantes do iate que lançaram jactos de água aos que protestavam. Acrescentaram que a pretensão dos populares era exigir que o Apollo e a Cindusta abandonassem a Madeira, "convencidos das suas fortes ligações com a C.I.A."[1522].

Por seu turno, na sua edição nacional de 3 de Outubro de 1974, o *CF* explicou que, nos escritórios da Cindusta, foram encontrados documentos que relacionavam a actividade desta empresa com pessoas da extrema direita regional e nacional[1523].

No dia 6 de Outubro de 1974 – e depois de ter estado ao largo, desde a noite de 3 para 4 de Outubro, sob a vigilância das FA – o iate Apollo abandonou

[1520] *DN*, 4 de Outubro de 1974, "Algumas centenas de pessoas manifestaram-se a noite passada contra a presença no Funchal do "Apollo" e da existência da "Cindusta" - Dois automóveis e dez motos atirados ao mar", p. 1; *JM*, 4 de Outubro de 1974, "No molhe da Pontinha – Manifestação contra o iate "Apollo"", p. 8; *JM*, 5 de Outubro de 1974, "A manifestação contra o "Apollo"", p. 12.

[1521] *DN*, 4 de Outubro de 1974, "Algumas centenas de pessoas manifestaram-se a noite passada contra a presença no Funchal do "Apollo" e da existência da "Cindusta" – Dois automóveis e dez motos atirados ao mar", p. 1; *JM*, 4 de Outubro de 1974, "No molhe da Pontinha – Manifestação contra o iate "Apollo"", p. 8; *JM*, 5 de Outubro de 1974, "A manifestação contra o "Apollo"", p. 12.

[1522] *DN*, 5 de Outubro de 1974, "O caso do "Apollo"", pp. 1 e 4.

[1523] *CF*, edição nacional, 3 de Outubro de 1974, "Novamente o iate Apollo", p. 10.

a Madeira, rumando para a África do Sul, garantindo o seu comandante, Peter David Warren, que jamais voltaria à ilha e também ao Continente português[1524].

Sobre a acusação de estarem ligados à CIA, o aludido responsável disse que era uma "ideia estúpida" e que vários jornais portugueses tinham sido processados por essa afirmação, referindo ainda que não gostavam da CIA, tendo inclusivamente feito um processo contra esta organização em Paris, por informações falsas da parte desta entidade[1525].

No âmbito da sua acção, a UPM defendeu a necessidade do saneamento de servidores do anterior regime, como na CMF[1526], bem como tomou posições sobre actos de diversos titulares de cargos públicos.

No quadro político nacional, em Janeiro de 1975, a UPM decidiu apoiar a FEC (ML), nas eleições da AC de 1975, tendo em conta a sua concordância com o seu programa e por considerar que o movimento regional "não poder[ia] ter uma posição de carácter regionalista", devendo incluir-se no "todo nacional"[1527]. No I Congresso da FEC (ML), em 20 de Janeiro de 1975, na Nazaré, participaram militantes da Madeira e do *CF*[1528].

5.3. Frente Popular Democrática da Madeira (FPDM)

Em 13 de Julho de 1974, um comunicado da FPDM, assinado por José Manuel de Almada, anunciou "um novo movimento político""[1529].

Nesse documento, a FPDM assumia-se como "um movimento de trabalhadores, militantes de esquerda, de correntes de pensamento e acção política e partidária e não partidária, que actuando em moldes democráticos",

[1524] *DN*, 7 de Outubro de 1974, "O "Apollo" deixa a Madeira com destino à África do Sul e "afirma" não mais voltar", pp. 1 e 10.
[1525] *DN*, 7 de Outubro de 1974, "O "Apollo" deixa a Madeira com destino à África do Sul e "afirma" não mais voltar", pp. 1 e 10.
[1526] *DN*, 2 de Outubro de 1974, "Os núcleos sindicais do U.P.M. apoiam a luta dos trabalhadores contra a exploração capitalista", p. 6.
[1527] *DN*, 19 de Janeiro de 1975, "Comunicados – Da União do Povo da Madeira", p. 6.
[1528] *DN*, 21 de Janeiro de 1975, "O I Congresso da Frente Eleitoral Comunista (marxista-leninista)", p. 9.
[1529] *DM*, 13 de Julho de 1974, "Comunicado", p. 7; *DN*, 13 de Julho de 1974, "Política-Informação, ideologias, partidos e movimentos – Surge na Madeira um outro movimento político FPDM, objectivos genéricos", p. 3; *EF*, 15 de Julho de 1974, "Frente Popular Democrática da Madeira - Novo partido político madeirense", p. 12; *JM*, 13 de Julho de 1974, "Frente Popular Democrática da Madeira", p. 7;

propunha-se “lutar para que [fossem] as classes trabalhadoras a definir, eleger, constituir e controlar directamente os órgãos de Poder tendo como objectivo último a instauração de uma sociedade sem classes de explorados e exploradores”.[1530].

Este agrupamento defendia, ainda, uma “linha de consciencialização e de acção política das massas populares, de modo a que estas não só escolh[essem] e eleg[essem] livremente os seus representantes aos órgãos de poder”, como principalmente fossem “partes principais na resolução dos problemas locais”, não abdicando a FPDM do direito de opinar e interferir nas propostas oficiais sobre os problemas do arquipélago. Esta organização definiu como sua “missão fundamental […] chamar a atenção, esclarecer e dinamizar as classes trabalhadoras”[1531].

Os objectivos da FPDM eram

> “CONSOLIDAÇÃO DAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS, pela neutralização e combate aos redutos fascistas e reaccionários […] CONSTITUIÇÃO DE UMA DEMOCRACIA POLÍTICA E ECONÓMICO-SOCIAL […] b) transformação dos órgãos de administração local (Junta Geral e câmaras municipais, nomeadamente) em órgãos de gestão democrática e compostos por elementos eleitos pelo Povo; c) formação de sindicatos livres; d) constituição de verdadeiras cooperativas e associações de produtores e consumidores; […] LUTA PELO FIM DA GUERRA COLONIAL E PELO RECONHECIMENTO DO DIREITO DOS POVOS À INDEPENDÊNCIA […] CONSOLIDAÇÃO DA UNIDADE ENTRE AS FORÇAS DEMOCRÁTICAS E POPULARES E O MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS […] passo imprescindível para a construção da Democracia Política e Económico-Social”[1532].

No ideário político, a FPDM esclareceu que não defendia a “ditadura do proletariado”, mas a “democracia popular, consequência de uma revolução democrática”[1533].

[1530] *DM*, 13 de Julho de 1974, “Comunicado”, p. 7; *DN*, 13 de Julho de 1974, “Política-Informação, ideologias, partidos e movimentos – Surge na Madeira um outro movimento político FPDM, objectivos genéricos”, p. 3; *EF*, 15 de Julho de 1974, “Frente Popular Democrática da Madeira - Novo partido político madeirense”, p. 12; *JM*, 13 de Julho de 1974, “Frente Popular Democrática da Madeira”, p. 7.

[1531] *DM*, 13 de Julho de 1974, “Comunicado”, p. 7; *DN*, 13 de Julho de 1974, “Política-Informação, ideologias, partidos e movimentos – Surge na Madeira um outro movimento político FPDM, objectivos genéricos”, p. 3; *EF*, 15 de Julho de 1974, “Frente Popular Democrática da Madeira - Novo partido político madeirense”, p. 12; *JM*, 13 de Julho de 1974, “Frente Popular Democrática da Madeira”, p. 7.

[1532] *DM*, 13 de Julho de 1974, “Comunicado”, p. 7; *DN*, 13 de Julho de 1974, “Política-Informação, ideologias, partidos e movimentos – Surge na Madeira um outro movimento político FPDM, objectivos genéricos”, p. 3; *EF*, 15 de Julho de 1974, “Frente Popular Democrática da Madeira - Novo partido político madeirense”, p. 12; *JM*, 13 de Julho de 1974, “Frente Popular Democrática da Madeira”, p. 7.

[1533] *JM*, 22 de Outubro de 1975, “Refutando afirmações menos correctas”, p. 2.

A sua sede/centro de trabalho inicial funcionou na Rua das Hortas, n.º 76-B, Funchal, a partir de Agosto de 1974[1534], vindo a mudar-se, em Junho de 1975, para a Rua do Pombal, n.º 13, na mesma cidade[1535].

Muitos encontros de membros e simpatizantes da FPDM aconteceram, não apenas na sede, mas também noutros locais da ilha, designadamente na Camacha e em S. Martinho, visando discutir as suas linhas de acção, esclarecer as populações sobre esta organização política e tratar de problemas sociais[1536].

No âmbito da sua actividade, a Comissão Juvenil da FPDM promoveu um encontro-acampamento com cerca de 60 jovens, no Caniço, em Outubro de 1974, no qual foram debatidos assuntos como a situação da mulher na sociedade e a guerra colonial[1537].

Para a melhor divulgação da sua mensagem, em Setembro de 1974, a FPDM lançou uma publicação não periódica, *A Força do Povo*, através da qual dava conta de assembleias populares e relevava a organização dos operários e a sua luta, que deveria ser "obra dos próprios trabalhadores"[1538].

No quadro das suas actividades, esta organização apoiou a acção dos profissionais de calçado, visando, entre outras reivindicações, a aplicação do SMN (3300$00)[1539].

Igualmente, a FPDM solidarizou-se com a ocupação de uma casa, em S. Martinho, para a instalação de uma cooperativa de consumo, a COOPOSMAR[1540].

No plano da política nacional, a FPDM juntou o seu apoio à declaração de reconhecimento do direito dos povos à independência, valorizando os

---

[1534] *DN*, 1 de Agosto de 1974, "Frente Popular Democrática da Madeira, Comunicado – Sede", p. 7; *JM*, 1 de Agosto de 1974, "Comunicado do F.P.D.M.", p. 4.

[1535] *JM*, 8 de Junho de 1975, "Comunicados", p. 5.

[1536] *DN*, 25 de Setembro de 1974, "Assembleia da F.P.D.M.", p. 5; *DN*, 26 de Setembro de 1974, "Assembleia da F.P.D.M.", p. 5; *DN*, 3 de Outubro de 1974, "F.P.D.M.", p. 8; *DN*, 4 de Dezembro de 1974, "Assembleias, comícios, reuniões – Assembleia popular em S. Martinho", p. 6; *JM*, 26 de Novembro de 1974, "Notícias da Camacha – Sessão de esclarecimento político da Frente Popular Democrática da Madeira", p. 4.

[1537] *DN*, 5 de Outubro de 1974, "F.P.D.M. – Encontro de Jovens", p. 5; *DN*, 11 de Outubro de 1974, "50 jovens em convício discutem", pp. 5-6.

[1538] *DN*, 1 de Setembro de 1974, "A Força do Povo", p. 1; *DN*, 7 de Setembro de 1974, ""Força do Povo", jornal porta-voz da F.P.D.M.", p. 1.

[1539] *DN*, 29 de Agosto de 1974, "Assembleia dos profissionais de calçado", p. 5.

[1540] *DN*, 19 de Julho de 1974, "Moradores de S. Martinho ocupam casa para cooperativa", p. 8; *DN*, 23 de Julho de 1974, "Trabalhadores organizam-se", p. 8.

movimentos de libertação e a ideia de que Portugal poderia sobreviver sem as colónias[1541].

Relativamente à conspiração do "28 de Setembro de 1974", a organização política em apreço considerou que tal era sinal de uma "progressão descarada da reacção burguesa […] para fazer voltar o País ao odioso regime fascista". Por isso, apelou à "total unidade das forças políticas [...] contra o inimigo comum", de modo a que os militantes da FPDM, do PS, do PCP e da UPM engrossassem "as fileiras de combate à reacção […] selando a aliança entre as massas populares e o Movimento das Forças Armadas"[1542].

Com atenção ao nível internacional, a FPDM promoveu, em 12 de Outubro de 1974, uma sessão evocativa de Che Guevara, "grande guerrilheiro, assassinado tragicamente pelas balas do imperialismo americano"[1543].

No campo cultural, a FPDM convidou os cantores Tino Flores, Fausto e Vitorino Salomé – que se encontravam na Madeira, por iniciativa da UPM – a efectuarem um espectáculo, em S. Martinho, Funchal, no dia 26 de Outubro de 1974[1544].

No relacionamento com outras entidades políticas, a FPDM teve alguns episódios de tensão com o PCP. Por um lado, este partido nacional acusou a FPDM de "fazer trabalho de diversão ideológica, de calúnias às forças progressistas, alimentando o anti-comunismo"[1545]. Por seu turno, a FPDM alertou os madeirenses para a "grave situação criada a nível nacional pela crescente escalada de pressões e violências organizada pelos social-fascistas do PC e seus satélites", que visava derrubar o VI Governo que era "a concretização da possibilidade de acção [das] forças patrióticas", apelando a FPDM à neutralização de "fascistas e social-fascistas"[1546].

[1541] *DN*, 3 de Agosto de 1974, "Comício da F.P.D.M.", p. 3; *DN*, 4 de Agosto de 1974, "Comício da F.P.D.M.", p. 2; *DN*, 6 de Agosto de 1974, "Comício da F.P.D.M.", p. 3; *JM*, 3 de Agosto de 1974, "No Jardim Municipal comício da F.P.D.M.", p. 8.

[1542] *DN*, 1 de Outubro de 1974, "Combater e destruir a reacção – A tarefa política do momento – Comunicado da Frente Popular Democrática da Madeira", p. 6.

[1543] *DN*, 9 de Outubro de 1974, "Evocação de Che Guevara na Frente Popular Democrática da Madeira", p. 3; *DN*, 12 de Outubro de 1974, "A figura de Che Guevara numa conferência da F.P.D.M.", p. 4.

[1544] *DN*, 26 de Outubro de 1974, "Sessão de canto livre em S. Martinho", p. 5.

[1545] *DN*, 29 de Outubro de 1975, "A FPDM atacada pelo PC", p. 6.

[1546] *DN*, 21 de Novembro de 1975, "F.P.D.M. analisa situação política", p. 8.

5.4. Centro de Informação Popular de Machico (CIPM)

Fora do Funchal, "em princípios de Maio" de 1974, registou-se a instalação do CIPM no n.º 21 da Rua do Ribeirinho, Machico[1547], surgindo o seu primeiro comunicado, na imprensa regional, em 18 de Junho do mesmo ano[1548]. Assim, se infere que o CIPM foi uma das primeiras organizações cívico-políticas que surgiram na Madeira, depois do "25 de Abril".

A associação nasceu pela mão de um grupo de jovens "dos mais conscientes de Machico", que sentiu a "necessidade de dinamizar a vida associativa do concelho, e realizar um trabalho de consciencialização dos trabalhadores", tendo o CIPM dado "ao povo a possibilidade de fazer as suas reivindicações duma forma unida e organizada" [1549].

Os seus objectivos assentavam na resolução de situações difíceis socialmente, como o regime de colonia, a inexistência de água potável, energia eléctrica e saneamento básico, a par da pretensão de afastar os dirigentes e servidores da edilidade local[1550].

O referido agrupamento actuou também noutras áreas, como a criação do jardim de infância no Forte de S. João Baptista e a formação de comissões de trabalho municipais[1551], tendo criado um serviço de atendimento, em que tratava de vários assuntos[1552], proporcionando o CIPM a "ajuda concreta aos trabalhadores, operários, pescadores e camponeses em problemas que [tinham] dificuldade em resolver"[1553]. Jubilava-se o CIPM pelo facto da sua sede constituir "franca e livremente a casa do povo"[1554].

[1547] *DN*, 14 de Dezembro de 1974, "Esclarecimento da Acção Católica de Machico", p. 2.
[1548] *DN*, 18 de Junho de 1974, "Centro de Informação Popular de Machico – Esclarecimento", p. 9; *JM*, 18 de Junho de 1974, "Centro de Informação Popular de Machico – Informação", p. 8.
[1549] *CF*, 28 de Novembro de 1974, "Mesa redonda com os responsáveis do Centro de Informação Popular de Machico", p. 4.
[1550] *CF*, 28 de Novembro de 1974, "Mesa redonda com os responsáveis do Centro de Informação Popular de Machico", p. 4.
[1551] *DN*, 1 de Novembro de 1974, "Comunicados – Do Centro de Informação Popular de Machico", p. 5.
[1552] *DN*, 30 de Junho de 1974, "Centro de Informação Popular de Machico – Comunicado", p. 4.
[1553] *CF*, 28 de Novembro de 1974, "Mesa redonda com os responsáveis do Centro de Informação Popular de Machico", p. 4.
[1554] *JM*, 23 de Agosto de 1974, "Centro de Informação Popular de Machico a propósito de "Democracia em Machico?"", p. 2.

No conjunto das suas actividades, o CIPM promoveu e apoiou a realização de reuniões de bordadeiras machiquenses, cedendo, inclusivamente, a sua sede para o efeito[1555].

Outra acção que mereceu a concordância do CIPM foi a ocupação do imóvel da Rua General Teixeira de Aguiar, números 67 e 69 (frente à Igreja Matriz), para servir de sede da CPU, em Machico, no dia 6 de Junho de 1975, e que funcionava, até aquela data, na sede do CIPM[1556].

A mesma associação apoiou as movimentações dos trabalhadores do complexo turístico Matur, localizado na freguesia de Água de Pena, concelho de Machico[1557].

Outro campo de actuação do CIPM foi a mobilização de cidadãos, para a denúncia dos funcionários que serviram o anterior regime e ofenderam a dignidade das pessoas, situação que originou a manifestação popular, frente à CMM, em 14 de Junho de 1974[1558].

Na área educativa, o CIPM promoveu a comemoração do Dia Mundial da Infância, em 7 de Outubro de 1974, no Forte de S. João Baptista, com cortejo até à vila local, designada como "encontro fraternal e festivo" das crianças do concelho[1559].

Entretanto, em 1 de Junho de 1975, numa acção conjunta com a Comissão de Educação e Cultura da CMM, o CIPM assinalou o Dia Mundial da Criança, com actividades recreativas e desportivas, sublinhando que "a libertação total da criança [era] sua própria obra" e que quem a limitava eram os adultos[1560].

[1555] *DN*, 17 de Abril de 1975, "A sindicalização das bordadeiras – Esclarecimento em Machico", p. 2; *DN*, 16 de Maio de 1975, "Reunião de bordadeiras em Machico", p. 4; *JM*, 19 de Abril de 1975, "A sindicalização das bordadeiras – Esclarecimento em Água de Pena, Santo da Serra e Caniçal", p. 9.

[1556] *DN*, 6 de Junho de 1975, "Assembleias, comícios, reuniões – Cooperativa Povo Unido", p. 5; *DN*, 8 de Junho de 1975, "Machico – Casa ocupada para sede da Cooperativa", p. 10; *DN*, 10 de Junho de 1975, "Em funcionamento a Cooperativa Povo Unido de Machico", p. 7.

[1557] *CF*, 11 de Julho de 1974, "Matur: "trabalhador informado jamais será burlado"", pp. 9-10.

[1558] *DN*, 18 de Junho de 1974, "Centro de Informação Popular de Machico – Esclarecimento", p. 9; *JM*, 15 de Junho de 1974, "Manifestações – Em Machico", p. 2; *JM*, 18 de Junho de 1974, "Centro de Informação Popular de Machico – Informação", p. 8.

[1559] *DN*, 5 de Outubro de 1974, "Machico e o Dia Mundial da Infância", p. 7.

[1560] *DN*, 31 de Maio de 1975, "Comemorações na Madeira do "Dia Mundial da Criança" – Em Machico", p. 5; *JM*, 31 de Maio de 1975, "Dia Mundial da Criança – Em Machico", p. 10; *JM*, 3 de Junho de 1975, "Dia Mundial da Criança na Madeira", p. 10.

Esta organização levou a efeito, em cooperação com a UPM, um espectáculo, na vila de Machico, no dia 26 de Outubro de 1974, com a participação de Tino Flores, Fausto e Vitorino Salomé[1561].

Sobre este evento, o CIPM considerou que "viveu-se um 28 de Setembro, menos aparatoso, é certo, mas tão eloquente e determinativo", tendo em conta que houve um grupo de dez pessoas que teve uma atitude provocatória, perturbando o espectáculo, fazendo um "triste espectáculo", pelo que o CIPM denunciou, publicamente, os visados e apontou o seu comportamento junto de algumas das respectivas entidades patronais[1562].

No âmbito das comemorações nacionais do "Dia do Trabalhador", em 1975, o CIPM celebrou esta efeméride com um comício no Largo da Vila de Machico[1563], tendo este acto sido precedido pela tomada de posse das Comissões de Trabalho da CMM, instituídas pelo presidente da CA, Martins Júnior (desde 8 de Abril de 1975) – como forma de assinalar o "Dia do Trabalhador" – com a presença de membros da JPM, usando da palavra Carlos de Azeredo[1564].

O CIPM considerou esta tomada de posse das comissões de trabalho da CMM, no "1.º de Maio", como um acto em que os trabalhadores locais de Machico assumiram o "comando do Concelho", acontecendo um "frémito de festa e de luta" nos presentes, disponibilizando-se o mesmo movimento para cooperar com estas comissões[1565].

Ainda no quadro nacional, o CIPM manifestou-se contra a posição de auto-suspensão do VI GP, chefiado por Pinheiro de Azevedo[1566], a par de outras organizações machiquenses, como a CPU, a UBM, as Comissões de Trabalho, as Comissões de sítios e a direcção do Jardim de Infância[1567].

Relativamente a Carlos de Azeredo, governador civil e militar, esta associação teve uma posição de contestação à sua acção, designadamente em

---

[1561] *DN*, 25 de Outubro de 1974, "Espectáculo de música popular promovido pelo U.P.M.", p. 8.
[1562] *DN*, 29 de Outubro de 1974, "Comunicados – Centro de Informação Popular de Machico", p. 8; *JM*, 29 de Outubro de 1974, "Vida política – Centro de Informação Popular de Machico – Comunicado", p. 2.
[1563] *DN*, 1 de Maio de 1975, "O CIP promove em Machico um grande encontro popular para assinalar o 1.º de Maio", p. 2.
[1564] *DN*, 1 de Maio de 1975, "Elementos da Junta de Planeamento em Machico", p. 1.
[1565] *DN*, 6 de Maio de 1975, "Comunicados – Do Centro de Informação Popular de Machico", p. 7.
[1566] Ver anexo.
[1567] *DN*, 21 de Novembro de 1975, "Telegramas enviados ao Presidente da República", p. 8.

relação ao conteúdo da mensagem política inserta na sua alocução, proferida na *RTP*-Funchal, em 22 de Outubro de 1975, e na qual abordou aspectos locais, como a demissão de Martins Júnior do cargo de presidente da edilidade machiquense, que ficaria à responsabilidade do secretário municipal (Eugénio Rodrigo de Castro), até uma solução relacionada com a eleição da Assembleia Regional (a decorrer em 1976), bem como confirmou a realização de buscas ao CIPM, em 16 de Outubro de 1975[1568].

O CIPM acusou Carlos de Azeredo de "manipulador e desonesto"[1569], concluindo que "os Comandos militares da nossa ilha est[avam] preparando a morte do nosso povo"[1570], salientando que o CIPM sobreviveria a "todos os ditadores e exploradores, pendurados" no mencionado governador[1571].

5.5. Frente Centrista da Madeira (FCM)

Em Agosto de 1974, surgiu mais um movimento político regional, denominado FCM. No dia 7 desse mês, foi entregue ao encarregado do Governo do Distrito, Carlos de Azeredo, o seu programa, subscrito por algumas dezenas de madeirenses[1572].

Nas linhas de orientação desta organização, defendia-se a estruturação da República Portuguesa, assente nos princípios da democratização do país, do pluripartidarismo, do reforço do municipalismo, da liberdade de opinião, da

[1568] *DN*, 24 de Outubro de 1975, "Ponto da situação político-militar na Madeira pelo brigadeiro Carlos Azeredo – alocução proferida na *R.T.P.*-Funchal", pp. 1 e 3; *DN*, 24 de Outubro de 1975, "Reacções ao "ponto da situação" feito pelo brigadeiro Carlos Azeredo na T.V", pp. 3 e 7; *DN*, 25 de Outubro de 1975, "Reacções à comunicação feita na T.V. pelo brigadeiro Carlos Azeredo", p. 6; *DN*, 28 de Outubro de 1975, "Reacções à comunicação feita na T.V. pelo brigadeiro Carlos Azeredo na T.V.", p. 7; *DN*, 29 de Outubro de 1975, "Reacções à comunicação feita na T.V. pelo brigadeiro Carlos Azeredo na T.V.", p. 8; *JM*, 22 de Outubro de 1975, "Brigadeiro Carlos Azeredo na Televisão", p. 12; *JM*, 23 de Outubro de 1975, "Brigadeiro Carlos Azeredo", pp. 1, 6-7; *JM*, 24 de Outubro de 1975, "Brigadeiro Carlos Azeredo", pp. 1 e 6.

[1569] *DN*, 25 de Outubro de 1975, "Reacções à comunicação feita na T.V. – Do C.I.P. de Machico, Carta aberta ao brigadeiro Azeredo", p. 6.

[1570] *DN*, 19 de Outubro de 1975, "Comentários aos incidentes em Machico, C.I.P. repudia "escalada do fascismo na Madeira"", p. 10.

[1571] *DN*, 25 de Outubro de 1975, "Reacções à comunicação feita na T.V. – Do C.I.P. de Machico, Carta aberta ao brigadeiro Azeredo", p. 6.

[1572] *DN*, 8 de Agosto de 1974, "Política e informação – ideologias, partidos, movimentos – F.C.M.-Frente Centrista da Madeira", pp. 3 e 5.

liberdade religiosa, da independência do poder judicial e foi pedida uma solução política para o Ultramar[1573].

Esta organização propôs a eliminação do Estatuto do Distrito em vigor, a existência de um governador da Madeira e de uma assembleia regional, através de uma eleição directa e universal e o direito de haver deputados do arquipélago no parlamento da República[1574].

A nível económico-social, a FCM propunha o emparcelamento cooperativo da propriedade agrária, uma adega cooperativa regional, a construção de silos para cereais, a criação de cooperativas de pesca e de uma escola de turismo, assim como a revisão do PDM do Funchal, a implementação de unidades de saúde regional, de centros de convívio para idosos, de edifícios escolares, da Escola Superior Normal e a oficialização da AMBAM[1575].

Sobre a orientação ideológica da FCM, o *EF* considerou que a mesma "obedeceu a uma bem programada análise da situação madeirense", sendo um programa "com cabeça, tronco e membros", elaborado por "pessoas idóneas, absolutamente, identificadas com o meio local"[1576], chegando a sublinhar que este era o "mais válido de quantos surgiram"[1577].

Entretanto, na sequência de reuniões, em 12 e 13 de Agosto de 1974, com representantes do PPD, vindos de Lisboa, a FCM decidiu-se pela "integração e actividade no principal partido nacional não-marxista", o PPD, apelando aos seus apoiantes para aderirem a este partido. Destacou a FCM que havia identidade nos pontos programáticos e nos métodos entre as duas organizações, sendo apoiadas as pretensões da Frente, no sentido da

[1573] *DM*, 10 de Agosto de 1974, "Ventos ilhéus – Novo partido político", p. 5; *DN*, 8 de Agosto de 1974, "Política e informação – ideologias, partidos, movimentos – F.C.M.-Frente Centrista da Madeira", pp. 3 e 5; *EF*, 12 de Agosto de 1974, "A Madeira e a política – Frente Centrista da Madeira (F.C.M.)", pp. 3 e 5; *JM*, 8 de Agosto de 1974, "Frente Centrista da Madeira (F.C.M.)", pp. 5-6.

[1574] *DM*, 10 de Agosto de 1974, "Ventos ilhéus – Novo partido político", p. 5; *DN*, 8 de Agosto de 1974, "Política e informação – ideologias, partidos, movimentos – F.C.M.-Frente Centrista da Madeira", pp. 3 e 5; *EF*, 12 de Agosto de 1974, "A Madeira e a política – Frente Centrista da Madeira (F.C.M.)", pp. 3 e 5; *JM*, 8 de Agosto de 1974, "Frente Centrista da Madeira (F.C.M.)", pp. 5-6.

[1575] *DM*, 10 de Agosto de 1974, "Ventos ilhéus – Novo partido político", p. 5; *DN*, 8 de Agosto de 1974, "Política e informação – ideologias, partidos, movimentos – F.C.M.-Frente Centrista da Madeira", pp. 3 e 5; *EF*, 12 de Agosto de 1974, "A Madeira e a política – Frente Centrista da Madeira (F.C.M.)", pp. 3 e 5; *JM*, 8 de Agosto de 1974, "Frente Centrista da Madeira (F.C.M.)", pp. 5-6.

[1576] *EF*, 12 de Agosto de 1974, "A Madeira e a política – Frente Centrista da Madeira (F.C.M.)", pp. 3 e 5.

[1577] *EF*, 26 de Agosto de 1974, "A Madeira e a política", pp. 1-2.

"imprescindível dinamização socioeconómica do Arquipélago e de uma maior autonomia"[1578].

5.6. Movimento Democrático de Mulheres Portuguesas (MDMP)

Em 1 de Março de 1975, o MDMP anunciou a abertura da sua sede, no Funchal, mais precisamente na Rua do Anadia, n.º 11, 3.º andar, apresentando-se como uma "frente ampla anti-fascista […] a fim de a mulher se libertar da sua situação de explorada"[1579].

Nesse mesmo ano, esta organização comemorou, nesta cidade, o Dia Internacional da Mulher, 8 de Março[1580].

No âmbito das suas actividades, o núcleo da Madeira do MDMP saudou "a institucionalização do M.F.A. e a nacionalização da Banca", decretada em Março de 1975[1581].

Depois, em Abril desse ano, juntou-se a outras organizações da Madeira que manifestaram apoio às medidas tomadas pelo CR, no dia 15 de Abril de 1975, designadamente as nacionalizações de empresas de transportes (CP, TAP), produção, transporte e distribuição de energia eléctrica[1582].

A delegação da Madeira do MDMP expressou o seu apoio ao V GP e pediu "urgentes medidas revolucionárias" para a "transformação" da vida madeirense[1583].

Esta organização política, em Novembro de 1975, opôs-se ao afastamento de Otelo Saraiva de Carvalho do COPCON e de oficiais progressistas, pedindo a "continuidade da revolução rumo ao socialismo"[1584].

[1578] *DN*, 24 de Agosto de 1974, "A Frente Centrista da Madeira (F.C.M.) integra-se no P.P.D. – Comunicado", p. 3; *EF*, 26 de Agosto de 1974, "A Madeira e a política", pp. 1-2; *JM*, 24 de Agosto de 1974, "Frente Centrista da Madeira (F.C.M.) – Comunicado", p. 3.

[1579] *DN*, 2 de Março de 1975, "Comunicados – Do Movimento Democrático de Mulheres Portuguesas", p. 6.

[1580] *DN*, 8 de Março de 1975, "Comunicados – Do Movimento Democrático de Mulheres Portuguesas", p. 10.

[1581] *DN*, 16 de Março de 1975, "M.D.M.P. apoia nacionalização da banca", p. 12.

[1582] *DN*, 17 de Abril de 1975, "Trabalhadores madeirenses enviaram telegramas ao Conselho da Revolução", p. 8.

[1583] *DN*, 10 de Agosto de 1975, "Telegrama ao primeiro-ministro do M.D.M. do Funchal", p. 3.

[1584] *DN*, 19 de Novembro de 1975, "Telegramas ao Presidente da República", p. 8.

5.7. Liga de Unidade e Acção Revolucionária (LUAR)

Na Madeira, houve um núcleo da LUAR, que interveio em várias situações ocorridas após a Revolução. Deste modo, membros da LUAR (em conjunto com elementos do PRP-BR), no dia 5 de Abril de 1975, com o apoio de moradores dos bairros de Santa Maria Maior e São Gonçalo, ocuparam um edifício, na Rua Conde Carvalhal, Funchal, denominado "Vila Guida" (em frente ao miradouro da Rebela), o qual se encontrava desocupado, com o intuito de criar uma creche para as crianças mais desfavorecidas[1585].

5.8. Movimento Social Independente da Madeira (MSIM)

Em 20 de Maio de 1974, na imprensa regional, surgiu a informação de que estaria em formação um novo agrupamento político, denominado "S.I.M.", Movimento Social Independente da Madeira, com o objectivo de participar na vida política nacional e visando esclarecer a população urbana e rural, para a reivindicação dos seus direitos sociais[1586]. Tratar-se-ia de uma organização que apoiava os princípios do MFA, tendo como símbolo ideológico a "força do trabalho"[1587].

Consultados os periódicos madeirenses da época, não foi encontrada qualquer outra referência a este movimento, nem sinal da sua actividade.

[1585] *DN*, 6 de Abril de 1975, "A L.U.A.R. e o P.R.P.-B.R. transformaram a "Vila Guida" em creche popular", pp. 1 e 11.
[1586] *DN*, 20 de Maio de 1974, "Um novo movimento político em formação na Madeira", p. 3 .
[1587] *JM*, 20 de Maio de 1974, ""S.I.M." - Novo movimento político na Madeira?", p. 12.

5.9. Partido Agrário (PA)

Em Maio de 1974, António de Castro Jorge, no *DM* – do qual era director – divulgou a ideia da criação do PA, tendo por base a "igualdade de direitos já adquiridos no comércio e indústria"[1588].

Entre outras linhas de pensamento, António de Castro Jorge defendeu que "caseiro e senhorio [eram] dois sócios, como em qualquer sociedade comercial ou industrial", a existência de 48 h de trabalho semanal para o operário agrícola e o fim-de-semana (sábado e domingo) de descanso, como todos os operários, o pagamento a dobrar das horas extraordinárias nos fins-de-semana, o direito à reforma aos 60 anos, como todos os outros operários e a extensão ao operário agrícola de todas as regalias já adquiridas pelos operários[1589].

Também, era proposto que a rega fosse efectuada de dia e nas horas normais de trabalho, pois "a noite [era] para descansar", bem como a criação de um sindicato para os operários agrícolas e que as mercadorias, como tinham de ser transportadas às costas até junto dos carros que iam para as vilas, não pesassem mais de 40 Kg[1590].

Em Setembro de 1974, o *DM* considerava que o operário agrícola, na Madeira, era um "ser inferior" e questionava se seria o último a ter um sindicato[1591].

Esta sugestão de estrutura partidária não vingou, pois não encontrámos, na imprensa regional, qualquer registo de implementação e acção deste movimento.

[1588] *DM*,18 de Maio de 1974, "António de Castro Jorge, médico, lavrador e industrial, propõe a criação do Partido Agrário", p. 3.
[1589] *DM*,18 de Maio de 1974, "António de Castro Jorge, médico, lavrador e industrial, propõe a criação do Partido Agrário", p. 3.
[1590] *DM*,18 de Maio de 1974, "António de Castro Jorge, médico, lavrador e industrial, propõe a criação do Partido Agrário", p. 3.
[1591] *DM*, 28 de Setembro de 1974, "O operário agrícola", pp. 1 e 4.

5.10. Grupo de Acção Anti-Fascista (GAAF)

Em Novembro e Dezembro de 1974, o GAAF de estudantes da EICF apontou, publicamente, alguns "professores carrascos, que amedrontavam os alunos" e, por isso, deveriam ser saneados por estarem "altamente comprometidos com o anterior regime".

Os visados foram o professor Mata (antigo dirigente da MP), o engenheiro Costa, Maria José, antiga dirigente da MPF, Alberto João Jardim, "ex-chefe de redacção do jornal fascista "*Voz da Madeira*", que embora se escondendo sob a capa do "gajo porreiro" não deixava de ser um bom fascista, defensor do "cooperativismo" de Marcello Caetano e [nesta fase] director do reaccionário "*Jornal da Madeira*", António Nóbrega, chefe de secretaria, amigo íntimo de Anatólio Correia da ex-PIDE/DGS e acusado de desvios na secretaria, o eng. Assis, saneado da *RTP* e da Casa da Luz e "o director José Luís Canavial, muito conhecido pelo terror que causava aos alunos". Assim, segundo o GAAF, impunha-se o saneamento dos professores "reaccionários" e do director "fascista" da EICF[1592].

Juntava à lista dos nomes a afastar, Rita Cora (leccionava Economia Política), a professora Berta ("fascista declarada") e Maria Margarida Macedo[1593].

O *CF* – que subscrevera o conteúdo dos comunicados do GAAF – voltou a se referir a este assunto, apontando novamente Alberto João Jardim, professor da EICF, que se encontrava "na lista pró-saneamento pelos estudantes diurnos", identificando-o como "fascista […] e um grande perigo para a democratização de Portugal", pelo que deveria ser saneado e ficar no lugar "certo", o *JM*[1594].

Desta forma, o GAAF contribuiu para a greve dos alunos da EICF, iniciada em 3 de Dezembro de 1974, pelo "saneamento dos professores fascistas"[1595].

[1592] *CF,* separata regional, 28 de Novembro de 1974, "Estudantes em luta", p. 6; *CF,* separata regional, 12 de Dezembro de 1974, "Quem são os fascistas da Escola?", p. 5.

[1593] *CF,* separata regional, 28 de Novembro de 1974, "Estudantes em luta", p. 6; *CF,* separata regional, 12 de Dezembro de 1974, "Quem são os fascistas da Escola?", p. 5.

[1594] *CF,* separata regional, 12 de Dezembro de 1974, "Desmascaramento de fascistas", p. 5.

[1595] *DN*, 4 de Dezembro de 1974, "Alunos da Escola Industrial pedem saneamento de alguns professores e participação na gestão da escola", p. 6.

5.11. Partido Popular Democrático (PPD)

Em 19 de Agosto de 1974, foi divulgado um comunicado do PPD, informando que o mesmo iniciava as suas actividades no Distrito do Funchal, com sede provisória na Praça do Município, n.º 8-1.º dt.º., Funchal, encontrando-se em fase de constituição a respectiva Comissão Organizadora, incumbindo-se desta tarefa Henrique Pontes Leça, Jorge Malheiro de Araújo, João Florêncio Gomes de Aguiar, Jorge Bettencourt Sardinha e Henrique Augusto Rodrigues Abrantes, e que a sua formação definitiva seria anunciada brevemente. Também foi publicado, na imprensa regional, o programa nacional do PPD, subscrito por Sá Carneiro, Joaquim Magalhães Mota e Francisco Pinto Balsemão[1596].

Neste mês de Agosto, e depois de encontros com delegados do PPD, vindos de Lisboa, a FCM optou pela "integração e actividade no principal partido nacional não-marxista", o PPD[1597].

Sá Carneiro, em Lisboa, em Maio de 1974, identificou o PPD como uma organização de feição "centro-esquerda", cujas portas estariam fechadas a fascistas[1598], esclarecendo-se que, embora tivesse uma "raiz social democrática", o PPD escolhera esta designação, pela necessidade de não haver confusão com o Partido Cristão Social Democrata, criado nessa altura[1599].

A par da divulgação do programa nacional deste partido, na imprensa regional, a Comissão Política Distrital do Funchal do PPD dava a conhecer a sua linha ideológica, referindo, entre outros aspectos, que defendia a "via socialista para o desenvolvimento", afirmando-se como um "partido social-democrático"[1600], advogando a liberdade política, o voto secreto, sendo contrário "a qualquer espécie de ditadura" (fascista ou do proletariado) e pelo "rotativismo político", porque nenhum partido poderia "eternizar-se no poder"[1601].

[1596] *DN*, 20 de Agosto de 1974, "Delegação na Madeira do Partido Popular Democrático (P.P.D.)", p. 3; *EF*, 19 de Agosto de 1974, "Partido Popular Democrático (P.P.D.)", pp. 5 e 12*; JM*, 20 de Agosto de 1974, "Partido Popular Democrático (P.P.D.)", p. 2.

[1597] *DN*, 24 de Agosto de 1974, "A Frente Centrista da Madeira (F.C.M.) integra-se no P.P.D. – Comunicado", p. 3; *EF*, 26 de Agosto de 1974, "A Madeira e a política", pp. 1-2; *JM*, 24 de Agosto de 1974, "Frente Centrista da Madeira (F.C.M.) – Comunicado", p. 3.

[1598] *EF*, 20 de Maio de 1974, "Partido Popular Democrático: Portas fechadas a fascistas!", p. 2.

[1599] *DN*, 28 de Junho de 1974, "Ideologias Partidos & Movimentos – PPD", pp. 3 e 9.

[1600] *JM*, 19 de Janeiro de 1975, "Vida política – Partido Popular Democrático", p. 3.

[1601] *DN*, 1 de Fevereiro de 1975, "Comunicados – Partido Popular Democrático", p. 5.

Proclamava o PPD-Funchal que se inspirava no "socialismo humanista, não marxista, como os partidos social-democratas da Europa Ocidental, um socialismo em liberdade" e propôs a integração da propriedade privada ao serviço do bem comum[1602].

Também, se intitulou "partido dos trabalhadores" e "partido do povo", sendo pela sua libertação de todas as formas de exploração ou opressão e por um "sindicalismo livre, forte e responsável", preconizando a "co-gestão na empresa, a participação nos lucros"[1603].

A mesma organização partidária esclareceu que não era anti-comunista, bem como identificava os valores que defendia, a liberdade, a igualdade e a solidariedade, representados pelas três setas voltadas para cima, no símbolo do partido[1604].

O PPD teve como sede provisória o n.º 8-1.º, dt., da Praça do Município, no Funchal[1605], passando, em Novembro de 1974, a estabelecer-se na Rua da Carreira, 62-2.º[1606], mudando-se, em Agosto, para a Rua dos Netos, n.º 66 da mesma cidade[1607]. Entretanto, criou sedes noutros concelhos, como sucedeu com a inaugurada na Ponta do Sol[1608].

A organização do partido, a nível regional, seria da competência local, por respeito aos princípios da "descentralização e regionalização" que o PPD defendia, conforme asseverou o seu dirigente nacional, José Santos Oliveira[1609].

Nesta perspectiva, foi criada uma Comissão de Recolha de Fundos do núcleo regional da Madeira do PPD, em Janeiro de 1975, justificando não ser um "partido de capitalistas e ricos", mas um "partido socialista, social-democrata", pelo que solicitou a contribuição financeira (de 50 escudos, no

---

[1602] *DN*, 2 de Fevereiro de 1975, "Comunicados – Partido Popular Democrático", p. 4.
[1603] *DN*, 4 de Fevereiro de 1975, "Comunicados – Do Partido Popular Democrático", p. 2.
[1604] *DN*, 9 de Março de 1975, "Comunicados – Do Núcleo Regional do P.P.D.", p. 10.
[1605] *DN*, 20 de Agosto de 1974, "Delegação na Madeira do Partido Popular Democrático (P.P.D.)", p. 3; *EF*, 19 de Agosto de 1974, "Partido Popular Democrático (P.P.D.)", pp. 5 e 12*; JM*, 20 de Agosto de 1974, "Partido Popular Democrático (P.P.D.)", p. 2.
[1606] *DN*, 5 de Novembro de 1974, "Comunicados – Do P.P.D.", p. 6.
[1607] *JM*, 28 de Agosto de 1975, "Vida política – Partido Popular Democrático", p. 2.
[1608] *JM*, 20 de Agosto de 1975, "O P.P.D. inaugurou uma sede na Ponta do Sol", p. 6.
[1609] *DN*, 21 de Dezembro de 1974, "Eng. José Santos Oliveira do secretariado do P.P.D. depõe para "*D.N.*"", p. 3.

mínimo) dos seus militantes para a campanha eleitoral que se avizinhava, a da AC[1610].

A nível regional, o PPD desenvolveu um conjunto de actividades, tendo em vista a estruturação do partido, como reuniões, sessões de esclarecimento, contactos com as populações e grupos de trabalho para o estudo da realidade regional[1611].

Também participou em acções partidárias de índole mais alargada, como foi a representação da organização madeirense, por 19 delegados, no I Congresso Nacional do PPD, em Lisboa, em 23 e 24 de Novembro de 1974, tendo, nas suas conclusões, ficado inscrito o princípio das "autonomias regionais"[1612].

No quadro das suas intervenções locais, o PPD-Funchal, pugnando por um "sindicalismo livre, forte e responsável"[1613], defendeu a liberdade sindical – mas respeitaria a unicidade sindical, caso fosse expressa por livre "vontade popular"[1614] – sendo secundado pela estrutura juvenil do partido, a JSD, que, igualmente, era favorável à liberdade sindical, contra a ideia da unicidade sindical[1615], indo ao encontro da opção de alguns sindicatos, como o dos Carregadores e Descarregadores de Terra do Porto do Funchal[1616].

A nível estudantil, por ocasião de uma greve de alunos do LNF, a comissão regional da JSD – considerando que as suas "bases" deste estabelecimento de ensino estavam em quase igualdade quanto ao número de

---

[1610] *DN*, 28 de Janeiro de 1975, "Partido Popular Democrático – Campanha de angariação de fundos", p. 2.

[1611] *DN*, 5 de Novembro de 1974, "Comunicados – Do P.P.D.", p. 6; *DN*, 1 de Janeiro de 1975, "Os partidos políticos e a democratização do país – O 25 de Abril, seu significado, suas consequências numa óptica partidária", p. 8.

[1612] *DN*, 8 de Novembro de 1974, "Comunicados – Do Partido Popular Democrático, Núcleo Regional do Funchal", p. 6; *DN*, 1 de Janeiro de 1975, "Os partidos políticos e a democratização do país – O 25 de Abril, seu significado, suas consequências numa óptica partidária", p. 8; *JM*, 22 de Novembro de 1974, "P.P.D. – I Congresso Nacional", p. 12; *JM*, 24 de Novembro de 1974, "P.P.D. – I Congresso Nacional", pp. 1 e 12; *JM*, 28 de Novembro de 1974, "Congresso do P.P.D. – Rescaldos", p. 3.

[1613] *DN*, 4 de Fevereiro de 1975, "Comunicados – Do Partido Popular Democrático", p. 2.

[1614] *JM*, 15 de Janeiro de 1975, "Vida política – P.P.D., Comunicado – Unicidade sindical", p. 5; *JM*, 17 de Janeiro de 1975, "Vida política – Partido Popular Democrático – Liberdade sindical", p. 10.

[1615] *JM*, 17 de Janeiro de 1975, "Vida política – Núcleo Regional da J.S.D. (P.P.D.), Comunicado – A Juventude Social Democrática e a liberdade sindical", p. 10; *JM*, 18 de Janeiro de 1975, "Vida política – Núcleo Regional da J.S.D. (P.P.D.), Comunicado – A Juventude Social Democrática e a liberdade sindical", p. 9.

[1616] *JM*, 18 de Janeiro de 1975, "Vida política – Sindicato dos Carregadores e Descarregadores de Terra do Porto e Distrito do Funchal", p. 9.

grevistas e não grevistas – deliberou não tomar posição sobre a referida acção[1617].

Por outro lado, em Novembro de 1975, houve alunos afectos à JSD que estiveram envolvidos em confrontos com outros estudantes do LNF, situação que motivou a intervenção de forças militares e policiais[1618].

Na comemoração da implantação da República, em 5 de Outubro de 1975, o PPD-Madeira (a exemplo do que fez o PS local) aderiu à homenagem póstuma aos democratas Pestana Júnior e Brito Câmara, que se bateram contra Salazar e Caetano, com o descerramento de uma lápide na Rua Dr. João de Brito Câmara (antiga rua da Ribeira de São João), no Funchal[1619].

Visando a sua implantação regional, o PPD promoveu diversos comícios e sessões de esclarecimento em várias localidades da ilha, como no Lugar de Baixo, na Madalena do Mar, nos Canhas e no Arco da Calheta, onde foram abordadas as necessidades locais[1620].

O primeiro grande comício do PPD, na Madeira, teve lugar no dia 21 de Dezembro de 1974, no Pavilhão Gimnodesportivo do Funchal, com a participação de dirigentes nacionais, como Carlos Macedo, Jorge Sá Borges, Fernando Albuquerque, Alexandre Bettencourt, José Santos Oliveira, Estevão Pepe, José Carlos Machado, Alfredo Morgado e Filipe Romeiras[1621], tendo esta comitiva nacional como objectivo divulgar o programa do PPD[1622].

No dia 18 de Maio de 1975, no Chão dos Louros, S. Vicente, realizou-se o comício comemorativo do 1.º aniversário do PPD, uma festa-convívio, com intervenções de deputados e militantes. O partido pediu aos seus elementos que

---

[1617] *DN*, 28 de Fevereiro de 1975, "Comunicados – Juventude Social Democrática", p. 2.

[1618] *DN*, 11 de Novembro de 1975, "Incidentes no Liceu do Funchal", p. 8; *JM*, 11 de Novembro de 1975, "Graves incidentes no Liceu", p. 3.

[1619] *DN*, 2 de Outubro de 1975, "A homenagem dos democratas Pestana Júnior e Brito Câmara", p. 8; *DN*, 7 de Outubro de 1975, "Homenagem aos Drs. Pestana Júnior e Brito Câmara", p. 5; *JM*, 2 de Outubro de 1975, "Homenagem aos drs. Pestana Júnior e Brito Câmara", p. 3; *JM*, 3 de Outubro de 1975, "Comunicados", p. 2; *JM*, 7 de Outubro de 1975, "Justa homenagem a dois grandes democratas madeirenses", pp. 1 e 3.

[1620] *DN*, 29 de Janeiro de 1975, "Partido Popular Democrático – Serviços de Informação", p. 8; *JM*, 22 de Janeiro de 1975, "Vida política – Partido Popular Democrático", p. 6.

[1621] *DN*, 20 de Dezembro de 1974, "Comício do PPD no próximo sábado no Funchal", p. 1; *DN*, 20 de Dezembro de 1974, "Assembleias, comícios, reuniões – Comícios do P.P.D.", p. 5; *DN*, 21 de Dezembro de 1974, "Realiza-se hoje o comício do P.P.D.", p. 1; *JM*, 20 de Dezembro de 1974, "Dirigentes do P.P.D. na Madeira", p. 12; *JM*, 20 de Dezembro de 1974, "Partido Popular Democrático (P.P.D.), Núcleo Regional da Madeira – Comunicado: 1.º Grande Comício", p. 7.

[1622] *DN*, 21 de Dezembro de 1974, "Eng. José Santos Oliveira do secretariado do P.P.D. depõe para "*D.N.*"", p. 3.

não desmobilizassem perante boatos e pressões de "grupos minoritários" e também para "se oporem energicamente a todos esses golpes reaccionários, comparecendo no Chão dos Louros"[1623].

Teve grande relevância regional a manifestação-comício, organizada pelo PPD-Funchal, em 27 de Julho de 1975, que contou com o apoio da JSD, com intervenções diversas, nomeadamente de Carlos Mota Pinto, líder parlamentar na AC e Alfredo de Sousa, da Comissão Politica Nacional, bem como dos deputados madeirenses Emanuel Rodrigues[1624], José António Camacho e José Carlos Rodrigues, tendo participado milhares de pessoas (cerca de 10 000, segundo o *JM*), ouvindo-se apelos de demissão da JPM e de Vasco Gonçalves[1625]. Pela sua ligação às temáticas da autonomia, independência e separatismo, e também das instituições político-administrativas, designadamente a JPM, este evento será melhor abordado nesses capítulos.

O PPD regional expandiu, também, a sua posição sobre o exercício de cargos públicos e temáticas políticas do arquipélago.

Embora com uma actuação fundamentalmente regional, a representação madeirense do PPD pronunciou-se sobre acontecimentos nacionais.

Assim, esta organização condenou a acção "subversiva" do "11 de Março de 1975", apoiando o MFA[1626], tendo, nesse mesmo dia, aderido a uma manifestação, do Largo do Colégio ao Palácio de São Lourenço, vitoriando as FA. Este encontro, um gesto de "unidade inquebrantável" foi convocado pelo PS,

[1623] *DN*, 15 de Maio de 1975, "Núcleo regional comemora aniversário do PPD", p. 8; *DN*, 17 de Maio de 1975, "Partido Popular Democrático – Comunicado", p. 6; *DN*, 18 de Maio de 1975, "Aniversário do PPD", p. 2; *JM*, 15 de Maio de 1975, "Juventude Social-Democrática – Convocatória", p. 2; *JM*, 15 de Maio de 1975, "Partido Popular Democrático – Comunicado", p. 2; *JM*, 18 de Maio de 1975, "Vida política – Partido Popular Democrático – Comunicado", pp. 6-7.

[1624] Ver anexo.

[1625] *DN*, 23 de Julho de 1975, "Manifesto do P.P.D. ao Povo da Madeira", p. 3; *DN*, 24 de Julho de 1975, "Partido Popular Democrático – Comunicado", p. 7; *DN*, 25 de Julho de 1975, "A manifestação marcada para domingo – PPD", p. 8; *DN*, 26 de Julho de 1975, "A manifestação de amanhã – P.P.D.", p. 4; *DN*, 26 de Julho de 1975, "A manifestação marcada para hoje", p. 4; *DN*, 29 de Julho de 1975, "Manifestação-comício do P.P.D.", p. 1; *JM*, 25 de Julho de 1975, "Vida política – Partido Popular Democrático, Comunicado", p. 8; *JM*, 29 de Julho de 1975, "A manifestação do Partido Popular Democrático", p. 1 e 12.

[1626] *DN*, 12 de Março de 1975, "Comunicados – Do Partido Popular Democrático (P.P.D.) Madeira", p. 4.

PCP e MDP/CDE, tendo o PPD passado "a palavra de ordem para adesão", com o intuito de denunciar a tentativa de golpe de Estado[1627].

O PPD-Funchal considerou a "intentona contra-revolucionária de 11 de Março […] um rude golpe na necessária estabilização social, económica e política do país"[1628].

A Comissão Distrital do PPD reclamou que fora o primeiro partido, a nível nacional, a repudiar os acontecimentos do "11 de Março", apelando aos seus militantes o regresso à "calma e serenidade" e à prática de "ser revolucionário", isto é, "trabalhar em uníssono com o M.F.A. e o Governo" e "não contestar diariamente as próprias leis revolucionárias", nem "fazer constantes reivindicações sem ponderar primeiro se o Governo pod[ia] satisfazê-las"[1629].

Relativamente ao processo de nacionalização dos seguros, o PPD-Funchal – que "desde sempre apontou para um controlo do poder económico pelo poder político" – manifestou apoio a "mais esta medida progressista", defendendo "os sectores chave ao serviço do povo"[1630].

Mas, quanto à nacionalização da ECM, da DIFEL e da Cervejaria Coral, o PPD-Madeira apresentou a sua discordância, solidarizando-se com os seus trabalhadores, por considerar que esta nacionalização era "mais um passo na centralização da economia madeirense sob caprichos do Terreiro do Paço […] contrário aos desejos de autonomia administrativa e da regionalização da vida económica" e, como tal, pediu ao VI GP, chefiado por Pinheiro de Azevedo, que reconsiderasse esta medida do anterior governo, presidido por Vasco Gonçalves[1631].

No que se refere, ao decurso da política nacional, o PPD local acompanhou os principais acontecimentos. Por exemplo, a JSD-Madeira divulgou um manifesto de cariz regional, onde abordou a situação nacional e regional, solidarizando-se com a saída do PPD do IV GP[1632].

O PPD-Madeira, alegando representar mais de 60% do eleitorado madeirense – e em conformidade com o telegrama do Comando e dos

[1627] *JM*, 12 de Março de 1975, "Na Madeira o povo veio à rua apoiar o M.F.A.", pp. 1 e 7.
[1628] *DN*, 20 de Março de 1975, "Comunicados – Do Partido Popular Democrático", p. 6.
[1629] *DN*, 14 de Março de 1975, "Comunicados – Do Partido Popular Democrático", p. 6.
[1630] *JM*, 18 de Março de 1975, "Vida política – Comunicado do Partido Popular Democrático, Nacionalização-Actividade seguradora", p. 11.
[1631] *DN*, 21 de Setembro de 1975, "P.P.D. com os trabalhadores da E.C.M.", p. 10.
[1632] *JM*, 26 de Julho de 1975, "Vida política – Juventude Social Democrática", p. 2.

comandantes militares da Madeira, enviado ao CEMFA – defendeu o fim do V GP[1633], tendo este acabado por ser demitido[1634].

Seguiu-se o VI GP, chefiado por Pinheiro de Azevedo com ministros do PS, PPD, PCP (um) e independentes[1635].

Em Novembro de 1975, face aos acontecimentos que se viviam no Continente, designadamente o cerco à AC, o PPD-Funchal alertou a população local, referindo que esta "não pod[ia] ser envolvida num conflito que não desencadeou", devendo os madeirenses fazer vigilância e se organizarem nos sítios, freguesias e concelhos, contra o "aparecimento de quaisquer agitadores", pois a Madeira "disse não ao comunismo"[1636].

O PCP condenou o tom "alarmista, agressivo e propositadamente perturbador da opinião púbica" do PPD-Madeira, atribuindo a este partido responsabilidades pelo "clima de perseguições e agressões" de que pudessem ser alvo "democratas, progressistas com ou sem partido"[1637].

Neste contexto de incerteza nacional, o PPD-Madeira aderiu ao comício de apoio ao VI GP, organizado pelo PS, no Funchal, em 23 de Novembro de 1975, apelando o PPD aos seus militantes para nele participarem, mas sem dísticos partidários[1638].

Na polémica situação dos refugiados, provindos das ex-colónias portuguesas de África, na Madeira, o PPD manifestou-se disponível a apoiar os retornados de África, tendo para o efeito criado uma comissão de apoio aos mesmos, que poderiam contactar a sede partidária, na Rua dos Netos, n.º 66, Funchal[1639].

[1633] *JM*, 30 de Agosto de 1975, "Vida política – Partido Popular Democrático", p. 2.
[1634] *DN*, 7 de Setembro de 1975, "Demitiu-se o V Governo Provisório", p. 1.
[1635] *DN*, 20 de Setembro de 1975, "Constituição do novo gabinete", p. 1; *DN*, 20 de Setembro de 1975, "VI Governo tomou posse", pp. 1, 3 e 5.
[1636] *DN*, 16 de Novembro de 1975, "Manifesto do PPD – A Madeira não pode ser envolvida num conflito que não desencadeou", p. 10.
[1637] *JM*, 19 de Novembro de 1975, "Comunicados", p. 5.
[1638] *DN*, 22 de Novembro de 1975, "Comício do Partido Socialista sobre o momento político-militar", p. 8; *DN*, 22 de Novembro de 1975, "Para o fim de semana – PS mobiliza o país em apoio ao VI Governo", p. 2; *DN*, 22 de Novembro de 1975, "P.P.D. adere ao comício de apoio ao VI Governo provisório", p. 8; *DN*, 23 de Novembro de 1975, "Comício no Funchal", pp. 1 e 3; *DN*, 23 de Novembro de 1975, "Hoje no Jardim Municipal – Comício do Partido Socialista sobre o momento político-militar", p. 10; *JM*, 25 de Novembro de 1975, "Comício do Partido Socialista", p. 1.
[1639] *DN*, 15 de Agosto de 1975, "Comissão de Apoio aos Retornados", p. 3.

Assim, uma comissão provisória de retornados apelou à participação dos regressados das ex-colónias, para participarem em reuniões ou estabelecerem contactos, na sede do PPD, de modo a serem tomadas "soluções" para a sua situação, exigindo as promessas feitas pelo Governo, designadamente "tantas vezes por Vasco Gonçalves"[1640].

Em Machico, em 25 de Setembro de 1975, houve uma reunião de refugiados, no cinema local, para "resolver vários problemas, nomeadamente os da habitação", numa iniciativa de uma Comissão dos Retornados do Concelho de Machico[1641].

O PPD de Machico alertou os retornados deste concelho "para as tentativas de manipulação por parte de falsos defensores do povo", identificados como os promotores dessa reunião, que pretenderiam "aproveitar-se da trágica situação dos retornados para reforçar o seu bando e melhor impôr as suas ideias ditatoriais ao povo de Machico"[1642].

A Comissão de Retornados de Machico respondeu ao PPD local, esclarecendo que desejava tratar de arranjar casas para estes, com a colaboração do IARN e as FA, e de Martins Júnior – quando era presidente da CMM – ajudando as pessoas, num "clima de paz e de sossego", não querendo "partidos, nem benfeitores oportunistas"[1643].

O relacionamento entre o PPD e outros organismos, como partidos, jornais e organizações sociais, neste período, não foi pacífico.

O *CF*, em Fevereiro de 1975, fez uma alargada avaliação do PPD, a nível nacional e regional, considerando-o um partido dos "doutores, comerciantes, industriais, demais exploradores do povo e gente ligada à burguesia local […] ao serviço do capitalismo"[1644].

Uma das mais fortes acusações de que foi alvo relacionou-se com a sua ligação com o regime anterior, na qual foram identificados membros do PPD.

[1640] *DN*, 30 de Agosto de 1975, "Retornados reúnem para debater os seus problemas", p. 2; *DN*, 3 de Setembro de 1975, "Retornados de África", p. 2.

[1641] *DN*, 25 de Setembro de 1975, "Assembleias, comícios, reuniões – Retornados do Concelho de Machico", p. 2.

[1642] *DN*, 28 de Setembro de 1975, "O P.P.D. (Machico) e os retornados das ex-colónias", p. 3; *JM*, 28 de Setembro de 1975, "Comunicados", p. 2.

[1643] *DN*, 30 de Setembro de 1975, "Comissão de Retornados de Machico: "Por favor. deixem-nos em paz"", p. 6.

[1644] *CF*, 13 de Fevereiro de 1975, separata regional, "PPD: um partido de e ao serviço do capitalismo", pp. 7-8.

Neste sentido, um grupo de 32 trabalhadores da imprensa, rádio e televisão da Madeira – não figurando qualquer trabalhador do *JM* – exprimiu o seu protesto contra o núcleo regional da Madeira do PPD, por dar "cobertura […] a elementos comprometidos com o deposto regime fascista […] e atitudes reaccionários de elementos militantes" do PPD, apontando Alberto João Jardim[1645].

Face às muitas acusações de que fora alvo, designadamente em relação à sua ligação ao anterior regime político, Alberto João Jardim – no *JM*, em 18 de Fevereiro de 1975 – veio a público reagir ao que designou por "ataques pessoais"[1646].

Assim, declarou que "nunca pertenc[era] a nenhuma organização política do velho regime", desafiando que fossem apresentadas provas da sua inscrição nalgum desses organismos. Reconheceu que, em jovem, foi filiado e até graduado da MP, "como muitos dos signatários do ataque pessoal" que lhe foi dirigido, e com 18 anos, quando chegou à universidade, "f[o]i admirador do velho regime", não tendo receio de afirmá-lo, mas cedo se desiludiu, afastando-se de acções políticas[1647].

Contestava ser objecto de uma ideia de saneamento, só por ter colaborado no *VM*, sem a abertura de qualquer processo. Vivendo num regime de censura, desconhecia qualquer movimento militar para depor o regime. Acrescentou que "só quando estava em causa o esforço militar em África, é que [era] inequivocamente solidário", para não trair os seus "camaradas" das FA a que pertencia, como oficial do Exército, mas também foi solidário com elas, quando entenderam que era necessária a queda do "regime caduco"[1648].

Alberto João Jardim rejeitou o convite para ser dirigente político, no anterior regime, como também "nunca fiz[era] vida de alta sociedade, nem [se] preocup[ara] em frequentar os salões da alta burguesia. Nem nunca trabalh[ou] para o grande capital nacional ou estrangeiro"[1649].

[1645] *DN*, 16 de Fevereiro de 1975, "Comunicados – De trabalhadores dos meios de comunicação social da Madeira ao comité central e secretariado do Partido Popular Democrático", p. 2; *JM*, 16 de Fevereiro de 1975, "Vida política – Ao comité central e secretariado geral do Partido Popular Democrático", p. 2.

[1646] *JM*, 18 de Fevereiro de 1975, "Tribuna Livre", pp. 1 e 5.

[1647] *JM*, 18 de Fevereiro de 1975, "Tribuna Livre", pp. 1 e 5.

[1648] *JM*, 18 de Fevereiro de 1975, "Tribuna Livre", pp. 1 e 5.

[1649] *JM*, 18 de Fevereiro de 1975, "Tribuna Livre", pp. 1 e 5.

Acreditou nos membros da "ala liberal" do regime, que estiveram, depois, na origem do PPD, e que o seu caminho a seguir era a social-democracia, a "única forma de socialismo em liberdade", através do PPD (do qual, na altura, não era dirigente, apenas solidário)[1650].

Considerou que os seus adversários se serviam dele para atacar a Igreja (via *JM*) e o PPD. Mais declarou: "não tenho ambições políticas e anseio pelo dia da normalização da vida nacional, para voltar à tranquilidade e à felicidade da minha vida privada"[1651].

Sobre a acusação de que, principalmente, na Madeira, o PPD "engloba[va] elementos fortemente relacionados ou comprometidos com o regime anterior ou com as direitas", José Santos Oliveira, dirigente nacional do PPD, em Dezembro de 1974, esclareceu que, "se por lapso ou ocultação de factos se filiaram no Partido indivíduos que, pelos Estatutos, não deveriam ser aceites, o PPD, como qualquer outro partido democrático […] só [tinha] uma atitude a tomar: expulsar do seu seio esses elementos"[1652].

Mas, para isso, era necessário apresentar, à Comissão de Disciplina do PPD, factos e provas e não apenas boatos e calúnias. Relativamente "à acusação de existirem elementos da direita […] sendo o PPD um partido da esquerda [esses elementos] se [deveriam] sentir em contradição aberta com o programa do Partido e como tal voluntariamente se afastar[iam]", pois o PPD defendia uma "visão socialista"[1653].

Entretanto, em Março de 1975, o PPD-Madeira negou ter, entre os seus militantes, "antigos membros da ANP e das demais organizações fascistas", porque tal contrariava os seus estatutos[1654].

Da parte do PPD, surgiram críticas aos seus adversários. Denunciou que "provocadores fascistas e social-fascistas" tentaram boicotar algumas acções deste partido, "provocando distúrbios e alguns feridos", declarando não se

[1650] *JM*, 18 de Fevereiro de 1975, "Tribuna Livre", pp. 1 e 5.
[1651] *JM*, 18 de Fevereiro de 1975, "Tribuna Livre", pp. 1 e 5.
[1652] *DN*, 21 de Dezembro de 1974, "Eng. José Santos Oliveira do secretariado do P.P.D. depõe para "*D.N.*"", p. 3.
[1653] *DN*, 21 de Dezembro de 1974, "Eng. José Santos Oliveira do secretariado do P.P.D. depõe para "*D.N.*"", p. 3.
[1654] *DN*, 9 de Março de 1975, "Comunicados – Do Núcleo Regional do P.P.D.", p. 10.

intimidar com esta situação e apelou ao MFA, ao PR e ao GP para o combate contra este "clima de ódio e de violência"[1655].

Também, o PPD referiu haver "agrupamentos extremistas" a fazerem campanhas de insultos, medo e suspeições, envolvendo o próprio PPD, e apelou à consciência dos madeirenses, contra o "império da ameaça, do medo" e pelo pluralismo partidário, contra "falsos arautos do seu auto-progressimo"[1656].

O PPD envolveu-se numa polémica muito acesa com o MDP/CDE – um partido "afim" do PCP e com pouca representatividade eleitoral (1,29% dos votos do círculo do Funchal para a AC), segundo aquela organização – acusando-o de ocupar os lugares da FP regional, nomeadamente nas Casas do Povo e na Comissão Liquidatária do Grémio da Lavoura[1657].

Para o PPD, tal sucedera sem o partido maioritário ser ouvido nestas nomeações, mas com as "bênçãos olímpicas" da JPM, alertando o mesmo partido que, se esta situação continuasse, iria apelar à ocupação dos organismos para que fossem nomeadas pessoas que não correspondessem à vontade popular[1658].

O MDP/CDE negou esta acusação, desafiando o PPD a indicar os nomes daquele partido nomeados pela JPM para os lugares da FP regional, apontando o facto de, pelo contrário, o PPD não denunciar que havia pessoas que continuavam nas chefias da administração local, e que tinham feito parte da "administração fascista" (pertencentes à ANP, LP, MP)[1659].

Respondendo ao MDP/CDE, o PPD apontou pessoas daquele partido que teriam sido nomeados pela JPM para os lugares da FP regional, como o presidente da Caixa de Previdência, o presidente da CA da CM de Câmara de Lobos (João Abel Gonçalves de Azevedo), alguns membros da Comissão Liquidatária do Grémio da Lavoura e da Comissão de Inquérito à firma José Cardoso[1660].

[1655] *DN*, 12 de Março de 1975, "Comunicados – Do P.P.D.", p. 4.
[1656] *DN*, 20 de Março de 1975, "Comunicados – Do Partido Popular Democrático", p. 6.
[1657] *DN*, 9 de Maio de 1975, "O P.P.D. acusa: parcialidade na nomeação de elementos para a Administração", p. 8.
[1658] *DN*, 9 de Maio de 1975, "O P.P.D. acusa: parcialidade na nomeação de elementos para a Administração", p. 8.
[1659] *DN*, 10 de Maio de 1975, "Comunicados – Só a verdade é revolucionária, afirma o MDP/CDE", p. 8.
[1660] *DN*, 15 de Maio de 1975, "O P.P.D. aponta "facto concreto da sistemática nomeação de pessoas afectas ao MDP/CDE", p. 8.

Acrescentava que o PPD era a favor do saneamento de pessoas comprometidas com o anterior regime, desde que "justo e legal", não admitindo, no entanto, "perseguições políticas", e apoiava o "clero progressista", mas não os "pseudo-padres progressistas"[1661].

A propósito desta polémica, a JPM respondeu ao PPD, explicando que a generalidade das nomeações foi feita pelo "Governo Central ou pelos correspondentes ministros", à excepção das nomeações do presidente da CA do CM de Câmara de Lobos (João Abel Gonçalves de Azevedo) e dos membros da Comissão de Inquérito à firma José Cardoso, bem como as suspensões preventivas de pessoas no LNF e na EICF (mas não a nomeação de comissões de saneamento), que foram da responsabilidade da JPM, mas sem obediência a critérios partidários[1662].

Também, a Comissão de Saneamento do LNF respondeu ao PPD, esclarecendo que esta não tinha sido nomeada pela JPM, mas eleita pela população escolar[1663].

O PPD esclareceu que não tinha propósito de ofender a JPM, quando lhe atribuiu a nomeação destas pessoas ligadas ao MDP/CDE – apresentando as suas desculpas à JPM por este erro – referindo que se foram entidades de fora da Madeira que o fizeram, então, era mais uma razão para reclamar a autonomia administrativa[1664].

Respondendo ao PPD, o MDP/CDE informou que o presidente da CA do CM de Câmara de Lobos, João Abel Gonçalves de Azevedo, não estava inscrito no MDP/CDE e que o comunicado acima-referido da JPM era esclarecedor sobre este assunto das nomeações[1665].

Em 25 de Abril de 1975, ocorreu a eleição da AC, concorrendo 12 partidos, a nível nacional, tendo o círculo eleitoral do Funchal direito a seis

---

[1661] *DN*, 15 de Maio de 1975, "O P.P.D. aponta "facto concreto da sistemática nomeação de pessoas afectas ao MDP/CDE", p. 8.
[1662] *DN*, 16 de Maio de 1975, "A Junta de Planeamento responde ao PPD", p. 8.
[1663] *DN*, 18 de Maio de 1975, "Esclarecimento a um comunicado do P.P.D.", p. 2.
[1664] *DN*, 15 de Maio de 1975, "O Partido Popular Democrático – "Três espécies de reacção"", p. 8.
[1665] *DN*, 17 de Maio de 1975, "M.D.P./C.D.E. acusa: "O P.P.D. agita o bicho-papão do comunismo"", p. 4.

deputados (no total de 250), candidatando-se, na Madeira, seis partidos: CDS, FEC (M-L), PCP, PPD, PS e MDP/CDE[1666].

Por este círculo, o PPD apresentou uma lista composta por José António Camacho, Emanuel Nascimento dos Santos Rodrigues, Maria Élia Mendes Brito Câmara, José Carlos Rodrigues, António Jácome de Castro Varela e Nicolau Gregório de Freitas[1667].

Durante a campanha eleitoral, iniciada em 2 de Abril, o PPD-Madeira divulgou um extenso documento, intitulado "Manifesto ao Povo da Madeira", no qual expôs as suas linhas orientadoras políticas regionais[1668].

Os partidos PCP, FEC (M-L), PS e MDP/CDE apresentaram uma reclamação à delegação distrital da CNE, com conhecimento da JPM, contra a utilização "abusiva e ilegal" dos seus símbolos num panfleto "demagógico, tendencioso" do PPD[1669].

A nível nacional, venceu o PS (116 deputados), seguido do PPD (81), PCP (30), CDS (16), MDP/CDE (5), UDP (1) e Associação de Defesa dos Interesses de Macau (1). No círculo do Funchal, a vitória foi do PPD, seguido pelo PS, CDS, PCP, MDP/CDE e FEC (M-L), tendo os 6 mandatos sido distribuídos da seguinte forma: 5 PPD (José António Camacho, Emanuel Nascimento dos Santos Rodrigues, Maria Élia Mendes Brito Câmara, José Carlos Rodrigues e António Jácome de Castro Varela, tendo este sido substituído, por motivos de saúde, por Nicolau Gregório de Freitas, em Agosto de 1975[1670]) e 1 PS (António Aberto Monteiro Aguiar)[1671].

[1666] *DN*, 18 de Março de 1975, "Admitidas as listas à eleição de deputados à Constituinte", p. 1; *DN*, 18 de Março de 1975, "Governo do Distrito Autónomo do Funchal – Nota oficiosa", p. 2; *DN*, 2 de Abril de 1975, "Começa hoje em Portugal a campanha eleitoral livre – Doze partidos políticos iniciam os seus programas", p. 1; *DN*, 18 de Abril de 1975, "Círculo eleitoral do Funchal", p. 8*; DN*, 20 de Abril de 1975, "Círculo eleitoral do Funchal", p. 11.

[1667] *DN*, 27 de Fevereiro de 1975, "O P.P.D. divulgou as listas dos candidatos", p. 1.

[1668] *DM*, 5 de Abril de 1975, "Manifesto ao Povo da Madeira – Partido Popular Democrático (P.P.D.), Núcleo Regional da Madeira", p. 5; *DM*, 12 de Abril de 1975, "Manifesto ao Povo da Madeira – Partido Popular Democrático (P.P.D.), Núcleo Regional da Madeira", p. 7; *EF*, 7 de Abril de 1975, "Comunicado, Partido Popular Democrático (P.P.D.) – Manifesto ao Povo da Madeira", p. 6.

[1669] *DN*, 23 de Abril de 1975, "Partidos apresentam queixa à delegação da C.N.E.", p. 1; *DN*, 24 de Abril de 1975, "Governo do Distrito Autónomo do Distrito do Funchal – Comunicado", p. 3.

[1670] *JM*, 17 de Agosto de 1975, "Assembleia Constituinte – substituição de deputado madeirense pelo P.P.D.", p. 1; *JM*, 28 de Agosto de 1975, "Vida política – Partido Popular Democrático", p. 2.

[1671] *DN*, 27 de Abril de 1975, "Eleições Especial, Na Madeira vitória destacada do P.P.D.", p. I; *DN*, 29 de Abril de 1975, "Os resultados finais das eleições", p. 1; *DN*, 27 de Abril de 1975, "Eleições Especial, O povo português disse sim à via socialista", pp. I; *DN*, 11 de Maio de 1975, "Resultados oficiais das eleições no círculo do Funchal", p. 2.

Estes resultados eleitorais tiveram várias leituras, por parte dos representantes partidários, dos responsáveis políticos e da imprensa regional. Daniel Catanho (PPD) considerou que a vitória não foi surpresa, sendo o voto do povo "esclarecido e consciente"[1672].

O sucesso eleitoral do PPD mereceu a leitura crítica dos seus opositores. Por exemplo, Arlindo Oliveira (MDP/CDE) justificou a votação maioritária no PPD pelo facto do ex-governador Fernando Rebelo "ter retardado a chegada do 25 de Abril à Madeira com a sua inércia política […] a falta de saneamento nas autarquias locais, a ajuda do clero reaccionário", que incitou as pessoas a votarem no PPD, "ajuda esta reforçada pelo *Jornal da Madeira* (órgão da diocese e da imprensa reaccionária e obscurantista", assim como devido ao "elevado grau de analfabetismo" da população a às "atitudes antidemocráticas do PPD"[1673].

Por seu turno, a FPDM considerou que o PPD tinha atingido a vitória eleitoral para a AC, "à custa dos caciques reaccionários locais, que usaram de todas as artimanhas que haviam aprendido, quando obrigavam as populações a votarem por Salazar e Caetano"[1674].

O *EF* referiu que o acto eleitoral decorreu com um "civismo invulgar", registando uma "espectacular vitória" do PS a nível nacional e "retumbante" do PPD na Madeira[1675].

O *DM* considerou que a vitória do PPD na Madeira, para os que viviam "cá dentro" se devia ao facto do madeirense ser emigrante para países onde havia liberdade e não "socialismo", sabendo que não podia entrar e viver em países comunistas, e por isso esta foi a "explicação da votação dos ilhéus na social democracia e na liberdade"[1676].

[1672] *DN*, 27 de Abril de 1975, "*DN* ouvindo representantes dos núcleos regionais dos partidos concorrentes pelo círculo do Funchal", p. 3; *DN*, 29 de Abril de 1975, "Esclarecimento a propósito dos depoimentos dos representantes dos núcleos regionais dos partidos concorrentes pelo Funchal", p. 3.

[1673] *DN*, 27 de Abril de 1975, "*DN* ouvindo representantes dos núcleos regionais dos partidos concorrentes pelo círculo do Funchal", p. 3; *DN*, 29 de Abril de 1975, "Esclarecimento a propósito dos depoimentos dos representantes dos núcleos regionais dos partidos concorrentes pelo Funchal", p. 3.

[1674] *DN*, 24 de Julho de 1975, "Portugal livre e independente – um comunicado da F.P.D.M.", p. 2.

[1675] *EF*, 28 de Abril de 1975, "As primeiras eleições livres no nosso país ditaram uma espectacular vitória do Partido Socialista", pp. 1 e 3.

[1676] *DM*, 3 de Maio de 1975, "Ilhéus escolheram a Social Democracia", pp. 1 e 4.

Para os opositores ao PPD, esta vitória – segundo o periódico – seria devido ao "atraso mental dos ilhéus, pois não souberam escolher, mesmo depois de dinamizados, com palavras, música e canções"[1677].

Depois, o mesmo *DM* – considerando que, na Madeira, "venceu a liberdade e a verdadeira Democracia, representada pelo Partido Popular Democrático arauto da social-democracia" – questionava se "não ser[ia] isso uma razão fundamental, além de outras existentes, para ser concedida a independência total às ilhas do Atlântico?"[1678].

Também, este periódico criticava os que chamavam "obscurantista" ao povo madeirense por ter escolhido o PPD, questionando se os países onde existia a social-democracia seriam, igualmente, obscurantistas, como a Alemanha Federal, a Suécia e a Dinamarca. Por isso, não devia ser apelidado de "atrasado", e não devia envergonhar-se pela escolha feita, "já que os povos mais evoluídos do mundo também escolheram esse sistema político"[1679].

Carlos de Azeredo explicou a vitória do PPD, nas eleições da AC, pela influência dos emigrantes da América e África de Sul, através de cartas, bem como pelo medo do comunismo e ainda pelo comportamento de pseudo-revolucionários, através da agressão verbal, que empurravam as pessoas para a direita, engrossando a "onda anticomunista", resultando assim "a aderência maciça da população ao P.P.D. e depois ao P.S."[1680].

Na AC – cuja sessão de abertura aconteceu em 2 de Junho de 1975, presidida por Costa Gomes, PR[1681] – os deputados madeirenses intervieram, expondo temáticas regionais.

Emanuel Rodrigues (PPD) produziu uma intervenção na AC, retratando a realidade "belo-horrível" da "maravilhosa" ilha da Madeira, sendo o seu povo

[1677] *DM*, 3 de Maio de 1975, "Ilhéus escolheram a Social Democracia", pp. 1 e 4.
[1678] *DM*, 10 de Maio de 1975, "Na Madeira: vitória da social-democracia – Uma razão para a independência? Quem são os obscurantistas?", pp. 1 e 10.
[1679] *DM*, 10 de Maio de 1975, "Na Madeira: vitória da social-democracia – Uma razão para a independência? Quem são os obscurantistas?", pp. 1 e 10.
[1680] *DN*, 2 de Agosto de 1975, "Carlos Azeredo ao jornal "*A Capital*" - As ideias de independência surgem na Madeira sempre que há uma diversificação política mais acentuada entre o arquipélago e o continente", pp. 1 e 3; *JM*, 2 de Agosto de 1975, "O brigadeiro Carlos Azeredo fala à Imprensa do Continente sobre a Madeira", p. 12.
[1681] *DN*, 11 de Maio de 1975, "No dia 2 de Junho – O presidente da República presidirá à sessão inaugural da "Constituinte"", p. 1.

sistematicamente marginalizado, votado ao ostracismo, discriminado" e que clamava "justiça"[1682].

José António Camacho (PPD) requereu ao Governo Central um conjunto de informações, designadamente quanto às medidas para diminuir a crise económica na Madeira e a política aérea da Madeira e do Porto Santo[1683].

5.12. Partido Socialista (PS)

Após o "25 de Abril", o PS acompanhou a nova realidade político-social da Madeira. No âmbito da sua estrutura organizativa, tomou parte no congresso nacional do partido, realizado nos dias 13 e 14 de Dezembro de 1974[1684].

Entre as áreas de intervenção pública deste partido, destaque-se que, no campo sindical – para que "desapare[esse] de uma vez por todos a exploração do homem pelo homem" – o PS manifestou-se contra os despedimentos, alertando os trabalhadores para as manobras das entidades patronais, e pediu a sua união e ligação com as CT's e delegados sindicais – devendo estes ser escolhidos apenas pelos trabalhadores – bem como advogou a criação da União Regional dos Sindicatos[1685].

Igualmente, o PS-Porto Santo denunciou, junto da JPM, o despedimento sem justa causa de alguns trabalhadores dos Serviços Florestais, naquela ilha, pedindo a respectiva intervenção, tendo os mesmos, posteriormente, sido readmitidos[1686].

[1682] *DN*, 20 de Julho de 1975, ""O povo madeirense tem a sensação clara de que tem sido sistematicamente marginalizado…" – afirmação do deputado Emanuel Rodrigues (PPD)", p. 3.

[1683] *DN*, 13 de Junho de 1975, "Requerimento apresentado à Assembleia Constituinte pelo deputado (PPD) José António Camacho", p. 10.

[1684] *DN*, 9 de Novembro de 1974, "Comunicados – Do Partido Socialista", p. 6; *JM*, 14 de Dezembro de 1974, "I Congresso do P.S.P.", p. 1.

[1685] *DN*, 27 de Outubro de 1974, "Comunicados – Do Partido Socialista", p. 11; *JM*, 27 de Outubro de 1974, "Vida política – Partido Socialista, Comunicado – Alerta trabalhadores", p. 2.

[1686] *DN*, 27 de Maio de 1975, "Comunicados – Despedimentos sem justa causa no Porto Santo, refere a acção do Partido Socialista", p. 5; *DN*, 21 de Junho de 1975, "Trabalhadores dos Florestais readmitidos no Porto Santo", p. 8.

Tendo em vista a organização dos trabalhadores, o PS promoveu encontros profissionais, como os do armazém da firma Madeira Wine Association, apelando à participação feminina e à perda do medo[1687].

Por sua vez, a JS apoiou a paralisação do pessoal da empresa Electrónica Blandy Brothers (Edifício Girassol)[1688] .

No sector escolar, também a JS manifestou concordância com uma greve dos estudantes do 7.º ano do LNF (ou 2.º ano do curso complementar), condenando o retorno às aulas, entretanto, aprovado pelos alunos[1689], tendo, ainda, levado a efeito um curso de alfabetização, em Novembro de 1975[1690].

No Porto Santo, em Março de 1975, o núcleo do PS, conjuntamente com uma Comissão de Educadores e a célula concelhia do PCP, decidiram colocar o Forte de S. José ao serviço do ensino preparatório e liceal da ilha, através de negociações com o MFA e a CMPS. No entanto, desmentiram qualquer ocupação do forte em questão – pois, haveria conversações entre o seu proprietário e as autoridades do Governo Central – sendo este acto interpretado como a "união dos pais e educadores com as forças progressistas" da ilha, alcançando uma "vitória significativa na luta pela melhoria das condições de vida do povo trabalhador"[1691].

Mas, em Junho do mesmo ano, houve a ocupação do referido edifício, visando o funcionamento da Escola Preparatória e Liceu[1692] – esperando a sua oficialização no ano lectivo seguinte, 1975/76 – tendo o acto ocorrido na sequência de um plenário de cidadãos, promovido pelo presidente da edilidade, José Jorge Góis Mendonça[1693].

[1687] *DN*, 16 de Março de 1975, "Assembleias, comícios, reuniões – Núcleo do Partido Socialista dos trabalhadores de armazém da firma Madeira Wine Association", p. 10; *DN*, 20 de Março de 1975, "Comunicados – Do Núcleo dos Trabalhadores da Madeira Wine do Partido Socialista", p. 6.

[1688] *DN*, 7 de Junho de 1975, "A Juventude Socialista e a greve na Electrónica", p. 5.

[1689] *DN*, 26 de Fevereiro de 1975, "Comunicados – Juventude Socialista", p. 7.

[1690] *DN*, 11 de Novembro de 1975, "Curso de alfabetização da JS", p. 8; *JM*, 19 de Novembro de 1975, "Comunicados", p. 5.

[1691] *DN*, 28 de Março de 1975, "Comunicados – De uma comissão de educadores, do núcleo do Partido Socialista e da célula concelhia do Partido Comunista Português da Ilha do Porto Santo", p. 6; *JM*, 28 de Março de 1975, "Vida política – Comunicado de uma comissão de educadores, do núcleo do Partido Socialista e da célula concelhia do Partido Comunista Português da Ilha do Porto Santo", p. 11

[1692] *DN*, 25 de Junho de 1975, "No Porto Santo ocupação do Forte de S. José", p. 6; *JM*, 26 de Junho de 1975, ""Forte" ocupado por populares", pp. 1 e 7.

[1693] *DN*, 25 de Junho de 1975, "No Porto Santo ocupação do Forte de S. José", p. 6; *JM*, 26 de Junho de 1975, ""Forte" ocupado por populares", pp. 1 e 7.

Após a ocupação, os populares saíram, depois de terem uma resposta satisfatória da JPM, relativamente à sua pretensão, pois haveria conversações com o proprietário do forte (Augusto Frazão Sardinha), o que levou o PCP a qualificar esta acção como "disciplinada e ordeira"[1694].

Para esse desalojamento do prédio, contribuiu a acção do presidente da CMPS, na feitura de um acordo com os "piquetes de vigilância" da ocupação do Forte de S. José, na sequência de uma "garantia pelo Sr. Governador do Funchal de oficialização do ensino secundário" naquela ilha[1695].

Entretanto, em Novembro desse ano, foi decidido não usar o prédio em causa, por ter pouco espaço, passando o ciclo preparatório a funcionar na Escola do Farrobo, pois tinha mais salas de aulas[1696].

No sector cooperativo, o PS teve uma ligação muito estreita com a cooperativa de consumo "A Charola", instalada na Rua Câmara Pestana, 15, Funchal, chegando mesmo este partido a convocar assembleias de sócios desta cooperativa[1697]. A Cooperativa "O Balaio" também realizou reuniões no mesmo edifício[1698].

O PS e a JS dedicaram-se à formação de comissões de moradores, reunindo-os, de modo a estruturem a sua eleição e organização, como sucedeu nos concelhos de Câmara de Lobos (sítios das Palmeiras, Fajã, Covão de Cima e Lourencinha) e Funchal (S. João Latrão, S. António, Quinta do Leme, Casas Próximas, Quinta das Freiras e Álamos)[1699].

No âmbito da planificação territorial, a Comissão de Habitação e Equipamento Social do PS do Funchal, em Novembro de 1974, apresentou

---

[1694] *DN*, 27 de Junho de 1975, "A Comissão Distrital do P.C.P. apoia a ocupação do Forte do Porto Santo", p. 5; *DN*, 29 de Junho de 1975, "Regressou a Lisboa o Secretário de Estado da Administração Escolar", pp. 1 e 10; *JM*, 27 de Junho de 1975, "Vida política – Partido Comunista Português", p. 10.

[1695] *DN*, 25 de Junho de 1975, "No Porto Santo ocupação do Forte de S. José", p. 6; *JM*, 26 de Junho de 1975, ""Forte" ocupado por populares", pp. 1 e 7; *JM*, 28 de Junho de 1975, "Porto Santo: desalojamento do "Forte de São José"", p. 12.

[1696] *JM*, 8 de Novembro de 1975, "Página do Porto Santo", pp. 1, 10-11.

[1697] *DN*, 12 de Junho de 1975, "Assembleias, comícios, reuniões – Cooperativa de consumo "A Charola"", p. 6; *DN*, 9 de Agosto de 1975, "Assembleias, comícios, reuniões – Assembleia geral da cooperativa "A Charola"", p. 4; *JM*, 12 de Junho de 1975, "Comunicados recebidos", p. 11; *JM*, 11 de Julho de 1975, "Partido Socialista – Cooperativa "A Charola"", p. 7.

[1698] *DN*, 26 de Setembro de 1975, "Assembleias, comícios, reuniões – Cooperativa de consumo "O Balaio"", p. 5.

[1699] *DN*, 19 de Julho de 1974, "Assembleia, comícios, reuniões – Partido Socialista", p. 2; *DN*, 12 de Agosto de 1975, "Assembleias, comícios, reuniões – Juventude Socialista", p. 7; *DN*, 19 de Agosto de 1975, "Assembleias, comícios, reuniões – Juventude Socialista", p. 6; *JM*, 12 de Julho de 1975, "Partido Socialista – Comunicado", p. 10.

propostas nas áreas da habitação, transportes, serviços sociais, defendendo que a sua consagração carecia de autonomia insular, com a "formação de Regiões com Estatuto próprio", sendo necessário "explorar o poder dos órgãos administrativos locais"[1700].

Este partido abriu, em 12 de Setembro de 1974, a sua sede ao público, na Rua João Tavira, 31-1.º, Funchal[1701], mas, no dia 1 de Março de 1975, passou a conhecer novas instalações, uma mudança rodeada de muita polémica.

Um grupo de militantes do PS do Funchal ocupou um "edifício em ruínas" – encerrado e destinado a ser demolido, há cerca de três anos – pertencente ao BIP, na Rua Câmara Pestana, depois de um impasse nas negociações com a administração deste banco para o seu arrendamento. Segundo o secretariado da Secção do Funchal do PS, isto aconteceu "após várias tentativas legalistas para conseguir instalações" para a sede da referida secção[1702].

Segundo o *JM*, esta ocupação "contraria[va] o disposto na lei", pois o prédio em questão era "propriedade privada", sendo, assim um "facto insólito, na medida em que parec[ia] não coadunar-se com a orientação corajosa e definida que a nível nacional o Partido Socialista vinha desenvolvendo adentro do seu programa marxista"[1703].

Sobre esta ocupação, o PS do Funchal esclareceu que o prédio estava desocupado e vazio, destinando-se a ser demolido, segundo o próprio BIP, que há mais de um mês havia negociações entre estas duas partes e nada fora resolvido, tendo a administração do mencionado banco recusado a sua cedência[1704].

Por isso, o acto em causa era "apenas um gesto simbólico destinado a acelerar uma decisão neste sentido" – continuando a propriedade a ser do BIP – e seria provisório até à demolição do prédio, garantindo que se fosse concluído

[1700] *DN*, 17 de Novembro de 1974, "Comunicados – Do Partido Socialista", p. 7.
[1701] *DN*, 12 de Setembro de 1974, "Comunicado", p. 3.
[1702] *DN*, 2 de Março de 1975, "Militantes do P.S. ocuparam um edifício do B.I.P. – Comunicado", p. 3.
[1703] *JM*, 4 de Março de 1975, "Núcleo Regional do Partido Socialista ocupou ilegalmente um imóvel de propriedade privada", pp. 1 e 3.
[1704] *DN*, 5 de Março de 1975, "Comunicados – Do Partido Socialista", p. 7; *JM*, 5 de Março de 1975, "Num comunicado o P.S. tenta justificar a ocupação do prédio da Rua Câmara Pestana – Partido Socialista, Comunicado", pp. 1 e 5.

que o edifício tivesse condições de habitabilidade, o PS sairia e daria lugar ao alojamento de famílias pobres[1705].

Mais declarava esta organização partidária que a sua acção não era "qualquer atentado à propriedade privada como alguns jornais reaccionários [pretendiam] fazer crer". Por seu turno, o *JM* reiterava que a ocupação era "ilegal" e um "atentado à propriedade privada"[1706].

Para difundir o seu programa e abordar temas regionais, o PS realizou diversos comícios no arquipélago. No fim-de-semana de 30 de Novembro e 1 de Dezembro de 1974, diferentes localidades (Funchal, Machico, Camacha, Santana, Canhas e S. Vicente) acolheram comícios do PS, com a participação de dirigentes nacionais (padre Sampaio, Lino Neto, Aquilino Ribeiro) e regionais (Duarte Caldeira, Paulo Morna, João Conceição, Rosa Canha, Luís Marques, Américo Silva, Gil Martins e Arnaldo Capelo)[1707]. Ao contrário do que tinha sido anunciado, Mário Soares (ministro dos Negócios Estrangeiros e secretário-geral do PS) não se deslocou à Madeira, "por motivo de doença", segundo apurou o *JM*[1708].

No dia 9 de Fevereiro de 1975, houve comícios do PS, em Câmara de Lobos, Ribeira Brava e Calheta, para tratar de problemas locais, como a banana e a cana sacarina, com a participação do secretário de Estado da Emigração, Pedro Coelho[1709].

Em 15 e 16 de Fevereiro de 1975, Mário Soares – juntamente com Maria Barroso, Lopes Cardoso e Alberto Antunes – participou em comícios, em Machico, Camacha, Câmara de Lobos, Estreito de Câmara de Lobos, Quinta Grande, Ribeira Brava, Campanário, Ponta Delgada, Ponta do Sol, S. Vicente e

[1705] *DN*, 5 de Março de 1975, "Comunicados – Do Partido Socialista", p. 7; *JM*, 5 de Março de 1975, "Num comunicado o P.S. tenta justificar a ocupação do prédio da Rua Câmara Pestana – Partido Socialista, Comunicado", pp. 1 e 5.

[1706] *DN*, 5 de Março de 1975, "Comunicados – Do Partido Socialista", p. 7; *JM*, 5 de Março de 1975, "Num comunicado o P.S. tenta justificar a ocupação do prédio da Rua Câmara Pestana – Partido Socialista, Comunicado", pp. 1 e 5.

[1707] *DN*, 29 de Novembro de 1974, "Programa dos comícios", p. 4; *DN*, 30 de Novembro de 1974, "Comícios do Partido Socialista na Madeira", p. 10; *DN*, 1 de Dezembro de 1974, "Assembleias, comícios, reuniões – Comícios do Partido Socialista", p. 4; *DN*, 3 de Dezembro de 1974, "Comícios do Partido Socialista na Madeira", pp.1 e 2.

[1708] *DN*, 20 de Novembro de 1974, "Mário Soares na Madeira", p. 1; *JM*, 28 de Novembro de 1974, "Mário Soares não vem à Madeira", p. 1.

[1709] *DN*, 8 de Fevereiro de 1975, "Assembleias, comícios, reuniões – Partido Socialista", p. 7.

Funchal[1710], tendo considerado que o povo madeirense estava a "acompanhar a revolução na liberdade"[1711],

Na visita às zonas rurais, registou-se uma "jornada de aclamação calorosa", sendo o comício do Funchal, segundo o *DN* do Funchal, "o momento mais alto" da sua deslocação e "pareceu aquele que reuniu o maior número de pessoas, em acontecimentos do género, até [então] realizado naquele recinto", com milhares de pessoas[1712].

Em Fevereiro de 1975, Alberto João Jardim, abordou a "presença fugaz" de Mário Soares na Madeira, para participar em actividades do PS-Madeira, sendo o primeiro secretário geral de um partido grande a se deslocar à ilha, considerando-a importante e saudou as posições deste político na defesa da democracia[1713].

Por sua vez, o *DM* criticou a visita "de fugida" de Mário Soares, avaliando negativamente o seu passado e ideário políticos[1714].

No dia 16 de Julho de 1975, a Federação Regional do PS organizou uma manifestação, no Funchal, contra a "manipulação de certos órgãos de informação […] pela liberdade de informação […] por uma imprensa livre e ao serviço do povo" (referindo-se aos casos do *República* e da *Rádio Renascença*), tendo usado da palavra, entre outros, o deputado do PS, Monteiro de Aguiar[1715].

Esta iniciativa, "pelas liberdades fundamentais e pelo socialismo pluralista", foi repudiada pelo MDP/CDE, considerando-a "contra-revolucionária", bem como o Sindicato dos Operários da Construção Civil entendeu esta acção como "reaccionária", pedindo aos seus associados para comparecerem junto à

[1710] *DN*, 11 de Fevereiro de 1975, "Mário Soares chega hoje à Madeira", p. 1; *DN*, 11 de Fevereiro de 1975, "Mário Soares na Madeira para participar em comícios do P.S.", p. 1; *DN*, 14 de Fevereiro de 1975, "A visita de Mário Soares", p. 3; *DN*, 16 de Fevereiro de 1975, "Chegou ontem à Madeira o Dr. Mário Soares, secretário-geral do Partido Socialista que presidiu a comícios em Machico e Camacha", pp. 1 e 3.

[1711] *DN*, 16 de Fevereiro de 1975, "Chegou ontem à Madeira o Dr. Mário Soares, secretário-geral do Partido Socialista que presidiu a comícios em Machico e Camacha", pp. 1 e 3; *JM*, 16 de Fevereiro de 1975, "O Dr. Mário Soares chegou ontem à Madeira", pp. 1 e 6.

[1712] *DN*, 18 de Fevereiro de 1975, "Milhares de pessoas assistiram ao comício realizado no Funchal", pp. 1 e 3; *DN*, 18 de Fevereiro de 1975, "O Partido Socialista Português teve no domingo uma grande jornada política na Madeira", pp. 1 e 3; *JM*, 18 de Fevereiro de 1975, "Comício do Partido Socialista", p. 1.

[1713] *JM*, 15 de Fevereiro de 1975, "Tribuna Livre", pp. 1 e 5.

[1714] *DM*, 22 de Fevereiro de 1975, "Giz na parede – Ao dr. Mário Soares", pp. 1 e 8.

[1715] Ver anexo; *JM*, 17 de Julho de 1975, "PS manifestou-se no Funchal a favor duma imprensa livre", p. 10.

sua sede, como maneira de ficarem atentos a manobras de "reaccionários e independentistas"[1716].

Por seu turno, como reacção a esta actividade do PS, e como "forma de fazer face a possíveis provocações", no mesmo dia 16 de Julho, a UPM efectuou uma concentração junto à sua sede, na Rua do Castanheiro[1717].

Em 29 de Setembro de 1975, no Funchal, o PS e a JS organizaram um comício, subordinado ao tema "Ensino, autonomia e situação política nacional", com intervenções de Jaime Gama e Monteiro de Aguiar[1718].

No contexto nacional, a tentativa de golpe de Estado do "28 de Setembro de 1974", no Continente, mereceu do PS a leitura de que se tratara de uma conspiração das "forças reaccionárias", tendo sido um "fracasso estrondoso", constituindo mais uma "prova da unidade do povo com as Forças Armadas"[1719].

Assim, o PS preconizou "maior firmeza e unidade na governação democrática", impondo-se um "efectivo saneamento do aparelho de Estado de todos os provocadores e elementos antidemocráticos". Este partido apelou a que se fizesse do 5 de Outubro uma "decisiva jornada popular de luta" por esses objectivos[1720].

Relativamente à tentativa do "11 de Março de 1975", nesse mesmo dia, o PS – em conjugação com o PCP e o MDP/CDE – promoveu uma manifestação, no Funchal, exprimido a denúncia pelo acto e apoiando o MFA, "numa grande vitória sobre a reacção e o fascismo"[1721], congratulando-se com a referida "manifestação anti-fascista"[1722].

No Porto Santo, em 12 de Março de 1975, sob a organização do PS, decorreu uma "manifestação anti-fascista e de apoio ao M.F.A.", com centenas

---

[1716] *DN*, 16 de Julho de 1975, "O Partido Socialista realiza hoje uma manifestação o Funchal", p. 2; *DN*, 16 de Julho de 1975, "Partido Socialista – Comunicado", p. 2.

[1717] *DN*, 16 de Julho de 1975, "O Partido Socialista realiza hoje uma manifestação o Funchal", p. 2; *DN*, 16 de Julho de 1975, "Partido Socialista – Comunicado", p. 2.

[1718] *DN*, 26 de Setembro de 1975, "Comício do P.S.", p. 8; *DN*, 27 de Setembro de 1975, "Assembleias, comícios, reuniões – P.S.", p. 5; *DN*, 28 de Setembro de 1975, "Partido Socialista", p. 2; *DN*, 30 de Setembro de 1975, "Partido Socialista", pp. 1 e 3; *JM*, 30 de Setembro de 1975, p. 3.

[1719] *DN*, 1 de Outubro de 1974, "Partido Socialista – Comunicado", p. 6.

[1720] *DN*, 1 de Outubro de 1974, "Partido Socialista – Comunicado", p. 6.

[1721] *DN*, 12 de Março de 1975, "Manifestações anti-fascistas e de apoio ao M.F.A. no Funchal", p. 3; *JM*, 12 de Março de 1975, "Na Madeira o povo veio à rua apoiar o M.F.A.", pp. 1 e 7.

[1722] *DN*, 13 de Março de 1975, "Comunicados – Do Partido Socialista", p. 6; *JM*, 12 de Março de 1975, "Comunicados do Partido Socialista", p. 9.

de pessoas, tendo intervindo o presidente da CMPS, José Jorge Góis Mendonça[1723].

Em relação à administração nacional, o PS-Madeira acompanhou a evolução dos vários governos provisórios, expressando as suas posições.

No decurso do V GP, chefiado por Vasco Gonçalves – com ministros do PCP e do MDP/CDE e sem a participação do PS e do PPD[1724] – em Agosto de 1975, o Comando e os comandantes militares da Madeira enviaram um telegrama, ao CEMFA, através do qual se manifestavam preocupados com a acção do governo em exercício, "minoritário", e que se houvesse uma falta de decisão rápida, existiria uma "dramática opção" entre a lealdade à unidade nacional e servir uma "ideologia minoritária" do MFA e do governo[1725]. Então, o PS apoiou este telegrama do CTIM, repudiando o "governo minoritário contrário à unidade e integridade nacional"[1726].

Já na vigência do VI GP, presidido por Pinheiro de Azevedo – empossado em Setembro do mesmo ano e constituído por ministros do PS, PPD, PCP (um) e independentes[1727] – o PS promoveu, em 1 de Novembro de 1975, uma manifestação-comício do PS, no Funchal, "de apoio ao VI Governo e ao Governo Local", incorporando "alguns milhares de pessoas", entre as quais, 33 deputados do PS na AC, tendo Mário Soares defendido as autonomias insulares contra as ideias de independência e criticado o V Governo, "telecomandado pelo P.C.P."[1728].

[1723] *DN*, 13 de Março de 1975, "No Porto Santo – P.S. e P.C. promoveram manifestação anti-fascista e de apoio ao M.F.A.", pp. 1 e 3; *DN*, 18 de Março de 1975, "Manifestação de apoio ao M.F.A. o Porto Santo", p. 2.

[1724] *DN*, 9 de Agosto de 1975, "V Governo Provisório", pp. 1 e 6; *DN*, 9 de Agosto de 1975, "Constituição do Gabinete", p. 1.

[1725] *DN*, 27 de Agosto de 1975, "Comando e comandantes da unidades do C.T.I. da Madeira enviaram uma mensagem ao chefe de Estado", p. 1.

[1726] *DN*, 28 de Agosto de 1975, "Comunicados – Do P.S.", p. 6.

[1727] *DN*, 20 de Setembro de 1975, "VI Governo tomou posse", pp. 1, 3 e 5; *DN*, 20 de Setembro de 1975, "Constituição do novo gabinete", p. 1.

[1728] *DN*, 24 de Outubro de 1975, "Manifestação-comício do P.S. com a presença de membros do Governo", p. 6; *DN*, 28 de Outubro de 1975, "Manifestação-comício do Partido Socialista", p. 8; *DN*, 30 de Outubro de 1975, "Mário Soares na Madeira no comício do P.S.", p. 1; *DN*, 30 de Outubro de 1975, "O Partido Socialista e a manifestação-comício do próximo dia 1 de Novembro", p. 8; *DN*, 31 de Outubro de 1975, "Grande comício socialista, amanhã, sábado, às 18 h", p. 8; *DN*, 1 de Novembro de 1975, "Esta tarde no Funchal – Grande manifestação-comício do Partido Socialista", p. 8; *DN*, 2 de Novembro de 1975, "Milhares de madeirenses participaram na grande manifestação de ontem", pp. 1 e 8; *JM*, 30 de Outubro de 1975, "Comício manifestação do PS com a presença de Mário Soares e Henrique de Barros", p. 6; *JM*, 31 de Outubro de 1975, "Manifestação-comício do Partido Socialista de apoio ao VI

A JSD criticou as intervenções dos oradores deste comício do PS, apontando, entre outros, o facto de o PCP estar no VI Governo, por ter apoio do PS e que, na opinião, do PPD esse partido não devia integrá-lo[1729].

Por seu turno, a UPM expressou o seu "desapoio" a esta manifestação-comício, por considerar que o "falso Partido Socialista" ajudava o VI GP a "abrir caminho ao fascismo", tal como o V Governo, dominado pelo PCP, abria ao "social-fascismo", exprimindo ainda a UPM que também estava contra o apoio enunciado pelo PS ao governo local, chefiado por Carlos de Azeredo[1730].

O PS aproveitou a presença de dirigentes nacionais no arquipélago, realizando um comício, no Porto Santo, no dia 2 de Novembro de 1975, no qual marcaram presença "cerca de mil e quinhentas pessoas – quase um terço da população"[1731].

Mário Sares assinalou que, se os madeirenses foram "relegados, esquecidos pelo Terreiro do Paço, os habitantes do Porto Santo [tinham] a tendência para dizer que foram esquecidos pelo Funchal", destacando as condições favoráveis daquela ilha[1732].

Na sua deslocação à Madeira, Mário Soares defendeu que o VI GP devia existir até às eleições legislativas para a AC, não havendo "alternativa à esquerda a este governo" e que era "impensável um golpe de direita" em Portugal[1733].

Este dirigente nacional aproveitou para esclarecer que o PS tinha muito carinho pela Madeira e que a fraca implantação do PS no arquipélago tinha a ver com a "incompreensão por parte da população local"[1734].

Governo e Governo local", p. 12; *JM*, 4 de Novembro de 1975, "A caravana socialista deixou a Madeira – A manifestação-comício", pp. 1, e 11.

[1729] *DN*, 4 de Novembro de 1975, "Juventude Social Democrática comenta comício do P.S.", p. 8.

[1730] *DN*, 1 de Novembro de 1975, "O U.P.M. e a manifestação de hoje", p. 8.

[1731] *DN*, 2 de Novembro de 1975, "Comício do P.S. no Porto Santo", p. 8; *DN*, 4 de Novembro de 1975, "Comício socialista no Porto Santo", p. 3.

[1732] *DN*, 4 de Novembro de 1975, "Mário Soares e deputados socialistas encontraram-se com jornalistas madeirenses", pp. 3 e 6.

[1733] *DN*, 4 de Novembro de 1975, "Entrevista especial para "*DN*": Mário Soares, secretário-geral do P.S. – "O Partido Socialista é partidário duma larga autonomia para a Madeira, mas sem perder a vinculação a Portugal"", pp. 1 e 3.

[1734] *DN*, 4 de Novembro de 1975, "Entrevista especial para "*DN*": Mário Soares, secretário-geral do P.S. – "O Partido Socialista é partidário duma larga autonomia para a Madeira, mas sem perder a vinculação a Portugal"", pp. 1 e 3.

Ainda, no âmbito do apoio ao VI GP, o PS organizou, no Funchal, um comício, em 23 de Novembro de 1975, com intervenções de Pedro Coelho, membro do partido e secretário de Estado das Pescas, Monteiro de Aguiar, deputado do PS na AC e representantes da JS e da Federação Regional do PS[1735].

O PS-Madeira também se pronunciou sobre alguns acontecimentos internacionais, como sucedeu a propósito do 1.º aniversário do golpe militar, no Chile – chefiado por Pinochet, e que depusera Salvador Allende – tendo manifestado a sua solidariedade ao povo chileno, mas negou qualquer apoio a uma sessão promovida pelo PCP, no Funchal, em 11 de Setembro de 1974, no âmbito da Semana da Solidariedade ao Povo do Chile que vinha a ocorrer em Portugal[1736].

No âmbito da política internacional, a JS promoveu uma manifestação, no Funchal, em 12 de Setembro de 1975, junto ao consulado de Espanha (na Rua do Sabão, Funchal), contra a decisão de executar dois antifascistas bascos, Garmendia e Otaegui, determinada por ordem do governo franquista[1737].

Diversas organizações sindicais e políticas juntaram-se a este protesto, como o Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito do Funchal, o PS, a FPDM, a LUAR e o PCP[1738]. Entretanto, no dia 27 de Setembro

[1735] *DN*, 22 de Novembro de 1975, "Comício do Partido Socialista sobre o momento político-militar", p. 8; *DN*, 22 de Novembro de 1975, "P.P.D. adere ao comício de apoio ao VI Governo provisório", p. 8; *DN*, 22 de Novembro de 1975, "Para o fim de semana – PS mobiliza o país em apoio ao VI Governo", p. 2; *DN*, 23 de Novembro de 1975, "Comício no Funchal", pp. 1 e 3; *DN*, 23 de Novembro de 1975, "Hoje no Jardim Municipal – Comício do Partido Socialista sobre o momento político-militar", p. 10; *JM*, 25 de Novembro de 1975, "Comício do Partido Socialista", p. 1.

[1736] *DN*, 10 de Setembro de 1974, "Sessão de apoio ao povo do Chile", p. 7; *DN*, 11 de Setembro de 1974, "Comunicado do Partido Socialista apoiando o povo do Chile", p. 2; *DN*, 11 de Setembro de 1974, "Sessão de apoio ao povo chileno", p. 2; *JM*, 11 de Setembro de 1974, "Partido Socialista – o núcleo do Funchal apoia o povo chileno", p. 2.

[1737] *DN*, 11 de Setembro de 1975, "A manifestação contra a execução de Garmendia e Otaegui", p. 6; *DN*,12 de Setembro de 1975, "Hoje no Funchal – Manifestação contra a execução de Garmendia e Otaegui", p. 8; *DN*,13 de Setembro de 1975, "No Funchal, a manifestação contra a condenação à morte dos espanhóis", p. 4; *JM*,12 de Setembro de 1975, "Manifestação de protesto contra a condenação de Garmendia e Otaegui", p. 7; *JM*,13 de Setembro de 1975, p. 1.

[1738] *DN*,11 de Setembro de 1975, "A manifestação contra a execução de Garmendia e Otaegui", p. 6; *DN*,12 de Setembro de 1975, "Hoje no Funchal – Manifestação contra a execução de Garmendia e Otaegui", p. 8; *DN*,12 de Setembro de 1975, "Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito do Funchal – Comunicado", p. 7; *DN*,13 de Setembro de 1975, "No Funchal, a manifestação contra a condenação à morte dos espanhóis", p. 4; *JM*,12 de Setembro de 1975, "Manifestação de protesto contra a condenação de Garmendia e Otaegui", p. 7; *JM*,13 de Setembro de 1975, p. 1; *JM*, 28 de Setembro de 1975, "Vida política

de 1975, foram executados os dois bascos, tendo o PS, o PCP e a UEC condenado este acto[1739].

No seu relacionamento com outras organizações partidárias, a secção regional do PS teve discordâncias, como já foi expresso neste trabalho, mas também apelou à "actuação conjunta" das "forças democráticas", tendo em conta o ambiente político na época, no qual assinalava que a "actuação de certos eclesiásticos" prejudicava o processo de democratização do arquipélago sobretudo no meio rural[1740].

À eleição da AC, realizada em 25 de Abril de 1975, o PS apresentou uma lista pelo círculo do Funchal, constituída por António Alberto Monteiro de Aguiar, António Martins da Silva, Rosa Maria Pinguinha Gonçalves da Canha, Duarte do Carmo Caldeira, José António Vieira Santa Clara Gomes, José Alberto Jardim da Silva, Ana Maria Vasconcelos de Castro e Gil Francisco Ferreira Martins[1741]

As sua principais ideias foram a defesa da autonomia para a Madeira, a concordância com a existência da JPM – mas discordando do processo como foi constituída, por falta de consulta com os partidos políticos – a defesa do "cooperativismo agrário e cooperativista", a necessidade de que decisões nacionais precisavam da "participação activa" da Madeira, pois considerava que "o povo não est[va] despolitizado"[1742].

Sobre os resultados deste sufrágio nacional, Carlos de Azeredo considerou que tinha sido reforçada a "via socializante" da revolução, constituindo esta eleição "a mais bela comemoração do 1.º aniversário da Revolução do 25 de Abril"[1743].

No balanço deste acto electivo, na Madeira, Fernando Ascensão, do PS, não concordou com o resultado eleitoral, não pelos números obtidos, mas

– Partidos manifestam-se contra a execução de anti-fascistas espanhóis", p. 2; *JM*, 28 de Setembro de 1975, "Comunicados", p. 2.

[1739] *JM*, 28 de Setembro de 1975, "Comunicados", p. 2; *JM*, 28 de Setembro de 1975, "Vida política – Partidos manifestam-se contra a execução de anti-fascistas espanhóis", p. 2.

[1740] *DN*, 5 de Janeiro de 1975, "Os partidos políticos e a democratização do país – O 25 de Abril, seu significado, suas consequências numa óptica partidária", p. 3.

[1741] *DN*, 26 de Fevereiro de 1975, "O Partido Socialista divulgou as listas de candidatos a deputados à Assembleia Nacional Constituinte", pp. 1 e 6.

[1742] *JM*, 3 de Abril de 1975, "Vida politica – O Partido Socialista apresentou aos órgãos de informação dos candidatos à Assembleia Constituinte", p. 5.

[1743] *DN*, 27 de Abril de 1975, "Eleições Especial, "A melhor comemoração do aniversário do 25 de Abril" – afirma a "*D.N.*" o governador do Distrito", p. II; *DN*, 27 de Abril de 1975, "Eleições Especial, O povo português disse sim à via socialista", pp. I.

sobretudo pelo modo como o resultado foi alcançado. Para tal, baseava-se no facto de a "zona rural esta[r] completamente manietada por pessoas conscientes que através da sua preponderância junto do povo esclarecido faz[iam] o que quer[iam] e entend[iam], inclusivamente incita[ndo] alguns dos seus apaniguados a não deixar que se efectu[assem] sessões de esclarecimento", sendo que, nalgumas localidades (Estreito de Câmara de Lobos, Madalena do Mar, Curral das Freiras e todo o Norte), era "perigoso qualquer tentativa de penetração para esclarecimento" [1744].

Acrescentou o mesmo socialista que o saneamento na Madeira acontecera, apenas, na cúpula, e só parcialmente, "pois a base continua[va] intacta […] os regedores, todos eles filiados na ANP, continua[va]m nos seus postos", sendo, assim, inexistente o "desbloqueamento político", apesar de haverem campanhas de dinamização cultural do MFA[1745].

Na AC, no dia 24 de Junho de 1975, o deputado Monteiro de Aguiar (PS) apresentou um requerimento, focando diversos problemas da Madeira, como as medidas para a solução da colonia, a racionalização dos transportes marítimos e aéreos, a problemática das pescas e o reforço de poderes e meios para a JPM[1746].

5.13. Partido Comunista Português (PCP)

Em comunicado, divulgado em 25 de Agosto de 1974, a Secção de Informação e Propaganda da Comissão Concelhia do Funchal do PCP anunciou que "entrou em actividade legal no distrito do Funchal logo após o 25 de Abril estando a funcionar […] sob a égide da sua Comissão Concelhia do Funchal reorganizada em Maio", com reuniões de militantes e simpatizantes e também

[1744] *DN*, 27 de Abril de 1975, "*DN* ouvindo representantes dos núcleos regionais dos partidos concorrentes pelo círculo do Funchal", p. 3; *DN*, 29 de Abril de 1975, "Esclarecimento a propósito dos depoimentos dos representantes dos núcleos regionais dos partidos concorrentes pelo Funchal", p. 3.

[1745] *DN*, 27 de Abril de 1975, "*DN* ouvindo representantes dos núcleos regionais dos partidos concorrentes pelo círculo do Funchal", p. 3; *DN*, 29 de Abril de 1975, "Esclarecimento a propósito dos depoimentos dos representantes dos núcleos regionais dos partidos concorrentes pelo Funchal", p. 3.

[1746] *DN*, 27 de Junho de 1975, "Problemas da Madeira postos à Assembleia Constituinte", p. 3.

trabalhadores, numa sala de uma escola primária na Rua Aspirante Mota Freitas, mas informava que, a partir de 1 de Setembro de 1974, seria aberto um centro de trabalho do PCP na Rua da Carreira, n.º 139, Funchal[1747].

Entretanto, surgiu o comunicado n.º 1 da Comissão Concelhia do Funchal do PCP, no qual saudava "o povo madeirense em geral e os trabalhadores em especial", desejando a unidade para "democratizar as estruturas político e socioeconómicas da Ilha da Madeira" e disponibilizava a sua colaboração às "massas populares"[1748].

Para a difusão da sua mensagem, além de reuniões, o PCP transmitia, todas as sextas-feiras, na *ERM*, um programa denominado Rádio Avante[1749].

A nível juvenil, foi constituída, também na Madeira, em Outubro de 1974, a União dos Estudantes Comunistas (UEC), com sede na Rua da Carreira, n.º 139, Funchal, ou seja, a mesma do PCP, aberta aos estudantes madeirenses[1750].

Depois, em Março de 1975, nasceu, a delegação regional da UJCP[1751].

Para além da sede no Funchal, o PCP abriu outros centros de trabalho na ilha, como em Santa Cruz, na Ponta do Sol e em Machico, onde se reuniam os seus militantes, para abordar assuntos locais, mas também para assistir a filmes e palestras sobre países designados "socialistas", como a União Soviética e a Bulgária[1752].

Foram múltiplas as áreas de intervenção do PCP, a nível insular. No campo sindical, este partido efectuou diversos encontros com diferentes sectores profissionais, como os da construção civil e da hotelaria, para tratar das respectivas revindicações, bem como combater os despedimentos, o custo de vida e a não aplicação do SMN[1753].

[1747] *DN*, 25 de Agosto de 1974, "P.C.P.: abertura na Madeira da sede do Partido Comunista Português – Informação", p. 3.

[1748] *DN*, 25 de Agosto de 1974, "Comunicado n.º 1 da Comissão Concelhia do Funchal do Partido Comunista Português – Informação", p. 3; *DN*, 1 de Setembro de 1974, "Partido Comunista Português – Comunicado ao povo madeirense", p. 3.

[1749] *DN*, 26 de Outubro de 1974, "Comunicado do P.C.P.", p. 8.

[1750] *DN*, 17 de Outubro de 1974, "A UEC na Madeira", p. 2.

[1751] *DN*, 15 de Março de 1975, "Assembleias, comícios, reuniões – Do Partido Comunista Português", p. 4.

[1752] *DN*, 26 de Fevereiro de 1975, "Comunicados – Do Partido Comunista Português", p. 7*; DN*, 5 de Abril de 1975, "Assembleias, comícios, reuniões – P.C.P.", p. 8; *DN*, 21 de Outubro de 1975, "Assembleias, comícios, reuniões – Comissão Concelhia de Machico do PCP", p. 7.

[1753] *DN*, 26 de Outubro de 1974, "Comunicado do P.C.P.", p. 8; *DN*, 9 de Novembro de 1974, "Comunicados – Do Partido Comunista Português, N.º 2", p. 6.

Também, o PCP promoveu uma reunião dos empregados das Casas do Povo do arquipélago, para tratar do SMN e do saneamento nestas instituições[1754].

Igualmente, o partido em questão foi solidário com os bombeiros demitidos dos BVM, comandados por Vaz Camacho[1755].

O PCP apoiou ainda os trabalhadores da EEM, que exigiam saneamentos da empresa, bem como com os funcionários da JGDAF e da CMF nas suas reivindicações[1756].

Entretanto, considerando a difícil situação económica no país e também no arquipélago, bem como o "despertar de camadas sociais cada vez mais amplas de operários, de camponeses, de trabalhadores em geral, apesar da intensa propaganda anti-democrática dos meios reaccionários", a Comissão Concelhia do Funchal do PCP realizou a I Conferência Unitária de Trabalhadores, no dia 9 de Fevereiro de 1975, com a participação do representante do Ministério do Trabalho, de uma delegação da Intersindical, do MDP/CDE e de alguns sindicatos[1757].

Os objectivos deste encontro – uma "jornada de confraternização democrática" – foram discutir os problemas do arquipélago[1758], tendo havido algumas intervenções defendendo a substituição do governador civil, Fernando Rebelo e do presidente da JGDAF, António Loja, a "actuação vigilante" em relação a alguns órgãos de comunicação social, a intervenção do Estado em determinados sectores (bordados, hotelaria, banca, moagens, construção civil) e a "urgência do saneamento do delegado da Secretaria de Estado do Trabalho"[1759].

[1754] *DN*, 29 de Novembro de 1974, "Comunicados – Aos empregados das Casas do Povo da Madeira", p. 6.

[1755] *DN*, 7 de Março de 1975, "Comunicados – Do Partido Comunista Português", p. 6.

[1756] *DN*, 25 de Setembro de 1974, "Comissão Concelhia do Funchal do Partido Comunista Português – Comunicado n.º 3", p. 3.

[1757] *DN*, 5 de Fevereiro de 1975, "Comunicados – Do Partido Comunista Português, Conferência unitária de trabalhadores de 9 de Fevereiro de 1975", p. 5; *DN*, 11 de Fevereiro de 1975, "No Funchal – I Conferência Unitária de Trabalhadores", pp. 1 e 3.

[1758] *DN*, 8 de Fevereiro de 1975, "Revelados à imprensa os objectivos da I Conferência Unitária dos Trabalhadores do Funchal", p. 8; *JM*, 8 de Fevereiro de 1975, "Conferência de imprensa do P.C.P.", p. 3.

[1759] *DN*, 8 de Fevereiro de 1975, "Revelados à imprensa os objectivos da I Conferência Unitária dos Trabalhadores do Funchal", p. 8; *DN*, 11 de Fevereiro de 1975, "No Funchal – I Conferência Unitária de Trabalhadores", pp. 1 e 3; *JM*, 8 de Fevereiro de 1975, "Conferência de imprensa do P.C.P.", p. 3.

Entretanto, no dia 8 de Maio de 1975, o PCP participou na saudação pública ao ministro do Trabalho, Costa Martins[1760], realizada junto à CMF, pelo reforço da aliança Povo-MFA, em conjunto com o Secretariado da Pró-União dos Sindicatos da Madeira, o MDP/CDE, as CT's dos hotéis Monte Carlo e Santa Maria e do complexo Matur, o Sindicato dos Sapateiros e o Sindicato dos Profissionais de Alfaiataria e Costura[1761].

No sector estudantil, surgiu alguma conflitualidade com a organização juvenil do PCP. Assim, quando houve a greve dos alunos da EICF, em Dezembro de 1974 – visando o "saneamento dos professores fascistas" e a eleição de uma comissão de gestão do estabelecimento de ensino – os grevistas acusaram os "cunhalistas da UEC" de boicotar a sua acção e tentar colar-se à direcção da luta empreendida[1762].

A UEC reagiu às críticas feitas pelos "esquerdistas", referindo apoiar a acção dos alunos da EICF "pelo saneamento do corpo docente, pela eleição duma comissão de gestão e por uma real democratização do ensino", mas considerava que "a greve pela greve" era um "factor divisionista", até porque dos cerca de 1000 alunos apresentados como votantes da greve, apenas cerca de metade é que a praticavam, pelo que a UEC defendia uma "ampla consulta às bases", bem como o boicote às aulas dos professores reaccionários e a sanear, a eleição de uma comissão de saneamento e a continuação das aulas com os restantes professores[1763].

A UEC voltou a criticar a ocupação das instalações da EICF, decidida na assembleia geral de 4 de Janeiro de 1975, referindo que foi a imposição de uma vontade minoritária (cerca de 200 alunos) a uma maioria de 3000 e que "estas

[1760] Ver anexo.

[1761] *DN*, 8 de Maio de 1975, "O ministro do Trabalho nos Paços do Concelho", p. 1; *DN*, 8 de Maio de 1975, "Saudação do ministro à população do Funchal", p. 8; *DN*, 8 de Maio de 1975, "Convite", p. 7; *DN*, 8 de Maio de 1975, "Sindicato Nacional dos Profissionais de Alfaiataria e Costura do Distrito do Funchal – Comunicado", p. 6; *DN*, 8 de Maio de 1975, "Sindicato Nacional dos Sapateiros e Ofícios Correlativos do Distrito do Funchal – Comunicado", p. 7; *DN*, 9 de Maio de 1975, "É preciso que as pessoas passem a dispor e a utilizar a liberdade que lhes foi conferida – afirmou o ministro Costa Martins nos Paços do Concelho do Funchal", pp. 1 e 3.

[1762] *DN*, 4 de Dezembro de 1974, "Alunos da Escola Industrial pedem saneamento de alguns professores e participação na gestão da escola", p. 6.

[1763] *DN*, 11 de Dezembro de 1974, "Comunicados – Da U.E.C.", p. 5.

manobras esquerdistas" serviam à "reacção", não sendo desta forma que se alcançaria a "democratização do ensino"[1764].

As comissões coordenadoras dos alunos da EICF contestaram a UEC[1765], tendo esta reagido, explicando que reconhecia as reivindicações dos alunos, "mas não o processo de luta como meio utilizado para atingir tais fins", sendo pela "abertura imediata da Escola" e a aplicação do D.L. n.º 735-A/74, relativo à gestão democrática[1766].

Por seu turno, um grupo de alunos do LNF exprimiu a sua solidariedade com a acção desenvolvida pelos colegas da EICF e criticou o "carácter conciliador e opositor às lutas estudantis" da parte da UEC[1767].

No LNF, registou-se um novo confronto da UEC em episódios grevistas. Em Janeiro de 1975, o organismo comunista apoiou a ocupação desta escola, explicitando os pontos em que divergia do D.L. relativo à gestão escolar[1768].

Depois, em Fevereiro do mesmo ano, foi contra a paralisação dos alunos do LNF, invocando a UEC a recusa à greve dos alunos do 1.º ano do curso complementar (antigo 6.º ano), para condenar "as manobras do grupelho esquerdista", que visavam "provocar o impedimento total do funcionamento do ensino"[1769].

Nessa altura, a UEC propôs um novo modelo de avaliação, baseado numa escala de 1 a 5, indo a exame quem tivesse a média de 3 e dispensado quem tivesse a nota 4, numa conjugação de trabalhos colectivos e individuais, testes, assiduidade e participação nas aulas[1770].

A UEC manifestou-se "contra a ociosidade e o parasitismo nas escolas", condenando a situação no LNF, motivada pela reacção e um "grupelho reaccionário", agindo através de "grupos provocatórios pseudo-revolucionários", com o intuito de atacar o GP e o MFA, e reclamou, de forma clara, que "as

[1764] *DN*, 7 de Janeiro de 1974, "Ocupação da Escola Industrial – Os estudantes pedem saneamento da direcção e garantia do direito de reunião e associação", p. 5.
[1765] *DN*, 10 de Janeiro de 1974, "Comunicados – Das comissões coordenadoras dos alunos da Escola Industrial do Funchal", p. 5.
[1766] *DN*, 12 de Janeiro de 1974, "Comunicados – Nota informativa da U.E.C.", p. 2.
[1767] *DN*, 9 de Janeiro de 1974, "A ocupação da Escola", p. 5.
[1768] *DN*, 19 de Janeiro de 1975, "Comunicados – Comunicado da U.E.C.", p. 6; *JM*, 21 de Janeiro de 1975, "Comunicado", p. 13.
[1769] *DN*, 28 de Fevereiro de 1975, "Comunicados – Posição da U.E.C. face ao movimento grevista", p. 3.
[1770] *DN*, 28 de Fevereiro de 1975, "Comunicados – Posição da U.E.C. face ao movimento grevista", p. 3.

escolas dev[ia]m ser unicamente para aqueles que quer[ia]m trabalhar, estudar e reconstruir o ensino"[1771].

Este partido foi alvo de algumas campanhas, através de boatos, acusação de actos e até de perseguição a alguns dos seus militantes.

Assim, o PCP alertou para a preparação de uma "grande operação contra-revolucionária", no fim-de-semana de 16 e 17 de Novembro de 1974, tendo sido inventado que os comunistas iriam incendiar e assaltar casas, na sexta-feira, dia 15 desse mês, referindo este partido que seriam os "reaccionários" a pegar fogo nos seus próprios carros e a invadir casas, "para culpar os comunistas"[1772].

Entretanto, na noite de 22 de Novembro de 1974, tinham sido pintadas algumas igrejas, imputando-se tal acto ao PCP, sendo – na versão desta organização partidária – uma manobra inserida na campanha "histérica" e "criminosa" do "clero reaccionário", para lançar a população contra este partido[1773].

Também, o PCP denunciou o impedimento de um seu elemento, José Figueira da Silva – membro da Comissão Concelhia do Funchal – entrar no seu trabalho, em Câmara de Lobos, por uma "população amotinada e armada de objectos contundentes que o ameaçavam devido a "ser comunista"", apesar de uma posterior intervenção das FA. Para o partido em causa, este facto era demonstrativo de não haver "garantias do exercício dos mais elementares direitos democráticos" e de uma campanha anti-comunista pelo "clero mais reaccionário"[1774].

Neste contexto, em Novembro de 1974, o PCP exigiu às FA e à PSP o exercício dos direitos dos membros do PCP[1775].

Foi perante esta situação que Octávio Pato declarou que havia forças, na Madeira, comprometidas com o regime anterior, desenvolvendo uma campanha anticomunista[1776].

[1771] *DN*, 2 de Março de 1975, "Comunicados – Da União dos Estudantes Comunistas", p. 6.
[1772] *DN*, 14 de Novembro de 1974, "Comunicados – Do PCP", p. 5.
[1773] *DN*, 26 de Novembro de 1974, "Comunicados – Do Parido Comunista Português", p. 8.
[1774] *DN*, 24 de Novembro de 1974, "Comunicados – Do Partido Comunista Português, A reacção actual", p. 9.
[1775] *DN*, 26 de Novembro de 1974, "Comunicados – Do Parido Comunista Português, p. 8.
[1776] *DN*, 14 de Dezembro de 1974, "Opõem-se à nossa acção dois tipos de forças, pp. 3 e 8.

Em Maio de 1975, a Comissão Concelhia da Ponta do Sol do PCP denunciou alguns factos de perseguição política, naquele concelho. Assim, no dia 20 desse mês, um seu militante foi alvo de pedradas, quando seguia numa vereda, e que, segundo a PSP local, não foi um acto acidental, e no dia 25, um outro militante, Manuel Ricardo Costa Jesus (fiscal de rede da EEM) foi agredido na via pública. Segundo este partido, vivia-se um clima de perseguição, intimidação e de limitação da liberdade[1777].

Igualmente, houve o boicote a algumas actividades do PCP, como sucedeu na Santa, Porto Moniz, em 23 de Março de 1975, onde os militantes do PCP que iam fazer a sessão de esclarecimento foram agredidos e insultados[1778].

Outro episódio contra o PCP foi, em Setembro de 1975, a entrega – ao governador do Distrito, então, Carlos de Azeredo – de um abaixo-assinado, com 71 assinaturas, solicitando a "remoção da delegação local do P.C.P. para outro local, que não uma zona de tão densa concentração habitacional", referindo-se às ruas da Carreira e Nova de São Pedro, invocando a possibilidade de haver a destruição dos bens dos seus vizinhos residentes, como já sucedera no Continente[1779].

O governador recusou o pedido, pois tal era "contrário ao espírito da democracia", tendo todos os partidos "o direito a permanecer onde entende[ss]em", actuando, sim, as forças militares na segurança das populações e admitindo até que os moradores pudessem fazer a vigilância daquelas ruas, o que tornaria a "tarefa mais fácil". Estranhava, no entanto, o Comando Militar que os mesmos moradores não se tivessem oposto ao funcionamento, naquela mesma rua, da sede da ex-PIDE, onde estiveram presos e foram torturados muitos comunistas[1780].

[1777] *DN*, 27 de Maio de 1975, "Comunicados – A acção dos caciques da Ponta do Sol denunciada pela Comissão Concelhia do P.C.P.", p. 5; *DN*, 27 de Maio de 1975, "Comunicados – Violência sobre um comunista denuncia a célula da E.E.M.", p. 5.

[1778] *DN*, 22 de Março de 1975, "Assembleias, comícios, reuniões – Partido Comunista Português", p. 7; *DN*, 25 de Março de 1975, "Primitivismo e pandemónio em terras da Madeira", Maria Teresa Santos Tavares de Góis, p. 3.

[1779] *DN*, 4 de Setembro de 1975, "Pedida a remoção da sede do P.C.P.", p. 8.

[1780] *DN*, 9 de Setembro de 1975, "Resposta do governador do Distrito ao pedido de remoção da sede do P.C.P.", p. 6.

A propósito deste facto, o *RNN* considerou a atitude dos moradores como "escandalosamente anti-democrática" e que esta "não lembrava ao diabo"[1781].

No exercício da suas acções, o PCP organizou alguns actos públicos. O seu primeiro comício-sessão de esclarecimento teve lugar no Cine-Parque do Funchal, em 14 de Dezembro de 1974, com a participação de Octávio Pato. Fora desmentido o boato de que teria de ser paga a entrada neste encontro, pois o mesmo seria "aberto a todo o povo trabalhador" e alertava-se para o "anti-comunismo" na Madeira[1782].

No debate, que durou cerca de três horas, intervieram os dirigentes Octávio Pato e Martins Coelho. Segundo o *JM*, "houve unanimidade no repúdio quer das manobras reaccionárias tendentes a anular os objectivos do "25 de Abril", quer das manobras de minorias da extrema-esquerda que afect[ass]em a indispensável produtividade que o País não dispensa[va]"[1783].

Outra iniciativa do PCP do Funchal foi a Semana do Canto Livre, desenvolvida entre 21 e 27 de Setembro de 1974, em diversas freguesias da Madeira (Funchal, Ribeira Brava e Câmara de Lobos), com a participação de cantores continentais, nas quais eram feitas intervenções de esclarecimento por representantes deste partido[1784].

Entretanto, a sessão prevista para o dia 23 de Setembro de 1974, em Câmara de Lobos, não aconteceu, por boicote de pessoas da localidade, munidas de paus e pedras, tendo uma das artistas sido molestada, sendo esta acção entendida como uma manobra da "reacção", na perspectiva do PCP, e não comparecera a PSP, apesar de solicitada pelo partido à edilidade local[1785].

[1781] *RNN*, 10 de Setembro de 1975, "Jazz Band – Esta não lembra ao diabo", p. 6.

[1782] *DN*, 10 de Dezembro de 1974, "Octávio Pato, dirigente do P.C. vem à Madeira", p. 1; *DN*, 14 de Dezembro de 1974, "Comunicados – Do Partido Comunista Português", p. 5.

[1783] *DN*, 17 de Dezembro de 1974, "Assembleias, comícios, reuniões – Sessão de esclarecimento do Partido Comunista", p. 3; *JM*, 17 de Dezembro de 1974, "O P.C.P. realizou um comício no Cine-Parque", p. 15.

[1784] *DN*, 7 de Setembro de 1974, "Semana de Canto Livre", p. 8; *DN*, 15 de Setembro de 1974, "Semana de Canto Livre", p. 1; *DN*, 19 de Setembro de 1974, "Semana de Canto Livre", p. 1; *DN*, 21 de Setembro de 1974, "Canto Livre", p. 1; *DN*, 22 de Setembro de 1974, "Semana de Canto Livre organizada pelo PCP", p. 14; *DN*, 24 de Setembro de 1974, "Canto Livre", p. 14*; DN*, 26 de Setembro de 1974, "Canto Livre", p. 1.

[1785] *DN*, 24 de Setembro de 1974, "Comunicado da Comissão Concelhia do Funchal do Partido Comunista Português sobre os acontecimentos em Câmara de Lobos", p. 10.

Relativamente à acção do PCP, Carlos de Azeredo – numa abordagem ao processo de constituição da JGM (ou JR) – considerou que "o equilíbrio de uma sociedade moderna passa[va] pela existência de um partido comunista actuando democraticamente" e que a actuação do PCP na Madeira reflectia "a marca de uma constante correcção"[1786].

Quando aconteceu a "prisão de alguns elementos" da EEM, a Comissão Concelhia do Funchal do PCP manifestou a sua expectativa de que este acto marcasse o "início de uma consequente política contra a corrupção e pelo saneamento das instituições na Madeira"[1787].

Em Maio de 1975, o PCP exprimiu a sua "preocupação pela forma lenta como o saneamento" estava a se processar[1788].

No campo político nacional, o PCP-Funchal criticou os acontecimentos do "28 de Setembro de 1974", apelando aos madeirenses para manterem uma "firme vigilância democrática", denunciarem as manobras contra o PREC[1789] e pedia o reforço de todos os partidos e organizações "verdadeiramente democráticos[1790]".

Em relação ao "11 de Março de 1975", o PCP-Madeira denunciou esta acção "contra-revolucionária", tendo apelado à calma e ao reforço da aliança Povo-MFA. O mesmo partido exigiu o castigo dos conspiradores, o reforço do saneamento no Estado e a reorganização das forças militarizadas. Congratulou-se, ainda, com a criação do CR, a remodelação do GP e a nacionalização da banca[1791].

[1786] *JM*, 26 de Outubro de 1975, ""A formação da Junta só por si nada resolve. Sem o concurso e a adesão da população e a necessária ajuda do governo, nada de válido será feito" – afirmou o brigadeiro Carlos de Azeredo a "*Jornal da Madeira*"", pp. 1-2.

[1787] *DN*, 1 de Março de 1975, "Comunicados – Do Partido Comunista Português", p. 16.

[1788] *JM*, 3 de Junho de 1975, "Vida política – Partido Comunista, Comunicado", p. 4.

[1789] Segundo o CD25A, 2012, *Glossário*, PREC (Processo Revolucionário Em Curso) era uma sigla usada "normalmente com sentido depreciativo […] por alguns políticos e militares durante o período entre o 11 de Março e o 25 de Novembro de 1975, para justificar certos acontecimentos durante esse período da pós-Revolução". Na opinião de CAETANO, 2014, *Prisioneiros de Caxias*, p. 279, o PREC foi uma expressão utilizada pelos revolucionários para referenciar a época entre o "25 de Abril" e o "25 de Novembro".

[1790] *DN*, 1 de Outubro de 1974, "Partido Comunista Português, Comissão Concelhia do Funchal – Comunicado n.º 5", p. 8.

[1791] *DN*, 12 de Março de 1975, "Comunicados – Do Partido Comunista Português", p. 4; *DN*, 13 de Março de 1975, "Comunicados – Do PCP sobre a tentativa contra-revolucionária", p. 6; *DN*, 15 de Março de 1975, "Comunicados – Do PCP, A Banca foi nacionalizada, O M.F.A. institucionalizado", p. 6.

No próprio dia 11, o PCP – em conjunto com o PS e o MDP/CDE – apoiou uma manifestação, no Funchal, saudando a "grande vitória sobre a reacção e o fascismo"[1792].

Depois, em 16 de Março de 1975, o mesmo partido realizou uma sessão de esclarecimento, sobre a "tentativa de golpe contra-revolucionário de 11 de Março"[1793].

Quanto ao programa de nacionalizações, decretado pelo CR, após o "11 de Março", as células do PCP no Sindicato dos Estivadores e na EEM saudaram "a institucionalização do M.F.A. e a nacionalização da Banca"[1794].

Em Abril de 1975, o PCP-Madeira (comissão distrital e células da EEM, da Previdência Social, dos CTT, dos empregados de escritório e dos operários da construção civil) e a UJCP local apoiaram as nacionalizações de empresas de transportes (CP, TAP), produção, transporte e distribuição de energia eléctrica[1795].

Entretanto, a comissão distrital do Funchal do PCP congratulou-se com as nacionalizações aprovadas, em 13 de Maio, pelo Conselho de Ministros, nos sectores dos cimentos, celulose e tabacos, que incluía a Empresa Madeirense de Tabacos, sendo interpretado como "um passo na luta contra os monopólios, para colocar a economia ao serviço do povo e elevar o nível de vida das classes trabalhadoras". Acrescentava o PCP que era "urgente" a nacionalização de empresas madeirenses, como a ILMA, a Fábrica de Açúcar Hinton, a ECM e a Companhia Insular de Moinhos[1796]. Depois, adicionara a sugestão da União de Cooperativas de Lacticínios à lista de entidades regionais a nacionalizar[1797].

Em Agosto de 1975, o PCP condenou o telegrama do CTIM, enviado ao CEMFA – no qual se manifestava preocupado com a acção do V GP,

---

[1792] *DN*, 12 de Março de 1975, "Manifestações anti-fascistas e de apoio ao M.F.A. no Funchal", p. 3; *JM*, 12 de Março de 1975, "Na Madeira o povo veio à rua apoiar o M.F.A.", pp. 1 e 7.

[1793] *DN*, 16 de Março de 1975, "Assembleias, comícios, reuniões – Do Partido Comunista Português", p. 10.

[1794] *DN*, 15 de Março de 1975, "Telegramas ao Conselho da Revolução", p. 4.

[1795] *DN*, 17 de Abril de 1975, "Trabalhadores madeirenses enviaram telegramas ao Conselho da Revolução", p. 8; *DN*, 19 de Abril de 1975, "Telegrama enviado ao Conselho Superior da Revolução pela União da Juventude Comunista", p. 8; *DN*, 20 de Abril de 1975, "Célula do P.C.P. dos C.T.T.", p. 7.

[1796] *DN*, 15 de Maio de 1975, "Conselho de Ministros restrito: Nacionalizadas as empresas de tabaco cimentos e celulose", pp. 1 e 4; *DN*, 16 de Maio de 1975, "Colocar a economia ao serviço do povo e ganhar a batalha da produção", p. 5.

[1797] *JM*, 3 de Junho de 1975, "Vida política – Partido Comunista, Comunicado", p. 4.

"minoritário"[1798] – entendendo-o como uma "cedência às chantagens da reacção" e, no entanto, não se apresentava contra a violência que se sentia na Madeira[1799].

Com a queda do V GP, presidido por Vasco Gonçalves, o PCP-Madeira saudou a nomeação de Pinheiro de Azevedo para PM do novo executivo, em Setembro de 1975, que teria a participação de um ministro deste partido[1800], e de Vasco Gonçalves para chefe de Estado Maior das FA (mas que não veio a acontecer) como "um contributo para a solução da grave crise" que se vivia em Portugal, repudiando a acção terrorista dos separatistas madeirenses[1801].

Entretanto, perante a autossuspensão do VI GP, em Novembro de 1975, o PCP-Madeira considerou que esta atitude reflectia a "sua incapacidade para governar […] de prosseguir a sua política de direita, contrária aos interesses nacionais", exprimindo-se contra a sua continuação[1802].

Na política internacional, o PCP promoveu uma sessão de apoio ao povo chileno, em Setembro de 1974, que, há um ano atrás, 11 de Setembro de 1973, tinha conhecido um golpe militar chefiado por Pinochet, e que depusera Salvador Allende[1803]. No ano seguinte, o partido em questão efectuou uma sessão de esclarecimento do PCP, sobre a situação no Chile[1804].

O PCP concorreu à eleição da AC, em 25 de Abril de 1975, apresentando, pelo círculo do Funchal, uma lista, constituída por José Arlindo Gomes Ferreira, Ana Paula dos Passos Velosa, José Manuel Gomes de Freitas, Henrique Ricardo Pereira, Rui Firmino Faria Nepomuceno e João Rogério C. Vieira Prioste[1805].

Martins Coelho, dirigente do PCP, considerou que o resultado eleitoral não foi surpresa, face à despolitização, ao analfabetismo, à falta de saneamento

---

[1798] *DN*, 27 de Agosto de 1975, "Comando e comandantes da unidades do C.T.I. da Madeira enviaram uma mensagem ao chefe de Estado", p. 1.
[1799] *DN*, 28 de Agosto de 1975, "PCP comenta telegrama do CTIM enviado ao C.E.M.G.F.A.", p. 8.
[1800] *DN*, 20 de Setembro de 1975, "VI Governo tomou posse", pp. 1, 3 e 5; *DN*, 20 de Setembro de 1975, "Constituição do novo gabinete", p. 1.
[1801] *DN*, 2 de Setembro de 1975, "Comunicados – P.C.P. "repudia e denuncia actos de terrorismo"", p. 6.
[1802] *DN*, 23 de Novembro de 1975, "O P.C.P. (regional) e o momento político", p. 10.
[1803] *DN*, 10 de Setembro de 1974, "Sessão de apoio ao povo do Chile", p. 7; *DN*, 11 de Setembro de 1974, "Sessão de apoio ao povo chileno", p. 2.
[1804] *JM*,11 de Setembro de 1975, "Comunicados", p. 5.
[1805] *DN*, 4 de Março de 1975, "Candidatos à Assembleia Constituinte pelo círculo do Funchal – Do Partido Comunista Português", p. 1.

e a um "clero extremamente reaccionário", tendo referido que "estas eleições foram livres, no aspecto do acto de votar, mas não foram eleições conscientes", pois muita gente votou sem saber em quem votar, rematando que a luta do PCP continuaria[1806].

No Porto Santo, o PCP esteve envolvido num episódio polémico, relacionado com Sérgio Moutinho, professor continental, membro da Comissão Instaladora da Escola do Ciclo Preparatório do Porto Santo – que tinha feito campanha eleitoral deste partido, naquela ilha, na eleição da AC (Abril de 1975) [1807].

Então, um grupo de cerca de três centenas de pais daquela ilha, no dia 7 de Setembro de 1975, na sequência de uma reunião de encarregados de educação, no cinema local, gritou "não queremos cá comunistas". Por consequência, o referido docente embarcou, nesse mesmo dia, para a Madeira, num avião da TAP, merecendo a intervenção protectora, da parte do presidente da edilidade local, José Jorge Góis Mendonça e das forças militares, tendo havido disparos e gás lacrimogéneo[1808].

O visado esclareceu não ser membro do comité central do PCP, mas apenas militante deste partido, acusou que a agitação verificada foi manobrada por alguém que não estava interessado no objectivo de concretizar o ciclo preparatório, tendo sublinhado a intervenção da FA e do governador militar, na sua protecção[1809]. Por sua vez, o PCP-Madeira condenou os acontecimentos ocorridos no Porto Santo que levaram à expulsão do seu militante[1810].

[1806] *DN*, 27 de Abril de 1975, "*DN* ouvindo representantes dos núcleos regionais dos partidos concorrentes pelo círculo do Funchal", p. 3; *DN*, 29 de Abril de 1975, "Esclarecimento a propósito dos depoimentos dos representantes dos núcleos regionais dos partidos concorrentes pelo Funchal", p. 3.

[1807] *DN*, 9 de Setembro de 1975, "Incidentes no Porto Santo", p. 8; *JM*, 9 de Setembro de 1975, "No Porto Santo – A população expulsou um professor que dizem ser militante do P.C.P.", pp. 1 e 8.

[1808] *DN*, 9 de Setembro de 1975, "Incidentes no Porto Santo", p. 8; *JM*, 9 de Setembro de 1975, "No Porto Santo – A população expulsou um professor que dizem ser militante do P.C.P.", pp. 1 e 8.

[1809] *JM*, 11 de Setembro de 1975, "Cartas ao director – Os acontecimentos recentes no Porto Santo", p. 2.

[1810] *JM*, 11 de Setembro de 1975, "Vida política – Um comunicado do P.C.P.", p. 6.

5.14. Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral (MDP/CDE)

Intitulando-se o "partido do Povo, da unidade e da democracia", o MDP/CDE abriu a sua sede na Madeira, na Rua do Anadia, 11-A, 2.º andar, em frente ao mercado do Funchal, no início de Fevereiro de 1975[1811].

Esta tarefa contou com o apoio da estrutura nacional, tendo, para o efeito, vindo à ilha o seu dirigente Herberto Goulart, referindo este que a sua deslocação tinha por objectivo apoiar o arranque da "organização distrital" do movimento político, visando o "breve lançamento do MDP/CDE na Madeira"[1812].

Segundo este representante nacional, entre outros princípios, o MDP/CDE defendia a descentralização da administração pública e autárquica, com uma gestão democrática[1813].

No quadro das suas actividades, este partido promoveu diversas sessões de esclarecimento na ilha, designadamente na Santa e na Vila do Porto Moniz, na Ribeira Seca (Machico) e na Lombada da Ponta do Sol, nas quais foram abordados diversos assuntos, como o bordado, o custo de vida e a situação dos camponeses[1814].

No capítulo da política nacional, o MDP/CDE-Madeira condenou o "golpe desesperado contra as forças progressistas", em 11 de Março de 1975, vitoriando a "unidade Povo-M.F.A." e pedindo a unidade para o "avanço do processo revolucionário"[1815]. Neste sentido, este partido associou-se a outras entidades locais, na manifestação realizada no próprio dia 11, celebrando a "grande vitória sobre a reacção e o fascismo"[1816].

[1811] *DN*, 2 de Fevereiro de 1975, "Comunicados – Do MDP/CDE na Madeira", p. 4.

[1812] *DN*, 12 de Janeiro de 1975, "O MDP/CDE – Movimento Democrático Português na Madeira", pp. 3 e 9.

[1813] *DN*, 12 de Janeiro de 1975, "O MDP/CDE – Movimento Democrático Português na Madeira", pp. 3 e 9.

[1814] *DN*, 6 de Março de 1974, "Comunicados – Do Movimento Democrático Português (MDP/CDE)", p. 6; *DN*, 28 de Fevereiro de 1975, "Comunicados – Do Movimento Democrático Português", p. 2.

[1815] *DN*, 12 de Março de 1975, "Comunicados – Do Movimento Democrático Português", p. 4; *DN*, 14 de Março de 1975, "Comunicados – Do Movimento Democrático Português", p. 6.

[1816] *DN*, 12 de Março de 1975, "Manifestações anti-fascistas e de apoio ao M.F.A. no Funchal", p. 3; *JM*, 12 de Março de 1975, "Na Madeira o povo veio à rua apoiar o M.F.A.", pp. 1 e 7.

Por ocasião da divulgação de um telegrama do Comando e dos comandantes militares da Madeira – manifestando preocupação com a acção do V GP, "minoritário"[1817] – o MDP/CDE repudiou este gesto, por considerá-lo "lesivo à unidade nacional" e não contribuir para terminar a "violência fascista", tendo apelado à vigilância popular, face ao aumento da violência na Madeira, que pretendia transformar a ilha num "baluarte do imperialismo"[1818].

Pelo "papel decisivo no progresso de descolonização", decorrente da Revolução do "25 de Abril", o MDP/CDE propôs a candidatura do MFA a "Prémio Nobel da Paz", em Janeiro de 1975[1819], tendo esta sugestão sido apoiada, na Madeira, pelo Sindicato dos Motoristas, lançando a subscrição de uma petição nesse sentido[1820] e pelo Sindicato dos Profissionais de Alfaiataria e Costura do Distrito do Funchal[1821].

Com efeito, a candidatura do MFA a "Prémio Nobel da Paz" foi aceite, pela Fundação Nobel de Estocolmo[1822], mas, neste ano de 1975, o mesmo foi atribuído a André Zakarov, cientista soviético[1823].

Em Abril de 1975, o MDP/CDE candidatou uma lista do círculo do Funchal à eleição da AC, constituída por Arlindo Cipriano Oliveira, Gabriel Pestana, José Maria Pereira, Luís Jorge Caldeira, Inácio da Silva, Maria Teresa Gabriela Nunes Abreu e Manuel Fernando Perestrelo[1824].

A nível nacional, o MDP/CDE obteve cinco mandatos, não sendo nenhum deles da Madeira[1825], tendo, no rescaldo deste sufrágio, o seu cabeça-de-lista pelo Funchal, Arlindo Oliveira (MDP/CDE), considerado que a votação

---

[1817] *DN*, 27 de Agosto de 1975, "Comando e comandantes da unidades do C.T.I. da Madeira enviaram uma mensagem ao chefe de Estado", p. 1.

[1818] *DN*, 28 de Agosto de 1975, "Comunicados – Do M,D.P./C.D.E.", p. 6.

[1819] *JM*, 21 de Janeiro de 1975, "M.F.A. candidato ao Prémio Nobel", pp. 1 e 5.

[1820] *DN*, 26 de Fevereiro de 1975, "Comunicados – Do Sindicato Nacional dos Motoristas e Ofícios Correlativos do Distrito do Funchal", p. 7.

[1821] *DN*, 4 de Abril de 1975, "Sindicato Nacional dos Profissionais de Alfaiataria e Costura do Distrito do Funchal – Comunicado", p. 2.

[1822] *DN*, 24 de Fevereiro de 1975, "Aceite a candidatura do M.F.A. ao Prémio Nobel da Paz", pp. 1 e 3.

[1823] *DN*, 10 de Outubro de 1975, "O "Nobel" da Paz atribuído a um cientista soviético", p. 1.

[1824] *DN*, 20 de Fevereiro de 1975, "O MDP/CDE divulgou os nomes dos candidatos às eleições para a Assembleia Constituinte", pp. 1 e 3; *DN*, 23 de Fevereiro de 1975, "Comunicados – Do Movimento Democrático Português", p. 2; *DN*, 20 de Abril de 1975, "Círculo eleitoral do Funchal", p. 11.

[1825] *DN*, 27 de Abril de 1975, "Eleições Especial, Na Madeira vitória destacada do P.P.D.", p. I; *DN*, 27 de Abril de 1975, "Eleições Especial, O povo português disse sim à via socialista", pp. I; *DN*, 29 de Abril de 1975, "Os resultados finais das eleições", p. 1; *DN*, 11 de Maio de 1975, "Resultados oficiais das eleições no círculo do Funchal", p. 2.

neste partido ultrapassara as expectativas, pois estava implantado, na Madeira, apenas há cerca de dois meses[1826].

5.15. Centro Democrático Social (CDS)

Criado após o "25 de Abril", o CDS implantou-se na Madeira, tendo tomado posição relativamente a diversos assuntos da actualidade revolucionária, conforme patenteado nos vários capítulos deste trabalho.

Para a eleição da AC – inicialmente, marcada em 12 de Abril de 1975 – o CDS iria coligado com o PDC, integrando os dois partidos a UCDC, tendo sido apresentada uma lista com a seguinte constituição: Sílvio Fernandes (PDC), Laurindo de Marques Gouveia (CDS), António David de Sousa e Freitas (independente), Ferdinando Ângelo Gouveia (PDC), Ferdinando Freitas Andrade (independente) e Alcino Cabral Barreto (independente)[1827].

Entretanto, em 19 de Março de 1975, o CR decidiu autorizar as candidaturas separadas do CDS e do PDC, no referido sufrágio, mas agora agendado para o dia 25 de Abril[1828].

Face a esta decisão, o CDS apresentou uma lista própria pelo círculo eleitoral do Funchal, formada por Augusto dos Anjos Paulo (independente), Laurindo Marques de Gouveia, José Manuel Figueira César de Barros, David Firmino Neves, Maria Josefina Mascarenhas Rocha da Silva Moreira Sacadura e Gonçalo de Araújo Nazário de Freitas Ribeiro[1829].

Embora sem qualquer mandato pela Madeira, o CDS atingiu 16 deputados, no conjunto nacional[1830], tendo Sérgio Rodrigues, no balanço da

---

[1826] *DN*, 27 de Abril de 1975, "*DN* ouvindo representantes dos núcleos regionais dos partidos concorrentes pelo círculo do Funchal", p. 3; *DN*, 29 de Abril de 1975, "Esclarecimento a propósito dos depoimentos dos representantes dos núcleos regionais dos partidos concorrentes pelo Funchal", p. 3.

[1827] *DN*, 4 de Março de 1975, "Candidatos à Assembleia Constituinte pelo círculo do Funchal – Da União do Centro e Democracia Cristã", p. 1.

[1828] *DN*, 20 de Março de 1975, "Decidido pelo Conselho Superior da Revolução – Adiadas para 25 de Abril as eleições à Assembleia Constituinte", pp. 1 e 5.

[1829] *DN*, 27 de Março de 1975, "Candidatos a deputados pelo Partido do Centro Democrático Social-CDS, círculo eleitoral-Funchal", p. 3; *JM*, 27 de Março de 1975, "Candidatos do Funchal pelo C.D.S. à Constituinte", p. 1.

[1830] *DN*, 27 de Abril de 1975, "Eleições Especial, Na Madeira vitória destacada do P.P.D.", p. I; *DN*, 27 de Abril de 1975, "Eleições Especial, O povo português disse sim à via socialista", p. I; *DN*, 29 de Abril de 1975, "Os resultados finais das eleições", p. 1; *DN*, 11 de Maio de 1975, "Resultados oficiais das eleições no círculo do Funchal", p. 2.

eleição, considerado que, devido à falta de sede e tempo, o resultado regional foi "superior à expectativa"[1831].

5.16. Frente Eleitoral de Comunistas (Marxistas-Leninistas) (FEC-ML)

Em 20 de Janeiro de 1975, realizou-se o I Congresso da FEC (M-L), na Nazaré, com a participação de militantes da FEC da Madeira e do *CF*[1832].

Mesmo ainda sem sede – que viria a ser aberta, em Abril de 1975, na Rua do Carmo, n.º 33, 1.º andar, Funchal[1833] – na Madeira, esta organização interveio em diversos acontecimentos políticos e movimentações populares.

Em Julho de 1975, a referida organização apoiou a ocupação de uma casa, em S. Martinho, para a instalação de uma cooperativa de consumo[1834].

No seu relacionamento com outras organizações, registaram-se algumas tensões, como por exemplo, com a UEC, que denunciou que elementos da FEC(M-L) da EICF teriam impedido, de forma violenta, a realização de uma banca de vendas, numa acção comemorativa da independência de Moçambique[1835].

A FEC (M-L) apresentou-se à eleição da AC, realizada em 25 de Abril de 1975, tendo divulgado que iria concorrer a essas "eleições burguesas", aproveitando para difundir as suas ideias e "fazer avançar a luta da classe operária à frente do Povo trabalhador", "intensificar o trabalho de Reconstrução do Parido Comunista, destruído pela traição revisionista encabeçada por A. Cunhal", bem como espalhar a linha marxista-leninista e "o programa da

[1831] *DN*, 27 de Abril de 1975, "*DN* ouvindo representantes dos núcleos regionais dos partidos concorrentes pelo círculo do Funchal", p. 3; *DN*, 29 de Abril de 1975, "Esclarecimento a propósito dos depoimentos dos representantes dos núcleos regionais dos partidos concorrentes pelo Funchal", p. 3.

[1832] *DN*, 21 de Janeiro de 1975, "O I Congresso da Frente Eleitoral Comunista (marxista-leninista)", p. 9.

[1833] *DN*, 2 de Abril de 1975, "Assembleias, comícios, reuniões – Da F.E.C. (M.-L.)", p. 6.

[1834] *DN*, 19 de Julho de 1974, "Moradores de S. Martinho ocupam casa para cooperativa", p. 8; *DN*, 23 de Julho de 1974, "Trabalhadores organizam-se", p. 8.

[1835] *DN*, 28 de Junho de 1975, "Incidentes na Escola Industrial – acusa a U.E.C.", p. 3.

Revolução Democrática Popular", pela independência nacional e contra a exploração capitalista[1836].

Na ilha, a UPM decidiu apoiar a FEC (M-L), neste sufrágio, dada a sua concordância com o seu programa e por considerar que o movimento regional "não poder[ia] ter uma posição de carácter regionalista", devendo incluir-se no "todo nacional"[1837].

Por seu turno, a equipa do *CF*, que produzia a edição regional da Madeira apoiou a FEC (M-L) na referida eleição, enquanto a equipa nacional deste jornal (em Lisboa) decidiu não tomar posição favorável por qualquer partido que se candidatou às eleições da AC[1838].

A lista de candidatos da FEC(M-L) pelo círculo do Funchal foi constituída por Milton Morais Sarmento, Paulo Martinho Martins, Mário Manuel Fernandes, Manuel Ivo Teodoro Caldeira, Maria Clarisse Ramos Canha Fernandes e Mateus Francisco Neto[1839].

No rescaldo deste acto eleitoral, em que a FEC (M-L) teve um fraco resultado nacional e regional, Milton Morais Sarmento, desta organização, considerou que "as eleições foram uma farsa" na Madeira e os resultados eleitorais suscitariam "o levantar de cabeça dos reaccionários e fascistas"[1840].

[1836] *DN*, 18 de Janeiro de 1975, "Comunicado da Frente Eleitoral de Comunistas (marxistas-leninistas)", p. 3.
[1837] *DN*, 19 de Janeiro de 1975, "Comunicados – Da União do Povo da Madeira", p. 6.
[1838] *CF*, 6 de Fevereiro de 1975, edição nacional, "*CF* nacional e a questão eleitoral", p. 1.
[1839] *DN*, 4 de Março de 1975, "Candidatos à Assembleia Constituinte pelo círculo do Funchal – Da Frente Eleitoral Comunista (Marxista-Leninista)", p. 1.
[1840] *DN*, 27 de Abril de 1975, "*DN* ouvindo representantes dos núcleos regionais dos partidos concorrentes pelo círculo do Funchal", p. 3; *DN*, 29 de Abril de 1975, "Esclarecimento a propósito dos depoimentos dos representantes dos núcleos regionais dos partidos concorrentes pelo Funchal", p. 3.

5.17. Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP)

A actividade do núcleo regional do MRPP, na Madeira, teve pouca expressão na imprensa regional, sendo, apenas, referido, no capítulo organizativo, a realização de uma sua reunião, na EICF, no dia 6 de Agosto de 1975, com a presença de Danilo Matos, membro do comité central do MRPP[1841].

Na sequência dos acontecimentos do "11 de Março de 1975", o grupo local deste movimento defendeu a nacionalização das empresas estrangeiras, o desmantelamento das forças militares estrangeiras e a nacionalização dos bancos, seguros, transportes e minas[1842].

Igualmente, este movimento manifestou apoio à ocupação da fábrica da Portex, pelas suas operárias, no Funchal[1843].

5.18. Movimento de Autonomia das Ilhas Atlânticas (MAIA)

Em 4 de Junho de 1974, foi divulgado, na imprensa regional, o Manifesto do MAIA-Madeira e Porto Santo, considerando o arquipélago como "a colónia mais próxima da Europa (…) o feudo de políticos incompetentes, de déspotas (…) a coutada de príncipes, o salão de baile dos nobres, a "Pérola do Atlântico" que o povo não [tinha]", sendo os madeirenses "os que pagaram com a miséria do ganha pão, as revoluções que o povo não fez (…) os que ficámos sem esperança (…) ¼ da população emigrada (…) os que espera[va]m a onda da sorte num passaporte (…) um corpo sem alma a boiar no Atlântico"[1844].

[1841] *DN*, 6 de Agosto de 1975, "Assembleias, comícios, reuniões – Reunião do núcleo regional do M.R.P.P.", p. 2.

[1842] *DN*, 14 de Março de 1975, "Comunicados – Do Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado-M.R.P.P. (Núcleo Regional), Declaração acerca dos acontecimentos de 11 de Março", p. 6.

[1843] *DN*, 1 de Agosto de 1975, "Ontem ao fim da tarde – Operárias da "Portex" (montagem de produtos cirúrgicos) ocuparam o local de trabalho", p. 8; *JM*, 2 de Agosto de 1975, "Comunicados recebidos", p. 8.

[1844] *DN*, 4 de Junho de 1974, "Manifesto do Movimento de Autonomia das Ilhas Atlânticas – Madeira e Porto Santo", p. 3; *JM*, 4 de Junho de 1974, "Manifesto", p. 11; *RNN*, 10 de Junho de 1974, "Manifesto do Movimento de Autonomia das Ilhas Atlânticas – Madeira e Porto Santo", p. 6.

O MAIA advogava que "cada povo [tinha] o direito de governar a sua riqueza, de moldar a sua alma, de conduzir o seu futuro. O [seu] futuro [era] uma democracia enraizada, que quer[ia] dizer AUTONOMIA". Concluía o documento, referindo que o MAIA era "pela via socialista", sendo um "movimento novo com toda a seiva duma primavera política descoberta após o 25 de Abril (…) a hora das Ilhas que encontra[va]m o seu destino"[1845].

Pelo seu pendor eminentemente regionalista, que chegou a ser motivo de acusações de independentismo, esta postura do MAIA será melhor focada no espaço relacionado com a autonomia, o separatismo e a independência.

A propósito deste Manifesto do MAIA, o *CF* criticou o oportunismo de "meia-dúzia de conhecidos burgueses locais" (Marcelo Costa, Amândio Sousa e José Maria da Silva), que defendia "a livre expressão do pensamento autóctone", espantando-se com a defesa da "via socialista" da parte destes elementos[1846].

Entretanto, este movimento regionalista entendia que, como parcela nacional, a Madeira não poderia esquecer o acto dos jovens militares que devolveram a liberdade a Portugal, devendo "corresponder à mesma Primavera do Movimento de 25 de Abril", intitulando-a de "desabrochar da noite escura do fascismo""[1847].

Um comunicado do MAIA – subscrito por Amândio de Sousa, José António Camacho e Marcelo Costa e divulgado em Outubro do mesmo ano – esclarecia que "os seus ideais democráticos e a sua luta por uma autonomia autêntica para as ilhas da Madeira e do Porto Santo […] não est[avam] vinculado[s] a qualquer movimento político" contrário a uma "via da justiça social verdadeiramente democrática"[1848].

O MAIA difundiu o seu programa, em 5 de Janeiro de 1975, advogando uma economia "socializante", com a extinção do regime de colonia, a mudança de uma sociedade agrária para uma "uniformemente desenvolvida", a ordenação

[1845] *DN*, 4 de Junho de 1974, "Manifesto do Movimento de Autonomia das Ilhas Atlânticas – Madeira e Porto Santo", p. 3; *JM*, 4 de Junho de 1974, "Manifesto", p. 11; *RNN*, 10 de Junho de 1974, "Manifesto do Movimento de Autonomia das Ilhas Atlânticas – Madeira e Porto Santo", p. 6.

[1846] *CF*, 6 de Junho de 1974, edição regional, "O oportunismo some e segue", p. 2.

[1847] *DN*, 12 de Junho de 1974, "Comunicado do Movimento "Maia"", p. 3; *JM*, 12 de Junho de 1974, "MAIA, Movimento de Autonomia das Ilhas Atlânticas – Madeira e Porto Santo", p. 2.

[1848] *DN*, 20 de Outubro de 1974, "MAIA – Movimento d Autonomia das Ilhas Atlânticas (Madeira e Porto Santo)", p. 10.

do território, a criação de um serviço regional de saúde e a "reforma radical da escola"[1849].

Na sequência dos acontecimentos do "11 de Março de 1975", o MAIA definiu que continuaria "ao lado do M.F.A. a lutar pela Democracia, pelo Socialismo e por uma verdadeira Autonomia para o generoso povo da Madeira"[1850], apoiando a nacionalização da banca privada, e entendendo que a madeirense também deveria ser regionalizada[1851].

5.19. Partido Mutualista Democrático (PMD)

Esta organização surgiu em 1975, apresentando como seus responsáveis nomes como António Quirino Soares, António Gouveia, Maria Conceição Vieira, Maria Teresa J. Henriques, Humberto Jorge S. Freitas e António José R. Correia[1852].

O PMD promoveu diversas sessões de esclarecimento, designadamente com os pescadores de Câmara de Lobos, em 27 de Janeiro de 1975 – este, em colaboração com o RUMA[1853] – bem como um "comício com manifestação pública", na vila de Câmara de Lobos, no dia 2 de Fevereiro de 1975, no qual defendeu a "autonomia da Madeira com Junta de Governo Autónomo", a "extinção da regedorias" e a "abolição da colonia rural"[1854] e ainda uma reunião, no Estreito de Câmara de Lobos, no dia 16 de Fevereiro de 1975, sobre vários temas, como a politização e a extinção da colonia[1855].

[1849] *DN*, 5 de Janeiro de 1975, "MAIA – Movimento de Autonomia das Ilhas Atlânticas", pp. 5 e 10; *JM*, 5 de Janeiro de 1975, "MAIA – Movimento de Autonomia das Ilhas Atlânticas", pp. 1, 3-4.

[1850] *DN*, 15 de Março de 1975, "Comunicados – Do MAIA", p. 6.

[1851] *DN*, 19 de Março de 1975, "Comunicados – Telegrama enviado pelo M.A.I.A.-Movimento de Autonomia das Ilhas Atlânticas (Madeira e Porto Santo) ao primeiro-ministro Vasco Gonçalves", p. 8. .

[1852] *DN*, 14 de Fevereiro de 1975, "Comício e manifestação a favor da autonomia da Madeira", p. 5; *JM*, 13 de Fevereiro de 1975, "Sábado 15-2-1975, 14 h (2 horas da tarde)", p. 5; *JM*, 14 de Fevereiro de 1975, "Sábado 15-2-1975, 14 h (2 horas da tarde)", p. 5.

[1853] *DN*, 26 de Janeiro de 1975, "Assembleias, comícios, reuniões", p. 12; *JM*, 26 de Janeiro de 1975, "RUMA e PMD – reunião de esclarecimento", p. 4.

[1854] *DN*, 31 de Janeiro de 1975, "Comunicados – Do Partido Mutualista Democrático", p. 7; *DN*, 2 de Fevereiro de 1975, "Comunicados – Do Partido Mutualista Democrático", p. 4; *JM*, 31 de Janeiro de 1975, "Partido Mutualista Democrático", p. 8.

[1855] *DN*, 14 de Fevereiro de 1975, "Comunicados – Do PMD-Partido Mutualista Democrático", p. 6; *DN*, 16 de Fevereiro de 1975, "Assembleias, comícios, reuniões – Reunião do P.M.D.", p. 7.

Entretanto, em Março de 1975, o PMD anunciou que o partido manteria o seu carácter nacional, mas seria constituído, na Madeira, um "grupo autónomo, para efeitos de regionalização no Distrito Autónomo do Funchal", denominado Associação Democrática Madeirense de Mutualistas (ADM), reunindo mais de 500 pessoas, continuando com reuniões locais, como sucedeu no Curral das Freiras, em Câmara de Lobos e em Santa Maria Maior[1856].

No âmbito da política nacional, a referida associação considerou "antidemocráticos" os acontecimentos ocorridos em 11 de Março de 1975, no Continente, expressando solidariedade com o MFA[1857], tendo promovido uma manifestação de apoio ao MFA, ao CR e em defesa da autonomia madeirense, na freguesia do Estreito de Câmara de Lobos[1858].

5.20. Movimento de Trabalhadores Rurais e Marítimos (RUMA)

Este organismo político, surgido em 1974, realizou vários actos de esclarecimento, junto das populações, nomeadamente com trabalhadores rurais na condição de caseiros, no Estreito de Câmara de Lobos, em 24 de Novembro de 1974[1859], com trabalhadores residentes nos bairros económicos do Funchal, no dia 26 do mesmo mês[1860] e com pescadores de Câmara de Lobos, em 27 de Janeiro de 1975, este promovido em colaboração com o PMD[1861].

Por terem uma ligação eminentemente relacionada com os intuitos separatistas, os movimentos políticos como a FLAMA, o MLAM, o MPLAM e o ELAM serão abordados no espaço da autonomia, separatismo e independência.

1856 *DN*, 1 de Março de 1975, "Assembleias, comícios, reuniões – Do Partido Mutualista Democrático", p. 4.

1857 *JM*, 12 de Março de 1975, "Vida política –Associação Democrática Madeirense de Mutualistas – Grupo Autónomo do P.M.D. na Madeira (Partido Mutualista Democrático)", p. 9.

1858 *DN*, 14 de Março de 1975, "Assembleias, comícios, reuniões – A.D.M. - Associação Democrática Madeirense de Mutualistas – Grupo Autónomo do P.M.D. na Madeira (Partido Mutualista Democrático)", p. 4; *DN*, 15 de Março de 1975, "Assembleias, comícios, reuniões – Associação Democrática Madeirense de Mutualistas", p. 4; *JM*, 13 de Março de 1975, "Vida política – A.D.M. - Associação Democrática Madeirense de Mutualistas – Grupo Autónomo do P.M.D. na Madeira (Partido Mutualista Democrático)", p. 9.

1859 *JM*, 23 de Novembro de 1974, "Reuniões de esclarecimento da Ruma", p. 5.

1860 *JM*, 23 de Novembro de 1974, "Reuniões de esclarecimento da Ruma", p. 5.

1861 *DN*, 26 de Janeiro de 1975, "Assembleias, comícios, reuniões", p. 12; *JM*, 26 de Janeiro de 1975, "RUMA e PMD – reunião de esclarecimento", p. 4.

Numa apreciação sumária, podemos concluir que, trazendo a liberdade de opinião e de associação, o “25 de Abril de 1974” proporcionou a criação legal de movimentos e partidos políticos no país, tendo a Madeira sido bafejada por esta novidade democrática.

Então, neste espaço português, implementaram-se agrupamentos, uns mais de âmbito regionalista, outros de carácter nacional, defendendo um conjunto variado de ideais e projectos, desde a democracia integrada no todo nacional até à autonomia, passando pela independência do arquipélago.

A sua intervenção social foi ampla, activa e controversa, tendo algumas associações políticas sido extintas com o evoluir da Revolução e outras sobreviveram, constituindo, actualmente, os grandes partidos políticos nacionais, com larga implantação regional.

6. Instituições político-administrativas

O poder político foi um dos patamares onde mais se reflectiu a mudança provocada pelo “25 de Abril”, gerando alterações de titulares e de práticas nas instituições já existentes, bem como o aparecimento de novos organismos públicos.

As modificações fizeram-se sentir em vários domínios, desde a representação institucional nacional (governos civil e militar), até ao poder autárquico, passando pela JGDAF.

Em relação ao governo civil e militar, metodologicamente, abordaremos, em primeiro lugar, o período entre Abril e Agosto de 1974, no qual ocorreu a substituição dos seus titulares e em que pontificou Carlos de Azeredo, nomeado delegado da JSN, acumulando, igualmente, os referidos dois cargos.

Depois, analisaremos a fase de Agosto de 1974 a Março de 1975, na qual houve o exercício de funções de governador civil, por parte de Fernando Rebelo – substituindo Carlos de Azeredo, que partira para o Continente, em Agosto de 1974 – bem como o desempenho deste último, como governador militar, regressado à Madeira, em Dezembro de 1974.

A seguir, avaliaremos a época de Março a Novembro de 1975, em que teve um peso significativo a figura de Carlos de Azeredo, que assumiu as responsabilidades de governador civil e militar, bem como de presidente da JPM e posteriormente da JGM, órgãos entretanto instituídos.

Depois, abordaremos a acção da JGDAF, chefiada, ainda após o “25 de Abril”, por Rui Vieira, sendo substituído por António Loja e, mais tarde, por Carlos de Azeredo, quando a mencionada instituição ficou subordinada à JPM.

Por fim, iremos analisar as alterações registadas nas autarquias locais, ao nível dos seus responsáveis e também as suas actividades.

6.1. Governos civil e militar

6.1.1. De Abril a Agosto de 1974: Carlos de Azeredo, delegado da JSN, encarregado do Governo do Distrito, governador civil e governador militar

6.1.1.1. O poder político no dia 25 de Abril de 1974

Por ocasião do acto que provocou a mudança revolucionária, os principais titulares das instituições político-administrativas na Madeira eram o governador civil, Daniel Farrajota, o governador militar, Lopes da Eira, o presidente da JGDAF, Rui Vieira, o presidente da DTM, Ribeiro de Andrade[1862], os deputados da AN, António Manuel Rebelo Pereira Rodrigues Quintal, Eleutério Gomes de Aguiar e Graciano Ferreira Alves[1863] e o presidente da CMF, António de Agrela Gomes Loja[1864]. Juntavam-se o chefe de Estado-Maior, Faria Leal, o comandante insular da PSP, Augusto Sampaio[1865] e o capitão do Porto do Funchal, Torres Campos[1866]

A administração local estava reduzida aos municípios, dirigidos por presidentes de câmara, nomeados pelo poder nacional, não existindo, no arquipélago, juntas de freguesia, mas regedores, matéria que será melhor abordada no subcapítulo relativo ao poder autárquico.

[1862] CARITA, 2016, "Andrade, José dos Santos Ribeiro de".
[1863] A AN foi dissolvida pela Lei n.º 1/74, de 25 de Abril. CD25A, 2012, *Destituição dos dirigentes fascistas - Lei n.º 1/74, de 25 de Abril*.
[1864] António de Agrela Gomes Loja foi presidente da CMF, de 1 de Maio de 1972 a 18 de Junho de 1974 (exoneração automática, segundo o disposto no Decreto-Lei n.º 246-74, de 03-06-1974). ALMEIDA, 2014, *Dicionário biográfico do poder local 1936-2013*; VARELA e PEREIRA, 2017, *História do Povo da Madeira no 25 de Abril*, p. 81.
[1865] CALISTO, 1995, *Achas na autonomia*, p. 19
[1866] *JM*, 14 de Maio de 1974, "Visitas do Bispo da Diocese", p. 1.

6.1.1.2. A demissão do governador civil e a continuação do governador militar

Com o movimento vitorioso dos capitães, Daniel Farrajota[1867] foi imediatamente exonerado, em conformidade com o D.L. n.º 170/74, de 25 de Abril da JSN, que demitiu os governadores civis do Continente e das Ilhas Adjacentes e os seus substitutos e atribuiu tal papel aos secretários dos governos civis, até à designação de novos titulares[1868].

Este ex-governador civil regressou a Lisboa, no dia 29 de Abril de 1974, por ordem da JSN[1869]. Mas, no arquipélago, o substituto do governador, João Gouveia, desempenhou a função até ao dia 30 de Abril de 1974[1870]. Depois, foi substituído, por Quirino Spencer Salomão, secretário do Governo Civil, concretizando-se, na plenitude, o aludido diploma legal[1871].

Em contraste, o Governo Militar continuou sob a égide de Lopes da Eira, considerado "um oficial da estrita confiança do regime deposto"[1872].

Foi o protagonista da primeira conferência de imprensa das entidades oficiais da Madeira, no dia 29 de Abril de 1974, na qual esclareceu que, apesar de informações incorrectas fornecidas a Lisboa, possuía a confiança da JSN e abordou questões da actualidade nacional e regional (continuação da livre circulação de emigrantes, retoma do movimento aéreo e portuário, cordialidade

---

[1867] *DN*, 1 de Maio de 1974, "Comunicados do Gabinete de Informação – Quinto", p.1; *JM*, 30 de Abril de 1974, "Deixou ontem a Madeira o Comandante Daniel Rocheta", p. 4; *JM*, 1 de Maio de 1974, "Quinto comunicado do Gabinete de Informação", p. 1.

[1868] CD25A, 2012, *Exoneração dos Governadores Civis - Decreto-Lei n.º 170/74, de 25 de Abril.*

[1869] *DN*, 1 de Maio de 1974, "Comunicados do Gabinete de Informação – Quinto", p. 1; *JM*, 30 de Abril de 1974, "Deixou ontem a Madeira o Comandante Daniel Rocheta", p. 4; *JM*, 1 de Maio de 1974, "Quinto comunicado do Gabinete de Informação", p. 1.

[1870] *CF*, 1 de Maio de 1974, edição especial, "A Madeira depois do 25 de Abril", p. 6; *DM*, 4 de Maio de 1974, "Comunicados do Gabinete de Informação – N.º 1", p. 7. Este atraso na execução da demissão do governador substituto foi justificado pelo Comando local da JSN por demoras na recepção de determinações da JSN provenientes de Lisboa; *DN*, 28 de Abril de 1974, "Primeiro comunicado do Gabinete de Informação do Funchal", p. 1; *DN*, 28 de Abril de 1974, "Governo do Distrito", p. 1; *JM*, 28 de Abril de 1974, "Primeiro comunicado do Gabinete de Informação do Funchal", p. 1.

[1871] *DM*, 4 de Maio de 1974, "Comunicados do Gabinete de Informação – N.º 4", p. 6; *DN*, 30 de Abril de 1974, "Os três primeiros decretos-lei da Junta de Salvação Nacional", pp. 1 e 6*; DN*, 30 de Abril de 1974, "Quarto comunicado do Gabinete de Informação", p. 1; *JM*, 30 de Abril de 1974, "Primeiros decretos-leis da Junta de Salvação Nacional", pp. 1 e 4; *JM*, 30 de Abril de 1974, "Quarto comunicado do Gabinete de Informação", p. 1.

[1872] SILVA, 2014, "O 25 de Abril e a Madeira".

e hospitalidade com os detidos do anterior regime, apelo ao civismo e à legalidade na manifestação do "1.º de Maio")[1873].

A prestação de Lopes da Eira, nesta conferência de imprensa, foi apreciada por uns e rejeitada por outros. Definindo o governador militar como "representante da Junta de Salvação Nacional", a *VM* salientou, entre outros aspectos, "o apelo à vernaculidade da informação, adentro da maior liberdade de imprensa", bem como "a dignidade com que por ordem expressa pela Junta de Salvação Nacional foram recebidos e acolhidos pelas autoridades locais, os ex-governantes que foram enviados para a Madeira"[1874].

Ao invés, os organizadores do "1.º de Maio" e o *CF* não aceitaram bem a expressão proferida pelo conferencista, segundo o qual estava empenhado "para que a transformação política que se registou no País não afectasse a vida da Madeira", bem como as alegadas tentativas de boicote da referida manifestação popular, tendo dado informações à JSN em Lisboa sobre este comportamento de Lopes da Eira[1875].

No dia 30 de Abril de 1974, o governador militar foi afastado por decisão da JSN[1876], congratulando-se, então, o *CF* – para a qual também contribuíra, através do fornecimento de informações ao comando militar da JSN na Cova da Moura[1877] – em virtude daquele não estar em condições de cumprir a sua função, suscitando "dúvidas e equívocos"[1878].

Para o seu lugar, foi nomeado o tenente-coronel de cavalaria Carlos de Azeredo, que, depois, viria a assumir as funções conjuntas de delegado da JSN,

---

[1873] *DN*, 30 de Abril de 1974, "Uma conferência de imprensa no Governo Militar da Madeira e um Comunicado do Gabinete de Informação", p. 1; *EF*, 29 de Abril de 1974, "No Palácio de S. Lourenço – O Governador Militar da Madeira reuniu-se com os O. de Informação", p. 2; *JM*, 30 de Abril de 1974, "Reunião do Governador Militar com os Órgãos de Informação", pp. 1 e 12; *VM*, 1 de Maio de 1974, "Conferência de Imprensa", p. 1.

[1874] *VM*, 1 de Maio de 1974, "Conferência de Imprensa", p. 1.

[1875] *CF*, 18 de Maio de 1974, edição regional, "A propósito de um esclarecimento do Gabinete de Informação", p. 12; *DN*, 30 de Abril de 1974, "Uma conferência de imprensa no Governo Militar da Madeira e um Comunicado do Gabinete de Informação", p. 1; *EF*, 29 de Abril de 1974, "No Palácio de S. Lourenço – O Governador Militar da Madeira reuniu-se com os O. de Informação", p. 2; *JM*, 30 de Abril de 1974, "Reunião do Governador Militar com os Órgãos de Informação", pp. 1 e 12; NÓBREGA, 2014, "A censura ainda funcionou no dia 25 de Abril na Madeira".

[1876] *DM*, 4 de Maio de 1974, "Comunicados do Gabinete de Informação – N.º 5", p. 7; *DN*, 1 de Maio de 1974, "Comunicados do Gabinete de Informação – Quinto", p. 1; *JM*, 1 de Maio de 1974, "Quinto comunicado do Gabinete de Informação", p. 1.

[1877] *CF*, 18 de Maio de 1974, edição regional, "A propósito de um esclarecimento do Gabinete de Informação", p. 12; NÓBREGA, 2014.

[1878] *CF*, 1 de Maio de 1974, edição especial, "Última hora", p. 3.

governador civil do Distrito Autónomo do Funchal, governador militar da Madeira e comandante das FA no arquipélago[1879].

Até à chegada à ilha de Carlos de Azeredo, em 2 de Maio de 1974, o major Faria Leal foi nomeado Comandante Militar da Madeira Interino[1880].

6.1.1.3. O mandato de Carlos de Azeredo

Nesta primeira fase, para explicar a sua missão na Madeira, comentar os acontecimentos regionais e nacionais, difundir o seu pensamento e a sua actividade, Carlos de Azeredo privilegiou a comunicação social, tendo promovido, designadamente, quatro conferências de imprensa[1881].

Logo, no dia seguinte à sua chegada, isto é, em 3 de Maio, Carlos de Azeredo reuniu a imprensa insular, abordou o movimento do "25 de Abril", no qual participara[1882], referindo que o seu objectivo era a construção de uma "Pátria Nova para todos os portugueses", com liberdade, ordem e disciplina[1883].

O novo governador salientou que o seu dever na Madeira era cumprir as directivas do programa da JSN, garantindo a liberdade de pensamento, expressão e associação e a ordem púbica, "a todo o custo", acrescentando que a construção de Portugal não seria através da violência[1884].

[1879] *DM*, 4 de Maio de 1974, "Nono comunicado do Gabinete de Informação", p. 5; *DM*, 4 de Maio de 1974, "Comunicados do Gabinete de Informação – N.º 5", p. 7; *DN*, 1 de Maio de 1974, "Comunicados do Gabinete de Informação – Quinto", p. 1; *DN*, 3 de Maio de 1974, "Comandante Militar da Madeira", p. 1; *DN*, 3 de Maio de 1974, "Comunicados do Gabinete de Informação da Junta de Salvação Nacional – Oitavo", pp. 1 e 3; *JM*, 1 de Maio de 1974, "Quinto comunicado do Gabinete de Informação", p. 1; *JM*, 3 de Maio de 1974, "Nono comunicado do Gabinete de Informação", p. 1.

[1880] *DM*, 4 de Maio de 1974, "Comunicados do Gabinete de Informação – N.º 7", p. 7; *DN*, 1 de Maio de 1974, "Comunicados do Gabinete de Informação – Sétimo", p. 1; *JM*, 1 de Maio de 1974, "Sétimo comunicado do Gabinete de Informação", pp. 1-2.

[1881] Estas conferênncias de imprensa tiveram lugar em 3 de Maio, 11 de Junho, 24 de Julho e 1 de Agosto de 1974.

[1882] Carlos de Azeredo fez parte do grupo de militares (com Eurico Corvacho, Albuquerque e Boaventura Ferreira) que ocupou o Quartel-General da Região Militar do Porto, que foi transformado no Posto de Comando MFA no Norte do país. MEDINA, 1985, "Portugal de Abril, do 25 de Abril aos nossos dias", pp. 8-9.

[1883] *DN*, 4 de Maio de 1974, "No Governo Militar da Madeira o Comandante Militar teve ontem a sua primeira reunião com os representantes dos órgãos de informação locais", pp. 1, 3 e 7.

[1884] *DN*, 4 de Maio de 1974, "No Governo Militar da Madeira o Comandante Militar teve ontem a sua primeira reunião com os representantes dos órgãos de informação locais", pp. 1, 3 e 7; *EF*, 6 de Maio de 1974, "A trágica experiência do passado só deve ser recordada como um mau sonho", p. 12; *JM*, 4 de Maio de 1974, ""Não é na violência que vamos construir o Portugal que desejamos" – afirmou o Comandante Militar da Madeira, Ten.-Coronel Carlos de

Relativamente à guerra colonial, o tenente coronel de cavalaria acentuou que o Ultramar era um problema político e não militar, que durava há 13 anos e considerou que seria uma "loucura" resolver a tiro a questão colonial[1885].

Sobre a manifestação realizada no Funchal, no dia 10 de Junho de 1974, em que se pedira o fim da guerra colonial, o delegado da JSN na Madeira referiu que o GP e a JSN já tinham encetado contactos com representantes dos movimentos de libertação, com vista a terminar a guerra do Ultramar, o mais rapidamente possível e, por consequência, este tipo de manifestações era um "pleonasmo", não sendo necessário para impulsionar o Governo, porquanto, na sua opinião, mais ninguém que os militares queriam acabar a guerra, mas a paz tinha de nascer da vontade bilateral[1886].

Sobre a possível demissão dos dirigentes políticos comprometidos com o anterior governo (autarquias locais e JGDAF), Carlos de Azeredo sublinhou que este assunto deveria ser estudado e resolvido por Lisboa, pois algumas pessoas deveriam ser removidas, embora considerasse que o país não poderia ficar sem estruturas[1887].

Neste sentido, mencionou contactos da JSN com pessoas que estiveram com o regime anterior, só com as honestas – "porque também existia gente honesta no outro lado" – e que poderiam colaborar na reconstrução do país[1888].

Azeredo, na conferência de imprensa no Palácio de S. Lourenço", pp. 1 e 12; *VM*, 8 de Maio de 1974, "Estamos na mais longa Guerra da História", pp. 1-2.

[1885] *DN*, 4 de Maio de 1974, "No Governo Militar da Madeira o Comandante Militar teve ontem a sua primeira reunião com os representantes dos órgãos de informação locais", pp. 1, 3 e 7; *EF*, 6 de Maio de 1974, "A trágica experiência do passado só deve ser recordada como um mau sonho", p. 12; *JM*, 4 de Maio de 1974, ""Não é na violência que vamos construir o Portugal que desejamos" – afirmou o Comandante Militar da Madeira, Ten.-Coronel Carlos de Azeredo, na conferência de imprensa no Palácio de S. Lourenço", pp. 1 e 12; *VM*, 8 de Maio de 1974, "Estamos na mais longa Guerra da História", pp. 1-2.

[1886] *DN*, 12 de Junho de 1974, "O encarregado do Governo tenente-coronel Carlos Azeredo abordou em conferência de imprensa os problemas da guerra do Ultramar, a autonomia económica da Madeira e o desenvolvimento de determinados sectores", pp. 1, 5-6; *EF*, 17 de Junho de 1974, "A conferência de imprensa do encarregado do Governo do Distrito, tenente-coronel Carlos de Azeredo – Liberdade não significa ausência de lei", José Manuel Silva, p. 3; *JM*, 12 de Junho de 1974, "Liberdade não significa ausência de lei", pp. 1, 10 e 12.

[1887] *DN*, 4 de Maio de 1974, "No Governo Militar da Madeira o Comandante Militar teve ontem a sua primeira reunião com os representantes dos órgãos de informação locais", pp. 1, 3 e 7; *EF*, 6 de Maio de 1974, "A trágica experiência do passado só deve ser recordada como um mau sonho", p. 12; *JM*, 4 de Maio de 1974, ""Não é na violência que vamos construir o Portugal que desejamos" – afirmou o Comandante Militar da Madeira, Ten.-Coronel Carlos de Azeredo, na conferência de imprensa no Palácio de S. Lourenço", pp. 1 e 12; *VM*, 8 de Maio de 1974, "Estamos na mais longa Guerra da História", pp. 1-2.

[1888] *DN*, 4 de Maio de 1974, "No Governo Militar da Madeira o Comandante Militar teve ontem a sua primeira reunião com os representantes dos órgãos de informação locais", pp. 1, 3 e 7; *EF*, 6 de Maio de 1974, "A trágica experiência do passado só deve ser recordada como um

Relativamente ao saneamento de titulares políticos, o *CF* defendeu que se impunha uma "vigilância aturada" da parte dos responsáveis da JSN na Madeira, exigindo-lhes uma acção "firme, rápida e eficaz", nomeadamente a deposição de todos os responsáveis da administração local e a sua substituição[1889], enquanto o *DM* advogou o saneamento das instituições, nomeadamente na Madeira, conforme compromisso do programa da JSN, substituindo "os doentes" por "gente saudável"[1890].

Quanto à substituição de pessoas e estruturas do arquipélago, o novo governador civil e militar, em Junho de 1974, considerou que ainda havia pessoas a viver "no dia 24 de Abril", pela maneira de utilizar o poder e de tratar os cidadãos[1891].

Apesar do isolamento territorial da Madeira, a sua substituição nas estruturas administrativas passaria pelo contexto nacional, por uma decisão do Governo Central, em virtude de as leis da administração serem comuns a todo o país[1892].

No concernente a essa alteração de nomes, no arquipélago, Carlos de Azeredo entendia ser uma necessidade, mas considerava-a uma "dificuldade enorme", pois havia muita acumulação de cargos pelas mesmas pessoas, porquanto as que existiam na ilha com habilitações não chegavam para os cargos ou para as funções que existiam, sendo poucas e pertencentes a famílias que tiveram dinheiro para pô-las a estudar no Continente. Fora disso, havia muito pouco gente, no seu entendimento[1893].

---

mau sonho", p. 12; *JM*, 4 de Maio de 1974, ""Não é na violência que vamos construir o Portugal que desejamos" – afirmou o Comandante Militar da Madeira, Ten.-Coronel Carlos de Azeredo, na conferência de imprensa no Palácio de S. Lourenço", pp. 1 e 12; *VM*, 8 de Maio de 1974, "Estamos na mais longa Guerra da História", pp. 1-2.

[1889] *CF*, 1 de Maio de 1974, edição especial, "A Madeira depois do 25 de Abril", p. 6.

[1890] *DM*, 4 de Maio de 1974, "Giz na parede – Cura de desintoxicação", pp. 1 e 4.

[1891] *DN*, 12 de Junho de 1974, "O encarregado do Governo tenente-coronel Carlos Azeredo abordou em conferência de imprensa os problemas da guerra do Ultramar, a autonomia económica da Madeira e o desenvolvimento de determinados sectores", pp. 1, 5-6; *EF*, 17 de Junho de 1974, "A conferência de imprensa do encarregado do Governo do Distrito, tenente-coronel Carlos de Azeredo – Liberdade não significa ausência de lei", José Manuel Silva, p. 3; *JM*, 12 de Junho de 1974, "Liberdade não significa ausência de lei", pp. 1, 10 e 12.

[1892] *DN*, 12 de Junho de 1974, "O encarregado do Governo tenente-coronel Carlos Azeredo abordou em conferência de imprensa os problemas da guerra do Ultramar, a autonomia económica da Madeira e o desenvolvimento de determinados sectores", pp. 1, 5-6; *EF*, 17 de Junho de 1974, "A conferência de imprensa do encarregado do Governo do Distrito, tenente-coronel Carlos de Azeredo – Liberdade não significa ausência de lei", José Manuel Silva, p. 3; *JM*, 12 de Junho de 1974, "Liberdade não significa ausência de lei", pp. 1, 10 e 12.

[1893] *DN*, 12 de Junho de 1974, "O encarregado do Governo tenente-coronel Carlos Azeredo abordou em conferência de imprensa os problemas da guerra do Ultramar, a autonomia

Por consequência, decidiu substituir aquelas que criavam problemas. Relativamente às acusações feitas a diversas entidades, nomeadamente à DTM, o comandante militar referiu que eram precisas provas concretas para fazer substituições[1894].

A propósito de uma afirmação de Carlos de Azeredo, no encontro de 11 de Junho de 1974, com a comunicação social, sobre a substituição de pessoas, no arquipélago, o *EF* questionava se os madeirenses teriam de "continuar a importar doutras paragens os [seus] governantes"[1895].

Apesar de referir que, como comandante estritamente militar, não lhe competia a renovação dos quadros administrativos locais – cabendo tal tarefa à administração em conjunto com os madeirenses – a verdade é que o delegado regional da JSN interveio em matérias de afastamento de titulares políticos e de mudanças em organismos sociais, tendo sido muito solicitado e interventivo no contexto insular, de que, seguidamente, daremos alguns exemplos, para além dos já integrados noutros capítulos deste trabalho.

Assim, sobre queixas contra a EEM, o delegado da JSN disse haver apontamentos anónimos, mas que a justiça deveria ser feita em conformidade legal, sob pena de voltar a existir um tempo de vingança e repressão[1896].

económica da Madeira e o desenvolvimento de determinados sectores", pp. 1, 5-6; *EF*, 17 de Junho de 1974, "A conferência de imprensa do encarregado do Governo do Distrito, tenente-coronel Carlos de Azeredo – Liberdade não significa ausência de lei", José Manuel Silva, p. 3; *JM*, 12 de Junho de 1974, "Liberdade não significa ausência de lei", pp. 1, 10 e 12.

[1894] *DN*, 12 de Junho de 1974, "O encarregado do Governo tenente-coronel Carlos Azeredo abordou em conferência de imprensa os problemas da guerra do Ultramar, a autonomia económica da Madeira e o desenvolvimento de determinados sectores", pp. 1, 5-6; *EF*, 17 de Junho de 1974, "A conferência de imprensa do encarregado do Governo do Distrito, tenente-coronel Carlos de Azeredo – Liberdade não significa ausência de lei", José Manuel Silva, p. 3; *JM*, 12 de Junho de 1974, "Liberdade não significa ausência de lei", pp. 1, 10 e 12.

[1895] *EF*, 17 de Junho de 1974, "A conferência de imprensa do encarregado do Governo do Distrito, tenente-coronel Carlos de Azeredo – Liberdade não significa ausência de lei", José Manuel Silva, p. 3.

[1896] *DN*, 4 de Maio de 1974, "No Governo Militar da Madeira o Comandante Militar teve ontem a sua primeira reunião com os representantes dos órgãos de informação locais", pp. 1, 3 e 7; *EF*, 6 de Maio de 1974, "A trágica experiência do passado só deve ser recordada como um mau sonho", p. 12; *VM*, 8 de Maio de 1974, "Estamos na mais longa Guerra da História", pp. 1-2; *JM*, 4 de Maio de 1974, ""Não é na violência que vamos construir o Portugal que desejamos" - afirmou o Comandante Militar da Madeira, Ten.-Coronel Carlos de Azeredo, na conferência de imprensa no Palácio de S. Lourenço", pp. 1 e 12.

Em 24 de Julho de 1974, Carlos de Azeredo referiu que o processo de saneamento de pessoas, na Madeira, não estava concluído, mas que deveria ser feito "dentro da lei, com equidade"[1897].

Quanto ao boato de que existiriam telefones sob vigia e violação de correspondência, o governador assegurou que não haveria qualquer acção de escuta do Estado ou da administração a nível regional e que seriam punidas eventuais violações legais[1898].

Carlos de Azeredo teve ainda uma acção complementar de receber queixas, ouvir reivindicações e ser intermediário nalguns conflitos. Neste sentido, o pessoal menor do LNF remeteu, ao delegado da JSN na Madeira, uma petição/comunicação, constando diversas reivindicações[1899], bem como os trabalhadores rurais e produtores agrícolas da Ribeira Brava solicitaram-lhe a extinção do Grémio da Lavoura do Funchal e da CAgF[1900].

No quadro da FP, o governador do Distrito alertou os directores ou chefes de serviços e repartições para que não permitissem a dispensa de serviço dos funcionários, na manhã de sábado, por tal prática ser uma ilegalidade, atentatória dos interesses do país, da administração pública e dos contribuintes,

---

[1897] *DM*, 27 de Julho de 1974, "Tenente-coronel Carlos Azeredo", pp. 1 e 5; *DN*, 24 de Julho de 1974, "Conferência de Imprensa", p. 8; *DN*, 25 de Julho de 1974, "Problemas da Madeira e da actualidade política nacional em análise na reunião de Imprensa com o Encarregado do Governo do Distrito", pp. 1, 3 e 6; *EF*, 29 de Julho de 1974, "A conferência de imprensa dada na passada 4.ª feira pelo Encarregado do Governo do Distrito –Temas debatidos: A situação ultramarina e solução de prementes problemas locais", pp. 1-2; *JM*, 25 de Julho de 1974, "A situação ultramarina e a solução de importantes problemas locais foram tema da conferência de imprensa dada ontem pelo encarregado do Governo do Distrito, tenente-coronel Carlos de Azeredo", pp. 1 e 3.

[1898] *DM*, 27 de Julho de 1974, "Tenente-coronel Carlos Azeredo", pp. 1 e 5; *DN*, 24 de Julho de 1974, "Conferência de Imprensa", p. 8; *DN*, 25 de Julho de 1974, "Problemas da Madeira e da actualidade política nacional em análise na reunião de Imprensa com o Encarregado do Governo do Distrito", pp. 1, 3 e 6; *EF*, 29 de Julho de 1974, "A conferência de imprensa dada na passada 4.ª feira pelo Encarregado do Governo do Distrito –Temas debatidos: A situação ultramarina e solução de prementes problemas locais", pp. 1-2; *JM*, 25 de Julho de 1974, "A situação ultramarina e a solução de importantes problemas locais foram tema da conferência de imprensa dada ontem pelo encarregado do Governo do Distrito, tenente-coronel Carlos de Azeredo", pp. 1 e 3.

[1899] *DN*, 10 de Maio de 1974, "Reunião do pessoal menor do Liceu Nacional do Funchal", p. 6; *JM*, 10 de Maio de 1974, "Propósitos do pessoal menor do Liceu Nacional do Funchal", p. 2.

[1900] *DN*, 27 de Maio de 1974, "Agricultores da Ribeira Brava discutem problemas da lavoura madeirenses – Conclusões de uma assembleia popular", p. 3; *JM*, 27 de Maio de 1974, "Assembleia popular de trabalhadores rurais na Ribeira Brava", p. 2.

sobretudo num momento em que a nação vivia um período crítico e que exigia "redobrado esforço" dos portugueses[1901].

No sector do ensino, o encarregado do Governo na Madeira, Carlos de Azeredo, pronunciou-se sobre a liberdade individual e colectiva de cada qual fazer ou não exames liceais, desde que não ofendesse o direito dos outros, declarando que tomaria as medidas necessárias contra "qualquer pressão ou violência sobre o legítimo exercício das liberdades individuais"[1902].

Na sua acção, Carlos de Azeredo ainda efectuou algumas deslocações, para se inteirar, *in loco*, da realidade regional. Destacamos a sua visita à Lombada da Ponta do Sol, em Junho de 1974, acompanhado pelo advogado Fernando Rebelo (dirigente do MDM), onde se foi inteirar dos factos da "questão das águas", da qual resultou a morte de Belmira Conceição Gonçalves (Sãozinha), em 21 de Agosto de 1962. Depois de ouvir os populares, o governador comprometeu-se na resolução deste problema[1903].

O delegado da JSN serviu de informador e mediador das diligências efectuadas por comissões intermediárias de estudo, nomeadas pelo Governo da República, e que se deslocaram ao arquipélago, para análise dos seus problemas.

Assim, aconteceu, em Junho de 1974, com a vinda à Madeira de uma comissão a fim de estudar, localmente, a aplicação do D.L. n.º 217/74, de 27 de Maio (SMN), no contexto económico do arquipélago[1904] – tendo a mesma regressado no dia 30 do mesmo mês – e baseada nos contactos estabelecidos com as entidades sindicais e patronais, "tomou as medidas que na emergência se impunham" e iria apresentar, superiormente, uma proposta para a vinda à Madeira de uma "comissão com poderes e constituição mais latos"[1905].

[1901] *DN*, 7 de Junho de 1974, "Governo do Distrito Autónomo do Funchal – Comunicado", p. 1; *EF*, 10 de Junho de 1974, "Governo do Distrito Autónomo do Funchal – Comunicado", p. 3; *JM*, 7 de Junho de 1974, "Governo do Distrito Autónomo do Funchal – Comunicado", p. 1.

[1902] *DN*, 7 de Julho de 1974, "Comunicados do Encarregado do Governo do Distrito – Exames liceais", p. 1; *EF*, 8 de Julho de 1974, "Exames liceais", p. 1; *JM*, 7 de Julho de 1974, "Dois comunicados do Governo do Distrito Autónomo do Funchal – Exames liceais", p. 1.

[1903] *DN*, 13 de Junho de 1974, "A Lombada da Ponta do Sol recebeu a visita do Encarregado do Governo tenente-coronel Carlos Azeredo", p. 3.

[1904] Esta comissão foi formada por elementos dos Ministérios da Coordenação Económica (Castro Guerra) e do Trabalho (Eduardo Fernandes). *DN*, 26 de Junho de 1974, "Comunicado do Governo do Distrito", p. 1; *JM*, 26 de Junho de 1974, "Governo do Distrito do Funchal – Comunicado", p. 1.

[1905] *JM*, 30 de Junho de 1974, "Comunicado", p. 1; *RNN*, 30 de Junho de 1974, "Comando Territorial Independente da Madeira – Comunicado", p. 3.

E, de facto – conforme informação prestada por Carlos de Azeredo – em 3 de Julho de 1974, o Conselho de Ministros de Portugal decidiu criar uma "nova Comissão Interministerial, maior e com mais amplos poderes", para propor ao Governo as medidas convenientes de modo a aplicar o supracitado diploma legal (adaptação de um conjunto de disposições transitórias destinadas a abrir caminhos para a satisfação de justas e prementes aspirações das classes trabalhadoras e a dinamizar a actividade económica), no arquipélago, tendo efeitos retroactivos os benefícios a atribuir aos trabalhadores, sendo dado a conhecer, oportunamente, a chegada da mesma comissão à Madeira[1906].

A referida Comissão seria constituída por representantes dos ministérios do Trabalho, da Coordenação Económica e dos Assuntos Sociais[1907], visando "o estudo da situação económica e social nos arquipélagos da Madeira e dos Açores, e das providências a tomar para estabelecimento das normas para a fixação dos salários nos referidos arquipélagos"[1908].

O mandato de Carlos de Azeredo foi definido pelo princípio de que as FA estavam com o povo português, defendendo-o de qualquer ditadura, fosse de esquerda ou de direita, bem como pela orientação de que, enquanto estivesse à frente do Governo na Madeira, garantiria a paz e a concórdia[1909].

[1906] *DN*, 5 de Julho de 1974, "Comunicado do Delegado da Junta de Salvação Nacional", p. 4; *JM*, 5 de Julho de 1974, "Comunicado", p. 1.

[1907] *DN*, 6 de Julho de 1974, "A situação económica e social dos Arquipélagos da Madeira e Açores será estudada por uma comissão interministerial", p. 3; *JM*, 6 de Julho de 1974, "Comissão Interministerial para estudar situação económica da Madeira e Açores", p. 3.

[1908] *DM*, 27 de Julho de 1974, "Tenente-coronel Carlos Azeredo", pp. 1 e 5; *DM*, 13 de Julho de 1974, "Ventos ilhéus – Resolução do Conselho de Ministros", p. 2; *DN*, 24 de Julho de 1974, "Conferência de Imprensa", p. 8; *DN*, 9 de Julho de 1974, "Comunicado do Encarregado do Governo – Resolução do Conselho de Ministros", p. 1; *DN*, 25 de Julho de 1974, "Problemas da Madeira e da actualidade política nacional em análise na reunião de Imprensa com o Encarregado do Governo do Distrito", pp. 1, 3 e 6; *EF*, 29 de Julho de 1974, "A conferência de imprensa dada na passada 4.ª feira pelo Encarregado do Governo do Distrito –Temas debatidos: A situação ultramarina e solução de prementes problemas locais", pp. 1-2; *JM*, 9 de Julho de 1974, "Comissão interministerial para estudo da situação económica e social da Madeira – Resolução do Conselho de Ministros", pp. 1 e 3; *JM*, 25 de Julho de 1974, "A situação ultramarina e a solução de importantes problemas locais foram tema da conferência de imprensa dada ontem pelo encarregado do Governo do Distrito, tenente-coronel Carlos de Azeredo", pp. 1 e 3.

[1909] *DM*, 3 de Agosto de 1974, "Ventos ilhéus – Conferência de imprensa", p. 5; *DN*, 2 de Agosto de 1974, "Conferência de imprensa com o delegado do Governo da Madeira", pp. 1 e 4; *EF*, 5 de Agosto de 1974, "Comunicação aos órgãos de informação", pp. 1 e 3; *JM*, 2 de Agosto de 1974, ""Teremos de preservar neste território a disciplina cívica, a liberdade do trabalho e a paz de todos os portugueses" – palavras do tenente-coronel Carlos de Azeredo, encarregado do Governo do Distrito do Funchal, na vigorosa comunicação feita ontem aos órgãos de informação", pp. 1-2.

Da análise da acção de Carlos de Azeredo, neste período que medeia Maio e Agosto de 1974, podemos deduzir que, nesta fase da revolução, este militar esteve mais absorvido com assuntos civis e político-sociais do que propriamente questões do foro militar, revelando uma sobrecarga de preocupações inerentes ao período de mudanças na Madeira, suscitadas pela Revolução.

6.1.1.4. Gabinete de Informação da JSN

Paralela e complementarmente à actuação das autoridades regionais pós-"25 de Abril", nomeadamente à de Carlos de Azeredo, foi criado, na Madeira, o GI-JSN, no dia 27 de Abril de 1974, isto é, ainda no período e com o apoio do governador militar, Lopes da Eira, antecessor de Carlos de Azeredo.

Dirigido pelo major Faria Leal (chefe de Estado-Maior do CTIM)[1910], este gabinete prestou um serviço de comunicação, esclarecimento e orientação da população madeirense, tendo, de uma forma contínua, produzido um conjunto de informações relevantes, de carácter nacional, mas igualmente de aplicação regional.

Assim, se enquadraram as alterações dos titulares político-militares regionais e nacionais[1911], os episódios relativos à prisão na Madeira dos ex-

[1910] Os restantes elementos do GI-JSN eram Manuel Câmara Rodrigues [Fernandes?] (capitão de infantaria), João Borges (DTM) e Quirino Spencer Salomão (Secretário do Governo Civil). Este último, pelo facto de ter assumido as funções de governador do Distrito, saiu do GI-JSN, sendo substituído por Antero Aníbal Ribeiro da Silva (capitão de infantaria). *DM*, 4 de Maio de 1974, "Comunicados do Gabinete de Informação – N.º 1", p. 7; *DM*, 4 de Maio de 1974, "Comunicados do Gabinete de Informação – N.º 5", p. 7; *DN*, 28 de Abril de 1974, "Primeiro comunicado do Gabinete de Informação do Funchal", p. 1; *DN*, 30 de Abril de 1974, "Uma conferência de imprensa no Governo Militar da Madeira e um Comunicado do Gabinete de Informação", p. 1; *EF*, 29 de Abril de 1974, "No Palácio de S. Lourenço – O Governador Militar da Madeira reuniu-se com os O. de Informação", p. 2; *JM*, 28 de Abril de 1974, "Primeiro comunicado do Gabinete de Informação do Funchal", p. 1; *JM*, 30 de Abril de 1974, "Reunião do Governador Militar com os Órgãos de Informação", pp. 1 e 12.

[1911] *DM*, 4 de Maio de 1974, "Comunicados do Gabinete de Informação – N.º 1", p. 7; *DM*, 4 de Maio de 1974, "Comunicados do Gabinete de Informação – N.º 4", p. 6; *DM*, 4 de Maio de 1974, "Comunicados do Gabinete de Informação – N.º 5", p. 7; *DM*, 4 de Maio de 1974, "Comunicados do Gabinete de Informação – N.º 7", p. 7; *DM*, 4 de Maio de 1974, "Nono comunicado do Gabinete de Informação", p. 5; *DM*,18 de Maio de 1974, "Décimo Terceiro Comunicado do Gabinete de Informação", p. 21; *DN*, 28 de Abril de 1974, "Primeiro comunicado do Gabinete de Informação do Funchal", p. 1; *DN*, 30 de Abril de 1974, "Quarto comunicado do Gabinete de Informação", p. 1; *DN*, 1 de Maio de 1974, "Comunicados do Gabinete de Informação – Quinto", p. 1; *DN*, 1 de Maio de 1974, "Comunicados do Gabinete

governantes do anterior regime[1912], os procedimentos de extinção dos organismos servidores da política derrotada com o "25 de Abril" (PIDE/DGS, LP, ANP, MP e LAG)[1913].

Na sua missão, o GI-JSN, nalgumas vezes, foi obrigado a vir a terreiro, para esclarecer determinadas notícias, chegando a avisar que não podiam ser

---

de Informação – Sétimo", p. 1; *DN*, 3 de Maio de 1974, "Comunicados do Gabinete de Informação da Junta de Salvação Nacional – Oitavo", pp. 1 e 3; *DN*, 15 de Maio de 1974, "Décimo terceiro comunicado do Gabinete de Informação", p. 1; *JM*, 28 de Abril de 1974, "Primeiro comunicado do Gabinete de Informação do Funchal", p. 1; *JM*, 30 de Abril de 1974, "Deixou ontem a Madeira o Comandante Daniel Rocheta", p. 4; *JM*, 30 de Abril de 1974, "Quarto comunicado do Gabinete de Informação", p. 1; *JM*, 1 de Maio de 1974, "Quinto comunicado do Gabinete de Informação", p. 1; *JM*, 1 de Maio de 1974, "Sétimo comunicado do Gabinete de Informação", pp. 1-2; *JM*, 3 de Maio de 1974, "Nono comunicado do Gabinete de Informação, p. 1; *JM*, 15 de Maio de 1974, 13.º Comunicado do Gabinete de Informação", p. 1.

[1912] *DM*, 4 de Maio de 1974, "Comunicados do Gabinete de Informação – N.º 1", p. 7; *DM*, 4 de Maio de 1974, "Comunicados do Gabinete de Informação – N.º 5", p. 7; *DM*, 25 de Maio de 1974, "Décimo Quarto Comunicado do Gabinete de Informação", p. 3; *DM*, 25 de Maio de 1974, "Décimo Quinto Comunicado do Gabinete de Informação", p. 4; *DN*, 28 de Abril de 1974, "Primeiro comunicado do Gabinete de Informação do Funchal", p. 1; *DN*, 1 de Maio de 1974, "Comunicados do Gabinete de Informação – Quinto", p. 1; *DN*, 21 de Maio de 1974, Décimo quarto comunicado do Gabinete de Informação, p. 3; *DN*, 21 de Maio de 1974, "O almirante Américo Thomaz e o Prof. Marcelo Caetano exilados no Brasil – os ex-governantes saíram ontem para aquele país", p. 1; *DN*, 21 de Maio de 1974, "Últimas notícias", pp. 1 e 4; *DN*, 22 de Maio de 1974, "O Governo Provisório declina a responsabilidade da ida para o Brasil de Caetano e Tomás", pp. 1 e 4; *DN*, 24 de Maio de 1974, "Os ex-ministros do Interior e da Defesa Moreira Baptista e Silva Cunha seguiram ontem para Lisboa e encontram-se detidos no presídio da Trafaria", pp. 1 e 8; *DN*, 25 de Maio de 1974, "Na casa de reclusão da Trafaria estão detidas diversas individualidades do antigo regime", p. 6; *DN*, 25 de Maio de 1974, "Viagem para o exílio relatada pelo Comandante do "Boeing" da Força Aérea", p. 4; *EF*, 20 de Maio de 1974, "Seguiram para o exílio o Almirante Américo Thomaz e o Prof. Marcello Caetano", p. 2; *JM*, 28 de Abril de 1974, "Primeiro comunicado do Gabinete de Informação do Funchal", p. 1; *JM*, 1 de Maio de 1974, "Quinto comunicado do Gabinete de Informação", p. 1; *JM*, 21 de Maio de 1974, "Comunicado do Ministério da Comunicação Social", p. 3*; JM*, 21 de Maio de 1974, "Décimo quarto comunicado do Gabinete de Informação", p. 1; *JM*, 21 de Maio de 1974, "O almirante Américo Thomaz e o Prof. Marcelo Caetano ex-presidentes do governo deposto deixaram ontem a Madeira rumo ao Brasil", pp. 1, 3 e 11; *JM*, 21 de Maio de 1974, "O Brasil confirma asilo político aos ex-governantes", p. 11; *JM*, 24 de Maio de 1974, "Décimo quinto comunicado do Gabinete de Informação", p. 1; *JM*, 24 de Maio de 1974, "O Prof. Marcelo Caetano e o Almirante Américo Thomaz no Brasil", p. 5; *VM*, 1 de Maio de 1974, "Conferência de Imprensa", p. 1.

[1913] *DM*, 4 de Maio de 1974, "Aviso", p. 5; *DM*, 4 de Maio de 1974, "Comunicados do Gabinete de Informação – N.º 1", p. 7; *DM*, 4 de Maio de 1974, "Comunicados do Gabinete de Informação – N.º 2", p. 6; *DM*, 4 de Maio de 1974, "Comunicados do Gabinete de Informação – N.º 3", p. 6; *DN*, 28 de Abril de 1974, "Primeiro comunicado do Gabinete de Informação do Funchal", p. 1; *DN*, 29 de Abril de 1974, "Segundo comunicado do Gabinete de Informação do Funchal", p. 1; *DN*, 30 de Abril de 1974, "Uma conferência de imprensa no Governo Militar da Madeira e um Comunicado do Gabinete de Informação", p. 1; *DN*, 4 de Maio de 1974, "Aviso", p. 1; *EF*, 29 de Abril de 1974, "Segundo comunicado do Gabinete de Informação", p. 1; *EF*, 29 de Abril de 1974, "Terceiro comunicado do Gabinete de Informação", p. 1; *JM*, 28 de Abril de 1974, "Primeiro comunicado do Gabinete de Informação do Funchal", p. 1; *JM*, 29 de Abril de 1974, "Segundo comunicado do Gabinete de Informação do Funchal", p. 1; *JM*, 30 de Abril de 1974, "Terceiro comunicado do Gabinete de Informação"", p. 1; *JM*, 4 de Maio de 1974, "Aviso do Comando Militar aos Legionários", p. 1; *VM*, 1 de Maio de 1974, "Terceiro comunicado do Gabinete de Informação, p. 1.

divulgadas, na comunicação social, informações de carácter estritamente militar, sem o conhecimento prévio do delegado da JSN[1914].

Este órgão local teve uma vasta actividade de auxílio aos responsáveis políticos do arquipélago, nomeadamente ao governador civil e militar, Carlos de Azeredo, disponibilizando-se, a qualquer hora, para prestar esclarecimentos[1915], e devido ao volume do seu trabalho, chegou a pedir aos madeirenses para terem em atenção a prioridade dos assuntos públicos a resolver, relativamente a casos particulares que iam colocar ao palácio de S. Lourenço[1916].

6.1.1.5. Saída de Carlos de Azeredo da Madeira

Carlos de Azeredo, em 8 de Agosto de 1974, deixou a Madeira, pois foi chamado a Lisboa, "por decisão superior". O Governo Civil ficou entregue a Spencer Salomão e o Comando Militar ao major Faria Leal[1917].

Entretanto este último militar – que saíra para Lisboa, no dia 15 de Outubro de 1974, onde assumiria outras funções – foi substituído pelo tenente-coronel de cavalaria Inácio Correia Silva Tavares, que passou a acumular os cargos de comandante militar da Madeira e de chefe do Estado Maior do Quartel General do CTIM[1918].

Na hora da partida, Carlos de Azeredo agradeceu a colaboração prestada por diversas entidades (comunicação social, funcionários públicos)[1919],

---

[1914] *DM*,18 de Maio de 1974, "Décimo Segundo Comunicado do Gabinete de Informação", p. 21; *DN*, 12 de Maio de 1974, "Comunicado do Gabinete de Informação da Junta de Salvação Nacional – Décimo segundo", p. 1; *JM*, 12 de Maio de 1974, "12.º Comunicado do Gabinete de Informação", p. 1; *VM*, 15 de Maio de 1974, "Décimo Segundo Comunicado do Gabinete de Informação", p. 1.

[1915] *VM*, 1 de Maio de 1974, "Conferência de Imprensa", p. 1.

[1916] *DM*,11 de Maio de 1974, "Décimo Primeiro Comunicado do Gabinete de Informação", p. 7; *DN*, 10 de Maio de 1974, "Comunicado do Gabinete de Informação da Junta de Salvação Nacional – Décimo primeiro", p. 1; *JM*, 10 de Maio de 1974, "11.º Comunicado do Gabinete de Informação", p. 1; *RNN*, 10 de Maio de 1974, "Comunicado do Gabinete de Informação da Junta de Salvação Nacional – Décimo primeiro", p. 3.

[1917] *DN*, 8 de Agosto de 1974, "Tenente-coronel Carlos Azeredo", pp. 1 e 3; *JM*, 8 de Agosto de 1974, "Comunicado", p. 1; *DM*, 10 de Agosto de 1974, "Comunicado", p. 1.

[1918] *DN*, 11 de Outubro de 1974, "Comandante Militar da Madeira", p. 1; *DN*, 13 de Outubro de 1974, "Chefe do Estado-Maior do C.T.I. da Madeira", p. 3; *DN*, 18 de Outubro de 1974, "Chefe do Estado-Maior do Quartel General do CTIM", p. 3.

[1919] *DM*, 10 de Agosto de 1974, "Comunicado", p. 1; *DN*, 8 de Agosto de 1974, "Tenente-coronel Carlos Azeredo", pp. 1 e 3; *JM*, 8 de Agosto de 1974, "Comunicado", p. 1.

tendo surgido opiniões favoráveis, da parte de diferentes sectores da comunicação social regional.

Segundo o *DN* do Funchal, o mencionado militar cumpriu com "empenho, inteligência e personalidade bem definida" a sua missão[1920], enquanto o *DM* considerou que o mesmo realizou o seu mandato "com o maior escrúpulo e isenção como fiel intérprete do Movimento das Forças Armadas"[1921].

Face a esta saída, a *VM* entendeu que Carlos de Azeredo, actuando num momento politicamente difícil, "interessou-se pelos problemas do distrito […] resolveu alguns […] atendeu quantos o procuraram, ouvindo reclamações e sugestões com espírito de justiça"[1922].

Aconteceu mesmo que – quando se discutia a nomeação de Fernando Rebelo para ocupar o cargo de governador – no *DM*, foi defendido que o novo titular deveria ser Carlos de Azeredo, por estar "plenamente identificado com as mais prementes necessidades da Madeira"[1923].

6.1.2. De Agosto de 1974 a Março de 1975: Fernando Rebelo, governador civil e Carlos de Azeredo, governador militar

6.1.2.1. Movimentações a favor da nomeação de Fernando Rebelo para governador civil

Em Junho de 1974, já se falava em Fernando Rebelo[1924] para ser governador civil, tendo o *CF* feito eco de um abaixo-assinado que estava em circulação, defendendo o referido nome, líder do MDM, para assumir a mencionada função[1925].

[1920] *DN*, 8 de Agosto de 1974, "Tenente-coronel Carlos Azeredo", pp. 1 e 3.
[1921] *DM*, 10 de Agosto de 1974, "Comunicado", p. 1.
[1922] *VM*, 21 de Agosto de 1974, "Coronel Carlos Azeredo", p. 1.
[1923] *DM*, 10 de Agosto de 1974, "Comentários – Governador civil", pp. 1 e 4.
[1924] A imprensa local divulgou a biografia de Fernando Rebelo. *JM*, 9 de Agosto de 1974, "O novo governador do Distrito do Funchal Dr. Fernando Pereira Rebelo – Notas biográficas", p. 3.
[1925] *CF*, 6 de Junho de 1974, edição regional, "O oportunismo some e segue", p. 2.

Os seus subscritores consideravam que o Distrito do Funchal ansiava por "ter, no momento crucial que atravessa[va] a sua economia, o seu turismo e as suas comunicações marítimas e aéreas, um Governador à altura das tarefas" que exigiam soluções prementes. Para este semanário, estes assuntos diziam respeito sobretudo "à burguesia local, às classes dominantes" e não à "população trabalhadora"[1926].

Nesta fase, apareceram diversos juízos sobre esta hipótese. Por exemplo, L. Castanheira defendeu que a nomeação do novo governador da Madeira devia obedecer a uma "liderança política responsável"[1927], enquanto Arlindo Oliveira não via urgência na nomeação de um governador civil, pois normalmente, na ditadura, era uma figura decorativa[1928].

O *DM* comentou esta indicação como uma "brincadeira política", criticando o abaixo-assinado em curso, por ser um processo de "auto candidatura", pelo que se manifestava incrédulo na concretização dessa pretensão pessoal. Entendia, ainda, que Fernando Rebelo era uma "pessoa encantadora, todavia tê-lo como governador, não"[1929].

Entretanto, o MAIA – consultado por Carlos de Azeredo para a indicação de nomes para o cargo de governador da Madeira – rejeitou a hipotética escolha de Fernando Rebelo, por entender que a mesma não deveria recair num "chefe de movimento político local", sendo preocupante a "entrega política ilhas a um partido sem consulta popular", contrariando essa decisão o espírito do MFA, porquanto deveria ser uma "personalidade representativa independente nunca leaders partidos locais", referindo-se, sem citar, mas certamente ao MDM[1930].

Por sua vez, a FPDM considerou que a escolha de Fernando Rebelo constituía uma "gravidade", devido a vários factores, como ter resultado de uma autopromoção pessoal no seio do MDM, movimento que pugnou por esta nomeação, por estar ligado a personalidades da "burguesia capitalista local" e pela não adesão do referido MDM à organização da manifestação do "1.º de Maio" de 1974 – demonstrativa do "repúdio pela oportunidade de festejar o Dia

[1926] *CF*, 6 de Junho de 1974, edição regional, "O oportunismo some e segue", p. 2.
[1927] *JM*, 2 de Junho de 1974, "Por uma liderança responsável", L. Castanheira, p. 3.
[1928] *DN*, 19 de Junho de 1974, "A palavra do leitor – Cabe aos madeirenses a solução dos seus problemas", p. 4.
[1929] *DM*, 27 de Julho de 1974, "Giz na parede – Enquanto está quente…", pp. 1 e 8.
[1930] *DN*, 26 de Julho de 1974, "Movimento MAIA – Comunicado", p. 2; *JM*, 26 de Julho de 1974, "O Grupo "MAIA" e a nomeação do governador do Distrito", p. 3.

do Trabalhador" – apesar da sua presença oportunista. A FPDM reconhecia, no entanto, que Fernando Rebelo teve um papel importante na oposição ao anterior regime, tendo sido candidato oposicionista em 1969[1931].

6.1.2.2. Posse de Fernando Rebelo

Em 12 de Agosto de 1974, aconteceu a tomada de posse de Fernando Rebelo, presidida por Costa Braz[1932], ministro da Administração Interna[1933].

Este político sublinhou que o empossado era o primeiro governador civil, em Portugal, a iniciar o exercício destas funções, após o "25 de Abril", esperando que fosse o começo de uma "nova época de mais acções e de menos palavras", devendo os governadores defender os interesses das populações, os ideais da "Revolução dos Cravos", a gestão honesta e a liberdade e que, embora não tivesse nascido na Madeira, Fernando Rebelo iria defender a terra, com o mesmo entusiasmo como se tivesse nascido madeirense[1934].

Por seu turno, o novo governador assinalou que a Madeira era a sua terra por adopção, tendo fugido para a ilha por ser perseguido politicamente, como anti-fascista e criticou as condições difíceis da economia e da vida dos madeirenses[1935].

[1931] *DN*, 26 de Julho de 1974, "Comunicado do F.P.D.M.", p. 2; *JM*, 26 de Julho de 1974, "Comunicado do F.P.D.M.", p. 11.

[1932] Ver anexo.

[1933] *DN*, 8 de Agosto de 1974, "Confirmada a notícia de "*D.N.*" – O Dr. Fernando Rebelo nomeado governador civil do Distrito do Funchal", p. 1; *DN*, 9 de Agosto de 1974, "Visita do ministro da Administração Interna ao Distrito do Funchal", p. 1; *DN*, 11 de Agosto de 1974, "Deve chegar esta noite à Madeira o Ministro da Administração Interna que amanhã dará posse ao novo governador do Funchal", p. 1; *EF*, 12 de Agosto de 1974, "O ministro Costa Brás reuniu com os presidentes e representantes dos municípios", p. 2; *EF*, 12 de Agosto de 1974, "O novo governador do Funchal é o Dr. Fernando Rebelo", pp. 1-2; *JM*, 8 de Agosto de 1974, "O Dr. Fernando Rebelo foi nomeado governador do Distrito", p. 1; *JM*, 9 de Agosto de 1974, "A visita do ministro da Administração Interna", p. 1; *JM*, 11 de Agosto de 1974, "O ministro da Administração Interna na Madeira", p. 1; *RNN*, 10 de Agosto de 1974, "Visita do ministro da Administração Interna do distrito do Funchal", p. 3.

[1934] *DM*, 17 de Agosto de 1974, "Posse do governador do Funchal", p. 1; *DN*, 13 de Agosto de 1974, "O ministro da Administração Interna conferiu posse ao dr. Fernando Rebelo no cargo de governador do Distrito", pp. 1 e 5; *EF*, 12 de Agosto de 1974, "Tomou hoje posse o novo governador", pp. 1-2; *JM*, 13 de Agosto de 1974, "O ministro da Administração Interna deu ontem posse ao novo governador civil do Funchal, dr. Fernando Rebelo", pp. 1 e 4; *RNN*, 20 de Agosto de 1974, "A posse do Governador do Distrito", pp. 3-4; *VM*, 21 de Agosto de 1974, "Novo Governador do Distrito do Funchal", p. 1.

[1935] *DM*, 17 de Agosto de 1974, "Posse do governador do Funchal", p. 1; *DN*, 13 de Agosto de 1974, "O ministro da Administração Interna conferiu posse ao dr. Fernando Rebelo no cargo

Fernando Rebelo acrescentou que, "longe e descrente do Poder Central, que sempre o traiu, o madeirense volta[va]-se, desesperadamente, para quem esse poder representa[sse]: para o governador do seu distrito autónomo", tendo apelado a Costa Braz para uma intervenção imediata do Governo, de modo a resolver problemas do arquipélago. O novo governador frisou que estavam "errados os próprios quadros jurídicos que defin[ia]m a vida política e administrativa do arquipélago"[1936].

Neste contexto, foram diversas as vozes que emitiram opiniões a favor e contra a nomeação em apreço, designadamente da comunicação social. Por exemplo, o *RNN* considerou que Fernando Rebelo seria "o defensor acérrimo" dos interesses da Madeira, junto do Governo Central, identificando-se com as suas preocupações e anseios, por viver há cerca de 12 anos na ilha[1937].

Mas o *DM* divulgou "a surpresa e a expectativa de muitos madeirenses que aguardavam ver no Palácio de S. Lourenço um filho da terra, acaba[va] de ser nomeado […] o advogado continental radicado há alguns anos nesta Ilha, chefe da facção política M.D.M., criada depois do "25 de Abril""[1938]. Noutro espaço do *DM*, era defendido que o novo titular deveria ser Carlos de Azeredo[1939]. Entretanto, após a tomada de posse de Fernando Rebelo, este periódico desejou-lhe "muita sorte, que ser[ia] também a sorte de todos os madeirenses"[1940].

O *EF* referiu que foram "inesperadamente surpreendidos" pela notícia de Fernando Rebelo ser o novo governador, porquanto não esperava que "a escolha viesse a recair, uma vez mais, num filho de outras terras", entristecendo

---

de governador do Distrito", pp. 1 e 5; *EF*, 12 de Agosto de 1974, "Tomou hoje posse o novo governador", pp. 1-2; *JM*, 13 de Agosto de 1974, "O ministro da Administração Interna deu ontem posse ao novo governador civil do Funchal, dr. Fernando Rebelo", pp. 1 e 4; *RNN*, 20 de Agosto de 1974, "A posse do Governador do Distrito", pp. 3-4; *VM*, 21 de Agosto de 1974, "Novo Governador do Distrito do Funchal", p. 1.

[1936] *DM*, 17 de Agosto de 1974, "Posse do governador do Funchal", p. 1; *DN*, 13 de Agosto de 1974, "O ministro da Administração Interna conferiu posse ao dr. Fernando Rebelo no cargo de governador do Distrito", pp. 1 e 5; *EF*, 12 de Agosto de 1974, "Tomou hoje posse o novo governador", pp. 1-2; *JM*, 13 de Agosto de 1974, "O ministro da Administração Interna deu ontem posse ao novo governador civil do Funchal, dr. Fernando Rebelo", pp. 1 e 4; *RNN*, 20 de Agosto de 1974, "A posse do Governador do Distrito", pp. 3-4; *VM*, 21 de Agosto de 1974, "Novo Governador do Distrito do Funchal", p. 1.

[1937] *RNN*, 10 de Agosto de 1974, "O Dr. Fernando Rebelo é o novo governador do Distrito do Funchal", p. 3.

[1938] *DM*, 10 de Agosto de 1974, "Novo governador civil do Funchal", p. 1.

[1939] *DM*, 10 de Agosto de 1974, "Comentários – Governador civil", pp. 1 e 4.

[1940] *DM*, 17 de Agosto de 1974, "Posse do governador do Funchal", p. 1.

"o facto de entre 300 000 habitantes não termos um madeirense que tivesse merecido a subida honra de nos governar" e assinalando que "não foi a vontade do Povo que elegeu o novo Governador". Ainda assim, o jornal desejava um "mandato feliz, para bem da nossa Madeira, para prestígio do seu nome e desmentido da muita descrença que se deduz das reacções populares à sua nomeação"[1941].

A *VM* reconheceu a Fernando Rebelo um "passado de coerência, lealdade, honestidade, firmeza de carácter de sacrifício pelos seus ideais políticos" e desejava a "maior eficácia na direcção do distrito na unidade e respeito mútuo entre todos os madeirenses"[1942].

A nível partidário, a Comissão Política do Núcleo do Funchal do PS considerou que a nomeação de Fernando Rebelo inaugurava uma "nova fase da vida política" para o arquipélago[1943].

Em Outubro de 1974, foi divulgado um comunicado do PPD, manifestando o seu apoio ao novo governador, pela "intocável idoneidade cívica do referido Homem Público, atestada por longos anos de luta-antifascista" e por, apesar de não filiado no PPD, ser uma "firme garantia para a criação duma Democracia autêntica, contrária a qualquer regime de partido único à direita ou à esquerda", revelando uma "total isenção no exercício do cargo" e apresentar-se como um "intérprete e paladino fiel" da autonomia[1944].

Mas, de imediato, surgiu um documento da Comissão Coordenadora do Núcleo da Madeira do PPD, esclarecendo que o aludido "comunicado em nome do PPD", manifestando o seu apoio a Fernando Rebelo, fora da autoria de três filiados "não habilitados" para tal, pelo que o mesmo era "nulo e abusivo"[1945].

[1941] *EF*, 12 de Agosto de 1974, "O novo governador do Funchal é o Dr. Fernando Rebelo", pp. 1-2.
[1942] *VM*, 21 de Agosto de 1974, "Novo Governador do Distrito do Funchal", p. 1.
[1943] *DN*, 1 de Setembro de 1974, "Comunicado do núcleo do Funchal do Partido Socialista Português", p. 3; *JM*, 1 de Setembro de 1974, "Comunicado do núcleo do Funchal do Partido Socialista Português", p. 2.
[1944] *DN*, 16 de Outubro de 1974, "O P.P.D. e o Governo do Distrito", p. 5.
[1945] *DN*, 18 de Outubro de 1974, "Comunicado do Partido Popular Democrático – Núcleo Regional da Madeira", p. 7.

6.1.2.3. A acção de Fernando Rebelo

A actividade político-institucional de Fernando Rebelo foi multifacetada, sendo espelhada nos diversos capítulos deste trabalho.

Na área laboral e sindical, Fernando Rebelo foi solicitado a intervir, pela comissão gestora da Companhia de Automóveis de Santo António, para resolver graves problemas da empresa[1946], bem como interveio na "solução do conflito de trabalho" registado na Monotécnica[1947].

Entretanto, o Governo do Distrito do Funchal chamou a atenção dos trabalhadores para o facto do direito à greve estar regulamentado no D.L. n.º 392/74[1948].

No sector agrícola, em Setembro de 1974, Fernando Rebelo reuniu com os leiteiros-vendedores, quando os produtores do Faial e Santana deixaram de vender o seu produto, alegando ser mal pago, face ao custo de vida e ao trabalho duro que realizavam[1949].

No campo do ensino, o governador civil interveio nas conversações relacionadas com a da greve dos alunos dos cursos diurnos da EICF, em Dezembro de 1974[1950], bem como dialogou com os seus professores, em Janeiro de 1975, para abordar a situação do estabelecimento de ensino, tendo resultado o retorno às aulas em 15 de Janeiro de 1975, após a eleição de Rosa Maria de Abreu, substituindo o professor José Luís de Brito Gomes (Canavial)[1951].

[1946] *DN*, 13 de Agosto de 1974, "Última hora local – É possível que a Companhia dos Automóveis de Sto. António venha a paralisar por completo o serviço de transportes de passageiros", p. 6.

[1947] *DN*, 3 de Outubro de 1974, "Empregadas da Monotécnica agradecidas ao governador do Distrito", p. 1.

[1948] *DM*, 14 de Setembro de 1974, "Ventos ilhéus – Comunicado do Governo Civil do Distrito", p. 1; *DN*, 12 de Setembro de 1974, "Comunicado do Governo Civil do Distrito", p. 1; *JM*, 12 de Setembro de 1974, "Comunicado do Governo Civil do Distrito", p. 3.

[1949] *JM*, 3 de Setembro de 1974, "Greve do leite em Santana e Faial", pp. 1-2.

[1950] *DN*, 8 de Dezembro de 1974, "Comunicados – Dos alunos diurnos da Escola Industrial", p. 4; *DN*, 10 de Dezembro de 1974, "Alunos dos cursos diurnos voltam à greve", p. 2; *DN*, 11 de Dezembro de 1974, "A situação na Escola Industrial", p. 8; *JM*, 8 de Dezembro de 1974, "Jornal escolar – Comunicado", p. 2; *JM*, 10 de Dezembro de 1974, "Comunicado da Comissão Representativa dos Alunos Diurnos da E.I.C.F.", p. 2*; JM*, 10 de Dezembro de 1974, "Jornal escolar – Comunicado da comissão representativa dos alunos diurnos da Escola Industrial e Comercial do Funchal", p. 10.

[1951] *DN*, 12 de Janeiro de 1975, "Governo do Distrito Autónomo do Funchal – Convocação do professores da Escola Industrial", p. 8; *DN*, 14 de Janeiro de 1975, "Governo do Distrito – Convocatória", p. 3; *DN*, 14 de Janeiro de 1975, "Vai proceder-se hoje à eleição do encarregado da direcção da EICF. As aulas recomeçam amanhã", p. 3; *DN*, 15 de Janeiro de

Fernando Rebelo teve a coordenação, na Madeira, do processo de recenseamento eleitoral nacional – obrigatório para todos os cidadãos com mais de 18 anos, entre 9 de Dezembro de 1974 e 8 de Janeiro de 1975 – com vista à eleição da AC[1952], tendo recebido reclamações quanto a alguns nomeados, baseadas na sua falta de "índole moral ou política" e de "garantia de fidelidade" ao programa do MFA[1953].

Consequentemente, um grupo de pescadores de Machico, protestou, junto do governador civil, contra a nomeação de alguns elementos da Comissão Recenseadora da Freguesia de Machico, por serem seus "inimigos […] e provocaram cenas de pancadaria contra o Povo Unido"[1954].

Também, um grupo de pessoas de Água de Pena, concelho de Machico, contestou a nomeação de outros elementos da Comissão Recenseadora daquela freguesia, por estarem "ligados ao capital, ao comércio e ao funcionalismo público […] contra a conquista dos [seus] direitos"[1955].

Fernando Rebelo aceitou estas reclamações, bem como de outras localidades, como as de Serra de Água, Ponta Delgada e Santa Maria Maior[1956].

Na política de saneamentos e de nomeações de novos titulares, surgiram algumas polémicas com Fernando Rebelo. Por exemplo, a Comissão Política do núcleo do Funchal do PS, em Setembro de 1974, referiu que, na reunião do governador civil, com "a totalidade dos partidos representantes na Madeira e a maioria dos movimentos políticos regionais", realizada no dia 20 de Agosto de 1974, estes foram convocados a "fornecer nomes" – até ao dia 27 de Agosto – que, por exclusiva decisão do governador, iriam ocupar cargos que

1975, "Na EICF, eleição do encarregado de direcção, início hoje das aulas do 2.º período", p. 6.

[1952] *DN*, 28 de Novembro de 1974, "Voto – Arma do povo", p. 3; *DN*, 22 de Dezembro de 1974, "Comunicado do Conselho de Ministros – Alargado até 8 de Janeiro o período de recenseamento", p. 1; *DN*, 10 de Janeiro de 1975, "No Distrito do Funchal inscreveram-se para votar 141 094 cidadãos", p. 1.

[1953] *DN*, 29 de Novembro de 1974, "Governo do Distrito Autónomo do Funchal – Comissões de recenseamento eleitoral", p. 1; *DN*, 3 de Dezembro de 1974, "Governo do Distrito Autónomo do Funchal – Comissões de recenseamento eleitoral, Aviso", p. 6.

[1954] *DN*, 4 de Dezembro de 1974, "Comissões de recenseamento – Reclamações enviadas ao Chefe do Distrito", p. 4.

[1955] *DN*, 4 de Dezembro de 1974, "Comissões de recenseamento – Reclamações enviadas ao Chefe do Distrito", p. 4.

[1956] *DN*, 8 de Dezembro de 1974, "Governo do Distrito Autónomo do Funchal informa", p. 8; *DN*, 10 de Dezembro de 1974, "Governo do Distrito Autónomo do Funchal – Comissões de recenseamento", p. 5; *JM*, 10 de Dezembro de 1974, "Governo do Distrito Autónomo do Funchal – Nota informativa", p. 3.

ficassem vagos, na sequência de possíveis saneamentos. Nesse encontro, o PS alertara para a necessidade de haver mais informação, pois verificava a falta de um programa do governador, sem linhas gerais, pedindo-lhes um "cheque em branco" [1957].

Face a esta situação, o PS divulgou um documento conjunto deste partido com o PCP e a FPDM, assinado por três representantes, em 27 de Agosto de 1974, e enviado a Fernando Rebelo, no qual estas organizações decidiram "não dar satisfação à consulta do Governador Civil sem que […houvesse…] uma definição prévia, por parte deste governo civil das suas linhas gerais de actuação no contexto da problemática regional", de modo a esclarecer os aspectos da política de saneamento (níveis e formas de actuação), da colaboração dos partidos e dos movimentos locais na governação, da atitude do governador face a iniciativas populares e democráticas e das linhas prioritárias de acção socioeconómica[1958].

A propósito deste assunto, o PS considerou existir uma contradição de Fernando Rebelo, que pretendia a colaboração dos políticos locais, a título individual, quando o GP reunia, regularmente, com os partidos nacionais, negando assim o governador civil o significado da participação democrática, ao desligar as forças políticas da administração. Assim, o PS exigiu ao governador a sua "posição em relação à participação dos partidos políticos na Governação da Madeira"[1959].

Em resposta ao PS, o governador do Distrito replicou que era representante do GP, nomeado pelo mesmo e perante o qual respondia, sendo o seu programa o do MFA, não podendo o governante "negociar com quaisquer partidos ou movimentos, programas locais ou pactos de actuação", designadamente na Madeira, porquanto os partidos existentes encontravam-se

[1957] *DN*, 1 de Setembro de 1974, "Comunicado do núcleo do Funchal do Partido Socialista Português", p. 3; *JM*, 1 de Setembro de 1974, "Comunicado do núcleo do Funchal do Partido Socialista Português", p. 2.

[1958] *DN*, 1 de Setembro de 1974, "Comunicado do núcleo do Funchal do Partido Socialista Português", p. 3; *JM*, 1 de Setembro de 1974, "Comunicado do núcleo do Funchal do Partido Socialista Português", p. 2.

[1959] *DN*, 1 de Setembro de 1974, "Comunicado do núcleo do Funchal do Partido Socialista Português", p. 3; *JM*, 1 de Setembro de 1974, "Comunicado do núcleo do Funchal do Partido Socialista Português", p. 2.

ainda representados por comissões de organização ou análogas, sem apoio popular significativo[1960].

Fernando Rebelo esclareceu, ainda, que o pedido de indicação de nomes para ocupar cargos baseava-se apenas numa tripla condição (acatamento do programa do MFA, competência e honestidade) e só o governador podia escolher, porque era o responsável perante o Governo Nacional[1961].

O governador manifestou disponibilidade para reunir, dentro ou fora do seu gabinete, com todas as organizações, como já o tivera feito com as mesmas e com o próprio PS local, por duas vezes[1962].

Outra controvérsia surgiu com a Comissão Concelhia do Funchal do PCP, que criticou a inércia do governador civil, Fernando Rebelo, por ser incapaz de combater a reacção e de cumprir o programa do MFA, ao manter-se os mesmos responsáveis e funcionários de organismos públicos do regime anterior, sem o seu saneamento, exigindo daquele titular a realização de inquéritos. Apelava este partido à população para apresentar as suas queixas contra os funcionários públicos, tendo em vista o seu saneamento, disponibilizando-se o PCP para ajudar nesta tarefa[1963].

A propósito dos acontecimentos do "28 de Setembro de 1974", o PCP-Funchal, condenou a escolha – feita pelo governador Fernando Rebelo – de comissões "muitas vezes preenchidas com elementos de direita ou fascizantes e sem que as massas populares, os partidos e os movimentos progressistas tivessem tido qualquer possibilidade de ser ouvidos, participar ou agir". O PCP defendia, ainda, o saneamento das figuras ligadas ao anterior regime[1964].

[1960] *DN*, 3 de Setembro de 1974, "Comunicado do Governador do Distrito", p. 3; *JM*, 3 de Setembro de 1974, "Governador do Distrito – Comunicado", p. 2; *RNN*, 10 de Setembro de 1974, "Comunicado do Governador do Distrito", p. 3.

[1961] *DN*, 3 de Setembro de 1974, "Comunicado do Governador do Distrito", p. 3; *JM*, 3 de Setembro de 1974, "Governador do Distrito – Comunicado", p. 2; *RNN*, 10 de Setembro de 1974, "Comunicado do Governador do Distrito", p. 3.

[1962] *DN*, 3 de Setembro de 1974, "Comunicado do Governador do Distrito", p. 3; *JM*, 3 de Setembro de 1974, "Governador do Distrito – Comunicado", p. 2; *RNN*, 10 de Setembro de 1974, "Comunicado do Governador do Distrito", p. 3.

[1963] *DN*, 13 de Setembro de 1974, "Partido Comunista Português (Comissão Concelhia) – Comunicado n.º 2, Façamos frente à reacção", p. 3; *JM*, 13 de Setembro de 1974, "Comunicado da Comissão Concelhia do Funchal do P.C.P.", p. 2.

[1964] *DN*, 1 de Outubro de 1974, "Partido Comunista Português, Comissão Concelhia do Funchal – Comunicado n.º 5", p. 8.

Foi neste contexto conturbado que Fernando Rebelo tomou algumas medidas, relativamente a saneamentos e respectivas substituições. Em Setembro de 1974, divulgou um comunicado da CRFP, com sede em Lisboa, comunicando que os servidores do Estado afastados das suas funções, por razões políticas, no período anterior à Revolução, podiam solicitar a sua reintegração, sem prejuízos na sua carreira[1965].

No mesmo mês, o governador do Distrito enviou ao Ministério do Equipamento Social e Ambiente, o pedido da Delegação Pró-Sindicato dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações, a favor do saneamento do chefe da Circunscrição Postal da Madeira, António Alberto de Campos Ferreira[1966].

Ainda, em Setembro, Fernando Rebelo nomeou e empossou uma nova CDA, presidida por Maria do Carmo Pimenta Leite Monteiro Rodrigues, escritora, que veio substituir Artur Vaz Tomé[1967].

Em Outubro de 1974, Fernando Rebelo propôs a demissão do delegado da Inspecção de Incêndios da Zona Sul e comandante dos Bombeiros Municipais do Funchal, o tenente-coronel Eleutério Valeriano Melim[1968].

O mesmo político propôs, à Sociedade de Autores e Compositores Teatrais Portugueses, o saneamento de João Militão Rodrigues como delegado dessa sociedade[1969].

No mesmo mês, o governador propôs e empossou uma nova Comissão Instaladora do Hospital Distrital do Funchal, presidida por Jorge Bettencourt de Castro, substituindo a anterior, liderada por Fernando Almeida Couto[1970].

[1965] *DN*, 7 de Setembro de 1974, "Governo do Distrito Autónomo do Funchal (Reintegração dos Serviços da Função Pública) – Edital", p. 3; *JM*, 7 de Setembro de 1974, "Governo do Distrito Autónomo do Funchal (Reintegração dos Serviços da Função Pública) – Edital", p. 2.

[1966] *DN*, 26 de Setembro de 1974, "Medidas de saneamento", p. 1; *JM*, 26 de Setembro de 1974, "Governo do Distrito Autónomo do Funchal – Nota informativa", p. 3.

[1967] *DN*, 22 de Setembro de 1974, "O governador do Distrito nomeou nova comissão da Assistência", p. 1; *DN*, 24 de Setembro de 1974, "Foi ontem empossada a nova Comissão Distrital de Assistência", p. 9; *JM*, 22 de Setembro de 1974, "Nova Comissão Distrital de Assistência", p. 1; *JM*, 24 de Setembro de 1974, "Posse da nova Comissão Distrital de Assistência", pp. 1 e 10.

[1968] *DN*, 3 de Outubro de 1974, "Pedido de saneamento do Delegado da Inspecção de Incêndios", p. 1.

[1969] *DN*, 15 de Outubro de 1974, "Nota informativa do Governo do Distrito Autónomo do Funchal", pp. 1 e 8.

[1970] Este organismo foi composto por Jorge Bettencourt de Castro (presidente, engenheiro e industrial), Sívio Carvalho Santos (vice-presidente, advogado e consultor técnico) e os vogais Jaime Ricardo Jorge de Paula Rosa (médico, director clínico), Jaime Jardim Rodrigues (enfermeiro), João Luís da Cruz Piloto (chefe de secção), Adérito de Castro Vide (engenheiro,

Fernando Rebelo – na sequência da indicação por parte de entidades locais, reunidas com este, em Dezembro de 1975 – propôs ao secretário de Estado dos Desportos e Acção Social Escolar, a nomeação de Fernando Ferreira, para o cargo de Delegado dos Desportos, em substituição de Capelo Ramos, que vinha exercendo há cerca de 20 anos, por nomeação do regime anterior[1971].

"Face à tentativa contra-revolucionária" do "11 de Março de 1975", em Lisboa, o governador do Distrito recomendou "a maior calma à população, mostrando […] a confiança que o povo madeirense deposit[ou] no Movimento das Forças Armadas e no processo revolucionário por ele impulsionado"[1972].

No âmbito da sua actividade, Fernando Rebelo manteve contactos com governantes nacionais, para tratar de assuntos regionais. Em Lisboa, reuniu com departamentos do Governo, designadamente para abordar questões insulares, como os problemas do leite, da colonia, da banana, dos transportes marítimos e colectivos, do porto, do aeroporto, e relativamente à autonomia, Fernando Rebelo "fez sentir a extraordinária importância de orientar as soluções num sentido amplamente descentralizador e visando orientação marcadamente autónoma"[1973].

chefe de serviços de instalação e equipamento) e Daniel Rodrigues Agapito (técnico de radiologia). *DN*, 27 de Outubro de 1974, "Vai ser empossada a Comissão Instaladora do Hospital Distrital", p. 1; *DN*, 29 de Outubro de 1974, "Posse da nova Comissão Instaladora do Hospital Distrital", p. 10; *JM*, 15 de Setembro de 1974, "Nova comissão instaladora do Hospital Distrital", p. 1.

[1971] *DN*, 8 de Dezembro de 1974, "Definir um critério de escolha do Delegado dos Desportos", p. 12; *DN*,11 de Dezembro de 1974, "O Prof. Fernando Ferreira vai ser proposto para o cargo de Delegado dos Desportos", p. 4; *DN*,15 de Dezembro de 1974, "A palavra do leitor – A propósito do saneamento do Delegado dos Desportos!", p. 8; *DN*, 2 de Fevereiro de 1975, "Nota informativa do Governo do Distrito sobre a nomeação do Delegado dos Desportos", p. 10.

[1972] *DN*, 12 de Março de 1975, "O Governo do Distrito à população madeirense", p. 1.

[1973] *DN*, 24 de Outubro de 1974, "Problemas madeirenses tratados em Lisboa pelo governador do Distrito", p. 10; *JM*, 24 de Outubro de 1974, "Governo do Distrito Autónomo do Funchal – Súmula de alguns assuntos tratados pelo governador do Distrito aquando da sua deslocação a Lisboa", pp. 1 e 4.

6.1.2.4. A contestação a Fernando Rebelo

O tom crítico ao governador civil subiu, somando-se novos protestos de organizações políticas a manifestações públicas, apelando à sua demissão.

O PCP, em Novembro de 1974, entendeu que "as autoridades político-administrativas locais, do governador aos regedores, salvo raríssimas excepções", não faziam cumprir o programa do MFA, considerando, ainda, que era "urgente" a demissão de Fernando Rebelo, o afastamento das entidades por ele nomeadas, por não aplicarem o programa do MFA, "a prisão dos fascistas e reaccionários" que incitavam a violência contra os cidadãos e lançavam boatos[1974].

Por seu turno, a sua estrutura estudantil, a UEC, criticou a acção "anti-democrática do governador Fernando Rebelo"[1975].

Também, a secção do Funchal do PS informou que, por sugestão do governador civil, Fernando Rebelo, tinha indicado nomes para as comissões de abastecimento e liquidatária do Grémio dos Bordados e a comissão de Fiscalização de Abastecimento e Preços, frisando que a colaboração era "não […] ao senhor governador, mas sim aos trabalhadores e ao povo da Madeira" [1976].

Esta posição surgiu, na sequência de um não muito favorável relacionamento entre o governador e o PS, pondo em causa a actuação política de Fernando Rebelo, havendo um "desacordo total, em função de atitudes anteriormente tomadas […] absolutamente antidemocráticas e como tal contrárias ao espírito do Programa do M.F.A." da parte do governador[1977].

O PS recordou a sua falta de atenção relativamente a algumas sugestões que lhe apresentara, menosprezando o partido, pelo que, em Agosto de 1974, deliberou jamais colaborar com Fernando Rebelo[1978].

[1974] *DN*, 26 de Novembro de 1974, "Comunicados – Do Parido Comunista Português", p. 8.
[1975] *DN*, 22 de Novembro de 1974, "Comunicados – Da União dos Estudantes Comunistas, N.º 1, À população", p. 4.
[1976] *DN*, 28 de Novembro de 1974, "Comunicados – Do Partido Socialista", p. 7; *JM*, 28 de Novembro de 1974, "Vida política – Partido Socialista, Comunicado", p. 2.
[1977] *DN*, 28 de Novembro de 1974, "Comunicados – Do Partido Socialista", p. 7; *JM*, 28 de Novembro de 1974, "Vida política – Partido Socialista, Comunicado", p. 2.
[1978] *DN*, 28 de Novembro de 1974, "Comunicados – Do Partido Socialista", p. 7; *JM*, 28 de Novembro de 1974, "Vida política – Partido Socialista, Comunicado", p. 2.

Em Fevereiro de 1975, o PS declarou que "nunca" tinha apoiado o governador civil, Fernando Rebelo, defendendo a criação de uma "comissão governativa, constituída por técnicos capazes e integrados no espírito do Programa do M.F.A.", em ordem à autonomia, tendo, pois, uma posição diferente da do PPD, que "defend[ia] a permanência do […] governador"[1979].

Com efeito, o PPD veio a público alertar que se assistia a uma "escalada comunista" no arquipélago, não aceitando quaisquer mudanças na administração local, sem conhecer os resultados das eleições para a AC, a ter lugar em 25 de Abril desse ano. Interpretava a "substituição de um Governador que não [era] do agrado do Partido Comunista, ainda como manobra dessa escalada" e denunciava os "conflitos em vários concelhos, apoiados pela extrema esquerda" ao nível da administração local[1980].

Em Março de 1975, o CIPM divulgou vários telegramas locais a pedir o afastamento de Fernando Rebelo, por não resolver os problemas e não ouvir a população[1981].

Por seu turno, directamente, e em reunião com o governador civil, o PMD reivindicou uma "Junta de Governo Autónomo na Madeira", através de "eleições regionais"[1982].

Contra Fernando Rebelo, ocorreram outros protestos, de carácter mais público, presencial e significativo, de que foram exemplos as manifestações que se seguem.

Desse lote, salientamos a manifestação-comício – "contra a acção do governador do Distrito que nada [fez] em benefício [da] classe"[1983] – em 21 de Outubro de 1974, organizada pelo Sindicato Livre dos Operários da Construção Civil, cuja abordagem mais desenvolvida encontramos no capítulo do mundo laboral.

Entretanto, cerca de 150 madeirenses, em reunião na Casa da Madeira em Lisboa, contestaram a actuação das autoridades locais, pois não vinha favorecendo a resolução de problemas, sendo o governador acusado de incapaz

[1979] *DN*, 22 de Fevereiro de 1975, "Comunicados – Do Partido Socialista", p. 9.
[1980] *DN*, 14 de Fevereiro de 1975, "Comunicados – Do Partido Popular Democrático", p. 6.
[1981] *DN*, 15 de Março de 1975, "Comunicados – Do Centro de Informação Popular", p. 6.
[1982] *DN*, 26 de Fevereiro de 1975, "Comunicados – Do Partido Mutualista Democrático", p. 7.
[1983] *DN*, 19 de Outubro de 1974, "Manifestação e comício promovidos pelo Sindicato dos Operários da Construção Civil do Funchal", p. 8.

de cooperar com os movimentos e partidos locais, à excepção do MDM, pelo que foi apoiada a demissão de Fernando Rebelo do cargo de governador da Madeira[1984].

Depois, em Novembro de 1974, invocando que teria disso "detectada a preparação na sombra (através de telefonemas anónimos) de uma manifestação de apoio" à continuação de Fernando Rebelo, como governador do Distrito, a UPM – considerando o "carácter reaccionário e anti-democrático" desta iniciativa – apelou a que as "massas trabalhadoras" nela não participassem, frisando o apoio ao governador da parte dos "fascistas e reaccionários" que desejavam a "independência (fascista) da Madeira"[1985].

Idêntico apelo foi feito pela FPDM, adiantando que a manifestação em causa teria lugar junto ao Palácio de S. Lourenço, em 16 de Novembro de 1974[1986].

No comício-manifestação de caseiros de vários lugares da ilha da Madeira, no dia 17 de Novembro de 1974, para "protestar contra os senhorios e exigirem a terra e a água para quem trabalha"[1987], ouviram-se expressões contra o governador, como "Rebelo desanda, o povo é quem manda" e "O governador é inimigo do povo, fora com ele"[1988].

Também, num espectáculo popular, no dia 25 de Outubro de 1974, promovido pela UPM, no Funchal, com Tino Flores, Fausto e Vitorino Salomé, foi denunciado o apoio de Fernando Rebelo ao "movimento de independência", liderado pelos "fascistas e reaccionários"[1989].

[1984] *DN*, 27 de Outubro de 1974, "A situação política da Madeira discutida em Lisboa", p. 1; *DN*, 29 de Outubro de 1974, "Lê-se em "*Diário de Lisboa*": A Casa da Madeira contra a "independência" proposta por fascistas", pp. 1-2; *DN*, 30 de Outubro de 1974, "Assembleia na Casa da Madeira em Lisboa", p. 8; *DN*, 31 de Outubro de 1974, "150 madeirenses residentes em Lisboa tomam posição quanto ao futuro democrático do arquipélago", pp. 1 e 11; *JM*, 31 de Outubro de 1974, "Na Casa da Madeira em Lisboa – 150 madeirenses deliberam", p. 10.

[1985] *DN*, 16 de Novembro de 1974, "Comunicados – Da U.P.M.", p. 5; *JM*, 16 de Novembro de 1974, "Manifestação de apoio ao governador do distrito", p. 11.

[1986] *DN*, 16 de Novembro de 1974, "Comunicados – Da F.P.D.M.", p. 5; *JM*, 16 de Novembro de 1974, "Manifestação de apoio ao governador do distrito", p. 11.

[1987] *DN*, 7 de Novembro de 1974, "Assembleias, comícios, reuniões – Comício de caseiros", p. 6; *DN*, 12 de Novembro de 1974, "Assembleias, comícios, reuniões – Manifestação dos caseiros de toda a Ilha", p. 2; *JM*, 12 de Novembro de 1974, "Comunicados – Manifestação dos caseiros de toda a ilha", p. 2.

[1988] *DN*, 19 de Novembro de 1974, "Manifestação-comício dos caseiros da Madeira", pp. 1 e 3.

[1989] *CF,* separata regional, 21 de Novembro de 1974, "Festas populares – A canção como arma", p. 8; *DN*, 26 de Outubro de 1974, "Festa Popular do UPM – "Notícia falsa e injuriosa" provoca manifestação", p. 8.

Na I Conferência Unitária de Trabalhadores, no Funchal, em Fevereiro de 1975 – organizada pela Comissão Concelhia do Funchal do PCP – foram ouvidos pedidos de substituição do governador civil[1990].

No dia 15 de Fevereiro de 1975, numa iniciativa da UPM – à qual aderiram a FPDM, a FEC (M-L) e alguns sindicatos, como o das bordadeiras e da construção civil – foi exigido o afastamento de Fernando Rebelo[1991].

Durante a "manifestação anti-fascista e anti-capitalista", no Funchal, em 11 de Março de 1975, – convocada pela UPM e pela FEC(M-L), que teve o apoio de sindicatos "progressistas" – para denunciar a tentativa de golpe de Estado e apoiar o MFA, gritou-se "Fora com o governador Rebelo"[1992].

Neste mesmo dia, também um grupo de ponta-solenses enviou um telegrama ao PM, Vasco Gonçalves, apoiando o MFA e exigindo o "afastamento governador civil" do Funchal[1993].

No dia 19 de Março de 1975, houve uma grande manifestação, organizada pelo Sindicato da Construção Civil, no Funchal, que, entre outras reivindicações, clamou pela demissão do governador civil[1994].

Fruto de toda a ambiência de contestação acumulada, Fernando Rebelo, nessa mesma data, apresentou, ao ministro da Administração Interna, a sua exoneração[1995], na sequência da sua chamada, no dia anterior, a Lisboa, pelo respectivo Ministério[1996].

Assim, por coincidência, nesse dia 19, "quando milhares de manifestantes, em frente do Palácio de São Lourenço, pediam o saneamento do

---

[1990] *DN*, 11 de Fevereiro de 1975, "No Funchal – I Conferência Unitária de Trabalhadores", pp. 1 e 3.

[1991] *JM*, 15 de Fevereiro de 1975, "Contra o fascismo-ofensiva popular!", p. 9; *DN*, 16 de Fevereiro de 1975, "Os acontecimentos de ontem a propósito das manifestações e contra-manifestações políticas", p. 3.

[1992] *DN*, 12 de Março de 1975, "Manifestações anti-fascistas e de apoio ao M.F.A. no Funchal", p. 3; *JM*, 12 de Março de 1975, "Na Madeira o povo veio à rua apoiar o M.F.A.", pp. 1 e 7.

[1993] *DN*, 12 de Março de 1975, "Manifestações anti-fascistas e de apoio ao M.F.A. no Funchal – Telegramas dirigidos ao 1.º ministro", p. 3.

[1994] *DN*, 20 de Março de 1975, "Convocada pelo Sindicato Livre da Construção Civil – Grandiosa manifestação percorreu as ruas do Funchal", pp. 1 e 8.

[1995] *DN*, 20 de Março de 1975, "O dr. Fernando Rebelo pediu a exoneração do cargo de Governador do Distrito", p. 1.

[1996] *DN*, 19 de Março de 1975, "Por diploma publicado no Diário da República – Criada na Madeira uma Junta de Planeamento", pp. 1 e 10.

chefe do Distrito", a sua demissão foi-lhes comunicada por Carlos de Azeredo, governador militar[1997].

O *RNN* exprimiu "sincera mágoa" pela demissão de Fernando Rebelo, "um democrata dos bancos universitários que, absolutamente coerente com os princípios políticos norteadores da sua vida, sempre soube resistir aos convites aliciantes do anterior regime". O exonerado merecia, do referido periódico. "sentimentos de verdadeira admiração e amizade"[1998].

6.1.2.5. Carlos de Azeredo: governador militar (de Dezembro de 1974 a Março de 1975)

Depois de ter regressado ao Continente, em Agosto de 1974 – quando Fernando Rebelo assumiu o cargo de governador civil – Carlos de Azeredo voltou à Madeira, em Dezembro do mesmo ano, para exercer, apenas, as funções de governador militar. Neste retorno, foi acompanhado pelo major José Manuel de Faria Leal, para desempenhar o cargo de chefe de Estado-Maior, juntando-se, assim, duas pessoas que tiveram um papel importante, na Madeira, desde o "25 de Abril"[1999].

A este propósito, o *JM* sublinhava que a maneira como Carlos de Azeredo tinha exercido já as funções de delegado da JSN, encarregado do Governo e comandante militar da Madeira "fez granjear para este militar um justificado prestígio" e, igualmente, Faria Leal tivera um "papel decisivo e de comando nos acontecimentos locais imediatos em 25 de Abril"[2000].

No dia 5 de Dezembro de 1974, o tenente-coronel Carlos de Azeredo esclareceu que o carácter da sua missão era "estritamente militar", vindo empossado de "comandante militar da Madeira e estritamente desse cargo". Os

[1997] *DN*, 20 de Março de 1975, "Convocada pelo Sindicato Livre da Construção Civil – Grandiosa manifestação percorreu as ruas do Funchal", pp. 1 e 8; *JM*, 20 de Março de 1975, "O Dr. Fernando Rebelo deixa o cargo de governador do Distrito", pp. 1 e 10.
[1998] *RNN*, 20 de Março de 1975, "Dr. Fernando Rebelo", p. 3.
[1999] *DN*, 3 de Dezembro de 1974, "Novos comandos militares para o Distrito do Funchal – O ten.-coronel Carlos Azeredo, governador militar, o major Faria Leal, Chefe do Estado Maior", p. 1.
[2000] *JM*, 3 de Dezembro de 1974, "Novo governador militar", p. 1.

objectivos eram a "reestruturação do Comando Territorial da Madeira", com modificações no GAG 2 e no BII 19 e a ampliação da PMt[2001].

Seria também formado o "Comando Operacional da Madeira" – integrando o major Júlio Oliveira (vindo do Continente) e os comandantes da PSP e da GF – tendo como fins coordenar as informações de interesse para a organização e funcionamento dos militares, referindo, no entanto, que não se tratava de uma "polícia política", mas um organismo destinado a apoiar as acções da PSP e da GF, para a "manutenção da ordem pública"[2002].

Na sua mensagem de Natal, aos militares e à população madeirense, no dia 25 de Dezembro de 1974, Carlos de Azeredo fez um balanço ao ano de 1974, interpretando-o como a fase da transição do regime ditatorial e da guerra colonial para a liberdade, sendo esse ano um "marco, uma viragem histórica na vida nacional", realizando o MFA uma "tripla revolução" (libertação nacional, revolução cultural e descolonização)[2003].

O comandante militar esperava que 1975 fosse um ano de "reconstrução nacional", tendo o país o direito de "exigir dos seus militares, das suas instituições armadas […] a continuação de uma inteira disponibilidade ao Serviço do Povo Português", pois a "vitória final ser[ia] a do povo Português"[2004].

No dia 18 de Dezembro de 1974, o governador militar reuniu com dirigentes dos partidos e movimentos políticos e representantes da comunicação

[2001] *DN*, 6 de Dezembro de 1974, "A restruturação do Comando Militar da Madeira será a tarefa primordial das novas autoridades militares do Distrito", pp. 1 e 6; *DN*, 7 de Dezembro de 1974, "Conferência de imprensa do Governador Militar – Outros assuntos tratados de interesse para a opinião pública", pp. 1 e 5; *JM*, 6 de Dezembro de 1974, "Criado o Comando Operacional da Madeira – anunciou ontem o brigadeiro Carlos de Azeredo em conferência com os órgãos da informação local", pp. 1 e 5.

[2002] *DN*, 6 de Dezembro de 1974, "A restruturação do Comando Militar da Madeira será a tarefa primordial das novas autoridades militares do Distrito", pp. 1 e 6; *DN*, 7 de Dezembro de 1974, "Conferência de imprensa do Governador Militar – Outros assuntos tratados de interesse para a opinião pública", pp. 1 e 5; *JM*, 6 de Dezembro de 1974, "Criado o Comando Operacional da Madeira – anunciou ontem o brigadeiro Carlos de Azeredo em conferência com os órgãos da informação local", pp. 1 e 5.

[2003] *DN*, 25 de Dezembro de 1974, "Mensagem de Natal do Comandante Militar da Madeira", p. 4; *JM*, 25 de Dezembro de 1974, "Mensagens de Natal – Alocução do Comandante Militar", p. 16; *JM*, 28 de Dezembro de 1974, "Alocução de Natal do Comandante Militar da Madeira", p. 6.

[2004] *DN*, 25 de Dezembro de 1974, "Mensagem de Natal do Comandante Militar da Madeira", p. 4; *JM*, 25 de Dezembro de 1974, "Mensagens de Natal – Alocução do Comandante Militar", p. 16; *JM*, 28 de Dezembro de 1974, "Alocução de Natal do Comandante Militar da Madeira", p. 6.

social, numa "troca de impressões sobre alguns problemas de ordem interna e respeitantes às entidades presentes"[2005].

Aquando da ocupação das instalações da Escola de Hotelaria e Turismo da Madeira – estabelecimento que era dirigido por Ribeiro de Andrade, também presidente da DTM – em 13 de Fevereiro de 1975, por parte de alunos, funcionários e professores, pelo facto de não concordarem com um novo organigrama escolar, o governador militar serviu de intermediador nas negociações entre as partes, tendo a referida ocupação sido anulada[2006].

Em 28 de Fevereiro de 1975, aconteceu a cerimónia de encerramento da instrução do primeiro esquadrão da PMt, formado na Madeira, tendo Carlos de Azeredo justificado o surgimento deste organismo com a ideia de que a missão do "25 de Abril" só seria alcançada com o "respeito pelas liberdades" de todos, apesar de, por vezes, ser incompreendida a acção desta polícia[2007].

O governador militar acrescentou que a PMt "não foi criada para bater na população, mas sim para auxiliar outras forças policiais, na defesa dos legítimos interesses do Povo Português", referindo que, no conceito de trabalhadores, não podiam considerar-se "os parasitas, os escrevinhadores fáceis de paredes"[2008].

Apesar dos intuitos iniciais de servir a Madeira e o Porto Santo, no campo exclusivamente militar, a acção de Carlos de Azeredo estendeu-se ao sector político, assumindo responsabilidades, em paralelo com o governador civil, Fernando Rebelo, e nalgumas vezes, substituindo-o, como se infere dos actos praticados.

[2005] *DN*, 19 de Dezembro de 1974, "Reunião com o governador militar", p. 1; *JM*, 19 de Dezembro de 1974, "Reunião no Comando Militar da Madeira", p. 3.

[2006] *DN*, 14 de Fevereiro de 1975, "Ocupada a Escola Hoteleira do Funchal", p. 3; *DN*, 15 de Fevereiro de 1975, "O caso da ocupação da Escola de Hotelaria e Turismo da Madeira", p. 3; *JM*, 14 de Fevereiro de 1975, "Ocupada pelos alunos a Escola de Hotelaria da Madeira", p. 12*; JM*, 15 de Fevereiro de 1975, "Escola de Hotelaria e Turismo da Madeira", p. 9.

[2007] *DN*, 1 de Março de 1975, "Constituído na Madeira o primeiro esquadrão da Polícia Militar", p. 3; *JM*, 1 de Março de 1975, "Constitui-se na Madeira o I Esquadrão da Polícia Militar", pp. 1 e 6.

[2008] *DN*, 1 de Março de 1975, "Constituído na Madeira o primeiro esquadrão da Polícia Militar", p. 3; *JM*, 1 de Março de 1975, "Constitui-se na Madeira o I Esquadrão da Polícia Militar", pp. 1 e 6.

6.1.3. De Março a Novembro de 1975: Junta de Planeamento da Madeira e Carlos de Azeredo

6.1.3.1. Junta de Planeamento da Madeira (de Março a Setembro de 1975)

6.1.3.1.1. Missão e constituição da JPM

Em Março de 1975, com a exoneração de Fernando Rebelo[2009], estava aberto o caminho para o nascimento e a institucionalização da JPM[2010].

A criação da JPM aconteceu, *de jure*, pelo D.L. n.º 139/75, de 18 de Março, do MAI – aprovado no Conselho de Ministros e promulgado pelo PR, em 11 de Março de 1975 – sendo formada por quatro elementos (um presidente, o governador civil, e três vogais), no âmbito "de uma nova orgânica regional […] num esforço de autonomia e capacidade de intervenção dos órgãos regionais e locais", ficando a JGDAF e a Comissão de Planeamento sob a tutela daquela[2011].

Tinha as competências do governador civil e da Comissão de Planeamento para coordenar as actividades dos órgãos periféricos da administração central, assegurar a ligação com o governador militar e exercer os poderes delegados pelos ministérios, garantindo a ligação com o Governo Central, bem como aplicar medidas de apoio a empresas e projectos, em prol do desenvolvimento regional[2012].

A JPM foi presidida por Carlos de Azeredo – que viria a acumular as funções de governador civil e militar – e, em 19 de Março de 1975, dois dos seus três vogais foram logo nomeados, João Abel de Freitas[2013] (para as Actividades Económicas) e Paquete de Oliveira (Assuntos Sociais e Trabalho)[2014].

[2009] *DN*, 20 de Março de 1975, "O dr. Fernando Rebelo pediu a exoneração do cargo de Governador do Distrito", p. 1.

[2010] *DN*, 19 de Março de 1974, "Por diploma publicado no Diário da República – Criada na Madeira uma Junta de Planeamento", pp. 1 e 10.

[2011] *DN*, 19 de Março de 1974, "Por diploma publicado no Diário da República – Criada na Madeira uma Junta de Planeamento", pp. 1 e 10; *JM*, 20 de Março de 1974, "Decreto n.º 139-75 cria Junta de Planeamento da Madeira", pp. 16.

[2012] *DN*, 19 de Março de 1974, "Por diploma publicado no Diário da República – Criada na Madeira uma Junta de Planeamento", pp. 1 e 10; *JM*, 20 de Março de 1974, "Decreto n.º 139-75 cria Junta de Planeamento da Madeira", pp. 16.

[2013] Ver anexo.

[2014] *DN*, 20 de Março de 1975, "Nomeados dois vogais da Junta de Planeamento", p. 1.

Os vogais indicados para a JPM foram três: João Abel de Freitas (ficou com as delegações dos ministros da Economia e das Finanças), Paquete de Oliveira (Assuntos Sociais e Educação e Cultura) e Virgílio Pereira, presidente da CMF (Equipamento Social e Ambiente e do Trabalho). O major Faria Leal, chefe do Estado-Maior do Distrito e delegado MFA na Madeira, seria o responsável pela ligação entre a JPM e o MFA, em colaboração com o governador militar, Carlos de Azeredo, passando a ser, na prática, mas não, ainda, legalmente, o quarto vogal da JPM[2015].

Carlos de Azeredo e João Abel de Freitas tomaram posse, no dia 24 de Março de 1974, em Lisboa, enquanto os outros membros foram empossados no Funchal, perante o seu presidente, no dia seguinte[2016].

Na óptica de Carlos de Azeredo, a instituição da JPM teve a ver com os "particularismos geográfico, económico e até social" do arquipélago e o regime de tutela da JPM, relativamente à JGDAF, traduzir-se-ia em três aspectos, "saneamento, remodelação e alargamento"[2017].

Sobre a formação desta Junta, diversos partidos emitiram opinião. A ADM, grupo autónomo do PMD na Madeira, propunha a criação de uma Junta de Governo Autónomo – para efectuar a "transição para o Governo Civil da Madeira", fazendo a substituição do governador em exercício, Fernando Rebelo – que, no seu entendimento, deveria ser formada por cinco madeirenses e um representante do MFA ou do MAI, com a distribuição de pelouros[2018].

[2015] *DN*, 25 de Março de 1975, "Junta de Planeamento da Madeira – O brigadeiro Carlos Azeredo é o novo governador civil do Distrito, confirmada a nomeação dos vogais delegados ministeriais", p. 1; *DN*, 26 de Março de 1975, "Governo do Distrito Autónomo do Funchal – Comunicado", p. 1; *JM*, 25 de Março de 1975, "Junta de Planeamento da Madeira – O brigadeiro Carlos Azeredo tomou posse do cargo de governador do Distrito do Funchal", p. 1; *JM*, 26 de Março de 1975, "O Prof. Virgílio Pereira foi empossado no cargo de vogal da Junta de Planeamento para a Madeira", p. 1.

[2016] *DN*, 25 de Março de 1975, "Junta de Planeamento da Madeira – O brigadeiro Carlos Azeredo é o novo governador civil do Distrito, confirmada a nomeação dos vogais delegados ministeriais", p. 1; *DN*, 26 de Março de 1975, "Governo do Distrito Autónomo do Funchal – Comunicado", p. 1; *JM*, 25 de Março de 1975, "Junta de Planeamento da Madeira – O brigadeiro Carlos Azeredo tomou posse do cargo de governador do Distrito do Funchal", p. 1; *JM*, 26 de Março de 1975, "O Prof. Virgílio Pereira foi empossado no cargo de vogal da Junta de Planeamento para a Madeira", p. 1.

[2017] *DN*, 9 de Abril de 1975, "A autonomia administrativa da Madeira possibilita a solução de muitos problemas regionais – declarou o Governador do Funchal ao jornal "*República*"", p. 8; *JM*, 9 de Abril de 1975, "A autonomia administrativa da Madeira possibilita a solução de muitos problemas regionais – declarou à "*República*" o governador do Funchal, brigadeiro Carlos Azeredo", pp. 1 e 12.

[2018] *JM*, 7 de Março de 1975, "Vida política – A.D.M. - Associação Democrática de Mutualistas – Grupo Autónomo do P.M.D. (Partido Mutualista Democrático) na Madeira", p. 2.

O PPD, que tomara conhecimento da criação da JPM, "pelos diários", protestou contra "métodos […] nitidamente anti-democráticos e absolutamente discutíveis para os reais interesses da população da Madeira", reafirmando que o arquipélago "só ter[ia] um governo representativo, quando exercido pela corrente de opinião pública que fo[sse] considerada maioritária nas eleições, e a partir de então, sim, com o pleno direito de interpretar os verdadeiros interesses dos madeirenses"[2019].

O PS-Madeira manifestou a sua concordância com a existência da JPM, mas discordava do processo como foi constituída, por falta de consulta aos partidos políticos[2020].

Pelo D.L. n.º 339-A/75, de 2 de Julho – promulgado, pelo PR, em 19 de Junho – foram reforçados os poderes da JPM (criada pelo D.L. n.º 139/75, de 18 de Março de 1975), nomeadamente no que se referia a saneamentos, sendo deliberado que, sempre que necessário, a JPM podia suspender por 90 dias servidores civis do Estado, autarquias locais e serviços públicos, para o "apuramento da verdade ou bom funcionamento dos serviços", facilitando o dinamismo económico e social do Distrito do Funchal[2021].

Por este novo D.L., o número de vogais da JPM, passou, legalmente, de três para quatro, possibilitando, assim a oficialização de Faria Leal, do Comando Militar da Madeira, como membro pleno da JPM[2022].

No primeiro encontro da JPM com a comunicação social, em 2 de Abril de 1975, foram esclarecidos alguns aspectos relacionados com a génese e as atribuições deste organismo. Assim, foi referido que a JPM seria uma estrutura "temporária e provisória", até à definição, pela nova AC, da orgânica administrativa das ilhas adjacentes, tendo nascido como resposta à necessidade de uma "regionalização administrativa" da Madeira – que era uma "velha

[2019] *DN*, 28 de Março de 1975, "Comunicados – Do Partido Popular Democrático", p. 1.
[2020] *JM*, 3 de Abril de 1975, "Vida politica – O Partido Socialista apresentou aos órgãos de informação dos candidatos à Assembleia Constituinte", p. 5.
[2021] *DN*, 6 de Junho de 1975, "Maiores poderes para a Junta de Planeamento da Madeira", p. 1; *DN*, 10 de Junho de 1975, "Reforçados os poderes da Junta de Planeamento da Madeira", p. 3; DR, 1975, *Decreto-lei n.º 339-A/75, de 2 de Julho.*
[2022] *DN*, 10 de Junho de 1975, "Reforçados os poderes da Junta de Planeamento da Madeira", p. 3; DR, 1975, *Decreto-lei n.º 339-A/75, de 2 de Julho.*

aspiração madeirense" – para resolver problemas de imediato pelos membros da JPM[2023].

Os constituintes desta Junta eram "competentes" e "independentes", mas a JPM não era independente, pois obedecia ao Governo Central, tendo várias delegações de alguns ministérios[2024].

Carlos de Azeredo confirmou a presença de Faria Leal na JPM, "por haver carência de estruturas na Madeira e haver necessidade de lançar mão a cada passo das possibilidades militares" e esclareceu que a demora na formação da JPM teve a ver com "a dificuldade dos partidos em chegar a acordo na designação das pessoas que em princípio a formariam"[2025].

6.1.3.1.2. A acção da JPM

A JPM envolveu-se numa série de actividades sociais e políticas, no quadro das suas competências. No campo laboral, esta entidade nomeou uma comissão de inquérito à firma José Cardoso, visando analisar a sua situação financeira e as perspectivas de futuro[2026].

No meio das suas intervenções nesta área, a JPM não ficou isenta de fortes críticas, na pessoa de Paquete de Oliveira, como aconteceu no decurso da greve das trabalhadoras da Electrónica, em Junho de 1975[2027].

Ao invés, os operários da firma José Porfírio de Freitas, da Camacha, agradeceram, publicamente, em Junho de 1975, a colaboração da JPM, na "resolução dos pagamentos de ordenados e férias em atraso"[2028].

[2023] *DN*, 3 de Abril de 1975, "Em fase de auscultação a Junta de Planeamento da Madeira propõe uma obra multiparticipada", p. 3; *JM*, 4 de Abril de 1975, "A Junta de Planeamento da Madeira procurará actuar como órgão deliberativo em função de propostas técnicas", pp. 1, 6-7.

[2024] *DN*, 3 de Abril de 1975, "Em fase de auscultação a Junta de Planeamento da Madeira propõe uma obra multiparticipada", p. 3; *JM*, 4 de Abril de 1975, "A Junta de Planeamento da Madeira procurará actuar como órgão deliberativo em função de propostas técnicas", pp. 1, 6-7.

[2025] *DN*, 3 de Abril de 1975, "Em fase de auscultação a Junta de Planeamento da Madeira propõe uma obra multiparticipada", p. 3; *JM*, 4 de Abril de 1975, "A Junta de Planeamento da Madeira procurará actuar como órgão deliberativo em função de propostas técnicas", pp. 1, 6-7.

[2026] Esta comissão foi formada por Luís Manuel Santos Costa e António José Dias Trancoso. *DN*, 1 de Maio de 1975, "Comissão de inquérito a uma firma", p. 1.

[2027] *CF*, 12 de Junho de 1975, "A greve da Electrónica – Desmascaremos a Junta de Planeamento e os inimigos do povo", p. 11-12.

[2028] *DN*, 4 de Junho de 1975, "Trabalhadores da construção civil da Camacha agradecem resolução dos seus problemas", p. 8.

Relativamente à movimentação operária e estudantil na Madeira, o presidente da JPM considerou "importante o contributo das classes trabalhadoras para a dinamização da vida política da Madeira, mas seria de desejar uma maior implantação dos partidos da coligação governamental no meio social madeirense"[2029].

No sector agrícola, na visão de Carlos de Azeredo, os problemas que mais prejudicavam a Madeira eram a colonia, a inexistência de pecuária, a insuficiência da produção de leite, a falta de rendibilidade da produção açucareira e a vinicultura em crise[2030].

Nesta perspectiva, a JPM diligenciou no sentido de ser enviada à Madeira uma equipa para ultimar a saída do decreto da extinção da colonia[2031], reuniu com os leiteiros, em Maio de 1975, para tratar das suas reivindicações[2032], tendo, ainda, apresentado algumas medidas sobre o impasse na resolução da colonia, a reconversão da cana sacarina e os sectores da pecuária e do leite[2033]

No âmbito escolar, em Abril de 1975, o delegado do MEIC e membro da JPM, Paquete de Oliveira aprovou – até à eleição de um novo conselho de gestão – a continuação dos membros do Conselho de Gestão do LNF que se encontravam em exercício e fez a nomeação de professores para os lugares

[2029] *DN*, 9 de Abril de 1975, "A autonomia administrativa da Madeira possibilita a solução de muitos problemas regionais – declarou o Governador do Funchal ao jornal "*República*"", p. 8; *JM*, 9 de Abril de 1975, "A autonomia administrativa da Madeira possibilita a solução de muitos problemas regionais – declarou à "*República*" o governador do Funchal, brigadeiro Carlos Azeredo", pp. 1 e 12.

[2030] *DN*, 9 de Abril de 1975, "A autonomia administrativa da Madeira possibilita a solução de muitos problemas regionais – declarou o Governador do Funchal ao jornal "*República*"", p. 8; *JM*, 9 de Abril de 1975, "A autonomia administrativa da Madeira possibilita a solução de muitos problemas regionais – declarou à "*República*" o governador do Funchal, brigadeiro Carlos Azeredo", pp. 1 e 12.

[2031] *DN*, 1 de Maio de 1975, "Aspectos da situação sócio-económica da Madeira abordados pela Junta de Planeamento numa reunião com os jornalistas", pp. 1-2; *JM*, 1 de Maio de 1975, "Ontem conferência de imprensa da J.P.M.", pp. 1, 6-7; *JM*, 3 de Maio de 1975, "A conferência de imprensa da Junta de Planeamento da Madeira", pp. 6-7; *JM*, 4 de Maio de 1975, "O problema das indústrias e dos vimes abordado pela Junta de Planeamento da Madeira na sua conferência de imprensa (3)", pp. 6-7; *JM*, 8 de Maio de 1975, "O turismo em discussão na conferência de imprensa da Junta de Planeamento da Madeira (4)", pp. 6-7 e 10.

[2032] *DN*, 25 de Maio de 1975, "Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, Junta de Planeamento da Madeira – Problema dos leiteiros", p. 2.

[2033] *DN*, 24 de Julho de 1975, "Conferência de imprensa da Junta de Planeamento", p. 7; *DN*, 25 de Julho de 1975, "A Junta de Planeamento em conferência de imprensa", pp. 1 e 4; *DN*, 26 de Julho de 1975, "A Junta de Planeamento em conferência de imprensa", p. 5; *DN*, 27 de Julho de 1975, "A Junta de Planeamento em conferência de imprensa", pp. 1 e 7; *JM*, 25 de Julho de 1975, "Junta de Planeamento da Madeira dá conferência de imprensa na Junta Geral", pp. 1, 6-7.

vagos, bem como foi criada uma comissão ad-hoc para o anexo do LNF, a funcionar no Seminário Menor[2034].

Paquete de Oliveira da JPM também divulgou a autorização da transferência de alunos do ensino particular para o oficial, na Madeira, conforme decisão do director-geral do Ensino Secundário[2035].

No campo das obras públicas, a JPM colaborou nos trabalhos de alargamento do Caminho do Pasto, no Funchal, uma acção orientada pela comissão de moradores de Farrobo de Baixo e Murteiras[2036], bem como, por decisão desse organismo oficial, um grupo de militares foi enviado para apoiar a asfaltagem da estrada de ligação da Tabua à Madalena do Mar[2037].

Relativamente às eleições da AC, promovidas em 25 de Abril de 1975, a JPM, em 3 de Abril de 1975, reuniu com os partidos e movimentos políticos locais, sendo estabelecido o programa de utilização de recintos pelas candidaturas apresentadas[2038].

Carlos de Azeredo, reuniu, novamente, com os representantes dos partidos políticos e da comunicação social, a quem pediu o cumprimento da legislação, relativamente à campanha eleitoral para a AC, e a vigilância para que esta campanha decorresse com civismo e ordem pública[2039].

Também, a JPM promoveu encontros, tanto com representantes dos sindicatos, como das entidades patronais, para abordar os principais problemas regionais[2040].

No processo de retorno de muitos portugueses, provindos de África – grande parte da Madeira – por via dos conflitos registados entre os vários movimentos de libertação, nomeadamente em Angola e Moçambique, a JPM

[2034] *DN*, 3 de Abril de 1975, "Conselho de Gestão do Liceu do Funchal", p. 8; *DN*, 4 de Abril de 1975, "Preenchidos os lugares vagos no Conselho de Gestão do Liceu", p. 2; *JM*, 3 de Abril de 1975, "Comunicado do Delegado do M.E.C. na Madeira", p. 6.

[2035] *DN*, 31 de Julho de 1975, "Transferência de alunos de colégios particulares para o ensino oficial", p. 1.

[2036] *DN*, 14 de Junho de 1975, "Comissão de Moradores de Farrobo de Baixo e Murteiras", p. 4.

[2037] *DN*, 26 de Março de 1975, "Militares vão trabalhar na estrada da Madalena do Mar", p. 1.

[2038] *DN*, 4 de Abril de 1975, "A J.P.M. reuniu com partidos e movimentos políticos locais", p. 1.

[2039] *DN*, 11 de Abril de 1975, "O governador do Funchal reúne com os representantes dos partidos políticos e dos órgãos de comunicação social", p. 1.

[2040] *DN*, 6 de Abril de 1975, "A Junta de Planeamento reuniu com sindicatos e patronato, p. 11; *DN*, 2 de Julho de 1975, Junta de Planeamento reúne com sindicatos", p. 1.

concedeu o seu apoio aos regressados, em colaboração com outras entidades, como o IARN, a CDA, as FA e o IFAS[2041].

Inclusivamente, quando ainda não existia, na Madeira, qualquer delegação do IARN, a JPM criou uma equipa de apoio regional (formada por elementos da Cruz Vermelha Portuguesa, do IFAS e da CDA), pedindo à população o auxílio em roupa, trabalho e ofertas de residência[2042].

Foi constituída uma Comissão de Retornados de África, funcionando a partir de 15 de Setembro de 1975, na Rua da Carreira, 56, no Funchal (sede da Academia de Música), bem como, neste local, passaram a realizar-se as anteriores reuniões que ocorriam na Rua dos Netos[2043].

Depois, a partir de 23 de Setembro de 1975, por decisão da JPM, naquele mesmo local, instalou-se a Delegação do IARN[2044].

A JPM deslocou-se a diferentes municípios do arquipélago, reunindo com as comissões administrativas das câmaras municipais, contactando com as populações e visitando locais com questões problemáticas. Carlos de Azeredo pediu às comissões administrativas que se mantivessem no exercício das suas funções, mesmo as que estavam demissionárias ou tinham posto os seus lugares à disposição, para bem do funcionamento dos serviços municipais[2045].

Assim, foram visitados, por membros da JPM, a ilha do Porto Santo [2046], Santana, S. Vicente, Porto Moniz[2047] e Machico[2048].

No capítulo dos saneamentos, em Abril de 1975, a JPM suspendeu João Inácio Costa de Sousa (engenheiro agrónomo), das funções que exercia na ex-

---

[2041] *DN*, 8 de Junho de 1975, "Refugiados das ex-colónias: "Aqui chegamos sem casa sem nada"", pp. 1 e 3; *DN*, 12 de Junho de 1975, "Os graves problemas dos que despojados de tudo, ou quase tudo regressam de Angola e Moçambique – Uma entrevista com o capitão Alberto Fragoso Dinis, subdirector do IARN", p. 8.

[2042] *DN*, 19 de Agosto de 1975, "Serviço de Apoio aos Retornados Nacionais", p. 5.

[2043] *DN*,12 de Setembro de 1975, "Retornados de África – Esclarecimento", p. 2; *JM*,12 de Setembro de 1975, "Retornados de África", p. 7.

[2044] *DN*, 21 de Setembro de 1975, "Uma delegação do I.A.R.N. na Madeira", p. 1.

[2045] *DN*, 2 de Abril de 1975, "A Junta de Planeamento da Madeira reuniu com as comissões administrativas das câmaras", p. 3; *JM*, 2 de Abril de 1975, "Reunião da Junta de Planeamento da Madeira", pp. 1 e 4.

[2046] *DN*, 5 de Abril de 1975, "Elementos da J.P.M. no Porto Santo", p. 1; *DN*, 8 de Abril de 1975, "Membros da Junta de Planeamento visitam o Porto Santo – Analisados alguns dos principais problemas daquela ilha", p. 3; *JM*, 16 de Maio de 1975, "Problemas do Porto Santo – estuda a Comissão da Junta de Planeamento da Madeira", pp. 1 e 6.

[2047] *JM*, 18 de Abril de 1975, "Governo do Distrito Autónomo do Funchal – Visitas da J.P.M.", p. 11*; DN*, 20 de Abril de 1975, "Contactos hoje da Junta de Planeamento com a população local", p. 1*; DN*, 29 de Abril de 1975, "S. Roque do Faial e os seus múltiplos problemas", p. 8.

[2048] *DN*, 1 de Maio de 1975, "Elementos da Junta de Planeamento em Machico", p. 1; *DN*, 6 de Maio de 1975, "Comunicados – Do Centro de Informação Popular de Machico", p. 7.

Junta de Colonização Interna (que passou a se chamar IRA), no Grémio da Lavoura e na Cooperativa Agrícola[2049].

A propósito de um telegrama da CT da CAgF, que defendia a continuação da direcção deste organismo, enviado ao Ministério do Trabalho, em 30 de Junho de 1975, a JPM desfez quaisquer dúvidas, informando que a mesma seria, de facto, substituída por despacho do Ministério da Agricultura, porque "nunca esteve ao serviço dos agricultores não sendo mais do que uma sociedade de compra e venda", tendo por base, ainda, muitas reclamações chegadas àquele ministério[2050].

A JPM determinou a suspensão preventiva das funções de Maria Ascensão de Lima Frango (professora do 9.º grupo do LNF) e António de Nóbrega (chefe de secretaria e tesoureiro da EICF), a quem foram instaurados inquéritos[2051], tendo Paquete de Oliveira nomeado os professores Luís de Sousa Melo e Margarida Brito para, em representação da JPM, participarem na comissão de inquérito aos processos no LNF e na EICF[2052].

Depois, por despacho do MEIC, de 6 de Setembro de 1975, António de Nóbrega (chefe de secretaria e tesoureiro da EICF) viu o processo de inquérito, que lhe foi aberto, sido arquivado e retomou a sua actividade[2053].

Entretanto, o delegado MEIC na Madeira e membro da JPM, Paquete de Oliveira, publicamente, anunciou que o ministério em questão rejeitou a decisão de uma assembleia de alunos da EICF, que decidira suspender e sanear dois professores, em virtude de não terem sido "observadas as normas vigentes para processos de suspensão ou saneamentos", pelo que aguardava a apresentação, nomeadamente à Comissão de Saneamento do MEIC, de fundamentos para a

[2049] *DN*, 22 de Abril de 1975, "Junta de Planeamento da Madeira", p. 1.

[2050] *DN*, 1 de Julho de 1975, "Cooperativa Agrícola do Funchal", p. 4; *DN*, 2 de Julho de 1975, "Esclarecimento da Junta de Planeamento sobre a Cooperativa Agrícola do Funchal", p. 6; *DN*, 3 de Julho de 1975, "Cooperativa Agrícola do Funchal – Comunicado aos associados", p. 7.

[2051] *DN*, 20 de Abril de 1975, "Informação escolar – Foi ordenada a suspensão preventiva de uma professora do Liceu e de um funcionário da Escola Técnica", p. 2.

[2052] *DN*, 23 de Abril de 1975, "Deliberações da Junta de Planeamento da Madeira – Comissão de Inquérito ao Liceu e Escola Industrial", p. 1; *DN*, 4 de Maio de 1975, "I formação escolar – Comissão de inquérito para Liceu e Escola Industrial", p. 3.

[2053] *DN*, 27 de Setembro de 1975, "Informação escolar – Chefe da secretaria da E.C.I.F. retoma suas funções", p. 5.

medida executada, sem qualquer queixa formulada até àquela altura ao referido organismo[2054].

No concernente a esta matéria dos saneamentos, em Abril de 1975, Carlos de Azeredo sublinhou que "o saneamento [tinha] de ser feito mediante um processo", pois, caso contrário, cair-se-ia "precisamente naquilo que a Revolução do 25 de Abril quis evitar", acrescentando que os agentes da ex-PIDE/DGS já tinham ido presos para o Continente e que havia poucos informadores na Madeira[2055].

Sublinhou, ainda, que alguns funcionários tinham sido suspensos das suas funções até à conclusão dos respectivos inquéritos efectuados[2056].

Paquete de Oliveira salientou que havia casos de denúncias verbais e, depois, quando as pessoas eram chamadas para reduzir a escrito tais queixas recusavam-se ou nem sequer compareciam[2057].

Por seu turno, Virgílio Pereira salientou que não admitia "sanear de qualquer maneira, só por ódios pessoais ou por divergências de cores políticas"[2058].

6.1.3.1.3. A apreciação crítica da actuação da JPM

A JPM foi alvo de posições diferentes da parte de agentes políticos, organizações partidárias e jornais, que se dividiram entre a sua defesa, reservas e ataques, sendo que as críticas se repartiram entre a própria Junta e o seu presidente, Carlos de Azeredo.

A favor da JPM, manifestou-se o PCP-Funchal, sublinhando que, a partir de 31 de Março, "assistiu-se a uma escalada crescente de boatos, de lutas reivindicativas, exigindo soluções rápidas e ameaças de outras greves", parecendo ser "o motivo "aparente" […] um boicote à recentemente empossada Junta de Planeamento", pelo que o PCP considerava que estavam a ser criadas, na Madeira, "condições semelhantes às que antecederam o "11 de Março" que

[2054] *DN*, 5 de Junho de 1975, "Comunicado do Delegado do M.E.I.C.", p. 1.
[2055] *JM*, 17 de Maio de 1975, "Conferencia da J.P.M. (6)", p. 6-7 e 10.
[2056] *JM*, 17 de Maio de 1975, "Conferencia da J.P.M. (6)", p. 6-7 e 10.
[2057] *JM*, 17 de Maio de 1975, "Conferencia da J.P.M. (6)", p. 6-7 e 10.
[2058] *JM*, 17 de Maio de 1975, "Conferencia da J.P.M. (6)", p. 6-7 e 10.

poderiam afectar a evolução do processo revolucionário que no Continente se encontra[va] em aceleração"[2059].

Em Junho de 1975, o PCP-Madeira advertiu que se oporia a uma hipotética "manifestação de carácter reaccionário", com os objectivos de "contestação da Junta de Planeamento e da Aliança Povo-MFA e travar o processo revolucionário e alimentar ideias separatistas"[2060].

A este propósito, o PPD regional desmentiu o seu envolvimento na organização de uma eventual manifestação contra a JPM, não passando tal de "boato", não estando este partido "interessado em manifestar-se pró ou contra ela"[2061].

Também o MDP/CDE regional, face ao contexto em que se vivia, manifestou o seu apoio à JPM, no caminho das soluções dos problemas madeirenses, alertando o Governo Central para reforçar os poderes e os meios de acção da JPM, numa perspectiva de combater o "caciquismo feroz"[2062].

Da parte do PS, o seu deputado madeirense Monteiro de Aguiar, em Junho de 1975, na AC, apresentou um requerimento, focando diversos problemas da Madeira, como o aumento de mais competências e instrumentos para a JPM[2063].

Alguns membros da JPM vieram a terreiro defender a existência e a acção desta instituição. Paquete de Oliveira, em Junho de 1975, considerou que este organismo correspondia a um "desejo do Governo Central de procurar descentralizar o Poder", procurando "dar à Madeira uma estrutura orgânico-administrativa que lhe permit[isse] dentro de um espírito de autonomia governar-se mais por si própria ainda que sempre dentro duma ligação directa à política do Governo Central"[2064].

[2059] *DN*, 11 de Abril de 1975, "Comunicados – Do Partido Comunista Português", p. 6.
[2060] *DN*, 18 de Junho de 1975, "Advertência do P.C.P. aos contra-revolucionários", p. 7.
[2061] *DN*, 19 de Junho de 1975, "P.P.D. desmente boatos", p. 6.
[2062] *DN*, 18 de Junho de 1975, "Apoio do M.D.P./C.D.E. à Junta de Planeamento para quem pede alargamento de poderes", p. 7.
[2063] *DN*, 27 de Junho de 1975, "Problemas da Madeira postos à Assembleia Constituinte", p. 3.
[2064] *DN*, 6 de Junho de 1975, "Prevê-se a possibilidade da realização de um Conselho de Ministros na Madeira – declarou à *E.N.* o vogal da J.P.M. para Assuntos Sociais e de Trabalho", p. 3.

Também, Faria Leal, membro da JPM e chefe do Estado-Maior do CTIM, salientou que esta estrutura governativa era um passo na descentralização e regionalização do poder[2065].

Com reservas e mesmo com posições de desconsideração relativamente à JPM, surgiu o PPD e seus deputados na AC.

O parlamentar Emanuel Rodrigues (PPD) questionou o Governo Central sobre os critérios que presidiram à formação da JPM, uma vez que não garantia a "efectiva representatividade das correntes políticas maioritárias locais"[2066].

Num "Manifesto do P.P.D. ao Povo da Madeira" – convocando uma manifestação-comício para o dia 27 de Julho de 1975, no Funchal – era considerado que o PPD, representando 60% dos eleitores madeirenses, nunca tinha sido ouvido pela JPM, após o acto electivo da AC, advogando este partido a "substituição da JPM por um Governador simultaneamente civil e militar, o qual formaria depois um gabinete com pessoal indicado pelos partidos mais representativos e com madeirenses, que, mesmo apartidários, fossem de reconhecida competência", dotando o Governo Central de poderes a essa equipa. Na aludida manifestação, foram ouvidos apelos de demissão da JPM[2067]

Comentando os acontecimentos referentes à manifestação de 27 de Julho de 1975, o PPD salientou que a sua oposição à JPM não se relacionava com pessoas, mas "com o processo político regional", entendendo que muitos problemas locais seriam resolvidos "se nos postos de governo local existissem verdadeiros representantes da vontade popular, e não o "despotismo iluminado""[2068].

A JPM emitiu uma comunicação, relacionada com a situação política vivida e a manifestação do PPD, reconhecendo que havia muitos problemas para

---

[2065] *DN*, 25 de Maio de 1975, "Entrevista, Major Faria Leal ao "*D.N.*": a estrutura sócio-económica de todo o arquipélago dificulta a concretização do socialismo que o MFA preconiza", pp. 1 e 3.

[2066] *DN*, 6 de Junho de 1975, "O deputado madeirense Emanuel Rodrigues pôs várias perguntas ao Governo", p. 3.

[2067] *DN*, 23 de Julho de 1975, "Manifesto do P.P.D. ao Povo da Madeira", p. 3; *DN*, 24 de Julho de 1975, "Partido Popular Democrático – Comunicado", p. 7; *DN*, 25 de Julho de 1975, "A manifestação marcada para domingo – PPD", p. 8; *DN*, 26 de Julho de 1975, "A manifestação de amanhã – P.P.D.", p. 4; *DN*, 26 de Julho de 1975, "A manifestação marcada para hoje", p. 4; *DN*, 29 de Julho de 1975, "Manifestação-comício do P.P.D.", p. 1; *JM*, 25 de Julho de 1975, "Vida política – Partido Popular Democrático, Comunicado", p. 8; *JM*, 29 de Julho de 1975, "A manifestação do Partido Popular Democrático", p. 1 e 12.

[2068] *DN*, 31 de Julho de 1975, "O P.P.D. comenta os acontecimentos de domingo", p. 4.

resolver, mas salientava o seu empenho nesse processo, com o apoio do CR, do MFA e de muitos membros do GP, e denunciou os obstáculos colocados pelas forças reaccionárias[2069].

Admitia, ainda, que não tinha o apoio dos principais partidos mais votados para a AC, mas entendia não dever pedir a demissão, "nesta fase do processo revolucionário português", não sendo uma "atitude responsável demitirem-se por pressão de forças reaccionárias", tendo, então, pedido ao povo madeirense que se manifestasse "calmo, ordeiro e coeso, na defesa de um Portugal novo que não se constr[uía] num ano"[2070].

Mais adiante, Carlos de Azeredo reafirmou que o descontentamento do PPD com a JPM explicava-se pela falta de resolução imediata e pronta dos problemas do arquipélago, mas esta não tinha meios para ser mais célere e eficaz[2071].

Visando, de forma mais directa, o presidente da JPM, surgiram algumas polémicas, no período de vigência deste órgão. Em Machico, num comício do CIPM, realizado em 14 de Setembro de 1975, no qual foi pedida a imediata readmissão de Martins Júnior, como presidente da CA da CMM, clamou-se o afastamento de Carlos de Azeredo[2072].

Depois, o mesmo CIPM reagiu, negativamente a um corte, ocorrido em Setembro de 1975, durante a transmissão de uma entrevista de Martins Júnior, no emissor regional da *RTP*, na qual apontava "manobras independentistas" e acusações a Carlos de Azeredo[2073], assunto melhor explicitado no capítulo da comunicação social.

Neste confronto, surgiu a solidariedade com o referido militar, e de repúdio pela entrevista de Martins Júnior, por parte do *JM*[2074]*,* de uma "comissão

[2069] *DN*, 27 de Julho de 1975, "Comunicado da Junta de Planeamento da Madeira sobre o momento político", pp. 1 e 3.
[2070] *DN*, 27 de Julho de 1975, "Comunicado da Junta de Planeamento da Madeira sobre o momento político", pp. 1 e 3.
[2071] *DN*, 2 de Agosto de 1975, "Carlos Azeredo ao jornal "*A Capital*" - As ideias de independência surgem na Madeira sempre que há uma diversificação política mais acentuada entre o arquipélago e o continente", pp. 1 e 3; *JM*, 2 de Agosto de 1975, "O brigadeiro Carlos Azeredo fala à Imprensa do Continente sobre a Madeira", p. 12.
[2072] *DN*, 16 de Setembro de 1975, "Ainda o regresso do Pe. José Martins", p. 8.
[2073] *DN*,11 de Setembro de 1975, "CIP reivindica o "direito à diferença"", p. 6; *JM*,14 de Setembro de 1975, "A entrevista do Padre Martins", p. 6.
[2074] *JM*,14 de Setembro de 1975, ""*Jornal da Madeira*" também caluniado", p. 6.

organizadora de machiquenses residentes fora do concelho"[2075], de um grupo de machiquenses[2076] e ainda do "povo dos Maroços e da Ribeira Grande, em colaboração com a J.S.D. (Juventude Social Democrática) destes sítios"[2077].

Apesar de não ter boas relações com Carlos de Azeredo, o PPD reconheceu o valor das suas posições, "em defesa da democracia e do socialismo autêntico, e o seu desejo em fazer a Madeira progredir, em espírito de patriotismo são e puro, tendo até a idoneidade de não furtar-se à auto-crítica humilde, mas reveladora de forte personalidade", atitude expressa a propósito da manifestação de 18 de Setembro de 1975[2078].

6.1.3.1.4. Demissão da JPM

Fruto deste controverso contexto, no dia 5 de Agosto de 1975, a JPM pediu a sua demissão, enviando um telegrama a diversas entidades nacionais, com o seguinte teor: "Membros Junta Planeamento Madeira embora reconhecendo grave situação nacional pedem sua exoneração face situação local tendente agudizar-se ponto Posterior documento apresentará razões pormenorizadas". Até á sua substituição, os elementos da JPM manter-se-iam em funções[2079].

Então, Carlos de Azeredo referiu que não sofreram pressão interna ou externa, chegando a esta situação, devido à JPM atingir um "impasse relativamente à conjuntura política e económica regional, que se agravava progressivamente", tendo esta sido a decisão "mais honesta para com o Governo e o Povo da Madeira"[2080].

Com efeito, datado de 9 de Agosto de 1975, num extenso documento, a JPM explicou as razões pormenorizadas da sua demissão. Foi feita uma "breve análise sócio-política da situação madeirense", referindo que os grupos políticos

[2075] *JM*,14 de Setembro de 1975, "Comunicados", p. 2.
[2076] *JM*,17 de Setembro de 1975, "Comunicados", p. 9.
[2077] *JM*, 30 de Setembro de 1975, "Vida política – Comunicado do povo dos Maroços e da Ribeira Grande", p. 2.
[2078] *DN*, 24 de Setembro de 1975, "Conclusões do plenário distrital do P.P.D.", p. 8; *JM*, 23 de Setembro de 1975, "Comunicados", p. 10.
[2079] *DN*, 6 de Agosto de 1975, "Junta de Planeamento pede exoneração", p. 1.
[2080] *DN*, 6 de Agosto de 1975, "Junta de Planeamento pede exoneração", p. 1.

se envolveram em “querelas partidárias” e as organizações de trabalhadores não perceberam quem era o seu “verdadeiro inimigo”, predominando a luta salarial, nalguns casos, de forma incorrecta, deixando para trás a “autêntica luta pela conquista do poder pelos trabalhadores”[2081].

Por outro lado, segundo a JPM, a economia madeirense estava num caos, mas, mesmo assim, houve aumentos salariais às populações urbana e semi-urbana, mas a população do campo não tinha alcançado a “melhoria devida”. Na verdade, a JPM tinha tomado algumas medidas, mas ainda muito faltava, para resolver problemas essenciais da Madeira[2082].

Sobre as “principais razões da [sua] atitude”, a JPM indicou, entre outras, “a indefinição de uma política nacional” que permitisse à JPM “definir a sua politica de acção”, “o atraso de uma efectiva descentralização do poder”, impedindo uma resposta mais eficaz da JPM na resolução dos problemas regionais, a “falta de meios técnicos e humanos” que possibilitassem à JPM ser um “centro de poder regional executivo operacional”, a não resolução da questão da colonia, o atraso no apoio financeiro, a falta de cobertura financeira na ajuda aos retornados de África, a continuação de serviços estatais fora da tutela da JPM e o facto do movimento sindical madeirense também não facilitar a acção da JPM, sentindo-se esta, por isso, “bloqueada”[2083].

A propósito desta exoneração, em 27 de Agosto de 1975, o deputado José António Camacho (PPD), na AC, defendeu que o Governo Nacional deveria aceitar a demissão da JPM – pois esta “não mereceu […] a confiança do povo madeirense” – sendo urgente resolver esta situação de exoneração, de modo a que não crescesse o clima de violência que se sentia na Madeira, devendo ser

[2081] *DN*, 10 de Agosto de 1975, “Membros da Junta de Planeamento da Madeira expõem ao Governo e à população razões da sua demissão”, pp. 1 e 10; *JM*, 10 de Agosto de 1975, “Exposição da Junta de Planeamento da Madeira onde justifica o seu pedido de demissão”, pp. 1 e 5.

[2082] *DN*, 10 de Agosto de 1975, “Membros da Junta de Planeamento da Madeira expõem ao Governo e à população razões da sua demissão”, pp. 1 e 10; *JM*, 10 de Agosto de 1975, “Exposição da Junta de Planeamento da Madeira onde justifica o seu pedido de demissão”, pp. 1 e 5.

[2083] *DN*, 10 de Agosto de 1975, “Membros da Junta de Planeamento da Madeira expõem ao Governo e à população razões da sua demissão”, pp. 1 e 10; *JM*, 10 de Agosto de 1975, “Exposição da Junta de Planeamento da Madeira onde justifica o seu pedido de demissão”, pp. 1 e 5.

substituída, provisoriamente, por um organismo com um militar como governador militar e civil, assistido por "secretários distritais"[2084].

Por sua vez, o PS considerou que a falta de apoio governamental agravava a difícil situação económica do arquipélago e clamava que – até á eleição dos órgãos governativos locais – deveria haver uma "franca descentralização regional administrativa-financeira"[2085].

A Federação Regional deste partido destacou que a JPM se demitiu por "recear o agravamento da situação política local […] e a consciência da impossibilidade de corresponder, satisfatoriamente e com eficácia, às múltiplas questões de caracter político, económico e social" da Madeira e do Porto Santo e que impulsionaram a exoneração da JPM, entre outros, alguns impasses, como a indefinição das suas competências legais, a falta de meios financeiros e a não revisão do regime de colonia. Assim, o PS considerava esta uma "atitude de coerência, de honestidade e respeito pelo povo do Arquipélago"[2086].

Por sua vez, o MDP/CDE – que "sempre apoiou" a JPM, dando "provas de estar ao serviço da revolução e como tal das classes mais desfavorecidas" (e, por isso, havia júbilo dos partidos "reaccionários" com a exoneração) – considerou o seu pedido de demissão "inoportuno e perigoso numa altura em que a reacção passou à ofensiva de norte a sul do País e começ[ou] a levantar cabeça nas Ilhas". O mesmo partido pedia medidas para travar as "tentativas independentistas", baseadas num "anticomunismo feroz" e apelava à vigilância da população[2087].

Para além dos partidos, existiram outras organizações que apelaram à continuidade da JPM, como os profissionais do Hotel Monte Carlo[2088], os

[2084] *DN*, 29 de Agosto de 1975, "Na Assembleia Constituinte José António Camacho (P.P.D.), analisou aspectos sócio-politicos da Madeira", p. 8; *DN*, 31 de Agosto de 1975, "Na Assembleia Constituinte José António Camacho (P.P.D.) propôs a reestruturação do Governo da Madeira", p. 3; *JM*, 29 de Agosto de 1975, "Intervenção na Assembleia Constituinte do deputado madeirense Dr. José António Camacho (P.P.D.)", pp. 1 e 10.

[2085] *DN*, 7 de Agosto de 1975, "Um telegrama do P.S. (Madeira) ao presidente da República", p. 1.

[2086] *DN*, 8 de Agosto de 1975, "Comunicados – Do Partido Socialista", p. 6.

[2087] *DN*, 9 de Agosto de 1975, "Comunicados – Movimento Democrático Português", p. 5.

[2088] *DN*, 9 de Agosto de 1975, "Comunicados – Dos trabalhadores do Hotel Monte Carlo", p. 5.

trabalhadores da cooperativa de bordados Madeira House[2089] e a Comissão de Moradores do Amparo, S. Martinho[2090].

Sobre o fim da JPM, pronunciaram-se diversos elementos desta estrutura, explicando os seus motivos. Carlos de Azeredo referiu que a JPM fora criada pelo Governo Central, sem que os partidos, localmente, tivessem sido ouvidos oficialmente e, assim, "havia desde a formação da JPM e contra ela, uma certa desconfiança que se manifestou sobretudo com a vinda dos partidos maioritários nas eleições para a AC"[2091].

Salientou o militar que os sindicatos, de modo geral, tiveram "bom entendimento" com a JPM, mas os jornais "de linha mais conservadora" atacaram a Junta, tendo, ainda, esta sido prejudicada pelo atraso da vinda de verbas nacionais[2092].

Relativamente à constituição de um novo organismo, uma JGM, esta deveria ser "apoiada nos resultados democraticamente obtidos através das eleições", advogando Carlos de Azeredo que uma "real autonomia administrativa responderia aos problemas da Madeira e não a independência"[2093].

Também, em relação ao trabalho da JPM, Virgílio Pereira considerou que a falta de melhores resultados da JPM deveu-se à "excessiva centralização dos centros de decisão", bem como "a máquina dos organismos públicos regional pouco ajudou", precisando esta de restruturação. No seu entendimento, a colaboração com a JPM, da parte dos sindicatos e da comunicação social, foi "razoável"[2094].

Ao criar-se a JGM, para Virgílio Pereira, os partidos maioritários tinham oportunidade de assumir as responsabilidades locais pela governação, tendo,

---

[2089] *DN*, 10 de Agosto de 1975, "Comunicados – Trabalhadores de bordados pedem continuação da J.P.M.", p. 10.

[2090] *DN*, 14 de Agosto de 1975, "A Comissão de Moradores do Amparo (S. Martinho) e as habitações sociais", p. 6.

[2091] *DN*, 26 de Setembro de 1975, ""Havia desde a formação da J.P.M. e contra ela uma certa desconfiança que se manifestou sobretudo com a vinda dos partidos maioritários nas eleições para a Assembleia Constituinte" – afirmou-nos o brigadeiro Carlos Azeredo", pp. 1 e 3

[2092] *DN*, 26 de Setembro de 1975, ""Havia desde a formação da J.P.M. e contra ela uma certa desconfiança que se manifestou sobretudo com a vinda dos partidos maioritários nas eleições para a Assembleia Constituinte" – afirmou-nos o brigadeiro Carlos Azeredo", pp. 1 e 3.

[2093] *DN*, 26 de Setembro de 1975, ""Havia desde a formação da J.P.M. e contra ela uma certa desconfiança que se manifestou sobretudo com a vinda dos partidos maioritários nas eleições para a Assembleia Constituinte" - afirmou-nos o brigadeiro Carlos Azeredo", pp. 1 e 3.

[2094] *DN*, 27 de Setembro de 1975, "Tem-se perdido demasiado tempo neste país com "análises políticas" - considera o prof. Virgílio Pereira", pp. 1 e 3.

por fim, declarado: “não vejo lógica, nem sinto desejo de apoiar a independência da Madeira”[2095].

Igualmente, quanto à acção da JPM, Faria Leal constatou que a JPM tinha falta de técnicos, não tendo muitos assuntos sido resolvidos pelo Governo Nacional e, consequentemente, a JPM é que ficava malvista pela população. Considerou, ainda, que existia uma concentração do poder em Lisboa, uma falta de definição política do Governo Nacional quanto à acção da JPM, a ausência de resolução de problemas, como a colonia, a manutenção dos serviços de Estado fora da tutela da JPM e atrasos em apoios financeiros[2096].

Outrossim, o mesmo militar, Faria Leal, salientou que houve manobras de alguns partidos para caluniar membros da JPM e boicotar o seu trabalho, que teve um carácter “positivo e progressista” e, também, não esperavam colaboração dos partidos “reaccionários”[2097].

No mês de Agosto de 1975, em que ocorre a demissão da JPM, surgiu o “Documento Melo Antunes”[2098] (também conhecido por “Documento dos Nove”)[2099], que continuava a suscitar polémica nacional[2100].

Carlos de Azeredo aderiu a este manifesto, bem como a Assembleia de Delegados Regional do MFA na Madeira, por defender “a independência nacional com a abertura a todos os países do mundo […] um socialismo obtido

---

[2095] *DN*, 27 de Setembro de 1975, “Tem-se perdido demasiado tempo neste país com “análises políticas” - considera o prof. Virgílio Pereira”, pp. 1 e 3.

[2096] *DN*, 2 de Outubro de 1975, “O panorama económico continua a agravar-se e não bastam verbas especiais para a sua resolução – declarou a *DN* o major Faria Leal, sobre a situação da Madeira”, pp. 1 e 3.

[2097] *DN*, 4 de Outubro de 1975, “Considero que o desenvolvimento do arquipélago deve basear-se no sector primário – afirmou-nos o dr. João Abel de Freitas”, pp. 1 e 3.

[2098] Ver anexo.

[2099] O “Documento Melo Antunes” – divulgado em 7 de Agosto de 1975 – foi assim designado por ter merecido uma destacável intervenção de Melo Antunes na sua elaboração, representando o pensamento da ala considerada moderada do MFA, e como reacção às ideias do *Documento Guia Povo/MFA*, apresentado em 8 de Julho do mesmo ano e que advogava a *“construção da sociedade socialista em Portugal".* Aquele documento juntou “vários sectores empenhados no 25 de Abril, mas rejeitando com veemência a anarquia e o perigo da guerra civil, [e] por outro, reagrupou à sua volta sectores conservadores que […] esperavam que se esgotasse a dinâmica revolucionária, para se lançarem à conquista do poder”. O manifesto em questão também ficou conhecido por “Documento dos Nove”, em virtude de ser apoiado pelo “Grupo dos Nove”, um conjunto de oficiais do sector designado como moderado, o qual acabou por ser afastado do CR, em 10 de Agosto do referido ano. CD25A, 2012, *Arquivo electrónico – Arquivo de textos, Maria Manuela Cruzeiro*; CD25A, 2012, *Cronologia*; CD25A, 2012, *Documento Melo Antunes ou dos “Nove”*.

[2100] *DN*, 10 de Agosto de 1975, “O Documento Melo Antunes continua a suscitar polémica”, pp. 1 e 3.

em pluralismo partidário […] e restaurar a posição suprapartidária e independente do MFA", contra "a escalada do poder das forças minoritárias"[2101].

Diversas cidadãos e organizações da Madeira solidarizaram-se com o "Documento Melo Antunes" e/ou a posição da Assembleia de Delegados Regional do MFA na Madeira, como a FPDM, o PPD-Madeira, Alberto João Jardim, a ASSICOM e grupos de trabalhadores e estudantes[2102].

6.1.3.2. Processo da formação da JGM (de Setembro a Novembro de 1975)

Após a exoneração da JPM, em 5 de Agosto de 1975, os seus membros, demissionários, em reunião deste órgão, anunciaram que deixariam de exercer funções no dia 24 de Setembro de 1974, segundo comunicação do governador do Distrito[2103].

Quem assumiu, efectivamente, as responsabilidades políticas regionais – até haver a JGM, em Fevereiro de 1976 – foi Carlos de Azeredo, acumulando os cargos de governador civil e militar.

Nesta fase, passou-se a discutir, publicamente, a necessidade de criar a JGM – para substituir a JPM – um processo moroso e complexo, que decorreu nos meses de Setembro e Outubro de 1975.

[2101] *DN*, 13 de Agosto de 1975, "A Assembleia de Delegados Regional do M.F.A. apoia o "Documento Melo Antunes"", p. 1; *DN*, 24 de Agosto de 1975, "Apoio ao "Documento dos Nove"", p. 3; *JM*, 13 de Agosto de 1975, "As forças militares e militarizadas da Madeira aderem ao "Documento Melo Antunes"", p. 1; *JM*, 14 de Agosto de 1975, "O Brigadeiro Carlos de Azeredo fala a *"Jornal da Madeira"* sobre o "Documento dos Nove"", p. 1.

[2102] *DN*, 10 de Agosto de 1975, "F.P.D.M. apoia Documento Melo Antunes", p. 3.; *DN*, 13 de Agosto de 1975, "A Associação dos Industrias de Construção da Madeira apoia o "Documento Melo Antunes"", p. 3; *DN*, 13 de Agosto de 1975, "Trabalhadores da Socarma apoiam "Documento Melo Antunes"", p. 3; *DN*, 15 de Agosto de 1975, "Apoio ao "Documento Melo Antunes" por um grupo de trabalhadores da Caixa de Previdência do Funchal", p. 5; *DN*, 15 de Agosto de 1975, "Grupo de trabalhadores da Marconi também apoio o "Documento dos 9"", p. 5; *DN*, 15 de Agosto de 1975, "O PPD solidariza-se com as forças militares e militarizadas da Madeira", p. 3; *DN*, 15 de Agosto de 1975, "Trabalhadores do Bazar do Povo com Melo Antunes", p. 5; *DN*, 17 de Agosto de 1975, "Documento Melo Antunes", p. 5; *DN*, 20 de Agosto de 1975, "Núcleo da F.P.D.M. apoia "documento Melo Antunes"", p. 8; *JM*, 15 de Agosto de 1975, "Tribuna Livre", pp. 1 e 10.

[2103] *DN*, 17 de Setembro de 1975, "Membros da Junta de Planeamento cessam funções no dia 24", p. 1; *DN*, 24 de Setembro de 1975, "Junta de Planeamento – Hoje: último dia de trabalho", p. 1.

O PPD entregou, no dia 25 de Setembro de 1975, ao governador Carlos de Azeredo, um projecto de D.L., para a criação de uma Junta Governativa, a ser nomeada pelo chefe do Governo Nacional e a sua constituição devia ter em conta os resultados das eleições para a AC[2104].

Seria formada pelo governador militar, como presidente (com assento no Conselho de Ministros) e oito secretários "distritais" para as diferentes áreas de governação, atribuindo 6 ao PPD e 2 ao PS. O PPD não concordava com a participação do CDS, do PCP, do MDP/CDE e da extrema esquerda nesta junta. Propôs Carlos de Azeredo para presidente e a substituição no COPMAD do major Oliveira[2105].

O governador do Distrito, Carlos de Azeredo, também elaborou uma proposta de programa para a Madeira, a desenvolver pela JGM, tendo-o entregado, no dia 26 de Setembro de 1975, aos partidos políticos na Madeira e pediu-lhes a indicação de nomes para serem titulares das pastas deste novo organismo administrativo, designadamente de uma personalidade "civil" para presidir à JGM e ser o governador civil[2106].

Apontava um conjunto de medidas a implementar nos diversos sectores da sociedade madeirense (educação, saúde, assuntos sociais, economia, infraestruturas), seguindo a orientação da ex-JPM[2107].

No quadro das conversações desenvolvidas por Carlos de Azeredo[2108], o PCP apresentou a necessidade de haver um "programa mínimo […] na defesa das classes trabalhadoras", o PPD reivindicou seis pastas e duas para o PS, não

[2104] *JM*, 26 de Setembro de 1975, "P.P.D. apresenta ao Governador projecto de decreto-lei para formação de "Junta Governativa da Madeira"", pp. 1 e 12.

[2105] *JM*, 26 de Setembro de 1975, "P.P.D. apresenta ao Governador projecto de decreto-lei para formação de "Junta Governativa da Madeira"", pp. 1 e 12.

[2106] *DN*, 28 de Setembro de 1975, "Carlos Azeredo contacta PCP, PPD e PS para a formação da Junta Governativa", pp. 1 e 3; *DN*, 28 de Setembro de 1975, "Proposta de linhas programáticas para a Junta Governativa da Madeira – apresentada pelo brigadeiro Carlos Azeredo", p. 3; *JM*, 27 de Setembro de 1975, "O Governador do Distrito, Brigadeiro Carlos Azeredo apresenta também um programa para a Madeira", pp. 1 e 12.

[2107] *DN*, 28 de Setembro de 1975, "Carlos Azeredo contacta PCP, PPD e PS para a formação da Junta Governativa", pp. 1 e 3; *DN*, 28 de Setembro de 1975, "Proposta de linhas programáticas para a Junta Governativa da Madeira – apresentada pelo brigadeiro Carlos Azeredo", p. 3; *JM*, 27 de Setembro de 1975, "O Governador do Distrito, Brigadeiro Carlos Azeredo apresenta também um programa para a Madeira", pp. 1 e 12.

[2108] *DN*, 28 de Setembro de 1975, "Carlos Azeredo contacta PCP, PPD e PS para a formação da Junta Governativa", pp. 1 e 3; *DN*, 28 de Setembro de 1975, "Proposta de linhas programáticas para a Junta Governativa da Madeira – apresentada pelo brigadeiro Carlos Azeredo", p. 3.

concordando com a integração do PCP e do CDS na Junta Governativa e o PS propôs um organigrama para esta Junta[2109].

O PPD teria sugerido Carlos de Azeredo para ser o presidente da JGM[2110], tal como o PS, apesar de alguns, segundo este partido, "por demagogia pura", acusarem o militar de estar a favor da independência da Madeira e também advogou que o PCP não devia integrar tal Junta, devido à "escassez de votos" deste partido, na Madeira, nas eleições para a AC[2111].

No dia 30 de Setembro de 1975, prosseguiram as negociações, decorrendo durante vários dias, tendo ficado assente, entretanto, que a JGM teria 3 vogais do PPD, 1 do PS e 2 independentes[2112].

O CDS-Madeira comunicou, no dia 30 de Setembro de 1975, a Carlos de Azeredo, que o governador do Distrito deveria ser assumido por quem tivesse "obtido o sufrágio dos seus habitantes e não por qualquer grupelho, sem representatividade […] responsável pela hecatombe económica, social e política que ameaça[va] cada vez mais reduzir o Arquipélago a uma ruína", como o PCP. Também, o próprio CDS afastava-se de participar na JGM, ficando "na oposição", considerando que o país e também o distrito se encontravam em "estado de verdadeira ocupação"[2113].

"Apesar de todas as influências movidas pelo PPD a nível nacional", Carlos de Azeredo recusou a presidência da JGM, desejando ficar apenas à

[2109] *DN*, 28 de Setembro de 1975, "Carlos Azeredo contacta PCP, PPD e PS para a formação da Junta Governativa", pp. 1 e 3; *DN*, 28 de Setembro de 1975, "Proposta de linhas programáticas para a Junta Governativa da Madeira – apresentada pelo brigadeiro Carlos Azeredo", p. 3.

[2110] *DN*, 28 de Setembro de 1975, "Carlos Azeredo contacta PCP, PPD e PS para a formação da Junta Governativa", pp. 1 e 3; *DN*, 28 de Setembro de 1975, "Proposta de linhas programáticas para a Junta Governativa da Madeira – apresentada pelo brigadeiro Carlos Azeredo", p. 3.

[2111] *DN*, 28 de Setembro de 1975, "Conferência de Imprensa do P.S. – Autonomia político-administrativa do arquipélago da Madeira e dos Açores", p. 3; *JM*, 30 de Setembro de 1975, "Conferência de Imprensa do Partido Socialista", p. 2.

[2112] *DN*, 1 de Outubro de 1975, "Com PCP, PS e PPD prosseguem as conversações para formação da Junta Governativa da Madeira", pp. 1 e 4; *JM*, 30 de Setembro de 1975, "O Governador do Distrito, Reuniões do Governo Militar para uma nova solução governativa para a Madeira", p. 1; *JM*, 1 de Outubro de 1975, "O Governador do Distrito, Reuniões no Governo do Distrito com os partidos, para a nova Junta Regional", pp. 1 e 9; *JM*, 2 de Outubro de 1975, "O Governador do Distrito, A futura Junta Governativa", pp. 1-2.

[2113] *JM*, 1 de Outubro de 1975, "Delegação do Funchal do C.D.S. informa brigadeiro Azeredo que se encontra na oposição", pp. 1 e 9.

frente do Comando Militar da Madeira, até Dezembro de 1975 (data do fim da sua comissão militar neste arquipélago)[2114].

O PCP-Madeira defendeu que, além dos partidos, deveriam ser ouvidos outros organismos como os sindicatos, na formação da JGM, e discordava da distribuição dos seus pelouros, com base nos resultados eleitorais da AC, porque, na formação da JGM, deveria haver outros fins[2115].

O PS-Madeira, no âmbito da formação da JGM, propôs a criação de uma Secretaria de Estado para as Regiões Autónomas, para articular a ligação entre o governo e os arquipélagos[2116]..

O PPD-Funchal – perante as duas ocupações da EN (uma, dos retornados e outra, da construção civil) no Funchal, em 7 de Outubro de 1975, relativamente às quais expressou protesto – comunicou ao governador militar interino, Francisco Vasconcelos Pestana, não continuar as conversações para a formação da JGM, enquanto não houvesse "garantias concretas de respeito pela disciplina cívica e pela legalidade"[2117].

Também, os deputados madeirenses do PPD na AC, interromperam as conversações com o MAI sobre esta matéria da JGM, invocando as mesmas razões[2118].

Assistiu-se a uma situação de impasse na formação da JGM, com contactos e reuniões em Lisboa e no Funchal, tendo continuado as conversações na Madeira, com técnicos do Ministério da Administração Interna e de dirigentes do PS e do PPD que vieram, propositadamente, à Madeira, para tratar deste assunto[2119].

[2114] *DN*, 7 de Outubro de 1975, "Ainda não está formada a Junta Governativa da Madeira", pp. 1 e 5.

[2115] *DN*, 7 de Outubro de 1975, "O P.C.P. pronuncia-se sobre a constituição da futura Junta Governativa", p. 5.

[2116] *DN*, 10 de Outubro de 1975, "Propõe o Partido Socialista: Uma Secretaria de Estado paras Regiões Autónomas que assegure e coordene as ligações da Madeira e dos Açores com o Governo", p. 1.

[2117] *JM*, 10 de Outubro de 1975, "PPD recusa conversações para a formação da Junta Regional", p. 12.

[2118] *JM*, 10 de Outubro de 1975, "PPD recusa conversações para a formação da Junta Regional", p. 12.

[2119] *DN*, 14 de Outubro de 1975, "Impasse na formação da Junta Governativa da Madeira", pp. 1 e 5; *DN*, 16 de Outubro de 1975, "Nova fase nas conversações para a formação da Junta Governativa da Madeira", p. 1; *DN*, 17 de Outubro de 1975, "Tentativas para formação da Junta Governativa da Madeira", p. 1.

Depois, houve evolução nas negociações com o MAI, no dia 16 de Outubro de 1975, tendo ficado assente que a JGM ficaria sob a alçada do PM, o seu presidente acumularia as funções com as de governador civil, sendo nomeado pelo Conselho de Ministros, sob proposta do governador militar, ficando a JGM composta por seis vogais, com poderes para reestruturar os serviços públicos, criar comissões mistas e seria dotada de um orçamento regional[2120].

O PS-Madeira – contra a opinião do PPD – propôs a audição do PCP sobre o projecto de D.L. relativo à criação da JGM (que já tinha o acordo do governador militar, da delegação do MAI, do PPD e do PS), até porque este partido detinha um ministro no VI GP, onde seria aprovado o referido diploma[2121].

O Conselho de Ministros confirmou Carlos de Azeredo como presidente da JGM, tendo este aceitado o cargo, embora pretendesse deixar o arquipélago por "motivos familiares e até militares", declarando ficar apenas até Fevereiro de 1976[2122].

Para a sua decisão favorável, terão pesado os argumentos da "grande crise político-económica do país", na qual se incluía a Madeira, um "certo radicalismo", e um "novo elemento" que era o "recurso à violência, através das bombas", condenado pelo militar, situação que, também deveria ser rejeitada pelos madeirenses[2123].

Segundo o *JM*, Carlos de Azeredo aceitou a presidência da JGM, "a insistentes pedidos do Governo e dos partidos locais que apoia[va]m o VI Governo Provisório, e com sério prejuízo da sua vida pessoal e familiar", sendo certo que os três partidos mais votados na Madeira (PPD, PS e CDS) – representando quase 95% do eleitorado madeirense – apoiavam a acção de Carlos de Azeredo, na linha do "Documento dos Nove" e do VI GP[2124].

[2120] *JM*, 17 de Outubro de 1975, "Junta Regional da Madeira – Assentes já pontos importantes", pp. 1-2.
[2121] *JM*, 18 de Outubro de 1975, "Junta Regional da Madeira – O PS quis ouvir o PC", p. 1 e 7.
[2122] *DN*, 22 de Outubro de 1975, "O brigadeiro Carlos Azeredo foi confirmado pelo Conselho de Ministros governador e presidente da Junta Governativa da Madeira", pp. 1 e 4.
[2123] *DN*, 22 de Outubro de 1975, "O brigadeiro Carlos Azeredo foi confirmado pelo Conselho de Ministros governador e presidente da Junta Governativa da Madeira", pp. 1 e 4.
[2124] *JM*, 22 de Outubro de 1975, "O brigadeiro Carlos Azeredo será o presidente da nova Junta Regional da Madeira", p. 1.

Entretanto, o Conselho de Ministros, em 24 de Outubro de 1975, apreciou o projecto de D.L. que instituía a JGM[2125], sendo este considerado, pelo *JM*, "menos autonomizante" do que fora acordado no Funchal com o MAI[2126].

Carlos de Azeredo, em Outubro de 1975, considerou que a antiga JPM não foi um fracasso, vindo a JGM a preencher o vazio administrativo até à eleição da Assembleia Legislativa da Madeira, sendo certo que preferia uma "Junta com carácter mais técnico que político", em ordem à resolução de vários problemas, como o da colonia, do sector primário e da construção civil[2127].

O período de Agosto a Novembro de 1975 foi multo conturbado, tendo originado, a nível institucional, muitas polémicas, sobretudo em redor de Carlos de Azeredo.

Os acontecimentos em Machico, relacionados com a reivindicação de Martins Júnior voltar à presidência da CMM, em Outubro de 1975, suscitaram "ofensas graves ao brigadeiro Azeredo", com cartazes "condenando o governador do Distrito e os oficiais" que, no dia 14 de Outubro, procederam à desocupação da Câmara[2128], bem como o CIPM denunciou "o saqueamento de que foi vítima […] citando o desaparecimento de dinheiro e do arquivo do CIP" e ainda dos ficheiros relativos à colonia, por ordem de Carlos de Azeredo[2129].

Em apoio ao governador civil e militar, surgiram "o povo dos Maroços e da Ribeira Grande, e a J.S.D." de Machico[2130], um telegrama do "povo do Porto Santo" contra "actuação minorias reaccionárias lugar Ribeira Seca Machico"[2131] e o deputado Emanuel Rodrigues (PPD), numa intervenção na AC, sobre os

---

[2125] *DN*, 22 de Outubro de 1975, "Projecto de decreto-lei para a formação da J.G.M. será apreciado pelo Conselho de Ministros", p. 1.

[2126] *DN*, 22 de Outubro de 1975, "Projecto de decreto-lei para a formação da J.G.M. será apreciado pelo Conselho de Ministros", p. 1; *JM*, 9 de Outubro de 1975, "A futura Junta Governativa", p. 1 e 9.

[2127] *JM*, 26 de Outubro de 1975, ""A formação da Junta só por si nada resolve. Sem o concurso e a adesão da população e a necessária ajuda do governo, nada de válido será feito" – afirmou o brigadeiro Carlos de Azeredo a "*Jornal da Madeira*"", pp. 1-2.

[2128] *JM*, 16 de Outubro de 1975, "Manifestação em Machico com ofensas ao Brigadeiro Azeredo", p. 12.

[2129] *DN*, 21 de Outubro de 1975, "C.I.P. de Machico denuncia desaparecimento de arquivos sobre colonia", p. 8.

[2130] *JM*, 19 de Outubro de 1975, "Vida política – Comunicado do povo dos Maroços e da Ribeira Grande e da JSD local", p. 2.

[2131] *JM*, 21 de Outubro de 1975, "Povo do Porto Santo apoia Brigadeiro Azeredo", p. 12.

acontecimentos de Machico, expressando solidariedade a Carlos de Azeredo e ao VI GP[2132].

A alocução de Carlos de Azeredo, na *RTP*-Funchal, em 22 de Outubro de 1975, constituiu um marco na viragem política madeirense. Nessa intervenção, discorreu sobre a situação política regional, salientando, entre outros pontos, que era grave a situação de desemprego, devido à situação negativa internacionalmente e pressões políticas estrangeiras sobre a economia nacional, com implicações na Madeira, importando-se 80% do que se consumia, contando, para isso, uma retração dos investidores internos e externos, devido à situação política do país[2133].

Segundo o governador civil, na Madeira, havia "manipulações perigosas" de trabalhadores por parte de alguns sectores de trabalho, tendo contestado a realização de uma manifestação dos trabalhadores da construção civil, contra a independência e a FLAMA, em hora de trabalho, por prejudicar a produtividade e criticou o "uso excessivo da violência" pelos operários da construção civil, para fazer a desocupação da *EN*. Constatava um crescendo da violência verbal e física e que eram muito preocupantes os atentados bombistas[2134]..

Sobre a futura JGM, o governador referiu que esta seria formada sem olhar directamente aos últimos e únicos resultados eleitorais – porque estes tinham sido para a AC, em 25 de Abril de 1975 – devendo ser atendida a realidade social e política local. Carlos de Azeredo denunciou ataques de partidos da esquerda e da extrema-esquerda ao VI GP, sendo necessário "apoiá-lo, de toda a alma e de todo o coração"[2135].

[2132] *JM*, 31 de Outubro de 1975, "Reposta a verdade sobre a Madeira na Assembleia Constituinte – Intervenção do Dr. Emanuel Rodrigue s (PPD), natural de Machico, a esclarecer o que se passa naquela freguesia", pp. 1 e 9.

[2133] *DN*, 24 de Outubro de 1975, "Ponto da situação político-militar na Madeira pelo brigadeiro Carlos Azeredo – alocução proferida na *R.T.P.*-Funchal", pp. 1 e 3; *JM*, 22 de Outubro de 1975, "Brigadeiro Carlos Azeredo na Televisão", p. 12; *JM*, 23 de Outubro de 1975, "Brigadeiro Carlos Azeredo", pp. 1, 6-7; *JM*, 24 de Outubro de 1975, "Brigadeiro Carlos Azeredo", pp. 1 e 6.

[2134] *DN*, 24 de Outubro de 1975, "Ponto da situação político-militar na Madeira pelo brigadeiro Carlos Azeredo – alocução proferida na *R.T.P.*-Funchal", pp. 1 e 3; *JM*, 22 de Outubro de 1975, "Brigadeiro Carlos Azeredo na Televisão", p. 12; *JM*, 23 de Outubro de 1975, "Brigadeiro Carlos Azeredo", pp. 1, 6-7; *JM*, 24 de Outubro de 1975, "Brigadeiro Carlos Azeredo", pp. 1 e 6.

[2135] *DN*, 24 de Outubro de 1975, "Ponto da situação político-militar na Madeira pelo brigadeiro Carlos Azeredo – alocução proferida na *R.T.P.*-Funchal", pp. 1 e 3; *JM*, 22 de Outubro de 1975, "Brigadeiro Carlos Azeredo na Televisão", p. 12; *JM*, 23 de Outubro de 1975, "Brigadeiro Carlos Azeredo", pp. 1, 6-7; *JM*, 24 de Outubro de 1975, "Brigadeiro Carlos Azeredo", pp. 1 e 6.

Esta alocução do governador civil e militar mereceu diversas iniciativas de apoio (comunicados, telegramas, cartas, artigos de opinião e telefonemas), apresentando razões específicas para o efeito, bem como o apoio ao VI GP, a solidariedade com a continuação de Carlos de Azeredo na Madeira e a sua nomeação para presidente da JGM, vindos da parte de muitas organizações regionais, entre as quais, comissões de trabalhadores, associações de comerciantes e industriais e núcleos do PPD[2136].

Por outro lado, esta intervenção televisiva de Carlos de Azeredo, em 22 de Outubro de 1975, colheu opiniões desfavoráveis, invocando diversos argumentos políticos e locais, da parte de várias organizações regionais: PCP-Madeira, CIPM, Núcleo Regional da LUAR, CPU, UPM, Comissão de Moradores de São Tiago, CT da Fábrica de Conservas de Machico, Grupo de Operários de Dias & C[a][2137].

[2136] *DN*, 24 de Outubro de 1975, "Reacções ao "ponto da situação" feito pelo brigadeiro Carlos Azeredo na T.V.", pp. 3 e 7; *DN*, 25 de Outubro de 1975, "Reacções à comunicação feita na T.V. pelo brigadeiro Carlos Azeredo na T.V.", p. 6; *DN*, 28 de Outubro de 1975, "Reacções à comunicação feita na T.V. pelo brigadeiro Carlos Azeredo na T.V.", p. 7; *DN*, 29 de Outubro de 1975, "O Porto da Cruz apoia a justiça social e o respeito por todos os direitos do homem", p. 6; *DN*, 29 de Outubro de 1975, "Reacções à comunicação feita na T.V. pelo brigadeiro Carlos Azeredo na T.V.", p. 8; *DN*, 30 de Outubro de 1975, "Novas adesões ao brigadeiro Carlos Azeredo", p. 6; *DN*, 30 de Outubro de 1975, "P.P.D. alerta população", p. 8; *JM*, 25 de Outubro de 1975, "Manifestações de apoio ao brigadeiro Carlos de Azeredo", pp. 7-8; *JM*, 25 de Outubro de 1975, "Os diversos ramos do comércio madeirense", p. 6; *JM*, 26 de Outubro de 1975, "Continuam as manifestações de apoio ao brigadeiro Carlos de Azeredo", pp. 6-7; *JM*, 28 de Outubro de 1975, "Manifestações de apoio ao brigadeiro Azeredo", p. 9; *JM*, 29 de Outubro de 1975, "Manifestações de apoio ao brigadeiro Azeredo", p. 7; *JM*, 30 de Outubro de 1975, "Manifestações de apoio ao brigadeiro Azeredo", p. 7; *JM*, 1 de Novembro de 1975, "Manifestações de apoio ao brigadeiro Azeredo", p. 7; *JM*, 4 de Novembro de 1975, "Telegramas de apoio ao brigadeiro Carlos de Azeredo", p. 9; *JM*, 7 de Novembro de 1975, "Apoio ao brigadeiro Carlos de Azeredo", p. 9; *JM*, 8 de Novembro de 1975, "Apoio ao brigadeiro Carlos de Azeredo", p. 4.

[2137] *DN*, 24 de Outubro de 1975, "Reacções ao "ponto da situação" feito pelo brigadeiro Carlos Azeredo na T.V.", pp. 3 e 7; *DN*, 25 de Outubro de 1975, "Reacções à comunicação feita na T.V. pelo brigadeiro Carlos Azeredo na T.V.", p. 6; *DN*, 26 de Outubro de 1975, "Cooperativa Povo Unido contra determinado processo de recolha de assinaturas", p. 10; *DN*, 28 de Outubro de 1975, "Da Comissão de Assuntos Rurais de Machico", p. 8; *DN*, 28 de Outubro de 1975, "Reacções à comunicação feita na T.V. pelo brigadeiro Carlos Azeredo na T.V.", p. 7; *DN*, 28 de Outubro de 1975, "U.P.M. comenta alocução do senhor brigadeiro Carlos Azeredo", p. 2; *DN*, 29 de Outubro de 1975, "Reacções à comunicação feita na T.V. pelo brigadeiro Carlos Azeredo na T.V.", p. 8; *DN*, 5 de Novembro de 1975, "Um grupo de operários da firma "Dias & C[a]"", p. 5.

Reportando-se ao ambiente político, nesta fase, Carlos de Azeredo, em Outubro de 1975, declarou não acreditar num golpe de Estado da extrema-esquerda para derrubar o VI GP, chefiado por Pinheiro de Azevedo[2138].

Em Novembro de 1975, Carlos de Azeredo salientou que "o povo dos Açores, como o povo da Madeira não aceita[va]m qualquer regime totalitário ou ditatorial e constitu[ía]m economias inteiramente ligadas pela emigração e pelo turismo aos países de economias ocidentais", bem como o MFA não podia ser a "vanguarda" do processo" revolucionário, pois tal seria um "abuso"[2139].

Em 25 de Novembro de 1975[2140], ocorreu uma grande mudança política no país.

"A situação na Madeira não sofreu qualquer alteração sensível. A vida social e pública decorreu normalmente, ocupando as pessoas as suas posições de trabalho e de frequência habitual", embora os acontecimentos de Lisboa fossem seguidos com apreensão[2141].

Carlos de Azeredo confirmou a situação de normalidade no arquipélago, com os quartéis locais em "prevenção simples", tendo o Emissor Regional da Madeira da *EN* sintonizado com o do Porto, por ordens da presidência da

---

[2138] *JM*, 26 de Outubro de 1975, ""A formação da Junta só por si nada resolve. Sem o concurso e a adesão da população e a necessária ajuda do governo, nada de válido será feito" – afirmou o brigadeiro Carlos de Azeredo a "*Jornal da Madeira*"", pp. 1-2.

[2139] *DN*, 22 de Novembro de 1975, "Madeira e Açores, ameaça de secessão – Entrevistas com os governadores militares", pp. 1 e 6; *JM*, 22 de Novembro de 1975, "Governadores militares falam ao "*Expresso*"", p. 3.

[2140] Após um "verão quente" em 1975, em que se digladiaram politicamente os sectores de esquerda e da direita de Portugal, no qual surgiram tensões nas ruas, assaltos e destruição de sedes partidárias, chegara o momento de viragem na política nacional, colocando em confronto os classificados como revolucionários (COPCON, PCP, UDP, MDP), apoiando Melo Antunes, Vasco Lourenço, Jaime Neves e Pinheiro de Azevedo e os moderados ("Grupo dos Nove", PS, PPD e CDS), manifestando ajuda a Otelo Saraiva de Carvalho, Vasco Gonçalves, Rosa Coutinho, Varela Gomes e Diniz de Almeida. No dia 25 de Novembro de 1975, o sector revolucionário empreendeu a ocupação do Comando da Região Aérea de Monsanto e de outras bases aéreas, tendo reagido o PR, Costa Gomes, declarando o estado de sítio em Lisboa, a para da detenção em Belém de Otelo Saraiva de Carvalho, ficando os militares sob o controlo do PR e do tenente-coronel Ramalho Eanes. O PCP e a Intersindical foram neutralizados, sob o compromisso de Costa Gomes de não serem ilegalizados e de não haver represálias aos trabalhadores. Cessava, assim, o papel da ala revolucionária, em termos de domínio do poder político, ganhando o sector moderado e seguiu-se a chamada "normalização" do país, com a redução da intervenção do MFA. A partir de então, a legitimidade revolucionária deu lugar à legitimidade das urnas, na perspectiva de uma democracia parlamentar. ROSAS, 2004, *Pensamento e Acção Política Portugal Século XX (1890-1976*), pp. 152-154; SÁNCHEZ CERVELLÓ, 1993, "A Revolução portuguesa – o 25 de Novembro", pp. 87-94.

[2141] *DN*, 26 de Novembro de 1975, "Situação na Madeira mantém-se calma, sendo os acontecimentos de Lisboa seguidos com apreensão", p. 1; *JM*, 26 de Novembro de 1975, "O apelo do brigadeiro Carlos Azeredo", p. 1.

República. O militar alertou a população madeirense "para a calma, a paz e a vigilância"[2142].

No dia seguinte, Carlos de Azeredo fez uma curta declaração no mesmo emissor, referindo que a situação na Madeira era calma e "solicitou à população serenidade e compostura, afirmando a sua convicção na continuidade da evolução da Revolução portuguesa"[2143].

Sobre os acontecimentos do "25 de Novembro de 1975", Alberto João Jardim salientou o civismo do povo madeirense e o controlo da situação pelas autoridades[2144].

No contexto agitado que se vivia então, surgiram expressões de apoio à continuidade de Carlos de Azeredo na governação insular, ao VI GP e ao "Documento dos Nove", como sucedeu com o PPD-Madeira[2145] e o PS-Funchal, tendo este, para o efeito, promovido uma manifestação-comício, em 1 de Novembro de 1975[2146].

Por seu turno, em 2 de Novembro de 1975, Mário Soares, em deslocação à Madeira, considerou Carlos de Azeredo como uma "pessoa responsável e honesta", manifestando o apoio do PS a este militar[2147].

Também a JSD-Madeira – já depois do "25 de Novembro" – enviou um telegrama a Carlos de Azeredo, manifestando-lhe a sua solidariedade, "com a liberdade com a Democracia com o Socialismo", e um outro a Jaime Neves, expressando "Viva Portugal"[2148].

A substituta da JPM – até agora chamada JGM – ganhou a designação de Junta Administrativa e de Desenvolvimento Regional, abreviadamente, Junta Regional (JR).

Após a série de negociações acima-referida, foi criada pelo D.L. n.º 101/76, de 3 de Fevereiro, tendo sido constituída pelo seu presidente, Carlos de

---

[2142] *DN*, 26 de Novembro de 1975, "Situação na Madeira mantém-se calma, sendo os acontecimentos de Lisboa seguidos com apreensão", p. 1; *JM*, 26 de Novembro de 1975, "O apelo do brigadeiro Carlos Azeredo", p. 1.

[2143] *DN*, 27 de Novembro de 1975, "Brigadeiro Carlos Azeredo – Mensagem breve na *E.N.*", p. 1.

[2144] *JM*, 27 de Novembro de 1975,"Tribuna Livre", pp. 1 e 10.

[2145] *JM*, 30 de Outubro de 1975, "Comunicados", p. 5.

[2146] *DN*, 1 de Novembro de 1975, "O U.P.M. e a manifestação de hoje", p. 8.

[2147] *JM*, 4 de Novembro de 1975, "A caravana socialista deixou a Madeira – Conferência de imprensa", pp. 1, e 12.

[2148] *JM*, 28 de Novembro de 1975, "Brigadeiro Carlos Azeredo", p. 4; *JM*, 28 de Novembro de 1975, "Telegrama enviado pela Juventude Social Democrática", p. 4;

Azeredo (acumulando as funções de governador militar e civil) e seis vogais, David Caldeira e Rui Vieira (requisitados pelo presidente da JR), Ribeiro de Andrade, Ornelas Camacho e Evangelista de Gouveia (propostos pelo PPD) e Monteiro de Aguiar (indicado pelo PS)[2149].

Esta estrutura governativa extinguiu-se em 1 de Outubro de 1976, com a tomada de posse do I Governo Regional da Madeira, presidido por Ornelas Camacho, na sequência da eleição da Assembleia Regional, em 27 de Junho do mesmo ano, tendo o PPD alcançado a maioria[2150].

6.2. Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal (JGDAF)

6.2.1. A continuidade de Rui Vieira

O presidente da JGDAF, Rui Vieira, continuou no exercício do seu cargo, tendo declarado pessoalmente a Carlos de Azeredo, em 3 de Maio de 1975, que "ia colaborar de alma e coração com o Movimento" (MFA)[2151], argumentando que a JGDAF nada tinha que ver com política[2152].

A este propósito, o delegado da JSN referiu desconhecer, então, o que iria acontecer àquele político, que se prestou a colaborar com o novo regime [2153].

É nesta incerteza governativa, que se entende a publicação de um edital, assinado pelo presidente da JGDAF, em Maio de 1974, informando que se encontrava em exposição o primeiro orçamento suplementar ao ordinário do ano de 1974, daquela instituição, podendo os interessados consultar e reclamar[2154].

Entretanto, despontou uma acesa polémica com a intervenção de um grupo de professores do ensino preparatório da Madeira, que repudiou a

[2149] GOUVEIA, 2002, *Madeira: tradições autonomistas e Revolução dos Cravos*, p. 77-115; RODRIGUES, 2021, *Dicionário Breve da História da Autonomia da Madeira*, pp. 127-129.
[2150] GOUVEIA, 2002, p. 77-115; RODRIGUES, 2021, pp. 127-129.
[2151] *DN*, 4 de Maio de 1974, "No Governo Militar da Madeira o Comandante Militar teve ontem a sua primeira reunião com os representantes dos órgãos de informação locais", pp. 1, 3 e 7.
[2152] *DN*, 9 de Maio de 1974, "Um esclarecimento da Junta Geral do Distrito", p. 4; *JM*, 9 de Maio de 1974, "Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal – Esclarecimento", p. 12.
[2153] *DN*, 4 de Maio de 1974, "No Governo Militar da Madeira o Comandante Militar teve ontem a sua primeira reunião com os representantes dos órgãos de informação locais", pp. 1, 3 e 7.
[2154] *DN*, 24 de Maio de 1974, "Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal – Edital", p. 2.

ingerência da JGDAF em matérias pedagógicas estanhas às suas competências[2155].

Esta posição mereceu a resposta daquela instituição de que não intervinha em assuntos pedagógicos da orgânica escolar e que os problemas com instalações do ciclo preparatório directo e a telescola eram resolvidos pela JGDAF, em articulação com outros organismos e que, apesar da indefinição das competências das Juntas Gerais, esta entidade tinha o propósito de colaborar na construção de salas de aulas, no espírito da "batalha da educação"[2156].

Os referidos docentes do ensino preparatório questionaram a continuação de Rui Vieira como presidente da JGDAF, num regime democrático, quando serviu o anterior sistema político nesse cargo e também como deputado na AN, entre 1965 e 1969[2157].

Sobre a sua posição política, Rui Vieira afirmou que a instituição a que presidia *"*não pauta[va] a sua acção por esta ou aquela ideologia", orientando-se por "critérios de administração isentos de facções ou simpatias políticas". Acrescentava que a "pessoa do Presidente da Junta Geral t[inha] naturalmente a sua ideologia política, cujos princípios defender[ia], como qualquer bom português", mas a sua acção "como ser político só pod[ia] desenvolver-se fora – absolutamente fora – do lugar administrativo que ocupa[va] e das suas funções de servidor do Estado"[2158].

Por fim, Rui Vieira pediu que os novos governantes na Junta ou noutro organismo se pautassem pela mesma isenção que o tinha norteado[2159].

O mesmo grupo de docentes enunciou a dificuldade de compreender a dicotomia de Rui Vieira, enquanto presidente da JGDAF e a sua pessoa como

---

[2155] *CF*, 11 de Maio de 1974, edição regional, "Os telegramas e o resto", p. 4; *DN*, 8 de Maio de 1974, "Um grupo de professores do ensino preparatório define a sua posição perante problemas do ensino", p. 4; *JM*, 8 de Maio de 1974, "Texto subscrito por um grupo de professores do Ciclo Preparatório da Madeira", p. 4.

[2156] *DN*, 9 de Maio de 1974, "Um esclarecimento da Junta Geral do Distrito", p. 4; *JM*, 9 de Maio de 1974, "Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal – Esclarecimento", p. 12.

[2157] *DN*, 13 de Maio de 1974, "Resposta de um grupo de professores do ciclo preparatório da Madeira ao esclarecimento da Junta Geral", p. 4; *JM*, 13 de Maio de 1974, "Resposta de um grupo de professores do ciclo preparatório da Madeira ao esclarecimento da Junta Geral", p. 2.

[2158] *DN*, 15 de Maio de 1974, "Esclarecimento do Presidente da Junta Geral do Distrito sobre posição assumida por um grupo de professores do Ciclo Preparatório", p. 6; *JM,* Funchal, 15 de Maio de 1974, "Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal – 2.º Esclarecimento", p. 2.

[2159] *DN*, 15 de Maio de 1974, "Esclarecimento do Presidente da Junta Geral do Distrito sobre posição assumida por um grupo de professores do Ciclo Preparatório", p. 6; *JM,* 15 de Maio de 1974, "Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal – 2.º Esclarecimento", p. 2.

membro activo da ANP e vice-presidente da Comissão Consultiva Distrital da ANP, sublinhando que a sua posição relativamente à colaboração de Rui Vieira com a JSN nada tinha de pessoal, mas sim de rejeição de todos os que tinham servido o anterior governo, e com a mesma lealdade, diziam servir o novo regime político[2160].

No contexto desta contenda, o aludido grupo de professores exigiu a demissão do presidente da JGDAF "por estar comprometido ideologicamente com os princípios do antigo regime, incompatíveis com a colaboração "de alma e coração", oferecida pelo mesmo Presidente da Junta ao Movimento actual, cuja ideologia [era] indiscutivelmente outra"[2161].

Outros pedidos de afastamento de Rui Vieira surgiram, tendo o *CF* considerado que deveria existir o saneamento de todas as entidades públicas que "sem sombras de dúvidas e de uma forma mais ou menos evidente estiveram declaradamente comprometidas com o regime deposto"[2162].

No mesmo sentido, em Maio de 1974, o mencionado periódico publicou uma lista de alegados membros da ANP, que incluía o presidente da JGDAF[2163].

No referido mês, este semanário divulgou a lista das entidades oficiais que, em representação da Madeira, integraram o Colégio Eleitoral que, em 1972, elegeu o PR – "fantoche", segundo o jornal – Almirante Américo Tomás, registando que alguns desses nomes continuavam a desempenhar funções na administração regional, nesta fase pós-"25 de Abril" – como Rui Vieira – e que deviam ser afastados desses cargos públicos[2164].

Mais questionava o *CF* o facto de Agostinho Canha, presidente da CM da Ponta do Sol, ter sido demitido por ser "activo" da ANP, mas o mesmo não acontecer com outros servidores, como Rui Vieira, que se manifestou disponível a colaborar com o novo regime, numa "viragem demasiado rápida e suspeitosa"[2165].

[2160] Assinaram esta última resposta dos professores Adília Maria Andrade, Maria Natália Pais Pita e António Augusto Gorjão. *DN*, 20 de Maio de 1974, O grupo de professores do ciclo preparatório responde ao presidente da Junta Geral, p. 6; *JM*, 20 de Maio de 1974, "Esclarecimento de grupo de professores do ciclo preparatório", p. 10.

[2161] *DN*, 8 de Maio de 1974, "Um grupo de professores do ensino preparatório define a sua posição perante problemas do ensino", p. 4; *JM*, 8 de Maio de 1974, "Texto subscrito por um grupo de professores do Ciclo Preparatório da Madeira", p. 4.

[2162] *CF*, 11 de Maio de 1974, edição regional, "Os telegramas e o resto", p. 4.

[2163] *CF*, 18 de Maio de 1974, edição regional, "Quem era a A.N.P.", p. 4.

[2164] *CF*, 25 de Maio de 1974, edição regional, "Quem "elegeu" Tomás?", p. 12.

[2165] *CF*, 25 de Maio de 1974, edição regional, "Usos e abusos do poder", p. 12.

Por sua vez, o *DM* acusou o presidente da JGDAF, bem como o edil do Funchal, de terem sido protegidos pelo ex-governador civil, Braamcamp Sobral, que, por sua vez, actuava junto da censura a seu favor, pelo que os mesmos dirigentes "tornavam-se quase intocáveis e irresponsáveis pelas suas deliberações"[2166].

Entretanto, o MDM acompanhou a exigência do saneamento de Rui Vieira, no âmbito de um processo que se alargava a outros cargos de natureza política, propondo aquela organização política a constituição de uma comissão de inquérito à acção destas instituições[2167].

Contrariando esta onda saneadora, um grupo de funcionários da JGDAF apoiou Rui Vieira, pedindo a sua continuidade, devido à sua inteligência e qualidades humanas[2168].

O MDM reagiu a este acto, criticando os funcionários da JGDAF que tinham manifestado solidariedade a Rui Vieira, considerando que o cargo era de escolha política e não poderiam os funcionários exercer pressão sobre os decisores políticos superiores, para além dos mesmos não representarem todo o pessoal da instituição, assim como pelo facto da decisão de manutenção ou não do referido titular depender, não da vontade dos funcionários deste organismo, mas da auscultação da população do Distrito[2169].

Neste contexto, Rui Vieira, em 3 de Julho de 1974, pediu a exoneração do cargo a Carlos de Azeredo, tendo a sua solicitação sido aceite pelo

---

[2166] *DM*, 1 de Junho de 1974, "Giz na parede – Uma manobra hábil", pp. 1 e 8.

[2167] *DM*, 1 de Junho de 1974, "M.D.M. – Demissão dos cargos políticos", p. 4; *DN*, 26 de Maio de 1974, "Movimento Democrático da Madeira", p. 12; *DN*, 28 de Maio de 1974, "Movimento Democrático da Madeira", p. 3; *DN*, 30 de Maio de 1974, "A última assembleia do Movimento Democrático da Madeira", p. 3; *DN*, 31 de Maio de 1974, "M.D.M. – Demissão de cargos políticos", p. 3; *JM*, 28 de Maio de 1974, "Movimento Democrático da Madeira", p. 10; *JM*, 29 de Maio de 1974, "A última assembleia do Movimento Democrático da Madeira", p. 2; *JM*, 31 de Maio de 1974, "M.D.M. – Demissão de cargos políticos", p. 11; *RNN*, 30 de Maio de 1974, "A última assembleia do Movimento Democrático da Madeira", p. 4.

[2168] Este telegrama foi assinado por Fernando Oliveira, Fernanda Albuquerque, Margarida Neves e Paulo Freitas. *DN*, 22 de Junho de 1974, "Telegrama de apoio ao Eng. Rui Vieira", p. 3; *JM*, 22 de Junho de 1974, "Telegrama ao Ministro da Administração Interna de apoio ao Presidente da Junta Geral do Distrito", p. 10.

[2169] *DN*, 27 de Junho de 1974, "Movimento Democrático da Madeira critica funcionários da Junta Geral", p. 4; *DN*, 5 de Julho de 1974, "Movimento Democrático da Madeira", p. 2; *JM*, 22 de Junho de 1974, "Movimento Democrático da Madeira", p. 9; *JM*, 27 de Junho de 1974, "Movimento Democrático da Madeira", p. 7; *JM*, 5 de Julho de 1974, "Movimento Democrático da Madeira", p. 2.

encarregado do GDAF e pelo então ministro da Administração Interna, Magalhães Mota[2170].

6.2.2. O mandato de António Loja

No dia 14 de Setembro de 1974, António Loja tomou posse do cargo de presidente da JGDAF, por nomeação do governador civil, Fernando Rebelo, em substituição de Rui Vieira[2171].

A sua nomeação foi saudada pela *VM,* que desejou ao empossado o "maior êxito" nas suas funções e disponibilizou-se para colaborar com o mesmo[2172], tendo, também, o *EF,* manifestado a António Loja as *"*maiores venturas" e que pudesse "ter em conta as deficiências apontadas recentemente no seio do partido político" a que estava ligado, o MDM, e que visaram a JGDAF, então sob o comando de Rui Vieira, de modo a prestigiar tanto esta instituição, como os ideais do seu partido[2173].

Dias depois, em dia 23 de Setembro de 1974, tomou posse o vice-presidente da JGDAF, Jorge Gaudêncio Machado Figueira[2174].

Entretanto, o governador civil do Distrito, Fernando Rebelo, propôs ao ministro da Administração Interna a dissolução da CA da JGDAF e a nomeação da sua substituta[2175], tendo, no dia 10 de Outubro de 1974, procedido à posse

---

[2170] CORREIA, 2016, "Vieira, Eng. Rui".

[2171] *DN*, 10 de Setembro de 1974, "O dr. António Egídio Loja vai ser nomeado presidente da Junta Geral do Distrito", p. 1; *DN*, 13 de Setembro de 1974, "Confirmado: O dr. António Egídio Loja é o novo presidente da Junta Geral", p. 1; *DN*, 14 de Setembro de 1974, "O dr. António Egídio Loja tomou posse do cargo de presidente da Junta Geral", p. 1*; EF*, 23 de Setembro de 1974, "O Dr. António E. Fernandes Loja é o novo Presidente da Junta Geral do Distrito", p. 1; *JM*, 13 de Setembro de 1974, "O dr. António Egídio Fernandes Loja toma hoje posse do cargo de presidente da Junta Geral", pp. 1 e 3*; JM,* 14 de Setembro de 1974, "Posse do novo presidente da Junta Geral", pp. 1-2*; RNN*, 20 de Setembro de 1974, *"*O dr. António Loja é o novo presidente da Junta Geral", p. 3.

[2172] *VM*, 11 de Setembro de 1974, "Novo presidente da Junta Geral", p. 1.

[2173] *EF*, 23 de Setembro de 1974, "O Dr. António E. Fernandes Loja é o novo Presidente da Junta Geral do Distrito", p. 1.

[2174] *DN*, 21 de Setembro de 1974, "Vice-presidente da Junta Geral do Distrito", p. 1; *DN*, 24 de Setembro de 1974, "O dr. Jorge Machado Figueira empossado no cargo de Vice-presidente da Junta Geral do Distrito", p. 9; *JM*, 21 de Setembro de 1974, "Governo do Distrito Autónomo do Funchal – Vice-presidente da Junta Geral", p. 1; *JM*, 24 de Setembro de 1974, "Novo vice-presidente", p. 1.

[2175] *DN*, 2 de Outubro de 1974, "Proposta a dissolução da Junta Geral do Distrito e nomeadas Comissões Administrativas para as Câmaras Municipais do Funchal. Câmara de Lobos,

dos novos vogais da CA da JGDAF, Henrique Manuel de Pontes Leça (advogado) e Maria Teresa Vaz Pinheiro (professora), que se juntariam ao presidente, António Loja e ao vice-presidente, Jorge Gaudêncio Machado Figueira, já anteriormente empossados[2176].

A nomeação da JGDAF mereceu algumas críticas públicas. Por exemplo, o PCP condenou a nomeação do presidente da Junta, sem serem ouvidos os "partidos políticos de esquerda" (PCP, PS e FPDM), nem as "massas populares", sendo uma forma "pouco democrática", provindo de responsáveis do MDM, Fernando Rebelo e António Loja, respectivamente governador civil e presidente da JGDAF[2177].

Igualmente, o núcleo do Funchal do PS criticou a acção de Fernando Rebelo, relativamente a saneamentos e nomeações, manifestando a sua "preocupação pela integração em algumas comissões administrativas de elementos que não [davam] garantias de acelerar e consolidar o processo de democratização [..] estando mesmo alguns ligados ao antigo regime fascista"[2178].

A JGDAF, sob a direcção de António Loja, interveio em diversas situações. Houve a adesão deste organismo ao Dia de Trabalho Nacional, no dia 6 de Outubro de 1974, abrindo os seus serviços neste domingo, correspondendo, assim, ao apelo de Vasco Gonçalves, como forma de comemorar a "vitória do MFA e das forças democráticas", relativamente aos acontecimentos do "28 de Setembro"[2179].

A JGDAF solicitou a nomeação de uma comissão de inquérito aos seus serviços[2180], tendo sido aberto um prazo de 20 dias, a partir de 5 de Março de

Ribeira Brava, Ponta do Sol e S. Vicente", p. 1; *JM*, 2 de Outubro de 1974, "Nomeadas as Comissões Administrativas das Câmaras Municipais do Funchal, Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Ponta do Sol e S. Vicente", pp. 1-2.

[2176] *DN*, 11 de Outubro de 1974, "1.ª reunião da Comissão Administrativa da Junta – Concessão de bolsas de estudo", p. 1; *JM*, 11 de Outubro de 1974, "Comissão Administrativa da Junta Geral", p. 1.

[2177] *DN*, 25 de Setembro de 1974, "Comissão Concelhia do Funchal do Partido Comunista Português – Comunicado n.º 3", p. 3.

[2178] *DN*, 3 de Outubro de 1974, "Partido Socialista – Comunicado", p. 3; *JM*, 3 de Outubro de 1974, "Vida política – Partido Socialista – Comunicado", p. 2.

[2179] *DN*, 2 de Outubro de 1974, "Domingo: Dia de Trabalho", pp. 1 e 6; *DN*, 5 de Outubro de 1974, "Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal – Nota oficiosa", p. 7.

[2180] *DN*, 1 de Novembro de 1974, "Solicitado inquérito pela comissão administrativa a diversos serviços da Junta Geral", p. 1; *DN*, 7 de Novembro de 1974, "Inquérito aos serviços da Junta Geral", p. 1.

1975, para a aceitação de queixas e denúncias ao sindicante José Gaspar da Cruz Filipe, sobre irregularidades cometidas naquela instituição[2181].

Também, foi assinado, em Novembro de 1974, um entendimento entre a JGDAF e a CA das Levadas dos Moinhos da Lombada da Ponta do Sol, pondo fim a um problema de há muitos anos, que, inclusivamente, provocou uma morte e alguns feridos, assunto que se encontrava em tribunal, e que, por via deste acordo, o respectivo processo cessaria no tribunal[2182].

Por sua vez, o *CF* saudou a vitória alcançada neste processo das águas da Lombada, 12 anos após a revolta local, em que morreu a Sãozinha, graças à união e à luta dos camponeses[2183].

Relativamente à situação distrital, António Loja, em Janeiro de 1975, apontava que a estrutura administrativa existente era "inadaptada" para resolver os problemas da Madeira, havendo necessidade de uma descentralização, mas num contexto nacional, cabendo aos madeirenses definir o caminho a seguir[2184].

Quanto à gestão da instituição, o seu primeiro responsável retratou a sua "calamitosa situação financeira"[2185], o que inviabilizava a promoção de acções em prol da melhoria das populações[2186].

O desempenho da JGDAF foi alvo de várias críticas, como a da UEC, que classificou como "anti-democrática" a acção de António Loja[2187].

Por sua vez, os trabalhadores da JGDAF reclamaram o não cumprimento de obrigações da Junta, nomeadamente o não recebimento do

---

[2181] *DN*, 20 de Fevereiro de 1975, "Comissão de inquérito à Junta Geral", p. 1*; DN*, 1 de Março de 1975, "Ministério da Administração Interna – Direcção Geral de Administração Local, Edital", p. 7.

[2182] *DN*, 10 de Novembro de 1974, "Conferência de imprensa da Junta Geral do Distrito", p. 1; *DN*, 12 de Novembro de 1974, "Importante conferência de imprensa dada pelo presidente da Junta Geral do Distrito", pp. 1 e 5; *JM*, 10 de Novembro de 1974, "Junta Geral – conferência de imprensa", p. 1; *JM*, 12 de Novembro de 1974, "Junta Geral contra o imobilismo, prometem-se soluções radicais – ontem em conferência de imprensa", pp. 1, 10 e 12.

[2183] *CF,* separata regional, 21 de Novembro de 1974, "Lombada-Ponta do Sol – Vitória depois de 12 anos de luta", p. 7.

[2184] *JM*, 1 de Janeiro de 1975, "O Dr. António Egídio Fernandes Loja, Presidente da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal em oportuna entrevista ao "*Jornal da Madeira*"", pp. 1, 3-4.

[2185] *DN*, 10 de Novembro de 1974, "Conferência de imprensa da Junta Geral do Distrito", p. 1; *DN*, 12 de Novembro de 1974, "Importante conferência de imprensa dada pelo presidente da Junta Geral do Distrito", pp. 1 e 5; *JM*, 10 de Novembro de 1974, "Junta Geral – conferência de imprensa", p. 1; *JM*, 12 de Novembro de 1974, "Junta Geral contra o imobilismo, prometem-se soluções radicais – ontem em conferência de imprensa", pp. 1, 10 e 12.

[2186] *JM*, 1 de Janeiro de 1975, "O Dr. António Egídio Fernandes Loja, Presidente da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal em oportuna entrevista ao "*Jornal da Madeira*"", pp. 1, 3-4.

[2187] *DN*, 22 de Novembro de 1974, "Comunicados – Da União dos Estudantes Comunistas, N.º 1, À população", p. 4.

subsídio de férias, no valor de 50% do salário, e do subsídio de livros para os seus filhos, bem como o não funcionamento da comissão de inquérito aos responsáveis do organismo estatal, em ordem ao seu saneamento[2188].

Entretanto, o *CF* denunciou que os jardineiros da JGDAF ainda não auferiam o SMN de 3300$00, decretado no país e extensivo á Madeira[2189].

Também, na I Conferência Unitária de Trabalhadores, promovida pelo PCP-Funchal, surgiu o pedido de substituição de António Loja, à frente da JGDAF[2190].

Instituída a JPM, na sequência do D.L. n.º 139/75, de 18 de Março de 1975, a JGDAF ficou sob a tutela daquela[2191].

Então, tendo conhecimento "através imprensa" de que iria ser criada a JPM, os membros da JGDAF pediram a sua demissão, "desejando facilitar escolha novos colaboradores"[2192].

Perante os pedidos de demissão do governador do Distrito, da JGDAF e também da CDA do Funchal – esta, igualmente, em Março de 1975, entendera por "elementar verticalidade solidarizar-se com o pedido de exoneração" de Fernando Rebelo, por quem tinha sido nomeada em Setembro de 1974[2193] – o Governo Militar decidiu que os demitidos dos últimos dois organismos continuariam em funções, sob a tutela da JPM, até os seus pedidos serem ou não aceites, de forma a garantir a prestação do serviço público[2194].

[2188] *DN*, 3 de Dezembro de 1974, "Comunicados – Da Comissão Pró-sindical dos trabalhadores da Junta Geral", p. 8.

[2189] *CF*, 20 de Fevereiro de 1975, separata regional, "*Comércio do Funchal*, Junta Geral: jardineiros – sem o salário mínimo", p. 4.

[2190] *DN*, 11 de Fevereiro de 1975, "No Funchal – I Conferência Unitária de Trabalhadores", pp. 1 e 3.

[2191] *DN*, 19 de Março de 1974, "Por diploma publicado no Diário da República – Criada na Madeira uma Junta de Planeamento", pp. 1 e 10; *JM*, 20 de Março de 1974, "Decreto n.º 139-75 cria Junta de Planeamento da Madeira", pp. 16.

[2192] Assinaram tal documento António Egídio Fernandes Loja (presidente), Jorge Gaudêncio Machado Figueira, Maria Teresa Vaz Pinheiro e Henrique de Pontes Leça (vogais). *DN*, 20 de Março de 1975, "A Comissão Administrativa da Junta Geral do Distrito pediu a demissão", p. 1.

[2193] Assinaram o documento a presidente, Maria do Carmo Rodrigues, e os vogais Francisco Costa (vice-presidente), Otília Athouguia (secretária) e Pedro Barbosa (tesoureiro). *DN*, 20 de Março de 1975, "A Comissão Distrital de Assistência apresentou pedido de demissão", pp. 1 e 3; *JM*, 21 de Março de 1975, "A Comissão Distrital de Assistência do Funchal solidariza-se com o Dr. Fernando Rebelo", p. 1.

[2194] *DN*, 20 de Março de 1975, "Comunicado do Governo Militar da Madeira", p. 1; *DN*, 27 de Março de 1975, "Junta de Planeamento da Madeira, Informação aos meios de comunicação social – Junta Geral do Distrito", p. 1.

Os membros da JGDAF – que se mantiveram em funções, por um "período razoável", a solicitação dos vogais da JPM, Paquete de Oliveira e Virgílio Pereira – em 18 de Abril de 1975, isto é, a poucos dias do acto eleitoral de 25 de Abril para a AC, reafirmaram a sua vontade de deixar os seus cargos[2195].

Justificavam esta atitude, pelo facto de que as eleições do dia 25 iriam dar a noção das "correntes politicas dominantes […] a nível regional", o que seria uma base para a escolha de novos titulares para a JGDAF e autarquias locais, pois através da votação expressa nesse acto eleitoral, poderiam os partidos políticos ser consultados para a constituição destes órgãos administrativos. Assim, os membros da JGDAF sairiam no dia 3 de Maio de 1975[2196].

6.2.3. A tutela da JPM sobre a JGDAF

Com base nesta reafirmação de saída dos membros da JGDAF, a JPM aceitou a demissão em questão, ficando, a partir de 23 de Abril, os seus serviços "sob a dependência dos vogais desta Junta de Planeamento"[2197].

Nesse momento, foi suspenso, preventivamente, o chefe de secretaria da JGDAF, António Gonçalves Valente, por razões de "conveniência de serviço"[2198].

Segundo Carlos de Azeredo, o regime de tutela da JPM relativamente à JGDAF, pelo D.L. n.º 139/75, traduzir-se-ia em três aspectos, "saneamento,

[2195] *DN*, 22 de Março de 1975, "Administrações representativas da vontade regional nas autarquias locais acentua a C. A. da Junta Geral", p. 3; *JM*, 20 de Abril de 1975, "Carta da Comissão Administrativa da Junta Geral ao Governador do Distrito Autónomo do Funchal", pp. 1 e 16.

[2196] *DN*, 22 de Março de 1975, "Administrações representativas da vontade regional nas autarquias locais acentua a C. A. da Junta Geral", p. 3; *JM*, 20 de Abril de 1975, "Carta da Comissão Administrativa da Junta Geral ao Governador do Distrito Autónomo do Funchal", pp. 1 e 16.

[2197] *DN*, 23 de Abril de 1975, "Deliberações da Junta de Planeamento da Madeira – Aceite o pedido de demissão da C. A. da Junta Geral", p. 1.

[2198] *DN*, 23 de Abril de 1975, "Deliberações da Junta de Planeamento da Madeira –Suspensões preventivas na Junta Geral", p. 1.

remodelação e alargamento”[2199], tendo o presidente da JPM passado a convocar as reuniões da JGDAF e a assinar as respectivas convocatórias e editais[2200].

Neste período de gestão da JGDAF, sob a tutela da JPM, registaram-se várias decisões, como a de suspender, por três meses, sem direito a vencimento, o encarregado de armazém Manuel Januário de Agrela, sob proposta da comissão de inquérito à JGDAF[2201].

6.3. Poder autárquico

6.3.1. A situação regional e os novos ventos

No dia 25 de Abril de 1974, na Madeira, o poder autárquico era exercido por câmaras e conselhos municipais, e nas freguesias, pelos regedores (como representantes da administração municipal), inexistindo as juntas.

Esta originalidade de não haver juntas de freguesia era específica da Madeira, porquanto as mesmas funcionavam no Continente e nos Açores. A explicação para este facto foi dada por Marcello Caetano, professor de Direito, justificando-o “devido à dispersão do povoamento e à carência de pessoas idóneas”, pelo que “as freguesias do arquipélago madeirense não [eram] autarquias locais, mas simples circunscrições de administração-geral onde exerc[ia]m funções os regedores”[2202].

Alberto João Jardim*,* na *VM,* interpretou que esta não existência das juntas de freguesia, na Madeira*,* “assaca[va]-nos um estatuto de menoridade política”[2203].

[2199] *DN*, 9 de Abril de 1975, “A autonomia administrativa da Madeira possibilita a solução de muitos problemas regionais – declarou o Governador do Funchal ao jornal “*República*””, p. 8; *JM*, 9 de Abril de 1975, “A autonomia administrativa da Madeira possibilita a solução de muitos problemas regionais – declarou à “*República*” o governador do Funchal, brigadeiro Carlos Azeredo”, pp. 1 e 12.

[2200] *DN*, 25 de Abril de 1975, “Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal – Aviso”, p. 11; *DN*, 3 de Maio de 1975, “Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal – Edital”, p. 7.

[2201] *DN*, 25 de Maio de 1975, “Junta de Planeamento da Madeira”, p. 3.

[2202] CAETANO, 1980, *Manual de Direito Administrativo*, p. 363; DR, 1940, *Decreto-lei n.º 31:095, de 31 de Dezembro.*

[2203] *VM*, 1 de Maio de 1974, “Um novo Portugal, uma nova Madeira”, Alberto João, pp. 1, 2 e 4.

Assim, Fernando Rebelo apelou às populações para que tivessem a competência de demonstrar a falsidade deste pensamento, segundo o qual "os madeirenses não tinham capacidade para fazerem parte de comissões" de freguesia[2204], pelo que apelou à formação de comissões de freguesia, de modo "a substituir as Juntas de Freguesia que o regime anterior nunca quis dar à Madeira"[2205].

Sobre a continuidade dos regedores, em Abril de 1975, o PS alertou que, apesar da "campanha de saneamento, eles continuavam, havendo então apenas um saneamento das cúpulas" e lembrou que "ninguém melhor que os regedores esta[vam] em contacto directo e diário com as populações", pelo que se impunha a sua "vigilância"[2206].

Relativamente a este nível autárquico, o PMD defendeu a "extinção das regedorias"[2207], tendo diversas vozes se levantado pela instituição das juntas de freguesias e pela sua autonomia financeira, como Alberto João Jardim, o CDS, o PPD e o PS[2208], tendo os dois últimos partidos, a nível nacional, advogado a realização, o mais breve possível, de eleições para as juntas de freguesia e para as câmaras municipais[2209].

Por sua vez, a FCM defendeu a implementação de uma administração local regional, com juntas de freguesia e câmaras municipais[2210].

[2204] *DN*, 20 de Setembro de 1974, "Empossadas as Comissões Administrativas das Câmaras Municipais da Calheta e do Porto Moniz", pp. 1 e 3; *DN*, 20 de Setembro de 1974, "Empossadas as Comissões Administrativas das Câmaras Municipais da Calheta e do Porto Moniz – O Governo do Distrito conferiu a posse", pp. 1 e 3; *JM*, 20 de Setembro de 1974, "Posse das Comissões Administrativas do Porto Moniz e da Calheta", p. 3.

[2205] *DN*, 4 de Outubro de 1974, "Foram empossadas as Comissões Administrativas das Câmaras Municipais do Funchal e de Câmara de Lobos", p. 8; *JM*, 4 de Outubro de 1974, "Posse das Comissões Administrativas dos Concelhos do Funchal e de Câmara de Lobos", pp. 1 e 3.

[2206] *DN*, 6 de Abril de 1975, "Campanha eleitoral – Partido Socialista (P.S.), Autonomia do arquipélago da Madeira", p. 9.

[2207] *DN*, 31 de Janeiro de 1975, "Comunicados – Do Partido Mutualista Democrático", p. 7; *DN*, 2 de Fevereiro de 1975, "Comunicados – Do Partido Mutualista Democrático", p. 4; *JM*, 31 de Janeiro de 1975, "Partido Mutualista Democrático", p. 8.

[2208] *DN*, 4 de Abril de 1975, "Campanha eleitoral – Partido Socialista (P.S.), Autonomia do Arquipélago da Madeira", pp. 6-7; *DN*, 6 de Abril de 1975, "Campanha eleitoral – Centro Democrático Social (C.D.S.), Linhas programáticas de actuação regional", p. 8; *DN*, 8 de Abril de 1975, "Campanha eleitoral – Partido Popular Democrático (P.P.D.), A política do P.P.D. para a Madeira", p. 5; *JM*, 29 de Dezembro de 1974, "Tribuna Livre", pp. 1-2; JM, 22 de Janeiro de 1975, "Vida política – Partido Popular Democrático", p. 6.

[2209] *DN*, 25 de Junho de 1974, "O P.P.D. apoia a proposta do Partido Socialista de promover eleições para as Câmaras e Juntas de Freguesias", p. 1.

[2210] *DM*, 10 de Agosto de 1974, "Ventos ilhéus – Novo partido político", p. 5; *DN*, 8 de Agosto de 1974, "Política e informação – ideologias, partidos, movimentos – F.C.M.-Frente Centrista da Madeira", pp. 3 e 5; *EF*, 12 de Agosto de 1974, "A Madeira e a política – Frente Centrista da

Esta realidade, no patamar da freguesia, foi alterada com as eleições autárquicas de 1976, tendo sido extintos os regedores e instituídas as juntas.

Após o movimento revolucionário de 1974 e até 25 de Novembro de 1975, ocorreram diversas alterações municipais, umas ao abrigo de novas disposições legais, outras de carácter popular e revolucionário, vindo este processo a ser uniformizado e estabilizado com o sufrágio autárquico de 1976.

Tomando por base este contexto, atentemos nas grandes mudanças de cunho geral que aconteceram neste período, tanto no processo substitutivo dos titulares do poder local, como no pensamento dos vários agentes políticos.

A nível municipal, até então, havia uma enorme dependência política e financeira do Estado, com a transferência de verbas para obras púbicas, da parte de organismos centrais, como a Junta Autónoma das Estadas e a Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização[2211].

Os diversos partidos passaram a defender o reforço de autonomia administrativa e financeira do poder local, como aconteceu com o PS, o CDS e o PPD[2212], enquanto a FPDM advogava a "transformação dos órgãos de administração local (Junta Geral e câmaras municipais, nomeadamente) em órgãos de gestão democrática e compostos por elementos eleitos pelo Povo"[2213].

Em Julho de 1974, o delegado da JSN na Madeira e encarregado do Governo, Carlos de Azeredo, considerou que as câmaras municipais se encontravam na "penúria", tendo proposto, ao 1.º GP, a formação de uma comissão técnica que se deslocasse à Madeira para estudar os problemas do arquipélago, entre os quais, a "estruturação municipal". Entendia que a mesma era extremamente dividida, defendendo, no então, a ideia de não extinguir as

Madeira (F.C.M.)", pp. 3 e 5; *JM*, 8 de Agosto de 1974, "Frente Centrista da Madeira (F.C.M.)", pp. 5-6.

[2211] *DN*, 2 de Junho de 1974, "Conservação das estradas municipais", p. 8; *DN*, 7 de Junho de 1974, "Melhoramentos públicos", p. 8; *JM*, 7 de Junho de 1974, "Concessões aos municípios da Ribeira Brava e Santana", p. 9.

[2212] *DN*, 4 de Abril de 1975, "Campanha eleitoral – Partido Socialista (P.S.), Autonomia do Arquipélago da Madeira", pp. 6-7; *DN*, 6 de Abril de 1975, "Campanha eleitoral – Centro Democrático Social (C.D.S.), Linhas programáticas de actuação regional", p. 8; *DN*, 8 de Abril de 1975, "Campanha eleitoral – Partido Popular Democrático (P.P.D.), A política do P.P.D. para a Madeira", p. 5.

[2213] *DM*, 13 de Julho de 1974, "Comunicado", p. 7; *DN*, 13 de Julho de 1974, "Política-Informação, ideologias, partidos e movimentos – Surge na Madeira um outro movimento político FPDM, objectivos genéricos", p. 3; *EF*, 15 de Julho de 1974, "Frente Popular Democrática da Madeira – Novo partido político madeirense", p. 12; *JM*, 13 de Julho de 1974, "Frente Popular Democrática da Madeira", p. 7.

câmaras municipais, mas reagrupá-las em federações, pois havia edilidades que não tinham "outra possibilidade de ser senão miseráveis, na Madeira"[2214].

Neste sentido, em Novembro de 1974, o presidente da JGDAF, António Loja sugeriu a criação de uma Federação de Câmaras Municipais[2215].

A propósito dos órgãos locais, nomeadamente quanto à substituição dos seus funcionários e responsáveis, que tinham responsabilidades no anterior regime, o PS considerava que o saneamento regional era "vergonhosamente deficiente" e continuava a ser dominante a "actuação dos caciques ligados à ANP e DGS e outros exploradores do povo", e por isso, "muitas instituições continua[va]m intocáveis", não sendo suficiente que as autoridades se intitulassem democráticas[2216].

A exemplificar a manutenção dos resquícios do regime anterior, em Julho do mesmo ano, o PCP divulgou um atestado a favor de José Maria Viríssimo da Silva – emitido pelo regedor do Paul do Mar, datado de 25 de Maio de 1975 – referindo que "gozava de bom comportamento moral e civil, não professando ideias comunistas ou bolchevistas", o que levou o referido partido a classificar este documento como "caricato" e "absurdo"[2217].

Sobre a situação dos edis, na fase inicial da Revolução, o *DM* retratou o contraste do que sucedia no Continente, onde os presidentes das câmaras municipais pediam a sua demissão, comparando com os do arquipélago, que continuavam nos seus "tachos", preferindo ver os seus munícipes a se manifestarem, na porta da edilidade, pelo seu afastamento[2218].

[2214] *DM*, 27 de Julho de 1974, "Tenente-coronel Carlos Azeredo", pp. 1 e 5; *DN*, 24 de Julho de 1974, "Conferência de Imprensa", p. 8; *DN*, 25 de Julho de 1974, "Problemas da Madeira e da actualidade política nacional em análise na reunião de Imprensa com o Encarregado do Governo do Distrito", pp. 1, 3 e 6; *EF*, 29 de Julho de 1974, "A conferência de imprensa dada na passada 4.ª feira pelo Encarregado do Governo do Distrito –Temas debatidos: A situação ultramarina e solução de prementes problemas locais", pp. 1-2; *JM*, 25 de Julho de 1974, "A situação ultramarina e a solução de importantes problemas locais foram tema da conferência de imprensa dada ontem pelo encarregado do Governo do Distrito, tenente-coronel Carlos de Azeredo", pp. 1 e 3;.

[2215] *DN*, 10 de Novembro de 1974, "Conferência de imprensa da Junta Geral do Distrito", p. 1; *DN*, 12 de Novembro de 1974, "Importante conferência de imprensa dada pelo presidente da Junta Geral do Distrito", pp. 1 e 5; *JM*, 10 de Novembro de 1974, "Junta Geral – conferência de imprensa", p. 1; *JM*, 12 de Novembro de 1974, "Junta Geral contra o imobilismo, prometem-se soluções radicais – ontem em conferência de imprensa", pp. 1, 10 e 12.

[2216] *DN*, 5 de Janeiro de 1975, "Os partidos políticos e a democratização do país – O 25 de Abril, seu significado, suas consequências numa óptica partidária", p. 3.

[2217] *DN*, 19 de Julho de 1975, "Partido Comunista – "Vontade popular livremente expressa…"", p. 6.

[2218] *DM*,18 de Maio de 1974, "Giz na parede – Os "sacrificados"", pp. 1 e 4.

Alegavam os edis que faziam muitos “sacrifícios”, eram “sacrificados” para exercerem as funções que desempenhavam, defendendo o autor do mesmo texto que, com o “25 de Abril”, poderiam ser dispensados dessa situação, pois tinha chegado a sua hora e, por isso, deveriam ir embora, justificando que “comeram muito, têm agora de fazer dieta”[2219].

Por sua vez, no *EF,* foi realçado que, com o “25 de Abril”, “quem manda[va] [era] o povo, mas quem continua[va] com as grandes “massas” e ocupando lugares cimeiros [eram] praticamente os mesmos que no velho regime lá se encontravam”, referindo-se, por exemplo, às autarquias locais[2220].

Surgiram exigências de saneamento dos autarcas em exercício. O MDM apontou como urgente a suspensão/demissão dos cargos de natureza política, como os presidentes das câmaras municipais e a constituição de uma comissão de inquérito à acção destes organismos[2221].

No campo das modificações introduzidas, legalmente, em Junho de 1974, por D.L. do GP, foram exonerados todos os presidentes e vice-presidentes das câmaras municipais, os administradores de bairro e os presidentes das uniões de freguesias, que não fossem reconfirmados no prazo de 15 dias, a contar da data de publicação do referido documento. Aí, o presidente da câmara seria substituído pelo vereador mais velho[2222].

Seriam constituídas comissões administrativas para as autarquias locais, sendo nomeadas apenas personalidades independentes ou pertencentes a grupos e correntes políticas que se identificassem com o programa do MFA[2223].

[2219] *DM*,18 de Maio de 1974, “Giz na parede – Os “sacrificados””, pp. 1 e 4.

[2220] *EF*, 20 de Maio de 1974, “A realidade: o Povo é quem manda mas, na Ilha, os lugares privilegiados continuam a ser ocupados por elementos do regime deposto”, Jomago, p. 8.

[2221] *DM*, 1 de Junho de 1974, “M.D.M. – Demissão dos cargos políticos”, p. 4; *DN*, 26 de Maio de 1974, “Movimento Democrático da Madeira”, p. 12; *DN*, 28 de Maio de 1974, “Movimento Democrático da Madeira”, p. 3; *DN*, 30 de Maio de 1974, “A última assembleia do Movimento Democrático da Madeira”, p. 3; *DN*, 31 de Maio de 1974, “M.D.M. – Demissão de cargos políticos”, p. 3; *JM*, 28 de Maio de 1974, “Movimento Democrático da Madeira”, p. 10; *JM*, 29 de Maio de 1974, “A última assembleia do Movimento Democrático da Madeira”, p. 2; *JM*, 31 de Maio de 1974, “M.D.M. – Demissão de cargos políticos”, p. 11; *RNN*, 30 de Maio de 1974, “A última assembleia do Movimento Democrático da Madeira”, p. 4.

[2222] *DN*, 19 de Junho de 1974, “Remodelação dos municípios madeirenses”, pp. 1 e 3; *JM*, 6 de Junho de 1974, “Corpos Administrativos – dentro de quinze dias haverá saneamento”, pp. 1 e 4. *DR,* D. L. n.º 236/74, de 3. Junho, art.º 6, n.º 2.

[2223] *DN*, 19 de Junho de 1974, “Remodelação dos municípios madeirenses”, pp. 1 e 3; *JM*, 6 de Junho de 1974, “Corpos Administrativos – dentro de quinze dias haverá saneamento”, pp. 1 e 4.

Acto contínuo, na Madeira, no mesmo mês, foram confirmados para continuar os presidentes das edilidades do Porto Santo (José António Taboada), Câmara de Lobos (Vasco Reis Gonçalves), Ribeira Brava (Luís António Camacho Pereira Mendes), Santana (Manuel Mateus Lourenço de Gouveia) e Porto Moniz (Tito José Mendes de Vasconcelos) – prosseguindo, também o seu mandato, o edil do Funchal (António de Agrela Gomes Loja) – passando a exercer as funções de presidente, nos restantes concelhos, o vereador mais velho[2224].

Depois, em 21 de Junho de 1974, Carlos de Azeredo pediu "a todos os grupos e correntes políticas" identificados com o programa do MFA, nos concelhos da Calheta, Machico, Ponta do Sol, Santa Cruz e São Vicente – que estavam provisoriamente a ser presididas pelo vereador mais velho, após a demissão dos seus presidentes, com a mudança de regime – que indicassem, "com a maior urgência possível, nomes de personalidades" para a composição das comissões administrativas das câmaras municipais dos referidos concelhos[2225].

Em 25 de Junho de 1974 – baseado numa notícia publicada no *Expresso* – só tinha havido dez presidentes de câmara municipal (cinco do continente e cinco da Madeira) confirmados no total de 304 do país, cabendo à Madeira a manutenção de 50% desses dez, situação que mereceu o seguinte comentário: "Significativo". Nesta fase de saneamento de titulares autárquicos, os restantes municípios tiveram vereadores em exercício ou comissões administrativas[2226].

A propósito desta notícia, Alberto João Jardim considerou que a mesma confirmava que "a Madeira empunhou o estandarte do conservantismo quando não deixa[va] de reivindicar reformas, protestar situações, apontar desideratos. Cada vez maior razão para o povo, verdadeiramente o povo, escolher os seus dirigentes"[2227].

Entretanto, em Outubro de 1974, o ministro da Administração Interna decidiu dissolver as câmaras municipais do Funchal, Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Ponta do Sol e S. Vicente, nomeando comissões administrativas para

[2224] *DN*, 19 de Junho de 1974, "Remodelação dos municípios madeirenses", pp. 1 e 3; *JM*, 22 de Junho de 1974, "Governo do Distrito do Funchal – Comunicado", p. 1.
[2225] *DN*, 22 de Junho de 1974, "Comunicado do Governo do Distrito", p. 1.
[2226] *DN*, 25 de Junho de 1974, "Saneamento dos municípios", p. 5.
[2227] *DN*, 26 de Junho de 1974, "Em minha opinião…", A.J., p. 3.

estas edilidades, tendo para o efeito aceitado as propostas do governador do Distrito, Fernando Rebelo[2228].

Num balanço das modificações, ao nível das chefias municipais, o *CF*, em Setembro de 1974, entendia que a "administração, principalmente nas zonas interiores e nas ilhas, mant[inha] a cargo de pessoas que já no tempo do fascismo desempenhavam as mesmas funções de chefia", referindo que, na Madeira – à excepção de algumas câmaras, como as de Câmara de Lobos, Machico e Calheta, onde a população "saiu para a rua" a exigir mudanças – as chefias continuavam a ser as mesmas que anteriormente, como sucedia, na CMF, onde, apesar de pedido o saneamento dos "funcionários Perestrelo, Vieira, Inoque Rodrigues e Ambrósio", os mesmos continuavam em funções[2229].

6.3.2. As alterações municipais

À luz destas alterações legais e da filosofia do poder autárquico, quer a nível nacional, quer no âmbito distrital, a Madeira e o Porto Santo conheceram, em cada concelho, mudanças dos titulares da estrutura municipal, tendo este processo evoluído, neste período, até às eleições locais de Dezembro de 1976, entre um modelo mais simples e menos polémico até situações mais complexas e conturbadas.

Neste sentido, dividimos as transformações ocorridas em dois lotes, consoante o grau de controvérsia registado em cada município. Um primeiro conjunto, constituído por Ribeira Brava, Santa Cruz, S. Vicente, Santana, Porto Santo e Porto Moniz. Outro, formado por Funchal, Calheta, Câmara de Lobos, Ponta do Sol e Machico.

Num procedimento comum, o processo de dissolução das edilidades madeirenses coube ao ministro da Administração Interna, por sugestão do

[2228] *DN*, 2 de Outubro de 1974, "Proposta a dissolução da Junta Geral do Distrito e nomeadas Comissões Administrativas para as Câmara Municipais do Funchal, Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Ponta do Sol e S. Vicente", p. 1; *JM*, 2 de Outubro de 1974, "Nomeadas as Comissões Administrativas das Câmaras Municipais do Funchal, Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Ponta do Sol e S. Vicente", pp. 1-2.

[2229] *CF*, 12 de Setembro de 1974, edição regional, "Câmara Municipal: o saneamento por fazer", p. 7.

governador civil, Fernando Rebelo, sendo este também o autor da proposta da nova CA, competindo àquele governante a respectiva nomeação oficial.

6.3.2.1. Ribeira Brava

Na Ribeira Brava, em Junho de 1974, a confirmação governamental da continuidade de Luís António Camacho Pereira Mendes, como presidente da edilidade, suscitou um conjunto de reacções favoráveis.

Ainda antes desta garantia, Marques de Freitas – no contexto de exigências públicas de demissão de alguns titulares políticos – defendeu que existiram excepções, como o citado edil, tendo este sido alvo de uma manifestação popular, exigindo a sua continuação, por ser considerado um democrata e servidor da população local, embora tivesse exercido a sua actividade no anterior regime[2230].

Depois da confirmação de manutenção deste presidente da câmara, surgiram actos de regozijo, por parte de residentes[2231].

Por este facto, o *DM* felicitou o delegado do Governo, Carlos de Azeredo, por ter mantido à frente da edilidade o anterior presidente da Ribeira Brava, fazendo com que este pudesse "continuar […] o que sempre viveu e lutou pelas nossas justas e prementes aspirações", qualificando-o como "democrático na verdadeira acepção da palavra […] correcto, honesto, doado de uma invulgar personalidade"[2232].

Em Setembro de 1974, usando o exemplo da Ribeira Brava, Alberto João Jardim discordou que fossem afastados todos os que serviram o anterior regime político, sublinhando que conhecia pessoas que aceitaram ser presidentes de câmara "apenas por amor e interesse ao povo da sua terra sem nada terem de fascista, até antes pelo contrário"[2233].

[2230] *DN*, 29 de Maio de 1974, "A Palavra do leitor – Que demissões?", p. 3.

[2231] *JM*, 6 de Junho de 1974, "Corpos Administrativos – dentro de quinze dias haverá saneamento", pp. 1 e 4; *JM*, 20 de Junho de 1974, "Regozijo na Ribeira Brava pela confirmação do respectivo presidente", p. 3.

[2232] *DM*, 1 de Junho de 1974, "Ventos ilhéus – Notícias da Ribeira Brava, Liberdade com justiça", p. 4.

[2233] *DM*, 11 de Setembro de 1974, "Discordo", Alberto João, pp. 1 e 4.

Ainda assim, houve a dissolução da CMRB[2234], tendo, em 4 de Outubro de 1974, tomado posse uma CA, constituída pelo presidente Luís António Camacho Pereira Mendes (proprietário agrícola, da Ribeira Brava) e os vogais José Pereira (motorista, do Campanário) e Juvenal Ivo Faria (agricultor, da Ribeira Brava)[2235].

Nesta cerimónia, Fernando Rebelo referiu terem havido "razões muito fortes que pesaram nesta atitude de carácter excepcional" de nomear Luís Mendes para o mesmo cargo de presidente que ocupava no anterior regime, atribuindo-as às suas "provas de alta capacidade"[2236].

Por sua vez, o edil manifestou lealdade ao governador civil, considerando que a aceitação deste cargo teria a ver com a vontade dos seus conterrâneos e manifestou-se para "servir o ideal do 25 de Abril"[2237].

6.3.2.2. Santa Cruz

No concelho de Santa Cruz, houve contestação ao poder municipal. Assim, logo em 19 de Maio de1974, realizou-se uma manifestação na Camacha, classificada como uma "jornada de inequívoca solidariedade", onde foram discutidas as reivindicações da eleição do regedor e de vereadores da câmara pela população, bem como a demissão do presidente da CM de Santa Cruz[2238].

Em 15 de Outubro de 1974, tomou posse a CA de Santa Cruz, tendo assumido funções, como presidente, Adelino Remígio de Gouveia (licenciado em Direito, de Santa Cruz), e, como vogais, José Filipe Nóbrega da Mota

[2234] *DN*, 25 de Setembro de 1974, "Câmara Municipal da Ribeira Brava", p. 1.

[2235] *DN*, 2 de Outubro de 1974, "Proposta a dissolução da Junta Geral do Distrito e nomeadas Comissões Administrativas para as Câmara Municipais do Funchal, Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Ponta do Sol e S. Vicente", p. 1.

[2236] *DN*, 5 de Outubro de 1974, "Comissões Administrativas nas Câmara Municipais de S. Vicente, Ponta do Sol e Ribeira Brava", p. 3; *JM*, 5 de Outubro de 1974, "Posse das Comissões Administrativas dos Concelhos de S. Vicente, Ponta do Sol e Ribeira Brava", pp. 1 e 4.

[2237] *DN*, 5 de Outubro de 1974, "Comissões Administrativas nas Câmara Municipais de S. Vicente, Ponta do Sol e Ribeira Brava", p. 3; *JM*, 5 de Outubro de 1974, "Posse das Comissões Administrativas dos Concelhos de S. Vicente, Ponta do Sol e Ribeira Brava", pp. 1 e 4.

[2238] *CF*, 25 de Maio de 1974, edição regional, "Manifestação na Camacha", p. 3; *CF*, 30 de Maio de 1974, edição regional, "Fala o povo da Camacha: "Somos oprimidos de toda a maneira"", pp. 7-8.

(empregado de escritório, Camacha), Manuel Vivêncio de Freitas Figueira (empregado bancário, Caniço), José Lourenço de Gouveia e Freitas (oficial da circulação aérea, Gaula) e João Melim (comerciante, Santo da Serra)[2239].

Na tomada de posse, em Santa Cruz, Fernando Rebelo sublinhou que a escolha feita garantia a representatividade das várias freguesias do concelho e com predominância de jovens[2240].

Por sua vez, o novo presidente da edilidade defendeu que "as classes trabalhadoras não mais [fossem] vítimas da exploração por parte dos dominantes"[2241].

Em Março de 1975, a CA da CM de Santa Cruz apresentou a demissão, não tendo a mesma sido aceite pelo governador do Distrito, Carlos de Azeredo – embora fosse apreciado este gesto – mantendo-se a confiança neste órgão autárquico[2242].

6.3.2.3. S. Vicente

Em S. Vicente, o vereador mais velho, por determinação legal nacional, passou a substituir o presidente da edilidade, até que fosse eleita uma CA.

Decorreu, depois, um processo atribulado para a escolha da CA da CMSV, com a formação de uma Comissão Eleitoral (Manuel Artur Correia da Silva, Maria Lurdes de Abreu, Elias da Natividade Gomes e José Damásio Caldeira), que procedeu a uma consulta popular, tendo a oposição de um grupo de pessoas que proclamou o vereador mais velho como presidente da CA da CM[2243].

No dia 4 de Outubro, tomou posse a CA deste concelho, ficando como presidente, José Damásio Caldeira (funcionário judicial, de S. Vicente) e, como

[2239] *DN*, 15 de Outubro de 1974, "Nota informativa do Governo do Distrito Autónomo do Funchal", pp. 1 e 8; *JM*, 10 de Outubro de 1974, "Câmara Municipal de Santa Cruz", p. 3.
[2240] *DN*, 16 de Outubro de 1974, "Em Santa Cruz – Nova Comissão Administrativa", p. 3.
[2241] *DN*, 16 de Outubro de 1974, "Em Santa Cruz – Nova Comissão Administrativa", p. 3.
[2242] *DN*, 18 de Abril de 1975, "Notícias de Santa Cruz", p. 3.
[2243] *DN*, 2 de Agosto de 1974, "Esclarecimento – Comissão Administrativa de São Vicente", p. 8; *JM*, 4 de Julho de 1974, "Eleição da Comissão Administrativa da Câmara de São Vicente", p. 11; *JM*, 2 de Agosto de 1974, "Esclarecimento da Comissão Administrativa de São Vicente", p. 5.

vogais, Manuel José (agricultor, de Ponta Delgada) e Manuel Artur Correia da Silva (professor do ensino primário, de S. Vicente)[2244].

Neste acto oficial, Fernando Rebelo referiu ter feito entrar "gente nova" nas comissões administrativas e defendeu a criação de comissões de freguesia, tendo, ainda relevado o facto de ter nomeado, pela primeira vez, para uma câmara madeirense, um colono, Manuel José, expressando que muito o preocupava o problema da colonia[2245].

Por sua vez, esse colono, agricultor, Manuel António[2246] considerou "não ter sido do agrado dos mais privilegiados e reaccionários a nomeação da comissão" em que estava integrado, mas acreditava na "força do povo". Usaram, ainda, da palavra o presidente da CA e o vogal Manuel Artur Correia da Silva[2247].

Entretanto, em Fevereiro de 1975, este último vogal demitiu-se do cargo[2248].

Por outro lado, em Agosto do mesmo ano, o PPD-Madeira alertava para o facto de estar à frente da edilidade de S. Vicente "um ex-União Nacional e um ex-dirigente da Mocidade Portuguesa"[2249].

[2244] *DN*, 21 de Setembro de 1974, "Nomeada a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Machico", p. 1; *DN*, 2 de Outubro de 1974, "Proposta a dissolução da Junta Geral do Distrito e nomeadas Comissões Administrativas para as Câmara Municipais do Funchal, Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Ponta do Sol e S. Vicente", p. 1; *JM*, 21 de Setembro de 1974, "Governo do Distrito Autónomo do Funchal – Câmaras Municipais de São Vicente e Câmara de Lobos", p. 1; *JM*, 2 de Outubro de 1974, "Nomeadas as Comissões Administrativas das Câmaras Municipais do Funchal, Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Ponta do Sol e S. Vicente", pp. 1-2.

[2245] *DN*, 5 de Outubro de 1974, "Comissões Administrativas nas Câmara Municipais de S. Vicente, Ponta do Sol e Ribeira Brava", p. 3; *JM*, 5 de Outubro de 1974, "Posse das Comissões Administrativas dos Concelhos de S. Vicente, Ponta do Sol e Ribeira Brava", pp. 1 e 4.

[2246] Manuel António, também referenciado como Manuel José.

[2247] *DN*, 5 de Outubro de 1974, "Comissões Administrativas nas Câmara Municipais de S. Vicente, Ponta do Sol e Ribeira Brava", p. 3; *JM*, 5 de Outubro de 1974, "Posse das Comissões Administrativas dos Concelhos de S. Vicente, Ponta do Sol e Ribeira Brava", pp. 1 e 4.

[2248] *DN*, 20 de Fevereiro de 1975, "Comissão Administrativa do Concelho de São Vicente", p. 6; *JM*, 20 de Fevereiro de 1975, "Comunicado", p. 8.

[2249] *DN*, 26 de Agosto de 1975, "Alerta do P.P.D. para a "violação dos princípios democráticos"", p. 5; *JM*, 26 de Agosto de 1975, "Comunicados", p. 10.

6.3.2.4. Santana

No município de Santana, em Maio de 1974, o Grupo Democrático do Faial exigira a demissão dos "fascistas" que ocupavam os cargos administrativos da sua câmara municipal, ou, em alternativa, consideravam "a transferência da freguesia para outro concelho"[2250].

Ao invés, em Junho do mesmo ano, uma centena de democratas da freguesia do Arco de São Jorge, do referido município, aprovou a manutenção do presidente da CMS, Manuel Mateus Lourenço de Gouveia[2251].

Na sequência de várias reuniões de pessoas dos diversos sítios da freguesia de S. Jorge, realizadas em Junho de 1974, surgiu um caderno de revindicações, do qual constava a exigência da escolha democrática de representantes para a administração municipal, a par da criação de juntas de freguesia[2252].

Entretanto, o governador civil aceitou a exoneração do presidente da CMS, Manuel Mateus Lourenço de Gouveia, no mês de Setembro[2253].

Em 24 de Outubro de 1974, aconteceu a tomada de posse da CA de Santana, tendo assumido responsabilidades autárquicas, como presidente, Maciel Jardim Camacho (agricultor, do Arco de S. Jorge), e, como vogais, Alcides Manuel Gomes dos Santos (marceneiro, S. Jorge) e Noé de Freitas Silva (feitor agrícola, de Santana)[2254].

[2250] *DN*, 29 de Maio de 1974, "Grupo Democrático do Faial", p. 2.

[2251] *DN*, 13 de Junho de 1974, "Manifestação na freguesia do Arco de São Jorge", p. 2.

[2252] *DN*, 7 de Julho de 1974, "O povo de S. Jorge manifesta as suas aspirações", p. 7; *JM*, 7 de Julho de 1974, "Caderno de reivindicações do Povo de S. Jorge", p. 2.

[2253] Manuel Mateus Lourenço de Gouveia já tinha pedido a demissão em 9 de Agosto de 1974. Este edil tomara posse do cargo em 24 de Janeiro de 1964, tendo sido reconduzido no cargo por duas vezes, pelo governo deposto e também em Maio de 1974, mas já pelo governo do regime democrático, tendo portanto cerca de 11 anos de mandato municipal. *DN*, 14 de Setembro de 1974, "O chefe do Distrito aceitou ontem o pedido de exoneração do presidente da Câmara Municipal de Santana", p. 1; *JM*, 14 de Setembro de 1974, "O presidente da Câmara Municipal de Santana Manuel Mateus Lourenço de Gouveia pediu a sua exoneração", p. 3.

[2254] *DN*, 15 de Outubro de 1974, "Nota informativa do Governo do Distrito Autónomo do Funchal", pp. 1 e 8; *DN*, 24 de Outubro de 1974, "Posse da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Santana", p. 1; *JM*, 24 de Outubro de 1974, "Governo do Distrito Autónomo do Funchal – Nota informativa", p. 3.

Nesta cerimónia, o governador expressou confiança nos empossados e o novo edil prometeu lealdade e empenho na sua acção[2255].

A propósito desta tomada de posse, em Santana, uma comissão do Faial e de S. Roque do Faial informou que a "maior parte da população esta[va] "revoltada" com as escolhas efectuadas pelo governador para a CA, contestando a presença de "indivíduos com espírito vingativo e cheios de peneiras" e focando a ausência de representantes destas duas freguesias. Reivindicavam que houvesse escolhidos de preferência de todas as freguesias do concelho (mesmo que aumentasse o número de autarcas) ou, pelo menos, um representante "destes lados" (Faial e S. Roque do Faial), devendo todos serem eleitos democraticamente[2256].

Neste sentido, foi eleita uma comissão representativa, para participar nas sessões camarárias, em virtude da CA da CMS não poder comportar, legalmente, mais do que três elementos[2257].

Em Maio de 1975, a JPM aceitou a demissão do presidente da CA da CM de Santana, Maciel Jardim Camacho, por "motivos de saúde", passando as suas funções a ser assumidas pelo vogal Alcides Manuel Gomes dos Santos[2258].

Neste contexto, tomou posse a nova CA da CM de Santana, em 1 de Julho de 1975, sendo presidente, Manuel Leonardo de Sousa e vogais Jaime Feliciano de Freitas e Maria da Ascensão de Fretas Pereira, numa cerimónia presidida por Carlos de Azeredo[2259].

[2255] *DN*, 25 de Outubro de 1974, "Foi empossada a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Santana", p. 3; *JM*, 25 de Outubro de 1974, "Posse da Comissão Administrativa do Concelho de Santana", pp. 1 e 3.

[2256] *DN*, 30 de Outubro de 1974, "Comunicados – A propósito da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Concelho de Santana", p. 5.

[2257] *DN*, 8 de Dezembro de 1974, "O povo de S. Roque do Faial elegeu uma comissão para o representar nas sessões camarárias", p. 12.

[2258] *DN*, 16 de Maio de 1975, "Comissão Administrativa do Concelho de Santana", p. 3.

[2259] *DN*, 2 de Julho de 1975, "Junta de Planeamento reúne com sindicatos", p. 1; *DN*, 2 de Julho de 1975, "Tomou ontem posse a nova Comissão Administrativa do concelho de Santana", p. 1.

6.3.2.5. Porto Santo

No Porto Santo, em Junho de 1974, foi enviado ao ministro da Administração Interna, um abaixo-assinado, pedindo a continuação do presidente da CMPS, José António Taboada, o qual vinha exercendo o cargo já há dez anos.

Consideravam os seus subscritores que o referido edil estava "perfeitamente identificado" com o programa do MFA, tinha sido um "acérrimo defensor das legítimas aspirações da população", que "sempre lutou contra a gravidade das forças adversas ao porvir desta localidade", possuindo uma "forte personalidade […] integridade moral"[2260].

Houve contestação a este processo de manutenção do presidente da Câmara (confirmado no cargo, em 19 de Junho de 1974), criticando a forma como foram recolhidas as assinaturas do abaixo-assinado local, com funcionários em hora de serviço, usando o carro camarário e considerando que não foi ouvida uma parte importante da sociedade porto-santense[2261].

José António Taboada foi felicitado pela sua continuação como presidente da edilidade, o que revelava o "prestígio que goza[va] nos melhores conceitos da política da Revolução Nacional e pela força que o impôs à conservação do seu lugar na política administrativa da Madeira"[2262].

Em 26 de Outubro de 1974, registou-se a tomada de posse da CA do município do Porto Santo, constituída pelo presidente, José Jorge Góis Mendonça (funcionário da Previdência Geral e estudante de Direito), e pelos vogais Joana Justa Rosário Coelho (professora do ensino primário) e José Dâmaso Pestana Leão (radio mecânico da Aeronáutica Civil)[2263], na sequência da dissolução da câmara local, por proposta de Fernando Rebelo, ao ministro da Administração Interna[2264].

[2260] *DN*, 13 de Junho de 1974, "Manifestação de apoio ao Presidente da Câmara Municipal do Porto Santo", p. 5; *JM*, 18 de Junho de 1974, "Ecos do Porto Santo", p. 11.
[2261] *DN*, 25 de Junho de 1974, "Porto Santo e a Presidência da Câmara Municipal", p. 8.
[2262] *JM*, 25 de Junho de 1974, "Ecos do Porto Santo", p. 11.
[2263] *DN*, 15 de Outubro de 1974, "Nota informativa do Governo do Distrito Autónomo do Funchal", pp. 1 e 8; *DN*, 25 de Outubro de 1974, "Posse da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto Santo", p. 3; *JM*, 22 de Outubro de 1974, "Ecos do Porto Santo", p. 2; *JM*, 25 de Outubro de 1974, "Governo do Distrito Autónomo do Funchal – Nota informativa", p. 3.
[2264] *DN*, 12 de Outubro de 1974, "Dissolução da Câmara Municipal do Porto Santo", p. 1.

Na tomada de posse, o governador abordou os temas da democracia, da descentralização e os problemas que afectavam a ilha (transportes marítimos, água, turismo), recordando, ainda, a figura do democrata porto-santense Manuel Pestana Júnior[2265].

Por seu turno, o novo presidente falou do "25 de Abril" como factor para o desenvolvimento local e declarou trabalhar pelo "engrandecimento" da ilha[2266].

6.3.2.6. Porto Moniz

No Porto Moniz, em 25 de Maio de 1974, frente à Câmara Municipal, realizou-se uma manifestação, exigindo a demissão do seu chefe de secretaria, Isidro Homem de Gouveia, tendo este funcionário saído dos Paços do Concelho, sob escolta policial, mas com vaias e apupos, tendo-se dirigido para a sua residência, após o que a manifestação se dispersou[2267].

Isidro Homem de Gouveia foi acusado, pelo *EF*, de ser "um dos maiores fascistas do concelho, como provara a sua função activa na presidência da Comissão Concelhia da Acção Nacional Popular, organismo recentemente destituído"[2268].

Na freguesia da Ribeira da Janela, concelho do Porto Moniz, havia descontentamento de habitantes, devido a "desmandos e abusos de autoridade provocados pelo regedor daquela localidade", tendo sido exigido o apuramento das suas responsabilidades nas irregularidades por ele cometidas e pretendiam a sua substituição[2269].

[2265] *DN*, 27 de Outubro de 1974, "O Governador do Distrito empossou ontem a Comissão Administrativa da Câmara Municipal Portosantense", p. 3; *JM*, 29 de Outubro de 1974, "Ecos do Porto Santo", p. 4; *JM*, 29 de Outubro de 1974, "O Governador do Distrito empossou a Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto Santo", p. 3.

[2266] *DN*, 27 de Outubro de 1974, "O Governador do Distrito empossou ontem a Comissão Administrativa da Câmara Municipal Portosantense", p. 3; *JM*, 29 de Outubro de 1974, "Ecos do Porto Santo", p. 4; *JM*, 29 de Outubro de 1974, "O Governador do Distrito empossou a Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto Santo", p. 3.

[2267] *DN*, 26 de Maio de 1974, "Notícias da ilha – Manifestação no Porto Moniz", p. 7; *JM*, 23 de Maio de 1974, "Manifestação no Porto Moniz, p. 7; *JM*, 29 de Maio de 1974, Manifestação no Porto Moniz – Rectificação", p. 10.

[2268] *EF*, 27 de Maio de 1974, "No Porto Moniz – Membro da extinta A.N.P. é demitido do cargo que exercia na Câmara daquele concelho", p. 5; *EF*, 10 de Junho de 1974, "Manifestação no Porto Moniz", p. 11.

[2269] *DM*, 1 de Junho de 1974, "Ventos ilhéus – Abuso de autoridade", p. 7.

Em Julho de 1974, uma assembleia de agricultores do Porto Moniz reivindicou o saneamento administrativo, e que os regedores e administradores municipais fossem eleitos pela população, através da indicação de nomes nas diversas freguesias para cargos administrativos[2270].

Dois meses depois, Fernando Rebelo pediu ao ministro da Administração Interna a dissolução da CMPM[2271] – então, ainda presidida por Tito José Mendes de Vasconcelos[2272] – tomando posse a CA do município deste concelho, no dia 19 do mesmo mês, "após sondagem feita entre a população". Assumiram funções, como presidente, David Xavier Gonçalves Canha Jardim (proprietário agrícola, do Porto Moniz) e, como vogais, João Fernandes Correia (agricultor, do Seixal) e José Celestino Veloza (proprietário agrícola, do Porto Moniz)[2273].

Fernando Rebelo apelou à participação popular no trabalho a empreender pela CA, descentralizando a sua função nas comissões de freguesia e, por seu turno, o presidente empossado manifestou empenho na concretização das aspirações mais prementes e pediu a colaboração da população[2274].

Entretanto, em Junho de 1975, João Fernandes Correia foi substituído por João Manuel Dias Pestana[2275].

[2270] *DN*, 30 de Julho de 1974, "Assembleia de agricultores no Porto Moniz", p. 3; *JM*, 28 de Julho de 1974, "Assembleia de produtores agrícolas e trabalhadores rurais", p. 2.

[2271] *DN*, 8 de Setembro de 1974, "O Governo do Distrito pediu a dissolução das Câmaras Municipais de Porto Moniz e Calheta", p. 1; *JM*, 8 de Setembro de 1974, "Governo do Distrito Autónomo do Funchal – Nota informativa", p. 10.

[2272] ALMEIDA, 2014*; DN*, 19 de Junho de 1974, "Remodelação dos municípios madeirenses", pp. 1 e 3.

[2273] *DN*, 18 de Setembro de 1974, "As Comissões Administrativas das Câmaras Municipais do Porto Moniz e da Calheta", p. 8; *DN*, 20 de Setembro de 1974, "Empossadas as Comissões Administrativas das Câmaras Municipais da Calheta e do Porto Moniz", pp. 1 e 3; *DN*, 20 de Setembro de 1974, "Empossadas as Comissões Administrativas das Câmaras Municipais da Calheta e do Porto Moniz – O Governo do Distrito conferiu a posse", pp. 1 e 3; *JM*, 18 de Setembro de 1974, "Governo do Distrito Autónomo do Funchal – Comissões Administrativas do Porto Moniz e Calheta", p. 3; *JM*, 20 de Setembro de 1974, "Posse das Comissões Administrativas do Porto Moniz e da Calheta", p. 3.

[2274] *DN*, 18 de Setembro de 1974, "As Comissões Administrativas das Câmaras Municipais do Porto Moniz e da Calheta", p. 8; *DN*, 20 de Setembro de 1974, "Empossadas as Comissões Administrativas das Câmaras Municipais da Calheta e do Porto Moniz", pp. 1 e 3; *DN*, 20 de Setembro de 1974, "Empossadas as Comissões Administrativas das Câmaras Municipais da Calheta e do Porto Moniz – O Governo do Distrito conferiu a posse", pp. 1 e 3; *JM*, 18 de Setembro de 1974, "Governo do Distrito Autónomo do Funchal – Comissões Administrativas do Porto Moniz e Calheta", p. 3; *JM*, 20 de Setembro de 1974, "Posse das Comissões Administrativas do Porto Moniz e da Calheta", p. 3.

[2275] *DN*, 7 de Agosto de 1975, "Novo vogal da Comissão Administrativa do concelho de Porto Moniz", p. 1.

6.3.2.7. Funchal

No Funchal, a Câmara Municipal, em Maio de 1974, era composta pelo presidente, António de Agrela Gomes Loja, pelo vice-presidente, Francisco Assis Correia e pelos vereadores, Jorge José Figueira da Silva, Fernando José Vieira Pinto Correia, Diogo José Mendes de Freitas, Alberto David Soares Gonçalves dos Reis, Óscar Saturnino Pereira e António Ribeiro Marques da Silva[2276].

Na perspectiva da mudança dos titulares municipais, em Junho deste ano, o MDM apontou graves irregularidades cometidas pela CMF e defendeu que deveria ser constituída uma comissão de inquérito para averiguar a actuação dos seus dirigentes e serviços[2277].

Por seu turno, em Julho, o *DM* noticiou que os chefes dos três partidos formados na Madeira teriam sido convidados a apresentar nomes para constituírem a vereação da CMF, recomendando-se "gente nova" e não "caruncho", para "servir a Madeira e […] a Democracia"[2278].

Em 3 de Outubro de 1974, tomou posse a CA da CMF, constituída pelo presidente, Virgílio Higino Gonçalves Pereira (professor provisório do ensino técnico da EICF) e pelos vogais, Jaime Abreu Ferreira de Aguilar (empregado de escritório e dirigente sindical), Gabriel Augusto Trigo Pereira (gerente de hotelaria), Delfino Ezequiel Gonçalves (engenheiro civil), João Florêncio Gomes Aguiar (médico), António Alberto da Silva Jesus (professor do ensino secundário) e Aurélio Gonçalves Canha (comerciante)[2279].

Nesta cerimónia, Fernando Rebelo abordou os principais problemas do concelho a tratar (esgotos, lixo, água), sugerindo a criação de comissões de

[2276] *JM*, 13 de Junho de 1974, "Câmara Municipal do Funchal – Reunião de 16-5-1974", p. 5.
[2277] *DN*, 1 de Junho de 1974, "M.D.M. – Inquéritos a dirigentes e serviços de repartições públicas", p. 3; *JM*, 1 de Junho de 1974, "M.D.M. – Inquéritos a dirigentes e serviços de repartições públicas", p. 2.
[2278] *DM*, 13 de Julho de 1974, "Giz na parede – Consulta prévia", p. 8.
[2279] *DN*, 24 de Setembro de 1974, "Prof. Virgílio Gonçalves Pereira proposto para Presidente da Câmara Municipal do Funchal", p. 1; *DN*, 2 de Outubro de 1974, "Proposta a dissolução da Junta Geral do Distrito e nomeadas Comissões Administrativas para as Câmara Municipais do Funchal, Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Ponta do Sol e S. Vicente", p. 1.

freguesias, devendo haver um trabalho de equipa. Por seu turno, Virgílio Pereira declarou que iria governar, não para grupos, mas para a população em geral[2280].

A nomeação da CA da CMF e de outras comissões administrativas mereceu a crítica do PCP, pelo facto de não terem sido ouvidos os "partidos políticos de esquerda" (PCP, PS e FPDM) e as "massas populares"[2281].

Em Março de 1975, face à nomeação do novo governador civil, Carlos de Azeredo (substituindo Fernando Rebelo), a CA da CMF pôs o seu lugar à disposição, tendo aquele manifestado a sua confiança neste órgão e pedido a sua continuação em funções[2282].

No mês seguinte, o presidente Virgílio Pereira (que também era membro da JPM[2283]) e os seus vereadores, por unanimidade, decidiram pedir a sua exoneração, tendo por base, entre outras razões, a "incapacidade para resolver os problemas […] com a brevidade que lhe [era] exigida", ou seja, em "tempo aceitável", o "estado de saturação física e psíquica" dos membros da CA e "dar-se oportunidade aqueles que se [sentiam] mais capazes para encontrarem as soluções dos problemas"[2284].

No dia 22 de Abril de 1975, realizou-se uma manifestação favorável ao presidente da CMF, Virgílio Pereira, convocada pelos moradores dos bairros dos Viveiros, Santa Maria e S. Gonçalo, que contou com o apoio de diversas organizações, como a UPM, a FEC (M-L), a FPDM, o PCP, o PS, a Associação de Deficientes da Madeira e os trabalhadores da CMF[2285].

Neste evento, ocorreram várias intervenções, destacando a "dedicação às classes mais desfavorecidas" da parte do edil. Este reafirmou as causas da demissão apresentada e prometeu consultar os restantes membros da CMF

[2280] *DN*, 4 de Outubro de 1974, "Foram empossadas as Comissões Administrativas das Câmara Municipais do Funchal e de Câmara de Lobos", p. 8; *JM*, 4 de Outubro de 1974, "Posse das Comissões Administrativas dos Concelhos do Funchal e de Câmara de Lobos", pp. 1 e 3.

[2281] *DN*, 25 de Setembro de 1974, "Comissão Concelhia do Funchal do Partido Comunista Português – Comunicado n.º 3", p. 3.

[2282] *DN*, 26 de Março de 1975, "A Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Funchal colocou os seus lugares à disposição do Governo Civil, Distrital de Assistência apresentou pedido de demissão", p. 1.

[2283] *DN*, 23 de Julho de 1975, "Câmara Municipal do Funchal – Edital", p. 2.

[2284] *DN*, 22 de Abril de 1975, "Pedido de exoneração da presidência e vereação da C.M.F.", p. 3.

[2285] *DN*, 22 de Abril de 1975, "Pedido de exoneração da presidência e vereação da C.M.F.", p. 3*; DN*, 22 de Abril de 1975, "Pela continuidade do presidente da C.M.F. – Manifestação dos moradores dos bairros pobres", p. 3*; DN*, 23 de Abril de 1975, "Moradores dos bairros pobres do Funchal reiteram seu expressivo apoio à continuação do presidente da C.M.F. – O prof. Virgílio Pereira mantém-se no cargo", pp. 1 e 4; *JM*, 23 de Abril de 1975, pp. 1 e 4.

sobre a continuidade das suas funções, insistindo "na formação de comissões de bairro e localidades [pela] luta contra a corrupção, contra a miséria". Considerou ainda que deveriam ser saneados os funcionários da CMF que "não se adaptaram durante [aqueles] seis meses, dificultando com a sua acção que o processo prosse[guisse]"[2286].

Depois do comício, os manifestantes dirigiram-se ao Palácio de São Lourenço, onde Faria Leal manifestou o seu apoio à CA da CMF, referindo que algumas das suas reivindicações seriam concretizadas, com medidas a serem tomadas pela JPM[2287].

Em Agosto de 1975, a CA da CMF apresentou a sua demissão ao ministro da Administração Interna, "invocando as mesmas razões que apresentou há três meses, [nesta altura] agravadas"[2288].

A CA da CMF explicou as motivações da sua exoneração, nomeadamente o agravamento dos problemas sociais ("mais necessidades de casas e empregos", o problema "aflitivo" dos retornados, a existência de mais comissões de moradores que queriam acções imediatas, "uma maior organização popular", com populações a abrirem caminhos e a instalarem água potável), esperando esta população o apoio da edilidade, mas esta não tinha meios financeiros e humanos para estas expectativas e exigências, questão que vinha a explicar esta insuficiência de apoio às comissões de moradores[2289].

Mas, segundo a aludida CA, havia forças a dizer que era possível realizar tudo com êxito, enganando as populações e também se via a "falta de unidade, por motivos partidários", ao contrário do que antes acontecia e assim diminuíra o apoio à CA da CMF, composta por elementos "sem filiação partidária". Por estas razões, os seus membros sentiam-se "cansados, frustrados e inúteis", não se sentido "capazes de continuar", mas manter-se-iam nos seus lugares, até à respectiva substituição[2290].

[2286] *DN*, 23 de Abril de 1975, "Moradores dos bairros pobres do Funchal reiteram seu expressivo apoio à continuação do presidente da C.M.F. – O prof. Virgílio Pereira mantém-se no cargo", pp. 1 e 4; *JM*, 23 de Abril de 1975, pp. 1 e 4

[2287] *DN*, 23 de Abril de 1975, "Moradores dos bairros pobres do Funchal reiteram seu expressivo apoio à continuação do presidente da C.M.F. – O prof. Virgílio Pereira mantém-se no cargo", pp. 1 e 4; *JM*, 23 de Abril de 1975, pp. 1 e 4.

[2288] *DN*, 8 de Agosto de 1975, "Comissão Administrativa da Câmara do Funchal apresenta pedido de exoneração", p. 1.

[2289] *DN*, 8 de Agosto de 1975, "Comunicação à população do Funchal", pp. 1 e 4.

[2290] *DN*, 8 de Agosto de 1975, "Comunicação à população do Funchal", pp. 1 e 4.

Diversos organismos políticos e sociais manifestaram a sua solidariedade a Virgílio Pereira a à respectiva CA, apelando à sua continuidade, como sucedeu com o PPD, os trabalhadores do Hotel Monte Carlo, as operárias da COBOR e a Comissão de Moradores do Amparo, S. Martinho[2291].

Em 16 de Outubro de 1975, houve uma nova manifestação de apoio à continuação de Virgílio Pereira, como presidente da CMF, uma iniciativa das comissões de moradores do Bairro dos Viveiros e do Galeão (S. Roque)[2292].

Considerava-se que o autarca tinha colaborado "intensamente num contacto permanente com a população, com vista à resolução das questões mais íngremes" (segundo a Comissão de Moradores do Faial, Santa Maria Maior), por "ser um verdadeiro progressista […] ao serviço do povo" (na óptica do Sindicato da Construção Civil) e uma "pessoa independente e progressista" (no entendimento da UPM). Houve intervenções de populares, referindo que o edil mais não conseguiu fazer, por falta de dinheiro[2293].

Virgílio Pereira falou aos manifestantes, sublinhando ser importante não estarem "amarrados a disciplina partidária", e que saindo da CMF continuaria ao lado da população[2294].

Apoiaram esta manifestação diversas organizações, como o Sindicato dos Vidreiros, o Sindicato da Construção Civil, as Comissões de Moradores do Faial (Santa Maria Maior), do Palheiro Ferreiro, das Quebradas, Lombada e Vitória (S. Martinho), o PS e a UPM[2295].

[2291] *DN*, 7 de Agosto de 1975, "Comunicado do P.P.D.", p. 4; *DN*, 9 de Agosto de 1975, "Comunicados – Dos trabalhadores do Hotel Monte Carlo", p. 5; *DN*, 13 de Agosto de 1975, "Comunicados – Das operárias da COBOR", p. 7; *DN*, 14 de Agosto de 1975, "A Comissão de Moradores do Amparo (S. Martinho) e as habitações sociais", p. 6.

[2292] *DN*, 15 de Outubro de 1975, "Comissões de base promovem manifestação pela permanência do presidente na Comissão Administrativa da C.M.F.", p. 5; *DN*, 16 de Outubro de 1975, "Manifestação de apoio ao Prof. Virgílio Gonçalves", p. 8; *DN*, 17 de Outubro de 1975, "Manifestação de apoio ao presidente da Comissão Administrativa da C.M.F.", pp. 1 e 3; *JM*, 17 de Outubro de 1975, p. 1.

[2293] *DN*, 23 de Abril de 1975, "Moradores dos bairros pobres do Funchal reiteram seu expressivo apoio à continuação do presidente da C.M.F. – O prof. Virgílio Pereira mantém-se no cargo", pp. 1 e 4; *JM*, 23 de Abril de 1975, pp. 1 e 4

[2294] *DN*, 15 de Outubro de 1975, "Comissões de base promovem manifestação pela permanência do presidente na Comissão Administrativa da C.M.F.", p. 5; *DN*, 16 de Outubro de 1975, "Manifestação de apoio ao Prof. Virgílio Gonçalves", p. 8; *DN*, 17 de Outubro de 1975, "Manifestação de apoio ao presidente da Comissão Administrativa da C.M.F.", pp. 1 e 3; *JM*, 17 de Outubro de 1975, p. 1.

[2295] *DN*, 15 de Outubro de 1975, "Comissões de base promovem manifestação pela permanência do presidente na Comissão Administrativa da C.M.F.", p. 5; *DN*, 16 de Outubro de 1975, "Manifestação de apoio ao Prof. Virgílio Gonçalves", p. 8; *DN*, 17 de Outubro de 1975, "Manifestação de apoio ao presidente da Comissão Administrativa da C.M.F.", pp. 1 e 3; *JM*,

No período de governação autárquica de Virgílio Pereira, houve importantes acções, como a comemoração da proclamação da República de 1910, neste ano de 1974, através de diversas iniciativas, como a retirada da inscrição "Escola Salazar", existente na Escola Primária dos Ilhéus, no Funchal, o hastear da bandeira portuguesa, no edifício da CMF, convidando para este acto as associações cívicas, os partidos políticos e a população do concelho do Funchal, a autorização de romagens aos cemitérios para prestar homenagem aos falecidos republicanos, anti-fascistas e democratas, neste dia 5 de Outubro e a atribuição à Rua Arantes de Oliveira do nome de Dr. Manuel Pestana Júnior[2296].

Também, por determinação da JPM, em Abril de 1975, foram suspensos, preventivamente, e "por conveniência de serviço" os funcionários da CMF Arnaldo Mendonça Perestrelo, Francisco Enoque Rodrigues, Ambrósio de Sousa, Luciano Sales Correia e Manuel Bonifácio Vieira[2297].

Igualmente, a CMF apoiou a acção de ocupação e administração, desde 11 de Fevereiro de 1975, do Hotel Monte Carlo, pelos seus trabalhadores, que conseguiam manter o seu funcionamento[2298].

Numa concentração popular, junto à CMF, em 8 de Maio de 1975, que teve a participação do ministro do Trabalho – convocada por sindicatos e partidos – o presidente da edilidade chamou à atenção do ministro para a necessidade de melhoria de condições dos trabalhadores da função administrativa, que estariam menos bem que os colegas da administração pública, tendo o governante nacional respondido que este assunto estava em estudo[2299].

---

16 de Outubro de 1975, "Manifestação de apoio ao presidente da Câmara Municipal do Funchal", p. 12.

[2296] *DN*, 4 de Outubro de 1974, "Câmara Municipal do Funchal", p. 6; *DN*, 5 de Outubro de 1974, "Câmara Municipal do Funchal", p. 9.

[2297] *DN*, 23 de Abril de 1975, "Deliberações da Junta de Planeamento da Madeira – Na Câmara Municipal do Funchal", p. 1.

[2298] *DN*, 1 de Maio de 1975, "Uma experiência positiva de gestão hoteleira credencia a Comissão Executiva de Trabalhadores do "Hotel Monte Carlo"", p. 3.

[2299] *DN*, 8 de Maio de 1975, "O ministro do Trabalho nos Paços do Concelho", p. 1; *DN*, 8 de Maio de 1975, "Saudação do ministro à população do Funchal", p. 8; *DN*, 8 de Maio de 1975, "Convite", p. 7; *DN*, 8 de Maio de 1975, "Sindicato Nacional dos Profissionais de Alfaiataria e Costura do Distrito do Funchal – Comunicado", p. 6; *DN*, 8 de Maio de 1975, "Sindicato Nacional dos Sapateiros e Ofícios Correlativos do Distrito do Funchal – Comunicado", p. 7; *DN*, 9 de Maio de 1975, "É preciso que as pessoas passem a dispor e a utilizar a liberdade que lhes foi conferida – afirmou o ministro Costa Martins nos Paços do Concelho do Funchal", pp. 1 e 3.

A formação de comissões de moradores e a sua articulação estreita com a edilidade, nomeadamente com Virgílio Pereira, foram uns dos principais marcos da acção no período desta CA da CMF.

Logo, na sua primeira reunião, em 3 de Outubro de 1974, a CMF deliberou "convidar os moradores dos bairros municipais a escolherem uma comissão para os representar junto da Câmara no estudo dos seus problemas sociais"[2300].

Correspondendo a este desafio, a comissão eleita do Bairro dos Viveiros, propriedade da CMF, enviou ao presidente da edilidade, várias reivindicações, como a anulação do cargo de fiscal do bairro, a revisão do sistema de abastecimento da água potável e esgotos, a electrificação interior e pública e o melhoramento das ruas do bairro[2301].

Em Julho de 1975, também foi eleita a Comissão de Moradores de S. João Latrão, que contava com o apoio da CMF, para um conjunto de reivindicações locais[2302].

Os moradores de S. João Latrão, em Setembro de 1975, trataram de diversos assuntos (projecto de estrada, reparação de levadas, electrificação pública), que tinham o apoio da CMF, da EEM e da JPM[2303].

Nos meses de Setembro, Outubro e Novembro de 1975, intensificaram-se as reuniões de moradores e das suas comissões, no concelho do Funchal, nelas participando, presencial e activamente, Virgílio Pereira, como nos bairros de Santa Maria Maior e dos Viveiros e nos sítios da Quinta dos Reis e Lombo, do Lombo dos Aguiares, Pomar do Miradouro, Lombinho, Laranjal Pequeno, do Ribeiro Seco de Cima (São Gonçalo), de S. Martinho e das Corujeiras de Dentro e de Fora (Monte)[2304].

[2300] *JM*, 11 de Outubro de 1974, "Câmara Municipal do Funchal", p. 10.

[2301] *DN*, 24 de Outubro de 1974, "Os habitantes do Bairro dos Viveiros expõem os seus problemas à câmara", p. 9.

[2302] *DN*, 25 de Julho de 1975, "Eleita a Comissão de Moradores de São João Latrão", p. 5.

[2303] *JM*, 14 de Setembro de 1975, "Comunicados", p. 2.

[2304] *DN*, 20 de Setembro de 1975, "Assembleias, comícios, reuniões – Comissão de Moradores do Bairro de Santa Maria Maior", p. 2; *DN*, 26 de Setembro de 1975, "Assembleias, comícios, reuniões – Comissão de Moradores", p. 4; *DN*, 26 de Setembro de 1975, "Assembleias, comícios, reuniões – Reunião de esclarecimento promovida pela Comissão de Moradores do Bairro dos Viveiros", p. 6; *DN*, 17 de Outubro de 1975, "Comunicados", p. 9; *DN*, 20 de Novembro de 1975, "Assembleias, comícios, reuniões – Moradores de S. Martinho", p. 8; *DN*, 28 de Novembro de 1975, "Assembleias, comícios, reuniões", p. 7; *JM*, 20 de Setembro de 1975, "Comunicados", p. 10; *JM*, 7 de Novembro de 1975, "Comunicados", p. 5.

6.3.2.8. Calheta

A CMC, presidida por José Manuel Brás, deliberou, em reunião extraordinária, no dia 26 de Abril de 1974, atribuir o nome do general António de Spínola à rua principal da sede do concelho, uma decisão saudada "entusiasticamente em pé e por aclamação", a par de se congratular por "contar adentro seus muros ancestrais maior herói nossa geração", tendo sido hasteada a bandeira nacional na fachada principal da edilidade[2305].

Entretanto, este presidente de câmara foi suspenso das funções, em 30 de Abril, por decisão do governador civil substituto em exercício, até ao esclarecimento dos factos ocorridos naquela localidade, no dia 21 de Abril de 1974, sendo substituído pelo vice-presidente, Felisberto Farinha de Gouveia[2306].

Com efeito, nesse 21 de Abril, "um indivíduo de nome José M. R. Brás, conhecido na Calheta" tinha ferido com um tiro Manuel Arlindo Gonçalves de Abreu, de 20 anos, trabalhador assalariado rural, natural e residente no sítio do Loreto, quando este se encontrava no Largo do Loreto, com outras pessoas, a quem José Brás teria intimado a regressarem a casa. Como não obedeceram, Brás disparou alguns tiros, tendo atingido, num lado, Manuel Arlindo, de quem o seu agregado familiar seria dependente economicamente, desconhecendo-se se o agressor teria sido detido[2307], tendo o *CF* apontado diversas acusações contra José Manuel Brás, presidente da CM da Calheta, que, após a Revolução, continuou em liberdade[2308].

Acusando de "descarado oportunismo" a proposta de atribuição do nome de António de Spínola à principal rua da vila da Calheta, logo após o "25 de Abril", o *CF* recordava que, menos de dois meses antes, na sua tomada de posse como presidente da câmara, e depois de referir que "iria doar-se à missão totalmente"

[2305] *DN*, 27 de Abril de 1974, "Uma homenagem da Câmara Municipal da Calheta ao General António de Spínola", p. 3*; DN*, 28 de Abril de 1974, "Deliberação da Câmara Municipal da Calheta ao General António de Spínola", p. 3; *DN*, 28 de Abril de 1974, "Homenagem da Câmara Municipal da Calheta ao General António Spínola", p. 3; *JM*, 28 de Abril de 1974, "A Câmara Municipal da Calheta homenageia o General Spínola", p. 12.

[2306] *CF*, 11 de Maio de 1974, edição regional, "O caso do presidente da Câmara da Calheta: um exemplo de caciquismo político", pp. 10-11; *DN*, 30 de Abril de 1974, "Câmara Municipal da Calheta", p. 6; *JM*, 30 de Abril de 1974, "Suspenso do exercício das funções o presidente do Município da Calheta", p. 3.

[2307] *CF*, 25 de Abril de 1974 a 1 de Maio de 1974, "Incidentes na Calheta", p. 20.

[2308] *CF*, 11 de Maio de 1974, edição regional, "O caso do presidente da Câmara da Calheta: um exemplo de caciquismo político", pp. 10-11.

(citação extraída do *DN* do Funchal), "homenageou o Prof. Marcello Caetano e pôs em evidência as "directrizes" que classificou de "lição magistral ao país" do governo fascista"[2309].

Também, muito antes, em 1969, como professor do LNF, num discurso proferido neste estabelecimento de ensino, José Manuel Brás classificou Salazar como um "grande prestigioso chefe" e "figura inconfundível", acrescentando, então: "Hoje felizmente podemos agradecer a Deus nos ter dado o homem singular que governa Portugal, que saneou a nossa vida financeira e económica […] e fez com que o Estado deixasse de ser um autêntico circo"[2310].

Neste semanário, surgiu o epíteto de "Rei Absoluto da Calheta", atribuído a José Manuel Brás, concluindo o jornal que o edil era um exemplo dos frutos do fascismo, os caciques, bem como uma "caricatura fiel do regime salazarista"[2311].

Em 3 de Maio de 1974, na sua primeira conferência de imprensa, o delegado da JSN, Carlos de Azeredo, ratificou a decisão de suspensão do presidente da CMC – tomada anteriormente, pelo governador civil substituto em exercício, em 30 de Abril – e considerou que a atribuição do nome de António de Spínola a uma rua da Calheta reflectia "a mentalidade das lápides e dos nomes [que tinha] de passar"[2312], sublinhando que o acto deste edil constituía um "gesto de sabujice"[2313].

Entretanto, por portaria da Direcção-Geral da Administração Local, datada de 14 de Maio, José Manuel Brás foi exonerado do cargo de presidente da câmara[2314].

Poucos dias depois, mais precisamente no dia 18 de Maio, realizou-se uma manifestação de apoio às FA e de protesto contra a CMC[2315], tendo

---

[2309] *CF*, 11 de Maio de 1974, edição regional, "O caso do presidente da Câmara da Calheta: um exemplo de caciquismo político", pp. 10-11.
[2310] *CF*, 11 de Maio de 1974, edição regional, "O caso do presidente da Câmara da Calheta: um exemplo de caciquismo político", pp. 10-11.
[2311] *CF*, 11 de Maio de 1974, edição regional, "O caso do presidente da Câmara da Calheta: um exemplo de caciquismo político", pp. 10-11.
[2312] *DN*, 4 de Maio de 1974, "No Governo Militar da Madeira o Comandante Militar teve ontem a sua primeira reunião com os representantes dos órgãos de informação locais," pp. 1, 3 e 7,
[2313] *JM*, 4 de Maio de 1974, ""Não é na violência que vamos construir o Portugal que desejamos" – afirmou o Comandante Militar da Madeira, Ten.-Coronel Carlos de Azeredo, na conferência de imprensa no Palácio de S. Lourenço", pp. 1 e 12.
[2314] *DN*, 17 de Maio de 1974, "Exonerado do cargo o presidente da Câmara da Calheta", p. 3.
[2315] *JM*, 17 de Maio de 1974, "Manifestação na Calheta", p. 11*; DN*, 18 de Maio de 1974, "Manifestação na Calheta", p. 2.

participado cerca de 2000 pessoas, na Calheta, a partir das 12h, junto ao edifício da edilidade, contra a actuação do seu chefe de secretaria, João Camilo Alves Velho (natural de Bragança)[2316], acusado de praticar irregularidades, tendo este, pelas 20h, saído da câmara, para uma viatura militar, e sido levado para o Funchal[2317].

Depois deste protesto, quando dispersavam, os manifestantes passaram junto à residência do antigo presidente da Câmara, José Manuel Brás (que já tinha sido exonerado) e foram atirados jactos de água e pedras, provindos daquela casa[2318].

Então, os populares reagiram, invadindo a habitação, tendo o ex-presidente intimidado, com uma pistola, o organizador da manifestação, João de Sousa Alegria. Esta situação mereceu a intervenção das FA, com um militar a disparar para o ar, de modo a serenar os ânimos. Depois, os militares ficaram na Calheta, até sábado, tendo trazido para o Funchal o chefe de secretaria, o ex-edil e familiares[2319].

Para o *CF*, manifestações deste género provavam que o povo estava "firmemente decidido a lutar contra a exploração de quem t[inha] sido e AINDA CONTINUA[VA] A SER vítima"[2320].

Em Setembro de 1974, Fernando Rebelo, pediu ao ministro da Administração Interna a dissolução da CMC[2321], acontecendo a tomada de posse da CA deste município, no dia 19 do mesmo mês – "após consulta popular" – sendo formada pelo presidente, Manuel Nominando Bettencourt de Sousa (funcionário bancário, da Calheta) e pelos vogais João Rodrigues Mendes (agricultor, do Arco da Calheta), Manuel Garrido (industrial, da Ponta do Pargo),

---

[2316] Também referenciado pelo *CF* como Emílio.

[2317] *CF*, 25 de Maio de 1974, edição regional, "O povo da Calheta manifesta-se", pp. 2-3; *DN*, 17 de Maio de 1974, "Exonerando do cargo o presidente da Câmara da Calheta", p. 3; *DN*, 20 de Maio de 1974, "Incidentes durante uma manifestação popular na Calheta", p. 3; *DN*, 21 de Maio de 1974, "Manifestação popular da Calheta", p. 3.

[2318] *DN*, 17 de Maio de 1974, "Exonerando do cargo o presidente da Câmara da Calheta", p. 3; *DN*, 20 de Maio de 1974, "Incidentes durante uma manifestação popular na Calheta", p. 3; *DN*, 21 de Maio de 1974, "Manifestação popular da Calheta", p. 3.

[2319] *DN*, 17 de Maio de 1974, "Exonerando do cargo o presidente da Câmara da Calheta", p. 3; *DN*, 20 de Maio de 1974, "Incidentes durante uma manifestação popular na Calheta", p. 3; *DN*, 21 de Maio de 1974, "Manifestação popular da Calheta", p. 3.

[2320] *CF*, 25 de Maio de 1974, edição regional, "O povo da Calheta manifesta-se", pp. 2-3.

[2321] *DN*, 8 de Setembro de 1974, "O Governo do Distrito pediu a dissolução das Câmaras Municipais de Porto Moniz e Calheta", p. 1; *JM*, 8 de Setembro de 1974, "Governo do Distrito Autónomo do Funchal – Nota informativa", p. 10.

Maria Fernandina da Fonte Salgado (agente de animação rural, do Estreito da Calheta), e José Maria Pereira (agricultor e comerciante, do Jardim do Mar)[2322].

Nesta cerimónia, Fernando Rebelo referiu a necessidade de democratizar, com a colaboração de todos, devendo intervir conjuntamente com a CA, tendo ainda sugerido a criação de comissões nas freguesias do concelho[2323].

O presidente da CA prometeu satisfazer, dentro das suas possibilidades, as necessidades das populações, com a sua cooperação[2324].

6.3.2.9. Câmara de Lobos

Em Câmara de Lobos, o período inicial da Revolução foi caracterizado por três protestos, um contra a PSP, outro contra o chefe da repartição de Finanças e um terceiro contra o presidente da câmara municipal.

Embora houvesse ligação entre estes episódios, devido à sua proximidade temporal e também político-institucional, focaremos a nossa análise no último, face à sua importância no âmbito da abordagem deste capítulo.

No dia 6 de Maio de 1974, houve protestos contra o presidente da edilidade de Câmara de Lobos, Vasco Reis Gonçalves, em exercício há 15 anos, registando-se, no entanto, que houve populares a considerar o edil como boa pessoa e que serviu bem a população, na qualidade de médico na Caixa de Previdência local, que até consultas gratuitas fazia[2325].

[2322] *DN*, 18 de Setembro de 1974, "As Comissões Administrativas das Câmaras Municipais do Porto Moniz e da Calheta", p. 8; *DN*, 20 de Setembro de 1974, "Empossadas as Comissões Administrativas das Câmaras Municipais da Calheta e do Porto Moniz – O Governo do Distrito conferiu a posse", pp. 1 e 3; *JM*, 18 de Setembro de 1974, "Governo do Distrito Autónomo do Funchal – Comissões Administrativas do Porto Moniz e Calheta", p. 3; *JM*, 20 de Setembro de 1974, "Posse das Comissões Administrativas do Porto Moniz e da Calheta", p. 3.

[2323] *DN*, 20 de Setembro de 1974, "Empossadas as Comissões Administrativas das Câmaras Municipais da Calheta e do Porto Moniz – O Governo do Distrito conferiu a posse", pp. 1 e 3; *JM*, 20 de Setembro de 1974, "Posse das Comissões Administrativas do Porto Moniz e da Calheta", p. 3

[2324] *DN*, 20 de Setembro de 1974, "Empossadas as Comissões Administrativas das Câmaras Municipais da Calheta e do Porto Moniz – O Governo do Distrito conferiu a posse", pp. 1 e 3; *JM*, 20 de Setembro de 1974, "Posse das Comissões Administrativas do Porto Moniz e da Calheta", p. 3.

[2325] *JM*, 7 de Maio de 1974, "Em Câmara de Lobos, manifestação popular exige presença das Forças Armadas", pp. 1, 3-4; *JM*, 7 de Maio de 1974, "Dr. Vasco Reis suspenso da Presidência

Entretanto, segundo o *JM*, este médico e o vice-presidente João de Araújo Afonso já teriam pedido a sua demissão, no dia 2 de Maio, ou seja, antes desta manifestação. Mas Vasco Reis Gonçalves foi, efectivamente, suspenso das funções, tendo sido substituído por João de Araújo Afonso[2326].

Para conhecerem de perto a situação local, Carlos de Azeredo, Faria Leal e Manuel da Costa (director de Finanças) deslocaram-se a Câmara de Lobos, em 6 de Maio de 1974[2327].

Entretanto, a referida suspensão do edil, decretada por Carlos de Azeredo, foi anulada pelo mesmo, no dia seguinte, sendo Vasco Reis Gonçalves readmitido, a pedido de um grupo de camaralobenses. Esta alteração ocorreu na sequência de uma reunião da classe piscatória, que confirmou a manutenção do médico à frente dos destinos da edilidade[2328].

Na sequência da dissolução da CMCL[2329], tomou posse a CA deste município, em 3 de Outubro de 1974, a qual ficou constituída pelo presidente, Gregório Arlindo Figueira de Faria (comerciante, Câmara de Lobos) e os vogais, João da Silva (pescador), Francisco Abreu (proprietário agrícola, do Estreito de

---

da Câmara Municipal de Câmara de Lobos", p. 3; *JM*, 7 de Maio de 1974, "Visita do Comandante Militar a Câmara de Lobos", p. 3.

[2326] *JM*, 7 de Maio de 1974, "Em Câmara de Lobos, manifestação popular exige presença das Forças Armadas", pp. 1, 3-4; *JM*, 7 de Maio de 1974, "Dr. Vasco Reis suspenso da Presidência da Câmara Municipal de Câmara de Lobos", p. 3; *JM*, 7 de Maio de 1974, "Visita do Comandante Militar a Câmara de Lobos", p. 3.

[2327] *JM*, 7 de Maio de 1974, "Em Câmara de Lobos, manifestação popular exige presença das Forças Armadas", pp. 1, 3-4; *JM*, 7 de Maio de 1974, "Dr. Vasco Reis suspenso da Presidência da Câmara Municipal de Câmara de Lobos", p. 3; *JM*, 7 de Maio de 1974, "Visita do Comandante Militar a Câmara de Lobos", p. 3.

[2328] A recolha da opinião dos pescadores, quanto ao afastamento ou não de Vaco Reis Gonçalves, a pedido do Comando Militar, ficou a cargo de João Fernandes, João de Sousa Coelho, Jerónimo de Freitas e Joaquim Pereira, os quais se apresentaram no dia 7 de Maio de 1974, no referido Comando, transmitindo o resultado da auscultação efectuada. *DN*, 8 de Maio de 1974, "Gabinete de informação da Junta de Salvação Nacional da Madeira – Informação", p. 1; *JM*, 8 de Maio de 1974, "Informação", p. 1; *DM*,11 de Maio de 1974, "Informação", p. 3.

[2329] *DN*, 21 de Setembro de 1974, "Nomeada a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Machico", p. 1; *DN*, 2 de Outubro de 1974, "Proposta a dissolução da Junta Geral do Distrito e nomeadas Comissões Administrativas para as Câmara Municipais do Funchal, Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Ponta do Sol e S. Vicente", p. 1; *JM*, 21 de Setembro de 1974, "Governo do Distrito Autónomo do Funchal – Câmaras Municipais de São Vicente e Câmara de Lobos", p. 1; *JM*, 2 de Outubro de 1974, "Nomeadas as Comissões Administrativas das Câmaras Municipais do Funchal. Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Ponta do Sol e S. Vicente", pp. 1-2.

Câmara de Lobos), José Justino Fernando dos Ramos (agricultor) e Fernando Gerardo da Silva Lopes (funcionário de organismo económico)[2330].

Nessa cerimónia, Fernando Rebelo referiu a dificuldade em encontrar elementos para a CA da CMCL, manifestando-lhes confiança. O novo presidente desta autarquia elencou os problemas do concelho (falta de escolas, água e arruamentos) que necessitavam da colaboração de todos para encontrar as respectivas soluções[2331].

O presidente da edilidade apresentou a sua demissão, em Março de 1975, tendo em conta a "alteração verificada na orientação governativa para a Madeira"[2332], tendo a JPM aceitado esta exoneração, nomeando como encarregado desta edilidade, a partir de 23 de Abril de 1975, o funcionário bancário, natural de Câmara de Lobos, João Abel Gonçalves de Azevedo[2333].

No dia 16 de Junho de1975, perante Carlos de Azeredo e outros elementos da JPM, bem como o presidente da edilidade, João Abel Gonçalves de Azevedo, tomaram posse os novos vereadores da CA da CM de Câmara de Lobos, João de Abreu (pescador), Luís de Jesus Barros Júnior (professor), José Isidoro Gonçalves (caixeiro) e Vasco Francisco da Silva Abreu (empregado de escritório)[2334].

No âmbito da actividade deste presidente de câmara, aconteceram algumas intervenções, como em Julho do mesmo ano, face a "alguns boatos e alarmes sobre a ocupação de casas devolutas […] com origens altamente reaccionárias", a CA da CMCL esclareceu que fez um levantamento dos prédios devolutos naquela localidade, mas não a sua ocupação[2335].

Também, o presidente da edilidade interveio na resolução de um diferendo entre os ocupantes de uma loja, sócios da Cooperativa da Vila de

[2330] *DN*, 2 de Outubro de 1974, "Proposta a dissolução da Junta Geral do Distrito e nomeadas Comissões Administrativas para as Câmara Municipais do Funchal, Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Ponta do Sol e S. Vicente", p. 1.
[2331] *DN*, 4 de Outubro de 1974, "Foram empossadas as Comissões Administrativas das Câmara Municipais do Funchal e de Câmara de Lobos", p. 8; *JM*, 4 de Outubro de 1974, "Posse das Comissões Administrativas dos Concelhos do Funchal e de Câmara de Lobos", pp. 1 e 3.
[2332] *JM*, 22 de Março de 1975, "Demitiu-se o presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Câmara de Lobos", p. 1.
[2333] *DN*, 23 de Abril de 1975, "Deliberações da Junta de Planeamento da Madeira – Encarregado da Câmara Municipal de Câmara de Lobos", p. 1.
[2334] *DN*, 17 de Junho de 1975, "Tomada de posse dos novos vereadores da Câmara Municipal de Câmara de Lobos", p. 6.
[2335] *DN*, 24 de Julho de 1975, "Comissão Administrativa do Concelho de Câmara de Lobos – Comunicado", p. 5.

Câmara de Lobos, e o seu proprietário, tenho sido definido o pagamento de uma renda de 1500$00/mês[2336].

Em Setembro de 1975, a CA da CMCL pediu a demissão, ao governador do Distrito e à JPM, por considerar "não estarem criadas as condições necessárias ao desenvolvimento da sua acção, pelas ameaças contínuas à […] integridade física" dos seus membros e devido ao atentado de que foi alvo o seu presidente, João Abel Gonçalves de Azevedo, com uma bomba na sua garagem, na Rua da Levada, no Funchal, no dia 31 de Agosto de 1974[2337].

O PPD considerou que a demissionária CA da CMCL "não realizou nenhuma obra e só contribuiu para lançar a confusão no concelho contra pessoas, criando um clima de insegurança, de ódio" e exigia que o PPD fosse ouvido na nomeação dos novos titulares municipais, por ser o partido maioritário no concelho, face aos resultados das eleições para a AC, em 25 de Abril de 1975[2338].

A CA de Câmara de Lobos acusou a comissão política concelhia do PPD de se ter revelado "demagógica, caluniosa e irresponsável" e esclareceu que nenhum dos membros da CA tinha filiação partidária, tendo, na sua acção, consultado a população, estando disponível para colaborar com todos, não se realizando, de facto, qualquer "obra de fachada", mas com outras intervenções como o problema da praça do peixe e referiu que o PPD não apresentou sugestões àquela CA[2339].

Face a esta exoneração, houve manifestações de solidariedade com o ex-presidente da CM, provindos de grupos de munícipes de Câmara de Lobos e do Estreito de Câmara de Lobos, bem como da comissão de moradores de São Tiago, salientando o apoio concedido à formação de comissões de moradores locais, a ocupação de casas e a criação de cooperativas e que a CA não podia fazer grandes obras, por falta de meios financeiros[2340].

[2336] *JM*, 14 de Agosto de 1975, "Comunicados recebidos", p. 8.

[2337] *DN*, 2 de Setembro de 1975, "Demissionária a Comissão Administrativa da C.M. de Câmara de Lobos", p. 1; *DN*, 2 de Setembro de 1975, "Os últimos atentados bombistas na Madeira – Detidas várias pessoas – quem está por detrás disto tudo?", pp. 1 e 8.

[2338] *DN*, 11 de Setembro de 1975, "PPD critica actividade da Comissão Administrativa de Câmara de Lobos", p. 6.

[2339] *DN*, 16 de Setembro de 1975, "Câmara de Lobos – Comissão Administrativa demissionária responde à Comissão Política Concelhia do P.P.D.", p. 8.

[2340] *DN*, 16 de Setembro de 1975, "Câmara de Lobos – Comissão Administrativa demissionária responde à Comissão Política Concelhia do P.P.D.", p. 8; *DN*, 30 de Setembro de 1975,

O governador do Distrito, Carlos de Azeredo, aceitou a exoneração da CA da CMCL, em 22 de Setembro de 1975, ficando "encarregado de assinar todo o expediente" municipal o chefe de secretaria António Paulo Gaspar Ferraz[2341].

6.3.2.10. Ponta do Sol

Na Ponta do Sol, o seu presidente da câmara, Agostinho Gonçalves de Canha, foi demitido, por ter sido um elemento activo da ANP[2342], recordando o *CF* que o citado, a par de outras entidades oficiais, em representação da Madeira, integrara o colégio eleitoral que, em 1972, elegeu o PR "fantoche" Américo Tomás[2343].

Enquanto "Os trabalhadores da Ponta do Sol" expressaram regozijo pela destituição do presidente da edilidade[2344], em sua defesa, surgiu uma assembleia dos médicos do Distrito do Funchal, em Maio de 1974, considerando que o mesmo tinha sido incorrectamente afastado das suas funções profissionais, como se justifica no capítulo específico do mundo do trabalho, no sector dos médicos[2345].

Em 4 de Outubro de 1974 – na sequência da dissolução da CM da Ponta do Sol[2346] – tomou posse a CA local, sendo constituída pelo presidente, José Egídio da Luz Teixeira Pita (feitor agrícola, dos Canhas) e pelos vogais Manuel

"Moradores de Câmara de Lobos repudiam atentado bombista", p. 8; *DN*, 15 de Outubro de 1975, "Moradores de São Tiago apoiam Comissão Administrativa cessante", p. 2.

[2341] *DN*, 20 de Setembro de 1975, "Exonerada a Comissão Administrativa de Câmara de Lobos", p. 1; *DN*, 24 de Setembro de 1975, "Regional", p. 1.

[2342] *DN*, 12 de Maio de 1974, "O Presidente da Câmara da Ponta do Sol foi demitido por ser activo da extinta A.N.P.", p. 1.

[2343] *CF*, 25 de Maio de 1974, edição regional, "Quem "elegeu" Tomás?", p. 12.

[2344] *DN*, 16 de Maio de 1974, "A Ponta do Solve vive o "25 de Abril"", p. 8

[2345] *DN*, 19 de Maio de 1974, "Médicos", p. 2; *DN*, 21 de Maio de 1974, "Médicos", p. 2; *DN*, 30 de Maio de 1974, "O movimento actual dos movimentos que se processam nas várias instituições de saúde do país tendentes à democratização dos mesmos foi analisado em assembleia de médios madeirenses", pp. 1 e 8; *JM*, 19 de Maio de 1974, "Médicos", p. 6; *JM*, 21 de Maio de 1974, "Médicos", p. 6; *JM*, 30 de Maio de 1974, "O caso do Dr. Agostinho Canha estudado na Assembleia Geral dos médicos madeirenses", p. 2.

[2346] *DN*, 2 de Outubro de 1974, "Proposta a dissolução da Junta Geral do Distrito e nomeadas Comissões Administrativas para as Câmara Municipais do Funchal, Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Ponta do Sol e S. Vicente", p. 1; *JM*, 2 de Outubro de 1974, "Nomeadas as Comissões Administrativas das Câmaras Municipais do Funchal. Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Ponta do Sol e S. Vicente", pp. 1-2.

da Silva Júnior (agricultor, da Lombada) e Manuel Figueira (funcionário de Finanças, Ponta do Sol)[2347].

Este processo gerou muita polémica, ainda antes da tomada de posse da CA. Um grupo de cidadãos desta localidade, em 2 de Outubro, explicou que, logo após o "25 de Abril", tinha proposto o afastamento do presidente da edilidade do anterior regime e apresentado a Carlos de Azeredo, a pedido deste, um elenco de pessoas para constituir a CA da câmara, na sequência de sondagens feitas localmente[2348].

Entretanto, Fernando Rebelo fora nomeado governador civil, tendo este escolhido uma CA que não integrava qualquer dos nomes apontados pelo citado grupo de cidadãos, tendo nomeado, para presidente, José Egídio da Luz Teixeira Pita, o que gerou, no grupo "surpresa [..] indignação e receio pelo futuro do concelho", pois este tinha sido "membro activo da ANP", razões pelas quais este grupo assumia discordância com a sua indicação[2349].

José Egídio da Luz Teixeira Pita reconheceu "ter sido durante algum tempo membro da A.N.P.", mas também depois foi um "conspirador político contra o sistema fascista e, como tal, devidamente identificado pelos chefes políticos, e pelos respectivos serviços" e que só votava quando havia listas da oposição, ajudando a distribuir os seus votos[2350].

Sobre a sua escolha para presidente da CA da CM da Ponta do Sol, esclareceu que tinha havido uma lista inicial, apresentada ao delegado da JSN, Carlos de Azeredo, promovida por um "despersonalizado padre" (Pe. Manuel Marques, pároco local), de forma antidemocrática, após uma reunião com cerca de 10 pessoas e foi, por via disto, que houve uma assembleia na Cooperativa Agrícola de Lacticínios, nos Canhas (a freguesia maior e mais populosa do concelho), na qual a população "elegeu democraticamente e por escrutínio secreto o seu representante legal", José Egídio da Luz Teixeira Pita[2351].

[2347] *DN*, 2 de Outubro de 1974, "Proposta a dissolução da Junta Geral do Distrito e nomeadas Comissões Administrativas para as Câmara Municipais do Funchal, Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Ponta do Sol e S. Vicente", p. 1.

[2348] *JM*, 3 de Outubro de 1974, "Vida política – Comunicado sobre a Comissão Administrativa da Ponta do Sol", p. 3.

[2349] *JM*, 3 de Outubro de 1974, "Vida política – Comunicado sobre a Comissão Administrativa da Ponta do Sol", p. 3.

[2350] *JM*, 3 de Outubro de 1974, "Esclarecimento do presidente nomeado da Comissão Administrativa da Câmara da Ponta do Sol", p. 2.

[2351] *JM*, 3 de Outubro de 1974, "Esclarecimento do presidente nomeado da Comissão Administrativa da Câmara da Ponta do Sol", p. 2.

Neste contexto, a tomada de posse da CA da Ponta do Sol teve um carácter diferente das outras localidades. Na entrada da câmara, gritou-se "Abaixo o Egídio", "Fascistas" e houve cartazes referindo "Tachistas" e "O povo é quem mais ordena". Assim, um grupo de manifestantes apresentou o seu descontentamento pela nomeação da CA, com o slogan "O povo é quem escolhe". Ainda, se registou a intervenção da PSP para serenar os ânimos[2352].

Quando Fernando Rebelo falou, foi interrompido por populares, várias vezes ao longo do seu discurso, lamentando o governador civil o que sucedia naquele acto, porque conhecia o povo da Ponta do Sol e até tinha ido "buscar um trabalhador autêntico da Lombada", Manuel da Silva Júnior, para a vereação municipal, sendo que era a primeira vez que um trabalhador rural participava numa edilidade, como "homenagem à gente da Lombada"[2353].

Fernando Rebelo acusou os manifestantes de serem instigados por alguém que, cobardemente, não estava presente, ao que responderam que estavam por si próprios. Referiu que os populares não tinham educação e estava chocado com o protesto. Justificou a nomeação feita, porque não havia "partidos organizados, nem cadernos e propaganda eleitorais"[2354].

Por sua vez, o novo presidente, José Egídio da Luz Teixeira Pita, elogiou os "obreiros do 25 de Abril" e garantiu que não iria trair o povo da Ponta do Sol[2355].

A controvérsia continuou, mesmo após a posse, tendo diversos organismos se manifestado contra o edil nomeado e apoiado o protesto ocorrido na tomada de posse, como a Comissão Popular da Lombada, Jangão e Lugar

[2352] *DN*, 5 de Outubro de 1974, "Comissões Administrativas nas Câmara Municipais de S. Vicente, Ponta do Sol e Ribeira Brava", p. 3; *JM*, 5 de Outubro de 1974, "Posse das Comissões Administrativas dos Concelhos de S. Vicente, Ponta do Sol e Ribeira Brava", pp. 1 e 4.

[2353] *DN*, 5 de Outubro de 1974, "Comissões Administrativas nas Câmara Municipais de S. Vicente, Ponta do Sol e Ribeira Brava", p. 3; *JM*, 5 de Outubro de 1974, "Posse das Comissões Administrativas dos Concelhos de S. Vicente, Ponta do Sol e Ribeira Brava", pp. 1 e 4.

[2354] *DN*, 5 de Outubro de 1974, "Comissões Administrativas nas Câmara Municipais de S. Vicente, Ponta do Sol e Ribeira Brava", p. 3; *JM*, 5 de Outubro de 1974, "Posse das Comissões Administrativas dos Concelhos de S. Vicente, Ponta do Sol e Ribeira Brava", pp. 1 e 4.

[2355] *DN*, 5 de Outubro de 1974, "Comissões Administrativas nas Câmara Municipais de S. Vicente, Ponta do Sol e Ribeira Brava", p. 3; *JM*, 5 de Outubro de 1974, "Posse das Comissões Administrativas dos Concelhos de S. Vicente, Ponta do Sol e Ribeira Brava", pp. 1 e 4.

de Baixo[2356] e grupos de populares da freguesia da Madalena do Mar[2357], dos sítios do Lombo de S. João, Adegas, Terças e Livramento da freguesia da Ponta do Sol[2358] e das mulheres da Lombada e dos Canhas[2359]

A favor do edil empossado, surgiu um abaixo-assinado, com 2050 assinaturas, do "povo da freguesia de Canhas", defendendo-o como "figura puramente democrática, desde sempre"[2360].

O PS criticou o governador por ter feito a nomeação de uma CA diferente da proposta "proveniente duma consulta popular efectuada ao povo do concelho", o que levou ao protesto popular, provocado pela "atitude ditatorial" de Fernando Rebelo. Segundo o PS, esta e outras atitudes "antidemocráticas" do governante estavam a contrariar o espírito do MFA e do PM, Vasco Gonçalves[2361].

Perante o avolumar desta polémica, o governador civil do Distrito viu-se obrigado a conceder uma explicação exaustiva sobre as razões da escolha dos nomes para a CA da Ponta do Sol, expondo contactos, reuniões e notas informativas sobre todo este processo[2362].

Depois de toda esta polémica, a partir de 5 de Maio de 1975, o presidente da CA da CM da Ponta do Sol, José Egídio da Luz Teixeira Pita, foi substituído pelo seu vogal, Manuel Figueira, na sequência da apresentação da exoneração daquele, em ofício, no dia 25 de Março de 1975 e depois, em 30 de Abril de

---

[2356] *DN*, 5 de Outubro de 1974, "Comunicado da Comissão Popular da Lombada (Ponta do Sol)", p. 4; *JM*, 5 de Outubro de 1974, "A propósito da nomeação da Comissão Administrativa da Câmara da Ponta do Sol – Comunicado", p. 2.

[2357] *DN*, 7 de Outubro de 1974, "Comunicado da população da Madalena do Mar", p. 7; *JM*, 7 de Outubro de 1974, "Vida política – Ainda a nomeação do presidente da Comissão Administrativa da Ponta do Sol – Comunicado", p. 2.

[2358] *DN*, 7 de Outubro de 1974, "Da população dos sítios Lombo de S. João, Adegas, Terças e Livramento", p. 7; *JM*, 7 de Outubro de 1974, "Vida política – Ainda a nomeação do presidente da Comissão Administrativa da Ponta do Sol – Comunicado", p. 2.

[2359] *DN*, 8 de Outubro de 1974, "A administração da Câmara Municipal da Ponta do Sol continua a provocar controvérsia", p. 8; *JM*, 8 de Outubro de 1974, "Vida política – Ainda a posse da Comissão Administrativa da Câmara Municipal da Ponta do Sol – Comunicado", p. 2; *JM*, 8 de Outubro de 1974, "Vida política – Ainda a posse da Comissão Administrativa da Câmara Municipal da Ponta do Sol – Comunicado", p. 2; *JM*, 8 de Outubro de 1974, "Vida política – Ainda a posse da Comissão Administrativa da Câmara Municipal da Ponta do Sol – Esclarecimento", p. 2.

[2360] *JM*, 16 de Outubro de 1974, "Vida política – Ainda o caso da Comissão Administrativa da Câmara Municipal da Ponta do Sol, Declaração", p. 2.

[2361] *DN*, 5 de Outubro de 1974, "Partido Socialista – Apoio do P.S. ao povo da Ponta do Sol", p. 5.

[2362] *DN*, 7 de Outubro de 1974, "Governo do Distrito Autónomo do Funchal – Nota informativa", p. 3; *JM*, 7 de Outubro de 1974, "Vida política – Ainda a nomeação do presidente da Comissão Administrativa da Ponta do Sol – Nota informativa do Governo do Distrito", p. 2.

1975, pessoalmente, junto do governador civil, Carlos de Azeredo, alegando "motivos da sua vida particular"[2363].

6.3.2.11. Machico

Em Machico, no dia 2 de Maio de 1974, o presidente da CMM, Manuel Rufino Teixeira, pediu a demissão do cargo que estava a cumprir há quatro anos, tendo sido lavrado o seu alvará de exoneração, apenas em 15 de Junho do mesmo ano[2364].

Para substituí-lo, foi nomeado, por Carlos de Azeredo, o vereador mais velho, João Araújo[2365], em virtude do vice-presidente da CMM, Francisco Paulo encontrar-se suspenso – por se envolver num confronto com moradores do Caniçal, relacionado com a feitura de um abaixo-assinado alegadamente para a mudança dos gestores municipais – vindo este a ser exonerado em 17 de Junho de 1974[2366].

Para estas alterações, contou uma assembleia popular, em 14 de Junho de 1974, que exigiu o afastamento dos referidos dirigentes[2367] e o pedido de Carlos de Azeredo para que fossem indicadas pessoas que pudessem formar as comissões administrativas das câmaras[2368].

De imediato, associando-se à ideia de "uma Câmara limpa e aberta, que represent[asse] e defend[esse] o povo do Concelho de Machico"[2369], o CIPM procedeu a uma auscultação popular dos maiores de 18 anos, para a indicação

[2363] *DN*, 6 de Maio de 1975, "O Governo Civil aceitou o peido de exoneração do presidente da comissão administrativa do concelho de Ponta do Sol", p. 1. MARTINS, 2020b, "O "25 de Abril" em Machico", pp. 62-83.

[2364] *DN*, 3 de Maio de 1974, "No "*Diário de Notícias*" Manuel Rufino Teixeira", p. 3; *DN*, 16 de Junho de 1974, "Exonerado o Presidente da Câmara Municipal de Machico", p. 10; *JM*, 3 de Maio de 1974, "No "*Jornal da Madeira*", Manuel Rufino Teixeira", p. 3; MARTINS, 2017, *O 25 de Abril em Machico – Centro de Informação Popular 1974-75,* pp. 47-48.

[2365] *DN*, 16 de Junho de 1974, "Exonerado o Presidente da Câmara Municipal de Machico", p. 10.

[2366] ABM, Secretaria CMM, *Ofício n.º 2292 do Governo do Distrito do Funchal*, 17 de Junho de 1974; MARTINS, 2017, pp. 48-49.

[2367] *JM*, 15 de Junho de 1974, "Manifestações-Em Machico", p. 2.

[2368] *DN*, 22 de Junho de 1974, "Comunicado do Governo do Distrito", p. 1; *JM*, 22 de Junho de 1974, "Governo do Distrito Autónomo do Funchal-Comunicado", p. 1.

[2369] *DN*, 22 de Junho de 1974, "Centro de Informação Popular de Machico-Comunicado", p. 2; *JM*, 22 de Junho de 1974, "Centro de Informação Popular de Machico - Comunicado do CIPM", p. 2.

de cinco nomes para os representar na CMM, distribuindo, para o efeito, um impresso nas casas dos munícipes[2370].

Desta consulta, resultou uma segunda auscultação, para a escolha de três dos cinco nomes, tendo sido distribuído um novo boletim aos cidadãos, obtendo-se os seguintes resultados: Martins Júnior, sacerdote (4182 votos), João Moniz Vasconcelos Escórcio, estudante (3443 votos) e José Alexandre Teixeira, advogado (2543 votos)[2371].

Como estes três nomes pertenciam à freguesia de Machico, foi necessário fazer um ajustamento a representantes de outras localidades do concelho e, então, a CA passou a ser formada por um elemento da freguesia de Machico, no cargo de presidente, José Alexandre Teixeira, e dois vogais, João de Lemos Silva, mecanógrafo (Porto da Cruz) e José Lúcio Ribeiro Martins, tipógrafo (Caniçal)[2372].

Depois de dissolvida a Câmara Municipal e a nomeação da CA[2373], no dia 24 de Setembro de 1974, tomaram posse os novos titulares autárquicos, numa cerimónia presidida pelo governador civil do Distrito[2374], tendo este discursado, seguido pelos membros do executivo municipal, na varanda dos Paços do Concelho[2375].

Fernando Rebelo qualificou este como "um dia grande para o povo trabalhador de Machico […] um dia de continuação do 25 de Abril"[2376].

Entretanto, o presidente da CMM, sublinhou que o concelho de Machico tinha sido "o primeiro a vibrar, com clarividência, perante o Movimento do 25 de Abril […] o primeiro que, demonstrando um amadurecimento político invulgar no

[2370] *DN*, 30 de Junho de 1974, "Centro de Informação Popular de Machico – Comunicado", p. 4.
[2371] *DN*, 26 de Julho de 1974, "Centro de Informação Popular – Sondagem pública para a eleição da Comissão Administrativa", p. 4; *DN*, 11 de Agosto de 1974, "Centro de Informação Popular de Machico – constituída a sua Comissão Administrativa", p. 5.
[2372] *DN*, 4 de Outubro de 1974, "Comunicado do Centro de Informação de Machico", p. 7; *JM*, 4 de Outubro de 1974, "Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico", p. 2.
[2373] *DN*, 18 de Setembro de 1974, "Dissolução da Câmara Municipal de Machico e nomeação duma Comissão Administrativa", p. 8.
[2374] *DN*, 24 de Setembro de 1974, "Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Machico", p. 1, .
[2375] *DN*, 25 de Setembro de 1974, "Eleita pela população – A Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Machico tomou ontem posse", p. 8.
[2376] *DN*, 25 de Setembro de 1974, "Eleita pela população – A Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Machico tomou ontem posse", p. 8.

Distrito, procedeu democraticamente a uma auscultação" para escolher a sua CA[2377].

Após a tomada de posse, em 24 de Setembro de 1974, surgiram conflitos entre o CIPM e a CA da CMM, tendo por base algumas reclamações populares contra esta última entidade, nomeadamente visando o seu presidente, José Alexandre Teixeira[2378].

Neste contexto, o CIPM interpretou a referida CA como apoiante dos inimigos do "povo trabalhador"[2379], chegando a ser concluído que "o povo viu-se defraudado, afastado da sua Câmara"[2380].

O mesmo CIPM destacou que "o povo acabou por ser traído pelas restrições do governador e também, principalmente, devido à actuação do […] presidente da comissão administrativa"[2381].

O descontentamento popular e do CIPM foi reforçado pelo facto de o elemento mais votado na consulta local, Martins Júnior, não ter tomado posse na CMM, por decisão de Fernando Rebelo, após imposição do bispo do Funchal, Francisco Santana[2382].

A insatisfação popular e do CIPM desembocou na ocupação das instalações da Câmara, nos dias 8, 9 e 10 de Fevereiro de 1975[2383]. Depois de conversações com as entidades civis e militares do Distrito, de confrontos dos

[2377] *DN*, 25 de Setembro de 1974, "Eleita pela população – A Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Machico tomou ontem posse", p. 8, .

[2378] *DN*, 24 de Dezembro de 1974, "A palavra do leitor – Problemas da População de Machico", p. 3; *DN*, 6 de Fevereiro de 1975, "A palavra do leitor – A Democracia (?) de Machico, Algo de anormal se passa em Machico", E.C., p. 3; *DN*, 7 de Fevereiro de 1975, "Carta do Povo do Santo da Serra à Comissão Administrativa da Câmara de Machico", p. 7; *DN*, 9 de Fevereiro de 1975, "Comunicados – Da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Machico", p. 7; *DN*, 13 de Fevereiro de 1975, "A palavra do leitor – Autarquias Locais, o caso de Machico", Rodrigo Pomares, p. 3.

[2379] *CF*, 28 de Novembro de 1974, "Mesa redonda com os responsáveis do Centro de Informação Popular de Machico", p. 4.

[2380] *DN*, 6 de Fevereiro de 1975, "A palavra do leitor – A Democracia (?) de Machico, Algo de anormal se passa em Machico", E.C., p. 3.

[2381] *CF*, 28 de Novembro de 1974, "Mesa redonda com os responsáveis do Centro de Informação Popular de Machico", p. 4.

[2382] *CF*, de 20 a 27 de Fevereiro de 1975, "Machico: A verdade dos factos", pp. 1-3; *DN*, 6 de Fevereiro de 1975, "A palavra do leitor – A Democracia (?) de Machico – Algo de anormal se passa em Machico", E.C., p. 3.

[2383] *DN*, 9 de Fevereiro de 1975, "Em Machico: manifestantes ocupam o átrio do município exigindo a demissão do presidente", p. 1; *DN*, 13 de Fevereiro de 1975, "O Caso da Presidência da Comissão Administrativa de Machico", p. 8.

ocupantes com os apoiantes de José Alexandre Teixeira e da intervenção militar, no terceiro dia, o edifício municipal foi desocupado[2384].

Desta ocupação, resultou o afastamento do presidente da CA da CMM[2385] e uma "auscultação por todos os sítios a fim de se apurar quem [era] a pessoa que os habitantes de Machico pretend[ia]m [para] ocupar o cargo de Presidente da Comissão Administrativa"[2386], acção desenvolvida no mês de Fevereiro.

Após estas diligências e algum impasse na decisão a tomar sobre a CA da CMM – já depois da exoneração de Fernando Rebelo, em 19 de Março de 1975[2387] – Carlos de Azeredo, seu substituto, nomeou Martins Júnior presidente da edilidade, tendo este sido empossado em 8 de Abril de 1975[2388].

Assim, a JPM decidira conceder "a oportunidade ao novo presidente nomeado e à facção que o apoia[va], de demonstrar a sua capacidade de resolver […] os problemas que afecta[va]m a população"*[2389].*

Seguiu-se uma das pretensões do CIPM, não cumprida por José Alexandre Teixeira, isto é, a criação de comissões de trabalho municipais[2390], tendo a sua tomada de posse ocorrido no "1.º de Maio" de 1975[2391], interpretando o CIPM que, no ""Dia do Trabalhador", os trabalhadores de Machico tomaram conta do poder […] o povo trabalhador doravante [era] o dono da sua Câmara, […] o patrão dos seus destinos"[2392].

O mandato de Martins Júnior cessou em Setembro de 1975[2393], tendo sido decisivos os acontecimentos relacionados com um polémico "Tribunal Popular", assunto desenvolvido no capítulo relativo à autonomia e separatismo.

[2384] *DM*, 15 de Fevereiro de 1975, "Câmara Municipal de Machico", pp. 1 e 4; *DN*, 13 de Fevereiro de 1975, "O Caso da Presidência da Comissão Administrativa de Machico", p. 8.
[2385] *CF*, de 20 a 27 de Fevereiro de 1975, "Machico: A verdade dos factos", pp. 1-3.
[2386] *JM*, 11 de Fevereiro de 1975, "A situação na Câmara de Machico está normalizada", p. 3.
[2387] *DN*, 20 de Março de 1975, "O dr. Fernando Rebelo pediu a exoneração do cargo de Governador do Distrito", p. 1.
[2388] *DN*, 9 de Abril de 1975, "Empossado o novo presidente da Comissão Administrativa do concelho de Machico", p. 1; *JM*, 9 de Abril de 1975, "Governo do Distrito Autónomo do Funchal-Informação aos meios de comunicação social", p. 12.
[2389] *DN*, 9 de Abril de 1975, "Empossado o novo presidente da Comissão Administrativa do concelho de Machico", p. 1; *JM*, 9 de Abril de 1975, "Comunicado-Presidência da C. A. do Concelho de Machico", p. 12.
[2390] *DN*, 6 de Maio de 1975, "Comunicados – Do Centro de Informação Popular de Machico", p. 7.
[2391] *DN*, 1 de Maio de 1975, "Elementos da Junta de Planeamento em Machico", p. 1.
[2392] *DN*, 6 de Maio de 1975, "Comunicados – Do Centro de Informação Popular de Machico", p. 7.
[2393] O mandato de Martins Júnior na CMM durou de 9 de Abril de 1975 a 4 de Setembro de 1975.

Com efeito, em 4 de Setembro de 1975, Carlos de Azeredo demitiu o edil em exercício, acusando-o de "inqualificável abuso de autoridade e desrespeito pelas instruções precisas que para o assunto lhe foram directamente dadas pelo Governo do Distrito, factos salientes dos relatórios dos acontecimentos do passado dia 30 de Agosto, respeitantes a um pretenso "Tribunal popular"", ficando a câmara a cargo dos restantes dois vogais[2394].

Esta demissão originou várias reacções, de índole popular e que chegaram à violência[2395].

Neste ambiente, Carlos de Azeredo garantiu não haver nova CA ou novo presidente de Câmara, "até que houvesse eleições de acordo com o que [fosse] determinado pela futura Constituição", ficando Eugénio Rodrigo Cardoso de Castro a gerir a edilidade[2396], tendo esta situação se mantido até às primeiras eleições do poder local, em Dezembro de 1976, vencendo, então, o PPD.

Da análise produzida neste capítulo, podemos concluir que o "25 de Abril" desencadeou, naturalmente, um conjunto de alterações nas instituições políticas do arquipélago madeirense, desde o governo civil e militar até às autarquias locais, passando pela JGDAF.

Estas mudanças afirmaram propósitos de autonomia regional e local e da eleição dos titulares políticos pelos madeirenses, tendo contribuído activamente, neste processo, os movimentos e partidos políticos surgidos num tempo de liberdade.

Saliente-se o papel das movimentações populares, no sentido crítico da acção dos organismos públicos, pugnando pelo seu saneamento, em ordem a um poder político mais próximo e servidor das populações locais.

[2394] *JM*, 5 de Setembro de 1975, "Governo do Distrito demite Padre José Martins das funções de Presidente da C. Administrativa de Machico", pp. 1 e 12.

[2395] *JM*, 6 de Setembro de 1975, "Machico – Palco de violências", p. 12.

[2396] Eugénio Rodrigo Cardoso de Castro foi chefe da Secretaria da CMM até 1989. *DN*, 16 de Outubro de 1975, "Um comunicado do Comando Territorial Independente da Madeira sobre os últimos acontecimentos em Machico", p. 8; *JM*, 23 de Outubro de 1975, "Brigadeiro Carlos Azeredo", pp. 1 e 6.

7. Autonomia, separatismo e independência

Autonomia, separatismo e independência constituíram uma tríade permanente, coexistente, próxima e também conflituante, no pensamento e na acção do período revolucionário em estudo.

Para uma melhor compreensão e contextualização destas realidades político-institucionais, simultâneas, tomemos por base o entendimento de Rodrigues (2021), relativamente a estes conceitos. Para este autor – recorrendo à origem etimológica – autonomia significa o "direito de reger-se segundo leis próprias ou a capacidade de se autogovernar", podendo esse poder ser "originário ou derivado e susceptível de se apresentar sob várias formas jurídicas", não se apresentando como algo independente do Estado de que faz parte[2397].

O mesmo especialista concebe separatismo como "separação ou secessão política de uma parcela do território, integrada num Estado soberano, podendo ou não, em concomitância, visar a integração em outro […] e poderá não concretizar-se em independência"[2398].

Diversamente – e em correlação com a acepção do último conceito – independência remete-nos para a separação total de uma região em relação a um Estado, tornando-se numa nova entidade estatal.

Estes conceitos suscitaram opiniões, reivindicações, estratégias e práticas, na Madeira, entre 25 de Abril de 1974 e 25 de Novembro de 1975, gerando antagonismos ideológicos e político-partidários e actos, socialmente, polémicos.

De forma introdutória e sucinta, importa, desde logo, assinalar que os ideais autonomistas se desenvolveram ao longo dos sécs. XIX e XX, sendo estabelecida a autonomia administrativa do Distrito do Funchal, em 1901 e criada a Junta Geral.

Na década de 20 do último século, houve uma grande força das ideias autonomistas, surgindo o "Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes", na década seguinte, e funcionando estes sob a responsabilidade de um governador civil, como representante do Estado.

[2397] RODRIGUES, 2021, pp. 23-24.
[2398] RODRIGUES, 2021, pp. 188-189.

Para esta realidade contribuíram, fundamentalmente, o movimento gerado nos anos 20, a "Carta a um Governador", em 1969, e o papel da oposição democrática.

7.1. O pensamento de personalidades regionais

Depois da Revolução, com o novo ambiente de liberdade, estavam criadas as condições para o livre manifestar de pensamentos e projectos, tendo várias pessoas, movimentos políticos, partidos e periódicos de diferentes quadrantes expressado a respectiva visão sobre os citados fenómenos políticos.

Por exemplo, Emanuel Jardim Fernandes defendeu que "os problemas urgentes da ilha dev[ia]m ser resolvidos cá, não esquecendo a dependência de Lisboa, porque [havia] problemas a nível nacional e de solução a nível nacional", reafirmando que "o ensaio de solução de todos os problemas dever[ia] iniciar-se na Madeira"[2399].

Por seu turno, José Maria da Silva considerou que "o Estatuto da pseudo-autonomia das ilhas adjacentes, amordaçando a auto-determinação e livre discussão e resolução dos problemas madeirenses pelos madeirenses [era] o grande culpado pelo […] atraso" da ilha, pois "envolvidos na morna falácia da autonomia, os problemas [da Madeira] dormiam o sono eterno da irresolução". Por isso, o mesmo interlocutor proclamou: "Gritemos desde já pela plena autonomia da Madeira e Porto Santo"[2400].

José Maria da Silva defendeu, ainda, que os madeirenses, enquanto permanecessem adjacentes, nunca resolveriam os seus problemas, pelo que advogou a proposta de eliminação da designação ilhas adjacentes, tendo sido um apologista da "declaração imediata da autonomia completa, como Estado Federado à Metrópole", com um governador eleito por sufrágio directo, uma

[2399] *DN*, 22 de Maio de 1974, "O momento político – Depoimento do Dr. Emanuel Jardim Fernandes", pp. 1 e 5.
[2400] *DN*, 29 de Maio de 1974, "O momento político – Depoimento do Dr. José Maria da Silva", pp. 1, 4 e 7.

câmara legislativa, um órgão executivo que substituísse a JGDAF, com as suas atribuições[2401].

Entretanto, A. S. C. abordou a autonomia *versus* a independência da Madeira, defendendo a primeira solução, mas a sério, porquanto com a independência poderia a Madeira não se aguentar, preferindo serem "pobrezinhos, mas portuguesinhos! (…) sabendo bater o pé aos macrocefalismos metropolitanos"[2402].

Arlindo Oliveira considerou que seria saudável a autonomia administrativa, "embora com certo limite", para resolver assuntos da Madeira, sem a interferência de Lisboa[2403] e interpretou a independência como um "golpe oportunista de políticos "vencidos" em face à opinião pública madeirense a ver se ainda consegu[iam] granjear o apoio incondicional de toda uma população que sempre esteve votada ao ostracismo durante o regime fascista"[2404].

Em Setembro de 1974, Fernando Albuquerque, membro do PPD da Madeira, defendeu que as regiões deveriam governar-se a si próprias, não podendo ser Lisboa a decidir o que lhe interessava, devendo ser fornecidos meios para o seu desenvolvimento económico e social e, como tal, apontava a revogação do estatuto do Distrito e a concessão de autonomia à Madeira[2405].

António Aragão de Freitas defendeu a autonomia madeirense, concluindo que "não pod[ia] haver democracia enquanto a descentralização não fo[sse] uma realidade"[2406].

Maria Mendonça, em Setembro de 1975, advogou que os habitantes da Madeira "quer[iam] continuar a ser madeirenses", mas continuando como "portugueses de 1.ª classe"[2407], tendo postulado "Autonomia? – Sim! Separatismo? – Não!"[2408].

[2401] *DN*, 29 de Maio de 1974, "O momento político – Depoimento do Dr. José Maria da Silva", pp. 1, 4 e 7.
[2402] *JM*, 31 de Maio de 1974, "O ponto de vista do leitor. Problemas locais – Autonomia a sério", A.S.C., p. 2.
[2403] *DN*, 19 de Junho de 1974, "A palavra do leitor – Cabe aos madeirenses a solução dos seus problemas", p. 4.
[2404] *DN*, 10 de Novembro de 1974, "Madeira, um problema nacional!!!", Arlindo Oliveira, p. 9.
[2405] *DN*, 8 de Setembro de 1974, "Partido Popular Democrático – "A realização do homem considerado como sujeito e não objecto duma sociedade é a nossa finalidade", disse-nos o eng. Fernando Albuquerque", p. 3.
[2406] *JM*, 1 de Janeiro de 1975, "Autonomia madeirense", p. 11.
[2407] *JM*, 4 de Setembro de 1975, "Autonomia? – Sim! Separatismo? – Não!", pp. 3-4.
[2408] *JM*, 11 de Setembro de 1975, "Cartas ao director – Autonomia? – Sim! Separatismo? – Não! – respondendo ao sr. Daniel Freitas Rodrigues", p. 2.

Sobre estes conceitos, também se pronunciaram algumas figuras com influência regional, designadamente pela sua função de direcção nos dois matutinos insulares, Paquete de Oliveira e Alberto João Jardim.

O primeiro considerou que a defesa da independência da Madeira, naquela altura, era uma "pura especulação", referindo não existirem "argumentos culturais, sociais e económicos" para tal, pelo que entendia esta proposta como uma "manobra política", pois, também, a Madeira não se bastava a si própria, a nível económico e social[2409], advogando, em alternativa, a "autonomia político-administrativa do distrito"[2410].

Paquete de Oliveira, "analisando a população madeirense em confronto com as características de um povo, uma nação", interpretava que a mesma se inseria "no todo da comunidade que [era] a sociedade nacional portuguesa", pois não fora encontrada qualquer população "indígena" na Madeira, tendo esta sido "colonizada por emigrantes portugueses continentais", possuindo "língua, costumes, leis, religião, cultura portugueses"[2411].

Então, segundo este articulista, o "verdadeiro foco do perigo" do independentismo estava numa motivação "escondida num conjunto de interesses económicos, socias, morais, culturais, que [estavam] a perigar" e necessitavam de ser defendidos, reforçando que "a mudança da situação política portuguesa veio pôr em causa um conjunto de interesses […] e lesar uma série de pessoas com privilégios"[2412].

Na visão de Paquete de Oliveira, paralelamente, o arquipélago era um "grande sacrificado da política nacional", por estar dependente politica e administrativamente e "subserviente" a esta, sentindo-se a população madeirense "preterida e castigada", e era a falta de autonomia que contribuía para a propagação das ideias da independência[2413].

[2409] *DN*, 9 de Fevereiro de 1975, "A grave crise económica madeirense – Da autonomia à independência, José Manuel Paquete de Oliveira", pp. 3-4.

[2410] *DN*, 9 de Fevereiro de 1975, "A grave crise económica madeirense – Da autonomia à independência, José Manuel Paquete de Oliveira", pp. 3-4.

[2411] *DN*, 21 de Setembro de 1975, "A Independência da Madeira", José Manuel Paquete de Oliveira, p. 3.

[2412] *DN*, 21 de Setembro de 1975, "A Independência da Madeira", José Manuel Paquete de Oliveira, p. 3.

[2413] *DN*, 21 de Setembro de 1975, "A Independência da Madeira", José Manuel Paquete de Oliveira, p. 3.

Paquete de Oliveira adicionava outros factores para este fenómeno independentista, como "o anti-comunismo, a religião, o sentimento bairrista, o confronto político, económico e de progresso, com países repletos de emigrantes madeirenses", aspectos que serviam para "explorar junto de uma população a necessidade de projectar na pátria-mãe a causa de toda a sua desgraça, de toda a sua situação desprotegida"[2414].

Assim, baseados "na defesa da independência da Madeira" se movimentavam aqueles que faziam "a estratégica defesa dos seus interesses preteridos ou em perigo"[2415].

O director do *DN*, Funchal concluía, no entanto, que a população madeirense não queria, nem podia ser independente e que a sua opção era Portugal, constituindo a independência da Madeira um "problema de consciência nacional"[2416].

Por seu turno, Alberto João Jardim, logo, no dia 1 de Maio de 1974, defendeu uma "autonomia selectiva, através da centralização dos serviços distritais numa só entidade – os governadores – gozando estes da total responsabilidade e representatividade política e administrativa", cessando a actividade da JGDAF, com a atribuição dos seus serviços à "dependência dos governadores, sendo estes assistidos por um Gabinete de Secretários Distritais para os diversos sectores, de sua livre escolha"[2417].

Sobre esta matéria da autonomia regional, o referido político advogou que era necessário "continuarmos, nós madeirenses, a batermo-nos pela resolução das questões" que afectavam o arquipélago madeirense, "contra quem quer que [fosse] que as não resolv[i]am, tal como contra aqueles que não as quiseram resolver no passado"[2418].

Alberto João Jardim considerava que "o grande erro da Madeira […] foi a demasiada submissão dos seus destinos ao que ocasionalmente desse na cabeça de Lisboa […] a excessiva "dedicação", de alguns responsáveis locais

[2414] *DN*, 21 de Setembro de 1975, "A Independência da Madeira", José Manuel Paquete de Oliveira, p. 3.
[2415] *DN*, 21 de Setembro de 1975, "A Independência da Madeira", José Manuel Paquete de Oliveira, p. 3.
[2416] *DN*, 21 de Setembro de 1975, "A Independência da Madeira", José Manuel Paquete de Oliveira, p. 3.
[2417] *VM*, 1 de Maio de 1974, "Um novo Portugal, uma nova Madeira", Alberto João, pp. 1-2 e 4.
[2418] *VM*, 30 de Maio de 1974, "Janela – Madeira-O futuro?", A.J., p. 3.

às todas poderosas repartições do Terreiro do Paço". Entendia o mesmo autor que, independentemente de qualquer filiação partidária ou mesmo não filiação, os madeirenses tinham dois pontos de vista inabdicáveis: a estrutura político-administrativa existente não servia e a não imposição de um estatuto administrativo sem um prévio debate ou análise pelo Povo da Madeira[2419].

Depois, Alberto João Jardim, na *VM*, sublinhou que a autonomia tinha de ser

> "uma das grandes reivindicações do Povo da Madeira. Independentemente dos partidos políticos em que cada um se integr[asse] ou da ideologia que o norte[asse]. Porque, no fundo, pod[ia] até a comunhão de interesses dos madeirenses justificar uma frente política unida dalgumas correntes de opinião democráticas, sob a bandeira do associativismo regional"[2420].

A propósito de "boatos sobre a "independência" da Madeira", Alberto João Jardim escreveu que o intuito de separação do arquipélago do todo nacional, "para além de ridículo, constitu[ía] uma machadada grave na consciência do País", significando "abandonar esta minúscula porção de terra a ambições vorazes e estranhas, dos quais não nos saberíamos, nem nos poderíamos defender". O mesmo articulista acrescentava que "se alguém fala[va] em "autonomia" ou infantilmente em "independência" apenas no interesse de com egoísmo prolongar situações injustas de domínio pessoal ou de classe, a esses [havia] que criticar veementemente"[2421].

Em Dezembro de 1974, Alberto João Jardim, defendeu, como "poder executivo", a existência de um governador auxiliado por secretários regionais e, como "poder fiscalizador", uma assembleia regional, com 25 representantes, escolhidos através de partidos políticos. Propunha, ainda, o princípio da "subordinação à soberania nacional", expressa nas leis gerais da República[2422].

Depois, o referido articulista, em Janeiro de 1975, no âmbito de uma "efectiva autonomia", advogou a existência de um governador auxiliado por secretários regionais, uma assembleia regional e um orçamento regional[2423].

A seguir, Alberto João Jardim salientou que "as linhas fundamentais da autonomia da Madeira – autonomia e NÃO independência como talvez

[2419] *VM*, 30 de Maio de 1974, "Janela – Madeira-O futuro?", A.J., p. 3.
[2420] *VM*, 16 de Outubro de 1974, "Autonomia", pp. 1-2.
[2421] *JM*, 30 de Outubro de 1974, "Tribuna Livre", pp. 1 e 3.
[2422] *JM*, 29 de Dezembro de 1974, "Tribuna Livre", pp. 1-2.
[2423] *JM*, 3 de Janeiro de 1975, "Tribuna Livre", pp. 1 e 9.

maldosamente se pretend[ia] confundir – ter[iam] de ficar consagradas constitucionalmente”[2424].

A propósito de uma notícia do jornal *República*, sobre movimentações independentistas, Alberto João Jardim considerou que “para além de escritos murais […] nunca detetámos qualquer importante movimento de opinião nesse sentido”, censurando a ideia de que o voto dos madeirenses no PPD significaria independência, porquanto este partido era “anti-independentista”[2425].

O mesmo articulista advogou que a “a ideia ridícula de “independência” para a Madeira não significa[va] mais do que a pretensão de nos criar qualquer dependência, com fins que não parec[ia]m muito claros”, asseverando que a Madeira “não [tinha] condições para subsistir por si e, assim, a ilusão “independência” logo se desvaneceria, pois acabaríamos por cair sob algum manto imperialista”[2426].

Sobre as movimentações relacionadas com o separatismo, Alberto João Jardim censurou-as, considerando que eram de “lamentar os recentes acontecimentos verificados nos Açores”[2427].

O mesmo político, em Novembro de 1975, acreditava que houvesse ““separatistas” […] pouco conscientes […] legitimamente amedrontados com a ameaça do totalitarismo comunista. Medo, não opção consciente”[2428].

7.2. Opiniões de personalidades nacionais

Também, várias personalidades nacionais, umas com responsabilidade partidária, outras no exercício de funções governativas – nomeadamente, nas suas deslocações à Madeira – manifestaram o seu sentimento sobre as ideias de autonomia, separatismo e independência propaladas no arquipélago.

Em Dezembro de 1974, Carlos Macedo, dirigente nacional do PPD, esclareceu que este partido era a favor da regionalização e tinha inscrito no seu programa “o estatuto da autonomia para o arquipélago da Madeira, deixando ao

[2424] *JM*, 8 de Maio de 1975, “Tribuna Livre”, pp. 1 e 10.
[2425] *JM*, 10 de Maio de 1975, “Tribuna Livre”, pp. 1-2.
[2426] *JM*, 9 de Maio de 1975, “Tribuna Livre”, pp. 1 e 12.
[2427] *JM*, 10 de Junho de 1975, “Tribuna Livre”, pp. 1-2.
[2428] *JM*, 23 de Novembro de 1975, “Tribuna Livre”, pp. 1 e 11.

futuro o rumo que o povo madeirense entende[sse] dever assumir, nunca esquecendo os interesses gerais do país e os perigos que certas situações pod[iam] criar no respeitante à subordinação de qualquer imperialismo"[2429].

Carlos Fabião, CEMGFA e membro do CE, na sua visita à Madeira, em Janeiro de 1975 – sobre a opção entre a autonomia e a independência – constatou que

> "durante cerca de cinquenta anos, ninguém se preocupou com o problema do povo da Madeira. Enquanto um governo fascista que o escravizou, explorou e o subjugou, a todo um povo, não houve problemas de independência, não houve problemas de preocupação nacional […] vejamos que por detrás de quase todas estas coisas, de quase todos estes movimentos e de todos estes "amigos" do povo, apresenta[va]-se a reacção com toda a sua força, a tentar condições para voltar a subjugar o povo"[2430].

Acrescentou este militar que "as autonomias [eram] indispensáveis porque a demasiada descentralização prejudica[va] a resolução dos problemas locais", sendo que "dentro de uma união […] uma descentralização até de governo é, com certeza, útil"[2431].

Acerca dos movimentos independentistas, Carlos Fabião acrescentou que os mesmos estavam manipulados pela "reacção", desejando "subjugar o povo madeirense e a pulverização de Portugal"[2432].

Herberto Goulart, dirigente nacional do MDP/CDE, em visita à Madeira, referiu que o programa deste partido ainda não abordava "com algum detalhe […] a questão dos distritos autónomos das Ilhas Adjacentes", mas que a organização local do MDP/CDE enriqueceria o programa com a matéria da "autonomia distrital", acrescentando que a descentralização em relação às ilhas deveria ser aplicada, tendo em conta "a descontinuidade geográfica, os custos da insularidade e as peculiaridades económicas, sociais e culturais"[2433].

[2429] *JM*, 29 de Dezembro de 1974, "Dr. Carlos Macedo da Comissão Política Nacional do P.P.D. fala a "*Jornal da Madeira*"", pp. 1 e 6.

[2430] *JM*, 8 de Janeiro de 1975, "O general Carlos Fabião fala da autonomia da Madeira em entrevista ao nosso jornal", pp. 1 e 7.

[2431] *JM*, 8 de Janeiro de 1975, "O general Carlos Fabião fala da autonomia da Madeira em entrevista ao nosso jornal", pp. 1 e 7.

[2432] *DN*, 8 de Janeiro de 1975, "O general Carlos Fabião na Madeira", pp. 1 e 6.

[2433] *DN*, 12 de Janeiro de 1975, "O MDP/CDE – Movimento Democrático Português na Madeira", pp. 3 e 9.

Costa Martins, em Maio de 1975, declarou que "o povo da Madeira não quer[ia] a independência", considerando que o movimento emancipalista da Madeira era um "conjunto de agitadores sem representatividade alguma"[2434].

Em 28 de Agosto de 1975, Carlos Mota Pinto, líder parlamentar do PPD, defendeu que "a ideia separatista desenvolv[ia]-se […] não como repúdio de Portugal, mas como reacção ao risco de uma ditadura em Portugal", pelo que se impunha "pôr termo à existência de um governo correspondente a uma insignificante minoria" (isto é, o V GP, integrando ministros ligados aos partidos PCP e MDP/CDE, e sem a participação do PPD e do PS[2435]), sublinhando também que "o pensamento separatista [era] robustecido pelo injusto esquecimento a que as populações insulares se sent[ia]m votadas […] estranhamente alimentado por forças estranhas"[2436].

Costa Braz, em Setembro de 1975, considerou que independência era diferente de autonomia e que, alternativamente, esta era "premente"[2437].

Numa primeira deslocação à Madeira, em Fevereiro de 1975, Mário Soares, secretário-geral do PS e ministro dos Negócios Estrangeiros, manifestou que era importante a autonomia administrativa e financeira, mas que estava a ser usada por "forças reaccionárias contra a democracia portuguesa"[2438].

Este político nacional declarou-se a favor de uma "autonomia efectiva da Madeira e dos Açores", mas registava que o movimento autonomista era "aproveitado no sentido de encaminhar as ilhas para uma autonomia que aponta[va] em direcção à independência, isso aproveitado por forças de direita". Notou que o PS e todos os partidos de esquerda tinham uma "posição contrária à autonomia a caminho da independência"[2439].

[2434] *DN*, 11 de Maio de 1975, "Ao chegar a Lisboa, o ministro do Trabalho anunciou o envio de técnicos e ajuda financeira com carácter urgente para o arquipélago da Madeira", p. 1.

[2435] *DN*, 9 de Agosto de 1975, "V Governo Provisório", pp. 1 e 6; *DN*, 9 de Agosto de 1975, "Constituição do Gabinete", p. 1.

[2436] *JM*, 27 de Agosto de 1975, "O líder parlamentar do P.P.D. aplaudiu na Assembleia Constituinte a posição dos Comandos Militares da Madeira", pp. 1 e 7.

[2437] *JM*, 21 de Setembro de 1975, "Tenente-coronel Costa Brás", pp. 1, 6-7.

[2438] *DN*, 16 de Fevereiro de 1975, "Chegou ontem à Madeira o Dr. Mário Soares, secretário-geral do Partido Socialista que presidiu a comícios em Machico e Camacha", pp. 1 e 3; *JM*, 16 de Fevereiro de 1975, "O Dr. Mário Soares chegou ontem à Madeira", pp. 1 e 6.

[2439] *DN*, 17 de Fevereiro de 1975, "Conferência de imprensa no aeroporto", p. 3; *JM*, 18 de Fevereiro de 1975, ""Os problemas das ilhas adjacentes não têm sido sempre encarados da melhor maneira" - afirmou o Dr. Mário Soares na conferência de imprensa dada ontem no aeroporto do Funchal", pp. 1 e 4.

Depois, em Novembro de 1975, numa nova visita ao arquipélago, Mário Soares, voltou a exprimir-se contra a independência insular, embora a favor de uma "larga autonomia […] mas sem perder a vinculação a Portugal"[2440].

Esta personalidade considerou que o "desprezo do continente" era o culpado do separatismo e dos problemas da Madeira, e que o povo madeirense não era separatista, sendo "português"[2441], concluindo "autonomia sim, independência não"[2442].

7.3. Posições de periódicos

A imprensa local também fez eco da problemática relacionada com a autonomia e o separatismo. O *DM*, em Setembro de 1974, considerou que a Madeira tinha problemas económicos e sociais que só seriam resolvidos se lhe dessem "plenos poderes para o poder fazer livre e independentemente da metrópole", sublinhando que "qualquer povo, grande ou pequeno, t[inha] o direito de traçar o seu destino […] quere[ndo] traçar o nosso"[2443].

Em Outubro de 1974, o mesmo jornal – constatando o processo de negociações, tendo em visa a independência de algumas ex-colónias portuguesas – entendeu que os arquipélagos madeirense e açoriano iriam continuar como ""património colonial" do território português" e que a sua "emancipação ou autonomia completa não est[ava] incluída na política a adoptar em relação aos territórios africanos. O Governo parec[ia] não estar inclinado a reconhecer-nos os mesmos direitos dados às populações de África"[2444].

O *DM* considerou, em Novembro de 1975, que "a ideia de autonomia não [era] nova nem pertenc[ia] a qualquer facção política formada depois do 25 de Abril", referindo que "a Federação das Ilhas Atlânticas, incluindo as Canárias,

[2440] *DN*, 4 de Novembro de 1975, "Entrevista especial para "*DN*": Mário Soares, secretário-geral do P.S. – "O Partido Socialista é partidário duma larga autonomia para a Madeira, mas sem perder a vinculação a Portugal"", pp. 1 e 3.
[2441] *JM*, 4 de Novembro de 1975, "A caravana socialista deixou a Madeira – Conferência de imprensa", pp. 1, e 12.
[2442] *DN*, 4 de Novembro de 1975, "Mário Soares e deputados socialistas encontraram-se com jornalistas madeirenses", pp. 3 e 6.
[2443] *DM*, 28 de Setembro de 1974, "Giz na parede –Uma esmola, por favor", pp. 1 e 8.
[2444] *DM*, 12 de Outubro de 1974, "Giz na parede – Divisão de partilhas", pp. 1 e 8.

data[va] de há muitos anos e [era] um antigo anseio dos seus habitantes mais evoluídos", mas que os seus adeptos "nunca pretenderam nem pretend[ia]m impor um regime autónomo à nossa Ilha […] sem uma prévia consulta popular aos seus habitantes"[2445].

Nas páginas do mesmo *DM*, em Maio de 1975, questionava-se o facto de haver madeirenses, em manifestações, a pedir a independência das parcelas portuguesas em África, mas "sobre a sua terra […] a sua completa autonomia" não se ouvia um grito, quando a Madeira vivia um regime de sujeição com mais tempo e em "igual ou pior posição"[2446].

Declarava-se, no mesmo periódico, que, no entanto, não se pretendia atingir a independência da Madeira, mas deveria pensar-se na "sobrevivência" da Madeira, que vivia com um Estatuto ultrapassado, elaborado por Marcello Caetano, sob a vigência de Salazar e homologado, em 1940, pelo PR, Carmona. Acrescentava o citado jornal que o arquipélago não precisava de mudar de bandeira e nacionalidade, necessitando sim de "tomar novos rumos na sua vida governativa e administrativa", continuando a Madeira a fazer parte de Portugal, mas "como uma população livre e não como servos jungidos a um colonialismo com raízes feudais"[2447].

Neste mesmo periódico, em Maio de 1975 – tendo por base que, na Madeira, na eleição da AC (em 25 de Abril de 1975) "venceu a liberdade e a verdadeira Democracia, representada pelo Partido Popular Democrático arauto da social-democracia" – perguntava se "não ser[ia] isso uma razão fundamental, além de outras existentes, para ser concedida a independência total às ilhas do Atlântico?"[2448].

Na *VM,* era defendido o repensar do estatuto dos Distritos Autónomos da Madeira e dos Açores e a conclusão do estudo da sua remodelação – que se tinha iniciado já há alguns anos – criando-se uma nova lei que tivesse disposições comuns, mas que ressalvasse os aspectos específicos de cada distrito adjacente, a favor de uma "autonomia selectiva, variando de sector para sector segundo a sua grande ou nula especificidade local, coordenação a nível

[2445] *DM*, 2 de Novembro de 1974, "Giz na parede – Adjacências da filiação insular", pp. 1 e 8.
[2446] *DM*,18 de Maio de 1974, "Giz na parede – O Estatuto e as Ilhas", pp. 1, 4 e 28.
[2447] *DM*,18 de Maio de 1974, "Giz na parede – O Estatuto e as Ilhas", pp. 1, 4 e 28.
[2448] *DM*, 10 de Maio de 1975, "Na Madeira: vitória da social-democracia – Uma razão para a independência? Quem são os obscurantistas?", pp. 1 e 10.

do governador e intervenção deste – variável mas sempre efectiva – em todas as actividades estatais ou para-estatais"[2449].

Neste órgão de comunicação social, foi defendido "o estudo acelerado duma revisão profunda do Estatuto" da Madeira, em prol da autonomia, adicionando como justificação o discurso de Fernando Rebelo, na sua tomada de posse no cargo de governador do Distrito, em 12 de Agosto de 1974[2450].

7.4. Opiniões de titulares de cargos políticos na Madeira

Os titulares de cargos públicos na Madeira tiveram uma intervenção activa neste processo político, em que se confrontaram a autonomia, o separatismo e a independência.

Fernando Rebelo, na sua tomada de posse como governador civil do Distrito Autónomo do Funchal, em 12 de Agosto de 1974, declarou que "a Madeira não pod[ia] viver sem uma autonomia, de amplitude a determinar, mais autêntica. Só a descentralização [era] democrática e nela est[ava] a tradição mais nobre do povo português"[2451].

Carlos de Azeredo, a propósito da existência do MAIA, que defenderia a independência da Madeira, referiu que já tinha falado com algumas pessoas deste movimento, que disseram advogar uma autonomia económica e que ele próprio achava "muito bem que a Madeira se produz[ia] dinheiro po[dia] justamente utilizar esse dinheiro em seu proveito", mas que, devido ao seu produto bruto ser inferior ao da metrópole e da Europa, concluía que "a Madeira, economicamente, por si só, não poder[ia] ser, totalmente, independente"[2452].

[2449] *VM*, 30 de Maio de 1974, "Síntese – A lei das ilhas", p. 3.

[2450] *VM*, 4 de Setembro de 1974, "Urgência do novo Estatuto do Distrito Autónomo do Funchal", pp. 1 e 4.

[2451] *DM*, 17 de Agosto de 1974, "Posse do governador do Funchal", p. 1; *DN*, 13 de Agosto de 1974, "O ministro da Administração Interna conferiu posse ao dr. Fernando Rebelo no cargo de governador do Distrito", pp. 1 e 5; *EF*, 12 de Agosto de 1974, "Tomou hoje posse o novo governador", pp. 1-2; *JM*, 13 de Agosto de 1974, "O ministro da Administração Interna deu ontem posse ao novo governador civil do Funchal, dr. Fernando Rebelo", pp. 1 e 4; *S.A.,* 2003, "Dr. Fernando Rebelo (1919-2002): Dossier", pp. 6-8; *RNN*, 20 de Agosto de 1974, "A posse do Governador do Distrito", pp. 3-4; *VM*, 21 de Agosto de 1974, "Novo Governador do Distrito do Funchal", p. 1.

[2452] *DN*, 12 de Junho de 1974, "O encarregado do Governo tenente-coronel Carlos Azeredo abordou em conferência de imprensa os problemas da guerra do Ultramar, a autonomia económica da Madeira e o desenvolvimento de determinados sectores", pp. 1, 5-6; *EF*, 17 de

O referido militar defendeu que não se podia confundir a Madeira com outros territórios ultramarinos, pois nesta ilha não existia "qualquer substrato histórico" que justificasse a independência insular.

Relativamente aos movimentos independentistas, Carlos de Azeredo sublinhou que "se a Madeira não vi[sse] os seus problemas resolvidos, [fosse] obrigada a pedir uma inteira autonomia administrativa, mas daí a que ela repudi[asse] a sua qualidade de portuguesa ainda não acredit[ava]", rematando que ainda não tinha visto uma "corrente determinante que quisesse a independência da Madeira".

Em relação à afirmação de Carlos de Azeredo, frisando que "a Madeira não [tinha] extracto histórico para a sua autonomia ou independência", o *DM* sublinhou que a ideia de autonomia não era nova e que era uma experiência que poderia ser tentada, "debaixo da mesma bandeira e fiéis à mesma nacionalidade"[2453].

Comentando as citadas declarações de Carlos de Azeredo, nomeadamente a condição da ilha não se bastar a si própria para reivindicar a independência, Rogério Gomes lembrou que "a Madeira colonizada no tempo do Infante continua[va] a pertencer a alguns tal como Angola, Moçambique, etc.", destacando os factores dessa insuficiência, como o dinheiro dos emigrantes madeirenses, depositado em bancos continentais, ter servido apenas as empresas desse espaço e não as insulares e o facto de muitos produtos que chegavam à ilha a preços avaliados em 50% comparativamente à venda no Continente[2454].

Em Abril de 1975, o governador civil e militar e presidente da JPM, considerou que uma "certa autonomia administrativa e orçamental [era] não só uma velha e justa aspiração das gentes da Madeira", como também "uma resposta válida que possibilita[ria] a resolução de muitos problemas regionais de arrastamento crónico" e uma "salutar reacção a um excessivo centralismo

Junho de 1974, "A conferência de imprensa do encarregado do Governo do Distrito, tenente-coronel Carlos de Azeredo – Liberdade não significa ausência de lei", José Manuel Silva, p. 3; *JM*, 12 de Junho de 1974, "Liberdade não significa ausência de lei", pp. 1, 10 e 12.

[2453] *DM*, 15 de Junho de 1974, "Giz na parede – Pontos de vista", pp. 1 e 8.

[2454] *DN*, 15 de Junho de 1974, "A palavra do leitor – Madeira: bastar-se ou não a si própria", Rogério Gomes, p. 3.

administrativo […] do Terreiro do Paço", mas deveria ser uma autonomia administrativa, "nunca em oposição à unidade política nacional"[2455].

Depois, Carlos de Azeredo, em Junho do mesmo ano, distinguiu a independência de regionalização, destacando que, para combater o ostracismo central e ideias de independência, o Governo Nacional estava a "fazer sérios esforços para atender aos problemas da Madeira", em colaboração com a JPM, e defendeu

> "a conquista […] de uma autonomia administrativa […] entregue nas mãos de madeirenses escolhidos por madeirenses, [sendo] absolutamente necessário que os madeirenses se responsabiliz[assem] pela sua própria administração, para que se promov[essem] com a própria experiência, se congratula[ssem] com os próprios sucessos e não mais cai[ssem] na tentação do imobilismo assacando ao Continente as responsabilidades dos erros que aqui se comete[ssem]"[2456].

Em seguida, o citado militar considerou que existia, nalguns sectores da Madeira, um "sentimento quasi hostil em relação ao "continental"", interpretando-o como um fenómeno próprio da insularidade e, como tal, caberia aos próprios madeirenses superar tal aspecto. Este governante afirmou desconhecer qualquer intenção de invasão da ilha[2457].

No mês de Junho de 1975, o presidente da JPM entendeu que a ideia da independência deveria ser vista por duas perspectivas: a primeira, como "certa reacção, frequentemente popular, contra uma excessiva centralização das decisões em Lisboa"; a segunda, "a reacção política face a uma situação no Continente diversificada da Madeira", facto que "após as eleições [para a AC], com resultados diversificados entre a Madeira e o Continente, tal aspecto entre pessoas descontentes, saiu realçado"[2458].

[2455] *DN*, 9 de Abril de 1975, "A autonomia administrativa da Madeira possibilita a solução de muitos problemas regionais – declarou o Governador do Funchal ao jornal "*República*"", p. 8; *JM*, 9 de Abril de 1975, "A autonomia administrativa da Madeira possibilita a solução de muitos problemas regionais – declarou à "*República*" o governador do Funchal, brigadeiro Carlos Azeredo", pp. 1 e 12.

[2456] *DN*, 15 de Junho de 1975, "O brigadeiro Carlos Azeredo declarou ao "*DN*": O governo está a fazer sérios esforços para atender aos problemas da Madeira", pp. 1 e 10.

[2457] *JM*, 10 de Junho de 1975, "Qualquer ataque à consciência religiosa do nosso povo é uma atitude contra-revolucionária" – afirmou o brigadeiro Carlos de Azeredo a "*Jornal da Madeira*"", pp. 1 e 3-4.

[2458] *DN*, 15 de Junho de 1975, "O brigadeiro Carlos Azeredo declarou ao "*DN*": O governo está a fazer sérios esforços para atender aos problemas da Madeira", pp. 1 e 10.

Carlos de Azeredo referiu que, fosse por uma ou outra perspectiva, o Governo Nacional deveria reagir contra todas as tentativas de "desmembramento de uma unidade nacional"[2459].

Em Julho de 1975, o mesmo militar deu conta que, no arquipélago, vivia-se uma situação de expectativa, face à evolução dos acontecimentos políticos no Continente, e que as ideias de independência aconteciam na Madeira "sempre que [havia] uma diversificação política mais acentuada entre o arquipélago e o território continental", dando o exemplo da revolta da Madeira em 1931, dirigida por Sousa Dias, em prol de um governo revolucionário, contra a ditadura nacional, então chefiada por Salazar[2460].

Na sua perspectiva, a independência não estava "arreigada" na população, sendo "imprescindível" a autonomia administrativa e a regionalização dos poderes administrativos, constituindo já a JPM uma sua "expressão muito clara"[2461].

Carlos de Azeredo salientou que não existiam bases culturais, humanas e sociais que pudessem "dar origem a um novo nacionalismo, o que não acontecia em África, onde os portugueses chegaram e implantaram-se pela força" e que "a independência absoluta da Madeira só serviria os interesses duma minoria, a quem a situação política do Continente, [naquele] momento não serv[ia]"[2462].

Sublinhou que, na manifestação do PPD, em 27 de Julho de 1975, a maioria gritou pela autonomia – o que era "aceitável" – embora uma minoria insignificante clamasse por independência[2463].

[2459] *DN*, 15 de Junho de 1975, "O brigadeiro Carlos Azeredo declarou ao "*DN*": O governo está a fazer sérios esforços para atender aos problemas da Madeira", pp. 1 e 10.

[2460] *DN*, 2 de Agosto de 1975, "Carlos Azeredo ao jornal "*A Capital*" - As ideias de independência surgem na Madeira sempre que há uma diversificação política mais acentuada entre o arquipélago e o continente", pp. 1 e 3; *JM*, 2 de Agosto de 1975, "O brigadeiro Carlos Azeredo fala à Imprensa do Continente sobre a Madeira", p. 12.

[2461] *DN*, 2 de Agosto de 1975, "Carlos Azeredo ao jornal "*A Capital*" - As ideias de independência surgem na Madeira sempre que há uma diversificação política mais acentuada entre o arquipélago e o continente", pp. 1 e 3; *JM*, 2 de Agosto de 1975, "O brigadeiro Carlos Azeredo fala à Imprensa do Continente sobre a Madeira", p. 12.

[2462] *DN*, 2 de Agosto de 1975, "Carlos Azeredo ao jornal "*A Capital*" - As ideias de independência surgem na Madeira sempre que há uma diversificação política mais acentuada entre o arquipélago e o continente", pp. 1 e 3; *JM*, 2 de Agosto de 1975, "O brigadeiro Carlos Azeredo fala à Imprensa do Continente sobre a Madeira", p. 12.

[2463] *DN*, 2 de Agosto de 1975, "Carlos Azeredo ao jornal "*A Capital*" - As ideias de independência surgem na Madeira sempre que há uma diversificação política mais acentuada entre o arquipélago e o continente", pp. 1 e 3; *JM*, 2 de Agosto de 1975, "O brigadeiro Carlos Azeredo fala à Imprensa do Continente sobre a Madeira", p. 12.

A propósito do fim da JPM – que havia pedido a exoneração, em 5 de Agosto de 1975 e se mantivera em funções até haver a JGM – Carlos de Azeredo reafirmou que uma "real autonomia administrativa" responderia aos problemas da Madeira e não a independência[2464].

Ainda neste mês de Agosto, Carlos de Azeredo, "como português", oponha-se a "qualquer disparate parecido com independências totais ou parciais do Arquipélago da Madeira" que considerava "parte indiscutível e integrante da pátria portuguesa"[2465].

Já em Setembro de 1975 – dirigindo-se a um grupo de trabalhadores da construção civil que se manifestou, junto ao Palácio de São Lourenço, contra as movimentações separatistas – o citado militar garantiu que as FA não iriam permitir acções pró-separatistas[2466].

Carlos de Azeredo, em Novembro de 1975, considerou que havia na Madeira, como no Norte de Portugal[2467], o "temor pelo regresso ao poder de minorias", sendo esta "no fundo, a chave que faz[ia] compreender a dinâmica dominante dos grupos separatistas que actua[va]m nos Açores e na Madeira"[2468].

O militar em questão informou que continuavam as investigações aos atentados bombistas, tendo as FA poucos meios técnicos para prossegui-las e que "na Madeira, vários grupos usa[va]m desse processo criminoso: a extrema-direita, a extrema-esquerda e até indivíduos por razões limitadamente pessoais"[2469].

A propósito destas últimas declarações de Carlos de Azeredo ao *Expresso*, em 19 de Novembro de 1975, Vicente Jorge Silva – na mesma edição,

---

[2464] *DN*, 26 de Setembro de 1975, ""Havia desde a formação da J.P.M. e contra ela uma certa desconfiança que se manifestou sobretudo com a vinda dos partidos maioritários nas eleições para a Assembleia Constituinte" – afirmou-nos o brigadeiro Carlos Azeredo", pp. 1 e 3.

[2465] *JM*, 20 de Agosto de 1975, "Brigadeiro Azeredo esclarece declarações a "*A Capital*"", p. 6.

[2466] *JM*,12 de Setembro de 1975, "Trabalhadores da construção civil manifestam-se", p. 12.

[2467] Neste período revolucionário, em Portugal Continental, também se viveu uma "época de inusitada violência política", fomentada por uma "rede bombista de extrema-direita". CARVALHO, 2017, *Quando Portugal ardeu*, pp. 13-17.

urto de bombismo, provocado pela extrema direita

[2468] *DN*, 22 de Novembro de 1975, "Madeira e Açores, ameaça de secessão – Entrevistas com os governadores militares", pp. 1 e 6; *JM*, 22 de Novembro de 1975, "Governadores militares falam ao "*Expresso*", p. 3.

[2469] *DN*, 22 de Novembro de 1975, "Madeira e Açores, ameaça de secessão – Entrevistas com os governadores militares", pp. 1 e 6; *JM*, 22 de Novembro de 1975, "Governadores militares falam ao "*Expresso*"", p. 3.

também transcrito pelo *DN*, mas no dia 23 do mesmo mês – considerou que "no caso de se verificar em definitivo uma radicalização política em Lisboa, a opção separatista viria à superfície com as previsíveis consequências de uma tentativa de secessão", sendo certo que se fosse uma "viragem à direita em Lisboa", haveria o "desaparecimento dos movimentos separatistas"[2470].

Este articulista sublinhou, por outro lado, que uma "tentativa secessionista na eventualidade de uma radicalização política em Lisboa" teria como factores o "abandono a que foram votados os arquipélagos e a que o 25 de Abril não trouxe ainda nenhuma resposta; da frustração e do desespero, passando pelos erros da esquerda, até ao avanço em força da direita vestida a meias de partido nacional e de grupo separatista", secessão essa que teria a "bênção […] do imperialismo americano"[2471]

Faria de Oliveira, chefe do Estado-Maior do Comando Militar da Madeira, em Agosto de 1975, reconheceu haver um aumento da acção separatista, com inscrições murais, e que a situação que se vivia "contribuía para que o povo madeirense pudesse ser aliciado pelo separatismo", pela sua ligação aos emigrantes e por ser, maioritariamente, "anticomunista". Acrescentou que a evolução da situação madeirense dependeria do que se passasse no Continente e "daquilo que este ou qualquer governo [fizesse] por estas ilhas […] muito esquecidas"[2472].

Virgílio Pereira, presidente da CMF e membro da JPM, em Setembro de 1975, não via "lógica", nem "desejo" de apoiar a independência da Madeira[2473].

Faria Leal, em Outubro de 1975, referiu a existência de um "carácter anti-comunista das organizações separatistas" da Madeira[2474].

O mesmo major Faria Leal apontou como "absurda" e "sem consistência" a ideia da independência, sublinhando que "os movimentos separatistas não [eram] mais do que um grupo de pessoas que luta[va]m para não perder os

---

[2470] *DN*, 23 de Novembro de 1975, "Madeira e Açores ameaça de secessão, O pano de fundo de uma crise", p. 3.

[2471] *DN*, 23 de Novembro de 1975, "Madeira e Açores ameaça de secessão, O pano de fundo de uma crise", p. 3.

[2472] *DN*, 29 de Agosto de 1975, "Madeira: "Tudo depende do que se passar no Continente"", p. 8.

[2473] *DN*, 27 de Setembro de 1975, "Tem-se perdido demasiado tempo neste país com "análises políticas" - considera o prof. Virgílio Pereira", pp. 1 e 3.

[2474] *DN*, 2 de Outubro de 1975, "O panorama económico continua a agravar-se e não bastam verbas especiais para a sua resolução – declarou a *DN* o major Faria Leal, sobre a situação da Madeira", pp. 1 e 3.

privilégios que usufruíram sem qualquer trabalho" e que no norte da ilha, a ideia independentista só existia em pequenos grupos afectos ao PPD[2475].

Já no campo do poder religioso, Francisco Santana, em Junho de 1975, exprimiu desconhecimento de qualquer organização separatista no arquipélago[2476].

7.5. Posições dos movimentos e partidos políticos

As várias organizações políticas e partidárias desta época exprimiram as suas concepções e reivindicações relativamente aos campos autonómico, separatista e independentista. Como também tomaram posições públicas, em relação a acontecimentos e actos favoráveis e desfavoráveis às referidas pretensões.

Abordemos, em primeiro lugar, o pensamento e os objectivos dos movimentos políticos existentes na época, e que, paulatinamente, foram desparecendo. O MDM, logo em Junho de 1974, decidiu criar "uma comissão para o estudo sociológico, económico e político das possibilidades e limites da autodeterminação do Arquipélago (autonomização autêntica ou independência em confederação)"[2477].

Nesta linha de raciocínio, o MDM admitia, "desde a sua primeira sessão, a eventual transformação em partido regional unitário"[2478].

Em conformidade com esta filosofia, o referido movimento enviou, à Comissão Encarregada da Elaboração do Projecto de Lei Eleitoral, uma moção, defendendo que esta deveria prever e disciplinar a "constituição e acção política de partidos de defesa regional numa base de auto-determinação" e que "a ser adoptado, com vista ao acto eleitoral e suas consequências, o regímen de

[2475] *DN*, 4 de Outubro de 1975, "Considero que o desenvolvimento do arquipélago deve basear-se no sector primário – afirmou-nos o dr. João Abel de Freitas", pp. 1 e 3.
[2476] *JM*, 29 de Junho de 1975, "Eu conheço todo o nosso povo…", pp. 1, 3-6.
[2477] *DN*, 15 de Junho de 1974, "M.D.M. – Autonomia do arquipélago", p. 3; *DN*, 15 de Junho de 1974, "A última assembleia do Movimento Democrático da Madeira", p. 2; *JM*, 15 de Junho de 1974, "M.D.M. – Autonomia do arquipélago", p. 4; *JM*, 13 de Junho de 1974, "A última assembleia do Movimento Democrático da Madeira", p. 11.
[2478] *DN*, 15 de Junho de 1974, "M.D.M. – Autonomia do arquipélago", p. 3; *JM*, 15 de Junho de 1974, "M.D.M. – Autonomia do arquipélago", p. 4.

representação proporcional, o não [fosse] com base nacional, em relação ao Arquipélago da Madeira"[2479].

Esta decisão sustentava-se no receio de a referida comissão não prever a existência de "movimentos com as características que certamente [o MDM] vir[ia] a tomar" e a pouca representatividade da população ao nível de partidos políticos[2480].

Em Setembro de 1974, reforçando esta tese, o MDM remeteu ao PM e ao ministro da Administração Interna um telegrama, defendendo a criação de partidos regionais de base nos arquipélagos[2481].

Entretanto, nesta fase inicial da nova estrutura política nacional, o MDM solicitou ao PR e ao GP que "os serviços e autoridades politicas e administrativas do Arquipélago da Madeira pass[as]sem, […] a funcionar em ligação com o Ministério da Coordenação Interterritorial"[2482].

Os fundamentos deste pedido tiveram por base a situação de a Madeira ser uma unidade territorial a exigir um ordenamento político em ordem a uma *"*ampla e real autonomia ou, mesmo, de independência em confederação", bem como o facto do MAI, com tutela no Continente Português, não ser o mais adequado para o estudo do futuro da Madeira, mas sim o da Coordenação Interterritorial que se apresentava como o mais orientado para "o acolhimento da autodeterminação dos territórios"[2483].

Entendia o MDM que "o madeirense consciente ader[ia] cada vez mais à exigência duma real autonomia que a muitos se afigura[va] mesmo como

---

[2479] *DN*, 17 de Setembro de 1974, "O Movimento Democrático da Madeira e a lei de organização de partidos", p. 3; *JM*, 17 de Setembro de 1974, "Movimento Democrático da Madeira", p. 2.

[2480] *DN*, 6 de Junho de 1974, "A última assembleia do Movimento Democrático da Madeira", p. 8; *DN*, 7 de Junho de 1974, "M.D.M. – Partidos Regionais", p. 3; *EF*, 10 de Junho de 1974, "Movimento Democrático da Madeira – última assembleia", p. 11; *JM*, 6 de Junho de 1974, "A última assembleia do Movimento Democrático da Madeira", p. 7; *JM*, 7 de Junho de 1974, "A última assembleia do M.D.M. – Partidos Regionais", p. 11.

[2481] *DN*, 17 de Setembro de 1974, "O Movimento Democrático da Madeira e a lei de organização de partidos", p. 3; *JM*, 17 de Setembro de 1974, "Movimento Democrático da Madeira", p. 2.

[2482] *DN*, 18 de Junho de 1974, "A próxima Assembleia do M.D.M.", p. 5*; DN*, 21 de Junho de 1974, "A Madeira e a Autonomia – Moção aprovada na reunião do M.D.M. em 18/6/74", p. 3*; EF*, 24 de Junho de 1974, "Movimento Democrático da Madeira", pp. 1-2; *JM*, 18 de Junho de 1974, "A próxima Assembleia do M.D.M.", p. 2; *JM*, 20 de Junho de 1974, "Movimento Democrático da Madeira", p. 2.

[2483] *DN*, 18 de Junho de 1974, "A próxima Assembleia do M.D.M.", p. 5*; DN*, 21 de Junho de 1974, "A Madeira e a Autonomia – Moção aprovada na reunião do M.D.M. em 18/6/74", p. 3*; EF*, 24 de Junho de 1974, "Movimento Democrático da Madeira", pp. 1-2; *JM*, 18 de Junho de 1974, "A próxima Assembleia do M.D.M.", p. 2; *JM*, 20 de Junho de 1974, "Movimento Democrático da Madeira", p. 2.

vontade inequívoca de independência, pela via da autodeterminação. E ESTE QUERER COLECTIVO TAMBÉM EXIG[IA] ENQUADRAMENTO POLÍTICO" [2484].

Registaram-se reacções a esta posição do MDM. O PS concluía que este movimento apresentava-se como "independentista", questionando-o sobre o sentido do conceito de "autodeterminação" e se iria promover um "golpe da independência" da Madeira e que tipo de independência seria produzida[2485].

Igualmente, o PPD considerou que a ideia de autonomia ou independência, proferida pelo MDM, não era "original", tendo sido lançada pelo MAIA, sendo já um "velho anseio madeirense", mas não aceitava a agitação desta ideia apenas para ganhar adeptos[2486].

Este conjunto de posições também originou da parte da UPM a acusação de o MDM ser um apoiante da independência[2487].

A UPM, em Junho de 1974, qualificou a Madeira como uma das zonas mais atrasadas do país e uma "colónia dos interesses capitalistas continentais e estrangeiros", porque "sempre viveu numa situação de dependência tipicamente colonial" – condição que originou a crise que o arquipélago estava a viver nesta época de 1974 – considerando este movimento que o fim da situação colonial passava pelo fim do sistema de exploração, sendo os trabalhadores as vitimas deste estado, com "salários de fome ou muito baixos"[2488].

A UPM colocava, no âmbito das suas preocupações, a "situação colonial da Madeira"[2489], e no seu programa de acção imediata, defendia o "fim da situação de dependência e opressão colonial em que a Madeira se encontra[va]

[2484] *DN*, 20 de Outubro de 1974, "Movimento Democrático da Madeira – Comunicado", p. 10; *JM*, 20 de Outubro de 1974, "Vida política – Movimento Democrático da Madeira, Comunicado", p. 2.
[2485] *DN*, 23 de Outubro de 1974, "Comunicado do Partido Socialista", p. 6; *JM*, 22 de Outubro de 1974, "Vida política – Partido Socialista, Comunicado", p. 2.
[2486] *DN*, 25 de Outubro de 1974, "Comunicado do Núcleo Regional da Madeira do Partido Popular Democrático", p. 5; *JM*, 25 de Outubro de 1974, "Vida política – Comunicado do Núcleo Regional da Madeira do Partido Popular Democrático", p. 5.
[2487] *DN*, 25 de Outubro de 1974, "Comunicado do U.P.M. ~ Não morder o anzol fascista", p. 5.
[2488] *CF*, 1 de Julho de 1974, edição regional, "A situação colonial da Madeira", pp. 4-5; *DN*, 29 de Junho de 1974, "Ideologias Partidos & Movimentos – O U.P.M. apresenta-se hoje ao público madeirense", p. 3.
[2489] *DN*, 28 de Junho de 1974, "Ideologias Partidos & Movimentos – UPM, União do Povo da Madeira – um novo movimento político", p. 3; *JM*, 28 de Junho de 1974, "Na Madeira novo partido: U.P.M.", p. 4.

[…] por uma autonomia económica e administrativa completa do nosso arquipélago em todos os aspectos"[2490].

A UPM fez diversas denúncias de actos que, na sua interpretação, serviam o caminho da independência madeirense. Assim, alertou que "forças fascistas, encapotadas com discurso humano da "democracia" [vinham] avançando vertiginosamente" (reuniões, esclarecimentos "em casas de célebres fascistas"), registando-se a "vergonhosa propaganda" de sacerdotes, com a "sombra parda do bispo do Funchal", através de movimentos cristãos e de boletins paroquiais "anti-democráticos, anti-socialistas e anti-comunistas"[2491].

Considerou a UPM que a independência da Madeira era a "reivindicação suprema dos reaccionários e fascistas", sendo estes os mesmos que "apoiaram Salazar e Tomás em NÃO entregar as colónias africanas e asiáticas […] e que até à última hora apoiaram o general colonialista Spínola"[2492].

Para esta organização política, "a reivindicação da independência e de autonomia [era] simplesmente uma contradição que [oponha] a burguesia comercial importadora da Madeira à burguesia comercial do Continente"[2493].

Neste contexto, a UPM acusou alguns agrupamentos, como o MDM de ser um apoiante da independência e condenou o aparecimento do ELAM, que defendia a independência regional[2494].

Nesta acção de divulgação de acções em prol da independência, a UPM salientou, ainda, a realização de comícios e pinturas murais[2495].

Na fase mais aguda da propagação do separatismo, este movimento reprovou a "onda de violência e destruição" que se registava na Madeira, provocada pelos "fascistas da independência", apontando os comandos militares

[2490] *DN*, 2 de Julho de 1974, "UPM – programa de acção imediata", p. 2; *JM*, 30 de Junho de 1974, "UPM – União do Povo da Madeira, Programa de acção imediata", p. 2.
[2491] *DN*, 25 de Outubro de 1974, "Comunicado do U.P.M. ~ Não morder o anzol fascista", p. 5.
[2492] *DN*, 25 de Outubro de 1974, "Comunicado do U.P.M. ~ Não morder o anzol fascista", p. 5.
[2493] *DN*, 25 de Outubro de 1974, "Comunicado do U.P.M. ~ Não morder o anzol fascista", p. 5.
[2494] *DN*, 25 de Outubro de 1974, "Comunicado do U.P.M. ~ Não morder o anzol fascista", p. 5.
[2495] *DN*, 14 de Fevereiro de 1975, "Comício e manifestação a favor da autonomia da Madeira", p. 5*; DN*, 11 de Maio de 1975, "Detido um candidato a deputado pelo Centro Democrático Social", p. 12; *DN*, 13 de Maio de 1975, "Sob investigação os elementos detidos pelo COPMAD", p. 3; *DN*, 4 de Setembro de 1975, "U.P.M. contra "terrorismo fascista"", p. 8; *JM*, 13 de Fevereiro de 1975, "Sábado 15-2-1975, 14 h (2 horas da tarde)", p. 5; *JM*, 14 de Fevereiro de 1975, "Sábado 15-2-1975, 14 h (2 horas da tarde)", p. 5.

madeirenses de terem uma actuação "claramente favorável aos independentistas"[2496].

A organização terrorista "secreta", segundo a UPM, era formada pela "totalidade do CDS e por uma parte importante do PPD"[2497], que pretendiam "atacar o povo trabalhador madeirense", por via da independência da Madeira, "para melhor […] roubarem com a ajuda dos seus amigos americanos"[2498].

Sobre esta acusação, o PPD-Madeira viria a condenar os atentados bombistas e a denunciar os que acusavam "sem provas" o seu envolvimento[2499].

O CIPM defendeu que a independência da Madeira tinha por objectivo a "escravização do povo trabalhador" e, por inerência, os seus prosélitos necessitavam de possuírem "as armas, os bancos, as câmaras, os tribunais, para daí poderem controlar todos os passos das classes trabalhadoras"[2500].

A LUAR manifestou-se contra "qualquer forma de independência de cariz fascista", considerando, também, "a ideia de autonomia uma falsidade para enganar o povo madeirense", preconizando, em alternativa, o "poder popular" também no arquipélago[2501].

A FCM defendeu a estruturação de uma Madeira Autónoma, através da revogação do Estatuto do Distrito em vigor, da criação de centros de decisão no arquipélago, à excepção das FA, segurança, administração da justiça, saúde pública, ensino e trabalhadores do Estado[2502].

A mesma organização apoiava a existência de um governador da Madeira, eleito por sufrágio directo e universal, assessorado por secretários regionais da sua confiança, bem como a criação de uma assembleia regional,

---

[2496] *DN*, 2 de Setembro de 1975, "Comunicados – O U.P.M. condena a onda de violência", p. 6.
[2497] *DN*, 2 de Setembro de 1975, "Comunicados – O U.P.M. condena a onda de violência", p. 6.
[2498] *DN*, 23 de Julho de 1975, "A U.P.M. apela para a vigilância sobre os capitalistas fascistas", p. 5.
[2499] *DN*, 16 de Novembro de 1975, "Manifesto do PPD – A Madeira não pode ser envolvida num conflito que não desencadeou", p. 10.
[2500] *DN*, 19 de Outubro de 1975, "Comentários aos incidentes em Machico, C.I.P. repudia "escalada do fascismo na Madeira"", p. 10.
[2501] *DN*, 2 de Setembro de 1975, "Comunicados – Núcleo Regional da L.U.A.R. analisa actual situação", p. 6.
[2502] *DM*, 10 de Agosto de 1974, "Ventos ilhéus – Novo partido político", p. 5; *DN*, 8 de Agosto de 1974, "Política e informação – ideologias, partidos, movimentos – F.C.M.-Frente Centrista da Madeira", pp. 3 e 5; *EF*, 12 de Agosto de 1974, "A Madeira e apolítica – Frente Centrista da Madeira (F.C.M.)", pp. 3 e 5; *JM*, 8 de Agosto de 1974, "Frente Centrista da Madeira (F.C.M.)", pp. 5-6.

com poder regulamentar para fazer o seu orçamento e a eleição de deputados para o parlamento da República[2503].

Passemos, agora, às posições dos chamados grandes partidos nacionais, com representação regional, e qua ainda hoje se mantêm na cena política. O CDS advogou uma "forte autonomia da Madeira, no campo administrativo, económico e financeiro […] não quer[endo] uma independência política"[2504].

O PPD, numa fase inicial, em Outubro de 1974, admitiu que a "mais ampla autonomia ou até a independência" eram "desideratos" do PPD, mas tal só aconteceria depois de estudar esta problemática[2505].

Depois, em Janeiro de 1975, a Comissão Política Distrital do Funchal do PPD defendeu a "descentralização regional e administrativa", opondo-se a quaisquer situação que tivesse "características coloniais". Pugnava que "todos os impostos cobrados na Madeira dev[iam] destinar-se ao benefício do povo madeirense" e uma "lata autonomia administrativa e política da Madeira"[2506].

O mesmo partido rejeitou a ideia da independência e propôs a transferência de poderes do Continente para o arquipélago, com excepção da justiça, FA, moeda, relações exteriores e programas de ensino[2507].

Segundo o PPD-Madeira, devia haver um governador, com poder executivo, mas eleito pela população e assistido por secretários regionais da sua confiança e uma assembleia regional, indicando os partidos os seus representantes, com base na eleição do governador, tendo a assembleia o poder fiscalizador e regulamentar[2508].

[2503] *DM*, 10 de Agosto de 1974, "Ventos ilhéus – Novo partido político", p. 5; *DN*, 8 de Agosto de 1974, "Política e informação – ideologias, partidos, movimentos – F.C.M.-Frente Centrista da Madeira", pp. 3 e 5; *EF*, 12 de Agosto de 1974, "A Madeira e apolítica – Frente Centrista da Madeira (F.C.M.)", pp. 3 e 5; *JM*, 8 de Agosto de 1974, "Frente Centrista da Madeira (F.C.M.)", pp. 5-6.

[2504] *DN*, 6 de Abril de 1975, "Campanha eleitoral – Centro Democrático Social (C.D.S.), Linhas programáticas de actuação regional", p. 8; *DN*, 13 de Maio de 1975, ""Detido um candidato a deputado pelo Centro Democrático Social" – Esclarecimento do CDS", p. 3.

[2505] *DN*, 25 de Outubro de 1974, "Comunicado do Núcleo Regional da Madeira do Partido Popular Democrático", p. 5; *JM*, 25 de Outubro de 1974, "Vida política – Comunicado do Núcleo Regional da Madeira do Partido Popular Democrático", p. 5.

[2506] *DN*, 24 de Janeiro de 1975, "Comunicados – O PPD defende uma acentuada autonomia da Madeira", p. 2; *JM*, 24 de Janeiro de 1975, "O P.P.D. defende uma acentuada autonomia da Madeira", p. 6.

[2507] *DN*, 8 de Abril de 1975, "Campanha eleitoral – Partido Popular Democrático (P.P.D.), A política do P.P.D. para a Madeira", p. 5.

[2508] *DN*, 8 de Abril de 1975, "Campanha eleitoral – Partido Popular Democrático (P.P.D.), A política do P.P.D. para a Madeira", p. 5.

Esta agremiação partidária era favorável a uma "autonomia efectiva" dos Açores e Madeira, a se constituírem em "regiões autónomas", com estatutos próprios, com a "descentralização das funções do Estado", cuja proposta "realista […] não inclui[a] a independência, mas sim uma autonomia efectiva"[2509].

O PS-Funchal reclamou a "anulação do "Estatuto de Autonomia Fascista da Madeira"" e propôs a "construção de uma nova autonomia baseada numa Assembleia Regional […] eleita por sufrágio regional [por] uma reforma administrativa em que o cargo de Governador deixaria de ter qualquer significado e seria eliminado", recordando o PS que "o Estado fascista nunca tratou os madeirenses como portugueses de pleno direito"[2510].

A secção regional do PS considerou que os madeirenses foram "votados ao ostracismo e sujeitos à prepotência das decisões do Terreiro do Paço", pelo que se impunha a necessidade urgente de uma "autonomia administrativa e financeira"[2511].

Em Abril de 1975, o PS recordou a revolta da Madeira de 4 de Abril de 1931, negando que houvesse, então, intuitos de independência, sendo antes contra a política do governo de Salazar. O PS declarava não ser separatista, querendo a autonomia administrativa, referindo que a comunicação social do Continente dizia que os agrupamentos madeirenses de cariz autonomista eram separatistas, entendendo tal como "má-fé" e defendendo um governo autónomo "de facto" e não *"in nomine*"[2512].

Este partido reafirmou a sua linha de pensamento, a favor de uma "autonomia real e efectiva", com a criação de uma Assembleia Legislativa, como "órgão supremo", com eleitos de todos os concelhos, fazendo a "supressão de intermediários" (governador civil, presidente da JGDAF), e a eleição de uma Junta Regional, com o poder executivo, numa perspectiva de uma "autonomia integral"[2513].

[2509] *DN*, 4 de Maio de 1975, ""Autonomia efectiva" defende a comissão política distrital do P.P.D.", p. 3.
[2510] *DN*, 10 de Novembro de 1974, "Comunicados – Do Partido Socialista", p. 11.
[2511] *DN*, 5 de Janeiro de 1975, "Os partidos políticos e a democratização do país – O 25 de Abril, seu significado, suas consequências numa óptica partidária", p. 3.
[2512] *DN*, 4 de Abril de 1975, "Campanha eleitoral – Partido Socialista (P.S.), Autonomia do Arquipélago da Madeira", pp. 6-7.
[2513] *DN*, 6 de Abril de 1975, "Campanha eleitoral – Partido Socialista (P.S.), Autonomia do arquipélago da Madeira", p. 9.

O núcleo regional do PS tomou posição sobre movimentos e pessoas relacionadas com a pretensão da independência da Madeira, considerando que tal acontecia apenas na sequência da vitória do PS a nível nacional, nas eleições para a AC, em 25 de Abril de 1975[2514].

Para este partido, as inscrições murais, feitas durante a noite, mostravam o "medo da democracia, do socialismo e, sobretudo, dos olhos do povo" da parte de quem as fazia. Lamentou, também, o "clima de instabilidade" que se criara com esta actuação dos defensores da independência, através de artigos na imprensa local[2515].

O PS congratulava-se com o inquérito aberto pelas FA para apurar as pessoas com ligações aos movimentos separatistas e apelou a que houvesse "orgulho de ser[em] portugueses e não […] vende-pátrias"[2516].

A Comissão Distrital do Funchal do PS lembrou notícias de que havia ligação entre os independentistas dos Açores e os da Madeira, visando a independência dos dois arquipélagos, condenando esses movimentos "reaccionários", cujas militantes tentavam integrar-se nos partidos políticos, e solidarizava-se com o "povo açoriano e com o MFA local"[2517].

A Federação Regional do PS repudiou manobras separatistas, que estariam interessadas em "estabelecer a confusão", opondo-se ao "avanço da Revolução Socialista", e denunciou as inscrições murais favoráveis à independência do arquipélago, apelando à "vigilância de todos"[2518].

O mesmo partido condenou a onda bombista que se registava na Madeira, criando um "clima de instabilidade e intranquilidade", e apoiou "todas as medidas que localmente conduz[issem] ao restabelecimento de uma autoridade democrática firme, ponto básico do Programa Político do VI Governo Provisório […] única alternativa de esquerda viável para Portugal"[2519].

[2514] *DN*, 16 de Maio de 1975, "O P.S. toma posição sobre "miragem da independência do arquipélago, excursões duvidosas e certa imprensa"", p. 4.
[2515] *DN*, 16 de Maio de 1975, "O P.S. toma posição sobre "miragem da independência do arquipélago, excursões duvidosas e certa imprensa"", p. 4.
[2516] *DN*, 16 de Maio de 1975, "O P.S. toma posição sobre "miragem da independência do arquipélago, excursões duvidosas e certa imprensa"", p. 4.
[2517] *DN*, 12 de Junho de 1975, "PS manifesta-se", p. 5; *JM*, 12 de Junho de 1975, "Vida política – P.S. e P.C. do Funchal com posições semelhantes quanto ao caso dos Açores – Partido Socialista", p. 5.
[2518] *DN*, 23 de Julho de 1975, "P.S. repudia forças independentistas", p. 3.
[2519] *DN*, 20 de Setembro de 1975, "PS condena actos bombistas", p. 6; *JM*, 20 de Setembro de 1975, "Comunicados", p. 10.

O PCP, em Novembro de 1974, denunciou que fora lançada a "ideia da separação do continente para […] continuarem a explorar", explicando que, "enquanto Portugal foi oprimido pelo regime de Salazar e Caetano, os senhorios e patrões nunca pensaram em separatismos. Mas [nesta fase, com] um governo que esta[va] a cortar as unhas aos exploradores [..] desfraldaram a bandeira do separatismo para evitar perder a sua situação privilegiada", situação perante a qual o mesmo partido apelou à "vigilância popular" e à "unidade do povo"[2520].

Em Janeiro de 1975, a DORIA do PCP condenou a continuação da "reacção", através dos "movimentos autonomistas como o Movimento para a Autodeterminação do Povo Açoriano (M.A.P.A.), o Exército de Libertação do Arquipélago da Madeira (E.L.A.M.), o Movimento de Autonomia das Ilhas Atlântica (M.A.I.A.) e a Associação de Rurais e Marítimos (RUMA)"[2521].

No mesmo sentido, o PCP defendeu que, na Madeira, havia falsos democratas, "os caciques e exploradores locais", que pretendiam ""separar-se" do processo revolucionário que avança[va] mais rapidamente no Continente", querendo a "independência" para "a continuação dos salários de miséria […] subtrair, enfim, a ilha e os seus habitantes, à revolução democrática"[2522].

Por via desta leitura, o mesmo partido alertou para uma conspiração da "reacção", na Madeira, onde imperavam o "obscurantismo", o "caciquismo", o "clero reaccionário" e onde não se tinha feito o saneamento, surgindo ideias de independência, por parte de pessoas que "antes do 25 de Abril eram os mais acérrimos defensores da criminosa guerra colonial, inimigos da luta de libertação dos povos irmãos das ex-colónias, os defensores da pátria "una e indivisível"" e que, nesta fase, eram os "apologistas da "independência", isto é, da submissão ao imperialismo americano", com o objectivo de "evitar que os trabalhadores madeirenses benefici[assem] das conquistas já alcançadas pelos seus irmãos do Continente"[2523].

Em Junho de 1975, o PCP-Madeira advertiu que se oporia a manobras separatistas, alertando para a "vigilância popular" e frisando que os

[2520] *DN*, 14 de Novembro de 1974, "Comunicados – Do PCP", p. 5.
[2521] *DN*, 30 de Janeiro de 1975, "Comunicados – Do Partido Comunista Português, Direcção da Organização Regional das Ilhas Adjacentes", p. 7.
[2522] *DN*, 10 de Abril de 1975, "Campanha eleitoral – Partido Comunista Português", p. 5.
[2523] *DN*, 18 de Maio de 1975, "O PCP afirma: a reacção conspira na Madeira", p. 2.

acontecimentos de índole independentista dos Açores não se iriam repetir na Madeira[2524].

O referido partido repudiou, em Agosto de 1975, os atentados bombistas contra "as instalações da *Emissora Nacional* e casas de pessoas e famílias progressistas", e denunciou a existência de "ameaças anónimas, telefonemas e cartas", intimidando elementos e organizações políticas. Assim, apelava à "vigilância popular", à unidade dos trabalhadores e ao reforço da "aliança Povo-MFA"[2525].

Para o PCP, a independência não era o remédio para os males da ilha, e que foram criados pelos independentistas, identificados como os que durante anos "dominaram e exploraram"[2526].

Sublinhando que os "separatistas-fascistas" estavam a criar o "clima de instabilidade pública e de medo" na Madeira[2527], o PCP condenou a série de atentados bombistas na ilha e questionou a falta de autoridade e intervenção das entidades oficias. Sobre a falta de pistas de autores das bombas, o PCP referiu, ironicamente, que talvez fossem "marcianos"[2528].

Por sua vez, o MDP/CDE defendeu a descentralização relativamente ao arquipélago[2529], e no período mais forte da actividade separatista, mais concretamente, em Agosto de 1975, esta organização pediu medidas para travar as "tentativas independentistas […] com base num "anticomunismo feroz"" e apelou à vigilância da população[2530].

[2524] *DN*, 18 de Junho de 1975, "Advertência do P.C.P. aos contra-revolucionários", p. 7.
[2525] *DN*, 26 de Agosto de 1975, "Comunicado da Comissão Concelhia do Funchal do P.C.P.", p. 5; *JM*, 26 de Agosto de 1975, "Comunicados", p. 10.
[2526] *DN*, 26 de Agosto de 1975, "Comunicado da Comissão Concelhia do Funchal do P.C.P.", p. 5; *JM*, 26 de Agosto de 1975, "Comunicados", p. 10.
[2527] *DN*, 22 de Outubro de 1975, "Às 4,06 da madrugada – Atentado bombista no centro da cidade", p. 8; *DN*, 24 de Outubro de 1975, "Ainda o caso da bomba frente à sede da UPM", p. 8; *JM*, 22 de Outubro de 1975, "Acabem com a violência", pp. 1 e 12; *JM*, 22 de Outubro de 1975, "Rebentou mais uma bomba no Funchal", p. 12.
[2528] *JM*, 15 de Novembro de 1975, "Nota da Comissão Concelhia do Funchal PCP", p. 2.
[2529] *DN*, 12 de Janeiro de 1975, "O MDP/CDE – Movimento Democrático Português na Madeira", pp. 3 e 9.
[2530] *DN*, 9 de Agosto de 1975, "Comunicados – Movimento Democrático Português", p. 5.

7.6. Movimentos separatistas e independentistas

Vejamos, de seguida, a matriz ideológica de algumas organizações vincadamente defensoras de ideias autonomistas, separatistas e independentistas.

Fervoroso adepto dos ideais autonomistas, o MAIA entendia a autonomia como uma "uma libertação de todos […] construída com a abolição de todas as formas de servidão […] a livre expressão do pensamento autóctone […] o direito de decidir sem intermediários"[2531].

Neste sentido, o MAIA defendia uma "Autonomia Actuante", valorizando os madeirenses que, no país e no estrangeiro, demonstravam capacidades ilimitadas, reivindicava "a revitalização da vida regional, a partir de uma realidade sócio-económica tão diferenciada" como era a do arquipélago, tendo o "direito de decidir com responsabilidade", mas "adentro de um todo Nacional […] no quadro das suas específicas potencialidades culturais e económicas para [que] o futuro de Portugal [fosse] UM TODO, cada vez mais importante no conserto das Nações"[2532].

No seu programa, divulgado em 5 de Janeiro de 1975, este movimento defendia a "liquidação imediata da situação de colónia (estatuto de colónia), existente nas relações entre Portugal Continental e as Ilhas da Madeira e do Porto Santo" e a "constituição do estatuto de região autónoma", que deveria seguir os critérios de um moderno Estado democrático[2533].

Relativamente ao papel do MAIA no ideário autonomista, o PPD assumiu que a pretensão de autonomia ou independência tinha sido lançada por aquele movimento[2534].

[2531] *DN*, 4 de Junho de 1974, "Manifesto do Movimento de Autonomia das Ilhas Atlânticas – Madeira e Porto Santo", p. 3; *JM*, 4 de Junho de 1974, "Manifesto", p. 11; *RNN*, 10 de Junho de 1974, "Manifesto do Movimento de Autonomia das Ilhas Atlânticas – Madeira e Porto Santo", p. 6.

[2532] *DN*, 12 de Junho de 1974, "Comunicado do Movimento "Maia"", p. 3; *JM*, 12 de Junho de 1974, "MAIA, Movimento de Autonomia das Ilhas Atlânticas – Madeira e Porto Santo", p. 2.

[2533] *DN*, 5 de Janeiro de 1975, "MAIA – Movimento de Autonomia das Ilhas Atlânticas", pp. 5 e 10; *JM*, 5 de Janeiro de 1975, "MAIA – Movimento de Autonomia das Ilhas Atlânticas", pp. 1, 3-4.

[2534] *DN*, 25 de Outubro de 1974, "Comunicado do Núcleo Regional da Madeira do Partido Popular Democrático", p. 5; *JM*, 25 de Outubro de 1974, "Vida política – Comunicado do Núcleo Regional da Madeira do Partido Popular Democrático", p. 5.

Pela sua conduta, o MAIA foi alvo de críticas, protestos e actos de repulsa, como ver seus cartazes rasgados ou pintados de verde por cima, facto que mereceu a censura de Carlos de Azeredo, que – embora não concordasse com o seu conteúdo – considerava, com estranheza, haver um "espírito fascista, de censura da opinião alheia". Para ele, era necessário existir pluralismo de opinião e respeito pelas ideias dos outros, mesmo que disparatadas, asseverando que "não [era] democrático coartar a liberdade dos outros se exprimirem e poderem falar"[2535].

Outra organização, o PMD, em Fevereiro de 1975, assumiu ser um partido "emancipalista", porque a favor da "emancipação do povo madeirense", ou seja pela autonomia e democracia, mas não a favor da independência da Madeira. Assim, manifestava o seu "apoio ao movimento associativo de Libertação e Autonomia Internacional da Madeira (L.A.I.M.A.), sem independência", reivindicava eleições regionais, bem como a formação de uma Junta de Governo Autónomo (para substituir a CA da JGDAF e o governador civil da Madeira)[2536].

Este partido agendara um comício para 15 de Fevereiro desse ano, no Funchal – "a favor da autonomia do Arquipélago da Madeira"[2537] – mas acabou por ser anulado, por ter gerado muita polémica, em redor do seu pensamento autonómico, interpretado como movimento independentista[2538], assunto que será melhor abordado, neste capítulo, no espaço relativo aos actos atribuídos como favoráveis ao separatismo.

O PMD rejeitou a acusação de estar ligado ao RUMA, na "propaganda da independência", sendo, sim, a favor da autonomia da Madeira,

---

[2535] *DN*, 12 de Junho de 1974, "O encarregado do Governo tenente-coronel Carlos Azeredo abordou em conferência de imprensa os problemas da guerra do Ultramar, a autonomia económica da Madeira e o desenvolvimento de determinados sectores", pp. 1, 5-6; *EF*, 17 de Junho de 1974, "A conferência de imprensa do encarregado do Governo do Distrito, tenente-coronel Carlos de Azeredo – Liberdade não significa ausência de lei", José Manuel Silva, p. 3; *JM*, 12 de Junho de 1974, "Liberdade não significa ausência de lei", pp. 1, 10 e 12.

[2536] *DN*, 9 de Fevereiro de 1975, "Comunicados – Do PMD-Partido Mutualista Democrático", p. 7.

[2537] *DN*, 14 de Fevereiro de 1975, "Comício e manifestação a favor da autonomia da Madeira", p. 5; *JM*, 13 de Fevereiro de 1975, "Sábado 15-2-1975, 14 h (2 horas da tarde)", p. 5; *JM*, 14 de Fevereiro de 1975, "Sábado 15-2-1975, 14 h (2 horas da tarde)", p. 5.

[2538] *DN*, 14 de Fevereiro de 1975, "Comício e manifestação a favor da autonomia da Madeira", p. 5*; DN*, 14 de Fevereiro de 1975, "Comunicados – Do M.L.A.M.", p. 4; *JM*, 13 de Fevereiro de 1975, "Sábado 15-2-1975, 14 h (2 horas da tarde)", p. 5; *JM*, 14 de Fevereiro de 1975, "Sábado 15-2-1975, 14 h (2 horas da tarde)", p. 5.

designadamente a “descentralização política em relação ao Governo Central de Lisboa e abertura das importações e exportações directas com o estrangeiro”[2539].

Em resposta aos seus adversários, este partido esclareceu que os seus militantes tinham várias origens, lutando “pela autonomia, sem independência” da Madeira[2540].

O RUMA, de cariz regionalista, foi apontado como um movimento independentista, e de estar ligado ao PMD[2541].

A FLAMA não teve uma expressão forte na imprensa madeirense, no período em estudo, ao nível de comunicados ou posições emitidas, por sua autoria, sendo certo que, no entanto, foi difundida a sua mensagem e acção, através de notícias, panfletos, pinturas murais e actos violentos.

O jornal nacional *A Capital* de 5 de Agosto de 1975 noticiou que a FLAMA teria distribuído um comunicado, no Funchal, referindo a formação de um governo clandestino para a Madeira, a funcionar na Florida, E.U.A., sendo veiculada a ideia de que este comunicado teria sido uma “brincadeira de mau gosto, com o propósito de lançar a confusão entre a população”[2542].

Esta iniciativa fora negada, pois não havia fundamento na criação, na Florida, de um governo clandestino para a Madeira, embora se registassem frases de propaganda da FLAMA nas paredes da ilha, tendo ligação a este movimento uma pequena parte da população local[2543].

Neste mesmo mês de Agosto de 1975, uma fonte da FLAMA declarara que pretendia efectuar uma “revolução pacífica” e que, ao contrário da autonomia defendida pelo PPD, a FLAMA pugnava por uma “independência total do arquipélago”. Destacou que este movimento era liderado por um madeirense “acidentalmente” residente na Florida, membro do governo clandestino para a Madeira e que nesta organização não existia nenhum fascista[2544].

[2539] *DN*, 1 de Fevereiro de 1975, “Comunicados – Do Partido Mutualista Democrático”, p. 5.
[2540] *DN*, 23 de Fevereiro de 1975, “Comunicados – Do P.M.D., Partido Mutualista Democrático”, p. 2.
[2541] *DN*, 19 de Janeiro de 1975, “Comunicados – Do RUMA”, p. 6; *DN*, 30 de Janeiro de 1975, “Comunicados – Do Partido Comunista Português, Direcção da Organização Regional das Ilhas Adjacentes”, p. 7.
[2542] *JM*, 6 de Agosto de 1975, “Madeira: Governo clandestino na Florida?”, p. 12.
[2543] *JM*, 7 de Agosto de 1975, “O que diz a imprensa continental sobre a demissão da Junta de Planeamento da Madeira”, p. 12.
[2544] *JM*, 20 de Agosto de 1975, “Neutralização da FLAMA depende da resposta do Governo Central”, p. 6.

Acrescentou a mesma fonte que a FLAMA era mais activa que o ELAM. No seu entendimento, o separatismo seria facilmente estancado, porquanto

> "a acção da F.L.A.M.A. ser[ia] facilmente neutralizada se o Governo Central, em vez de se deixar dominar por um silêncio que nada resolv[ia], decidi[sse] respeitar os anseios do povo madeirense e ordena[sse] o despacho dos requerimentos e exposições que se arrasta[va]m pendentes pelas gavetas das secretárias centrais dos organismos de Estado, que se relaciona[vam] com o arquipélago"[2545].

A propósito de um suposto ultimato lançado pela FLAMA ao PR, Faria de Oliveira, chefe do Estado-Maior do Comando Militar da Madeira, informou desconhecer tal, mas sabia que, no último comunicado daquela organização, se apelava para "uma tomada de consciência dos Madeirenses relativamente à situação política nacional"[2546].

No final de Agosto de 1975, voltou a ser noticiado que teria sido constituído um "governo provisório", clandestino, pela FLAMA, considerando-se como "a única e legítima representante do povo da Madeira", exigindo o "reconhecimento imediato da independência". Esta declaração surgiu após o envio de um telegrama, remetido por Faria Leal, alertando o Governo Nacional para o perigo do separatismo[2547].

Da actividade separatista, associada à FLAMA, Faria Leal testemunhou que, só em Maio de 1975, apareceram as primeiras pinturas em paredes de "vivas à independência", registando-se em Junho/Julho desse ano, a grande ofensiva de pinturas murais da Independência Democrática da Madeira (IDM) e da FLAMA. A seguir, em Agosto/Setembro de 1975, houve os ataques violentos (bombas, petardos) contra carros de pessoas do PCP, MDP/CDE, sendo responsável por estes actos as BRIMA, como braço armado da FLAMA[2548].

Segundo o mesmo militar, entretanto, surgiu a UNI-ARMA, o plenário das organizações pró-independência, que editou a publicação *Madeira Livre*, de cariz anti-comunista[2549].

[2545] *JM*, 20 de Agosto de 1975, "Neutralização da FLAMA depende da resposta do Governo Central", p. 6.

[2546] *DN*, 29 de Agosto de 1975, "Madeira: "Tudo depende do que se passar no Continente"", p. 8.

[2547] *DN*, 30 de Agosto de 1975, "Madeira – Separatistas constituíram "Governo clandestino"?", p. 8.

[2548] *DN*, 2 de Outubro de 1975, "O panorama económico continua a agravar-se e não bastam verbas especiais para a sua resolução – declarou a *DN* o major Faria Leal, sobre a situação da Madeira", pp. 1 e 3.

[2549] *DN*, 2 de Outubro de 1975, "O panorama económico continua a agravar-se e não bastam verbas especiais para a sua resolução – declarou a *DN* o major Faria Leal, sobre a situação da Madeira", pp. 1 e 3.

O ELAM foi apontado como um grupo clandestino, responsável por movimentações independentistas[2550], indicando Faria Leal que, após o "25 de Abril", surgiram panfletos em nome do ELAM, a favor da República Popular Democrática do Arquipélago da Madeira (RPDAM)[2551].

Outra agremiação não legalizada, ligada à actividade separatista, o MLAM, anulou um comício anunciado para 15 de Fevereiro de 1975[2552].

Relativamente à sua visibilidade na imprensa regional, o *JM* recusou-se a divulgar dois textos do ELAM, "por não estarem devidamente identificados"[2553].

De igual modo, o mesmo periódico negou a publicação de um texto manuscrito do MPLAM, por se apresentar "sem rosto, sem identificação"[2554], o que atesta que a imprensa regional não dava muita expressão aos textos emitidos pelos movimentos de carácter separatista.

Relativamente a esta menor divulgação dos comunicados dos independentistas, podemos apontar as seguintes hipóteses explicativas: os movimentos separatistas, deliberadamente, não enviavam os seus textos à comunicação social, receando serem descobertos os respectivos autores e dirigentes; embora desse a conhecer os actos bombistas e outras ações dos independentistas, os órgãos de informação não publicavam os comunicados, com o propósito claro de não alimentar demasiado essa corrente que visava a separação da Madeira em relação ao todo nacional.

O ímpeto dos movimentos independentistas, designadadamente da FLAMA, findou praticamente em 1978, coincidindo com a assunção do cargo de presidente do Governo Regional da Madeira, por parte de Alberto João Jardim, em substituição do seu primeiro titular, Ornelas Camacho, em Março do mesmo ano. O novo presidente chamou alguns elementos da FLAMA, explicando-lhes que os seus actos violentos prejudicavam o objectivo da autonomia "tão ampla quanto possível", tendo registado a resposta daqueles de que se Alberto João

[2550] *DN*, 25 de Outubro de 1974, "Comunicado do U.P.M. ~ Não morder o anzol fascista", p. 5.
[2551] *DN*, 2 de Outubro de 1975, "O panorama económico continua a agravar-se e não bastam verbas especiais para a sua resolução – declarou a *DN* o major Faria Leal, sobre a situação da Madeira", pp. 1 e 3.
[2552] *DN*, 14 de Fevereiro de 1975, "Comunicados – Do M.L.A.M.", p. 4.
[2553] *JM*, 16 de Novembro de 1974, "E.L.A.M.", p. 2.
[2554] *JM*, 19 de Novembro de 1974, "Comunicados", p. 5.

Jardim “garantisse uma luta sem receios pela Autonomia, se interrompiam as actividades da FLAMA. Até hoje”[2555].

7.7. Acções a favor da autonomia

Para além da manifestação dos ideais e das linhas de acção dos diversos organismos políticos, houve actos marcantes – muitos deles polémicas – por um lado, a favor da autonomia, claramente contrários ao separatismo e à independência e, por outro, realizações de matiz, abertamente, independentista.

Comecemos pelo primeiro lote de iniciativas. Nos dias 28 de Fevereiro, 1 e 2 de Março de 1975, realizou-se, em Angra do Heroísmo, Açores, um encontro para “o estudo de soluções para a estrutura administrativa dos distritos autónomos e suas regiões”, no qual participaram o governador civil da Madeira, Fernando Rebelo, e o presidente da JGDAF, António Loja[2556].

Através desta cimeira, os titulares madeirenses presentes abordaram com os seus colegas açorianos os “futuros estatutos da autonomia distrital”, bem como a “descentralização administrativa insular dentro da unidade nacional e de acordo com a regionalização administrativa”[2557].

Na declaração final deste encontro insular, foi afirmado

> “o princípio indiscutível da unidade na Nação Portuguesa e a fidelidade ao processo revolucionário em curso no País, negando qualquer movimento que defend[esse] ideias de independência ou auto-determinação, como de qualquer doutrina cuja natureza ou origem equívocas [pudessem] levantar dúvidas a respeito dessa unidade”[2558].

Sobre a amplitude do estatuto ou estatutos, os únicos dois representantes da Madeira, acima mencionados, abstiveram-se nas suas

[2555] JARDIM, 2017, *Relatório de Combate,* p. 52.

[2556] *DN*, 22 de Fevereiro de 1975, “Nota informativa do Governador do Distrito”, p. 1; *DN*, 5 de Março de 1975, “Governo do Distrito Autónomo do Funchal – Nota informativa”, p. 1; *JM*, 22 de Fevereiro de 1975, “Governador do Distrito Autónomo do Funchal – Nota informativa”, p. 12; *JM*, 28 de Fevereiro de 1975, “Autonomia distrital”, p. 1; *JM*, 4 de Março de 1975, “Reunião interinsular dos governadores dos distritos autónomos”, p. 12.

[2557] *JM*, 4 de Março de 1975, “Reunião interinsular dos governadores dos distritos autónomos”, p. 12.

[2558] *JM*, 4 de Março de 1975, “Reunião interinsular dos governadores dos distritos autónomos”, p. 12.

conclusões, por não estarem "credenciados pelos Partidos Políticos representantes da vontade popular madeirense"[2559].

Por outro lado, em prol da materialização legislativa da autonomia, nomeadamente, na nova CRP, os partidos com assento na AC, em 1975, apresentaram propostas específicas.

Desde logo, em Julho desse ano, na AC, foi constituída uma comissão parlamentar para "estudar as futuras disposições constitucionais referentes à autonomia dos arquipélagos da Madeira e dos Açores". Pela Madeira, integraram esta comissão os deputados madeirenses Emanuel Rodrigues e Monteiro de Aguiar, respectivamente do PPD e do PS[2560], batendo-se este último por uma "autonomia legislativa, financeira e administrativa para a Madeira"[2561].

Em Setembro de 1975, a "proposta-contributo" sobre a autonomia das ilhas, da autoria da Federação Regional da Madeira do PS, a apresentar na AC, defendeu, resumidamente, que a Madeira e os Açores gozariam de "autonomia político-administrativa", sendo os órgãos de poder regional, a Assembleia Legislativa Regional – eleita por sufrágio universal – e a Junta Governativa, eleita por aquela, que ficaria com o poder executivo, sendo que a dissolução do primeiro órgão implicaria automaticamente a demissão do segundo, tendo as regiões direito a ficar com as receitas nelas cobradas e passaria a haver um ministro da República, nomeado pelo PR[2562].

Por sua vez, no mesmo mês, os deputados do PPD da Madeira na AC, formalizaram uma proposta sobre a autonomia das ilhas, considerando a sua Comissão Politica Distrital que a mesma era "mais autonomizante do que o anteriormente previsto no programa inicial do Partido"[2563].

[2559] *DN*, 5 de Março de 1975, "Governo do Distrito Autónomo do Funchal – Nota informativa", p. 1; *JM*, 28 de Fevereiro de 1975, "Autonomia distrital", p. 1; *JM*, 4 de Março de 1975, "Reunião interinsular dos governadores dos distritos autónomos", p. 12.

[2560] *DN*, 29 de Julho de 1975, "Comissão parlamentar para o estudo da autonomia das ilhas adjacentes", p. 8; *JM*, 9 de Agosto de 1975, "O Partido Socialista também empenhado na autonomia das Ilhas Adjacentes", pp. 1 e 9.

[2561] *JM*, 9 de Agosto de 1975, "O Partido Socialista também empenhado na autonomia das Ilhas Adjacentes", pp. 1 e 9.

[2562] *DN*, 16 de Setembro de 1975, "Proposta sobre a autonomia das ilhas apresentada pela Federação Regional do Partido Socialista", p. 5; *JM*, 16 de Setembro de 1975, "Vida política – Proposta de autonomia do Partido Socialista", p. 2.

[2563] *DN*, 20 de Setembro de 1975, "Proposta sobre a autonomia das ilhas apresentada pelo Partido Popular Democrático", p. 6; *JM*, 20 de Setembro de 1975, "P.P.D. divulga projecto constitucional das regiões autónomas dos Açores e da Madeira", pp. 1-2.

Esta proposta advogava, sinteticamente, que a autonomia da Madeira e dos Açores compreendia os poderes de legislar, arrecadar receitas cobradas nas ilhas, administrar o seu património e tutelar as autarquias locais, não podendo a "autonomia político-administrativa" prejudicar a integridade da soberania do Estado[2564].

Para o PPD, os órgãos de poder regional seriam a Assembleia Legislativa Regional – eleita por sufrágio universal, directo e secreto – e o Conselho Regional (o PS sugeriu Junta Governativa), eleito por aquela, que ficaria com o poder executivo, havendo ainda um Comissário da República (o PS sugeriu ministro da República), nomeado pelo PR[2565].

Segundo a mesma proposta, os estatutos político-administrativos seriam aprovados pelas assembleias regionais e promulgados pelo PR, depois de sancionados pela Câmara dos Deputados e caso existissem reparos aos estatutos, por parte daquelas duas entidades, o assunto seria solucionado por meio de referendo popular em cada região autónoma[2566].

A este propósito, o *JM* referiu a entrega de uma "lauta proposta" do PPD e sublinhou que a autonomia dos arquipélagos também estava vertida no projecto do PS, mas neste partido era "em termos muitos restritos"[2567].

Em Outubro de 1975, também o PCP apresentou um projecto de autonomia regional, defendendo, no essencial, que a Madeira e os Açores seriam "regiões autónomas dotadas de personalidade jurídica" e estatutos político-administrativos, respeitando os "princípios da Unidade Nacional, da integridade da soberania do Estado e do Regime Democrático", tendo competência de legislar, tutelar as autarquias locais, administrar o seu património e ter receitas próprias[2568].

[2564] *DN*, 20 de Setembro de 1975, "Proposta sobre a autonomia das ilhas apresentada pelo Partido Popular Democrático", p. 6; *JM*, 20 de Setembro de 1975, "P.P.D. divulga projecto constitucional das regiões autónomas dos Açores e da Madeira", pp. 1-2.

[2565] *DN*, 20 de Setembro de 1975, "Proposta sobre a autonomia das ilhas apresentada pelo Partido Popular Democrático", p. 6; *JM*, 20 de Setembro de 1975, "P.P.D. divulga projecto constitucional das regiões autónomas dos Açores e da Madeira", pp. 1-2.

[2566] *DN*, 20 de Setembro de 1975, "Proposta sobre a autonomia das ilhas apresentada pelo Partido Popular Democrático", p. 6; *JM*, 20 de Setembro de 1975, "P.P.D. divulga projecto constitucional das regiões autónomas dos Açores e da Madeira", pp. 1-2.

[2567] *JM*, 11 de Julho de 1975, "Assembleia Constituinte – Incidente no período de antes da ordem do dia, Proposta sobre a autonomia das ilhas apresentada pelo Partido Popular Democrático", pp. 1-2.

[2568] *DN*, 19 de Outubro de 1975, "P.C.P. apresentou projecto de autonomia da Madeira e dos Açores", p. 10; *JM*, 21 de Outubro de 1975, "Vida política – Partido Comunista", p. 8.

Segundo o mesmo partido, os órgãos de governo próprio seriam definidos no estatuto de cada região, podendo haver um ministro da República para cada região autónoma, nomeado pelo PR, sob proposta do PM[2569].

À margem parlamentar, registe-se que o MAIA se recusou a colaborar no convite do governador militar, Carlos de Azeredo, para a elaboração de "uma "hipótese" de estatuto de autonomia"" para a Madeira, por não concordar com uma "emanação de cúpula que mais serv[ia] oportunismos partidários que o povo", referindo que o pretendido estatuto deveria merecer a "consulta popular" e que a autonomia não podia ser um "disfarce de qualquer forma de colonialismo, mas a livre expressão do pensamento autóctone"[2570].

7.8. Manifestações interpretadas como actos favoráveis ao separatismo e à independência

Atentemos, agora, nas acções que se apresentaram, manifestamente, como separatistas e também nas que foram interpretadas como tal, apesar da negação desse cariz, por parte das entidades promotoras, analisando-se, igualmente, as reacções tomadas por organizações políticas, organismos de governação e periódicos.

As pinturas murais foram umas das primeiras manifestações dos independentistas, tendo o seu início em Maio de 1975, com "vivas à independência"[2571].

Na noite de 8 para 9 deste mês, José Manuel Figueira César de Barros, farmacêutico (apontado como candidato a deputado do CDS à eleição da AC,

[2569] *DN*, 19 de Outubro de 1975, "P.C.P. apresentou projecto de autonomia da Madeira e dos Açores", p. 10; *JM*, 21 de Outubro de 1975, "Vida política – Partido Comunista", p. 8.

[2570] *DN*, 2 de Março de 1975, "Comunicados – Do MAIA-Movimento de Autonomia das Ilhas Atlânticas (Madeira e Porto Santo)", p. 6.

[2571] *DN*, 2 de Outubro de 1975, "O panorama económico continua a agravar-se e não bastam verbas especiais para a sua resolução – declarou a *DN* o major Faria Leal, sobre a situação da Madeira", pp. 1 e 3.

pelo círculo do Funchal), acompanhado por João Pedro Figueira Ferraz, foi apanhado a pintar paredes a favor da independência da Madeira[2572].

A comissão executiva do CDS informou que defendia a "ampla autonomia" da Madeira (e não a independência), tendo José Manuel Figueira César de Barros se desligado do CDS, por sua iniciativa, e antes da referida detenção[2573].

A propósito destas detenções, a UPM considerou que, "finalmente", foram tomadas acções "contra aqueles que pretend[iam] impôr ao Povo Trabalhador da Madeira um novo fascismo, debaixo da capa da independência"[2574].

Salientou que, desde Outubro de 1974, alertava para este perigo, e no comício de 15 de Fevereiro de 1975, contra a LAIMA, RUMA, PMD e MLAM – que queriam fazer, na mesma data, uma manifestação a favor da independência – a UPM foi atacada por Carlos de Azeredo, e mesmo ameaçada de dissolução, mas, mais tarde, foi-lhe reconhecida a sua razão[2575].

Segundo a UPM, a independência era defendida por sectores que sentiam perder privilégios, face ao "avanço das lutas operárias e camponesas", estando esta luta independentista a ser conduzida por "dois partidos fascistas, o PPD e o CDS", ficando esta tarefa, no campo, atribuída aos "comerciantes, merceeiros e caciques locais ligados aos dois partidos"[2576].

Visados num comunicado da UPM, Rui Vieira (ex-presidente da JGDAF), António Diogo Henriques de Freitas e William Edward Clode negaram a sua ligação a movimentos que pretendiam a independência da Madeira[2577].

Perante a indicação de vários nomes que estariam ligados à independência da Madeira, e que foram apontados no comunicado da UPM, o comandante militar Carlos de Azeredo, por despacho de 14 de Maio de 1975, determinou a abertura de um inquérito – mesmo depois de algumas pessoas

---

[2572] *DN*, 11 de Maio de 1975, "Detido um candidato a deputado pelo Centro Democrático Social", p. 12; *DN*, 13 de Maio de 1975, "Sob investigação os elementos detidos pelo COPMAD", p. 3.

[2573] *DN*, 13 de Maio de 1975, "Detido um candidato a deputado pelo Centro Democrático Social – Esclarecimento do CDS", p. 3.

[2574] *DN*, 13 de Maio de 1975, "UPM denuncia manobras para a independência da Madeira", p. 8.

[2575] *DN*, 13 de Maio de 1975, "UPM denuncia manobras para a independência da Madeira", p. 8.

[2576] *DN*, 13 de Maio de 1975, "UPM denuncia manobras para a independência da Madeira", p. 8.

[2577] *DN*, 14 de Maio de 1975, "A propósito de um comunicado do U.P.M.", p. 8; *DN*, 15 de Maio de 1975, "Declaração", p. 7; *DN*, 15 de Maio de 1975, "Declaração", p. 2; *DN*, 15 de Maio de 1975, "Declaração", p. 2.

terem desmentido tal acusação – porque convinha "de uma vez por todas, esclarecer o assunto", dando-se posteriormente conhecimento público dos seus resultados[2578].

O CTIM, em comunicado divulgado em 16 de Maio de 1975, esclareceu que, no dia 8 de Maio de 1975, por lhe terem denunciado a possibilidade de, na madrugada de 9, serem feitas pinturas em paredes no Funchal, a favor da independência da Madeira – "de teor idêntico às que, na noite anterior, tinham sido executadas na cidade" – o referido comando efectuou um operação, tendo detido as duas pessoas acima-mencionadas, tendo-se apurado que isso era real, com a participação de outras pessoas, ficando os dois detidos e outras pessoas, a partir de 16 de Maio, em residência fixa, até serem concluídas as averiguações[2579].

O mesmo Comando Territorial, em Junho de 1975, clarificou que, até à data, não tinha identificado nomes e partidos ligados a estes acontecimentos, com o intuito de alcançar a independência da Madeira, apesar das diligências efectuadas, pelo que as acusações da UPM não tinham fundamento, e assim os interessados poderiam apresentar queixa judicial[2580].

Novas pinturas foram feitas, na madrugada de 19 de Julho de 1975, a favor da independência da Madeira, e que, segundo o PCP-Funchal, surgira, neste caso, com uma nova sigla, IDM ("em substituição do MAIA, RUMA, PII, ELAM, MLAM, etc."), acto que mereceu a censura deste partido, pois tinha por intuito "voltar a instalar em Portugal uma ditadura fascista"[2581].

Júlio Ribeiro de Oliveira, adjunto do COPMAD, confirmou este episódio, ocorrido na cidade do Funchal, e que agitou a opinião pública[2582].

Na madrugada de 29 de Agosto de 1975, seis jovens fizeram pinturas, de carácter separatista, em paredes da Matur, freguesia de Água de Pena, concelho de Machico, tendo sido detidos pela PSP e encaminhados para o

[2578] *DN*, 15 de Maio de 1975, "Comunicado do Comando Territorial Independente da Madeiral", p. 1.
[2579] *DN*, 16 de Maio de 1975, "Comunicados do Comando Territorial Independente da Madeira – Comunicado n.º 28", p. 1.
[2580] *DN*, 15 de Junho de 1975, "Comunicado do C.T.I.M.", p. 1.
[2581] *DN*, 22 de Julho de 1975, "P.C.P apela para a vigilância popular contra as manobras reaccionárias", p. 6.
[2582] *DN*, 29 de Julho de 1975, "Os últimos acontecimentos políticos na Madeira: Tema duma comunicação do adjunto do COOPMAD em conferência de imprensa", pp. 1 e 3; *JM*, 29 de Julho de 1975, "O adjunto do COOPMAD deu conferência de imprensa sobre diversos factos ligados ao comício do P.P.D.", p. 12.

edifício da CMM. Na noite desse dia, houve uma manifestação em que se pediam as explicações para esse acto e, depois da indignação popular, foram levados para o Funchal[2583].

Ouvidos no Palácio de São Lourenço, foram libertados, dado que, no entendimento de Carlos de Azeredo, até então, "nenhumas ligações foram detectadas com a atitude dos menores"[2584].

Esta acção, então designado "tribunal popular", aconteceu junto ao edifício da CMM, sendo Martins Júnior acusado de ser o principal responsável pelo aludido "julgamento". Esta situação motivou celeuma e protestos na imprensa regional e nacional[2585].

A CA da CMM, presidida por Martins Júnior, justificou que o ocorrido foi um "verdadeiro acto de justiça em prol da defesa e da segurança do povo do Concelho, segurança essa ameaçada por um grupo de seis agitadores […] contra a unidade nacional e a paz da nossa vida", sublinhando que os populares desejavam "saber a sua identificação, conhecer a sua fisionomia e às ordens de quem [trabalhavam], sobretudo porque um deles confessou publicamente que aquelas inscrições "constituíam princípio e causa de bombas, assaltos e outras violências""[2586].

Também, o CIPM negou o cunho de tribunal concedido a este evento, explicando que "os trabalhadores apenas pediram a identificação dos seis jovens, sem no entanto terem dado qualquer sentença"[2587]

Foi aberto um "rigoroso inquérito" aos acontecimentos ocorridos em Machico e relacionados com o "tribunal popular", em 29 de Agosto de 1975[2588],

---

[2583] *DN*, 31 de Agosto de 1975, "Acontecimentos em Machico em que intervieram cinco jovens e a população", p. 10.

[2584] *DN*, 29 de Julho de 1975, "Os últimos acontecimentos políticos na Madeira: Tema duma comunicação do adjunto do COOPMAD em conferência de imprensa", pp. 1 e 3; *DN*, 9 de Setembro de 1975, "A demissão do Padre Martins e os factos ocorridos em Machico no dia 29 de Agosto – um esclarecimento do Governo do Distrito", pp. 1 e 7.

[2585] *JM*, 30 de Agosto de 1975, "Quotidiano – É tempo de acabar-se com isto", p. 12; *JM*, 31 de Agosto de 1975, "Até quando?", p. 3; *JM*, 31 de Agosto de 1975, "Os acontecimentos na noite de 29 de Agosto em Machico", p. 3.

[2586] *JM*, 31 de Agosto de 1975, "O Tribunal Popular de 29 de Agosto de 1975 – Deliberação da C. A. da Câmara Municipal de Machico", p. 10.

[2587] *DN*, 5 de Setembro de 1975, "Demitido o presidente da Comissão Administrativa da C.M. de Machico", p. 1; *JM*, 6 de Setembro de 1975, "Comunicados", p. 7.

[2588] *JM*, 31 de Agosto de 1975, "Comando Territorial Independente da Madeira – Comunicado", p. 7.

tendo resultado a demissão do presidente da CA da CMM, Martins Júnior, por decisão de Carlos de Azeredo[2589].

Registaram-se posições favoráveis e desfavoráveis a esta demissão, Por exemplo, o PPD solidarizou-se com a decisão tomada pelo governador do Distrito, considerando que já deveria "ter sido demitido logo após ter começado a agir arbitrariamente"[2590] e, também, o deputado deste mesmo partido, Emanuel Rodrigues, numa intervenção na AC, censurou os acontecimentos do "tribunal popular"[2591].

Por outro lado, a UPM condenou os atentados bombistas dos separatistas e as pinturas feitas nas paredes da Matur, referindo que estas "serviram para preparar o terreno para as bombas" criticando, ainda, a actuação "pouco firme" do Comando Militar perante estes acontecimentos[2592].

Por sua vez, José Manuel Silva, no *EF*, criticou severamente os acontecimentos ocorridos no 29 de Agosto desse ano – a que o articulista assistiu – considerando que o "tribunal popular" foi um acto "abominável e tresloucado", responsabilizando o "perverso" Martins Júnior por um "massacre desumano sobre menores"[2593].

Também, o *RNN* considerou que a actuação de Martins Júnior acabou por "arredondar numa barracada de trazer por casa, após aquela triste história do caso da improvisação dum "Tribunal Popular" […] espectáculo deveras revoltante"[2594].

Como consequência deste ambiente político, relacionado com as actuações independentistas, e, designadamente, por via da demissão de Martins Júnior da CMM, no Funchal, no dia 18 de Setembro de 1975, realizou-se uma manifestação "anti-fascista, anti-imperialista e contra a independência da Madeira", denunciando a FLAMA e de "solidariedade à justa luta do povo de

[2589] *DN*, 5 de Setembro de 1975, "Demitido o presidente da Comissão Administrativa da C.M. de Machico", p. 1; *JM*, 5 de Setembro de 1975, "Governo do Distrito demite Padre José Martins Júnior de presidente da C. Administrativa de Machico", pp. 1 e 12.

[2590] *DN*, 7 de Setembro de 1975, "P.P.D. solidário com a posição tomada pelo Governador do Distrito", p. 10.

[2591] *JM*, 31 de Outubro de 1975, "Reposta a verdade sobre a Madeira na Assembleia Constituinte – Intervenção do Dr. Emanuel Rodrigue s (PPD), natural de Machico, a esclarecer o que se passa naquela freguesia", pp. 1 e 9.

[2592] *DN*, 4 de Setembro de 1975, "U.P.M. contra "terrorismo fascista"", p. 8.

[2593] *EF*, 1 de Setembro de 1975, ""Tribunal Popular" - A triste palhaçada encenada por José Martins Júnior", pp. 1 e 12.

[2594] *RNN*, 10 de Setembro de 1975, "Jazz Band – Barracada de segunda", p. 6.

Machico". Este evento, sem o uso de símbolos partidários, terminou com um comício, no qual intervieram representantes da construção civil, dos camponeses de Machico, de comissões de moradores, da COCAN, da UPM e Martins Júnior[2595].

Apoiaram esta manifestação contra a independência, diversas organizações, como a COCAN, os Carregadores do Porto do Funchal, o Sindicato dos Empregados e Operárias de Bordados, a Comissão de Moradores da Madalena, as comissões de moradores do Amparo e das Quebradas, da freguesia de S. Martinho, a Cooperativa do Lugar de Baixo e a COOTERÇAS, ambas da Ponta do Sol, os operários das artes gráficas, os moradores do Faial (Santa Maria Maior), os trabalhadores assalariados agrícolas, as comissões de moradores de Santo António e S. Martinho, o Sindicato dos Barbeiros e Cabeleireiros, a UBM, as conserveiras, a CPU, a COOSOL, a COOPOSMAR, os trabalhadores da Fábrica de Conservas de Machico, a Cooperativa Rural de S. João (Ribeira Brava), a Cooperativa do Caniçal, a Comissão Coordenadora Pró-Sindical da JGDAF, a CT da ERG, a FEC (M-L), as Prós-Sindicais dos Trabalhadores assalariados agrícolas, a Associação de Estudantes do LNF, as comissões sindicais do LNF e da EICF, a UPM e o CIPM[2596].

Afastaram-se desta manifestação o PS, a JS, o PCP e o MDP/CDE – que estiveram reunidos com a comissão promotora da manifestação, no dia 17 de Setembro – em virtude de "alguns objectivos e palavras de ordem [serem] contrários à sua ideologia", embora os referidos partidos condenassem todas as manobras separatistas[2597].

[2595] *DN*, 16 de Setembro de 1975, "Manifestação contra a independência da Madeira", p. 8; *DN*, 17 de Setembro de 1975, "Hoje, pelas 17.30 h – Manifestação anti-fascista contra a independência da Madeira", p. 8; *DN*, 17 de Setembro de 1975, "Manifestação anti-fascista contra a independência da Madeira", p. 6; *DN*, 19 de Setembro de 1975, "Ontem no Funchal – Milhares de anti-fascistas manifestaram-se contra a independência da Madeira", pp. 1 e 8; *JM*, 18 de Setembro de 1975, "Manifestação popular anti-fascista contra a independência da Madeira", p. 5.

[2596] *DN*, 16 de Setembro de 1975, "Manifestação contra a independência da Madeira", p. 8; *DN*, 17 de Setembro de 1975, "Assembleias, comícios, reuniões – Comissão de Moradores do sítio da Madalena, Santo António", p. 2; *DN*, 17 de Setembro de 1975, "Hoje, pelas 17.30 h – Manifestação anti-fascista contra a independência da Madeira", p. 8; *DN*, 17 de Setembro de 1975, "Manifestação anti-fascista contra a independência da Madeira", p. 6; *JM*, 18 de Setembro de 1975, "FEC (M-L) ataca PC, russos e americanos", p. 5; *JM*, 18 de Setembro de 1975, "Manifestação popular anti-fascista contra a independência da Madeira – Comunicados recebidos", p. 5.

[2597] *DN*, 17 de Setembro de 1975, "Hoje, pelas 17.30 h – Manifestação anti-fascista contra a independência da Madeira", p. 8.

O PCP não participou nesta manifestação, por não se ter chegado a acordo entre as várias organizações, de modo a existir uma plataforma de entendimento, para tornar este acto numa "jornada unitária de luta anti-fascista" contra as manobras terroristas e independentistas, atribuindo a responsabilidade pela sua ausência ao secretariado organizador da manifestação[2598].

Poucos dias depois, este partido esclareceu que não participou no aludido evento, não por "discordâncias ideológicas", estando em causa "sim a figura controversa do Padre Martins, sobre o qual as opiniões políticas se divid[iam] e para obstar que tal figura quebrasse as possibilidades de entendimento e de acção conjunta das várias forças políticas"[2599].

O PS também não participou nesta iniciativa, alegando que não tinha havido acordo do secretariado da manifestação para existir um leque mais alargado de participação, tendo em vista "encontrar uma forma unitária" para a integração do PS, do PCP e do MDP/CDE neste evento[2600].

Igualmente, o MDP/CDE alheou-se desta manifestação, por considerar não ter havido uma "base comum de acção das forças políticas", como pretendiam também o PS e o PCP, por culpa do secretariado organizador do evento, e identificando aproveitamento partidário[2601].

A FPDM expressou-se contra a "estreiteza do leque composto e "autorizado" pela organização promotora da manifestação" e considerou que havia outras organizações que deveriam engrossar a "frente de luta"[2602].

Face às posições públicas do PS, do MDP/CDE, do PCP e da FPDM, relativamente às suas razões para não participarem nesta manifestação de 18 de Setembro de 1975, as organizações promotoras daquele evento apresentaram a sua versão dos acontecimentos, referindo, nomeadamente que o PS, com o apoio do MDP/CDE, não concordavam com a apoio à luta de Machico[2603].

[2598] *JM*, 18 de Setembro de 1975, "Partido Comunista discorda e não participa", p. 5.

[2599] *DN*, 24 de Setembro de 1975, "Ainda a manifestação contra a independência da Madeira", p. 8; *JM*, 20 de Setembro de 1975, "Comunicados", p. 10.

[2600] *JM*, 18 de Setembro de 1975, "Partido Socialista contra alguns dos objectivos da manifestação que apenas interessam à política da UPM", p. 5.

[2601] *JM*, 18 de Setembro de 1975, "MDP-CDE considera a manifestação "partidariamente manipulada"", p. 5.

[2602] *JM*, 17 de Setembro de 1975, "Manifestação anti-fascista contra manobras separatistas", p. 2.

[2603] *DN*, 27 de Setembro de 1975, "Ainda a manifestação contra a independência da Madeira", p. 8.

No contexto político, marcado pela dialética autonomia-independência, foi agendado, para o dia 15 de Fevereiro de 1975, um comício/manifestação do PMD, no Jardim Municipal, "a favor da autonomia do Arquipélago da Madeira". Apelava-se à comparência dos "partidos mais progressistas", naquela que seria "a maior manifestação política" realizada na Madeira ("e já lá vão 555 anos que ela foi descoberta")[2604].

A redacção do *CF* pediu aos órgãos de informação da Madeira para boicotarem a divulgação de informações relativas a esta manifestação de 15 de Fevereiro de1975, designadamente da propaganda do "grupelho fascista" o Movimento de Libertação da Madeira, que, segundo o referido semanário, seria o promotor desta manifestação[2605].

Diversas organizações expressaram-se contra a realização deste comício/manifestação do PMD, por considerarem, entre outros aspectos, que se tratava de um "grupo de fascistas", favorável à "independência da Madeira", temendo que os trabalhadores ainda fossem mais explorados, denunciaram as manobras do MDM, do RUMA, do LAIMA, do Movimento Educação e Paz e do empresário José Nunes Oliveira (Armazéns Oliveira), e apelaram à vigilância e ao boicote deste acto público. A esta atitude de condenação do referido comício associaram-se o Sindicato dos Empregados e Operárias de Bordados, o Sindicato dos Operários da Construção Civil, a redacção do *CF* e a FPDM[2606].

Por seu turno, e para além de discordar da manifestação do PMD – atribuída pela UPM ao "Movimento de "Libertação" da Madeira", a José Nunes Oliveira (comerciante), António de Gouveia (médico), RUMA, LAIMA, Movimento Educação e Paz – a UPM apelou a que se transformasse "a manifestação fascista numa contra-manifestação anti-fascista", agendada para o mesmo dia

[2604] *DN*, 14 de Fevereiro de 1975, "Comício e manifestação a favor da autonomia da Madeira", p. 5; *JM*, 13 de Fevereiro de 1975, "Sábado 15-2-1975, 14 h (2 horas da tarde)", p. 5; *JM*, 14 de Fevereiro de 1975, "Sábado 15-2-1975, 14 h (2 horas da tarde)", p. 5.

[2605] *CF*, 13 de Fevereiro de 1975, separata regional, "*Comércio do Funchal*, Comunicado – O fascismo não passará – Abaixo a propaganda fascista", p. 1.

[2606] *DN*, 14 de Fevereiro de 1975, "Comunicados – Do Sindicato Livre dos Empregados e Operárias da Indústria de Bordados e Tapeçarias da Madeira", p. 6; *DN*, 14 de Fevereiro de 1975, "Comunicados – Do Sindicato Livre dos Operários da Construção Civil e Ofícios Correlativos do Distrito do Funchal", p. 6; *DN*, 14 de Fevereiro de 1975, "Comunicados – Dos redactores do *Comércio do Funchal*", p. 6; *DN*, 15 de Fevereiro de 1975, "Comunicados – Da F.P.D.M.", p. 4.

15 de Fevereiro de 1975, de modo a combater "as aldrabices dos senhores que prega[vam] a independência da Madeira"[2607].

Perante a existência do agendamento de duas manifestações, ambas legais e autorizadas, para o mesmo dia 15 de Fevereiro de 1975, o CTIM, dirigido pelo governador militar, Carlos de Azeredo, apelou ao "bom sendo e civismo dos diferentes dirigentes dos movimentos […] para repensarem as suas atitudes e cancelar" as manifestações, porque inoportunas, atendendo à proximidade da campanha das eleições para a AC e que o clima de radicalismo e de confrontos não interessava à democracia[2608].

O MLAM, invocando "dificuldades surgidas à última hora", anulou o comício em causa, através de um comunicado datado de 14 de Fevereiro e assinado por José Nunes Oliveira e António Quirino Soares[2609].

Mas a UPM não cancelou o seu comício "anti-fascista e anti-capitalista", no qual exigiria a extinção dos "grupelhos fascistas", com o MLM, o RUMA e a prisão dos seus dirigentes[2610].

Face ao momento político de então, em que "grupelhos fascistas e grupelhos pseudo-revolucionários se digladia[vam] […] sobre problemas secundários para a consolidação da democracia", o Secretariado Provisório do MDP/CDE da Madeira, apelou à concentração da população na "grande tarefa de fazer avançar a democracia", num comunicado assinado por José Manuel de G. Nunes[2611].

E no dia 15 de Fevereiro, realizou-se, de facto, o comício da UPM, ao qual aderiram a FPDM, a FEC (M-L) e alguns sindicatos, como os das bordadeiras e da construção civil. Inicialmente, os militares e a polícia tentaram dispersar os manifestantes, tendo ocorrido o lançamento de granadas com gás lacrimogénio e cenas de confrontação física, mas os resistentes manifestaram-

[2607] *CF*, 13 de Fevereiro de 1975, separata regional, "Comunicado do U.P.M. (União do Povo da Madeira) – Combatamos a manifestação a favor da independência fascista", p. 2; *DN*, 14 de Fevereiro de 1975, "Combatamos a manifestação a favor da independência fascista", p. 5; *DN*, 14 de Fevereiro de 1975, "Comunicados – Do U.P.M.", p. 6.

[2608] *DN*, 15 de Fevereiro de 1975, "Comando Territorial Independente da Madeira – Quartel General", p. 4; *JM*, 15 de Fevereiro de 1975, "Vida política – Governo Militar cancelou manifestações convocadas para hoje no Funchal", p. 2.

[2609] *DN*, 14 de Fevereiro de 1975, "Comunicados – Do M.L.A.M.", p. 4.

[2610] *DN*, 15 de Fevereiro de 1975, "Comunicados – Do U.P.M.", p. 4; *JM*, 15 de Fevereiro de 1975, "Sábado, dia de luta anti-fascista e anti-capitalista", p. 5.

[2611] *DN*, 15 de Fevereiro de 1975, "Comunicados – Do Movimento Democrático Português-MDO/CDE", p. 2.

se frente ao Palácio de S. Lourenço, "exigindo o afastamento do governador do Distrito", Fernando Rebelo, e, após conversações, as autoridades militares permitiram a promoção do comício no local inicialmente previsto, isto é, no Jardim Municipal[2612].

A UPM considerou que, "apesar de proibição da manifestação anti-fascista", por si organizada, como forma de repudiar a "independência da Madeira", a mesma iniciativa foi importante no processo político, a favor das classes trabalhadoras[2613].

Em resposta aos seus adversários políticos, tendo por base a manifestação do dia 15 de Fevereiro, o PMD esclareceu que os seus militantes tinham várias origens, lutando "pela autonomia, sem independência" da Madeira e que continuariam a sua actividades política, nomeadamente reuniões com as populações[2614].

Em 27 de Julho de 1975, no Funchal, teve lugar uma manifestação-comício do PPD, tendo, entre outros intuitos, "exigir uma democracia politicamente pluralista e representativa" e "reivindicar uma Autonomia para a Madeira dentro da República Portuguesa, a favor da autonomia da Madeira"[2615].

Esta acção teve por base a divulgação do "Manifesto do P.P.D. ao Povo da Madeira", por parte dos seus deputados da Madeira à AC, dando conta das razões por que o partido saiu do GP, por não serem contempladas as suas ideias, nomeadamente a eleição das autarquias locais, a liberdade e o pluralismo da comunicação social e o combate à crise económica. A nível regional, consideravam que se acentuava a crise económica e social e uma "indefinição quanto ao futuro" [2616].

[2612] *DN*, 16 de Fevereiro de 1975, "Os acontecimentos de ontem a propósito das manifestações e contra-manifestações políticas", p. 3; *JM*, 15 de Fevereiro de 1975, "Contra o fascismo-ofensiva popular!", p. 9.

[2613] *CF*, separata regional, 20 de Fevereiro de 1975, "O fascismo não passou porque o povo lhe fez frente", p. 3; *DN*, 19 de Fevereiro de 1975, "Comunicados – Do U.P.M. – O fascismo não passou porque o povo lhe fez frente", p. 6.

[2614] *DN*, 23 de Fevereiro de 1975, "Comunicados – Do P.M.D., Partido Mutualista Democrático", p. 2.

[2615] *DN*, 23 de Julho de 1975, "Manifesto do P.P.D. ao Povo da Madeira", p. 3.

[2616] *DN*, 23 de Julho de 1975, "Manifesto do P.P.D. ao Povo da Madeira", p. 3; *DN*, 24 de Julho de 1975, "Partido Popular Democrático – Comunicado", p. 7; *DN*, 25 de Julho de 1975, "A manifestação marcada para domingo – PPD", p. 8; *DN*, 26 de Julho de 1975, "A manifestação de amanhã – P.P.D.", p. 4; *DN*, 26 de Julho de 1975, "A manifestação marcada para hoje", p. 4; *JM*, 25 de Julho de 1975, "Vida política – Partido Popular Democrático, Comunicado", p. 8.

Face ao conteúdo do aludido manifesto, a FPDM classificou como "reaccionária" esta manifestação-comício de 27 de Julho e alertou para o "perigo" que representava o evento anunciado pelo PPD[2617].

Sobre esta manifestação, o Sindicado dos Operários da Construção Civil pediu aos trabalhadores e camponeses madeirenses para não participarem na mesma, referindo que estava disponível a tudo, para defender as organizações políticas e os sindicatos[2618].

O Sindicado das Operários de Bordados manifestou-se contra esta "criminosa manifestação fascista", pedindo a participação dos seus associados nos piquetes e barricadas de rua nesse dia[2619].

A UPM exprimiu-se contra a realização da manifestação do PPD, considerando que a mesma era "contra os interesses dos trabalhadores" e apelava aos trabalhadores dos transportes públicos para se recusarem a transportar pessoas para aquele evento, tendo este movimento político organizado piquetes de vigilância[2620].

Expressaram-se, ainda, contra esta manifestação do PPD, pais das crianças do Infantário "Josina Machel", a Comissão Sindical da EICF, trabalhadores da Empresa Madeirense de Tabacos, a Comissão Pró-Sindicato dos Trabalhadores Assalariados Agrícolas, Trabalhadores do Cartório de Advogados, o Centro Recreativo e Cultural do Estreito de Câmara de Lobos, as Cooperativas COCAN do Funchal, UNICARMO de Câmara de Lobos, Liberdade das Corticeiras e COOLIVRE do Estreito de Câmara de Lobos, um grupo de moradores de S. Martinho e a CT do Inter-Atlas, o CIPM e o MDP/CDE[2621].

O PCP apelou à vigilância e à serenidade, face a "manobras reaccionárias", recusando o "regresso da ditadura fascista" e por "Portugal livre, democrático e independente", tendo, posteriormente, manifestado o seu regozijo

---

[2617] *DN*, 24 de Julho de 1975, "Portugal livre e independente – um comunicado da F.P.D.M.", p. 2.

[2618] *DN*, 25 de Julho de 1975, "A manifestação marcada para domingo – Operários da construção civil", p. 8.

[2619] *DN*, 26 de Julho de 1975, "Sindicato Livre dos Trabalhadores da Indústria de Bordados e Tapeçarias da Madeira – Comunicado, Atenção à fera fascista", p. 7.

[2620] *DN*, 25 de Julho de 1975, "A manifestação marcada para domingo – UPM", p. 8; *DN*, 26 de Julho de 1975, "A manifestação de amanhã", p. 4; *DN*, 27 de Julho de 1975, "A manifestação marcada para hoje", p. 4.

[2621] *DN*, 26 de Julho de 1975, "A manifestação de amanhã", p. 4; *DN*, 27 de Julho de 1975, "A manifestação marcada para hoje", p. 4.

pelo fracasso da "ofensiva contra-revolucionária", que fora a manifestação do PPD de 27 de Julho de 1975[2622].

A propósito desta acção do PPD, que reuniria muita gente do campo e da cidade, o COPMAD fez um apelo à "calma, senso e ponderação", de modo a evitar confrontos físicos entre grupos adversários, tendo sido registados, já na madrugada da véspera, um ferido e cinco detidos. O COPMAD realizou uma operação de controlo em todas as entradas da cidade do Funchal, a partir das 20h de sábado, envolvendo cerca de 300 militares e polícias, e durante o desfile do PPD estaria atento a desacatos, isto já depois de ter alertado o PPD para a inconveniência da manifestação. Foram fiscalizados centenas de automóveis e apreendida uma caçadeira[2623].

Neste ambiente próximo da aludida manifestação, sucedeu, na noite de 25 para 26 de Julho, um ataque ao infantário Josina Machel, num prédio ocupado pela UPM, tendo o COPMAD evitado o confronto físico, entre dois grupos – um para defender a ocupação do prédio e outro para o desalojar – disparando sobre uma viatura que não parou à ordem dos militares, pelo que, na noite seguinte, o COPMAD fez vigilância, não aceitando que os sindicatos e movimentos políticos fizessem barricadas populares[2624].

O adjunto do COPMAD, Júlio Ribeiro de Oliveira, numa conferência de imprensa, no dia 28 de Julho de 1975, abordou os acontecimentos relacionados com a manifestação-comício do PPD, tendo referido que houve um conjunto de factos anteriores que espoletaram um ambiente mais tenso à volta desta manifestação, como as pinturas dos independentistas, no fim-de-semana de 19 e 20 de Julho, no Funchal, o boato de que algumas sedes partidárias seriam atacadas, na noite de 21 para 22 do mesmo mês, a operação de controlo das

[2622] *JM*, 26 de Julho de 1975, "Comunicados", p. 11; *JM*, 29 de Julho de 1975, "Comunicados recebidos", p. 10.

[2623] *DN*, 27 de Julho de 1975, "Dispositivo de segurança accionado pelo COOPMAD – Estão a ser controladas as quatro entradas para o Funchal", p. 1; *DN*, 27 de Julho de 1975, "Situação política na Madeira – COOPMAD apela ao bom senso e manifesta a decisão de actuar com firmeza", pp. 1-2.

[2624] *DN*, 27 de Julho de 1975, "Comunicado do COOPMAD sobre os incidentes partidários ocorridos na madrugada de ontem no Funchal", p. 1; *DN*, 29 de Julho de 1975, "Os últimos acontecimentos políticos na Madeira: Tema duma comunicação do adjunto do COOPMAD em conferência de imprensa", pp. 1 e 3; *JM*, 29 de Julho de 1975, "O adjunto do COOPMAD deu conferência de imprensa sobre diversos factos ligados ao comício do P.P.D.", p. 12.

viaturas antes da manifestação e o ataque ao infantário Josina Machel, na noite de 25 para 26 de Julho[2625].

O PPD comentou os acontecimentos do dia 27 de Julho de 1975, tendo valorizado a coragem dos participantes na "mais imponente e maior manifestação partidária" realizada até àquela data, na Madeira, referindo o PPD como um partido de "pessoas civilizadas e educadas" e considerou que tocava "as raias do delírio e do absurdo ter-se querido ligar a manifestação [do PPD] a qualquer ideia separatista"[2626].

Aproveitou para denunciar a tentativa de queimar uma bandeira do PPD, no comício, por um provocador e criticou a acção das FA ao ferir algumas pessoas na Ponte dos Socorridos, exigindo um inquérito ao sucedido e pediu a fiscalização das sedes de organizações políticas, para verificar a existência de armas[2627].

Neste seu comunicado de balanço dos factos de 27 de Julho, frisou-se que, "apesar das barreiras, dos boicotes, dos boatos, das ameaças, do alarme lançado, o P.P.D. demonstrou ser o único grande partido de massas na Madeira. Se isto não [era] o povo, onde est[ava] o povo?"[2628].

No rescaldo desta iniciativa do PPD, a UPM comentou os acontecimentos do fim-de-semana de 26 e 27 de Julho de 1975, sublinhando que a acção dos opositores do PPD e da sua manifestação-comício, bem como contra os separatistas, se saldou numa "vitória para todos os verdadeiros anti-fascistas"[2629].

Para além das pinturas murais e de manifestações-comícios, ocorreram diversos actos violentos, sobretudo em 1975, no período conhecido como "verão quente"[2630].

[2625] *DN*, 29 de Julho de 1975, "Os últimos acontecimentos políticos na Madeira: Tema duma comunicação do adjunto do COOPMAD em conferência de imprensa", pp. 1 e 3; *JM*, 29 de Julho de 1975, "O adjunto do COOPMAD deu conferência de imprensa sobre diversos factos ligados ao comício do P.P.D.", p. 12.

[2626] *DN*, 31 de Julho de 1975, "O P.P.D. comenta os acontecimentos de domingo", p. 4.

[2627] *DN*, 31 de Julho de 1975, "O P.P.D. comenta os acontecimentos de domingo", p. 4.

[2628] *DN*, 31 de Julho de 1975, "O P.P.D. comenta os acontecimentos de domingo", p. 4.

[2629] *DN*, 8 de Agosto de 1975, "Comunicados – Do U.P.M.", p. 6.

[2630] "Verão quente: nome por que ficou conhecido o Verão de 1975, devido à efervescência política que se viveu, temendo-se o início de uma Guerra Civil". CAETANO, 2014, *Prisioneiros de Caxias*, p. 284.

Registaram-se atentados, petardos, bombas contra pessoas, carros e imóveis, bem como tentativas de assalto, incêndios e ocupações, tendo, como pano de fundo, a luta entre a autonomia e a independência.

Como que lançando um clima de efervescência política, aconteceram alguns episódios, a partir de Março de 1975. Milton Morais Sarmento recebeu uma carta do Exército de Libertação da Madeira, concedendo-lhe e a Paulo Martins, "duas semanas exactas para sair de Portugal, e se assim não procede[ss]em deixar[ariam] de pertencer ao número dos vivos" e exigiam que a UPM não interferisse em assuntos de empresas e escolas madeirenses[2631].

Este agrupamento afirmava-se "contra o clima de anarquia que se viv[ia] em Portugal […] e ideias extremistas e comunistas", possuindo a referida organização "verdadeiros especialistas em guerrilha urbana e sub-urbana"[2632].

Relativamente a Milton Morais Sarmento, consideravam-no "um intolerável para os madeirenses", recordando que estiveram "com uma arma apontada para a sua cabeça, na última terça-feira do mês de Fevereiro, [quando Milton] circulava nas zonas do Lido-Sol" e só não actuaram, por terem recebido, minutos antes, ordens para não matá-lo[2633].

A FEC(M-L) condenou esta carta, visando os dois candidatos deste partido à eleição da AC e alertando para esta situação[2634].

Em Maio de 1975, o jornal *República*, publicou uma notícia intitulada "Os madeirenses votaram pela independência ao votarem no PPD", e segundo a qual tinha havido um almoço e um jantar no complexo Matur, em Água de Pena, promovido pelo Movimento Emancipalista da Madeira, no qual teriam participado madeirenses (e entre eles, Fernando Rebelo e António Loja, ex-governador do Distrito e ex-presidente da JGDAF, respectivamente) interessados na independência da Madeira[2635].

[2631] *DN*, 20 de Março de 1975, "Comunicados – Da F.E.C. (M.L.)", p. 6.
[2632] *DN*, 20 de Março de 1975, "Comunicados – Da F.E.C. (M.L.)", p. 6.
[2633] *DN*, 20 de Março de 1975, "Comunicados – Da F.E.C. (M.L.)", p. 6.
[2634] *DN*, 20 de Março de 1975, "Comunicados – Da F.E.C. (M.L.)", p. 6.
[2635] *DN*, 10 de Maio de 1975, "Os trabalhadores da Matur desmentem notícia inserta na "*República*" sobre independência da Madeira", p. 8; *RNN*, 10 de Maio de 1975, "Jazz Band – Os trabalhadores da Matur protestam", p. 6.

A este propósito, a CT da Matur negou tal acontecimento, não passando de um "boato" e uma "atoarda", referindo que jamais consentiria acções deste género no seu complexo turístico[2636].

Também o PPD-Madeira desmentiu a sua ligação a estes encontros na Matur, considerando ser um "boato" e uma manobra vinda de quem não ficou contente com os resultados eleitorais da AC, em que o PPD ganhou na Madeira. Reiterava que o PPD nacional e regional defendia a autonomia, não a independência do arquipélago[2637].

Alberto João Jardim comentou a citada notícia do jornal *República*, referindo que a mesma criava um "clima de alarme", sendo grave, "na medida em que para além de escritos murais […] nunca detetámos qualquer importante movimento de opinião nesse sentido", censurando a ideia de que o voto dos madeirenses no PPD significaria independência, porquanto este partido era "anti-independentista"[2638].

No mesmo mês, a UPM alertava as autoridades para a acção, junto da juventude madeirense, do grupo denominado Meninos de Deus, considerado um "bando de agentes da CIA disfarçados" – recordando a expulsão dos tripulantes do iate Apollo, por serem identificados como representantes da referida agência de informação americana – numa altura em que, segundo a UPM, se preparava um golpe reaccionário no arquipélago, a favor da independência[2639].

Em 15 de Maio de 1975, o CTIM deteve quatro pessoas ligadas ao *DM* (António de Castro Jorge, director, Cesário Nunes, redactor principal, M. Macedo de Faria e Manuel Rodrigues de Jesus), por terem sido publicados, no seu n.º 9636, de 10 de Maio de 1975, alguns artigos, intitulados "Com quem vivemos", "Na Madeira, vitória da social democracia – uma razão para a independência? – Quem são os obscurantistas?" e Carta inserta no "Correio da Madeira"[2640].

[2636] *DN*, 10 de Maio de 1975, "Os trabalhadores da Matur desmentem notícia inserta na "*República*" sobre independência da Madeira", p. 8; *RNN*, 10 de Maio de 1975, "Jazz Band – Os trabalhadores da Matur protestam", p. 6.

[2637] *DN*, 10 de Maio de 1975, "Comunicados – "Que pretende o diário "*República*" (cá…)? – pergunta o PPD", p. 8.

[2638] *JM*, 10 de Maio de 1975, "Tribuna Livre", pp. 1-2.

[2639] *DN*, 27 de Maio de 1975, "Comunicados – UPM alerta as autoridades para a actuação dos "Meninos de Deus"", p. 5.

[2640] *DN*, 16 de Maio de 1975, "Comunicados do Comando Territorial Independente da Madeira – Comunicado n.º 27", p. 1.

A sua detenção era para “averiguações”, com o intuito de “apurar da extensão das tendências contrárias à Unidade Nacional e à Autoridade Constituída”[2641].

Nesse mesmo dia 15, em frente ao GAG 2, houve uma manifestação de algumas dezenas de pessoas, na sua maioria do Estreito de Câmara de Lobos, pedindo a libertação de António de Castro Jorge, um “homem bom”[2642].

No dia seguinte, em frente ao Palácio de São Lourenço, aconteceu uma nova manifestação, pedindo a libertação de António de Castro Jorge[2643].

Entretanto, o CTIM libertou, em 17 de Maio de 1975, Cesário Nunes, redactor principal do *DM*, “por se ter concluído, de momento, não estar relacionado com os artigos em causa”, publicados na edição de 10 de Maio de 1975 daquele semanário[2644].

Depois, os três restantes elementos detidos, António de Castro Jorge, director, M. Macedo de Faria e Manuel Rodrigues de Jesus, seguiram para Lisboa, no dia 20 de Maio de 1975[2645].

Entretanto, em 18 de Julho de 1975, estes três indivíduos que se encontravam detidos em Lisboa, desde 20 de Maio de 1975, foram libertados pelos COPCON[2646].

Ainda, em Maio de 1975, foi detido, em Lisboa, e enviado às ordens do COPCON, para o Forte do Alto de S. João, pela PMt, António Gouveia, madeirense do PMD, que tinha promovido uma conferência de imprensa – em nome do NIJRM, na Casa da Madeira, na capital portuguesa, no dia 26 de Maio de 1975 – em solidariedade com os mencionados três detidos do *DM*, e na qual

---

[2641] *DN*, 16 de Maio de 1975, “Comunicados do Comando Territorial Independente da Madeira – Comunicado n.º 27”, p. 1.

[2642] *DM*, 17 de Maio de 1975, “Numeroso grupo de pessoas do Estreito de Câmara de Lobos foram pedir a libertação do Dr. Castro Jorge”, p. 1; *JM*, 16 de Maio de 1975, “Numeroso grupo de pessoas do Estreito de Câmara de Lobos foram pedir a libertação do Dr. Castro Jorge”, p. 12.

[2643] *DN*, 17 de Maio de 1975, “Dezenas de pessoas pediram a libertação do Dr. Castro Jorge”, p. 4*; JM*, 17 de Maio de 1975, p. 1.

[2644] *DN*, 18 de Maio de 1975, “Comunicado do Comando Territorial Independente da Madeira”, p. 3.

[2645] *DN*, 21 de Maio de 1975, “Detidos pelo COPMAD seguiram para Lisboa”, p. 1.

[2646] *DN*, 2 de Agosto de 1975, “Foram libertados 3 madeirenses que haviam sido detidos pelo COPCON”, p. 1.

defendeu a “descolonização específica da Madeira por motivo do sistema feudal ainda em vigor na colonia de predomínio no meio rural”[2647].

Seguiu-se o tempo das actividades violentas. No dia 12 de Agosto de 1975, uma viatura usada na propaganda do PPD, que se encontrava na garagem da sede do PPD, foi alvo de um “princípio de incêndio”, por material inflamável, “criminosamente colocado” no carro, lamentando o *JM* que “o clima de violência que reina[va] no Continente” se estendesse à Madeira[2648].

A propósito deste “acto criminoso”, o PPD informou que não o atribuía a partidos legalizados, antes a “radicais delinquentes ou paranoicos”, pedindo calma à população do Funchal. No entanto, declarou que, quando não visse a sua segurança garantida, recorreria à “legítima defesa”[2649].

Em 14 de Agosto de 1975, houve o rebentamento de dois petardos, na garagem de um austríaco Helmut Winkelmayer, residente há alguns anos na Madeira, “atribuindo-se ao estrangeiro […] militância activa numa organização política extremista”[2650].

Deflagrou um petardo, num prédio onde anteriormente laborava a Padaria União, em S. Jorge, concelho de Santana, em 23 de Agosto de 1975, e que, nessa altura, “funcionava de centro de convívio de jovens militantes ou simpatizantes do Partido Comunista”, segundo o *JM*.[2651].

Seguiu-se, no dia em 27 do mesmo mês, um petardo no carro de José Manuel Gouveia Henriques, militante do PCP e funcionário superior bancário, do Banco Totta & Açores[2652].

A propósito deste atentado ao automóvel pertencente ao elemento comunista da Madeira e das bombas no Emissor Regional da *EN*, em Agosto de 1975, o *DM* sublinhou que o Funchal vivia um “clima de nervosismo, de

---

[2647] *DN*, 28 de Maio de 1975, “Depois de uma conferência de imprensa em Lisboa entregue ao COPCON o “mutualista” António Gouveia”, p. 3.

[2648] *JM*, 12 de Agosto de 1975, “Tentativa de fogo posto no P.P.D. do Funchal”, p. 12.

[2649] *DN*, 13 de Agosto de 1975, “Comunicados – Do P.P.D.”, p. 7; *JM*, 13 de Agosto de 1975, “Comunicados”, p. 8.

[2650] O proprietário do edifício seria Álvaro Edmundo de Freitas, segundo o jornal da Diocese e, para o *DN*, era pertença de João da Silva Branco. *JM*, 15 de Agosto de 1975, “Na madrugada de ontem explodiram dois petardos numa garagem”, pp. 1 e 12.

[2651] *DN*, 24 de Agosto de 1975, “Na madrugada de ontem rebentou um petardo num estabelecimento de padaria na freguesia de S. Jorge”, p. 8; *JM*, 24 de Agosto de 1975, “Novo rebentamento dum petardo – desta vez em S. Jorge”, pp. 1 e 7.

[2652] *DN*, 28 de Agosto de 1975, “Onda de violência continua”, p. 8; *JM*, 28 de Agosto de 1975, “Na madrugada de ontem – Um “BMW” de 300 contos destruído por petardo”, pp. 1 e 6.

inquietação e de intranquilidade", defendendo que se devia discutir ideias e deixar os haveres das pessoas em paz[2653].

Depois, em Novembro de 1975, no *DM,* advogou-se que os atentados bombistas tinham mais um "cunho de vingança pessoal do que qualquer significado político", pois "ninguém pod[ia] afirmar que part[ia]m da esquerda ou da direita". Garantia este periódico que "quem as atira[va] visa[va] pessoas, não visa[va] ideias", tendo-se criado no arquipélago um "clima de ódio que alguém est[ava] aproveitando para atacar inimigos e espalhar o terrorismo"[2654].

Já, em 18 de Setembro desse ano, explodiu outro petardo, desta feita, no jardim do Paço Episcopal do Funchal. A este propósito, a Diocese declarou desconhecer a finalidade deste "acto de terrorismo", mas conjecturava que o fim era "desafiar e provocar a população católica da Madeira", situando-o numa onda de violência condenável[2655].

Concluía o prelado que "se violências deste género [eram] atribuídas à reacção, ser[ia] mais uma prova de que a Igreja madeirense não [era] reaccionária como alguns afirma[va]m". Face a este acto, o bispo do Funchal pediu calma e a não realização de qualquer manifestação católica[2656].

Sobre esta ocorrência no Paço Episcopal do Funchal, a UPM considerou que os separatistas fizeram este acto para confundir a população, "acusando em seguida os progressistas" da sua autoria[2657].

No mesmo dia 18 de Setembro de 1975, e no momento (cerca das 20h) em que decorria a manifestação anti-fascista e de "solidariedade à luta do povo de Machico", no Funchal, houve o rebentamento de um petardo, em Machico, num terreno junto à sede do CIPM, entendendo esta organização que tal teria sido um acto das pessoas que haviam pedido ao governador a extinção do CIPM[2658].

[2653] *DM*, 30 de Agosto de 1975, "Giz na parede – Dias agitados", pp. 1, 4 e 8.
[2654] *DM*, 22 de Novembro de 1975, "Giz na parede – Bombas de rotina", pp. 1 e 8.
[2655] *JM*, 19 de Setembro de 1975, "Comunicado do Gabinete de Informação da Diocese do Funchal", p. 1.
[2656] *JM*, 19 de Setembro de 1975, "Comunicado do Gabinete de Informação da Diocese do Funchal", p. 1.
[2657] *DN*, 27 de Setembro de 1975, "U.P.M.: A luta contra os fascistas da independência tem de continuar", p. 8.
[2658] *DN*, 19 de Setembro de 1975, "Os rebentamentos de petardos verificados na madrugada de ontem", p. 8; *JM*, 19 de Setembro de 1975, "Petardo explode por detrás do C.I.P. em Machico", p. 2.

Com efeito, houve uma exposição de residentes em Machico, ao governador do Distrito, exigindo o encerramento da CPU, da UBM e do CIPM, bem como a expulsão da Madeira de 13 elementos da localidade, considerando que "se tal não fo[sse] feito, não [seria] de estranhar que a guerra civil em Portugal [tivesse] o seu início no concelho de Machico"[2659].

Entretanto, rebentou um petardo, na sede da cooperativa de consumo COOSOL, no Lugar de Baixo, Ponta do Sol, em 21 de Setembro de 1975, tendo sido detidos um agricultor e um funcionário público, considerados suspeitos do acto[2660].

Esta acção foi condenada por diversas organizações, como a UPM, a COOTERÇAS (Ponta do Sol) e a COCAN[2661].

Por sua vez, o PPD da Ponta do Sol reprovou este atentado à COOSOL e a onda bombista na Madeira, apontando como fundadores da cooperativa elementos da FEC (M-L) e declarando que os dois detidos, suspeitos do crime, eram militantes do PPD, mas "incapazes de tal atentado", pedindo, assim, ao COPMAD que refletisse sobre essas detenções, pelo que exigiu "a liberdade imediata dos detidos às ordens da FEC (M-L)"[2662].

A COOSOL respondeu ao PPD da Ponta do Sol, referindo que a cooperativa era apartidária, sendo falso ter sido fundada por elementos da FEC (M-L), havendo na comissão instaladora membros e simpatizantes do PS e estranhava o facto de o PPD condenar as prisões e não o atentado cometido[2663].

[2659] Figuravam, nessa lista, *"Rev. Martins Júnior, dr. Milton Morais Sarmento, Luís Calaça Martins, António José, Miguel, Bernardo, Filomena, José Ferreira Borges, João Moniz Vasconcelos Escórcio, José Avelino Correia, Luís Manuel Santos Costa, João Manuel Ornelas Aveiro e Manuel Viveiros Mendonça". DM*, 27 de Setembro de 1975, "Exposição de seiscentos cidadãos de Machico", pp. 1 e 5; *DM*, 4 de Outubro de 1975, "Exposição de seiscentos cidadãos de Machico", p. 6; *DN*, 18 de Setembro de 1975, "Exposição ao Governador sobre acontecimentos em Machico", p. 8; *JM*, 21 de Setembro de 1975, "Exposição de seiscentos cidadãos de Machico", p. 2.

[2660] *DN*, 23 de Setembro de 1975, "Rebentou um petardo na sede da "COOSOL", no Lugar de Baixo, Ponta do Sol", p. 8; *JM*,23 de Setembro de 1975, "Bomba explode na Ponta do Sol", p. 10.

[2661] *DN*, 23 de Setembro de 1975, "Rebentou um petardo na sede da "COOSOL", no Lugar de Baixo, Ponta do Sol", p. 8; *DN*, 24 de Setembro de 1975, "A explosão de um petardo na cooperativa "COOSOL"", p. 8; *DN*, 27 de Setembro de 1975, "Cooperativa COCAN solidária com a "COOSOL"", p. 8.

[2662] *DN*, 24 de Setembro de 1975, "A explosão de um petardo na cooperativa "COOSOL"", p. 8; *JM*, 24 de Setembro de 1975, "Comunicados", p. 10.

[2663] *DN*, 25 de Setembro de 1975, "A Comissão Instaladora da "COOSOL" responde ao comunicado do P.P.D.", p. 8.

De seguida, o PPD daquela localidade reagiu à "insultuosa resposta" da Cooperativa do Lugar de Baixo (COOSOL), condenando os atentados bombistas, incluindo o que foi alvo esta cooperativa[2664].

Foram detidos, pela PMt, indivíduos da Ponta do Sol (João Romão Gonçalves e João Gregório "O Navalha"), bem como o menor José dos Ramos Abreu – pertencentes a um grupo autor de distúrbios na Lombada da Ponta do Sol – que possuíam armas, detonadores, explosivos, material esse encontrado nas suas residências. Também, depois, foi detido Agostinho de Freitas, da mesma localidade, por possuir, numa carpintaria, "panfletos contendo propaganda de movimentos separatistas" e duas facas de mato[2665].

Entretanto, houve a detenção, pela autoridade militar, de mais dois indivíduos do aludido concelho, em 31 de Outubro de 1975, que possuíam armas e explosivos, sendo já cinco detidos, até esta data[2666].

A Comissão Instaladora da Cooperativa da Lombada da Ponta do Sol ajuizou que os detidos tinham um plano de "aniquilamento de certas pessoas progressistas", apontando como responsáveis Egídio Teixeira da Luz, João Romão Gonçalves e Agostinho de Freitas, os últimos dois já detidos[2667].

Por seu turno, a UPM ligou as pessoas detidas, na Ponta do Sol, ao PPD, relacionando-as com a FLAMA, também responsáveis pelos atentados no Infantário Josina Machel, Centro Cultural da UPM, viaturas de anti-fascistas e pela ocupação do Posto Emissor da *EN*, tendo a UPM pedido um inquérito e uma fiscalização às sedes partidárias e às casas dos referidos indivíduos[2668].

Sobre a prisão de elementos da Ponta do Sol, afectos ao PPD, o PCP identificou a "natureza contra-revolucionária do PPD e o comprometimento deste partido em cenas de violência" na Madeira. Referiu, ainda, que o PPD nada fazia, por exemplo em relação a José Egídio Teixeira, "conhecido reaccionário da Ponta do Sol, useiro e vezeiro em ameaças a elementos progressistas,

[2664] *JM*, 30 de Setembro de 1975, "Comunicados", p. 2.
[2665] *DN*, 30 de Outubro de 1975, "Encontradas armas na Ponta do Sol", p. 5; *DN*, 31 de Outubro de 1975, "Mais um detido em buscas efectuadas na Ponta do Sol", p. 8.
[2666] *DN*, 1 de Novembro de 1975, "Detidos mais dois indivíduos na Ponta do Sol", p. 8.
[2667] *DN*, 1 de Novembro de 1975, "Comissão Instaladora da Cooperativa da Lombada (Ponta do Sol) denuncia audacioso plano", p. 8.
[2668] *DN*, 2 de Novembro de 1975, "U.P.M. comenta prisões da Ponta do Sol", p. 8.

mostrando frequentemente a pistola de que [era] portador e dizendo publicamente que [era] da Flama"[2669].

O PPD respondeu a este comunicado comunista, negando a sua ligação ao separatismo e fazendo o seguinte desafio: "Se o PCP ou alguém t[inha] provas que algum nosso militante est[ivesse] comprometido com movimentos separatistas até agradec[iam] que [levassem] notícias, pois esses seriam imediatamente expulsos, após o devido processo disciplinar"[2670].

Mais tarde, dia 5 de Novembro de 1975, ainda na Ponta do Sol, no sítio da Lombada, rebentou outro petardo, desta vez, junto a um prédio com três pisos, estando num deles a funcionar uma escola particular e onde estava previsto ser instalada uma cooperativa de consumo[2671].

Várias organizações condenaram esta última acção, como o PCP, a COCAN, os alunos da escola que funcionava no prédio atingido pela bomba, a COOTERÇAS, a CPU, a Cooperativa Castelejo e a Comissão de Moradores da Paróquia de São Tiago[2672]

A propósito dos acontecimentos na Lombada, o PPD-Ponta do Sol declarou desconhecer "a existência das armas apreendidas e muito menos […] um plano visando actos de violência" e nunca se opusera à criação de cooperativas, pois, inclusivamente, vinha apelando à formação de cooperativas agrícolas[2673].

A UPM condenou o atentado bombista no prédio onde se pretendia instalar uma cooperativa, na Lombada da Ponta do Sol, a exemplo de outro atentado feito contra a COOSOL, no Lugar de Baixo, também no mesmo concelho, fazendo a identificação dos presumíveis autores daqueles actos[2674].

[2669] *DN*, 5 de Novembro de 1975, "P.C.P. critica acções terroristas", p. 5.
[2670] *DN*, 8 de Novembro de 1975, "P.P.D. responde ao P.C.P.", p. 8.
[2671] O edifício era pertença de Eva dos Ramos Gonçalves, mãe do locutor da *RTP*-Madeira, João Manuel Ramos Teixeira. *DN*, 5 de Novembro de 1975, "Às 1.30 h rebentou um petardo na Ponta do Sol num prédio onde ia ser instalada uma cooperativa", p. 3; *JM*, 6 de Novembro de 1975, "Rebentou mais um petardo – Desta feita numa residência particular na Ponta do Sol", p. 9.
[2672] *DN*, 6 de Novembro de 1975, "Organizações comentam atentado bombista na Ponta do Sol", p. 8; *DN*, 8 de Novembro de 1975, "Cooperativa Castelejo repudia atentado bombista na Ponta do Sol", p. 8; *DN*, 8 de Novembro de 1975, "Cooperativa Povo Unido comenta acontecimento", p. 8; *DN*, 18 de Novembro de 1975, "Os atentados bombistas e a Comissão de Moradores da Paróquia de São Tiago", p. 8.
[2673] *DN*, 9 de Novembro de 1975, "A Comissão Concelhia do PPD da Ponta do Sol comenta acontecimentos da Lombada", p. 10.
[2674] *DN*, 11 de Novembro de 1975, "O U.P.M. e os acontecimentos da Ponta do Sol", p. 8.

Em 26 de Setembro de 1975, na cidade do Funchal, um petardo destruiu um automóvel, apontado como pertencente a Milton Morais Sarmento, membro da FEC (M-L) e consultor jurídico do Sindicato dos Operários da Construção Civil[2675].

Entretanto, o visado negou que a viatura fosse sua propriedade, mas que o objectivo dos separatistas era intimidá-lo, para "abandonar a luta ao lado da classe trabalhadora", mas tal não iria acontecer[2676].

A seguir, no dia 16 do mês seguinte, a viatura de José Ferreira Borges – guarda-fiscal, cunhado de Martins Júnior – foi atingida por uma bomba, quando se encontrava estacionada próximo da Casa dos Pescadores do Bairro da Queimada, freguesia de Água de Pena, concelho de Machico[2677].

A UPM foi uma das organizações visadas por acções violentas, neste período quente da Revolução. Assim, houve uma tentativa de assalto e incêndio da sede deste movimento, na Rua do Castanheiro, Funchal, na madrugada de 27 de Agosto de 1975, tendo a UPM atribuído a sua autoria à FLAMA, "actuando legalmente através do CDS e do PPD com o apoio dos imperialistas americanos e ingleses"[2678].

Segundo o *JM*, nada acontecera à sede da UPM, não chegando a haver incêndio, em virtude de elementos que estavam dentro do edifício terem afugentado dois indivíduos que tentaram atear fogo, não tendo havido detenções da parte do COPMAD[2679].

Entretanto, a mesma UPM condenou a "onda de violência e destruição" que se registava na Madeira, provocada pelos "fascistas da independência", denunciando que os comandos militares madeirenses tinham uma actuação "claramente favorável aos independentistas"[2680].

[2675] *DN*, 26 de Setembro de 1975, "Às 01.53 da madrugada – Em pleno centro da cidade petardo destrói mais um automóvel", p. 8; *JM*, 26 de Setembro de 1975, "Às 2 da madrugada – Bomba destrói automóvel do Dr. Milton Sarmento", pp. 1 e 9.

[2676] *DN*, 27 de Setembro de 1975, "Em pleno centro da cidade petardo destrói um automóvel", p. 8; *DN*, 27 de Setembro de 1975, "Ocorrências – Dr. Milton Sarmento", p. 10.

[2677] *DN*, 17 de Outubro de 1975, "Em Água de Pena, Engenho explosivo destruiu um automóvel", p. 8.

[2678] *DN*, 28 de Agosto de 1975, "Onda de violência continua", p. 8; *JM*, 27 de Agosto de 1975, "Nesta madrugada, tentativa de assalto ao UPM", p. 10.

[2679] *JM*, 28 de Agosto de 1975, "Ainda a tentativa de assalto: Nada aconteceu à sede do UPM", p. 6.

[2680] *DN*, 2 de Setembro de 1975, "Comunicados – O U.P.M. condena a onda de violência", p. 6.

Apesar destes incidentes, a UPM continuou no mesmo prédio, tendo sido aberta, em 13 de Outubro de 1975, a Livraria do Povo[2681].

Pouco depois, no dia 21 do referido mês, explodiu uma bomba frente à mesma sede da UPM, onde funcionava o centro cultural deste movimento, o Infantário Josina Machel e a Livraria do Povo, prédio que tinha sido ocupado em 18 de Junho de 1975 por aquela organização. A UPM reagiu ao atentado, atribuindo a sua responsabilidade aos "terroristas e bombistas da FLAMA", tal como o fizeram os pais das crianças do infantário e o PCP-Madeira[2682].

Em 11 de Novembro de 1975, rebentou uma bomba-relógio, na residência de quatro padres católicos e professores, na Rua do Pombal, n.º 24, Funchal[2683], tendo este acto sido condenado por vários organismos, como a UPM, o PCP, um grupo de professores da EICF e a Comissão de Moradores da Paróquia de São Tiago[2684].

No dia seguinte, deflagraram dois petardos, ambos no Funchal, um frente à Farmácia Avenida, na Rua do Aljube, e outro na zona da Quinta da Cruzes-Calçada do Pico[2685], tendo os mesmos sido reprovados pela Comissão de Moradores da Paróquia de São Tiago[2686].

Eclodiu um petardo num avião "NORD-Atlas" da FAP, que se encontrava no aeroporto de Santa Catarina, em Santa Cruz, na madrugada de 13 do referido mês[2687].

[2681] *DN*, 12 de Outubro de 1975, ""Livraria do Povo" – uma iniciativa da U.P.M.", p. 9.

[2682] *DN*, 22 de Outubro de 1975, "Às 4,06 da madrugada – Atentado bombista no centro da cidade", p. 8; *DN*, 22 de Outubro de 1975, "Um comunicado do Q.G./C.T.I.M. sobre os acontecimentos", p. 8; *DN*, 24 de Outubro de 1975, "O U.P.M. comenta um comunicado do C.T.I.M.", p. 8; *DN*, 24 de Outubro de 1975, "Ainda o caso da bomba frente à sede da UPM", p. 8; *DN*, 25 de Outubro de 1975, "A palavra do leitor – Esclarecimento da UPM à carta de dois taxistas", p. 8; *DN*, 25 de Outubro de 1975, "A palavra do leitor – Resposta aos dois taxistas! (Ou algo mais?)", p. 8; *DN*, 25 de Outubro de 1975, "Um comunicado do Comando Territorial Independente da Madeira", p. 3; *JM*, 22 de Outubro de 1975, "Acabem com a violência", pp. 1 e 12; *JM*, 22 de Outubro de 1975, "Rebentou mias uma bomba no Funchal", p. 12.

[2683] *DN*, 12 de Novembro de 1975, "Na Rua do Pombal uma bomba de relógio", p. 8.

[2684] *DN*, 14 de Novembro de 1975, "P.S.: "Vivo repúdio e forte condenação"", p. 8; *DN*, 14 de Novembro de 1975, "U.P.M. comenta atentados bombistas", pp. 7-8; *DN*, 15 de Novembro de 1975, "Grupo Professores da Escola Industrial recrimina atentados bombistas", p. 8; *DN*, 15 de Novembro de 1975, "Talvez sejam os marcianos… – alvitra o P.C.P. sobre os atentados bombistas", p. 8; *DN*, 18 de Novembro de 1975, "Os atentados bombistas e a Comissão de Moradores da Paróquia de São Tiago", p. 8.

[2685] *DN*, 13 de Novembro de 1975, "Explodiram 2 petardos na madrugada de ontem", p. 8.

[2686] *DN*, 18 de Novembro de 1975, "Os atentados bombistas e a Comissão de Moradores da Paróquia de São Tiago", p. 8

[2687] *DN*, 14 de Novembro de 1975, "No aeroporto do Funchal – Parcialmente destruído pela explosão de um petardo um avião "Nord Atlas" da F.A.P.", pp. 1 e 8; *JM*, 14 de Novembro de

Várias organizações condenaram mais este atentado, agora contra o avião militar, como a UPM, o PS, o PCP e a Comissão de Moradores da Paróquia de São Tiago[2688].

Por sua vez, Carlos de Azeredo considerou a destruição do avião como um ataque não à Madeira, mas ao Continente, definindo-o como "anti-governamental e anti-Forças Armadas"[2689].

Entretanto, num comunicado, em nome da União dos Movimentos Separatistas do Arquipélago (BRIMA, FLAMA, FLIAM, FLAM, REMA e UNLARMA), estes "repudia[ram] energicamente o atentado bombista praticado no Aeroporto do Funchal, contra um avião da F.A.P., contestando veementemente que tal atentado [pudesse] ser atribuído a esses movimentos"[2690].

Houve um alvo preferencial na área da comunicação social, da parte dos separatistas, que foi o Emissor Regional da *EN*, com dois atentados bombistas.

Na madrugada de 9 de Agosto de 1975, rebentou um petardo dentro das instalações desta rádio, na Rua dos Netos, Funchal, provocando estragos nos serviços administrativos, engenho que fora atirado de um carro[2691].

Esta acção foi reivindicada pela FLAMA[2692].

Entretanto, novo petardo rebentou, em 22 de Agosto de 1975, destruindo o centro emissor da *EN,* situado na Casa Branca, Monte, ficando inactiva a rádio, produzindo prejuízos que rondaram os 2000 contos[2693].

1975, "No aeroporto da Madeira criminoso atentado destrói avião da Força Aérea Portuguesa", pp. 1 e 12.

[2688] *DN*, 14 de Novembro de 1975, "U.P.M. comenta atentados bombistas", pp. 7-8; *DN*, 14 de Novembro de 1975, "P.S.: "Vivo repúdio e forte condenação"", p. 8; *DN*, 15 de Novembro de 1975, "Talvez sejam os marcianos… – alvitra o P.C.P. sobre os atentados bombistas", p. 8; *DN*, 18 de Novembro de 1975, "Os atentados bombistas e a Comissão de Moradores da Paróquia de São Tiago", p. 8.

[2689] *DN*, 22 de Novembro de 1975, "Madeira e Açores, ameaça de secessão – Entrevistas com os governadores militares", pp. 1 e 6; *JM*, 22 de Novembro de 1975, "Governadores militares falam ao "*Expresso*"", p. 3.

[2690] *DN*, 15 de Novembro de 1975, "O atentado bombista contra o avião da F.A.P.", p. 8.

[2691] *DN*, 10 de Agosto de 1975, "Um petardo nas instalações do Emissor Regional da *Emissora Nacional*", p. 10; *JM*, 10 de Agosto de 1975, "Enquanto decorria a "Operação Parabéns" rebentou um petardo no Emissor Regional da *E.N.*", pp. 1-2.

[2692] *JM*, 20 de Agosto de 1975, "Neutralização da FLAMA depende da resposta do Governo Central", p. 6.

[2693] *DN*, 22 de Agosto de 1975, "Um petardo de grande potência destruiu o Centro Emissor da *Emissora Nacional*", p. 3; *DN*, 24 de Agosto de 1975, "Prejuízos no valor de 2 mil contos", p. 8.

Este acto mereceu o repúdio dos trabalhadores do *DN*, interpretando-o como um atentado à liberdade de informação e dos cidadãos[2694].

O madeirense Nuno Santa Clara Gomes, director da *EN*, deslocando-se à ilha, numa conferência de imprensa, no dia 22 de Agosto de 1975, referiu, entre outros aspectos, que "se a ideia [era] cortar os laços de comunicação social que […] un[ia]m ao Continente, isso falhou" e que "se gast[asse]m mais de 30 mil contos na empresa de destruição, isso voltar[ia] a falhar". Sublinhou o director da estação que "se o que pretend[ia]m [era] regionalizar a informação do Emissor Regional, deixassem […] pois […] até o far[iam] de borla"[2695].

Segundo o *JM*, era voz corrente no Funchal que a autoria do petardo teria sido das BRIMA[2696].

A propósito deste ambiente e dos petardos no Emissor Regional da *EN* na Madeira, Nuno Santa Clara Gomes, concedeu uma entrevista ao *JM*, em 31 de Agosto de 1975, na qual se mostrava favorável à regionalização da programação, das admissões de pessoal e da informação, sendo um dos objectivos da direcção da *EN* de então, sublinhando que havia partidarite e falta de criatividade na comunicação social, bem como a necessidade de meios na *EN* na Madeira. Também, condenou a onda de violência "estéril e prejudicial" que atingiu o emissor regional[2697].

Depois, em 7 de Outubro de 1975, houve a ocupação do Posto Emissor da *EN*, na Rua dos Netos, por um "grupo de madeirenses e retornados" – a que teriam aderido elementos da FLAMA – que, desejava "obter uma informação honesta destinada ao Povo das nossas ilhas". Com a música do bailinho da Madeira, foi lido o 1.º comunicado dos ocupantes – relido várias vezes, com outras músicas regionais de fundo – que, entre outros aspectos, entendia que havia uma "informação desonesta, demagógica e habilmente manipulada", enganando a população local e orientando-a a favor de "minorias extremistas sem qualquer expressão" no arquipélago. Foi exigido o saneamento e demissão do Posto Emissor da *EN* de várias pessoas e jornalistas, como Oliveira Pires,

---

[2694] *DN*, 23 de Agosto de 1975, "Comunicado dos trabalhadores do "*D.N.*"", p. 1.

[2695] *JM*, 23 de Agosto de 1975, "No Centro Emissor da *Emissora Nacional* no Funchal, o rebentamento de uma bomba provoca as sua completa destruição", pp. 1 e 10.

[2696] *JM*, 23 de Agosto de 1975, "No Centro Emissor da *Emissora Nacional* no Funchal, o rebentamento de uma bomba provoca as sua completa destruição", pp. 1 e 10.

[2697] *JM*, 31 de Agosto de 1975, "O capitão Nuno Santa Clara Gomes fala a "*Jornal da Madeira*" sobre a *Emissora Nacional"*, p. 1 e 3.

Sampaio[2698], Graça Costa, Alberto Andrade, Gualdino Rodrigues, bem como a readmissão dos jornalistas Armindo Abreu[2699], Juvenal Xavier e Duarte Canavial[2700].

Também foi pedida a "expulsão imediata do Arquipélago" de um conjunto de "fomentadores ou patrocinadores das desuniões já verificadas no seio da comunidade madeirense", Martins Júnior, Milton Morais Sarmento e Diamantino Alturas. Igualmente, foi reclamada a "inspecção" das sedes partidárias para "serem detectadas armas e munições"[2701].

Ao local, acorreram muitas pessoas, umas curiosas, outras respondendo ao apelo de adesão à acção dos ocupantes, verificando-se o encerramento de muito comércio citadino (uns, por aderirem ao processo e outros, por apreensão quanto às suas consequências). Entretanto, na parte da tarde, foram deslocadas forças militares para a Rua dos Netos, tendo uma delegação dos ocupantes reunido com o CTIM, resultando um comunicado oficial com os pontos acordados e os rejeitados neste encontro (suspensão dos elementos e jornalistas da *EN*

[2698] António Henrique Fernandes Sampaio.

[2699] Ver anexo.

[2700] *DN*, 8 de Outubro de 1975, "70 feridos ligeiros – segundo um comunicado oficial", p. 8; *DN*, 8 de Outubro de 1975, "O Comando Militar Independente da Madeira e os acontecimentos na *Emissora Nacional* – Comunicado", p. 8; *DN*, 8 de Outubro de 1975, "Os acontecimentos na versão oficial do C.T.I.M.", p. 1; *DN*, 8 de Outubro de 1975, "Tarde de forte tensão em toda a cidade – Ocupado o Emissor Regional da Madeira, Comércio e cafés encerrados, Recontros provocam 70 feridos", pp. 1 e 8; *DN*, 9 de Outubro de 1975, "As ocupações e incidentes ocorridos no Emissor Regional da *E.N.*", pp. 1 e 5; *DN*, 9 de Outubro de 1975, "Novo comunicado do C.T.I.M. sobre ocupações da *E.N.*", p. 5; *DN*, 10 de Outubro de 1975, "Posto Regional da *E.N.* está reparado e a funcionar", p. 1; *DN*, 16 de Outubro de 1975, "O governador militar e civil reitera as disposições tomadas face aos incidentes registados no Posto Regional da *E.N.*", p. 8; *JM*, 8 de Outubro de 1975, "Funchal à mercê da desordem e da indisciplina – Populares tomaram o Emissor Regional da *E.N.*, hastearam a bandeira nacional e exigiram saneamentos", pp. 1, 6-7; *JM*, 8 de Outubro de 1975, "O meu testemunho", p. 7.

[2701] *DN*, 8 de Outubro de 1975, "Tarde de forte tensão em toda a cidade – Ocupado o Emissor Regional da Madeira, Comércio e cafés encerrados, Recontros provocam 70 feridos", pp. 1 e 8; *DN*, 8 de Outubro de 1975, "Os acontecimentos na versão oficial do C.T.I.M.", p. 1; *DN*, 8 de Outubro de 1975, "O Comando Militar Independente da Madeira e os acontecimentos na *Emissora Nacional* – Comunicado", p. 8; *DN*, 8 de Outubro de 1975, "70 feridos ligeiros – segundo um comunicado oficial", p. 8; *DN*, 9 de Outubro de 1975, "As ocupações e incidentes ocorridos no Emissor Regional da *E.N.*", pp. 1 e 5; *DN*, 9 de Outubro de 1975, "Novo comunicado do C.T.I.M. sobre ocupações da *E.N.*", p. 5; *DN*, 10 de Outubro de 1975, "Posto Regional da E.N. está reparado e a funcionar", p. 1; *DN*, 16 de Outubro de 1975, "O governador militar e civil reitera as disposições tomadas face aos incidentes registados no Posto Regional da *E.N.*", p. 8; *JM*, 8 de Outubro de 1975, "Funchal à mercê da desordem e da indisciplina – Populares tomaram o Emissor Regional da *E.N.*, hastearam a bandeira nacional e exigiram saneamentos", pp. 1, 6-7; *JM*, 8 de Outubro de 1975, "O meu testemunho", p. 7.

referidos na lista dos ocupantes, estudo posterior das suas restantes pretensões e ocupação da *EN* pelas forças militares)[2702].

Entretanto, pelas 17h30, trabalhadores da construção civil (mobilizados pelo seu sindicato) – com uma máquina escavadora à frente e com paus e ferros – e membros de agrupamentos políticos de "extrema-esquerda", como da UPM, ocuparam o prédio, desalojando os anteriores ocupantes, tendo resultado, desta refrega violenta entre as duas partes, cerca de 70 feridos ligeiros, não tendo uma força militar de 20 elementos conseguido travar este segundo grupo popular, apesar de darem tiros para o ar e lançarem gás lacrimogéneo. Houve um ambiente de "pânico", "ódio" e "histerismo"[2703].

Após contactos com representantes dos dois grupos em confronto, o Comando Militar desocupou as instalações da rádio, ficando à guarda das FA (a partir das 23h) a retoma da emissão da *EN* e a entrega à direcção nacional da rádio da questão do quadro de pessoal, estando prevista a vinda à Madeira, no dia 8 de Outubro, do director da *EN*, Santa Clara Gomes. Seria aberto um inquérito a estes acontecimentos, por parte do CTIM, para apurar a sua autoria

[2702] *DN*, 8 de Outubro de 1975, "70 feridos ligeiros – segundo um comunicado oficial", p. 8; *DN*, 8 de Outubro de 1975, "O Comando Militar Independente da Madeira e os acontecimentos na *Emissora Nacional* – Comunicado", p. 8; *DN*, 8 de Outubro de 1975, "Os acontecimentos na versão oficial do C.T.I.M.", p. 1; *DN*, 8 de Outubro de 1975, "Tarde de forte tensão em toda a cidade – Ocupado o Emissor Regional da Madeira, Comércio e cafés encerrados, Recontros provocam 70 feridos", pp. 1 e 8; *DN*, 9 de Outubro de 1975, "As ocupações e incidentes ocorridos no Emissor Regional da *E.N.*", pp. 1 e 5; *DN*, 9 de Outubro de 1975, "Novo comunicado do C.T.I.M. sobre ocupações da *E.N.*", p. 5; *DN*, 10 de Outubro de 1975, "Posto Regional da *E.N.* está reparado e a funcionar", p. 1; *DN*, 16 de Outubro de 1975, "O governador militar e civil reitera as disposições tomadas face aos incidentes registados no Posto Regional da *E.N.*", p. 8; *JM*, 8 de Outubro de 1975, "Funchal à mercê da desordem e da indisciplina – Populares tomaram o Emissor Regional da *E.N.*, hastearam a bandeira nacional e exigiram saneamentos", pp. 1, 6-7; *JM*, 8 de Outubro de 1975, "O meu testemunho", p. 7.

[2703] *DN*, 8 de Outubro de 1975, "70 feridos ligeiros – segundo um comunicado oficial", p. 8; *DN*, 8 de Outubro de 1975, "O Comando Militar Independente da Madeira e os acontecimentos na *Emissora Nacional* – Comunicado", p. 8; *DN*, 8 de Outubro de 1975, "Os acontecimentos na versão oficial do C.T.I.M.", p. 1; *DN*, 8 de Outubro de 1975, "Tarde de forte tensão em toda a cidade – Ocupado o Emissor Regional da Madeira, Comércio e cafés encerrados, Recontros provocam 70 feridos", pp. 1 e 8; *DN*, 9 de Outubro de 1975, "As ocupações e incidentes ocorridos no Emissor Regional da *E.N.*", pp. 1 e 5; *DN*, 9 de Outubro de 1975, "Novo comunicado do C.T.I.M. sobre ocupações da *E.N.*", p. 5; *DN*, 10 de Outubro de 1975, "Posto Regional da *E.N.* está reparado e a funcionar", p. 1; *DN*, 16 de Outubro de 1975, "O governador militar e civil reitera as disposições tomadas face aos incidentes registados no Posto Regional da *E.N.*", p. 8; *JM*, 8 de Outubro de 1975, "Funchal à mercê da desordem e da indisciplina – Populares tomaram o Emissor Regional da *E.N.*, hastearam a bandeira nacional e exigiram saneamentos", pp. 1, 6-7; *JM*, 8 de Outubro de 1975, "O meu testemunho", p. 7.

e respectivas responsabilidades. O governador civil e militar da Madeira, Carlos de Azeredo, encontrava-se no Porto, mas acompanhou os acontecimentos[2704].

Entre os feridos, assistidos no Hospital Distrital do Funchal, contavam-se Luís Filipe Malheiro, Luciano Augusto de Sousa, José Joaquim de Sousa Lino, Alfredo Nunes, identificados pela PSP, não tendo havido qualquer detido nesta ocupação. Segundo o *DN*, "foi um dia triste e lamentável para a História da Madeira". A rádio voltou a funcionar, normalmente, a partir das 17h de 9 de Outubro de 1975[2705].

O director nacional da *EN*, Nuno Santa Clara Gomes, veio à Madeira, tendo concedido uma conferência de imprensa, no dia 8 de Outubro de 1975, salientando que estava em estudo a possível emissão de um programa "inteiramente dedicado aos retornados"[2706].

Acrescentou o referido director que os saneamentos pretendidos não seriam aceites "neste tipo de ocupações violentas" e quanto aos locutores que desejavam o seu regresso, os mesmos estavam sob a alçada de um processo

---

[2704] *DN*, 8 de Outubro de 1975, "70 feridos ligeiros – segundo um comunicado oficial", p. 8; *DN*, 8 de Outubro de 1975, "O Comando Militar Independente da Madeira e os acontecimentos na *Emissora Nacional* – Comunicado", p. 8; *DN*, 8 de Outubro de 1975, "Os acontecimentos na versão oficial do C.T.I.M.", p. 1; *DN*, 8 de Outubro de 1975, "Tarde de forte tensão em toda a cidade – Ocupado o Emissor Regional da Madeira, Comércio e cafés encerrados, Recontros provocam 70 feridos", pp. 1 e 8; *DN*, 9 de Outubro de 1975, "As ocupações e incidentes ocorridos no Emissor Regional da *E.N.*", pp. 1 e 5; *DN*, 9 de Outubro de 1975, "Novo comunicado do C.T.I.M. sobre ocupações da *E.N.*", p. 5; *DN*, 10 de Outubro de 1975, "Posto Regional da *E.N.* está reparado e a funcionar", p. 1; *DN*, 16 de Outubro de 1975, "O governador militar e civil reitera as disposições tomadas face aos incidentes registados no Posto Regional da *E.N.*", p. 8; *JM*, 8 de Outubro de 1975, "Funchal à mercê da desordem e da indisciplina – Populares tomaram o Emissor Regional da *E.N.*, hastearam a bandeira nacional e exigiram saneamentos", pp. 1, 6-7; *JM*, 8 de Outubro de 1975, "O meu testemunho", p. 7.

[2705] *DN*, 8 de Outubro de 1975, "70 feridos ligeiros – segundo um comunicado oficial", p. 8; *DN*, 8 de Outubro de 1975, "O Comando Militar Independente da Madeira e os acontecimentos na *Emissora Nacional* – Comunicado", p. 8; *DN*, 8 de Outubro de 1975, "Os acontecimentos na versão oficial do C.T.I.M.", p. 1; *DN*, 8 de Outubro de 1975, "Tarde de forte tensão em toda a cidade – Ocupado o Emissor Regional da Madeira, Comércio e cafés encerrados, Recontros provocam 70 feridos", pp. 1 e 8; *DN*, 9 de Outubro de 1975, "As ocupações e incidentes ocorridos no Emissor Regional da *E.N.*", pp. 1 e 5; *DN*, 9 de Outubro de 1975, "Novo comunicado do C.T.I.M. sobre ocupações da *E.N.*", p. 5; *DN*, 10 de Outubro de 1975, "Posto Regional da *E.N.* está reparado e a funcionar", p. 1; *DN*, 16 de Outubro de 1975, "O governador militar e civil reitera as disposições tomadas face aos incidentes registados no Posto Regional da *E.N.*", p. 8; *JM*, 8 de Outubro de 1975, "Funchal à mercê da desordem e da indisciplina – Populares tomaram o Emissor Regional da *E.N.*, hastearam a bandeira nacional e exigiram saneamentos", pp. 1, 6-7; *JM*, 8 de Outubro de 1975, "O meu testemunho", p. 7.

[2706] *JM*, 9 de Outubro de 1975, "A conferência de imprensa na *Emissora Nacional*", pp. 1 e 12.

de saneamento, sendo que estes próprios jornalistas não queriam a sua reintegração, por força da pressão desta ocupação[2707].

Nuno Santa Clara Gomes apontou vários danos no material da rádio, derivados da invasão efectuada para fazer a desocupação e que seria aberto um "rigoroso inquérito" aos acontecimentos, para apurar os responsáveis que causaram os estragos[2708].

Concluiu o entrevistado que "se a Flama quise[sse] vir discutir os programas ou a questão de saneamentos, pois que v[iesse], mas que o f[izesse] plenamente e não através de manipulações"[2709].

O *DN* considerou "inqualificável e lamentável o que se passou", referindo que "a coberto de uma pretensa luta por uma informação livre, e de solidariedade por uma justa causa, a dos retornados, levassem a cabo daquela maneira a ocupação do Emissor Regional da *Emissora Nacional*". Segundo este matutino, não eram admissíveis "acções de coacção" sobre a liberdade de informação, nem instrumentalizar a causa dos retornados para "aumentar o caos, a divisão, o luto nacional"[2710].

Por seu turno, o *JM* condenou as agressões e os ferimentos de que foram vítimas, por parte de trabalhadores da construção civil, os seus elementos Filipe Malheiro (repórter que colhia informações dentro da *EN*) e o tipógrafo Aveiro (na rua). Considerava o mesmo matutino que a Madeira era e teria de continuar a ser uma "terra sossegada", exigindo a acção das autoridades. "Já correu" sangue e era preciso dizer "Basta!"[2711].

Foram tomadas diversas posições sobre este acontecimento. Embora "não estando o PPD de acordo com uma solução separatista", este partido referiu que o Emissor Regional da *EN* se comportava como um "pasquim vergonhoso", e manifestava o seu apoio aos "pedidos de saneamento, desde que se desenrol[asse] consoante as garantias legais", bem como exigia o "imediato inquérito sobre as três personagens acerca de quem os ocupantes do emissor

[2707] *JM*, 9 de Outubro de 1975, "A conferência de imprensa na *Emissora Nacional*", pp. 1 e 12.
[2708] *JM*, 9 de Outubro de 1975, "A conferência de imprensa na *Emissora Nacional*", pp. 1 e 12.
[2709] *JM*, 9 de Outubro de 1975, "A conferência de imprensa na *Emissora Nacional*", pp. 1 e 12.
[2710] *DN*, 8 de Outubro de 1975, "Lamentável", p. 8.
[2711] *JM*, 8 de Outubro de 1975, "Nota do "*Jornal da Madeira*"", p. 1.

exig[iam] a expulsão do arquipélago" e ainda a inspeção de sedes dos partidos para saber se havia armamento[2712].

O CDS condenou "os actos de violência e banditismo", por parte de uma "minoria", substituindo-se, abusivamente, às autoridades militares e denunciou "o parcialismo, o monolitismo e partidarismo" da informação e noticiários da *EN*, os quais foram os "detonadores" da ocupação. O CDS afirmou não pretender usar os retornados, condenou a acção dos "grupos extremistas" e a passividade da força militar e pediu um inquérito aos acontecimentos[2713].

A UPM acusou a "organização terrorista FLAMA e alguns retornados de Angola, manobrados pelos primeiros", pela "manobra fascista daqueles que quer[ia]m a independência da Madeira", isto é, a ocupação da rádio – que queriam "o saneamento de trabalhadores progressistas, a reentrada de trabalhadores da confiança dos fascistas da FLAMA" – e voltou a apontar que a FLAMA era constituída por "uma parte importante do partido fascista PPD", com o apoio do *JM*[2714].

As organizações de Machico (CIPM, UBM e CPU) regozijaram-se com a vitória sobre os ocupantes da Emissor Regional da *EN*, condenando o uso de retornados nesta acção, a exemplo do que foi feito em Machico, onde houve o recurso a um retornado para ocupar as instalações da UBM[2715].

Um grupo de trabalhadores da construção civil atribuiu a responsabilidade pelos acontecimentos da ocupação da *EN* aos "adeptos da FLAMA e do PPD", "servindo-se dos retornados como capa"[2716].

Por seu turno, a Comissão de Ocupação dos Retornados explicou que não tinha ideias separatistas, justificando tal com o hastear da "bandeira das quinas" (portuguesa), como primeiro sinal da ocupação[2717].

O jornal *RNN* considerou que houve "cenas degradantes e atentatórias da dignidade de um povo considerado civilizado", defendendo a "rejeição pura e categórica de atitudes extremas de ocupação da *Emissora Nacional* por grupos,

---

[2712] *DN*, 8 de Outubro de 1975, "O P.P.D. e a ocupação da *E.N.*", p. 8.
[2713] *DN*, 10 de Outubro de 1975, "Delegação distrital do C.D.S. comenta acontecimentos no Emissor Regional da *E.N.*", p. 6.
[2714] *DN*, 8 de Outubro de 1975, "O U.P.M. e os acontecimentos", p. 8.
[2715] *DN*, 8 de Outubro de 1975, "Movimento de Machico e os acontecimentos", p. 8.
[2716] *JM*, 11 de Outubro de 1975, "Trabalhadores da construção civil apresentam a sua versão na ocupação da *E.N.*", p. 2.
[2717] *JM*, 11 de Outubro de 1975, "Comunicado da Comissão de Ocupação da *Emissora Nacional*", p. 2.

quaisquer que [fossem] as tendências política e motivos invocados". O mesmo periódico criticou a "morosidade e falta de autoridade", nomeadamente ao permitir a circulação de um "bando de inconscientes, acompanhados de uma máquina escavadora" nas ruas da cidade[2718].

José Manuel Silva, no *EF*, considerou que houve duas ocupações, uma pacífica e desarmada, e outra violenta, pedindo a realização de um inquérito aos factos, bem como um outro à "patenteada negligência pelas Forças da Ordem" destacadas para a Rua dos Netos[2719].

Muitas outras organizações condenaram esta ocupação, acusando a utilização da situação dos retornados para difundir as ideias separatistas e a oposição aos movimentos de esquerda nacional e regional e exigindo responsabilidades sobre o sucedido.

Esse protesto partiu de organismos, como a LUAR, o PCP, o PS, a FPDM, o MRPP, a UPM, a Comissão Paroquial da Ribeira Seca, a Comissão de Moradores dos sítios das Quebradas, Lombada de Baixo e Vitória (S. Martinho), a Comissão de Moradores do Amparo (S. Martinho), o Sindicato dos Operários da Construção Civil e Trabalhadores de Dias & C.ª[2720].

Alberto João Jardim considerou esta ocupação um acto de "flagrante inoportunidade", pois criaria "imensos receios na capital", trazendo "importantes dificuldades à formação da Junta Regional". Embora concordasse que a *EN* merecesse um saneamento, não era aquele o processo a utilizar. Censurou o comportamento do responsável pela força militar que estava junto à *EN*, que não impediu o acesso da caterpílar da construção civil, defendendo o restabelecimento da autoridade no arquipélago[2721].

[2718] *RNN*, 10 de Outubro de 1975, "Falta de autoridade, a única causa dos incidentes na *Emissora Nacional"*, p. 3.

[2719] *EF*, 13 de Outubro de 1975, "Sinopse – *Emissora Nacional"*, p. 12.

[2720] *DN*, 9 de Outubro de 1975, "A Comissão Paroquial da Ribeira Seca e a ocupação da *E.N.*", p. 5; *DN*, 9 de Outubro de 1975, "A ocupação do Emissor Regional – Posição do P.C.P.", p. 5; *DN*, 9 de Outubro de 1975, "L.U.A.R: "Retornados esses senhores serviram-se de ti"", p. 5; *DN*,9 de Outubro de 1975, "P.S.: "As liberdades democráticas foram cerceadas"", p. 5; *DN*, 10 de Outubro de 1975, "A FPDM denuncia escalada social-fascista", p. 6; *DN*, 11 de Outubro de 1975, "Ainda os acontecimentos da *Emissora Nacional"*, p. 4; *DN*, 11 de Outubro de 1975, "Sindicato Livre dos Operários da Construção Civil e Ofícios Correlativos do Distrito do Funchal", p. 4; *DN*, 14 de Outubro de 1975, "P.C.P. analisa política local", p. 8; *DN*, 16 de Outubro de 1975, "Trabalhadores de "Dias & CA" apoiam operários de ERG", p. 6; *JM*, 8 de Outubro de 1975, "Comunicados", p. 4; *JM*, 9 de Outubro de 1975, "Vida política – Partido Socialista", p. 9.

[2721] *JM*, 9 de Outubro de 1975, "Tribuna Livre", pp. 1 e 7.

Face a estes acontecimentos da ocupação da *EN*, o Movimento Unitário dos Trabalhadores Intelectuais para a Defesa da Revolução, com sede em Lisboa, pediu a demissão de Carlos de Azeredo, governador civil e militar, pela sua "atitude inqualificável e antipatriótica" neste processo[2722].

Foi constituída uma comissão de inquérito aos acontecimentos de 7 de Outubro, por decisão da direcção nacional da *EN*, formada por elementos da emissora da sede de Lisboa, tendo sido pedido aos partidos e movimentos políticos, sindicatos e cidadãos que colaborassem no apuramento dos factos, enviando depoimentos e provas, por escrito, à referida comissão de inquérito, na Rua dos Netos, n.º 27, isto é, a sede do posto regional da *EN*[2723].

Em 27 de Novembro de 1975, foi publicado o relatório exaustivo do inquérito mandado elaborado pelo CTIM aos incidentes ligados à ocupação da *EN*, por um "grupo de madeirenses e retornados", a que teriam aderido elementos da FLAMA[2724].

Deste documento, foram salientados, entre outros aspectos, que o prédio fora ocupado por 30 pessoas, "retornados na sua quase totalidade", que divulgaram comunicados da sua autoria – alguns "denunciadores de aberta hostilidade à orientação da programação daquela estação oficial e de índole separatista" – intercalados com música regional e exigiram a expulsão da ilha de três indivíduos. Registara-se uma agitação nas ruas próximas daquela emissora, tendo havido uma reunião com representantes da ocupação, na qual fora acordada a desocupação e a entrega do edifício à guarda das FA[2725].

Entretanto, pelas 17h, já com o prédio sob o controle das FA, chegou um numeroso grupo da construção civil, acompanhado de um "caterpillar", que forçou a entrada da rádio e desocupou os instalados do grupo dos retornados. Então, registaram-se confrontos no interior do prédio, a destruição de mobiliário

[2722] *DN*, 11 de Outubro de 1975, "Trabalhadores intelectuais pedem a demissão do Governador da Madeira", p. 5.
[2723] *DN*, 14 de Outubro de 1975, "Comissão de Inquérito aos incidentes ocorridos no Emissor Regional da Madeira", p. 5.
[2724] *DN*, 27 de Novembro de 1975, "Comando Territorial Independente da Madeira – Inquérito sobre os acontecimentos ocorridos no ERAM", em 7 de Outubro de 1975, p. 8.
[2725] *DN*, 27 de Novembro de 1975, "Comando Territorial Independente da Madeira – Inquérito sobre os acontecimentos ocorridos no ERAM", em 7 de Outubro de 1975, p. 8.

e estragos no prédio, no valor de 263 000 escudos, "causados pelos desocupantes"[2726].

Destes acontecimentos, resultaram algumas "reflexões" do inquérito, como a origem dos incidentes ter estado na "hostilidade […] à programação da *EN*", sendo a ocupação a forma de alertar as autoridades para esse descontentamento, tendo havido, na manhã desse dia 7 de Outubro, uma reunião de retornados, na sede do IARN, para preparar a ocupação. Esclareceu-se que o teor dos comunicados lidos focava pontos não específicos dos retornados, como a expulsão de indivíduos da Madeira, contendo assim um "ideário afim de certas teses separatistas"[2727].

O inquérito foi enviado ao Tribunal Judicial do Funchal para "posterior procedimento", dado a "existência de ilícito penal da competência do foro civil"[2728].

Para o CTIM, o acto do "grupo de retornados e outras pessoas" foi de "indesculpável desrespeito pelas instituições públicas, por funcionários públicos no desempenho das suas funções e um atentado à autoridade e ao poder constituído", havendo "alguns comunicados de tendências políticas pró-separatistas" e considerava aquele organismo militar que a actuação violenta dos trabalhadores da construção civil foi "um acto de intolerável desordem pública", contribuindo para o "aumento de um indesejável clima de insegurança e instabilidade"[2729].

A esta ambiência de circulação de ideias separatistas, ficou associada a ocupação das instalações do Funchal do Banco da Madeira, integrado no Banco Totta & Açores, em 29 de Setembro de 1975. Um grupo de populares ocupou este edifício, pedindo a sua regionalização e o afastamento de alguns dos seus funcionários.

Corria o boato de que uma comissão do Continente teria vindo para levar o dinheiro do banco. Juntaram-se algumas centenas de pessoas, foi partido uma

---

[2726] *DN*, 27 de Novembro de 1975, "Comando Territorial Independente da Madeira – Inquérito sobre os acontecimentos ocorridos no ERAM", em 7 de Outubro de 1975, p. 8.
[2727] *DN*, 27 de Novembro de 1975, "Comando Territorial Independente da Madeira – Inquérito sobre os acontecimentos ocorridos no ERAM, em 7 de Outubro de 1975", p. 8.
[2728] *DN*, 27 de Novembro de 1975, "Comando Territorial Independente da Madeira – Inquérito sobre os acontecimentos ocorridos no ERAM, em 7 de Outubro de 1975", p. 8.
[2729] *DN*, 27 de Novembro de 1975, "Comando Territorial Independente da Madeira – Inquérito sobre os acontecimentos ocorridos no ERAM, em 7 de Outubro de 1975", p. 8.

parte do letreiro, ficando apenas “Banco da Madeira … & … Açores” e cantado o “Bailinho da Madeira”, tendo a gerência do banco encerrado as portas[2730].

O motivo central deste acontecimento foi a vinda de uma comissão de saneamento de Lisboa, contra a opinião dos delegados dos trabalhadores locais, porque, na opinião destes, na Madeira não havia problemas com pessoas a sanear. Perante a insistência da vinda da referida comissão, os delegados sindicais do banco disseram não se responsabilizar por algo que poderia surgir com essa deslocação, que criaria problemas dentro e fora da instituição bancária madeirense. Entretanto, para surpresa dos locais, a comissão de saneamento veio para a Madeira. [2731].

No dia 29 de Setembro, por vontade de uma reunião dos trabalhadores, foram constituídos piquetes para impedir a entrada da mencionada comissão nas instalações bancárias. Após esta agitação, os elementos da referida comissão foram para o aeroporto e seguiram para Lisboa, sem entrarem no banco, tendo a sua viagem, até Santa Cruz, sido seguida por carros de comerciantes locais[2732].

Sobre estes acontecimentos, o PCP Madeira repudiou este “grave atentado às liberdades […] perante a passividade das autoridades” não admitindo que “portugueses expulss[assem] outros portugueses”, que vinham numa missão de comissão de inquérito[2733] .

Por outro lado, o *RNN* criticou a vinda da Comissão de saneamento à Madeira, neste processo do referido banco[2734].

[2730] *DN*, 30 de Setembro de 1975, “Vinda de Comissão de saneamento provoca manifestação e incidentes junto à filial nesta cidade do “Banco Totta & Açores””, p. 8; *JM*, 30 de Setembro de 1975, “Comunicado dos trabalhadores do Banco Totta & Açores – Funchal”, p. 4; *JM*, 30 de Setembro de 1975, “Continentais que vinham sanear trabalhadores madeirenses, objecto da repulsa popular – intrometidos expulsos do Arquipélago”, pp. 1 e 4.

[2731] *DN*, 30 de Setembro de 1975, “Vinda de Comissão de saneamento provoca manifestação e incidentes junto à filial nesta cidade do “Banco Totta & Açores””, p. 8; *JM*, 30 de Setembro de 1975, “Continentais que vinham sanear trabalhadores madeirenses, objecto da repulsa popular – intrometidos expulsos do Arquipélago”, pp. 1 e 4; *JM*, 30 de Setembro de 1975, “Comunicado dos trabalhadores do Banco Totta & Açores – Funchal”, p. 4.

[2732] *DN*, 30 de Setembro de 1975, “Vinda de Comissão de saneamento provoca manifestação e incidentes junto à filial nesta cidade do “Banco Totta & Açores””, p. 8; *JM*, 30 de Setembro de 1975, “Continentais que vinham sanear trabalhadores madeirenses, objecto da repulsa popular – intrometidos expulsos do Arquipélago”, pp. 1 e 4; *JM*, 30 de Setembro de 1975, “Comunicado dos trabalhadores do Banco Totta & Açores – Funchal”, p. 4.

[2733] *JM*, 30 de Setembro de 1975, “Comunicado do Partido Comunista”, p. 4.

[2734] *RNN*, 30 de Setembro de 1975, “Jazz Band – Vieram buscar lã e foram tosquiados”, p. 6.

Em modo de conclusão deste capítulo, inferimos que a dialética envolvendo a autonomia, o separatismo e a independência teve um impacto enorme no período a seguir ao “25 de Abril”.

Por um lado, a mudança de regime político e a liberdade fizeram vingar as antigas aspirações autonomistas, sendo implementadas a partir de 1976, com a eleição da Assembleia Regional e a posse do Governo autónomo. Por outro, os intuitos separatistas afirmaram-se, como reacção ao curso político e institucional que ocorria no Continente, e como modo de defesa dos privilégios detidos pelos mais abastados locais, receosos de os perder com os novos ventos da “Revolução dos Cravos”.

Assim, confrontaram-se os partidos e movimentos políticos, personalidades regionais e nacionais e periódicos, na sua maioria partidários da instituição da autonomia e os defensores do separatismo, nomeadamente a FLAMA, que se pautou sobretudo por um conjunto de acções de índole violenta.

A sociedade madeirense de então viveu um tempo conturbado, caracterizado pelo conflito político-social e pela agressão ideológica e física, tendo vencido o projecto autonómico, deixando a sua marca na história da Madeira e do Porto Santo.

8. Igreja Católica

O “25 de Abril de 1974” provocou um grande impacto na instituição religiosa mais antiga, actuante e determinante na sociedade madeirense, a Igreja Católica.

O poder religioso, sobretudo com a chegada do novo bispo, D. Francisco Santana, logo em Maio de 1974, foi marcante no processo político de então, vindo a exercer uma grande influência no curso revolucionário da Madeira, no quadro de uma sociedade caracterizada pelo peso da religião católica e dos valores da tradição e do conservadorismo.

Registaram-se diversas tensões, dentro da própria estrutura, como a contestação de um grupo de sacerdotes à linha orientadora do órgão da Diocese, o *JM*, o conflito entre o Pe. Agostinho Jardim Gonçalves e o novo prelado, desentendimentos entre fiéis e párocos, como o do Porto Moniz e a tensão entre Francisco Santana e os paroquianos da Ribeira Seca.

Assinale-se, ainda, a ocupação do Seminário Menor, que envolveu a Igreja, o LNF, as autoridades civis e militares (JGDAF e JSN) e os movimentos e partidos políticos.

Neste período, a Diocese procedeu à sua organização, através de uma rede de contactos locais, iniciativas religiosas e criação de organismos juvenis, tendo uma relação diferenciada com os órgãos de comunicação social do arquipélago e suscitado polémica com as suas instituições cívicas e políticas.

8.1. A chegada de Francisco Santana

O último bispo que a Madeira conheceu, antes do “25 de Abril”, foi D. João António da Silva Saraiva, que cumpriu o seu múnus de 1965 até 1972[2735].

Depois desta data e até à chegada de Francisco Santana, a Diocese ficou sob a responsabilidade do seu vigário-geral, cónego Agostinho Gomes[2736].

[2735] D. João António da Silva Saraiva (1924-1976). TRINDADE e CARITA, 2018, “Saraiva, D. João António da Silva”.
[2736] Ver anexo.

Nomeado bispo da Diocese do Funchal, em 18 de Março de 1974, pelo Papa Paulo VI, Francisco Santana recebeu a ordenação episcopal em 21 de Abril do mesmo ano, em cerimónia na Sé Patriarcal de Lisboa[2737].

Sobre esta ordenação, o *CF* – citando o jornal *Expresso* do dia 1 de Junho de 1974 – referia a ligação de Francisco Santana ao regime deposto, nomeadamente à Lisnave e ao mundo marítimo, associados a Henrique Tenreiro, dignitário da ditadura, considerando que aquele nome era mal aceite pelos cristãos defensores do espírito do Concílio Vaticano II[2738].

A chegada do novo prelado aconteceu no dia 9 de Maio de 1974, tendo este, ainda, no aeroporto da Madeira, se definido como um "homem da Igreja", mas também um "homem do Povo" e que vinha desempenhar uma missão que coincidia com "uma hora grave, mas uma hora feliz". não procurando prestígios e honrarias. Sentenciou: "Aqui estou, como madeirense […] para servir o bom povo da Madeira"[2739].

No dia seguinte, Francisco Santana tomou posse canónica da Diocese[2740], durante a qual o empossado anunciou que estaria disposto a aceitar fracassos, derrotas e até a humilhação, se tal fosse necessário para o bem da Igreja[2741].

No mesmo acto, nomeou o Cónego Agostinho Gomes, como Vigário Geral da Diocese, que vinha exercendo o cargo de Vigário Capitular, fazendo questão de dizer que esta era uma competência do bispo, prometendo consultar o clero regional noutras decisões a tomar[2742].

[2737] CHÁ-CHÁ, 2016, "Movimento Jovens Cristãos da Madeira (JCM)"; *CF*, 25 de Abril de 1974 a 1 de Maio de 1974, "Comunicados", p. 3; *EF*, 15 de Abril de 1974, "Na Sé de Lisboa – Consagração de D. Francisco Santana Bispo Eleito do Funchal", p. 1; *EF*, 22 de Abril de 1974, "Na Sé Patriarcal de Lisboa – Ordenação do novo Bispo do Funchal, D. Francisco Antunes Santana, no 2.º domingo de Páscoa", pp. 1-2; *VM*, 24 de Abril de 1974, p. 1.

[2738] *CF*, edição regional, 6 a 12 de Junho de 1974, "As ligações do sr. Bispo", p. 6

[2739] *DN*, 10 de Maio de 1974, "Chegou ontem à Madeira o novo bispo do Funchal, D. Francisco Antunes Santana", pp. 1 e 6; *JM*, 10 de Maio de 1974, ""Com a colaboração da Igreja local, do Clero, dos leigos, seu estou certo de que a minha acção aqui será fecunda." – afirmou o Sr. D. Francisco Santana, aos microfones da *E.N.* à chegada ao aeroporto do Funchal", pp. 1 e 3.

[2740] O período de vacatura foi desde a saída do anterior bispo do Funchal, D. João António da Silva Saraiva, em Agosto de 1972 e a chegada de D. Francisco Antunes Santana, em Maio de 1974.

[2741] *JM*, 11 de Maio de 1974, "Vigário Geral da Diocese", p. 1.

[2742] *DN*, 11 de Maio de 1974, "O Bispo do Funchal tomou posse canónica da diocese", pp. 1-2; *JM*, 11 de Maio de 1974, "O Bispo do Funchal tomou posse da Diocese", pp. 1 e 3; *JM*, 11 de Maio de 1974, "Vigário Geral da Diocese", p. 1.

A entrada solene do novo bispo ocorreu na Sé do Funchal, em 12 de Maio de 1974[2743], onde expôs o seu pensamento central relativamente à actuação diocesana, no novo contexto político, salientando que

> "[era] o bispo de todos […] Se dentro da Igreja nos odia[sse]mos uns aos outros, ser[ía]mos como tijolos obstruindo as portas desta Catedral […] Como bispo não ponh[a] ninguém à margem; quem o deseja[sse], e todos [eramos] livres, que se mant[ivesse] à margem, mas que [tivesse] a coragem de o afirmar […] A Igreja esta[va] identificada com o Povo e exist[ia] para servir o Povo […] Qualquer atentado, de dentro ou de fora, para destruição dos instrumentos da Igreja encontrar[ia] pela frente a pessoa do seu Bispo que, filho do Povo, veio para servir o Povo […] nenhum de nós pod[ia] gerar divisões […] e quem se desliga[sse] do seu irmão, qualquer que ele [fosse], cristão ou não cristão, deste ou daquele grupo social ou político, então já cortou com Cristo"[2744].

8.2. A organização para a defesa da Diocese

No ambiente revolucionário que explodiu na ilha, Francisco Santana avançou para uma organização, não só de defesa da instituição religiosa, mas sobretudo de resposta a movimentações de alteração, quer na própria Igreja, quer na sociedade local.

Assim, para a divulgação do seu projecto e tendo em vista delinear as linhas orientadoras e organizativas da sua acção pastoral, na perspectiva da sua presença activa na conjuntura nacional e regional – com posteriores influências, a nível político – o novo bispo estabeleceu uma rede de contactos e reuniões com sacerdotes, religiosas e leigos[2745], a realização de deslocações às

[2743] *DN*, 5 de Maio de 1974, "Bispo do Funchal", p. 3; *DN*, 8 de Maio de 1974, "D. Francisco Antunes Santana chega amanhã à Madeira", p. 1; *JM*, 5 de Maio de 1974, "Entrada do Bispo do Funchal na Diocese", p. 1; *JM*, 8 de Maio de 1974, "D. Francisco Antunes Santana chega amanhã à Madeira", p. 1. O apelo do *VM* fundamentou-se em que "as circunstâncias novas da vida portuguesa obriga[va]m os cristãos ao maior testemunho de autenticidade". *VM*, 8 de Maio de 1974, "D. Francisco Santana", p. 1.

[2744] *DN*, 13 de Maio de 1974, "A entrada solene de D. Francisco Antunes Santana na Sé do Funchal constituiu cerimónia de expressivo significado para a comunidade cristã da Madeira", pp. 1 e 3; *DN*, 13 de Maio de 1974, "Saudação pastoral aos madeirenses e habitantes das ilhas da Madeira e Porto Santo e a todos os madeirenses dispersos pelo mundo", pp. 1 e 3; *JM*, 12 de Maio de 1974, "Entrada solene do Bispo da Diocese na Sé Catedral", p. 1; *JM*, 13 de Maio de 1974, "A entrada solene do bispo diocesano na Sé Catedral", p. 3; *JM*, 13 de Maio de 1974, "Saudação pastoral do Senhor D. Francisco Antunes Santana aos habitantes das ilhas da Madeira e Porto Santo e a todos os madeirenses dispersos por todo o mundo", pp. 1, 10-11.

[2745] *DN*, 20 de Maio de 1974, "O Bispo do Funchal teve ontem duas reuniões com leigos e religiosos", p. 1; *JM*, 20 de Maio de 1974, "Bispo do Funchal", p. 3; *JM*, 1 de Junho de 1974, "Actividade Episcopal", p. 3.

paróquias[2746], a par da criação de movimentos juvenis, bem como a promoção de iniciativas doutrinárias e a afirmação do *JM*, como periódico católico e resistente a algumas mudanças político-sociais.

Também o prelado participou em actividades de escolas madeirenses, como no Colégio da Apresentação de Maria e na Escola Salesiana do Funchal, reunindo, nesta, cerca de 300 jovens de vários estabelecimentos de ensino, tendo, neste encontro, apelado à unidade dos jovens madeirenses, naquele "momento histórico", proclamando "Juventude cristã unida, jamais será vencida"[2747], numa clara adaptação do slogan da época revolucionária, "O povo unido jamais será vencido".

Efetuou-se, nos dias 15 e 16 de Junho de 1974, o Encontro Diocesano de Leigos, no Seminário Maior do Funchal, com a presença de D. Francisco Santana, tendo, nesta assembleia, sido sugerida a restruturação da Cáritas Diocesana, como também foi discutido que as paróquias existentes eram "instituições tradicionais sem significado", merecendo ser substituídas por "comunidades vivas", e, para o efeito, os párocos deveriam ser nomeados com consulta aos cristãos – de modo a que o pároco fosse "o coordenador da vida da comunidade" – a par da modificação do estilo das homilias, que deveriam ter a co-participação de leigos, pois "a doutrina cristã est[ava] divorciada da vida"[2748].

Igualmente, nesta assembleia, foram tomadas outras decisões, como a criação de condições favoráveis ao apostolado, o empenhamento na luta contra as injustiças sociais, a mentalização política dos cristãos, a criação de um centro para estudos dos problemas sociais, a concessão de atenção à divisão no seio do clero e tentar solucionar a sua situação económica, analisar a "influência negativa do tipo de fé tradicionalista, apoiada por muitos padres", o princípio de que "o padre não dev[ia] ser o único administrador da paróquia", assim como "a

[2746] *JM*, 9 de Junho de 1974, "Actividade Episcopal", p. 3; *JM*, 16 de Junho de 1974, "Actividade Episcopal", p. 3; *JM*, 23 de Junho de 1974, "Actividade Episcopal", p. 3.

[2747] *DN*, 19 de Maio de 1974, "Convívio de 300 jovens na Escola Salesiana", p. 3; *DN*, 19 de Maio de 1974, "O bispo do Funchal visitou os doentes do Hospital Distrital e presidiu ao encerramento da Jornada de Juventude", pp. 1 e 10; *JM*, 17 de Maio de 1974, "Convívio juvenil na Escola Salesiana", p. 11*; JM*, 19 de Maio de 1974, "Convívio de jovens na Escola Salesiana de Artes e Ofícios", pp. 1 e 7; *JM*, 1 de Junho de 1974, "Actividade Episcopal", p. 3.

[2748] *DN*, 16 de Junho de 1974, "Encontro Diocesano de leigos", p. 5.

colaboração com o Bispo não dev[ia] processar-se numa atitude de servilismo, mas de responsabilidade consciente"[2749].

Também, neste Encontro Diocesano de Leigos do Apostolado, foram apresentadas diversas reflexões e iniciativas para dinamizar o movimento católico madeirense, dando especial atenção à juventude e à vida paroquial, devendo existir a união dos sacerdotes e a obediência à hierarquia. Foram, ainda, focados "apelos gritantes" para os problemas do abandono de crianças, da prostituição, do alcoolismo, da velhice desamparada, devendo-se formar uma "Comissão de Justiça e Paz" e um Conselho do Apostolado dos Leigos da Diocese[2750].

No mês de Julho de 1974, foram promovidos três cursos pelo Movimento por um Mundo Melhor, destinados a sacerdotes, religiosos, leigos, abordando a renovação da vida comunitária, as perspectivas da vida religiosa e a oração[2751].

No encerramento dos trabalhos de um encontro do Conselho Diocesano da Acção Católica Agrária, em Agosto de 1974, o bispo do Funchal focou diversos aspectos, como a pouca colaboração dos párocos, devendo as suas falhas ser atribuídas ao bispo e criticou a imprensa madeirense por transcrever notícias do Continente contra a Igreja e os bispos[2752].

Esclareceu, nesta assembleia, que a proibição da utilização dos salões paroquiais para o esclarecimento da população era uma ordem sua e da Conferência Episcopal Portuguesa. Queria um povo esclarecido e culto, mas apenas para acções de doutrinação religiosa e não para outros fins, por grupos com outras finalidades, salientando que um cristão sincero não poderia ser, simultaneamente, um comunista honrado[2753].

[2749] *DN*, 16 de Junho de 1974, "Encontro Diocesano de Leigos", p. 3.

[2750] *JM*, 18 de Junho de 1974, "As têS finalidades do apostolado dos leigos – Encontro Diocesano do Apostolado", pp. 1 e 12.

[2751] *DN*, 25 de Junho de 1974, "Cursos promovidos pelo Movimento por um Mundo Melhor", p. 3; *JM*, 25 de Junho de 1974, "Movimento por um Mundo Melhor", p. 12.

[2752] *DN*, 28 de Agosto de 1974, ""Estejamos atentos" – diz o Bispo da Diocese no Conselho Diocesano da A.C.A.", p. 3; *JM*, 28 de Agosto de 1974, ""A acção Católica continua a ser uma instituição boa e séria, desejada pela Igreja e aberta à livre adesão dos leigos empenhados na animação cristã da nossa sociedade" – afirmou D. Francisco Santana", pp. 1-2; *VM*, 4 de Setembro de 1974, "Palavras do Bispo do Funchal", pp. 1 e 4.

[2753] *DN*, 28 de Agosto de 1974, ""Estejamos atentos" – diz o Bispo da Diocese no Conselho Diocesano da A.C.A.", p. 3; *JM*, 28 de Agosto de 1974, ""A acção Católica continua a ser uma instituição boa e séria, desejada pela Igreja e aberta à livre adesão dos leigos empenhados na animação cristã da nossa sociedade" – afirmou D. Francisco Santana", pp. 1-2; *VM*, 4 de Setembro de 1974, "Palavras do Bispo do Funchal", pp. 1 e 4.

Teve uma declaração assinalável: “Não estou, pois, cheio de medo de tudo o que possa apresentar-se contra Cristo e a sua Igreja. Mas estou atento”[2754].

De 6 e 10 de Janeiro de 1975 – por iniciativa e com a participação de Francisco Santana – aconteceram as Jornadas de Dinamização Política para os agentes da Pastoral, dirigidas a sacerdotes e religiosas, com abordagens da parte de diversos oradores, como Bessa Monteiro, do MFA, Alberto João Jardim, director do *JM*, Agostinho Figueira Faria, cónego da Diocese e Maria Fernanda Campos, irmã das Filhas de S. Paulo, abordando temas como a Igreja e a política, a participação dos sacerdotes e das religiosas nas realidades da sociedade e a informação sobre as várias ideologias (comunismo, socialismo, social-democracia e capitalismo)[2755].

Outro evento de grande dimensão foi a Jornada Eucarística Diocesana, pela Diocese do Funchal, na tarde do dia 29 de Maio de 1975, Dia do Corpo de Deus, com missa no Estádio dos Barreiros (cedido pela JPM) e desfile até à Sé do Funchal[2756].

O bispo do Funchal divulgou as decisões da última Assembleia Plenária do Episcopado Português (decorrida entre 19 e 23 de Novembro de 1974), em que foi manifestada a “isenção política” da Igreja, no novo contexto de mudança política do país[2757].

Por isso mesmo – considerando que essa isenção ficaria prejudicada com o facto de haver sacerdotes a “aceitarem cargos políticos ou exercerem actividades de política partidária” – o Episcopado deliberou que esses padres que “aceit[asse]m lugares de gestão com carácter político ou desenvolv[esse]m políticas, em movimentos ou partidos, dev[iam]m ser, temporariamente,

---

[2754] *DN*, 28 de Agosto de 1974, ““Estejamos atentos” – diz o Bispo da Diocese no Conselho Diocesano da A.C.A.”, p. 3; *JM*, 28 de Agosto de 1974, ““A acção Católica continua a ser uma instituição boa e séria, desejada pela Igreja e aberta à livre adesão dos leigos empenhados na animação cristã da nossa sociedade” – afirmou D. Francisco Santana”, pp. 1-2; *VM*, 4 de Setembro de 1974, “Palavras do Bispo do Funchal”, pp. 1 e 4.

[2755] *DN*, 20 de Dezembro de 1974, “Jornadas de dinamização politica para os agentes da pastoral”, p. 5; *JM*, 22 de Dezembro de 1974, “Diocese do Funchal, Secretaria Episcopal – Jornadas de dinamização política para os Agentes da Pastoral”, p. 16; *JM*, 7 de Janeiro de 1975, “Jornadas de dinamização política para os Agentes da Pastoral na Diocese do Funchal”, p. 3; *JM*, 10 de Janeiro de 1975, “Jornadas de dinamização política para os Agentes da Pastoral na Diocese do Funchal”, p. 3.

[2756] *DN*, 27 de Maio de 1975, “5.ª feira Corpo de Deus – “Jornada Eucarística Diocesana””, p. 3.

[2757] *JM*, 1 de Dezembro de 1974, “Actividade episcopal”, p. 2; *JM*, 1 de Dezembro de 1974, “Diocese do Funchal, Gabinete de Informação – Participação na vida pública”, pp. 1 e 9.

desvinculados de missões e cargos eclesiásticos e não dev[ia]m usar da palavra em celebração litúrgica""[2758].

Neste processo revolucionário, a Igreja madeirense criou dois "braços armados", na área juvenil.

O primeiro foi o JCM, nascido em 19 de Outubro de 1974, com a assistência pessoal do bispo Francisco Santana, tendo como propostas, entre outras, "a conquista dos nobres ideais da Pessoa Humana, […] a fidelidade a CRISTO, […] a aceitação de todos os JOVENS […] que não se [tivessem] deixado drogar física ou moralmente"[2759], visando juntar jovens de diferentes áreas e paróquias e pretendendo "assumir imediatamente as [suas] responsabilidades tanto nas comunidades cristãs, como na sociedade civil [para] construir […] um mundo novo […] mais justo, mais livre e mais puro"[2760].

Nesta assembleia de constituição do JCM[2761], Francisco Santana considerou que os jovens cristãos corriam "riscos exigentes", por integrarem este movimento "num momento em que esta[va] a ser posto, por todos os meios, um desafio à Igreja", apelando a que os mesmos não fossem "traído[s] pelo medo ou pela cobardia"[2762].

Esta iniciativa foi contestada por um grupo de participantes no encontro para o lançamento do JCM, considerando-a um acto de "leviandade e exibicionismo"[2763], sendo secundado por um outro grupo de jovens do Estreito de Câmara de Lobos que declarou que a mencionada assembleia foi "decepcionante e incrível […] uma autêntica farsa", tendo comparecido apenas jovens apoiantes do bispo e dos padres conservadores, "deixando de parte os mais progressistas"[2764].

[2758] *JM*, 1 de Dezembro de 1974, "Actividade episcopal", p. 2; *JM*, 1 de Dezembro de 1974, "Diocese do Funchal, Gabinete de Informação – Participação na vida pública", pp. 1 e 9.

[2759] *DN*, 7 de Outubro de 1974, "Movimento dos Jovens Cristãos da Madeira", p. 3; *JM*, 19 de Outubro de 1974, "O encontro de hoje dos Jovens Cristãos da Madeira", p. 3.

[2760] *DN*, 7 de Outubro de 1974, "Movimento dos Jovens Cristãos da Madeira", p. 3; *JM*, 18 de Outubro de 1974, "Jovens Cristãos da Madeira", p. 1.

[2761] *JM*, 20 de Outubro de 1974, "661 jovens dizem "sim" ao Movimento dos "Jovens Cristãos da Madeira"", pp. 1 e 12.

[2762] *JM*, 20 de Outubro de 1974, "661 jovens dizem "sim" ao Movimento dos "Jovens Cristãos da Madeira"", p. 1; *JM*, 20 de Outubro de 1974, ""Estais a correr riscos exigentes" – declarou o bispo do Funchal na homilia que dirigiu aos Jovens Cristãos da Madeira no seu 1.º encontro geral", p. 3.

[2763] *DN*, 20 de Outubro de 1974, "Não ao Encontro de Jovens Católicos da Madeira", p. 12.

[2764] *DN*, 27 de Outubro de 1974, "Mais uma vez Não ao Encontro de Jovens Católicos realizado no dia 19 de Outubro", p. 11.

Alegando este grupo que não tinha sido convidado para o evento, "por ter os olhos um pouco abertos […] e não [se deixava] levar por uma batina" e por estas razões apelavam aos jovens "não a estas manobras conservadoras e ultrapassadas"[2765].

Em resposta a estas críticas, um grupo de participantes, favorável ao mencionado encontro, referiu que o nome da juventude não foi usado impunemente, sendo que o evento "não foi para discutir política, mas construir uma política, "A de Cristo"", apresentando-se o movimento como uma "organização livre" e chamou "covardes" aos elementos que foram ao encontro e não falaram[2766].

Outro agrupamento surgido nesta época conturbada, mais precisamente em Janeiro de 1975, foi o MECM[2767], passando a dispor de um espaço no *JM*[2768].

Os motivos da criação do MECM foram "o comprometimento dos jovens na nossa sociedade" e se constatar os jovens a "defenderem agrupamentos políticos, integrando-se, portanto, na vida política e não na vida religiosa, da qual depend[ia]m a sua vida, e até a sua política", definindo-se os seus filiados como "apartidários"[2769].

Ainda na perspectiva organizativa da Diocese e de salvaguardar a doutrina da Igreja, foi criado o Centro Diocesano de Apoio Pedagógico, com o intuito de "servir de intercâmbio de experiências e de orientação" respeitantes ao "ensino religioso nas escolas". Tal instrumento se justificava, perante o "grave problema da marxização do Ensino" e numa situação de "falta de liberdade democrática existente no país, a intimidação e partidarização"[2770].

[2765] *DN*, 27 de Outubro de 1974, "Mais uma vez Não ao Encontro de Jovens Católicos realizado no dia 19 de Outubro", p. 11.
[2766] *DN*, 20 de Outubro de 1974, "Sim ao encontro de jovens cristãos da Madeira", p. 6.
[2767] *DN*, 10 de Janeiro de 1975, "Comunicado do MECM", p. 5.
[2768] *JM*, 13 de Fevereiro de 1975, "Introdução da Folha", p. 3; *JM*, 15 de Fevereiro de 1975, "M.E.C.M.", p. 3
[2769] *JM*, 13 de Fevereiro de 1975, "Introdução da Folha", p. 3; *JM*, 15 de Fevereiro de 1975, "M.E.C.M.", p. 3
[2770] ABM, 1975, *Cópia de carta-circular da Diocese do Funchal*.

8.3. Conflitos paroquiais

8.3.1. Discórdias no Porto Moniz

A nível paroquial, em Junho de 1974, um grupo de 25 cidadãos do Porto Moniz apresentou, a Carlos de Azeredo, delegado da JSN e encarregado do Governo do Distrito, uma exposição, acusando o seu pároco, padre António José Lobo, de "exercer coacção de opinião sobre o Povo", explicando que, após uma manifestação, realizada em 25 de Maio de 1974, o sacerdote nas missas do domingo seguinte, dia 26, abusara das suas funções, chamando ao povo da freguesia epítetos como "cães", "vagabundos", "canalhas" e "bandidos" e fazendo ameaças, pelo que pediam a abertura de um inquérito ao mencionado padre, porque tal comportamento era atentatório da liberdade do povo[2771].

De sinal contrário, surgiu um abaixo-assinado com 517 assinaturas de paroquianos do Porto Moniz, repudiando a deturpação dos factos apontados e considerando o padre António José Lobo uma pessoa respeitadora e de boa vontade, nunca tendo abusado do seu povo, no templo ou fora dele[2772].

Esclareceram que, em 25 de Maio de 1974, data em que se realizou o comício, o sacerdote viu, na parede da igreja da Vila, a inscrição "Padre Lobo Rua", uma expressão de um pequeno grupo anticlerical, mas não do povo local, tendo, no mesmo dia, sido insultado por dois jovens[2773].

Perante estes factos, o pároco, nas missas do domingo imediato, falou do respeito mútuo e lamentou o sucedido, mas "não provocou pressão e coacções sobre o Povo […] simplesmente esclareceu o Povo, como era seu dever, numa freguesia em que apenas 1% [lia] jornais", lembrando que o sacerdote dissera que as pessoas deviam fazer as suas reclamações à entidade

[2771] *DN*, 18 de Junho de 1974, "Um grupo de paroquianos do Porto Moniz queixa-se do pároco exercer coacção de opinião sobre o povo", p. 3.
[2772] *JM*, 23 de Junho de 1974, "Mais de quinhentos paroquianos do Porto Moniz apoiam o pároco, Padre António José Lobo", p. 3.
[2773] *JM*, 23 de Junho de 1974, "Mais de quinhentos paroquianos do Porto Moniz apoiam o pároco, Padre António José Lobo", p. 3.

competente, mas “não com ódio que só [era] próprio dos cães raivosos […] ou dos selvagens”[2774].

Mas salientaram os subscritores que “não foi afirmado que os paroquianos eram cães”, tendo sido deformada a verdade dos factos. Questionaram as razões do padre Lobo ser afastado, na medida em que fez 90% de funerais de forma gratuita, era contra os mundanos e não frequentava as tabernas, concluindo não haver motivo justo para a sua saída de pároco. Declararam não temer o inquérito preconizado pelo “pequeno grupo anticlerical”, pedindo que fosse feita justiça perante a mentira sobre um pároco, que merecia a estima e consideração da população local[2775].

Por seu turno, o padre António José Lobo negou a acusação do grupo de 25 paroquianos do Porto Moniz, pois nunca tinha ameaçado com palavras, nem empregado processos atentatórios à liberdade das pessoas e jamais utilizara expressões contra o seu povo, como “cães”, “vagabundos” e “bandidos”[2776].

Entretanto, em 28 de Julho de 1974, Francisco Santana, deslocou-se àquela localidade, proferindo uma homília, a favor do citado pároco, a qual suscitou um manifesto público, criticando o seu teor – pois o padre António José Lobo, após o “25 de Abril”, vinha a “incutir a confusão nos seus paroquianos” – quando esperavam que o prelado trouxesse “algo de novo para consolação” dos espíritos, mas afinal fora lá, a convite do vigário local, para defendê-lo, perante críticas que os paroquianos fizeram publicamente nos jornais[2777].

Os signatários do documento disseram que a Igreja madeirense era “ultrapassada, clássica e caduca”, bem como insurgiram-se contra a ameaça de que se saísse o referido sacerdote, a paróquia ficaria uns anos sem pároco, “explorando o sentimento religioso e cristão dos paroquianos”. Também criticaram o bispo por dizer que o “25 de Abril” não foi liberdade, mas sim o baptismo católico, sendo tal afirmação “pura demagogia”[2778].

[2774] *JM*, 23 de Junho de 1974, “Mais de quinhentos paroquianos do Porto Moniz apoiam o pároco, Padre António José Lobo”, p. 3.
[2775] *JM*, 23 de Junho de 1974, “Mais de quinhentos paroquianos do Porto Moniz apoiam o pároco, Padre António José Lobo”, p. 3.
[2776] *JM*, 23 de Junho de 1974, “Esclarecimento do Pároco do Porto Moniz”, p. 3.
[2777] *DN*, 4 de Agosto de 1974, “Manifesto de um grupo de paroquianos do Porto Moniz”, p. 8.
[2778] *DN*, 4 de Agosto de 1974, “Manifesto de um grupo de paroquianos do Porto Moniz”, p. 8.

Entretanto, a Secretaria Episcopal do Funchal considerou serem falsas as acusações atribuídas ao bispo na sua homilia, bem como a finalidade da sua visita à paróquia do Porto Moniz, em 28 de Julho de 1974, com conclusões e afirmações irresponsáveis da parte dos autores do abaixo-assinado[2779].

No dia 11 de Agosto de 1974, 480 paroquianos do Porto Moniz reagiram ao polémico manifesto contra o bispo do Funchal, argumentando que era "repugnante, baixo, infame e aviltante" o aludido documento, assinado por gente de pouca fé, embriagados, que atentaram contra a dignidade do bispo e referindo que a ida do bispo ao Porto Moniz não fora pelo convite do padre, mas por causa da comunidade paroquial, para se dar a conhecer[2780].

Acrescentaram que, na homilia, o bispo lamentou que um grupo tivesse ofendido o pároco, através da imprensa e que ofendê-lo era ofender o bispo e Jesus Cristo, bem como não fora feita qualquer ameaça de que se saísse o padre, não haveria novo pároco, mas, sim, o bispo dissera que se ele tivesse de ir embora, era difícil arranjar um padre para o Porto Moniz, devido à falta de sacerdotes, como sucedida com outras paróquias madeirenses[2781].

Salientaram que o bispo não declarara que o "25 de Abril" não fora liberdade, assim como não foi usado o termo "bêbados" em relação aos detractores do pároco, mas sim "pessoas embriagadas", embora fosse verdade que os cabecilhas do manifesto andavam "frequentemente embriagados e, portanto, bêbados". Os signatários garantiram que o pároco não fomentava a confusão na população, expressando, sim, respeito e obediência ao prelado[2782].

[2779] *DN*, 10 de Agosto de 1974, "Nota da Secretaria Episcopal do Funchal", p. 3; *JM*, 10 de Agosto de 1974, "Nota da Secretaria Episcopal do Funchal", p. 1.

[2780] *DN*, 11 de Agosto de 1974, "480 paroquianos do Porto Moniz respondem ao "Manifesto de um grupo de paroquianos"", p. 8; *JM*, 11 de Agosto de 1974, "480 paroquianos do Porto Moniz respondem ao "Manifesto" de um grupo de paroquianos", p. 8.

[2781] *DN*, 11 de Agosto de 1974, "480 paroquianos do Porto Moniz respondem ao "Manifesto de um grupo de paroquianos"", p. 8; *JM*, 11 de Agosto de 1974, "480 paroquianos do Porto Moniz respondem ao "Manifesto" de um grupo de paroquianos", p. 8.

[2782] *DN*, 11 de Agosto de 1974, "480 paroquianos do Porto Moniz respondem ao "Manifesto de um grupo de paroquianos"", p. 8; *JM*, 11 de Agosto de 1974, "480 paroquianos do Porto Moniz respondem ao "Manifesto" de um grupo de paroquianos", p. 8.

8.3.2. O conflito com o Centro de Informação Popular de Machico e a retirada da paróquia da Ribeira Seca ao Pe. Martins Júnior

Em Machico, teve origem um novo confronto com a Diocese, designadamente com o movimento da Acção Católica local e o seu bispo.

Aqui, após a Revolução, nos inícios de Maio de 1974[2783], surgiu um grupo de jovens que criou o CIPM, tendo-lhe sido autorizada, pelo pároco da Vila de Machico[2784], a utilização de um espaço de um prédio que pertencia à Diocese, na Rua do Ribeirinho, n.º 21, onde estava instalada a JAC, mas cuja actividade estava praticamente extinta, segundo o CIPM[2785].

Em 3 de Dezembro desse ano, e negando qualquer extinção da sua actividade, a JAC tentou reocupar o edifício diocesano, chegando mesmo a proceder à mudança da fechadura da sua porta de entrada, acusando o CIPM que a autoria deste acto tinha partido de Francisco Santana[2786].

Após algumas tentativas fracassadas de entendimento entre o CIPM e a JAC, no dia 6 de Dezembro, "o povo trabalhador […] soube do caso e, ao fim da tarde, manifestou-se diante do prédio da Rua do Ribeirinho, ocupou a casa e resolveu entregá-la aos responsáveis do Centro"[2787].

Depois de uma audiência, concedida pelo bispo do Funchal, a uma delegação do CIPM, em 9 de Dezembro de 1974[2788], e na sequência de uma reunião com o governador Carlos de Azeredo e a JAC, e perante a recusa do prelado em lhe conceder qualquer sala, o CIPM manteve a posse das chaves do

[2783] *DN*, 14 de Dezembro de 1974, "Comunicados – Da Acção Católica de Machico", p. 5.
[2784] Padre Manuel Severino de Andrade, então pároco da Igreja Matriz de Machico.
[2785] *CF*, separata regional, 28 de Novembro de 1974, "Mesa redonda com os responsáveis do Centro de Informação Popular", p. 4.
[2786] *CF*, separata regional, 28 de Novembro de 1974, "Mesa redonda com os responsáveis do Centro de Informação Popular", p. 4; *DN*, 11 de Dezembro de 1974, "Comunicados – Do Centro de Informação Popular de Machico", p. 5; *DN*, 14 de Dezembro de 1974, "Comunicados – Da Acção Católica de Machico", p. 5.
[2787] *DN*, 7 de Dezembro de 1974, "Machico – Manifestação junto ao Centro de Informação Popular", p. 8; *DN*, 11 de Dezembro de 1974, "Comunicados – Do Centro de Informação Popular de Machico", p. 5.
[2788] *JM*, 15 de Dezembro de 1974, "Actividade episcopal", p. 2.

prédio – embora, aceitasse a sua partilha com a organização católica – mas esta nunca voltaria a reutilizá-lo[2789].

Esta tensão do CIPM com a hierarquia católica da Madeira, dirigida por Francisco Santana, esteve, intimamente, associada à polémica retirada do estatuto de pároco da Ribeira Seca ao Pe. Martins Júnior, este também colaborador do CIPM.

Com efeito, no dia 5 de Novembro de 1974, o prelado insular decretou a saída do referido sacerdote da paróquia da Ribeira Seca, "devendo entregar as chaves e os livros respeitantes à mesma Igreja Paroquial, ficando a paroquialidade entregue ao Senhor Vigário da Vila de Machico, enquanto não [fosse determinado] o contrário"[2790].

Um dos motivos apontados para esta atitude episcopal foi, precisamente, o uso do edifício diocesano da JAC, pelo CIPM, entendendo-o como ilegal, acontecimento que – segundo Francisco Santana – Martins Júnior teria afirmado que "nada t[inha] com o Centro de Informação Popular nem sab[ia] quem [fosse] sua Direcção e que não foi abusivamente retirar as chaves da casa onde este se encontra[va] instalado"[2791].

O CIPM, em carta aberta, interpretou a atitude episcopal como "cobardia, desonestidade e inquisição", dado que Francisco Santana "aproveitou a audiência de alguém que se diz[ia] colaborador do centro para extorquir, com o requinte da mais refinada inquisição, "confissões" e sigilos que servissem de fruto às suas mórbidas conjecturas", constituindo um excesso do poder eclesiástico, porque exigia que um seu servidor subscrevesse afirmações em representação do CIPM, sem que para tal se encontrasse mandatado[2792].

À carta do CIPM, sucedeu-se um abaixo-assinado de 5218 assinaturas, tendo como primeiro subscritor o Pe. Manuel Severino Andrade, pároco de Machico, representando um "povo revoltado com as infâmias com que se

[2789] *DN*, 11 de Dezembro de 1974, "Comunicados – Do Centro de Informação Popular de Machico", p. 5; *DN*, 14 de Dezembro de 1974, "Comunicados – Da Acção Católica de Machico", p. 5.

[2790] *DM*, 16 de Novembro de 1974, "Padre Martins de Machico depõe acerca da sua demissão, após aliciante comédia com o homem do momento – o senhor Bispo do Funchal", pp. 3 e 6; *JM*, 6 de Novembro de 1974, "Nota da Secretaria Episcopal", p. 3; *DN*, 7 de Novembro de 1974, "Comunicados – Paróquia da Ribeira Seca, Machico", p. 6.

[2791] *DN*, 7 de Novembro de 1974, "Comunicados – Paróquia da Ribeira Seca, Machico", p. 6.

[2792] *DN*, 9 de Novembro de 1974, "Comunicados – Centro de Informação Popular, Carta aberta ao senhor bispo do Funchal", p. 6.

pretendeu enxovalhar o seu bispo […] testemunhar a sua repulsa por tão inqualificável acervo de indignidade e manifestar ao seu bispo total confiança e incondicional apoio"[2793].

De forma a entendermos o papel da polémica à volta da sede do CIPM, no contexto da decisão episcopal de afastar Martins Júnior da paróquia da Ribeira Seca, tem interesse conhecer um pouco do diálogo entre este e Francisco Santana, em 5 de Novembro de 1974, no Paço Episcopal, na versão do primeiro interlocutor, veiculado no *DM,* de 16 de Novembro de 1974:

> "Quando lá cheguei, troca de impressões, sim senhor, sobre a catequese e eu fiquei perplexo, e levado à parede, quando o sr. Bispo me lança este desafio: **"Martins! Traz-me já, imediatamente, as chaves do Centro"**. Então, eu disse: "Sr. Bispo, desculpe, tinha muito gosto em satisfazer esse desejo, mas não posso. Não tenho nenhuma chave, nem sei a cor dessa chave sequer!..." – **"Martins! Tu tens a chave do Centro. Tu foste roubar a chave ao padre Andrade"**. […] **"Mas, Martins! Escuta Martins, e o Centro de Informação Popular de Machico…"** – Senhor Bispo, volto-lhe a dizer que eu venho como padre da minha paróquia, mais nada. Se o senhor quer uma reunião com o Centro, pois então convoque uma reunião com a sua Assembleia Geral ou com a Direcção. **"Ah, mas tu não és do Centro, Martins?..."** -- Sou, sim senhor. Também trabalho com os rapazes do Centro. Mas isso é um assunto que está fora da ordem de trabalhos de hoje, senhor Bispo, também… –- **"Pois, estás a ver, Martins, mas enfim, eu quero as chaves do Centro"**. "Sr. Bispo, francamente! Eu acho que isso não é ser sério. Não é honestidade. Torno a repetir que venho cá com uma ordem de trabalho e o senhor lança-me cordas aos pés, para eu cair em ratoeiras! Eu acho que isto não é honesto". Ele sai-se logo com a conclusão: **"Ah, Martins! Está-me a chamar desonesto! Vais assinar aqui um papel em como chamaste desonesto ao teu Bispo".** E puxa mais um papel e outro papel e vai escrevendo […] **"Martins. Então, desde agora, deixas de ser o pároco da Ribeira Seca"**. […] A partir daquele momento, assistiu-se a um bater de teclas na máquina […] Finalmente, quando ele acabou, é que eu realmente soube que era a tal Carta que me foi dada, originando o meu afastamento da Ribeira Seca e a qual já foi publicada nos órgãos informativos"[2794].

Em conformidade com uma decisão saída de uma assembleia de paroquianos da Ribeira Seca, em 6 de Novembro de 1974, ocorreu uma manifestação, frente ao Paço Episcopal, no Funchal, no dia seguinte, como reacção à ordem do prelado de afastar Martins Júnior[2795].

Os paroquianos contestaram que a "questão política ultrapassasse um caso religioso" e que na base da decisão do afastamento do seu pároco estivessem "falsas razões de carácter político apresentadas pelo bispo""[2796].

[2793] *JM*, 17 de Novembro de 1974, "Comunicado do Povo de Machico", p. 1.

[2794] *DM*, 16 de Novembro de 1974, "Padre Martins de Machico depõe acerca da sua demissão, após aliciante comédia com o homem do momento – o senhor Bispo do Funchal", pp. 3 e 6.

[2795] *DN*, 7 de Novembro de 1974, "Comunicados – Paróquia da Ribeira Seca, Machico", p. 6.

[2796] *DN*, 8 de Novembro de 1974, "Católicos da Ribeira Seca exigem recondução do pároco, Machico", pp. 1 e 3

O bispo, em reunião com uma comissão representativa dos manifestantes, esclareceu que não existia "qualquer sanção disciplinar sobre o seu ex-pároco", sendo, apenas, um "movimento dum sacerdote para outra paróquia ou para outro serviço diocesano. Não exced[ia] um acto usual de governo da Diocese"[2797].

Acto contínuo, o Gabinete de Informação da Diocese garantiu que "mantinha a decisão tomada de este sacerdote deixar a paroquialidade da Ribeira Seca"[2798].

Os paroquianos da Ribeira Seca abandonaram o Paço Episcopal, nesse dia 7, assumindo-se "independentes da Diocese" e "não reconhecendo a autoridade do bispo, enquanto este não aceita[sse] a vontade popular"[2799].

Relativamente a esta controvérsia, e apesar da Diocese ter declarado que o seu acto fora alvo do apoio de muitos telefonemas, incluindo da Ribeira Seca[2800], a verdade é que houve diversas posições contrárias.

Por exemplo, foi enviado ao papa um telegrama de um "grupo de católicos madeirenses", propondo a "saída imediata do Bispo […] a fim levarmos cabo maior firmeza apostolado em paz ordem consciência", considerando a presença de outro prelado, como "imprescindível para ambiente católico madeirense ser coroado maior êxito" e tendo em conta que com o bispo em funções havia um "crescente clima total afastamento relação ideias democráticas-cristãs"[2801].

Também, um grupo de paroquianos do Caniçal solidarizou-se com o "povo da Paróquia da Ribeira Seca", considerando "extramente fascista" a atitude de Francisco Santana neste processo e referindo que o padre Martins Júnior era um "autêntico apóstolo na divulgação da mensagem libertadora do Evangelho"[2802].

[2797] *JM*, 8 de Novembro de 1974, "Outra vez a cidade sob tensão", pp. 1 e 10

[2798] *DN*, 8 de Novembro de 1974, "Comunicados – Do Gabinete de Informação da Diocese do Funchal", p. 6; *JM*, 8 de Novembro de 1974, "Comunicado do Gabinete de Informação da Diocese do Funchal", p. 10.

[2799] *DN*, 8 de Novembro de 1974, "Católicos da Ribeira Seca exigem recondução do pároco, Machico", pp. 1 e 3

[2800] *DN*, 8 de Novembro de 1974, "Comunicados – Do Gabinete de Informação da Diocese do Funchal", p. 6; *JM*, 8 de Novembro de 1974, "Comunicado do Gabinete de Informação da Diocese do Funchal", p. 10.

[2801] *DN*, 8 de Novembro de 1974, "Telegrama de um grupo de católicos ao Santo Padre", p. 6.

[2802] *DN*, 9 de Novembro de 1974, "Comunicados – De um Grupo de Paroquianos do Caniçal", p. 6.

A nível partidário, a célula do PCP dos trabalhadores da rádio manifestou a sua "repulsa por mais uma atitude reaccionária do bispo do Funchal e exig[iu] o imediato regresso do Padre Martins [Júnior] para junto do povo que nunca desprezou"[2803].

Por seu turno, a UPM advogou que estava "dum lado o Povo de Machico tendo com ele o Padre Martins", encontrando no lado contrário "os exploradores de Machico (e da ilha), tendo como seu defensor o Bispo do Funchal conhecido pelas suas posições reaccionárias e ligações com exploradores do Povo e conhecidos fascistas"[2804].

No campo da comunicação social, o *DM* de 9 de Novembro de 1974, a propósito da atitude do bispo, considerou que Francisco Santana "ou quer[ia] "celebrizar-se" ou transformar a Diocese num vulcão", entendendo o periódico que "se a maioria do povo da Ribeira Seca quer[ia] que o padre Martins continu[ass]e na sua paróquia, o sr. Bispo só t[inha] um caminho a seguir: Deixar o padre Martins no seu lugar" e assim a Diocese deveria "colaborar na democratização pluralista do país"[2805].

Na "luta entre um Bispo tradicional, como o Bispo do Funchal, e um padre progressista, como o Pe. Martins", o *CF* apoiou o "povo da Ribeira Seca" pela sua decisão de "não deixar sair um amigo contrariando a decisão do Bispo", considerando "justa" a sua luta[2806].

Passado um ano sobre estes acontecimentos, a Comissão Paroquial da Ribeira Seca recordou a manifestação realizada junto ao Paço Episcopal, no Funchal, no dia 7 de Novembro de 1974, e evocou um ano de marginalização por parte da Diocese[2807], tendo, ainda, recusado as acusações de comunista, historiando a acção da população neste ano de afastamento da diocese e respondendo a notícias veiculadas pelo *JM*[2808].

Este diferendo entre a Diocese funchalense e a paróquia da Ribeira Seca terminou em 16 de Junho de 2019, quando o bispo D. Nuno Brás da Silva

---

[2803] *DN*, 8 de Novembro de 1974, "Comunicados – Do Partido Comunista Português", p. 6.
[2804] *DN*, 9 de Novembro de 1974, "Comunicados – Do U.P.M., O Bispo do Funchal está ao lado dos ricos contra os pobres!", p. 6.
[2805] *DM*, 9 de Novembro de 1974, "Ventos ilhéus – Manifestação a favor do padre Martins", p. 5.
[2806] *CF,* separata regional, 21 de Novembro de 1974, "Ribeira Seca-Machico – Padre Martins, um amigo do povo", p. 6.
[2807] *DN*, 7 de Novembro de 1975, "Ribeira Seca e a sua situação religiosa", p. 8;
[2808] *DN*, 8 de Novembro de 1975, "Ribeira Seca: "Um povo sacrificado tem direito à palavra"", p. 8.

Martins, revogou a suspensão *ad divinis* ao Pe. Martins Júnior, decretada, administrativamente, pelo bispo D. Francisco Santana, em 27 de Julho de 1977, tendo o sacerdote sido nomeado administrador paroquial daquela localidade[2809].

8.4. Confronto entre Agostinho Jardim Gonçalves e o prelado

Francisco Santana, logo nos primeiros dias do seu mandato, viu-se envolvido em dois conflitos com pessoas e organismos ligados à Igreja. O primeiro, de forma indireta, no qual estiveram em confronto um grupo de sacerdotes madeirenses e o *JM* – assunto que merece uma abordagem mais atenta, no capítulo relativo à comunicação social – e o segundo atrito fez o bispo colidir com o padre Agostinho Jardim Gonçalves.

Este sacerdote madeirense, assistente nacional da LOC e internacional do Movimento dos Trabalhadores Católicos, expôs, numa entrevista ao *DN*, de 26 de Maio de 1974, o seu pensamento sobre a actualidade e o papel da Igreja[2810].

Entre outras ideias, Agostinho Jardim Gonçalves recordou que alguns católicos se opuseram à ditadura, mas a maioria dos membros da Igreja "habitou-se a viver à sombra" do regime político anterior, havendo a confusão e a aliança entre as duas instituições[2811].

Sublinhou que havia necessidade do papel activo dos católicos na nova situação nacional e que a Igreja não se reabilitaria se não tivesse a coragem de penitenciar-se dos seus erros no passado, por conivência com o regime deposto, devendo, nesta nova fase, se colocar ao lado dos pobres[2812].

[2809] DIOCESE DO FUNCHAL, 2019, Decreto de remissão da pena de suspensão *a divinis* do padre José Martins Júnior.

[2810] *DN*, 26 de Maio de 1974, "O actual momento político poderá ser para a Igreja em Portugal a última oportunidade determinante da sua sobrevivência ou do seu fracasso total – afirmou o Pe. Jardim Gonçalves, assistente internacional do M.M.T.C.", pp. 1 e 4.

[2811] *DN*, 26 de Maio de 1974, "O actual momento político poderá ser para a Igreja em Portugal a última oportunidade determinante da sua sobrevivência ou do seu fracasso total – afirmou o Pe. Jardim Gonçalves, assistente internacional do M.M.T.C.", pp. 1 e 4.

[2812] *DN*, 26 de Maio de 1974, "O actual momento político poderá ser para a Igreja em Portugal a última oportunidade determinante da sua sobrevivência ou do seu fracasso total – afirmou o Pe. Jardim Gonçalves, assistente internacional do M.M.T.C.", pp. 1 e 4.

Assegurava que *o* momento político que se vivia poderia ser para a Igreja em Portugal "a última oportunidade, determinante da sua sobrevivência ou do seu fracasso total", considerando que a Igreja madeirense estava longe de corresponder às exigências do novo momento político e "se não se confia[sse] nos leigos e padres que demonstraram […] uma vontade clara de lutar pela justiça e pela verdade, a Igreja na Madeira não ser[ia] dentro em breve mais de que uma recordação mortiça do passado"[2813].

No mesmo dia 26 de Maio, Francisco Santana proferiu uma homilia na Sé do Funchal, na qual deu resposta ao teor da entrevista de Agostinho Jardim Gonçalves (embora sem citar o seu nome). Então, considerou um erro a afirmação de que a nova situação política seria para a Igreja em Portugal "a última oportunidade, determinante da sua sobrevivência ou do seu fracasso total", pois tal significava que o futuro da Igreja não dependeria da sua "instituição divina, mas da força de qualquer situação política"[2814].

Acrescentou que a declaração do sacerdote era um acto arrogante, porquanto "a Igreja não perdeu a coragem de denunciar as injustiças e não [tinha] receio de cair em desagrado de qualquer força política". O bispo adiantou que vinha "com as mãos limpas", porque nunca se tinha aproveitado de qualquer regime político e não esperava qualquer favor ou benefício do Estado, de quem nada recebera, qualquer que fosse o destino político do país[2815].

[2813] *DN*, 26 de Maio de 1974, "O actual momento político poderá ser para a Igreja em Portugal a última oportunidade determinante da sua sobrevivência ou do seu fracasso total – afirmou o Pe. Jardim Gonçalves, assistente internacional do M.M.T.C.", pp. 1 e 4.

[2814] *DN*, 27 de Maio de 1974, "A Igreja não perdeu a coragem de denunciar as injustiças e não tem receio de cair em desagrado de qualquer força política – afirmou o Bispo do Funchal em homilia proferida ontem na Sé Catedral", pp. 1 e 3; *EF*, 27 de Maio de 1974, "Jubileu do Ano Santo das Paróquias de Fátima, Coração de Jesus, Bom Sucesso e Colégio Salesiano", pp. 2 e 12; *JM*, 26 de Maio de 1974, "Jubileu do Ano Santo – As paróquias de Fátima, Coração de Jesus, Bom Sucesso e Colégio Salesiano fazem hoje a sua peregrinação jubilar à Sé Catedral", p. 3; *JM*, 27 de Maio de 1974, ""A Igreja não tem pressas nem medo e sabe bem que não está em jogo a sua sobrevivência nem está perante o seu fracasso total" – afirmou ontem o Bispo do Funchal, D. Francisco Santana, na homilia que pronunciou na Sé Catedral, no Jubileu do Ano Santo das Paróquias de Fátima, Coração de Jesus, Bom Sucesso e Colégio Salesiano", pp. 1 e 3; *JM*, 27 de Maio de 1974, "Com uma procissão de velas o fiéis de várias paróquias fizeram a sua peregrinação jubilar à Sé Catedral", p. 12.

[2815] *DN*, 27 de Maio de 1974, "A Igreja não perdeu a coragem de denunciar as injustiças e não tem receio de cair em desagrado de qualquer força política – afirmou o Bispo do Funchal em homilia proferida ontem na Sé Catedral", pp. 1 e 3; *EF*, 27 de Maio de 1974, "Jubileu do Ano Santo das Paróquias de Fátima, Coração de Jesus, Bom Sucesso e Colégio Salesiano", pp. 2 e 12; *JM*, 26 de Maio de 1974, "Jubileu do Ano Santo – As paróquias de Fátima, Coração de Jesus, Bom Sucesso e Colégio Salesiano fazem hoje a sua peregrinação jubilar à Sé Catedral", p. 3; *JM*, 27 de Maio de 1974," "A Igreja não tem pressas nem medo e sabe bem que não está em jogo a sua sobrevivência nem está perante o seu fracasso total" – afirmou

Mais referiu que "a Igreja não [tinha] pressas, nem medo e sab[ia] bem que não est[ava] em jogo a sua sobrevivência nem […] perante o seu fracasso total", neste período de alterações em Portugal, ou seja, com o "25 de Abril"[2816].

Francisco Santana considerou que era preocupante a "falta de honestidade de alguns que se mant[inham] dentro da Igreja para a destruir". O prelado aduziu que a Igreja não se deveria acomodar "nem às direitas, nem às esquerdas" e a Diocese madeirense não padecia de "autoritarismo balofo", nem de "conservadorismo aberrante"[2817].

Agostinho Jardim Gonçalves viria a responder ao prelado, considerando que a homilia de Francisco Santana tinha sido uma leitura apressada ou subjectiva das suas declarações, tendo sido uma precipitação o bispo chamar-lhe mentiroso e falso[2818].

Nesta sua resposta, entre outros aspectos, o sacerdote salientou que a Igreja deveria cultivar os valores de uma verdadeira democracia, "sem o que continuar[ia] a ser um peso e até um obstáculo à marcha do povo para a sua libertação integral", pois uma Igreja autoritária não poderia dinamizar a libertação

---

ontem o Bispo do Funchal, D. Francisco Santana, na homilia que pronunciou na Sé Catedral, no Jubileu do Ano Santo das Paróquias de Fátima, Coração de Jesus, Bom Sucesso e Colégio Salesiano", pp. 1 e 3; *JM*, 27 de Maio de 1974, "Com uma procissão de velas o fiéis de várias paróquias fizeram a sua peregrinação jubilar à Sé Catedral", p. 12.

[2816] *DN*, 27 de Maio de 1974, "A Igreja não perdeu a coragem de denunciar as injustiças e não tem receio de cair em desagrado de qualquer força política – afirmou o Bispo do Funchal em homilia proferida ontem na Sé Catedral", pp. 1 e 3; *EF*, 27 de Maio de 1974, "Jubileu do Ano Santo das Paróquias de Fátima, Coração de Jesus, Bom Sucesso e Colégio Salesiano", pp. 2 e 12; *JM*, 26 de Maio de 1974, "Jubileu do Ano Santo – As paróquias de Fátima, Coração de Jesus, Bom Sucesso e Colégio Salesiano fazem hoje a sua peregrinação jubilar à Sé Catedral", p. 3; *JM*, 27 de Maio de 1974, ""A Igreja não tem pressas nem medo e sabe bem que não está em jogo a sua sobrevivência nem está perante o seu fracasso total" – afirmou ontem o Bispo do Funchal, D. Francisco Santana, na homilia que pronunciou na Sé Catedral, no Jubileu do Ano Santo das Paróquias de Fátima, Coração de Jesus, Bom Sucesso e Colégio Salesiano", pp. 1 e 3; *JM*, 27 de Maio de 1974, "Com uma procissão de velas o fiéis de várias paróquias fizeram a sua peregrinação jubilar à Sé Catedral", p. 12.

[2817] *DN*, 27 de Maio de 1974, "A Igreja não perdeu a coragem de denunciar as injustiças e não tem receio de cair em desagrado de qualquer força política – afirmou o Bispo do Funchal em homilia proferida ontem na Sé Catedral", pp. 1 e 3; *EF*, 27 de Maio de 1974, "Jubileu do Ano Santo das Paróquias de Fátima, Coração de Jesus, Bom Sucesso e Colégio Salesiano", pp. 2 e 12; *JM*, 26 de Maio de 1974, "Jubileu do Ano Santo – As paróquias de Fátima, Coração de Jesus, Bom Sucesso e Colégio Salesiano fazem hoje a sua peregrinação jubilar à Sé Catedral", p. 3; *JM*, 27 de Maio de 1974, ""A Igreja não tem pressas nem medo e sabe bem que não está em jogo a sua sobrevivência nem está perante o seu fracasso total" – afirmou ontem o Bispo do Funchal, D. Francisco Santana, na homilia que pronunciou na Sé Catedral, no Jubileu do Ano Santo das Paróquias de Fátima, Coração de Jesus, Bom Sucesso e Colégio Salesiano", pp. 1 e 3; *JM*, 27 de Maio de 1974, "Com uma procissão de velas o fiéis de várias paróquias fizeram a sua peregrinação jubilar à Sé Catedral", p. 12.

[2818] *DN*, 9 de Junho de 1974, "Carta aberta ao senhor bispo do Funchal – pelo padre Agostinho Jardim Gonçalves", pp. 1 e 10.

de um povo e não era um erro tremendo afirmar que esta poderia ser uma última oportunidade para a Igreja de Portugal sobreviver ou fracassar, tendo em conta que o fracasso ou a sobrevivência da Igreja não dependeria de qualquer situação política, mas da própria Igreja "se não conseguisse apresentar ao povo sinais de autêntica credibilidade"[2819].

Sustentou o sacerdote que a Igreja teve falta de coragem, através de um silêncio cúmplice com a injustiça, a miséria, a opressão e as torturas infligidas aos opositores de Salazar e Caetano, bem como ignorou a guerra colonial, que provocou massacres de populações inocentes, com a bênção de bispos e padres aos pendões e instrumentos de guerra e também faltou a solidariedade da Igreja a padres e bispos que denunciaram injustiças, durante o regime anterior[2820].

A exemplo do que sucedeu com a polémica entre os 16 padres contestatários da orientação do *JM*, também, neste conflito, interveio o *CF*, exprimindo a sua crítica ao prelado[2821].

Este semanário entendeu como hipócrita a afirmação do bispo de que não havia autoritarismo e conservadorismo na Igreja da Madeira, questionando o comportamento cúmplice da Igreja, antes do "25 de Abril", ao apoiar a ditadura, nomeadamente através do cardeal Cerejeira, face à hostilização do bispo do Porto no tempo de Salazar, por ser uma voz independente[2822].

Acrescentou o *jornal cor-de-rosa* que Francisco Santana havia tomado duas posições de claro significado político: a primeira, o apoio à orientação oportunista do *JM*; a segunda, a recondução do cónego Agostinho Gomes (antigo deputado e adepto confesso do regime deposto) nas funções de vigário capitular da Diocese[2823].

Como já foi referido, ao invés do que sucedeu no primeiro conflito entre os sacerdotes e o órgão oficial da Diocese, em que, publicamente, se manteve em silêncio, Francisco Santana, agora, neste confronto com o padre Agostinho Jardim Gonçalves, interveio activamente, sendo o seu opositor directo e imediato.

[2819] *DN*, 9 de Junho de 1974, "Carta aberta ao senhor bispo do Funchal – pelo padre Agostinho Jardim Gonçalves", pp. 1 e 10.
[2820] *DN*, 9 de Junho de 1974, "Carta aberta ao senhor bispo do Funchal – pelo padre Agostinho Jardim Gonçalves", pp. 1 e 10.
[2821] *CF*, 30 de Maio de 1974, edição regional, "As contradições do sr. Bispo", p. 12.
[2822] *CF*, 30 de Maio de 1974, edição regional, "As contradições do sr. Bispo", p. 12.
[2823] *CF*, 30 de Maio de 1974, edição regional, "As contradições do sr. Bispo", p. 12.

8.5. A ocupação do Seminário do Funchal

Um dos focos primordiais das tensões sociopolíticas do período inicial da Revolução foi a ocupação do Seminário Menor do Funchal ou Seminário da Encarnação, por centenas de estudantes do LNF, em 30 de Outubro de 1974.

Nessa data, a Comissão de Gestão do LNF informou que, contrariamente ao anunciado, não era possível iniciar as aulas de imediato, por ser insuficiente o número de salas de aulas existentes no Liceu e devido à "impossibilidade de ser cedido o edifício do Seminário Menor, apesar de todos os esforços realizados pela Junta Geral do Distrito no sentido de alugar o referido edifício" e à "negativa do Colégio de Santa Teresinha ante o pedido de cedência de algumas salas de aula"[2824].

Assim, após uma reunião realizada no ginásio do LNF, nesse dia 30, na qual foi aprovada uma proposta de utilização das referidas instalações e eleita uma comissão, consumou-se a ocupação[2825].

O acto executado foi justificado pelo facto do arranque do ano lectivo 1974/75 estar em crise, por falta de instalações suficientes, encontrando-se o prédio diocesano vago, tendo sido em nome da "legalidade revolucionária – segundo palavras do PM Vasco Gonçalves – depois da recusa à comissão de gestão da cedência das instalações criminosamente vazias" que ocorreu este acontecimento, em relação ao qual a comissão de ocupantes pediu o apoio da população madeirense[2826].

Adicionalmente, um pai de um ocupante salientou: "a Diocese somos nós. Temos, portanto, o direito de ocupar isto, que não é nem do bispo, nem do clero. É de todos os católicos"[2827].

O relato dos acontecimentos não teve um tratamento idêntico por parte da imprensa regional.

[2824] *DN*, 30 de Outubro de 1974, "Liceu Nacional do Funchal", p. 8; *JM*, 30 de Outubro de 1974, "Jornal escolar – Liceu Nacional do Funchal", p. 9.

[2825] *DN*, 31 de Outubro de 1974, "Centenas de estudantes liceais ocuparam o Seminário Menor", pp. 1 e 9.

[2826] *DN*, 31 de Outubro de 1974, "Comunicado dos estudantes do Liceu", p. 9.

[2827] *DN*, 31 de Outubro de 1974, "Centenas de estudantes liceais ocuparam o Seminário Menor", pp. 1 e 9.

O *DN* acentuou que o bispo exigiu a desocupação do seminário, como condição para poder iniciar conversações com os estudantes, tendo estes rejeitado tal ultimato, como também impediram o prelado de sair no seu carro, barrando-lhe o acesso para o exterior[2828].

Francisco Santana, inicialmente, também se recusou a falar com a imprensa, mas depois concedeu declarações, referindo exactamente o facto de ter exigido que os estudantes saíssem, como requisito para estabelecer diálogo, e que estes não o aceitarem e aí fora impedido de sair do seminário ao volante do seu carro[2829].

Por isso, então, o prelado voltou a entrar no seminário, considerando-se "prisioneiro", tendo telefonado à polícia, comunicando que a casa privada, pertencente à Diocese, tinha sido "assaltada", bem como confirmou que, tanto Rui Vieira (ex-presidente da JGDAF) e Carlos de Azeredo (ex-delegado da JSN e governador civil e militar), como a seguir Fernando Rebelo (governador civil) e António Loja (presidente da JGDAF) propuseram a cedência do seminário, mas como não era "o proprietário dos bens da Igreja, mas administrador" remeteu a decisão para o Conselho de Administração da Diocese e o Cabido, que decidiram "não alugar" o prédio[2830].

Francisco Santana propôs a criação de uma comissão mista para estudo da venda do prédio, embora afirmasse que as instalações iam ser necessárias para a Diocese criar serviços, como o curso de teologia para adultos e um Conselho do Apostolado dos Leigos[2831].

Depois, houve uma reunião entre Francisco Santana, representantes dos governos civil e militar, um professor do Conselho de Gestão do LNF e também a Comissão de Ocupação, tendo sido aprovada a sugestão de o bispo reunir com o Conselho Administrativo e o Cabido da Diocese, para resolver este

[2828] *DN*, 31 de Outubro de 1974, "Centenas de estudantes liceais ocuparam o Seminário Menor", pp. 1 e 9.
[2829] *DN*, 31 de Outubro de 1974, "Centenas de estudantes liceais ocuparam o Seminário Menor", pp. 1 e 9.
[2830] *DN*, 31 de Outubro de 1974, "Centenas de estudantes liceais ocuparam o Seminário Menor", pp. 1 e 9.
[2831] *DN*, 31 de Outubro de 1974, "Centenas de estudantes liceais ocuparam o Seminário Menor", pp. 1 e 9.

assunto, no prazo de 24 horas. Pelas 2h30 da madrugada, chegou o primeiro grupo militar ao seminário[2832].

Entretanto, em 31 de Outubro de 1974, o *JM*, órgão da Diocese, concedeu a sua versão dos factos ocorridos no dia anterior, no Seminário Menor do Funchal. Segundo este periódico, depois de saber da ocupação, Francisco Santana foi para o seminário, tendo um grupo de estudantes – intitulando-se comissão encarregada pelos estudantes – exigido a "entrega imediata do Seminário", tendo o bispo recusado qualquer reunião, sem a desocupação prévia do edifício. Decidiu abandoná-lo, mas "foi impedido violentamente e desde esse momento considerou-se prisioneiro perdendo, portanto, o uso da sua liberdade cívica".[2833].

Chegada a PSP, o bispo declarou estar "em prisão", mas não queria protecção militar ou policial, pois "a Igreja não t[inha] nem precisa[va] de privilégios para poder continuar a sua missão", pretendendo apenas que a "casa fosse abandonada pelos assaltantes"[2834].

Acorreu, depois o presidente da JGDAF, António Loja, explicando as conversações existidas anteriormente, durante as quais houve uma proposta da Diocese, não para arrendar, mas sim para a sua "venda e compra"[2835].

Realizou-se um "comício com ofensas ao Bispo da Diocese", e "quando um dos presentes se sentou em cima de alguns objectos litúrgicos e o Bispo o obrigou a se levantar, este procurou agredir o Prelado, tendo então sido bloqueado pelos estudantes"[2836].

Chegara, entretanto, o presidente do Conselho de Gestão do LNF, Jorge Atouguia. O bispo continuou no seu gabinete a ouvir "injúrias e vivas ao comunismo", tendo os ocupantes organizado um "arraial de canções

[2832] *DN*, 31 de Outubro de 1974, "Centenas de estudantes liceais ocuparam o Seminário Menor", pp. 1 e 9.
[2833] *JM*, 31 de Outubro de 1974, "O Seminário da Encarnação assaltado e ocupado – O bispo feito prisioneiro, insultado e vítima de tentativa de agressão", pp. 1 e 3.
[2834] *JM*, 31 de Outubro de 1974, "O Seminário da Encarnação assaltado e ocupado – O bispo feito prisioneiro, insultado e vítima de tentativa de agressão", pp. 1 e 3.
[2835] *JM*, 31 de Outubro de 1974, "O Seminário da Encarnação assaltado e ocupado – O bispo feito prisioneiro, insultado e vítima de tentativa de agressão", pp. 1 e 3.
[2836] *JM*, 31 de Outubro de 1974, "O Seminário da Encarnação assaltado e ocupado – O bispo feito prisioneiro, insultado e vítima de tentativa de agressão", pp. 1 e 3.

revolucionárias". Pela 1h da madrugada, ou seja, já 31 de Outubro, mantinha-se a ocupação, com o bispo dentro do seminário[2837].

Segundo o *JM*, o edifício em questão já estava destinado ao funcionamento de diversos serviços da Diocese (Câmara Eclesiástica e serviços diocesanos), pelo que a ocupação realizada comprometia a "livre acção da Igreja"[2838].

O CTIM confirmou a ocupação estudantil, que foram entabuladas conversações entre as partes, as quais culminaram, às 4h do dia 31 de Outubro, na entrega do edifício do seminário ao Comando Militar, no abandono das instalações pelos ocupantes e na nomeação de uma comissão com representantes das FA, Diocese, JGDAF e LNF, tendo por objectivo encontrar, até ao dia 2 de Novembro de 1974, uma "solução definitiva"[2839].

Se a resolução não fosse encontrada, o Comando Militar entregaria o edifício à JGDAF "para instalações escolares". Mais acrescentou o CTIM que o seminário poderia ser utilizado pelo LNF, a partir de 4 de Novembro (segunda-feira). Esclarecia que, pelas 1h30 de 31 de Outubro, o bispo fora impedido de sair, porque os estudantes queriam questioná-lo, mas depois a saída ocorreu com o acompanhamento das FA[2840].

Francisco Santana apresentou a sua versão dos factos, referindo que o seminário foi "assaltado e ocupado", declarando:

> "estive realmente prisoneiro […] e guardado por "piquetes populares". Fui insultado durante doze horas, martírio tipo chinês, para me cansarem e desfazerem a resistência […] Houve alguém que ainda me tentou agredir […] Assaltaram e ocuparam, obedientes a dirigentes adultos de partidos comunistas de vário género […] assaltou-se uma propriedade privada descaradamente e diante das Forças Armadas"[2841].

Considerou o bispo que podiam ser escolhidos outros edifícios públicos para funcionarem como anexos escolares, e que a responsabilidade de não terem prosseguido, anteriormente, as negociações com o bispo sobre o uso do

---

[2837] *JM*, 31 de Outubro de 1974, "O Seminário da Encarnação assaltado e ocupado – O bispo feito prisioneiro, insultado e vítima de tentativa de agressão", pp. 1 e 3.
[2838] *JM*, 31 de Outubro de 1974, "Seminário da Encarnação – Infra-estrutura indispensável à Diocese", p. 1.
[2839] *DN*, 1 de Novembro de 1974, "Comando Territorial Independente da Madeira – Comunicado", pp. 1 e 5.
[2840] *DN*, 1 de Novembro de 1974, "Comando Territorial Independente da Madeira – Comunicado", pp. 1 e 5.
[2841] *JM*, 1 de Novembro de 1974, "Carta do Bispo do Funchal a todos os homens que exigem a verdade", pp. 1 e 7.

seminário não eram da sua responsabilidade, mas das entidades oficiais, e por isso "veio o silêncio até que os alunos foram movimentados e manobrados artificiosamente para praticarem, com os aludidos dirigentes políticos adultos, o assalto de que o público teve completo conhecimento"[2842].

Francisco Santana salientou que além do seminário, também as instalações do *JM* tinham sido assaltadas. Concluiu que "privado […] das [suas] liberdades cívicas […] e de acordo com os direitos fundamentais do homem, acab[ou] por entregar o Seminário às Forças Armadas, quando vi[u] o perigo do confronto que se estava a tornar inevitável e habilidosamente provocado"[2843].

A ocupação do seminário envolveu o órgão da Diocese, o *JM*. Pelas 4h de 31 de Outubro de 1974 – e depois de concluída a edição do periódico desse dia – um grupo de ocupantes do seminário, tendo conhecimento do teor de uma reportagem sobre os referidos acontecimentos, dirigiu-se às instalações do jornal, para tentar impedir a divulgação da referida edição, que conteria uma notícia "caluniosa" e uma "verdade deturpada" sobre a ocupação, e que influenciaria negativamente a população. Algumas dezenas de jovens fizeram paralisar as máquinas de impressão e o processo de distribuição, e de "modo inabalável, embora ordeiro" exigiram a sua não distribuição.

Ocorreram conversações entre os representantes dos estudantes, das FA e o director do matutino, Alberto João Jardim, tendo sido acordado que a edição do jornal sairia, mas deveria ter, "com igual relevo àquele dado à reportagem", um comunicado dos estudantes ocupantes. Depois deste diálogo e do acordo estabelecido, o grupo de ocupantes abandonou o *JM*, tendo provocado uma saída tardia da mesma edição[2844].

Por consequência, neste periódico, foi divulgado um comunicado de uma comissão de alunos, de encarregados de educação e de professores do ensino secundário do LNF, repudiando "as expressões e o tom usado" no relato dos acontecimentos, feito pelo *JM*, sobre a ocupação do seminário, porque, na sua opinião, deturpavam a verdade dos acontecimentos e expressavam a

[2842] *JM*, 1 de Novembro de 1974, "Carta do Bispo do Funchal a todos os homens que exigem a verdade", pp. 1 e 7.
[2843] *JM*, 1 de Novembro de 1974, "Carta do Bispo do Funchal a todos os homens que exigem a verdade", pp. 1 e 7.
[2844] *DN*, 1 de Novembro de 1974, "O caso da ocupação do Seminário Menor", p. 1; *JM*, 1 de Novembro de 1974, "Madrugada de quinta-feira – Os acontecimentos nas nossas oficinas", pp. 1 e 3.

continuidade da "linha ideológica caracteristicamente reaccionária e de apoio à expressão dos interesses da burguesia exploradora e classes dominantes" [2845]. Segundo este grupo, "o bispo mentiu, o jornal mentiu. Mentiram e caluniaram! – que o digam as pessoas que participaram na ocupação"[2846].

Entretanto, no dia 1 de Novembro de 1974, pelas 16h, no Largo da Sé do Funchal, teve lugar uma manifestação contra a ocupação do seminário e para exigir a sua "entrega imediata à Diocese". A autoria deste acto foi de "cristãos católicos", tendo sido distribuída uma convocatória nas igrejas madeirenses, com alguns párocos informando que existiriam autocarros disponíveis para transportar cidadãos ao Funchal[2847].

Justificava-se que "quer[ia]m tirar-[lhes] o Seminário da Encarnação, alegando falsas razões", tendo o bispo sido "obrigado a ceder, depois de insultado e humilhado durante uma noite inteira, preso na sua própria casa" e salientava-se que o seminário "não esta[va] desocupado como disseram", e era preciso, segundo os promotores da manifestação, para instalar diversas actividades e serviços – conforme programa já elaborado e divulgado em 19 de Setembro de 1974 – como os gabinetes do prelado, do vigário-geral, dos vigários episcopais, cúria, conselhos, comissões e secretariados diocesanos, serviços centrais e *JM*[2848].

Este matutino da Diocese explicitou que, na sua óptica, se tratou de um encontro para apoiar o bispo e "contra a entrega do edifício da Diocese, o Seminário Menor, às Forças Armadas", sendo uma "espectacular reunião de massas, em choque", constituindo um "primeiro gesto […] de solidariedade" com o bispo, não se tratando de uma "atitude política, mas de uma expressão de cristianismo autêntico de unidade" [2849].

[2845] *JM*, 1 de Novembro de 1974, "Ainda o caso do Seminário", pp. 1 e 7.
[2846] *JM*, 1 de Novembro de 1974, "Ainda o caso do Seminário", pp. 1 e 7.
[2847] *DN*, 3 de Novembro de 1974, "A ocupação do edifício do Seminário e a manifestação de anteontem no Funchal – Relato dos acontecimentos", pp. 1 e 5; *DN*, 3 de Novembro de 1974, "Convocação lida nas igrejas", p. 5.
[2848] *DN*, 3 de Novembro de 1974, "A ocupação do edifício do Seminário e a manifestação de anteontem no Funchal – Relato dos acontecimentos", pp. 1 e 5; *DN*, 3 de Novembro de 1974, "Convocação lida nas igrejas", p. 5.
[2849] *JM*, 3 de Novembro de 1974, "Audiências no Comando Militar e no Paço", p. 4; *JM*, 3 de Novembro de 1974, "Barreiras nas estradas", p. 10; *JM*, 3 de Novembro de 1974, "Garantida a posse do Seminário Menor por parte da Diocese", p. 1; *JM*, 3 de Novembro de 1974, "Milhares de cristãos católicos apoiaram o Bispo da Diocese reunindo-se na Sé Catedral – Também numerosa presença de contra-manifestantes", pp. 1, 4 e 10; *JM*, 3 de Novembro de 1974, "Na Sé", p. 10.

Assim, não podia ser, como propalado, um "28 de Setembro" na Madeira, porque já se "encontra[va] praticamente em consumação e determinadas medidas esta[vam] já acordadas, entre o Bispo e as autoridades do Distrito", salientando que a manifestação dos católicos era feita "legalmente", porque "na propriedade da Igreja" e não fora, na via pública[2850].

Como reacção a esta convocatória dos "cristãos católicos", um grupo de estudantes ocupantes do edifício (na posse das FA) convocou um encontro junto do LNF. Por sua vez, a UPM, a FPDM, o PS e o PCP agruparam-se no LNF e no Seminário, para colaborarem no impedimento de um "golpe fascista de indivíduos que, falsamente, se proclama[va]m católicos" e que pretendiam "iludir a religiosidade de alguns sectores menos esclarecidos do povo madeirense"[2851].

Entretanto, pelas 15h30, chegaram junto da Sé, manifestantes das zonas rurais, bem como estudantes da ocupação e militantes dos movimentos políticos, tendo estes contra-manifestantes impedido a saída dos transportes onde vinham os apoiantes do bispo, provindos da zona oeste da Madeira[2852].

Frente à Sé, estes manifestantes gritavam "É nosso, é nosso", referindo-se ao seminário, enquanto os opositores declaravam "O fascismo não passará" e "O bispo e o Tenreiro só querem é dinheiro". Aqueceram os ânimos, tendo as FA e a PSP separado os dois grupos pelo gradeamento da Sé[2853].

O Largo da Sé estava cheio, com "mais de quinze mil pessoas" – segundo o *JM* – registando-se entre os católicos e os contra-manifestantes, "cenas degradantes […] duelo de palavras, de ofensas […] acompanhados por projécteis" e o atirar de "tomates, pimpinelas, maças, ovos" de ambos os lados, obrigando este confronto à criação, por parte da PSP e das FA, de um cordão de separação entre os católicos que estavam dentro do recinto da Sé e os contra-manifestantes, bem como à colocação das FA, apoiadas por populares, nas

[2850] *JM*, 3 de Novembro de 1974, "Audiências no Comando Militar e no Paço", p. 4; *JM*, 3 de Novembro de 1974, "Barreiras nas estradas", p. 10; *JM*, 3 de Novembro de 1974, "Garantida a posse do Seminário Menor por parte da Diocese", p. 1; *JM*, 3 de Novembro de 1974, "Milhares de cristãos católicos apoiaram o Bispo da Diocese reunindo-se na Sé Catedral – Também numerosa presença de contra-manifestantes", pp. 1, 4 e 10; *JM*, 3 de Novembro de 1974, "Na Sé", p. 10.

[2851] *DN*, 3 de Novembro de 1974, "A ocupação do edifício do Seminário e a manifestação de anteontem no Funchal – Relato dos acontecimentos", pp. 1 e 5.

[2852] *DN*, 3 de Novembro de 1974, "A ocupação do edifício do Seminário e a manifestação de anteontem no Funchal – Relato dos acontecimentos", pp. 1 e 5.

[2853] *DN*, 3 de Novembro de 1974, "A ocupação do edifício do Seminário e a manifestação de anteontem no Funchal – Relato dos acontecimentos", pp. 1 e 5.

entradas da cidade (S. Gonçalo, Livramento e Ponte dos Socorridos), para controlar os carros que se dirigiam para o centro do Funchal[2854].

Pelas 16h, houve uma reunião de um grupo de católicos com os governadores civil e militar, para explicar que o acto "não tinha carácter político", fazendo votos para que o diálogo entre as partes decorresse bem, tendo-se seguido uma audiência deste grupo com Francisco Santana, a quem manifestou apoio, referindo o bispo que queria uma "solução eficaz", a bem do ensino liceal, mas sem prejudicar os interesses diocesanos[2855].

Entretanto, o major Carlos Lacerda, comandante do BII 19 apelou à calma, considerando que o seminário não tinha sido "roubado" e esclareceu que a situação seria resolvida entre as autoridades civis e o bispo, chegando a comunicar aos manifestantes que o bispo já tinha cedido o seminário e que o início das aulas naquele edifício começaria na segunda-feira, dia 4 de Novembro de 1974, pelo que, segundo este elemento das FA, não havia razão para a manifestação, tendo, então, convidado a população a dispersar, o que se veio a verificar[2856].

Por sua vez, o *JM* informava que, pela 1h da madrugada do dia 3 de Novembro, "se chegou a um completo acordo entre a Diocese do Funchal e a Junta Geral, sobre o problema do Seminário da Encarnação", tendo sido "garantida a posse da propriedade, por parte da Diocese e fez-se um acordo de arrendamento, para utilização do ensino secundário oficial"[2857].

[2854] *JM*, 3 de Novembro de 1974, "Audiências no Comando Militar e no Paço", p. 4; *JM*, 3 de Novembro de 1974, "Barreiras nas estradas", p. 10; *JM*, 3 de Novembro de 1974, "Garantida a posse do Seminário Menor por parte da Diocese", p. 1; *JM*, 3 de Novembro de 1974, "Milhares de cristãos católicos apoiaram o Bispo da Diocese reunindo-se na Sé Catedral – Também numerosa presença de contra-manifestantes", pp. 1, 4 e 10; *JM*, 3 de Novembro de 1974, "Na Sé", p. 10.

[2855] *JM*, 3 de Novembro de 1974, "Audiências no Comando Militar e no Paço", p. 4; *JM*, 3 de Novembro de 1974, "Barreiras nas estradas", p. 10; *JM*, 3 de Novembro de 1974, "Garantida a posse do Seminário Menor por parte da Diocese", p. 1; *JM*, 3 de Novembro de 1974, "Milhares de cristãos católicos apoiaram o Bispo da Diocese reunindo-se na Sé Catedral – Também numerosa presença de contra-manifestantes", pp. 1, 4 e 10; *JM*, 3 de Novembro de 1974, "Na Sé", p. 10.

[2856] *DN*, 3 de Novembro de 1974, "A ocupação do edifício do Seminário e a manifestação de anteontem no Funchal – Relato dos acontecimentos", pp. 1 e 5; *JM*, 3 de Novembro de 1974, "Audiências no Comando Militar e no Paço", p. 4; *JM*, 3 de Novembro de 1974, "Barreiras nas estradas", p. 10; *JM*, 3 de Novembro de 1974, "Garantida a posse do Seminário Menor por parte da Diocese", p. 1; *JM*, 3 de Novembro de 1974, "Milhares de cristãos católicos apoiaram o Bispo da Diocese reunindo-se na Sé Catedral – Também numerosa presença de contra-manifestantes", pp. 1, 4 e 10; *JM*, 3 de Novembro de 1974, "Na Sé", p. 10.

[2857] *DN*, 3 de Novembro de 1974, "A ocupação do edifício do Seminário e a manifestação de anteontem no Funchal – Relato dos acontecimentos", pp. 1 e 5; *JM*, 3 de Novembro de 1974,

Entrementes, no dia 1 de Novembro, o Governo Civil aludiu que tinham sido tomadas as medidas para a não realização desta manifestação junto à Sé, "por se preverem confrontos com outros grupos", não se tendo registado "perturbações graves" e fazia sentir a "obrigatoriedade legal de participação de comícios e desfiles às autoridades competentes"[2858].

Apelava o Governo Civil para que a imprensa não fizesse sensacionalismo com os acontecimentos, informando, ainda, que continuavam os trabalhos da comissão que estava a estudar a solução para o diferendo do seminário[2859].

Por seu turno, Francisco Santana declarou que não tinha convocado, nem organizado o encontro dos católicos junto da Sé, tratando-se de uma "iniciativa livre e consciente" de um grupo de católicos, como "prova pública de apoio ao seu Bispo", apoiando ele, no entanto, "incondicionalmente a iniciativa", face aos acontecimentos no seminário e no *JM*, porque fora "violentada a consciência católica do Povo madeirense"[2860].

Esta acção, segundo o prelado, não teve "qualquer intenção política ou reaccionária", pelo que repudiou os apelos lançados, pela rádio, para que houvesse uma contra-manifestação dos "progressistas a fim de lutarem contra uma suposta reacção em estilo de 28 de Setembro". No seu entendimento, as perturbações junto à Sé foram "da exclusiva responsabilidade de provocadores que lançaram batatas, ovos e tomates, no intuito evidente de perturbar a participação do Povo, na celebração eucarística que decorria no templo, significando a unidade desta Diocese"[2861].

"Audiências no Comando Militar e no Paço", p. 4; *JM*, 3 de Novembro de 1974, "Barreiras nas estradas", p. 10; *JM*, 3 de Novembro de 1974, "Garantida a posse do Seminário Menor por parte da Diocese", p. 1; *JM*, 3 de Novembro de 1974, "Milhares de cristãos católicos apoiaram o Bispo da Diocese reunindo-se na Sé Catedral – Também numerosa presença de contra-manifestantes", pp. 1, 4 e 10; *JM*, 3 de Novembro de 1974, "Na Sé", p. 10.

[2858] *DN*, 3 de Novembro de 1974, "Governo do Distrito Autónomo do Funchal – Comunicado", p. 7; *JM*, 3 de Novembro de 1974, "Governo do Distrito Autónomo do Funchal – Comunicado", p. 10.

[2859] *DN*, 3 de Novembro de 1974, "Governo do Distrito Autónomo do Funchal – Comunicado", p. 7; *JM*, 3 de Novembro de 1974, "Governo do Distrito Autónomo do Funchal – Comunicado", p. 10.

[2860] *JM*, 3 de Novembro de 1974, "Comunicado do Bispo do Funchal", p. 4.

[2861] *JM*, 3 de Novembro de 1974, "Comunicado do Bispo do Funchal", p. 4.

Esta polémica ocupação suscitou um conjunto de reacções, umas favoráveis e outras desfavoráveis, de estudantes, de partidos e organizações políticas e de órgãos de comunicação social.

No mesmo dia da ocupação, um grupo de alunos da EICF manifestou "incondicionalmente" a sua solidariedade com os colegas do LNF[2862].

Por sua vez, o PS também expressou a seu apoio aos ocupantes, considerando uma "luta pelas justas reivindicações do direito ao ensino", empreendida por estudantes corajosos, baseada na "legalidade revolucionária"[2863].

Também, a UEC solidarizou-se com a "justa luta reivindicativa" da ocupação do Seminário Menor do Funchal e desmentiu algumas "calúnias" feitas pelo *JM*, "sobejamente reaccionário", na sua edição de 31 de Outubro de 1974, referindo a UEC que o prédio diocesano "não foi "assaltado", mas sim ocupado pacificamente"[2864].

O PPD considerou que esta situação do Seminário Menor era melindrosa, perante a qual não enjeitava "o princípio do respeito pela propriedade privada", mas também não esquecia o elevado conceito da função social da propriedade" – e apesar dos "processos seguidos" – e apelava "para o bom senso e compreensão das partes em litígio, a fim de se obter uma solução justa e honrosa para ambas", sendo esta uma oportunidade para aplicar as doutrinas da Igreja e do Bispo, tendo em conta o "estado de quase necessidade legal" com que se confrontava o ensino madeirense[2865].

Relativamente à manifestação promovida pelos "cristãos católicos", a Comissão Concelhia do Funchal do PCP opôs-se à sua realização, por se tratar de "manobras de elementos ligados à famigerada "maioria silenciosa"", que "não cumpriram os imperativos legais do direito de reunião e manifestação", arrastando pessoas para um confronto com o MFA, e por isso apelava aos seus

---

[2862] *DN*, 31 de Outubro de 1974, "Alunos da Escola Industrial solidarizam-se com os liceais", p. 9.

[2863] *DN*, 31 de Outubro de 1974, "Comunicados – Do Partido Socialista", p. 10; *JM*, 31 de Outubro de 1974, "Comunicados recebidos – Do núcleo regional do Partido Socialista", p. 2.

[2864] *DN*, 1 de Novembro de 1974, "Comunicados – Da União dos Estudantes Comunistas", p. 5; *JM*, 1 de Novembro de 1974, "Vida política – Comunicado da União dos Estudantes Comunistas", p. 4.

[2865] *DN*, 3 de Novembro de 1974, "Comunicados – Do Partido Popular Democrático", p. 7; *JM*, 3 de Novembro de 1974, "Vida política – Partido Popular Democrático, Núcleo Regional da Madeira – Comunicado", p. 10.

militantes para ficarem junto ao seminário, em conjunto com as FA para impedir um "golpe fascista de indivíduos que, falsamente, se proclama[vam] católicos"[2866].

Assim, este partido entendeu que eram "camadas altamente reaccionárias, conluiadas com o Bispo do Funchal e alguns elementos fascistas do clero madeirense" que estavam ligadas a esta manifestação da Sé, pedindo a unidade dos trabalhadores, bem como um "inquérito e castigo para os responsáveis"[2867].

A UPM condenou a utilização do caso do seminário para o transformar numa "luta religiosa", arregimentando "trabalhadores do campo e do mar", referindo, ainda, que o bispo era "fascista e apoia[va] os fascistas e os capitalistas […] da terra" e denunciou alguns partidários do movimento contra a ocupação do edifício diocesano, como o prof. Canedo do LNF e o empresário José Nunes de Oliveira (Armazéns Oliveira)[2868].

Um grupo de "Cristãos pelo socialismo" de Lisboa, reunido em 2 de Novembro de 1974, manifestou o seu apoio à ocupação do Seminário Menor, alegando que o mesmo se encontrava vazio e congratulou-se com a acção que visou "restituir as riquezas ao povo"[2869].

Um grupo de sacerdotes e leigos exprimiu o seu "desacordo com […] a atitude reaccionária" da manifestação contra a ocupação do Seminário da Encarnação e aproveitou este grupo para expor a sua preocupação com o processo seguido no *JM*, bem como denunciou o comportamento do bispo para com o padre Martins Júnior e a paróquia da Ribeira Seca[2870].

O *JM* expressou a sua discordância com o mencionado grupo, considerando ser um ""mito" a distinção entre "progressistas" e "conservadores"", salientando que a manifestação da Sé não foi reaccionária, e que Martins Júnior

[2866] *DN*, 3 de Novembro de 1974, "Comunicados – Do Partido Comunista Português, N.º 1", p. 7.
[2867] *DN*, 3 de Novembro de 1974, "Comunicados – Do Partido Comunista Português, N.º 2", p. 7.
[2868] *DN*, 5 de Novembro de 1974, "Comunicados – Da União do Povo da Madeira (U.P.M.)", p. 6.
[2869] *DN*, 8 de Novembro de 1974, "Um grupo de "Cristãos pelo socialismo" reunidos em Lisboa manifesta-se face à ocupação do Seminário do Funchal", p. 8; *DN*, 10 de Novembro de 1974, "Comunicados – Moção aprovada numa reunião do movimento "Cristãos pelo socialismo"", p. 8.
[2870] *DN*, 12 de Novembro de 1974, "Comunicados – De um grupo de padres e leigos católicos", p. 8.

não estava "castigado", pois "o bispo o decidiu transferir num esquema de governo da Diocese"[2871].

A propósito desta ocupação do seminário, Paquete de Oliveira apontou que a mesma "não foi feita com o sentido de "roubar" à Diocese o seminário, mas dar um uso diferente, até admitido pelo próprio bispo, que referiu a hipótese de vender o edifício" e, por isso, "a ocupação foi o acto que veio a concretizar o que já estava a ser negociado, há algum tempo, pela Diocese com a Junta Geral (aluguer ou venda)"[2872].

Para Paquete de Oliveira, a manifestação dos cristãos católicos, junto à Sé, serviu-se da "sentimentalidade religiosa do povo simples [para colocar] em pé de guerra irmãos contra irmãos da mesma terra", tendo sido "o índice mais significativo do subdesenvolvimento mental e socioeconómico" que se vivia, pois "abusou-se dos sentimentos do povo simples e […] do nome dos cristãos católicos", considerando que "mesmo não concordando na ocupação do seminário [não se poderia aceitar tal manifestação] semente de ódio e guerra"[2873].

O *DM,* de 9 de Novembro de 1974, considerou que a ocupação do Seminário da Encarnação foi "pacífica, ordeira, justa e necessária" e qualificou a manifestação junto à Sé como uma "palhaçada", um "espectáculo degradante de fé e obscurantismo religiosos", entendendo que os párocos provocaram um contra-ataque

> "deturpando os acontecimentos com o fim de provocar um conflito político e religioso cuidadosamente encapotado na pessoa do sr. bispo e na ocupação do edifício do seminário menor pelos estudantes do liceu que precisavam dele para continuarem as suas aulas. necessidade estudantil que D. Francisco Santana não compreendeu, nem quis colaborar, responsabilizando os rapazes quando ele foi o maior responsável pela situação criada […] os estudantes não agrediram o chefe da diocese […] um prelado com mais dignidade, mais humano e mais cristão teria ido ao encontro da reivindicação dos estudantes e arrumado o assunto com mais decência […] uma pessoa apenas andou mal nisto tudo: D. Francisco Santana em não condescender numa emergência que era preciso atender a bem do ensino e da educação das camadas estudantis insulares"[2874].

[2871] *JM*, 12 de Novembro de 1974, "Comunicado de um grupo de padres e leigos católicos – em sequência de comunicação já lida na Rádio e Televisão, em 1 de Novembro passado", p. 2.
[2872] *DN*, 3 de Novembro de 1974, "Está criada uma grave situação", José Manuel Paquete de Oliveira, p. 5.
[2873] *DN*, 3 de Novembro de 1974, "Está criada uma grave situação", José Manuel Paquete de Oliveira, p. 5.
[2874] *DM*, 9 de Novembro de 1974, "Giz na parede – Contra-ataque", pp. 1 e 8.

O *CF* considerou que teve sucesso a ocupação do seminário, devido à ”luta unida dos estudantes, apoiados nas classes trabalhadoras”[2875].

Segundo o *DN*, “nunca houve […] a intenção de “tirar” à Diocese o edifício do seminário”, mas, porque devoluto, utilizá-lo ao serviço do ensino madeirense[2876].

Face a estes acontecimentos, o *EF* considerou grave o que tinha ocorrido e apelou às FA para tomar medidas urgentes para evitar situações idênticas no futuro[2877].

Houve também várias posições contrárias à ocupação do seminário e de solidariedade com Francisco Santana. Foram enviados diversos telegramas, por católicos madeirenses, ao PR, Costa Gomes, ao PM, Vasco Gonçalves, ao Núncio Apostólico, ao presidente da Conferência Episcopal e ao bispo do Funchal, contra o “assalto” do Seminário da Encarnação e pelo facto de Francisco Santana ter sido “coagido” à sua entrega, pedindo a intervenção dessas autoridades para impedir a cedência do mesmo para anexo do LNF, o qual estava destinado para serviços pastorais[2878].

Em resposta a uma mensagem de 92 sacerdotes (“a quase totalidade dos sacerdotes diocesanos e religiosos” da Diocese do Funchal), dirigida ao papa Paulo VI, em 18 de Novembro de 1974 – por intermédio da Nunciatura Apostólica, em Lisboa – o Núncio congratulou-se com este gesto de “inequívoca declaração de apoio e comunhão com o seu Bispo”[2879].

Entretanto, um grupo de estudantes do LNF repudiou a ocupação do Seminário da Encarnação, dado que as posições tomadas por alguns colegas na reunião do ginásio do Liceu, realizada em 30 de Outubro de 1974 (um pouco antes da ocupação), “não foram democraticamente votadas e aceites pela

[2875] *CF,* separata regional, 21 de Novembro de 1974, “Luta estudantil – A ocupação do Seminário do Seminário Menor”, p. 6.
[2876] *DN*, 5 de Novembro de 1974, “No edifício do Seminário Menor começaram as aulas liceais”, p. 1.
[2877] *EF*, 4 de Novembro de 1974, “A ocupação do Seminário Menor do Funchal”, p. 1.
[2878] *DN*, 3 de Novembro de 1974,”Telegramas enviados por católicos madeirenses”, p. 5; *JM*, 3 de Novembro de 1974, “Telegramas enviados pelos manifestantes”, p. 4.
[2879] *JM*, 8 de Dezembro de 1974, “Nunciatura Apostólica responde a mensagem do Clero Madeirense”, p. 1; *JM*, 3 de Novembro de 1974, “Telegramas enviados pelos manifestantes”, p. 4.

maioria dos estudantes", não tendo havido uma ocupação pacífica, pois "insultaram, tentaram agredir e aprisionaram o bispo da Diocese"[2880].

Também, este grupo não concordou com a ocupação do *JM*, que aconteceu porque os ocupantes queriam mudar o título da notícia que tratava dessa ocupação, mas como não o conseguiram e por isso tentaram impedir a distribuição do matutino nas zonas do campo. Igualmente, condenou o comportamento dos colegas que tentaram impedir a manifestação dos "cristãos católicos", junto à Sé, no dia 1 de Novembro de 1974, lançando "tomates, maças, ovos, batatas, etc."[2881].

A este comunicado, respondeu um outro grupo de estudantes do LNF, lamentando que se opusesse à "acção verdadeiramente justa" da utilização do Seminário da Encarnação, sobretudo por fazerem-no "falsamente", pois a proposta da ocupação não foi contestada pelos seus opositores, nem foi uma minoria a realizá-la, tendo, igualmente, lamentado este grupo as acusações de ofensas ao bispo do Funchal[2882].

Também, um grupo de estudantes católicos apresentou um conjunto de questões sobre a ocupação do seminário, nomeadamente quanto à falta de democraticidade da decisão de ocupação, o impedimento de alguns opositores à ocupação de se fazerem ouvir na assembleia geral, o direito de invasão de uma propriedade privada, o acto de ocupação do *JM* na madrugada de 31 de Outubro, o comportamento noticioso da rádio e da televisão[2883].

A Diocese e a JGDAF assinaram, em 9 de Novembro de 1974, um acordo de arrendamento do Seminário da Encarnação, para a instalação de um anexo do LNF, terminando, assim, este conflito, classificado por uns, como "assalto" e "roubo", e por outros, como um "recurso" para resolver um problema

[2880] O comunicado foi assinado por Rui Ricardo Gomes Vieira e João de Ornelas Carvalho. *DN*, 5 de Novembro de 1974, "Um grupo de estudantes contesta a "ocupação" do Seminário", p. 6; *JM*, 5 de Novembro de 1974, "Os acontecimentos dos dias 30 e 31 de Outubro e 1 de Novembro visto pelos estudantes – Estudantes protestam", pp. 1 e 3.

[2881] *DN*, 5 de Novembro de 1974, "Um grupo de estudantes contesta a "ocupação" do Seminário", p. 6; *JM*, 5 de Novembro de 1974, "Os acontecimentos dos dias 30 e 31 de Outubro e 1 de Novembro visto pelos estudantes – Estudantes protestam", pp. 1 e 3.

[2882] *DN*, 5 de Novembro de 1974, "Estudantes interrogam-se", p. 3.

[2883] *JM*, 5 de Novembro de 1974, "Os acontecimentos dos dias 30 e 31 de Outubro e 1 de Novembro visto pelos estudantes – A lição dos factos", pp. 1 e 3.

de falta de salas para o ensino. O valor da renda seria utilizado nos "estudos e educação dos filhos das famílias menos protegidas" da Madeira[2884].

No dia 11 de Novembro de 1974, o presidente da JGDAF, António Loja, esclareceu que tinha havido acordo com a Diocese, pagando a esta 50 contos por mês, e pelo prazo de cinco anos, a partir do dia 1 desse mês, para a utilização do Seminário Menor, e neste prazo, a JGDAF construiria um edifício próprio para servir o Liceu[2885].

Referiu António Loja que já o anterior titular, Rui Vieira, tinha efectuado contactos com a Diocese para arrendar e não comprar o mencionado prédio, sendo a pretensão do bispo não arrendar, mas vender o edifício, para que, com esse dinheiro, pudesse adquirir outro espaço para instalar diversos serviços episcopais. Depois, nesse intervalo, até à ocupação, houve um "período de silêncio". Além da solução do arrendamento, a JGDAF estava disposta a comprar o prédio, mas com a facilidade de pagar de forma faseada, não se tendo chegado a esta última hipótese[2886].

Na sequência deste acordo, no dia 4 de Novembro de 1974, começaram as aulas dos 4.º e 5.º anos (antigos 6.º e 7.º anos) do LNF, no Seminário Menor, tendo decorrido com normalidade[2887].

Anote-se que, no Continente, houve, também, uma tentativa de ocupação do Seminário de S. Paulo, em Almada, visando a sua utilização escolar, em virtude da falta de salas de aula, iniciativa que foi travada pelas FA[2888].

[2884] *DN*, 10 de Novembro de 1974, "Comunicados – Do Gabinete de Informação da Diocese do Funchal", p. 7; *DN*, 10 de Novembro de 1974, "Diocese e Junta Geral do Distrito chegam a acordo sobre o arrendamento do edifício do Seminário", p. 1; *JM*, 8 de Novembro de 1974, "Seminário da Encarnação – Hoje, acordo", p. 1; *JM*, 10 de Novembro de 1974, "Gabinete de Informação da Diocese do Funchal", p. 1; *JM*, 10 de Novembro de 1974, "Actividade episcopal", p. 3.

[2885] *DN*, 10 de Novembro de 1974, "Conferência de imprensa da Junta Geral do Distrito", p. 1; *DN*, 12 de Novembro de 1974, "Importante conferência de imprensa dada pelo presidente da Junta Geral do Distrito", pp. 1 e 5; *JM*, 10 de Novembro de 1974, "Junta Geral – conferência de imprensa", p. 1; *JM*, 12 de Novembro de 1974, "Junta Geral contra o imobilismo, prometem-se soluções radicais – ontem em conferência de imprensa", pp. 1, 10 e 12.

[2886] *DN*, 10 de Novembro de 1974, "Conferência de imprensa da Junta Geral do Distrito", p. 1; *DN*, 12 de Novembro de 1974, "Importante conferência de imprensa dada pelo presidente da Junta Geral do Distrito", pp. 1 e 5; *JM*, 10 de Novembro de 1974, "Junta Geral – conferência de imprensa", p. 1; *JM*, 12 de Novembro de 1974, "Junta Geral contra o imobilismo, prometem-se soluções radicais – ontem em conferência de imprensa", pp. 1, 10 e 12.

[2887] *DN*, 5 de Novembro de 1974, "No edifício do Seminário Menor começaram as aulas liceais", p. 1.

[2888] *JM*, 15 de Novembro de 1974, "Forças Armadas evitam ocupação do Seminário de Almada", p. 1.

Entretanto, foi celebrado um acordo entre o MEC e o Patriarcado de Lisboa, para a utilização – gratuita e até ao final do ano lectivo – do Seminário de Almada, para servir cerca de 500 alunos do Liceu daquela localidade, como resultado de negociações ocorridas, na sequência da ocupação do prédio episcopal pelos estudantes liceais, na semana anterior[2889].

No final da abordagem deste conflito, podemos questionar as suas razões mais fundas, tendo por base alguns aspectos dirimidos então.

Defendendo que o motivo da ocupação do seminário, de "carácter pacífico", foi a falta de instalações no edifício do LNF, e feita como meio de pressionar a negociação com o bispo, de forma a ceder o seminário, dado que o prelado manifestara, anteriormente, resistências a tal uso, uma comissão de alunos, de encarregados de educação e de professores do ensino secundário desta escola declarou: "O porquê da sua posição está no segredo dos deuses; só ele poderá dizer o que no fundo o levava a não ceder o edifício"[2890].

Ora, a resposta a esta questão poderá entroncar-se com o cunho político de todo este processo de ocupação do Seminário Menor do Funchal. Efectivamente, negado, por parte da Igreja, este argumento esteve presente e mesmo alimentado, como se pode constatar da declaração da autoria de Francisco Santana:

> "não é porque me sinta queixoso ou ferido, muito pelo contrário. Paradoxalmente, acabei até de por gostar de ver todo aquele ensaio e teste do muito que haverá para fazer […] Não sou reaccionário, sou realista […] O acontecimento do Seminário da Encarnação veio somente comprovar à evidência o perigo gravíssimo em que o Povo português está envolvido, querendo muito justamente encontrar caminhos de democracia e estando a ser reaccionariamente obrigado a submeter-se ao totalitarismo marxista. Não foi, pois, o Bispo, nem a Igreja que estivarem em causa. É todo o Povo que se tem de acautelar enquanto é tempo"[2891].

Desta confissão, é possível concluir que o bispo do Funchal utilizou a ocupação do seminário como arma de vitimização, não só pessoal, mas também institucional da Igreja, e também de prevenção para o futuro político da Madeira e de Portugal, alertando a população para os perigos que o processo revolucionário poderia causar, por influências das ideias marxistas.

[2889] *DN*, 21 de Novembro de 1974, "Com acordo do Patriarcado estudantes do Liceu de Almada vão ter aulas no seminário local", p. 1.

[2890] *JM*, 1 de Novembro de 1974, "Ainda o caso do Seminário", pp. 1 e 7.

[2891] *JM*, 1 de Novembro de 1974, "Carta do Bispo do Funchal a todos os homens que exigem a verdade", pp. 1 e 7.

8.6. A relação do bispo com a comunicação social

Francisco Santana, em Maio de 1974, considerou que "os meios de comunicação social […] abusa[va]m das liberdades adquiridas publicando tudo o que [servia] para embriagar o Povo"[2892].

Relativamente à imprensa insular, o novo prelado teve um relacionamento pacífico com alguns órgãos e de alguma conflitualidade com outros.

Logo, na noite de 9 de Maio de 1974 – data da sua chegada à Madeira – o novo bispo, visitou de surpresa o *JM*, "levando o seu estímulo e apreço" por quem trabalhava no órgão da Diocese funchalense, "penhor seguro da importância", tendo ainda manifestado a sua confiança ao seu director, Abel Augusto da Silva[2893], e a todos os trabalhadores e anunciava contar com o matutino no quadro da sua tarefa de evangelização[2894].

Embora privilegiasse, sempre, o *JM*, Francisco Santana deslocou-se a outros órgãos de informação, para a apresentação de cumprimentos, como o *DN,* o *EF (*antevendo este jornal que o arquipélago teria "o Bom Pastor que todos os católicos madeirenses desejavam") e o *RNN* (felicitando-o no desempenho do múnus apostólico)[2895].

Por seu turno, o *DM* considerou a deslocação do novo bispo à sua redacção, como uma "agradável surpresa pelo inesperado da visita e pela sua simplicidade do seu cativante trato", um comportamento diferente dos antecessores, D. David de Sousa e D. João Saraiva, que não tinham uma relação próxima com a imprensa regional, ficando este periódico com a impressão de que o prelado acompanhava o momento político que se vivia então, e que exprimia firmeza e compreensão pelos problemas da época[2896].

[2892] *EF*, 13 de Maio de 1974, "A entrada solene na Sé Catedral de D. Francisco Santana, Bispo do Funchal", pp. 1, 3 e 8; *VM*, 15 de Maio de 1974, "Trecho da Saudação pastoral do Bispo do Funchal", p. 1

[2893] Ver anexo.

[2894] *JM*, 10 de Maio de 1974, "Palavras de D. Francisco Antunes Santana aos trabalhadores do "*Jornal da Madeira*"", p. 1; *JM*, 10 de Maio de 1974, "Visita do Bispo da Diocese ao "*Jornal da Madeira*"", pp. 1 e 3.

[2895] *DN*, 23 de Maio de 1974, "Bispo da Diocese visitou o "*Diário de Notícias*"", p. 1; *EF*, 27 de Maio de 1974, "O Bispo do Funchal visitou as instalações do "*Eco do Funchal*"", p. 12; *RNN*, 30 de Maio de 1974, "Bispo da Diocese", p. 3.

[2896] *DM*, 1 de Junho de 1974, "D. Francisco Santana", pp. 1 e 5.

Também, a *VM*, a propósito da visita do bispo à sua redacção, elogiou a "simplicidade, pertinência e coragem das […] afirmações doutrinárias" de Francisco Santana, que vinha "conquistando rapidamente o respeito e a amizade dos madeirenses"[2897].

Francisco Santana teve um papel fundamental na mudança da direcção e da linha editorial do *JM,* que se revestiria, depois, com influência decisiva no curso politico do arquipélago, sobretudo com a nomeação de Alberto João Jardim, para seu director, conforme se testemunha no capítulo da comunicação social.

Ao invés da relação cordial e pacífica com o *JM*, o bispo teve uma conflitualidade acentuada com um outro órgão informativo, o *CF*.

Numa reunião que teve com o clero e seminaristas no Seminário Maior do Funchal, no dia 12 de Maio de 1974, o prelado declarou, entre outros aspectos, que o báculo não era o "pau para bater nos padres", mas o "bastão" para acompanhar as caminhadas do bispo, pedindo ajuda ao clero madeirense e considerou-se "um homem nu", ao contrário do "senhor feudal" de antigamente[2898].

Francisco Santana defendeu três condições para os sacerdotes, a saber: serem homens de oração; homens de estudo e reflexão; homens de acção inteligente e responsável, evangelizadores. Acrescentou que a discordância na programação pastoral, dentro do presbitério, seria natural, mas deveria haver convergência, através do bispo[2899].

A propósito desta "saudação ao presbitério funchalense", o *CF* manifestou o seu acordo com o princípio expresso, mas condenou o prelado, por se ter solidarizado com o *JM*, e opor-se, autoritariamente, às críticas de oportunismo por parte deste órgão de imprensa, pois este "mudou de casaca, trocando o apoio que concedia ao antigo regime fascista, por uma adesão, do

---

[2897] *VM*, 12 de Junho de 1974, "Bispo do Funchal", p. 1.

[2898] *EF*, 13 de Maio de 1974, "A entrada solene na Sé Catedral de D. Francisco Santana, Bispo do Funchal", pp. 1, 3 e 8; *JM*, 12 de Maio de 1974, "Visitas do Bispo da Diocese", p. 3; *JM*, 13 de Maio de 1974, "Encontro do Prelado da Diocese com Clero, no Seminário Maior do Funchal", p. 3; *JM*, 14 de Maio de 1974, "Saudação do Senhor D. Francisco Santana ao Presbitério Funchalense", p. 3.

[2899] *EF*, 13 de Maio de 1974, "A entrada solene na Sé Catedral de D. Francisco Santana, Bispo do Funchal", pp. 1, 3 e 8; *JM*, 12 de Maio de 1974, "Visitas do Bispo da Diocese", p. 3; *JM*, 13 de Maio de 1974, "Encontro do Prelado da Diocese com Clero, no Seminário Maior do Funchal", p. 3; *JM*, 14 de Maio de 1974, "Saudação do Senhor D. Francisco Santana ao Presbitério Funchalense", p. 3.

mais descarado oportunismo, à Junta de Salvação Nacional" e, como tal, esta atitude do bispo foi vista como uma forma da Igreja adaptar-se às conveniências do momento, para não perder antigos privilégios[2900].

No entendimento do referido semanário, a ideia do bispo de que a Igreja não devia estar desunida, pretendia impôr uma "obediência silenciosa e cega à sua autoridade absoluta, calando as vozes discordantes, calando a denúncia das situações de opressão e de injustiça dentro da Igreja e fora dela" e negando aos padres o direito à livre expressão das suas opções políticas[2901].

Este último argumento, em nome da pátria, era idêntico ao usado pelos responsáveis do regime deposto, os mesmos que deram o seu "acordo expresso" à respectiva nomeação episcopal. Segundo o *jornal cor-de-rosa*, para Francisco Santana, só "especialistas" – e não os sacerdotes – poderiam emitir opinião sobre assuntos políticos e problemas económicos que afectavam a população, e outros ficariam com o "direito à ignorância", constituindo um pensamento idêntico aos dos dirigentes fascistas[2902].

8.7. Polémicas da Diocese com cidadãos, movimentos e partidos políticos

Nesta época revolucionária, o bispo e alguns sacerdotes da Diocese do Funchal viram-se envolvidos em polémicas, designadamente com cidadãos e partidos locais, face ao pensamento e à prática da instituição religiosa.

Importa referenciar, de um modo breve, a filosofia de Francisco Santana, relativamente à ambiência que existia, a nível nacional e regional. Em Maio de 1974, o bispo entendeu que se viviam "momentos decisivos para o futuro" da Madeira, havendo "até dentro da Igreja […] agitadores" que se intitulavam ""cristãos livres"; livres sobretudo de Cristo e do Seu mandato de amor. Quer[ia]m a desordem, não aceita[va]m a Hierarquia, desconhec[ia]m qualquer

[2900] *CF*, 18 de Maio de 1974, edição regional, "O bispo é um homem nu", pp. 3-4.
[2901] *CF*, 18 de Maio de 1974, edição regional, "O bispo é um homem nu", pp. 3-4.
[2902] *CF*, 18 de Maio de 1974, edição regional, "O bispo é um homem nu", pp. 3-4.

disciplina", sendo, então, "hora […] de grande responsabilidade para os leigos e sacerdotes da Igreja"[2903].

Em Março de 1975, Francisco Santana produziu críticas a alguns

> "tentados a ver Cristo apenas como um simples "revolucionário" na linha moderna de Marx, Lenine ou Che Guevara; um Cristo "proletário" que como tal viveu, foi perseguido e morreu que, com o seu exemplo, pode alimentar o homem de hoje no seu empenho revolucionário, na luta que tem de travar para subverter as instituições injustas e opressivas do capitalismo e para construir um mundo mais justo, isto é um mundo socialista"[2904].

Depois, em Junho de 1975, o prelado declarou que a Igreja jamais se calaria na defesa do povo, referindo que "pessoalmente não [tinha] qualquer dificuldade em integrar-[s]e no processo revolucionário português, sempre que respeit[ass]e em absoluto os direitos da pessoa humana e a liberdade de consciência e de expressão"[2905].

Acrescentou que "as relações da Diocese com o poder político local e, muito particularmente, com o MFA [eram], tanto que possível, de diálogo e, mesmo, de cooperação", e "em dois mil anos de existência, a Igreja aprendeu o suficiente para sobreviver a qualquer revolução"[2906].

Acrescentou o bispo que "não [era] a Igreja que faz[ia] a reacção", que os padres tiveram um "comportamento exemplar e inteligente na última campanha eleitoral" e desconhecia qualquer organização separatista[2907].

No seguimento do pensamento do Patriarca de Lisboa que, em Maio de 1974, proclamara que os padres de Lisboa não deveriam estar contra os novos valores da mudança, mas não podiam militar activamente em partidos políticos[2908], o bispo do Funchal, em Setembro de 1975 – numa mensagem ao clero madeirense, num encontro no Seminário Maior – declarou:

> "a função do padre é representar Cristo junto de todos os homens com quem se cruza na vida: é servir de intermediário entre a graça antecedente que existe em Deus e facilitar ao homem a resposta – a graça aceite. Engana-se o padre quando apenas consegue macaquear esta missão; desorienta-se e desorienta o padre

---

[2903] *EF*, 13 de Maio de 1974, "A entrada solene na Sé Catedral de D. Francisco Santana, Bispo do Funchal", pp. 1, 3 e 8; *VM*, 15 de Maio de 1974, "Trecho da Saudação pastoral do Bispo do Funchal", p. 1

[2904] *JM*, 30 de Março de 1975, "O homem e a sociedade podem, hoje, ressuscitar com Cristo – mensagem pascal do bispo da Diocese, D. Francisco Antunes Santana", pp. 1 e 16.

[2905] *JM*, 29 de Junho de 1975, "Eu conheço todo o nosso povo…", pp. 1, 3-6.

[2906] *JM*, 29 de Junho de 1975, "Eu conheço todo o nosso povo…", pp. 1, 3-6.

[2907] *JM*, 29 de Junho de 1975, "Eu conheço todo o nosso povo…", pp. 1, 3-6.

[2908] *JM*, 22 de Maio de 1974, "Os sacerdotes não devem opor-se aos novos valores, nem militar activamente em partidos políticos", p. 12.

quando pretende ser tudo, inclusive líder político ou agitador do Povo e não o elo de ligação entre o apelo de Deus e a resposta do homem"[2909].

O prelado madeirense, em Novembro de 1975, rejeitou o "capitalismo de exploração do Homem", bem como o "comunismo marxista leninista"[2910].

Estas opiniões do responsável pela hierarquia religiosa motivaram críticas, como a de João Vieira, em Maio de 1974, numa carta dirigida ao presidente da JSN, saudando-a, bem como o MFA e todos os que contribuíram para o "aniquilamento do fascismo", alertando, no entanto, para a urgência de "aniquilar outro sector fascista que contribuiu para a ditadura fascista […] a Igreja Católica […] porque os ensinamentos da Igreja não est[avam] de acordo com os Escritos Sagrados, enganando assim todos os que nela acredita[va]m, [sendo] motivo para ser despida da vida nacional, onde muita lama deixou"[2911].

Foi motivo de conflito a função dos boletins paroquiais divulgados na Madeira, assunto que foi criticado por um redactor de serviço da edição do *Diário de Noticias* do Funchal, do dia 13 de Dezembro de 1974, que considerou que os mesmos desempenhavam uma "campanha política que, sob o hipócrita e fariseu refúgio de instrução religiosa [era] simplesmente condenável […] contra os princípios do programa do M.F.A. […] "envenenando" as mentes daquelas camadas da população menos esclarecidas"[2912].

No mesmo sentido, Maria de Lourdes Vieira Cardoso criticou o papel dos boletins paroquiais, fazendo referência ao "Sino de Santa Maria", qualificado como um boletim anticomunista e considerando que já seria tempo de "substituir o seu badalar reaccionário e tendencioso por um replicar democrático e esclarecedor"[2913].

A nível político-partidário, houve opiniões sobre o comportamento da Diocese, como sucedeu com o MDM que apelou a que a nova orientação da

[2909] *JM*, 21 de Setembro de 1975, ""É com bastante apreensão que estamos a ver, entre nós, a revolução pedagógica do ensino ignorar a Deus, com a pretensão de se atender ao homem" – afirmou o Bispo do Funchal, D. Francisco Santana, numa mensagem dirigida ao clero", pp. 1 e 4.

[2910] *JM*, 25 de Novembro de 1975, "Quanto mais falam dos trabalhadores e camponeses, menos os respeitam" , pp. 1 e 3.

[2911] *DM*,18 de Maio de 1974, "Carta enviada à Junta de Salvação Nacional", p. 23.

[2912] *DN*, 13 de Dezembro de 1974, "Os boletins paroquiais e a propaganda politica", p. 3.

[2913] *DN*, 25 de Dezembro de 1974, "A palavra do leitor – Boletins paroquiais, o "Sino de Santa Maria"", p. 22.

hierarquia diocesana permitisse que os católicos madeirenses se pudessem "livremente determinar"[2914].

Por sua vez, a UPM denunciou a "vergonhosa propaganda" de sacerdotes, com a "sombra parda do bispo do Funchal", através de movimentos cristãos e de boletins paroquiais "anti-democráticos, anti-socialistas e anti-comunistas"[2915].

O PCP teve uma relação difícil, a nível religioso, desde logo condenando a homilia do cónego Franco, na igreja de Machico, na missa dominical de 22 de Setembro de 1974, na qual, segundo este partido, teria afirmado que "os comunistas pretendiam instaurar o terror, cortando as cabeças das pessoas com a foice e utilizando o martelo para pregar as tábuas dos caixões dessas vítimas", quando a foice, apenas, representava os camponeses e o martelo os operários[2916].

Esta estrutura partidária considerou este discurso como reaccionário, conhecendo as pessoas os "interesses fascistas defendidos pelo cónego Franco", tendo apelado às "massas populares" e aos "agrupamentos democráticos (P.S. e F.P.D.M.)" que estivessem "vigilantes" e denunciassem as "manobras dos reaccionários, inimigos do povo".

O cónego Franco respondeu ao PCP, declarando que não aceitava ser chamado "fascista", porque durante muitos anos foi perseguido pela ex-PIDE, com processo instruído na delegação do Funchal, e o seu único partido era o de Cristo, considerando "calunioso" o comunicado do PCP, que interpretava mal as suas palavras na missa, tendo aproveitado para saudar o "25 de Abril", as FA e o derrube do anterior regime político[2917].

Igualmente, a Comissão Concelhia do Funchal do PCP denunciava o "concubinato entre os padres reaccionários e as autoridades fascistas", em campanhas contra os comunistas e o MFA[2918].

[2914] *DN*, 18 de Maio de 1974, "Movimento Democrático da Madeira", p. 3; *JM*, 18 de Maio de 1974, "Movimento Democrático da Madeira", p. 2.

[2915] *DN*, 25 de Outubro de 1974, "Comunicado do U.P.M. – Não morder o anzol fascista", p. 5.

[2916] *DN*, 27 de Setembro de 1974, "Partido Comunista Português – Comunicado n.º 4, Os reaccionários desmascararam-se", p. 4.

[2917] *DN*, 29 de Setembro de 1974, "Lamentação ao comunicado n.º 4 do Partido Comunista Português", p. 3.

[2918] *DN*, 13 de Setembro de 1974, "Partido Comunista Português (Comissão Concelhia) – Comunicado n.º 2, Façamos frente à reacção", p. 3; *JM*, 13 de Setembro de 1974, "Comunicado da Comissão Concelhia do Funchal do P.C.P.", p. 2.

O PCP tomou posição pública sobre a religião, primando pela liberdade religiosa e respeito pelas crenças, sabendo distinguir do passado as atitudes do alto clero a favor do regime de Salazar e Caetano e as de outros sacerdotes e bispos contra o sistema em vigor, como o bispo do Porto, que fora exilado pelas hostes salazaristas[2919].

Acrescentava o PCP que o catolicismo era "uma religião, não […] uma corrente política", exigindo aos padres que não fizessem uso "da Igreja e da ignorância de grandes camadas da população para fazerem política reaccionária e atentatória do programa do Movimento das Forças Armadas e da ordem democrática"[2920].

Em Março de 1975, o PCP-Madeira escreveu uma carta aberta ao bispo do Funchal, rebatendo a frase atribuída a este, numa reunião com paroquianos da Ponta do Sol, neste mesmo dia, segundo a qual "podia garantir haver padres na Madeira que recebiam subsídios do Partido Comunista Português", e se Francisco Santana não desmentisse tal afirmação, o PCP tomaria as medidas que entendesse[2921].

Reagiu o prelado, desmentindo o PCP, pois esteve na Lombada, e não na paróquia da Ponta do Sol, e que não tinha feito tal declaração, referindo não ter falado dos padres da Madeira, nem do PCP[2922].

Outra polémica suscitaram as conclusões da Assembleia Plenária do Episcopado Português (decorrida entre 8 e 12 de Abril de 1975, em Fátima), alertando os católicos para – na eleição da AC, em 25 de Abril de 1975 – não se absterem, nem votarem em branco, devendo rejeitar os partidos "incompatíveis com a concepção cristã do homem e da sua vida em sociedade"[2923], ideia que mereceu o apoio do director do *JM*, Alberto João Jardim[2924].

[2919] *DN*, 29 de Novembro de 1974, "Comunicados – Do Partido Comunista Português, da Comissão Concelhia do Funchal, O P.C.P. e a religião", p. 6.
[2920] *DN*, 29 de Novembro de 1974, "Comunicados – Do Partido Comunista Português, da Comissão Concelhia do Funchal, O P.C.P. e a religião", p. 6.
[2921] *DN*, 15 de Março de 1975, "Comunicados – Do PCP, Carta aberta ao sr. Bispo Francisco Santana", p. 6.
[2922] *DN*, 19 de Março de 1975, "Diocese do Funchal, Gabinete de Informação – Ao povo cristão da Madeira", p. 8.
[2923] *JM*, 15 de Abril de 1975, "Ninguém deve abster-se de votar. Ninguém deveria votar em branco – dizem os bispos reunidos em Fátima, no seu comunicado", pp. 1 e 10.
[2924] *JM*, 18 de Abril de 1975, "Tribuna Livre", pp. 1 e 7.

Também, Francisco Santana, em 22 de Abril de 1975 – na sequência das referidas conclusões do Episcopado Português – fez um apelo ao voto no dia 25 de Abril, sendo este um "gravíssimo dever de todo o cristão", não se devendo abster ou votar em branco, e embora o bispo não indicasse qualquer partido a votar, porque a Igreja não tinha partido, "mas, em consciência dev[ia]-se escolher […] o partido político que defend[esse] […] o respeito pela Religião, pela Família […] e não partidos que aponta[va]m para os caminhos do ódio e da violência e da aventura utópica"[2925].

Perante estas declarações, a Comissão Dinamizadora Regional do MFA veio a público esclarecer que votar em branco ou anular o voto "não [era] crime, nem traição"[2926].

Na passagem do 1.º aniversário da ordenação, em Lisboa, de Francisco Santana como bispo do Funchal, ocorrida em 21 de Abril de 1974 (embora só fizesse a entrada na Sé do Funchal, em 12 de Maio de 1974), o *JM* saudava o prelado e referia a sua "tranquilidade de espírito e oportunismo que lhe [eram] peculiares, unidos a uma grande experiência pessoal, coragem, intrepidez e espírito de Fé, não recua[va], sobretudo, quando esta[vam] em jogo os Sagrados Direitos de Deus e da Igreja"[2927].

Da análise desta temática, constatamos, resumidamente, que a chegada de Francisco Santana à Madeira, logo depois do "25 de Abril", concedeu à Diocese madeirense um papel preponderante no contexto sociopolítico da época. O seu papel foi fundamentalmente de travão do processo revolucionário então empreendido no arquipélago, evitando grandes mutações na estrutura e na doutrina católicas.

Neste âmbito, o novo bispo encabeçou um conjunto de acções de defesa da sua instituição, como a manutenção do *JM* como seu mensageiro, fazendo com que o mesmo não seguisse uma linha revolucionária – nomeando para o efeito, Alberto João Jardim – e a tentativa de rejeição do uso do Seminário Menor do Funchal para espaço de ensino, embora fosse vencido na sua pretensão.

[2925] *JM*, 22 de Abril de 1975, "Nota pastoral", p. 1.
[2926] *JM*, 23 de Abril de 1975, "Programa de Dinamização Cultural, Comissão Dinamizadora Regional da Madeira – Esclarecimento", p. 3.
[2927] *JM*, 20 de Abril de 1975, "Um ano ao serviço do Povo de Deus da Diocese do Funchal", p. 1.

Também, Francisco Santana liderou a oposição a novas ideias, no interior da Igreja, quer de padres, como Agostinho Jardim Gonçalves e Martins Júnior, quer de paróquias, como a Ribeira Seca, originando a “independência” desta última e ainda procurou influenciar a população nas eleições da AC, em 1975.

9. Comunicação social

A presente tese teve como fonte principal a imprensa madeirense da época do "25 de Abril". Embora seja um recurso parcial e incompleto, ela reflecte, de modo expressivo, o período revolucionário em análise.

A propósito, releve-se a importância e o papel da comunicação social, designadamente nesta fase política, pois a mesma encontrou o seu espaço natural, ou, como diz José Augusto dos Santos Alves, "a ideia de liberdade é conata da ideia de informação"[2928], porquanto a liberdade de imprensa é "nuclear […] pedra angular da mudança […] motor de transformação que vai directamente ao cerne da liberdade, fundamento de toda a autonomia e progresso"[2929].

"A imprensa ocupa o "epicentro" do acontecimento"[2930], pelo que permite "trazer a lume a pluralidade das questões da quotidianidade política e social"[2931].

De igual maneira, a imprensa desempenha uma "função primordial, que é a informação, a formação e o debate"[2932], proporcionado, por consequência, a opinião pública, que constitui o "espelho onde a sociedade se olha, daí recebendo reflexos dos acontecimentos e das situações que se projectam no espírito e no julgamento dos homens", sendo a mesma um "factor de pressão política, económica e social" [2933].

Por outro lado, numa perspectiva de futuro, "o periódico […] acaba por marcar todo um desejo de nova forma de vida"[2934], e "livre, a imprensa já não se limita a registar os factos", na medida em que "o periódico promove a dialéctica das trocas, contribui para o desenvolvimento intelectual, tende para o futuro"[2935].

[2928] ALVES, 2015, *A Opinião Pública em Portugal: Da Praça Pública à Revolução (1780.1820),* p. 51.
[2929] ALVES, 2005b, *O Poder da Comunicação,* p. 105. .
[2930] ALVES, 2005b, p. 113.
[2931] ALVES, 2015, p. 23.
[2932] ALVES, 2005b, p. 76.
[2933] ALVES, 2005b, p. 106.
[2934] ALVES, 2015, p. 49.
[2935] ALVES, 2005b, p. 45.

Por todas estas considerações, o periódico apresenta-se como "fonte histórica e instrumento histórico de trabalho"[2936], pois a imprensa "reflecte naturalmente a intensidade do clima revolucionário"[2937].

Recorrendo a estas linhas de pensamento de José Augusto dos Santos Alves, podemos analisar a acção da comunicação social madeirense, na época do "25 de Abril".

Com a queda do regime do "Estado Novo", a abolição da censura e do exame prévio, a extinção da DGS e a proclamação da liberdade de pensamento, expressão, reunião e associação, logo após o "25 de Abril", surgiram diversas mudanças na comunicação social da Madeira.

Para tal, a nível local, contribuíram o destaque que o delegado da JSN, Carlos de Azeredo, fez quanto ao papel fundamental da imprensa para o esclarecimento da população[2938] e a decisão do GI-JSN, em 1 de Maio de 1974, de disponibilizar, a todas correntes de opinião, os órgãos públicos de informação na Madeira (*EN* e a *RTP*)[2939].

Nos primeiros dias, os meios de comunicação social do arquipélago não exprimiram uma adesão imediata à nova realidade política – conforme já fora explicado – considerando Vicente Jorge Silva que se sentia alguma passividade da parte dos jornais madeirenses[2940], os quais, no primeiro mês de democracia, na opinião de José Maria da Silva, exprimiram "o mesmo culto do poder, a incidência no mesmo noticiário "paternalista", a mesma carência de uma doutrinação adequada e variada que lev[asse] à formação livre de sólidas correntes de opinião"[2941].

Mas aos poucos, foram sendo introduzidas várias transformações, em diversas áreas da informação. Luís Jardim, em Maio de 1974 – testemunhando a importância gradual da comunicação social – referia que havia menos movimento, nos cafés da cidade do Funchal, comparativamente ao que

[2936] ALVES, 2005b, p. 149.
[2937] ALVES, 2005b, p. 55.
[2938] *DN*, 4 de Maio de 1974, "No Governo Militar da Madeira o Comandante Militar teve ontem a sua primeira reunião com os representantes dos órgãos de informação locais", pp. 1, 3 e 7.
[2939] *DM*, 4 de Maio de 1974, "Esclarecimento acerca da utilização dos órgãos de informação na Madeira", p. 3; *DN*, 3 de Maio de 1974, "Esclarecimento acerca da utilização dos órgãos de informação na Madeira", p. 3; *JM*, 3 de Maio de 1974, "Esclarecimento acerca da utilização dos órgãos de informação na Madeira", p. 1.
[2940] *DN*, 19 de Maio de 1974, "O momento político – Vicente Jorge Silva", pp. 1 e 5.
[2941] *DN*, 29 de Maio de 1974, "O momento político – Depoimento do Dr. José Maria da Silva", pp. 1, 4 e 7.

acontecia nas três semanas anteriores. Considerava que, nesta fase, as pessoas optavam por estar em casa a acompanhar as notícias da rádio e da televisão e, também, já existiam encontros de pessoas, facto que não seria possível, antigamente, pois duas pessoas já seriam uma multidão e tinham ordens para dispersarem. Então, escrevia: "A vida modificou-se e, com ela, os hábitos das pessoas"[2942].

Evitando repetir as posições tomadas pelos periódicos madeirenses, e já plasmadas nos outros capítulos, neste espaço avaliaremos as alterações operadas nos *media* regionais, designadamente, no estatuto editorial, nas linhas orientadoras, no campo directivo e redactorial, nos projectos jornalísticos, nas rubricas informativas e de opinião e na apreciação das suas posturas relativamente a acontecimentos, governantes, pessoas, movimentos e partidos políticos nacionais e regionais.

Metodologicamente, abordaremos, em primeiro lugar, as mudanças ocorridas nos sete jornais do período em questão e, depois, nos emissores regionais da *RTP* e das três rádios, então existentes.

9.1. *Diário de Notícias*

No dia 25 de Abril, dirigia este matutino Alberto Henriques de Araújo[2943], que exercia o cargo já há 43 anos. Em 11 de Maio de 1974, ocorreu a sua substituição por livre vontade, passando a assumir a função, interinamente, Armindo Abreu. O exonerado argumentou a idade e falta de saúde para não continuar, perante as tarefas de maior intensidade, exigidas pela mudança político-social do país, evocando, no entanto, que o programa da JSN devia merecer o apoio de todos os portugueses. O *DN* manifestou interesse em nortear-se pela independência na informação e análise dos problemas regionais e nacionais[2944].

[2942] *DN*, 18 de Maio de 1974, "Esta nossa cidade, Crónicas de hoje – Menos movimento nos cafés", Luís Jardim, p. 3

[2943] Ver anexo.

[2944] *DN*, 11 de Maio de 1974, "Comunicado da Empresa do "*Diário de Notícias*", Lda.", p. 1; *DN*, 11 de Maio de 1974, "Director do "*Diário de Notícias*"", p. 1; *DN*, 11 de Maio de 1974, "Editorial", p. 1; *EF*, 13 de Maio de 1974, "Armindo Abreu", pp. 8 e 12; *JM*, 11 de Maio de 1974, "Comunicado da Empresa do "*Diário de Notícias*", Lda.", p. 3; *JM*, 11 de Maio de 1974,

A propósito desta mudança directiva, o *CF* registou como "positivo no panorama da imprensa local o novo rumo" que estava a ser seguido pelo mencionado diário, a partir da liderança daquele novo director interino, reconhecimento feito "independentemente das divergências de orientação entre os dois jornais"[2945].

Referia ainda este semanário que esse desejo de independência da nova orientação estava expresso na divulgação da reportagem sobre a greve na Portex – assinalando-se que esta empresa era propriedade do grupo Blandy, o mesmo que detinha o *DN* – e tal constituía uma posição de isenção, honestidade e até coragem, merecendo o matutino, da parte do *jornal cor-de-rosa*, a sua "mais firme solidariedade"[2946].

Relativamente à mesma alteração, também o *EF* desejou as maiores venturas ao novo director, reconhecendo-lhe a sua dedicação e mérito, bem como exprimiu prosperidades ao matutino[2947].

Depois, em 8 de Junho de 1974, o *DN* informou que, a partir do dia 11 desse mês, o seu novo director seria Paquete de Oliveira, passando a substituir Armindo Abreu, que vinha exercendo, interinamente, o referido cargo. Entretanto, este jornalista, a partir desta data, passava a director-adjunto, acumulando com a função de chefe de redacção[2948].

A propósito desta nomeação de Paquete de Oliveira, a *VM* prestou "homenagem à sua sinceridade e ao valor do seu apostolado cristão junto da juventude", apesar de referir que isso não significava que estivesse "de total acordo no plano das ideias e da actuação"[2949].

Também o *CF* considerou que esta nomeação era um "acontecimento indiscutivelmente positivo no panorama da imprensa local" e uma das "felizes consequências da mudança de rumo registada na orientação" do referido diário,

---

"Director do "*Diário de Notícias*"", p. 3; *JM*, 13 de Maio de 1974, "Director Interino do "*Diário de Notícias*", Lda.", p. 3;.

[2945] *CF*, 30 de Maio de 1974, edição regional, "O novo "*Diário de Notícias*"", p. 2.

[2946] *CF*, 30 de Maio de 1974, edição regional, "O novo "*Diário de Notícias*"", p. 2.

[2947] *EF*, 13 de Maio de 1974, "Armindo Abreu", pp. 8 e 12.

[2948] *DM*, 15 de Junho de 1974, "Pe. Dr. J. M. Paquete de Oliveira", p. 1; *DN*, 8 de Junho de 1974, "Direcção do "*Diário de Notícias*"", p. 1; *JM*, 9 de Junho de 1974, "Nova direcção do "*Diário de Notícias*"", p. 1.

[2949] *VM*, 12 de Junho de 1974, "*Diário de Notícias* – Novo director", p. 1.

que assim deixava de ser um "porta-voz do imobilismo e da subserviência perante o regime fascista", conhecendo agora uma "nova vida"[2950].

Em 12 de Junho de 1974 – data em que o nome de Paquete de Oliveira surgiu no cabeçalho deste jornal, como director – o conselho de redacção do *DN* declarou que este órgão de imprensa "quis, deliberadamente, entrar neste "processo revolucionário"", escolhendo uma "nova caminhada, por via democrática", indo até "à vitória da revolução, consolidada na vitória de todo o povo português"[2951].

Este pensamento que dava continuidade à primeira remodelação do *DN*, ocorrida em 11 de Maio de 1974 – em que Armindo Abreu substituiu, interinamente, o seu director, Alberto Henriques de Araújo – já tinha sido claro, quando explicitara que iria assegurar *"*a maior independência na informação e na análise dos problemas" da Madeira e do país, mantendo-se atento, numa "fiel interpretação do programa estabelecido pelo Movimento das Forças Armadas"[2952].

Tal ideal foi reforçado, na edição de 12 de Junho do *DN*, em prol de uma imprensa pluralista, de boa relação com o público, sendo, daí em diante, os artigos de opinião assinados pelos seus autores (director, jornalistas, colaboradores), assumindo, assim, a sua responsabilidade, em ordem a "implementar um verdadeiro jornalismo democrático […] ao serviço do povo, na consumação do "processo revolucionário", iniciado na madrugada de 25 de Abril de 1974"[2953].

Por seu turno, Paquete de Oliveira referiu que, naquele momento político, não era fácil ser jornalista num órgão "independente", garantindo entrar nesta missão directiva do matutino em questão, para participar na transformação da sociedade, na luta com a arma da informação e reclamou a necessidade de "unir o povo"[2954].

Em Abril de 1975, o Conselho de Redacção e as CT's do *DN* manifestaram, por escrutínio secreto – conforme fora pedido por Paquete de

[2950] *CF*, 13 de Junho de 1974, edição regional, "Vida nova para o "*Diário de Notícias*"", p. 8.
[2951] *DN*, 12 de Junho de 1974, "*Diário de Notícias"*, p. 1.
[2952] *DN*, 12 de Junho de 1974, "*Diário de Notícias"*, p. 1.
[2953] *DN*, 12 de Junho de 1974, "*Diário de Notícias"*, p. 1.
[2954] *DN*, 12 de Junho de 1974, "Aos leitores do *Diário de Notícias"*, p. 3.

Oliveira – o apoio à sua continuação à frente dos destinos do matutino, mesmo acumulando o cargo de vogal da JPM[2955].

Nesta nova fase política, o *DN* inaugurou novas rubricas informativas e de opinião, como a secção "A Palavra do Leitor", a partir de 26 de Maio de 1974[2956] e o espaço intitulado "Ideologias Partidos & Movimentos", desde16 de Junho do mesmo ano[2957].

Também, este matutino promoveu a auscultação dos leitores, através da rubrica "Ouvimos na rua"[2958], bem como surgiu a rubrica "Do colaborador em debate"[2959] e ainda o "Estudo ensaio", para a publicação de artigos sobre temas de investigação científico-cultural[2960].

Houve, ainda, espaço para mesas redondas, como a dedicada à situação da Educação Física, na Madeira[2961], bem como a promoção de um conjunto de entrevistas a personalidades do tecido sociopolítico insular, visando a análise do novo momento político e o enunciar de perspectivas relativamente ao futuro da Madeira e de Portugal[2962].

[2955] *DN*, 18 de Abril de 1975, "*DN* – Comunicado dos trabalhadores", p. 1.

[2956] *DN*, 26 de Maio de 1974, "A palavra do leitor", p. 3.

[2957] *DN*, 16 de Junho de 1974, "Ideologias Partidos & Movimentos", pp. 3-4; *DN*, 28 de Junho de 1974, "Ideologias Partidos & Movimentos – PPD", pp. 3 e 9; *DN*, 3 de Julho de 1974, "Política e informação – Ideologias, partidos e movimentos", p. 3.

[2958] *DN*, 16 de Junho de 1974, "Ouvimos na rua – O governador do Funchal deve ser ou não madeirense?", p. 3; *DN*, 18 de Junho de 1974, "Ouvimos na rua – Como reagiu à greve dos C.T.T.", pp. 2 e 12; *DN*, 20 de Junho de 1974, "Ouvimos na rua – Salário mínimo: concorda ou não?", p. 4; *DN*, 21 de Junho de 1974, "Ouvimos na rua – Autonomia da Madeira: sim ou não?", p. 6; *DN*, 22 de Junho de 1974, "Ouvimos na rua –Divórcio: sim ou não?", p. 3; *DN*, 25 de Junho de 1974, "Ouvimos na rua – Porto franco para a Madeira?", p. 5; *DN*, 28 de Junho de 1974, "Ouvimos na rua – Aumento de tarifas dos transportes colectivos: Sim ou não?", p. 5; *DN*, 29 de Junho de 1974, "Ouvimos na rua – Concorda com o uso da gravata?", p. 3; *DN*, 11 de Julho de 1974, "Ouvimos na rua – Sobre a actual crise governamental", p. 3.

[2959] *DN*, 4 de Julho de 1974, "Do colaborador em debate", p. 3; *DN*, 7 de Julho de 1974, "Do colaborador em debate", p. 3; *DN*, 12 de Julho de 1974, "Do colaborador em debate", p. 3.

[2960] *DN*, 10 de Julho de 1974, ""Estudo ensaio" – Criatividade na escola e imaginação criadora", p. 3.

[2961] *DN*, 16 de Fevereiro de 1975, "Em debate: Educação Física na Madeira – Mesa redonda conduzida por *DN"*, pp. 8 e 10.

[2962] *DN*, 16 de Maio de 1974, "O momento político – depoimento do dr. Fernando Rebelo", pp. 1 e 3; *DN*, 19 de Maio de 1974, "O momento político – Vicente Jorge Silva", pp. 1 e 5; *DN*, 21 de Maio de 1974, "O momento político – Depoimento do Eng. Fernando Pessoa", pp. 1 e 5; *DN*, 22 de Maio de 1974, "O momento político – Depoimento do Dr. Emanuel Jardim Fernandes", pp. 1 e 5; *DN*, 23 de Maio de 1974, "O momento político – Depoimento do Dr. Rui Nepomuceno", pp. 1 e 5; *DN*, 25 de Maio de 1974, "Na Madeira o ensino é afectado pelos problemas comuns a todas as sociedades e ainda apor muitos outros de carácter económico e social com que o Arquipélago se debate – Uma entrevista com o Prof. Francisco Simões", pp. 1 e 6; *DN*, 26 de Maio de 1974, "O actual momento político poderá ser para a Igreja em Portugal a última oportunidade determinante da sua sobrevivência ou do seu fracasso total – afirmou o Pe. Jardim Gonçalves, assistente internacional do M.M.T.C.", pp. 1 e 4; *DN*, 29 de Maio de 1974, "O momento político – Depoimento do Dr. José Maria da Silva", pp. 1, 4 e 7.

Perante o grande afluxo de documentos chegados à imprensa, sobretudo da parte dos partidos políticos, em Fevereiro de 1975, o *DN* explicou que se fosse para publicar todos os comunicados que tinha recebido, a edição de 15 de Fevereiro desse mês, teria sido totalmente preenchida pelos mesmos, pelo que o matutino estava a "rever a orientação a seguir na publicação de comunicados e que, não sendo um órgão partidário, nenhum partido [lhe poderia] estar a impor textos de pura propaganda dos seus ideários"[2963].

Em Maio de 1975, o *DN* referiu que, "durante este primeiro ano de luta pelas liberdades […] concedeu as maiores facilidades que lhe foram possíveis na publicação de comunicados de partidos e movimentos políticos, sindicatos, grupos de trabalhadores e outras organizações", mas, devido a "altos encargos financeiros e a uma melhor orgânica dos serviços redactoriais e de tipografia", o matutino iria limitar o "critério de facilidades concedidas" e assim, de futuro, reservava o "direito de só publicar, gratuitamente, como o [tinha] feito, aqueles comunicados que julga[sse] de interesse público e comunitário" e, deste modo, os partidos, movimentos políticos e outras organizações que quisessem publicar, na íntegra, os seus textos deveriam fazê-lo na modalidade de publicidade paga[2964].

No processo eleitoral para a AC, cujo sufrágio aconteceu em 25 de Abril de 1975 – cuja campanha decorreu de 2 a 23 desse mês, concorrendo, na Madeira, seis partidos (PCP, MDP, PPD, PS, FEC (M-L) e CDS, cabendo-lhe a eleição de seis deputados[2965] – o *DN*, diariamente, concedeu espaço a todas as candidaturas regionais, com a divulgação de comunicados, discorrendo sobre os mais variados assuntos, cumprindo o disposto no D.L. n.º 85-D/75, de 26 de Fevereiro (Regulamentação da propaganda eleitoral através da imprensa)[2966].

Na avaliação deste órgão de informação, por parte de outras entidades, registe-se a violenta crítica produzida no *DM*, em Março de 1975, apelidando o *DN* como "o jornal mais reaccionário do Arquipélago" e questionando quando

[2963] *DN*, 15 de Fevereiro de 1975, "*DN* Comunicados", p. 1.
[2964] *DN*, 11 de Maio de 1975, *DN*, p. 3; *DN*, 25 de Julho de 1975, *DN*, p. 8.
[2965] *DN*, 2 de Abril de 1975, "Começa hoje em Portugal a campanha eleitoral livre – Doze partidos políticos iniciam os seus programas", p. 1; *DN*, 18 de Abril de 1975, "Círculo eleitoral do Funchal", p. 8.
[2966] *DN*, 2 de Abril de 1975, "Comunicados", pp. 4 e 6; *DN*, 2 de Abril de 1975, "*DN* e a campanha eleitoral", p. 4; *DN*, 23 de Abril de 1975, "Comunicados", pp. 6-7.

seria que o seu proprietário, Adam Blandy, iria distribuir as suas terras ao povo rural e a riqueza que ganhou com os madeirenses, ao longo de 150 anos[2967].

O mesmo semanário, em Agosto de 1975, acusou o *DN* de "não te[r] opinião própria", sendo como a "cortiça na água", porquanto "flutua[va] em todas as situações e em todos os regimes com medo de ir ao fundo" e como tal, entendia que, na imprensa portuguesa, o *DN* era "um caso único, antes e depois do fascismo. Com Censura, Exame Prévio ou Comissão de Análise encontrar[ia] sempre uma saída para a sua sobrevivência"[2968].

No que concerne à participação dos trabalhadores do *DN*, destacamos que os mesmos aprovaram o seu estatuto editorial, do qual constavam, entre outros aspectos, ser um órgão de informação livre, defendendo o pluralismo de opinião[2969].

Os profissionais de todas as secções deste jornal aderiram ao Dia de Trabalho Nacional, no domingo, 6 de Outubro de 1974, doando o seu salário, no valor global de 6988$50, aos mutilados da guerra colonial[2970].

Quando os jornalistas portugueses decidiram boicotar a lei do CR que proibia a divulgação de notícias de carácter militar, nomeadamente das posições tomadas por militares[2971], os trabalhadores do *DN*, em Setembro de 1975, decidiram aderir à luta contra a nova regulamentação, a "Lei da censura militar", a exemplo do que se passava a nível nacional[2972], acabando este diploma por ser anulado, pelo CR[2973].

Este periódico apresentou a sua opinião relativamente a diversas pessoas e situações surgidas no período em estudo. Para além das que já foram mencionadas noutros capítulos, adicione-se o seu juízo positivo sobre António

---

[2967] *DM*, 1 de Março de 1975, "Giz na parede – Uma pergunta por semana", pp. 1 e 4.
[2968] *DM*, 16 de Agosto de 1975, "Giz na parede – Não vale a pena escrever", pp. 1 e 8.
[2969] *DN*, 29 de Junho de 1975, "*DN* – Estatuto editorial", p. 3.
[2970] *DN*, 5 de Outubro de 1974, "Domingo: Dia de trabalho – "*Diário de Notícias*" corresponderá ao apelo do primeiro-ministro", p. 1; *DN*, 7 de Outubro de 1974, "Os trabalhadores do *"Diário de Notícias"* destinam o seu salário de ontem aos mutilados da guerra colonial", p. 3; *DN*, 8 de Novembro de 1974, "Domingo, Os trabalhadores de "*D.N.*" entregaram 6.988$50 para as vítimas das guerras coloniais", p. 1.
[2971] *DN*,11 de Setembro de 1975, "Jornalistas portugueses decidem não acatar (boicotando-a) a Lei constitucional promulgada pelo Conselho da Revolução que bem proibir a publicação de notícias de carácter militar", pp. 1 e 4.
[2972] *DN*,13 de Setembro de 1975, ""*D.N.*" em plenário decide aderir à luta contra a lei de censura militar", p. 1.
[2973] *DN*, 20 de Setembro de 1975, "Anulada pelo C.R. a lei de censura militar", pp. 1 e 3.

de Spínola, quando este assumiu as funções de PR (15 de Maio de 1974), por nomeação da JSN[2974].

Sobre o carácter do "25 de Abril", Paquete de Oliveira considerou que não fora uma "revolta" do exército português, nem uma "revolução social" ou do povo, porque este "não pegou em armas, não lutou", pois só veio para a rua, quando o primeiro sucesso do MFA foi assegurado, tendo sido um movimento planeado, um "movimento dos jovens oficiais do exército português", o "movimento dos capitães", consciente do "drama africano"[2975].

O novo director do *DN* defendeu que o "25 de Abril" fora uma "revolução de inteligência", porque havia uma elite e um programa inteligentemente preparado, provocando o derrube do anterior regime e trazido o povo para a rua, mencionando, ainda, uma característica que distinguia este movimento: os jovens oficiais não ficaram com o poder, entregaram-no, primeiro à JSN e depois ao GP, cabendo ao exército a vigilância da Revolução; nasceu a liberdade política, de reunião e associação, sindical, de expressão e pensamento, cabendo a todos, e não apenas aos militares, aquela vigilância[2976].

9.2. *Jornal da Madeira*

No dia 25 de Abril de 1974, o *JM*, propriedade da Diocese do Funchal, tinha como director interino Abel Augusto da Silva, sacerdote, cargo que exercia desde 1 de Janeiro de1974, quando D. Maurílio Jorge Quintal de Gouveia, que dirigia o jornal, abandonou estas funções[2977].

Face à circunstância de pertencer à Diocese funchalense, o *JM* continuou a ser o seu porta-voz, informando, com regularidade, a agenda oficial do bispo (deslocações, visitas e reuniões)[2978].

[2974] *DN*, 15 de Maio de 1974, "O General António de Spínola assume hoje as funções de Presidente da República Portuguesa – Editorial", p. 1.
[2975] *DN*, 12 de Junho de 1974, "Aos leitores do *Diário de Notícias*", p. 3.
[2976] *DN*, 12 de Junho de 1974, "Aos leitores do *Diário de Notícias*", p. 3.
[2977] *DN*, 29 de Outubro de 1974, "Novo director do *"Jornal da Madeira*"", p. 1; *JM*, 1 de Janeiro de 1974, "Pe. Dr. Abel Augusto da Silva, no director interino do "*Jornal da Madeira*"", p. 1*; JM.* Funchal, 29 de Outubro de 1974, "Comunicado", p. 1.
[2978] *JM*, 15 de Maio de 1974, "Bispo do Funchal", p. 12; *JM*, 17 de Maio de 1974, "Convívio juvenil na Escola Salesiana", p. 11*; JM*, 19 de Maio de 1974, "Convívio de jovens na Escola Salesiana de Artes e Ofícios", pp. 1 e 7; *JM*, 19 de Maio de 1974, "Bispo do Funchal", p. 3; *JM*, 20 de

Logo após o “25 de Abril”, e coincidindo com a chegada de Francisco Santana, houve um confronto entre um grupo de 16 sacerdotes madeirenses[2979] e a direcção do *JM*, por aquele, no dia 8 de Maio de 1974, contestar a orientação do matutino da Diocese, exigindo a sua consonância com a nova situação nacional e o novo tempo político, bem como a abertura do periódico a todos os católicos[2980].

Reagindo a esta posição, surgiu uma resposta do pessoal deste matutino, referindo que, entre os signatários, estava um “antigo Chefe de Redacção [do mencionado jornal] em período de vigência do Governo do Prof. Oliveira Salazar” – alusão a Paquete de Oliveira – facto que dispensava “entrar em considerandos de ter ideológico”[2981].

Declarava-se, ainda, que não permitiriam ingerências do exterior, que não fossem aceites pelo bispo, Francisco Santana, bem como estavam em união e lealdade com o director interino, Abel Augusto da Silva. Também, os trabalhadores saudaram a JSN, identificando-se com o seu programa, mas recusavam pactuar com qualquer grupo político e asseguravam continuar o seu trabalho “dentro da melhor ordem, civismo e responsabilidade”[2982].

O grupo de sacerdotes condenou a recusa do matutino em publicar o comunicado inicial dos 16 sacerdotes, bem como rejeitou, a acusação de que

---

Maio de 1974, “Bispo do Funchal”, p. 3; *JM*, 27 de Maio de 1974, “Actividade episcopal do Bispo do Funchal”, p. 3; *JM*, 1 de Junho de 1974, “Actividade Episcopal”, p. 3; *JM*, 9 de Junho de 1974, “Actividade Episcopal”, p. 3; *JM*, 16 de Junho de 1974, “Actividade Episcopal”, p. 3; *JM*, 23 de Junho de 1974, “Actividade Episcopal”, p. 3.

[2979] Os padres subscritores foram Manuel Marques Luís, José Maria Araújo, José Vieira Pereira, João Rufino Silva, José Martins Júnior, Tomé Célio Sumares, José Manuel Paquete de Oliveira, Francisco Sidónio Figueira, Mário Tavares Figueira, Gabriel Lino Cabral, Emanuel Eleutério Ornelas, Silvério Aníbal de Matos, João Ferreira, Rafael Maria Andrade, João da Cruz Nunes e Gabriel Arcanjo de Sá.

[2980] *DN*, 8 de Maio de 1974, “Reunião de um grupo de sacerdotes”, p. 3; *DN*, 10 de Maio de 1974, “Esclarecimento”, p. 3.

[2981] O comunicado foi assinado pelo seu chefe de redacção, António Jorge Calisto de Andrade. *DM*,11 de Maio de 1974, “Ventos ilhéus – O momento político – Declaração dos trabalhadores do “*Jornal da Madeira*””, p. 3; *DN*, 9 de Maio de 1974, “Declaração dos trabalhadores do “*Jornal da Madeira*””, p. 3; *EF*, 13 de Maio de 1974, “Declaração dos trabalhadores do *Jornal da Madeira*”, p. 12; *JM*, 9 de Maio de 1974, “Declaração dos trabalhadores do “*Jornal da Madeira*””, p. 1*; RNN*, 10 de Maio de 1974, “Declaração dos trabalhadores do “*Jornal da Madeira*””, p. 4.

[2982] *DM*,11 de Maio de 1974, “Ventos ilhéus – O momento político – Declaração dos trabalhadores do “*Jornal da Madeira*””, p. 3; *DN*, 9 de Maio de 1974, “Declaração dos trabalhadores do “*Jornal da Madeira*””, p. 3; *EF*, 13 de Maio de 1974, “Declaração dos trabalhadores do *Jornal da Madeira”*, p. 12; *JM*, 9 de Maio de 1974, “Declaração dos trabalhadores do “*Jornal da Madeira*””, p. 1*; RNN*, 10 de Maio de 1974, “Declaração dos trabalhadores do “*Jornal da Madeira*””, p. 4.

alguns colegas padres tivessem colaborado com o regime anterior, invocando os defensores que chegaram a ser perseguidos pela PIDE/DGS[2983].

Acentuou este conjunto de padres que era leal ao bispo, mas não subserviente e por isso tinha opinião crítica, considerando que o periódico devia estar aberto a todos os católicos[2984].

Paquete de Oliveira – subscritor do comunicado dos 16 sacerdotes, e principal alvo da censura do jornal da Diocese – reagiu, pessoalmente, e de forma solidária com os seus colegas, rejeitando a sua colaboração ideológica com o regime de Salazar, enquanto redactor e depois chefe de redação do *JM,* entre 1960 e 1966, tendo dado, como exemplo, o facto da sua homilia proferida em 1969, na bênção das capas dos setimanistas, ter sido interpretada como um acto subversivo pelo governador civil de então, Braancamp Sobral. Assim, tal atitude foi motivo de queixa ao bispo da época, D. João António da Silva Saraiva, tendo esse discurso sido proibido de publicação, pela censura e, por estas razões, foi "convidado" a sair do país, indo estudar para Roma[2985].

No exercício da sua actividade no *JM,* Paquete de Oliveira teve dois processos, os quais foram arquivados, bem como recebeu cartas intimidatórias da PIDE/DGS, acusando-o de orientação marxista. Foi apelidado de "comunista" por políticos locais e fora vítima da censura[2986].

Reagindo ao esclarecimento-denúncia de Paquete de Oliveira, surgiu uma declaração da autoria dos trabalhadores do *JM*, sublinhando que a não publicação da primeira nota dos 16 sacerdotes contestatários ficou a dever-se à sugestão que lhes foi dada para esperar pela chegada do novo bispo, Francisco Santana (ocorrida em 9 de Maio de 1974), para apresentarem os seus pontos de vista e só depois decidiriam em definitivo[2987].

[2983] Assinaram o documento três sacerdotes, em nome dos dezasseis: João da Cruz Nunes, João Arnaldo Rufino da Silva e Mário Tavares Figueira. *DN*, 10 de Maio de 1974, "Esclarecimento", p. 3; *JM*, 10 de Maio de 1974, "Esclarecimento", p. 4.

[2984] *DN*, 10 de Maio de 1974, "Esclarecimento", p. 3; *JM*, 10 de Maio de 1974, "Esclarecimento", p. 4.

[2985] *DN*, 11 de Maio de 1974, "Em Carta Aberta aos Trabalhadores do "*Jornal da Madeira*" Esclarecimento e Denúncia", p. 3; *JM*, 11 de Maio de 1974, "Esclarecimento e Denúncia", p. 7.

[2986] *DN*, 11 de Maio de 1974, "Em Carta Aberta aos Trabalhadores do "*Jornal da Madeira*" Esclarecimento e Denúncia", p. 3; *JM*, 11 de Maio de 1974, "Esclarecimento e Denúncia", p. 7.

[2987] *JM*, 12 de Maio de 1974, "Declaração a propósito do esclarecimento-denúncia do Rev. Padre Dr. Paquete de Oliveira", p. 4.

Os mesmos trabalhadores do jornal discordaram da apropriação do MFA e do "25 de Abril" pelos padres contestatários, fizeram um "pedido-oferta" a Paquete de Oliveira, para a reconciliação[2988], tendo este grupo rejeitado essa proposta do matutino, pois a hora era de acções e não de palavras[2989].

O principal visado considerou, com o risco de se enganar, que o jornal não teria "grande futuro", pelo que defendia a sua renovação e a prática do pluralismo. Por fim, Paquete de Oliveira prometeu não voltar a responder às declarações dos trabalhadores do *JM*, mas estava disposto a um "encontro franco, frente a frente" com o matutino[2990].

O jornal garantiu que Paquete de Oliveira continuaria a ser um "amigo", colocando um ponto final neste assunto[2991].

Neste conflito, entrou outro órgão de informação, *o CF*, considerando que o jornal da Diocese era "em nada servidora dos interesses do povo madeirense" e também acusou que o comunicado dos padres foi proibido de ser veiculado no *JM*, por "censura interna", tendo a decisão final pertencido a Francisco Santana[2992].

Apesar desta acusação do *CF*, referindo o envolvimento do bispo, não se vislumbrou a sua acção directa e clara nesta polémica, ao contrário do que sucedera no conflito envolvendo o sacerdote Agostinho Jardim Gonçalves, de que já fizemos alusão, no capítulo da Igreja Católica.

Na polémica do grupo de sacerdotes contra a linha do órgão oficial da Diocese, provavelmente, contou o facto de o comunicado dos padres ter sido divulgado, em 8 de Maio de 1974, ou seja, ainda antes da chegada de Francisco Santana, que ocorreu no dia seguinte, e também por uma eventual necessidade de protecção da imagem do prelado, no momento inicial das suas funções.

Nesta fase primeira da Revolução, o *JM* envolveu-se nalgumas iniciativas, das quais destacamos o anúncio, a partir de meados de Maio de 1974, da realização das "Jornadas Político-Sociais - "O verdadeiro sentido da

---

[2988] *JM*, 12 de Maio de 1974, "Declaração a propósito do esclarecimento-denúncia do Rev. Padre Dr. Paquete de Oliveira", p. 4.
[2989] *DN*, 13 de Maio de 1974, "Declaração de um grupo de sacerdotes", p. 5; *JM*, 14 de Maio de 1974, "Declaração", p. 7.
[2990] *JM*, 14 de Maio de 1974, "Aos trabalhadores do "*Jornal da Madeira*"", p. 7.
[2991] *JM*, 14 de Maio de 1974, "Aos trabalhadores do "*Jornal da Madeira*"", p. 7.
[2992] *CF*, 11 de Maio de 1974, edição regional, "O "*Jornal da Madeira*" cúmplice do fascismo", p. 9.

liberdade é responsabilidade e participação"", sob o patrocínio de Francisco Santana[2993]. A verdade é que – consultada a imprensa regional – não foi possível constatar a concretização deste evento.

Em 29 de Outubro de 1974, Alberto João Jardim assumiu o cargo de director do *JM* (até Março de 1978), substituindo o seu director interino, Abel Augusto da Silva, ideia está já avançada no *DN*, em Agosto de 1974[2994].

A escolha de Alberto João Jardim resultou de uma "ampla consulta que se estendeu a todos os sectores de trabalho da Empresa, democraticamente representados no seu Conselho de Gerência, a numerosos Leigos e ao Clero desta diocese", registando cinco votos contrários da parte das pessoas contactadas[2995].

O objectivo era fazer do *JM* "uma efectiva ajuda a quantos, crentes ou não, se empenh[assem] na salvaguarda dos valores de liberdade e responsabilidade que garant[issem] o desenvolvimento integral do homem. Com especial preocupação pelos interesses dos mais simples e humildes"[2996].

No primeiro número como director do *JM*, em 29 de Outubro de 1974, Alberto João Jardim iniciou um novo espaço, designado Tribuna Livre, assinando como A.J. Neste primeiro dia, referiu que o papel deste jornal era não apenas informar, mas também formar, seguindo as linhas de um "cristianismo vivo e autêntico", mas não deveria ser um órgão de imprensa para atirar "ódios pessoais", pois as pessoas "respeitam-se"[2997].

Nesse mesmo dia 29 de Outubro, o bispo do Funchal reafirmou o seu apoio ao novo director do *JM,* indo cumprimentá-lo à sede do periódico[2998]*.*

[2993] *JM*, 15 de Maio de 1974, "Jornadas Político-Sociais – "O verdadeiro sentido da liberdade é responsabilidade e participação"", p. 12; *JM*, 2 de Junho de 1974, "Jornadas Político-Sociais – "O verdadeiro sentido da liberdade é responsabilidade e participação"", p. 12;

[2994] *DN*, 25 de Agosto de 1974, "O dr. Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim convidado para director do *Jornal da Madeira*", p. 1.

[2995] *DN*, 29 de Outubro de 1974, "Novo director do "*Jornal da Madeira*"", p. 1; *JM*, 1 de Janeiro de 1974, "Pe. Dr. Abel Augusto da Silva, no director interino do "*Jornal da Madeira*"", p. 1*; JM.* Funchal, 29 de Outubro de 1974, "Comunicado", p. 1.

[2996] *DN*, 29 de Outubro de 1974, "Novo director do "*Jornal da Madeira*"", p. 1; *JM*, 1 de Janeiro de 1974, "Pe. Dr. Abel Augusto da Silva, no director interino do "*Jornal da Madeira*"", p. 1*; JM*, 29 de Outubro de 1974, "Comunicado", p. 1.

[2997] *JM*, 29 de Outubro de 1974, "Tribuna Livre", pp. 1 e 12.

[2998] *JM*, 29 de Outubro de 1974, "Bispo da Diocese", p. 1.

Também, o corpo redactorial do *JM* declarou a "melhor colaboração e apoio" ao novo director[2999].

Com a nova gerência e num ambiente de liberdade originado pelo "25 de Abril", houve um quadro de iniciativas do *JM*, como reportagens – da autoria de JAG – sobre as condições de trabalho de diversos estratos profissionais, como os estivadores e descarregadores do porto do Funchal[3000], os operários das obras de vimes da Camacha[3001], as bordadeiras de casa[3002] e os baleeiros e pescadores do Caniçal[3003].

Depois, nesta área, pela pena de Filipe Malheiro, este matutino promoveu a publicação de reportagens relacionadas com a realidade laboral e a actividade sindical da Madeira, como a do Sindicato da Indústria Hoteleira[3004], dos cabeleireiros e barbeiros[3005], das artes gráficas[3006], dos carregadores e descarregadores de terra[3007], dos empregados e das operários de bordados da Madeira[3008] e dos profissionais de enfermagem[3009].

No concernente às eleições da AC, em 25 de Abril de 1975, o *JM* definiu algumas regras de comportamento do periódico, designadamente que apenas divulgaria comunicados de partidos concorrentes à eleição, pelo círculo do Funchal, reservando o direito de publicar ou não os de outras "entidades diferentes e não oficiais" e que haveria um tratamento não discriminatório das diversas candidaturas, e não aceitava publicidade paga dos partidos[3010].

A partir de 2 de Abril de 1975 (data de início da campanha eleitoral), na sua primeira página e durante vários números, inseriu diversos apelos ao voto,

---

[2999] *JM*, 29 de Outubro de 1974, "Padre Dr. Abel Augusto da Silva", p. 1; *JM*, 30 de Outubro de 1974, "Conselho de Redacção", p. 1.

[3000] *JM*, 14 de Novembro de 1974, "Descarregadores e estivadores – A força do povo", pp. 1, 10-11.

[3001] *JM*, 17 de Novembro de 1974, "Camacha, dois mil trabalhadores com subsistência ameaçada – crise na obra de vimes", pp. 1, 6-7 e 10.

[3002] *JM*, 6 de Fevereiro de 1975, "Bordadeiras domésticas – Quando serão sindicalizadas?", pp. 1 e 6.

[3003] *JM*, 16 de Março de 1975, "Caniçal: salários de fome para um povo trabalhador", pp. 1, 8-9.

[3004] *JM*, 14 de Fevereiro de 1975, "Sindicatos 1-Indústria Hoteleira", pp. 1, 6-7.

[3005] *JM*, 15 de Fevereiro de 1975, "Sindicatos 2-Barbeiros e cabeleireiros", pp. 1, 6-7.

[3006] *JM*, 19 de Fevereiro de 1975, "Sindicatos 3-Artes Gráficas", pp. 1 e 7.

[3007] *JM*, 21 de Fevereiro de 1975, "Sindicatos 4-Carregadores e Descarregadores de Terra do Porto do Funchal", pp. 1 e 6.

[3008] *JM*, 26 de Fevereiro de 1975, "Sindicatos (5)-Empregados e operárias da indústria de bordados", pp. 1 e 6.

[3009] *JM*, 11 de Março de 1975, "Sindicatos (6)-Profissionais de enfermagem", pp. 1 e 5.

[3010] *JM*, 20 de Março de 1975, ""*Jornal da Madeira*" perante as eleições", p. 2; *JM*, 1 de Abril de 1975, ""*Jornal da Madeira*" perante as eleições", p. 2.

como “É preciso que todos vão votar e que escolham liberdade, justiça e progresso”[3011].

Num balanço do papel do *JM* – e por ocasião do seu 43.º aniversário, em 1 de Maio de 1975 – o matutino considerou que o ano 1974 “foi o mais difícil e o mais belo da História deste diário” e pretendia “continuar como diário católico integrado no […] processo de democratização”[3012].

“Pela primeira vez na história do “*Jornal da Madeira*” um bispo da Diocese tomou parte activa e presidiu a todos os actos comemorativos da efeméride”[3013].

Segundo Francisco Santana, o matutino continuaria pela “defesa da imprensa livre e independente”, pois “não vend[iam] o Jornal a ninguém, não enfeuda[vam] a ideologias nem o prend[iam] a prepotências, tendo de suportar as maiores e mais duras dificuldades”, declarando que os “bens da Diocese e do Bispo esta[vam] totalmente empenhados no Jornal”[3014].

Na Tribuna Livre de 1 de Maio de 1975, Alberto João Jardim defendeu que a imprensa devia “colaborar com o Poder sempre que ele satisf[izesse] os interesses fundamentais do Homem” e também, devia “criticar o Poder quando os seus erros se reflecte[issem] negativamente na luta constante da Pessoa Humana pela sua libertação e dignidade”[3015].

Acrescentou que era “ridículo” e “subdesenvolvimento odiar-se um meio de comunicação social, só porque ele não se submet[ia] ao que alguém t[i]nha como dogma. Essa hostilidade [era] sinónimo de totalitarismo, opressão”. Sublinhou, ainda, que “a Democracia pressu[ponha] uma Imprensa livre e de tonalidades diversas. Aos argumentos, respond[ia]-se com argumentos. Não com ameaças”[3016].

Considerando “grave” a situação financeira do *JM*, em 1974, foi pedida a ajuda dos assinantes e anunciantes, para continuar a “defesa das

---

[3011] *JM*, 2 de Abril de 1975, p. 1; *JM*, 3 de Abril de 1975, p. 1.
[3012] *JM*, 1 de Maio de 1975, ““*Jornal da Madeira*” - mais um ano em frente, ela liberdade!”, p. 1.
[3013] *JM*, 1 de Maio de 1975, ““*Jornal da Madeira*” - o Jornal do Povo continuará a cumprir a sua missão social – afirmou D. Francisco Santana, no aniversário do nosso Jornal”, pp. 1 e 3.
[3014] *JM*, 1 de Maio de 1975, ““*Jornal da Madeira*” - o Jornal do Povo continuará a cumprir a sua missão social – afirmou D. Francisco Santana, no aniversário do nosso Jornal”, pp. 1 e 3.
[3015] *JM*, 1 de Maio de 1975, “Tribuna Livre”, pp. 1 e 12.
[3016] *JM*, 1 de Maio de 1975, “Tribuna Livre”, pp. 1 e 12.

liberdades”[3017]. Nesta perspectiva, realizou-se um peditório regional, em todas as missas das paróquias da Madeira, nos dias 17 e 18 de Maio de 1975, a pedido de Francisco Santana, destinado a apoiar o matutino, de modo a se manter “livre e independente”, tendo este peditório rendido cerca de 482 000 escudos[3018].

Quanto à orientação deste periódico, os seus trabalhadores aprovaram o seu estatuto editorial, do qual constavam, entre outros aspectos, ser um jornal com uma “perspectiva cristã aberta a um são pluralismo ideológico, na fidelidade ao Evangelho e no amor da Verdade […] não esta[ndo] enfeudado a qualquer partido político”, pautando-se pela “defesa dos interesses da população da Madeira e numa luta para que as necessidades do nosso Arquipélago não [fossem] subalternizadas”[3019].

A propósito deste estatuto editorial, Alberto João Jardim, na Tribuna Livre de 8 de Junho de 1975, reforçou: “Não abdicamos dum são regionalismo, defesa do povo da madeirense. Este a razão do nosso existir”[3020].

Os trabalhadores do *JM* manifestaram adesão ao Dia de Trabalho Nacional, no domingo, 6 de Outubro de 1974[3021].

O *JM* tomou posição relativamente a diversos acontecimentos nacionais e regionais, como por exemplo, saudara de imediato, António de Spínola, por ocasião da sua tomada de posse como PR[3022].

Também, pela pena de Alberto João Jardim, o mesmo diário, condenou a tentativa de golpe de Estado do “11 de Março de 1975”, entendendo-a como um “passo de sectores de direita que poderia ter comprometido gravemente o futuro da Democracia” e manifestou-se “solidário” com o MFA, apelando a que todos estivessem “vigilantes” para que fosse mantida a “pureza do processo que […] foi prometido a 25 de Abril”[3023].

[3017] *JM*, 3 de Novembro de 1974, “A situação financeira do “*Jornal da Madeira*” é grave”, p. 3; *JM*, 10 de Novembro de 1974, “*Jornal da Madeira* – Apoios”, p. 12.

[3018] *JM*, 11 de Maio de 1975, “Diocese do Funchal – Nota pastoral”, p. 1; *JM*, 17 de Maio de 1975, “Dia do “*Jornal da Madeira*””, p. 1; *JM*, 18 de Maio de 1975, “Dia do “*Jornal da Madeira*””, p. 1; *JM*, 18 de Maio de 1975, “Conclusão: queremos a continuidade do “*Jornal da Madeira*” livre e independente ao serviço do povo madeirense”, p. 3.

[3019] *JM*, 8 de Junho de 1975, “Estatuto editorial do “*Jornal da Madeira*””, p. 1.

[3020] *JM*, 8 de Junho de 1975, “Tribuna Livre”, pp. 1 e 6.

[3021] *DN*, 3 de Outubro de 1974, “Domingo, Dia de Trabalho – Madeirenses aderem à ideia”, p. 1; *JM*, 4 de Outubro de 1974, “*Jornal da Madeira*”, p. 1.

[3022] *JM*, 15 de Maio de 1974, “O General António de Spínola assume hoje a Presidência da República – Editorial”, p. 1.

[3023] *JM*, 12 de Março de 1975, “Tribuna Livre”, p. 1.

A propósito da eleição da AC, em 25 de Abril de 1975, Alberto João Jardim, reagiu à ideia de "não ser possível realizar eleições na Madeira", questionando se os locais eram "portugueses de segunda" e onde estava a sua falta de preparação política em relação às parcelas continentais, constituindo esta atitude um "vício do passado" e que reflectia as preocupações com os resultados eleitorais da Madeira, por parte de alguns sectores. E pediu: "Só pretendemos que nos deixem construir o nosso futuro"[3024].

A intervenção do *JM*, no decurso deste período revolucionário, sob a direcção de Alberto João Jardim, mereceu um conjunto de críticas e também de apoios da parte de diversos agentes sociais, políticos e jornalísticos.

Por exemplo, a *VM* manifestou a "mais viva solidariedade" com o diário da Diocese, considerando-o como o lugar onde os "católicos madeirenses pod[ia]m ir buscar facilmente às suas páginas, esclarecimento, formação intelectual católica e documentação para estudo"[3025].

Ao invés, o *CF* produziu uma violenta crítica ao órgão da Diocese, entendendo que, "entre toda a imprensa local declaradamente comprometida com o regime fascista derrubado", este fora "o órgão de "informação" a quem se dev[iam] atribuir mais culpas pelo silêncio sobre inúmeros problemas que torna[va]m o dia a dia dos trabalhadores madeirenses simplesmente angustiante"[3026].

Acrescentava que o *JM* teve um "papel de "cúmplice" na manutenção do sistema político que oprimiu durante quase cinco décadas o povo português" e identificava-o com a "defesa das classes dominantes [..] do capital no poder"[3027].

Assim, o *CF* acusou o periódico diocesano de ter estado comprometido com o regime derrubado, apresentando-se, nesta nova fase política, como "vira-casacas", pois proclamava que se vivia uma "situação de "alto momento histórico"", quando alguns dias antes "não se cansava de reservar o maior destaque a notícias relacionadas com a actividade do governo fascista-marcelista e de considerar a situação do país a melhor possível". Por estes

[3024] *JM*, 4 de Fevereiro de 1975, "Tribuna Livre", pp. 1 e 3.
[3025] *VM*, 8 de Maio de 1974, "*Jornal da Madeira"*, p. 1.
[3026] *CF*, 11 de Maio de 1974, edição regional, "O "*Jornal da Madeira*" cúmplice do fascismo", p. 9.
[3027] *CF*, 11 de Maio de 1974, edição regional, "O "*Jornal da Madeira*" cúmplice do fascismo", p. 9.

motivos, o *jornal cor-de-rosa* entendia que era urgente e inadiável a intervenção da JSN neste tipo de questões e que o povo deveria "marginalizar os órgãos de "informação" cúmplices do fascismo" [3028].

O mesmo semanário acusou o *JM* de oportunismo, pois tinha servido a ditadura e, depois do "25 de Abril", "mudou de casaca, trocando o apoio que concedia ao antigo regime fascista, por uma adesão, do mais descarado oportunismo, à Junta de Salvação Nacional"[3029].

A propósito do comportamento do jornal diocesano, no processo de ocupação do Seminário Menor, em 1974, uma comissão de alunos, de encarregados de educação e de professores do ensino secundário do LNF considerou que a entrada de Alberto João Jardim, em 29 de Outubro de 1974, como director, nada mudou a orientação do jornal, que "fez toda a espécie de alianças com o antigo regime fascista deposto", apontando que este director, anteriormente, tinha colaborado na *VM*, dirigido por Agostinho Cardoso da ex-UN-ANP, e ex-deputado da AN[3030].

Por sua vez, o PS condenou a "maneira como se comporta[va] determinada imprensa local que se diz[ia] independente", referindo que o *JM*, com Alberto João Jardim, "se transformou em defensor local do partido liderado por ex-deputados de Marcello Caetano e se dedicou a estabelecer confusões". O PS recordava Alberto João Jardim como "ex-comandante de bandeira da juventude fascista", a MP, e ex-colaborador da *VM*, "órgão de informação fascista e porta-voz da campanha pseudo-eleitoral do regime caetanista"[3031].

Um grupo de 32 profissionais da comunicação social da Madeira alvitrou que Alberto João Jardim dirigia uma campanha contra os meios de comunicação social que lutavam por uma "informação independente, livre e democrática"[3032].

A todas estas acusações, o visado respondeu, conforme expresso no capítulo dos movimentos e partidos políticos.

[3028] *CF*, 11 de Maio de 1974, edição regional, "O "*Jornal da Madeira*" cúmplice do fascismo", p. 9.

[3029] *CF*, 18 de Maio de 1974, edição regional, "A propósito de um esclarecimento do Gabinete de Informação", p. 12; *CF*, 18 de Maio de 1974, edição regional, "O bispo é um homem nu", pp. 3-4.

[3030] *JM*, 1 de Novembro de 1974, "Ainda o caso do Seminário", pp. 1 e 7.

[3031] *DN*, 22 de Fevereiro de 1975, "Comunicados – Do Partido Socialista", p. 9.

[3032] *DN*, 16 de Fevereiro de 1975, "Comunicados – De trabalhadores dos meios de comunicação social da Madeira ao comité central e secretariado do Partido Popular Democrático", p. 2; *JM*, 16 de Fevereiro de 1975, "Vida política – Ao comité central e secretariado geral do Partido Popular Democrático", p. 2.

Também, a FPDM, solidarizou-se com os "camaradas da informação que [denunciavam] os redutos reaccionários e fascistas instalados nos órgãos de comunicação social", como o *JM,* a par do *DM*, do *RNN*, do *PEF* e dos boletins paroquiais[3033].

Por outro lado, o PCP escreveu uma carta ao *JM*, publicada em 9 de Julho de 1975, na qual criticou o periódico por ter publicado uma entrevista de Álvaro Cunhal a Oriana Fallaci, na edição de 6 de Julho de 1975, considerando que este matutino estava "inserido na orquestração contra-revolucionária", numa escalada que o "pasquim" vinha desenvolvendo, recorrendo a "difamações", "calúnias" e "falsificações"[3034].

O matutino respondeu, declarando que era insultuoso chamar-lhe "pasquim", tanto mais que o PCP lhe enviava comunicados, colaborando assim na "pasquinice" ou então seria "oportunismo", sendo um diário por um "Portugal democrático, socializado, pluralista, livre" e por isso não era "contra-revolucionário"[3035].

Em Agosto de 1975, contrariando esta tendência de crítica – a propósito da liberdade de imprensa na Madeira – o *DM* considerou que "apenas um jornalista [era] digno do nosso registo: O dr. Alberto João Jardim na sua "Tribuna Livre" no "*Jornal da Madeira*""[3036].

Num balanço retrospectivo do papel do *JM,* Alberto João Jardim, muito recentemente, reafirmou a função claramente política do matutino, recordando que o bispo do Funchal, Francisco Santana – um "homem extraordinário" – aquando da sua nomeação para director do mesmo, logo lhe pediu: "Dr. Alberto João, nada de beatices, nada de missinhas, nada de novenas; política de cima para baixo que esta malta tem de perceber o que se passa"[3037].

[3033] *DN*, 25 de Fevereiro de 1975, "Comunicados – Da Frente Popular Democrática da Madeira", p. 2.

[3034] Nesta entrevista, entre outros aspectos, Álvaro Cunhal, rejeitara as liberdades democráticas, não aceitava o "jogo das eleições" e a opção portuguesa estaria entre o facismo e a ditadura do proletariado. *JM*, 6 de Julho de 1975, "Do "Jornal do Caso República" de 27: "É absolutamente certo que aprovei e apoiei a intervenção soviética na Checoslováquia", declarou Álvaro Cunhal em entrevista concedida à jornalista Oriana Fallaci, pp. 1, 2 e 4; *JM*, 9 de Julho de 1975, "Carta do Partido Comunista Português a "*Jornal da Madeira*"", pp. 1 e 6.

[3035] *JM*, 9 de Julho de 1975, "Carta do Partido Comunista Português a "*Jornal da Madeira*"", pp. 1 e 6.

[3036] *DM*, 16 de Agosto de 1975, "Giz na parede – Não vale a pena escrever", pp. 1 e 8.

[3037] FERREIRA, 2022, *Primeira Pessoa: Alberto João Jardim*.

9.3. *Comércio do Funchal*

No dia 25 de Abril de 1974, foi publicado o n.º 2247 do *CF*, edição nacional e semanal (de 25 de Abril a 1 de Maio de 1974), ainda sob o visto da censura[3038].

Nesta altura, o semanário era dirigido por João Carlos Eiras da Veiga Pestana, tendo sido substituído por Vicente Jorge Silva, em Junho do mesmo ano, apresentando o renunciante como razões do seu acto os "frequentes e longos períodos de ausência da Madeira" que a sua vida profissional obrigava, impedindo o regular acompanhamento da vida do jornal[3039].

Este facto mereceu do *DN*, o reconhecimento – apesar das divergências entre estes órgãos de informação – de que o *CF* era um dos semanários "mais bem feitos no país e que Vicente Jorge Silva [tinha] valor indiscutível adentro do jornalismo português", augurando-lhe "bom trabalho"[3040].

Por sua vez, apesar de defender "posições bem diversas" do *jornal cor-de-rosa*, a *VM* desejava a sua "continuidade e uma vida assente em rumos coerentes e responsáveis"[3041].

Invocando "o orgulho de ter sido o único jornal madeirense verdadeiramente perseguido pela repressão do fascismo […] que nunca pactuou com o regime fascista [..] e sempre defendeu as aspirações da população laboriosa deste arquipélago", o *CF* – a partir do número de 1 de Maio de 1974, então como jornal livre – prometia tratar de todos os assuntos que afectavam a população madeirense[3042].

Sobre o seu comportamento, o periódico reafirmava que a luta contra o fascismo não era desse momento, mas uma constante ao longo dos seus oito anos de existência, sendo, por isso, perseguido. Acrescentava que também tinha sido o jornal do arquipélago de maior projecção nacional, constituindo o semanário político português de maior tiragem, depois do *Expresso*, salientando ser importante assinalar este ponto, num momento em que considerava que

[3038] *CF*, 25 de Abril de 1974 a 1 de Maio de 1974.
[3039] *CF*, 13 de Junho de 1974, edição regional, "direcção *CF"*, p. 5; *CF*, 20 de Junho de 1974, edição nacional, "notícias *CF"*, p. 3.
[3040] *DN*, 16 de Junho de 1974, "A Direcção do *"Comércio do Funchal""*, p. 5.
[3041] *VM*, 26 de Junho de 1974, "*Comércio do Funchal"*, p. 1.
[3042] *CF*, 1 de Maio de 1974, edição especial, "Madeira: a nossa denúncia", pp. 4-6.

havia órgãos de comunicação social oportunistas, como o *JM*, que anteriormente serviam a ditadura[3043].

Afirmava-se, ainda, como um semanário responsável, tendo fornecido informações a diversos jornais nacionais sobre a chegada de ex-governantes à ilha (Marcello Caetano e Américo Tomás), bem como à JSN na Cova da Moura, de que resultou a exoneração do governador militar, Lopes da Eira, e a prisão de agentes da ex-PIDE da Madeira, em 30 de Abril de 1974, que, após o "25 de Abril", circulavam no Funchal, alguns deles armados[3044].

Anote-se, igualmente, o papel deste jornal na "preparação do primeiro de Maio, a maior expressão de mobilização popular que a Madeira conheceu nas últimas décadas"[3045].

O *CF* desempenhou uma função de denúncia de várias situações socioeconómicas de antes do "25 de Abril" – só possível com a extinção da censura – possibilitando um retrato alargado da realidade regional e também deu expressão às movimentações que iam ocorrendo na Madeira, após a Revolução.

Assim, divulgou trabalhos proibidos pela censura, como depoimentos e testemunhos relacionados com a revolta das águas, na Ponta do Sol, em 1964[3046] e o relato de um movimento revoltoso de pescadores de Câmara de Lobos, feito em alto mar pelo direito à ruama, em 1963[3047]-

Mereceram destaque nas páginas do *jornal cor-de-rosa* diversas situações após o "25 de Abril", como os problemas dos trabalhadores do hotel Madeira Palácio[3048], da Leacock & C.ª Lda., do Bazar do Povo, do Hotel Orquídea, da casa de bordados Migueis, Lda. e da Electrónica[3049], o contexto

[3043] *CF*, 18 de Maio de 1974, edição regional, "A propósito de um esclarecimento do Gabinete de Informação", p. 12.
[3044] *CF*, 18 de Maio de 1974, edição regional, "A propósito de um esclarecimento do Gabinete de Informação", p. 12.
[3045] *CF*, 18 de Maio de 1974, edição regional, "A propósito de um esclarecimento do Gabinete de Informação", p. 12.
[3046] *CF*, 18 de Maio de 1974, edição regional, "Lombada da Ponta do Sol: A "revolta das águas"", pp. 5-6; *CF*, 25 de Maio de 1974, edição regional, "Fala o povo da Lombada da Ponta do Sol: "A água é nossa e vai ser"", pp. 5-6; *CF*, 25 de Maio de 1974, edição regional, "Problemas da Lombada, hoje", p. 6.
[3047] *CF*, 18 de Maio de 1974, edição regional, "A revolução da ruama", p. 6.
[3048] *CF*, 30 de Maio de 1974, edição regional, "Turismo: um caso", p. 2.
[3049] *CF*, 11 de Maio de 1974, edição regional, "Desemprego: os despedimentos continuam", pp. 5-6; *CF*, 11 de Maio de 1974, edição regional, "Electrónica: um despedimento exemplar", p. 5.

laboral das bordadeiras da Lombada de São Martinho, no Funchal[3050] e as aspirações da população da paróquia do Carmo, freguesia de Câmara de Lobos[3051].

Igualmente, o *CF* relatou as condições de vida e de trabalho dos pescadores de Câmara de Lobos[3052], o funcionamento da Academia de Música da Madeira[3053] e o comportamento de José Manuel Brás, presidente da CMC[3054].

Neste capítulo da denúncia, houve uma particular atenção para o combate da corrupção, fazendo o semanário um claro apelo: "Leitor colabore na denúncia da corrupção da administração fascista. Escreva-nos"[3055].

Neste sentido, o *CF* considerava que as linhas dominantes da administração do regime deposto eram a prepotência, a incompetência e a desorganização, que originavam a corrupção, sem que houvesse denúncia e oposição a tais actos[3056].

Nesta altura pós-"25 de Abril", este jornal defendia a urgente necessidade de "elaborar um dossier público de esclarecimento" dos actos e actores dessas práticas maléficas, fomentando inquéritos urgentes às contas públicas, para serem julgados os seus responsáveis, bem como o saneamento da administração pública dos seus protagonistas, nomeadamente quando se notava o oportunismo de alguns elementos que pretendiam continuar nos mesmos cargos de antigamente[3057].

Quanto ao polémico tema do saneamento, o *CF*, em Fevereiro de 1975, considerou que, nesta data, no arquipélago, o mesmo "praticamente nem se iniciou", estando ainda por resolver alguns processos relacionados com

---

[3050] *CF*, 30 de Maio de 1974, edição regional, "Falam bordadeiras de S. Martinho: 13 horas de trabalho por dia – para poder ganhar 30$00", pp. 5-6.

[3051] *CF*, 25 de Maio de 1974, edição regional, "No Carmo dizem-nos: "O Grémio tem sido a nossa desgraça"", pp. 6-7.

[3052] *CF*, 1 de Maio de 1974, edição especial, "Câmara de Lobos: o povo vive na miséria", pp. 8-10; *CF*, 1 de Maio de 1974, edição especial, "Voz livre: fala o povo de Câmara de Lobos", pp. 6-7.

[3053] *CF*, 25 de Maio de 1974, edição regional, "Academia de Música: um exemplo de protecção à irresponsabilidade", pp. 8-9.

[3054] *CF*, 11 de Maio de 1974, edição regional, "O caso do presidente da Câmara da Calheta: um exemplo de caciquismo político", pp. 10-11.

[3055] *CF*, 1 de Maio de 1974, edição especial, "Leitor colabore na denúncia da corrupção da administração fascista. Escreva-nos", p. 6; *CF*, 11 de Maio de 1974, edição regional, "Leitor colabore na denúncia da corrupção da administração fascista. Escreva-nos", p. 11; *CF*, 30 de Maio de 1974, edição regional, "Leitor colabore na denúncia da corrupção da administração fascista. Escreva-nos", p. 11.

[3056] *CF*, 25 de Maio de 1974, edição regional, "Usos e abusos do poder", p. 12.

[3057] *CF*, 25 de Maio de 1974, edição regional, "Usos e abusos do poder", p. 12.

professores e enviados ao MEC, pelo que o periódico reclamava a necessária pressão dos trabalhadores para tal acontecer[3058].

Este jornal também foi porta-voz de diversas acções desenvolvidas com a Revolução, como a manifestação contra o FD (13 de Maio de 1974)[3059], a greve da Portex (23 de Maio de 1974)[3060], a concentração dos trabalhadores da CMF (25 de Maio de 1974)[3061], as manifestações populares em Câmara de Lobos (5 e 6 de Maio de 1974)[3062], na Calheta (18 de Maio de 1974)[3063] e na Camacha (19 de Maio de 1974)[3064].

Outro género de denúncia feito pelo mesmo semanário foi o da identificação de pessoas madeirenses ligadas ao regime deposto. Publicou uma lista de alegados membros da ANP[3065], bem como a relação das entidades oficiais que, em representação da Madeira, integraram o Colégio Eleitoral que, em 1972, elegeu o PR "fantoche" Almirante Américo Tomás, registando o *CF* que alguns desses nomes continuavam a desempenhar funções na administração regional, nesta fase pós-"25 de Abril", os quais deviam ser afastados desses cargos públicos, no entendimento do periódico[3066].

[3058] *CF*, 13 de Fevereiro de 1975, separata regional, "A propósito de saneamento", p. 3.

[3059] *CF*, 18 de Maio de 1974, edição regional, "Trabalhadores manifestam-se no Funchal", p. 2.

[3060] *CF*, 25 de Maio de 1974, edição regional, "Portex: "estamos em greve para reclamar os nossos direitos"", p. 2; *CF*, 25 de Maio de 1974, edição regional, "Portex: "queremos os nossos direitos"", p. 9.

[3061] *CF*, 30 de Maio de 1974, edição regional, "C.M.F. a voz dos trabalhadores", p. 3.

[3062] *CF*, 11 de Maio de 1974, edição regional, "Que se passou em Câmara de Lobos?", pp. 2-3.

[3063] *CF*, 25 de Maio de 1974, edição regional, "O povo da Calheta manifesta-se", pp. 2-3.

[3064] *CF*, 25 de Maio de 1974, edição regional, "Manifestação na Camacha", p. 3; *CF*, 30 de Maio de 1974, edição regional, "Fala o povo da Camacha: "Somos oprimidos de toda a maneira"", pp. 7-8.

[3065] Nesse elenco, constavam Graciano Ferreira Alves, Carlos Manuel Monteiro de França Dória, Eleutério de Aguiar, António Alberto Campos Ferreira, António Eusébio Fernando Camacho Coelho, António Gonçalves Costa, Fernando Martins de Almeida Couto (ex-presidente da CMF), Paulo Romualdo Gouveia e Silva, Vasco Reis Gonçalves (presidente da CMCL), Alberto Henriques de Araújo, José Ramos, Rui Vieira (presidente da JGDAF), João Militão Rodrigues, José António Melvil de Araújo, António Agrela Gomes Loja (presidente da CMF), Bacili Alcino Dionísio, Fernando Homem Costa (ex-presidente da JGDAF), Fernando Ribeiro Pereira, Gilberto Homem de Freitas, João Lemos Gomes e Rui Faria Pereira. Segundo o *CF*, Agostinho Canha, presidente da CMPSol, em 12 de Maio de 1974, fora demitido do cargo por ser membro da ANP, mas havia muitos outros activos que continuaram nos seus postos e alguns até se declararam dispostos a colaborar de "alma e coração" com a JSN. *CF*, 18 de Maio de 1974, edição regional, "Quem era a A.N.P.", p. 4.

[3066] Os votantes foram os deputados à AN, Agostinho Cardoso e Eleutério Aguiar, António Agrela Gomes Loja (presidente da CMF e procurador à Câmara Corporativa), Rui Vieira (presidente da JGDAF), José Ramos (presidente da Comissão Regional da ANP), Quirino Spencer Salomão (secretário do Governo Civil), Alberto de Araújo (ex-deputado), Agostinho Canha (presidente da CMPSol) e Manuel Martins Lourenço de Gouveia (presidente da CMS). *CF*, 25 de Maio de 1974, edição regional, "Quem "elegeu" Tomás?", p. 12.

Igualmente, este jornal divulgou os nomes de pessoas madeirenses ou que exerceram actividade na Madeira, subscritoras de uma mensagem elaborada no Funchal, em 11 de Outubro de 1937, e enviada ao marechal nazi Von Blomberg, na qual se manifestava a *"*admiração íntima e profunda" que tinham pelo povo alemão e a "maior solidariedade com a Alemanha nazista"[3067].

Com a Revolução do "25 de Abril", o *CF* definiu a sua linha editorial, assumindo uma função política e ideológica. Desde logo, comunicou que o papel e as novas responsabilidades do jornal deveriam ser repensados, tendo em conta a queda do anterior regime, a chegada do "25 de Abril", o fim da censura e as mudanças que se impunham ao país e à Madeira[3068].

Por isso, a função do jornal deveria ser dupla: a nível regional, "um papel informativo popular"; no plano nacional – dado que a informação passaria a ser feita pela imprensa diária, agora sem censura – o periódico deveria *"*intervir activamente no terreno do debate ideológico […] porta-voz fiel dos problemas das classes trabalhadoras"[3069].

Pouco tempo depois, o *jornal cor-de-rosa* clarificava a sua orientação: "a defesa intransigente dos interesses do povo trabalhador madeirense, a denúncia dos vários oportunismos […] dos mais diversos lados, a luta sem tréguas contra a reacção fascista e a exploração capitalista […] uma tribuna para a voz livre do povo"[3070].

Por esta perspectiva, concluía o *CF* que o povo estava a fazê-lo um "jornal verdadeiramente seu", por via dos diversos movimentos populares que ocorriam nessa época, e a que dava eco, apresentando como seu único compromisso "aquele que [..] un[ia] ao povo trabalhador"[3071].

[3067] Constavam dessa lista Álvaro Favila, Juvenal da Silva Carvalho, João Abel de Freitas, Fernão de Ornelas Gonçalves, Óscar Gonçalves, Gastão de Deus Figueira, Eduardo Soares de Albergaria, António Teixeira de Sousa, Juvenal de Araújo, Eduardo dos Santos Pereira, Orlando de Oliveira, Francisco Correia Figueira, Miguel Jardim, Luís de Bettencourt da Câmara, Paulo Jardim Amaro, Artur Rodrigues de Sousa, Augusto de Brito Seixas, Augusto Branco Camacho, Álvaro Reis Gomes, Ludgero de Freitas Martins, Domingos Cardoso, Alberto Nascimento Jardim, António Joaquim de Freitas, Álvaro Figueira, Gabriel Dias Tavares, Luís Peter Clode, Herculano Lourenço dos Ramos, José Tavares da Silva e José Luís de Brito Gomes. As profissões estão referidas no texto. *CF*, 25 de Maio de 1974, edição regional, "Nazis madeirenses", p. 9.

[3068] *CF*, 9 a 15 de Maio de 1974, "O desafio", p. 2.

[3069] *CF*, 9 a 15 de Maio de 1974, "O desafio", p. 2.

[3070] *CF*, 25 de Maio de 1974, edição regional, "O nosso compromisso", p. 1.

[3071] *CF*, 25 de Maio de 1974, edição regional, "O nosso compromisso", p. 1.

Tendo por base este pensamento, o periódico transformou-se num veículo de mensagens ideológicas, numa linha de agitação, mobilização e intervenção políticas.

Assim, o *CF* garantia que "só unidos os trabalhadores poder[iam] conseguir uma vitória sobre o capitalismo […] uma sociedade sem classes"[3072], lembrando que as ameaças patronais demonstravam a "dura realidade de uma democracia burguesa" e que as liberdades que gozavam não eram do "programa da classe operária, as da democracia popular"[3073], pelo que "só unidos e organizados" os trabalhadores poderiam "fazer face às violências dos patrões"[3074], ou seja, com a "luta unida e organizada dos trabalhadores" [3075].

Por outro lado, alertava que os trabalhadores não deveriam ser "claque" dos dirigentes sindicais, correndo o risco de se perder a democracia sindical, pois "a emancipação dos trabalhadores ter[ia] de ser obra dos próprios trabalhadores"[3076].

Manifestando uma clara opção política, o mesmo semanário proclamava que o povo estava "firmemente decidido a lutar contra a exploração de quem […] AINDA CONTINUA[VA] A SER vítima"[3077], sendo importante a vitória dos trabalhadores para "o derrube da sociedade [vigente] e a construção de uma nova em que o poder [fosse] exercido pelas classes trabalhadoras"[3078], bem como defendia que as populações mais desfavorecidas se capacitassem que a situação se alteraria "só pela luta delas próprias de modo a derrubarem o capitalismo"[3079], pelo que apelava à "necessidade da luta constante"[3080].

Reafirmando a sua opção ideológica, o *CF* assumiu, sem qualquer sombra de dúvida, que não era um jornal apenas para ler, mas "um jornal para intervir", o que denotava o seu papel não somente informativo, mas sobretudo opinativo e de intervenção político-social[3081].

[3072] *CF*, 30 de Maio de 1974, edição regional, "Um sindicato fascista caiu", 2.
[3073] *CF*, 18 de Maio de 1974, edição regional, "Trabalhadores manifestam-se no Funchal", p. 2.
[3074] *CF*, 30 de Maio de 1974, edição regional, "Turismo: um caso", p. 2.
[3075] *CF*, 25 de Maio de 1974, edição regional, "Despedimento", p. 4.
[3076] *CF*, 18 de Maio de 1974, edição regional, "As palavras e a acção", p. 1.
[3077] *CF*, 25 de Maio de 1974, edição regional, "O povo da Calheta manifesta-se", pp. 2-3.
[3078] *CF*, 30 de Maio de 1974, edição regional, "C.M.F. a voz dos trabalhadores", p. 3.
[3079] *CF*, 25 de Maio de 1974, edição regional, "As manobras da "Somagel"", p. 3.
[3080] *CF*, 25 de Maio de 1974, edição regional, "Reforma para quem?", p. 4.
[3081] *CF*, 20 de Julho de 1974, edição regional, "*CF* não era é jornal apenas para ler, é um jornal pra intervir", p. 6.

Por força da sua orientação ideológica a favor da Revolução, pelo seu interesse em cobrir os acontecimentos da época, participando nomeadamente em reuniões de trabalhadores, o *CF* envolveu-se nalgumas situações polémicas e teve uma receptividade diferente.

Por um lado, foi aceite a sua presença – bem como a do *DN* – na reunião geral de alunos e professores da Academia de Música da Madeira, em 18 de Maio de 1974, por deliberação maioritária da assembleia deste estabelecimento de ensino[3082].

Mas, ao invés, tal concessão não foi feita na reunião dos trabalhadores da CMF, em 14 de Maio de 1974, destinada à votação dos seus representantes no futuro Sindicato dos Funcionários Públicos[3083].

Idêntica proibição sofreu o mesmo periódico, da parte do presidente do Sindicato dos Profissionais da Hotelaria, José Ernesto Vieira Gomes, ao ter impedido a presença de um representante do *CF* numa reunião sindical, na Caixa de Previdência do Funchal, alegando que o mesmo "nunca defendeu os empregados da hotelaria"[3084].

Esta acusação foi negada pelo semanário que entendia ser o jornal madeirense que mais atenção dedicava aos problemas dos empregados de hotelaria e que, possivelmente, o referido presidente temia que fossem denunciados os seus "processos oportunistas e anti-democráticos", aliás já divulgados, e que o mesmo, usando a passividade dos trabalhadores, herdada do regime anterior, "arvorou-se em senhor absoluto do Sindicato da Hotelaria, manobrando demagogicamente a vontade da massa associativa"[3085].

A linha ideológica que este periódico vinha assumindo desaguou na sua adesão à UPM, emitindo, em Julho de 1974, um apelo ao apoio e à inscrição nesta organização política, assumindo-se claramente como um porta-voz deste "movimento dos trabalhadores"[3086].

Espelhando um conflito interno no seio do *CF*, a sua edição nacional de 3 de Outubro de 1974 – numa perspectiva de redefinição da sua linha editorial –

[3082] *DN*, 26 de Maio de 1974, "A música em debate – Professores e alunos da Academia expõem as suas ideias", p. 6.
[3083] *CF*, 18 de Maio de 1974, edição regional, "Reunião de funcionários da Câmara", p. 3.
[3084] *CF*, 18 de Maio de 1974, edição regional, "Sindicato ou reinado?", pp. 2-3.
[3085] *CF*, 18 de Maio de 1974, edição regional, "Sindicato ou reinado?", pp. 2-3.
[3086] *CF*, 1 de Julho de 1974, edição regional, "apoia – inscreve-te UPM", p. 10; *CF*, 11 de Julho de 1974, edição regional, "apoia – inscreve-te UPM", p. 12.

explicou que defendia ”os interesses do proletariado e restantes camadas exploradas, contra a burguesia” em Portugal e em todo o mundo, mas que o jornal não deveria ser “porta-voz de qualquer organização partidária”, dando mais prioridade às notícias nacionais do que às internacionais e devendo combater alguns aspectos, como o verbalismo, o sectarismo e o dogmatismo[3087].

Foi neste ambiente, e no referido número do jornal, que Vicente Jorge Silva assumiu a sua ruptura com a orientação do *CF*[3088].

Provando este ambiente de divergências internas, aquando da eleição da AC, em 1975, o grupo de colaboradores madeirenses manifestou apoio à FEC (M-L), enquanto o continental recusou alinhar por qualquer partido[3089]. Por consequência, houve membros da Madeira do *CF* que participaram no I Congresso da FEC (M-L), em 20 de Janeiro de 1975, na Nazaré[3090].

O cooperativismo popular foi uma das áreas que mereceu a divulgação e o apoio do *CF*[3091], destacando-se a sua ligação à COCAN do Funchal, tendo esta começado a sua actividade num espaço do semanário[3092].

O *jornal cor-de-rosa* teve um crivo muito crítico em relação à comunicação social madeirense, face à sua postura tardia relativamente à difusão e à adesão ao “Movimento dos Capitães” de Abril.

Na edição especial do dia 1 de Maio de 1974, publicou um extenso texto, criticando o comportamento cúmplice e oportunista da imprensa madeirense, nomeadamente da diária, relacionando-o com a sua conduta antes do “25 de Abril”. Destacava a dificuldade em render-se à Revolução e depois um manifesto oportunismo de adaptar-se à nova situação[3093].

O periódico aludia a que, nas suas edições do dia 25 de Abril, o *DN* e o *JM* não fizeram qualquer referência aos acontecimentos do movimento revolucionário, nessa noite, no Continente, tal como aconteceu com emissoras

---

[3087] *CF*, edição nacional, 3 de Outubro de 1974, “Plataforma *CF*”, p. 5.
[3088] *CF*, edição nacional, 3 de Outubro de 1974, “Esclarecimento aos leitores do “*Comércio do Funchal*””, pp. 3, 4 e 10.
[3089] *CF*, 6 de Fevereiro de 1975, edição nacional, “*CF* nacional e a questão eleitoral”, p. 1.
[3090] *DN*, 21 de Janeiro de 1975, “O I Congresso da Frente Eleitoral Comunista (marxista-leninista)”, p. 9.
[3091] *CF,* separata regional, 28 de Novembro de 1974, “Cooperativas: uma forma de combater o capitalismo”, p. 8.
[3092] *DN*, 1 de Maio de 1975, “Uma cooperativa de produção e consumo funciona na Madeira desde há quatro meses”, p. 5.
[3093] *CF*, 1 de Maio de 1974, edição especial, “O oportunismo e o comportamento cúmplice da “informação” madeirense”, p. 7.

regionais da *EN* e da *RTP*, classificando o *CF* esta atitude como uma hipotética "resistência" aos novos ventos, da parte dos seus directores[3094].

Apenas, a partir de 27 de Abri, estes órgãos se renderam aos factos, depois de fazerem "um "crime" de silêncio e deturpação na informação ao público", no entendimento deste semanário. Entretanto, no dia 26 de Abril, a imprensa matutina dedicou espaço ao "25 de Abril", tendo o *DN* dedicado a sua 1.ª página, enquanto o *JM* noticiava o golpe revolucionário como se fosse de um outro qualquer sucedido no Chipre ou no Egipto[3095].

Referia o *CF* o facto de até, pelo menos, dia 29 de Abril, nenhum destes órgãos escritos ter feito qualquer comentário de responsabilidade editorial, expressando a sua posição sobre o novo momento político nacional[3096].

Segundo o *jornal cor-de-rosa*, as notícias resumiam-se à chegada, passeios e visitas recebidas pelos exilados do anterior regime, em prisão no Palácio de S. Lourenço. Embora, aos poucos, se fosse dando eco aos acontecimentos revolucionários, o que, na opinião do *CF*, significava da parte do *DN* e do *JM*, "oportunisticamente, a sua adaptação à nova hora", considerando que não era de espantar tal atitude, naquele momento, pois era o "corolário do comportamento duma convivência cúmplice – toda feita de silêncio, de mentira, artimanhas, dis-informação numa palavra – com uma acção governativa […] das mais nefastas para a vida do arquipélago da Madeira e do Porto Santo"[3097].

Por outro lado, o *CF* mencionava a ligação destes dois matutinos com o regime deposto. Explicava que o *DN* fora dirigido, durante muitos anos, por Alberto Araújo, deputado à AN do governo de Salazar, ao longo de quatro legislaturas, e ex-presidente da UN/ANP, sendo considerado um dos principais ""manobradores" da política regional sob o regime fascista"[3098].

Por seu turno, o *JM* tinha responsabilidades agravadas, por ser o órgão da Diocese, sob a liderança de influentes directores com "fortes ligações com a

[3094] *CF*, 1 de Maio de 1974, edição especial, "O oportunismo e o comportamento cúmplice da "informação" madeirense", p. 7.
[3095] *CF*, 1 de Maio de 1974, edição especial, "O oportunismo e o comportamento cúmplice da "informação" madeirense", p. 7.
[3096] *CF*, 1 de Maio de 1974, edição especial, "O oportunismo e o comportamento cúmplice da "informação" madeirense", p. 7.
[3097] *CF*, 1 de Maio de 1974, edição especial, "O oportunismo e o comportamento cúmplice da "informação" madeirense", p. 7.
[3098] *CF*, 1 de Maio de 1974, edição especial, "O oportunismo e o comportamento cúmplice da "informação" madeirense", p. 7.

política do regime fascista", como o cónego Agostinho Gomes (deputado à AN, durante duas legislaturas) e o bispo Maurílio de Gouveia (capelão particular do palácio de S. Lourenço, durante o governo distrital do coronel Braancamp Sobral)[3099].

No entendimento do *jornal cor-de-rosa*, os matutinos madeirenses aludiam, por vezes, alguns problemas regionais, mas nunca denunciavam as suas causas, pautando-se sobretudo pela bajulice, mentira e encómio aos governantes do anterior regime, o que dificultava uma "viragem" mais rápida ao novo momento político[3100].

Em Fevereiro de 1975, o *CF* fez uma abordagem da imprensa regional, referindo-a como "exemplo do controle que os fascistas continua[va]m a manter", colocando nessa lista o *JM,* o *DM,* o *EF* e *o RNN*, como tinha "ultimamente vindo a publicar artigos fascizantes", reduzindo mesmo "a inclusão de comunicados progressistas, como por exemplo os comunicados de apoio à manifestação anti-fascista de sindicatos progressistas"[3101].

Na relação com outros órgãos de informação, registou-se uma grande polémica entre o *CF* e o *JM*, em Maio de 1974, relacionada com acontecimentos em Câmara de Lobos.

Então, numa reportagem publicada pelo jornal da Diocese, no dia 7 de Maio de 1974, sobre os incidentes dos dias 5 e 6 de Maio de 1974, ocorridos em Câmara de Lobos, António Paulo Gaspar Ferraz (chefe de secretaria da CMCL) e o jornalista JAG acusaram os "jornalistas de barbas" do *CF* (António Sampaio, José Nunes, Rui Teives, Hélder Melim e Carlos Arraiol) de terem sido os instigadores do protesto popular contra o posto da PSP e a secção de Finanças daquela localidade[3102].

Nas páginas do *CF* – apresentando a sua versão dos acontecimentos – os acusados reagiram, referindo que a reportagem de JAG era deturpada e atentava contra a dignidade do povo camaralobense, esclarecendo, entre outros

[3099] *CF*, 1 de Maio de 1974, edição especial, "O oportunismo e o comportamento cúmplice da "informação" madeirense", p. 7.
[3100] *CF*, 1 de Maio de 1974, edição especial, "O oportunismo e o comportamento cúmplice da "informação" madeirense", p. 7.
[3101] *CF*, 20 de Fevereiro de 1975, separata regional, "O fascismo não passou porque o povo lhe fez frente", p. 3.
[3102] *CF*, 11 de Maio de 1974, edição regional, "Que se passou em Câmara de Lobos?", pp. 2-3.

aspectos, que foi um grupo de pescadores que procurou o *jornal cor-de-rosa*, convidando-o a ir a Câmara de Lobos[3103].

Consideravam que, ao contrário do que afirmava JAG, *"*o coração do acto foi o povo pescador de Câmara de Lobos, que tinha razões objectivas para as "reclamações" que apresentou, algumas das quais viu satisfeitas para alegria sua"[3104].

Entretanto, o *JM* publicou a resposta da redacção do *CF*, relativamente à reportagem daquele matutino, sobre os citados acontecimentos, considerando que o que fora escrito tinha sido um atentado à verdade, com acusações difamatórias[3105].

Depois, o *CF* extraiu diversas conclusões, como a de que as condições explosivas das pessoas de Câmara de Lobos é que provocaram manifestações explosivas e não a presença dos jornalistas, que houve uma denúncia pidesca de JAG relativamente a uma suposta agitação do *jornal cor-de-rosa*, tendo este sido sempre anti-fascista, ao contrário de quem fez as acusações e sublinhou que aqueles que foram acusados na reportagem do *JM* foram os mesmos que organizaram a manifestação do "1.º de Maio", no Funchal, e que fora saudada calorosamente pelo mesmo *JM*[3106]

Fruto das divergências internas, de dificuldades financeiras e da sua conduta política de denúncia e combate, o *CF* teve um percurso atribulado.

Em Julho de 1974, informou que haveria uma paragem de quatro semanas da edição nacional – mantendo-se a regional – tendo em vista a redefinição da orientação do jornal, a restruturação da sua orgânica interna e do seu funcionamento, para dar lugar a uma "nova fase" do semanário[3107].

O jornal foi suspenso, pelo prazo de 30 dias, em Outubro do mesmo ano, por decisão da Comissão Ad-hoc para Imprensa, a Rádio, Cinema e Teatro, por ter publicado, no seu n.º 2262 de 10 a 17 de Outubro de 1974, "uma carta de um soldado que denunciava em termos claros a situação existente nos quartéis",

---

[3103] *CF*, 11 de Maio de 1974, edição regional, "Que se passou em Câmara de Lobos?", pp. 2-3.
[3104] *CF*, 11 de Maio de 1974, edição regional, "Que se passou em Câmara de Lobos?", pp. 2-3.
[3105] *JM*, 8 de Maio de 1974, "A movimentação popular em Câmara de Lobos – Esclarecimento", pp. 3-4.
[3106] *JM*, 8 de Maio de 1974, "A movimentação popular em Câmara de Lobos – Esclarecimento", pp. 3-4.
[3107] *CF*, 11 de Julho de 1974, edição nacional, "*CF* (edição nacional) não se publica nas próximas quatro semanas", p. 9.

recordando o *CF* que já tinha sido suspenso nos governos de Salazar e Caetano, suspensão devida à sua "corajosa luta anti-fascista"[3108].

Reagiram desfavoravelmente a esta suspensão diversas entidades, como a UPM, que, num espectáculo-comício desta organização, no dia 25 desse mês, proporcionou a leitura e o debate do conteúdo da carta do militar, motivo da acção suspensiva[3109].

Também, uma assembleia de cerca de 150 madeirenses da Casa da Madeira em Lisboa, solidarizou-se com o *CF*, manifestando-se contra a Comissão Ad-Hoc para a Imprensa[3110].

Entretanto, no dia 6 de Novembro de 1974, surgiu o *Boletim Informativo* n.º 1 do *CF*, uma iniciativa de um seu grupo de colaboradores, "reagindo à suspensão aplicada pela Comissão Ad-hoc àquele jornal", referindo que não pretendia "substituir" o semanário, mas "continuar a sua luta neste período de silêncio forçado"[3111].

Depois, em 14 de Novembro de 1974, surgiu o *Boletim Informativo* n.º 2 do *CF* , recordando as duas suspensões anteriores do jornal, ocorridas antes do 25 de Abril de 1974: a primeira, durante 15 dias, devido a ter publicado um texto sobre o golpe fascista na Grécia, em 4 de Maio de 1967; a segunda suspensão, por cinco meses, em virtude de um artigo sobre Maio de 1968 em França, publicado na edição de 2 de Junho de 1968, tendo reaparecido nas bancas em 3 de Novembro de 1968[3112].

O *CF* ressurgiu, no dia 21 de Novembro de 1974, após 30 dias de suspensão, pois tinha por missão "continuar a lutar […] pelo esclarecimento e organização dos operários e camponeses"[3113].

Em 1975, este semanário voltou a estar inactivo durante quase três meses, por "dificuldades económicas", segundo um comunicado dos seus trabalhadores, recordando que o periódico tinha sofrido algumas suspensões

---

[3108] *DN*, 23 de Outubro de 1974, "O "*Comércio do Funchal*" foi suspenso por 30 dias", p. 3.
[3109] *CF,* separata regional, 21 de Novembro de 1974, "Festas populares – A canção como arma", p. 8; *DN*, 26 de Outubro de 1974, "Festa Popular do UPM – "Notícia falsa e injuriosa" provoca manifestação", p. 8.
[3110] *DN*, 30 de Outubro de 1974, "Assembleia na Casa da Madeira em Lisboa", p. 8; *DN*, 31 de Outubro de 1974, "150 madeirenses residentes em Lisboa tomam posição quanto ao futuro democrático do arquipélago", pp. 1 e 11.
[3111] *Boletim Informativo n.º 1 – CF,* 6 de Novembro de 1974, "Porquê este boletim?*",* p. 1.
[3112] *Boletim Informativo n.º 2 – CF,* 14 de Novembro de 1974, "As anteriores suspensões do *CF"*, p. 4.
[3113] *CF,* separata regional, 21 de Novembro de 1974, "*CF* – Continuar a lutar", p. 1.

forçadas, tanto durante o anterior regime, como uma após o "25 de Abril", por decisão da Comissão Ad-Hoc[3114].

Com efeito, após o número 2276 (de 27 de Fevereiro a 6 de Março de 1975), o *CF* surgiu apenas de 12 a 19 de Junho de 1975, sob o n.º 2277, tendo, nesta edição, sido explicado que a "não saída do jornal durante quase três meses" se deveu à "grave crise situação económica em que se encontra[va] o *CF"*, por via do corte de crédito bancário, da suspensão do jornal durante um mês (pela Comissão Ad-hoc para a imprensa) e dos custos da tipografia. Este número de Junho foi produzido, apenas, pela equipa regional do *CF* – continuando como director interino Milton Morais Sarmento – e marcou uma nova orientação, pois deixava de contar com a equipa do Continente[3115].

Mais tarde, ainda foram publicados os números 2278 e 2279, respectivamente de 21 a 28 de Junho de 1975 e de 28 de Junho a 5 de Julho do mesmo ano.

Após estas edições, o jornal só reapareceu em 20 de Dezembro de 1975, com o n.º 2280, agora sob a responsabilidade da CT do semanário. Isto sucedeu, porque "os quatro trabalhadores do *CF* resolveram, num momento de crise política […] tomar nas suas mãos o destino de um órgão de informação que não poder[ia] ter senão uma opção: pugnar pelo socialismo em Portugal"[3116].

Entretanto, o semanário em questão acabou por desaparecer no ano seguinte.

9.4. *Diário da Madeira*

No dia 25 de Abril de 1974, este semanário tinha como director António de Castro Jorge, médico e o seu redactor principal era Cesário Nunes, publicando-se, normalmente, ao sábado. A sua primeira edição, após a Revolução, ocorreu em 27 de Abril de 1974[3117].

[3114] *DN*, 23 de Maio de 1975, "O semanário "*Comércio do Funchal*" volta a sair", p. 5.
[3115] *CF*, 12 de Junho de 1975, "Editorial", p. 2.
[3116] *CF*, 20 de Dezembro de 1975, "Editorial", p. 2.
[3117] *DM*, 27 de Abril de 1974, p. 1.

Neste número, o *DM* declarou-se como "jornal independente, que nunca obteve nem pediu subsídio ou favores do Governo da Nação, antes pelo contrário perseguido e multado que sempre aceitou e aceita[va] a crítica e a liberdade de pensamento e de culto", referindo que não foram, nem seriam "bajuladores ou oportunistas"[3118].

Reafirmava o periódico que continuaria a mesma linha de conduta, sob o lema "o Bem da população do Arquipélago da Madeira e a Integridade de Portugal"[3119].

Relativamente a António de Spínola, este semanário manifestava a sua "grande admiração […] espera[ndo] mantê-la, quanto à sua acção como homem político"[3120] e saudou a sua escolha para ser investido como chefe de Estado (ocorrida no dia 15 de Maio de 1974) – anotando que o mesmo era filho de madeirenses – não deixando de salientar que, na imprensa madeirense, tinha sido o "primeiro órgão da informação a prestar homenagem às qualidades militares do General António de Spínola quando comandava as Forças Armadas da Guiné"[3121].

Este apreço do jornal pelo mencionado militar foi expresso pela publicação de um texto que defendia a importância do livro *Portugal e o Futuro* da sua autoria, considerando que a sua visão de que a solução para a guerra colonial não era militar, mas política, traria maior respeito internacional[3122], bem como pela divulgação de excertos da citada obra, de António de Spínola, numa selecção de A. F. de Olim Marote[3123].

Relativamente à congratulação pela Revolução, o *DM* publicou duas fotografias, alusivas aos festejos de alegria, por parte de emigrantes madeirenses e continentais em Jersey, pela libertação do país do regime deposto em Portugal, levada a efeito pelo MFA[3124].

Dando atenção a este momento de mudança política, o mesmo periódico divulgou, no seu espaço denominado "Galeria" (apresentando o desenho de um papagaio ao telefone), uma referência às pessoas afectas ao regime deposto,

[3118] *DM*, 27 de Abril de 1974, "*Diário da Madeira"*, p. 1.
[3119] *DM*, 27 de Abril de 1974, "*Diário da Madeira"*, p. 1.
[3120] *DM*, 27 de Abril de 1974, "*Diário da Madeira"*, p. 1.
[3121] *DM*,18 de Maio de 1974, "Portugal tem, enfim, um Chefe de Estado Democrático", p. 1.
[3122] *DM*, 4 de Maio de 1974, "O General António de Spínola e o seu livro", pp. 1 e 3.
[3123] *DM*,18 de Maio de 1974, "Portugal e o Futuro do General António de Spínola", pp. 1 e 21.
[3124] *DM*,18 de Maio de 1974, ""25 de Abril" em Jersey", p. 22.

com a seguinte frase: "– É da farmácia? Há pastilhas para dormir? Não são para mim, porque durmo bem e não ando assutado, mas para uns amiguinhos que andam cheios de medo e perderam o sono…"[3125].

Em relação à prática do *DM*, destacamos alguns aspectos como a defesa do saneamento das instituições, nomeadamente na Madeira, conforme compromisso do programa da JSN, substituindo "os doentes" por "gente saudável"[3126], o questionamento da não mudança do nome de Estádio Prof. Marcello Caetano para Estádio "25 de Abril"[3127] – sobretudo, quando o Estádio do Restelo já tinha mudado de "Almirante Américo Thomaz" para "Estádio da Liberdade"[3128] – e a colaboração deste periódico na efectivação da manifestação contra o FD, realizada no dia 13 de Maio de 1974, no Funchal[3129].

Em Janeiro de 1975, António de Castro Jorge, envolveu-se numa polémica que trouxe a terreiro o Sindicato da Construção Civil e Carlos de Azeredo.

O médico referiu que, no entendimento de muitas pessoas, era considerado "operário, simplesmente, o que trabalha[va] na construção civil", concluindo que o resto era "vadio" e que "todos os homens eram exploradores do operário da construção civil". Afirmava o director que trabalhava todos os dias, e mais horas que um operário da construção civil, sublinhando que todas as profissões eram "nobres"[3130].

O Sindicato dos Operários da Construção Civil, no *CF*, respondeu a António de Castro Jorge, esclarecendo que a sua ideia estava errada e que se tratava de uma maneira de provocar divisão entre os trabalhadores, salientando que também eram explorados os camponeses, pescadores, bordadeiras. Sobre a afirmação de que o médico trabalhava todos os dias, incluindo feriados e fins-de-semana, o sindicato apelidou-o de "super homem", referindo a diferença entre o que esta ganhava e o que auferiam os trabalhadores[3131].

[3125] *DM*, 4 de Maio de 1974, "Galeria", p. 4.
[3126] *DM*, 4 de Maio de 1974, "Giz na parede ~ Cura de desintoxicação", pp. 1 e 4.
[3127] *DM*, 4 de Maio de 1974, "Giz na parede – Uma pergunta por semana", pp. 1 e 4.
[3128] *DN*, 7 de Maio de 1974, "Estádio da Liberdade", p. 4; *DM*, 25 de Maio de 1974, "Marítimo – Sintrense", p. 9
[3129] *DM*,18 de Maio de 1974, "Ventos ilhéus – Manifestação contra o Fundo de Desemprego", p. 23.
[3130] *DM*, 25 de Janeiro de 1975, "O operário é quem trabalha", pp. 1 e 4.
[3131] *CF*, 30 de Janeiro de 1975, separata regional, "Sindicato Livre dos Operários da Construção Civil e Ofícios Correlativos do Distrito do Funchal – O operário é quem trabalha", p. 2.

Embora ainda não tivesse publicado o comunicado do Sindicato da Construção Civil – tendo sido feito, apenas no *CF* – o director do *DM*, na edição deste periódico de 22 de Fevereiro de 1975, respondeu a este comunicado, colocando perguntas ao "sr. Alturas" sobre as difíceis condições de trabalho dos operários da construção e as responsabilidades por tal acontecer, envolvendo, nas mesmas, o próprio sindicato[3132].

Finalmente, na sua edição de 22 de Março de 1975, o *DM* publicou o comunicado do mencionado sindicato, tendo esta divulgação sido imposta pelo comandante militar da Madeira, que considerou obrigatório tal acto, face à lei da imprensa e do direito de resposta. Mas o director do periódico só o publicou depois de receber um documento escrito de Carlos de Azeredo, não aceitando ordem deste pelo telefone, mesmo com ameaças de invasão do jornal pelos trabalhadores da construção civil[3133].

Por ocasião da eleição da AC, em Abril de 1975, o *DM* divulgou um quadro comparativo do pensamento de alguns partidos concorrentes (PCP, PS, PPD, CDS, PDC) – tendo por base documentos da Igreja – no qual, eram abordados os temas da família, religião, educação, propriedade privada, reforma agrária e sindicatos[3134].

Na interpretação da vitória do PPD, no arquipélago, nas eleições de 25 de Abril de 1975, o *DM* perguntava: "não ser[ia] isso uma razão fundamental, além de outras existentes, para ser concedida a independência total às ilhas do Atlântico?"[3135].

Ora este pensamento, a par de outros textos publicados no mesmo jornal, provocaram uma acesa celeuma que gerou a prisão de António de Castro Jorge e outros elementos do periódico, por ser entendido como uma defesa e um estímulo à independência da Madeira, assunto que, por esta razão, se encontra desenvolvido no capítulo da autonomia e separatismo.

[3132] *DM*, 22 de Fevereiro de 1975, "A carta do Senhor Alturas", pp. 1 e 5.

[3133] *DM*, 22 de Março de 1975, "O operário é quem trabalha", pp. 1 e 4; *DM*, 29 de Março de 1975, "Em liberdade", pp. 1 e 4.

[3134] *DM*, 19 de Abril de 1975, "Leia-Reflicta-Vote", p. 4.

[3135] *DM*, 10 de Maio de 1975, "Na Madeira: vitória da social-democracia – Uma razão para a independência? Quem são os obscurantistas?", pp. 1 e 10.

Neste ambiente polémico, em Maio de 1975, o *DM* definia-se independente, não estando "ligado a qualquer partido político, monopólio ou latifúndio"[3136].

Abordando a postura do *DM*, no panorama da comunicação social madeirense, a *VM* considerou-o "tão popular na nossa ilha pelo desassombro com que se bat[ia] pelos problemas regionais"[3137].

Mas o *CF* lembrou que o *DM* criticava certos sectores da administração local, mas, em contrapartida, elogiava os chefes do regime deposto, Tomás e Caetano, embora, após o "25 de Abril", Cesário Nunes, dissesse cobras e lagartos dos mesmos políticos[3138].

Também, Carlos de Azeredo, em Outubro de 1975, num tom crítico a este jornal, referiu que "a violência física tem sempre como raiz a violência verbal. Iniciativas como por exemplo as do "*Diário da Madeira*", contidas em alguns dos seus "Giz na Parede" e "Galeria" [eram] sempre de mau gosto e perigosas"[3139].

Em defesa do *DM,* surgiram os empregados e operários da Tipografia Comércio do Funchal, onde se fazia o periódico, protestando, em Novembro de 1974, contra os escritos feitos nas instalações da tipografia, em que se acusava este jornal de "diário fascista e ameaçando de morte" o seu redactor principal, Cesário Nunes[3140].

Este jornalista foi definido como "antigo e conhecido democrata", apoiante de Norton de Matos, contra Craveiro Lopes, na eleição presidencial antes do "25 de Abril". Consideravam os seus defensores que as ameaças de morte não tinham sido feitas pelo PCP e alertaram as autoridades para "grupo(s) de burgueses-anarquistas"[3141].

[3136] *DM*, 17 de Maio de 1975, "O nosso 14.º aniversário", pp. 1 e 9.

[3137] *VM*, 30 de Maio de 1974, "*Diário da Madeira"*, p. 1.

[3138] *CF*, 30 de Maio de 1974, edição regional, "A imprensa local e a PIDE", p. 4.

[3139] *JM*, 26 de Outubro de 1975, ""A formação da Junta só por si nada resolve. Sem o concurso e a adesão da população e a necessária ajuda do governo, nada de válido será feito" - afirmou o brigadeiro Carlos de Azeredo a "*Jornal da Madeira*"", pp. 1-2.

[3140] *DN*, 28 de Novembro de 1974, "Comunicados – Do "*Diário da Madeira*"", p. 7; *DN*, 30 de Novembro de 1974, "Comunicado dos trabalhadores do *"Diário da Madeira""*, pp. 1 e 4; *JM*, 28 de Novembro de 1974, "Comunicado", p. 2.

[3141] *DN*, 28 de Novembro de 1974, "Comunicados – Do "*Diário da Madeira*"", p. 7; *DN*, 30 de Novembro de 1974, "Comunicado dos trabalhadores do "*Diário da Madeira*"", pp. 1 e 4; *JM*, 28 de Novembro de 1974, "Comunicado", p. 2.

9.5. *Voz da Madeira*

Por ocasião da acção revolucionária do MFA, este jornal, nascido em 1953, tinha como director Agostinho Cardoso, médico, que já tinha sido deputado pela Madeira na AN. Com tiragem semanal, publicava-se, normalmente, à quarta-feira, tendo a sua primeira edição, após a Revolução, ocorrido em 1 de Maio de 1974[3142].

Neste seu primeiro número, o periódico referiu ter actuado "essencialmente, no plano das reivindicações regionais, na crítica veemente à demora, insuficiência ou ausência de soluções para os graves e fundamentais problemas do arquipélago da Madeira"[3143].

Acrescentava que "essa posição de independência e veemência na crítica e nas afirmações responsáveis trouxe[ra-lhe] dissabores e até represálias no plano pessoal pela actuação de "*Voz da Madeira*" ao serviço da comunidade madeirense". Aludia ao facto do director, Agostinho Cardoso, ter abandonado, há cerca de um ano, a vida pública e uma carreira política, "mercê de fundas discordâncias também de natureza política", e que não desejava retomar essa vida política[3144].

Salientava que "se julgou aconselhável manter até [então] este jornal, como cobertura duma retirada e como bastião de luta regionalista, não sab[ia] se os sacrifícios de vária ordem que ele representa[va] passar[iam] a ser necessários à Madeira na qual a sua actuação regionalista se polariza[va]"[3145].

De qualquer modo, entendia que não era a hora própria para encerrar os 20 anos do jornal, "na alvorada de um regime que apela[va] para a colaboração de todos os portugueses e garant[ia] o direito ao pluralismo das opiniões". Ainda assim, declarava: "O futuro dirá se essa hora – não há jornais eternos – vem próxima ou distante"[3146].

[3142] Refira-se que, nas edições de Abril e Maio do *VM*, não foi publicada uma única fotografia da manifestação do 1.º de Maio na Madeira, nem das acções populares a nível regional. Apenas em 12 de Junho de 1974, surgiu uma foto das movimentações do dia 25 de Abril, em Lisboa. *VM*, 1 de Maio de 1974, p. 1; *VM*, 12 de Junho de 1974, p. 1.

[3143] *VM*, 1 de Maio de 1974, "O momento político", pp. 1 e 3.

[3144] *VM*, 1 de Maio de 1974, "O momento político", pp. 1 e 3.

[3145] *VM*, 1 de Maio de 1974, "O momento político", pp. 1 e 3.

[3146] *VM*, 1 de Maio de 1974, "O momento político", pp. 1 e 3.

Relativamente a António de Spínola, o semanário elogiou-o, considerando que a "chefia do bravo e ilustre militar, de origem madeirense [era] a maior esperança para o país […] na condução do presente e do futuro de Portugal. E a garantia do respeito pelas pessoas e seu pensamento"[3147].

Aquando da investidura de António de Spínola, como PR, a *VM* juntou-se "ao imenso coro dos que neste país aplaud[ia]m no herói da Guiné portuguesa, o mais digno de todos para assumir […] a chefia do Estado"[3148].

Considerava o mesmo periódico que o militar em questão era o "fiador idóneo e da coerência e da fidelidade aos princípios" do MFA e da JSN. De igual modo, interpretava este elogio como um "simples acto de justiça e não de louvaminha […] e dum direito de cidadania", por parte de quem dirigia um jornal humilde, sendo de maior júbilo esta nomeação, pelo facto do investido ser filho de um madeirense e ainda ter na ilha, então, parentes próximos, constituindo a ascendência madeirense do escolhido um "motivo de confiança na solução da vasta problemática do nosso arquipélago"[3149].

Nas páginas deste jornal, vários assuntos foram tratados e registaram-se posições relativamente a acontecimentos da época.

A *VM* manifestou apoio à pretensão da ACF que pedia a intervenção do delegado da JSN junto do Ministério da Marinha, face aos prejuízos económicos, resultantes da irregularidade de transportes marítimos com o Continente (portos de Leixões e Aveiro) e com a África Portuguesa[3150].

A propósito de cadernos reivindicativos elaboradas nas paróquias de S. Jorge e da Ilha, concelho de Santana, o jornal em apreço considerou "impressionante este renascimento de espírito comunitário a nível paroquial, na defesa dos seus legítimos interesses" e que este exemplo deveria ser seguido para "reunir um grande caderno das reivindicações de todas as paróquias da Madeira e do seu variado mosaico de legítimos interesses e aspirações"[3151].

Também, foi abordada, na *VM*, a situação difícil dos estudantes universitários madeirenses que tinham de se deslocar para o Continente (viagens caras, alojamento, propinas, etc.), sugerindo-se que se criasse um lar

[3147] *VM*, 1 de Maio de 1974, "O momento político", pp. 1 e 3.
[3148] *VM*, 30 de Maio de 1974, "O General António de Spínola – Chefe de Estado", pp. 1-2.
[3149] *VM*, 30 de Maio de 1974, "O General António de Spínola – Chefe de Estado", pp. 1-2.
[3150] *VM*, 8 de Maio de 1974, "Janela – transportes Marítimos", pp. 1 e 4.
[3151] *VM*, 7 de Agosto de 1974, "Relance – Caderno de reivindicações paroquiais", p. 4.

de estudantes da Madeira, maiores descontos nas viagens da TAP, isenção de propinas e a realização de exames de admissão às universidades na sede dos distritos, evitando a ida ao Continente dos madeirenses, pois só assim se combateria a "descriminação geográfica" e se concretizaria a "democratização do ensino" [3152].

Aquando da greve da TAP, em Setembro de 1974, a *VM* interpretou-a como "o exílio a meio do oceano a que a Madeira foi votada com o imbróglio", não podendo esta ficar remetida a uma "posição de características coloniais"[3153].

A exemplo de outros órgãos de informação, como o *DN,* a *VM* iniciou a divulgação de artigos informativos/formativos sobre temas políticos da actualidade[3154].

O tema da continuidade e da sobrevivência da *VM* foi apreciado, algumas vezes, nos primeiros momentos da mudança política. Reafirmou o pensamento expresso logo na edição imediata ao "25 de Abril", ou seja, que "apesar das dificuldades financeiras crescentes virem aconselhando já há meses o ponto final na publicação deste semanário – não [lhes] pareceu certo fazê-lo [naquela] hora", tendo em conta o apelo de António de Spínola, para que todos os portugueses apoiassem e participassem no programa da JSN[3155].

Nesse momento, o periódico considerava que a Madeira ainda precisava do seu contributo, e por isso "fica[ria] pois por algum tempo, semanas, meses – sabemos lá! – enquanto não fo[ssem] inúteis, numa actuação sem pretensões de qualquer espécie"[3156]. Mas par tal, o semanário voltava a repetir que este só poderia sobreviver se houvesse novos assinantes e anunciantes, apelando a que estes fizessem, atempadamente, o respectivo pagamento[3157].

Reflectindo, de algum modo, estas preocupações, a *VM,* depois da sua edição de 15 de Maio de 1974, só viria a público no dia 30 de Maio de 1974[3158], com uma edição comemorativa do seu 21.º aniversário, apenas possível graças a um grupo de voluntários, pois a situação económica do jornal era "muito

[3152] *VM*, 30 de Maio de 1974, "Democratização do ensino", p. 6.
[3153] *VM*, 4 de Setembro de 1974, "Janela – A greve da TAP e o exílio da Madeira", p. 4.
[3154] *VM*, 12 de Junho de 1974, "Informação/Formação", p. 4; *VM*, 26 de Junho de 1974, "Informação/Formação", pp. 1 e 3; *VM*, 10 de Julho de 1974, "Informação/Formação", pp. 1 e 3; *VM*, 24 de Julho de 1974, "Informação/Formação", pp. 1 e 4.
[3155] *VM*, 8 de Maio de 1974, "Participação", pp. 1 e 3.
[3156] *VM*, 8 de Maio de 1974, "Participação", pp. 1 e 3.
[3157] *VM*, 8 de Maio de 1974, "*Voz da Madeira*", p. 1.
[3158] *VM*, 15 de Maio de 1974, "*Voz da Madeira"*, p. 1.

negativa", devido ao aumento de custos e à recessão nas receitas, pelo que a solução tomada para sobreviver foi passar a quinzenário, em vez de semanário[3159].

Sobre a acção da *VM,* foram formuladas, na altura, várias opiniões, como a do *JM*, que advogou que o mesmo vinha defendendo os problemas mais ingentes da Madeira[3160].

Intimamente ligado ao jornal em causa, numa fase de declínio, o seu director, Agostinho Cardoso, em Outubro de 1974 – por despacho conjunto do ministro da Administração Interna e do secretário de Estado da Saúde, em 23 de Outubro de 1974 – foi demitido de três cargos, delegado de saúde do concelho de Funchal, director do serviço de medicina do Hospital Distrital do Funchal e subdelegado do IANT na Madeira, tendo sido aposentado, de imediato, "por conveniência de serviço nos termos da legislação que regula[va] o saneamento das instituições públicas"[3161].

Surgiu uma reacção de apoio ao médico, da parte de doentes do Hospital Dr. João de Almada (Sanatório), através de um telegrama ao secretário de Estado da Saúde, protestando contra o seu saneamento[3162].

Vários sectores do Sanatório (técnicos, administrativos, enfermeiros) enviaram telegramas ao secretário de Estado da Saúde, pedindo a continuação de Agostinho Cardoso, "como director ou pelo menos como assistente clínico"[3163].

Houve mais vozes discordantes com este afastamento de Agostinho Cardoso, como a de M.N., no *DN* de 31 de Outubro de 1974, referindo que o citado cidadão tinha servido o anterior regime, mas deveria continuar como médico do hospital madeirense[3164].

Em Maio de 1975, Agostinho Cardoso anunciou a "retoma à clínica"[3165].

[3159] *VM*, 30 de Maio de 1974, "No aniversário de "*Voz da Madeira*"", p. 1.
[3160] *JM*, 9 de Junho de 1974, "Imprensa – "*Voz da Madeira*"", p. 3.
[3161] *DN*, 24 de Outubro de 1974, "O dr. Agostinho Cardoso foi afastado dos cargos que desempenhava em instituições públicas", p. 10; *JM* Funchal, 24 de Outubro de 1974, "Aposentação do dr. Agostinho Cardoso", p. 3.
[3162] *DN*, 24 de Outubro de 1974, "Reacção dos doentes do Sanatório", p. 10.
[3163] *DN*, 26 de Outubro de 1974, "Doentes e pessoal do Sanatório enviaram telegramas ao secretário de Estado da Saúde", p. 4.
[3164] *DN*, 31 de Outubro de 1974, "A palavra do leitor – Mais médico que político", p. 5.
[3165] *DN*, 14 de Maio de 1975, "Médicos – Dr. Agostinho Cardoso", p. 2.

A *VM* teve um forte impacto na função jornalística e na vida político-partidária de Alberto João Jardim, face à colaboração activa que prestou neste periódico, sobretudo antes do "25 de Abril", e também pela sua intervenção no período revolucionário, antes de ir dirigir o *JM*.

Nesta nova fase política regional, em jeito de justificação da sua actuação, Alberto João Jardim esclareceu que "sempre [se tinha batido] nestas colunas, afirmando que o regime político nascido da Constituição de 1933 cairia se se persistisse num esquema de não-liberalização pacífica das estruturas políticas da vida portuguesa"[3166].

Perante várias acusações de ligação ao jornal dirigido pelo seu tio, Agostinho Cardoso, ex-UN-ANP e ex-deputado da AN, por parte de periódicos, personalidades, movimentos e partidos políticos[3167], Alberto João Jardim, em Fevereiro de 1975, no *JM*, apresentou a sua defesa – exposta, de forma mais desenvolvida, no capítulo dos movimentos e partidos políticos – realçando-se, aqui, a parte respeitante à sua acção na *VM*.

Assim, explicou que, em 1970, quando regressou à Madeira para fazer o serviço militar, passou a colaborar a colaborar com a *VM* (um jornal de um seu familiar, Agostinho Cardoso e não da ANP) e que os seus artigos, neste periódico, ao longo dos quatro anos de escrita, demonstravam no global – e não atendendo apenas a "frases isoladas" – "a linha de reforma" em que se situava, tendo, inclusivamente, o presidente do Conselho de Ministros, Marcello Caetano, escrito ao seu tio, Agostinho Cardoso, protestando contra um texto da sua autoria[3168].

Acrescentou Alberto João Jardim que muitos dos seus críticos tinham colaborado na *VM* e noutros jornais mais conservadores e até bajularam a administração do regime[3169].

[3166] *VM*, 1 de Maio de 1974, "Um novo Portugal, uma nova Madeira", Alberto João, pp. 1-2 e 4.
[3167] *CF,* separata regional, 28 de Novembro de 1974, "Estudantes em luta", p. 6; *CF,* separata regional, 12 de Dezembro de 1974, "Quem são os fascistas da Escola?", p. 5; *JM*, 1 de Novembro de 1974, "Ainda o caso do Seminário", pp. 1 e 7.
[3168] *JM*, 18 de Fevereiro de 1975, "Tribuna Livre", pp. 1 e 5.
[3169] *JM*, 18 de Fevereiro de 1975, "Tribuna Livre", pp. 1 e 5.

9.6. *Eco do Funchal*

No momento em que surgiu o "25 de Abril", o semanário *EF* tinha como director Rogério M. Caldeira, sendo editado, normalmente, à segunda-feira, tendo a sua primeira publicação, após o movimento revolucionário, acontecido no dia 29 de Abril de 1974[3170].

Dedicando-se à problemática regional, o *EF* considerou que havia assuntos menores em discussão, como a mudança do nome do Estádio Marcello Caetano e a greve, quando "a construção de uma Madeira melhor deveria nortear todo o querer, toda a revindicação maior de todo o madeirense"[3171].

Com efeito, este jornal, através dos seus colaboradores, tomou posição sobre diversos temas regionais.

José Abel Caldeira, em Maio de 1974, considerou que a Madeira fora a parcela portuguesa mais sacrificada, a nível económico-social e cultural, sobretudo porque Salazar desprezou esta terra, aproveitando para criticar os políticos madeirenses, que, no anterior regime, não defendiam o arquipélago[3172].

No mesmo mês, José Manuel Silva abordou a necessidade de duas obras para o crescimento do turismo, a ampliação do aeroporto da Madeira e as condições do porto marítimo, reclamando o alargamento da pista aeroportuária, a par de uma política de transportes aéreos a preços competitivos e a criação de um porto marítimo com melhores condições de atractividade e com preços mais favoráveis[3173].

A propósito da greve da TAP, em Setembro de 1974, o *EF*, concluiu que, "sem barcos e sem aviões, a Madeira ficou pura e simplesmente exilada", defendendo, por isso, a liberalização das comunicações aéreas[3174].

O *EF* exprimiu o seu pensamento relativamente a acontecimentos nacionais, como o "11 de Março de 1975", referindo que esta "intentona […] foi

[3170] *EF*, 29 de Abril de 1974, p. 1.
[3171] *EF*, 3 de Junho de 1974, "Por uma Madeira melhor: Turismo: libertemo-lo da sua letargia, produzamos as suas riquezas dividindo-as depois por todos", pp. 1 e 9.
[3172] *EF*, 13 de Maio de 1974, "Para esquecer?", José Abel Caldeira, pp. 7-8.
[3173] *EF*, 20 de Maio de 1974, "Por uma Madeira melhor: "Aeroporto Internacional e Porto Franco necessita a Madeira para fazer face aos seus problemas prioritários", José Manuel Silva, pp. 1 e 3; *EF*, 27 de Maio de 1974, "A Madeira e os seus problemas: Porto e Aeroporto, velha tecla sempre actual", José Manuel Silva, pp. 1 e 9.
[3174] *EF*, 2 de Setembro de 1974, "A greve dos transportes aéreos portugueses", p. 1.

uma prova mais de que a reacção não desistiu nem desistir[iria] de tentar voltar à anterior situação" e que "a união Povo-M.F.A. [era] um facto indestrutível", apelando à vigilância[3175].

A exemplo de outros jornais, o *EF*, em Novembro de 1974, iniciou a publicação de um espaço, intitulado Vocabulário Político, para "esclarecer as pessoas com vista à sua politização"[3176].

A linha orientadora do *EF*, neste período pós-"25 de Abril", foi reafirmada em Março de 1975, por ocasião do seu 35.º aniversário, ao salientar que era necessário "discutir-se", mas não defendia, nem atacava "nem pessoas, nem ideologias, v[iesse]m elas donde v[iesse]m", pois "o direito de liberdade dever[ia] pertencer a todos independentemente da sua ideologia", repudiando o periódico o "sensacionalismo"[3177].

9.7. *Re-nhau-nhau*

À data da "Revolução dos Cravos", o *RNN* era um periódico humorístico, que se publicava nos dias 10, 20 e 30 de cada mês, tendo sido fundado por Gonsalves Preto e João Miguel. No primeiro número após o "25 de Abril", isto é, em 30 de Abril de 1974, apresentava-se com o n.º 1439, do ano XLV e tinha como director e editor Gil M. Gomes, sendo propriedade de João Miguel (Herdeiros)[3178].

Neste seu primeiro número, após a Revolução, este jornal saudou o movimento militar, no momento em que "foram restituídas ao povo Português as liberdades fundamentais a que tinha direito, e de que se via privado, abusivamente, há 48 anos"[3179].

O periódico publicou a proclamação da JSN, dirigida à nação pelo seu presidente, António de Spínola, no dia da Revolução[3180] e depois, em 20 de Maio

[3175] *EF*, 17 de Março de 1975, "A malograda intentona do 11 de Março", p. 1.
[3176] *EF*, 4 de Novembro de 1974, "Vocabulário político", p. 3; *EF*, 18 de Novembro de 1974, "Vocabulário político", p. 2.
[3177] *EF*, 3 de Março de 1975, "Os nossos 35 anos", p. 1.
[3178] *RNN*, 30 de Abril de 1974, p. 1.
[3179] *RNN*, 30 de Abril de 1974, "Movimento vitorioso das Forças Armadas", p. 1.
[3180] *RNN*, 30 de Abril de 1974, "Confiada à Junta de Salvação Nacional o Governo da Nação", p. 3.

de 1974, deu eco à sua tomada de posse. Então, o mesmo jornal deu à estampa excertos do discurso de António de Spínola, do qual destacou o apelo à produtividade, condição fundamental ("a mais instante das reivindicações"), a ideia de que não seria "em clima de ódio cego e obstinação vingativa sobre os responsáveis dos males passados" que se construiria um Portugal no contexto das nações e o dever de se deixar à justiça o apuramento de responsabilidades dos governantes do "velho regime"[3181].

Em Maio de 1974, o *RNN* considerava o "25 de Abril" uma festividade, por ter restaurado as liberdades ao povo português[3182].

No âmbito das suas posições sobre a realidade regional, em Agosto de 1974, o *RNN* aludiu à situação vivida de "isolamento forçado" da Madeira, por via da paralisação da TAP[3183].

A propósito do "25 de Abril de 1974", este jornal transcreveu da *Gazeta do Sul* um "AGRADECIMENTO", no qual se ironizava a morte do anterior regime, sob a forma de uma comunicação de uma agencia funerária:

> "No dia 25 de Abril de 1974, faleceu em Portugal Medo de Falar, que contava 48 anos de idade, Sua Esposa Maria Medo da Pide, seu filho Medo de Tudo, seu pai Medo do Caetano e demais Família agradecem a quantos se dignaram acompanhá-lo à última morada no 1.º de Maio. Portugal Maio de 1974. Tratou a "Agência Funerária de António Alves, em Viseu". P.N.H. de T.S.H.M.T.? (porque não havia de ter sido há mais tempo?)"[3184].

Por fim, importa salientar o uso permanente da caricatura por parte deste periódico, sendo uma sua marca indelével e distintiva, no panorama da imprensa madeirense e nacional e usada como recurso crítico e satírico.

Aliás José Augusto dos Santos Alves considera a caricatura como uma forma de "olhar o mundo que obriga a despertar, a sentir o que se passa em redor, pois a caricatura não resigna, desafia, provoca o riso, quase instantaneamente, e a reflexão"[3185], assumindo-se, assim, como uma "arma poderosíssima de comunicação"[3186].

[3181] *RNN*, 20 de Maio de 1974, "O General António de Spínola, novo Presidente da República", p. 3.
[3182] *RNN*, 10 de Maio de 1974, "25 de Abril – Dupla Data Festiva", p. 3.
[3183] *RNN*, 30 de Agosto de 1974, "A Madeira sem transportes aéreos…", p. 3.
[3184] *RNN*, 30 de Junho de 1974, "Agradecimento", p. 3.
[3185] ALVES, 2005b, p. 123.
[3186] ALVES, 2005b, p. 128.

9.8. *Radiotelevisão Portuguesa*

Na altura que ocorreu o movimento vitorioso das FA, em Abril de 1974, a Madeira possuía uma delegação da *RTP*, dirigida por Francisco Assis Correia, nomeado pela administração de Lisboa[3187].

Na fase inicial da nova situação madeirense, resultante do "25 de Abril", o emissor regional da *RTP* não anunciou qualquer mudança, o que motivou várias críticas, designadamente do *CF*, acusando que "silenciosamente […] certas personalidades terão oferecido uma relutante resistência ao desenrolar dos acontecimentos"[3188].

O sucesso da revolução possibilitou, entretanto, a difusão dos acontecimentos registados no Continente, tendo o Centro Regional da Madeira da *RTP* promovido a transmissão, durante duas horas, do "Telejornal com imagens gravadas em Lisboa nos dias 26 e 27 do corrente relativas aos acontecimentos vitoriosos do Movimento das Forças Armadas que culminou com a constituição da Junta de Salvação Nacional"[3189].

Em Junho de 1974, a *RTP* Madeira transmitiu a "Jornada de solidariedade ao movimento das Forças Armadas – Programa realizado no mercado da primavera em Belém"[3190].

Apesar do fim da censura e do GI-JSN disponibilizar os meios públicos de comunicação locais (*RTP* e *EN*) às diferentes linhas de pensamento[3191], a verdade é que a *RTP*-Madeira não ficou isenta de muitas críticas e esteve envolvida em polémicas.

Neste enquadramento, António Augusto de Freitas Coutinho Gorjão explicava que dois comunicados (um sobre a eleição de uma comissão na Escola de Câmara de Lobos e outro de um grupo de professores do ensino preparatório) não foram publicados pela *RTP,* bem como por outros meios de comunicação

[3187] *DN*, 30 de Maio de 1974, "Delegado da *Radiotelevisão Portuguesa* na Madeira", p. 3.
[3188] *CF*, 1 de Maio de 1974, edição especial, "A Madeira depois do 25 de Abril", p. 6.
[3189] *DN*, 29 de Abril de 1974, "Televisão", p. 2; *JM*, 29 de Abril de 1974, "Cartaz TV – Programa para hoje", p. 9.
[3190] *JM*, 12 de Junho de 1974, "Cartaz TV – Programa para hoje", p. 9.
[3191] *DM*, 4 de Maio de 1974, "Esclarecimento acerca da utilização dos órgãos de informação na Madeira", p. 3; *DN*, 3 de Maio de 1974, "Esclarecimento acerca da utilização dos órgãos de informação na Madeira", p. 3; *JM*, 3 de Maio de 1974, "Esclarecimento acerca da utilização dos órgãos de informação na Madeira", p. 1.

social (*EN, JM* e *DN*), tendo sido colocados vários entraves para o efeito, e lamentou a falta de democracia na imprensa madeirense[3192].

Em resposta a esta acusação, o GI-JSN esclareceu que a divulgação de comunicados era da responsabilidade dos responsáveis da imprensa e que o delegado da JSN não tinha "verificado" qualquer texto apresentado à *RTP*, nem disso tivera conhecimento prévio[3193].

Acrescentava este GI-JSN que a *RTP* (órgão oficial) não podia estar à mercê de casos e problemas pessoais, devendo obedecer a regras de isenção partidária e que não podia ocupar os seus programas com todos os esclarecimentos e depoimentos que lhe eram enviados[3194].

Depois, António Augusto de Freitas Coutinho Gorjão replicou que a população tinha direito a saber por que razões durante algum tempo a *RTP* e a *EN* não referiram os acontecimentos do "25 de Abril" e que os assuntos expostos nos comunicados dos professores não eram pessoais, mas de interesse público[3195].

Entretanto, também, o *CF* respondia ao aludido esclarecimento da JSN de 21 de Maio de 1974, considerando que a orientação da *RTP* não respeitava o pluralismo das diferentes correntes ideológicas, sendo seu dever fazê-lo, dando o exemplo de um depoimento, feito para a *RTP*, por um jornalista deste periódico, Vicente Jorge Silva, mas não publicado, tendo sido alegado razões técnicas, mas não aceites por estes[3196].

O *jornal cor-de-rosa* entendia que "a TV local comporta[va]-se como se nada de novo ocorresse no momento político madeirense", continuando sob a chefia de Francisco Assis Correia, nomeado por dirigentes nacionais da *RTP* (já demitidos) e de plena confiança do regime deposto. Apontava que, ao contrário do representante na *EN* na Madeira, que fora afastado, este delegado da *RTP*

[3192] *CF*, 18 de Maio de 1974, edição regional, "Livres opiniões – "Não devemos esperar mais"", pp. 9-11.

[3193] *DM*, 25 de Maio de 1974, "Comunicado", p. 3; *DN*, 22 de Maio de 1974, "Gabinete de Informação da Madeira da Junta de Salvação Nacional – Esclarecimento", p. 1; *EF*, 20 de Maio de 1974, "Esclarecimento", p. 5; *JM*, 22 de Maio de 1974, "Esclarecimento", p. 1.

[3194] *DM*, 25 de Maio de 1974, "Comunicado", p. 3; *DN*, 22 de Maio de 1974, "Gabinete de Informação da Madeira da Junta de Salvação Nacional – Esclarecimento", p. 1; *EF*, 20 de Maio de 1974, "Esclarecimento", p. 5; *JM*, 22 de Maio de 1974, "Esclarecimento", p. 1.

[3195] *CF*, 25 de Maio de 1974, edição regional, "Resposta ao comunicado do Gabinete de Informação", A. A. de F. Coutinho Gorjão, p. 11.

[3196] *CF*, 25 de Maio de 1974, edição regional, "Resposta a uma nota do Gabinete de Informação", p. 11.

na Madeira estava em funções e tinha boicotado os noticiários sobre os acontecimentos do "25 de Abril", o que denunciava "em absoluto a sua cumplicidade com o regime fascista derrubado"[3197].

Relativamente à não publicação do depoimento de Vicente Jorge Silva, feito para a *RTP*, o *CF* interpretou-a "por razões de censura interna", exemplo de que o "exame prévio não acab[ara]"[3198].

Para contestar a direcção regional da *RTP* de Francisco Assis Correia, em 22 de Maio de 1974, houve uma manifestação ordeira dos trabalhadores da rádio, os quais se dirigiram à *RTP*, exigindo liberdade e a demissão do aludido delegado na Madeira, porquanto este órgão deveria estar "ao serviço do povo".

Recebidos por Francisco Assis Correia, este explicou que a sua presença no cargo se devia a instruções superiores de Lisboa[3199].

O CF destacou que o descontentamento expresso nesta manifestação demonstrava que o delegado da estação televisiva era "impopular" e não tinha as qualificações especiais para exercer tal função[3200].

Depois, o Conselho de Administração da *RTP* decidiu suspender o citado delegado da Madeira, sendo substituído, interinamente, por Carlos Alberto Reis Fernandes, natural da Madeira e assistente radiotécnico[3201].

Em Dezembro de 1974, Serafim de Oliveira Leitão, tenente do Serviço de Administração Militar do Quartel-general do CTIM, foi nomeado chefe de Delegação da Madeira da *RTP* e delegado de Administração, após parecer favorável do governador militar, Carlos de Azeredo e do general-chefe do Estado-Maior do Exército, Carlos Fabião[3202].

[3197] *CF*, 25 de Maio de 1974, edição regional, "Resposta a uma nota do Gabinete de Informação", p. 11.

[3198] *CF*, 13 a 19 de Junho de 1974, edição regional, "A TV e a censura interna: Uma comunicação que não foi transmitida", pp. 10-11.

[3199] *DM*, 25 de Maio de 1974, "Trabalhadores madeirenses manifestam as sua reivindicações – A rádio impôs de maneira sóbria", coordenação de Emanuel Gimes, p. 11; *DN*, 23 de Maio de 1974, "Manifestação dos trabalhadores da rádio", p. 3; *DN*, 23 de Maio de 1974, "Trabalhadores ocuparam a *Estação Rádio Madeira* controlando a sua emissão", pp. 1 e 8; *DN*, 23 de Maio de 1974, "Última hora", p. 3; *JM*, 23 de Maio de 1974, "Greve na *Estação Rádio"*, p. 3; *JM*, 23 de Maio de 1974, "Ontem no Funchal – Manifestação dos trabalhadores da rádio madeirense", p. 3.

[3200] *CF*, 25 de Maio de 1974, edição regional, "Resposta a uma nota do Gabinete de Informação", p. 11.

[3201] *DN*, 30 de Maio de 1974, "Delegado da *Radiotelevisão Portuguesa* na Madeira", p. 3.

[3202] *DN*, 24 de Dezembro de 1974, "Novo chefe da delegação na Madeira da *R.T.P.*", p. 1.

Por ocasião do 2.º aniversário da existência da *RTP* na Madeira (inaugurada em 1972) – cuja actividade se baseava na retransmissão diária de programas vindos do Continente – um inquérito de opinião, no *DN*, apontava a falta da presença madeirense nos programas, nomeadamente de entrevistas a políticos regionais e uma subordinação ao Continente[3203].

Num artigo de R.P., publicado no *DN*, em 2 de Julho de 1974, foi feita uma análise da situação da *RTP*, a nível local, destacando-se que esta funcionava como um "animatógrafo", em instalações deficientes, não servindo os interesses dos madeirenses, bem como não eram tratados os problemas específicos das ilhas, necessitando-se do carácter regionalista[3204].

Segundo este articulista, existia uma televisão "enlatada", não havia responsabilidade da administração local por este ambiente, a cobertura televisiva na Madeira não chegava aos 50%, o poder de compra dos madeirenses também não permitia ter televisores em abundância. Defendeu o autor em questão a pretensão de uma televisão popular e não intelectual, o aumento do tempo de difusão, acabando também os telejornais "enlatados", atrasados 24 horas, com a atribuição de culpas para a TAP e reivindicava-se que a Madeira deveria ter "autonomia para a feitura de programas que pretend[i]am mostrar o que [éramos] e o que quer[ía]mos ser"[3205].

Em Setembro de 1975, registou-se um conflito envolvendo a *RTP*-Madeira, quando o CIPM protestou contra o corte havido em Setembro, no decurso da emissão de uma entrevista de Martins Júnior, no emissor regional da *RTP*, "quando denunciava manobras independentistas e possíveis implicados nessas mesmas manobras", questionando se ainda não tinha acabado a "censura salazarista e marcelista", exigindo um esclarecimento público sobre este acontecimento[3206].

O *JM*, de 14 de Setembro de 1975, divulgou, na íntegra, a citada entrevista de José Marins Júnior, concedida à *RTP* do Continente, em 9 de Setembro de 1975. Esta já tinha sido transmitida em Lisboa, e no dia 11 de

[3203] *DN*, 2 de Julho de 1974, "Ouvimos na rua – Que opinião tem da T.V. na Madeira?", p. 3.
[3204] *DN*, 2 de Julho de 1974, "Ouvimos na rua – Televisão na Madeira – dois anos à espera de soluções que são inadiáveis", p. 3.
[3205] *DN*, 2 de Julho de 1974, "Ouvimos na rua – Televisão na Madeira – dois anos à espera de soluções que são inadiáveis", p. 3.
[3206] *DN*,11 de Setembro de 1975, "CIP reivindica o "direito à diferença"", p. 6.

Setembro foi retransmitida pelo emissor regional do Funchal, mas, a determinada altura, terminou de "forma brusca", o que gerou surpresa e protesto de algumas pessoas. Na opinião da *RTP*-Madeira, tal não aconteceu, tendo sido transmitida na íntegra, não tendo havido censura. Nesta entrevista, Martins Júnior falou do "tribunal popular" de 29 de Agosto de 1975 e a sua demissão de presidente da CA da CM de Machico, com acusações a Carlos de Azeredo[3207].

Logo a seguir à retransmissão desta entrevista de Martins Júnior, neste mesmo dia 11 de Setembro de 1975, Carlos de Azeredo concedeu uma entrevista ao mesmo centro emissor regional da *RTP*, desmentindo as afirmações produzidas, pouco tempo antes, por Martins Júnior, sendo também esta entrevista do militar sido divulgada pelo *JM*, de 14 de Setembro de 1975[3208].

A *RTP* esteve envolta numa nova polémica, por via de, no dia 21 de Outubro de 1975, segundo o *JM*, uma equipa desta estação ter sido obrigada a regressar ao Continente – por ordem da sua nova direcção, empossada há pouco tempo – que veio fazer "registos partidários e caluniosos" de acontecimentos ocorridos em Machico, designadamente a ocupação do edifício municipal, no dia 16 de Outubro[3209].

Em 29 de Outubro de 1975, em Lisboa, foi aprovada uma moção dos delegados dos trabalhadores da informação, condenando o acto de Carlos de Azeredo de expulsar de Machico, no dia 22 de Outubro, uma equipa da *RTP* que fazia reportagem, bem como as ameaças feitas aos jornalistas[3210].

Sobre esta moção, Carlos de Azeredo esclareceu que a acção do CITM se justificara pela "inoportunidade" da presença da *RTP* em Machico, com a concordância da direcção nacional da televisão, tendo a equipa de jornalistas regressado a Lisboa, por sua iniciativa e não expulsa pelo governador. Confirmou que, na Madeira, não tinha sido transmitida a entrevista de Martins Júnior à *RTP*, pelas repercussões que poderia ter na vila de Machico[3211].

[3207] *JM*,14 de Setembro de 1975, "A entrevista do Padre Martins", p. 6.

[3208] *JM*,14 de Setembro de 1975, ""A Madeira, como comunidade humana, só foi Portugal, e antes de ser Portugal a Madeira não era comunidade" – palavras do brigadeiro Carlos de Azeredo durante a entrevista concedida à *RTP* no Funchal", pp. 1, 6-7 e 9.

[3209] *JM*, 22 de Outubro de 1975, "Quotidiano – Equipa da *R.T.P.* obrigada a regressar a Lisboa", p. 12.

[3210] *DN*, 31 de Outubro de 1975, "Aprovada moção sobre a informação na Madeira", p. 8.

[3211] *DN*, 1 de Novembro de 1975, "Esclarecimento do governador do Distrito sobre moção de imprensa", p. 8.

A equipa de reportagem da *RTP*, que veio à Madeira e esteve em Machico, respondeu a Carlos de Azeredo, declarando que a mesma foi expulsa da Madeira, pelo Comando Militar da Madeira[3212].

Por sua vez, um grupo de trabalhadores da firma Dias & C.ª manifestou solidariedade com a citada moção, aprovada em 29 de Outubro de 1975, em Lisboa[3213], tendo, no sentido inverso, uma CT da Marconi apoiado a posição de Carlos de Azeredo[3214].

Na perspectiva de melhorar este órgão de informação, a Comissão Concelhia do Funchal do PCP, em Maio de 1975, exigiu autonomia e reforços de meios da TV regional[3215]*.* Por sua vez, a JPM pretendia uma televisão "mais regionalizada" [3216].

9.9. *Emissora Nacional*

No dia 25 de Abril, a nível radiofónico, neste arquipélago, existiam a delegação da *EN*, entidade pública, e as privadas *ERM* e *PEF.*

Tal como aconteceu com os restantes órgãos de informação local, também a *EN*, no dia da Revolução, não deu qualquer notícia sobre a novidade política em Portugal, continuando silenciosa e sem efectuar qualquer ligação com a central nacional, atitude muito criticada, nomeadamente, pelo *CF*[3217]*.*

Apesar de, paulatinamente, a comunicação social ir aderindo ao movimento revolucionário, depois da extinção da censura e do acesso livre aos órgãos de informação estatizados[3218], o certo é que a *EN* foi alvo de comentários

---

[3212] *DN*, 12 de Novembro de 1975, "Equipa da *R.T.P.* responde ao comunicado do C.T.I.M.", pp. 5 e 8.

[3213] *DN*, 5 de Novembro de 1975, "Um grupo de operárias da firma "Dias & C.ª"", p. 5.

[3214] *JM*, 4 de Novembro de 1975, "Trabalhadores da Marconi (Funchal) solidarizados com o brigadeiro Carlos de Azeredo", p. 2.

[3215] *JM*, 3 de Junho de 1975, "Vida política – Partido Comunista, Comunicado", p. 4.

[3216] *DN*, 3 de Abril de 1975, "Em fase de auscultação a Junta de Planeamento da Madeira propõe uma obra multiparticipada", p. 3; *JM*, 4 de Abril de 1975, "A Junta de Planeamento da Madeira procurará actuar como órgão deliberativo em função de propostas técnicas", pp. 1, 6-7.

[3217] *CF*, 1 de Maio de 1974, edição especial, "O oportunismo e o comportamento cúmplice da "informação" madeirense", p. 7.

[3218] *DM*, 4 de Maio de 1974, "Esclarecimento acerca da utilização dos órgãos de informação na Madeira", p. 3; *DN*, 3 de Maio de 1974, "Esclarecimento acerca da utilização dos órgãos de informação na Madeira", p. 3; *JM*, 3 de Maio de 1974, "Esclarecimento acerca da utilização dos órgãos de informação na Madeira", p. 1.

negativos, por limitar a liberdade de expressão, a exemplo do que ocorreu com a *RTP*. Nessa óptica, as anteriores críticas feitas por António Augusto de Freitas Coutinho Gorjão e pelo *CF* à estação televisiva, estenderam-se à *EN*[3219].

Os profissionais da *EN* na Madeira participaram nas reuniões das rádios madeirenses realizadas com o apoio do MDM, na sede deste (edifício da Alfândega Velha), para tratar de assuntos de interesse para a classe, designadamente a eleição de delegados sindicais (um por cada estação radiofónica)[3220].

O novo ambiente político proporcionou algumas novidades radiofónicas, como a transmissão, em directo de Lisboa, em Maio de 1974, do espectáculo "Canto Livre", com a participação de vários cantores da música popular portuguesa, como José Afonso e Adriano Correia de Oliveira, Fausto, Francisco Fanhais, José Jorge Letria, Barata Moura e Vitorino[3221].

Também, em Julho de 1974, a mesma rádio difundiu o festival Canto Livre, promovido pela Comissão Pró-Associação de Estudantes do LNF, com "música de camadas madeirenses que, devido à repressão fascista, não tiveram oportunidade de se manifestar neste campo musical"[3222].

Em Outubro de 1974, iniciou-se uma nova programação no Emissor Regional da *EN*, a partir de 14 de Outubro de 1974, com rubricas regionais, das quais se destaca, no mês seguinte, um debate sobre a colonia[3223].

A *EN*, a nível local, foi alvo de exigências de saneamento. No dia 25 de Outubro de 1974, quando decorria um espectáculo, promovido pela UPM, no Jardim Municipal do Funchal, com a participação de Tino Flores, Fausto e Vitorino Salomé, um grupo de populares dirigiu-se para a sede da *EN*, na Rua dos Netos, onde pediu o afastamento do "fascista Duarte Canavial" (intendente interino da *EN*), considerado pelo *CF* como o responsável pela divulgação de

[3219] *CF*, 18 de Maio de 1974, edição regional, "Livres opiniões – "Não devemos esperar mais"", pp. 9-11; *CF*, 25 de Maio de 1974, edição regional, "Resposta ao comunicado do Gabinete de Informação", A. A. de F. Coutinho Gorjão, p. 11.
[3220] *DN*, 18 de Junho de 1974, "Reunião de Trabalhadores da Rádio", p. 12*; DN*, 4 de Julho de 1974, "Reunião dos trabalhadores de rádio", p. 3.
[3221] *DN*, 11 de Maio de 1974, "O grande êxito do "Canto Livre"", p. 3.
[3222] *DN*, 9 de Julho de 1974, "Comissão Pró-Associação de Estudantes do Liceu Nacional do Funchal", p. 5.
[3223] *DN*, 12 de Novembro de 1974, "Nova programação do Emissor Regional da *E.N.*", p. 2.

informações falsas sobre a manifestação do Sindicato da Construção Civil contra o governador civil, Fernando Rebelo[3224].

Neste acto, a PSP e os militares impediram a entrada dos manifestantes na sede da *EN*, tendo sido formada uma comissão de populares para a elaboração de relatórios, visando o saneamento do intendente interino da *EN*[3225].

Em consequência, esta Comissão Popular[3226] – "eleita no decorrer da manifestação, frente à *Emissora Nacional*", nesse dia 25 – ficou incumbida de apresentar às autoridades "o saneamento de indivíduos, que boicota[va]m sistematicamente notícias tendentes ao esclarecimento popular, fazendo o jogo da reacção", bem como sugestões para a "reestruturação de serviços na referida emissora, sob o fundamento da sua programação não estar ao serviço dos interesses da imensa maioria do povo da Madeira, muito em especial das classes trabalhadoras". Deste modo, esta comissão pediu a colaboração de pessoas, grupos políticos e sindicais, para completar, com factos, o seu dossier[3227].

Entretanto, em 6 de Novembro de 1974, chegou, ao Funchal, o novo intendente do *Emissor Regional da Madeira*, João António de Oliveira Pires, com a missão de ""regionalizar" a programação do emissor local da *E.N*."[3228].

De seguida, os locutores do emissor regional da *EN*, Duarte Canavial e Juvenal Xavier, foram suspensos, por ordens superiores[3229].

O PCP envolveu-se nesta polémica, ao considerar que a rádio pública "vinha ignorando a realidade social madeirense" controlada por um grupo de "alto reacionarismo saliente pela discriminação na leitura de comunicados, falsificação de notícias", do qual se destacava o "fascista Duarte Canavial"[3230].

[3224] *CF,* separata regional, 21 de Novembro de 1974, "Festas populares – A canção como arma", p. 8; *DN*, 26 de Outubro de 1974, "Festa Popular do UPM – "Notícia falsa e injuriosa" provoca manifestação", p. 8.

[3225] *CF,* separata regional, 21 de Novembro de 1974, "Festas populares – A canção como arma", p. 8; *DN*, 26 de Outubro de 1974, "Festa Popular do UPM – "Notícia falsa e injuriosa" provoca manifestação", p. 8.

[3226] A comissão era constituída pelos seguintes elementos: Domingos Vicente Gouveia de Nóbrega, José Manuel de Almada, José Manuel Caldeira José João França Pereira e José Manuel de Jesus Nunes. *DN*, 27 de Outubro de 1974, "Comunicados – Da Comissão Popular para o saneamento no Emissor Regional da Madeira da *Emissora Nacional*", p. 11.

[3227] *DN*, 27 de Outubro de 1974, "Comunicados – Da Comissão Popular para o saneamento no Emissor Regional da Madeira da *Emissora Nacional*", p. 11.

[3228] *DN*, 7 de Novembro de 1974, "A regionalização do emissor regional da *E.N.*", p. 1.

[3229] *DN*, 8 de Novembro de 1974, "Emissor Regional da *E.N*.", p. 4.

[3230] *DN*, 9 de Novembro de 1974, "Comunicados – Do Partido Comunista Português, N.º 1", p. 6.

Entendia este partido que a função da rádio era "preparar as classes trabalhadoras para a sociedade socialista" e, por isso, urgia o saneamento dos que tinham colaborado com o anterior regime, a realização de concursos livres – "sem padrinhos" – para novos quadros da rádio e a regionalização da rádio, "anulando a expressão fascista que domina[va] a Rádio local nas três estações"[3231].

A *ERM* reagiu ao PCP, questionando-o, nomeadamente quanto à suspensão de Duarte Canavial e Juvenal Xavier do Emissor Regional da *EN* e as suas condições após essa situação, tendo tal acontecido por ordens superiores, não tendo Juvenal Xavier sido ouvido no seu processo disciplinar, destacando que a posição do PCP foi uma "má propaganda para o seu partido"[3232].

Juvenal Xavier, em 16 de Novembro de 1974, esclareceu que, no dia 7 de Novembro de 1974, foi afastado "por despacho ministerial", como resultado de um processo disciplinar no tempo do intendente anterior, António Vermelho Corral, antes do "25 de Abril" – pessoa com quem tinha uma relação tensa e considerava-se perseguido por este – no qual não fora ouvido, nem tinha assinado qualquer declaração[3233].

Este jornalista qualificou este facto como uma "flagrante injustiça, um acto desumano", sucedendo-se a rescisão do seu contrato, e não uma suspensão ou saneamento. Juvenal Xavier recusou, na altura, pedir a demissão, apesar de pressionado, tendo solicitado um inquérito para apurar a verdade. Apesar de ter havido a Revolução e do referido intendente ter sido suspenso, Juvenal Xavier foi afastado, o que era incompreensível para este locutor, esperando que os "homens do 25 de Abril" fizessem justiça[3234].

A actividade da *EN*, na Madeira, foi alvo de muitas críticas, como, por exemplo, do *CF*, que, em Dezembro de 1974, denunciou que este emissor

[3231] *DN*, 9 de Novembro de 1974, "Comunicados – Do Partido Comunista Português, N.º 1", p. 6.
[3232] *DN*, 9 de Novembro de 1974, "Comunicados – Da *Estação Rádio da Madeira*, N.º 1", p. 6; *DN*, 9 de Novembro de 1974, "Comunicados – Da *Estação Rádio da Madeira*, N.º 2", p. 6.
[3233] *JM*, 16 de Novembro de 1974, "Os despedimentos no Emissor Regional da *E.N.* – Juvenal Xavier (um dos atingidos) comenta", pp. 1 e 10.
[3234] *JM*, 16 de Novembro de 1974, "Os despedimentos no Emissor Regional da *E.N.* – Juvenal Xavier (um dos atingidos) comenta", pp. 1 e 10.

regional não divulgava os comunicados das CT's e sindicatos, por influência do PCP e do PS, mas dava eco aos comunicados destes e de outros partidos[3235].

Por sua vez, em Julho de 1975, o PPD acusou a *EN* – a par do *DN* – de divulgar comunicados "caluniosos e injuriosos de grupelhos" contra aquele partido, no âmbito da manifestação que organizara em 27 de Julho de 1975[3236].

Por ter criticado a cobertura do *JM* aos acontecimentos registados no Banco Totta & Açores, em Setembro de 1975, considerando-a "tendenciosa" e "reaccionária", o periódico considerou o Emissor Regional da *EN* como o "mais execrável da comunicação local", uma "porcaria", carecendo de saneamentos, a começar pelo seu primeiro responsável regional[3237].

Também, os trabalhadores da Marconi no Funchal criticaram a cobertura noticiosa feita pelo Emissor Regional da *EN* para a rede nacional, destes acontecimentos do Banco Totta & Açores, na Madeira, alertando para as suas "tentativas de manipulação"[3238], tendo os trabalhadores desta instituição bancária tomado idêntica posição[3239].

A rádio pública no arquipélago foi objecto de dois atentados bombistas, em Agosto de 1975, o primeiro, no dia 9, atingindo as suas instalações na Rua dos Netos, na cidade do Funchal[3240], e o segundo, dia 22, destruindo o centro emissor da *EN*, localizado no sítio da Casa Branca, na freguesia do Monte[3241].

Depois, em 7 de Outubro do mesmo ano, ocorreu a ocupação do prédio da *EN*, por um "grupo de madeirenses e retornados" – a que teriam aderido elementos da FLAMA – que, desejava "obter uma informação honesta destinada

---

[3235] *CF,* separata regional, 12 de Dezembro de 1974, "O Emissor Regional", p. 2.

[3236] *DN*, 23 de Julho de 1975, "Manifesto do P.P.D. ao Povo da Madeira", p. 3; *DN*, 24 de Julho de 1975, "Partido Popular Democrático – Comunicado", p. 7; *DN*, 25 de Julho de 1975, "A manifestação marcada para domingo – PPD", p. 8; *JM*, 25 de Julho de 1975, "Vida política – Partido Popular Democrático, Comunicado", p. 8.

[3237] *JM*, 1 de Outubro de 1975, "*J.M.* não é "tendencioso e reaccionário"! O Emissor Regional da *E.N.*, esse sim, é tendencioso, parcial e extremista", p. 12.

[3238] *JM*, 4 de Outubro de 1975, "Trabalhadores da Marconi no Funchal criticam duramente o Emissor Regional da *E.N.* e alertam o seu pessoal para estar atento a todas as tentativas de manipulação", p. 12.

[3239] *JM*, 7 de Outubro de 1975, "Para conhecimento público – A posição dos trabalhadores do Banco Totta & Açores (zona da Madeira) perante a *Emissora Nacional*", p. 12.

[3240] *DN*, 10 de Agosto de 1975, "Um petardo nas instalações do Emissor Regional da *Emissora Nacional*", p. 10; *JM*, 10 de Agosto de 1975, "Enquanto decorria a "Operação Parabéns" rebentou um petardo no Emissor Regional da *E.N.*", pp. 1-2.

[3241] *DN*, 22 de Agosto de 1975, "Um petardo de grande potência destruiu o Centro Emissor da *Emissora Nacional*", p. 3; *DN*, 24 de Agosto de 1975, "Prejuízos no valor de 2 mil contos", p. 8.

ao Povo das nossas ilhas"[3242]. Pela sua associação política às movimentações independentistas, remetemos o respectivo desenvolvimento destes três acontecimentos para o capítulo da autonomia e separatismo.

9.10. *Estação Rádio Madeira*

O "25 de Abril" abriu as portas à discussão e a tomadas de posição relativamente à comunicação social madeirense, designadamente das rádios privadas.

Assim, em 20 de Maio de 1974, houve uma reunião geral dos trabalhadores das rádios madeirenses, na sede do MDM, organização política que exigia a democratização da comunicação social local[3243] e, como tal, apoiou a movimentação dos trabalhadores das rádios madeirenses.

Nesse e noutros encontros, foi analisada a sua situação e propostas medidas como a integração dos funcionários nos serviços de noticiários, administração e gestão, o saneamento dos corpos directivos e administrativos das rádios locais, a reintegração dos funcionários que foram despedidos ou que tiveram de sair sem justa causa, bem como abordados problemas de formação profissional e a integração dos trabalhadores no sindicato correspondente, sendo toda esta agenda compreendida no princípio de que as rádios eram um "meio livre de informação ao serviço do povo madeirense"[3244].

Na citada reunião, foi deliberada a constituição de comissões provisórias em cada uma das estações particulares de rádio, *PEF* e *ERM*, para a elaboração de um documento apontando as irregularidades dos seus elencos directivos. A

[3242] *DN*, 8 de Outubro de 1975, "70 feridos ligeiros – segundo um comunicado oficial", p. 8; *DN*, 8 de Outubro de 1975, "O Comando Militar Independente da Madeira e os acontecimentos na *Emissora Nacional* – Comunicado", p. 8; *DN*, 8 de Outubro de 1975, "Os acontecimentos na versão oficial do C.T.I.M.", p. 1; *DN*, 8 de Outubro de 1975, "Tarde de forte tensão em toda a cidade – Ocupado o Emissor Regional da Madeira, Comércio e cafés encerrados, Recontros provocam 70 feridos", pp. 1 e 8; *JM*, 8 de Outubro de 1975, "Funchal à mercê da desordem e da indisciplina – Populares tomaram o Emissor Regional da *E.N.*, hastearam a bandeira nacional e exigiram saneamentos", pp. 1, 6-7.

[3243] *DN*, 16 de Maio de 1974, "Movimento Democrático da Madeira", p. 3; *JM*, 16 de Maio de 1974, "Movimento Democrático da Madeira", p. 10; *RNN*, 20 de Maio de 1974, "Movimento Democrático da Madeira", p. 6.

[3244] *DN*, 20 de Maio de 1974, "Os trabalhadores da rádio madeirense discutem hoje em assembleia problemas da sua classe", p. 3; *JM*, 22 de Maio de 1974, "Reuniões dos trabalhadores da rádio", p. 8.

comissão da *ERM* foi formada por José Manuel Alves, Rogério de Freitas e Rui Fino[3245].

Depois, no dia seguinte – e na continuação da assembleia de 20 de Maio – os trabalhadores das rádios madeirenses tomaram, entre outras, as decisões de afastar, imediatamente, das direcções e das administrações das rádios locais particulares os elementos que colaboraram com o regime anterior, de acordo com a deliberação da JSN e a criação de um Conselho de Trabalhadores para representar os seus interesses junto das administrações e direcções das rádios[3246].

Em seguida, a manifestação dos trabalhadores da rádio, realizada em 22 de Maio de 1974, foi aproveitada para exigir a suspensão de Carlos Damião Spínola, administrador membro da direcção da *ERM*, tendo o delegado da JSN e governador militar, Carlos de Azeredo, esclarecido que não podia intervir em empresas privadas[3247].

Saindo do Palácio de S. Lourenço – e como a direcção da *ERM* não tinha aceitado a imediata suspensão daquele seu membro, nem reconhecido a actividade da comissão eleita, para intervir na referida rádio local – o pessoal da *ERM* ocupou a emissora e fez greve, controlando a emissão e divulgando música de canto livre. Entretanto, pelas 2h da madrugada do dia 23, houve acordo entre as partes, prosseguindo normalmente a emissão da rádio[3248].

Por seu turno, a Comissão Provisória da *ERM* integrou na mesma estrutura Maria Teresa Sardinha Ribeiro – por aprovação maioritária, em reunião dos profissionais em serviço efectivo nesta rádio – ficando a mesma comissão (com as responsabilidades pela gestão laboral e administrativa), constituída,

---

[3245] *DN*, 21 de Maio de 1974, "Trabalhadores da Rádio deliberaram constituir comissões junto das emissoras", p. 3; *JM*, 22 de Maio de 1974, "Reuniões dos trabalhadores da rádio", p. 8; *JM*, 23 de Maio de 1974, "Encontro dos trabalhadores da rádio madeirense", p. 3.

[3246] *DN*, 22 de Maio de 1974, "Encontro dos trabalhadores da Rádio madeirense", p. 8; *JM*, 22 de Maio de 1974, "Reuniões dos trabalhadores da rádio", p. 8; *JM*, 23 de Maio de 1974, "Encontro dos trabalhadores da rádio madeirense", p. 3.

[3247] *DN*, 23 de Maio de 1974, "Manifestação dos trabalhadores da rádio", p. 3; *DN*, 23 de Maio de 1974, "Trabalhadores ocuparam a *Estação Rádio Madeira* controlando a sua emissão", pp. 1 e 8; *DN*, 23 de Maio de 1974, "Última hora", p. 3; *JM*, 23 de Maio de 1974, "Greve na *Estação Rádio*", p. 3; *JM*, 23 de Maio de 1974, "Ontem no Funchal – Manifestação dos trabalhadores da rádio madeirense", p. 3.

[3248] *DN*, 23 de Maio de 1974, "Manifestação dos trabalhadores da rádio", p. 3; *DN*, 23 de Maio de 1974, "Trabalhadores ocuparam a *Estação Rádio Madeira* controlando a sua emissão", pp. 1 e 8; *DN*, 23 de Maio de 1974, "Última hora", p. 3; *JM*, 23 de Maio de 1974, "Greve na *Estação Rádio*", p. 3; *JM*, 23 de Maio de 1974, "Ontem no Funchal – Manifestação dos trabalhadores da rádio madeirense", p. 3.

além do referido elemento, por Rui Manuel Fino, Rogério Gil Freitas, José Manuel Alves e João José Vieira, todos alinhados com a perspectiva de "fazer Rádio – do Povo e para o Povo"[3249].

Nesta linha de adesão à Revolução e à divulgação das novidades musicais, a *ERM* transmitiu, no dia 19 de Junho de 1974, a I Mostra Estudantil da Música Pop, promovido, no dia anterior, por um grupo de estudantes do LNF[3250].

Entretanto, o PCP, em Novembro de 1974, criou um conflito com a *ERM*, quando considerou que as rádios privadas (*ERM* e *PEF*) eram "comerciais e dependentes de capitalistas madeirenses", exigindo o saneamento de pessoas que tinham colaborado com o anterior regime[3251].

Pelas zero horas do dia 26 de Fevereiro de 1975 – por ordem do Governo Militar da Madeira, chefiado por Carlos de Azeredo – a *ERM* foi encerrada, pelo prazo de três dias, por difundir programas e comunicados da UPM e de elementos da *ERM*, que eram "ataques à Unidade das FA" e ofensas à "coesão interna das Estruturas Militares, a sua Disciplina e a sua Hierarquia", constituindo esta actuação um "ataque directo às FA"[3252].

Esta suspensão da actividade da *ERM* suscitou uma reunião dos trabalhadores do sector da informação, no dia 27 de Fevereiro de 1975, para abordar este encerramento e também com a ideia de criar uma estrutura sindical unificada dos profissionais da comunicação social[3253].

Este grupo de trabalhadores – após o referido encontro e depois de reunir com o governador militar, Carlos de Azeredo – tomou uma posição pública, exigindo a responsabilidade ao autor de uma determinada publicação a sua

---

[3249] *DN*, 5 de Junho de 1974, "Alargamento do grupo de trabalho que está à frente da *Estação Rádio da Madeira*", p. 8; *JM*, 5 de Junho de 1974, "*Estação Rádio da Madeira"*, p. 5.

[3250] *DN*, 5 de Junho de 1974, "I Mostra Estudantil de Música Pop", p. 5; *DN*, 15 de Junho de 1974, "Espectáculos – A I Mostra Estudantil de Música Pop realiza-se terça-feira", p. 7; *DN*, 18 de Junho de 1974, "Espectáculos – A "I Mostra Estudantil de Música Pop" realiza-se hoje", p. 9; *JM*, 5 de Junho de 1974, "Teatro-Cinema-Rádio – No ginásio do Liceu – I Mostra Estudantil de Música – Pop", p. 7; *JM*, 15 de Junho de 1974, "Teatro-Cinema-Rádio – Terça-feira no Liceu – I Mostra Estudantil de Música – Pop", p. 5; *JM*, 18 de Junho de 1974, "Teatro-Cinema-Rádio – Hoje no Ginásio do Liceu – I Mostra Estudantil de Música-Pop: um festival da juventude", p. 8; *JM*, 20 de Junho de 1974, "Teatro-Cinema-Rádio – Constituiu um êxito a I Mostra Estudantil de Música-Pop: um festival da juventude", p. 8.

[3251] *DN*, 9 de Novembro de 1974, "Comunicados – Do Partido Comunista Português, N.º 1", p. 6.

[3252] *DN*, 27 de Fevereiro de 1975, "Suspensas por três dias as actividades da *Estação Rádio da Madeira*", p. 8.

[3253] *DN*, 27 de Fevereiro de 1975, "Assembleias, comícios, reuniões – Reunião de trabalhadores da Informação", p. 8.

demissão, e não ao órgão de informação, pois se assim não fosse tal prática de sanções promoveria um "regime de censura interna […] e de auto-censura" nos órgãos de comunicação social e nos seus profissionais, prática contrária ao espírito e ao programa do MFA e assim foi manifestada a sua solidariedade com a *ERM*, considerada lesada neste processo de suspensão[3254].

9.11. *Posto Emissor do Funchal*

Na já citada reunião dos profissionais das rádios madeirenses, em 20 de Maio de 1974, na sede do MDM[3255], foi eleita uma comissão provisória do *PEF*, visando apurar as irregularidades da sua direcção, tendo aquela sido constituída por Joaquim Santos, Mário Abreu, Teresa Clode e Luís Alberto Silva[3256].

Do mesmo modo, os trabalhadores do *PEF* comungaram das deliberações tomadas na reunião do dia 21 de Maio, expressas anteriormente, nomeadamente o afastamento de Maria Teresa Clode da mesa de trabalhos desta assembleia de trabalhadores, por ser afecta aos cargos directivos do *PEF*, fazendo entrar um novo elemento na mesa da Assembleia, Carlos Franquinho, juntando-se aos outros três (Joaquim Santos, José Manuel e Manuel Correia). Mas, entretanto, a mesma manteve-se como representante da Comissão Provisória do *PEF*, por deliberação do pessoal desta rádio, que rejeitou uma proposta em sentido contrário, apresentada por Ramos Teixeira[3257].

Em 27 de Maio de 1974, a direcção do *PEF* – após uma assembleia geral com os seus trabalhadores, e por considerar legítimas as pretensões apresentadas – aceitou a participação de três trabalhadores nomeados para actuarem com dois membros da direcção na gestão da rádio e estudar uma

[3254] *DN*, 1 de Março de 1975, "Comunicados – Um grupo de trabalhadores dos meios de comunicação social sobre a suspensão da *Estação Rádio Madeira*", p. 6.

[3255] *DN*, 20 de Maio de 1974, "Os trabalhadores da rádio madeirense discutem hoje em assembleia problemas da sua classe", p. 3; *JM*, 22 de Maio de 1974, "Reuniões dos trabalhadores da rádio", p. 8.

[3256] *DN*, 21 de Maio de 1974, "Trabalhadores da Rádio deliberaram constituir comissões junto das emissoras", p. 3; *JM*, 22 de Maio de 1974, "Reuniões dos trabalhadores da rádio", p. 8; *JM*, 23 de Maio de 1974, "Encontro dos trabalhadores da rádio madeirense", p. 3.

[3257] *DN*, 22 de Maio de 1974, "Encontro dos trabalhadores da Rádio madeirense", p. 8; *JM*, 22 de Maio de 1974, "Reuniões dos trabalhadores da rádio", p. 8; *JM*, 23 de Maio de 1974, "Encontro dos trabalhadores da rádio madeirense", p. 3.

melhoria da programação da mesma, tendo em vista uma informação mais dignificante[3258].

O *PEF* foi alvo de um pedido de inquérito – aprovado numa reunião geral de alunos e professores da Academia de Música da Madeira, realizada em 18 de Maio de 1974 – visando analisar a sua situação, tendo em conta que a mesma rádio era parcialmente pertencente à Sociedade de Concertos da Madeira, proprietária da mencionada academia[3259].

No ambiente revolucionário de então, em Junho de 1974, o *PEF* transmitiu uma "sensacional reportagem" dos acontecimentos em Lisboa, nos dias 25 e 26 de Abril de 1974. Constitui "um documento único de inegável interesse histórico, cuja realidade impressionante só foi possível graças aos serviços de reportagem do *Rádio Clube Português,* a Emissora da Liberdade"[3260].

A exemplo do que sucedeu com a *ERM*, também o *PEF* foi visado na posição tomada pelo PCP, relativamente ao carácter comercial e capitalista das rádios privadas da Madeira, tendo sido pedido o afastamento dos que, nesta rádio, cooperaram com o regime deposto[3261].

Em Fevereiro de 1975, foram afastados do *PEF* dois locutores que produziam programas de "índole anti-fascista", Luís Alberto Silva e João Novais da Rocha, tendo o primeiro sido readmitido, ao contrário do segundo[3262].

Um grupo de trabalhadores do *PEF* esclareceu que, de facto, no dia 15 de Fevereiro de 1975, impediu a entrada dos dois locutores Luís Alberto Silva e João Novais da Rocha, pelo facto deste último ter feito acusações contra o pessoal desta emissora, no comício da UPM, nesse mesmo dia 15, no Jardim

---

[3258] O comunicado foi assinado por Joaquim Manuel Caiano da Silva Santos, Maria José Alexandre e Mário de Abreu. *DM*, 1 de Junho de 1974, "Posto emissor de *Radiodifusão* do Funchal", p. 5; *VM*, 30 de Maio de 1974, "Comunicado", p. 6; *DN*, 29 de Maio de 1974, "Satisfeitas reivindicações dos trabalhadores do *Posto Emissor*", p. 3; *EF*, 27 de Maio de 1974, "Comunicado", p. 12; *JM*, 29 de Maio de 1974, "Comunicado do Posto Emissor de *Radiodifusão* do Funchal", p. 10; *RNN*, 30 de Maio de 1974, "Comunicado", p. 3.

[3259] *DN*, 21 de Maio de 1974, "Professores e alunos pedem a oficialização da Academia de Música e Belas Artes da Madeira", p. 7; *JM*, 21 de Maio de 1974, "Reunião geral dos professores e alunos dos cursos de música da Academia de Música e Belas Artes da Madeira", p. 10.

[3260] *DN*, 7 de Junho de 1974, ""25 de Abril Dia da Liberdade – reportagem a transmitir no *P.E.F.*", p. 7.

[3261] *DN*, 9 de Novembro de 1974, "Comunicados – Do Partido Comunista Português, N.º 1", p. 6.

[3262] *DN*, 16 de Fevereiro de 1975, "Elementos anti-fascistas do *P.E.F.* "saneados"", p. 12.

Municipal, mas deixando, entretanto, o primeiro entrar na estação. Este grupo exigiu à direcção do *PEF* para manter a sua decisão[3263].

Mas, houve diversas entidades a solidarizarem-se com os afastados. Por exemplo, um grupo de trabalhadores da informação da Madeira colocou-se ao lado dos radialistas atingidos, nomeadamente de João Novais da Rocha, e exigiu a realização de um inquérito sobre este assunto, condenando o "reaccionarismo" do grupo de trabalhadores do *PEF* que levaram ao afastamento daqueles elementos[3264].

Também, outras organizações solidarizaram-se com Luís Alberto Silva e João Novais da Rocha, como o PCP-Madeira[3265], o núcleo regional do PRP/BR[3266], a UPM[3267], um grupo de ouvintes do *PEF*[3268] e o *CF*[3269].

Sobre a necessidade de alterações nas estações radiofónicas, em Novembro de 1974, uma nova organização, denominada Frente Unida da Rádio Madeirense – congregando produtores, realizadores e locutores – por reconhecer que a rádio era uma "força reacionária", defendeu um conjunto de medidas, como a "irradiação da "Música Pedida"", o "fim da ditadura" de directores nas rádios comerciais, a melhoria das condições de trabalho e o terminar de programas "sem interesse e alienatórios" das estações de rádio locais[3270].

Relativamente à comunicação social madeirense, em termos sintéticos, podemos deduzir que o "25 de Abril" trouxe uma grande mudança na sua função

[3263] *DN*, 18 de Fevereiro de 1975, "Comunicados – Dos trabalhadores do Posto Emissor de *Radiodifusão* do Funchal", p. 10; *JM*, 18 de Fevereiro de 1975, "Comunicados – Dos trabalhadores do Posto Emissor de *Radiodifusão* do Funchal", p. 2.

[3264] *DN*, 18 de Fevereiro de 1975, "Comunicados – De profissionais de Informação", p. 10; *DN*, 20 de Fevereiro de 1975, "Comunicados – De trabalhadores da Informação", p. 6; *JM*, 18 de Fevereiro de 1975, "Comunicados – Dum grupo de profissionais da Informação", p. 2.

[3265] *DN*, 18 de Fevereiro de 1975, "Comunicados – Do Partido Comunista Português", p. 10; *JM*, 18 de Fevereiro de 1975, "Comunicado do P.C.P.", p. 2.

[3266] *DN*, 18 de Fevereiro de 1975, "Comunicados – Do Proletariado-Brigadas Revolucionárias (PRP-BR)", p. 10.

[3267] *DN*, 19 de Fevereiro de 1975, "Comunicados – Do U.P.M. – O fascismo não passou porque o povo lhe fez frente", p. 6.

[3268] *DN*, 20 de Fevereiro de 1975, "Comunicados – De um grupo de ouvintes do *Posto Emissor do Funchal*", p. 6.

[3269] *CF*, 20 de Fevereiro de 1975, separata regional, "O fascismo não passou porque o povo lhe fez frente", p. 3.

[3270] *DN*, 1 de Novembro de 1974, "Comunicados – Da Frente Unida da Rádio Madeirense", p. 5.

social, implicando alterações nas suas linhas editoriais, direcções, rubricas e intervenções.

O advento da liberdade e o fim da censura permitiram por um lado, a informação e o debate abertos sobre a realidade insular, possibilitando uma maior consciencialização cívica e um melhor esclarecimento político da população, e por outro, a diversidade de pensamento dos diferentes órgãos de informação, proporcionando uma pluralidade informativa e simultaneamente um confronto de opiniões e até conflitos entre os vários meios de comunicação social.

10. Consciência política da população e impacto do "25 de Abril"

Tendo em conta que, em Abril de 1974, Portugal estava a sair de um longo período de autocracia política, de limitação das liberdades e de atraso cultural, impõe-se analisar o grau de consciência política da população madeirense, o sentido cívico como enfrentou a Revolução, as suas expectativas e o impacto que o "25 de Abril" teria no seu futuro colectivo.

10.1. A consciência política da população

Fernando Pessoa retratou a situação do pensamento e da formação dos madeirenses, logo após a Revolução, sublinhando uma "despolitização geral […] aflitiva", pois as pessoas "não sab[ia]m pensar, nem dialogar", constatando uma "inibição quase patológica, um medo que não [era] apenas psicológico, mas até físico, imped[indo] ainda a grande maioria da população de participar" e assim concluía que os cidadãos "não [eram] capazes de tomar decisões políticas"[3271].

Segundo este interlocutor, estávamos perante uma população que nem sabia o que era liberdade e capitalismo, acusando o regime deposto de um dos seus grandes crimes que foi a falta de cultura cívica e política da população, "tornando o povo português numa massa amorfa de gente sem convicções nem ideias" e, por isso, considerava que a grande maioria das pessoas não se tinha apercebido da importância do MFA[3272].

Luís Jardim interpretava que havia uma "flagrante falta de preparação política" da maioria do povo português[3273] e Rui Nepomuceno entendia que os camponeses e os trabalhadores estavam "despolitizados e sem uma verdadeira consciência de classe"[3274].

[3271] *DN*, 21 de Maio de 1974, "O momento político – Depoimento do Eng. Fernando Pessoa", pp. 1 e 5.
[3272] *DN*, 21 de Maio de 1974, "O momento político – Depoimento do Eng. Fernando Pessoa", pp. 1 e 5.
[3273] *DN*, 31 de Maio de 1974, "Esta nossa cidade – Crónicas de hoje, "Pirâmide invertida"", p. 3.
[3274] *DN*, 23 de Maio de 1974, "O momento político – Depoimento do Dr. Rui Nepomuceno", pp. 1 e 5.

Fernando Rebelo qualificou a população como "completamente despolitizada"[3275] e assinalou que existia necessidade da população "vencer o medo [pois] um homem sem consciência política [era] um amputado social", considerando que, na Madeira, havia "uma gente que não [tinha] vida, por medo, por ignorância, por força de um constrangimento policial permanente, tudo agravado pela dispersão populacional"[3276].

Sublinhou o mesmo advogado que, naquele momento, politicamente, a quase totalidade da população vivia um vácuo, que os democratas deveriam preencher, sob pena do poder cair nas mãos dos seus anteriores detentores, pelo que recomendava que, para prosseguir a acção política, era fundamental haver consciência política, competência profissional e honestidade[3277].

Por seu turno, Francisco Simões[3278] referia-se a uma participação passiva da população madeirense, fruto de um "silêncio acumulado durante quase meio século", realçando um "povo que não viv[ia] – vegeta[va] […] gente analfabeta", com problemas de saúde, habitação e alimentação[3279].

Vicente Jorge Silva sublinhava também a passividade, o que fazia com que a alegria popular com o "25 de Abril", embora natural, fosse relativa[3280].

L. Castanheira considerou que "o Povo encontra[va]-se, ao fim de quase meio século de forçada despolitização, tão ignorante, pelo menos, como o era então, dos meandros da política"[3281], apontando Agostinho Jardim Gonçalves

[3275] *DN*, 16 de Maio de 1974, "O momento político – depoimento do dr. Fernando Rebelo", pp. 1 e 3.

[3276] *DN*, 4 de Maio de 1974, "O democrata madeirense Dr. Fernando Rebelo proferiu uma comunicação sobre o actual momento político no Emissor Regional da *R.T.P.*", pp. 1 e 8; *JM*, 3 de Maio de 1974, "O dr. Fernando Rebelo fez uma comunicação política através da TV regional", p. 12; *RNN*, 10 de Maio de 1974, "Texto integral da comunicação política feita na *Radiotelevisão*, pelo Dr. Fernando Rebelo", pp. 3-4.

[3277] *DN*, 4 de Maio de 1974, "O democrata madeirense Dr. Fernando Rebelo proferiu uma comunicação sobre o actual momento político no Emissor Regional da *R.T.P.*", pp. 1 e 8; *JM*, 3 de Maio de 1974, "O dr. Fernando Rebelo fez uma comunicação política através da TV regional", p. 12; *RNN*, 10 de Maio de 1974, "Texto integral da comunicação política feita na *Radiotelevisão*, pelo Dr. Fernando Rebelo", pp. 3-4.

[3278] Ver anexo.

[3279] *DN*, 25 de Maio de 1974, "Na Madeira o ensino é afectado pelos problemas comuns a todas as sociedades e ainda apor muitos outros de carácter económico e social com que o Arquipélago se debate – Uma entrevista com o Prof. Francisco Simões", pp. 1 e 6.

[3280] *DN*, 19 de Maio de 1974, "O momento político – Vicente Jorge Silva", pp.1 e 5.

[3281] *JM*, 3 de Maio de 1974, "Reflexão sobre o momento político", L. Castanheira, p. 3.

que os cidadãos estavam "ainda tão marcados do espírito e da mentalidade fascistas"[3282].

Luís Jardim retratou a situação de então:

> "salvo as excepções constituídas por uma minoria, representada pela intelectualidade nacional, pelas massas universitárias e elementos integrantes da política praticada no País, durante quase meio século, o Povo Português, em geral, tem rudimentares conhecimentos dessa ciência ou arte […] confuso se sente quando pressente a necessidade de optar por este ou aquele partido político […] o Povo ficou sequioso de novos conhecimentos"[3283].

O referido jornalista acrescentava que, no Funchal, notava-se "por toda a parte a hesitação natural das pessoas […] quanto ao trocar de impressões sobre ideologias que lhes [eram] desconhecidas ou das quais [tinham] tão-somente ligeiras percepções"[3284].

E. S. asseverou que as pessoas, maioritariamente, não se encontravam "preparadas para a ingente tarefa" que se colocava naquela fase, pois foram "longos os anos em que se manteve a população à margem duma participação consciente e activa na vida politica", e como tal, "a aprendizagem do exercício deste direito ser[ia] […] difícil e dolorosa"[3285].

Este ambiente, depois do "25 de Abril", foi condicionado pela "ditadura de longos anos, que coartou a produção das populações levando-as à ignorância ou ao conformismo – salvo a permanente e heroica luta de alguns"[3286].

Neste sentido, F. C. acentuava que o povo "não [era] o culpado da sua ignorância em matéria de política", sendo atribuída tal responsabilidade aos que, "durante o antigo regime, o impediram de se esclarecer, de criar uma consciência política, atirando-lhes à cara a poeira do futebol e da religião para melhor destruir a visão do que existia "para o lado de lá""[3287].

O MDM evidenciou a "falta de preparação política dos madeirenses, causada por meio século de fascismo [o que] lhes impossibilita[va] uma consciente determinação em partidos políticos"[3288].

[3282] *DN*, 26 de Maio de 1974, "O actual momento político poderá ser para a Igreja em Portugal a última oportunidade determinante da sua sobrevivência ou do seu fracasso total – afirmou o Pe. Jardim Gonçalves, assistente internacional do M.M.T.C.", pp. 1 e 4.

[3283] *DN*, 11 de Maio de 1974, "Esta nossa cidade – Crónicas de hoje – Formar para Optar", p. 3.

[3284] *DN*, 11 de Maio de 1974, "Esta nossa cidade – Crónicas de hoje – Formar para Optar", p. 3.

[3285] *JM*, 7 de Maio de 1974, "Momento – A vida política e a participação de todos", E. S., p. 3.

[3286] *DN*, 19 de Maio de 1974, "A opção do momento", p. 1.

[3287] *DN*, 30 de Maio de 1974, "Tribuna da Redacção – Aprender a democracia", p. 8.

[3288] *DM*,11 de Maio de 1974, "Ventos ilhéus – O momento político – Movimento Democrático da Madeira", p. 3; *DN*, 9 de Maio de 1974, "Momento político – Movimento Democrático da

Paquete de Oliveira, director do *DN,* Funchal, em Junho de 1974, constatava, na Madeira, ainda "muito medo, timidez, alheamento, desconfiança, falta de coragem e verdade" em relação ao "25 de Abril"[3289].

Como caracterização, síntese e juízo sobre este estado de conhecimento político e formação cívica da população madeirense e portuguesa, José Maria da Silva sentenciou, naquela época:

> "a democracia deve ser uma conquista e não um dom, uma assunção consciente e responsável e nunca…um presente do Pai Natal. E a nova democracia portuguesa […] foi uma oferta, generosa, inesperada…e até certa maneira imerecida […]. Após 48 anos de paternalismo autoritário, desumano e soporífero, esta primeira oferta do dom inestimável da Liberdade, deve ser também o primeiro e último acto de paternalismo do novo regime, ao povo português. De futuro será este que terá de lutar para guardá-la, desenvolvê-la e frutificá-la. Para merecê-la"[3290].

Comprovando este contexto, num inquérito feito pelo *DN,* Funchal, em Julho de 1974 – sobre a formação de novos movimentos políticos surgidos na Madeira, desde o "25 de Abril" (FPDM, MAIA, MDM, UPM) – a maioria dos entrevistados respondeu que não estava dentro do assunto, que não tinha opinião e que até não percebia de política[3291].

Entretanto, surgiram diversas propostas como respostas a esta visão de menor informação e formação da população, relativamente à sua participação na vida social e política.

Segundo Fernando Pessoa, "toda a grande massa da população portuguesa [e que dizermos da Madeira!] [ia] ter que aprender as noções básicas de filosofia e de linguagem políticas" e, como tal, seria mais importante a educação cívica do que a formação de partidos, sendo a proliferação destes uma demagogia e irresponsabilidade[3292].

Nesse sentido, Fernando Rebelo apelou à realização de campanhas de formação política[3293], questionando a participação das pessoas, apenas por motivos emocionais, porque antes do "25 de Abril" (no Movimento de Unidade Democrática, em 1945 e nas campanhas de Norton de Matos e Humberto

---

Madeira", p. 3; *JM*, 9 de Maio de 1974, "O Momento político – Movimento Democrático da Madeira", p. 4.

[3289] *DN*, 12 de Junho de 1974, "Aos leitores do *Diário de Notícias*", p. 3.

[3290] *DN*, 29 de Maio de 1974, "O momento político – Depoimento do Dr. José Maria da Silva", pp. 1, 4 e 7.

[3291] *DN*, 27 de Julho de 1974, "Ouvimos na rua – Movimentos políticos madeirenses", p. 3.

[3292] *DN*, 21 de Maio de 1974, "O momento político – Depoimento do Eng. Fernando Pessoa", pp. 1 e 5.

[3293] *DN*, 4 de Maio de 1974, "O democrata madeirense Dr. Fernando Rebelo proferiu uma comunicação sobre o actual momento político no Emissor Regional da *R.T.P.*", pp. 1 e 8.

Delgado), viram-se muitos sectores populacionais a aderir, mas depois decaíram, porque eram movimentos de base emocional[3294].

Agostinho Jardim Gonçalves considerou que "só um período longo de consciencialização e politização permitir[ia] fazer do povo português um povo democrata"[3295], devendo a formação política dos madeirenses, segundo Emanuel Jardim Fernandes, realizar-se através de uma acção de sindicatos e partidos[3296].

Para Rui Nepomuceno, era necessário despertar o desejo de mudança e a consciência crítica aos trabalhadores e camponeses, para fazerem a verdadeira democracia[3297], acompanhando este pensamento Vicente Jorge Silva, que defendia ser urgente consciencializar e organizar o povo trabalhador madeirense, auscultando as suas reivindicações[3298].

Segundo L. Castanheira importava "criar as condições de informação e esclarecimento necessários para que nunca mais em Portugal se vot[asse]e em pessoas, mas, tão somente, nos ideários políticos que elas representa[sse]m". Acrescentou que a imprensa cristã teria um papel importante neste esclarecimento da população e na estruturação de um "centro polifacetado, mas unido pelo ideal de uma democracia cristã", num xadrez político marcado por extremos[3299].

F. C. advogava que, para combater essa falta de formação, deveria haver "lições de política" (conferências, reuniões, debates), ensinando os operários a se organizarem em sindicatos livres e também a "não reivindicar sem tom nem som". Este interlocutor defendeu, ainda, a necessidade de fornecer informações sobre os programas dos partidos políticos e as regras de participação em assembleias democráticas, de modo a "estar bem preparado para eleger", precisando "acabar com as lamentáveis confusões que reina[va]m ainda […] à vista da palavra "liberdade"", por considerar que o povo português

---

[3294] *DN*, 16 de Maio de 1974, "O momento político – depoimento do dr. Fernando Rebelo", pp. 1 e 3.
[3295] *DN*, 26 de Maio de 1974, "O actual momento político poderá ser para a Igreja em Portugal a última oportunidade determinante da sua sobrevivência ou do seu fracasso total – afirmou o Pe. Jardim Gonçalves, assistente internacional do M.M.T.C.", pp. 1 e 4.
[3296] *DN*, 22 de Maio de 1974, "O momento político – Depoimento do Dr. Emanuel Jardim Fernandes", pp. 1 e 5.
[3297] *DN*, 23 de Maio de 1974, "O momento político – Depoimento do Dr. Rui Nepomuceno", pp. 1 e 5.
[3298] *DN*, 19 de Maio de 1974, "O momento político – Vicente Jorge Silva", pp. 1 e 5.
[3299] *JM*, 3 de Maio de 1974, "Reflexão sobre o momento político", L. Castanheira, p. 3.

estava “ansioso por aprender o que durante tantos anos lhe foi vedado conhecer”[3300].

Luís Jardim apelava a que houvesse o “esclarecer, com isenção, as camadas intelectualmente menos beneficiadas sobre os complexos meandros da Política e das suas correntes, deixando-as preparadas para a enunciada opção partidária”, pelo que se impunha “formar politicamente as pessoas, para posterior opção partidária […] em ritmo acelerado”[3301].

Com o desenrolar dos acontecimentos políticos nacionais e regionais, das reivindicações sociais, das movimentações populares e sindicais e da constituição de movimentos políticos, como resultados do “25 de Abril”, a actuação dos seus intervenientes foi-se manifestando, com maior ou menor consciência e formação políticas, e aí surgiram críticas, reparos e alertas, relativamente a alguns alegados excessos de comportamento político e reivindicativo.

Por exemplo, Juvenal Pereira congratulava-se com a queda do governo anterior de que eram vítimas os madeirenses, elogiando a escolha de António de Spínola para chefiar a JSN, em ordem a um “Portugal superior”, mas “não com violências, com manifestações destruidoras e exigências transcendentes”, e sim com “civismo, trabalho”[3302].

Por sua vez, Alberto João Jardim defendia que “a nação dev[ia] […] dar o seu apoio ao movimento militar, visto que [naquele] momento ele constitui[a] a única garantia de dias melhores e de uma evolução social na Ordem”, mas era necessário que “não des[cesse] a arruaça à via pública”, pois tal provocaria tumultos, embora considerasse que, até então, “foi demonstrado um civismo que desment[ia] a opinião daqueles que diziam não estar a Nação preparada para o gozo das liberdades cívicas”[3303].

Entretanto, o *DM* salientou que o povo queria conquistar “em duas semanas o que em 48 anos lhe tirou o Estado Novo”, havendo líderes de partidos embrionários a levantar problemas com as suas exigências e dificultando o trabalho de restauração nacional da JSN, pelo que – para não haver o perigo do

[3300] *DN*, 30 de Maio de 1974, “Tribuna da Redacção – Aprender a democracia”, p. 8.
[3301] *DN*, 11 de Maio de 1974, “Esta nossa cidade – Crónicas de hoje – Formar para Optar”, p. 3.
[3302] *DM*, 27 de Abril de 1974, “Junta de Salvação Nacional no poder…”, pp. 1 e 7.
[3303] *VM*, 1 de Maio de 1974, “Um novo Portugal, uma nova Madeira”, Alberto João, pp. 1-2 e 4.

regresso do totalitarismo – o povo deveria ser "calmo e confiante na ordem e no trabalho, aguardando melhor oportunidade para satisfazer as suas reivindicações"[3304].

José Manuel Silva compreendia ser natural "a imagem de um povo que nunca pode falar e a quem de um momento para outro foi soltada a língua", criticando, no entanto, o oportunismo de alguns "com um certo grau de cultura", perante muitos populares impreparados, a nível político[3305].

F. C. lamentou a realização de assembleias onde o povo estava "arredado do verdadeiro espírito democrático", alertando que "democracia [era] ouvir também a opinião dos outros, até a daqueles que est[avam] contra a democracia" e que a mesma "não se alicerça[va] apelidando de fascistas todos aqueles que exprim[ia]m ideias contrárias à opinião geral estabelecida, tal como o antigo regime apunha o ferrete de comunista a todo o que ousasse discordar das suas instituições"[3306].

Luís Jardim alertava que, antes da greve, deveria optar-se pelo diálogo, sempre vencido no regime deposto, criticava a presença, em assembleias, de oradores estranhos e intrusos à classe profissional e lamentava a pressa dos trabalhadores em ver resolvidos todos os seus problemas de imediato, citando a propósito, Canais Rocha, da Intersindical, quando referia que a satisfação repentina de tais reivindicações podia levar à "anarquia económica" e ao desemprego, considerando este um "aviso oportuno", na perspectiva de se conjugar a melhoria individual dos trabalhadores com a economia nacional[3307].

Estevão da Silva compreendia as recentes revindicações de melhores ordenados, mas alertava para a impossibilidade de resolver tantas aspirações num curto espaço de tempo, sendo "muito difícil […] conceder todas as regalias, embora justas" que a população reclamava, para que não se prejudicasse a estabilidade e a economia[3308].

[3304] *DM*,11 de Maio de 1974, "Giz na parede – Noção do tempo", pp. 1 e 10.
[3305] *EF*, 20 de Maio de 1974, "Por uma Madeira melhor: "Aeroporto Internacional e Porto Franco necessita a Madeira para fazer face aos seus problemas prioritários"", José Manuel Silva, pp. 1 e 3.
[3306] *DN*, 30 de Maio de 1974, "Tribuna da Redacção – Aprender a democracia", p. 8.
[3307] *DN*, 31 de Maio de 1974, "Esta nossa cidade – Crónicas de hoje, "Pirâmide invertida"", p. 3.
[3308] *DN*, 1 de Junho de 1974, "A palavra do leitor – Ordenados e salários", Estevão da Silva, p. 3.

L. Castanheira, em Junho de 1974, criticou a situação do país, marcada por comissões pró-sindicais que se substituíam aos sindicatos, correntes de orientação anarquista, inexistência de uma lei da greve, presos a reclamar em cima de telhados, greves sem um período razoável de negociação, subida de categorias e estudantes com passagem de ano simplificada, e perante esta situação, defendeu a existência de uma autoridade democrática, porque "a democracia não anula a autoridade, antes a reforça"[3309].

Apesar da falta de formação política dos madeirenses, dos seus alegados exageros reivindicativos e dos seus eventuais excessos comportamentais, muitos acreditavam no futuro da população madeirense, com expectativas positivas relativamente à sua conduta cívica e esperança do seu contributo para um arquipélago democrático.

Agostinho Jardim Gonçalves "olh[ava] para o futuro com esperança e confi[ava] no poder transformador e na serenidade construtiva dum povo que, em 48 anos de opressão, não perdeu o melhor de si mesmo: o seu sentido de luta e a sua vontade indómita de construir um país livre"[3310].

C.G. sublinhou que se viveu, quase 50 anos, num ambiente de despolitização, num sono letárgico, sendo naturais as hesitações nas opções a tomar. Também, considerava serem compreensíveis os disparates que estavam a ser cometidos, por inexperiência ou desconhecimento, bem como os medos de 50 anos e as faltas de coerência. Mas defendeu a promoção do respeito e da tolerância e uma informação plural, a bem de um Portugal Novo[3311].

Luís Jardim – contrariando a ideia da falta absoluta de consciência e formação sociopolítica da população – evidenciou que "o povo anónimo, sobretudo, sab[ia] efectivamente […] as suas reivindicações, sab[ia] defini-las [e] apresentá-las, mas porque se calou durante tanto tempo, encontra[va]-se numa fase de impasse confuso, quanto aos meios para exprimi-las"[3312].

A propósito do pensamento expresso por várias pessoas, sobre a falta de preparação da população para a vida democrática, o *CF* publicou uma

[3309] *JM*, 21 de Junho de 1974, "Democracia e Autoridade", L. Castanheira, p. 3.
[3310] *DN*, 26 de Maio de 1974, "O actual momento político poderá ser para a Igreja em Portugal a última oportunidade determinante da sua sobrevivência ou do seu fracasso total – afirmou o Pe. Jardim Gonçalves, assistente internacional do M.M.T.C.", pp. 1 e 4.
[3311] *JM*, 29 de Maio de 1974, "Reflexão do Momento…", p. 3.
[3312] *DN*, 11 de Maio de 1974, "Esta nossa cidade – Crónicas de hoje – Formar para Optar", p. 3.

caricatura do seguinte teor: “Não é que eu seja contra a democracia mas é um facto que o povo não está preparado para as grandes liberdades”[3313].

Tomando por exemplo a manifestação dos funcionários da CMF, em 25 de Maio de 1974, o *CF* considerou que *“*os trabalhadores mostraram e bem como [eram] capazes de tomar iniciativas e de levá-las por diante”, concluindo que as intervenções efectuadas no referido evento permitiram constatar que “o povo [tinha] consciência das situações de injustiça por que passou e passava” e sabia expor os seus problemas[3314].

Acrescentava o mesmo semanário que se os seus protestos eram pouco profundos isso era “perfeitamente natural atendendo à falta de consciência política praticamente impossível de encontrar em pessoas que nunca falaram livremente e que viveram longos anos dentro de um “colete de forças””[3315].

O mesmo semanário anunciou a ideia de um movimento popular, sinónimo de que “as pessoas quer[iam] exercer a democracia”[3316].

A propósito de incidentes em Câmara de Lobos, em Maio de 1974, o *CF* declarava que o povo era adulto para reclamar os seus direitos e que não precisou de ninguém de fora para o instigar[3317].

O articulista S. S., nesta fase inicial da Revolução, numa expressão de confiança na população madeirense e no seu futuro democrático, exaltou: “O tempo do medo e da repressão acabou e não mais voltará […] A Madeira será aquilo que os madeirenses quiserem, já que é o povo que traça os destinos da sua terra”[3318].

Nesta perspectiva, após “quase cinquenta anos de fascismo”, o *CF* notava que “os primeiros receios, o hábito do silêncio que o medo criou [pareciam estar] a desparecer com uma rapidez que poucos julgariam possível”, espelhando tal novo ambiente com as movimentações populares no Funchal, na Ponta do Sol, em Machico e em Santa Cruz[3319].

Com a missão de intervir na consciencialização das populações insulares, surgiram as campanhas de dinamização cultural e esclarecimento

[3313] *CF*, 18 de Maio de 1974, edição regional, p. 1.
[3314] *CF*, 30 de Maio de 1974, edição regional, “C.M.F. a voz dos trabalhadores”, p. 3.
[3315] *CF*, 30 de Maio de 1974, edição regional, “C.M.F. a voz dos trabalhadores”, p. 3.
[3316] *CF*, 11 de Maio de 1974, edição regional, “O peso da tradição fascista”, p. 2.
[3317] *CF*, 11 de Maio de 1974, edição regional, “Que se passou em Câmara de Lobos?”, pp. 2-3**.**
[3318] *DN*, 14 de Maio de 1974, “Tribuna da Redação”, S. S., p. 6.
[3319] *CF*, 18 de Maio de 1974, edição regional, “As palavras e a acção”, p. 1.

cívico, da responsabilidade da 5.ª Divisão/EMGFA MFA, de âmbito nacional, tendo sido constituída uma comissão regional[3320].

Os seus objectivos eram "preencher o vácuo cultural e de informação política em todo o Portugal", cabendo a esta campanha "coordenar e apoiar […] todas as associações culturais [em ordem] a uma futura vida cultural do povo", bem como "actuar politicamente […] permitindo o esclarecimento do Programa do M.F.A. […] criando condições para uma ampla participação do povo na vida nacional"[3321].

Tal desiderato pautar-se-ia pela "isenção partidária do MFA", pretendendo efectuar actividades em todo o arquipélago, recorrendo à comunicação social, com a colaboração das mais variadas entidades oficias, culturais e recreativas[3322].

Para o efeito, em Dezembro de 1974, realizou-se uma reunião integrada na Campanha de Dinamização Cultural e Esclarecimento Cívico, tendo sido convidadas, pelo Governo do Distrito, diversas entidades (JGDAF, outros organismos administrativos, partidos políticos, sindicatos, associações culturais, directores e professores do LNF e da EICF)[3323].

Neste encontro, presidido pelo governador do Distrito, Fernando Rebelo, três militares da Comissão Dinamizadora Central, Cação da Silva, Passos Guerreiro e Francisco Paulino, expuseram as linhas centrais desta actividade[3324].

[3320] A Comissão da Madeira seria formada por elementos das FA – Câmara Rodrigues, Reboredo Viana e Bessa Monteiro, como efectivos e Rui Carita, como suplente – e representantes das agremiações culturais regionais, como José Frutuoso da Silva, Jorge Marques da Silva e José Abel Caldeira Leal. *JM*, 28 de Novembro de 1974, "Sobre dinamização cultural e esclarecimento cívico", pp. 1 e 10.

[3321] *DN*, 16 de Novembro de 1974, "Governo do Distrito Autónomo do Funchal – Campanhas de Dinamização Cultural e Esclarecimento Cívico", p. 1*; JM*, 16 de Novembro de 1974, "Governo do Distrito Autónomo do Funchal – Nota informativa", p. 12; *DN*, 17 de Novembro de 1974, "Informação do Governo do Distrito", p. 1; *DN*, 19 de Novembro de 1974, "Dinamização Cultural e Esclarecimento Cívico", pp. 1 e 3; *JM*, 19 de Novembro de 1974, "Estado Maior das Forças Armadas – Dinamização Cultural", pp. 1-2.

[3322] *JM*, 28 de Novembro de 1974, "Sobre dinamização cultural e esclarecimento cívico", pp. 1 e 10.

[3323] *DN*, 16 de Novembro de 1974, "Governo do Distrito Autónomo do Funchal – Campanhas de Dinamização Cultural e Esclarecimento Cívico", p. 1*; DN*, 17 de Novembro de 1974, "Informação do Governo do Distrito", p. 1; *DN*, 19 de Novembro de 1974, "Dinamização Cultural e Esclarecimento Cívico", pp. 1 e 3; *JM*, 16 de Novembro de 1974, "Governo do Distrito Autónomo do Funchal – Nota informativa", p. 12; *JM*, 19 de Novembro de 1974, "Estado Maior das Forças Armadas – Dinamização Cultural", pp. 1-2.

[3324] *DN*, 16 de Novembro de 1974, "Governo do Distrito Autónomo do Funchal – Campanhas de Dinamização Cultural e Esclarecimento Cívico", p. 1*; DN*, 17 de Novembro de 1974, "Informação do Governo do Distrito", p. 1; *DN*, 19 de Novembro de 1974, "Dinamização Cultural e Esclarecimento Cívico", pp. 1 e 3; *JM*, 16 de Novembro de 1974, "Governo do

Esta campanha baseava-se em sessões de esclarecimento junto da população madeirense, recorrendo a filmes, teatro e diálogos, sob a orientação de militares da referida comissão[3325].

No dia 28 de Novembro de 1974, tiveram início as sessões da campanha de dinamização do MFA, nas freguesias do Porto Moniz e da Ribeira Brava[3326], tendo sido percorrido, nos anos 1974 e 1975, particamente todo o arquipélago[3327].

Curiosamente, numa das primeiras sessões desta campanha, na freguesia da Ribeira Brava, um popular questionou: "Se o povo é quem mais ordena, porque continua o dr. Fernando Rebelo em governador?"[3328].

A mesma Comissão Dinamizadora recorreu a programas radiofónicos, para divulgar as suas mensagens, designadamente no Emissor Regional da *EN*[3329], em Outubro de 1974, e depois no *PEF* e na *ERM*[3330].

Distrito Autónomo do Funchal – Nota informativa", p. 12; *JM*, 19 de Novembro de 1974, "Estado Maior das Forças Armadas – Dinamização Cultural", pp. 1-2.

[3325] *DN*, 16 de Novembro de 1974, "Governo do Distrito Autónomo do Funchal – Campanhas de Dinamização Cultural e Esclarecimento Cívico", p. 1*; DN*, 17 de Novembro de 1974, "Informação do Governo do Distrito", p. 1; *DN*, 19 de Novembro de 1974, "Dinamização Cultural e Esclarecimento Cívico", pp. 1 e 3; *JM*, 16 de Novembro de 1974, "Governo do Distrito Autónomo do Funchal – Nota informativa", p. 12; *JM*, 19 de Novembro de 1974, "Estado Maior das Forças Armadas – Dinamização Cultural", pp. 1-2.

[3326] *DN*, 28 de Novembro de 1974, "Em actividade a Comissão Regional da Madeira, Dinamização Cultural e Esclarecimento Cívico das F.A. – sessões na Ribeira Brava e Porto Moniz", pp. 1 e 6; *DN*, 29 de Novembro de 1974, "Sessões de Esclarecimento Cívico na Ribeira Brava e Porto Moniz", pp. 1 e 8.

[3327] *DN*, 1 de Dezembro de 1974, "Comunicados – Comissão Popular da Lombada, Jangão e Lugar de Baixo-Ponta do Sol", p. 11; *DN*, 29 de Dezembro de 1974, "Sessão de esclarecimento cívico e dinamização cultural", p. 2; *DN*, 14 de Janeiro de 1975, "Esclarecimento do C.T.I.M. a propósito de uma sessão realizada em Machico", p. 3; *DN*, 18 de Janeiro de 1975, "Sessão de dinamização cultural em Gaula, Camacha e Porto da Cruz", p. 1; *DN*, 6 de Fevereiro de 1975, "Assembleias, comícios, reuniões – Comissão Dinamizadora Regional da Madeira", p. 3; *DN*, 25 de Março de 1975, "Dinamização Cultural no Porto Santo", p. 10; *DN*, 28 de Março de 1975, "Dinamização Cultural do M.F.A. no Porto Santo", p. 1; *DN*, 17 de Abril de 1975, "Campanhas de dinamização cultural na Ponta do Sol", p. 6; *DN*, 20 de Maio de 1975, "Dinamização cultural na Camacha", p. 3; *DN*, 12 de Junho de 1975, "Por iniciativa das Forças Armadas – Esclarecimento e cinema pela primeira vez na "Ilha"", p. 3; *JM*, 14 de Janeiro de 1974, "Comando Territorial Independente da Madeira – Esclarecimento", p. 2; *JM*, 6 de Julho de 1975, "Comissão Dinamizadora Regional da Madeira", p. 9.

[3328] *DN*, 28 de Novembro de 1974, "Em actividade a Comissão Regional da Madeira, Dinamização Cultural e Esclarecimento Cívico das F.A. – sessões na Ribeira Brava e Porto Moniz", pp. 1 e 6; *DN*, 29 de Novembro de 1974, "Sessões de Esclarecimento Cívico na Ribeira Brava e Porto Moniz", pp. 1 e 8.

[3329] *DN*, 4 de Dezembro de 1974, "Começará a ser transmitido hoje o programa radiofónico da Comissão de Dinamização Cultural das Forças Armadas", p. 6.

[3330] *JM*, 1 de Maio de 1975, "Comando Territorial, Independente da Madeira", p. 12.

10.2. O impacto do "25 de Abril"

A um menor ou maior grau de consciência da população madeirense, definido pelos testemunhos atrás-enunciados, correspondeu uma favorável ou desfavorável interpretação do impacto do "25 de Abril" na vida dos insulares, consoante a evolução dos acontecimentos revolucionários, a intensidade das mudanças realizadas, o grau das suas expectativas e o nível de satisfação com a implementação das suas pretensões.

Assim, podemos categorizar em dois conjuntos, consoante a receptividade e a confiança originadas pelo "25 de Abril".

Num primeiro lote, encontramos o *CF* a referir que "o isolamento da sua insularidade" afectou a tomada de iniciativas, a nível local, do movimento militar, na fase inicial da Revolução e provocou a falta de acções que marcassem uma transformação com o derrube do regime anterior[3331].

A propósito do funcionamento da CAgF, Manuel de Sousa Volta, de Santa Cruz, questionou: "O 25 de Abril, para a Madeira, vem a pé, a cavalo, de barco ou de avião? Estamos no mês de Julho e esse dia não chegou a muita gente da Madeira! […] que as Forças Armadas vejam o que se passa nesta "Pérola do Atlântico""[3332].

Por sua vez, em Outubro de 1974, a FPDM considerou que, na Madeira, o "sopro renovador do 25 de Abril chegou atenuado pela distância e pelo tempo"[3333].

Em resposta ao estudo de um grupo de advogados madeirenses sobre o regime de colonia, surgiu um assinante do *DN,* Funchal, intitulando-se "Caseiro", a criticar tal posição, que na sua óptica, defendia os senhorios. Declarou, taxativamente: "O 25 de Abril ainda não chegou à Madeira, porque a força da reacção ainda está a monopolizar a população, mas é preciso denunciar os senhorios e os seus mais directos servidores"[3334].

[3331] *CF*, 1 de Maio de 1974, edição especial, "A Madeira depois do 25 de Abril", p. 6.
[3332] *DM*, 13 de Julho de 1974, "Correio do Madeira", Manuel de Sousa Volta, p. 6.
[3333] *DN*, 1 de Outubro de 1974, "Combater e destruir a reacção – A tarefa política do momento – Comunicado da Frente Popular Democrática da Madeira", p. 6.
[3334] *DN*, 15 de Janeiro de 1975, "O regime colonia na Madeira – Estudo apresentado por um grupo de advogados", pp. 3 e 6; *DN*, 25 de Janeiro de 1975, "A palavra do leitor – O problema da colonia", p. 3.

Por sua vez, ainda em 1974, a Comissão Concelhia do Funchal do PCP considerava que "o tempo passa[va] rapidamente e o "25 de Abril" anda[va] arredio desta Ilha"[3335].

Entretanto, Octávio Pato, dirigente do PCP e membro do seu CC, em visita à Madeira, em Dezembro de 1974, considerou que "o espírito do 25 de Abril ainda não chegou a certas zonas da Madeira", pelo que defendia a necessidade de "implantar a democracia na Madeira"[3336].

Neste mesmo mês, o Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros, a propósito da morosidade dos processos no Tribunal do Trabalho do Funchal, alvitrou que os trabalhadores esperavam que o "25 de Abril também cheg[asse] […] na sua plenitude" à Madeira"[3337].

João Abel Gonçalves Azevedo, presidente da Câmara de Câmara de Lobos – aquando da deslocação do ministro do Trabalho a esta localidade, em Maio de 1975 – sublinhou que a "legalidade revolucionária […] ainda não [tinha chegado] à Madeira"[3338].

Saliente-se que o próprio ministro do Trabalho, Costa Martins, na aludida deslocação ao arquipélago, sublinhou que "o 25 de Abril ainda cá não chegou ou se chegou foi há muito pouco tempo", tendo apelado à população que usasse a liberdade, para se associar, de modo a resolver os seus problemas[3339].

Relativamente ao Porto Santo, Fernando Baptista referiu que "a revolução passou ao largo", justificando-a com a manutenção das entidades oficiais nos mesmos postos e a inexistência de mudanças de quadros[3340].

Em Julho de 1974, Luís Bruno Pestana concluía que nesta ilha "nada mudou […] o 25 de Abril ainda não aconteceu em Porto Santo"[3341]. José Abel

---

[3335] *DN*, 25 de Agosto de 1974, "Comunicado n.º 1 da Comissão Concelhia do Funchal do Partido Comunista Português – Informação, p. 3; *DN*, 1 de Setembro de 1974, Partido Comunista Português – Comunicado ao povo madeirense", p. 3.

[3336] *DN*, 14 de Dezembro de 1974, "Opõem-se à nossa acção dois tipos de forças", pp. 3 e 8.

[3337] *DN*, 24 de Dezembro de 1974, "Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito do Funchal – Madeira, ilha esquecida pelo Ministério do Trabalho", p. 5.

[3338] *DN*, 10 de Maio de 1975, "O ministro do Trabalho regressou ontem a Lisboa", pp. 1 e 3; *JM*, 10 de Maio de 1975, "Deixou ontem a Madeira o ministro do Trabalho", pp. 1 e 7.

[3339] *DN*, 8 de Maio de 1975, "O ministro do Trabalho nos Paços do Concelho", p. 1; *DN*, 8 de Maio de 1975, "Saudação do ministro à população do Funchal", p. 8; *DN*, 8 de Maio de 1975, "Convite", p. 7; *DN*, 9 de Maio de 1975, "É preciso que as pessoas passem a dispor e a utilizar a liberdade que lhes foi conferida – afirmou o ministro Costa Martins nos Paços do Concelho do Funchal", pp. 1 e 3.

[3340] *DN*, 25 de Maio de 1974, "Reportagem 3 – Porto Santo", pp. 1 e 3.

[3341] *JM*, 25 de Julho de 1974, "O 25 de Abril ainda não aconteceu no Porto Santo", p. 2.

Caldeira, abordando os problemas sentidos no Porto Santo, asseverou que "o 25 de Abril ainda lá não chegou"[3342].

Sobre o impacto da Revolução na Madeira, quase um ano depois, Vicente Jorge Silva considerou que

> "a Madeira [era] das regiões do país que permaneceu mais marginalizada do avanço revolucionário, impulsionado sobretudo depois da derrota do golpe fascista-spinolista de 11 de Março. Aqui, as forças reaccionárias mant[inham] ainda posições muito sólidas, sem que ao nível das autoridades se [tivessem] verificado até [então], por razões diversas, uma actuação firme decisiva de ataque a essas posições: basta[va] ver a impunidade com que a reacção desenvolv[ia] as suas provocações e procura[va] manipular, por meio de coacções tipicamente fascistas, a vontade popular, nomeadamente nas zonas mais atrasadas em que o clero reaccionário e os caciques locais intoxica[va]m sistematicamente grandes massas do povo, tirando partido do obscurantismo existente. Entretanto, nota[va]-se uma tendência crescente para a chamada "caça ao esquerdista" […] certas forças partidárias ao promoverem a "caça ao esquerdista" mais não pretend[ia]m do que eliminar adversários incómodos que lhes faz[ia]m concorrência no controlo das massas populares"[3343].

Numa leitura mais positiva, o CIPM entendeu que "com o 25 de Abril, os colonos acharam chegada a hora de fazer valer a sua verdade e o seu martírio"[3344], defendendo, ainda, que – a propósito da movimentação dos produtores de cana – "o povo do campo também [tinha] direito ao 25 de Abril"[3345].

A propósito da ocupação do Seminário Menor do Funchal, para servir de anexo ao LNF, em 1974, Paquete de Oliveira considerou que a Madeira "que mal viveu o 25 de Abril, est[ava] a tornar-se um caso político complicado" e apesar do "imobilismo e pacificidade dos primeiros dias duma população despolitizada e amorfa, est[ava] a seguir-se um período agitado pela acção dos grupos activistas que começa[va] a encontrar pela frente forte reacção" [3346].

Sintetizando, consideramos que a população madeirense, a exemplo da nacional, apesar das suas insuficiências iniciais de formação política, paulatinamente, foi-se tornando interventiva, fundamentalmente, pela vontade de ver resolvidas diversas situações da sua vida pessoal e profissional, e pretender que fossem implementadas soluções para os seus problemas sociais.

[3342] *EF*, 9 de Setembro de 1974, "Porto Santo – 24 de Abril", pp. 1 e 3.
[3343] *DN*, 20 de Abril de 1975, "O que faz falta e dar poder à malta", Vicente Jorge Silva, p. 3.
[3344] *DN*, 24 de Outubro de 1974, "Fim do regime de colonia – Centro de Informação Popular de Machico", p. 8.
[3345] *DN*, 30 de Março de 1975, "Comunicados – Do Centro de Informação Popular de Machico", p. 12.
[3346] *DN*, 3 de Novembro de 1974, "Está criada uma grave situação", José Manuel Paquete de Oliveira, p. 5.

Assim, o “25 de Abril” era a grande oportunidade para melhorar a sua vida, estando as pessoas expectantes, mas também motivadas para que o espírito do “25 de Abril” fosse materializado o mais rapidamente possível.

Considerações finais

A análise produzida por esta tese permite-nos concluir que a “Revolução dos Cravos” foi o desaguar de uma série de disfuncionalidades socioeconómicas, políticas e culturais portuguesas, que incluíram a Madeira e o Porto Santo.

Com efeito, nas vésperas do “25 de Abril”, a economia era rural e deficitária, a sociedade assentava em fortes desigualdades, a política baseava-se no autoritarismo, na ausência de liberdade e em meios de repressão, a cultura não era acessível à maioria da população e alguns fenómenos específicos, como a guerra colonial e a colonia na Madeira caracterizavam o espaço nacional e insular. Foi num quadro de descontentamento que se desencadeou o movimento revolucionário de 25 de Abril de 1974.

Pese embora a Revolução, no arquipélago madeirense, tivesse um eco mais tardio e um percurso inicial menos activo do que no Continente, a verdade é que se registaram dois factos fundamentais que aceleraram a adesão local ao espírito revolucionário.

O primeiro foi a prisão, na ilha da Madeira, dos principais dirigentes do anterior regime, Américo Tomás e Marcello Caetano, como estratégia da sua protecção física, tendo em conta o ambiente efervescente que se vivia no Continente. Numa terra calma, os detidos foram bem tratados e saíram, pacificamente, para o Brasil, em 20 de Maio de 1974.

Mas esta presença na Madeira foi um foco de contestação e propulsora de um segundo acontecimento histórico, a realização de uma grandiosa manifestação do “1.º de Maio”, no Funchal, reclamando: “Não somos caixote de lixo”. A celebração do “Dia do Trabalhador” serviu, também, para expressar o júbilo pelo golpe revolucionário do MFA, o interesse pela instauração da liberdade e da democracia, as exigências da implantação da autonomia, do cessar da guerra colonial, do afastamento dos comprometidos com o governo derrubado e da alteração económica e social da Madeira e do Porto Santo. Este evento representou o arranque efectivo do “25 de Abril”, no arquipélago,

proporcionando um ambiente revolucionário, e o ponto de partido das mudanças sociopolíticas.

Neste novo contexto político, na Madeira, igualmente, foram extintos os instrumentos opressivos, a PIDE/DGS e a censura, possibilitando aos seus habitantes uma situação de liberdade.

Com a "Revolução dos Cravos", o sector primário madeirense foi dominado pela exigência do fim do regime de colonia, consubstanciada na palavra de ordem "A terra a quem a trabalha", um processo que fomentou a intervenção de diversas entidades, como os colonos, os movimentos políticos, os *media* e o poder político.

As acções dos caseiros forçaram as organizações oficias a propor medidas legislativas, que mereceram, no entanto, a oposição daqueles, que apresentaram propostas alternativas, defendendo, no essencial, a não repartição dos produtos da terra com o proprietário ou, em alternativa, a atribuição a este de somente uma das três parcelas, substituindo a prática da meia divisão, bem como a decisão de deter a posse da terra, sem qualquer pagamento ao senhorio, práticas todas elas executadas, de facto, por grande parte dos caseiros, sem qualquer cobertura legal, aproveitando o ambiente revolucionário de então.

O "25 de Abril" foi a chave da libertação dos que trabalhavam a terra e a oportunidade de extinguir a colonia, que, depois, veio a ser plasmada na CRP, em 1976, e no Decreto Regional da Extinção da Colonia, em 1977, por determinação da Assembleia Regional da Madeira.

Também, os produtores de cana sacarina movimentaram-se, neste período revolucionário, reivindicando melhores condições na venda da cana-de-açúcar à fábrica, tendo sido alcançado o melhor preço, a par de garantia de fiscalização do peso do produto, no engenho, por parte de representantes dos agricultores, e do pagamento ser efectuado ao caseiro e não ao senhorio, quando existia o vínculo de colonia. Desta forma, a "Revolução dos Cravos" foi o ensejo para a melhoria social deste segmento do sector primário.

Por seu turno, os produtores de leite obtiveram algumas regalias, numa acção reivindicativa que enfrentou as organizações governamentais, melhorando a sua condição socioprofissional.

Igualmente, os trabalhadores rurais aproveitaram a Revolução para obterem novos benefícios, suportados pela sua organização sindical e a intervenção de movimentos e partidos políticos.

Nos sectores secundário e terciário, o “25 de Abril” abriu as portas ao sindicalismo livre e ao reforço da organização dos trabalhadores, possibilitando a conquista de novos direitos laborais, regalias remuneratórias e sociais e a valorização dos profissionais madeirenses. Destes, no período em questão, destacaram-se os operários da construção civil, os profissionais dos bordados, os trabalhadores da hotelaria, os empregados de escritório e caixeiros, os professores e os funcionários públicos, sectores que se empenharam, activamente, em importantes acções populares.

Consagrada a liberdade, nasceram associações, movimentos e partidos políticos, tendo alguns, na Madeira, uma relação nacional e outros uma marca mais regionalista, diversificando os seus projectos, entre a integração nacional, a autonomia e até a independência do espaço insular.

A sua acção foi muito forte e polémica, tendo algumas organizações se extinguido no decurso revolucionário e outras sobrevivido, dando expressão aos actuais partidos políticos nacionais, com representação regional.

A “Revolução dos Cravos” produziu várias alterações nas instituições político-administrativas da Madeira, designadamente nos governos civil e militar, na JGDAF e nos órgãos autárquicos. As pretensões guiavam-se pelos ideais de autonomia do poder insular e local, da instauração das juntas de freguesia no arquipélago e da escolha dos seus representantes pela população madeirense.

Registaram-se várias acções populares, com o apoio de movimentos e partidos políticos, visando o saneamento de titulares de cargos públicos e de funcionários das estruturas administrativas governamentais e municipais, numa perspectiva de uma gestão pública mais próxima e respeitadora dos cidadãos.

A Revolução abriu o debate de três pretensões, a autonomia, o separatismo e a independência. Ganhou forma o entusiasmo pela consagração da autonomia – tendo esta vingado com a aprovação da CRP e a criação da Assembleia Regional da Madeira, ambas em 1976 – perante um confronto aceso com os movimentos separatistas, nomeadamente a FLAMA, que actuavam mais contra os ideais revolucionários implantados no Continente e com intuitos de defesa de privilégios em crise do que propriamente por razões independentistas.

Viveu-se um período muito conturbado, pondo em oposição os autonomistas e os independentistas, recorrendo estes à violência física e ao bombismo, envolvendo esta polémica, activamente, os movimentos e partidos políticos, órgãos de comunicação social e figuras públicas regionais e nacionais.

A Igreja Católica madeirense foi atingida pelo "25 de Abril", tendo a sua figura central, o bispo Francisco Santana, assumido uma função de limitação das ideias revolucionárias na estrutura e na teoria religiosas. Bateu-se, a todo o custo, contra alterações diocesanas, que proviessem do espírito revolucionário.

O prelado envolveu-se em diversos conflitos, nomeadamente impedindo que o *JM* se guiasse por uma linha revolucionária – nomeando, então, para director Alberto João Jardim –, recusando a utilização do Seminário Menor do Funchal como extensão do LNF – embora não conseguisse travar esse intento – confrontando-se com sacerdotes, como Agostinho Jardim Gonçalves e Martins Júnior, e ainda com a paróquia da Ribeira Seca, que, então, se declarou independente da Diocese, bem como o mesmo bispo procurou influenciar o processo eleitoral para a AC, em 1976.

A comunicação social madeirense não ficou imune à "Revolução dos Cravos", pois a chegada da liberdade e a extinção da censura proporcionaram alterações significativas nas orientações editoriais, directivas e organizativas dos *media* locais.

Uns mais do que outros, os órgãos de informação reforçaram o seu cunho informativo, formativo, interventivo e até ideológico, com acentuado pendor crítico e revolucionário, chegando a existir confrontos entre alguns deles. A pluralidade de pensamento expresso na comunicação social reflectia o sentir da opinião pública e, simultaneamente, esta era influenciada por aquela, contribuindo, assim, para uma sua melhor elucidação e consciencialização políticas, após 48 anos de regime autoritário.

Nesta linha de raciocínio, compreendemos as limitações da população madeirense relativamente à sua formação política, mas cremos que a mesma tinha consciência social dos seus problemas concretos, designadamente da colonia, e do seu estado de menoridade socioeconómica e cultural.

Por isso, o "25 de Abril" favoreceu o despertar das pessoas para intervirem e sacudirem o jugo em que viviam, pelo que o movimento revolucionário de 1974 foi a porta aberta para a mudança das suas vidas, num

misto de expectativa e de esperança, quanto ao seu futuro, tendo como chama os ideais da “Revolução dos Cravos”.

Sobre o trabalho desenvolvido, por um lado, fica-nos a enorme satisfação pela análise de um período histórico madeirense ainda pouco investigado cientificamente, e pelo seu interesse temático.

Por outro, sentimo-nos limitados por alguns aspectos compreensíveis, como o contexto da pandemia resultante da covid 19, que impossibilitou o recurso a outros meios de investigação, ambicionados e previstos, como a recolha documental de diversas entidades (actas, comunicados, panfletos, de sindicatos, associações patronais, movimentos cívicos, partidos políticos e instituições públicas), a consulta de arquivos televisivos e radiofónicos e a realização de entrevistas a intervenientes na época revolucionária.

Por estas razões, a nossa missão assentou, fundamentalmente, na imprensa madeirense, complementada pela bibliografia nacional e regional, esperando que a investigação deste tema possa ser mais aprofundada, no futuro, com os recursos mencionados.

Com efeito, a extensão da tese aconselhava a não percorrer, por agora, novas pistas que a investigação sempre vai desvendando. Ademais, temos consciência de que o fundamental foi objecto de análise nesta monografia e que prosseguir na busca de minudências poderia comprometer o projecto de doutoramento.

Tendo em conta a tese produzida, e como fruto de uma reflexão sobre a mesma, consideramos útil apresentar algumas sugestões, para dar continuidade e robustez a esta investigação.

Assim, entendemos que o aprofundamento deste estudo deverá estender-se até à instituição oficial da autonomia madeirense, consagrada na tomada de posse da Assembleia Regional, em 19 de Julho de 1976.

Igualmente, merecem um olhar mais específico as áreas da saúde, da cultura, do ensino, do desporto, dos retornados e do cooperativismo.

Seria, também, importante proceder a um estudo comparativo das tensões políticas e sociais deste arquipélago com as do açoriano, na fase da “Revolução dos Cravos”.

A sustentar estas pistas complementares da investigação em questão, e como já referido, exige-se a pesquisa exaustiva das fontes e de outros meios atrás aludidos, e de que nos vimos privados.

A terminar, salientamos que esta tese não é um produto acabado, nem uma tarefa esgotada, mas assume-se, apenas, como um modesto contributo para um melhor conhecimento científico deste período histórico. Temos consciência de que o estudo do “25 de Abril” é, ainda, quase virgem, apesar da existência de alguns trabalhos, interessantes e importantes, como é óbvio, mas muito parcelares, incompletos e insuficientes. Face ao estudado, concluímos que esta temática poderá ainda suscitar novas pesquisas.

Apesar disso, a compreensão do “25 de Abril” na Madeira, ficou historicamente mais esclarecida com o estudo que desenvolvemos e poderá constituir um contributo oportuno para as comemorações do 50.º aniversário da “Revolução dos Cravos”.

Fontes e Bibliografia

Fontes

Documentação oficial

ARQUIVO REGIONAL E BIBLIOTECA PÚBLICA DA MADEIRA

Secretaria CMM, Registo de correspondência recebida CMM, 1974-1975, *Ofício n.º 2262 do Governo do Distrito do Funchal*, 15 de Junho de 1974, Livro n.º 1, fl. 80v.

Secretaria CMM, Registo de correspondência recebida CMM, 1974-1975, *Ofício n.º 2292 do Governo do Distrito do Funchal*, 17 de Junho de 1974, Livro n.º 1, fl. 82.

Secretaria CMM, *Cópia de carta-circular da Diocese do Funchal*, 15 de Outubro de 1975, PT-SARM-EMPFUN/D/12, Cx. 225, doc. 4.

DIOCESE DO FUNCHAL, *Decreto de remissão da pena de suspensão a divinis do padre José Martins Júnior*, de 16 de Junho de 2019, da Diocese do Funchal.

DIRECÇÃO REGIONAL DE ESTATÍSTICA DA MADEIRA, 1981, *Censos 1981*, Volume IX, Evolução das taxas de analfabetismo na RAM, obtidas através dos censos da população.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA, SECRETARIADO TÉCNICO DOS ASSUNTOS POLÍTICOS, 1975, *Relação dos agentes, pessoal administrativo e auxiliar da ex-PIDE/DGS,* Lisboa, disponível em https://issuu.com/josegaio/docs/relacao-dos-agentes-pessoal-adminis, consultado em 2018-12-05.

REPOSITÓRIO DIGITAL DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, s. d., *Junta de Salvação Nacional*, disponível em http://193.137.22.223/pt/patrimonio-educativo/museu-virtual/exposicoes/quatro-decadas-de-educacao-1962-2009/ministros-da-educacao-de-1962-a-2009/junta-de-salvacao-nacional/, consultado em 2020-05-22.

Panfletos

S.A., *Machico em hora de festa e de reflexão*, Maio (?) de 1974 (?), panfleto, s. n., Colecção de Lino Bernardo Calaça Martins.

Manifesto

S.A., *Carta a um Governador,* 1994, Loja, António (Prefácio).

Publicações Periódicas

O Caseiro, 1976-1980, Funchal.
Comércio do Funchal, 1974-1975, Funchal.
Diário da Madeira, 1974-1975, Funchal.
Diário de Notícias, 1925 e 1974-1975, Funchal.
Eco do Funchal, 1974-1975, Funchal.
Jornal da Madeira, 1974-1975, Funchal.
Re-nhau-nhau, 1974-1975, Funchal.
Voz da Madeira, 1974-1975, Funchal.

Centros de Documentação

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL, UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 2012

Arquivo electrónico – Arquivo de textos, Maria Manuela Cruzeiro, disponível em http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=th2, consultado em 2020-03-26.

Arquivo electrónico – Primeiras páginas de alguns Diários Nacionais, disponível em http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=diarios, consultado em 2020-03-26.

Cronologia, disponível em http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=ano1974 consultado em 2020-03-26.

Cronologia, disponível em http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=ano1975, consultado em 2020-03-26.

Destituição dos dirigentes fascistas - Lei n.º 1/74, de 25 de Abril, disponível em http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=estrut01, consultado em 2019-04-25.

Documento Melo Antunes ou dos "Nove", disponível em http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=poderpol26, consultado em 2020-03-26.

*Exoneração dos Governadores Civis - Decreto-Lei n.º 170/74, de 25 de Abril, dispo*nível em http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=estrut02, consultado em 2019-05-06.

Extinção da censura a espectáculos – Decreto-Lei n.º 199/74, de 14 de Maio, disponível em http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=extinc04, consultado em 2019-04-25.

Extinção da D.G.S., L.P. e M.P. – Decreto-Lei n.º 171/74, de 25 de Abril, disponível em http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=estrut03, consultado em 2019-04-25.

Glossário 25 de Abril, disponível em http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=glossario, consultado em 2020-05-20.

O "Dia do Trabalhador": Dec.-Lei 175/74 de 27 de Abril, disponível em http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=novapol18, consultado em 2020-05-20.

Programa do Movimento das Forças Armadas Portuguesas, disponível em http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=estrut07, consultado em 2019-04-25.

Legislação

DIÁRIO DA REPÚBLICA, 1940, *Decreto-lei n.º 31:095, de 31 de Dezembro,* disponível em https://dre.tretas.org/dre/1069/decreto-lei-31095-de-31-de-dezembro#in_links, consultado em 1 de Julho de 2022.

DIÁRIO DA REPÚBLICA, 1972, *Decreto-lei n.º 457/72, de 15 de Novembro,* disponível em https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/457-1972-686179?_ts=1652659200034, consultado em 2 de Julho de 2022.

DIÁRIO DA REPÚBLICA, 1974, *Decreto-lei n.º 236/74, de 3. Junho*, disponível em https://dre.tretas.org/dre/228360/decreto-lei-236-74-de-3-de-junho, consultado em 20 de Julho de 2022.

DIÁRIO DA REPÚBLICA, 1975, *Decreto-lei n.º 339-A/75, de 2 de Julho,* disponível em https://dre.tretas.org/dre/224644/decreto-lei-339-A-75-de-2-de-julho, consultado em 30 de Julho de 2021.

DIÁRIO DA REPÚBLICA, 1977, n.º 226/1977, I Série, *Lei n.º 77/77, de 29 de Setembro (Bases gerais da Reforma Agrária)*, disponível em https://dre.pt/application/conteudo/278704, consultado em 2021-04-01.

DIÁRIO DA REPÚBLICA, 1977, n.º 241/1977, I Série, *Decreto Regional n.º 13/77M, de 18 de Outubro (Extinção do regime de colonia)*, disponível em https://dre.pt/application/file/a/276888, consultado em 2021-04-01.

Bibliografia

AAVV, 2022, *A PIDE e os presos políticos,* Paços de Arcos, Visão História.

ABRILABRIL, 2020, *50 anos da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos*, disponível em https://www.abrilabril.pt/nacional/50-anos-da-comissao-nacional-de-socorro-aos-presos políticos, consultado em 2020-05-22.

ALMEIDA, Maria Antónia Pires de, 2014, *Dicionário biográfico do poder local 1936-2013*, Lisboa, disponível em https://www.academia.edu/24456607/Dicion%C3%A1rio_biogr%C3%A1fico_do_poder_local_em_Portugal, consultado em 2020-04-15.

ALVES, José Augusto dos Santos, 1989, "O *Patriota Funchalense* ou o elogio do contrapoder", in *Separata das Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração-Centro de Estudos de História do Atlântico, pp. 379-400.

ALVES, José Augusto dos Santos, 2005a, *Ideologia e Política na imprensa do exílio: O Portuguez (1814-1826)*, 2.ª edição, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

ALVES, José Augusto dos Santos, 2005b, *O Poder da Comunicação,* 1.ª edição, Cruz Quebrada, Casa das Letras/Editorial Notícias.

ALVES, José Augusto dos Santos, 2015, *A Opinião Pública em Portugal: Da Praça Pública à Revolução (1780.1820),* Porto, Media XXI.

AMARAL, Diogo Freitas do, 1995, *O Antigo Regime e a Revolução, Memórias políticas (1941-1975),* Venda Nova, Bertand/Nomen.

ANDERSON, Perry, 1994, "Modernity and Revolution", in *New Left Review* I/144, March-April, pp. 96-113.

AZEREDO, Carlos de, 2004, *Trabalhos e Dias de um Soldado do Império*, Porto, Livraria Civilização Editora.

BACANHIM, Assunção, 2013, "História de Vida: Assunção Bacanhim", in VIEIRA, Guida (coord.), 2013, *Ecos de memórias – História de Mulheres,* Lisboa, UMAR/CIG, pp. 48–58.

BARRETO, António, 1987, *Anatomia de uma Revolução. A Reforma Agrária em Portugal*, Lisboa, Europa-América.

BERNARDES, Lília, 2008, "Breve viagem pelo teatro da Madeira, in FREITAS, João Abel (coord.), *A Madeira na História – Escritos sobre a pré-autonomia*, Lisboa, Âncora Editora, pp. 49-82.

BRAZÃO, Maria Elisa de França e ABREU, Maria Manuela, 2008, *A Revolta da Madeira – 1931*, 2.ª edição, Funchal, DRAC.

BRITO, J. M. Brandão de, 1999, *Do marcelismo ao fim do império,* 1.ª edição, Lisboa, Editorial Notícias.

CAETANO, Marcello, 1975, *Depoimento*, Rio de Janeiro, Distribuidora Record.

CAETANO, Marcello, 1980, *Manual de Direito Administrativo*, Tomo I, 10.ª edição, revista e actualizada por AMARAL, Diogo Freitas do, Coimbra, Livraria Almedina.

CAETANO, Nuno Alves, 2014, *Prisioneiros de Caxias*, Lisboa, Chiado Editora.

CALISTO, Luís, 1995, *Achas na autonomia*, Funchal, Diário de Notícias do Funchal.

CAPELO, Sara, 2018, "Os anos de poder de Marcello Caetano contados pelos filhos", in *Sábado,* n.º 752, disponível em https://www.sabado.pt/portugal/detalhe/os-anos-de-poder-de-marcelo-caetano-contados-pelos-filhos, consultado em 2020-05-27.

CARDOSO, Agostinho, 1968, *O fenómeno económico-social da emigração madeirense,* Separata da *Revista de Direito Administrativo*, Tomo XII, nº3, Coimbra, Coimbra Editora, Limitada.

CARDOSO, Ribeiro, 2011, *Jardim, a Grande Fraude: uma radiografia da «Madeira Nova»*, Lisboa, Editorial Caminho.

CARITA, Rui, 2009, *30 Anos de Autonomia: 1976-2006*, Funchal, Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira.

CARITA, Rui, 2020, *História da Madeira, Volume VI – Século XX – O Caminho para a Autonomia,* Funchal, Imprensa Académica.

CARVALHO, Miguel, 2017, *Quando Portugal ardeu*, Alfragide, Oficina do Livro.

CASTANHEIRA, José Pedro, 2010, "A "prisão dourada" de Tomás e Caetano na ilha da Madeira", in *Expresso*, de 25 de Abril de 2010, disponível em https://expresso.pt/actualidade/a-prisao-dourada-de-tomas-e-caetano-na-ilha-da-madeira=f578341, consultado em 2020-05-20.

COMISSÃO DAS COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO DE ÁLVARO CUNHAL, s. d., *Elementos biográficos de Álvaro Cunhal*, disponível em http://www.alvarocunhal.pcp.pt/elementos-biogr%C3%A1ficos-de-%C3%A1lvaro-cunhal, consultado em 2020-05-22.

CRUZ, João da, 2008, "Os movimentos da Acção Católica Operária e a Autonomia", in FREITAS, João Abel, (coord.), *A Madeira na História – Escritos sobre a pré-autonomia*, Lisboa, Âncora Editora, pp. 263-281.

CRUZ, M. B. da, 1996, "Acção Nacional Popular (ANP)", in ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão de (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. I, Venda Nova, Bertrand Editora, pp. 13-15.

FARIA, M. Macedo, 1989, *Passaporte para Caxias ou jornalistas madeirenses que sofreram a prisão*, Funchal, Edição do Autor.

FERREIRA, José Medeiros (coord.), 1994, "Portugal em Transe (1974-1985)", in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 8, Lisboa, Editorial Estampa.

FREITAS, João Abel (coord.), 2008, *A Madeira na História: Escritos sobre a pré-autonomia*, Lisboa, Âncora Editora.

FREITAS, João Abel, 2011, *A Revolta do Leite, Madeira, 1936,* Lisboa, Edições Colibri.

FREITAS, João Abel, 2015, *A Madeira nos tempos de Salazar. A Economia1926-1974*, Lisboa, Edições Colibri.

GAIÃO, Paulo, 2011, "Vítor Alves foi o homem principal do 25 de abril" (1935-2011), in *Expresso*, de 9 de Janeiro de 2011, disponível em https://expresso.pt/actualidade/vitor-alves-foi-o-homem-principal-do-25-de-abril-1935-2011=f624968, consultado em 2020-05-20.

GANANÇA, Maria, 2013, "História de Vida: Maria Ganança", in VIEIRA, Guida (coord.), *Ecos de memórias – História de Mulheres,* Lisboa, UMAR/CIG, pp. 36–47.

GONÇALVES, Agostinho Jardim (coord.), 2002, "Relações internacionais", in *A Igreja no mundo operário: contributos para a história da Liga Operária Católica e da Liga Operária Católica Feminina (1936-1974)*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, pp. 215-219.

GOUVEIA, Gregório, 2002, *Madeira: tradições autonomistas e Revolução dos Cravos*, Funchal, G. Gouveia.

HARMAN, Chris, 2002, *A People´sHistory of the World*, London-Sidney, Bookmarks.

HOBSBAWN, Eric, 1996, *Ecos da Marselhesa,* São Paulo, Companhia das Letras.

HOBSBAWN, Eric, 1996, *Sobre História,* São Paulo, Companhia das Letras.

JARDIM, Alberto João, 2017, *Relatório de Combate, Alfragide, Publicações Dom Quixote.*

KLUT, Teresa, 2017, *Casa de Bordados*, Funchal, DRC – SRETC, Governo da Região Autónoma da Madeira.

LEITÃO, Nicolau Andersem, 2008, *Estado Novo, Democracia e Europa (1947-1986)*, Lisboa, ICS.

LEITE, José Guilherme Reis, 1989, "A autonomia das ilhas atlânticas. Os Açores e a Madeira. A experiência açoriana do século XIX", in *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira*, Vol. I, Funchal, Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração-DRAC.

LIZARDO, João, 2008, "A situação da colonia à data do 25 de Abril de 1974", in FREITAS, João Abel (coord.), *A Madeira na História - Escritos sobre a pré-autonomia*, Lisboa, Âncora Editora, pp. 191-229.

LOJA, António, “A “carta a um governador””, 2008, in FREITAS, João Abel, (coord.), *A Madeira na História – Escritos sobre a pré-autonomia*, Lisboa, Âncora Editora, pp. 285–304.

MADEIRA, João (coord.), 2010, *Vítimas de Salazar: Estado Novo e violência política*, 3.ª edição, Lisboa, A Esfera dos Livros.

MADEIRA, João e FARINHA, Luís (coord.), 2022, *A PIDE e os presos políticos,* Paços de Arcos, Visão História.

MARTELO, David, 2020, *25 de Abril: Do Golpe Militar à Revolução na foma tentada*, Lisboa, Edições Sílabo.

MARTINS, Lino Bernardo Calaça, 2017, *O 25 de Abril em Machico: Centro de Informação Popular 1974-75,* Machico, Câmara Municipal de Machico.

MARTINS, Lino Bernardo Calaça, 2020a, “A Prisão de Américo Tomás e Marcello Caetano e o 1.º de Maio de 1974 na Madeira”, *in Arquivo Histórico da Madeira,* Nova Série, n.º 2, pp. 673-710.

MARTINS, Lino Bernardo Calaça, 2020b, “O “25 de Abril” em Machico”, in *ILHARQ – Revista de Arqueologia e Património Cultural do Arquipélago da Madeira,* n.º 12, pp. 62-83.

MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.), 1993, *História de Portugal Contemporâneo: economia e sociedade*, Lisboa, Universidade Aberta.

MEDINA, João (dir.), 1985, “Portugal de Abril, do 25 de Abril aos nossos dias”, in *História Contemporânea de Portugal,* Camarate, Amigos do Livro Editores.

MEDINA, João (coord.), 1994, *História de Portugal Contemporâneo: político e institucional,* Lisboa, Universidade Aberta.

MELIM, Josefina, 2013, “História de Vida: Josefina Melim”, in VIEIRA, Guida (coord.), *Ecos de memórias – História de Mulheres,* Lisboa, UMAR/CIG, pp. 96–107.

MOREIRA, Vital, 1998, “A instituição da democracia. A Assembleia Constituinte e a Constituição de 1976, Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976)”, in ROSAS, Fernando, (coord.), *I Curso Livre de História Contemporânea*, Lisboa, de 23 a 28 de Novembro de 1998, organizado pela Fundação Mário Soares e Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Edições Colibri / Fundação Mário

Soares / Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, pp.193-209

NEPOMUCENO, Rui, 1994, *As Crises de Subsistência na História da Madeira*, Lisboa, Editorial Caminho.

NEPOMUCENO, Rui, 2003, *Uma Perspectiva da História da Madeira*, Funchal, Editorial Eco do Funchal.

NEPOMUCENO, Rui, 2006, *A Conquista da Autonomia da Madeira: os conflitos dos séculos XIX e XX*, Lisboa, Editorial Caminho.

NÓBREGA, Tolentino de, 2014, "A censura ainda funcionou no dia 25 de Abril na Madeira", in *Público*, de 27 de Abril de 2014, disponível em https://www.publico.pt/2014/04/27/politica/noticia/a-censura-ainda-funcionou-no-dia-25-de-abril-na-madeira-1633320, consultado em 2018-01-17.

NÓBREGA, Tolentino de, 2014, "Alberto João Jardim, *A Voz da Madeira* em defesa do regime deposto em 1974", in *Público*, de 27 de Abril de 2014, disponível em https://www.publico.pt/2014/04/27/politica/noticia/alberto-joao-jardim-a-voz-da-madeira-em-defesa-do-regime-deposto-em-1974-1633698, consultado em 2018-11-26.

OLIVEIRA, César, 1993, *Os Anos decisivos, Portugal 1962-1985, Um testemunho*, Lisboa, Editorial Presença.

OLIVEIRA, José Manuel Paquete de, 2016, "Madeira: do 25 de Abril ao 25 de Novembro – 40 anos depois. Uma caminhada para a Autonomia da Região", in *Islenha,* n.º 58, Funchal, SRETC-DRC, pp. 5-18.

OLIVEIRA, Paquete de, 2008, "A comunicação social madeirense e a autonomia da região", in FREITAS, João Abel (coord.), *A Madeira na História – Escritos sobre a pré-autonomia*, Lisboa, Âncora Editora, pp. 23–46.

PEREIRA, Conceição, 2013, "História de Vida: Conceição Pereira", in VIEIRA, Guida (coord.), *Ecos de memórias – História de Mulheres,* Lisboa, UMAR/CIG, pp. 16–26.

PEREIRA, Luísa Barbosa, 2018, "A revolução por telégrafo: o 25 de Abril fora de Lisboa", in FONTES, Jorge, PAÇO, António Simões do, LOUÇA, João Carlos e PERÉZ, Miguel (coord.), *Entre Outubro e Abril: Estudos sobre trabalho, revoluções e movimentos sociais no século XX*, V. N. Famalicão, Edições Húmus, pp. 189-212.

PEREIRA, Maria Conceição, 2017, *Caminhando pela Vida,* Câmara de Lobos, O Liberal.

PIMENTEL, Irene Flunser, 2022, *Informadores da PIDE – Uma Tragédia Portuguesa*, 1.ª edição, Lisboa, Temas e Debates-Círculo de Leitores.

PINTO, António Costa, 2001, *O Fim do Império Colonial*, Lisboa, Livros Horizonte.

PIRES, José, 1976, *Greves e o 25 de Abril*, Lisboa, Edições Base.

POMBO, Gabriela, 2013, "História de Vida: Gabriela Pombo", in VIEIRA, Guida (coord.), *Ecos de memórias – História de Mulheres,* Lisboa, UMAR/CIG, pp. 74–84.

PRAÇA, Afonso *et al*. (coord), 1974, *25 de Abril*, 2.ª edição, Lisboa, Casa Viva Editora Limitada.

QUINTAS, J. M., 1996, "Eleições para a Assembleia Nacional", in ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão de (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. I, Venda Nova, Bertrand Editora, pp. 288-291.

RAMOS, Rui, 2009, *História de Portugal*, Lisboa, Esfera dos Livros.

REIS, Célia, 1990, *A Revolta da Madeira e Açores (1931)*, Lisboa, Livros

RELVA, Gabriela, 2012, "A Revolta das Águas na Lombada da Ponta do Sol", in *Mundo Rural Online,* de 1 de Novembro de 2012, disponível em https://mundo-rural.webnode.pt/news/a-revolta-das-aguas-na-lombada-da-ponta-do-sol/, consultado em 4 de Dezembro de 2018.

REZOLA, Maria Inácia, 2006, *Os militares na Revolução de Abril,* Lisboa, Campo da Comunicação.

REZOLA, Maria Inácia, 2007, *25 de Abril: Mitos de uma Revoluçãol,* Lisboa, A Esfera dos Livros.

REZOLA, Maria Inácia e GOMES, Pedro Marques (coord.), 2014, *A revolução nos média*, 1.ª edição, Lisboa, Tinta da China.

RIBEIRO, Orlando, 1985, *A ilha da Madeira até meados do século XX – Estudo geográfico*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa-Ministério da Educação.

RODRIGUES, António Simões (coord.), 1996, *História de Portugal em Datas*, Lisboa, Temas e Debates.

RODRIGUES, Avelino, BORGA, Cesário e CARDOSO, Mário, 1979, *Abril nos quartéis de Novembro*, Amadora, Livraria Bertrand.

RODRIGUES, Avelino, BORGA, Cesário e CARDOSO, Mário, 2001, *O Movimento dos Capitães e o 25 de Abril*, 4.ª edição, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

RODRIGUES, Paulo Miguel, 2011, A Madeira durante o primeiro triénio liberal (1820-1823): autonomia, adjacência ou independência, in REBELO, Helena (coord.), *Lusofonia: tempo de reciprocidades: actas do IX Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*, Madeira, 4 a 9 de Agosto de 2008. vol. II, Porto, Edições Afrontamento, pp. 451-463.

RODRIGUES, Paulo Miguel, 2012, Da Autonomia da Madeira: uma proposta de reapreciação da sua génese e desenvolvimento durante a primeira metade do século XIX, in MENESES, Avelino de Freitas (coord.), *Das autonomias à autonomia e à independência: o Atlântico político entre os séculos XV e XXI*, Ponta Delgada, Letras Lavadas, pp. 153-177.

RODRIGUES, Paulo Miguel, 2014, História política e institucional da Madeira (séculos XIX e XX): temas e problemas, in FRANCO, José Eduardo, e TRINDADE, Cristina (coord.), *Que saber{es} para o século XXI?: História, Cultura e Ciência na Madeira*, Lisboa, Esfera do Caos, APCA – Agência de Promoção da Cultura Atlântica, pp. 277-282.

RODRIGUES, Paulo Miguel, 2021, *Dicionário Breve da História da Autonomia da Madeira,* Funchal, Imprensa Académica.

ROSAS, Fernando (coord.), 1994, "O Estado Novo (1926-1974)", in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 7, Lisboa, Editorial Estampa.

ROSAS, Fernando, 1996, "Estado Novo", in ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão de (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. I, Venda Nova, Bertrand Editora, pp. 315-319.

ROSAS, Fernando, 1999, *Portugal e a Transição para a Democracia,* Lisboa, Edições Colibri/IHC.

ROSAS, Fernando, 2004, *Pensamento e Acção Política Portugal Século XX (1890-1976*), Lisboa, Editorial Notícias.

ROSAS, Fernando, 2012, *Salazar e o Poder. A Arte de Saber Durar*, 1.ª edição, Lisboa, Tinta da Chuva.

ROSAS, Fernando (coord.), 2022, *Revolução Portuguesa 1974-1975*, Lisboa, Tinta da China.

ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão de (dir.), 1996, *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. I e II, Venda Nova, Bertrand Editora.

ROSAS, Fernando e OLIVEIRA, Pedro Aires, 2004, *A transição falhada,* Lisboa, Círculo de Leitores.

S.A., 2003, "Dr. Fernando Rebelo (1919-2002): Dossier", in *Islenha,* n.º 33, Funchal, DRC, pp. 4-31.

SÁNCHEZ CERVELLÓ, Josep, 1993, "A Revolução portuguesa – o 28 de Setembro", in MEDINA, João (dir.), *História de Portugal – dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, vol. 14, Amadora, Ediclube, pp. 74-80.

SÁNCHEZ CERVELLÓ, Josep, 1993, "A Revolução portuguesa – o 11 de Março", in MEDINA, João (dir.), *História de Portugal – dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, vol. 14, Amadora, Ediclube, pp. 81-86.

SÁNCHEZ CERVELLÓ, Josep, 1993, "A Revolução portuguesa – o 25 de Novembro", in MEDINA, João (dir.), *História de Portugal – dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, vol. 14, Amadora, Ediclube, pp. 87-94.

SARAIVA, José António e SILVA, Vicente Jorge Silva, 1976, *O 25 de Abril visto da História: do 25 de Abril às Presidenciais, Falando do Século XIX, da República, de Salazar*, Amadora, Livraria Bertrand.

SARDINHA, Vítor, 2008, "Um olhar sobre as práticas musicais madeirenses do século XX", in FREITAS, João Abel (coord.), *A Madeira na História – Escritos sobre a pré-autonomia*, Lisboa, Âncora Editora, pp. 85-119.

SCHMITTER, Philip, 1999, *Portugal: do autoritarismo à democracia*, Lisboa, ICS.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, 1985, *Marcello Caetano: confidências no exílio*, Lisboa, Ver.

SILVA, Emanuel, 2015, "Morreu o general que recebeu na Madeira os exilados Marcelo Caetano e Américo Thomaz", in *Funchal Notícias*, de 21 de Julho de 2015, disponível em https://funchalnoticias.net/2015/07/21/morreu-o-general-que-recebeu-na-madeira-os-exilados-marcelo-caetano-e-americo-thomaz/, consultado em 2018-01-18.

SILVA, Vicente Jorge, 2008, "O Comércio do Funchal e a Autonomia", in FREITAS, João Abel (coord.), *A Madeira na História: Escritos sobre a pré-autonomia*, Lisboa, Âncora Editora, pp. 233-259.

SILVA, Vicente Jorge, 2014, “O 25 de Abril e a Madeira”, in *Sol*, de 23 de Abril de 2014, disponível em https://sol.sapo.pt/noticia/104130/O-25-de-Abril-e-a-Madeira, consultado em 2018-11-26.

SOARES, João (org.), 1979, *A Revolta da Madeira: Documentos*, Lisboa, Editora Perspectivas & Realidades.

SOUTO, Odete Mendonça Henriques, 2017, *Os Retornados de África: Estudo de caso sobre a sua integração na Madeira,* Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais, Lisboa, Universidade Aberta.

VARELA, Raquel, 2011, *A História do PCP na Revolução dos Cravos,* Lisboa, Bertrand Editora.

VARELA, Raquel, 2014, *História do Povo na Revolução 1974-75,* Lisboa, Bertrand Editora.

VARELA, Raquel e PEREIRA, Luísa Barbosa, 2017, *História do Povo da Madeira no 25 de Abril*, Lisboa, Edições Parsifal Lda.

VERÍSSIMO, Nelson, 1991, “Autonomia Insular: o debate na primavera marcelista”, in *Islenha,* n.º 9, Funchal, SRETC-DRC, pp. 5-20.

VERÍSSIMO, Nelson, 2000, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura-Direcção Regional dos Assuntos Culturais.

VERÍSSIMO, Nelson, 2022, “Peste, castigo e misericórdia no Funchal quinhentista: São Tiago Menor, padroeiro e rogador a Deus pelo povo da cidade”, in PINHEIRO, Joaquim, MATEUS, Samuel, FRANCO, Mário (coord.), *Pestes e Epidemias: Estudos Interdisciplinares e em Humanidades,* V. N. Famalicão, Edições Húmus, pp. 49-60.

VIEIRA, Guida, 2010, *Memórias de uma missão cumprida,* Lisboa, UMAR.

VIEIRA, Guida (coord.), 2013, *Ecos de memórias – História de Mulheres,* Lisboa, UMAR/CIG.

VIEIRA, Guida e BACANHIM, Assunção, 2016, *As imagens falam por elas,* Lisboa, UMAR e Funchal, UMAR.

VIEIRA, Guida e MARTINS, Joana, 2019, *Dedicado a ti,* Câmara de Lobos, Editora O Liberal.

VIEIRA, José Luís Gonçalves, 2018, *O Poder Municipal no Funchal: Do 25 de abril de 1974 às eleições autárquicas de dezembro de 1976*, Dissertação

de Mestrado em Estudos Regionais e Locais, Funchal, Faculdade de Artes e Humanidades da Universidade da Madeira.

VIEIRA, Odete, 2013, “História de Vida: Odete Vieira”, in VIEIRA, Guida (coord.), *Ecos de memórias – História de Mulheres,* Lisboa, UMAR/CIG, pp. 6–15.

VIEIRA, Rui e FREITAS, João Abel, 2008, “A economia da Madeira no período pré-autonómico”, in FREITAS, João Abel (coord.), *A Madeira na História – Escritos sobre a pré-autonomia*, Lisboa, Âncora Editora, pp. 123-187.

VIEIRA, Teresa, 2013, “História de Vida: Teresa Vieira”, in VIEIRA, Guida (coord.), *Ecos de memórias – História de Mulheres,* Lisboa, UMAR/CIG, pp. 60–72.

Filmografia

FERREIRA, Fátima Campos, 2022, *Primeira Pessoa: Alberto João Jardim*, RTP 1, episódio 14, disponível em https://www.rtp.pt/play/p8971/e597430/primeira-pessoa, consultado em 2022-02-08.

SANTOS, Paulo, 2016, *Uma História de Autonomia: Revolução Adiada*, RTP-Madeira, episódio 1, disponível em https://www.rtp.pt/play/p3377/e282589/uma-historia-de-autonomia, consultado em 2020-05-15.

SANTOS, Paulo, 2016, *Uma História de Autonomia: Ventos de liberdade*, RTP-Madeira, episódio 2, disponível em https://www.rtp.pt/play/p3377/e283886/uma-historia-de-autonomia, consultado em 2020-05-16.

Webgrafia

APP.PARLAMENTO.PT, 2020

S.A., s. d., “Agostinho Gonçalves Gomes”, disponível em http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935

1974/html/pdf/g/gomes_agostinho_goncalves.pdf, consultado em 2020-04-21.

APRENDER MADEIRA NET, 2016-2018

ALMEIDA, José Felisberto, 2017, “Serviço de estrangeiros e fronteiras”, disponível em http://aprenderamadeira.net/servico-de-estrangeiros-e-fronteiras/, consultado em 2018-12-04.

CARITA, Rui, 2016, “Andrade, José dos Santos Ribeiro de”, disponível em http://aprenderamadeira.net/andrade-jose-dos-santos-ribeiro-de/, consultado em 2020-04-15.

CARITA, Rui, 2017, “Junta de Planeamento 1975”, disponível em http://aprenderamadeira.net/junta-de-planeamento-1975/, consultado em 2018-01-18.

CHÁ-CHÁ, Cecília, 2016, “Movimento Jovens Cristãos da Madeira (JCM)”, disponível em http://aprenderamadeira.net/movimento-jovens-cristaos-da-madeira-jcm/, consultado em 2020-04-21.

CORREIA, Ana, 2016, “Vieira, Eng. Rui”, disponível em http://aprenderamadeira.net/vieira-engo-rui/, consultado em 2020-04-07.

TRINDADE, Ana Cristina Machado e CARITA, Rui, 2018, “Saraiva, D. João António da Silva”, disponível em http://aprenderamadeira.net/saraiva-d-joao-antonio-da-silva/, consultado em 2020-05-21.

ARQUIPÉLAGOS.PT, 2015

S.A., 2015, “Cónego Dr. Agostinho Gomes 1958, Lisboa, Portugal”, disponível em https://www.arquipelagos.pt/imagem/conego-dr-agostinho-gomes-1958-lisboa-portugal/, consultado em 2020-04-21.

BLOGUE RUI NEPOMUCENO, 2010, “Partidos Constituídos na Madeira Após o 25 de Abril”, disponível em http://ruinepomuceno.blogspot.com/2010/02/partidos-politicos-constituidos-na.html, consultado em 2020-05-21.

POLITIPÉDIA, 2012

Baptista, César Henrique Moreira, disponível em http://www.politipedia.pt/baptista-cesar-henrique-moreira-1915-1982/, consultado em 2020-05-29.

Cunha, Joaquim Moreira da Silva, disponível em http://www.politipedia.pt/cunha-joaquim-moreira-da-silva/, consultado em 2020-05-29.

SILÊNCIOS E MEMÓRIAS, 2019, *Libertação dos presos políticos de Peniche, 27 de Abril de 1974*, disponível em http://silenciosememorias.blogspot.com/2019/04/2125-libertacao-dos-presos-politicos-de.html, consultado em 2020-05-29.

Anexo

Notas biográficas

As presentes referências biográficas são alusivas aos principais intervenientes no período de estudo, compreendendo, essencialmente, as suas funções nesta fase e foram elaboradas com base nas fontes e bibliografia consultadas, bem como através de informações colhidas e por conhecimento pessoal.

ABEL AUGUSTO DA SILVA

Abel Augusto da Silva, 1924-1976. Sacerdote, jornalista e director interino do *JM* (1 de Janeiro de 1974 a 29 de Outubro de 1976).

AGOSTINHO CANHA

Agostinho Gonçalves de Canha, 1912-2004. Médico, membro da UN-ANP e presidente da CMPSol.

AGOSTINHO CARDOSO

Agostinho Gabriel de Jesus Cardoso, 1908-1979. Médico, presidente da Comissão Distrital do Funchal da UN-ANP, deputado do círculo do Funchal na AN (1961-1973) e director da *VM.*

AGOSTINHO GOMES

Agostinho Gonçalves Gomes, 1912-1998. Cónego, deputado da Madeira na AN (1957-1961 e 1961-1965), vigário-geral da Diocese do Funchal (1971-1974) e director do *JM.*

AGOSTINHO JARDIM GONÇALVES

Agostinho José Luís de Jesus Jardim Gonçalves, 1932-. Sacerdote, assistente nacional da LOC e internacional do Movimento dos Trabalhadores Católicos e membro da comissão promotora da Comissão Nacional do Socorro aos Presos Políticos.

ALBERTO FIGUEIRA GOMES

Alberto Figueira Gomes. 1912-1985. Comerciante, escritor, jornalista, poeta, cronista e investigador literário. Desempenhou a função de vereador na Câmara Municipal do Funchal, nos anos 60 do século XX.

ALBERTO HENRIQUES ARAÚJO

Alberto Henriques de Araújo, 1903-1980. Advogado, jornalista, ex-deputado da AN (1945-1969), presidente da ACF e director do *DN* do Funchal até 11 de Maio de 1974.

ALBERTO JOÃO JARDIM

Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim, 1943-. Licenciado em Direito, director do Centro de Formação Profissional da Madeira, professor da EICF, dirigente da CAgF e ILMA, colaborador da *VM,* director do *JM* (Outubro de 1974-Março de 1978), membro da FCM e posteriormente do PPD-Madeira.

ÁLVARO CUNHAL

Álvaro Barreirinhas Cunhal, 1913-2005. Licenciado em Direito, preso diversas vezes durante o "Estado Novo" e exilado fora de Portugal. Secretário-geral do PCP, desde1961, após o "25 de Abril" de 1974, foi ministro sem pasta dos quatro primeiros GP e eleito deputado à AC, em 1975.

AMÉRICO TOMÁS

Américo de Deus Rodrigues Tomás, 1894-1987. Oficial da Marinha, presidente da Junta Nacional da Marinha Mercante, ministro da Marinha e PR (1958-1974).

ANTÓNIO DE CASTRO JORGE

António Vitorino de Castro Jorge, 1913-2004. Médico. director do *DM* e impulsionador do PA, após o "25 de Abril".

ANTÓNIO LOJA

António Egídio Fernandes Loja, 1934-. Licenciado em Histórico-Filosóficas, professor, ex-militar em África, candidato da oposição à AN (1969), pelo circulo

eleitoral da Madeira, subscritor da “Carta a um Governador”, co-fundador do MDM e presidente da JGDAF (1974-1975).

ANTÓNIO DE SPÍNOLA

António Sebastião Ribeiro de Spínola**,** 1910-1996. General, responsável militar em Angola, governador e comandante-chefe da Guiné, vice-chefe do EMGFA, autor do livro *Portugal e o Futuro*, membro da JSN e primeiro PR, após o “25 de Abril”. Deixou esta função em 30 Setembro de 1974, e depois, foi derrotado na tentativa de golpe de Estado em 11 de Março de 1975, pelo que se refugiou em Espanha. Voltou a Portugal, depois do 25 de Novembro de 1975.

ARMINDO ABREU

Armindo Abreu, 1935-2020. Jornalista do *DN* do Funchal, tendo sido ainda seu director interino, director-adjunto e chefe de redacção.

ASUNÇÃO BACANHIM

Maria Assunção Bacanhim Silva, 1949-. Dirigente da JOC, funcionária e dirigente da COCAN, tendo sido militante da UPM e da FEC-ML.

CARLOS DE AZEREDO

Carlos Manuel de Azeredo Pinto de Melo e Leme, 1930-2021. Tenente coronel de cavalaria, prestou serviço militar no Ultramar (Índia, Angola e Guiné) e no Porto, tendo participado nas operações do “25 de Abril” nesta cidade. Exerceu várias funções na Madeira: de 2 de Maio a 12 de Agosto de 1974, delegado da JSN, governador civil do Distrito do Funchal e governador militar. Quando Fernando Rebelo foi nomeado governador civil, Carlos de Azeredo manteve os outros dois cargos. De Setembro a Novembro de 1974, esteve fora da Madeira. Regressou para ser novamente governador militar, e quando Fernando Rebelo se demitiu de governador civil, em 21 de Março de 1975, Carlos de Azeredo assumiu cumulativamente esta função. Em 25 de Março de 1975, juntou a estes dois cargos as funções de presidente da recém-criada JPM. Em 20 de Fevereiro de 1976, e depois de extinta a JPM, exerceu o cargo de presidente da JR, em conjunto com os de governador civil e governador militar. Cessou as suas funções com a tomada de posse do 1.º Governo Regional da Madeira, presidido

por Ornelas Camacho, em 1 de Outubro de 1976, na sequência da posse da Assembleia Regional, a 19 de Julho de 1976.

COSTA BRAZ

Manuel da Costa Braz, 1934-2019. Ministro da Administração Interna dos II e III GP, membro do MFA e co-autor do "Documento dos Nove" ou "Documento Melo Antunes".

COSTA GOMES

Francisco da Costa Gomes, 1914-2001. Comandante militar de Moçambique e Angola e CEMGFA (antes e após o "25 de Abril"). Foi membro da JSN e PR (depois da renúncia de António de Spínola, na sequência dos acontecimentos de 28 de Setembro de 1974).

COSTA MARTINS

José Inácio Costa Martins, 1938-2010. Militar, membro do MFA e ministro do Trabalho dos II, III, IV e V GP.

DANIEL FARRAJOTA

Daniel Farrajota Rocheta, 1914-1997. Capitão-de-mar-e-guerra, foi governador civil do Distrito do Funchal, entre14 de Julho de 1973 e 29 de Abril de 1974.

DIAMANTINO ALTURAS

Diamantino António dos Santos Alturas, 1941-. Operário e presidente do Sindicato dos Operários da Construção Civil.

EMANUEL GIMES

Emanuel Gimes de Sousa e Lopes, 1945-1998. Colaborador do *DM,* na época do "25 de Abril", e participante em diversas actividades políticas nesse período, designadamente como co-organizador da manifestação contra o FD (1974).

EMANUEL RODRIGUES

Emanuel Nascimento dos Santos Rodrigues, 1943-2019. Advogado, professor da EICF e deputado da AC, eleito pelo círculo da Madeira.

FARIA LEAL

José Manuel Santos de Faria Leal, 1936-2015. Major, chefe de Estado-Maior do Quartel General do CTIM, coordenador do GI-JSN na Madeira, comandante militar da Madeira interino (até à chegada à Madeira de Carlos de Azeredo, em 2 de Maio de 1974) e vogal da JPM.

FERNANDO REBELO

Fernando Pereira Rebelo, 1919-2002. Advogado, presidente da Associação Académica de Coimbra (duas vezes), apoiante de Humberto Delgado, candidato da oposição (1969), fundador e um dos principais responsáveis do MDM e governador civil da Madeira (Agosto 1974-Março de 1975).

FRANCISCO SANTANA

Francisco Antunes Santana, 1924-1982. Bispo da Diocese do Funchal, ordenado em 21 de Abril de 1974, tendo desempenhado o cargo de Maio do mesmo ano até à sua morte.

FRANCISCO SIMÕES

Francisco Simões, 1946-. Professor, escultor, director das Escolas Preparatórias da Ribeira Brava e da Calheta e responsável pelo FAOJ na Madeira.

GABRIELA POMBO

Maria Gabriela Relva Gonçalves Pombo, 1952-. Estudante, membro da Comissão de Produtores de cana-de-açúcar e membro da UPM.

GUIDA VIEIRA

Guida Maria Vieira Martins, 1950-. Matizadora de tapeçarias, presidente da Assembleia Geral do Sindicato dos Bordados, em 1974 e presidente da sua direcção, de 1975 a 2001.

HENRIQUE SAMPAIO

António Henrique Fernandes Sampaio, 1950-. Colaborador do *CF*, subscritor da "Carta a um Governador" (1969), jornalista da *EN*, co-fundador e dirigente da UPM.

JOÃO ABEL DE FREITAS

João Abel de Freitas, 1942-. Economista, membro da Comissão do Salário Mínimo Nacional para as Ilhas Adjacentes (1974) e vogal da JPM.

JOÃO BORGES

João Borges, 1922-2008. Tesoureiro da DTM e membro do GI-JSN da Madeira.

JOÃO DA CRUZ

João da Cruz Nunes, 1935-. Sacerdote, professor, assistente dos movimentos operários da Acção Católica, director do CCO, subscritor da carta enviada aos candidatos às eleições legislativas de 1969 e também da "Carta a um Governador", tendo sido perseguido pela ex-PIDE-DGS. Após o "25 de Abril", a casa onde vivia (na Rua do Pombal, Funchal) foi alvo de atentado bombista. Depois seguiu-se um atentado ao seu carro, já quando era professor na Escola Preparatória da Calheta, acabando o sacerdote por sair para Lisboa.

JOSÉ MANUEL BARROSO

José Manuel Reis Barroso, 1943-. Jornalista, militar, colaborador do *CF*, candidato da oposição em 1969, pelo circulo eleitoral da Madeira, subscritor da "Carta a um Governador" e membro do MFA.

JOSÉ MANUEL BRÁS

José Manuel Rodrigues Brás, 1927-1996. Presidente da CMC, tendo assumido outras responsabilidades no concelho da Calheta, como presidente da Casa do Povo, da Santa Casa da Misericórdia e da comissão concelhia da ANP, tendo sido, ainda, director da Escola Preparatória local.

LIBERATO FERNANDES

Francisco Liberato Fernandes, 1948-. Colaborador do *CF* e co-fundador da UPM.

LOPES DA EIRA

Vasco António Lopes da Eira, 1913-1992. Brigadeiro e governador militar da Madeira até 30 de Abril de 1974.

MARCELLO CAETANO

Marcello José das Neves Alves Caetano, 1906-1980. Jurista, professor universitário, presidente da Câmara Corporativa, Comissário Nacional da MP, substituindo António Salazar, como presidente do Conselho de Ministros (Setembro de 1968-25 de Abril de 1974).

MÁRIO SOARES

Mário Alberto Nobre Lopes Soares, 1924-2017. Jurista, preso e exilado no "Estado Novo", co-fundador e secretário-geral do PS e ainda ministro dos Negócios Estrangeiros do I ao III GP.

MARTINS JÚNIOR

José Martins Júnior, 1938-. Sacerdote, pároco da Ribeira Seca, Machico (desde 1969), tendo-lhe sido decretada a retirada da paróquia em Novembro de 1974 (continuando, no entanto, a exercer funções), co-fundador do CIPM e presidente da CA da CMM (de Abril a Setembro de 1975).

MELO ANTUNES

Ernesto de Melo Antunes, 1933-1999. Militar, membro do MFA, sendo co-autor do seu programa, ministro dos II, IV e VI GP, membro do CR e activista do "Documento dos Nove" ou "Documento Melo Antunes".

MILTON MORAIS SARMENTO

Milton Augusto de Azevedo de Morais Sarmento, 1950-. Advogado, co-fundador e dirigente da UPM, director do *CF,* consultor jurídico do Sindicato dos Operários da Construção Civil do Funchal e candidato à AC nas eleições de 1975, encabeçando a lista, pela Madeira, da FEC (M-L).

MONTEIRO DE AGUIAR

António Alberto Monteiro de Aguiar, 1942-2007. Dirigente do Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Funchal, deputado do PS na AC e membro da JR (instituída em Fevereiro de 1976).

MOREIRA BAPTISTA

César Henrique Moreira Baptista, 1915-1982. Advogado, presidente da Câmara Municipal de Sintra (1953-1957), membro do Secretariado Nacional da Informação (1958-1968), tendo sido ministro do Interior (1973-1974).

OTELO SARAIVA DE CARVALHO

Otelo Nuno Romão Saraiva de Carvalho, 1936-2021. Principal comandante operacional do "25 de Abril", comandante-adjunto do COPCON e governador militar de Lisboa.

PALMA CARLOS

Adelino da Palma Carlos, 1905-1992. Advogado, PM do I GP depois do "25 de Abril", até Julho de 1974, por nomeação de António de Spínola. Em Julho de 1974, demitiu-se, na sequência da recusa, por parte do CR, da intenção de reforçar os seus poderes.

PAQUETE DE OLIVEIRA

José Manuel Paquete de Oliveira, 1936-2016. Sacerdote, sociólogo, professor, chefe de redacção do *JM* (1960-1966), director do *DN* do Funchal (1974-1976) e membro da JPM (1975).

PAULO MARTINS

Paulo Martinho Martins**,** 1953-2014. Professor do LNF, co-fundador da UPM e candidato da FEC (M-L) à AC, em 1975.

PINHEIRO DE AZEVEDO

José Baptista Pinheiro de Azevedo, 1917-1983. Oficial da Marinha, membro da JSN e PM do VI GP.

RIBEIRO DE ANDRADE

José dos Santos Ribeiro de Andrade, 1912-1998. Engenheiro, presidente da DTM (1969-1982), dirigente da Escola de Hotelaria e Turismo da Madeira e vogal da JR.

RUI NEPOMUCENO

Rui Firmino Faria Nepomuceno, 1936-. Advogado, oposicionista ao "Estado Novo", subscritor da "Carta a Um Governador" (1969), presidente da direcção do Clube Futebol União, militante (desde 1962) e dirigente do PCP, membro da UPM e co-fundador da FPDM.

RUI TEIVES

Rui Teives Henriques, 1947-. Colaborador do *CF,* opositor à ditadura e ex-preso político.

RUI VIEIRA

Rui Manuel da Silva Vieira, 1926-2009. Engenheiro agrónomo, membro da UN, deputado na AN (1965-1969), presidente da JGDAF (Fevereiro 1971-Julho 1974) e vogal da JR.

SÁ CARNEIRO

Francisco Sá Carneiro, 1934-1980. Advogado, deputado da AN, membro da "ala liberal" da ANP, co-fundador do PPD e ministro sem pasta no I GP.

SILVA CUNHA

Joaquim Moreira da Silva Cunha, 1920-2014. Professor universitário, ministro do Ultramar (1965-1973) e depois da Defesa, até 25 de Abril de 1974.

TOLENTINO DE NÓBREGA

José Tolentino de Oliveira Fernandes de Nóbrega, 1952-2015. Colaborador do *CF*, co-fundador da UPM, professor e jornalista do *DN* do Funchal.

VASCO GONÇALVES,

Vasco dos Santos Gonçalves, 1921-2005. Engenheiro, militar, membro do MFA e PM dos II, III, IV e V GP, no período do PREC.

VASCO LOURENÇO

Vasco Correia Lourenço**,** 1942-. Capitão, membro da comissão política do MFA, pertenceu ao "Grupo dos Nove", tendo assumido o lugar de governador militar

de Lisboa, em substituição do demitido Otelo Saraiva de Carvalho, a seguir ao 25 de Novembro de 1975 e foi membro do CR.

VICENTE JORGE SILVA

Vicente Jorge Lopes Gomes da Silva, 1945-2020. Jornalista, director do *CF,* subscritor da "Carta a Um Governador" (1969) e co-fundador da UPM.

VIRGÍLIO PEREIRA

Virgílio Higino Gonçalves Pereira, 1941-2021. Professor, presidente da CA da CMF e membro da JPM.

VÍTOR ALVES

Vítor Manuel Rodrigues Alves, 1935-2011. Militar na guerra colonial (Angola e Moçambique), foi membro da Comissão Coordenadora do MFA e do grupo de redacção do seu programa, assim como o autor do primeiro comunicado do MFA divulgado à população, no dia 25 de Abril de 1974. Desempenhou funções no CR e no CR, tendo ainda sido ministro nos II, III e VI GP.